

3.2.3.5.2 Aumento das tensões e conflitos nas relações sociais e familiares

Esse dano socioeconômico está relacionado ao surgimento e/ou ao aumento de tensões e conflitos sociais e intrafamiliares em razão de situações diversas reputadas ao desastre que suscitaram brigas e discussões entre colegas de trabalho, amigos, vizinhos, parentes e casais (dentre outras relações interpessoais) podendo ter levado, inclusive, à ruptura desses laços mediante inimizades e separações.

Diversas narrativas expressaram aumento de tensões e conflitos nas relações sociais dos atingidos e atingidos dos municípios em tela ocasionados pela forma de implementação do cadastro de indenizações. Os relatos tratam dos critérios como injustos na medida em que favorece a indenização de uns em detrimento de outros, além do que, as disputas geradas causam desunião e falta de foco em questões importantes como lutar pela recuperação do meio ambiente, ação que de fato contribuiria para restaurar as condições de trabalho e convivência pacífica.

N: Quando falam que as pessoas estão se digladiando. Estão sim gente, e é a coisa mais horrível do mundo. É um enfiando a faca no outro, porque o outro recebeu. Você só vê no grupo assim “gente saiu a lista?” “Gente, tem dinheirinho na Caixa Econômica?” “Não da Caixa Econômica não saiu, mas saiu do Banco do Brasil”. Ninguém fala que os pescadores não estão pescando mais. E que os peixes estão inchados, com os olhos vermelhos. E aí gente, que Brasil é esse, que estado do Espírito Santo é esse e que Rio Doce é esse que nós estamos vivendo? Ministério Público Federal com pessoas que eu levo no meu coração, Fundo Brasil, Força Tarefa, se não for vocês com a gente nós podemos mudar do nosso território porque nós não vamos conseguir nada não.^{FGV_ILD_089}

D: A forma como o cadastro foi feito gera desunião nas comunidades.^{FGV_ILD_089}

N: Sim, ocorre uma coisa chata, um ciúme, uma inveja, uma coisa que é chato demais a gente sentir. Gente que passa com caminhonete aqui e parece que é de propósito. Isso traz um mal para a gente. A gente se pergunta, porque ele foi reconhecido e eu não? Mas a pessoa não tem culpa, ele foi abençoado. Daí o meu advogado falou assim para mim, “se você quiser passar sua causa para outro advogado, porque já usei todos os meus argumentos e não consigo mais fazer nada”. Então imagina você ouvir isso do seu advogado, que está com você há mais de quatro anos. Então isso traz um grande mal na comunidade sim. Hoje o cara tira de grandão aqui, “e eu nem sou impactado”. Já houve até denúncia nas redes sociais, de pessoas que receberam e não sabem nem limpar um peixe.^{FGV_ILD_089}

D: A forma como o cadastro foi feito gera desunião nas comunidades.^{FGV_ILD_089}

N: [...]. Porque ela dá uma migalha de danos morais e materiais, mas o que você perdeu na realidade foi muito mais. A sua moral. Eu não tenho nada contra um engenheiro, biólogo, oceanógrafo, mas eu acho que a partir do momento que o pescador tem um investimento para trabalhar seja aonde for, a oito, dez ou vinte metros, você tem um investimento de ganho, para dar o melhor para sua família. Os pescadores daqui não vivem de escambo. [...].^{FGV_ILD_088}

D: Hoje não podemos mais dar o melhor pra nossa família, e nossa moral está abalada por isso.^{FGV_ILD_088}

Muitas narrativas expressam convicção de que as empresas causadoras do desastre buscam de forma deliberada fragmentar os laços sociais e comunitários. E essa fragmentação é agravada quando os órgãos do poder público se omitem ou agem com morosidade.

N: Que autoridade é essa, com autoritarismo, que chega dizendo que só podemos pescar após vinte metros de profundidade? Eles combinaram com os peixes, afinal de contas? Eles são loucos, assim, sem um estudo científico, técnico. Então são coisas absurdas que eu me emociono e vai me cativando cada vez mais. Eu tenho um respeito muito grande pelo companheiro [que falou antes], mas a gente não pode desanimar não. A intenção dessas organizações assim é sempre fragmentar aonde houver união, para que a gente não consiga os nossos objetivos. Mas a vida tem muito mais valor do que qualquer dinheiro.^{FGV_ILD_089}

D: As empresas querem fragmentar as comunidades.^{FGV_ILD_089}

N: A omissão das instituições públicas, geram muitos conflitos familiares e comunitários. Eu tenho vários casos em que o filho foi indenizado e o pai não foi, ou vice-versa, de ruptura da família de primeiro grau, de segundo grau. Ruptura de vizinho que se mudou. Até nas igrejas há pastor que deixou de ser pastor e virou aliciador de advogado.^{FGV_ILD_084}

D: A morosidade e omissão das instituições de justiça e poder público são responsáveis por muitos conflitos familiares e comunitários.^{FGV_ILD_084}

Outro conjunto de narrativas explicitam que os conflitos e enfraquecimento dos laços comunitários acontecem também devido às distorções existentes na representatividade dos atingidos e atingidas nas instâncias decisórias relacionadas aos processos de reparação, o que contribui para a desunião da comunidade em grupos que competem entre si e para a disseminação de informações desencontradas sobre os processos.

N: Eu às vezes evito de ir para essa região, porque eu não consigo tirar um final de semana. Porque é impossível eu chegar na pousada e a companheira não vir me falar da lama da Samarco. É impossível eu sentar no bar e não chegar alguém que me conhece e vir falar dos problemas da Samarco, questionar porque que o lbama ou o lema não

fez isso. Então é impossível. E a gente traz a informação para a pessoa e ela entra em contradição, porque não é aquilo que ela está sonhando, esperando. Até hoje a relação das pessoas é totalmente influenciada com esses processos de expectativas referente à indenização. “Ah, você é do grupo da comissão tal?” Não é mais bairro, religião, entendeu? É ligada a qual comissão, qual advogado que você está acompanhando que você é. Então isso criou um novo cenário ou nova divisão de grupos, numa competição de quem vai ser reconhecido. E isso é uma estratégia para dividir os atingidos e para não ter o resultado.^{FGV_ILD_084}

D: Hoje existe uma divisão nas comunidades e uma competição pela representação dos atingidos.^{FGV_ILD_084}

N: Esta palavra que você falou poderia ser mais um item que é a disputa pelo direito ou pela garantia de ser ouvido. Porque esse é um problema muito sério que acontece e acaba tendo até desrespeito. E o que a gente percebe é que os atores que estão aqui na região são lideranças antigas e não aquelas para ser presidente de entidade. São pessoas que lutam pela região. Nesse processo apareceram algumas coisas esquisitas, de pessoas que ninguém nunca ouviu falar na vida e vão lá porque têm oratória e viram deuses. E aí você descobre que a pessoa nem é da região, não tem vínculo com a região, só está ali por interesse financeiro.^{FGV_ILD_084}

D: Disputa pelo direito de ser ouvido.^{FGV_ILD_084}

N: Sabe o que eles falaram pra mim? “Senhora, o negócio é o seguinte, acho que você tem que ser só artesã, receber como artesão os seus noventa e poucos mil, porque não vai sair o do comércio não.” Eu tenho três danos, três ou mais, deve ter mais e eles querem que eu aceite como artesão oitenta e poucos mil. Olha só gente! Que brincadeira é essa? Meu marido está morrendo de tanto trabalhar. Minhas artesãs estão aqui e não recebem, mas tem gente que está dizendo que é artesão e nunca foi artesão. Que vergonha! Eles são tão tapados e o Ministério Público não vai intervir nisso? Não vai buscar aquele povo que está recebendo milhões às custas dos atingidos que estão sangrando dentro do nosso território? Então, quando eu falo pra vocês, eu falo na certeza que desde 2015 nós estamos nesta luta. Desde 2015. Tem horas que me dá um cansaço, eu saio, me afasto, para poder criar forças. Porque senão eu não tenho força de continuar. Tentamos tudo para nortear algumas coisas aqui no nosso território, mas infelizmente os próprios atingidos se dividiram. E quando se divide a força diminui. E eu espero que um dia nós atingidos possamos abrir os olhos e perceber, ainda que tarde, que nós temos que nos unir. E temos que nos fortalecer. Muito obrigada.^{FGV_ILD_089}

D: Precisamos de união e coletividade para nos fortalecer.^{FGV_ILD_089}

No tocante às relações entre membros da família, um conjunto de narrativas indicou aumento de tensões e conflitos sociais e intrafamiliares também decorrentes do desastre. Os relatos remetem à elevação do índice de alcoolismo associado à violência doméstica, atingindo mulheres e crianças, resultados também encontrados no estudo FGV (2021a).

N: Quando os pescadores não pescam mais, aumentou o índice de alcoolismo e também o índice de violência doméstica. A violência doméstica aumentou com a pandemia, mas já existia aqui. A gravidez indesejada também aumentou muito.^{FGV_ILD_089}

D: Aumento dos casos de violência doméstica contra mulheres e crianças.^{FGV_ILD_089}

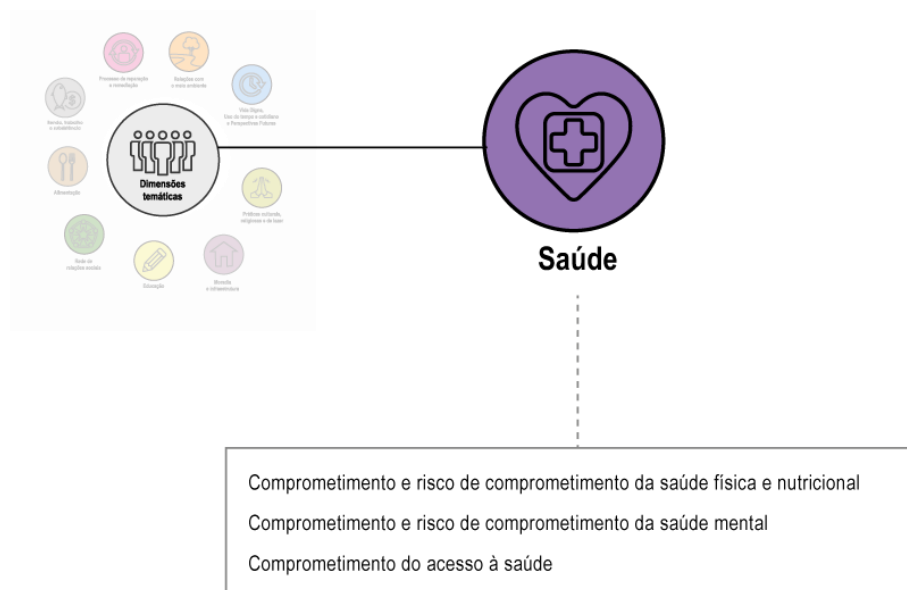
3.2.3.6 Saúde

A abordagem utilizada para esta dimensão temática parte da noção de saúde firmada na Constituição Federal Brasileira de 1988 como um direito social fundamental à dignidade humana (BRASIL, 1988), não sendo limitada ao acesso a serviços médicos assistenciais ou medicamentos. Orienta-se também pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que vê a saúde como o completo desenvolvimento físico, mental e bem-estar social, que não restringe a saúde à ausência de doenças e sim ao estado pleno do ser em todos os aspectos da vida.

Na Seção 3.2.1.6 são apresentadas, de forma aprofundada, as relações entre a presença dos contaminantes (EPT), seja pela disponibilização e/ou redistribuição desses elementos ao meio ambiente promovido pelo rompimento da Barragem de Fundão, e as consequências negativas à qualidade e saúde desses ambientes e das pessoas que ali vivem e os utilizam. No texto ainda são destacadas informações quanto ao aumento na variação de incidência de agravos a partir de uma avaliação do impacto à saúde da população atingida realizada pela FGV (2021g), a partir da análise de dados do Datasus que avaliou informações sobre agravos registrados entre 2005 e 2019 para 45 municípios atingidos pelo rompimento em comparação com um grupo de municípios controle, não atingidos pelo desastre.

Para o Litoral Sul, as narrativas e danos enunciados em campo e alocados na dimensão temática Saúde apresentam uma gama de exposições, sintomas e agravos relacionados ao desastre, e estão agrupados em três formulações de danos socioeconômicos: (i) Comprometimento e risco de comprometimento da saúde física e nutricional, (ii) Comprometimento e risco de comprometimento da saúde mental, e (iii) Comprometimento do acesso à saúde, conforme apresentado na Figura 40.

Figura 40 — Dimensão temática Saúde: danos socioeconômicos associados



Fonte: Elaboração própria (2021).

3.2.3.6.1 Comprometimento e risco de comprometimento da saúde física e nutricional

Sofrem esse dano as pessoas atingidas que ficaram sujeitas ao risco ou desenvolveram doenças que comprometeram seu estado de saúde físico e nutricional após o desastre.

Em relação às alterações na saúde física e nutricional das pessoas atingidas pelo desastre nos municípios de Serra, Fundão e Aracruz, as narrativas colhidas nas oficinas tratam de menções a diferentes doenças e agravos que podem estar relacionados com os fatores de exposição como contato com a água, ingestão de água e pescados. Dessa forma, os danos percebidos pelas pessoas atingidas são apresentados em dois blocos: (i) Fatores de Exposição indicados nas narrativas; e (ii) Doenças e agravos indicados nas narrativas.

Fatores de exposição indicados nas narrativas

As narrativas registradas em campo revelam que atingidos e atingidas têm manifestado agravos de saúde a partir do contato direto com a água da foz do Rio Doce, contato esse ligado principalmente às atividades de trabalho, práticas culturais, lazer e alimentação. Nas dimensões temáticas as narrativas demonstram a interação das comunidades com o meio ambiente e por consequência o contato com os fatores de exposição, sendo bastante marcante quando tratamos Meio Ambiente (item 3.2.3.1) e Alimentação (item 3.2.3.3).

Para os atingidos e atingidas do Litoral Sul, uma importante via de exposição e, conseqüentemente, contaminação também está relacionada à utilização dos mananciais, seja para fins de uso doméstico e consumo da água, que chega às residências por via rede geral de abastecimento ou por captação de mananciais subterrâneos, seja para fins de trabalho e lazer.

N: [...] Nós aqui da Barra e Vila do Riacho, nós mandávamos água para todos os lugares. Hoje não temos nem para nós. Temos que comprar água. Nós queríamos tomar banho no rio, pegar um peixinho e jogar na panela. A gente tomava banho, levava as crianças.^{FGV_ILD_089}

D: O abastecimento de água em Vila do Riacho e Barra do Riacho é feito pelo rio Riacho e do restante da orla é feito pelo Córrego Santa Joana (na bacia do rio Riacho), e estão contaminados, então hoje temos que comprar água.^{FGV_ILD_089}

N: Até os poços artesianos estão contaminados. Aqui perto de mim tem um poço artesiano com 120 m de profundidade e a água do solo está contaminada também. O pessoal está até fazendo tratamento nele.
[...]^{FGV_ILD_089}

D: Precisamos do reconhecimento dos danos à água.^{FGV_ILD_089}

N: É como diz o companheiro, lazer pra gente é largar a rede, puxar, ir no mar. Hoje o pessoal nem senta na beira da praia, porque o pó de minério brilha de fora a fora. Pararam nossa vida, nossa rotina, acabaram com tudo. [...]^{FGV_ILD_088}

D: A pesca também era um lazer e um prazer pra gente, e isso foi muito prejudicado.^{FGV_ILD_088}

A preocupação com ingestão do pescado e de alimentos produzidos em solos contaminados ou irrigados com água contaminada é outra fonte de exposição e contaminação para população.

N: A insegurança é quanto ao pescado regional e não local. As pessoas querem peixes de locais mais distantes e não da foz do Rio Doce.^{FGV_ILD_084}

D: Alteração na oferta de alimentação regional e pratos tradicionais.^{FGV_ILD_084}

N: [...] É muito arriscado, é perigoso se alimentar com peixe. [...]. As espécies contraem muito do produto que contaminou. Se você consome repetitivamente aquelas espécies contaminadas logicamente acumula no seu organismo.^{FGV_ILD_089}

D: A chegada da lama detonou nossas perspectivas de futuro.^{FGV_ILD_089}

N: [...] E que os nossos filhos vão ficar doentes daqui a alguns anos, porque nós não temos ainda um diagnóstico correto dos acontecimentos das águas. O que vai causar daqui cinco anos, com nossos filhos e nossos netos? Qual é essa contaminação que não foi ainda finalizada? [...].^{FGV_ILD_089}

D: Precisamos de estudos sobre os efeitos do desastre na saúde.^{FGV_ILD_089}

Doenças e agravos indicados nas narrativas

O conjunto de doenças e agravos mencionados nas narrativas foram classificados seguindo os capítulos da Classificação Internacional de Doenças (CID-10)¹¹¹. As principais menções se referem a neoplasias (tumores, câncer); doenças da pele e do tecido subcutâneo; doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas; e gravidez, parto e puerpério.

- **Neoplasias (tumores, câncer)**

Apesar de câncer ser considerado uma doença multifatorial, uma vez que está ligada à combinação de fatores externos e genéticos que podem ocorrer de maneira simultânea e sequencial, as evidências indicam que fatores ambientais são os principais responsáveis pelo desenvolvimento de diferentes tipos de cânceres (WHO, 2011).

De acordo com a Agência Internacional de Pesquisa sobre o Câncer, algumas substâncias são consideradas como carcinógenos humanos, com destaque para o arsênio, cádmio, cromo e níquel (IARC, 2012). E conforme já abordado na introdução

¹¹¹A classificação foi utilizada com base na apresentada na página do Datasus do Ministério da Saúde. BRASIL. Ministério da Saúde. Morbidade Hospitalar do SUS — CID-10, [s.d.] Informações de Saúde. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/sih/mxqid10lm.htm>>.

da dimensão temática de saúde, diversos desses metais e semimetais foram encontrados em concentrações em desacordo com os padrões estipulados como seguros à saúde da população em diferentes compartimentos ambientais (INSTITUTO LACTEC, 2019b).

Narrativas registradas em campo indicaram a ocorrência de sintomas decorrentes do contato ou ingestão da água e mesmo do pescado, sendo muito mencionada a ocorrência de câncer, principalmente, entre pescadores. Apesar de faltar investigação e monitoramento adequado da saúde da população local, os crescentes casos vêm sendo associados aos efeitos do desastre.

N: Então alguém foi muito feliz de falar de diagnóstico. [...]. Portanto, o índice de pescadores que acabam tendo câncer é altíssimo [...] e principalmente aquele que tem uma condição econômica mais inferior. Aqueles mais humildes morrem de câncer.^{FGV_ILD_089}

D: Aumento de doenças (como doenças de pele e câncer, especialmente entre os pescadores mais humildes).^{FGV_ILD_089}

N: Então é perceptível que todo mundo tem esse medo, mas infelizmente nessa região de Praia Grande eu tenho dois pescadores que estão com câncer e mais ao norte são mais pessoas na região de Aracruz que apresentaram e já desenvolveram.^{FGV_ILD_084}

D: Existem muitos relatos de depressão, pressão alta e até câncer.^{FGV_ILD_084}

N: [...] Mas o índice de câncer é muito grande nessa região. E são pessoas humildes que morrem mais rápido. E não dão atenção a isso, viram as costas.^{FGV_ILD_089}

D: O abastecimento de água em Vila do Riacho e Barra do Riacho é feito pelo rio Riacho e do restante da orla é feito pelo Córrego Santa Joana (na bacia do rio Riacho), e estão contaminados, então hoje temos que comprar água.^{FGV_ILD_089}

N: [...] A corvina o caranguejo, peixes que ficam no raso, as pessoas, nós todos estamos consumindo esses peixes. E onde há uma nota [informando] que é proibido, porque tudo isso está poluído sim? Porque as pessoas estão comendo e estão morrendo de câncer. E o que virá daqui para frente?^{FGV_ILD_084}

D: As pessoas então adoecendo e morrendo por conta da contaminação.^{FGV_ILD_084}

N: [...] A companheira que falou antes disse que não viu relato de doença no lugar, mas Povoação, tão perto da gente, logo no começo, eu conheço gente, dizendo eles, que teve câncer de garganta e foi depois da lama, consumindo o próprio pescado. Então a gente tem relato. Eu que tenho limpado peixe, eu compro peixe que vem com

muito tumor na carne, os de fora não, mas os peixes daqui acontece muito isso. Então essa lama aí veio para acabar com a vida de muita gente, principalmente a nossa, que vivemos da pesca.^{FGV_ILD_088}

D: É difícil saber os impactos de longo prazo na saúde.^{FGV_ILD_088}

N: A mesma justiça que está obrigando as pessoas a aceitarem essa indenização é a que é omissa, porque não observa o alto índice de alcoolismo na nossa cidade, Vila do Riacho, Barra do Riacho. Não é feito estudo desses óbitos proveniente de câncer, para ver o que levou à matriz desse câncer. [...].^{FGV_ILD_089}

D: Aumento dos casos de crianças nascendo com deficiências.^{FGV_ILD_089}

- **Doenças da pele e do tecido subcutâneo**

Os elementos potencialmente tóxicos mencionados anteriormente também são identificados como causadores de efeitos tóxicos à pele (WHO & UNICEF, 2018), com destaque para o ferro e arsênio, conforme apresentado nas figuras anteriores (17 e 18). Embora não tenha sido possível identificar detalhes a respeito das doenças de pele, foi apontada a ocorrência de casos, conforme demonstram as narrativas a seguir.

N: Eu já vi relato. Aqui não, porque a gente ainda, acho que é um pouco cedo para se analisar, mas eu já ouvi relato. Doenças de pele, pessoas com nível de contaminação no sangue, nessa parte mais continental. Mas creio que esse rejeito é muito perigoso. É prematuro se eu falar que já tem, porque com o tempo se a gente não tomar cuidado e não tiver uma gestão de investimento ambiental nessas áreas, a coisa vai ficar complicada, porque a natureza não dá conta [...].^{FGV_ILD_088}

N: Como o companheiro falou, próximo da gente não teve relato de doença, mas não temos estudo sobre o grau de contaminação e nem a parte da saúde municipal nossa ela também não fez nenhum relato para a comunidade, para dizer até onde isso pode nos prejudicar. Eu conheço pessoas de fora, de Minas Gerais, que alegaram ter problema de pele. Mas aqui em Aracruz nunca tivemos uma reunião com a saúde pública, a secretaria de saúde, que nos diga até onde isso vai nos prejudicar. O que a gente conhece é porque a gente participa de vários fóruns, de reuniões, mas diretamente nunca tivemos essa informação.^{FGV_ILD_088}

D: É difícil saber os impactos de longo prazo na saúde.^{FGV_ILD_088}

N: Esse crime chegou a atingir a gente em 2015, mas até hoje não há um diagnóstico de quantos suicídios nós tivemos. Nós tivemos um número de suicídio imenso, um número de problemas de pele imenso. Não tem o diagnóstico porque [as autoridades] não se preocupam em fazer. [...].^{FGV_ILD_089}

D: Aumento de doenças (como doenças de pele e câncer, especialmente entre os pescadores mais humildes).^{FGV_ILD_089}

N: A praia que a gente mergulha, se você der um mergulho com o olho aberto, o olho queima, fica queimando uma semana o seu olho se você vacilar. Então essas coisas estão causando muitos transtornos para nós comerciantes.^{FGV_ILD_089}

D: O olho da gente fica queimando quando vamos no mar.^{FGV_ILD_089}

- **Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas**

Outras narrativas, conforme apresentado com maior profundidade no item anterior (dimensão temática alimentação), apontam riscos ao estado nutricional da população local (ver também item 3.2.3.3) devido à mudança forçada de hábito alimentar, tanto pela indisponibilidade do pescado local que antes era adquirido a preços acessíveis ou podia ser capturado, como pelo medo de ingerir o pescado que pode estar contaminado.

N: Sem dúvida mudou a alimentação. É muito arriscado, é perigoso se alimentar com peixe. Eu procuro trabalhar mais com peixe boiado às vezes quando eu quero comer e trazer para minha família eu procuro mais o peixe boiado. Eu evito as espécies nativas. O peixe boiado, apesar que ele vai no fundo, mas vai menos. Esse chumbo aí, um minério desse aí pode causar muita coisa na pessoa, talvez não na hora, mas depois de alguns anos, se você for comendo, comendo.[...].^{FGV_ILD_088}

D: Está todo mundo com medo de comer o peixe.^{FGV_ILD_088}

N: A gente não come mais peixe por isso mesmo, com medo de adoecer. E temos dó, porque aqui na Barra tem gente que não come outra coisa a não ser peixe. Não por não ter condições, mas por gostar. Aqui na Barra tem muita gente que gosta de peixe mesmo. Eu sou uma pessoa que gosto muito de peixe, mas para preservar a saúde eu evito. A gente costuma comer mais o peixe de fora, boieiro. Porque o peixe de fundo está complicado. Não é que a gente não coma, mas é lá uma vez ou outra e em quantidade pequena.^{FGV_ILD_088}

D: Tem muita gente que não quer comer outra coisa que não o peixe, porque é o que gosta, e agora tem que controlar a quantidade, comer menos peixe.^{FGV_ILD_088}

Outras narrativas mencionaram tipos de agravos que também podem estar relacionados com a ingestão cumulativa ou contato com elementos tóxicos (dores articulares ou “nas juntas”).

N: Eu senti nas juntas, nas mãos, nas vistas. Pode ser idade, mas não foi só eu não, outras pessoas sentiram. Então será que seria possível fazermos exame sobre metais? Porque a gente é meio obrigado a consumir, acaba consumindo e pode ter um resultado muito desfavorável no nosso organismo. Embora que outros colegas já falaram a mesma coisa também. Em relação às juntas.^{FGV_ILD_083}

D: Muitos relatos de dor nas juntas, problemas de vista, entre outros.^{FGV_ILD_083}

- **Gravidez, parto e puerpério**

Apesar de o aborto não ter sido mencionado durante as interações realizadas como uma consequência percebida à população humana, a exposição ao arsênio tem efeito tóxico sobre sistema reprodutivo de mamíferos, podendo causar morte do feto, aborto, eclampsia e baixo peso, sendo o consumo de água contaminada a principal forma de exposição ao elemento (WHO, 2001). Neste sentido, uma série de estudos tem sido desenvolvidos a fim de aprofundar a relação entre a exposição a diferentes elementos potencialmente tóxicos, com destaque ao arsênio, mesmo em baixas concentrações, a efeitos como o aborto, mal desenvolvimento do feto, entre outros (BUCK LOUIS et al., 2017; SUSKO et al., 2017; SHIH et al., 2017; BLOOMA et al., 2014).

De forma pontual para o Litoral Sul, adicionalmente às incertezas sobre o potencial cumulativo dos metais pesados e a incidência de câncer e outras doenças, narrativas mencionaram desconfianças também sobre os efeitos na gestação e desenvolvimento dos bebês com indicativo de crianças nascendo com algum tipo de deficiência. E apesar de pontual para este território, maior investigação se faz pertinente tendo em vista as bases científicas e relatos ao longo da bacia que apontam para sustentação dessa desconfiança.

N: A mesma justiça que está obrigando as pessoas a aceitarem essa indenização é a que é omissa, porque não observa o alto índice de alcoolismo na nossa cidade, Vila do Riacho, Barra do Riacho. Não é feito estudo desses óbitos proveniente de câncer, para ver o que levou à matriz desse câncer. Não há estudos sobre crianças que nascem já com alguma deficiência. Então essas coisas têm que ser feitas e paralelo a isso a luta tem que ser feita.^{FGV_ILD_089}

D: Aumento dos casos de crianças nascendo com deficiências.^{FGV_ILD_089}

3.2.3.6.2 Comprometimento e risco de comprometimento da saúde mental

Sofrem esse dano as pessoas atingidas que ficaram sujeitas ao risco ou desenvolveram doenças que comprometeram seu estado de saúde mental após o desastre.

As narrativas e danos apresentados neste item estão relacionados ao capítulo V da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), transtornos mentais e comportamentais.

A compreensão da saúde mental é resultante de “múltiplas e complexas interações, que incluem fatores biológicos, psicológicos e sociais” (ALVES e RODRIGUES, 2010, p. 128). Inúmeras narrativas das pessoas atingidas pelo desastre nos municípios em estudo revelam agravos típicos em populações atingidas por desastres (FGV, 2019i, p. 36-37), que são: transtornos de ansiedade, depressão, estresse, consumo excessivo de álcool ou outras substâncias psicoativas e condutas violentas. Os estudos da Ambios (2019a, b) que avaliaram risco à saúde humana em dois municípios de Minas Gerais e um do Espírito Santo, atingidos pelo desastre do rompimento da Barragem de Fundão, também aponta para a relação entre desastres, desestruturação dos modos de vida e agravos à saúde mental, ainda sendo identificado ocorrências de distúrbios de estresse pós-traumáticos, depressão, risco de suicídio, adição, HIV/AIDS e violência familiar e comunitária.

- **Efeitos na saúde mental decorrente da chegada da lama de rejeitos**

Esses transtornos, relacionados à chegada da lama de rejeitos e às alterações nos modos de vida, podem tanto ser preexistentes, mas que se agravam em função do desastre; quanto podem ser decorrentes do próprio desastre, dado que as pessoas permanecem submetidas a situações extremas de estresse. Ou podem ainda se manifestar em decorrência da resposta ao desastre, ou seja, em relação à maneira com que a reparação é implementada no pós-rompimento.

Narrativas e danos colhidos nas oficinas expressaram abalo psicológico e emocional, enfatizando o estresse e depressão pela insegurança financeira que o desastre causa, trazendo sentimentos de angústia, tristeza e medo, pois a chegada da lama significou grande alteração no ambiente em que viviam, além de prejudicar suas atividades produtivas e gerar incertezas sobre o futuro.

N: E não sabíamos como seria dali por diante. E com muita discussão o governo enviou máquinas para poder abrir a boca do rio, na tentativa de o mar engolir o problema. Mas a chegada das máquinas aumentou ainda mais o sofrimento, porque nós surfistas, se abrissem a boca do rio aquilo tudo ia ser detonado de uma vez só. A água do rio era verdinha e quando a lama chegou trouxe ferrugem. As máquinas passaram por uma área estreita e a comunidade não queria deixar. Mas a polícia afastou os surfistas e deixaram as máquinas passarem. Mas a água do mar começou a escurecer e daí começamos a perceber que o problema era muito sério e que ia atrapalhar muita gente. Muito desespero, ansiedade, tristeza. Trabalhei muito tempo com surfe, tinha escolinha de surfe, tinha trabalhos sociais.^{FGV_ILD_089}

D: Muita angústia vendo a lama descer o Rio Doce, mas não sabíamos se ia nos atingir.^{FGV_ILD_089}

N: O meu irmão em Barra Nova ficou doente, quando nós percebemos que ele estava doente, ele ficou lesado e a gente não percebeu. Ele pescava em alto-mar e não recebeu e quando deu por conta estava doente. Gastou muito dinheiro com remédio e médico psiquiátrico. E ele me falou que ficou doente porque ficava pensando que não ia receber o dinheiro da Renova. Ele já conseguiu receber, mas ficou doente.^{FGV_ILD_088}

D: Psicológico está abalado.^{FGV_ILD_088}

- **Efeitos na saúde mental decorrentes das alterações nos modos de vida**

Além dos agravos em função da chegada da pluma de rejeitos na região e todos os danos causados, a perda de espaços de referência para práticas ligadas aos modos de vida da população causa transtornos que perduram até os dias atuais, uma vez que as condições, sobretudo, de uso do rio não foram reabilitadas.

N: Quando a lama chegou aqui, que as pessoas começaram a parar de pescar, começaram a parar de ir à praia e a evitar de ir ao rio, caiu a ficha de que a nossa vida iria mudar e mudar para pior.^{FGV_ILD_089}

E a minha experiência é muito triste, porque eu estive lá em Regência e vi aquela lama chegando, eu vou levar isso para o resto da minha vida. Detonou tudo o que a gente sonhava em ter aqui como fomento do turismo do surfe e do comércio, da foz do Rio Doce até Barra do Riacho.^{FGV_ILD_089}

D: A chegada da lama detonou nossas perspectivas de futuro.^{FGV_ILD_089}

N: Exatamente. Existia uma relação de trabalho, outras pessoas que dependiam do trabalho dessa embarcação e você não consegue dar um retorno, sensação e impotência. As pessoas vão se isolando em suas casas. A falta de horizonte é um processo doloroso.^{FGV_ILD_083}

D: A pesca é tudo para o pescador. Quando não tem pesca, o pescador adocece.^{FGV_ILD_083}

N: [...] A gente vê tudo isso jogar fora, gerações de pescadores com todo esse conhecimento específico de pesca. E ainda a impossibilidade de a gente acessar outras áreas de pesca, pra gente continuar pescando, pois é o que o povo sabe fazer. Devolver a dignidade para as pessoas. Eu vejo pescadores chorando. É muito mais que a questão financeira. [...] ^{FGV_ILD_083}

D: Estamos perdendo a dignidade e nossa identidade.^{FGV_ILD_083}

Associado principalmente às alterações aos modos de vida, foram relatados sentimentos de angústia, tristeza e medo são agravados pelas incertezas sobre o futuro,

seja relacionado à extensão dos danos ao meio ambiente ou aos modos de vida ao longo do tempo, conforme demonstram as narrativas a seguir.

N: As pessoas desistiram, desanimaram. E a gente está de mãos e pés atados. O Riacho ficou sem uma perna, sem um braço, só está com pescoço. Estamos vivendo na raça. Nós ficamos sem muitas coisas [...].^{FGV_ILD_089}

D: Estamos fragilizados por toda alteração no nosso modo de vida.^{FGV_ILD_089}

N: Então minha palavra é essa, de muita tristeza. Já foi choro, agora é esperança, a minha neta está trabalhando nessa área. Mas eu gostaria de ser aquela pousada de vinte e uma suítes recebendo famílias, pessoal de fora do país.^{FGV_ILD_084}

D: Abalo emocional.^{FGV_ILD_084}

N: A questão da saúde aqui no nosso litoral deixa uma demanda muito grande. Muito problema psicológico, muito problema de se sentir só, sofrido diante de uma situação que veio e pegou a todos de surpresa. Hoje você olha para pescadores antigos, areeiros, artesãos, a situação é muito tensa e a nossa região ainda não tem um grupo que cuida desse psicológico, que vem desse crime ambiental que a gente teve aqui no nosso território. Quando se fala que “ah eu perdi casa, comércio, lazer, tudo”, é muito sério isso, porque você vê a marca de cada um dentro de si. E é triste. Aí vai englobando tudo e vai afetando a mente, vai afetando pele, vai afetando coração, vai afetando o psicológico e é isso. A gente precisa de trabalho nessa área, porque a demanda é enorme.^{FGV_ILD_089}

D: A chegada da lama detonou nossas perspectivas de futuro.^{FGV_ILD_089}

Muitas narrativas alusivas ao declínio das atividades de turismo no pós-desastre também indicam sentimentos de angústia, tristeza e medo que afetaram sobretudo as mulheres que trabalham no setor de hospedaria, artesanato e outros tipos de comércio.

N: E saber que o artesanato foi castigado, assim como os surfistas, assim como eu, meu marido, minha família e de tantos outros que choram pela lama derramada. Choram com lágrimas de sangue mesmo [...].^{FGV_ILD_089}

D: Estamos muito angustiados, sozinhos, com muitos problemas psicológicos.^{FGV_ILD_089}

N: Aqui já foi falado tudo o que eu queria falar. Mas me preocupo com o psicológico das pessoas. Pelo meu conhecimento não está sendo feito nada. Tantas coisas que eles dizem que foram feitas, mas está aí, as pessoas fazendo as coisas sem poder escoar [vender]. E daí perdem a motivação.^{FGV_ILD_089}

D: Estamos muito angustiados, sozinhos, com muitos problemas psicológicos.^{FGV_ILD_089}

N: Eu mesma, para ser sincera com você, eu não fiquei doente porque eu tenho Deus que cuida de mim, senão eu tinha ficado doente. Porque o meu comércio bombava e eu não tinha tempo, sequer, de parar para almoçar. Eu tinha uma clientela e vendia a orla todinha e o meu comércio foi a zero. E até hoje não recebi da Renova. Não recebi, eu que vivo da pesca, tenho uma carteirinha de pescadora em dia desde 2002, e até hoje eu não recebi nada. Então eu não fiquei com problema psicológico porque eu sou muito forte e Deus olha minha vida, senão eu tinha virado.^{FGV_ILD_088}

D: Psicológico está abalado.^{FGV_ILD_088}

N: [...] E quando houve toda essa tragédia eu fechei minha pousada. [Fechei] de depressão. E é muito triste falar sobre isso, entendeu? Eu não estava nem preparada para falar.^{FGV_ILD_084}

D: Abalo emocional.^{FGV_ILD_084}

As narrativas também revelaram agravos de transtornos psicológicos relacionados ao processo de resposta ao desastre, notadamente as alternativas de reparação que vêm sendo adotadas pelas empresas e também a dificuldade que os atingidos e atingidas encontram para que sejam reconhecidos ou ouvidos no processo (tema aprofundado na Seção 3.2.3.8), conforme enunciam a narrativas a seguir.

N: O PIM simplesmente não passou de um engodo, porque culminou na [indenização] de poucos. [...] Pra nós foi um grande engodo, enganação, falta de respeito. Há gente que já morreu, gente com problemas psicológicos. Gente que está sofrendo até hoje [...]. Muita gente com angústia, muita gente com depressão. Pessoas estão indo para o alcoolismo e as drogas. Infelizmente esta é a nossa realidade. Perderam totalmente a dignidade. Esse é meu relato com relação à Renova.^{FGV_ILD_083}

D: A pesca é tudo para o pescador. Quando não tem pesca, o pescador adocece.^{FGV_ILD_083}

N: Na questão da saúde, do psicológico. Um dos grandes males, foi a questão do reconhecimento de quem não é e do reconhecimento de quem é. O sistema foi feito para ajudar, mas o reconhecimento desigual causa mal. Eu fiz o meu cadastro em 2015 ainda com a equipe da Sinergia e não fui reconhecido. Mas o sistema reconheceu pessoas que nem é da comunidade, mas deu sorte de estar na comunidade naquela temporada, fez o seu cadastro, pegou a indenização e sumiu. [...].^{FGV_ILD_089}

D: As falhas no reconhecimento de quem é atingido também impactam muito o psicológico.^{FGV_ILD_089}

Também foram relatados casos extremos de depressão profunda entre as pessoas atingidas, que levaram ao suicídio. As explicações mais comuns identificadas nas narrativas são a desilusão, desespero, falta de dinheiro, falta de fé, ou seja, um conjunto de sentimentos que comprometem a saúde mental, agravado pela falta ou morosidade de respostas das empresas responsáveis pelo desastre e do próprio poder público.

N: É um desalento muito grande, fora a depressão pessoas desiludidas, sem fé nas coisas. Porque onde entra a fome e a falta de dinheiro, onde entra o desespero não dá coisa pior, só gente se matando. Aquela ponte ali o pessoal vive se jogando, as pessoas que não falam. Porque dá desespero mesmo.^{FGV_ILD_084}

D: Medo, pânico e aflição com a chegada da lama e com os impactos na vida das pessoas.^{FGV_ILD_084}

N: Esse crime chegou a atingir a gente em 2015, mas até hoje não há um diagnóstico de quantos suicídios nós tivemos. Nós tivemos um número de suicídio imenso, um número de problemas de pele imenso. Não tem o diagnóstico porque [as autoridades] não se preocupam em fazer. Então é nesse sentido que a gente tem que futucar as autoridades, com exceção do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública do Espírito Santo, a gente se sente órfão de pai e mãe, jogado, discriminado.^{FGV_ILD_089}

D: Aumento dos casos de suicídio e tentativas de suicídio.^{FGV_ILD_089}

N: [...] Há gente que já morreu, gente com problemas psicológicos. Gente que está sofrendo até hoje. As pessoas reagem de maneira diferente. Pescador é pessoa que tem fé. Sai de manhã com esperança que vai voltar e vamos continuar com essa fé. Mas a Renova gerou muita enganação. Muita dor de cabeça. Muita gente com angústia, muita gente com depressão. Pessoas estão indo para o alcoolismo e as drogas. Infelizmente esta é a nossa realidade. Perderam totalmente a dignidade. Esse é meu relato com relação à Renova.^{FGV_ILD_083}

D: A pesca é tudo para o pescador. Quando não tem pesca, o pescador adocece.^{FGV_ILD_083}

Ainda no que se refere ao ambiente familiar, especificamente às mulheres, narrativas apontaram para o aumento de violência doméstica, gravidez indesejada, fatos por vezes associados ao aumento do consumo de álcool, drogas e à ociosidade das pessoas que perderam o emprego ou estão impedidas de trabalhar. Essa situação foi identificada no estudo da PRISMMA (2018), em Mariana (MG), e também pelo estudo FGV (2019a).

N: Quando os pescadores não pescam mais, aumentou o índice de alcoolismo e também o índice de violência doméstica. A violência doméstica aumentou com a pandemia, mas já existia aqui. A gravidez indesejada também aumentou muito.^{FGV_ILD_089}

N: [...] Depois de 2015 a situação agravou, sobretudo o alcoolismo e as drogas. A gente observa pessoas nessa situação que nunca imaginamos observar. Pessoas da sociedade.^{FGV_ILD_089}

D: Aumento dos casos de dependência química.^{FGV_ILD_089}

N: A gente tem parceiros aí fazendo tratamento psiquiátrico, muitos pescadores entraram no alcoolismo, drogas, problemas de saúde. Coisas que não vai poder medir e nem reparar. Mas se tiver pelo menos a possibilidade de interromper esse processo, porque os conhecimentos de pesca que a gente adquiriu, aqui em Nova Almeida, acho que é a décima primeira embarcação que eu tenho, pequena embarcação. [...]. E as pessoas aí, com anos e anos na pesca estão partindo pra outras coisas, subemprego, perdendo a dignidade.^{FGV_ILD_083}

D: Muitos companheiros com problemas psicológicos, de alcoolismo, drogas, pressão alta, entre outros.^{FGV_ILD_083}

N: [...] Muita gente com angústia, muita gente com depressão. Pessoas estão indo para o alcoolismo e as drogas. Infelizmente esta é a nossa realidade. Perderam totalmente a dignidade. [...].^{FGV_ILD_083}

D: A pesca é tudo para o pescador. Quando não tem pesca, o pescador adocece.^{FGV_ILD_083}

N: Colocar a questão do alcoolismo. Conheço músicos que perderam seu sustento e caíram no alcoolismo e hoje vivem de cesta básica.^{FGV_ILD_084}

D: Depressão, desespero, alcoolismo e muita tristeza por perder nossos investimentos.^{FGV_ILD_084}

3.2.3.6.3 Comprometimento do acesso à saúde

Sofrem com esse dano as pessoas atingidas que tiveram dificultado ou impossibilitado o acesso à saúde, ou seja, o acesso universal e sem discriminação às ações, serviços, medicamentos e infraestrutura de saúde em quantidade e qualidade satisfatória.

Ainda com base na análise dos dados do sistema Datasus verificou-se que a demanda por atendimentos ambulatoriais após novembro de 2015, no conjunto dos 45 municípios atingidos pelo desastre, aumentou mais que o dobro, e se manteve nesse patamar até 2018 (FGV, 2019c, p. 37).

As narrativas registradas durante as oficinas realizadas nos municípios de Aracruz, Fundão e Serra, evidenciam que o desastre afetou o acesso à saúde nas comunidades atingidas. Os relatos são permeados, em grande medida, pelas incertezas dos efeitos dos contaminantes na saúde, dada a intensa interação dessas populações com o

ambiente dos rios e costa marítima, que é característica do modo de vida dessa população (conforme também debatido nas seções 3.2.3.1 e 3.2.3.3).

N: A questão da saúde aqui no nosso litoral deixa uma demanda muito grande. Muito problema psicológico, muito problema de se sentir só, sofrido diante de uma situação que veio e pegou a todos de surpresa. Litoral Sul Hoje você olha para pescadores antigos, areeiros, artesãos, a situação é muito tensa e a nossa região ainda não tem um grupo que cuida desse psicológico, que vem desse crime ambiental que a gente teve aqui no nosso território.^{FGV_ILD_089}

D: A chegada da lama detonou nossas perspectivas de futuro.^{FGV_ILD_089}

O aumento das ocorrências e agravos relacionados ao desastre também foi relatado em narrativas que propõem ações de apoio à população atingida na área da saúde que não vêm sendo consideradas, como, por exemplo, a realização de estudos ou diagnósticos sobre o índice de contaminação de metais pesados no sangue de moradores e moradoras atingidos e a implementação de programas de acompanhamento e atendimento à saúde.

N: Parei de consumir o siri e quando retomei, senti problema nas juntas, por isso eu pedi pra toda a categoria, com apoio da associação, para ajudar a fazer esse encaminhamento do pescador para uma análise para ver o índice de metais no organismo. Com certeza, no curto prazo e no longo prazo, se a gente tivesse um suporte, para fazer uma avaliação. E há muito problema de pressão. Essa Renova não fez isso aí. Passou batido. Eu estive na prefeitura em uma reunião sobre isso, mas só fui perder tempo. Até fico aborrecido com as reuniões, porque a gente participa, participa, deixa de pescar e quase não vê resultado.^{FGV_ILD_083}

D: Precisamos de diagnóstico médico para avaliar a contaminação por metais pesados.^{FGV_ILD_083}

N: Sugiro que haja um estudo com as populações ribeirinhas, que não deixaram de consumir o pescado, porque faz parte da cultura. Muita gente como eu continua consumindo, numa proporção menor, mas continua consumido esse pescado. Então acho que deveria ser proposto alguma coisa nesse sentido.^{FGV_ILD_083}

D: Precisamos de um programa para acompanhar a saúde dos pescadores do litoral e ribeirinhos, que vêm consumindo pescado a longo prazo, diante da incerteza com a contaminação e os efeitos dos metais pesados, em decorrência de já serem apontados sintomas associados.^{FGV_ILD_083}

A insegurança em relação ao consumo e possíveis riscos à saúde foi mencionada também, a despeito da Nota Técnica nº 8 de 2019 da Anvisa (ANVISA, 2019), que identificou contaminação de várias espécies de pescado e limitou, mas não proibiu, o consumo de determinadas espécies da região. A referida nota técnica também não

suscitou nenhuma ação dos poderes públicos em relação às restrições da área de pesca e ao próprio consumo do pescado local (ANVISA, 2019a).

N: A Anvisa reconheceu a contaminação, mas falou que adulto poderia consumir 200 gramas de pescado e criança poderia consumir 50 gramas. Nossos postos de saúde ficaram lotados. Infelizmente veio essa pandemia aí em 2019. Muita gente morreu que atribuíram à pandemia, mas muita gente pode ter sido afetada pela contaminação e atribuíram a essa pandemia. Eu tenho quase certeza que isso aconteceu.^{FGV_ILD_083}

D: Precisamos de um programa para acompanhar a saúde dos pescadores do litoral e ribeirinhos, que vêm consumindo pescado a longo prazo, diante da incerteza com a contaminação e os efeitos dos metais pesados, em decorrência de já serem apontados sintomas associados.^{FGV_ILD_083}

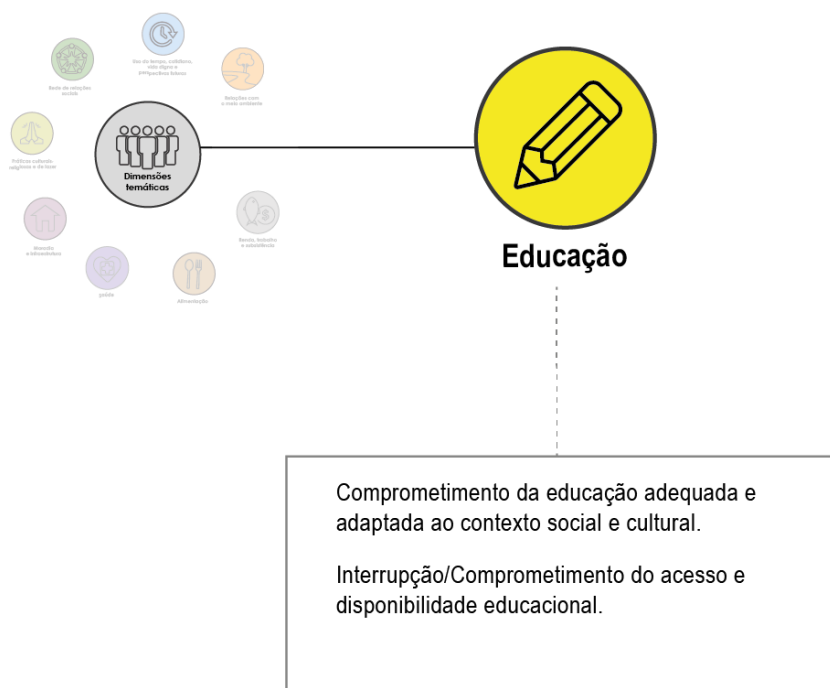
N: E aonde é que está esta nota sobre a segurança dos alimentos? Eu sei dessa informação, as pessoas sabem dessa informação, mas onde é que o poder público colocou que nós não devemos consumir isso? Quem será o responsável para o que vai acontecer no futuro? Então existe uma omissão com relação a isso. Isso deveria estar escrito na peixaria quais os peixes que devem ser comprados e consumidos e os que não devem ser consumidos. Porque estão contaminados. Que é que vai colocar essa informação? É uma cobrança que faço por parte do poder público. Essa omissão e essa passividade. Quem vai arcar com essas doenças do futuro? Não está pública a informação. Tem projetos sendo feito, tem pesquisas que foram suspensas. E quem é que vai arcar com isso? É o Ministério Público que deve cobrar. Nós queremos a resposta dele.^{FGV_ILD_084}

D: Quem vai ser responsável pelas questões de saúde no futuro?^{FGV_ILD_084}

3.2.3.7 Educação

As narrativas geradas a partir das interações de campo demonstram que o desastre afetou a educação de crianças e adolescentes que, por vezes, deixaram de frequentar a escola em função do agravamento da situação econômica de seus pais, bem como gerou limitações pedagógicas a partir da perda dos espaços ambientais, antes, reconhecidos como espaços de troca de saberes e construção de conhecimentos. Dessa forma, os danos da dimensão temática Educação apresentam interfaces significativas com as dimensões Renda, trabalho e subsistência (Seção 3.2.3.2) e Relações com o meio ambiente (Seção 3.2.3.1).

Nesta seção são apresentadas as narrativas e os danos relativos à dimensão temática Educação, organizada a partir de dois danos socioeconômicos: (i) Comprometimento da educação adequada e adaptada ao contexto social e cultural; e (ii) Interrupção/Comprometimento do acesso e disponibilidade educacional (Figura 41).

Figura 41 — Dimensão temática Educação: danos socioeconômicos associados

Fonte: Elaboração própria (2021).

3.2.3.7.1 Comprometimento da educação adequada e adaptada ao contexto social e cultural

Esse dano socioeconômico atinge pessoas que tenham dificuldades de estabelecer novas atividades educativas e relacionadas à vida que levavam antes do desastre, e que eram exercidas levando em consideração a relação com o Rio Doce e o meio ambiente. Contempla este dano pessoas que se viram prejudicadas pelo fim de projetos tanto no âmbito de serem educadores quanto educandos, além da comunidade beneficiada por tais iniciativas. Também sofrem este dano pessoas cujas possibilidades de capacitação e profissionalização foram comprometidas com o desastre.

Na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 225, §1º, VI estabelece a obrigação do Poder Público de promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente. E segundo a Política Nacional de Educação Ambiental, Artigo 1º, entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua

sustentabilidade. No Artigo 4º que trata dos princípios básicos, está a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade.

As narrativas e danos revelam o comprometimento de atividades no Rio Doce e no meio que o circunda que eram utilizadas como práticas de educação e de conscientização ambiental por escolas e universidades.

N: Eram cursos de educação informal ou formais e até de especialização da UFMG. Então as aulas práticas eram feitas nessa região. Vários serviços eram contratados fora, a pousada, a alimentação, serviços de barcos para transportar pessoal, serviço de pescador para fazer a coleta de animais ou de identificação de fauna, ou serviços do pessoal de artesanato pra fazer o que a gente chama de exsicata que são estruturas para poder fixar as algas. Então esse trabalho que era feito, onde a região era utilizada para aulas práticas, e aí tinha turmas do ensino fundamental, do ensino médio e também da universidade e até de curso de pós-graduação, acabou, não tem mais. [...].^{FGV_ILD_084}

D: Devido aos impactos ambientais, a região não atende mais o turismo técnico científico e de educação ambiental.^{FGV_ILD_084}

3.2.3.7.2 Interrupção/Comprometimento do acesso e disponibilidade educacional

Sofrem esse dano pessoas com impossibilidade de arcar com os custos para garantir o acesso à educação de integrantes do núcleo familiar, como a de seus filhos; pessoas que precisaram interromper seus estudos por dificuldades advindas do desastre; ou pessoas que, dadas as dificuldades com a implementação de políticas educacionais, enfrentam dificuldades no acesso à educação.

O desastre, ao afetar a condição socioeconômica das famílias, como já tratada na dimensão temática de Renda, trabalho e subsistência (Seção 3.2.3.2), provocou diversas alterações nas capacidades e estratégias de vida dos atingidos e atingidas. O comprometimento e até a interrupção dos estudos de muitas crianças, jovens e adolescentes foi uma das consequências, uma vez que tiveram que abandonar a escola para apoiar suas famílias financeiramente e/ou por impossibilidade dos pais em continuarem arcando com os custos relacionados à educação. A negligência e até inexistente às famílias atingidas, no contexto do desastre, provocou profundos danos, comprometendo o desenvolvimento social e educacional e as perspectivas de futuro de pessoas em diversas faixas etárias, principalmente de adolescentes e jovens.

A perda ou diminuição da renda é apontada como um dos dificultadores para a manutenção da educação dos filhos. Como registrado, é característico da região a atuação e preferência pelo setor privado e os impactos à renda tem inferência direta, podendo até mesmo resultar no impedimento dos estudos, na migração para o setor público ou migração para outras localidades em busca de melhores condições.

N: Sobre a educação, muitos mudaram a condição de investimento nos seus filhos, pela renda que perdeu. Não foi o meu caso, mas outros foram atingidos. Afetou os filhos de muitas famílias na questão de uma estrutura melhor na hora de uma escola, de um reforço em uma matéria, de um curso. Uma série de fatores que acabou blindando, extinguido essa possibilidade. De ter o seu filho no preparo de um mercado, de ter sua colocação, ele foi eliminado dessa condição de direito. [...].^{FGV_ILD_089}

N: Todo o sistema foi mudado. Após o crime afetou a família e o bem-estar de todos. Porque a gente não tinha mais como seguir em frente. Então afetou sim na educação, na casa, nos filhos. A gente não tinha mais como seguir em frente. Porque o trabalho nosso de orla, de verão é um trabalho importantíssimo. Então quando a gente pega numa situação igual àquela e junto aí vem decaindo, com esse atraso em tudo, indenização. Estamos sendo atingidos até hoje na verdade. Nós e muitos estamos ainda na dificuldade por causa do crime.^{FGV_ILD_089}

D: Educação dos filhos foi afetada pela mudança nas relações familiares causadas por toda alteração na vida cotidiana decorrente do crime.^{FGV_ILD_089}

3.2.3.8 Processo de reparação e remediação

Nesta seção encontram-se organizadas as narrativas e danos enunciados em campo que versam sobre o Processo de reparação e remediação em curso, não se propondo, no entanto, a analisar as ações e programas de reparação conduzidos no território em análise pelas empresas responsáveis pelo desastre, Fundação Renova e 12ª Vara de Belo Horizonte. O processo de reparação e remediação foi um tema presente em todas as interações com as pessoas atingidas realizadas pela FGV para levantamento de danos.

De acordo com recomendações das Nações Unidas (2015), uma abordagem baseada em direitos humanos (ABDH) enquanto metodologia para enfrentamento de desastres requer que as medidas pós-desastre alcancem a reparação integral e a efetivação de todos os direitos humanos das populações atingidas por meio de processos participativos, evitando que vulnerabilidades e violações de direitos humanos preexistentes sejam agravadas ou mesmo criadas.

As narrativas trabalhadas nesta seção apresentam as limitações percebidas pela população em relação ao sistema indenizatório simplificado (Novel); tratam sobre a insuficiência dos valores pagos; sobre as confusões estabelecidas entre os sistemas indenizatórios anteriores AFE (Auxílio Financeiro Emergencial) e PIM (Programa de Indenização Mediada — PG02)¹¹²; sobre o termo de quitação geral; entre outros.

Os relatos ainda trazem à luz indicativos de que a forma de condução da reparação nesse território foi marcada pela falta de transparência no compartilhamento de informações, de celeridade e eficiência na execução de ações, bem como pelo tratamento desigual e excludente para uma parcela significativa das pessoas, inclusive, negando-lhes o direito ao reconhecimento da condição de atingido. Desta forma, o próprio processo de reparação e remediação acaba por gerar novos danos, inclusive no âmbito do comprometimento dos modos de vida e meios de subsistência da população atingida, questão verificada também em outros territórios analisados pela FGV (2020k, 2020n, 2021i, FGV, 2021o).

Em que pese a existência de situações por ventura não identificadas, os registros de campo levaram à identificação de oito danos socioeconômicos: (i) Falta de acesso à informação adequada e de transparência; (ii) Insuficiência, baixa qualidade e inadequação das medidas reparatórias e falta de celeridade no Processo de reparação e remediação; (iii) Abuso da garantia de participação efetiva no Processo de reparação e remediação; (iv) Abuso da garantia de igualdade e não discriminação no Processo de reparação e remediação; (v) Agravamento da vulnerabilidade com o Processo de reparação e remediação (vi) Barreiras de acesso ao Processo de reparação e remediação; (vii) Diminuição da segurança pessoal decorrente do Processo de reparação e remediação; e (viii) Perda de tempo útil/produtivo com o Processo de

¹¹² Segundo informação constante no site da Fundação Renova, o PIM (Programa de Indenização Mediada) é um programa gratuito de adesão voluntária, destinado a pagar pessoas pelo “dano água”, que pode ser pago às pessoas que ficaram sem abastecimento e sem distribuição de água por mais de 24 horas após o rompimento. Também é destinado ao pagamento de “dano geral” para o ressarcimento de atingidos que tiveram danos morais e materiais, inclusive lucros cessantes, de suas atividades econômicas. E o AFE é o programa responsável por prestar auxílio financeiro emergencial à população impactada que tenha tido comprometimento de sua renda em razão de interrupção de suas atividades produtivas ou econômicas em decorrência do rompimento, até o restabelecimento das condições para retomada das atividades produtivas ou econômicas. (Ver <<https://www.fundacaorenova.org/indenizacoes/>>, acesso 10 dez. 2021).

Já o Sistema Indenizatório Simplificado foi implementado pela Fundação Renova a partir de agosto de 2020, com base em decisão judicial da 12ª Vara Federal. Também é um programa de adesão voluntária, com o objetivo de indenizar categorias com dificuldade de comprovação de danos, tais como lavadeiras, artesãos, areeiros, pescadores de subsistência e informais etc. Com a adesão ao sistema o requerente deve concordar com a quitação de danos única e definitiva. Ver <<https://www.fundacaorenova.org/noticia/sistema-indenizatorio-simplificado-avanca-com-pagamentos-em-todas-as-28-localidades-com-sentenca/>>.

reparação e remediação. Tais formulações orientam a organização desta seção em oito blocos de conteúdo, conforme demonstra a Figura 42.

Figura 42 — Dimensão temática Processo de reparação e remediação: danos socioeconômicos associados



Fonte: Elaboração própria (2021).

3.2.3.8.1 Falta de acesso à informação adequada e de transparência

Esta seção reúne danos relativos à falta de acesso às informações diversas que envolvem o desastre e seus efeitos e ao processo reparatório conduzido por linguagem que não é clara, acessível e adaptada ao contexto sociocultural das pessoas atingidas, o que os impossibilita de tomar decisões seguras e informadas e de exercerem plenamente seus direitos.

Um primeiro conjunto de narrativas revela a falta de informação para população das comunidades atingidas sobre a chegada da lama e os danos que poderiam causar.

Muito embora as pessoas tivessem ouvido falar pela mídia sobre o desastre ocorrido em função do rompimento da Barragem de Fundão, da Samarco, em Mariana(MG), as narrativas colhidas nas oficinas realizadas nos municípios de Aracruz, Fundão e Serra, demonstram que não houve comunicação por parte das empresas a respeito da chegada da pluma de rejeitos na foz do Rio Doce e a consequente contaminação do Litoral Sul. Isso resultou em despreparo principalmente dos pescadores desses municípios, que pescam tanto na foz do Rio Doce (em Linhares) como nos balneários mais próximos de seus municípios. Essa desinformação e falta de planejamento fez com que alguns perdessem produção de pescado capturada para comercialização, conforme foi caracterizado na dimensão Renda, trabalho e subsistência (Seção 3.2.3.2.1).

N: Nós estávamos trabalhando na foz do Rio Doce, em frente os tanques, já estávamos com três dias de pescaria, com 600 kg de peixe, quando foi anunciado pela Vitória Rádio e capitania. Daí a capitania pediu para todos os barcos se afastarem da foz do Rio Doce. Daí a capitania botou nós 15 milhas para fora, para poder trabalhar sem sucesso de peixe. A foz do Rio Doce, eu fui criado lá dentro. A foz do Rio Doce, construía minha casa, construía a minha vida.^{FGV_ILD_083}

D: Ficamos sabendo pela mídia.^{FGV_ILD_083}

N: Soubemos no primeiro momento pelas redes de comunicação, televisão e rádio. Inclusive chamou a atenção não só da população brasileira, mas do mundo. É o maior crime ambiental. Eu costumo dizer que é um crime triplo, crime ambiental e crime socioeconômico, pois impediu muita gente de tirar o seu sustento e um crime humano, pois foram dezenove pessoas que morreram lá, além de uma senhora que estava grávida. Aqui marcou e vai ficar marcado por toda a nossa vida, quando saiu aquele anúncio na televisão. Aquilo ali marcou e vai ficar marcado para toda a nossa vida. Devido ao sufoco que muita gente passou.^{FGV_ILD_083}

D: Ficamos sabendo pela mídia.^{FGV_ILD_083}

Segundo os relatos, a atividade pesqueira na região se tornou mal vista pela população em geral e afugentou o turismo (Seção 3.2.3.2.2), uma vez que a mídia noticiou massivamente a contaminação das águas da região pelos rejeitos da Barragem de Fundão, mas, em contraposição, informações sobre monitoramento de risco não são disponibilizadas. Dada a falta de informação, a desconfiança do pescado vendido na região e o receio dos turistas que frequentavam as praias persiste até os dias atuais.

N: Primeiro, nos primeiros anos, a questão do turismo era impeditiva mesmo. Então, tivemos a primeira onda de impacto que foi a lama e o segundo problema sério foi a falta de informação. Na semana passada uma amiga minha ligou dizendo que estava indo pra Nova Almeida e perguntou se tem que levar água mineral, se ainda está tudo cheio de lama. Então tem essa desinformação que é muito grande e cria vários outros problemas.^{FGV_ILD_084}

D: A lama foi a primeira onda de impactos e a segunda foi a desinformação que dura até hoje.^{FGV_ILD_084}

N: [...] A gente sofre pressões. A mídia, está no papel dela, reforçou muito a questão da contaminação. Foi massacrante a campanha da mídia. Nós pescadores nos tornamos vilões. Nós não somos vilões, não. Se a gente está fazendo nossa atividade de uma forma inadequada é porque não nos foi dada essa condição.^{FGV_ILD_083}

D: A mídia informou massivamente sobre a contaminação e o pescador virou vilão e não as empresas.^{FGV_ILD_083}

Em relação à informação sobre contaminantes contidos na lama de rejeitos, condições da água do mar e mananciais e qualidade do pescado para consumo é apontado que há ausência de divulgação de resultados das pesquisas e os resultados fornecidos pela Fundação Renova despertam insegurança. As narrativas também revelam que, quando finalmente realizam as pesquisas no solo e na água, os atingidos não têm acesso aos resultados.

N: Endossando as palavras dos companheiros, aqui em Bicanga, apareceu muito na beira da praia, peroá e cação. Então a gente fica naquela dúvida. Não está sendo feita análise da água. Então muita gente que mora próximo da gente enxerga a gente como pessoas que pode dar essa resposta para eles, mas é difícil. Não tem como ter resposta. Não tem uma análise pronta. Igual ele falou, o rio continua soltando esse metal e jogando no mar. Essa resposta quem tinha que dar não é o pescador.^{FGV_ILD_083}

D: Falta informação e orientação quanto a contaminação do pescado e da água, até hoje não temos respostas.^{FGV_ILD_083}

N: Algumas universidades estavam fazendo trabalho para o ICMBio, elas mudaram o seu trajeto, antes da lama chegar elas fizeram um trabalho do Espírito Santo até Abrolhos, que se chama o cenário zero que foi feito em 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e ninguém sabe. Isso é uma falta de responsabilidade técnica, dos componentes do CIF, e aí se usou a pandemia, porque a sociedade ela continua trabalhando, ela continua na rua. [...].^{FGV_ILD_084}

D: Existem estudos e resultados e a falta de respostas para a população é um crime.^{FGV_ILD_084}

N: É, ficou muito a desejar. Porque eles [Fundação Renova e empresas] não orientaram se podia consumir ou não. Eles não ligaram para isso, nem pelo pescador e nem pelos turistas e consumidores. Não fizeram alerta nenhum. E na realidade nós acabamos até prosseguir com o nosso processo de pesca e venda normalmente, mas sentimos. Quando a gente soube, esse impacto aí, essa perda, independente de reconhecerem. Essa perda de consumidores que tivemos, leva a crer que o interesse se foi impactado o meio ambiente de Jacaraípe, mas a nossa perda de consumidores deveria ser ressarcida também.^{FGV_ILD_083}

D: A insegurança com a contaminação também dificultou a venda do pescado.^{FGV_ILD_083}

Em que pese a obtenção de informações claras e precisas dos atingidos e atingidas sobre o processo de reparação, estes relataram muitas dificuldades no acesso à informação adequada e qualificada, comprometendo sua capacidade de contribuição no monitoramento das ações de reparação e remediação e na proposição de medidas que contemplem as suas demandas.

As narrativas a seguir demonstram que as informações prestadas são incompletas, genéricas ou inconclusas, sempre necessitando esperar ou perguntar novamente em outro setor para que possam obter as informações de forma precisa. Há reivindicações para capacitar as equipes do diálogo e também melhorar as informações disponibilizadas nos canais da Fundação Renova, como WhatsApp, Youtube e o serviço de atendimento ao cliente (0800). Há descontentamento com a Ouvidoria da Fundação Renova, que segundo as narrativas também deixa a desejar nas respostas fornecidas.

N: Devia agregar mais profissionais na equipe diálogo [da Renova], que agreguem mais informações ou mais informações adequadas aos profissionais do diálogo que já existe, para que possam passar as informações mais corretamente. Seja informar pelo WhatsApp ou Youtube. Por exemplo, em vez de recorrer ao jurídico, apenas dar informações ao pessoal do diálogo para que repassem. Por exemplo, uma pessoa ficou três meses sem receber e ninguém deles sabia. Então, alguém podia responder ou informar o procedimento que a pessoa deve fazer. Por exemplo, se tiver essa informação assim e assado, o meio de comunicação é esse e nós vamos dar um retorno. Mas isso não está acontecendo. As pessoas ficam chupando o dedo e um joga para o outro e não traz a informação.^{FGV_ILD_088}

D: A Fundação Renova não dá respostas pelos canais de comunicação nem pela ouvidoria.^{FGV_ILD_088}

N: A gente tem alguma informação porque cobramos de algumas pessoas, mas muitas vezes temos que ligar para o jurídico para saber das coisas. Mas que o pescador quer saber mesmo é que esse canal da Renova tenha mais informações específicas para nos dar. Porque muitas das vezes a resposta é “está em análise” ou “o seu cadastro está aqui”. Mas eu quero tirar uma dúvida, ou não quero, não concordo com isso. Esse canal está sendo longe. Você não tem voz ativa. A Renova com a ouvidoria, tem até um aplicativo. A gente vê que a sua fala está lá, mas não funciona. A gente quer diálogo.^{FGV_ILD_088}

D: A Fundação Renova não dá respostas pelos canais de comunicação nem pela ouvidoria.^{FGV_ILD_088}

N: O próprio jurídico que quer receber seu honorário, pessoas relacionadas à própria pesca, à Fundação Renova, à Samarco, à Ouvidoria que não te dá informação correta. Se você me perguntasse uma nota para dar à Ouvidoria [da Renova] eu daria nota um, porque

ela não te dá a informação correta para você melhorar a vida das pessoas. Tudo isso causa impacto no psicológico, as pessoas têm que tomar muito cuidado com o que falam, porque acabam impactando mais ainda.^{FGV_ILD_088}

D: A Fundação Renova não dá respostas pelos canais de comunicação nem pela ouvidoria.^{FGV_ILD_088}

N: Muitas vezes você ouve conversas paralelas, daí imediatamente eu já ligo e eles respondem, mas, na maioria das vezes, nós sabemos mais do que eles. O pessoal do 0800 não está preparado para te dar uma resposta. Eles só falam assim “está em análise”. Não temos como chegar no Ministério Público e denunciar isso, a gente não tem esse apoio. Muitos pescadores sofrem porque não têm como tirar dúvidas. É assim que funciona a Renova. A não ser que seja do interesse deles, uma oficina sobre pescado, investimento. Assim eles procuram a gente, mas quando você quer saber individualmente, as informações da situação de cada um, eles [Renova] não respondem.^{FGV_ILD_088}

D: A gente não consegue acessar os meios e não temos apoio para fazer denúncias e reclamações para o MPF e Defensoria.^{FGV_ILD_088}

3.2.3.8.2 Insuficiência, baixa qualidade e inadequação das medidas reparatórias e falta de celeridade no Processo de reparação e remediação

Esta seção agrupa danos relativos aos efeitos negativos do processo de reparação com a prestação de serviços falhos, morosos, ineficientes e insuficientes. Relaciona-se com a demora para endereçamento das demandas indenizatórias dos atingidos, com a não obtenção de soluções satisfatórias. Aqueles que sofreram estes danos podem ter sofrido também com o agravamento de vulnerabilidades e com a falta de acesso a serviços essenciais, os quais, em razão de terem sido comprometidos pelo desastre, despontam como obrigações das Empresas e, por conseguinte da Fundação Renova.

Diversas narrativas colhidas nas oficinas demonstram expectativas frustradas em relação às medidas reparatórias, julgando-as insuficientes para devolver o meio ambiente limpo dos rejeitos, em condições de retorno à normalidade das atividades de uso das águas do mar e dos rios que foram contaminados no Litoral Sul por conta dos rejeitos do rompimento da Barragem de Fundão. Conforme já mencionado anteriormente, na seção sobre danos ao meio ambiente (Seção 3.2.3.1), os atingidos e atingidas reportam claramente que a contaminação é um evento que teve continuidade, pois a cada cheia do Rio Doce, no período das águas, o rejeito depositado na calha é revirado e torna a contaminar e a prejudicar a biota estuarina.

N: O que eu entendo do que foi falado é que continua o desastre, dando continuidade desde 2015. Principalmente no período das águas, que esse período coincide com o trajeto do peixe para a piracema e a correnteza revolvendo aquela lama do fundo, com volume de água muito grande começa a revolver toda aquela lama que estava depositada ali e os rejeitos começam de novo entrar na corrente e são lançados ao mar. Então é um processo que repete [...]. A gente não tem fonte científica, mas isso não acontecia antes [...]. E mais do que isso, os peixes se distanciam dessa água turva e vão embora. A gente, com o verão agora está buscando peixe muito mais longe. Muito mais longe. E isso aí nós que somos pescadores sabemos disso.^{FGV_ILD_083}

D: A partir da chegada lama foi percebido mortalidade de peixes, caranguejos e siris na região, principalmente nos períodos das águas e na piracema, e isso acontece anualmente.^{FGV_ILD_083}

N: A área pesqueira da gente estava liberada e a gente podia pescar à vontade. Tinha fartura e a nossa renda era uma renda boa. Com o desastre acabou tudo, a área ficou proibida e continua proibida, não sabemos quando vai ser liberada. E causou muitos danos não só para a área produtiva, mas também para o meio ambiente. Até hoje tem rejeito espalhado por esse mar afora e ninguém sabe quando isso vai sair.^{FGV_ILD_088}

D: Precisamos de ações para recuperação do meio ambiente.^{FGV_ILD_088}

N: Houve dois crimes, um da barragem de Mariana, e o outro o do canal artificial que liga o Rio Doce à bacia do rio Riacho. E ali que simplesmente houve outro crime que foi no dia 23 de dezembro de 2015, quando vieram as empresas, representantes da Assembleia Legislativa e a Prefeitura, naquela ocasião na Vila do Riacho, dizer que era interessante abrir as comportas do canal Caboclo Bernardo. Esse crime não foi só pelo litoral, foi por irresponsabilidade posterior, com o caos todo tornado. [...].^{FGV_ILD_089}

D: A contaminação veio do mar e também pelo Canal Caboclo Bernardo para a bacia do Rio Riacho.^{FGV_ILD_089}

D: Precisamos do reconhecimento dos danos à água.^{FGV_ILD_089}

N: O Ibama não permitiu [colocar Tanfloc] em outros lugares, mas aqui por interesse das grandes empresas de celulose fizeram lobby e os políticos sem vergonha aceitaram essas coisas, mesmo a comunidade não aceitando, porque é de goela abaixo que a coisa funciona. Então é com muita indignação que a gente observa que são poucas as autoridades que estão de fato a serviço da sociedade, a serviço da mãe natureza. [...].^{FGV_ILD_089}

D: O poder público, as empresas e as instituições de justiça não nos ouviram.^{FGV_ILD_089}

D: Fundação Renova falou pra gente que Tanfloc era solução, e não era.^{FGV_ILD_089}

As narrativas também evidenciam que a população almeja que sejam implementados projetos que contemplem a juventude e as gerações futuras, que busquem a reparação integral e recuperação do meio ambiente devastado, o que não se observa nos projetos apresentados pela Fundação Renova.

N: Eu fico muito triste porque a Samarco nem começou e acho que nem vai começar a reparação do leito do Rio Doce. Pelo menos eu não conheço nenhum tipo de projeto de revitalização, nenhuma iniciativa de plantio de nativas, de coleta de resíduo da calha do Rio Doce, tecnologia nova que vá tirar um pouco do rejeito do rio. Eu vejo com muita tristeza esse processo que vem sendo conduzido pela Renova junto com a Samarco, porque é injustiça em cima de injustiça, destruição do mangue, da praia, das ondas, destruição do turismo, destruição do comércio, destruição do fomento do esporte. Tudo isso parou de acontecer porque as pessoas também desanimaram. Porque a lama está aí. Eu mesmo deixei de fazer metade do que eu fazia, porque as pessoas até me criticam, “o cara está dando uma aula de surfe numa água contaminada”, então a gente fica de mãos atadas.^{FGV_ILD_089}

D: A Fundação Renova trouxe muita injustiça. É uma loteria.^{FGV_ILD_089}

N: A gente está falando em indenização, mas queremos também a recuperação do nosso meio ambiente, queremos políticas públicas humanizadas. É isso que a gente precisa, unir forças junto com o Ministério Público Federal, junto com a Defensoria Pública do nosso estado. Eu só queria complementar que a vida é mais importante, o meio ambiente é mais importante. Temos que deixar legados que inspirem para as nossas gerações, para que consigam ver o que foi o nosso passado o que fizemos para o amanhã.^{FGV_ILD_089}

D: Precisamos da recuperação do meio ambiente.^{FGV_ILD_089}

D: Precisamos de mais apoio das instituições de justiça.^{FGV_ILD_089}

As narrativas enfatizaram que os projetos de reparação e planejamento para o retorno das atividades pesqueiras a serem implementados devem estar alicerçados em estudos e monitoramentos sobre a recomposição da fauna e flora marinhas e estuarina, visando o retorno seguro às atividades. A falta de desses estudos colocam em risco a segurança do ambiente, espécies e atividades econômicas.

N: E outra coisa, quando se fala em abrir pesca não se fala em estudo baseado em limpeza de fundo. Porque é preciso entender bem se a parte continental, estuarina, está em condições de toda a comunidade de pescado ir naquele lugar reproduzir. Porque não adianta a comunidade pesqueira ir naquele lugar de pesca com uma quantidade mínima de espécies.^{FGV_ILD_088}

N: Em relação aos estudos, acrescentar que precisamos de estudos sobre a quantidade de espécies para a produção e reprodução, para decidir com segurança o retorno da pesca na área proibida. Saber se

tem a quantidade necessária para abastecer a sociedade. Porque uma coisa é pescarem dois ou três barcos, outra é milhares de barcos na captura sem ter o suficiente.^{FGV_ILD_088}

D: Precisamos de estudos para saber as condições de contaminação e da quantidade de espécies disponíveis para produção e reprodução para decidir com segurança se pode voltar a pesca na área proibida.^{FGV_ILD_088}

Outro conjunto de relatos também demonstra frustração com as autoridades do poder público em assumirem papéis de liderança no processo para dar maior efetividade às medidas reparatórias que devem ser implementadas pela Fundação Renova.

N: E queria falar sobre a saúde e a insegurança financeira, além da falta de confiança naqueles entes, você quer ser protegido pelo governo, mas não tem pandemia que justifica, porque desde antes da pandemia até agora não tem a presença do Estado dando reposta a essa localidade.^{FGV_ILD_084}

D: O poder público tem que assumir o seu papel de liderança e amparar a população nesse processo.^{FGV_ILD_084}

N: Então, o impacto é muito grande em toda a região. Então é o maior crime ambiental. E para mim o maior crime é a omissão do poder público e isso se junta ao crime ambiental. Então eu acho que nós temos que lutar muito e eu espero que esse relatório [da FGV] sirva muito como parâmetro e que vocês possam agilizar para que esse governo faça alguma coisa.^{FGV_ILD_084}

D: O poder público tem que assumir o seu papel de liderança e amparar a população nesse processo.^{FGV_ILD_084}

Diante do fato de que as áreas de pesca no mar e nos rios continuam restritas e de que os projetos planejados pela Fundação Renova não resolvem a questão de geração de novos empregos, foram relatados muitos questionamentos dos atingidos e atingidas sobre o corte do lucro cessante e AFEs, mediante os acordos de quitação única e definitiva do Sistema Indenizatório Simplificado.

N: A questão do lucro cessante, no comércio. Eles perderam e o juiz não reconhece o lucro cessante. A perspectiva do ganho. Ele cortou na tora isso. Todas as petições nesse sentido ele elimina. Mas o Ministério Público Federal nos tem orientado em todas as reuniões que a gente já participou, dizendo que é um direito. A perspectiva de ganho. Muitos não têm nem noção dos direitos. Eu penso que a gente precisa estar batendo nesta tecla.^{FGV_ILD_089}

D: O sistema simplificado não contempla os lucros cessantes anuais que os comerciantes deveriam receber.^{FGV_ILD_089}

N: E agora essas pessoas estão proibidas na pesca. Foram cortados os seus auxílios, receberam um valor mínimo, uma mixaria. E como

vão ficar essas pessoas agora? O jurídico disse que era um cadastramento e as pessoas assinaram, mas o sim ou não ficou verbalmente. E muitos assinaram sem falar sim ou não.^{FGV_ILD_088}

D: O novel prejudicou mais os pescadores e deixou o processo mais fácil para as empresas.^{FGV_ILD_088}

D: O que recebemos até hoje não cobre o prejuízo do pescador.^{FGV_ILD_088}

Sobre o Programa de Indenização Mediada (PIM), que é destinado ao ressarcimento de atingidos que tiveram danos morais e materiais, inclusive lucros cessantes, de suas atividades econômicas, há muitas reclamações sobre sua efetividade. A demora e entraves colocados para o devido ressarcimento dos danos reclamados promoveu a desmobilização dos atingidos e atingidas, pois as narrativas mencionaram que o programa não tem flexibilidade, não contempla mais que um dano por família e induz as pessoas a mentirem, sendo que aqueles que se recusam a mentir acabam tendo que ir para a justiça, onde o processo se alarga por muito mais tempo.

N: O PIM, Programa de Indenização Mediada, simplesmente não passou de um engodo, porque culminou na indenização de poucos. Isso desmobilizou a categoria. Porque induziram muitos pescadores a omitir informação. Eu tinha uma embarcação minha e outra da minha mulher. Eles diziam que nós deveríamos só falar de uma embarcação. Mas as duas embarcações foram atingidas. Eu fiquei abalado, doente, acabei vendendo o barco da minha esposa [...].^{FGV_ILD_083}

D: Os pescadores foram induzidos a mentir nos cadastros.^{FGV_ILD_083}

D: O PIM foi um engodo criado pela Fundação Renova. Começou a pagar uma pequena parte para desmobilizar a luta.^{FGV_ILD_083}

N: Aqueles poucos que foram contemplados com o PIM conseguiram migrar das pequenas embarcações para uma embarcação melhor, fazendo reforma ou até mesmo trocando de embarcação. E aí sim, eles conseguem pescar, ultrapassar a área restrita e acessar outros campos de pesca. Mas isso é um percentual muito pequeno, 80% dos pescadores de Jacaraípe e Nova Almeida [não conseguiram].^{FGV_ILD_083}

D: Estamos lutando desde 2015 e ainda não fomos reconhecidos, mesmo Nova Almeida que foi reconhecida não foi devidamente indenizada.^{FGV_ILD_083}

3.2.3.8.3 Abuso do direito de participação efetiva no Processo de reparação e remediação

Dano relacionado à ausência ou insuficiência de participação adequada da pessoa atingida em todas as fases do ciclo do desastre. A ausência de participação se manifesta em casos em que as pessoas atingidas não são ouvidas, não têm acesso humanizado aos canais de atendimento, e não conseguem influenciar o processo de reparação, fazendo com que a reparação que lhes é entregue não atenda aos anseios e expectativas.

As narrativas colhidas nas oficinas evidenciam a falta de participação mais ativa dos atingidos e atingidas nos processos de reparação, sendo caracterizada pelo não reconhecimento de seus representantes junto às instâncias decisórias e consultivas que constituem a governança do processo (conforme prevê o TTAC e TAC-Gov) e também pela ausência da Assessoria Técnica no território que poderia auxiliá-los quanto às informações e mediação nos processos de reparação.

N: E eu vou dizer pra vocês, doa a quem doer, existem comissões que não nos representam e nunca vão nos representar. Porque elas não são dignas de levar o nome de nós atingidos. Elas usaram de má fé para existir hoje na frente da gente. Então eu não aceito algumas comissões, como nós lideranças também não aceitamos. Quando elas nos provarem que foram pautadas nos alicerces dos atingidos, com atas verdadeiras, aí sim eu vou acreditar nas comissões.^{FGV_ILD_089}

D: Hoje existem comissões que não nos representam.^{FGV_ILD_089}

N: E aí não esquecendo da questão ambiental. E quantas espécies foram eliminadas da nossa fauna e flora? Qual o estudo que nós temos? Até hoje essa enrolação, nós precisamos da assessoria técnica de fato, mas não é assessoria técnica voltada para um grupinho, tem que ser voltada para a coletividade.^{FGV_ILD_089}

D: Precisamos da Assessoria Técnica Independente voltada para a coletividade.^{FGV_ILD_089}

N: E aí eu quero dizer pra vocês que nós precisamos ser ouvidos, mas temos que ser ouvidos verdadeiramente, como atingidos e necessitamos ser ouvidos de uma vez por todas.^{FGV_ILD_089}

D: Precisamos ser ouvidos coletivamente.^{FGV_ILD_089}

N: Nós fomos pela primeira vez ouvidos como pescador agora. Ninguém nos ouviu, ninguém se preocupou em nos informar. Hoje vocês estão nesse trabalho aí, pela FGV, espero que dê frutos [...].^{FGV_ILD_083}

D: As empresas deviam escutar os atingidos e atingidas, pois temos muita informação para resolver a situação.^{FGV_ILD_083}

Muitas narrativas expressam a reivindicação de poderem participar de forma efetiva nas decisões e no acompanhamento das ações. No âmbito das iniciativas de recuperação e revitalização conduzidos pela Fundação Renova, as narrativas enfatizam que há muitos projetos anunciados e planejados, mas que não foram implementados ou sua implementação caminha a passos lentos. As reclamações apontam que os atingidos e atingidas não possuem qualquer tipo de influência na determinação da alocação dos recursos e tampouco como serão usados, contribuindo para a morosidade e para a escolha de projetos que farão pouca diferença, uma vez que passam ao largo de questões que são estruturais para proceder a recuperação de fato.

N: Na verdade, a Renova vem com inúmeros projetos para a comunidade e na verdade não começou nem o segundo plano. São quarenta e oito planos, mas não foi feito nada. Não foi feito nenhuma dragagem no Rio Doce. Só estão se preocupando em pagar as pessoas e deixar o resto para lá. A Renova está aí para fazer toda a reparação. Recebe milhões e milhões e empurra com a barriga. Já passaram seis anos.^{FGV_ILD_089}

D: Precisamos de mais do que só a indenização. Os danos continuam aí.^{FGV_ILD_089}

N: A minha proposta é que a Fundação Getúlio Vargas possa fazer um estudo nu e cru do que a gente está apontando e que seja colocado que Barra do Riacho vive de esmola da indenização, porque não é feito nada estrutural, nenhum tipo de recuperação. E isso é decidido sempre nos gabinetes e não representa a ansiedade do povo [...].^{FGV_ILD_089}

D: Os recursos para revitalização das áreas impactadas precisam ser decididos com a participação dos atingidos.^{FGV_ILD_089}

D: Precisamos de recursos e projetos para revitalização de Barra do Riacho.^{FGV_ILD_089}

D: Precisamos da recuperação do meio ambiente.^{FGV_ILD_089}

N: Nós vamos lutar pelo coletivo, para ter essa reparação pelo coletivo e eles vão levar. A prefeitura vai receber? Nós queremos saber onde os recursos serão aplicados. Nós representantes da comunidade é que queremos dizer onde será aplicado esse dinheiro. Terá que passar pelo crivo das comissões criadas. Que isso fique registrado, se vier algum tipo de reembolso para qualquer prefeitura, que seja de Fundão, de Serra, nós representantes da comunidade que fomos altamente prejudicados queremos dizer onde terá que ser aplicado esse dinheiro.^{FGV_ILD_084}

D: Os recursos destinados à reparação têm que passar por uma consulta a população para ser aplicado de forma adequada a reparação dos danos gerados.^{FGV_ILD_084}

Em relação à revitalização de projetos culturais, houve relatos de que algumas comunidades são sempre preteridas quando se decide a destinação de recursos e que esta mesma discriminação ocorre em relação a projetos de revitalização ambiental. Estas são questões que se relacionam com a dimensão temática de cultura, lazer e religião (Seção 3.2.3.4), e que compromete a perpetuação de práticas culturais tradicionais e de transmissão de conhecimento entre gerações.

N: [...] E as decisões de alocação dos recursos têm que passar pelas comunidades. Projetos de revitalização tem que passar pelas comunidades, pelas artesãs, pelos pescadores, pelas lideranças comunitárias, quilombolas. Não tem que ser decidido em gabinetes ou câmara de vereadores não. Não temos nada para incentivar, festival da moqueca. Usam o nosso pescado, usam a nossa bandeira de cultura, mas os recursos vão para outro lado. Queremos que Barra do Riacho de fato seja reconhecida pelos recursos naturais, recuperação da restinga, do manguezal, o berçário natural. A gente quer uma travessia sobre o nosso rio Riacho pra gente ir lá usufruir a nossa praia, a gente quer o nosso projeto de surfe, que abrangia mais de 150 crianças, revitalizado. Depois que esse projeto acabou por causa do impacto da Samarco aumentou o índice de drogado, era um projeto que resgatava vidas.^{FGV_ILD_089}

D: Os recursos para revitalização das áreas impactadas precisam ser decididos com a participação dos atingidos.^{FGV_ILD_089}

D: Precisamos de projetos para todos os atingidos, que valorizem a cultura local.^{FGV_ILD_089}

3.2.3.8.4 Abuso da garantia de igualdade e não discriminação no processo de remediação/reparação

Nesta seção estão agrupados os danos relacionados à percepção dos atingidos de que houve um tratamento não igualitário e discriminatório no âmbito das ações reparatórias, seja no âmbito de medidas de resposta (com ênfase ao AFE), seja nas ações de recuperação, reconstrução e reabilitação e, ainda, no âmbito do cadastro, que fornece subsídios para todos os programas socioeconômicos.

Nas oficinas realizadas foram recorrentes os relatos quanto à desigualdade de tratamentos às pessoas dentro de uma mesma classe profissional para acessar a reparação, gerando problemas de saúde, desentendimentos, disputas, conflitos e enfraquecendo lutas das categorias profissionais por indenizações justas.

N: [...]. Eu conheço alguém com um cadastro igual ao meu, do mesmo segmento que o meu, ele é reconhecido e eu não sou reconhecido. Então isso está causando um grande mal para as pessoas. Está ajudando muita gente, mas o sistema vira as costas para você. Eu já recebi muitas ligações de psicólogas da Renova, pelos telefonemas ao zero oitocentos que fiz, dizendo que estava desapontado, triste. Porque o não reconhecido que é abalado está sofrendo grande mal. Há trinta anos estou na comunidade e não fui reconhecido. E o cara que estava aqui há pouco tempo conseguiu e foi embora.^{FGV_ILD_089}

D: As falhas no reconhecimento de quem é atingido também impactam muito o psicológico.^{FGV_ILD_089}

N: Sim, porque há um impacto familiar e as pessoas precisam desses valores, faz a suas dívidas, conta com esses valores e de repente a Fundação Renova, sem nenhuma explicação, vai lá e tira esses valores deles. Causa impacto até moral isso aí. Um as pessoas recebem e outras não. Traz impacto e gera conflito. Se a Renova dialogasse para resolver. Eu ainda foco na [questão] das informações corretas, de qual o canal que a pessoa pode receber as informações. E nem estou falando da quitação geral, estou falando até mesmo antes da quitação geral, pessoas que ficaram sem receber, pessoas que recebiam e foram cortadas.^{FGV_ILD_088}

D: A injustiça no processo de reparação e a falta de informação geram conflitos na comunidade.^{FGV_ILD_088}

Os relatos de comerciantes e artesãos apontam que as duas categorias se sentem discriminadas no processo de reparação, pois não obtiveram o reconhecimento como atingidos e o longo processo de enfrentamento de dificuldades causadas pelos danos do desastre, principalmente financeiras, ainda foram agravados com a chegada da pandemia.

N: Se esse reconhecimento chega numa hora dessa, na pandemia. “Opa, vamos lá, Barra do Riacho está dentro de uma área de proibição, vamos olhar pelos comerciantes, vamos olhar pelos impactados, pelos pescadores, marisqueiros, artesãos”. Eu acho que a única coisa que você pode fazer nesse processo num momento desse é dar apoio. E pelo contrário, viraram as costas pra gente. E na pandemia não podíamos nem falar com eles [da Renova], pois tudo diziam que era culpa da pandemia. Claro, todo mundo com problema, conta de água e luz atrasada. Estamos abertos na raça, porque eu mesmo sou do comércio e não sei nem fazer uma solda, trabalhar de mecânico. Então, assim, eu vivo do comércio.^{FGV_ILD_089}

D: O impacto socioeconômico da lama foi muito profundo para os comerciantes, a pandemia piorou ainda mais nossa situação, e a Fundação Renova não nos ajudou nesse momento que precisávamos.^{FGV_ILD_089}

N: Eu observo que a própria decisão da 12ª Vara Federal de Belo Horizonte traz o parâmetro do perímetro da área direta e indireta de impacto de três, quatro, cinco quilômetros e nós estamos impactados na beira do rio, cinquenta metros, cem metros, menos de um

quilômetro, quinhentos metros e a plataforma [da Fundação Renova] continua dizendo que as pessoas não são impactadas diretamente. Em especial o comércio, no que tange ao impacto que eles não reconhecem, no caso o que a companheira falou aí e deixou muito claro, ela fornece anzol, linha, rancho, que é a cesta básica para eles levarem para o mar pescar e depois acertar. O pessoal de comércio é o fiador dessa categoria [pescador] e de outras envolvidas com a pesca. É o crediário que eles não conseguem ter através de crédito, financeira. Mesmo com juros abusivos a gente fazia crediário sem cobrar juros. Era uma via de mão dupla, um ajudando o outro ali. Eles compravam com a gente o seu óleo, o seu arroz, o seu feijão, a sua farinha, a sua carne, insumos para levar para o mar, faziam sua pesca, vendiam o seu pescado e voltavam para pagar. E aí a Fundação Renova diz pra gente que a gente não é diretamente impactado. Se a gente vende, trabalha direto com o pescador, vende roupa, vende crédito, vende telefone, capinha de celular, vende comida, vende tudo pra eles. E eles não têm poder de compra mais. Nós não temos para quem vender, somos impactados.^{FGV_ILD_089}

D: Comerciantes e artesãos não foram reconhecidos.^{FGV_ILD_089}

O debate sobre o Sistema Indenizatório Simplificado (Novel ou Sistema ágil) esteve presente em todas as oficinas, tendo participantes que aderiram ao sistema e participantes que ainda buscam outras formas de reparação. Os principais pontos de discordância com Novel dizem respeito à cláusula de quitação geral e aos valores indenizatórios, considerados baixos para a realidade das perdas gerada pelo desastre. Segundo as narrativas, ainda há muita pressão para convencer as pessoas a aderirem ao Novel, pois as portas de acesso ao PIM estão fechadas, o cadastro encerrado e a Fundação Renova alega que o Auxílio Financeiro Emergencial (AFE) será cortado.

N: É verdade o que a comadre falou aí. Ela [Fundação Renova] ligou duas vezes pra mim, de Minas [Gerais] falando que no ano que vem não haveria mais pagamento, que iriam encerrar tudo porque está havendo esta quitação geral. Daí eu quitei, eles falaram para quitar, mas não assinei nada. E eu não tenho mais nada para receber deles. Depositaram uma mixaria na minha conta. Enfim, o que vamos fazer daqui para frente? É pescar, minha opção é pescar, eu não tenho outra opção. [...].^{FGV_ILD_088}

D: Há muita pressão para as pessoas aderirem ao Novel. E a Renova afirma que irá acabar com o auxílio emergencial para as pessoas aderirem.^{FGV_ILD_088}

As narrativas também evidenciam que embora haja muita adesão ao Novel, a aceitação se dá muito mais pela necessidade de obterem algum recurso financeiro após todo o tempo de privação dos rendimentos que antes do desastre costumavam auferir. Contudo, não existe plena convicção de que está havendo justiça com as indenizações, sobretudo porque não se vislumbra no curto e médio prazo a possibilidade de voltar ao

modo de vida que, anteriormente ao desastre, dava condições de trabalho às diversas categorias de atingidos, que compreende a cadeia da pesca, turismo e comércio.

N: Eu vejo que o processo de reparação está muito conveniente para a Fundação Renova, principalmente depois da sentença do juiz da 12ª Vara Federal. Então eu vejo que a Fundação Renova, a Samarco, a Vale e a BHP, eles acharam o eixo para eles poderem se livrar do dano que eles causaram. Então, como o companheiro pescador falou, a gente quer ajudar as pessoas, mas pra gente ajudar a gente tem que saber o que está acontecendo. Existem realmente alguns pescadores que tiveram o seu auxílio cortado e eles nem concordaram com a quitação deles. Então, algo está errado. Várias vezes, a gente aqui obteve informações que a Fundação Renova não tinha. Daí a gente repassava para eles, e eles iam saber, para depois responder. Então, assim, ela [a Fundação Renova] iniciou muito errada e permanece muito errada. E por mais que ela tenha feito esse auxílio, ainda assim ela continua devendo ao impactado. Ela não está agindo corretamente. Porque essa quitação, essa sentença do juiz, é uma ofensa aos que foram atingidos, porque permanecemos atingidos, permanecemos impactados. E fomos meio que, não vou dizer enrolados, mas muitos fomos induzidos a receber, pela, não sei ainda se é falsa, porque ainda não chegamos no período, mas pela pregação de que quando chegar agora no prazo de seis anos tudo será cortado. Então estamos à mercê desta situação. O que vai acontecer quando chegar dezembro? Ela [Fundação Renova] não sabe dizer. É muita interrogação para pouca afirmação. FGV_ILD_088

D: Há muita pressão para as pessoas aderirem ao Novel. E a Renova afirma que irá acabar com o auxílio emergencial para as pessoas aderirem. FGV_ILD_088

D: O novel prejudicou mais os pescadores e deixou o processo mais fácil para as empresas. FGV_ILD_088

N: A gente está perdida nesse processo já faz seis anos, processo que vem se enrolando por longo tempo. E cada um tem um modo de ver a questão do fechamento ou não fechamento [do cadastro]. Essa questão do aceite agora vem mais pela necessidade do momento, que faz com que muitas pessoas aceitem porque há muito tempo de espera. Então esses processos que já vêm há anos, a pessoa vê a luz ali naquele momento e aceita. Mas a questão de continuar, sim, deve continuar, porque não acaba ali. Eu fui indenizada hoje. E os danos, pararam ali? Não. Continuam. Então é onde eu concordo com a fala de todos e contamos com vocês. FGV_ILD_089

D: Estamos sendo obrigados a acessar a plataforma do sistema simplificado por falta de opção e necessidade financeira. FGV_ILD_089

3.2.3.8.5 Agravamento da vulnerabilidade com o Processo de reparação e remediação

Esta seção agrupa os danos relacionados à acentuação de vulnerabilidades pelo processo de reparação em virtude da morosidade e ineficiência de sua execução, bem como em razão do tratamento dado às pessoas atingidas sem endereçar adequadamente fatores relacionados a gênero, raça, deficiência, entre outros marcadores sociais da diferença.

A atividade pesqueira enfrenta desafios anteriores ao desastre, sendo a degradação ambiental, a sobrepesca e a falta de gestão e políticas para o setor pesqueiro alguns dos principais desafios (FERNANDES, 2018). Dessa forma, o desastre do rompimento da Barragem de Fundão se apresenta de forma inesperada como um fator determinante para vulnerabilização dessa atividade, uma vez que “afetou os ambientes Aquático Continental, Terrestre, Atmosfera, Zona Costeira e Marinha, além do Patrimônio Cultural, Bens Materiais e Imateriais, ocasionando mais de 90 danos socioambientais os quais foram diagnosticados e classificados entre reversíveis e irreversíveis e, com diversas escalas de gravidade” (INSTITUTO LACTEC, 2021a, p. 339). E as narrativas revelam que a categoria de pescadores se apresenta como uma das que mais sofre com o processo de vulnerabilização, seja porque alguns profissionais perderam o volume de rendimentos que costumavam ter enquanto profissionais autônomos e detentores de embarcações que empregavam outros pescadores, seja porque muitos tiveram que abandonar sua profissão ou trabalhar precariamente. Os prejuízos à sua principal atividade econômica também geram tristeza, perda de momentos de lazer e sociabilidade, preocupações com o meio ambiente e com o futuro (ver as seções 3.2.3.5 e 3.2.3.9). Essas questões se somam à luta pelo reconhecimento como atingido, que pode ser desgastante e injusta segundo narrativas coletadas.

N: A gente tinha que se juntar. Se a gente for pegar todos os pescadores da minha região, que eu conheço e Carapebus com os seus pescadores, identificando, não teria nenhum que não seria da área da pesca. E com certeza iríamos conseguir isso aí mais rápido. Porque já era pra gente ter recebido isso aí há mais tempo. Temos colegas da área de Jacaraípe que já foram embora, morreram. Que sentiu muito, mas sentiu muito. Conversei com eles que não podiam deixar abalar tanto, mas alguns agravaram a situação de saúde que já vinham tendo e partiram desse mundo mais cedo.^{FGV_ILD_083}

D: Muitos pescadores adoeceram, não aguentaram, e alguns até morreram na fé de receber sua indenização.^{FGV_ILD_083}

D: Muita demora para realizar as indenizações.^{FGV_ILD_083}

N:[...]. Então eu quero reforçar isso aí. Antes a embarcação que eu trabalhava era maior. Mas eu tinha dó dos pequenos, que não tinham condições. Até hoje têm embarcações paradas aqui que não tem condição nenhuma de pesca. Quem recebeu da Renova, que ela pagou aqui umas trinta famílias, conseguiu um barco maior e hoje tem outra estrutura de trabalho. Mas quem não conseguiu está com dificuldade, ou com embarcação parada.^{FGV_ILD_083}

D: A insegurança com a contaminação fez o consumidor não aceitar o pescado local.^{FGV_ILD_083}

N: E eu quero dizer pra vocês o seguinte, nós vivemos à beira de um bolsão de pobreza. Quando as empresas vêm para cá, a gente conversa muito sobre isso. Porque as pessoas estão recebendo, achando que estão se empoderando, não voltam a pescar, assinam quitação, mas daqui a dois meses não têm mais nada. Daí vão bater sabe aonde? Nas associações. Na associação Criarte, na associação de moradores, no [companheiro], nas ONG, para receber cesta porque finalizaram tudo e quitaram o seu cadastro. Nosso povo foi coagido a aceitar. Usaram de má fé. Porque eles sim não sabiam o que estavam fazendo, estavam precisando, estavam desesperados. Muitos sem saber que estavam com quitação geral. E aí, o que aconteceu nesse fluxo ágil, foi tão ágil que até hoje não sabem nem quanto receberam. E aí o que acontece? Os bolsões de pobreza vão continuar dentro de Barra do Riacho, dentro da orla, dentro da calha do rio. E aí o psicológico das pessoas está lá embaixo. [...].^{FGV_ILD_089}

D: Estamos sendo obrigados a acessar a plataforma do sistema simplificado por falta de opção e necessidade financeira.^{FGV_ILD_089}

Muitas narrativas enfatizaram que a situação de vulnerabilidade, aliada à obrigatoriedade de constituição de advogado para aderir ao Sistema Indenizatório Simplificado (Novel ou Sistema ágil) e à ausência do Estado na intermediação dos processos, atraiu uma gama de advogados e instituições que se aproveitam da situação de desespero das pessoas, muitas vezes criando especulações e falsas expectativas. São muitas críticas acerca da obrigatoriedade de contratar advogado individualmente para proceder os acordos de adesão ao Novel, sobretudo porque os honorários praticados são considerados altos e injustos diante da situação de vulnerabilidade dos atingidos e atingidas.

N: E aí vem outro impacto gravíssimo, gravíssimo, gravíssimo, essas pessoas que estão morando nesse ambiente são altamente vulneráveis e a ausência do Estado na sua atribuição legal permitiu criar inúmeros milagreiros, advogados, instituições, que foram atrás dessas pessoas atingidas, pessoas que nem foram atingidas ficam criando especulações, criando situações e as pessoas ficam vivendo esperanças.^{FGV_ILD_084}

D: Geração de expectativa quanto a reparação permite que surjam atores em busca dos atingidos e geram distorções e desunião no território.^{FGV_ILD_084}

N: Então ela faz isso. Daí aquela pessoa aderiu e a Renova deixou bem claro “eu não vou fazer mais nada por você, você quer esse valor? Sim ou não?” Daí ela manda passar pelo jurídico, pra você falar sim ou não. Quando você chega lá eles fazem a homologação com o juiz e a pessoa tem que pagar 10%, às vezes 30%, faz até um valor por fora e a pessoa em vez de pagar dez paga quinze. E esse dinheiro será que não faz falta no bolso dessas famílias? Será que não haveria outro meio de se agregar, sem precisar passar por eles? Então é o que eu digo, os advogados estão ganhando muito dinheiro em cima dos pescadores. O que era dos pescadores está ficando para eles.^{FGV_ILD_088}

D: Não deveria ser obrigatória a contratação de advogados para acessar o fluxo ágil. Os advogados estão ganhando dinheiro às custas dos atingidos.^{FGV_ILD_088}

N: Sobre a informação relativa aos advogados, quando a gente fala isso aí não é que a gente tem nada contra o jurídico não. O que a gente tem contra é o seguinte, se uma pessoa ganha cem mil reais ela tem que disponibilizar vinte mil reais para um advogado, para o jurídico. Será que esses vinte mil não fazem falta na vida o impactado? Infelizmente a 12ª Vara de Minas Gerais exige que tenha um advogado e que entre no portal, para ficar mais fácil para ele. Poxa, mas podia ver uma situação melhor. Já está quitando, tirando tudo o que ele [o impactado] tem, daqui a pouco ninguém sabe. Na verdade, a Fundação Renova vem falando desde agosto que esse fluxo ágil é para aquelas pessoas que querem aderir e é algo simplificado. Mas vou pedir carona ao que a colega falou, esse processo é um meio da empresa se livrar. Claro, o objetivo dela é ficar livre no mercado nacional e internacional, sem nenhum processo.^{FGV_ILD_088}

D: Não deveria ser obrigatória a contratação de advogados para acessar o fluxo ágil. Os advogados estão ganhando dinheiro às custas dos atingidos.^{FGV_ILD_088}

D: O que recebemos até hoje não cobre o prejuízo do pescador.^{FGV_ILD_088}

Os relatos colhidos nas oficinas demonstram vulnerabilidade também pelo cansaço, desânimo e tristeza das pessoas para continuarem na luta pelo reconhecimento justo aos danos causados. Muitas pessoas que relataram não ter conseguido reconhecimento como impactadas afirmaram que por isso necessitam trabalhar mais tempo, às vezes em várias atividades diferentes, para conseguir renda mínima à sobrevivência. Comerciantes, artesãos e artesãs perderam drasticamente o faturamento devido à restrição da atividade pesqueira e da diminuição do movimento do turismo local.

N: Eu já tenho cinco a seis anos sem férias. Temos que matar um leão por dia. A saúde psicológica das pessoas está abalada há muito tempo devido aos grandes empreendimentos. Depois de 2015 a situação agravou, sobretudo o alcoolismo e as drogas. A gente observa pessoas nessa situação que nunca imaginamos observar. Pessoas da sociedade.^{FGV_ILD_089}

D: As falhas no reconhecimento de quem é atingido também impactam muito o psicológico.^{FGV_ILD_089}

N: Eu faço jus às palavras de todos os nossos amigos. O sofrimento é para todos, estamos sofrendo, está difícil, a pobreza é geral e a falta de responsabilidade dos nossos governantes. Nos sentimos derrotados. Não temos o que fazer, esperar, porque o que foi perdido, as vítimas, o sofrimento, a pobreza aumentou, os andarilhos de rua. Vamos em fé e a gente vai conseguir. Estamos contando com todos vocês. Unidos venceremos.^{FGV_ILD_084}

D: Omissão e morosidade do poder público frente aos danos do desastre.^{FGV_ILD_084}

Mesmo as pessoas que aderiram ao Sistema Indenizatório Simplificado (Novel ou Sistema ágil) assinando o termo de quitação única e definitiva não vislumbram futuro promissor e temem pela precariedade, posto que as áreas de pesca e uso das águas continuam restritas. Justamente pela restrição das possibilidades de trabalho, seja na pesca, seja com a diminuição do movimento do comércio e turismo, diversas narrativas mencionam que acham injusto o Novel descontar o lucro cessante.

N: Conheço duas pessoas que eles [Renova] cortaram o benefício deles. Ficaram dois meses sem receber e ele foi lá e eles [a Renova] fizeram a quitação com eles e disseram “é isso mesmo, você não tem mais nada para receber”. E eles hoje não recebem nada mais, que tristeza, pai de família e aí? Rapaz, essa Renova aí ela não tem nada definido. São pescadores, que vivem da pesca. É um trem que não tem nada certo. Não tem uma diretoria específica para isso. Eles [Renova] trouxeram um bocado de gente que não sabia nem conversar sobre o pescado, sobre os impactos. E não aceitam ideia de ninguém. Antes da pandemia ainda tinha reuniões. Mas depois da pandemia fizeram tudo por baixo dos panos. Teve até representante da Barra aí, pescador, sem ninguém nem saber. Essa Fundação [Renova] é muito errada.^{FGV_ILD_088}

D: O novel prejudicou mais os pescadores e deixou o processo mais fácil para as empresas.^{FGV_ILD_088}

N: Em relação ao corte do cartão, quem já está recebendo a quitação o auxílio mensal já está sendo cortado. Eles estão quitando e descontando o lucro cessante que foi pago desde há cinco anos atrás. Todo final de ano pagavam o lucro cessante também. Mas o que vai ser daqui para a frente se a pesca continuar fechada? O que vai ser daqui em diante se ela cortou tudo? A coisa vai complicar ainda mais.^{FGV_ILD_088}

D: Como vai ficar pra frente com a quitação geral e o corte dos auxílios emergenciais?^{FGV_ILD_088}

3.2.3.8.6 Barreiras de acesso ao Processo de reparação e remediação

Nesta seção os danos registrados são decorrentes dos obstáculos enfrentados pelas pessoas atingidas no acesso à reparação, a exemplo de exigências documentais e comprobatórias não condizentes com a realidade sociocultural dos atingidos e critérios de elegibilidade indevidos.

As narrativas das oficinas enfatizaram fortemente o fato dos municípios de Fundão e Serra não terem sido reconhecidos como um todo, agravando a situação de discriminação em relação ao reconhecimento de uns e não reconhecimento de outros atingidos e atingidas. E não apenas os pescadores, mas todo o setor de turismo e comércio sofreram danos e continuam sem reconhecimento. A respeito disso, a deliberação da justiça baseada na Nota Técnica nº 58 do Comitê Interfederativo (CIF), para que a Fundação Renova realize o cadastramento de áreas impactadas na RECM do Espírito Santo, não foi cumprida (FGV, 2021d).

Observa-se aqui muitos questionamentos da Fundação Renova quanto aos critérios de elegibilidade, sendo relatado que esses critérios servem para restringir a área atingida, mas não servem para reconhecer os trabalhadores que atuam nessas áreas. As falas demonstram indignação com a restrição das suas áreas de pesca e, mesmo assim, não obterem o reconhecimento da Fundação Renova e empresas causadoras do desastre como área atingida.

N: [...]. Porque ela [Fundação Renova] tem elementos suficientes. Vamos dar um exemplo aqui em Serra. Nós estamos a 30 milhas do Rio Doce. É sabido que 80% durante o ano a água corre para o sul e só 20% durante o ano a água corre para o norte. Itaúnas [distrito de Conceição da Barra] foi reconhecido e está a 70 milhas da foz do Rio Doce. Então porque reconhecer Itaúnas que a água só corre 20% durante o ano para o norte, está a 70 milhas do Rio Doce e nós estamos a 30 milhas e 80% durante o ano a água corre pro sul e nós não fomos reconhecidos? Não vai falar que é por causa de estudos porque não é. Estudo acontece constantemente, inclusive a gente vê os barcos deles fazendo estudos aqui e simplesmente a gente não vê o resultado. Eles não passam o resultado pra gente. [...]. E a mesma coisa é a Renova, se tem os estudos, se estamos a 30 milhas, se está contaminado aqui. Porque tem a Deliberação [CIF] nº 58 que diz que ela tem que fazer estudo e reconhecer os atingidos, os pescadores. A gente fala de pescador, mas a gente tem que ser um pouquinho justa porque não é só pescador que foi impactado. Muitas pessoas que viviam em torno do Rio Doce e entorno do mar, naquela região ali, acabou o turismo. E eles têm os representantes deles lá.^{FGV_ILD_083}

D: A área de pesca continua restrita (nossa principal pesca) e o pescador não é reconhecido como atingido e atuante na área.^{FGV_ILD_083}

N: Com relação ao território de pesca, houve uma chamada pública em 2015, de um projeto de repactuação da Jurong, como sendo uma condicionante para as licenças ambientais concedidas pelo IEMA [Instituto Estadual de Meio Ambiente] naquela ocasião. E esse estudo foi sobre a delimitação dos territórios tradicionais de pesca de todas as comunidades de Serra. Então estão ali identificados e aceitos pelo IEMA os nossos territórios tradicionais de pesca. Então estamos reivindicando que a Samarco e a Renova reconheçam aquilo que já foi aceito pelo IEMA, como estudo preliminar dos territórios tradicionais de pesca de Nova Almeida, de Bicanga e de Jacaraípe. E justamente está inserido esta área de restrição que hoje nós temos. É esse reconhecimento que nos daria o respaldo legal de onde estamos trabalhando. O IEMA já o reconheceu e aceitou, como condicionante de continuidade para as atividades da Jurong. É o edital número um de 2015, projeto Repac, de reparação da Jurong com o Instituto de Meio Ambiente do Estado do Espírito Santo. Então esta é uma fonte que pode ser consultada, pra fundamentar o que o nosso amigo está dizendo.^{FGV_ILD_083}

D: A Fundação Renova não tem interesse em resolver a situação com atingidos e atingidas, pois já tem muita informação e estudos.^{FGV_ILD_083}

N: O triste é saber que a justiça reconhece a gente, pela área impactada, nosso segmento, e a Renova não reconhece. Quando ela não reconhece ela não está respeitando a sentença. E a gente não recebe uma resposta dela depois. Então a justiça reconhece e a Renova não reconhece. A Renova está sendo maior que a justiça. Então por isso que eu não reconheço a justiça.^{FGV_ILD_089}

D: Precisamos de mais apoio das instituições de justiça.^{FGV_ILD_089}

Muitas narrativas evidenciam que no caso dos pescadores, mesmo residindo em áreas atingidas, mas até hoje não reconhecidas, sempre atuaram nas áreas atualmente com restrição à pesca. Não obstante, os atingidos e atingidas lutam pelo reconhecimento de todos os balneários pertencentes ao município de Serra, havendo vários depoimentos que expressam essa reivindicação.

N: Se a gente ficar esperando somente o reconhecimento, Jacaraípe, Carapebus e Bicanga, esses locais foram atingidos sim, só que o nosso local de trabalho é lá. Se dá oportunidade de pescar aqui a gente aproveita, mas nunca Jacaraípe teve a quantidade de peixe que a gente pesca lá. Então a nossa sobrevivência é nessa área impactada. Mas quem pesca aqui em Jacaraípe direto, sentimos também. Aqui ficou pior. Então fica até fácil de redigir aí. Aqui foi atingido, eles não reconhecem. Tudo bem, mas nós pescamos lá.^{FGV_ILD_083}

D: A área de pesca continua restrita (nossa principal pesca) e o pescador não é reconhecido como atingido e atuante na área.^{FGV_ILD_083}

N: [...]. O município de Serra não foi reconhecido como um todo. E os pescadores de Serra também pescavam em outra área atingida e não foram reconhecidos como sua área de atuação. Não é conhecido como atingido e como atuante naquela área.^{FGV_ILD_083}

D: A área de pesca continua restrita (nossa principal pesca) e o pescador não é reconhecido como atingido e atuante na área.^{FGV_ILD_083}

N: Vou dar até um tipo de exemplo. Eu insisti muito com o meu advogado. Ele me disse que não queriam reconhecer Jacaraípe. Eu disse então que entrasse com uma ação dizendo que eu trabalhava lá. Eu tenho uma prova bem contundente que é um boletim de ocorrência que eu tive que fazer em função de um naufrágio na foz do Rio Doce. Foi em 2011. E fora alguns documentos de pesca, de peixes que a gente acaba entregando a comerciantes de lá. Então isso é um reconhecimento bem nítido. Então eu não vou ficar esperando pelo reconhecimento de Jacaraípe, embora eu lute por isso.^{FGV_ILD_083}

D: A área de pesca continua restrita (nossa principal pesca) e o pescador não é reconhecido como atingido e atuante na área.^{FGV_ILD_083}

O tratamento individualizado dos casos torna o processo mais desgastante para as categorias de trabalhadores, que reclamam pela morosidade dos processos iniciados em 2015 e passados seis anos recebem notificação do não reconhecimento e dando prazo para recorrerem.

N: Eu recebi uma carta da Renova agora, olha, dizendo que não tenho direito, mandando eu recorrer. Estou agora mandando para o advogado. E dizendo que quem não recorrer o processo é arquivado. E o processo está desde 2015 lá. Esta é a renovação do crime. E não é só nós não. Nós de Nova Almeida pra cá não fomos reconhecidos ainda, mas mesmo quem foi reconhecido, nem todos que é de direito foi reconhecido não. Assim é Colatina, assim é Linhares, é todo o litoral, é todo o entorno do Rio Doce. Nem todos os atingidos receberam. Então é muito tenso falar nisso aí, a gente saber que tem quarenta e dois programas e ela não cumpre nenhum. E a justiça fica passando a mão na cabeça deles. Mas a gente sabe o porquê. Porque a maioria dos advogados dessa empresa Renova é de filho de juiz, é de neto de juiz e um parente qualquer. Então, por esse motivo ela vem fazendo tudo isso. Essa morosidade de seis anos, e ela quer chegar na nossa comunidade e encontrar a gente feliz da vida e sorrindo para eles. E isso aí ela não vai encontrar nunca, porque está trazendo um transtorno muito grande para nossa população que sempre sobreviveu da pesca e está tentando continuar sobrevivendo. Mas aí vem essas empresas. Aqui o município de Serra, Carapebus, Bicanga, Manguinhos, Jacaraípe e Nova Almeida, foi iniciado com Vilas de pescadores. Então isso aí revolta, deixa a gente emocionado das lutas e não consegue avançar.^{FGV_ILD_083}

D: Estamos lutando desde 2015 e ainda não fomos reconhecidos, mesmo Nova Almeida que foi reconhecida não foi devidamente indenizada.^{FGV_ILD_083}

D: O município de Serra não foi reconhecido como um todo.^{FGV_ILD_083}

N: Não tivemos nada, nada, nada. Tivemos enganação da Renova. Mentindo e iludindo a gente. Porque hoje a gente sabe que a Renova é uma cortina de fumaça, pra Vale e BHP. Ela enganou a gente durante

esse tempo todo. E hoje a gente não tem o direito de entrar na área de pesca que é registrado federal.^{FGV_ILD_083}

D: Não tivemos apoio das empresas e da Fundação Renova.^{FGV_ILD_083}

As barreiras enfrentadas para o reconhecimento de Serra são as mesmas colocadas para o município de Fundão e impactam outras categorias além dos pescadores, em especial o comércio e serviços na área do turismo. Os relatos trouxeram muita insatisfação quanto ao papel e responsabilidade do poder público desses municípios, que pouco se empenham para reconhecer que ocorreram danos e não oferecem o apoio necessário para buscar as respostas das empresas causadoras do desastre e da Fundação Renova.

N: E o terceiro problema é o que ela falou, a invisibilidade, mas eu reporto ao que a companheira falou que é o desrespeito por parte dos órgãos públicos, se geram documentos dizendo que Aracruz foi impactada e pulou para Serra, como se Fundão não existisse litoral. Então são coisas técnicas e é inexplicável como até o momento não nos foi dado resposta. Então, esse impacto da ausência do poder público na sua atribuição legal de dar resposta, de responder ou no mínimo ouvir a comunidade da região de Fundão e de Serra. E aí vem o terceiro, que eu acho que é o pior, que é a negligência, ou ineficiência, ou precarização dos órgãos públicos que não respondem.^{FGV_ILD_084}

D: Desrespeito com o reconhecimento de Fundão e Serra.^{FGV_ILD_084}

N: E todo esse descaso que está acontecendo conosco vem mesmo das autoridades do nosso município. Eu não posso dizer que é 100% verdade, mas eu fiquei sabendo que a própria prefeitura declarou para a Renova que aqui em Serra não houve dano nenhum, que aqui estava tudo certo.^{FGV_ILD_084}

D: Desrespeito com o reconhecimento de Fundão e Serra.^{FGV_ILD_084}

N: Mas eu pergunto, porque vocês vieram agora? Foi devido à nossa luta? Porque aqui pouquíssimas pessoas foram cadastradas, porque temos 7.500 pessoas em Praia Grande e só temos 80 cadastrados.^{FGV_ILD_084}

D: Desrespeito com o reconhecimento de Fundão e Serra.^{FGV_ILD_084}

Diversas narrativas evidenciaram barreiras para o reconhecimento de atingidos no município de Aracruz, incluindo artesãos e artesãs moradores do bairro de Coqueiral, na orla de Aracruz. Segundo as narrativas, a situação de não reconhecimento pela Fundação Renova é agravada na medida em que atingidos e atingidas não encontram apoio do poder público local para cobrarem resposta da Fundação Renova e empresas causadoras do desastre.

N: A Fundação Renova foi criada para resolver o problema dos criminosos, dos acionistas. Precisa deixar bem claro, colocam pessoas à frente para resolver os interesses da criminosa [empresa]. O nosso município de Aracruz, a administração passada e a atual, com relação à questão dos atingidos, simplesmente é como se não existisse esse crime. Sempre viraram as costas pra gente. Tanto a administração passada quanto a atual. Prova disso é que o Ministério Público Federal já fez provocações à Secretaria de Saúde do município, cobrando o que se tem em relação aos atingidos. Eu já estive como presidente e hoje estou como conselheiro e na mesa diretora do conselho. Os agentes públicos da saúde me chamaram para ajudá-los. Então, para eles é como se não houvesse nada disso. Como se tivéssemos duas cidades, a dos atingidos e aquela farsa que não consegue enxergar. Importante vocês saberem que é dessa forma que os administradores enfrentam ou omitem [a questão]. Isso me deixa triste, tem que ser na base do judiciário, na base de futucar para fazerem a sua obrigação. FGV_ILD_089

D: O poder público municipal não reconhece que há atingidos em Aracruz. FGV_ILD_089

N: [...]. Tem muita gente que precisa de apoio e a gente é sempre esquecido. Até mesmo pelos nossos próprios colegas, porque quando falam aí da orla eles passam em Barra do Sahy e Santa Cruz, mas não entram no Coqueiral. Eles acham que Coqueiral é gente que tem condições financeiras, que só moram ricos. Mas aqui não moram só pessoas ricas, moram pessoas pobres, pessoas que precisam e que vivem até de cesta básica. Pessoas que vivem do artesanato, inclusive eu que vivo do artesanato. Eu preciso ser reconhecida porque eu vivo do meu artesanato. Meu esposo trabalha, mas a minha renda do artesanato ajuda ele. Até meus próprios colegas mesmo, eu fico muito triste com isso, eles passam pela gente como se fôssemos poderosos, sem tanta necessidade. Acham que a gente não precisa e estão sempre excluindo a gente, porque acham que moramos num bairro planejado pela empresa. A gente fazia feira na praça. FGV_ILD_089

D: O Bairro de Coqueiral também foi muito atingido com a queda do turismo, diminuição do artesanato e de eventos culturais, e não é reconhecido no processo de reparação. FGV_ILD_089

N: Nenhuma pessoa aqui da associação do nosso bairro Coqueiral foi reconhecido como atingidos. Sendo que nós trabalhamos para sobreviver mesmo. E não somos reconhecidos nem pelo poder público. Sempre acham que a gente não precisa. Tudo bem, aqui têm várias pessoas que não precisam, têm um poder aquisitivo melhor. Mas não estão todos incluídos nisso aí, entendeu? FGV_ILD_089

D: O Bairro de Coqueiral também foi muito atingido com a queda do turismo, diminuição do artesanato e de eventos culturais, e não é reconhecido no processo de reparação. FGV_ILD_089

Outros obstáculos recorrentes nas narrativas dizem respeito aos critérios e requisitos do cadastramento junto à Fundação Renova, que solicita comprovação de atividade impactada que não é condizente com a realidade dos atingidos e atingidas. Esse fato, muitas vezes levou ao reconhecimento indevido de algumas pessoas e ao não

reconhecimento de atingidos e atingidas que de fato teriam direito. Exemplos foram citados com trabalhadores da pesca e com trabalhadores no comércio e serviços de turismo informais.

N: Agradeço pelo convite, porque antes de estar com vocês eu sou mineiro. Somos atingidos na lama e na forma que está sendo feito o cadastro, pois estão [pedindo] uma nota fiscal. Mas, a gente não tem como comprovar esse negócio. A gente vivia na informalidade desse turismo. A gente buscava ostra e não tem mais turista, vendia milho verde, vendia picolé. Eu agradeço a vocês estarem aqui, porque não tinha ninguém e o bairro de laranjeiras [Serra] é um bairro de muita invasão. São pessoas diaristas, comércio informal. Daí pedem um cadastro e como a pessoa vai provar? A gente vivia da pesca, mas as tilápias ficaram com câncer. A gente vendia tilápia de porta em porta, mas com o desastre a gente ficou sem rumo. Então, o cadastro tem que ter uma facilidade. Como vou ter uma nota fiscal que eu comprava o coco verde? Então, queremos discutir as dificuldades que a gente vai enfrentar e o que está esbarrando para a gente poder conseguir o benefício. FGV_ILD_084

D: A economia informal foi muito impactada. FGV_ILD_084

N: Então eu fiz uma proposta para o meu advogado que eu vou esperar todo mundo ser indenizado, depois de tudo, quando não tivermos como recorrer, vou trazer o Fantástico e mostrar como foi a metodologia da Fundação Renova, que aprovou pessoas que foram indenizadas quem nunca fez parte desse nicho de negócio e destruir quem fez parte desse nicho de negócio. E nós vamos provar porque somos uma comunidade pequena. FGV_ILD_089

D: A Fundação Renova trouxe muita injustiça. É uma loteria. FGV_ILD_089

N: Eu tenho fotos de comprovação de que meu marido é pescador e não foi reconhecido. Então é como o companheiro diz essa questão é loteria. FGV_ILD_089

D: A Fundação Renova trouxe muita injustiça. É uma loteria. FGV_ILD_089

N: Muito bem colocada a fala dele, por mais que a gente queira, existe uma informalidade muito grande. Eu conheço uma pessoa que tinha o aluguel "de boca" e não tem como comprovar que morava aqui e não tem como receber. Então, vocês têm que identificar essas pessoas, porque elas foram primeiramente atingidas. FGV_ILD_084

D: Desrespeito com o reconhecimento de Fundão e Serra. FGV_ILD_084

Os relatos colhidos nas oficinas demonstram ainda a indignação dos atingidos e atingidas em relação à data imposta como prazo para cadastramento como impactado. As críticas justificam que colocar prazo para cadastramento não é razoável, dado que muitas categorias de trabalhadores não se deram conta de imediato que seriam impactadas, pois fazem parte de toda uma cadeia de serviços e comércio em que uma

atividade depende do funcionamento da outra e, além disso, enquanto durarem as restrições de pesca nas áreas atingidas, os reflexos do desastre podem se espalhar para categorias que não atingiram de imediato.

N: Na totalidade, daqueles que foram incluídos, do capricho da decisão de um juiz da 12ª Vara de Minas Gerais, dizer quais são que estão contemplados e colocado valores e nomenclaturas, ao ponto de chegar, a 12ª Vara, dizer que a partir de 20 de abril de 2020, esse que está na cadeira de juiz da 12ª Vara, seria oportunista quem se manifestasse como atingido [de indenização]. Diferente do Ministério Público e Defensoria Pública, que sempre entenderam que não se deve fechar o cadastro, porque muitos estão ainda excluídos, os que não têm a sensibilidade e não perceberam que estão sendo vítimas desse crime. É uma dona Maria que costurava e nem percebeu que não costura mais porque os pescadores pararam de fazer roupa. Então vocês como uma comissão técnica que possa apurar isso, porque a gente é leiga, mas a gente tem a sensibilidade humanista de perceber que tem muita gente ainda excluído. FGV_ILD_089

D: O cadastro não poderia ter sido fechado. Ainda tem muitas pessoas e Associações que não acessaram por falta de informação. FGV_ILD_089

3.2.3.8.7 Diminuição da segurança pessoal decorrente do Processo de reparação e remediação

Esta seção agrupa danos relacionados à maior exposição das comunidades atingidas a riscos face ao desenvolvimento de ações derivadas do processo reparatório, promovendo insegurança para os moradores e alterações nas rotinas locais.

Alguns relatos se referiram a episódios de intimidação das pessoas, por participação em atos reivindicatórios na região ou por reclamarem por seus direitos indenizatórios, causando desconforto e insegurança.

N: A gente fica com medo de reclamar alguma coisa, porque pode acontecer alguma coisa com a gente. Você está sozinho e pode ser perseguido. [...]. FGV_ILD_083

D: Às vezes temos medo de falar e sofrer perseguição, mas somos muito prejudicados por danos de diversos empreendimentos e do desastre. FGV_ILD_083

N: A exemplo que, eu estou sendo processado num processo aí da Vale na interrupção da via férrea aí na Barra do Riacho que sequer eu participei. Não que eu não quisesse participar, mas eu realmente não participei. Que justiça é essa que arrola a gente num processo como réu sem a gente estar presente no ato? Aí se eu quiser me defender eu tenho que pagar meu advogado, porque se eu precisar da defensoria pública ela não vai me defender. Mas proponho aqui de a gente fazer uma outra [reunião] aqui, mas que a gente possa de fato levar a bandeira dos impactados, e não a minha voz. Tem que ser do

senso comum, do coletivo. Eu não sou reconhecido como impactado e sou, quero reconhecimento hoje e quero amanhã também.^{FGV_ILD_089a}

D: Precisamos de mais apoio das instituições de justiça.^{FGV_ILD_089}

3.2.3.8.8 Perda de tempo útil/produtivo com o Processo de reparação e remediação

O processo de reparação envolve também a utilização de parte considerável de tempo, para que a população atingida consiga ter acesso ao cadastramento, fornecimento de informações, correção de dados, acompanhar o andamento do procedimento e deslocamentos para esse acompanhamento. Tudo isso altera o seu cotidiano para buscar a documentação que lhes é exigida e para participar de reuniões. Muitos consideram que houve perda de tempo, uma vez que o período que utilizam para se dedicarem a isso é muitas vezes associado à frustração de não obterem retorno, além do estresse vivido.

N: Eu nunca tive problema de pressão alta e passei a ter, fiquei cinco dias internado. Meu cabelo caiu. Quando fez todos os exames, foi constatado que aquilo era problema de depressão, coisa assim, que caiu o cabelo. E quando fizemos reivindicação e paramos a ponte, eu estava consumindo daquela água ali e o estresse, dessa luta tão grande da gente. Então o sacrifício que a gente faz, tem hora que a gente desanima. Já tem seis anos. Embora eu saiba que este levantamento que vocês estão fazendo já tem muito mais dados e acredito que vocês vão levar para o juiz e ele vai reconhecer isso aí. Então acho que vocês vão contribuir pra gente avançar. Acredito que vocês também vão levar pro Comitê Interfederativo e para algumas Câmaras Técnicas. Porque precariamente estão funcionando ainda. Eu só desanimo participar. Porque quando era presencial a gente participava dois dias e tinha dez a quinze minutos de fala. A gente não tinha esse tempo de fala que estamos tendo aqui não. Então eu estou acreditando muito nesse trabalho de vocês e se Deus quiser vocês vão nos ajudar a levar para as autoridades a informação que é preciso, pra que nós possamos estar avançando nisso aí. Obrigado pela oportunidade.^{FGV_ILD_083}

D: Desânimo de tanta luta sem resultado.^{FGV_ILD_083}

D: Muita luta, participamos de muitas reuniões, mas não temos resultado é só perda de tempo.^{FGV_ILD_083}

N: [...]. Então essa falta de reconhecimento do governo cria novos impactos. Impacto financeiro e a exploração desses atingidos. Por exemplo, eu e outras pessoas que estão aqui deveríamos estar trabalhando agora e não estamos para poder participar desta reunião. E não estamos trabalhando e é mais impacto financeiro.^{FGV_ILD_084}

D: Perda de tempo útil para participar dos processos de reparação e sem resultados.^{FGV_ILD_084}

3.2.3.9 Vida digna, uso do tempo, e cotidiano e perspectivas futuras

Nesta seção encontram-se organizadas as narrativas e danos enunciados em campo que versam sobre mudanças nos modos de vida a partir do desastre que afetam a qualidade de vida das pessoas atingidas e os seus projetos de vida e perspectivas de futuro em relação em diferentes esferas da vida. Os danos expostos refletem danos acerca das condições de vida dos atingidos e atingidas e possuem interface com as diferentes temáticas discutidas nesse relatório.

Para abordar a ampla temática, faz-se uso da noção de dignidade humana adotada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, que reconhece o direito de todo ser humano escolher livremente as opções e circunstâncias que conferem sentido à sua existência, conforme suas próprias opções e convicções (CIDH, Opinião Consultiva 24/2017, p. 4). A Corte aborda que o direito à vida privada não abarca somente o direito à privacidade, mas também os meios para o desenvolvimento autônomo de sua própria personalidade e aspirações, configurando sua identidade, suas relações pessoais e suas reações aos eventos futuros (CIDH, Opinião Consultiva 24/2017, p. 44).

Assim, as análises das narrativas e dos danos enunciados relacionadas à vida digna e uso do tempo e cotidiano são desenvolvidas a partir de noções como dignidade humana e cotidianidade, compartilhadas entre atingidos e atingidas dos municípios aqui apresentados, no desenvolvimento de suas vidas, relações que se expressam no contexto do convívio e proximidade das pessoas com o ambiente natural. Nestas localidades, a paisagem¹¹³ tem lugar fundamental na memória individual e coletiva das pessoas e grupos; e o senso de pertencimento é potencializado pela relação das pessoas com os lugares¹¹⁴.

Além do olhar para o cotidiano e as memórias enraizadas no ambiente, esta seção apresenta análises das narrativas e danos sobre as perspectivas futuras dos grupos e pessoas atingidas que foram interrompidas ou comprometidas pelo desastre. A inibição de projetos de futuro e a perda de chances devido ao desastre são assim articulados a partir de falas sobre as limitações impostas aos planos de vida e às oportunidades, com

¹¹³ O conceito de paisagem destacado aqui tem relação com seu uso antropológico. “Paisagens estão intimamente relacionadas à temporalidade; são histórias e nos oferecem modos de contar histórias mais profundas sobre o mundo. [...] perceber a paisagem, para Ingold, corresponde a um ato de memória, relacionado ao engajamento e à circulação em um ambiente impregnado de passado. [...] Vivendo nas paisagens, nós as produzimos, tanto quanto somos produzidos por elas, por meio de processos materiais e cotidianos” (BAILÃO, 2016).

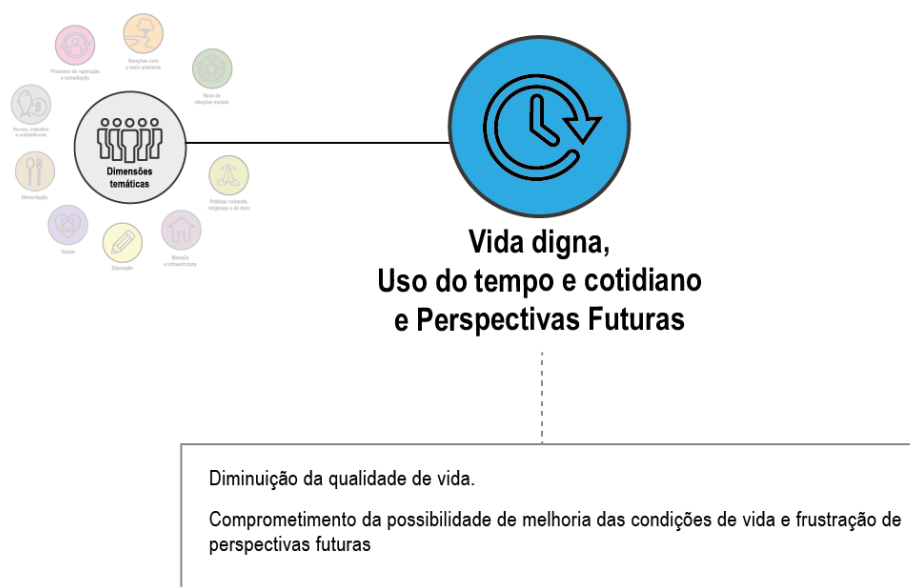
¹¹⁴ A categoria de lugar aqui escolhida se vincula à literatura sobre patrimônio cultural imaterial, tendo sido referenciada na seção Práticas culturais, religiosas e de lazer.

consequências em aspectos diversos da vida das pessoas que estavam em planejamento e em execução no momento do desastre.

O entendimento de projeto de vida, neste contexto, passa pelas “alternativas que podem ser sonhadas e desejadas, individual ou coletivamente, no contexto sociocultural no qual os sujeitos estão inseridos” (ALVES & DAYRELL, 2015, p. 379). Não só o planejamento, mas a própria realização deste projeto se faz possível principalmente a partir da identidade e do conhecimento da realidade vivida pelos atingidos e atingidas, além dos meios de que dispõem para garantir sua sobrevivência (ALVES & DAYRELL, 2015), que foram prejudicados também com o desastre.

As narrativas e danos alocados nesta dimensão temática Vida digna, uso do tempo, cotidiano e perspectivas futuras estão agrupados em duas formulações de danos socioeconômicos: (i) Diminuição da qualidade de vida; e (ii) Comprometimento da possibilidade de melhoria das condições de vida e frustração de perspectivas futuras. Tais formulações orientam a organização desta seção em dois blocos de conteúdo, conforme demonstra a Figura 43.

Figura 43 — Dimensão temática Vida digna, uso do tempo e cotidiano, perspectivas futuras: danos socioeconômicos associados



Fonte: Elaboração própria (2021).

3.2.3.9.1 Diminuição da qualidade de vida

Esse dano socioeconômico se refere às alterações negativas nas dimensões materiais (patrimoniais), relacionais e subjetivas da vida, com prejuízos à qualidade das relações intersubjetivas e comunitárias. A impossibilidade de exercer e manter atividades cotidianas, tal como antes exercidas, limita a autonomia e a autodeterminação.

A diminuição na qualidade de vida é percebida pelos atingidos e atingidas por meio das alterações negativas em suas rotinas. São diversos relatos que apontam o aumento de carga de trabalho, redução de tempo com a família e amigos.

N: [...] Eu vejo o meu marido sair às cinco horas de manhã e vejo ele chegar às dez horas da noite, para poder pagar as dívidas. E sem ter quase o comércio aberto, com vendas boas.^{FGV_ILD_089}

D: Hoje precisamos trabalhar mais.^{FGV_ILD_089}

N: Com certeza diminuiu o tempo com a família porque quando você tem um verão bom você tem uma segunda-feira com sua família. Com temporada ruim você tem que dobrar horário, das sete da manhã às nove da noite, buscar mais venda. Eu não tiro férias, final de semana, nada. Trabalho de domingo a domingo porque eu preciso tratar da minha família. Agora com a pandemia quiseram fechar os ambientes e fui até notificado, mas não tive condições de deixar de trabalhar.
[...].^{FGV_ILD_084}

D: Comprometeu o tempo de descanso, lazer e convívio com a família por ter que aumentar a carga de trabalho.^{FGV_ILD_084}

As narrativas apontam a mudança na rotina e a redução do bem-estar, sendo citado o comprometimento das atividades de lazer devido o impedimento do uso dos espaços naturais, como praias, rios e entornos, como debatido na dimensão temática de práticas culturais, religiosas e de lazer (Seção 3.2.3.4). Nesse sentido, pode-se compreender que a impossibilidade de exercer e manter atividades cotidianas, tal como antes exercidas, limita a autonomia e a autodeterminação.

N: Quando a lama chegou aqui, que as pessoas começaram a parar de pescar, começaram a parar de ir à praia e a evitar de ir ao rio, caiu a ficha de que a nossa vida iria mudar e mudar para pior.^{FGV_ILD_089}

D: Mudou muito a rotina da comunidade.^{FGV_ILD_089}

N: Nós passamos a ser dependentes e tivemos que fazer outro aprendizado, outras coisas. Quando a lama chegou aqui no nosso território mexeu com toda a nossa rotina, mudou todo o nosso modo de ser e de viver. A gente passou a ter momentos de fragilidade na comunidade. Você sai de uma rotina certa, de trabalho, de turismo,

lazer e entra nessa onda que foi essa lama, esse desastre impactou muito a nossa vida.^{FGV_ILD_089}

D: A cultura se enfraqueceu, pois as pessoas precisaram migrar para outras atividades.^{FGV_ILD_089}

3.2.3.9.2 Comprometimento da possibilidade de melhoria das condições de vida e frustração de perspectivas futuras

Esse dano socioeconômico trata da queda ou comprometimento do padrão de vida adequado, o que repercute na impossibilidade de galgar melhorias contínuas das condições de vida. Face ao impedimento compulsório de reproduzir seus modos de vida, conforme vividos no presente e projetados para o futuro, há sofrimento pelas frustrações de sonhos e de perspectivas de futuro, o que impossibilita a autodeterminação quanto a escolha do destino, em clara ofensa à dignidade e aos direitos de personalidade.

Nas oficinas realizadas, nos territórios atingidos dos municípios de Serra, Fundão e Aracruz, são identificadas narrativas que apresentam relatos de alteração no cotidiano dos atingidos e atingidas que, de forma abrupta, precisaram interromper suas atividades e buscar estratégias e alternativas para enfrentar o novo contexto imposto pelo desastre.

N: E a minha experiência é muito triste, porque eu estive lá em Regência e vi aquela lama chegando, eu vou levar isso para o resto da minha vida. Detonou tudo o que a gente sonhava em ter aqui como fomento do turismo do surfe e do comércio, da foz do Rio Doce até Barra do Riacho.^{FGV_ILD_089}

N: Sim, o vizinho poderia estar trabalhando e, antes do crime ambiental, a perspectiva era de se organizar e crescer dentro de uma lógica calculada. E isso foi cortado, tirou o direito do comerciante e dos agregados. Digamos que uma peixaria, ele tem uma mão de obra para a produção de peixe. Quanto ele perdeu e quantos perderam a oportunidade de estar ali trabalhando?^{FGV_ILD_089}

D: A chegada da lama detonou nossas perspectivas de futuro.^{FGV_ILD_089}

N: [...] Então do dia para a noite a pessoa passa de uma condição próspera para uma condição de endividado ou desempregado. Então muitas pessoas não sabem lidar e perdem as condições de socialização.^{FGV_ILD_083}

D: Quem investiu na pesca teve seus planos interrompidos depois do desastre.^{FGV_ILD_083}

A diminuição no padrão e na qualidade de vida dos atingidos e atingidas são expressas em muitas narrativas, sendo bastante associadas aos danos à renda que surge, principalmente, pelo impedimento ou comprometimento do exercício das profissões

livremente escolhidas e em condições justas que acomete diversos setores econômicos locais (Seção 3.2.3.2).

Conforme documentado na Seção 3.2.3.2 atingidos e atingidas que tiveram suas atividades produtivas severamente alteradas e a sustentabilidade de seus negócios e investimentos fragilizados, afetando diretamente planejamento e projeções para o futuro, seja em âmbito pessoal como profissional.

N: Em 2016 eu também estava com um projeto de pesquisa em agricultura e tivemos que suspender, porque não tinha como fazer avaliação com essa qualidade de água. Tudo documentado, um projeto da ONU, via FAO e foi suspenso.^{FGV_ILD_084}

D: Devido aos impactos ambientais, a região não atende mais o turismo técnico científico e de educação ambiental.^{FGV_ILD_084}

N: E muitos pescadores única e exclusivamente só sabem pescar, porque para outras atividades eles não têm habilidade. E estamos no século XXI, mas infelizmente muitos não sabem ler. Então dificulta mais pra conseguir outro emprego. E exatamente por isso essas pessoas têm que ter apoio. Elas não estão pedindo favor, elas só querem trabalhar e ter condições de trabalho.^{FGV_ILD_083}

D: O pescador tem muita dificuldade de se recolocar no mercado de trabalho.^{FGV_ILD_083}

N: É como a companheira estava falando. A nossa associação, estamos capengando até hoje, desde quando aconteceu tudo isso. Nós conseguíamos manter a família com o artesanato, manter as crianças na escola produzindo o nosso artesanato e vendendo. Hoje nós não temos mais turistas e logo que aconteceu não apareciam turistas para a gente vender e a gente ficava desesperada. Às vezes aparecia algum turista, mas foi diminuindo, afastando as pessoas da praia. Hoje em dia não podemos contar com o artesanato para sobreviver, pela falta de movimento. Parava ônibus de excursão para visitar a loja, hoje em dia não temos nada disso. Está muito difícil, a gente está assim mesmo na raça. Primeiro porque a gente tem amor ao que a gente faz e, segundo, pela necessidade mesmo. Ficamos muito triste com essa contaminação toda das nossas praias, mas temos fé que um dia isso vai acabar e contamos com o apoio de vocês para nos ajudar nisso aí, para sermos reconhecidos.^{FGV_ILD_089}

D: Os turistas deixaram de se interessar pela nossa região por conta da contaminação.^{FGV_ILD_089}

Outro fator que gera bastante instabilidade aos atingidos e atingidas quanto a perspectivas futura se refere ao processo de reparação do sistema Novel, conforme apresentado na Seção 3.2.3.8.2. Há muita insegurança quanto ao futuro, devido aos rumos tomados por esses processos, principalmente quanto a indenização e o auxílio emergencial que se tornaram meio de garantir e/ou complementar sustento, enquanto

não é possível retornar as atividades de geração de renda com as condições anteriores ao desastre.

N: [...] Todo final de ano pagavam o lucro cessante também. Mas o que vai ser daqui para a frente se a pesca continuar fechada? O que vai ser daqui em diante se ela cortou tudo? A coisa vai complicar ainda mais.^{FGV_ILD_088}

N: Eu já passei pela quitação, pois a Renova me ligou três vezes e aceitei. No entanto, dá insegurança se o problema continuar por muito mais tempo.^{FGV_ILD_088}

D: Como vai ficar pra frente com a quitação geral e o corte dos auxílios emergenciais? ^{FGV_ILD_088}

Além disso, a preocupação com o futuro dos jovens e crianças é evidenciado pelas narrativas recorrentes dos atingidos e atingidas. Devido à desestruturação financeira familiar causada pelo desastre os pais perderam a capacidade de investimento na educação dos filhos, prejudicando sua formação escolar e por consequência, progresso profissional (Seção 3.2.3.7.1). Nesse ínterim, também é mencionado a falta de apoio quanto a programas de formação, do quais vislumbra aos jovens uma realidade diferente daquela vivenciada pelos seus pais.

[...] É complexo, porque não conseguimos olhar, mas se você parar e fizer uma análise mais profunda vai se perceber. Mas se você tem um determinado valor, porte econômico bom, e de repente quebra isso em 50%, as suas obrigações de família, os dependentes vão sofrer e a educação vai sofrer. Deixa de agregar condições de boa educação.^{FGV_ILD_089}

D: Educação dos filhos foi afetada pela mudança nas relações familiares causadas por toda alteração na vida cotidiana decorrente do crime.^{FGV_ILD_089}

D: Hoje temos mais dificuldade em contribuir com a educação dos filhos pela perda de renda. E isso afeta o futuro dos filhos.^{FGV_ILD_089}

Conforme mencionado na Seção 3.2.3.2.1 e 3.2.3.4, a pesca vem deixando de ser uma opção profissional para os jovens dessas comunidades tradicionalmente pesqueiras e tal fenômeno toma dimensão mais grave quando associado a falta de oportunidades e baixa qualificação, levando a evasão da juventude de suas comunidades, ou mesmo, a marginalização.

N: Para você ver como estamos interligados. Você verificou sobre a evasão de jovens. Isso quer dizer o quê? Queda no comércio também. Eu senti isso, e as colegas aqui sentiram porque o jovem sai mais, curte mais balada, consome mais. Essas pessoas saindo, impacta muito mais o comércio. [...].^{FGV_ILD_089}

D: Muitos jovens foram embora por falta de oportunidades.^{FGV_ILD_089}

N: A gente citou bastante coisas que acontece, porém, a gente esqueceu de perguntar. Porque a gente está aqui buscando algo, buscando a indenização. Só que uma coisa que me preocupa muito, eu tenho dois filhos, uma menina de seis anos e um menino de doze anos. A Samarco não fez nada tipo para compensar outras gerações, um projeto de limpeza. Vai continuar poluído e não há projeto. Porque as crianças de hoje, ninguém mais que ser pescador. Eu vejo pelo meu filho. Eu nem chamo para ir no mar, apesar de ser perigoso, mas nem chamo pra ir na beirada, na praia. As crianças não querem se envolver nisso. Então vai acabar. [...] ^{FGV_ILD_083}

D: Os jovens não tem perspectiva de futuro na atividade pesqueira.^{FGV_ILD_083}

D: Faltam programas que trabalhem as perspectivas de futuro para os jovens.^{FGV_ILD_083}

3.2.4 Danos socioeconômicos identificados na região da Foz do Rio Doce da Região Estuarina, Costeira e Marinha do Espírito Santo (Município de Linhares)

As narrativas e danos enunciados nas oficinas foram analisados, agrupados em dimensões temáticas e vinculados a danos socioeconômicos, valendo-se de metodologia descrita no apêndice A. Tal organização expressa como os modos de vida dos diferentes grupos de atingidos foram afetados pelo desastre, favorecendo a sistematização das narrativas e danos enunciados e posterior tratamento jurídico, a fim de consolidar a matriz de danos do território.

Os dados levantados em campo invariavelmente conduzem à distintas dimensões temáticas, vez que narrativas e danos enunciados correlacionam-se com diferentes aspectos da vida das pessoas atingidas. A Figura 44 apresenta tais possibilidades.

Figura 44 — Dimensões temáticas para análise das narrativas e danos enunciados em campo



Fonte: Elaboração própria (2021).

3.2.4.1 Relações com o meio ambiente

Nesta seção são apresentados os danos socioeconômicos referentes à dimensão de Relações com o meio ambiente, identificados nas oficinas de levantamento de danos realizadas pela FGV.

Como apresentado na caracterização (Capítulo 2, Seção 2.3), Linhares é um município rico em recursos naturais. Abriga a foz do Rio Doce e diversos cursos d'água que conformam também o delta do Rio Doce, marcado pela influência marinha, cordões litorâneos e restingas. A topografia do município ainda propicia condições favoráveis a formação de diversas lagoas e áreas de pântano que contribuem para sua notável beleza cênica, associada às reservas e praias locais.

O mar, as áreas estuarinas, os mangues, o Rio Doce e seus afluentes, e as áreas de várzea são partes indissociáveis que retroalimentam, interpenetram e constituem as estratégias de produção e reprodução dos modos de vida e territorialidades locais.

De acordo com Souza & Brandão (2012), uma comunidade, como aquelas atingidas no território aqui em questão, são “espaços de vida”, e se constituem nas relações entre

seus membros e deles com a natureza. Nesse sentido, a relação das comunidades com esses espaços é afetiva e também de uso. As comunidades de Linhares estabeleceram e desenvolvem nesses locais diversas atividades econômicas, de lazer, sociabilidade, alimentação, entre outras, que carregam em si sentidos materiais e imateriais. Destaca-se aqui, dentre tantos grupos atingidos nas suas relações com o meio ambiente da foz do Rio Doce, a situação dos surfistas. Eles foram prejudicados enquanto grupo que utilizava o mar para prática do esporte que é considerado não somente lazer, mas também identidade, além de gerar renda e promover a saúde e o bem-estar de seus praticantes, conforme será detalhado no item sobre o Comprometimento do acesso e fruição da água segura para fins de lazer e convivência sociocultural (Seção 3.2.4.1.2).

Essas afetividades e usos dos diferentes grupos foram comprometidos ou interrompidos pela chegada e deposição da lama e pluma de rejeitos, alterando, assim, a relação das pessoas com o ambiente em que vivem. Em relação às áreas costeiras, estuarinas e marinhas da região da foz do Rio Doce, estudo da Lactec (2021a, p. 357) identificou a fragilidade dos sistemas de praias e manguezais diante do constante ir e vir da pluma de rejeitos decorrentes do desastre do rompimento da Barragem de Fundão, e suas consequências para a população local:

Tal panorama demonstrou a fragilidade do sistema diante da entrada e constante disponibilização da pluma de rejeito que, temporariamente, diminuiu ou até mesmo pode ter colapsado a funcionalidade ecossistêmica nas proximidades da foz do Rio Doce. Os sistemas de praias e manguezais apresentaram perdas dos serviços de provisão de alimento e recursos genéticos e bioquímicos, de suporte a disponibilidade de áreas vitais para espécies de flora e fauna e de relações sociais e modo de vida. Especificamente o sistema de praias ainda apresentou a perda de serviços culturais relacionados a recreação, lazer e educação e a herança e expressão cultural e espiritual.

Assim, as alterações ambientais ocorridas atingem diferentes dimensões dos modos de vida da população do território. Ainda segundo o estudo (INSTITUTO LACTEC, 2021b, p. 506), o dano de maior importância para os ambientes costeiros e marinhos foi o aumento da concentração de Elementos Potencialmente Tóxicos (EPT¹¹⁵) na água, que influencia no comprometimento de diversos serviços ecossistêmicos:

¹¹⁵ Definido como espécies químicas metálicas ou semimetálicas persistentes no meio, ou seja, que não se degradam facilmente e que permanecem por longo período de tempo no ambiente. Normalmente são metais sólidos (por exemplo, Pb e Cd) ou líquidos (por exemplo, Hg) à temperatura ambiente, mas podem ser também semimetais (por exemplo, As e Sb). A principal característica comum dos EPT é sua alta toxicidade aos animais e lenta degradabilidade ambiental, com crescente acúmulo na cadeia trófica. Alguns EPT, em baixas concentrações, são essenciais aos organismos vivos, como Fe, Mn, Cu, Ni e Zn. Já a maioria dos EPT, mesmo em baixas concentrações, causa efeitos deletérios à saúde animal. Ag — prata; Al — alumínio;

Sendo assim, o dano que foi considerado de maior importância para os ambientes costeiros e marinhos foi aquele relacionado ao aumento da concentração de EPT na água, uma vez que o mesmo desencadeou uma perda de provisão de alimento, de água, de recursos genéticos e bioquímicos, problemas de purificação da água, conseqüentemente problemas relacionados a áreas vitais para o desenvolvimento da flora e da fauna, ciclagem de nutrientes e produção primária além de aspectos macro vinculados a temáticas sociais como recreação, lazer, educação, herança e expressão cultural e espiritual e as relações sociais e de modo de vida. (TOMO I — Contextualização do Acompanhamento de Danos).

Os danos socioeconômicos para a dimensão temática Relações com meio ambiente, que organizam a presente seção, são: (i) Interrupção/Comprometimento da fruição de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, do uso e da capacidade produtiva dos recursos naturais da região; (ii) Comprometimento do acesso e fruição da água segura para fins de lazer e convivência sociocultural; e (iiiiv) Comprometimento do acesso à água potável suficiente, segura e aceitável para usos pessoais e domésticos. Eles estão apresentados na Figura 45.

Figura 45 — Dimensão temática Relações com o meio ambiente: danos socioeconômicos associados



Fonte: Elaboração própria (2021).

As — arsênio; Ba — bário; Cd — cádmio; Cr — cromo; Cu — cobre; Hg — mercúrio; Fe — ferro; Mn — manganês; Mo — molibdênio; Ni — níquel; Pb — chumbo; Sb — antimônio; V — vanádio; Zn — zinco (INSTITUTO LACTEC, 2021b, p. 538).

3.2.4.1.1 Interrupção/Comprometimento da fruição de um meio ambiente equilibrado e do uso e da capacidade produtiva dos recursos naturais da região

São tratadas aqui narrativas e danos enunciados relacionados ao comprometimento da possibilidade de usufruir do meio ambiente (rio, estuário, mar, praias e seus entornos, entre outros) e dos recursos naturais que ele oferecia (água, alimentos, solo de qualidade, ar limpo, entre outros) por sua degradação ou pelo fundado receio de contaminação desses ecossistemas em razão do desastre.

A população de Linhares, especialmente nas comunidades na foz do Rio Doce — Regência e Povoação — tinha no rio uma fonte de lazer, alimentação, renda, sociabilidade, tratando-se de uma relação marcada pela intimidade com diversas práticas relacionadas ao rio. Assim, a notícia do rompimento da Barragem de Fundão em Mariana (MG) e o entendimento de que os rejeitos tóxicos chegariam até sua foz significou a perda de um meio ambiente de fartura e abundância, vivida antes mesmo da própria lama chegar. Leonardo et al. (2017, p. 44), em estudo sobre os danos do desastre em Regência e Povoação, denomina o período entre a data do rompimento (5/11/2015) e a chegada da lama na foz (21/11/2015¹¹⁶) como “anúncio do desastre” e afirma que, durante essas duas semanas “[...] a preocupação e a ansiedade tomaram conta dos moradores na foz do Rio Doce”.

Os dias que precederam a chegada da lama na foz foram narrados com dor pelas pessoas atingidas ouvidas pela FGV. Exemplo é o trecho a seguir que narra barcos capturando espécies nativas dos ecossistemas aquáticos da foz do Rio Doce, para garantir que não fossem extintas, numa triste alusão à “arca de Noé”.

N: Em junho de 2015 houve uma seca grande no rio, a maior crise hídrica já vista, e havia uma disputa para abrir a boca da barra no lado sul e o lado norte estava aberta. Mas quando chegou em novembro [2015] teve a notícia do rompimento e aí veio a cena mais triste que tenho na memória que foi a chamada “arca de Noé” para capturar algumas espécies para manter vivas e manter a nossa história. Foi muito triste. Ninguém queria acreditar que ia chegar a lama na foz, levou uns quinze dias para chegar aqui e foi uma imagem muito triste.^{FGV_ILD_091}

¹¹⁶ “Após percorrer 22 km no rio do Carmo, a onda de rejeitos alcançou o Rio Doce, deslocando-se pelo seu leito até desaguar no oceano Atlântico, no dia 21 de novembro de 2015, no distrito de Regência, no município de Linhares (ES)” (MPF, s.d).

D: Pra gente era uma importância muito grande manter viva nossa história, através da captura daquelas espécies nativas de peixes.^{FGV_ILD_091}

Assim, a chegada da lama foi sentida enquanto destruição e morte, difícil de ser colocada em palavras, como exemplificado nas narrativas e danos enunciados a seguir.

N: A mídia vinha relatando a lama chegando pelo Rio Doce. Quando chegou aqui eu lembro, a água limpa na frente e a lama tomando o rio. E não houve nenhuma informação de que não podia tocar na água. A água limpa na frente e a morte do rio caminhando atrás.^{FGV_ILD_105}

D: A mídia foi acompanhando a descida da lama, e quando chegou aqui foi muito forte, muito triste. A água limpa sumindo pela lama chegando.^{FGV_ILD_105}

N: Eu, como filha do lugar, eu senti muito, sou casada com pescador, meu marido não foi alfabetizado direito por começar a pescar cedo. Quando a lama chegou, eu não tive coragem de ir pra beira do rio pra ver a chegada, muita gente foi, mas eu demorei uns dois meses para ir me achegando. Eu não tenho palavras para dizer.^{FGV_ILD_104}

D: Comprometeu a contemplação das belezas naturais, que era de costume.^{FGV_ILD_104}

Ao mesmo tempo, havia dúvidas sobre o quanto a rompimento da barragem afetaria a foz do Rio Doce e o oceano Atlântico, já que Mariana (MG) é distante do litoral, e a lama tóxica teve que percorrer mais de 600 km até chegar ao oceano. Quando a lama chegou à Regência e Povoação, as mudanças na paisagem, nos ambientes aquáticos e flora e fauna associados foram percebidas imediatamente pela mudança na coloração da água, mortandade de animais e a sensação de que a vida iria mudar profundamente. Tudo isso foi acompanhado de uma enorme tristeza.

N: Quando o desastre aconteceu eu não acreditava que ia chegar em Regência, pois Mariana é muito longe, muitos quilômetros. Mas eu me enganei, pois chegou. E foi muito triste ver a lama chegando e mudou completamente a paisagem, mudando a cor da água do rio e do mar, os peixes morrendo, os caranguejos e guaiamuns morrendo e até as aves e as gaivotas morriam. Íamos na praia e víamos a areia coberta de muitos peixes mortos. Foi muito, muito, muito triste.^{FGV_ILD_097}

D: Houve mortandade de peixes e outros animais, que apareceram na areia da praia.^{FGV_ILD_097}

N: Moro em Povoação há dois anos, antes morava em Linhares Sede. Sou pescadora profissional filiada à colônia Z-6 de Linhares. Fiquei sabendo pelas mídias, eu recebi informação pelo celular. Mas fiquei sabendo do rompimento da barragem e não sabia a dimensão, até onde chegaria e onde a lama ia cair. Infelizmente, veio parar no nosso Rio Doce, causando muita destruição: a morte de peixes, morte do

solo. E quando a lama chegou em Linhares eu chorei muito, porque eu sou pescadora profissional e não tenho outra fonte de renda. E ali eu vi minha vida se transformar. Tentei suicídio por duas vezes, por perder tudo. Pescador vive na água dia e noite, quando o pescador de uma hora para outra perde tudo entra em desespero. Então, eu entrei em desespero, pois não era acostumada ficar dentro de casa, era acostumada a ficar nas águas e isso me abalou e trouxe vários problemas de saúde. Fiquei muito triste quando a ficha caiu em 2016, pois estávamos na piracema e depois vimos o grau de contaminação e hoje nos perguntamos quando eles [peixes] vão voltar e também o nosso meio de vida. Até hoje nos perguntamos quando vai retornar, quando nossa vida vai voltar ao normal? Não temos resposta. Hoje somos chamados de vagabundos, que queremos enriquecer e aposentar em cima da empresa. Não, nós não queremos enriquecer ou aposentar, mas ela [Samarco] nos tirou a nossa riqueza, nosso meio de vida, tirou tudo de nós.^{FGV_ILD_091}

D: O rio morreu.^{FGV_ILD_091}

Em outras localidades, como em Pontal do Ipiranga, o efeito da chegada da pluma de rejeitos foi sentido um pouco depois, como demonstra a narrativa a seguir.

N: Uma quantidade grande de pessoas foi para a ponte do Rio Doce [em Linhares/sede] querendo observar a passagem da lama. Nós [moradores de Pontal] só fomos sentir trinta dias após, quando a lama atingiu a foz do Rio Doce. E daí havia placa proibindo a prática de surfe. Meu pai entrou em depressão, coisa absurda e eu trato até hoje. Tudo o que eu investi em recursos e sonhos acabou. O desespero tomou conta de todo mundo.^{FGV_ILD_093}

D: Em Pontal do Ipiranga o baque maior veio um mês depois que a lama chegou na foz do Rio Doce, quando viram a placa de “proibida entrada no mar” na praia.^{FGV_ILD_093}

São inúmeras as narrativas de pessoas de comunidades distintas que tratam das alterações da paisagem relacionando-as ao medo da contaminação e suas consequências para o meio ambiente e para a saúde humana, conforme será aprofundado na dimensão temática Saúde (Seção 3.2.4.7). Todos passaram a sentir insegurança no uso de um ambiente que antes era considerado acolhedor e parte fundante do cotidiano das pessoas. Há o sentimento de que o direito a um meio ambiente seguro e equilibrado foi perdido.

N: E inicialmente a gente pensou que estava ficando doido, mas havia uma nuvem vermelha que criava um aspecto tenebroso, mas depois falaram que era um metal que soltava um gás. A comunidade em geral foi afetada também pelo spray marinho que está muito contaminado e isso prejudica os surfistas e a comunidade em geral.^{FGV_ILD_093}

D: O spray marinho está muito contaminado, e isso prejudica os surfistas e a comunidade em geral.^{FGV_ILD_093}

D: Surgiu uma nuvem vermelha em cima da foz do Rio Doce.^{FGV_ILD_093}

N: A lama carregada de metais pesados pode levar ao aparecimento de tipos de câncer ao longo do tempo. E o veneno invisível que se acumula pela cadeia alimentar. Isso afeta e prejudica o direito ao ambiente limpo e ecologicamente equilibrado.^{FGV_ILD_093}

D: O peixe, a água, ficou tudo contaminado pelo ferro depositado e outros metais pesados. A areia da praia ficou preta.^{FGV_ILD_093}

A possibilidade de usufruto das praias, rios, lagoas etc. para contemplação, banhos e lazer em geral também é sentida como uma perda muito dura. Agora entende-se que o Rio Doce está morto, e não parece haver retorno possível para a fruição desse meio ambiente de forma segura e saudável.

N: Nós tínhamos uma vida que as mineradoras tiraram de nós. O Rio Doce está morto, está inútil. O que se está julgando é o que se perdeu, não é material. Nós e os animais tínhamos uma vida. Não tem mais respeito entre as pessoas. De certa forma o crime ambiental está ajudando a reestruturar algumas coisas, mas o Rio Doce está morto, está assoreado e contaminado. É uma bacia inteira. Não tem como comparar o que foi feito antes e o que está sendo feito agora. Essa mixaria que eles estão pagando é o que eles tiraram a vida toda da gente. Se o Rio Doce acabar de vez estamos mortos.^{FGV_ILD_090}

D: O Rio Doce está morto.^{FGV_ILD_090}

D: Foi um crime ambiental no nosso Rio Doce.^{FGV_ILD_090}

N: [...] A gente fica triste, porque a gente vivia sem medo de tomar banho e hoje não podemos mais tomar banho, comer um peixe. Hoje a gente não pode plantar, só temos momentos tristes, porque não é mais a mesma coisa. Por anos e anos a Fundação Renova¹¹⁷ pode fazer o que ela quiser, mas voltar ao que era não volta não.^{FGV_ILD_098}

D: Nosso dia a dia era na beira do rio e perdemos isso.^{FGV_ILD_098}

N: O rio acabou e não tem retorno. A nossa vida, nosso lazer, a pesca acabou. Tudo acabou. [...] ^{FGV_ILD_097}

D: O dano parece não ter retorno.^{FGV_ILD_097}

As alterações ambientais ocorridas geraram também ansiedade e constrangimento em função da desconfiança com as atividades produtivas desenvolvidas pelas

¹¹⁷ A Fundação Renova é a entidade responsável pela mobilização para a reparação dos danos causados pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana (MG). Trata-se de uma organização sem fins lucrativos, resultado de um compromisso jurídico chamado Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC).

comunidades, como a pesca, agricultura e turismo, como será detalhado na Seção 3.2.4.3.

N: A comunidade ficou ansiosa e constrangida, produtores rurais, pescadores. E veio uma avalanche de lama. Causou constrangimento e desconfiança do que poderia causar toda esta lama no Rio Doce.^{FGV_ILD_090}

D: Veio como se fosse uma avalanche de lama.^{FGV_ILD_090}

N: Infelizmente o impacto ambiental foi algo muito danoso, um dos maiores crimes ambientais da história do Brasil. Teve uma repercussão internacional, nossa comunidade sofreu, mas tem comunidade como Regência que vivia basicamente da pesca e turismo, regrediu vinte anos.^{FGV_ILD_092}

D: É muito difícil enumerar os danos ambientais, porque são muitos e incalculáveis.^{FGV_ILD_092}

N: Eu faço passeio de barco com turista e quando passamos pela vegetação eles perguntam: o que é aquilo? E nós falamos que foi a lama que desceu e acumulou ali. É um impacto para vegetação e para o turismo, impacto visível para as aves, crustáceos, outros.^{FGV_ILD_097}

D: Observamos ainda muito depósito de resíduo no solo que impacta também na vegetação.^{FGV_ILD_097}

A mortandade de peixes logo após o desastre e a diminuição da quantidade de pescado no rio, mar e lagoas, além do desaparecimento de algumas espécies, conforme será aprofundado na Seção 3.2.4.3.1 também é um impacto ambiental muito sentido pelas pessoas atingidas ouvidas pela FGV que reverbera na geração de renda e alimentação das comunidades.

N: Sobre o meio ambiente, isso aí é até difícil de colocar que foi algo muito desastroso, quando teve enchente a lama foi pro pasto, a água ficou amarela, os peixes morreram, o rio ficou morto durante muito tempo, agora veio voltando lentamente.^{FGV_ILD_092}

D: É muito difícil enumerar os danos ambientais, porque são muitos e incalculáveis.^{FGV_ILD_092}

N: Complementando sobre os alimentos para consumo, diminuíram os peixes da lagoa, mas as espécies também mudaram. Por exemplo aumentou o número espécies invasoras e que não são comerciais e só atrapalham a produção.^{FGV_ILD_105}

D: Diminuiu a quantidade de peixes das lagoas e mudaram as espécies que aparecem.^{FGV_ILD_105}

N: Aqui sempre foi muito farto de peixe e hoje não tem mais.^{FGV_ILD_098}

D: Antes do desastre nós tínhamos muita fartura de peixes.^{FGV_ILD_098}

A constatação identificada nessas narrativas corrobora com o estudo do Instituto Lactec (2021b, p. 503-504) sobre os danos socioambientais da Zona Costeira e Marinha. A população de pescados da região foi afetada pela redução significativa da diversidade, com o aumento de espécies generalistas (mais tolerantes) e diminuição das espécies nativas — inclusive as de maior interesse comercial —, fenômeno típico de ambientes degradados.

O acompanhamento de danos indicou que os cinco danos ainda ocorrem: 1) A riqueza e diversidade funcional das comunidades de peixes marinhos costeiros ainda não apresentam evidência de recuperação, indicando que o desastre causou o estabelecimento e manutenção de uma assembleia mais simples, com poucas espécies; 2) Houve a diminuição na diversidade de guildas tróficas. No ambiente marinho, a perda de espécies que se alimentam de organismos bentônicos indica mudanças nas interações devido à diminuição da diversidade de tais animais; 3) Também foi detectada a diminuição nas populações de espécies de peixes de interesse comercial, que aliado aos problemas de gestão da pesca, pode piorar o cenário desta atividade e intensificar o dano às comunidades de peixes; 4) Todos os prejuízos e alterações nos biomarcadores (indicadores da condição de saúde) da ictiofauna indicaram que as alterações ambientais promoveram danos aos indivíduos. As concentrações dos EPT em tecido muscular também indicaram prejuízos aos animais, com maior magnitude nas áreas de ocorrência da pluma, com concentrações superiores as determinadas em estudos pretéritos, sejam eles de linha base ou realizados logo após a ocorrência do desastre ou, ainda, superiores aos limites máximos estabelecidos pela legislação brasileira. Esses danos ecotoxicológicos continuam a ocorrer e podem se agravar a cada estação chuvosa.

Ainda conforme identificado pelo estudo do Instituto Lactec (2021b, p. 503-504), as narrativas evidenciam a percepção da população afetada sobre a saúde dos peixes. Foi narrada a existência de mutações, má formações e mudanças na textura e aparência dos peixes e outros animais após a chegada da lama tóxica de rejeitos, o que gera insegurança também em relação à saúde humana, conforme será aprofundado na Seção 3.2.4.7 sobre saúde.

N: E fora os peixes né? Até siris mesmo com má formação. Várias mutações estranhas nos peixes e outros animais.^{FGV_ILD_086}

D: Mutações estranhas da fauna.^{FGV_ILD_086}

N: Pode ser responsável por aumento da doença, mas a gente já vivia um desastre silencioso, na verdade as mineradoras já vinham despejando rejeito no rio, porém agora a quantidade é bem maior, esse tempo todo já vivia esse desastre. É muito peixe doente, com tumores e vermes. Penso, se o peixe tá assim, imagina a gente. Quem planta

uma hortaliça das ilhas, o cacau por exemplo, por fora tá lindo, abre ele tá todo oco, ele não amadurece.^{FGV_ILD_104}

D: Alterou a qualidade ambiental, não temos mais a vegetação, a água limpa e o pescado.^{FGV_ILD_104}

Além do pescado, outras alterações na fauna da região da foz do Rio Doce observadas após o desastre foram relatadas, como o aumento dos insetos e a ocorrência de tubarões, o aparecimento de cobras em tamanho e quantidade maiores, o desaparecimento de macacos e raposas, e mortandade de aves, levando ao entendimento de que há um desequilíbrio ambiental que torna a relação com o meio menos saudável e agradável. As narrativas a seguir vão ao encontro de evidências das investigações do Instituto Lactec (2020a), em que foram constatadas diferenças de assembleias entre ambientes ribeirinhos e habitats-núcleo florestais em diversos pontos ao longo do Rio Doce, indicativos de perdas da qualidade ambiental. Outro reflexo desse dano pode estar associado à elevada carga de parasitas em morcegos capturados nas margens do Rio Doce, situação não encontrada em áreas distantes do rio (INSTITUTO LACTEC, 2020a, p. 540).

N: Apareceram também insetos indesejados, como por exemplo um mosquitinho chamado maruim, que a gente nem conhecia e agora está aparecendo.^{FGV_ILD_105}

D: Rio assoreado com a lama.^{FGV_ILD_105}

N: Encontrar cobras é comum aqui na restinga, mas o que espanta é o tamanho das cobras que cresceram muito, uma coisa assustadora. Está envolvido com o desequilíbrio ambiental, elas sofreram algum impacto genético que modificou alguma coisa.^{FGV_ILD_104}

D: Observamos um desequilíbrio ambiental e apareceram tubarões e muitos animais peçonhentos de dimensões incomuns.^{FGV_ILD_104}

N: E também houve maior incidência de aparecimento de tubarões, não tínhamos antes. Está envolvido a esse desequilíbrio ambiental.^{FGV_ILD_104}

D: Observamos um desequilíbrio ambiental e apareceram tubarões e muitos animais peçonhentos de dimensões incomuns.^{FGV_ILD_104}

N: [...] E no meio ambiente, você não vê mais macaco no território, raposa era muito comum vermos e não vemos mais no nosso território.^{FGV_ILD_105}

D: Perdemos nossa melhor área de plantio e por isso tivemos perda de renda.^{FGV_ILD_105}

N: Além dos peixes, muitas aves também morreram.^{FGV_ILD_093}

D: Muitos peixes e aves morreram imediatamente e depois.^{FGV_ILD_093}

No que tange à produção agropecuária, a degradação ambiental aqui caracterizada também prejudicou a produção e produtividade dos cultivos e criação de animais, pois foi relatado que as plantas deixaram de produzir, houve aumento de ataques de pragas que antes não ocorriam e desnutrição das plantas, além da contaminação dos animais que bebem a água do Rio Doce. Tal questão é exemplificada a seguir e será detalhada na Seção 3.2.4.3.2.

N: Não tenho muita propriedade, mas eu tenho um terreno nas margens do Rio Doce que tinha pomares na área. Nesses pomares eu podia adquirir minhas frutas, assim como eu existem muitas pessoas que plantavam nas ilhas e criações de galinhas e tinha ovos também. Essas pessoas tiveram um dano de moradia, mas houve uma inviabilidade de produção de terras as margens do Rio Doce. Eu tinha mais de dezessete tipos de frutas diferentes no meu pomar.^{FGV_ILD_086}

D: Os ilheiros e ribeirinhos perderam plantações e criações próximas ao Rio Doce.^{FGV_ILD_086}

Destaca-se ainda a perda de área coletiva de produção de cacau do Assentamento Sezínio Fernandes de Jesus, que teve que ser abandonada pois ficava às margens do Rio Doce, e até hoje se enxerga a marca onde a lama passou, inviabilizando a comercialização, conforme exemplificado a seguir e que será detalhado na Seção 3.2.4.3.2.

N: Em 2008 e 2009 os técnicos do Incaper [Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural] e da Ceplac [Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira] nos deram várias oficinas de manejo do cacau para que pudéssemos implantar o cacau. Hoje tudo isso foi abandonado, se formos olhar a área do cacau, qualquer pessoa que for da área vai identificar rejeito de minério ainda no tronco das árvores do cacau. Então não precisa procurar no subsolo, na superfície do solo se fizer exame vai encontrar rejeito de minério até hoje, praticamente seis anos depois. Então esse minério, como a companheira falou, também é possível encontrar na água. Não sabemos se foi feito esse estudo.^{FGV_ILD_105}

D: A água não é mais de qualidade, temos muito problema com excesso de ferro.^{FGV_ILD_105}

Todo o desequilíbrio ambiental causado pelo rompimento da barragem e espraçamento dos rejeitos de minério afetou não somente a fauna e áreas de produção agropecuária, mas toda a flora próxima à foz do Rio Doce. Nas oficinas foi relatada a morte de diversas

árvores e outras espécies, além da perda de uma área de mata inteira próxima ao Rio Doce após o contato com a lama.

N: A vegetação, inclusive nós recebemos a visita de um pessoal que viu por satélite a mudança de uma área que tinha uma matinha e agora tem lama, eles vieram visitar pensando que a gente tinha desmatado.^{FGV_ILD_105}

D: Rio assoreado com a lama.^{FGV_ILD_105}

N: Algumas árvores na beira do Rio Doce estão morrendo. Os alecrins, os pés de bambu, os pés de castanha, jambu, mexerica e acerola. Muitas plantas morrendo.^{FGV_ILD_086}

D: Plantas na beira do Rio Doce estão morrendo.^{FGV_ILD_086}

N: E na questão do desaparecimento dos animais seria interessante colocar sobre a vegetação, que com a lama desapareceram muitas plantas, muitas árvores na região.^{FGV_ILD_105}

D: Desaparecimento de alguns animais (como macacos e raposas), plantas e áreas de vegetação.^{FGV_ILD_105}

São inúmeros os relatos que abordam a continuidade da chegada de rejeitos de minério a cada período de cheias. Estudo realizado após as fortes chuvas do verão de 2020 demonstraram ressuspensão e deposição de sedimentos e materiais correlatos aos rejeitos de minério da Barragem de Fundão em diversas áreas. No estuário do Rio Doce e oceano Atlântico foi identificado o aumento da turbidez da água e da concentração de EPT como alumínio, ferro, manganês e arsênio (INSTITUTO LACTEC, 2020).

As pessoas atingidas percebem esse processo e narram que, especialmente no verão ou quando chove muito em Minas Gerais, os rejeitos são carregados pelo rio até o litoral, alterando novamente a coloração da água. Nesses períodos, as pessoas atingidas são obrigadas a reviver o desastre intensamente e aumenta a insegurança em relação à utilização do rio, praias e mar para lazer e uso da água em geral.

N: As falas vêm do coração. É como o companheiro disse, toda cheia revira o fundo do rio e traz mais lama. Como a Renova não reconhece? Não é justo exigir documento da gente, as pessoas moram aí desde antes da lama chegar. O drone da Renova passa filmando e vê limpinho, mas quando o rio enche, olha a sujeira. Em novembro, dezembro que o rio enche, traz mais sujeira, que fica lá em cima na calha do rio agarrada.^{FGV_ILD_098}

D: A cada dia o solo está mais cheio de minério, que vem sendo trazido pelas cheias.^{FGV_ILD_098}

N: Lembrando de quanto aconteceu tudo isso, tentaram de alguma forma barrar essa espuma e essa lama, mas não adiantou nada. A vegetação a cada dia está morrendo. Tentaram remediar, mas não teve jeito. E hoje quando chove e vamos no porto nós revivemos o desastre, pois volta tudo, a água fica barrenta igual a 2015. Quando acaba o período chuvoso a lama decanta e até limpa a superfície, mas fica tudo no fundo e quando vem uma chuva revolve tudo, volta tudo de novo.^{FGV_ILD_097}

D: A vegetação morreu e está morrendo e a gente sofre todas as vezes que chove em Minas Gerais, pois o rio aparenta a mesma cor da época do rompimento.^{FGV_ILD_097}

D: Antes da lama chegar, colocaram boias tentando conter a lama, mas não adiantou nada.^{FGV_ILD_097}

N: [...] É como a moça falou que Regência fica no final do Rio Doce. Eu acho que nós moramos no depósito de toda a lama que vem de Minas Gerais. Regência é depósito de todo o lixo que vem de Minas Gerais. É complicada a situação para poder explicar.^{FGV_ILD_098}

D: Regência é o depósito de toda lama que continua descendo de Minas Gerais.^{FGV_ILD_098}

Essa situação leva à insegurança em relação ao futuro, tanto pela saúde quanto pelo meio ambiente, conforme será detalhado na Seção 3.2.4.1. De fato, a preocupação constatada nos relatos colhidos em oficinas tem fundamento também nos estudos dos Instituto Lactec (2020a) realizados no Rio Doce e região costeira que apontaram que a maioria dos danos foram considerados irreversíveis ou parcialmente reversíveis, remetendo a um cenário em que o ambiente não será como antes do rompimento da Barragem de Fundão.

N: Em relação ao futuro, sabemos como a praia irá ficar? A gente já tem provas que o rejeito alterou o perfil de praia, mas a gente não sabe se no futuro essa alteração será prejudicial.^{FGV_ILD_093}

D: Não sabemos como a dinâmica das praias será afetada no longo prazo (erosão, deposição).^{FGV_ILD_093}

N: O acúmulo de resíduos na foz fica muito latente, tanto na vegetação como no solo que a gente pisa. Já dá para ver um impacto visual nisso. E na cheia desce bastante lama e quando chega o período de seca essa lama se transforma em poeira e vem tudo para nossa casa e para comunidade com o vento, também é um impacto visível. E a longo prazo isso é prejudicial para nós. É da nossa cultura de ir pescar, em um certo momento vamos lá comer um peixe e tem a questão da bioacumulação no organismo.^{FGV_ILD_097}

D: Após as chuvas, a lama que seca se transforma em pó e por meio do vento contamina a comunidade e as pessoas.^{FGV_ILD_097}

Ainda em relação à continuidade da contaminação a cada período de cheias, merece destaque a situação dos ribeirinhos da comunidade de Entre Rios, próxima à Vila de Regência. A comunidade, como o próprio nome aponta, fica entre o rio Preto e o Rio Doce, em área de várzea que alaga a cada período chuvoso. Se antes do desastre as cheias eram época importante para manutenção da fertilidade do solo, que garantia fartura de produção agropecuária ao longo do ano, atualmente gera preocupação pela chegada de mais rejeitos, e conseqüentemente, maior contaminação, comprometendo e até mesmo inviabilizando plantações, a exemplo do cacau¹¹⁸. Conforme já mencionado, os estudos realizados pelos Instituto Lactec (2020a) indicaram a inundação de áreas ao longo do Rio Doce pelo rejeito ou parte dele, o que causou alteração do solo em sua composição sedimentar, condição que pode comprometer as características que conferem fertilidade aos solos, conforme também se percebe nas narrativas. A situação ainda é agravada pela falta de laudos disponíveis sobre a qualidade da água e do solo, e pelo não reconhecimento por parte da Fundação Renova dessa comunidade como atingida (conforme será detalhado na Seção 3.2.4.9).

N: Toda vez nessa época, período chuvoso, quando chove o solo já fica encharcado. Quando desce a água de lá para cá inunda tudo e é mais rejeito que a terra recebe. Ela não vem lavando a terra, a lama continua descendo, recebendo cada vez mais minério. Daí você vai plantar como? É muito difícil.^{FGV_ILD_098}

D: A cada dia o solo está mais cheio de minério, que vem sendo trazido pelas cheias.^{FGV_ILD_098}

N: Está chovendo desde a semana passada. Se o rio encher mais, joga lama dentro da comunidade. E até hoje não foi feito estudo nenhum. A justiça não determinou exames profundos. Foi feito pela universidade, mas não sabemos o resultado.^{FGV_ILD_090}

D: Se o rio enche joga lama para comunidade de novo.^{FGV_ILD_090}

N: Os ribeirinhos de Entre Rios não foram reconhecidos pela Fundação Renova, mas também foram muito impactados, os pastos morreram, o cacau morreu. E quando chove a lama volta e joga a lama lá no pasto e morre o pasto todo. Não tem mais como ter um animal, pois o pasto morreu.^{FGV_ILD_097}

¹¹⁸ “[...] ciclicamente, o Rio Doce constrói seu processo natural de inundação e em sua foz, ocupa grandes extensões de terras, alimentando diversas lagoas com suas águas e fertilizando solos com um grande acúmulo de matéria orgânica que transporta” (OCCA, 2015 Apud LEONARDO et al., 2017, p. 62). Leonardo et al. (2017) identificou esse mesmo dano à produção agrícola em Entre Rios e outras comunidades ribeirinhas da foz do Rio Doce que utilizam as áreas de várzea e tiveram plantações inviabilizadas após o desastre.

D: A vegetação morreu e está morrendo e a gente sofre todas as vezes que chove em Minas Gerais, pois o rio aparenta a mesma cor da época do rompimento.^{FGV_ILD_097}

A falta de acesso a laudos e informação clara e confiável sobre a qualidade da água, dos solos, do pescado e do ambiente em geral também é fator que contribui para o impedimento de que a população atingida possa usufruir de um ambiente ecologicamente equilibrado. Isso prejudica também o uso e a capacidade produtiva dos recursos naturais da região, em função do receio da contaminação por EPT e seus efeitos no organismo, conforme exemplificado a seguir e tratado na Seção 3.2.4.9.1.

N: Porque temos o Rio Doce e o acesso ao mar. Hoje existe receio em utilizar o Rio Doce no período de verão. Até mesmo as pessoas do local têm medo de tomar banho no Rio Doce, devido ao índice de contaminação e não temos laudos que comprove a segurança para a volta da retomada da atividade. E isso impacta diretamente a mentalidade das pessoas, impacta o meio social, o meio de vida.^{FGV_ILD_090}

D: Existe receio de tomar banho no Rio Doce.^{FGV_ILD_090}

N: Eu mesmo quando construí a casa, ajudei na construção, a gente trabalhava junto, e pescava e assava o peixe na mesma hora. Hoje não pode comer mais o peixe. Inclusive na última reunião da Renova, o advogado disse que a água já estava boa e o peixe liberado para consumo, mas isso é tudo mentira.^{FGV_ILD_092}

D: A Renova fala que a água já está própria para consumo, mas não temos segurança de que a água está própria.^{FGV_ILD_092}

N: E sobre a água, não temos comprovação de nada, se podemos beber. Nós éramos ricos de água.^{FGV_ILD_090}

D: Éramos ricos no rio, mar e lagos.^{FGV_ILD_090}

Além da falta de informações sobre a contaminação, o receio de uso e fruição do meio ambiente se relaciona também com a falta de projetos para recuperação ambiental, mais um fator que interfere nas perspectivas de futuro dessas comunidades (cf. Seção 3.2.4.10.2).

N: Realmente é muito difícil você enumerar os danos ambientais, pois foram muito grandes. Falo não só como morador da Vila, mas também como ambientalista que sou, eu tenho um vínculo muito forte com a questão ambiental, falar do desastre é algo que não tem números, só história, daqui a dez, a quinze anos que vai poder ter um retrato, pois o dano ainda continua. Esse dinheiro deveria ser usado para recuperar nascentes, resgatar nosso rio, refazer realmente o que foi desconstruído, como o turismo de Regência, a história da nossa Vila, e muitos outros. Foi algo muito triste e danoso, é difícil não se falar em

danos e não se emocionar e não ficar triste, isso vai ficar marcado na história do país.^{FGV_ILD_092}

D: Se pegar o leito do rio desde Fundão até aqui são muitos danos ambientais, difícil falar e não ficar triste.^{FGV_ILD_092}

N: Nesta parte de meio ambiente, nem começou o processo para tirar os metais pesados e nem sei se tem jeito de retirar isso. Todo ano quando há cheia, o rejeito volta.^{FGV_ILD_090}

D: Se o rio enche joga lama para comunidade de novo.^{FGV_ILD_090}

Por fim, ainda é importante relatar duas questões relacionadas às lagoas de Linhares. Conforme descrito na caracterização (Seção 2.3), logo após o desastre foram construídas algumas estruturas visando impedir a contaminação de lagoas do município que têm ligação com o Rio Doce. A mais famosa delas é o barramento feito pela prefeitura municipal no rio Pequeno, que objetivou impedir que as águas do Rio Doce com rejeitos contaminassem a Lagoa Juparanã. Em função disso, os moradores da Avenida Beira Rio que utilizavam a lagoa para pesca tiveram seu acesso a ela impedido por conta do barramento, além dos próprios peixes não conseguirem mais transitar entre o rio e a lagoa, gerando danos à fauna da Juparanã. A desova do robalo, por exemplo, era feita subindo o rio, onde hoje os peixes não conseguem mais chegar.

N: Não é só peixe que não sobe não, nossos barquinhos, a balsa, nossa vida não sobe mais. A gente mudou praí, justamente para ter acesso do rio até a lagoa, a gente tinha essa liberdade de transitar pra todo lado ali.^{FGV_ILD_092}

D: Nossos barcos estão parados, se estragando, pois não conseguimos mais ter acesso à lagoa Juparanã pelo rio.^{FGV_ILD_092}

N: Outra coisa que deveria ser colocado em pauta, é fazer uma barragem descente que pode descer e subir barco, porque sempre foi transitado barco aí. Inclusive na novela da Globo mostra isso, tem tudo isso da nossa história que eles estão ignorando tudo e jogando no lixo que tudo que já foi passado em nossa cidade.^{FGV_ILD_092}

D: Perdemos o nosso acesso do rio à Lagoa Juparanã (para pescar).^{FGV_ILD_092}

N: Essa barragem, eles estão doidos para abrir, eles abrindo a água do Rio Doce joga dentro da lagoa. Essa barragem tinha que mexer nela para fazer o peixe subir e descer, tinha que ter uma escada para o peixe. Agora não tem a condição do peixe subir para a lagoa, porque agora tem um paredão de pedras. Era para ter feito uma escada, para o peixe subir e o pessoal da lagoa também pescar para comer, chega julho, agosto, setembro o pessoal passa necessidade porque o peixe não entra nem sai mais.^{FGV_ILD_092}

D: Fizeram um barramento que impediu a movimentação dos peixes. É preciso fazer uma escada para acesso dos peixes.^{FGV_ILD_092}

N: Só pra você ter uma ideia, o robalo tem um lance da desova que sai do mar e vem pra cá e isso não aconteceu mais.^{FGV_ILD_092}

D: A gente pescava no rio. O peixe não entra mais no nosso local de pesca, pelo impedimento do canal de ligação.^{FGV_ILD_092}

N: Essa Renova e Samarco, não bastando todo prejuízo que causou na natureza, eles queriam tirar essa barragem, misturar a água e destruir a lagoa Juparanã também. Esse povo não se importa nem um pouco com a vida das pessoas, animais e a natureza, eles não estão nem aí.^{FGV_ILD_092}

D: É muito difícil enumerar os danos ambientais, porque são muitos e incalculáveis.^{FGV_ILD_092}

Outras lagoas de Linhares acabaram sendo prejudicadas em função do desastre do rompimento da Barragem de Fundão. No Assentamento Sezínio Fernandes de Jesus se localizam três lagoas: Terra Alta, Terra Altinha e Banhos. As duas primeiras eram utilizadas para irrigação, dessedentação animal, pesca e abastecimento doméstico de água. Com o rompimento da barragem os assentados solicitaram que fossem construídas barreiras para impedir o fluxo de água do Rio Doce para essas lagoas, a fim de evitar a contaminação e comprometimento desses usos. Na Lagoa Terra Alta foi construída barreira, mas logo em seguida foi derrubada; e na lagoa Terra Altinha foi construída barreira imprópria, que por muito tempo sem manutenção, causou problemas para a comunidade (conforme tratado na Seção 3.2.4.9.2). Em função da insuficiência e inadequação das medidas tomadas, os moradores percebem que a contaminação chegou às lagoas e acarretou diminuição dos peixes, das árvores no entorno e mudança na qualidade de água — o que traz diversas consequências negativas para as famílias —, além de perda de local de reprodução dos jacarés.

N: [...] E aí houve toda uma luta aqui para construir umas barreiras aqui para não entrar a água do Rio Doce nas lagoas, nós perdemos muito peixe. E toda enchente é uma batalha, uma atrás da outra, para que a gente preserve a água da lagoa e não suje toda a água da lagoa com a água do Rio Doce. Porque ainda permanece, como vocês todos sabem, os vários minérios que contaminam. Se não a utilização da água será sempre imprópria para as setecentas a oitocentas pessoas que moram aqui no assentamento. Então são prejuízos incalculáveis.^{FGV_ILD_105}

D: Há fluxo de água entre o Rio Doce e as lagoas, contaminando as lagoas, que são utilizadas pelas famílias para uso doméstico, irrigação e dessedentação dos animais.^{FGV_ILD_105}

N: Teve uma área aqui onde foi feita uma barreira e ficou muito tempo sem manutenção, que devia ser feita para a água escoar um pouco, mas ficou muito tempo acumulada e trouxe transtornos, desequilíbrio ambiental e também porque a área não pôde ser usada.^{FGV_ILD_105}

D: Barreira feita para impedir espriamento da lama para a lagoa Terra Altinha não teve manutenção e causou desequilíbrio ambiental.^{FGV_ILD_105}

3.2.4.1.2 Comprometimento do acesso e fruição da água segura para fins de lazer e convivência sociocultural

Sofrem esse dano socioeconômico as pessoas que tiveram comprometida a possibilidade de usar os rios, estuário e mar, bem como seus entornos para fins de lazer (como, por exemplo, nadar, pescar, passear, contemplar, fazer atividades físicas, entre outros) e de convivência sociocultural (como, por exemplo, atividades religiosas e espirituais, festas tradicionais, reuniões entre familiares e amigos, entre outras).

Conforme já tratado na seção anterior, a chegada da pluma de rejeitos gerou muita insegurança no uso dos ambientes como praias, rio, mar, mangues, em função da contaminação das águas. A respeito da contaminação na RECM/ES, é importante destacar aqui o diagnóstico de acompanhamento dos danos socioambientais realizado pelo Instituto Lactec¹¹⁹. Esse estudo identificou que dois danos à qualidade das águas ainda estavam ocorrendo na Zona Costeira e Marinha do Espírito Santo, baseados em valores abaixo dos limites da Classe 1 da Resolução CONAMA nº 357/2005 e do máximo histórico pré-desastre: o aumento da concentração de sólidos na água, indicado pela turbidez verificado em valores até 8,6 vezes superior ao máximo histórico no estuário e até 50 vezes superior no ambiente marinho; e o aumento de concentração de EPT na água, utilizando onze EPT como indicadores no ambiente marinho e estuarino (INSTITUTO LACTEC, 2021b, p. 501).

O diagnóstico também demonstrou que, apesar de na maior parte do tempo terem sido encontradas concentrações abaixo dos dois limites (exceto para alumínio), em algumas ocasiões as concentrações de chumbo superaram o máximo histórico em até 40 vezes e o manganês em até 60 vezes. Com o acompanhamento desse dano, no ambiente marinho, especificamente para o zinco total foram observadas concentrações acima dos

¹¹⁹ O diagnóstico dos danos socioambientais à zona costeira e marinha foi elaborado com base em um estudo de dois anos, a partir de 2017, e identificou 18 danos decorrentes da chegada da pluma de rejeitos a esses ambientes. Segundo relatório do diagnóstico, mais da metade dos danos foram classificados como gravíssimos, o que representa danos com magnitudes consideradas muito significativas, ao menos em algum dos três compartimentos da área que compreendeu o desastre desde o ponto de rompimento da barragem até a foz e ambiente costeiro.

dois limites no ano de 2019. No estuário do Rio Doce, os indicadores alumínio dissolvido, ferro dissolvido e manganês total apresentaram valores acima dos dois limites em proporções maiores do que as observadas em 2018, mas ainda inferiores a logo após o desastre (2015 e 2016) e com intensidades mais baixa. Para os demais indicadores, nos dois ambientes, houve predomínio de valores abaixo do máximo histórico e da Resolução CONAMA nº 357/2005, sendo possível afirmar que as concentrações superiores aos limiares utilizados foram observadas com menor frequência com o passar dos anos. Sendo assim, esse dano ainda ocorre e tende a se reduzir. Contudo, apesar da tendência à redução observada, o estudo conclui que a maior parte dos indicadores (os onze EPT) apresentam o potencial de causar efeito negativo à biota aquática e de se acumular nos organismos e ao longo da cadeia trófica. Ou seja, mesmo que as alterações na qualidade da água ocorram em poucas ocasiões, os possíveis danos à biota podem ser significativos e persistentes (INSTITUTO LACTEC, 2021b, p. 501).

Segundo as narrativas colhidas em campo, os banhos no rio e no mar, antes frequentes, e importantes momentos em família (como será tratado na Seção 3.2.4.5 dedicada às Redes de relações sociais e Práticas culturais, religiosas e de lazer), deixaram de ocorrer pelo medo das consequências para a saúde (cujos agravos serão tratados na Seção 3.2.4.7) gerando tristeza pela perda da fruição da água segura para fins de lazer e convivência.

N: Os meus filhos eu não posso mais levar para tomar banho, tenho medo que eles adoeçam e eu não possa levá-los em um médico decente.^{FGV_ILD_098}

D: Não podemos mais levar os filhos para tomar banho no rio por insegurança com a contaminação.^{FGV_ILD_098}

A própria areia é considerada fator de risco de contaminação, o que prejudica os banhistas.

N: A nossa praia de areia virou nossa praia de ferro. A capacidade do ferro reter calor é muito maior que o quartzo. A qualidade ambiental de ficar na praia foi danificada por conta da quantidade de ferro depositada. Reduziu a balneabilidade da praia, porque lá está tudo preto de minério de ferro, sujando os banhistas.^{FGV_ILD_093}

D: Houve redução da balneabilidade.^{FGV_ILD_093}

Além disso, perdeu-se o hábito de capturar conchas e mariscos na praia com a família, em função da contaminação da água, representando perda de lazer e alimentação.

Conforme dano enunciado em campo reproduzido a seguir, não há mais confiança “em nada que vem da natureza”.

N: No lado do meio ambiente, não temos mais o direito de capturar as conchas do guruçá, tatuí e outros mariscos na beira da praia com a família. Não sabemos o grau de contaminação, assim perdemos o lazer e opção de alimentação. Não tem mais o caranguejo como tinha. O rio e o mangue estão muito assoreados pela lama. A vegetação morrendo, não temos mais confiança no que vem da natureza.^{FGV_ILD_091}

D: Não tem confiança em mais nada que vem da natureza.^{FGV_ILD_091}

Também a pesca era um lazer importante de usufruto dos ambientes aquáticos, parte da diversão das famílias e da cultura, visto como uma possibilidade de sair de casa para desestressar, conforme será aprofundado na Seção 3.2.4.5 Práticas culturais, religiosas e de lazer. Porém, esse lazer foi perdido junto com a chegada da lama de rejeitos.

Assim, tudo que está relacionado ao ambiente aquático, atualmente, é fruto de insegurança diante das evidências de contaminação (LACTEC, 2021a; 2021b) e dos diversos receios por ela causados. Ao mesmo tempo, as pessoas atingidas relatam a falta de acesso a laudos técnicos confiáveis que possam orientar o que é ou não seguro, conforme será desenvolvido na Seção 3.2.4.9 e exemplificado a seguir.

N: Aqui em Povoação não podemos comer peixe, porque está contaminado. Não pode tomar banho no Rio Doce porque está contaminado. A própria Fundação Renova diz que não é para comer, mas não dá o laudo pra gente avaliar.[...]. Mas em relação a tomar banho e consumir peixe do Rio Doce em Povoação não tem condições, porque não tem um laudo técnico.^{FGV_ILD_090}

D: Existe receio de tomar banho no Rio Doce.^{FGV_ILD_090}

Todo esse receio afeta particularmente a rotina das crianças e adolescentes, conforme será detalhado em Práticas culturais, religiosas e de lazer. Sem a possibilidade de ir brincar no rio e no mar, utilizar a área da praia como parquinho, hoje passam mais tempo ociosos, em casa, em função do medo da contaminação das águas.

N: Hoje as crianças só podem tomar banho de mangueira, mas de qualquer forma a água também está contaminada. O companheiro falou que recebe água, mas eu não, tenho que comprar água.^{FGV_ILD_098}

D: A família deixou de vir nos visitar, pois perdemos o rio como um ambiente de lazer. Criança e adolescente.^{FGV_ILD_098}

N: Quando chegava o final do ano as nossas crianças utilizavam o Rio Doce, a praia para se divertir, passar o tempo. E vinham outras famílias de fora, porque a comunidade é muito visitada por esses turistas. Hoje não temos mais esse momento de lazer no período de verão. A gente

não tem uma garantia de utilização segura dessa água, tanto do Rio Doce quanto do mar.^{FGV_ILD_090}

D: O turista não quer comer peixe, nem entrar no rio e no mar. Criança e adolescente.^{FGV_ILD_090}

Cabe um destaque para o comprometimento do acesso e fruição da água por parte dos surfistas da região da foz Rio Doce, grupo fortemente atingido e ouvido pela FGV. O surfe é considerado um esporte de natureza, ou esporte de aventura (AMARAL e DIAS, 2008), no qual a interação com o meio ambiente é fundamental para sua prática. Os autores identificam no surfe um estilo de vida e uma visão de mundo, implicada numa subjetiva relação de respeito com a natureza e com a preservação do meio ambiente. Nesse sentido, Nepomuceno et. al. (2020, p. 9) afirmam que:

No país [Brasil], está cada vez mais claro que a cultura do surfe influencia a constituição de muitos grupos sociais, especialmente pela incorporação de um estilo de vida diferenciado pelos signos produzidos por esse esporte, como a liberdade, o contato com a natureza e um ideal de saúde ligado à superação de limites e ao prazer.

A dimensão da prática do surfe como lazer e divertimento também é fartamente encontrada na literatura (AMARAL e DIAS, 2008). O prazer e a busca por tranquilidade e equilíbrio são trazidos como elementos centrais na prática desse esporte por Nepomuceno (2021, p. 148), que também evidencia o cuidado com a saúde mental como parte fundante do surfe, entendendo-o como elemento para o enfrentamento do estresse. O autor identificou, em pesquisa qualitativa, que para muitos praticantes o surfe era percebido como “[...] uma espécie de remédio para a saúde mental, trazendo paz de espírito, alívio de tensões, possibilidade de esquecer os problemas e uma forma de trabalhar expressividade corporal”.

Assim, o surfe é considerado esporte, lazer, identidade, estilo de vida, entre tantas coisas, além de um mercado em crescimento no país, tendo-se tornado atividade econômica relevante nas últimas décadas¹²⁰, conforme bem exemplifica a narrativa a seguir.

N: Sou neto e filho de pescadores. Meu avô era pioneiro da canoa artesanal na comunidade. Minha avó foi uma figura cultural na comunidade e participou de todas as ações culturais da comunidade. Então eu acabei, na minha infância e adolescência, presenciando

¹²⁰ O surfe é uma atividade esportiva que vem se popularizando desde a década de 1960 no Brasil. Em 2008 estimava-se que mais de dois milhões de pessoas tinham o hábito de surfar, sendo o quarto esporte mais praticado no país, e o segundo entre os homens. “Atualmente, esse mercado [do surfe] envolve no Brasil cerca de 140.000 pessoas, com cerca de 800 empresas e 18.000 lojas movimentando algo em torno de 2,5 bilhões de reais, com crescimento calculado em 10% ao ano desde 2000” (AMARAL E DIAS, 2008, p. 17).

muita cultura de tudo o que estava acontecendo ali na comunidade. No ano de 2002 eu comecei a surfar, numa escolinha de surfe. O professor que foi uma pessoa muito importante na nossa comunidade, para crianças que naquela época a gente tinha o lazer, mas não conhecia totalmente o que o mar podia oferecer. Daí conhecemos o surfe e foi uma das melhores coisas que aconteceram na minha vida, porque você morar num local que quebra altas ondas e poder pegar as ondas com seus amigos, numa forma de morar num pico escondido onde quebra altas ondas bem longe de tudo e você pegar aquela onda ali todos os dias, constante. Só quem presenciou ali entende o que eu estou falando, porque o surfe na nossa comunidade é muito vivo. Se eu não fosse surfista eu não sei o que eu seria. Tudo o que eu tenho na vida hoje foi o surfe que me deu. Em conhecer pessoas, em ter aprendido o esporte, em ter viajado para alguns lugares, em ter participado de campeonatos e hoje estar trabalhando com o surfe. Então eu vejo que nós temos que ser olhados com carinho.^{FGV_ILD_093}

D: O surfe era nossa vida, e o crime comprometeu isso.^{FGV_ILD_093}

O Espírito Santo está na rota do surfe nacional, possuindo mais de 30 pontos que permitem sua prática, espalhados de norte a sul da costa. Linhares concentra alguns dos melhores pontos (picos) de surfe. Povoação já abrigou por diversas vezes etapas dos circuitos estaduais e brasileiros de surfe e bodyboard e ali destacam-se ondas fortes, pesadas e tubulares, que formam tubos rápidos e pesados, exigindo experiência do surfista nesse mar. Pontal do Ipiranga apresenta ondas que podem variar bastante servindo tanto a surfistas iniciantes como para os mais experientes, pois em dias com ondas maiores elas formam tubos fortes e rápidos; e a Vila de Regência atrai visitantes surfistas de vários lugares do mundo em busca de ondas longas, tubulares e perfeitas (A GAZETA, 2019).

A chegada dos rejeitos de minério na foz do Rio Doce alterou profundamente a prática do surfe em toda a região, devido aos danos ocorridos no ambiente praiano (LACTEC, 2021b) dos quais o esporte depende. A vida dos surfistas foi alterada nas suas práticas culturais e de lazer e na espiritualidade (conforme apresentado na Seção 3.2.4.5, nas relações sociais (Seção 3.2.4.6), na saúde (Seção 3.2.4.7), nas perspectivas de futuro do esporte nas localidades (Seção 3.2.4.10), na aferição de renda (nas seções 3.2.4.3.3 e 3.2.4.3.4), e ainda traz questões específicas para o processo de reparação, diante da recusa insistente das empresas em reconhecê-los como grupo atingido (ver Seção 3.2.4.9). Tudo isso começa pelo dano ambiental causado, que gera tristeza e insegurança com a contaminação.

N: A chegada da lama eu vejo como uma tragédia enorme. Daí em diante tudo pra gente virou uma dúvida cruel. O peixe ficou contaminado e muitos peixes morreram e continuam morrendo ainda. Para o surfista, mediante o crime causado, sequer houve alguma proibição ou interferência da praia, na qual nós por sermos surfistas e sermos viciados no esporte e por não ter nenhum tipo de restrição ou

ressalva, continuamos surfando naquela água. Mas muitos continuaram surfando na água porque queriam aproveitar os poucos momentos que restavam, mesmo com a água vermelha.^{FGV_ILD_093}

D: O peixe, a água, ficou tudo contaminado pelo ferro depositado e outros metais pesados. A areia da praia ficou preta.^{FGV_ILD_093}

N: [...] Desde os quatorze anos eu sou surfista e conserto prancha e pra eu morar na praia eu virei pescador. Então assim, a minha vida toda eu sou surfista. Eu me reconheço como surfista. Outra coisa que eu queria deixar uma reflexão para todo mundo, a gente já teve uma conversa com a Defensoria Pública e com o Ministério Público, com o Dr. Paulo [Trazzi] e Dr. Rafael [Portela]. Inclusive a gente perguntou como que seria o surfista e ficou aquele bate papo e não chegou a conclusão nenhuma. Mas eu tenho a minha conclusão, você imagina o peixe, está poluído. Ninguém consegue consumir o peixe. E o peixe, lógico, vive dentro da água. Nós surfistas também vivemos dentro da água. Aliás, a gente vivia, porque agora a gente insiste. A gente bebe a água mesmo não querendo, quando a gente toma aqueles belos caixotes quando cai da prancha. E estamos bebendo a água poluída. Seis anos se passaram e parece que está mais contaminado por motivo do vento sul. Está tudo esclarecido, fizeram novas pesquisas e o lado norte está muito contaminado, mas estamos abandonados. O desespero é grande. Eu não deixo minha filha de treze anos por insegurança da água.^{FGV_ILD_093}

D: Sensação de impotência, ansiedade, desespero terrível.^{FGV_ILD_093}

Após a chegada dos rejeitos à foz do Rio Doce, os surfistas relutam e sentem insegurança ao entrarem na água ou deixarem seus filhos e filhas praticarem o esporte que tem tanto significado para eles. A avaliação sobre o risco se dá a partir da coloração e aspectos visíveis da água, com objetivo de não interromper completamente a prática.

N: Hoje, tem um fator que determina a presença ou não de surfista na praia, que é a suspensão de sedimentos.^{FGV_ILD_093}

D: A rotina do surfista foi muito alterada, por ter que ir surfar mais longe, não poder mais surfar como antes, depender da dinâmica dos sedimentos para cair na água.^{FGV_ILD_093}

N: E o surfista está sempre em contato com o rejeito, que está sendo ressuspensionado constantemente, a depender do volume de água e ação das ondas.^{FGV_ILD_093}

D: O surfista está em contato constante com o rejeito que está sendo ressuspensionado constantemente.^{FGV_ILD_093}

A contaminação, dessa maneira, ameaça o futuro da prática e impacta o surfe também como elemento promotor de um turismo sustentável, especialmente em Regência, Povoação e Pontal e do Ipiranga.

N: Nasci em Colatina e a minha vida toda passei aqui em Linhares. No final de semana você quer ir à praia para tirar todo o peso da consciência e agora a gente vai, mas volta mais estressado ainda. A roupa suja, encardida, o material de surfe também a mesma coisa. Então a situação é muito complicada, porque você não sabe o tamanho do malefício que isso vai trazer para nossa vida futura. No decorrer dos anos o que que nós vamos sentir? E sem falar que o surfe é uma ferramenta diretamente ligada para o turismo nas três praias, Povoação, Regência e Pontal [do Ipiranga]. E quando a lama veio trouxe um impacto gigantesco sobre isso. O surfe traz pessoas de bem, que querem preservar as praias, trazer um turismo sustentável, cuidar do meio ambiente. Hoje a gente conseguiu recuperar um pouco dessa visibilidade das nossas praias, mas mesmo assim tem um grande impacto. Então, para mim, a parte emocional e familiar atingiu demais. Eu como surfista de Linhares não sou morador de nenhuma das praias, mas sou frequentador há trinta e seis anos ou mais. Temos que tentar mensurar como é que foi isso, porque foi muito triste.^{FGV_ILD_093}

D: Não podemos mais surfar no litoral de Linhares por conta da insegurança em relação à contaminação.^{FGV_ILD_093}

Ainda é necessário destacar dano ambiental relacionado à fruição de uso da água em função da alteração das ondas em Regência. A Vila é citada em diferentes *sites* sobre o esporte como um dos melhores locais para a prática no Brasil, ganhando denominações como: “Costa Rica Brasileira” (SURFCONNECT, 2020); “Vila dos Tubos” (Idem; Ibidem); e “Tubolândia” (HADAD, 2020). Suas ondas são comparadas à de picos mundiais importantes, reconhecidas como “primas de Bali” (VIAGENS MANEIRAS, s.d.), por quebrarem formando grandes tubos na boca da barra do Rio Doce. Porém, justamente essas ondas foram alteradas após a chegada dos rejeitos de minério do rompimento da Barragem de Fundão.

Saldanha (2018, p. 74) elaborou mapeamento de localização e distância percorrida pela onda conhecida como “Boca do rio”, e aponta que ela é, possivelmente, a onda de mar mais longa do Brasil. O autor pondera que diversos fatores são necessários para que ele ocorra com perfeição, a exemplo dos índices pluviométricos e interferências humanas, sendo que essas últimas podem “[...] comprometer a existência do fenômeno”. Entre essas interferências, ele cita a deposição de rejeitos do rompimento da Barragem de Fundão, que modificou a mecânica das ondas.

Silva (2021, p.23-24) também aponta que a praia de Regência é considerada uma das melhores para a prática do surfe no país, dando destaque para uma constância do vento norte/nordeste como terral, fenômeno pouco frequente no Brasil. O autor destaca a grande distância percorrida pela onda da “Boca do rio” e afirma que: “Após o desastre da SAMARCO o pico de surfe nunca mais quebrou da mesma forma, devido principalmente à alteração da bancada com a deposição da lama.”

Tais análises corroboram a percepção e vivência dos surfistas locais, que afirmam com tristeza que a onda da boca do rio “acabou-se” pela diminuição da energia das ondas, em razão do acúmulo de lama de rejeitos no local. Este dano é muito sentido pelos praticantes de surfe locais, e estende-se à insegurança sobre possíveis alterações ambientais negativas na dinâmica das praias que podem ser geradas com o tempo.

N: Acabou-se a onda da boca do rio. Ela quebrou um dia ou dois, mas acabou de vez. Com a lama, o gel impede que a onda quebre.^{FGV_ILD_093}

D: O fundo lamoso diminuiu a energia das ondas.^{FGV_ILD_093}

N: Falando no coletivo, mais técnico um pouco, acabei me esquecendo, mas eu me formei em oceanografia. Temos gente de todas as áreas dentro da tribo dos surfistas. Só nesse grupo que apareceu hoje temos comerciante, advogado, cientista social, oceanógrafo, pescador, todas as áreas. O surfista é uma tribo tão grande que pega todas as áreas, todos os tipos de pessoas dentro da tribo dos surfistas, que pode ser um ponto positivo pra gente usar desse arsenal. E falando mais tecnicamente, não precisa ter estudo para provar que há diminuição da energia de onda. Se você pega qualquer tipo de fundo, se você pega uma pedra ela não vai absorver e a onda vai ter mais força. A areia, um pouco menos, mas se você joga a lama ela absorve a energia. Então se você passa dentro de uma plataforma continental inteira coberta de lama, essa energia vai se perdendo energia, perdendo energia, até que ela chega na praia diferente. Esse não é o principal problema, porque tem ondas grandes, tem pequenas o tempo todo. O principal problema é que no longo prazo não se sabe como isso vai interferir na dinâmica das praias. E é sempre uma somatória de coisas. E não tem como se provar num documento que foi só a energia da lama que mudou, mas aquilo obviamente se somou a todos os outros fatores e hoje se observa muitas coisas na praia que estão diferentes. Então a praia está comendo, erosão nas praias, outras estão crescendo. Então você altera toda a dinâmica praia e não tem como se provar como que ela vai ficar no futuro. E isso dá mais uma sensação de impotência ainda.^{FGV_ILD_093}

D: Não sabemos como a dinâmica das praias será afetada no longo prazo (erosão, deposição).^{FGV_ILD_093}

N: Nesses seis anos eu devo ter surfado quarenta vezes e eu surfava três vezes por semana. Então esse é um dano profundo em mim. E queria destacar aqui outros danos estruturais, que é a [onda] direita da boca do rio. Era uma escolinha de surfe, os dois companheiros aqui aprenderam a surfar nessa onda. A onda acabou, nunca mais quebrou. E mesmo se quebrasse não daria, porque ela quebra dentro da boca do rio, aonde a lama tem uma intensidade muito maior. Outro dano grave para a comunidade de Regência, a onda boca do rio perdeu forças. Ficou praticamente seis anos sem quebrar. A onda quebrava muito por ano. Igual quebrava antes nunca mais quebrou. Então, são danos estruturais graves que precisam ser reparados.^{FGV_ILD_093}

D: A rotina do surfista foi muito alterada, por ter que ir surfar mais longe, não poder mais surfar como antes, depender da dinâmica dos sedimentos para cair na água.^{FGV_ILD_093}

N: Sobre a informação da onda, não apenas a onda direitinha se acabou, mas também a onda esquerdinha. As duas se acabaram.^{FGV_ILD_093}

D: A (onda) direitinha e a esquerdinha da boca do rio acabaram, devido à deposição da lama ter alterado a composição do fundo do rio.^{FGV_ILD_093}

3.2.4.1.3 Comprometimento do acesso à água potável suficiente, segura e aceitável para usos pessoais e domésticos

Sofrem esse dano socioeconômico as pessoas que tiveram comprometido o acesso à água potável para consumo próprio e/ou da sua família ou para realização de suas atividades domésticas (como, por exemplo, cozinhar, lavar roupas, tomar banho, entre outras), seja pela falta de água ou pelo acesso à água sem a qualidade adequada para essas finalidades. Ressalta-se que esse dano inclui o comprometimento do acesso à água de forma parcial (por um período específico), intermitente (com falhas frequentes desde o desastre) ou permanente (sem acesso à água desde o desastre).

O direito à água é garantido pela Política Nacional de Recursos Hídricos, que entre os seus objetivos estabelece “[...] assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos” (BRASIL, 1997), bem como pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, que em seu decreto regulamentador apresenta como diretriz a “[...] promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura” (BRASIL, 2010).

Com o rompimento da Barragem de Fundão e deposição da lama de rejeitos ao longo da calha do Rio Doce, o direito à água das populações atingidas foi afetado. Houve alterações na qualidade da água bruta e a consequente impossibilidade de tratamento, causando interrupção no fornecimento de água à população dos municípios e distritos com sistemas de abastecimento diretamente dependentes do Rio Doce, dentre eles Linhares (ANA, 2016).

Ainda segundo a ANA (2016), a situação demandou medidas emergenciais frente à interrupção do abastecimento público, sendo implementados meios alternativos de transporte de água bruta para os sistemas de tratamento e uso de sistemas de outros municípios para abastecimento de comunidades, hospitais, escolas e outras instalações prioritárias, os quais contemplaram carros-pipa, caixas d’água comunitárias e entrega de água mineral, entre outros arranjos emergenciais. A alteração da qualidade da água

também trouxe a elevação dos custos de captação e de tratamento da água, exigindo maior gasto de produtos químicos, como o emprego de floculantes especiais e cloro, maior frequência de limpeza dos filtros e a ocorrência de paralisações imprevisíveis. A principal modificação no tratamento foi a adição de tanino para sedimentação de altas concentrações de sólidos totais.

Neste contexto, para o ordenamento das ações de reparação voltadas ao abastecimento de água foi criado o Programa 32 — Melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água (PG32), estruturado com base nos termos da Cláusula nº 171 do TTAC e executado pela Fundação Renova. O PG32 abrange 24 localidades de 17 municípios que tiveram seus sistemas de abastecimento de água identificados como afetados pelo desastre, incluindo Linhares (RAMBOLL, 2018). Para os municípios com até 100.000 habitantes, o programa prevê a redução da dependência do abastecimento público em relação ao Rio Doce em 30% através da efetivação de sistemas alternativos de captação e distribuição de água tratada, assim como a implementação de melhorias e adequações nas Estações de Tratamento de Água (ETA) já existentes. Além disso, os moradores que tiveram paralisação do abastecimento público por mais de 24 horas seguidas teriam direito ao Programa 02 — Indenização Mediada em relação ao dano Água (PIM-ÁGUA) (RAMBOLL, 2020).

Apesar as ações de reparação efetivadas, comunidades de Linhares tiveram e ainda têm diferentes questões relacionadas à dificuldade de acesso à água de qualidade e em quantidade suficiente.

No caso da Vila de Regência, até novembro de 2015 a água era captada do Rio Doce e passava por uma Estação de Tratamento de Água (ETA) local. Após a chegada dos rejeitos, o abastecimento foi interrompido e caminhões-pipa começaram a trazer água tratada pela SAAE da sede do município para a Vila. Nesse contexto, a Fundação Renova financiou reforma na ETA de Regência, concluída em 2018, para que a água pudesse voltar a ser captada ali. A partir daí, a própria Renova sugeriu — e foi aprovado pelos órgãos oficiais — que fosse feita *blendagem* (mistura) das águas da ETA e do SAAE (FUNDAÇÃO RENOVA, s.d). Desde então é feito o *blend*, com cada vez menor presença da água da SAAE (atualmente na proporção de 10% e 90% do poço local). Essas decisões nem sempre foram compartilhadas com a comunidade de forma clara e satisfatória, e há muita desconfiança, dúvida e insatisfação em relação à qualidade da água que está sendo consumida atualmente¹²¹.

¹²¹ Leonardo et al. (2017) realizou estudo em Regência e Povoação sobre danos do rompimento da Barragem de Fundão. Em relação ao abastecimento de água pela SAAE na Vila de

N: Hoje recebemos água de um poço que a água não está boa e apenas um caminhão pipa chega com água boa. Isso traz muita preocupação, pois estamos consumindo uma água que não é boa. Dizem que a água está apta, mas fica perto do rio que está impróprio e o solo também está impróprio. Temos muita insegurança para beber essa água. Desde que a lama chegou que compro água mineral, mas usamos essa água para cozinhar e aos pouquinhos estamos nos contaminando.^{FGV_ILD_097}

D: A água do poço está sendo misturada com água tratada de carro pipa, mas não é de boa qualidade.^{FGV_ILD_097}

N: Essa questão da água potável, do SAAE [Serviço Autônomo de Água e Esgoto] e do caminhão pipa, é difícil de entender e dá raiva. Qual água está menos ruim, a do caminhão ou a do poço? São duas águas que vão dar um veneno no final. É uma preocupação que tenho, isso é um desabafo.^{FGV_ILD_098}

D: A água que abastece a comunidade não tem uma boa qualidade e não temos laudos que atestem se está própria ao consumo.^{FGV_ILD_098}

A isso se somam relatos de que aparência da água não é própria, pois em diversos momentos está suja, amarelada, ou parecendo “uma borra de café”. Isso gera problemas para sua utilização para lavar roupas e desconfiança para seu uso para preparação de alimentos ou para o próprio ato de tomar banho, somado ao fato de que algumas pessoas começaram a ter coceiras no corpo associadas à utilização dessa água.

N: [...] Hoje temos muito problema com abastecimento da água, 90% vem de poço e 10% de caminhão pipa. E o consumo está complicado, a água muito suja e muito amarelada. Hoje temos muita necessidade de realizar o serviço de limpeza de caixa d'água. Então, temos que comprar água mineral, pois a qualidade é duvidosa. A gente sem água não vive, se mancha uma roupa imagina a comida, tomar banho com essa água dá coceira, o cabelo fica duro e as mulheres gastam mais com creme para o cabelo não ficar duro. A questão da água é muito séria. Pois o dinheiro você compra carro, aí o dinheiro acaba e nem tem como comprar água. Como morador é isso que tenho que falar.^{FGV_ILD_097}

D: A água do poço está sendo misturada com água tratada de carro pipa, mas não é de boa qualidade.^{FGV_ILD_097}

N: [...]. Aqui dentro de Regência o SAAE [Serviço Autônomo de Água e Esgoto], fornece a água, mas tem dia que a água está como uma borra de café. Havia carros-pipas e foram diminuindo os carros e hoje

Regência, o relatório afirma que: “[...] para a 40% da população de Regência, a qualidade da água foi considerada insatisfatória, péssima (12,3%) ou ruim (18,8%)” (LEONARDO et al.1, 2017, 16).

só vem um, porque a Renova fala que a água está boa. Mas não mostra os laudos.^{FGV_ILD_098}

D: Tem dia que a água potável está escura como uma borra de café e a água do rio vermelha (cor de minério) que nem dá para lavar uma roupa.^{FGV_ILD_098}

Ao mesmo tempo, para parte das pessoas atingidas ouvidas pela FGV, a água da SAAE é mais confiável do que a do poço local (que passa pela ETA), pois ele fica próximo ao Rio Doce, e, conforme apontado no relato acima, em alguns dias a água está escura, amarelada.

N: Hoje é 10% do SAAE [Serviço Autônomo de Água e Esgoto] e 90% do poço. Então acho que estragam essa água. Essa mistura prejudica a qualidade da água.^{FGV_ILD_086}

D: Hoje temos insegurança em relação à qualidade da água.^{FGV_ILD_086}

N: Sobre a água que deveria ser potável. Em Colatina já tem uma estação de tratamento da água do Rio Doce e abastece a população, mas em Regência éramos abastecidos por caminhão pipa e não temos ainda solução para abastecimento. Perfuraram muitos poços sem sucesso. Hoje o abastecimento se dá por mistura com água de um poço (90%) e água abastecida por caminhão pipa (10%) e a qualidade é questionável, apesar de indicarem [Serviço Autônomo de Água e Esgoto — SAAE] que é própria para o consumo e a comunidade paga pelo abastecimento sem essa garantia. A comunidade tem dificuldade de saber se é própria, não tem condição de analisar ou saber se o laudo é próprio. Precisamos rever urgentemente resolver a questão da água que é um direito constitucional. Não estamos sendo ouvidos, não somos ouvidos pelas empresas. E a Fundação Renova trata a gente como quer, coloca no cadastro o que eles querem, temos que aceitar e não tem o que fazer.^{FGV_ILD_097}

D: As tentativas de perfuração de poços não trouxeram água adequada para a população.^{FGV_ILD_097}

Na Vila de Povoação, apesar de não terem sido relatadas interrupções ou adaptações no abastecimento de água logo após o desastre, há desconfiança de alguns com a qualidade da água tratada na ETA local, já que não há tratamento na rede de água municipal que abarque a descontaminação por metais pesados e EPT em geral.

N: [...] A gente não tem uma garantia de utilização segura dessa água, tanto do Rio Doce quanto do mar. Mas infelizmente a gente consome essa água, porque o sistema de tratamento de esgoto, que é o SAAE [Serviço Autônomo de Água e Esgoto], faz o tratamento e essa água é que vem pra nós. [...].^{FGV_ILD_090}

D: Aumento de demanda do sistema de tratamento de água devido ao aumento da população.^{FGV_ILD_090}

N: [...]. É muito sério, o consumo da água com metais pesados e a SAAE não avalia metais pesados e as pessoas continuam consumindo essa água. Esse dano vai sentir no futuro.^{FGV_ILD_091}

D: Não tem procedimento de medição de metal pesado na água.^{FGV_ILD_091}

Assim como em Regência e Povoação, em diversos locais do município onde há sistema de abastecimento público de água, realizado pelo SAAE, as narrativas apontam grande proporção de insatisfação com o tipo de tratamento realizado e insegurança quanto a qualidade da água fornecida, pois ela não possui as características básicas de potabilidade: não possuir cor (incolor), sabor (insípida), nem cheiro (inodora), além de ser livre de qualquer tipo de poluente ou contaminação.

N: Aqui a gente tem SAAE [Serviço Autônomo de Água e Esgoto] que a água é tratada para outras finalidades, não é o mesmo tratamento que eles dariam com esse tanto de mineração dentro. Mesmo tendo essa água tratada, não dá a garantia de ter qualidade.^{FGV_ILD_104}

D: Temos insegurança em relação ao tratamento da água que é feito hoje.^{FGV_ILD_104}

As comunidades que não apresentam sistema de abastecimento de água também enfrentam sérios problemas com uso e consumo de água. Durante as oficinas de levantamento de danos em Linhares foram trazidos diversos relatos sobre a captação direta do rio para consumo e uso doméstico como uma prática frequentemente utilizada pela população local. Essa questão se relaciona à falta de saneamento básico. Historicamente, esse problema é suprido pela utilização de poços ou da própria água do rio. Com a chegada dos rejeitos na foz do Rio Doce, o suprimento com a utilização de poços foi prejudicado diante da alteração de coloração da água e da contaminação percebida após o desastre.

N: Em questão da água é que não temos saneamento básico, a comunidade inteira é de fossa. Eu acredito que o poço mesmo que seja passado pelo tratamento, como fica ao redor de várias casas que contém fossas, eu não acredito que seja confiável. Mesmo que tenha laudo, o poço está muito próximo das fossas, mas os laudos também são comprados. Não acredito que essa a água esteja limpa.^{FGV_ILD_086}

D: Hoje temos insegurança em relação à qualidade da água.^{FGV_ILD_086}

N: A gente tem os poços artesanais, mas outro problema, pois tem a superlotação de famílias e temos falta de água direto, quando chega o verão é muita falta de água pois dobrou a quantidade de famílias. E tem a incerteza, não sabemos como está o lençol freático, nunca apresentaram um estudo, não sabemos. Povoação é praticamente

uma ilha, tem a lagoa de um lado, o rio, e o mar e não podemos fazer nada.^{FGV_ILD_104}

D: Temos insegurança em relação ao tratamento da água que é feito hoje.^{FGV_ILD_104}

As narrativas ainda apontam que inicialmente as medidas emergenciais suprimiram a substituição da água do rio, porém com o tempo a população voltou a consumir a água que, aparentemente, não se encontra em condições apropriadas ao consumo. Ressalta-se que as narrativas a seguir relatam danos identificados especialmente pelas mulheres que, de forma geral, costumam estar mais ligadas às tarefas que demandam a utilização de água potável para consumo, uso doméstico e cuidados com a família¹²².

N: No começo a gente usava água do rio pra tudo, para beber. Hoje a gente não sabe. [...] ^{FGV_ILD_104}

N: A água é capturada do rio, hoje as vezes a água que tá vindo é preta, suja, logo no começo colocaram carro de água trazendo, hoje já não tem mais. Olha só a situação, estamos tomando água que vem do próprio rio que está suja. [...] ^{FGV_ILD_104}

D: Temos insegurança em relação ao tratamento da água que é feito hoje. ^{FGV_ILD_104}

N: Às vezes a água está tão feia que a gente não pode nem fazer uma comida com água. É muito complicado e difícil. [...] ^{FGV_ILD_104}

D: Não temos água potável de qualidade e temos que tomar água mineral. ^{FGV_ILD_104}

N: A Renova vem dizendo que a água está boa, mas os estudos apontam ao contrário. E temos que comprar água e dizer que estamos usando água mineral. Não sabemos quando vai voltar ao normal. [...] ^{FGV_ILD_104}

¹²² Bruschini (2007, p.538) também aponta, em análise a partir de dados oficiais, que o perfil das trabalhadoras no Brasil demonstra que elas estão se tornando, de um lado, “[...] mais velhas, casadas e mães – o que revela uma nova identidade feminina, voltada tanto para o trabalho quanto para a família –, de outro, permanecem as responsabilidades das mulheres pelas atividades domésticas e cuidados com os filhos e outros familiares – o que indica a continuidade de modelos familiares tradicionais, que sobrecarregam as novas trabalhadoras, principalmente as que são mães de filhos pequenos, em virtude do tempo consumido em seus cuidados, [...]”

Ainda, a ONU Mulheres (2020, p.1) reconhece que as mulheres continuam sendo as mais afetadas pelo trabalho não-remunerado, especialmente em tempos de crise, a exemplo dos desdobramentos do desastre e da pandemia do novo Coronavírus, quando aumentam as tarefas de cuidado com familiares doentes, pessoas idosas e crianças, que recaem principalmente sobre elas.

D: Não temos água potável de qualidade e temos que tomar água mineral.^{FGV_ILD_104}

Atualmente a população atingida tem a percepção de que os lençóis freáticos também estão contaminados, já que após todo o tempo transcorrido desde o rompimento da barragem que causou o desastre não houveram ações eficazes para conter os danos ambientais causados pelo carreamento e depósito dos rejeitos.

N: A falta de saneamento é muito preocupante, pois o subsolo já está contaminado por conta desse rejeito empregando no lençol freático e a falta de saneamento ainda piora a situação.^{FGV_ILD_097}

D: A falta de saneamento básico agrava a contaminação do solo que já está contaminado pelo rejeito.^{FGV_ILD_097}

N: E a água contaminada? Nesses seis anos será que o metal pesado não penetrou e contaminou o lençol freático? Houve períodos que as pessoas relatavam doenças e de pele.^{FGV_ILD_090}

D: A comunidade teme a qualidade da água disponível para uso doméstico (banho, alimentação etc.).^{FGV_ILD_090}

Assim, atualmente, as comunidades temem pela qualidade de água disponível para os diversos usos domésticos e produtivos, seja ela da rede de abastecimento ou de poços e outras formas de captação. Como já apontado, há relatos de que a água por vezes está suja, amarelada, dá coceiras após o banho. Assim, quem tem condições financeiras para tal passou a comprar água mineral, pela insegurança em utilizar a água da torneira para beber, cozinhar etc. Os custos, no entanto, são significativos e muitos não podem arcar com essa despesa (debate presente na dimensão temática de Renda, trabalho e subsistência — Seção 3.2.4.3.9, ainda mais no contexto de diminuição de renda, comprometimento da alimentação advinda do autoconsumo e insuficiência das medidas reparatórias em curso.

N: Estamos tendo que pagar mais caro a água. Estamos sendo obrigados a comprar a água. O vendedor precisa tirar o lucro, então a gente tem que pagar caro. Tem gente que compra água para alimentação. Antes a gente podia usar a água da torneira e hoje não é mais confiável.^{FGV_ILD_086}

D: Aumento de gastos com água mineral.^{FGV_ILD_086}

N: É uma revolta de todo mundo, porque no fundo você não sabe nem o que você está bebendo. Quem não tem dinheiro bebe essa água. É revoltante, não dá para entender.^{FGV_ILD_098}

D: A água que abastece a comunidade não tem uma boa qualidade e não temos laudos que atestem se está própria ao consumo.^{FGV_ILD_098}

N: Nem todo mundo foi reconhecido aqui, como já foi falado, então, hoje, não é todo mundo que tem dinheiro para comprar água mineral para beber. FGV_ILD_098

D: Tem dia que a água potável esta escura como uma borra de café e a água do rio vermelha (cor de minério) que nem dá para lavar uma roupa. FGV_ILD_098

N: Concluindo a fala da companheira aí, a gente foi prejudicada em tudo, do banho à alimentação e à água, porque hoje a gente compra água mineral por não podermos beber água no rio. As roupas estão todas enlameadas. [...]. FGV_ILD_098

D: A água que abastece a comunidade não tem uma boa qualidade e não temos laudos que atestem se está própria ao consumo. FGV_ILD_098

Relacionado à temática da água está ainda a migração de pessoas para as comunidades atingidas, assunto que repercute e desdobra para outras dimensões temáticas, sendo abordado também em Redes de relações sociais, Educação, Saúde e Processo de reparação e remediação. O crescimento no número de habitantes nas comunidades locais é associado ao aumento na demanda de fornecimento de água tratada, sendo necessário o investimento na estrutura e capacidade de captação, tratamento e distribuição de água potável.

N: Isso mesmo, superlotação na escola e em todo ambiente. Em Povoação tinha quinhentos e doze famílias e hoje tem cerca de setecentas famílias, começou a ter problemas de abastecimento por não dar conta da quantidade de pessoas, muita invasão nas áreas ambientais de reserva permanente. Então a situação ficou desgovernada pela superlotação. FGV_ILD_091

D: Invasão de áreas protegidas pela chegada de novos moradores. FGV_ILD_091

N: Há recursos destinados para o estado fazer obras principalmente de infraestrutura, de ações de recuperação da Renova. [...] São ações que estão travadas por falta de iniciativa dos órgãos competentes. Estamos cobrando, mas a gente quer ação para desafogar esses gargalos dentro da comunidade. A gente tem um problema muito sério no Rio Doce pois o nosso sistema de captação de água precisa ser ampliado. Isso também está no acordo judicial. [...]. FGV_ILD_090

D: Aumento de demanda do sistema de tratamento de água devido ao aumento da população. FGV_ILD_090

O aumento populacional também é apontado como fator de redução da disponibilidade de água, associado à dúvidas quanto à sua qualidade, seja por contaminação vinda do Rio Doce ou pelo sistema de esgoto por meio de fossas sépticas com baixa manutenção.

N: A gente tem os poços artesianos, mas outro problema, pois tem a superlotação de famílias e temos falta de água direto, quando chega o verão é muita falta de água pois dobrou a quantidade de famílias. E tem a incerteza, não sabemos como está o lençol freático, nunca apresentaram um estudo, não sabemos. Povoação é praticamente uma ilha, tem a lagoa de um lado, o rio, e o mar e não podemos fazer nada.^{FGV_ILD_104}

D: Pela superlotação de pessoas que vieram para as comunidades, sofremos com falta de água.^{FGV_ILD_104}

Cabe ainda destacar aqui questão relacionada ao abastecimento de água no Assentamento Sezínio Fernandes de Jesus, localizado próximo à sede de Linhares, que tem parte da área na beira do Rio Doce. Não há saneamento básico e a água utilizada pelas famílias provém principalmente de cacimbas e poços artesianos, além da captação direta das lagoas e do Rio Doce para irrigação e uso doméstico. Conforme tratado anteriormente 3.2.4.1.1 as lagoas possuem canais de ligação com o rio na época de cheias, e quando da chegada dos rejeitos em Linhares houve preocupação dos moradores para que fossem construídas estruturas que impedissem esse fluxo das águas com o rio. Desde 2016 os moradores, especialmente da parte baixa do assentamento, enfrentam dificuldades para uso da água. Há insegurança quanto a contaminação do rio, das lagoas e lençol freático, principalmente quanto as alterações percebidas na cor, gosto e cheiro da água utilizada para consumo humano e irrigação, interferindo na alimentação, saúde e uso em geral dessas águas.

N: [...] E essas colocações sobre os poços é real, tanto é que em 2008 quando estávamos acampados havia poço na baixada e a água era excelente, na beira da pista. Todas as famílias consumiam dessa água. E hoje não se consegue fazer poço mais na baixada. E sobre a alimentação, a mesma coisa, sem água, como fazer a alimentação escolar? E mesma coisa as famílias, se não tem água boa, como a alimentação vai ser boa? ^{FGV_ILD_105}

D: A alimentação fica prejudicada pela falta de água de qualidade.
^{FGV_ILD_105}

N: Com relação à água, não tenho condições de relatar como ficou o processo de distribuição de água, mas algumas famílias que ficavam nas proximidades de onde foi inundado ficaram sem condições de captar água. No início houve abastecimento pela empresa ou prefeitura, mas pararam de fornecer. Outra coisa que gostaria de enfatizar, o assentamento tem três lagoas e a água do Rio Doce entra naturalmente em duas dessas lagoas, na época das cheias. Essas duas lagoas também foram contaminadas com o rejeito de minério. Lembro que ficaram de fazer exames dessa água e essas duas lagoas são aonde as cem famílias captam água delas para tudo, tanto para beber, como para os animais, uso doméstico e as plantações. Então os danos, para podermos mensurar dentro do assentamento é possível ser mensurado, mas essa conversa seria o início para vocês terem a

dimensão e depois chegarem a identificar todos os danos que ocorreram e vêm ocorrendo. [...]. FGV_ILD_105

D: Há fluxo de água entre o Rio Doce e as lagoas, contaminando as lagoas, que são utilizadas pelas famílias para uso doméstico, irrigação e dessedentação dos animais. FGV_ILD_105

N: Hoje o nosso lençol freático na baixada é todo contaminado. E isso se não comprometer a nossa água que é o reservatório das famílias. A lagoa Terra Altinha, principalmente, que é localizada no centro do assentamento, toda cercada de área de preservação e hoje a confiança é zero. E pode influenciar nos futuros lotes da chapada. FGV_ILD_105

D: A água não é mais de qualidade, temos muito problema com excesso de ferro. FGV_ILD_105

E essa preocupação se estende para as famílias que moram nos lotes da parte alta do assentamento, já que os poços também estão apresentando alterações no aspecto da água (um “lodo rosado”) e geram desconfiança quanto à água utilizada por todos.

N: Os poços das pessoas que moram aqui em cima, são de mais de 50 m. de profundidade. E começou a aparecer um lodo rosado que pode ser indicação de arsênio, altamente tóxico e que pode causar problemas sérios de saúde. Então não tivemos condições de fazer uma pesquisa, mas seria preciso uma pesquisa. FGV_ILD_105

D: Contaminação do subsolo. Tem um lodo rosado depois da lama. FGV_ILD_105

N: Talvez se a gente desse um sentido mais cronológico. Antes somente os poços da baixada que foram furados para abastecimento após o desastre eram ruins, mas com o tempo os poços da parte alta começaram a apresentar os mesmos problemas de água ruim da área da baixada. FGV_ILD_105

D: Fizemos poços para abastecimento de água na baixada logo após o desastre, mas a água é muito ruim, não resolveu o problema. E temos desconfiança em relação à qualidade dos poços da parte alta também. FGV_ILD_105

N: O que eu observo sobre os poços de cima, na verdade não é visível olhando para a água. A água parece que está boa, o cheiro parece que está bom. O negócio é o lodo que está aparecendo. Por isso a gente gostaria de fazer logo uma análise, para saber se estamos nos prejudicando e prejudicando nossos filhos. Porque a gente consome essa água, para beber cozinhar, tomar banho. FGV_ILD_105

D: Contaminação do subsolo. Tem um lodo rosado depois da lama. FGV_ILD_105

Merece destaque ainda a situação de abastecimento de água das duas escolas localizadas no Assentamento. A narrativa a seguir contextualiza bem a questão:

N: Talvez especificar um pouquinho mais sobre a questão da água, porque na verdade nós temos aqui no assentamento duas escolas. Uma que é municipal e outra que é estadual. Então, na municipal a bomba que pega água da vazante da lagoa foi soterrada e ela é abastecida com água que vem de fora. A outra é a escola estadual, na chapada. Nessa nós furamos dois poços artesianos e a água não tem qualidade. Então nós temos suspeita que possa estar contaminada com os rejeitos da Samarco. Então são duas situações.^{FGV_ILD_105}

D: A Escola Municipal do assentamento utilizava a água da vazante da lagoa, e a bomba d'água ficou entupida com a lama, deixando a escola sem abastecimento próprio de água potável até hoje.^{FGV_ILD_105}

D: O abastecimento de água da Escola estadual foi interrompido, não tendo mais autonomia de abastecimento de água. E a qualidade da água dos poços abertos logo depois do desastre e recentemente é visivelmente ruim (cheiro ruim, coloração amarelada, com ferrugem).^{FGV_ILD_105}

Assim, a escola municipal de educação infantil, que utilizava água captada de um braço da lagoa, teve problema de entupimento e soterramento da bomba utilizada em função do desastre, o que levou a seu fechamento durante semanas até as famílias se organizarem para cuidar, elas próprias, do abastecimento de água do local. Durante vários anos o funcionamento da escola dependeu da doação de água dos pais, para que as crianças pudessem continuar estudando. Há pouco tempo a prefeitura começou a realizar distribuição de água no local uma vez por semana, o que alivia, mas não resolve o problema. O trabalho das merendeiras segue com dificuldades, prejudicando a alimentação escolar, e a quantidade de água fornecida é insuficiente para todos os usos. Além disso, há famílias que também dependiam da água desse braço da lagoa e que continuam sem solução para seu problema, tendo que utilizar água em casa com aspecto de ferrugem e vista como contaminada.

N: No começo do desastre a escola [municipal] ficou fechada por algumas semanas, até se organizar entre as famílias.^{FGV_ILD_105}

D: A Escola Municipal do assentamento utilizava a água da vazante da lagoa, e a bomba d'água ficou entupida com a lama, deixando a escola sem abastecimento próprio de água potável até hoje.^{FGV_ILD_105}

N: A minha parte é falar um pouquinho sobre a situação que se encontram as escolas. Nós temos no assentamento a pré-escola, com crianças de quatro a cinco anos, escola atingida diretamente porque continua ainda grave. Essa escolinha e mais quatro casas com famílias que moram lá, usavam água do braço da lagoa. Com a lama a bomba foi entupida de lama e a partir desse momento não utilizam mais a água. Por um período de três a quatro anos ficaram utilizando a água que os pais de alunos levavam. Somente por três meses havia abastecimento com água, mas foi cessado. Então são duas turmas que ficaram por três anos os pais de família faziam o abastecimento. Somente agora, há pouco tempo, a prefeitura começou a abastecer a

escolinha uma vez por semana, somente para a escolinha. Tentamos mudar a escola de lugar, mas nada foi feito. Mas as três famílias que moram ali não recebem água e nem têm condições de fazer poço naquela região, já tentaram fazer vários poços e não deu. FGV_ILD_105

D: A Escola Municipal do assentamento utilizava a água da vazante da lagoa, e a bomba d'água ficou entupida com a lama, deixando a escola sem abastecimento próprio de água potável até hoje. FGV_ILD_105

N: Então na escolinha [pré-escola] lá de baixo eles recebem água uma vez por semana, que já é bem complicado e dificulta o trabalho das merendeiras. Então não tem condições de deixar as crianças beberem daquela água. E tem umas oito famílias ali para cima que perderam tudo. E no vasos e pias de banheiro dá para ver o tanto de ferrugem, imagina se corrói um vaso, uma pia e no nosso corpo, o que que não deixa? Então esse trágico momento acho que vamos ter por muito tempo e é muito triste. FGV_ILD_105

D: A alimentação da escola foi muito prejudicada por conta da falta de água de qualidade. FGV_ILD_105

Já a escola estadual, onde os filhos e filhas dos assentados podem estudar durante o período do ensino fundamental I e II (primeiro ao nono ano), que fica em parte mais alta do Assentamento, também passou a enfrentar situação alarmante em relação ao abastecimento de água após o desastre. O poço antes utilizado começou a apresentar coloração amarelada e cheiro muito ruim, e diante da falta de perspectiva para solucionar o problema, outros poços foram abertos, porém, todos apresentam o mesmo problema. Assim, até hoje há momentos em que as aulas têm que ser interrompidas em função da falta d'água, e os alunos, professores e funcionários precisam conviver com uma água imprópria e desconfortável para o uso. O abastecimento depende dos laços comunitários estabelecidos, como doações da Igreja e busca de água em nascente de um vizinho.

N: E isso também afetou de fato a escola estadual, que é a escola de cima, que tem alunos de primeiro ao nono ano. Para essa escola estadual tinha um poço, mas com a lama a escola também está em situação alarmante. Foram feitos dois ou três poços ao redor, mas é muito minério e as pessoas não conseguem nem lavar a mão de tanto que fede, um cheiro horrível. E tira de um local e coloca no outro e o resultado é o mesmo. FGV_ILD_105

D: Fizemos poços para abastecimento de água na baixada logo após o desastre, mas a água é muito ruim, não resolveu o problema. E temos desconfiança em relação à qualidade dos poços da parte alta também. FGV_ILD_105

N: Sobre a escola estadual ainda hoje, seis anos depois, eles estão sem água e estão utilizando água emprestada da igreja. FGV_ILD_105

D: Ficamos semanas sem aula por conta da interrupção do abastecimento de água, e até hoje as vezes temos que interromper as aulas por falta d'água ou água muito ruim. FGV_ILD_105

N: Só reforçando o que as companheiras falaram sobre a água, há pouco tempo, umas três vezes as professoras e a diretora precisaram buscar água do vizinho, de uma nascente. [...] FGV_ILD_105

D: O abastecimento de água da Escola estadual foi interrompido, não tendo mais autonomia de abastecimento de água. E a qualidade da água dos poços abertos logo depois do desastre e recentemente é visivelmente ruim (cheiro ruim, coloração amarelada, com ferrugem). FGV_ILD_105

Assim, fica patente a insuficiência e negligência da Fundação Renova e empresas responsáveis pelo desastre com o abastecimento de água neste local, percebido enquanto descaso pela população assentada, conforme exemplificado a seguir e que será detalhado na Seção 3.2.4.9.

N: Entra nesse tema a questão do descaso, que nós falamos aqui dos poderes públicos, mas também da própria Renova. Porque em 2016 eu era coordenadora da escola e eu fui lá e fiz o cadastro e relatei a situação da água da escola. E até hoje nem vieram aqui verificar a situação. FGV_ILD_105

D: Muito descaso dos órgãos públicos sobre o problema de abastecimento de água. FGV_ILD_105

3.2.4.2 Moradia e infraestrutura

Essa seção aborda narrativas e danos enunciados relatados nas oficinas de Linhares que são relacionados às questões de moradia e infraestruturas afetadas pelo desastre.

É importante salientar que a compreensão do direito à moradia adequada não se resume à necessidade de abrigo, devendo ser entendido de forma mais abrangente a fim de contemplar aspectos relacionados ao direito de viver com segurança, paz, conforto e dignidade (FGV, 2019j). Além disso, deve-se levar em consideração que o acesso à moradia adequada pode vir a ser uma pré-condição para a realização de outros direitos humanos fundamentais (FGV, 2019j). Dessa forma, considera-se os seguintes aspectos que vão além das estruturas físicas das casas: i) segurança de posse; ii) disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestrutura; iii) economicidade ou custo acessível; iv) habitabilidade; v) acessibilidade; vi) localização; vii) adequação cultural (FGV, 2020m).

Para uma melhor contextualização do tema moradia e infraestrutura para o município de Linhares é importante indicar questões específicas que são identificadas nas

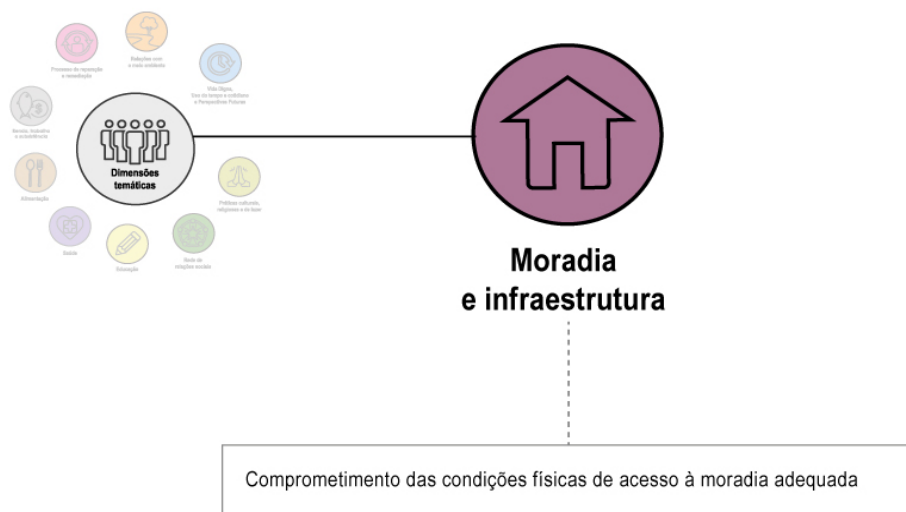
diferentes localidades. Na sede de Linhares encontramos o caso da Avenida Beira Rio, que conforme tratado na caracterização da foz do Rio Doce (Seção 2.3), demandou a remoção temporária de famílias nos anos de 2018 e 2019. As famílias foram obrigadas a se mudar para moradias provisórias em função dos resultados de estudos realizados por consultoria técnica especializada que apontaram riscos estruturais associados ao barramento realizado no rio Pequeno, construído para impedir a contaminação da Lagoa Juparanã via Rio Doce devido ao rompimento da barragem e passagem dos rejeitos de minério da Samarco.

Já na Vila Regência Augusta (também chamada apenas por Regência), há questão relacionada ao abastecimento de água, conforme tratado anteriormente (3.2.4.1.3). Com a necessidade de abastecimento da Vila por caminhões pipa após a chegada dos rejeitos, vias de acesso e moradias passaram por situação atípica de tráfego e abalo nas estruturas, gerando transtornos e danos nas construções.

Na comunidade tradicional ribeirinha de Entre Rios (próxima a Vila Regência Augusta) apresenta moradias muito próximas ao Rio Doce, além de estruturas físicas de suporte nas chamadas ilhas, que são utilizadas principalmente para produção agrícola. Essas residências até hoje, principalmente nos períodos de enchentes, demandam adaptação e reparos em suas estruturas físicas devido à presença dos rejeitos de minério.

O dano tratado dentro dessa dimensão temática é: (i) Comprometimento das condições físicas de acesso a moradia adequada.

Figura 46 — Dimensão temática moradia e infraestrutura e danos socioeconômicos associados



Fonte: Elaboração própria (2022).

3.2.4.2.1 Comprometimento das condições físicas de acesso à moradia adequada

Sofrem esse dano as pessoas atingidas que residem ou residiram em moradias que, em razão das ações de reparação ou da passagem da lama de rejeitos, desenvolveram patologias estruturais como trincas, fissuras, rachaduras, infiltrações etc. Dentro desse dano há duas gradações importantes: i) casos em que a moradia precisou ser desocupada temporariamente pela família em razão das patologias identificadas; ii) casos em que a desocupação não foi necessária.

Como já apontado anteriormente, o caso da Avenida Beira Rio (Linhares/Sede) apresenta especial atenção devido à necessidade de remoção das famílias que residiam no local, sendo identificados nos relatos dois principais marcos relacionados ao desastre do rompimento da Barragem de Fundão. O primeiro diz respeito ao rompimento da Barragem de Fundão propriamente dito, com a chegada da lama ao Rio Doce e afluentes em novembro de 2015 e todas as medidas e intervenções realizadas para mitigar os danos gerados. O segundo está associado ao dano gerado pela própria medida reparatória que teve consequências significativas para a vidas dessas famílias.

N: Na realidade existe dois momentos, o primeiro é o rompimento da Barragem de Fundão, por que nossa Vila é de pescadores, tem os moradores que trabalham com pesca a mais de sessenta anos e eles foram afetados imediatamente. E nós que não éramos pescadores fomos realmente atingidos em 2018/19, porque tem aquela barragem aqui, e eles começaram a querer retirar essa barragem, fazer canal na barragem, porque a lagoa estava muito cheia. O nexso causal é a

Barragem de Fundão, porque a nossa barragem aqui, foi construída para a lama da Barragem de Fundão não chegar na lagoa. Teve a remoção da nossa barragem, pois com o da barragem de Brumadinho, a Vale teve que avaliar todas as barragens e contrataram uma empresa através da Renova para avaliar a nossa barragem, e contaram uma historinha. [...].^{FGV_ILD_092}

D: Foram dois momentos de desastre, o primeiro quando a lama chegou em 2015, e depois quando tivemos que sair de casa por conta do barramento do rio Pequeno.^{FGV_ILD_092}

A remoção das famílias que moravam na Avenida Beira Rio, na sede de Linhares, se deu em cumprimento à decisão judicial proferida pela 12ª Vara Federal de Belo Horizonte (MG), após análise realizada por empresa especializada apontar riscos estruturais no barramento do rio Pequeno. Segundo as narrativas a remoção das famílias foi realizada sem uma preparação prévia adequada, havendo um aviso em um dia para saírem no outro e muitas famílias que não concordavam em sair. As famílias foram acomodadas temporariamente em hotéis, sem poder levar todos os pertences, e o que deveria ser temporário durou seis meses. Depois de muita luta algumas famílias conseguiram autorização para retornarem às residências.

N: Foi feito um laudo pela empresa [...], nesse laudo dizia que havia um risco de rompimento da barragem que estava lá, e caso ocorresse iria ter uma onda de cinco metros que destruiria as casas. Detalhe que essa barragem acumulou muita água na lagoa e chegou o momento que teria que fazer a abertura dessa barragem. Levaram a gente para o hotel, conseguimos recorrer e contestar os laudos. Nesse período a gente conseguiu com a justiça para voltar para nossas casas. [...].^{FGV_ILD_092}

D: Do dia para a noite tivemos que sair das nossas casas, nos levaram para um hotel por mais de cinco meses até o retorno às casas, que se tornaram impróprias para habitar.^{FGV_ILD_092}

Ao final dos seis meses, as famílias tiveram autorização para retornar a Avenida Beira Rio. Contudo, após esse período, muitas residências não se encontravam habitáveis e ofereciam riscos aos moradores devido à falta de manutenção e problemas gerados pelas alterações no barramento.

N: [...] Mas nesses seis meses que ficamos no hotel, algumas casas foram danificadas como: caixa de água estourou e outros tipos de problemas, e também quando abriram as barragens passou muita água aqui e afetou a estrutura de algumas casas. Resultado: nesses casos as pessoas optaram em ficar de aluguel. Havia a necessidade que a Fundação Renova acertasse os danos que aconteceu nesse período, a única maneira de acertar os danos era não voltar pra casa, algumas voltaram.^{FGV_ILD_092}

N: O que aconteceu foi que ficamos cinco meses e meio no hotel. Depois podíamos voltar para casa, era facultativo, mas tinha casa que não tinha condição de ser habitada, em cinco meses teve casa que sofreu um processo de deterioração, são coisas que aconteceram, pois, as pessoas ficaram fora da casa. FGV_ILD_092

N: Não podemos voltar. Na verdade, não é que não pode, não existe uma proibição, mas a condição das casas não permite, estão inabitáveis. FGV_ILD_092

D: Do dia para a noite tivemos que sair das nossas casas, nos levaram para um hotel por mais de cinco meses até o retorno às casas, que se tornaram impróprias para habitar. FGV_ILD_092

Dessa forma, as famílias passaram a enfrentar outra disputa com Fundação Renova e empresas causadoras do desastre para encontrar alternativas aos danos gerados às suas moradias e na busca de novas moradias temporárias.

N: Saímos de casa, ficamos no hotel seis meses, depois houve pressão para sair dos hotéis, algumas pessoas fizeram acordo e conseguiram voltar, nós não conseguimos e tivemos que ir pro apartamento, tudo às pressas. Dentro disso se passaram dois anos, e agora tem o processo de retorno, por conta das reformas. E nesse processo de retorno foi contratado por um juiz uma empresa para fazer os laudos e eles estão sendo contestados pela Renova, então isso provavelmente vai se arrastar por mais um tempo. FGV_ILD_092

D: Do dia para a noite tivemos que sair das nossas casas, nos levaram para um hotel por mais de cinco meses até o retorno às casas, que se tornaram impróprias para habitar. FGV_ILD_092

N: O rio que não vai resolver nada, eles [Renova] jogam a gente igual peteca. Eu quero ver até onde vai isso. Não dá pra perder mais nada, cada um que vem, vem com uma coisa diferente. Nós só vamos engolindo, agora não tá dando mais para engolir. Tem que tomar uma solução, do jeito que tá não pode ficar. Alguém vai ter que resolver. Na hora de tirar eles [Renova] vieram até com polícia, e agora para voltar? [...]. FGV_ILD_092

D: Nós queremos que ajeitem nossas casas, nossas coisas, para voltar à nossa vida. FGV_ILD_092

Como indicado acima, passados mais de dois anos da remoção, muitas famílias ainda não conseguiram retornar às suas residências na Avenida Beira Rio. As narrativas apontam que com o passar do tempo a situação só tem se agravando, desvalorizando os imóveis (conforme será tratado na Seção 3.2.4.3.10 e aumentando as perdas de estrutura física, mobiliário, materiais, equipamentos, entre outras.

N: [...] Eles [Renova] não querem nos trazer de volta, porque as casas estão destruídas, e não vão reformar nossas casas. A minha casa está caindo, o rapaz que foi fazer vistoria viu isso, minha casa cedeu. Eu

quero minha casa e minhas coisas. Que destruiu tudo, acabou com tudo. Esse tal de aluguel não presta pra nada. Ninguém tem nada mais. E assim por diante, e a gente que é mais fraco vai comprar como? Essa Renova fez uma grande sacanagem, eu não vou mais em *live*, só quero minha casa.^{FGV_ILD_092}

D: Nós queremos que ajeitem nossas casas, nossas coisas, para voltar à nossa vida.^{FGV_ILD_092}

N: A colega tá doida para voltar porque o marido dela tá doente, homem não aguenta nada e eles têm que ficar aluga aqui, aluga ali. A casa dela foram lá mexer, e o pessoal da Renova saiu correndo porque a casa trincou. Eu acho que tem que puxar pra todo mundo, não é só pra um, se for pra mexer, tem que mexer pra todo mundo. [...] ^{FGV_ILD_092}

D: Destruiu e desvalorizou nossos imóveis, pela desclassificação do local como espaço prestes a ser invadido por uma onda gigante.^{FGV_ILD_092}

Durante as oficinas de levantamento de danos em Linhares, ainda foi relatado que na Vila de Regência Augusta houve o comprometimento do abastecimento de água, devido ao desastre (ver seção anterior 3.2.4.1.3). Esse fato levou a intensificação do tráfego de caminhões-pipa para o abastecimento de água na comunidade, gerando transtornos e danos que envolvem poluição sonora, rachaduras nas casas e desvalorização dos imóveis.

N: Com a suspensão da captação da água do rio, a Renova começou a mandar caminhões pipas com água. E esses caminhões começaram a causar rachaduras nas moradias, além do problema de poluição sonora e da questão de desvalorização imobiliária. ^{FGV_ILD_093}

D: Houve a suspensão da captação da água do rio e Fundação Renova começou a mandar caminhões-pipa, que começaram a causar rachaduras nas casas e poluição sonora. ^{FGV_ILD_093}

Ainda foi relatado pela comunidade de Entre Rios que a presença da lama de rejeitos na água muitas vezes força os moradores a saírem de suas casas para evitar a exposição aos contaminantes quando ocorrem enchentes.

N: [...] E nós aqui somos o depósito, o penico, desculpe falar a expressão, porque a sujeira fica toda aqui, joga na boca da barra e volta. Que nem a minha sogra, ela mora na beira do rio e teve que vir passar uns dias aqui em Regência porque não pode ficar lá, devido à lama e devido à água. [...] ^{FGV_ILD_098}

D: Quando vem a chuva algumas residências de Entre Rios (principalmente nas ilhas) ficam muito expostas a lama e as pessoas saem de casa com receio da contaminação. ^{FGV_ILD_098}

3.2.4.3 Renda, trabalho e Subsistência

A contaminação das águas da foz do Rio Doce causada pelo rompimento da Barragem de Fundão e o espreamento da pluma de rejeitos no oceano Atlântico (LACTEC, 2021b) gerou forte insegurança no uso dos ambientes litorâneos e estuarinos e da fauna e flora do município de Linhares e de toda RECM. No estudo realizado pela FGV (2021d), foram identificadas consequências negativas para diversas atividades econômicas desenvolvidas, observadas especialmente nas cadeias produtivas da pesca; agropecuária; e turismo, comércios e serviços (COMITÊ INTERFEDERATIVO, 2020; CRISTIANO, 2020; SYNERGIA, 2017; OLIVEIRA et al., 2020; LEONARDO et al., 2017).

Conforme abordado na caracterização da foz do Rio Doce (Seção 2.3), diversos grupos sociais deste território ouvidos pela FGV possuem traços marcantes de tradicionalidade, exercendo seus ofícios a partir de saberes e fazeres que envolvem modos de vida específicos, explicitando que as atividades econômicas extrapolam a dimensão de reprodução financeira da vida, com fortes implicações na identidade, cultura e perspectivas de dignidade e futuro dessas comunidades, conforme será tratado nas dimensões temáticas de Práticas culturais, religiosas e de lazer (Seção 3.2.4.5) e Vida digna, uso do tempo, cotidiano e perspectivas futuras (Seção 3.2.4.10).

As oficinas realizadas em Linhares foram organizadas por agrupamentos que correspondiam às formas de organização e auto reconhecimento presentes no território, sendo algumas delas por categoria ocupacional e outras de acordo com organização social e/ou territorial de base comunitária, como tratado na Seção 3.1. Mesmo assim, questões referentes à perda e/ou comprometimento do exercício de diferentes ofícios e cadeias econômicas, da renda e da reprodução da vida individual, familiar e comunitária ligados à perda dos meios de subsistência foram trazidas de forma contundente em todas as oficinas.

Como observado em outros relatórios produzidos pela FGV (2020b, 2020k, 2020m, 2021d), a pluriatividade é marcante nesses territórios, expressa pela conjunção de diferentes atividades econômicas por uma mesma pessoa ou núcleo familiar, como estratégia para a manutenção das condições de vida e fonte de renda (COTRIM e MIGUEL, 2008; SCHNEIDER, 2009). A experiência combinada de múltiplas atividades ocupacionais é parte fundamental do orçamento familiar e dos modos de vida, traços culturais e produção das subjetividades e identidades dos atingidos e atingidas no território (SCHNEIDER, 2003 e 2009; COTRIM, 2008). Nesse contexto, as narrativas e danos enunciados em cada oficina tratavam diversas vezes de atividades desenvolvidas em mais de uma cadeia produtiva, muitas vezes de modo interdependente, indicando o

caráter multifacetado da forma como as atividades de renda, trabalho e subsistência são vivenciados no território, e a necessidade de reconhecimento desta realidade nos processos de reparação em curso.

Ainda é importante ressaltar que em Linhares, ao contrário do que ocorre nos outros municípios da RECM, o processo de reparação em curso é bastante presente, com diferentes projetos, iniciativas e formas de indenização individual ocorrendo (em especial em Regência e Povoação, por se localizarem exatamente na foz do Rio Doce). Consequentemente, as narrativas e danos relativos à dimensão temática de Renda, trabalho e subsistência se conectam fortemente com as questões impostas a essas comunidades pelas ações e omissões da Fundação Renova, conforme será detalhado na seção dedicada ao Processo de reparação e remediação.

As narrativas e danos enunciados referentes à dimensão temática de Renda, trabalho e subsistência serão apresentados a partir dos seguintes danos socioeconômicos: (i) Interrupção/Diminuição da renda proveniente do exercício da atividade pesqueira e de aquicultura; (ii) Interrupção/Diminuição da renda relacionada à atividade agropecuária; (iii) Interrupção/Diminuição da renda relacionada ao turismo; (iv) Interrupção/Diminuição da renda relacionada ao comércio e serviços; (v) Perda, deterioração ou depreciação de estruturas, equipamentos e instrumentos de trabalho; (vi) Impossibilidade/Comprometimento de exercício de trabalho livremente escolhido; (vii) Comprometimento do exercício do trabalho em condições justas, seguras, saudáveis e favoráveis; (viii) Perda dos meios de subsistência, consumo próprio e escambo; (ix) Aumento de gastos, despesas e/ou dívidas; e (x) Perda/Deterioração/Desvalorização do patrimônio pessoal. A organização desta seção é apresentada na Figura a seguir (Figura 47).

Figura 47 — Dimensão temática Renda, trabalho e subsistência: danos socioeconômicos associados



Fonte: Elaboração própria (2022).

3.2.4.3.1 Interrupção/Diminuição da renda proveniente do exercício da atividade pesqueira e de aquicultura

Sofrem esse dano as pessoas que deixaram de auferir renda ou tiveram sua renda parcialmente comprometida em razão dos efeitos do desastre no trabalho ou na atividade pesqueira, seja ela embarcada ou desembarcada, pré-pesca ou pós pesca, e na aquicultura. Devem ser consideradas todas as atividades pesqueiras e de aquicultura habitualmente exercidas pela pessoa antes do rompimento, com vínculo formal ou informal, de forma sazonal ou não.

As narrativas aqui abordadas tratam da proibição de importante local de pesca na foz do Rio Doce¹²³, que levou à paralização da atividade onde antes era exercida; da

¹²³ A proibição da pesca entre Barra do Riacho (Aracruz) e Degredo/Ipiranguinha (Linhares) na faixa de 20 m de profundidade foi determinada, em 17 de fevereiro de 2016, por decisão judicial baseada na ACP Nº 0002571-13.2016.4.02.5004/ES, proposta pelo Ministério Público Federal (MPF), Defensoria Pública da União (DPU) e Federação das Colônias de Pescadores. “A força-tarefa que investiga o desastre socioambiental causado pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana (MG), explicou, na ação proposta, que a medida visa preservar a saúde da população que consome os pescados da região e a sobrevivência das espécies já impactadas pelos rejeitos de mineração provenientes do rompimento da barragem, ocorrido em novembro de 2015” (MPF, 2016).

criminalização da atividade após a determinação judicial que proibiu a pesca; da diminuição da quantidade de estoque disponível onde ainda é realizada a atividade; do aumento dos custos de produção nesses casos; da diminuição da demanda pelo produto pescado, em função da desconfiança quanto à sua qualidade; da impossibilidade de recebimento do seguro-defeso em função do AFE, que aprofunda a queda de renda; e por fim, da diminuição da renda e da oferta de trabalho da cadeia desembarcada.

Conforme abordado na introdução dessa seção, a pesca artesanal é atividade de grande relevância nas imediações da foz do Rio Doce, e abarca significados materiais e imateriais para quem a pratica, sendo elemento fundante de modos de vida, e não somente de geração de renda, conforme demonstrado na narrativa a seguir.

N: Pescador não é uma profissão. Pescador é um modo de vida. Pescador é pescador até dormindo. Vem o vento sul a gente mesmo dormindo já está pensando no trabalho. Pescador vive a pesca, e não da pesca. FGV_ILD_086

D: A pesca é nosso modo de vida, não só emprego. Perdemos isso. FGV_ILD_086

Assim, a notícia do rompimento da barragem e da chegada da lama tóxica de rejeitos foi desesperadora para essas populações, conforme já tratado na seção dedicada às Relações com o meio ambiente. Para os pescadores e pescadoras, desde que foi determinado que não se poderia mais navegar no Rio Doce, a preocupação com a renda e sobrevivência se tornou premente.

N: Tenho uma situação o tanto quanto peculiar. Eu fui em setembro (2015) para Vitória. Eu tinha conhecidos lá e quando chegou dia 09 de outubro meu filho nasceu. Abriu um curso de extensão e acabei ficando lá para concluir o curso. Quando foi dia 05 de novembro, eu tive conhecimento do rompimento. Até então não sabia aonde isso iria impactar na minha vida. Estava feliz que meu filho tinha acabado de nascer. E quando foi dia 09 de novembro, eu cheguei a Regência. Quando deu no dia 14 de novembro houve uma reunião na Associação de moradores em que estavam presentes a Defesa Civil, Marinha, Ibama, e muitos outros órgãos. Tinha uma determinação que não poderia nem mais navegar no Rio Doce. Eu não tinha mais renda e nem dignidade para sustentar minha família. Para mim tiraram meu chão e cai. No dia 15 de novembro chegou uma empresa para colocar umas boias de contenção. Até então não fazia parte da Associação de moradores. Então nesse dia a empresa chegou lá e essa situação acabou com muitos empregos dos pescadores. Essa empresa queria contratar os pescadores, mas contratou poucos pescadores. Mas, e os outros que não conseguiram se encaixar? Nesse primeiro momento ainda consegui a contratação da minha mão de obra para esse trabalho. Para a empresa Oceanpact. O representante dessa empresa veio e disse que ia fichar o barco de todo mundo. Todo mundo que estava lá na hora foi chamado por esse rapaz e começaram a cadastrar

os barcos. Nesse momento uma luz se acendeu. Nesse dia vimos uma luz no fim do túnel. Mas nunca mais conseguimos voltar ao que era antes. FGV_ILD_086

D: Nos foi tirada nossa dignidade. FGV_ILD_086

A proibição da atividade entre Barra do Riacho (Aracruz) e Degredo/Ipiranguinha (Linhares) até 20 metros de profundidade também foi um dano imediato muito sentido, já que a foz do Rio Doce era o maior viveiro de camarão do Espírito Santo e local de grande diversidade de pescados em geral. A imposição de alteração dos locais de pesca marítima gerou aumento de custos de produção, nem sempre possíveis de serem pagos pelos pescadores locais.

N: Ninguém está pescando. Às vezes um ou outro vai pescar lá fora [da área de proibição], mas o gasto é muito alto. Então não tem como ir. A gente tem o barco, tem o motor, mas não temos esse recurso para ir tão longe. Antes a gente pescava dentro de casa. Hoje temos que ir mar adentro. Ninguém sabe aonde é a demarcação. Esses 20m de profundidade são quilômetros de Regência. FGV_ILD_086

D: Para pescar hoje tem que ir mais longe. A maioria dos barcos não consegue ir e quem vai tem muito gasto. FGV_ILD_086

Assim, diversos pescadores e pescadoras de Linhares perderam seu local costumeiro de trabalho e nem todos possuem equipamentos, treinamento ou o financiamento necessário para darem continuidade a seu trabalho de pesca na profundidade em que ela passa a ser permitida. As Vilas de Regência e Povoação, tradicionalmente pescadoras, tiveram suas atividades paralisadas, causando desespero e medo de como seguiriam se sustentando, conforme tratado na Seção 3.2.4.1. Ficou muito difícil sobreviver da pesca.

N: [...]. Até hoje nos perguntamos quando vai retornar, quando nossa vida vai voltar ao normal? Não temos resposta. Hoje somos chamados de vagabundos, que queremos enriquecer e aposentar em cima da empresa. Não, nós não queremos enriquecer ou aposentar, mas ela [Samarco] nos tirou a nossa riqueza, nosso meio de vida, tirou tudo de nós. FGV_ILD_091

D: Perda de renda da pesca. FGV_ILD_091

N: Regência é um lugar pacato, mas na questão de gerar renda é complicado. Eu era pescadora e fui morar em Regência, pois minha companheira é nativa de lá, então tive que me adaptar a não pescar e abri um comércio no período da lama para complementar a renda de casa e não dá para manter as contas. Hoje em dia não dá para pensar que vai sobreviver da pesca e o comércio é difícil sem o turismo, pois não tem para quem vender. Hoje falar que vai sobreviver da pesca é

difícil, não dá. As dificuldades são grandes para manter a sobrevivência. [...]. FGV_ILD_097

D: Hoje em dia não é possível viver de pesca na comunidade de Regência. FGV_ILD_097

Diversos pescadores, como é típico da atividade realizada de forma artesanal, articulavam diferentes tipos de pesca e petrechos, com espécies-alvo distintas ao longo do ano para composição de renda. Há tristeza em lembrar que tanto a atividade no mar quanto no rio foram prejudicadas, refletindo na queda de renda.

N: O que eu fazia antes de 2015, de 1º de novembro até 15 de fevereiro a gente colocava rede no mar, depois da quebra, e pegava pescadinha, cação, pescada branca, bagre bandeira, bagre rabo seco, vermelho, corvina e outros. E quando vinha adivinhação de tempo vem outros peixes. De dezembro a março, pescávamos no rio também para pegar camarão com jequiá. E tínhamos dois tipos de ganho, sendo no mar e no rio. Às vezes pegava 100 Kg a 150 Kg por mirada, e a gente mirava duas vezes por dia no mar e uma mirada do jequiá. Entre Abril e Maio chegando até Julho era a época da manjuba. Julho até setembro já era a época da carapeba e robalo. A safra de manjuba era muito rica de R\$ 3.000,00 a R\$ 5.000 por dia, imagina isso no mês. Em agosto começava robalo. De outubro a novembro começava de novo a pesca no mar. FGV_ILD_091

D: Havia pesca de diversos pescados durante todo ano e hoje não tem mais. FGV_ILD_091

D: A gente tinha dois ganhos, no rio e mar. FGV_ILD_091

Mesmo pescadores que não eram profissionais tiveram sua vida impactada, já que muitas famílias realizavam a atividade para alimentação e complementação de renda — tanto no Rio Doce, quanto no mar ou nas lagoas do município — e tiveram que parar de fazê-lo.

N: E outra coisa, depois que aconteceu essa tragédia, as pessoas que tinham hábito de pescar, embora não sejam pescadores, mas tinham o hábito de pescar e levar os filhos para pescar, a gente teve que parar. FGV_ILD_105

D: Tinham pessoas que vendiam peixe de casa em casa no final de semana, e depois não teve mais. FGV_ILD_105

N: Gostaria de enfatizar que algumas famílias pescavam para comer e outras para vender e desde 2015 pararam de fazer essa atividade. O dano ainda hoje é presente, porque a cada dia que você deixa de fazer aquilo que você fazia o dano está se renovando. E as autoridades não estão tratando assim, elas estão tratando como se o dano tivesse ocorrido só em dezembro de 2015 e não é verdade. FGV_ILD_105

D: Pescávamos no Rio Doce e nas lagoas para comer e para vender, e isso foi prejudicado. FGV_ILD_105

Além disso, os relatos apontam para o aumento da criminalização da atividade de pesca, com abordagens truculentas que geram medo nos pescadores e, na sua visão, desconsideram a cultura local. Tal questão é exemplificada a seguir, e também foi identificada em outros levantamentos da FGV (2021k).

N: A gente que é pescador quer ensinar os nossos filhos. Precisamos do pescado para sobreviver e hoje em dia não podemos buscar peixe nem para o nosso consumo próprio. Fui abordado pela polícia numa madrugada. Estava com meu filho. Fomos tratados como os maiores vagabundos do mundo. Perante a isso, a gente se sente amedrontado. É uma abordagem que a gente fica sem reação. Eles pegam o nosso material. Não me levaram preso, mas achei que fosse preso. Nos trataram muito mal. Mas não é culpa nossa. Isso é nossa vida, nossa cultura. Sabemos que não pode, mas é nossa cultura. Pegamos para podermos sobreviver. Do nada aparece uma lanca de arma apontada para a gente. FGV_ILD_086

D: A pesca é nosso modo de vida, não só emprego. Perdemos isso. FGV_ILD_086

N: [...] Acham que a gente é bandido. Somos tratados como bandidos. Levaram todo meu pescado e deixaram a gente sem nada. Eu sempre falava para minha mãe: ser pescador é a melhor coisa que tem nesse mundo. Sinto muito por ter perdido meu trabalho na pesca. FGV_ILD_086

D: Perdemos a renda da pesca. FGV_ILD_086

Em outros locais do município de Linhares, os efeitos do desastre sobre a atividade pesqueira também foram sentidos. Na sede do município, na Avenida Beira Rio, onde a atividade era praticada por parte significativa dos moradores, a construção do barramento do rio Pequeno alterou profundamente a dinâmica pesqueira local, já que antes os pescadores iam de barco pelo rio Pequeno até a lagoa Juparanã, e esse fluxo foi interrompido pela construção do barramento (conforme tratado na Seção 3.2.4.1).

N: Ele pegava uma balsa e ia para a lagoa Juparanã, hoje ele não pode mais fazer isso por dois motivos, primeiro porque tem uma barreira que não pode passar. Segundo, a balsa ficou aqui jogada, esses dois anos parada, enferrujando, apodrecendo e afundando. FGV_ILD_092

D: Perdemos o nosso acesso do rio à Lagoa Juparanã (para pescar). FGV_ILD_092

N: Eu tô com sessenta anos hoje, eu tenho cinquenta e sete anos de Linhares, na Beira Rio, fui criada ali, eu e meus irmãos. A gente viveu muito do peixe, ali a gente foi muito feliz, a rua de chão, casa de madeira, mas a gente foi muito feliz, nunca teve empecilho nenhum

para nós ali, depois que veio essa tragédia aí, afetou nós muito fundo.
FGV_ILD_092

D: Nós tínhamos renda e agora acabou, vendíamos quilos e quilos de peixe. FGV_ILD_092

Já no Assentamento Sezínio Fernandes de Jesus, onde diversas famílias realizavam atividade pesqueira nas lagoas locais para prover alimentação e complementação de renda às famílias, foi percebido pelos assentados um aumento muito grande de pessoas de fora indo até o local para pescar, em função da proibição da pesca na foz do Rio Doce. Pescadores profissionais com uma estrutura de pesca maior passaram a ser visita frequente, o que causou distúrbios às famílias assentadas e agravou a diminuição do estoque pesqueiro causada pelo desastre.

N: Outro problema grave foi que as nossas lagoas, com a proibição da pesca no Rio Doce, elas foram invadidas por pescadores profissionais, que vinham com dois, três carros, congelador e colocavam milhares de metros de rede. Fizemos várias denúncias à polícia ambiental e ninguém intervia, até que as famílias se revoltaram e foram botar o povo pra correr. “Aqui vocês não vão pescar, é das famílias”. E hoje, diante desses fatos, a lagoa quase não tem mais peixe, devido aos impactos que sofremos, que além de perder o Rio Doce perdemos os peixes da nossa lagoa. FGV_ILD_105

D: Pescávamos no Rio Doce e nas lagoas para comer e para vender, e isso foi prejudicado. FGV_ILD_105

A diminuição do estoque pesqueiro, tratada na narrativa acima e detalhada na Seção 3.2.4.1, foi relatada em todas as oficinas com pescadores em Linhares, nos diferentes locais do município.

N: Esse rapaz aprendeu a pescar comigo! Tenho cinquenta e dois anos de pesca. Pegava muito peixe no Rio Doce. O mais baixo dele era de 15m, 12m, 16m de profundidade. Eu pesquei muito bem. Ai, quando chegou a lama a minha pescaria acabou. Acabou tudo. Hoje em dia eu ando na beirada do rio eu sinto pena do Rio Doce. O peixe depois da lama acabou. Já tem umas, duas ou três espécies em extinção (bagre, siri, tainha, ticupá). Eu fico muito triste de ver a situação que estamos passando hoje. A situação é crítica, é terrível. Para quem, igual eu, criei meus seis filhos no Rio Doce. Eu fico muito triste. Meus filhos foram todos criados com o peixe do Rio Doce. Eu e minha esposa pescamos a vida toda no Rio Doce. Eu tinha um barco, mas deixei ele se acabar porque falaram que não ia ter mais pesca no Rio Doce. E estamos nessa, sem poder pescar. Não podemos comer os peixes. Tudo contaminado. Então é incrível, isso não tem cabimento. FGV_ILD_086

D: Perdemos a renda da pesca. FGV_ILD_086

Além do impedimento ou comprometimento da atividade pesqueira, mesmo aqueles que conseguem realizar a atividade em outros locais têm dificuldade em comercializar o

pescado diante da insegurança em relação à qualidade do produto (conforme observado em outros levantamentos da FGV, como 2021d, 2021k, 2021i, 2022 e exemplificado a seguir.

N: [...]. Eu não tenho mais vontade de ir lá pescar, quando vamos pescar as pessoas não confiam mais na qualidade do peixe, você pesca e não vende. ^{FGV_ILD_091}

D: Perda de renda da pesca. ^{FGV_ILD_091}

N: [...] A pior coisa que está existindo na minha vida é perder a minha identidade na pesca, pois mesmo que eu vá pescar em um lugar onde a lama não passou as pessoas não confiam e não querem comprar o seu pescado. ^{FGV_ILD_091}

D: As pessoas não querem comprar o seu pescado. ^{FGV_ILD_091}

Com o comprometimento da atividade, toda a cadeia da pesca no município também teve queda de renda pela diminuição da quantidade de pescado disponível, aumento dos preços e conseqüentemente, diminuição das vendas.

N: A gente tinha peixeiros que vendiam na porta de casa as finais de semana e pararam de vir oferecer. Os peixes ficaram com preços exorbitantes, aonde tinha para se comprar. Então desencadeou uma série de problemas. ^{FGV_ILD_105}

D: Tinham pessoas que vendiam peixe de casa em casa no final de semana, e depois não teve mais. ^{FGV_ILD_105}

N: Eu vendia 10 mil Kg de peixe por semana, hoje se for vender eu vendo 2 a 3 mil Kg. ^{FGV_ILD_092}

D: Nós tínhamos renda e agora acabou, vendíamos quilos e quilos de peixe. ^{FGV_ILD_092}

N: Meu irmão tinha uma clientela imensa, vendia muito peixe, hoje não vende nem 30% de peixe. ^{FGV_ILD_092}

D: Nós tínhamos renda e agora acabou, vendíamos quilos e quilos de peixe. ^{FGV_ILD_092}

Ainda é importante trazer mais um elemento relacionado à queda de renda na atividade pesqueira: o bloqueio do recebimento do seguro-defeso¹²⁴ pelos pescadores

¹²⁴ O seguro-defeso é um direito dos pescadores profissionais artesanais de pagamento de benefício pelo INSS durante o período do ano em que há proibição de pescar em razão da necessidade de preservação das espécies.

profissionais regularizados (com Registro Geral da Pesca, RGP¹²⁵, ativo), em função do auxílio que passaram a receber da Fundação Renova. O auxílio do INSS foi cortado em razão do recebimento do Auxílio Financeiro Emergencial (AFE), fato considerado injusto pelos atingidos, já que eles não podem exercer sua atividade em função do desastre e tiveram forte queda de renda.

N: Eu queria mencionar também o que ocorre. O pescador que tem o RGP [Registro Geral da Pesca] aconteceu muito e vive acontecendo isso de forma recorrente. Mas foi recusado o defeso. Como recebiam o AFE [Auxílio Financeiro Emergencial], não receberiam o defeso. O INSS [Instituto Nacional de Seguridade Social] falava que não ia receber o seguro defeso, pois estavam recebendo da Fundação Renova. FGV_ILD_086

D: Pescadores que recebem o AFE [Auxílio Financeiro Emergencial] não têm mais direito de receber o seguro-defeso. FGV_ILD_086

N: Eu tenho algo a acrescentar sobre isso. Logo no início que começamos a ser assistidos pelo AFE [Auxílio Financeiro Emergencial]. O governo entende que se você tem alguma outra renda não advinda da pesca você não tem mais direito a esse seguro. O servidor pergunta e a pessoa já responde que não recebe nada. A receita tem rastros para te desqualificar perante ao governo. Hoje pode dar carteira assinada e dar entrada a seu RGP [Registro Geral da Pesca] e vai ser contemplado. Mas declara que você tem renda fora da pesca e não está apto a receber o seguro desemprego. Cheguei a receber o AFE de 2016 depois não dei mais entrada porque assinei a carteira e não entrei mais. FGV_ILD_086

D: Pescadores que recebem o AFE [Auxílio Financeiro Emergencial] não têm mais direito de receber o seguro-defeso. FGV_ILD_086

Assim, o comprometimento da renda da atividade pesqueira ficou evidenciado em toda a região da foz do Rio Doce, e os trabalhadores do setor pesqueiro passaram a depender do dinheiro mensal pago pela Fundação Renova, o que altera também a lógica das finanças das famílias.

N: Minha renda, eu que sou pescador, eu tinha dinheiro todos os dias, mas a renda passou a ser mensal após o desastre. E a renda mensal é um valor injusto. Na semana eu tirava até duas vezes o valor da renda mensal. Depois que aconteceu esse caso minha renda passou a ser mensal e ficou complicada. Então não é justo. FGV_ILD_090

¹²⁵ O RGP é documento legal para identificação de “toda pessoa, física ou jurídica, que exerça atividade pesqueira bem como a embarcação de pesca” e não exclui a necessidade de obtenção de licença para o exercício da atividade pesqueira, que consiste, por sua vez, em autorização para exercício da atividade de pesca. (BRASIL, 2009; MPA, 2012). Porém, devido à diversas dificuldades e alterações institucionais das normas relativas à atividade pesqueira no Brasil, muitos pescadores artesanais não possuem tal documento, ou não conseguem mantê-lo atualizado (FGV, 2020b).

D: A renda diária da pesca acabou e a renda mensal [Auxílio Financeiro Emergencial] não é suficiente para as contas mensais. FGV_ILD_090

3.2.4.3.2 Interrupção/Diminuição da renda relacionada à atividade agropecuária

Sofrem esse dano as pessoas que deixaram de auferir renda ou tiveram sua renda parcialmente comprometida em razão dos efeitos do desastre no trabalho ou na atividade econômica relacionada à produção agropecuária. Salienta-se que são consideradas aqui todas as atividades econômicas habitualmente exercidas pela pessoa antes do rompimento, com vínculo formal ou informal, de forma sazonal ou não.

Conforme abordado na caracterização da foz do Rio Doce (Seção 2.3), as atividades agropecuárias realizadas pelos grupos sociais ouvidos pela FGV em Linhares têm forte caráter tradicional e artesanal. O desastre impactou sobremaneira essas atividades, como será tratado também na dimensão de Práticas culturais, religiosas e de lazer.

A diminuição de renda das atividades agropecuárias abrange questões como a perda de lavouras e animais de criação, a queda de produtividade das lavouras, a diminuição da qualidade dos produtos, o comprometimento de áreas férteis para plantio e da utilização dos cursos d'água para irrigação e dessedentação animal. Soma-se também a maior dificuldade nas diversas formas de comercialização realizadas, advinda da insegurança em relação à qualidade dos produtos. Vale salientar que as produções eram utilizadas tanto para autoconsumo quanto para comercialização, com vendas feitas especialmente em feiras livres e no comércio local.

Conforme tratado na seção dedicada às Relações com o meio ambiente, após o desastre houve mortandade de plantas e animais que tiveram contato com a água do Rio Doce, comprometendo as atividades agropecuárias. A contaminação da água foi fator central para esses danos, e é reativada a cada cheia do Rio Doce, quando os rejeitos são novamente carregados pelo rio. Os agricultores familiares percebem a diminuição da produtividade, há insegurança com o uso da água para irrigação e dessedentação animal, e toda essa situação é intensificada pela falta de acesso a laudos sobre a situação atual da contaminação.

N: Produzir e cultivar o próprio alimento é incerto, pois não temos segurança com a água para irrigação e também quanto a qualidade do solo. Um exemplo disso é o cacau, um produto extremamente importante para o setor produtivo em Linhares, e a lama veio e contaminou o solo e não tem estudos que comprovem esse impacto para o seguimento na produção das amêndoas do cacau. É complexo, pois se temos que comprar água mineral para fazer nosso alimento,

com que água é que vamos irrigar o nosso alimento que vai ser produzido? FGV_ILD_097

D: Não podemos produzir o próprio alimento devido à contaminação da água e do solo. FGV_ILD_097

N: [...] E os animais bebem a água e estão se contaminando. FGV_ILD_090

D: A água está imprópria para consumo e banho. FGV_ILD_090

N: Olha, como os meninos falaram aí, é muito difícil porque as pessoas até que tentam plantar, mas a terra não produz e deixa as pessoas desanimadas. Nós estamos numa época, agora, desse rejeito que está no fundo ser todo é jogado na plantação a cada vez que o rio tem cheia. FGV_ILD_098

D: Não podemos mais vender nossa produção, pois os consumidores tem medo da contaminação. FGV_ILD_098

Segundo os relatos, houve diminuição da produtividade de frutíferas, café, mandioca, milho, feijão etc. após o desastre, tanto nas ilhas onde eram exercidas atividades agropecuárias, quanto em terrenos próximos ao Rio Doce. Essa diminuição ainda se relaciona ao fato das plantas não se desenvolverem mais como antes, e de terem aparecido novas pragas que prejudicam as plantações, que antes não eram vistas. Salienta-se que tais questões foram trazidas também por agricultores familiares do Litoral Norte da RECM (ver Seção 3.2.1), bem como em outros levantamentos da FGV (FGV, 2020m, 2021i, 2021o, 2022a).

N: O que plantamos nas ilhas: banana, cacau, aipim, mandioca, feijão, milho. Antes plantávamos e colhíamos muito, mas depois da lama já não produzimos como antes. Pois a lama submergiu a ilha, depois da passagem da lama só dá banana e cacau e os demais falharam. FGV_ILD_091

D: Atualmente tem dificuldade de colheita nas ilhas. FGV_ILD_091

N: Também diminuiu a produção do cacau e do café. Quem vivia só de cacau não vive mais. FGV_ILD_098

D: A produção caiu muito, principalmente de cacau e café. FGV_ILD_098

N: [...] E os produtos plantados aparecem bonitos no início, mas depois não desenvolvem e ficam com aparência mirrada. FGV_ILD_091

D: Não há mais cultivo de hortas nas ilhas, precisando comprar tais alimentos e aumentado o custo de vida. FGV_ILD_091

N: A gente não planta, porque a planta não sai, não vai para frente. A rotina da gente mudou e não é mais aquela alegria da gente plantar e comer. FGV_ILD_098

D: Não podemos mais plantar as folhas verdes (hortaliças) por conta da contaminação do solo. FGV_ILD_098

N: Logo depois da lama começou a ter ataque nas lavouras que antes a gente conseguia controlar, agora não conseguimos controlar. Por exemplo ataque de fungos, cochonilhas. Também há problemas de desnutrição das plantas que antes a gente conseguia corrigir e agora não consegue. FGV_ILD_105

D: Contaminação do subsolo. Tem um lodo rosado depois da lama. FGV_ILD_105

Importante salientar ainda a inviabilização de área significativa de produção no Assentamento Sezínio Fernandes de Jesus. O assentamento possui uma área de baixada próxima ao Rio Doce, onde desde a conquista da terra havia perspectiva de ser realizada produção coletiva de cacau e outras frutíferas, além de produção de gado, todos inviabilizados pela chegada da lama. A narrativa a seguir contextualiza bem a questão.

N: Para entender o impacto a gente costuma dizer como que nós planejamos esse assentamento. O assentamento Sezínio começou em 2008, chegamos de várias partes do estado e ficamos dois anos em pré-assentamento e discutindo como gostaríamos que o assentamento de 2.042 ha fosse planejado, de forma sustentável. Desta área, a metade foi destinada à produção. De resto nós temos corredores ecológicos e em volta das lagoas, temos três lagoas, a Alta, Altinha e a Banho, foram criadas áreas de preservação permanente, as APP, e áreas de amortecimento. Temos a área de baixada que não foi dividida em lotes. Tínhamos 100 ha de cacau de uso coletivo e mais 200 ha de uso coletivo que não é cacau, para lavouras brancas e para criar gado. O Rio Doce banha cerca de 6 km do Assentamento Sezínio. Essa área de cacau fica à beira do Rio Doce e também essa área de baixada. A área de baixada é irrigada por canais temporários e por ocasião das cheias do Rio Doce, a água vem por esses canais para essas três lagoas. Na época da seca esses canais secam. Mas nós temos também, cada uma das lagoas tem os canais perenes, que servem água para várias famílias da Terra Alta e tem um outro canal que é Terra Altinha. Então nesses canais a água está sempre correndo por eles, na época da seca, da lagoa para o Rio Doce e na época da cheia do Rio Doce para as lagoas, então ele tem esse fluxo. Então toda essa área da baixada que a gente usava tanto para colher cacau quanto para a lavoura branca e para criar gado foi atingida pelos rejeitos do desastre e essa área toda foi abandonada. FGV_ILD_105

D: Área de baixada do Rio Doce era nosso melhor solo, e tinha uso coletivo: 100 ha de cacau e 200 ha de lavouras brancas e criação de gado. Os rejeitos da Samarco atingiram toda essa área, que teve que ser abandonada. FGV_ILD_105

Até hoje há marcas visíveis da lama nas árvores de cacau, e sua utilização foi inviabilizada. Assim, toda a área — onde além do cacau, também havia produção de outras frutíferas e de lavouras perenes, como o milho — teve que ser abandonada.

N: [...] E a frustração da lavoura de cacau e da lavoura branca, no melhor solo que a gente tinha, solo de aluvial, deixamos de produzir. E a água os animais também não podem beber. Então a melhor área que nós tínhamos está abandonada, inutilizada. FGV_ILD_105

D: Área de baixada do Rio Doce era nosso melhor solo, e tinha uso coletivo: 100 ha de cacau e 200 ha de lavouras brancas e criação de gado. Os rejeitos da Samarco atingiram toda essa área, que teve que ser abandonada. FGV_ILD_105

N: [...]. Tínhamos a lavoura branca na baixada e o milho que era refugio da venda utilizávamos para a alimentação animal, criação de porco. Quando se fala em danos, é difícil falar, porque eu utilizo 100% da água da lagoa, mas porque eu não tenho opção e os recursos são limitados, mas confiança nessa água é mínima. FGV_ILD_105

D: Tínhamos muitas frutíferas na baixada, utilizadas para autoconsumo, alimentação animal e comercialização, e tudo isso foi perdido, pela desconfiança da qualidade dos produtos. FGV_ILD_105

N: A gente perdeu renda pois diminuiu nossa área de cultivo. [...] FGV_ILD_105

D: Perdemos nossa melhor área de plantio e por isso tivemos perda de renda. FGV_ILD_105

Além da inviabilização e diminuição da produção em vários locais, também foram trazidos relatos quanto à maior dificuldade das vendas após o rompimento da Barragem de Fundão, em função da desconfiança em relação à qualidade dos produtos.

N: E ninguém confia, ninguém quer comprar, perguntam e quando a gente fala que é de Regência respondem que está com minério. FGV_ILD_098

D: É desanimador plantar e não desenvolver. Colher e não conseguir vender. FGV_ILD_098

N: E se produzir, para quem vender? Hoje nem um cacho de banana o pessoal não quer comprar. O pessoal não quer comprar. E a gente fica sem saber o que fazer. A gente estava acostumada a ir trabalhar, daí pescava e a moqueca estava garantida. Hoje não temos mais. A reparação pela Renova, não temos esperança. A esperança que temos é com vocês. FGV_ILD_098

D: Não podemos mais vender nossa produção, pois os consumidores têm medo da contaminação. FGV_ILD_098

N: Hoje eu não planto mais, porque para quem eu vou vender? Eu não como, porque eu tenho medo. E se eu não como também não quero fazer mal para ninguém. Os meus filhos plantavam comigo e hoje não faço mais nada. Estamos esperando os laudos da Renova para podermos trabalhar. Ou nos pagar [...]. FGV_ILD_098

D: Hoje não podemos mais plantar, fazer a agricultura, devido à contaminação do solo. FGV_ILD_098

Merece destaque ainda o comprometimento de vendas para o mercado institucional. Os programas de venda direta do governo federal são importantes fontes de renda da agricultura familiar, dado que são uma entrega garantida a um preço previamente combinado. O comprometimento dessas vendas foi relatado também por pequenos produtores do Litoral Norte da RECM (ver Seção 3.2.1) e no caso de Linhares, pelos assentados do Assentamento Sezínio Fernandes de Jesus, que tinham produção para venda no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e tiveram que suspender tal comercialização por um período até provarem que utilizariam água não contaminada para entregar às escolas.

N: Na época do rompimento da barragem, tínhamos produção para fornecer ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Pnae, e o pessoal do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do MDA, na época, entrou em contato para que não continuássemos a venda para as crianças por causa da contaminação do rejeito. Então é claro que a gente fez toda uma discussão, provamos que a gente ia utilizar água de outra fonte para produzir, senão eles não pegariam o produto pra alimentação escolar. Então, todas as famílias foram impactadas, já que essa área da baixada é uma área de uso coletivo. E nós fizemos, planos, projetos pra ela, e como ela foi impactada, contaminada e abandonada todas as famílias foram impactadas. E outra questão que a gente sente muito é que a gente tinha um projeto de assentamento para uma produção sustentável, que cuidava do meio ambiente, e tem um grupo de famílias que escolheu vir para cá por causa dessa característica do assentamento. FGV_ILD_105

D: Vendíamos alimentos para o PNAE [Programa Nacional de Alimentação Escolar] e tivemos que parar pois a captação de água era do Rio Doce. FGV_ILD_105

3.2.4.3.3 Interrupção/Diminuição da renda relacionada ao turismo

Sofrem esse dano as pessoas que deixaram de auferir renda ou tiveram sua renda parcialmente comprometida em razão dos efeitos do desastre no trabalho ou na atividade econômica relacionada ao turismo. Salienta-se que são consideradas aqui todas as atividades econômicas habitualmente exercidas pela pessoa antes do rompimento, com vínculo formal ou informal, de forma sazonal ou não.

Em várias das comunidades pesqueiras ouvidas pela FGV, o turismo era, em especial no verão, importante fonte de geração de renda e oferta de trabalho. Essas vertentes correlacionadas reforçam a necessidade de se considerar a pluriatividade na conformação da renda dessas populações. São fortes exemplos dessa triangulação entre atividade turística, geração de renda e oferta de trabalho as Vilas de Regência, Povoação e Pontal do Ipiranga. Tal característica, no entanto, não se limita a esses locais.

Assim, nesta seção serão abordados os danos à renda das atividades relacionadas ao turismo no município de Linhares em decorrência do desastre, gerador de diminuição do fluxo de turistas, especialmente no verão, em função do receio da contaminação. A diminuição da quantidade de visitantes acarretou queda nas vendas e rendimentos no mercado formal e informal ligado ao setor, que ocasionou comprometimento e até fechamento de estabelecimentos; a realização de festividades locais foi comprometida; a complementação de renda com a venda de pescados e apoio à pesca esportiva também foi prejudicado, bem como a venda de artesanatos. Além disso, o turismo relacionado à atividade do surfe também foi comprometido em função da contaminação da área da foz do Rio Doce.

A diminuição do número de turistas foi questão percebida imediatamente nas Vilas turísticas próximas à foz do Rio Doce. Estabelecimentos que dependiam desse movimento de pessoas de fora, como bares e pousadas, sentiram fortemente o impacto, o que levou também à mudança nas relações sociais (cf. também Rede de relações sociais).

N: Era uma vida bem mais tranquila, a gente tinha um número de turista bem maior. O turista que vinha e deixava dinheiro era o mineiro, vinha o ano inteiro. Naquele tempo eu tinha um barzinho, *lan house* e pousada. Era muito mais movimentação, as pessoas interagiam mais entre si. Era bem mais leve do que é hoje, com o passar dos anos dos impactos, os atritos foram crescendo. FGV_ILD_104

D: O comércio e turismo foram muito prejudicados. FGV_ILD_104

N: Antes eu fazia turismo no rio com as pessoas, me sentia bem com as pessoas de fora, passava uma energia positiva para as pessoas que vinham. Era uma fonte de renda que eu tinha, complementava a minha pescaria. FGV_ILD_098

D: A renda gerada com passeios turísticos no rio foi perdida. FGV_ILD_098

O receio em relação à contaminação é o fator apontado como central para a diminuição do turismo, já que influencia no turismo de sol e de mar e também nas possibilidades de

experiências gastronômicas, voltadas a alimentos como a moqueca de peixe, o camarão etc.

N: Povoação também vivia do turismo e hoje ninguém que vir aqui. Vai fazer o que aqui se não quer comer um peixe, uma moqueca? FGV_ILD_091

D: Em Povoação acabou o turismo. FGV_ILD_091

N: Porque temos o Rio Doce e o acesso ao mar. Hoje existe receio [dos turistas] em utilizar o Rio Doce no período de verão. Até mesmo as pessoas do local têm medo de tomar banho no Rio Doce, devido ao índice de contaminação e não temos laudos que comprove a segurança para a volta da retomada da atividade. E isso impacta diretamente a mentalidade das pessoas, impacta o meio social, o meio de vida. FGV_ILD_090

D: O turista não quer comer peixe, nem entrar no rio e no mar. FGV_ILD_090

N: O que a gente podia oferecer aos visitantes era em relação ao rio, então, hoje a gente fica sem jeito de oferecer, então isso é uma das coisas que faz quebrar a tradição. FGV_ILD_098

D: As pessoas têm medo de frequentar Regência e isso impactou o turismo e até as festas e o congo. FGV_ILD_098

Conforme apontado na narrativa acima, as festas locais eram momentos importantes para a aquisição de renda relacionada ao turismo, e também foram duramente prejudicadas. Festas como a da manjuba e do robalo, com motivações gastronômicas, passaram a não poder mais serem feitas em função da proibição da pesca. A Fundação Renova propôs a criação de festivais gastronômicos com outros pratos a serem servidos, porém, os relatos apontam que essas festas não trazem renda como anteriormente, suprimem alguns legados de tradicionalidade (ver também a seção Práticas culturais, religiosas de lazer), não fazem sentido para parte da comunidade e ainda geram atritos entre os moradores e Associações em função dos posicionamentos quanto às suas realizações.

N: A Festa da Manjuba tinha como carro chefe a manjuba e depois do desastre teve que mudar, continuou com um Festival Gastronômico onde deixou frisado que não tinha o pescado e se buscou outras alternativas, de outros produtos locais. As pessoas nem entendiam o motivo de continuar com a festa, a comunidade não via sentido. “Muita gente quer viver dentro da lama” e não entende que nós queremos superar, ter uma retomada de vida, uma vida digna. E passam a nos ver [Condutores de Sumaré] de forma negativa como se não estivéssemos querendo mascarar a situação. FGV_ILD_091

D: Perda de renda vinda da festa da manjuba. FGV_ILD_091

N: Tinha uma festa da manjuba e a gente juntava o pescado de temporada, para conseguir manter a associação de pesca, hoje a gente não consegue mais, e a associação está endividada e não sabe o que fazer para pagar tudo isso. E toda essa situação as pessoas não querem nos ver, e nos entender, nos ignora. E aí levanta cada vez mais lideranças para apagar nossa história de vida. Então eu vejo como se essa maré de lama estivesse a cada dia nos soterrando para apagar nossa história, e quem somos nós. É muito difícil dizer isso, me desculpe o desabafo. FGV_ILD_104

D: Estamos endividados. FGV_ILD_104

Ainda foi relatado o caso do “Projeto Condutores do Sumaré”, que foi criado antes do desastre para incentivo ao turismo e diversificação de renda em Povoação e incluía realização de Festival de Bandas, o qual teve de ser alterado em função da chegada da lama.

N: Em 2014 e 2015 foi trabalhado o Projeto “Os Condutores de Sumaré” para desenvolver o turismo em Povoação criando o Festival de Bandas de Garagem, com INCAPER e Sindicato Rural dando capacitação a comunidade para ter alternativas de renda. Todo o trabalho que vinha sendo feito para o verão de 2015 e 2016 teve que se mudar o escopo, não tinha como trabalhar com sofrimento e dor da comunidade por conta do desastre. FGV_ILD_091

D: Comprometimento do projeto Condutores do Sumaré. FGV_ILD_091

Além do turismo relacionado às festas, também a pesca turística, realizada com apoio de pescadores locais, era uma fonte de complementação de renda que foi prejudicada com a chegada da lama de rejeitos e a proibição da pesca na foz.

N: A renda se tornou bem precária após o desastre, porque conforme foi relatado aqui, devido à pesca artesanal e esportiva, muitas pessoas perderam a atividade. Houve momentos que não tinha como estacionar os carros e barcos, para a pesca. O trabalho era de segunda a segunda. Não precisava nem de datas festivas, como foram criadas. Era direto. Os pescadores vinham e ficavam uma semana, duas, pescando, pelo prazer deles. Então caiu muito. Não temos mais. FGV_ILD_090

D: O poder aquisitivo da comunidade foi abalado. FGV_ILD_090

Importa ainda destacar a queda do turismo em razão do desastre e suas implicações para o artesanato local. A atividade era realizada especialmente por mulheres em

Regência e Povoação, sendo que no primeiro caso havia muita venda para o Projeto Tamar¹²⁶, que foi prejudicada com a queda do turismo.

N: Sobre o artesanato, o grupo maior que tinha era o que prestava serviços para o Projeto Tamar. Mas tinha outros artesãos dentro da comunidade. E com o desastre sentimos a necessidade de fortalecer o grupo. E houve cobrança que tivéssemos registro. Daí criamos a Associação de Artesanato, para conseguir algum apoio, participar de feiras, de editais. A Fundação Renova demonstrou interesse em apoiar, mas exigiram registro. As pessoas faziam os trabalhos e vendiam por aqui. Quando houve o rompimento da barragem, não havia para quem vender. Daí abalou a renda de quem trabalhava exclusivamente com artesanato. Foi abalado o artesanato porque dificultou a comercialização, com a diminuição do turismo. FGV_ILD_090

D: Com a diminuição do turismo não tinha escoamento do artesanato. FGV_ILD_090

N: Antes o artesanato foi muito forte, comecei há trinta e dois anos e conseguia ter uma boa renda. Consegui criar meus filhos, construir minha casa, comprar carro com o dinheiro do artesanato e depois do desastre acabou tudo. Depois veio a pandemia e piorou tudo. Só hoje estamos retornando esse ano [2021] com o artesanato, espero que o turismo volte também. FGV_ILD_097

D: O artesanato sempre deu renda boa na comunidade e a renda dava para formar os filhos e adquirir bens. FGV_ILD_097

N: Nós montávamos feirinha, mas quando a lama chegou tivemos que parar. Por que a mídia falava muito que Regência morreu, que não podia tomar banho na praia e no rio por conta da saúde. Assim afastou muito o turismo e prejudicou muito Regência. Hoje estamos sobrevivendo e com esperança que vai passar. FGV_ILD_097

D: Depois da lama, ficamos mais de dois anos sem ter para quem vender. Somente em 2021 estamos tendo algum retorno por meio do artesanato. FGV_ILD_097

Por fim, cabe ressaltar os prejuízos ao turismo relacionado ao surfe. Várias narrativas tratam da pujança do surfe, especialmente em Regência, Povoação e Pontal do Ipiranga, que movimentava um fluxo turístico envolvendo comércios e serviços em épocas do ano fora de temporada (principalmente no inverno, quando as ondas são melhores para a prática). A atividade envolvia profissionais como instrutores e guias, além de estabelecimentos como lojas de venda de pranchas (para pessoas de fora e locais), que também tiveram prejuízos após a chegada da lama e a contaminação da foz do Rio Doce.

¹²⁶ Regência abriga uma das sedes do Projeto Tamar, situado na Reserva Biológica de Comboios, unidade de preservação gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

N: Eu acho que pensar na construção da matriz de danos é preciso destacar que de vinte anos para cá o surfe tem muito peso na geração de emprego, em movimentação da Vila e tudo mais. É muito considerável principalmente porque o surfe acontece fora da temporada. Na temporada de verão você tem poucas ondas, mas tem o réveillon, tem o carnaval, um monte de coisa. Fora da temporada, que antigamente aqui era 100% vazio, o surfe levantou essa outra parte, que é quando tem onda, na temporada do inverno. Então o surfe começou a gerar, nos últimos vinte anos uma movimentação que eu diria secundária, mas diretamente ligada com o surfe que gerava movimentação no comércio e serviços. À tarde havia passeios de canoa, à noite o pessoal saía para restaurantes, havia carebas que é sair para ver tartarugas de noite. Então a matriz de danos não é só diretamente com a pessoa que trabalhava com o surfe ou com o gasto a mais de parafina, de prancha e de coisa, que eu concordo com o companheiro. Gera uma cadeia por fora que eu vejo que era a grande chance dos nativos. Era isso que estava crescendo. E aí a gente teria que se preocupar muito em como fazer com que a gente tivesse uma diferenciação em relação a isso também. Por exemplo, o meu trabalho é dentro da água do rio e o meu lazer é dentro da água do mar.

FGV_ILD_093

D: Tivemos perda de renda pela diminuição da atividade do surfe.

FGV_ILD_093

D: O surfe vinha gerando movimentação de pessoas na foz do Rio Doce, que movimentava o comércio e serviços em geral, e foi prejudicado.

FGV_ILD_093

N: Eu tinha uma loja em 2015 que era 90% direcionada para o surfe. A minha renda caiu bastante porque os equipamentos que eu vendia não vendo mais.

FGV_ILD_093

D: Na foz do Rio Doce havia loja de surfe, profissional que consertava pranchas, e nada disso se manteve.

FGV_ILD_093

N: Sobre o impacto na renda do surfista, aqui em Regência, mesmo de uma forma velada, existia o guia de surfe, que era aquele cara que estava ali na praia e recebia os turistas de fora e recomendava pousadas, restaurantes, padaria e naturalmente essa recomendação gerava para aquele surfista nativo um certo retorno, que seja numa comida que ele conseguia de graça, quer seja numa peça de roupa, de alguma forma existia uma retribuição por essa indicação. Então, existia esse surfe guia, que levava o cara para a praia, mostrava o cotidiano da Vila. Existia aqui na nossa Vila também, algumas pessoas que consertavam prancha de surfe. Esse cara foi impactado. Existia uma loja de prancha aqui em Regência. Desde a chegada da lama essas atividades não existem mais. Existiam muitos atletas em potencial, como o companheiro citou, o professor revelava muitos talentos, foram várias histórias interrompidas.

FGV_ILD_093

D: Os surfistas eram também guarda-vidas no verão. O mar e o rio sempre geraram renda para quem estava em contato com esses ambientes. E isso foi prejudicado.

FGV_ILD_093

Além disso, existiam campeonatos de surfe realizados nos balneários que também geravam movimento de visitantes, além de renda para profissionais como juízes e técnicos. Os campeonatos passaram a enfrentar maior dificuldade para sua realização em função do receio da contaminação e da perda de patrocinadores após o desastre.

N: É mais ou menos isso aí que os amigos falaram mesmo. Aquela sensação de impotência, aquele psicológico que nunca mais voltou ao normal, os eventos nós tivemos que diminuir. A gente faz alguns surfe treinos no Pontal do Ipiranga, alguns campeonatos, mas a gente não consegue firmar e falar com toda autonomia que a água está boa. Então fica muito difícil fazer os eventos na praia. [...] FGV_ILD_093

D: Na foz do Rio Doce havia loja de surfe, profissional que consertava pranchas, e nada disso se manteve. FGV_ILD_093

N: (...) Eu, enquanto professor de surfe, suspendi imediatamente. Nenhum tipo de patrocínio era interessante, devido ao ambiente estar contaminado.[...] FGV_ILD_093

D: Escolas e projetos de surfe foram inviabilizados pelas ondas terem acabado e pois não havia mais patrocinadores. FGV_ILD_093

N: E fomos prejudicados em função de não haver mais patrocínio. Foi uma briga generalizada no início. FGV_ILD_093

D: As associações de surfe do município foram muito prejudicadas (financeiramente e em relação à profissionalização). FGV_ILD_093

3.2.4.3.4 Interrupção/Diminuição da renda relacionada ao comércio e serviços

Sofrem esse dano as pessoas que deixaram de auferir renda ou tiveram sua renda parcialmente comprometida em razão dos efeitos do desastre no trabalho ou na atividade econômica relacionada ao comércio e serviços. Salienta-se que são consideradas aqui todas as atividades econômicas habitualmente exercidas pela pessoa antes do rompimento, com vínculo formal ou informal, de forma sazonal ou não.

Conforme abordado na Seção 2.3 o município de Linhares possui relevante atividade turística, que movimenta toda uma rede de comércios e serviços para atender esses visitantes — como bares, restaurantes, rede hoteleira, escolas de surfe —, além de uma gama de comércios informais (como vendedores ambulantes e fornecedores de alimentação) que faziam parte da economia local.

Esse dano socioeconômico está muito interligado à diminuição do turismo, conforme tratado na seção acima (3.2.4.3.3). Para além da queda de renda de comércios e

serviços de hotelaria, alimentação e toda a cadeia do turismo já tratada, cabe aqui ressaltar questões específicas dos moradores e moradoras de Avenida Beira Rio, na sede de Linhares. Com todos os constrangimentos e imposições de mudanças gerados pelo deslocamento compulsório que sofreram (conforme detalhado na Seção 3.2.4.2), moradores e moradoras do local que tinham estabelecimentos comerciais na Avenida, como bar, peixaria, escritório de arquitetura, sede de revista e estúdio de fotografia, perderam não só seu local de moradia (ainda que temporariamente), mas também seus clientes. Ao perderem o local onde realizavam suas atividades econômicas, perderam também a renda antes auferida.

N: Parou! O escritório de arquitetura, a clínica, a peixaria, o bar, a revista e estúdio de fotografia, tinha vários comércios aqui funcionando. E quando você interrompe essa atividade por cinco a seis meses, a perda é muito grande: você perde referência comercial. Por exemplo, a companheira aqui tinha a melhor clientela de Linhares, quando ela saiu daqui perdeu a clientela, e como fica? Agora tem o trabalho de reconquistar essa clientela novamente. FGV_ILD_092

D. Bares tradicionais e referências comerciais foram destruídos. FGV_ILD_092

N: No meu caso, eu sou fotógrafo, meu estúdio era na beira do rio, meu local de trabalho é bem na beira do rio. Eu faço trabalho de moda, e dependo totalmente do meu estúdio. Eu perdi todos meus clientes, que são bem específicos. Meu caso é diferente dos demais. E minha esposa tem uma revista, que circulava em todo norte de Espírito Santo, que também foi retirada do local e também está parada. FGV_ILD_092

D: Eu sou fotógrafo, meu trabalho era na Av. Beira Rio. Perdi todos os meus clientes. FGV_ILD_092

N: Havia comércios onde os clientes eram as pessoas da rua, a partir do momento que tiraram as pessoas da rua foram atingidos e nunca foram considerados como atingidos. A nossa rua tem que ser no coletivo, todo mundo foi atingido. FGV_ILD_092

D: A Av. Beira Rio tinha uma diversidade de empreendimentos econômicos que foram todos prejudicados. FGV_ILD_092

N: Em 2015 eu trabalhava, tinha uma clínica de estética, morava na casa ao lado e tinha uma saúde muito boa, coisa que hoje não tenho mais hoje devido essa mudança. [...]. FGV_ILD_092

D: Eu era esteticista e perdi toda minha clientela quando saí, perdi meu trabalho. FGV_ILD_092

Além disso, moradores e moradoras que possuíam atividades de comércio informal, como venda de água de coco e pipoca, também tiveram suas atividades paralisadas

após serem deslocados compulsoriamente. Muitas vezes também não puderam levar seus materiais de trabalho para a nova moradia, o que gerou interrupção de sua renda.

N: Eu parei de trabalhar, trabalhava vendendo coco na praça e hoje já não posso, meu carrinho está lá às traças, porque no apartamento não pode levar, não posso levar nas costas. E eu nem tenho essa renda pra aguentar o dia trabalhando. FGV_ILD_092

D: Eu vendia pipoca e água de coco na Praça 22 de Agosto. FGV_ILD_092

N: Eu ia com minha irmã na pracinha, a gente vendia pipoca, ela vendia as coisas dela. Hoje não dá mais. A gente entrega na mão de Deus para ver o que vai fazer. Todos que chegaram agora, sempre estavam juntos, fomos muito unidos. Hoje não sou mais feliz, sinto muito falar isso, mas não sou mais feliz, porque tudo acabou, agora só esperar por Deus, pois ele vai olhar por nós. FGV_ILD_092

D: Eu vendia pipoca e água de coco na Praça 22 de Agosto. FGV_ILD_092

N: [...] Como ele disse aí que trabalhava na casa, minha mulher também trabalhava no ateliê dela, agora ela não vende nada. FGV_ILD_092

D: Todo o comércio formal, informal, de autônomos, empresas e serviços da Av. Beira Rio foi prejudicado. FGV_ILD_092

N: Acabou tudo, eu trabalhava na praça e não trabalho mais. FGV_ILD_092

D: Eu vendia pipoca e água de coco na Praça 22 de Agosto. FGV_ILD_092

3.2.4.3.5 Perda, deterioração ou depreciação de estruturas, equipamentos e instrumentos de trabalho

Sofrem esse dano pessoas que tiveram os seus petrechos, utensílios, bens utilizados para o trabalho (como barco, trator, vara de pesca, enxada etc.) depreciados, desgastados, estragados ou prejudicados por motivos relacionados ao desastre, seja imediatamente após o desastre (como por ter sido afetado pela passagem da lama) seja em momento posterior (como por exemplo pela ausência de condições financeiras para dar manutenção a tais bens ou por terem ficado muito tempo sem utilização).

Relatos nas oficinas realizadas apontam a perda de materiais de pesca, como redes, motores e materiais em geral, bem como de barcos, em função de avarias por terem ficado muito tempo sem utilização, conforme exemplificado a seguir.

N: E a perda dos materiais de pesca parados: rede, motor rabeta, motor de 15 Hp. FGV_ILD_091

D: Hoje só encontra rede estragada e barco danificado. FGV_ILD_091

N: Foi verídica uma coisa que aconteceu. Nós perdemos tudo, praticamente, as nossas festas. Eu mesmo sou pescador e perdi muito material. E a indenização que eles querem pagar não é suficiente para recuperar o que perdi. FGV_ILD_090

D: Perdi muito material de pesca: rede e barco. FGV_ILD_090

N: [...]. Acabou tudo, as casas acabaram, tem alguns barcos que acabaram, dos meus dois irmãos, por exemplo. FGV_ILD_092

D: Nós fazíamos churrasco, brincávamos, hoje quando nos encontramos na rua só nos cumprimentamos rapidamente. FGV_ILD_092

A perda ou deterioração dessas estruturas e equipamentos significa também uma perda financeira, muitas vezes de tempo investido, além de um prejuízo emocional por ver seu material de trabalho deteriorado.

Ainda foram registradas narrativas que apontam perdas de equipamentos para a realização do surfe em escolas e projetos que abrangem ganhos financeiros, e também a maior depreciação do uso de materiais para a prática — como a roupa de borracha — que ficam mais sujos e se deterioram mais rápido, o que acarreta em danos econômicos.

N: Mas a parte toda do surfe parou por completamente, os equipamentos se perderam e seis anos depois ninguém nem sabe onde estão esses equipamentos. Então o projeto de surfe, quando a gente tem mais medo de entrar dentro da água, botar o olho na água, beber aquele golinho quando leva vaca e tudo mais, isso, em relação a esse projeto acabou completamente. Então pessoalmente a minha história é mais ou menos essa. Levei um balde de água fria como todo mundo que está aqui, mas não parei, continuo acreditando e estou na reunião por acreditar que isso é possível, não sei exatamente como, mas estou aí para ajudar o pessoal no que precisar. FGV_ILD_093

D: Escolas e projetos de surfe foram inviabilizados pelas ondas terem acabado e pois não havia mais patrocinadores. FGV_ILD_093

N: A escola de surfe foi inviabilizada pelas ondas terem acabado e por não haver mais patrocinadores. E também houve deterioração dos equipamentos pela falta de uso. FGV_ILD_093

D: Escolas e projetos de surfe foram inviabilizados pelas ondas terem acabado e pois não havia mais patrocinadores. FGV_ILD_093

Os praticantes da atividade de surfe também reportam que no novo local onde realizam a atividade, mais distante da boca do rio, a quebra de pranchas é mais frequente, gerando perda maior de materiais e consequentemente, maiores gastos para a atividade

(conforme será tratado na seção sobre Aumento de gastos, despesas e/ou dívidas desta dimensão temáticas).

N: [...] Aqui na boca do rio a probabilidade de quebra da prancha é baixa. E lá no point onde foi deslocado o nosso local de surfe, quebrar a prancha é uma certeza absoluta. [...]

D: O tipo de equipamento para surfar mudou, e hoje gastamos mais para surfar (com parafina, gasolina para ir mais longe, equipamentos, roupa de borracha). FGV_ILD_093

3.2.4.3.6 Impossibilidade/Comprometimento de exercício de trabalho livremente escolhido

Sofrem esse dano as pessoas que deixaram de poder escolher livremente o trabalho/atividade econômica que gostariam de exercer. Esse dano inclui tanto as pessoas que ficaram sem trabalho quanto as que passaram a ter que praticar outras atividades para obter renda, pois o trabalho/atividade anteriormente praticado foi comprometido em razão do desastre, como por exemplo a proibição do exercício da pesca, a falta de fertilidade do solo, de disponibilidade de recursos minerais, hídricos, de oferta de emprego e serviços variados.

Diversos elementos citados na seção sobre o comprometimento da renda em diferentes cadeias produtivas contribuem para a impossibilidade e/ou comprometimento do exercício do trabalho livremente escolhido. É exemplo a área de proibição da pesca na foz do Rio Doce, que obrigou grande parte dos que exerciam esta atividade a deixar de fazê-lo e trouxe a necessidade de parte da população atingida buscar outras atividades para garantir sua sobrevivência. Destaca-se também a situação específica dos surfistas, que perderam patrocínios e tiveram que deixar de realizar essa atividade como possibilidade de ganho de renda tal como antes.

Essas questões se entrecruzam com outras dimensões temáticas utilizadas para a presente análise, vivenciadas de maneira complexa e inter-relacionada pelas pessoas, e demonstram o quanto o trabalho, mais do que a escolha de uma profissão, é parte fundamental do bem viver almejado.

A pesca é forte exemplo disso, no caso dos que exerciam essa atividade nas comunidades ouvidas pela FGV, a perda da pesca no rio, nas lagoas e especialmente no mar, pela proibição da atividade, gera muita angústia e tristeza. Nesse sentido, foi proposta ação de reparação para os pescadores envolvendo a atividade de aquicultura, com criação de tilápias e camarões em tanques. Porém, os pescadores e pescadoras

ouvidos demonstram que, mesmo sendo uma alternativa, a aquicultura não é considerada a mesma atividade que realizavam anteriormente. Sua atividade de pesca foi interrompida em função do desastre, gerando o comprometimento do trabalho livremente escolhido.

N: O pescador que é pescador não vive só de tilápia. E ela [Fundação Renova] só dá essa alternativa e aí vem as confusões, pois o pescador é livre, como vai quer ficar 24h por 48h ao redor de um tanque de peixe para não ficar sem oxigênio. Eu discordo desse negócio de tanque de peixe. FGV_ILD_091

D: O projeto de cultivo de peixe em tanque não substitui o estilo de vida do pescador. FGV_ILD_091

N: O projeto de cultivo de peixes em taques e hortaliças [aquaponia] não substitui o estilo de vida do pescador, mas é uma alternativa para ocupar a mente para não ficar sem ter o que fazer. Levamos seis anos para conseguir o projeto, não foi fácil, mas temos que buscar alternativas, envolver a família com uma alternativa de renda. O pescador precisa ter uma alternativa para não ficar só jogando xadrez embaixo de uma árvore. FGV_ILD_091

D: Falta de perspectiva de projetos para geração de renda. FGV_ILD_091

Além disso, diversos relatos apontam a necessidade de pessoas atingidas encontrarem novas formas de sobrevivência, buscando empregos em áreas distintas, estudando fora ou até mesmo tendo que migrar em busca de outras oportunidades, já que não conseguem se manter nas atividades anteriormente exercidas.

N: Muitas pessoas, como eu, tiveram que aprender como se virar por não ter mais como continuar na sua atividade. Tivemos que aprender novas profissões e se profissionalizar sozinhos. FGV_ILD_097

D: As pessoas tiveram que procurar outras oportunidades de trabalho sozinhas. FGV_ILD_097

N: Até novembro de 2015, eu mudei para Pontal em 2011, eu era estudante, eu e minha mãe sempre tivemos uma conexão muito forte, sempre tivemos casa em Pontal e sempre alugamos quarto. Hoje em dia a gente permanece com esse aluguel só que aluga o ano todo, a gente tinha aluguel de temporada que hoje não tem mais. Devido às mudanças, fui para estudar e acabei me formando em direito, até então não pensava em fazer direito, fui deixando o serviço e passei mais a estudar e buscar uma nova área, tive que me reinventar. FGV_ILD_104

D: Antes nós tínhamos quartos para alugar e hoje não podemos mais, pela baixa no turismo. FGV_ILD_104

N: Vim para Regência em 2002. Aprendi a pescar aqui e pescava no mar e no rio. Em vista de tudo isso que a galera falou, hoje tem gente que sabe agradecer e gente que não sabe. Teve gente que perdeu

entes queridos nessa história toda. Eu que morava de aluguel fiquei numa situação complicada. Minha esposa não podia sair para trabalhar para cuidar das crianças. Graças a Deus consegui um emprego no SAAE [Serviço Autônomo de Água e Esgoto]. Por um lado, sinto muita falta de pescar, mas agradeço por estar empregado. [...] FGV_ILD_086

D: Perdemos a renda da pesca. FGV_ILD_086

N: [...] Muitos moradores foram embora porque acabou tudo. FGV_ILD_086

D: Pessoas indo embora da comunidade por não ver mais perspectiva. FGV_ILD_086

Ainda, é importante um destaque para a situação dos surfistas. Conforme trazido na Seção 3.2.4.3.3 o surfe enquanto atividade geradora de renda e atrativo para turistas foi duramente impactado pelo desastre. Além da queda de renda, a perda de patrocinadores dos eventos foi sentida imediatamente. O impacto nos patrocínios se estendeu ainda às escolas e outros projetos ligados ao surfe nos balneários de Linhares, interrompidos após o desastre. A quebra dessa cadeia prejudica ainda as novas gerações, pela dificuldade em conseguir se manter treinando, participando de eventos e de competições, comprometendo assim a possibilidade de terem no surfe uma fonte de geração de trabalho e renda, conforme demonstrado a seguir.

N: A questão da escola de surfe, acabou. FGV_ILD_093

D: Escolas e projetos de surfe foram inviabilizados pelas ondas terem acabado e pois não havia mais patrocinadores. FGV_ILD_093

N: Desde 2013 até 2015, eu com a ajuda de quase todos que estão aqui, eu desenvolvia o circuito regenciano de surfe, que era justamente pegando até esse gancho do professor que tinha a escolinha, eu promovia eventos justamente pra gente tentar revelar os talentos e ir lapidando esses surfistas e ir encaminhando eles para circuitos regionais e outros circuitos. Esse projeto foi interrompido em 2015 com a chegada da lama.

D: Escolas e projetos de surfe foram inviabilizados pelas ondas terem acabado e pois não havia mais patrocinadores. FGV_ILD_093

N: As associações ASR [Associação de Surfe de Regência] e ASL [Associação de Surfe de Linhares] dependiam dos eventos para fomentar os atletas, pois eles ficaram parados quase dois anos e não puderam competir. FGV_ILD_093

D: As associações de surfe do município foram muito prejudicadas (financeiramente e em relação à profissionalização). FGV_ILD_093

3.2.4.3.7 Comprometimento do exercício do trabalho em condições justas, seguras, saudáveis e favoráveis

Sofrem esse dano as pessoas que, por motivos relacionados ao desastre, passaram a ter que exercer seu trabalho/atividade econômica em condições piores do que as que possuíam anteriormente, comprometendo: (i) a segurança no exercício do trabalho; e/ou (ii) a execução do trabalho de uma forma que não traga prejuízo à saúde física ou mental; (iii) os rendimentos ou remuneração obtidos com o exercício do trabalho, bem como outras garantias trabalhistas.

No setor da pesca (Seção 3.2.4.3.1), chama atenção a proibição de importante área de produção, a diminuição do estoque pesqueiro, a maior dificuldade na comercialização, a diminuição do preço da mão de obra da cadeia da pesca e a alteração na dinâmica financeira familiar pela dependência, por exemplo, de auxílio financeiro emergencial, de programas de indenização mediada e de programas de assistência social. Na produção rural (seção 3.2.4.3.2), a perda de importantes áreas de produção e de locais de irrigação e dessedentação animal prejudicaram o exercício do trabalho em condições justas, seguras, saudáveis e favoráveis, bem como a diminuição da produção e dificuldade de comercialização dos produtos agropecuários. Para trabalhadores do setor do turismo (Seção 3.2.4.3.3), a diminuição da renda e o constrangimento em função de exercerem atividades ao público em locais potencialmente contaminados acarretou danos a todo setor, com destaque para a situação das artesãs e dos surfistas. E para comerciantes e fornecedores de serviços formais e informais, a impossibilidade de seguir auferindo renda nas atividades anteriormente realizadas foi duramente sentida.

Para além de todas essas questões relacionadas ao comprometimento do exercício do trabalho em condições, justas, seguras e favoráveis, destaca-se aqui que é costumeiro que as diferentes atividades narradas sejam realizadas por uma mesma pessoa ou núcleo familiar, expressando a importância da pluriatividade nesses territórios. Essa pluriatividade foi prejudicada, acarretando em perda para uma série de ofícios exercidos.

N: A gente produzia para comer, todo pescador tinha sua horta para comer, de repente foi uma alteração muito grande, não consegue produzir mais, nem pegar mais nada no rio, e passou comer coisas do mercado.^{FGV_ILD_104}

D: Houve aumento da insegurança alimentar, com mais pessoas passando necessidade.^{FGV_ILD_104}

N: Aqui dentro da comunidade as pessoas mais velhas tinham conhecimento e tiravam seu sustento da pesca, do artesanato e é o

que sabem fazer, se for sair pra fora em que área vai trabalhar?
FGV_ILD_097

D: Não sabemos qual o futuro desta comunidade, pois a maioria dos pescadores não sabem nem ler e é difícil se engajar em outras profissões.^{FGV_ILD_097}

N: Esses danos são irreparáveis, incalculáveis, porque não tem preço o impacto causado na vida da comunidade. Impactou o meio de vida, dos pescadores, dos ribeirinhos. Abalou a pesca tradicional, artesanal, o comércio, a agricultura, a nossa lavoura de cacau, a produção agrícola, a cultura, o nosso folclore, o turismo, o esporte e o lazer da nossa comunidade.^{FGV_ILD_090}

D: Toda a cadeia de pesca e de todos outros segmentos teve grande perda de renda.^{FGV_ILD_090}

Destaca-se ainda a situação das mulheres trabalhadoras. Elas comandavam parte significativa dos comércios locais comprometidos pelo desastre, acarretando em prejuízo ao próprio empreendedorismo feminino.

N: Tem que incluir todas as categorias, pois todos foram prejudicados, nós mulheres empreendedoras fomos muito prejudicadas. A questão do empreendedorismo local é da mulher é cultural, 80% dos comércios são de mulheres.^{FGV_ILD_104}

D: O empreendedorismo das mulheres nas comunidades ficou prejudicado devido à perda de renda e diminuição do turismo.^{FGV_ILD_104}

3.2.4.3.8 Perda dos meios de subsistência, consumo próprio e escambo

Sofrem esse dano as pessoas que possuíam plantações, cultivos, hortas, pomares, criação de animais, que pescavam ou caçavam, utilizando esses bens ou atividades para seu próprio consumo, para o consumo da família, para trocarem ou venderem por outros produtos necessários à reprodução física ou social e, devido ao desastre, passaram a ter essas atividades prejudicadas ao longo do tempo.

Questões de perda de meios de subsistência e consumo próprio na pesca e agropecuária merecem aqui olhar detalhado, pois explicitam como estas atividades, além de geradoras de renda, também eram fundamentais para o autoconsumo e estruturavam redes de trocas nessas comunidades (cf. também 3.2.4.5 e 3.2.4.6). Eram também associadas a um modo de vida particular que abarca conhecimentos sobre o manejo e uso dos ecossistemas atrelados a tradições locais, marcados pela pluriatividade. As atividades voltadas à subsistência, autoconsumo e escambo fazem

parte de estratégias multifacetadas de gestão de recursos generalizadas no território, especialmente, mas não exclusivamente, relevantes a populações em situação de vulnerabilidade que delas se valem em situações de escassez para o suprimento de suas necessidades básicas. Também dialogam de forma adaptativa com ciclos produtivos naturais e culturalmente orientados ao longo do tempo.

Em relação à pesca, além de principal fonte de renda de muitas famílias, era atividade voltada também à alimentação, e parte da cultura das comunidades envolvidas (ver seção dedicada à Alimentação). O comprometimento desta fonte de subsistência gera danos materiais e imateriais, e ocorreu devido à proibição da pesca e pelo medo da contaminação, conforme abordado na Seção 3.2.4.3.1. Essa perda é sentida tanto pelos pescadores profissionais quanto por outras pessoas atingidas que pescavam para complementar renda e se alimentar.

N: Havia uma prática que era surfar e depois pescar com redes, para garantir o alimento para o dia. Esta fonte de subsistência acabou. FGV_ILD_093

D: Muitos surfistas pescavam para alimentação, e com proibição da pesca não puderam mais ter acesso a essa forma de subsistência. FGV_ILD_093

N: Eu tinha meu trabalho, mas sempre complementava a renda e a alimentação com minha tarrafa [pesca], isso tudo se perdeu, e hoje já não tem mais essa opção e dificulta a vida da gente. FGV_ILD_097

D: Pela impossibilidade da pesca perdemos renda e nossa principal fonte de proteína. E muita gente não tem dinheiro para comprar outras proteínas. FGV_ILD_097

A preocupação em relação à dificuldade para a aquisição de outras fontes de proteína que não o pescado aumenta com a quitação final, assinada por diversas pessoas atingidas para acessar a indenização via sistema Novel (cf. Processo de reparação / remediação).

N: Com as quitações finais o pescado será a única proteína animal para as famílias, pela falta de renda da comunidade e o rio ainda se encontra contaminado. A comunidade teme pela qualidade da água disponível para uso doméstico (cozinhar, banho). FGV_ILD_090

D: Com as quitações finais, o pescado se tornará a única fonte de proteína animal para muitas famílias, devido à falta de renda. FGV_ILD_090

Além da pesca, a agropecuária também era fonte de alimentação para os agricultores e agricultoras atingidas, e essa prática foi prejudicada pelo medo do consumo diante da

contaminação e pela perda da área de produção das várzeas, conforme exemplificado a seguir.

N: Os ribeirinhos utilizavam as várzeas para plantar, mas com a contaminação não houve mais como produzir e comercializar. Há um receio de consumir os alimentos plantados nas várzeas. Foi necessário comprar os alimentos de fora, aumentando os gastos. FGV_ILD_093

D: Os ribeirinhos não puderam mais plantar próximos aos rios, diminuindo a oferta de alimentos frescos locais. E mesmo para quem ainda plantava havia uma grande desconfiança. Passamos a ter que comprar de fora, aumentando gastos. FGV_ILD_093

N: Considerando a subsistência, para consumo, a parte de 100 ha de cacau, além de cacau tinham muitas frutas no sistema agroflorestal, SAF, muito diverso e servia para autoconsumo das famílias e para os animais. Tudo isso foi perdido. FGV_ILD_105

D: Tínhamos projeto de vida de assentamento sustentável, com produção agroecológica, e com base de renda no cacau, e isso foi interditado pelo rejeito. FGV_ILD_105

Por fim, a doação de pescados era prática corrente nos balneários de Linhares, a partir de laços de parentesco e solidariedade existentes. Com a proibição da pesca e alteração nas relações sociais locais, essa cultura foi perdida, conforme demonstram as narrativas a seguir.

N: A cultura do pescador de Regência era de doar peixes, até porque os pescadores conheciam todos de Regência. Daí quando houve o desastre, a população aumentou e, além disso, não podemos pescar mais e, então, também não ocorre a doação. Esta é uma tradição que não acontece mais. FGV_ILD_098

D: Nosso excedente da pesca era doado à comunidade quando chegava no porto, era um gesto de solidariedade e hoje não acontece mais. FGV_ILD_098

N: O nosso rio sempre teve muita variedade de peixe, ninguém passava fome. Os pescadores sempre doavam os peixes que não eram bons para comercializar e era um gesto de solidariedade para a comunidade. FGV_ILD_098

D: Nosso excedente da pesca era doado à comunidade quando chegava no porto, era um gesto de solidariedade e hoje não acontece mais. FGV_ILD_098

Para aqueles e aquelas que recebiam os pescados, a falta dessas doações também é muito sentida, tanto pela perda dos laços de solidariedade quanto pelo aumento de gastos por ter que comprar outros alimentos no mercado, conforme exemplificado a seguir e também na Seção 3.2.4.3.9.

N: Aqui na nossa comunidade ninguém comprava alimento, peixe. Na minha geração [entre sessenta e setenta anos] trocávamos muitos alimentos, criei todos os meus filhos aqui, fundamos a associação do artesanato e que deu muito retorno a comunidade. [...]. FGV_ILD_097

D: Antes a gente ganhava peixes dos pescadores ou fazíamos trocas de peixes com outras coisas que produzíamos. FGV_ILD_097

N: [...] Todos esses custos que temos hoje com água mineral. Os nativos não compravam peixe, ganhávamos peixe que fazíamos conserva de manjuba e sardinha e durava uma safra toda até a próxima safra. Em Mariana o crime é visível, mas aqui o crime é invisível, você não vê mas aconteceu. É triste, mas vamos confiar na justiça de Deus e dos homens. FGV_ILD_097

D: Fazíamos conserva de manjuba e sardinha que dava para o ano todinho e isso acabou. FGV_ILD_097

3.2.4.3.9 Aumento de gastos, despesas e/ou dívidas

Esse dano socioeconômico trata das situações em que as pessoas passaram a gastar mais com a compra de alguns produtos e/ou serviços (i) que antes não precisavam; (ii) que passaram a precisar em maior quantidade; (iii) que passaram a custar mais caro devido ao aumento da demanda e/ou diminuição da oferta por motivos relacionados ao desastre.

Serão trazidos aqui o aumento de gastos e despesas relacionados à alimentação, devido à perda de possibilidade de consumir pescados e produtos agropecuários anteriormente produzidos; a necessidade de compra de água mineral para beber e para uso doméstico; e o aumento do custo de vida em geral por conta da injeção de dinheiro nas comunidades advindo do processo de reparação. Ainda, serão trazidas situações específicas ligadas à novos gastos em função do deslocamento compulsório sofrido pelos moradores e moradoras da Av. Beira Rio, na sede de Linhares; de equipamentos e deslocamentos para os surfistas; e pela necessidade de maiores gastos com segurança. Por fim, irá tratar-se de narrativas e danos relacionadas ao aumento do endividamento causado pelo abalo geral à renda dessas localidades.

O aumento de gastos domésticos com alimentação foi muito abordado durante as interações realizadas, especialmente relacionado à substituição do pescado por outras proteínas, como carne, frango e ovos (cf. dimensão temática de Alimentação). Houve também perda da possibilidade de consumir produtos plantados pelos agricultores familiares.

N: Hoje o consumo de carne e ave é maior. Antes nos alimentávamos mais de pescado e mudou completamente. Hoje estamos tendo

problemas de saúde, engordando. Mudou nosso estilo de vida e a mudança foi muito grande e brusca, tivemos que mudar sem tempo de adaptação. O custo de vida está muito mais alto. Nosso estilo de vida foi completamente alterado. FGV_ILD_091

D: Aumento nos custos de vida. FGV_ILD_091

N: Tudo ficou mais caro e mais difícil. Mudou muita coisa, porque tudo o que você vai comer é um dinheiro, é um gasto. Se você faz uma compra no supermercado e não dá para passar o mês, porque você tem que pagar tudo no dinheiro. Porque antes você tirava da terra e hoje não. Mudou tudo. FGV_ILD_098

D: Hoje temos que pagar por tudo. FGV_ILD_098

N: [...] Hoje compramos água para cozinhar e um frango cheio de ração que não sabemos a qualidade. A despesa triplicou, não se produz mais na comunidade, tudo vem do mercado. FGV_ILD_097

D: Temos que comprar água para fazer comida e para beber. FGV_ILD_097

Como tratado na narrativa acima, foi relatada a necessidade de compra de água mineral para uso doméstico e para beber, por conta da contaminação dos poços e desconfiança com o abastecimento de água (conforme tratado na Seção 3.2.4.1) após o desastre.

Outra questão apontada nos relatos diz respeito ao aumento do custo de vida, especialmente nas localidades de Regência e Povoação, em função da injeção de dinheiro advindo das indenizações nas comunidades. O aumento do preço de terrenos e de aluguéis, que acompanhou as indenizações, tornou-se abusivo e não é condizente com os baixos valores pagos à população atingida pela Fundação Renova e Sistema Novel.

N: Quero pontuar sobre a alta valorização das coisas dentro do território, devido ao processo de reparação, essas listas de pagamentos que fica anunciado o nome quem tá recebendo e quem não tá, acho um absurdo, chama ladrão. Os valores da indenização são baixos, mas trouxe uma valorização muito grande que nem a indenização acompanha, hoje você compra um lote e não constrói, ficou muito caro, pois todo mundo sabe que vai receber. Até outro dia valia 30 mil reais, hoje vale 60 mil reais a 80 mil reais, mas não vale porque o território não acompanha essa valorização ela houve por conta da indenização. FGV_ILD_104

D: Houve aumento do custo de vida, causado pela circulação de dinheiro das indenizações. FGV_ILD_104

N: Eu já chamei o Procon [Proteção e Defesa do Consumidor] várias vezes, mas o poder público não acompanha nada disso. Eles colocam valores surreais, um lote em Povoação, está no valor da indenização. Aí a pessoa recebe 94 mil reais como pescador informal, e vai comprar

o lote e passa fome. O valor que compro em Linhares, aqui é quatro vezes maior. Eles cobram uma taxa abusiva até no cartão, não tem uma fiscalização. [...]. FGV_ILD_104

D: Houve aumento do custo de vida, causado pela circulação de dinheiro das indenizações. FGV_ILD_104

O aumento dos alugueis também foi associado, por outros atingidos nas Vilas de Regência e Povoação, ao crescimento da população que chega em busca de acesso a indenizações individuais, conforme será tratado em 3.2.4.6.

N: Todos os imóveis subiram, pois, a população dobrou na cidade. Houve muita procura e os alugueis subiram. Tudo ficou mais caro para quem mora nesta cidade. FGV_ILD_093

D: A população das comunidades da foz aumentou muito e os alugueis e o custo de vida subiram. FGV_ILD_093

Para os habitantes da Av. Beira Rio, na sede de Linhares, ainda foi relatado que a saída compulsória de suas casas gerou novos gastos com deslocamentos pela cidade, como por exemplo para levar os filhos à escola. Isso porque os valores estabelecidos para aluguel pela Fundação Renova não comportavam a locação de locais próximos à Avenida em questão.

N: As rotinas foram bruscamente modificadas, saímos do nosso local de fácil acesso de escolas, mercados e comércio para ir para locais distantes que cabiam dentro do orçamento liberado pela Renova. As rotinas foram bruscamente modificadas como exemplo o simples ato de levar um filho na escola foi dificultada. FGV_ILD_092

D: As rotinas foram bruscamente modificadas, saímos de locais próximos que cabiam no orçamento e fomos para locais distantes. FGV_ILD_092

Já os praticantes do surfe relatam que duas questões foram centrais para o aumento de gastos. A primeira delas diz respeito à insegurança em surfar na boca do rio, o que alterou o local da atividade para sede do projeto Tamar na Reserva de Comboios, que fica a 6 km da Vila de Regência e gera gastos com deslocamento. A segunda é a necessidade de utilização de outros equipamentos, tanto pelo tipo diferente de ondas quanto pela necessidade de vestimentas para diminuir o contato da pele com a água contaminada e pela temperatura mais baixa da água no novo local.

N: Outra coisa que causou impacto na renda foi que o nosso equipamento de surfe mudou, porque o tipo de prancha que usávamos aqui é diferente do equipamento que a gente tem que utilizar lá. Então se a prancha muda e hoje uma prancha custa de dois a três salários mínimos. Então esse é um impacto direto que teve na receita do

surfista.[...]. O tipo de parafina que utiliza é diferente, o tipo de [inaudível] é diferente, o tipo de strep que a gente utiliza é diferente, a nossa roupa é diferente. Hoje a gente necessita de uma roupa de borracha porque a temperatura da água é diferente. Então todas essas questões, que parecem ser até piada estar narrando pra vocês, são uma realidade de impacto direto na renda e na receita do surfista de Regência e eu entendo que pode servir para a construção de uma matriz de danos. FGV_ILD_093

D: O tipo de equipamento para surfar mudou, e hoje gastamos mais para surfar (com parafina, gasolina para ir mais longe, equipamentos, roupa de borracha). FGV_ILD_093

N: Também houve uma alteração na rotina do surfista, pois ele teve que se deslocar de um surfe que era realizado aqui na boca do rio, praticamente no quintal de casa. Com o tempo e com a proibição da pesca e da contaminação da foz do Rio Doce a gente teve que se dirigir lá para a Reserva, mais perto do ICMBio e do Projeto Tamar. Esse deslocamento começou a onerar muito as pessoas. Muitos não tinham carro e tinha que rachar o combustível. Houve impacto direto na renda. FGV_ILD_093

D: A rotina do surfista foi muito alterada, por ter que ir surfar mais longe, não poder mais surfar como antes, depender da dinâmica dos sedimentos para cair na água. FGV_ILD_093

N: Entre os equipamentos, hoje praticamente todo mundo usa roupa de borracha, por segurança, e hoje elas estão custando mais. FGV_ILD_093

D: O tipo de equipamento para surfar mudou, e hoje gastamos mais para surfar (com parafina, gasolina para ir mais longe, equipamentos, roupa de borracha). FGV_ILD_093

Houve também relato de comerciante sobre aumento de gastos com segurança em função do crescimento da violência na comunidade (conforme será tratado em 3.2.4.6) após o desastre.

N: Além de termos que pedir segurança, os comerciantes que precisam bancar a alimentação desse pessoal da segurança. FGV_ILD_086

D: Aumento do tráfico de drogas, do uso de drogas e da insegurança pessoal. FGV_ILD_086

Ainda são trazidas nessa seção questões referentes ao aumento do endividamento da população atingida de Linhares, tanto pela queda de renda quanto pelo aumento do custo de vida.

N: E muitas pessoas que não têm estudo e não conseguiram achar alternativas contraíram muitas dívidas e foram só se enrolando. FGV_ILD_097

D: Muitas pessoas se endividaram. FGV_ILD_097

N: É ruim quando chegam na nossa casa e duvidam da gente. Se perguntam, houve um capital de giro com esse dinheiro [da indenização]? Não houve, você vai no comércio e não vê isso. As pessoas não sabem administrar, a pessoa recebe e já tem dívida, pois estava vivendo de fiado. FGV_ILD_104

D: Estamos endividados. FGV_ILD_104

3.2.4.3.10 Perda/Deterioração/Desvalorização do patrimônio pessoal

Sofrem esse dano as pessoas que perderam bens materiais em razão do desastre não descritos nos danos socioeconômicos acima tratados.

Na Av. Beira Rio, na sede de Linhares, após o rompimento da Barragem de Fundão e construção da barragem do rio Pequeno, as casas passaram por um forte processo de desvalorização em razão da mídia negativa e insegurança de que o local possa ser alagado a qualquer momento. Também sofreram deterioração pelo tempo em que ficaram desabitadas.

N: Com advento do rompimento da barragem e construção da barragem [barramento do rio Pequeno] aqui, a Fundação Renova e as empresas destruíram tudo que a gente tinha, destruiu nossa vida, nossa comunidade, destruiu nossa relação histórica com Linhares, desvalorizou tudo, todos os imóveis foram desvalorizados. Tinha imóvel que valia um milhão, um milhão e meio e hoje não vale nem a metade. Nós viramos notícia nacional, fizemos parte de várias matérias de muitos jornais, Gazeta e até no Jornal Nacional. As pessoas passaram a ter medo de vir aqui. FGV_ILD_092

D: O local foi desvalorizado devido à mídia negativa, inclusive em edições nacionais. FGV_ILD_092

N: Tem que ser feito algo para valorizar nossa Vila para as pessoas poderem voltar com tranquilidade. E tem que fazer coisas para valorizar nossas casas, o valor de venda das casas porque isso é patrimônio que as pessoas construíram durante a vida inteira. Tem que resgatar a questão histórica, não pode deixar a história ir de ralo a baixo. FGV_ILD_092

D: Destruí e desvalorizou nossos imóveis, pela desclassificação do local como espaço prestes a ser invadido por uma onda gigante. FGV_ILD_092

N: A minha casa virou uma casa abandonada de morcego. Tem um buraco que cedeu o terreno. A casa da minha mãe em cima tem o teto que caiu. Virou uma casa abandonada. FGV_ILD_092

D: A minha casa virou uma casa abandonada, de morcego. FGV_ILD_092

N: Desvalorização do local como um espaço prestes a ser invadido por uma onda gigante. A mídia negativa foi no Brasil, saiu no Jornal Nacional. FGV_ILD_092

D: O local foi desvalorizado devido à mídia negativa, inclusive em edições nacionais. FGV_ILD_092

3.2.4.4 Alimentação

Nesta seção são apresentados os danos socioeconômicos referidos à dimensão temática Alimentação, muitos deles relacionados com as dimensões de Renda, trabalho e subsistência; Práticas culturais, religiosas e de lazer; e Relações com o meio ambiente.

Para sistematização e análise das narrativas e danos registrados em oficinas realizadas com pessoas atingidas, partiu-se da concepção de alimentação como um sistema complexo que permeia diferentes aspectos da vida, tais como o biológico, econômico, social, ambiental e cultural. O ato de se alimentar engloba desde a necessidade básica de obtenção de nutrientes para manutenção das funcionalidades corporais até aspectos culturais que envolvem afetos, memórias e noções de pertencimento e identidade (CARNEIRO, 2005; FREITAS; PENA, 2007; LIMA; NETO; FARIAS, 2015).

A legislação brasileira reconhece essa complexidade, e a Lei nº 11.346/2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, define que:

Art. 3º. A segurança alimentar e nutricional (SAN) consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Assim, a legislação referente à SAN prevê como direito a disponibilidade de alimentos em quantidade e qualidade adequadas, e também a permanência do acesso à alimentação saudável nos níveis individual e coletivo, entendendo as práticas alimentares como parte da complexidade das relações sociais. Considera ainda a necessidade de práticas alimentares saudáveis e que permitam a existência digna em contexto de desenvolvimento integral da pessoa, sendo relevante a perspectiva de que haja condições ambientais favoráveis para a produção, qualidade dos alimentos e qualidade de vida da população (FREITAS; PENA, 2007).

Já a Política Nacional de Segurança Alimentar determinou, para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar (BRASIL, 2010) o direito à soberania alimentar como uma de suas diretrizes. Esse termo, cunhado por movimentos campestinos num contexto de amplificação do debate sobre a alimentação na contemporaneidade, diz respeito à independência na produção e acesso a alimentos de acordo com aspectos culturais e hábitos alimentares, reforçando os aspectos da alimentação ligados à dimensão coletiva e legitimando a importância da garantia de que os diferentes povos tenham liberdade, autonomia e, portanto, independência na definição do que e como desenvolver seus sistemas alimentares (MARQUES, 2010; SILVA, 2020).

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional contempla ainda outras duas diretrizes que interessam a análise em curso:

[...] VI — promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura;
VII — apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais baseadas nos princípios e diretrizes da Lei no 11.346, de 2006; [...] (BRASIL, 2010).

Já as situações de insegurança alimentar e nutricional são descritas, segundo o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, como:

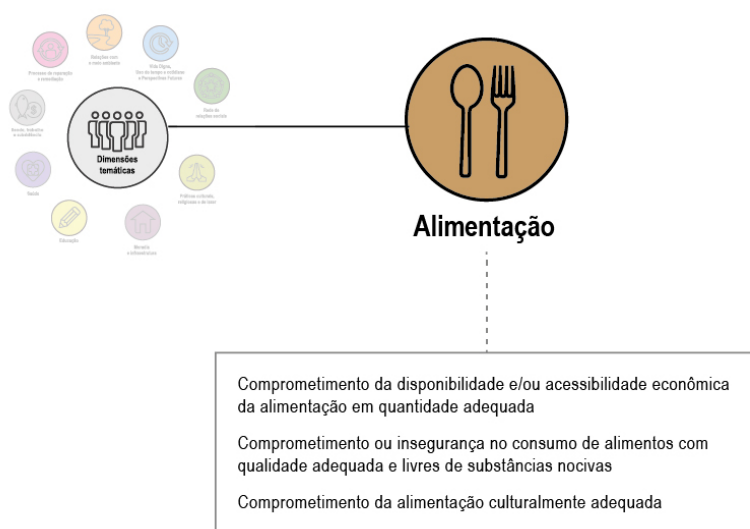
[...] situações de insegurança alimentar e nutricional podem ser detectadas a partir de diferentes tipos de problemas, tais como fome, obesidade, doenças associadas à má alimentação, consumo de alimentos de qualidade duvidosa ou prejudicial à saúde, estrutura de produção de alimentos predatória em relação ao ambiente e bens essenciais com preços abusivos e imposição de padrões alimentares que não respeitem a diversidade cultural. (BRASIL, 2006).

As narrativas obtidas em campo demonstram que o desastre da Barragem de Fundão trouxe impactos na segurança alimentar e nutricional das pessoas atingidas, na medida em que afetou as condições ambientais e provocou mudanças no modo de vida próprio das comunidades afetadas, intimamente ligado à exploração e manejo dos recursos naturais. Assim, afetou a produção e acesso a alimentos culturalmente adequados e saudáveis, impondo aumentos de custo de vida e alterações em hábitos alimentares, comprometendo a segurança e soberania alimentar da população atingida que tinha na sua relação e proximidade com o rio, mar e lagoas um dos pilares de seu sistema alimentar.

Conforme já mencionado anteriormente, a pluma de rejeitos da Barragem de Fundão foi carregada ao longo do Rio Doce e atingiu sua foz, no município de Linhares e dali avançou ao longo da costa do Espírito Santo. Às consequências socioeconômicas e ambientais, após mais de seis anos do desastre de Fundão, soma-se mais de um ano de pandemia de SARS-CoV-2, o que torna ainda mais desafiadora a reparação. Situação agravada tanto pela inexistência de um programa de reparação com esse enfoque, como pela inegável presença de elementos potencialmente tóxicos (EPT) em solos, corpos de água, sedimentos e recursos pesqueiros de toda a extensão acometida pelo desastre (RAMBOLL, 2020; LACTEC, 2021a; 2021b). Estes elementos combinados podem agravar situações de vulnerabilidade das comunidades atingidas.

As narrativas e danos enunciados registrados em campo demonstram a relação entre o comprometimento dos meios de subsistência da população e de outros aspectos ligados à perda de segurança e soberania alimentar, que incluem qualidade e acesso à alimentação saudável, além de alterações na dieta nutricional e nos hábitos alimentares, a exemplo da impossibilidade de elaboração de pratos típicos do território. Os danos socioeconômicos para a Dimensão Temática Alimentação (Figura 48) estão assim organizados: (i) comprometimento da disponibilidade e/ou acessibilidade econômica da alimentação em quantidade adequada; (ii) comprometimento ou insegurança no consumo de alimentos com qualidade adequada e livres de substâncias nocivas; (iii) comprometimento da alimentação culturalmente adequada.

Figura 48 — Dimensão temática Alimentação: danos socioeconômicos associados



Fonte: Elaboração própria (2022).

3.2.4.4.1 Comprometimento da disponibilidade e/ou acessibilidade econômica da alimentação em quantidade adequada

Este tópico agrupa os danos associados aos custos financeiros, pessoais e familiares relativos à aquisição do alimento que possam comprometer outras necessidades básicas, como matrículas escolares, medicamentos ou aluguel; ou mesmo sua capacidade de adquirir alimentos em quantidade e qualidade adequadas. As pessoas também sofrem esse dano a partir da preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro, ou a partir do comprometimento da qualidade e variedade dos alimentos como resultado de estratégias para não comprometer a quantidade de alimentos. Este dano pode ter como causa tanto a insegurança em relação à qualidade dos alimentos, tornando indisponíveis importantes fontes alimentares, quanto à interrupção ou redução de renda.

Entre as conclusões dos relatórios dos Instituto Lactec (2021b, p.506), está o fato de que a contaminação com EPT desencadeou uma gama de prejuízos a diversos serviços ecossistêmicos, como a perda de provisão de alimento, de água, de recursos genéticos e bioquímicos, problemas de purificação da água. Trata-se de questões relacionadas a áreas vitais para o desenvolvimento da flora e da fauna, ciclagem de nutrientes e produção primária, que se irradiam em outros aspectos e modos de vida das populações atingidas. Tal qual o comprometimento da qualidade da água e dos solos, a pluma de rejeitos que atingiu a foz do Rio Doce desestruturou o sistema alimentar local tanto no que diz respeito à atividade de extrativismo (pesca) quanto no que diz respeito à produção de alimentos diversos e em quantidade, impactando diretamente a produção para autoconsumo e para a comercialização.

Importa ressaltar que a escassez de espécies de peixes é fator central nessa desestruturação, e como descrito anteriormente na dimensão temática Relação com o meio ambiente (Seção 3.2.4.1), ela se deu no rio, no mar e ainda pela contaminação das lagoas Terra Alta, Terra Altinha e Banhos (que afetou diretamente a população do Assentamento Sezínio Fernandes de Jesus) e pela construção do barramento do rio Pequeno na sede de Linhares. A diminuição do consumo do pescado será trazida em detalhes nos próximos itens 3.2.4.4.2 e 3.2.4.4.3.

As famílias, por perderem a condição de sua subsistência, trabalho e renda sofreram consequências de privação ou dificuldade de acesso aos alimentos, conforme evidenciam as narrativas a seguir, colhidas em campo. Foram enfatizados os altos

custos dos alimentos e da água para beber, incompatíveis, inclusive, com os valores do Auxílio Financeiro Emergencial (AFE).

N: A gente produzia o feijão, a farinha, a mandioca as hortaliças que a gente produzia. Agora não, a gente tem que comprar tudo, o dinheiro que a gente recebe chega no meio do mês e o dinheiro não dá. Eu tenho muita reclamação de gente passando necessidade. FGV_ILD_104

D: A gente não pode mais produzir o próprio alimento, devido à contaminação do rio. FGV_ILD_104

N: Eles [Renova] dizem que devido eu ter meu emprego eu não perdi nada, mas eu perdi na parte de alimentação, de lazer. E meu marido que era pescador, que era ilheiro, que tem a roça na beira do rio, ele saiu perdendo. Nós perdemos tudo, na alimentação. Eu fiz redução do estômago, eu não posso comer carne, eu só comia mais peixe. Eu tenho que comprar peixe em outro lugar, porque meu estômago não aceita mais carne, só verduras. Então o gasto está sendo triplicado. FGV_ILD_098

D: Para comer peixe tem que comprar de fora e é muito caro. FGV_ILD_098

Reforçando a importância da produção de subsistência e seu papel na complementação da renda, diversos relatos evidenciam a perda em diversidade e variedade de alimentos produzidos e consumidos antes do desastre.

N: O que se produzia nas ilhas em abundância, não dá mais. Hoje tem que comprar fora, com menos qualidade e mais caros. O custo de vida ficou mais caro. O que se produzia na comunidade tem que ir buscar na Ceasa de Vitória e o custo fica mais alto. FGV_ILD_091

D: Alimentos em geral vendidos por valores absurdos. FGV_ILD_091

N: Os agricultores que têm horta não cultivam mais em ilha e hoje tem um custo maior para comprar alimentos para o consumo [...]. FGV_ILD_091

D: Não há mais cultivo de hortas nas ilhas, precisando comprar tais alimentos e aumentado o custo de vida. FGV_ILD_091

N: A diminuição da comercialização de produtos também impactou a alimentação, pela perda de renda. FGV_ILD_105

D: A diminuição da comercialização de produtos impacta na alimentação pela diminuição da renda. FGV_ILD_105

D: Pela impossibilidade da pesca perdemos renda e nossa principal fonte de proteína. E muita gente não tem dinheiro para comprar outras proteínas. FGV_ILD_097

O acesso aos alimentos, já comprometido pela queda da renda que impossibilita a aquisição em variedade e quantidade suficientes, torna-se por vezes mais difícil pela distância que precisa ser percorrida para adquirir os alimentos por populações que residem em locais mais distantes.

N: [...] Tem muita família em estado crítico de fome. São 70Km para chegar num supermercado digno. Muitos não têm condições, muitos utilizam ônibus, então é tudo muito complicado. Mesmo com um acesso mais fácil à internet, mas mesmo assim não conseguimos nos conectar com a Samarco e com a Renova. Nossos direitos são cortados. Não tem como comprar dentro do Vilarejo, porque é tudo muito mais caro. FGV_ILD_086

D: O desastre já tinha aumentado os gastos com alimentação, e a pandemia piorou ainda mais. FGV_ILD_086

As narrativas também demonstram preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro. Há temor de que o processo de reparação empreendido pelas empresas não seja suficiente para prover a alimentação e todos os outros gastos necessários à sobrevivência.

N: Gostaria de acrescentar, sobre a alimentação, que depois de tudo isso terminado, das indenizações, as pessoas que já receberam indenização, para caminhar melhor, a empresa deveria distribuir cesta básica até que tivessem possibilidade de caminhar. A gente vai ficar muito suscetível a uma situação ruim. Até mesmo em questão de saúde. Porque não pode virar as costas. Hoje temos dificuldade, então, no futuro, quando terminar as indenizações, é importante abastecer com cesta básica até poder andar por conta própria. FGV_ILD_090

D: A empresa deveria fornecer cestas básicas para segurança alimentar da comunidade. FGV_ILD_090

3.2.4.4.2 Comprometimento ou insegurança no consumo de alimentos com qualidade adequada e livres de substâncias nocivas

Aqui estão relacionados os danos associados à insegurança em relação ao consumo de alimentos em qualidade adequada. São exemplos desse dano: pessoas que ficaram com medo de ingerir alimentos como pescado, leite, carnes ou vegetais possivelmente contaminados pela água. A própria angústia gerada pela ausência de informações sobre essa contaminação já configura este dano.

A contaminação da foz do Rio Doce com metais pesados atingiu diretamente o consumo do pescado capturado localmente. Para se ter uma ideia da importância do consumo de

pescado nas comunidades ribeirinhas, no Brasil o consumo médio é de 9 kg/habitante/ano, abaixo da quantidade recomendada pela *Food and Agriculture Organization* (FAO) que é de 12 kg/habitante/ano (LOPES et al., 2016), mas para as comunidades ribeirinhas este consumo é muito superior. Em comunidades ribeirinhas na bacia amazônica, por exemplo, Oliveira et.al. (2010) apud Mapa (sem data) estimou que o consumo de peixe ocorria em quantidades próximas a 150 kg/habitante/ano.

Estudo sobre os danos do desastre do rompimento da Barragem de Fundão (LEONARDO et al., 2017, p. 12-13), que entrevistou 381 pessoas nas Vilas de Povoação e Regência, aponta que 98% dos entrevistados tinham no peixe ou marisco parte importante da dieta. A maioria (53,4%) afirmou consumir pescado de uma e três vezes por semana, enquanto 20% do universo pesquisado consumiam peixe diariamente antes da chegada da lama de rejeitos à foz do Rio Doce.

O conjunto de narrativas a seguir evidencia que os atingidos e atingidas no município de Linhares, mesmo passados seis anos do desastre, continuam vivenciando grande receio e tentando evitar consumir o pescado regional pelo temor e risco de contrair doenças, especialmente associadas ao consumo de metais pesados que podem se acumular no organismo. Apesar de reduzir, contudo, não conseguiram eliminar totalmente o consumo do pescado, tanto pelo hábito alimentar local quanto por se constituir fonte de proteína economicamente viável ou de fácil acesso por meio da pesca.

N: Não paramos de comer o peixe 100%. Eu mesmo quando quero vou pescar para comer. É o que sabemos fazer. O pescado está contaminado, mas como é responsável por 80% da base alimentar da comunidade, não paramos de comer. Eu tenho um grande apelo que essas pessoas não pararam de comer o peixe. Infelizmente estamos colocando nossa saúde em risco. FGV_ILD_086

D: Não podemos mais comer o peixe como antes, e é nossa base alimentar. FGV_ILD_086

N: O consumo de pescado, algumas pessoas se arriscam a comer os pescados. Eu faço uso em algumas situações, mas não temos confiança. Ficamos refém de uma situação [...].

D: Famílias sem renda, acabam consumindo o pescado e correndo esse risco da contaminação, pois o rio ainda se encontra contaminado. FGV_ILD_090

As narrativas trazem consequências à saúde ou evidenciam o medo de serem acometidos por doenças no futuro. Há relatos de que a saúde foi afetada nos casos em que as pessoas não conseguiram ou não puderam por algum motivo mudar seus hábitos

alimentares, o que atinge especialmente os idosos. Por outro lado, mesmo pessoas que mudaram hábitos alimentares por temerem a contaminação por metais pesados afirmam que a saúde foi afetada devido ao consumo de carne vermelha e outras proteínas consideradas menos saudáveis.

N: Por a gente não conseguir comer peixe, começamos a consumir muita carne vermelha, e ave com condição de hormônio e essas coisas assim. Trouxe essa mudança no organismo da gente. Despertou algum tipo de doença pois não tava acostumado a lidar com isso. FGV_ILD_104

D: Temos que comprar alimentos menos saudáveis no mercado. FGV_ILD_104

N: Tenho uma observação, não no meu caso específico, as pessoas antes de 2015, principalmente por ser uma comunidade pesqueira, tinha uma alimentação muito rica em proteína por conta do peixe, era uma fartura. Acho que a falta do rio limpo, com possibilidade de pesca tira essa possibilidade. E a falta de alimentação rica, tira saúde. FGV_ILD_092

D: Perda da saúde provocada pela redução de alimentos ricos em proteína do pescado.

D: A falta do rio próprio para pesca afetou a qualidade da nossa alimentação. FGV_ILD_092

N: Foi constatado que houve aumento de pessoas idosas que vieram a óbito e há uma suposição de que foi porque não mudaram os seus hábitos alimentares. Grande parte do conselho de anciãos faleceu após o desastre. FGV_ILD_093

D: Aumento de óbitos dos idosos. Grande parte do conselho de anciãos faleceu após o desastre. FGV_ILD_093

As narrativas evidenciam tanto a perda da qualidade do pescado quanto da possibilidade de produzir alimentos para autoconsumo e para comercialização. Antes do desastre a água do Rio Doce era utilizada para dessedentação animal, além de ser captada para irrigação de culturas de agricultores estabelecidos próximos ao rio e lagoas que têm com ele ligação.

N: Sobre a alimentação tínhamos uma grande produção de banana, que era inclusa nessa área do cacau e as famílias coletavam e levavam para casa e hoje isso acabou, porque as pessoas não confiam de se alimentar dessas bananas. [...] FGV_ILD_105

D: Tínhamos muitas frutíferas na baixada, utilizadas para autoconsumo, alimentação animal e comercialização, e tudo isso foi perdido, pela desconfiança da qualidade dos produtos. FGV_ILD_105

N: A alimentação também está comprometida porque a água de irrigação das plantas está contaminada com metais pesados. FGV_ILD_090

D: Insegurança no consumo de produtos agrícolas irrigado pela água do rio. FGV_ILD_090

N: A fala dos companheiros são a fala que vem do coração da gente, de colher e de plantar. Antes, eu ia plantar e deixava meus filhos no rio e hoje não podemos mais. Eu colho meu cacau, mas tenho medo que esteja contaminado. FGV_ILD_098

D: Temos receio de consumir até o cacau produzido na região. FGV_ILD_098

N: Quem é filho de Regência foi criado dentro do rio. O Rio Doce é a vida de todo mundo. E mudou a nossa vida da água para o vinho. A gente fazia tudo com a água do rio. A gente comia tudo natural, sem agrotóxico, fresquinho. E hoje a gente tem que comprar tudo. É revoltante isso dos ilheiros e ribeirinhos não serem reconhecidos. FGV_ILD_098

D: A cada dia o solo está mais cheio de minério, que vem sendo trazido pelas cheias. FGV_ILD_098

3.2.4.4.3 Comprometimento da alimentação culturalmente adequada

Este tópico agrupa danos relacionados ao comprometimento de aspectos culturais da alimentação pela insegurança quanto à contaminação dos alimentos, e/ou por não terem condições de pagar pelos alimentos habitualmente consumidos. Está relacionado com a soberania alimentar, as tradições culturais da população e a uma vida física e mental livre de angústias, satisfatória e digna. São exemplos desse dano a perda de tradições relacionadas à alimentação, a perda de alimentos de referências na formação da identidade cultural do território, a mudança de hábitos alimentares imposta pela impossibilidade de pescar e a perda de independência alimentar.

As narrativas colhidas em campo pela FGV indicam perdas dos atingidos e atingidas no seu direito humano à alimentação adequada (DHAA) bem como perda da soberania alimentar, ou seja, a definição de suas próprias estratégias sustentáveis de produção (incluindo aí o direito à preservação de práticas de produção e alimentares tradicionais de cada cultura), distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população.

As narrativas a seguir demonstram que atingidos e atingidas não conseguem mais planejar a produção ou acessar os alimentos considerados culturalmente adequados e, assim, manter seus hábitos alimentares e tradições culinárias.

N: É complicado. Eu sou descendente de indígena, acostumada a comer caça e peixe. Eu deixo um pão para comer um bagre com farofa e café. Carne pra mim hoje é frango e ovo, tivemos que mudar nossos hábitos alimentares. Criamos nossos filhos comendo pirão de peixe e hoje não dá mais. Hoje compramos água para cozinhar e um frango cheio de ração que não sabemos a qualidade. A despesa triplicou, não se produz mais na comunidade, tudo vem do mercado. Hoje só comemos frango e ovo, mas não é como nosso peixe. Nossos filhos eram criados com pirão de peixe e são todos saudáveis. FGV_ILD_097

D: Temos que comprar água para fazer comida e para beber. FGV_ILD_097

D: Tivemos que mudar os nossos hábitos alimentares, deixando de comer peixe para substituir por outra proteína. FGV_ILD_097

N: A gente produzia para comer, todo pescador tinha sua horta para comer, de repente foi uma alteração muito grande, não consegue produzir mais, nem pegar mais nada no rio, e passou comer coisas do mercado. A gente produzia nosso tomatinho em casa e agora tem que comprar cheio de agrotóxico, altera tudo. Isso quando consegue comprar carne, pois agora aumentou tudo. Aí aumenta a caça, porque não consegue comprar a carne. A nossa alimentação ficou muito comprometida. FGV_ILD_104

D: A gente não pode mais produzir o próprio alimento, devido à contaminação do rio. FGV_ILD_104

N: Eu presenciei uma situação grave em relação aos peixes, a mortandade. Hoje não pesco mais com meus meninos, por falta de confiança, e praticamente risquei do meu cardápio o peixe e também não confio em comprar de nenhum vendedor de peixe que vem aqui. Afetou drasticamente a alimentação, pois não temos confiança de plantar um produto num solo que não foi pesquisado, para consumir. A esperança do nosso pessoal era implantar os projetos de alimentação saudável na baixada, que era a nata do nosso solo. Hoje esses sonhos morreram e é quase inexplicável. FGV_ILD_105

D: A alimentação fica prejudicada pela falta de água de qualidade. FGV_ILD_105

A mudança da cultura alimentar, fortemente baseada no consumo regular de pescado, afetou também a possibilidade de manutenção de práticas de lazer e de convívio com familiares e com pessoas da comunidade, como será aprofundado na dimensão temática Práticas culturais, religiosas e de lazer (seção 3.2.4.5).

N: O pescado aqui sempre foi base alimentar, fonte de renda e até diversão. O guri brincava de pique, mas ia pescar junto ao pai. O pescado está entranhado à vida do pescador. As famílias tradicionais

80% tinham como base alimentar e comiam de três a quatro vezes por semana esse pescado. Tínhamos peixes por temporada, por época. Não temos um mesmo peixe o ano inteiro. A diversidade aparece o ano inteiro. Primeiro vem o robalo, depois vem a tainha. Eu não acredito que os pescadores tenham parado de comer o pescado. Até eu quando dá vontade pego o meu barco e pesco peixe para comer. FGV_ILD_086

D: Não podemos mais comer o peixe como antes, e é nossa base alimentar.

D: Comer o pescado é nossa cultura, identidade. É difícil não comer. FGV_ILD_086

N: Sobre alimentação, eu comia muito lá, ela sempre pescou, e a gente sempre comeu aí na rua, além de ser todo mundo cozinheiro de mão cheia. Lá no bar a gente fazia muito peixe assado e moqueca. FGV_ILD_092

D: Eu comia muito pescado nos restaurantes da rua. FGV_ILD_092

N: A galera sempre fez muita festa, muita coisa, sempre com os frutos [do mar]. Pegava camarão pitu e vendia muito. Era tudo capturado no rio, hoje ninguém pega mais nada.

D: Eu comia muito pescado nos restaurantes da rua. FGV_ILD_092

3.2.4.5 Práticas culturais, religiosas e de lazer

As narrativas destacadas para esta dimensão temática, baseada no enfoque cultural, buscam demonstrar como alguns aspectos centrais na composição de identidades, subjetividades e saberes foram atingidos diante do desastre e suas consequências. Dessa forma, dialoga com estreiteza com o referencial teórico sobre patrimônio cultural imaterial¹²⁷. Aqui, algumas categorias de análise centrais são acionadas, como saberes e lugares¹²⁸. Aborda-se também processos que lhes dão suporte, como transmissão de conhecimento e tradicionalidade.

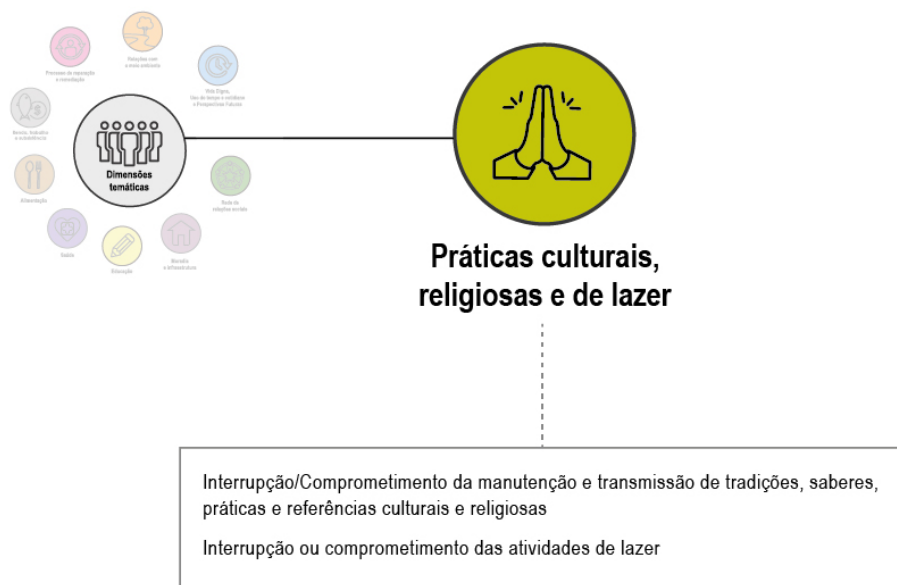
As narrativas e danos alocados na dimensão temática Práticas culturais, religiosas e de lazer estão agrupados em duas formulações de danos socioeconômicos: (i)

¹²⁷ De acordo com o IPHAN (s.d.), os patrimônios de natureza imaterial, são aqueles que “dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial.”

¹²⁸ Cada um destes conceitos é trabalhado em particularidade nos livros de registro de bens culturais de natureza imaterial. O art. 216 da Constituição Federal de 1988 instituiu a política de preservação do patrimônio cultural e reconheceu a existência de bens de natureza material e imaterial (BRASIL, 1988). O Decreto nº 3.551, de 2000, oficializa o registro dos patrimônios imateriais, distribuídos em quatro livros possíveis: saberes, celebrações, formas de expressão e lugares (BRASIL, 2000).

Interrupção/Comprometimento da manutenção e transmissão de tradições, saberes, práticas e referências culturais e religiosas e (ii) Interrupção/Comprometimento das atividades de lazer. Tais formulações orientam a organização desta seção em dois blocos de conteúdo, conforme demonstra a Figura 49.

Figura 49 — Dimensão temática práticas culturais, religiosas e de lazer: danos socioeconômicos associados



Fonte: Elaboração própria (2021).

3.2.4.5.1 Interrupção/Comprometimento da manutenção e transmissão de tradições, saberes, práticas e referências culturais e religiosas

Este dano está relacionado ao comprometimento da possibilidade de realizar as práticas culturais, tradicionais e religiosas, os modos de produção e de saber fazer, as celebrações e as formas de expressão, que eram socialmente compartilhadas e transmitidas intergeracionalmente, sendo estes elementos conformadores das memórias e das identidades pessoais e coletivas e responsáveis pelo fortalecimento dos laços e vínculos comunitários.

As oficinas de levantamento de danos realizadas com as comunidades do município de Linhares mostram uma população fortemente ligada às suas raízes e tradicionalidade. Um dos pilares de sustentação da sua economia, relações sociais, tradições e saberes são a atividade pesqueira e a agricultura praticada em pequenos estabelecimentos

agropecuários (inclusive assentamentos rurais), muitas vezes efetuadas conjuntamente. Constituem atividades estruturantes do modo de vida dessas comunidades atingidas, que possuem intensa ligação com a natureza e cuja reprodução social depende da transmissão entre gerações. Após o desastre e a chegada da lama de rejeitos houve interrupção ou comprometimento dessas atividades, gerando consequências para a manutenção das tradições locais.

N: Estamos perdendo a transmissão de conhecimento para as novas gerações e até para a gente mesmo. Vou falar sobre os meus danos, o que está acontecendo. A identidade do pescador tá sendo afetada. Minha mãe era pescadora, eu e meu irmão nascemos na água. Minha filha me ajudava desde os quatro anos a tirar manjuba da rede e hoje não faz mais. Hoje nossos filhos falam que nós não somos mais pescadores, que não vamos mais para o rio. E se perguntam se eles vão receber da Fundação Renova?

D: Até a gente esquece o conhecimento tradicional da pesca, pois não exerce mais. FGV_ILD_091

D: Perda de identidade de pescador artesanal. FGV_ILD_091

N: E estamos perdendo nosso conhecimento tradicional. Hoje não pedimos mais para os filhos acompanharem a gente na pesca, ou numa plantação, pedimos para eles não fazerem, porque não podemos mandar os filhos comerem. FGV_ILD_098

D: Nossos filhos não podem mais pescar e plantar. FGV_ILD_098

N: E ainda tem o fim da atividade pesqueira. Como vou contar para minhas filhas que eu pescava e quero que ela siga, não tem como ensinar. Hoje já estamos perdendo nosso conhecimento de pesca, esquecendo por não exercer mais a atividade e não temos como passar para nossos filhos. FGV_ILD_091

D: Perda de identidade de pescador artesanal. FGV_ILD_091

A interrupção das ocupações nas comunidades, a partir da chegada da lama de rejeitos, também geraram a migração de jovens que partem em busca de oportunidades de emprego em outros territórios. Isso descontinua práticas e redes de saberes que por gerações permaneciam nas localidades aqui trabalhadas.

N: [...] Muitos pais de famílias estão sofrendo com o distanciamento dos seus filhos. Pois estão tendo que se mudar para outros lugares porque não tem emprego na comunidade. Nossa tradição era que o filho de pescador seria pescador. Mas a juventude tem que sair daqui para procurar trabalho. Essa indenização não supre nada. FGV_ILD_086

D: Não podemos mais ensinar nossos filhos e jovens a pescar. Referente a essas indenizações. FGV_ILD_086

O comprometimento da atividade pesqueira, conforme detalhado na seção dedicada à Alimentação (Seção 3.2.4.4), acarreta grandes mudanças nos alimentos consumidos pela população atingida pelo desastre no município de Linhares. Comer peixes e mariscos, tanto no dia a dia quanto em datas festivas, significa tradição e prazer compartilhados, seja como doação aos moradores das comunidades quando se chega de uma pescaria farta, seja em grandes eventos que marcam a cultura local.

N: A cultura do pescador de Regência era de doar peixes, até porque os pescadores conheciam todos de Regência. Daí quando houve o desastre, a população aumentou e, além disso, não podemos pescar mais e, então, também não ocorre a doação. Esta é uma tradição que não acontece mais. FGV_ILD_098

D: Nosso excedente da pesca era doado à comunidade quando chegava no porto, era um gesto de solidariedade e hoje não acontece mais. FGV_ILD_098

O desastre, ao retirar esses itens da alimentação de famílias ribeirinhas, traz um corte em sua história e memória, sendo visto pela população como uma quebra de sua cultura e tradição. Festividades que tinham como carro-chefe os pescados regionais deixaram de acontecer, a exemplo da festa do robalo; ou, em outros casos, houveram tentativas no âmbito do processo de reparação em curso para substituição desses alimentos nas festividades, fato bastante controverso nas comunidades e motivo de muitos questionamentos.

N: E o futuro? Esse pouco de dinheiro acaba, e como vamos viver. A festa do robalo era uma tradição. E agora não acontece mais. Então, se eles forem reparar, há muita coisa para ser reparada ainda. Então eu queria saber até quando vamos esperar pra voltar a vida normal novamente. FGV_ILD_090

D: A festa do robalo era uma tradição e não acontece mais devido à contaminação do pescado. FGV_ILD_090

N: Então agora a Renova transformou a festa do robalo em festival gastronômico de Povoação. Vamos imaginar que temos diversos outros produtos que podem ser aproveitados. Então eu faço um prato de uma coisa, o outro de outra coisa. Fugiu muito à regra das festas tradicionais que havia aqui. E a perda da renda, em função disso, não tem comparação. Por exemplo, está pra ocorrer um evento evangélico chamada Viva Jesus. Se você me perguntar se há alguma reserva na pousada, eu não tenho. É uma coisa que antes do desastre sempre tínhamos hóspedes. Sempre tínhamos alguns pescadores que trabalhávamos com alimentação pra eles. Então, mudou muito. Não temos a mesma renda de antigamente. FGV_ILD_090

D: As festas propostas pela Renova fugiu dos motivos das festas tradicionais. FGV_ILD_090

Os peixes e mariscos eram alimentos centrais da culinária de muitas festividades que celebravam a religiosidade e tradicionalidade dos moradores das comunidades ouvidas no município de Linhares. Sem essa matéria-prima, os festejos se enfraquecem, o que também implica em um esgarçamento do tecido social. As relações entre festejos e religiosidade são estudadas por variadas áreas do conhecimento. As festas promovem a coesão do tecido social, fortalecem e criam laços, assim como trazem gratificações pessoais ao homenagear divindades escolhidas. Essa imaterialidade, no entanto, é dependente de bases materiais como local dos festejos, alimentos e público participante. As narrativas mencionaram o congo (congada), a folia de reis, o carnaval, a festa do Caboclo Bernardo, a festa dos pescadores de Regência, a subida e descida dos mastros, como festejos que reuniam muita gente da comunidade e de fora dela, fomentando o turismo e comércio. Com a chegada da lama tais celebrações ficaram muito prejudicadas, entre outras questões, por uma diminuição drástica de público.

N: A nossa maior manifestação cultural é o congo e tem todo sincretismo, pois temos a junção do negro das senzalas e os índios do Rio Doce havendo um processo de integração e surge o congo. O congo do Espírito Santo é um bem material e imaterial. Apesar do preconceito, quando trazemos essas manifestações culturais para as festas na comunidade todos ganham, pois movimenta todo comércio, seja vendendo comidas típicas, alugando casa, absorção de mão de obra nos restaurantes e pousadas etc. FGV_ILD_097

D: As manifestações culturais como o congo, festa dos pescadores e outras festas religiosas ficaram prejudicadas pela diminuição do turismo e perda das condições de utilizar o rio. FGV_ILD_097

N: A tradição foi quebrada por causa da lama. Regência era uma Vila mágica, porque sempre as pessoas estavam criando, muito criativo em relação ao congo. A gente tinha umas quatro festas por ano. A festa do Caboclo Bernardo, que foi um herói capixaba. Ele em Regência salvou a tripulação de um navio da marinha que bateu na praia. A festa do Caboclo Bernardo é no dia vinte e dois de julho, todo ano. Todo ano a gente fazia uma festona lá e isso aí não tem mais, o carnaval não tem mais. A cultura nossa foi totalmente devastada por causa da lama. Hoje estão voltando aos poucos, já tem alguma coisa, mas está muito longe da realidade e da liberdade que a gente tinha antes. FGV_ILD_098

D: Regência é uma Vila mágica, com muitas histórias e festas, mas a lama está acabando com essa tradição. FGV_ILD_098

N: A tradição nossa acabou toda, não teve mais festa. Faço parte da cultura do congo, grupo de carnaval Valeta de Ouro, faço parte da banda de congo, faço parte da associação de pescadores, tenho conhecimento na comunidade. E isso foi tirado da gente, não tem mais as festas, porque as pessoas têm medo de vir para Regência. Mudou totalmente nosso modo de viver. Hoje eu estou aqui embarcado trabalhando, mas e outras pessoas? Caíram na bebida, nas drogas. Se deparam com uma situação dessa e dá desespero. FGV_ILD_098

D: Regência é uma Vila mágica, com muitas histórias e festas, mas a lama está acabando com essa tradição. FGV_ILD_098

As narrativas indicam que a Fundação Renova tem atuado com o apoio a projetos de recuperação das festividades tradicionais, porém, seu modo de ação desvirtua os motivos tradicionais dos festejos e seus auxílios chegam por meio de editais que nem sempre respeitam o calendário tradicional.

N: Aqui em Povoação vem se arrastando em questão da festividade, todo nosso calendário foi alterado e tivemos que nos reinventar, a gente tinha a festa do robalo e teve que criar um festival gastronômico. Os encontros culturais diminuíram muito, pois as pessoas têm receio em relação da água e os produtos. Dizer que a festa acabou, estaria mentindo, mas reduzimos. Mas como não tudo através de edital, não conseguimos fazer nas nossas datas. A gente não tem garantia de nada, tem que comprar água, comprar tudo, e dizer que está usando água mineral e não do rio doce [...]. FGV_ILD_104

D: O nosso calendário de festividades foi alterado e tivemos que nos adaptar a editais que não coincidem com as datas festivas. FGV_ILD_104

A já mencionada diminuição de turistas contribui para o enfraquecimento dos festejos e prejuízos à religiosidade e espiritualidade da população, havendo diversas narrativas, em especial de mulheres, sobre como o enfraquecimento dos festejos traz prejuízos à identidade cultural ao afetar, ao mesmo tempo, suas atividades econômicas, sociais, religiosas.

N: [...] Nas nossas vidas não temos noção de quando vai voltar ao normal, é muita incerteza. Temos a Folia de Reis e a Congada, a subida e descida dos mastros, tinha vinte bandas de congo, e agora temos dez ou menos, tudo foi reduzido. Você chega na época de evento e as pousadas estão vazias, as pessoas fazem bate e volta pois não têm garantia. FGV_ILD_104

D: Tínhamos vinte bandas de congo e agora reduziram para dez. FGV_ILD_104

N: O teatro é muito baseado na representação das histórias locais, como Auto do Caboclo Bernardo, que são realizadas há mais de trinta e cinco anos e ficaram prejudicadas por falta do turismo. A valorização da nossa identidade e da nossa história se dá por meio das festas que apresenta essas histórias. A falta de incentivo e investimento desmobiliza uma tradição local e a comunidade vai perdendo essa identidade. Havia muita coisa interligada com a cultura, por exemplo a apresentação das escolas. Todas as questões estão muito interligadas, quando as festas não acontecem uma série de serviços acessórios também não acontecem e prejudica toda a rede econômica da comunidade. FGV_ILD_097

D: Estamos vivenciando a perda da nossa identidade e tradição, pela impossibilidade de realizar as apresentações e manifestações culturais. FGV_ILD_097

N: Entre as festas, tinha a romarias dos barcos, no dia do pescador e hoje em dia não fazem mais isso. O pessoal tem muito medo, os turistas não estão vindo mais, então não tem mais essa romaria. Eu tinha uma papelaria e vendia bastante papel, ajudava eles a enfeitar os barcos, ajudava a fazer tudo e hoje não tem mais nada disso. É uma cultura que morreu. Eu não tenho filhos, mas passo para os meus alunos e eles me perguntam o que é isso. Porque é uma coisa que passa de pai para filho e os pais estão desanimados de passar isso para os filhos. Então não tem mais essas romarias. FGV_ILD_098

D: A nossa cultura está se perdendo, as novas gerações já não reconhecem essas tradições. FGV_ILD_098

N: A questão religiosa e cultural estão interligas ao lazer e ao rio, assim como também se liga ao turismo e comércio. Se o rio e o mar não estão bons e as pessoas têm medo de tomar banho isso se reflete na cultura e religiosidade, pois as pessoas acabam não vindo ver e conseqüentemente as pessoas ficam mais desmotivadas para as festas. E a religiosidade é isso, é motivação. FGV_ILD_097

D: As manifestações culturais como o congo, festa dos pescadores e outras festas religiosas ficaram prejudicadas pela diminuição do turismo e perda das condições de utilizar o rio. FGV_ILD_097

O prejuízo à espiritualidade também foi relatado pelos atingidos praticantes do surfe presentes nas oficinas. Trata-se de uma experiência de relação direta da prática do surfe com a natureza e a concepção da onda como um ser, cuja fonte de prazer e inspiração transcende sua materialidade.

N: Esse crime tocou muito nas minhas práticas, a onda é um ser que está na minha vida, me inspira e me faz sentir bem, então foi um toque na minha devoção divina, na capacidade de transformação pura, foi um dano na proporção do divino, do espiritual. Todo surfista tem conexão espiritual, acima da matéria. FGV_ILD_093

D: Todos os surfistas têm contato espiritual com o mar e com as ondas, e isso foi abalado. FGV_ILD_093

De forma peculiar, os moradores e moradoras da avenida Beira Rio, afetados por processos de remoção e cujo retorno de muitas famílias às suas casas ainda é incerto (conforme explicitado na sessão Moradia e Infraestrutura), demonstram em suas histórias a importância afetiva que a Vila tem tanto para as pessoas atingidas quanto para o patrimônio cultural do próprio município de Linhares. A coesão comunitária da avenida Beira Rio sofreu com a separação de vizinhos e parentes, prejudicando modos

de vida e manifestações culturais existentes no local, conforme demonstram as narrativas.

N: Um dos pontos que queria colocar, já falei várias vezes, é a questão histórica da nossa comunidade com Linhares. Temos registro da Vila de 1919, era o caminho para o Distrito do Bananal, as pessoas desciam por essa Vila para pegar a balsa e iam para Bananal. Aqui também tinha os armazéns de cacau e nós tínhamos comércio na rua. Essa rua surgiu junto com Linhares, nossa rua foi criada para ter acesso à água, era ponto de encontro com a água, tinha dois, um aqui e outro era do lado de lá. A gente tinha o porto, que chamava Porto das Pedrinhas, era um porto super conhecido e muito utilizado, o vapor Juparanã estacionava nele, o PDM [Plano de Desenvolvimento Municipal] de 2005 reconheceu essa rua como área histórica. FGV_ILD_092

D: Não podemos deixar a nossa história ir de ralo abaixo. FGV_ILD_092

N: Podia citar a banda, era uma banda que deixou saudade. É muito raro uma comunidade ter uma banda. Já não tem mais, porque todo mundo foi embora, separou e já não tem mais. E era muito legal, tocava nas festas. Era um marco da cultura local e hoje não toca mais. Na nossa banda os integrantes eram moradores da rua tocava, cantava e a gente era muito feliz. FGV_ILD_092

D: A banda musical Sai Fora que é Rabo, de membros da comunidade, era um marco da cultura local e hoje não toca mais. FGV_ILD_092

N: Qualquer coisa era motivo de festa, aniversário de alguém era uma festa. Tinha feriado, fazia reunião. Tanto é que tinha até uma banda, foram várias festas. Quase todo fim de semana tinha festa, era normal, fazia parte da essência da nossa Vila. FGV_ILD_092

D: Festas eram normais na comunidade e fazia parte da essência da nossa vida. FGV_ILD_092

3.2.4.5.2 Interrupção ou comprometimento das atividades de lazer

Dano relacionado ao comprometimento da possibilidade de realização de atividades recreativas, esportivas, de lazer e de confraternização que, via de regra, mas não exclusivamente, eram realizadas ao ar livre na companhia da família e amigos e junto ao rio e suas adjacências. A interrupção e comprometimento dessas atividades trouxeram prejuízos ao bem-estar, à interação social e até mesmo à saúde física e psíquica das pessoas, com o rebaixamento da qualidade de vida.

Conforme é possível observar na seção que versa sobre Relações com o meio ambiente (Seção 3.2.4.1), as comunidades de Linhares se estabeleceram e desenvolveram seus modos de vida de forma indissociável à natureza local. Nas áreas costeiras, estuarinas

e marinhas da região da foz do Rio Doce, atividades econômicas, de lazer, sociabilidade, alimentação, entre outras, carregam em si sentidos materiais e imateriais. Com a chegada da pluma de rejeitos do rompimento da Barragem de Fundão, as possibilidades de realizar tais práticas foram comprometidas pelo risco da contaminação, o que resultou na desestruturação do modo de vida das pessoas, que também inclui momentos de lazer e recreação.

As narrativas evidenciam que a interrupção e o comprometimento dessas atividades trouxeram prejuízos ao bem-estar, à interação social e até mesmo à saúde física e psíquica das pessoas, com prejuízo à qualidade de vida. Tomar banho no rio ou mesmo pescar por lazer era atividade de recreação essencial no fortalecimento de laços familiares, envolvendo pais e filhos e, segundo as narrativas, afetou de forma especial as crianças, adolescentes e idosos, que tinham nessas práticas uma das poucas maneiras de diversão. Para o caso dos idosos, tratava-se também, em muitos casos, da possibilidade de realização de atividades físicas.

N: E isso afeta a saúde física e mental. Nós temos vários idosos no assentamento e ir ao rio era o único lazer deles. Afeta mais que aos outros. E mexe com a saúde mental e física deles porque também era um momento de fazer um exercício. FGV_ILD_105

D: Todos nós, e em especial os idosos, tinham como lazer ir no rio tomar um banho, praticar esportes, e isso ficou impedido. FGV_ILD_105

N: Aqui em Povoação nós tínhamos uma vida sossegada, problemas todo lugar tem, tínhamos problemas que a gente tentava resolver do nosso jeito. Esse rompimento da barragem, essa lama horrorosa, esses problemas se agravaram e ampliaram. O rio passa no quintal da nossa casa, até hoje tá essa lama ai, a gente vai no rio ver o por do sol e bate essa tristeza, aquele aperto no coração. Porque antes de dia de semana e final de semana, em dia de sol, depois do almoço o pessoal e as crianças ia no rio tomar banho, pular, brincar, hoje já não vê essa alegria. Hoje até acontece, mas tem aquela coisa que é perigoso, as crianças não têm aquela noção do que pode acontecer, não têm o controle nem bloqueio que não pode ir no rio. Já se passaram seis anos as pessoas acabam achando que não tem mais nada o rio, é complicado. FGV_ILD_104

D: As crianças não podem mais tomar banho no rio devido à contaminação. FGV_ILD_104

A preocupação com a perda do lazer das crianças vai além da simples perda da diversão propriamente dita. Os momentos de convivência, que se davam nos espaços da natureza misturando trabalho e recreação, também se constituíam em momentos propícios à transmissão de conhecimento sobre ofícios e tradições locais.

N: Essas questões que os companheiros colocaram, estava pensando nos danos culturais que são muitos. A gente pensa em crianças que nasceram antes ou logo depois [do desastre]. Nós tínhamos contato com o rio, levava os filhos para pescar. Hoje não podemos mais. Foram tirados sonhos, talvez muitas crianças nunca possam entrar dentro do rio e brincar, tomar banho com segurança. FGV_ILD_105

D: Utilizávamos o rio e as lagoas para lazer, para lavar roupa, e gostaríamos que nossos filhos também pudessem fazer isso, e o desastre impediu isso. FGV_ILD_105

D: As crianças mais novas não sabem o que é tomar um banho no Rio Doce. FGV_ILD_105

N: Muitas crianças que nasceram depois do desastre não vão poder relatar que tomaram banho no rio. Alguém falou antes, de extinguir os nossos filhos por causa da idade. Eles não são reconhecidos como impactados. FGV_ILD_105

D: As crianças mais novas não sabem o que é tomar um banho no Rio Doce. FGV_ILD_105

N: Tenho uma filha adotiva e antes nós acampávamos muito. O meu quintal dá para o Rio Doce e ela sempre pergunta: Por que não podemos ir acampar? Por que não podemos ir pescar? Por que a empresa fez isso? E nós não sabemos responder e isso corta o coração da gente. Pois os filhos não podem seguir nossa profissão. Ela fala: nosso material de pesca vai estragar? E é isso que a gente vê: petrechos estragando, barcos estragando. FGV_ILD_091

D: As crianças sentem falta de fazer as atividades na natureza. Criança e adolescente. FGV_ILD_091

Segundo as narrativas, a situação se agravou a ponto de afetar o rendimento de jovens e adolescentes na escola, assim como aumentou a evasão escolar.

N: A preocupação com todo o caos que aconteceu, a falta de lazer e do convívio social também afetou esses jovens, prejudicando o aprendizado, rendimento, frequência e evasão escolar. Os jovens ficaram desmotivados para os estudos, as vezes por falta de oportunidades e as vezes perde o foco por ter acesso a coisas mais fáceis. A falta de lazer no rio também afetou muito o psicológico das crianças. FGV_ILD_097

D: Perdemos o nosso lazer de pescar no rio e ir à praia aos fins de semana. FGV_ILD_097

A combinação entre trabalho e lazer, muito comum nas comunidades ribeirinhas onde os pais vão trabalhar nos roçados ou vão pescar, ao tempo em que as crianças brincam perto no rio, foi outra questão prejudicada.

N: A falta de lazer no rio afetou muito o psicológico das crianças. Somos comunidades tradicionais e não tivemos o devido reconhecimento. Por exemplo, em Entre Rios as pessoas são pescadoras e agricultoras e não reconheceram como as duas atividades.^{FGV_ILD_097}

D: Perdemos o nosso lazer de pescar no rio e ir à praia aos fins de semana.^{FGV_ILD_097}

N: Eu nunca mais comi o peixe do Rio Doce, desde a chegada da lama. A gente não arma mais rede e anzol no rio. Nem tomar banho no rio a gente não vai mais. A gente ia, na hora do almoço, tomava um banho, coisas que para a justiça pode não fazer muito sentido, mas para nós faz todo sentido.^{FGV_ILD_098}

D: Perdemos nosso lazer, não podemos mais tomar um banho no rio.^{FGV_ILD_098}

N: A pesca é nossa cultura e nosso lazer, as duas coisas estão muito ligadas. Regência cresceu da cultura da pesca, pegar uma rede e ir pescar e se divertir com a família fazia parte do nosso cotidiano da nossa cultura. Antes da lama as pessoas vinham e se divertiam no rio, fazíamos até gincanas no rio e hoje não conseguimos fazer nada disso, pois as pessoas tem medo de entrar no rio.^{FGV_ILD_097}

D: Perdemos o nosso lazer de pescar no rio e ir à praia aos fins de semana.^{FGV_ILD_097}

N: Eu aprendi a pescar foi dentro de Regência. Isso me fazia um bem muito grande. Se está estressada em casa vai pescar, troca uma ideia, toma um café e eu me desestressava. Eu preferia ficar no rio do que dentro de casa. O máximo que você estressa é quando a rede agarra em algum lugar. Mas nosso lazer era o Rio Doce. Eu tenho hoje receio de ir ao rio. Eu às vezes eu vou, mas tenho receio. O lazer se foi junto com essa lama que veio.^{FGV_ILD_086}

D: O rio era nosso maior local de lazer onde a gente desestressava, encontrava as pessoas, mantinha uma convivência. E acabou.^{FGV_ILD_086}

Cabe destacar que o surfe no município de Linhares, que está intimamente ligado à prática de lazer e esportes (conforme trazido na Seção 3.2.4.1.2), possui um componente social importante na inclusão de jovens e adolescentes. A escolinha de surfe e *bodyboard* teve suas atividades interrompidas após o desastre em função das incertezas sobre as condições da água, que gera muita desconfiança por parte dos surfistas e uma cautela muito grande em entrar no mar, principalmente quando se trata das crianças (FGV, 2021d).

N: Eu gostaria de falar sobre a saúde e lazer. Nós sempre tivemos poucas opções de lazer e o surfe era uma delas. Isso foi tirado da gente de uma forma abrupta, covardemente e ninguém nos assistiu. [...]. O

que vejo nesta circunstância, é que o pessoal que tinha lazer foi tirado e isso gerou depressão, outras doenças físicas, mas isso para a Renova é irrelevante. Sinto agressividade e irresponsabilidade dessa empresa que trata da reparação e reforço a certeza da impunidade e da nossa impotência para resolver. Mas sabíamos que isso ia acontecer. Íamos para os balneários para aliviar o estresse e isso nos foi tirado de um dia para o outro. A nossa saúde foi comprometida. A gente que morou em Regência ficou um ano sem cair na água. Os mais corajosos entraram. Regência antes da lama era uma Vila pacata de moradores simples, com subsistência, forma de vida simples. FGV_ILD_093

D: Não podemos mais surfar no litoral de Linhares por conta da insegurança em relação à contaminação. FGV_ILD_093

N: Os esportes aquáticos (bodyboard, surfe) também foram impactados e há falta de incentivo ao esporte e cultura na comunidade. FGV_ILD_090

D: Falta de incentivo ao esporte e cultura na comunidade como estratégia de promoção de saúde e entretenimento para juventude. FGV_ILD_090

Mesmo com as limitações impostas, as associações de surfe locais têm procurado se reorganizar, surfando em áreas mais distantes da área contaminada ou organizando campeonatos mais restritos, mesmo correndo risco e receosos da contaminação.

N: A nossa associação de surfe local aqui é um grupo bastante resistente. A gente planeja fazer em um ano, dois ou três eventos de surfe, para não deixar o surfe se apagar. Dentro da comunidade a gente se organiza, monta parcerias, vai ligando para pessoas e vamos falando do projeto, daí a gente acaba conquistando brindes para fazer o trabalho interno para a comunidade. É um campeonato fechado para associados e moradores, com várias categorias, de cinco anos até a categoria máster. A ideia é não deixar a galera perder o pique de vários anos. A gente luta muito para se organizar com a associação de surfe de Linhares e envolver a comunidade e os arredores. Nós continuamos ativos até hoje, sempre que há um campeonato na região e a gente está indo da forma que dá, um ou dois e estamos tendo bons resultados. Os surfistas locais estão sempre buscando bons resultados. Enquanto potência do surfe estamos ativos, não deixamos de conquistar os títulos. No futuro queremos manter o ritmo de competir. A galera não deixou de correr atrás de seus sonhos, cada um com sua cautela, sua luta. Não deixamos a luta diária de buscar nosso reconhecimento. Vamos lutar sempre, para deixar viva essa bandeira da comunidade. Estou trabalhando também com a cultura local, que é fotografar e o surfe ainda está na minha vida, mesmo com todo o crime ambiental, tiro o meu sustento da praia, desde 2002. FGV_ILD_093

D: Os eventos de surfe foram prejudicados por conta da incerteza quanto à contaminação e diminuição dos patrocínios. FGV_ILD_093

3.2.4.6 Rede de Relações Sociais

Nesta seção encontram-se organizadas as narrativas e danos enunciados em campo que versam sobre as alterações sofridas por pessoas atingidas e seus grupos sociais em suas relações familiares, de amizade e trabalho. Formas de sociabilidade e relações interpessoais foram abaladas com o desastre, desencadeando diversos danos.

Conforme explicitado em trabalhos anteriores publicados pela FGV (FGV, 2020K; FGV (2020I; FGV, 2020m), é a partir da convivência familiar e comunitária que se estruturam redes formais e informais de apoio e solidariedade que produzem a sensação de segurança, o desenvolvimento psicossocial e a capacidade de resposta dos sujeitos diante de situações adversas. As consequências do desastre às relações sociais produziram, desse modo, efeitos como a fragilização de vínculos e a diminuição da sensação de bem-estar e alegria.

Destacaram-se durante as oficinas com atingidas e atingidos narrativas que fazem referência à diminuição dos momentos de encontro e sociabilidade, em muito ligados aos ambientes da praia, rios, estuários e lagoas¹²⁹. Um exemplo é o enfraquecimento do modelo de vida anterior ao desastre, mais coletivo e gregário, em transformação para um modelo mais restrito onde as pessoas têm circulado e se relacionado menos. A prática da visitação entre amigos e parentes, de acordo com as narrativas, também tem perdido força, colaborando para essa transformação. Tudo isso leva, algumas vezes, ao sentimento de abandono, solidão e tristeza nas comunidades e famílias.

Quando se trata das relações de trabalho, percebe-se que a interdependência, troca e solidariedade entre trabalhadores do mesmo ofício e de ofícios diferentes também têm sofrido modificações negativas diante do desastre. Isso abala relações de reciprocidade de prestações que são geradoras de vínculo social, como indica o antropólogo Marcel Mauss (1924). Nesse sentido, a socióloga Maria de Nazareth Baudel Wanderley aponta:

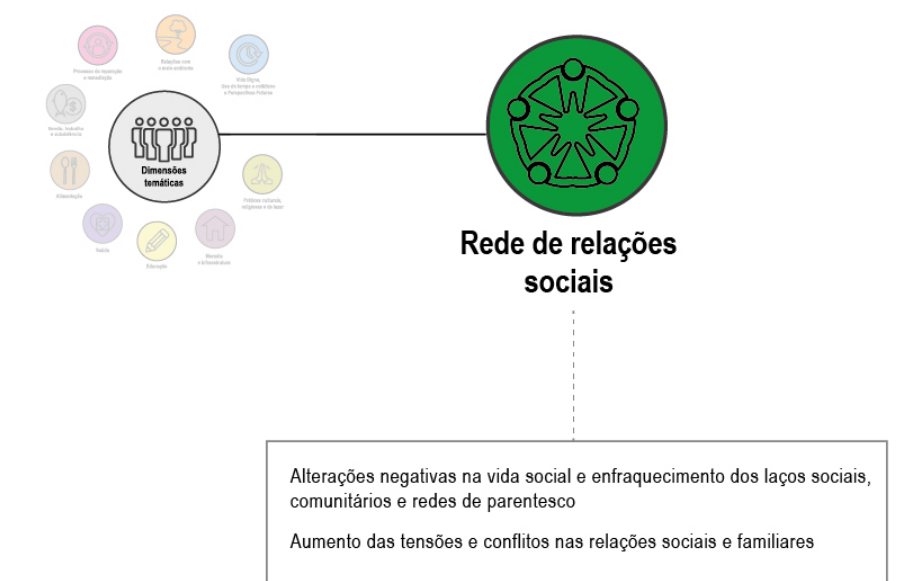
Para além da solidariedade que se manifesta ao nível real, da produção e da partilha de bens, há a registrar aquela de natureza propriamente simbólica, que a complementa e dá sentido à construção de uma identidade coletiva, expressa nos sentimentos de pertencimento, na partilha e transmissão dos saberes e na adesão a valores humanos compartilhados.

¹²⁹ A geógrafa Doreen Massey defende que o que dá especificidade a um lugar “não é uma história longa e internalizada, mas o fato de que se constrói a partir de uma constelação particular de relações sociais, que se encontram e se entrelaçam em um lócus particular” (MASSEY, 2000, p. 184). Lugares fornecem a condição básica para a convivência cotidiana, por sua vez, alimento das relações sociais (PEREIRA, 2019).

Ainda, no campo das relações sociais, verificou-se que o desastre contribuiu para a deflagração de conflitos, latentes ou inexistentes anteriormente, ensejados por relações sociais desiguais e acesso diferenciado de algumas localidades, grupos ou pessoas à reparação. Os conflitos ainda se relacionam com a desconfiança em relação às lideranças locais e ao aumento de conflitos familiares, sendo esse último sentido especialmente pelas mulheres atingidas.

As narrativas e danos alocados na dimensão temática Rede de relações sociais estão agrupados em duas formulações de danos socioeconômicos: (i) Alterações negativas na vida social e enfraquecimento dos laços sociais, comunitários e redes de parentesco e (ii) Aumento das tensões e conflitos nas relações sociais e familiares. Tais formulações orientam a organização desta seção em dois blocos de conteúdo, conforme demonstra a Figura 50.

Figura 50 — Dimensão temática rede de relações sociais: danos socioeconômicos associados



Fonte: Elaboração própria (2021).

3.2.4.6.1 Alterações negativas na vida social e enfraquecimento dos laços sociais, comunitários e redes de parentesco

Este dano socioeconômico está relacionado às descontinuidades ou enfraquecimento dos laços e das relações intergeracionais e ao esgarçamento dos vínculos sociais, comunitários e de parentesco, tendo sido provocado (principalmente, mas não exclusivamente) pelo comprometimento ou perda de espaços comuns destinados ao lazer e ao desfrute do tempo (como o rio e seu entorno), pelo comprometimento das sociabilidades e cooperações desenvolvidas em torno do trabalho, bem como por migrações relacionadas ao comprometimento das condições de vida.

Diversos relatos abordam a perda de momentos de sociabilidade entre membros de uma mesma comunidade e a diminuição de visitas de parentes e amigos em função do comprometimento dos espaços do rio, do mar e áreas em geral hoje consideradas contaminadas.

N: Todo ajuntamento familiar que existia tinha a ver com o rio, com a plantação. Essas coisas foram quebrando, não pode fazer esse ajuntamento, convidar os familiares, porque elas envolviam as áreas prejudicadas. FGV_ILD_098

D: Comprometeu a qualidade do nosso lazer e convívio junto com a família. FGV_ILD_098

N: Antes de 2015 nós tínhamos muitas visitas inclusive de familiares e amigos. Mas agora mesmo depois de muitos anos as pessoas falam que Regência morreu. FGV_ILD_104

D: Nossa renda caiu, desestruturou a família, tivemos que mudar temporariamente e voltar. FGV_ILD_104

N: O segundo elemento é que lá embaixo, ali que a gente chama nas quatro casas, depois que ocorreu o conflito devido à luta, não houve mais reuniões, espaços de lazer ou organizações diversas que nós fazíamos lá embaixo. As pessoas ficaram um pouco cismadas de reunir e, ao mesmo tempo, perderam o gosto de observar o rio. FGV_ILD_105

D: Enfraquecimento da organicidade do assentamento por conta dos conflitos provocados. FGV_ILD_105

Outra questão trazida recorrentemente em todas as oficinas realizadas em Linhares foi a perda da convivência e dos laços afetivos entre as pessoas das comunidades. Momentos como churrascos, trocas de ideias nas ruas e grupos de encontro entre mães

e crianças deixaram de existir depois da chegada da lama, o que reverbera no sentimento de perda de alegria, questão trazida especialmente por mulheres atingidas.

N: Eu falo por todos, a gente perdeu parente por não aguentar essa esparrela. Tirou tudo, tirou nossa alegria, nós éramos mais felizes, nós fazíamos churrasco, nós juntávamos toda a gente, cantava e brincava. Hoje mal se vê alguém passando na rua, e quando vê fala “oi” e acabou nossa alegria. [...]. FGV_ILD_092

D: Nós fazíamos churrasco, brincávamos, hoje quando nos encontramos na rua só nos cumprimentamos rapidamente. FGV_ILD_092

N: O desastre chegou aqui em Povoação dia 20 de novembro, quando chegou muita coisa mudou, tenho quase uma vida inteira na luta, os impactos, além do ambiental, foi os laços comunitários, não afetou só a renda e modo de vida, mas afetou de forma drástica esses: os laços afetivos. A gente tinha hábito de sentar nas calçadas e tocar violão, cumprimentar uns aos outros. Após o desastre tudo isso se rompeu, os muros estão cada vez mais altos, o assunto na rua é quanto você recebeu, porque ele recebeu e eu não, quando que vai sair o dinheiro. Aqueles laços que a gente perdeu de uma forma irreversível e a gente se vê perdido dentro da comunidade, a gente teve que aprender a lidar com muita coisa, teve que se reinventar. De uma forma que a gente tem que provar para as mineradoras quem nós somos, e assim perdemos nossa identidade, nossa vida própria, perdeu tudo. É um sentimento muito ruim, precisamos gritar pra mostrar quem eu sou, mostrar que a gente existe. FGV_ILD_104

D: Afetou nossos laços afetivos, tínhamos hábito de sentar nas calçadas, tocar violão. Hoje nos encontramos na rua e somente conversamos sobre a indenização. FGV_ILD_104

N: [...] Povoação não é mais como antes, as pessoas mudaram, não sentam juntas e não conversam mais nas calçadas. [...]. FGV_ILD_091

D: Houve quebra de relacionamentos e as lideranças ficaram enfraquecidas. FGV_ILD_091

Essas questões estão ligadas com o aumento dos conflitos dentro das comunidades após o desastre (conforme será tratado na próxima seção 3.2.4.6.2), e culminam no sentimento de que mesmo tentando seguir a vida olhando adiante, o desastre é um imperativo que está presente a todo o tempo na vida das pessoas e comunidades.

N: A gente não tem mais vida, não tem lazer, não posso sentar num lugar, porque uma pessoa vem e pergunta se não pode ajudar com a situação. É difícil, porque a gente quer sair do desastre, mas o desastre não sai da gente. Vejo meus filhos e falo: o que tem de curso faz, porque ninguém tira nosso conhecimento. A lama tentou tirar nosso melhor, mas nosso caráter e dignidade foi o que nos manteve em pé. FGV_ILD_104

D: Desestruturou muitas famílias, por diferenças no modo de pensar em como lidar com os danos. FGV_ILD_104

Para os moradores e moradoras da Avenida Beira Rio (Linhares / Sede), a perda dos espaços de convivência foi especialmente sentida durante o período que tiveram que se mudar de suas casas para apartamentos alugados. Além de todo transtorno material causado, houve a perda da convivência e sociabilidade em uma rua onde todos se consideravam “família”, uma “irmandade”. Atividades como o futebol, o bar, as festas e os aniversários, que tinham ainda os frutos da pesca local como elemento de socialização, foram interrompidas quando as famílias foram em sua maioria removidas para hotéis e moradias de aluguel em distintos locais da cidade. O sentimento narrado é de que a vida social e a felicidade acabaram.

N: Primeiro queria falar do aspecto coletivo, tínhamos uma Vila com bastante pessoas, e existia uma espécie de irmandade, aqui as coisas eram feitas na rua, a gente descia, participava interagia. Lembro também o barzinho lá em baixo, quantas vezes a gente ia no final da tarde tomar uma cervejinha num sábado à tarde. Nós tínhamos uma comunidade viva. FGV_ILD_092

D: Nós tínhamos uma comunidade viva. FGV_ILD_092

N: Nessa rua a gente frequentava a casa de todo mundo e todo mundo frequentava nossa casa. Até um time de futebol a gente tinha e fomos campeões e depois vice-campeões no campeonato de Linhares. A gente era muito unido, a rua toda. É uma coisa que a gente fala as pessoas acham que era fantasioso, mas era assim. Ela fazia festa e fechava a rua e fechava tudo, sem contar que essa galera cozinha super bem. E tem o rio que eles pescam, e também é a coisa, mais linda, liga o Rio Doce até a Lagoa Juparanã. FGV_ILD_092

D: A rua era segura, o pessoal fazia festas. Quando foi para o hotel separou todo mundo. FGV_ILD_092

N: A galera sempre fez muita festa, muita coisa, sempre com os frutos. Pegava camarão pitu e vendia muito. Era tudo capturado no rio, hoje ninguém pega mais nada. E quando saiu na rua eles [Fundação Renova] tiraram todo mundo da rua e deixaram só uma família, ela tinha um barzinho que a gente se reunia e eles ficaram, achei um absurdo, porque a onda de 5 m que ia vir, não ia pegar eles, e deixaram eles ali abandonados. Isso foi péssimo, péssimo, péssimo! FGV_ILD_092

D: A gente se reunia nos barzinhos da Vila. FGV_ILD_092

N: Na verdade, nossa rua é uma família, nos considerávamos um parente do outro. Minha mãe tinha um pequeno comércio, ela vendia cerveja e fazia uns petiscos e todo mundo vinha aqui no sábado e domingo. E aí, a Renova veio e tirou todo mundo e só ficou minha família, e outra família de uma senhora, aí te pergunto onde fica nossa vida social? O que a gente tinha na rua, a Renova simplesmente acabou, destruiu. FGV_ILD_092

D: A nossa vida social acabou, pois a Renova retirou todo mundo e não podemos voltar porque as casas estão inabitáveis. FGV_ILD_092

O sofrimento de tais perdas é trazido como mais intenso para as crianças, por não poderem mais exercer o lazer e descontração nesses locais e também pela diminuição de visitas de parentes e amigos. Elas perderam seus laços de sociabilidade e amizade, além dos espaços abertos onde podiam se divertir com outras crianças que hoje estão longe, situação que chega a acarretar problemas de saúde, como depressão (conforme abordado também na seção dedicada à Saúde — Seção 3.2.4.7).

N: Minha família é de Vitória, eles vinham para cá, visitavam o rio, a ilha. Além do sentimento do aconchego eles tinham o lazer. Hoje as crianças só podem tomar banho de mangueira, mas de qualquer forma a água também está contaminada. [...] FGV_ILD_098

D: A família deixou de vir nos visitar, pois perdemos o rio como um ambiente de lazer. FGV_ILD_098

N: Antes disso tudo acontecer, falar um pouco da minha infância, na nossa rua nossos pais tinham liberdade de deixar a gente na rua, eu aproveitei tudo isso, a gente brincava se divertia, era uma rua segura, do começo ao fim todo mundo era conhecido, todo mundo era amigo, o pessoal fazia festa aqui em baixo e lá em cima, tudo era alegria. E isso foi passando, mais pro final da minha infância, e no meio da infância de muitas crianças, isso aconteceu e foi cortado e a infância de muita gente, a minha infância foi cortada, crianças que era acostumada passar o dia na rua brincando, batendo na casa dos outros pra chamar para brincar, todo mundo junto. FGV_ILD_092

D: Era uma rua segura, hoje o povo tem medo. FGV_ILD_092

N: De primeiro as crianças brincavam de queimada, pique- esconde, era muita criança mesmo. Se fazia uma aniversário, lotava de criança. Meu menino de quatorze anos, se fechou, só engordou, se fechou, acabou ele fala assim “Mãe, não tenho mais amigo. Meus amigos foram tudo para lugar diferente”. FGV_ILD_092

D: Há crianças com depressão, pela perda da convivência que tinham antes. FGV_ILD_092

N: De um lado a gente vai para o apartamento, separa todo mundo, vai para hotel diferente e começa essa bagunça. O colega até enfartou com essa bagunça, minha vó isso mexeu muito com a cabeça dela, minha mãe que ficou doente com tudo que aconteceu por conta da minha vó, isso acabou muito mais com minha infância, na época eu tinha 16 e é um trauma que fica. Poxa, minha mãe tinha acabado de conquistar uma casa, e as pessoas vão lá e tira isso da gente, não só da gente, tira de todo mundo que estava na paz, feliz, tirou a infância de muita gente, tem criança hoje que é capaz de estar com depressão, porque era acostumado ficar na rua jogando bola e brincando, e hoje fica preso num prédio porque é capaz de um carro atropelar. Então não tem a liberdade que tinha na nossa Vila. FGV_ILD_092

D: Abalou a saúde das crianças, porque perderam a referência de seu lugar de vida. FGV_ILD_092

N: Nada que a Renova fizer vai trazer minha mãe de volta, nós de volta, isso é muito triste mesmo, entendeu? Eu tenho dó até das pessoas, por que quando a gente era criança ainda era mais feliz, nadava no rio, atravessava o rio nadando. Hoje não pode ficar mais ninguém lá em baixo que parece um fantasma. FGV_ILD_092

D. Era uma rua segura, hoje o povo tem medo. FGV_ILD_092

Outra questão apontada como um dano às relações sociais e geradora de alterações negativas no cotidiano foi a chegada de muitas pessoas de fora nas comunidades, tanto de pesquisadores, jornalistas e outros profissionais em busca de informações sobre o desastre, quanto de pessoas em busca de oportunidades.

N: A chegada da lama parecia Chernobyl, a quantidade repórteres, helicópteros, caminhões, desde o programa [de tevê] fantástico até programa do Ratinho, juntou cinco mil pessoas, grande quantidade de pessoas querendo especular sobre o que estava acontecendo. FGV_ILD_093

D: Quantidade enorme de helicópteros, repórteres, empresas, pesquisadores, muitas pessoas de fora que alteraram o cotidiano de Regência. FGV_ILD_093

N: A nossa comunidade após o rompimento da barragem aumentou muito. Estamos com um excesso de pessoas [...]. FGV_ILD_086

D: Aumento de pessoas estranhas na comunidade. FGV_ILD_086

N: Também gerou muito distúrbio na comunidade, seja por pesquisadores que passaram a frequentar e pessoal das empresas, seja por pessoas que vieram em busca de dinheiro da indenização. Aumentou a violência, criminalidade, o uso de drogas e alcoolismo. FGV_ILD_093

D: Maior quantidade de pessoas de empresas e pesquisas circulando na comunidade alterou a dinâmica dos moradores locais. FGV_ILD_093

A chegada de pessoas de fora aumentou a população nas comunidades da foz do Rio Doce — especialmente em Povoação e Regência — gerando transtorno para os moradores e moradoras antigos, conforme também será abordado na Seção 3.2.4.9.7. Segundo os relatos, aumentaram os casos de roubos. A tranquilidade de se andar despreocupadamente na rua e dormir com a porta aberta se perdeu, o que contribuiu para o afastamento entre as pessoas e uma insegurança generalizada que leva ao sofrimento e abalo psicológico.

N: A questão da migração trouxe sim um transtorno, perturbou, porque não temos mais a autonomia de dormir com a porta aberta ou esquecer algo no carro e no outro dia ver que está lá no mesmo lugar. Causa transtorno psicológico aos moradores, principalmente os mais antigos, porque havia mais estabilidade. FGV_ILD_090

D: Não se pode dormir de porta aberta como antigamente. FGV_ILD_090

N: Acho que foram trazidas questões muito interessantes, mas sinto falta também das alterações nas relações das pessoas, as relações interpessoais, vem a insegurança e a falta de segurança pela quantidade de pessoas que estão vindo para cá. Isso muda nossas relações e falta confiança. FGV_ILD_097

D: Mudaram as relações interpessoais de maneira inimaginável, devido à busca pela indenização e à chegada de novas pessoas, com novas culturas e visões de mundo. FGV_ILD_097

N: O que mudou nas nossas vidas? Mudou muita coisa, mudou drasticamente. O tráfico de drogas aumentou, a segurança pública desapareceu e hoje temos muitos relatos de roubos. Muitas pessoas estranhas na comunidade, a pessoa vem para cá para tentar ganhar auxílios e indenização. [...] Mas minhas coisas podem sumir, porque não temos segurança nenhuma. Isso mudou drasticamente. Quando a gente chama a polícia, eles demoram mais de dez anos para chegar. Muitas vezes nem vem, porque falam que a condição da estrada não permite. FGV_ILD_086

D: Aumento de pessoas estranhas na comunidade. FGV_ILD_086

N: Eu saía com dinheiro de um local para outro e nada acontecia comigo. Hoje está muito perigoso. FGV_ILD_090

D: Aumento de criminalidade, uso de drogas e alcoolismo. FGV_ILD_090

Um outro ponto narrado foi que a falta de alternativas para geração de renda da população em geral, ocasionada pelo comprometimento de setores como pesca e turismo, levou algumas pessoas a terem que migrar em busca de outras oportunidades, como pontuado nas seções 3.2.4.3 e 3.2.4.5. A falta de trabalho afeta principalmente os jovens e leva à evasão das comunidades, o que gera tristeza para os que ficam.

N: O trabalho é o mais difícil na comunidade, se não tem o turismo a economia não gira. E o que muda na comunidade é não ter segurança de ter um emprego e não poder investir por insegurança. Hoje falta emprego e tem havido muita evasão em busca de trabalho fora da comunidade. Os jovens sofrem mais com falta de trabalho e acabam saindo mais da comunidade. E na comunidade ficam os mais velhos e os oportunistas que vieram em busca das indenizações. FGV_ILD_097

D: Com a chegada da lama houve evasão das pessoas da comunidade, em especial dos jovens, para trabalhar fora. FGV_ILD_097

N: Os filhos não têm mais a liberdade de viver na rua como antes. A nossa comunidade ficou frágil. Muitos moradores foram embora porque acabou tudo. FGV_ILD_086

D: Os filhos não têm mais a liberdade de brincar e andar na rua que tinham antes. FGV_ILD_086

As relações sociais associadas aos ofícios e trabalhos realizados em formato de mutirão para atividades como fazer uma laje ou reformar a escola da comunidade deixaram de acontecer. Essa interrupção foi relacionada por pessoas ouvidas pela FGV, ao aumento da monetarização no local, resultado do dinheiro da reparação, que gera perda de vínculos de solidariedade.

N: Quando a gente fala que perdemos a rede de solidariedade e colocamos a doação do peixe parece que é pouco, mas isso só retrata tudo que perdemos. Perdemos também os mutirões para fazer uma casa, uma laje, mutirão na escola. Hoje as pessoas só querem receber, ficou tudo capitalizado no dinheiro. Não conseguimos mais ter as redes de solidariedade, nem sequer um bom dia. Até parece que é outra comunidade, perdemos essa proximidade, perdemos a troca afetiva. O participar do bem comum acabou. FGV_ILD_097

D: Estamos vivenciando perda de solidariedade entre as pessoas, pois antes havia mutirões para o trabalho, doações de peixes pelos pescadores e isso acabou. FGV_ILD_097

N: Antes aqui a gente fazia um mutirão com amigos, pais, familiares, e a gente fazia uma reforma na escola. FGV_ILD_086

D: Os moradores hoje se sentem menos estimulados a contribuir com a manutenção da estrutura da escola. FGV_ILD_086

Também foi apontada a perda de laços de solidariedade que envolviam a doação do pescado para comunitários, questão trazida também na Seção 3.2.4.3.8 e que se relaciona ainda com a proibição da pesca.

N: Havia muita ligação entre as pessoas, pensavam mais uns nos outros, doavam peixes, se ajudavam, tinha uma rede de solidariedade entre as pessoas. FGV_ILD_097

D: Precisamos de união para avançar na resolução dos nossos problemas. FGV_ILD_097

N: A gente costumava dar, mesmo, os peixes para as pessoas no porto. Antes eu tomava banho no rio com roupa e tudo. E depois trabalhava à tarde com a roupa molhada. FGV_ILD_098

D: Nosso excedente da pesca era doado a comunidade quando chegava no porto, era um gesto de solidariedade e hoje não acontece mais. FGV_ILD_098

O enfraquecimento dos laços sociais associado ao processo de reparação em curso e aumento da monetarização das comunidades é sentido também como perda de identidade, de uma essência do que antes unia as pessoas, que agora estão tão preocupadas com questões financeiras que acabam por minimizar a importância de outros vínculos e afetos.

N: Vejo muito Regência nessa imagem, uma comunidade simples. Hoje mudou depois das indenizações as pessoas perderam a sua essência por conta de indenizações. As pessoas se preocupam com a indenização individual, mas não pensam como vai ficar o meio ambiente, a saúde etc. FGV_ILD_097

D: Todo esse processo tem levado as pessoas até perderem a sua essência, a sua humildade, por causa de uma indenização que é pouca. FGV_ILD_097

N: Hoje a Regência que está aí não é mais a mesma, não temos segurança, água, segurança alimentar. O desastre derramou uma tabela periódica dentro do rio e tirou nosso modo de vida e trouxe muita ganância. Tem um sentimento de melancolia e tristeza, pois estamos todos em Regência há muito tempo e estamos vendo muita insegurança alimentar, insegurança hídrica, insegurança com a saúde e mudança nas relações interpessoais de forma inimaginável. FGV_ILD_097

D: Nós valorizávamos o ser e não o ter, as pessoas chamavam para comer, para beber. As pessoas não se reconhecem mais no outro. FGV_ILD_097

N: O lugar em si não tem mais a mesma beleza e harmonia em relação à natureza. Então assim, mudou tudo. A gente não consegue nem lembrar como era antes, porque o agora é tão doído nos chicoteia tanto. Como a companheira falou, você sai na rua e não tem outros assuntos, o pensamento no dinheiro. FGV_ILD_104

D: Hoje o engajamento das pessoas na vida comunitária, acontece por interesse pessoal, devido ao desastre. FGV_ILD_104

3.2.4.6.2 Aumento das tensões e conflitos nas relações sociais e familiares

Esse dano socioeconômico está relacionado ao surgimento e/ou ao aumento de tensões e conflitos sociais e intrafamiliares em razão de situações diversas reputadas ao desastre que suscitaram brigas e discussões entre colegas de trabalho, amigos, vizinhos, parentes e casais (dentre outras relações interpessoais) podendo ter levado, inclusive, à ruptura desses laços mediante inimizades e separações.

A desestruturação das redes de relações que eram mais integradas e harmônicas antes do desastre têm como consequência uma série de tensões e conflitos nas relações sociais e familiares locais. Há diversos relatos que contam como a desestabilização das relações na comunidade geram embates e hostilidades que passam a ser mais frequentes no cotidiano.

Conforme trazido na seção anterior (3.2.4.6.1), muitos desses embates se relacionam com o próprio processo de reparação. A desestruturação dos laços afetivos familiares e comunitários e a perda de sociabilidade são associadas, por grande parte das pessoas atingidas ouvidas pela FGV, à centralidade que o dinheiro advindo da reparação ganhou no cotidiano. Ao mesmo tempo, nem todos foram reconhecidos como atingidos e tiveram acesso aos auxílios, ou tiveram valores diferentes considerados pelas empresas, o que gerou esgarçamento de relações e muito tensionamento social.

N: E a gente é julgado o tempo todo pelas pessoas, por mais que tenha a mesma vivência, eles olham, acusam e zoam. Pois muitos receberam e outros não. Meu marido mesmo demorou a ser ressarcido e assim, entre eles próprios ficam “cicrano recebeu mais”, “aquele não recebeu”, e isso causa uma intriga dentro da comunidade pequena, é muito triste.
FGV_ILD_104

D: Hoje existe atrito na comunidade porque algumas pessoas disputam espaços no processo de reparação. FGV_ILD_104

N: Houve muita gente que não foi reconhecida e outras sim e isso acabou gerando um afastamento entre as pessoas. FGV_ILD_098

D: O desgaste do reconhecimento gerou conflitos entre as pessoas.
FGV_ILD_098

N: Tem pessoas dentro da mesma casa que um recebe e outro não. Nos tornamos inimigos dentro da comunidade. Hoje não dão mais um bom dia e sim perguntam quanto você recebeu? Tiram tudo da gente, nossas crenças, nossos valores. FGV_ILD_091

D: Hoje os grupos já não sentam juntos. FGV_ILD_091

Esses embates começaram juntamente com o rompimento da barragem. A chegada da lama de rejeitos na foz do Rio Doce e a consequente restrição da navegação no rio e a proibição da pesca no mar trouxeram conflitos imediatos entre pescadores e pescadoras. Muito disso adveio do fato da Samarco, e posteriormente a Fundação Renova, em um primeiro momento, fornecer o auxílio emergencial somente para os

pescadores “com carteira” (com RGP ativo¹³⁰), deixando grande parte dos profissionais desse setor (informais¹³¹) sem acesso aos seus meios de sobrevivência nem ao AFE.

N: Quando falaram que a barragem estourou em Mariana, as notícias que chegavam era que ia chegar um mar de lama e ia acabar com Povoação, um tsunami de lama. Nós que tínhamos material de pesca na beira do rio arrancamos tudo. Houve aquele desespero. Aí, chegou uma empresa para coletar espécies de peixes nativos no rio. Depois chegou a empresa [Samarco] dizendo que pescadores de carteira seriam reconhecidos. Aí começou muita gente se revoltou, houve muita intriga e discussão. Começaram a brigar para todos serem reconhecidos, pois tem muita informalidade e a Samarco dizia que não tinha direito. FGV_ILD_091

D: Logo após o rompimento, apareceu a empresa [Samarco] categorizando os pescadores e gerando conflitos. FGV_ILD_091

N: O fato de uns receberem e outros não gerou conflitos entre os vizinhos. FGV_ILD_093

D: Surgiram conflitos nas comunidades em função da chegada da lama e do processo de reparação. FGV_ILD_093

A questão do não reconhecimento de trabalhadores informais em geral foi muito questionada e debatida durante os primeiros anos do processo de reparação. Em relação à pesca, havia o entendimento da insuficiência e injustiça dos critérios adotados pela Samarco, e posteriormente pela Fundação Renova, para acesso ao auxílio emergencial e indenização. Visando possibilitar uma alternativa para a questão, a Fundação Renova criou o Programa Pescador de Fato, com objetivo de reconhecer os pescadores e pescadoras informais na bacia do Rio Doce e litoral capixaba, e foi feito projeto piloto do Programa em Regência, Povoação e Conselheiro Pena (MG). Porém, conforme demonstrado por estudo da FGV (2020b), o Piloto trouxe novos imbróglis no processo de reconhecimento dos pescadores e pescadoras atingidos, aprofundou conflitos pré-existentes e gerou novos desgastes e tensões entre as pessoas desse setor.

N: O descumprimento da Fundação Renova do projeto Pescador de Fato trouxe muito conflito na comunidade, as pessoas que lideram ficaram desgastadas. A comunidade acusou os elaboradores do Pescador de Fato de favorecer só os seus, isso não é verdadeiro e até hoje meus familiares não foram reconhecidos e a própria liderança da pesca não teve todos os seus danos reconhecidos. FGV_ILD_091

¹³⁰ Ver nota de rodapé 125, em Renda, Trabalho e Subsistência.

¹³¹ Conforme tratado em estudos anteriores da FGV (2020b; 2020k) a informalidade é traço marcante do setor pesqueiro na bacia do Rio Doce e litoral capixaba, bem como em todo o Brasil.

D: Conflitos gerados na comunidade pelo Projeto de Pescador de Fato.
FGV_ILD_091

N: O projeto Pescador de Fato criou muito conflito até de quem não tinha representatividade. A colônia foi questionar o Pescador de Fato, mas não tem a representatividade dos pescadores informais e não fez nada para ajudar a ter o RGP [Registro Geral da Pesca]. A falta de conhecimento fez as pessoas arrumarem conflito onde não tinha. Devia ter unido forças para ajudar no reconhecimento e não questionar os pescadores sem carteira, informais. FGV_ILD_091

D: Conflitos gerados na comunidade pelo Projeto de Pescador de Fato.
FGV_ILD_091

Outros grupos além da pesca também relataram conflitos sociais advindos do processo de reparação. No caso dos surfistas, as narrativas indicam que a Fundação Renova gerou tensão entre os praticantes da atividade, relacionadas especialmente ao não reconhecimento (que será abordado na Seção 3.2.4.9.6) e às diferentes formas de entendimento sobre como lidar com os danos sofridos. Além disso, propostas e financiamentos para realização de campeonatos em algumas praias em detrimento de outras, sem participação dos atingidos e atingidas nessas decisões, também causaram desgastes.

N: Também houve distúrbios nas relações entre os surfistas, em função de entendimentos diferenciados sobre a situação gerada. FGV_ILD_093

D: Surgiram conflitos nas comunidades em função da chegada da lama e do processo de reparação. FGV_ILD_093

N: Outro dano foi que a Renova sequestrou a nossa fortaleza que era a realização de campeonatos. Nos colocou em lugares opostos porque ofereceu realização de campeonatos em alguns locais em detrimento de outros. Gerou conflito social para todo mundo. FGV_ILD_093

D: Surgimento de atritos nas associações e pessoais entre os surfistas pelos diferentes entendimentos de como lidar com os danos sofridos e com a atividade do surfe após o desastre. FGV_ILD_093

N: A Renova gerou tensão no plano das relações pessoais e institucionais, e colocou surfista contra surfista, irmão contra irmão. Disse que não tínhamos direito em nada e por isso veio com uma ajuda, entre aspas, para podermos realizar um campeonato, mas na verdade sem amparo nenhum, o que gerou o confronto. FGV_ILD_093

D: Surgimento de atritos nas associações e pessoais entre os surfistas pelos diferentes entendimentos de como lidar com os danos sofridos e com a atividade do surfe após o desastre. FGV_ILD_093

Ainda foi relatado o surgimento de conflitos entre surfistas e pescadores em função das distinções quanto ao reconhecimento, sendo que antes eram grupos que se ajudavam e partilhavam informações e o próprio uso do espaço aquático dos balneários da foz do Rio Doce.

N: Sempre tivemos relação amistosa com os pescadores. Eles nos falavam as condições do tempo. Com a internet nós complementávamos as informações com eles. Com a chegada da lama esta dinâmica foi abalada, pois os pescadores foram encarados como profissão de valor e os surfistas não. E pelo fato de quisermos reconhecimento fomos acusados de oportunistas. ^{FGV_ILD_093}

D: Surfistas e pescadores tinham relação muito próxima e amistosa, e o rompimento da barragem prejudicou essa relação. ^{FGV_ILD_093}

Assim como pessoas atingidas ligadas ao surfe, outros grupos sociais ouvidos pela FGV de diferentes locais de Linhares também entendem que há uma intenção de geração de conflitos nas ações de reparação e remediação, seja da Samarco, da Fundação Renova e de parte dos advogados que passaram a atuar após o início do sistema Novel (ver Seção 3.2.4.9). Pessoas atingidas entendem que essa seria uma estratégia para enfraquecimento de formas de organização social locais, visando o não reconhecimento de todos os direitos violados pelo desastre e a culpabilização dos próprios atingidos pelos danos sofridos e confusões ocorridas.

N: Outra coisa é o enfraquecimento da organicidade do assentamento, justamente por causa das intrigas e desses conflitos provocados, inclusive quando nós vamos fazer determinado tipo de ação para preservar as lagoas, geralmente as equipes de diálogo parece que provocam essa discórdia, há uma necessidade desse enfraquecimento organizativo para que as famílias não tenham claro os seus direitos. ^{FGV_ILD_105}

D: A Samarco e os alguns advogados de fora da comunidade jogam as pessoas da comunidade uns contra os outros, culpabilizando as famílias pelo ocorrido. ^{FGV_ILD_105}

N: As empresas causam conflitos e discórdias de forma intencional na comunidade. ^{FGV_ILD_090}

D: As empresas causam conflitos e discórdias na comunidade em relação a enquadramento para a indenização. ^{FGV_ILD_090}

N: Para complementar, não só a Samarco, mas também alguns advogados criam conflitos na comunidade, porque a partir do momento que houve o rompimento, a Samarco, o trabalho dela é colocar família contra família, jogando a culpa nas famílias e não em quem realmente provocou toda essa tragédia. ^{FGV_ILD_105}

D: A Samarco e os alguns advogados de fora da comunidade jogam as pessoas da comunidade uns contra os outros, culpabilizando as famílias pelo ocorrido. ^{FGV_ILD_105}

Os conflitos gerados pelas empresas responsáveis pelo processo de reparação dizem respeito não só aos grupos sociais atingidos, mas também reverberam entre as próprias localidades. Regência e Povoação, localizadas ambas na foz do Rio Doce, possuem algumas rixas históricas (relatadas na primeira narrativa a seguir). Porém, após o desastre, houve um reconhecimento de Regência como comunidade atingida da foz do Rio Doce, o que não ocorreu em um primeiro momento para Povoação. Isso acentuou conflitos entre as comunidades, atenuados apenas por laços de solidariedade entre pessoas atingidas.

N: Eu sou nativa de Povoação, desde que me conheço por gente sou daqui. A nossa história voltada a Regência e Povoação é muito engraçada. Nós somos descendentes dos botocudos e tupiniquins, e sobre a pesca, a gente não podia pescar do outro lado, e nem eles podiam vir pra cá. Tinha essa rivalidade na pesca. Em 2015 tava uma briga terrível entre Povoação e Regência, na época o rio tava muito assoreado, a gente tava vivendo uma crise terrível. A gente recebia cesta básica e até roupa que o pessoal da universidade trazia. E Regência queria abrir a boca do rio do lado deles, para o rio ter vazão e eles pescarem em alto-mar. Aqui como a pesca é artesanal, a gente não tem embarcação pra ir pro alto-mar, a gente pesca no canal da beira, e assim a gente não aceitava e começou esse conflito. A gente brigava para não pescar um do lado do outro, mas juntamos para unir força no conselho da foz, para conseguir coisas para as duas localidades. Mas com a chegada da lama, mudou todo contexto da história, Regência era reconhecida e Povoação não. Aí começou uma briga para mostrar que a gente era reconhecido, mesmo com o rio dividindo as localidades, dois cenários diferentes, a gente precisava de tratamento diferenciado. Aí Regência teve duas vagas no conselho consultivo, para representar pesca e área produtiva. Foi onde Regência propôs nos ceder uma vaga, e como teve muito problema dentro de Povoação para essa vaga, o próprio governo me indicou para participar. Daqui pra cá virou esse pesadelo. ^{FGV_ILD_104}

D: Trouxe muita divisão na comunidade e a relação ficou pesada, doída. ^{FGV_ILD_104}

N: Com a chegada da lama toda história mudou, até a briga com Regência teve que acabar para se lutar e ver o que podia ser feito. Mas Povoação não era reconhecida, tudo era só Regência e isso era só a ponta do iceberg. [...] ^{FGV_ILD_091}

D: Chegada de novos pescadores na Vila interessados pela indenização. ^{FGV_ILD_091}

Conforme trazido na seção anterior, atingidas e atingidos sentem que seu cotidiano foi sequestrado pelo desastre, gerando conflitos e desgastes entre comunitários. Essa

questão se relaciona ainda ao impacto à saúde mental da população (ver Seção 3.2.4.7).

Também foram trazidos muitos relatos de conflitos comunitários relacionados ao enfraquecimento e desconfiança com lideranças locais. As narrativas abordam casos de perseguição, humilhação e xingamentos. Há certo entendimento de parte das pessoas atingidas que transfere a responsabilidade pelos danos causados pelas empresas (em decorrência do desastre e do processo de reparação em curso) às lideranças comunitárias. Relatos apontam que essa questão é disparadora de sofrimento profundo para quem se dispõe a estar à frente dos processos em busca de soluções coletivas. Um relato ainda destaca o aumento da intolerância religiosa, relacionada à discriminação de liderança em função de sua crença.

N: As pessoas deixaram de confiar no trabalho das lideranças e no caráter, algumas pessoas nos chamam de ladrão e assassinos como se nós fossemos responsáveis pelo desastre. As pessoas passaram a brigar muito e duvidar dos nativos, muitas coisas se perdendo. A lama mudou toda história de Povoação, pessoas chegando para querer ser pescador, pescadores perdendo a identidade. E muita coisa se perdendo. FGV_ILD_091

D: Houve quebra de relacionamentos e as lideranças ficaram enfraquecidas. FGV_ILD_091

N: Não foi nós que provocamos nada, a gente só quer uma forma digna de reconhecimento, é um sentimento muito ruim, não gosto de estar mencionando, trouxe muita divisão, cada vez mais tem mais lideranças que são levantadas e vamos perdendo nosso território e identidade. FGV_ILD_104

D: Houve diminuição da segurança pessoal das lideranças. FGV_ILD_104

N: As pessoas só querem receber, mas não sabe a dificuldade para dar legitimidade a todo esse processo. São muitos conflitos, houve muita quebra de relacionamentos e as lideranças ficaram muito enfraquecidas. Hoje o maior desafio é unir as comunidades e resgatar os laços que foram rompidos. Todo lugar que eu passo falo que o desastre social é três vezes maior que o ambiental. FGV_ILD_091

D: Houve quebra de relacionamentos e as lideranças ficaram enfraquecidas. FGV_ILD_091

N: A discriminação aconteceu de forma geral, muitos conflitos e muita perseguição com as lideranças. FGV_ILD_091

D: Houve quebra de relacionamentos e as lideranças ficaram enfraquecidas. FGV_ILD_091

N: Os conflitos atingiram até a imagem pessoal na religiosidade. Havia o julgamento dizendo que “a pessoa diz que é crente e quer atrapalhar os outros”. Aumentou a discriminação religiosa, me senti muito ofendido com a forma com que era tratado. FGV_ILD_091

D: Aumento da discriminação religiosa. FGV_ILD_091

Ressalta-se que parte significativa dos relatos que abordam esse tema foi trazida por mulheres, revelando também o machismo estrutural presente na sociedade que as leva a serem mais facilmente culpabilizadas, cobradas e agredidas. Para essas mulheres que insistem na participação em espaços coletivos e se destacam enquanto lideranças, além de todos os desafios colocados, há ainda o aumento de conflitos dentro da família, seja por dificuldade do marido aceitar que ela passará mais tempo fora de casa em reuniões, seja pelo sofrimento ao ver os filhos sentindo sua ausência diante das responsabilidades assumidas, o que aprofunda também danos à saúde mental.

N: Teve uma história que me machuca muito, onde eu vi gente da minha comunidade me chamando de assassina, gritando “tira essa assassina daí” como se eu tivesse criado essa situação. Eles não conseguiam diferenciar e entender como a gente também sofre com isso. Foram muitas situações, mas o que nos mantém firme é confiança que tem de um lado por outro, foram vários projetos que compartilhamos e aprendemos, como o Tamar, a gente tinha essa história de convivência. Só quero deixar registrado da importância de enfrentar nossas próprias limitações, nossos medos, só a gente sabe o que passa nas madrugadas. Até hoje temos contatos com as lideranças de Regência, a gente que é mulher sofre em todos aspectos. Outra frase que me marcou muito, além de ser chamada de assassina, foi do meu filho que perguntou “mamãe, quando você vai ter um tempinho pra nós, estamos sentindo falta da senhora”. FGV_ILD_104

D: Dedicamos muito tempo no processo de reivindicar a reparação e não temos tempo para ficar com os filhos e outros membros da família. FGV_ILD_104

N: Eu quase me separei do meu marido, pois temos uma roça e sempre briguei para receber indenização, e apesar da Renova reconhecer, não queria me pagar; e meu marido queria vender e eu não queria, e isso gerou um problema muito sério dentro do casamento. Sem falar nas viagens que tem que ir [por conta do processo de reparação], eu ainda tenho sorte do meu marido sempre ser compreensível nesse aspecto, mas para o homem entender que você tem que ficar fora por conta das reuniões é sofrido. Foi transferido para mulher uma carga energética e psicológica, um sofrimento, se você não tiver muita força e fé em Deus para continuar, você deixa uma segunda tragédia que é o destroçamento como fêmea, como mãe, como mulher e só resta uma cartela de remédio. FGV_ILD_104

D: Desestruturou muitas famílias, por diferenças no modo de pensar em como lidar com os danos. FGV_ILD_104

N: Perdemos muitos familiares, não do desastre, mas em decorrência do desastre. O sentimento que tenho é de vazio. Foram muitas noites trancada no quarto, a gente acusada de roubo, de desvio, de muita coisa (emoção, voz embargada) e a gente pede a Deus pra dar força, porque não posso desistir. É desafiador demais. FGV_ILD_104

D: Perdemos nossos parentes. FGV_ILD_104

Em relação aos conflitos familiares, foi destacado também que houve aumento de brigas entre casais associadas à ociosidade imposta especialmente aos homens pela proibição da pesca e de outras atividades produtivas antes realizadas. Se para os homens isso representou, entre outras questões, sofrimento profundo e aumento de casos de alcoolismo e depressão (ver Seção 3.2.4.7), para diversas mulheres se converteu em aumento de tensões intrafamiliares e violência doméstica, explicitando mais uma vez a desigualdade de gênero presente na sociedade que se expressa e aprofunda em situações de desastre, vulnerabilizando ainda mais grupos já vulnerabilizados¹³².

N: Eu e meu esposo quase separou por conta desse desastre, tive que ir a São Paulo, fiquei lá um tempo, pois não tinha renda, não tem como se manter. Hoje meu marido está na Bahia, porque ele não consegue não pescar, é a vida dele pescar. E ele não tem como pescar aqui, a gente não consegue vender e nem comer o peixe. FGV_ILD_104

D: Desestruturou muitas famílias, por diferenças no modo de pensar em como lidar com os danos. FGV_ILD_104

N: O quarto dano é a família. As famílias se separaram, tem muita discussão, muito conflito. O dano familiar foi o que mais prejudicou Povoação, por conta do tempo ocioso. O pescador muito dentro de casa, sem ter o que fazer. O “desocupamento” do pescador dentro de casa causa dano, conflito. FGV_ILD_091

D: A falta de atividades do pescador causa conflitos familiares e separações. FGV_ILD_091

N: Teve um ano que perdi minha mãe, e ela questionava muito pois meu pai parou e ficava em casa e eles brigavam muito. A gente que é mais novo consegue passar por cima, mas para como pedir para o idoso mudar. Porque meu pai passava quase 24h no rio, e de repente

¹³² Estudo da FGV (2021a) sobre a violência doméstica contra as mulheres atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão indica, a partir de dados secundários, que há indícios de aumento da violência doméstica nos municípios atingidos, e ainda aponta que: “Os estudos sobre desastres e suas consequências socioeconômicas e ambientais há décadas refletem sobre como as vulnerabilidades preexistentes a esses eventos podem agravar os impactos sofridos. Populações social ou economicamente vulneráveis tendem a ser mais gravemente afetadas por desastres, a exemplo de comunidades tradicionais, idosos, pessoas portadoras de deficiências, crianças e mulheres (GEARHART et al., 2018; ENARSON e FORDHAM, 2000). Diversos estudos conduzidos internacionalmente apontaram que os desastres aumentam a sobrecarga doméstica de mulheres, agravam quadros de saúde mental, aumentam índices de violência doméstica e comunitária contra mulheres e, ainda, podem dificultar ou inviabilizar a denúncia dessas violências” (FGV, 2021a, p.13).

ele ficou dentro de casa só reclamando, e começaram a brigar muito, virou uma rotina. E minha mãe foi para Linhares vomitando e não voltou mais. E hoje meu pai tem depressão, já perdeu 40Kg, e até hoje não sei o que lidar com isso, oferecer para ele, é muito difícil. FGV_ILD_104

D: A permanência em casa, devido à redução do trabalho e renda trouxe mais conflito na convivência da família. FGV_ILD_104

Por fim, atingidas e atingidos ouvidos pela FGV destacam o surgimento de novas disputas por espaços de poder em função do processo de reparação em curso. Este, causa tensões e abre caminho para lideranças que têm interesses individuais e fazem apropriação indevida de espaços coletivos (conforme será abordado na seção dedicada ao Processo de reparação / remediação), o que torna a convivência comunitária mais tumultuada e o cotidiano mais pesado.

N: Antes para conseguir ajuda para um morador, projeto social, você não via ninguém, era difícil engajar as pessoas para ajudar. Hoje não, você vê as pessoas querendo mostrar que estão fazendo tudo, que entendem da comunidade. Até outro dia elas não estavam nem aí pra nada e nem ninguém. Dentro desse processo gritou por legitimidade e algumas pessoas se apropriaram e isso não condiz a elas, gerando atrito, porque todos querem poder, todos querem falar, e até outro dia ninguém falava nada. Então antes a gente tinha uma vida bem melhor, o turismo fluía melhor. O negócio tinha muito mais condição de trabalhar. O que tinha lá trás não era o mesmo, a gente teve que se reinventar, o cotidiano era muito mais tranquilo, hoje ficou tudo tumultuado e pesado. Hoje não tem mais as mesmas amizades, não pode ter um deslize que as pessoas se apropriam dele [...]. FGV_ILD_104

D: A vida cotidiana ficou pesada. FGV_ILD_104

D: Hoje existe atrito na comunidade porque algumas pessoas disputam espaços no processo de reparação. FGV_ILD_104

N: Antes tinha dificuldade de achar voluntário para ajudar nos projetos, hoje todo mundo quer ajudar, todo mundo quer estar com a cara na frente, ser liderança. Fica levantando falsas lideranças, que veio com a lama, pois querem tomar para si em sentido pejorativo. FGV_ILD_104

D: Hoje o engajamento das pessoas na vida comunitária, acontece por interesse pessoal, devido ao desastre. FGV_ILD_104

3.2.4.7 Saúde

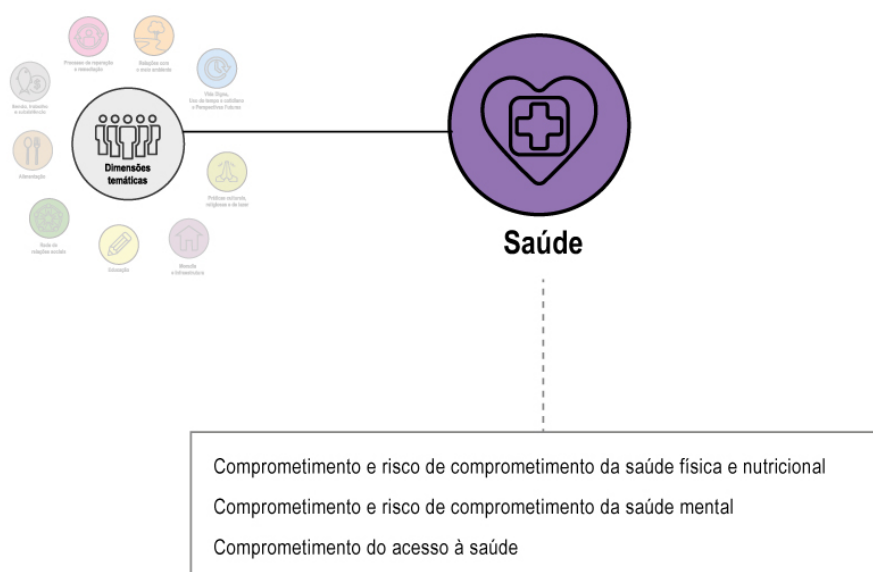
A abordagem utilizada para esta dimensão temática parte da noção de saúde firmada na Constituição Federal Brasileira de 1988 como um direito social fundamental à dignidade humana (BRASIL, 1988), não sendo limitada ao acesso a serviços médicos assistenciais ou medicamentos. Orienta-se também pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que vê a saúde como o completo desenvolvimento físico, mental e bem-

estar social, que não restringe a saúde à ausência de doenças e sim ao estado pleno do ser em todos os aspectos da vida.

Na Seção 3.2.1.6 são apresentadas, de forma aprofundada, as relações entre a presença dos contaminantes (EPT), seja pela disponibilização e/ou redistribuição desses elementos ao meio ambiente promovido pelo rompimento da Barragem de Fundão, e as consequências negativas à qualidade e saúde desses ambientes e das pessoas que ali vivem e os utilizam. No texto ainda são destacadas informações quanto ao aumento na variação de incidência de agravos a partir de uma avaliação do impacto à saúde da população atingida realizada pela FGV (2021g), a partir da análise de dados do Datasus que avaliou informações sobre agravos registrados entre 2005 e 2019 para 45 municípios atingidos pelo rompimento em comparação com um grupo de municípios controle, não atingidos pelo desastre.

Para a foz do Rio Doce, as narrativas e danos enunciados em campo e alocados na dimensão temática Saúde apresentam uma gama de exposições, sintomas e agravos relacionados ao desastre, e estão agrupados em três formulações de danos socioeconômicos: (i) Comprometimento e risco de comprometimento da saúde física e nutricional, (ii) Comprometimento e risco de comprometimento da saúde mental, e (iii) Comprometimento do acesso à saúde, conforme apresentado na Figura 51.

Figura 51 — Dimensão temática Saúde: danos socioeconômicos associados



Fonte: Elaboração própria (2021).

3.2.4.7.1 Comprometimento e risco de comprometimento da saúde física e nutricional

Sofrem esse dano as pessoas atingidas que ficaram sujeitas ao risco ou desenvolveram doenças que comprometeram seu estado de saúde físico e nutricional após o desastre.

Em relação às alterações na saúde física e nutricional das pessoas atingidas pelo desastre no município de Linhares, as narrativas colhidas nas oficinas tratam de menções a diferentes doenças e agravos que podem estar relacionados com os fatores de exposição como contato com a água, ingestão de água e pescados. Dessa forma, os danos percebidos pelas pessoas atingidas são apresentados em dois blocos: (i) Fatores de Exposição indicados nas narrativas; e (ii) Doenças e agravos indicados nas narrativas.

Fatores de exposição indicados nas narrativas

As narrativas registradas em campo revelam que atingidos e atingidas têm manifestado agravos de saúde a partir do contato direto com a água da foz do Rio Doce, contato esse ligado principalmente às atividades de trabalho, práticas culturais, lazer e alimentação. Nas dimensões temáticas as narrativas demonstram a interação das comunidades com o meio ambiente e por consequência o contato com os fatores de exposição, sendo bastante marcante quando tratamos Meio Ambiente (Seção 3.2.4.1) e Alimentação (Seção 3.2.4.4).

Diante dos relatos apresentados nas oficinas, para as pessoas atingidas, a principal fonte de exposição e, conseqüentemente, contaminação está relacionada a utilização dos mananciais, seja para fins de uso doméstico e consumo da água, que chega às residências por via rede geral de abastecimento ou por captação de mananciais subterrâneos, seja para fins de lazer.

N: Na verdade, é perceptível a má qualidade da água, no gosto, cheiro e no aspecto visível de cor. Parece ruim para o consumo humano. Algumas pessoas apresentaram diarreia quando beberam a água.
FGV_ILD_105

D: Fizemos poços para abastecimento de água na baixada logo após o desastre, mas a água é muito ruim, não resolveu o problema. E temos desconfiança em relação à qualidade dos poços da parte alta também.
FGV_ILD_105

N: Não houve gente que saiu, mas com certeza as pessoas tiveram problemas de saúde, coceira, estômago. Há problemas sérios

decorrentes do alto teor de ferro na água. Imagine como as crianças estarão daqui a alguns anos, com essa água contaminada com altas quantidades de minério.^{FGV_ILD_105}

D: A água não é mais de qualidade, temos muito problema com excesso de ferro.^{FGV_ILD_105}

N: [...] Quando se fala em danos, é difícil falar, porque eu utilizo 100% da água da lagoa, mas porque eu não tenho opção e os recursos são limitados, mas confiança nessa água é mínima.^{FGV_ILD_105}

D: A água não é mais de qualidade, temos muito problema com excesso de ferro.^{FGV_ILD_105}

N: Em relação à saúde da Vila foram feitas várias pesquisas, com alguma faculdade de São Paulo e deu muito alto o grau de arsênio. Deu muito alto na saúde da gente o resultado dos exames feitos. Então, a gente está aí numa guerra, de repente, de uma hora para outra pode aparecer uma doença e a gente pode até morrer, porque a gente tem contato com a água do Rio Doce contaminada.^{FGV_ILD_098}

D: As pessoas estão adoecendo e não tem condições de buscar o tratamento adequado.^{FGV_ILD_098}

N: E o surfista está sempre em contato com o rejeito, que está sendo resuspendido constantemente, a depender do volume de água e ação das ondas.^{FGV_ILD_093}

D: O surfista está em contato constante com o rejeito que está sendo resuspendido constantemente.^{FGV_ILD_093}

N: [...] Hoje não temos mais esse momento de lazer no período de verão. A gente não tem uma garantia de utilização segura dessa água, tanto do Rio Doce quanto do mar. Mas infelizmente a gente consome essa água, porque o sistema de tratamento de esgoto, que é o SAAE [Serviço Autônomo de Água e Esgoto], faz o tratamento e essa água é que vem pra nós. Causou transtorno no acesso à saúde.[...].^{FGV_ILD_090}

D: O turista não quer comer peixe, nem entrar no rio e no mar.^{FGV_ILD_090}

Os registros ainda apontam com grande preocupação que a ingestão do pescado e de alimentos produzidos em solos contaminados ou irrigados com água contaminada é outra fonte de exposição e contaminação para população.

N: [...] E os que se aventuraram a comer peixe estão correndo risco muito sério pela contaminação do pescado e os estudos que estão sendo desenvolvidos que apontam altos índices de metais pesados. Só que a gente sabe que é cumulativo, esse problema não vai surgir amanhã, mas no futuro essa conta vai chegar. Então houve de fato essa mudança na alimentação acarretando impacto na nossa saúde.^{FGV_ILD_093}

D: Não sabemos como a contaminação vai afetar a saúde a longo prazo. FGV_ILD_093

N: [...] A gente está lidando com problemas de pele, 90% dos nossos idosos faleceram. Não sabemos exatamente, não posso dizer que foi a contaminação da água, não sei, é tudo estranho. Muita perda de memória, muito depressão, é uma situação que estamos sentindo ainda, estamos lidando com desconhecido, não sabemos o que vai acontecer daqui pra frente. FGV_ILD_104

D: Temos medo da contaminação e seus efeitos no futuro. FGV_ILD_104

N: [...] É muito peixe doente, com tumores e vermes. Penso, se o peixe tá assim, imagina a gente. Quem planta uma hortaliça das ilhas, o cacau por exemplo, por fora tá lindo, abre ele tá todo oco, ele não amadurece. FGV_ILD_104

D: Alterou a qualidade ambiental, não temos mais a vegetação, a água limpa e o pescado. FGV_ILD_104

Doenças e agravos indicados nas narrativas

O conjunto de doenças e agravos mencionados nas narrativas foram classificados seguindo os capítulos da Classificação Internacional de Doenças (CID-10)¹³³. As principais menções se referem a doenças infecciosas e parasitárias; neoplasias (tumores, câncer); doenças do aparelho respiratório; doenças de pele e do tecido subcutâneo; e Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas.

• Doenças Infecciosas e parasitárias

Durante as oficinas realizadas em Linhares, apesar do registro de diversas alterações e desequilíbrios ambientais, naquele momento, as narrativas não relacionaram o fato a incidência de doenças transmitidas por insetos.

Contudo, diversas narrativas associaram a manifestação de doenças infecciosas e parasitárias a partir da ingestão da água contaminada, tendo em vista que a principal fonte de abastecimento das comunidades ouvidas depende do Rio Doce, além de seus afluentes, lagoas, lençol freático, entre outros (Seção 3.2.4.1). Dessa forma, a perda da qualidade da água está presente nas interações, sendo corroborada pela necessidade de investimento em fontes mais seguras de consumo.

¹³³A classificação foi utilizada com base na apresentada na página do Datasus do Ministério da Saúde. BRASIL. Ministério da Saúde. Morbidade Hospitalar do SUS — CID-10, [s.d.] Informações de Saúde. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/sih/mxqid10lm.htm>>

A captação direta dos mananciais gera insegurança, devido à presença de EPT e os efeitos na saúde da população, considerando ainda que os ambientes estuarinos, costeiros e marinhos, especialmente, continuam recebendo rejeitos e os processos de disponibilização atuando constantemente (INSTITUTOS LACTEC, 2019b). Nesse contexto, somam-se as enchentes que têm potencial de causar alterações nas propriedades químicas e biológicas da água, com aumento, por exemplo, da concentração de microrganismos que podem causar, entre outras enfermidades, doenças infecciosas e parasitárias (MUNIZ; OLIVEIRA-FILHO, 2006).

Em relação à captação de águas subterrâneas, tanto a Ambios quanto os Instituto Lactec apontam para o potencial risco futuro de contaminação dessas fontes, uma vez que o material depositado pode ser remobilizado a cada período chuvoso, em especial naqueles de intensa precipitação, e que a contaminação de mananciais subterrâneos pode levar muito tempo para acontecer devido ao longo período de percolação da água no solo (AMBIOS, 2019; INSTITUTOS LACTEC, 2020b).

Neste contexto, as narrativas e danos a seguir indicam o aumento de doenças infecciosas e parasitárias após o desastre, com destaque para os sintomas de diarreias.

N: Eu contraí uma bactéria, o médico disse que foi através da água, uma bactéria desconhecida, resistente a antibiótico. Eu tive uma infecção generalizada, até hoje é um mistério, chegamos a acionar a Fundação Renova, que mandou tirar do hospital público para particular, mas os médicos impediram pois teria que continuar o tratamento. O que eu vivi, quando ouvi do médico só Deus pra te tirar dessa, eu entrei nesse propósito e hoje sou evangélica por conta desse milagre, estar aqui é um milagre. FGV_ILD_104

D: Está havendo muitas intercorrências de saúde que não existiam antes e não sabemos se estão relacionadas à contaminação. FGV_ILD_104

N: A água é capturada do rio, hoje as vezes a água que tá vindo é preta, suja, logo no começo colocaram carro de água trazendo, hoje já não tem mais. Olha só a situação, estamos tomando água que vem do próprio rio que está suja. Aqui em regência tem crianças que está com diarreia, vomitando, com febre. A gente no psicológico imagina assim. Meu deus o que está acontecendo? FGV_ILD_104

D: Está havendo muitas intercorrências de saúde que não existiam antes e não sabemos se estão relacionadas à contaminação. FGV_ILD_104

N: Tem queixas de coceiras e quedas de cabelo, e náuseas também. Houve períodos que as crianças tiveram muito problema de náuseas. FGV_ILD_090

D: Queixas de náuseas, coceiras e quedas de cabelo. FGV_ILD_090

- **Neoplasias (tumores, câncer)**

Como apresentado na abertura da dimensão temática de saúde, diversos metais e semi metais foram encontrados com concentrações em desacordo com os padrões estipulados como seguros à saúde da população em diferentes compartimentos ambientais, sendo que mesmo aqueles encontrados em baixas concentrações têm o potencial de causar danos à saúde das pessoas (INSTITUTOS LACTEC, 2019b).

O câncer é considerado uma doença multifatorial, uma vez que está ligada à combinação de fatores externos e genéticos que podem ocorrer de maneira simultânea e sequencial, contudo evidências indicam que fatores ambientais são os principais responsáveis pelo desenvolvimento de diferentes tipos de cânceres (WHO, 2011).

De acordo com a Agência Internacional de Pesquisa sobre o Câncer, algumas substâncias são consideradas como carcinógenos humanos, com destaque para o arsênio, cádmio, cromo e níquel (IARC, 2012).

Dentre os elementos encontrados em concentrações elevadas estão o alumínio e o arsênio e que também estão ligados ao desenvolvimento de diferentes tipos de cânceres, como o câncer de mama associado à exposição ao alumínio (DARBRE, 2016) e cânceres de pele, bexiga e pulmão relacionados à exposição ao arsênio (CETESB, 2012).

Em relação ao ferro, encontrado em concentrações elevadas para diversos compartimentos, apesar de essencial ao funcionamento do organismo, em excesso tem a tendência de se acumular no fígado, sendo estreita a relação entre o desenvolvimento de câncer de fígado e o metabolismo desregulado do ferro (HINO et al., 2021).

Apesar de não haver estudos ou acompanhamentos voltados à saúde da população local, diversas narrativas apontam o receio do adoecimento e desenvolvimento de cânceres a médio e longo prazo pela exposição, além de já associarem o número crescente de casos nas comunidades como efeitos do desastre.

N: [...] Que Deus me livre e guarde, mas, por exemplo, se aparece um câncer em mim por conta desse peixe e dessa água, a Fundação Renova vai ter que pagar um tratamento para mim. Mas onde vou reclamar se meu cadastro tá fechado? FGV_ILD_091

D: Deveria ter atendimento diferenciado para pescador. FGV_ILD_091

N: A gente não sabe exatamente com o que tá lidando, até a Fundação Renova diz assim "você dizem que querem o rio como era antes, mas o rio de vocês era contaminado, poluído, assoreado". Realmente o nosso rio era tudo isso, mas ninguém desconfiava do nosso pescado, a gente tinha nosso direito de ir e vir, hoje a gente a lida com o

desconhecido, um câncer leva anos para se manifestar, é um processo lento. [...]. FGV_ILD_104

D: Temos medo da contaminação e seus efeitos no futuro. FGV_ILD_104

N: A lama carregada de metais pesados pode levar ao aparecimento de tipos de câncer ao longo do tempo. É o veneno invisível que se acumula pela cadeia alimentar. Isso afeta e prejudica o direito ao ambiente limpo e ecologicamente equilibrado. FGV_ILD_093

D: O peixe, a água, ficou tudo contaminado pelo ferro depositado e outros metais pesados. A areia da praia ficou preta. FGV_ILD_093

N: [...] E o tempo de seis anos ainda não é suficiente para saber o que os metais pesados podem causar as pessoas, como: câncer, infertilidade, problemas de pele etc. E a Fundação Renova até hoje não tem um programa que diga que vai cuidar da saúde das pessoas. Deveriam criar um programa de saúde com dermatologistas, pediatras, entre outros especialistas para cuidar das pessoas à longo prazo. Na nossa comunidade falta muito isso. FGV_ILD_097

D: Há necessidade de um programa que cuide da saúde das pessoas agora e no futuro. FGV_ILD_097

As crianças e os idosos ainda são apontados nas narrativas como mais suscetíveis à ingestão de água e de pescado impróprios para o consumo, dada sua maior resistência ou incapacidade de mudar seus hábitos alimentares. Isso causa apreensão sobre o futuro e desconfianças acerca da causa de mortes de idosos nas comunidades atingidas.

N: E tem também a questão que os mais antigos continuam comendo peixe, mesmo contaminado. Agora não estão apresentando nada, mas e no futuro? Como vai ficar a saúde no futuro? Aqui tem um posto de saúde e uma ambulância precárias. Não tem um dermatologista para olhar os problemas de pele. Muito precário. FGV_ILD_097

D: Há necessidade de um programa que cuide da saúde das pessoas agora e no futuro. FGV_ILD_097

N: Foi constatado que houve aumento de pessoas idosas que vieram a óbito e há uma suposição de que foi porque não mudaram os seus hábitos alimentares. Grande parte do conselho de anciãos faleceu após o desastre. FGV_ILD_093

D: Aumento de óbitos dos idosos. Grande parte do conselho de anciãos faleceu após o desastre. FGV_ILD_093

- **Doenças do aparelho respiratório**

De acordo com o relatório realizado pela Ambios (2019), com o rompimento da Barragem de Fundão houve um acréscimo na concentração de contaminantes metálicos em toda a área de drenagem principal da bacia do Rio Doce. A parte mais fina e leve da lama de rejeitos ultrapassou as barreiras físicas existentes nos cursos principais, alcançando ilhas fluviais, margens e várzeas. O material depositado nessas áreas tem o potencial tanto de ser carregado para os cursos dos rios a cada período chuvoso ou mesmo, quando seco, ser transportado na forma de poeira. Dessa maneira, a inalação também pode ser uma via de exposição à população atingida, sendo que para algumas substâncias essa pode ser a via principal de contaminação, como por exemplo o cádmio, cujos “efeitos mais considerados estão na inalação, que afeta os pulmões, e ocasionam danos crônicos aos rins...” (MUNIZ e OLIVEIRA-FILHO, 2006, p. 95).

Agravos relacionados a doenças respiratórias ou processos alérgicos também foram apontados nas narrativas realizadas em Linhares. Alguns deles relacionados à contaminação do ambiente com EPT e outros relacionados à permanência em ambientes insalubres, como foi o caso da remoção de moradores para se instalarem em hotéis ou apartamentos com poucas condições de higiene. O segundo caso aconteceu com moradores da avenida Beira Rio, na sede de Linhares, os quais foram obrigados a deixar suas casas devido aos períodos de barramento do rio Pequeno (que faz ligação entre o Rio Doce e a lagoa Juparanã), conforme já descrito na Seção Relações com o meio ambiente (Seção 3.2.4.1).

N: Os problemas respiratórios têm acometido o pessoal da comunidade e pode ser acarretado pelo pó da lama de rejeito. A USP [Universidade de São Paulo] fez exames em algumas pessoas e encontrou muito arsênio no sangue que tem relação com o que comemos e a água que bebemos. FGV_ILD_097

D: Há estudos que comprovam a presença de arsênio em 90% da população, mas faltam estudos que comprovam a relação com as doenças. FGV_ILD_097

N: [...]. Tive que sair da minha casa, fui para apartamento, perdi minha saúde, sofria de alergia. Perdi minha sócia, perdi minhas clientes e estou sem meu trabalho. FGV_ILD_092

D: Até 2015 tínhamos saúde. FGV_ILD_092

N: Perda da saúde no geral, igual a mim, eu morei num apartamento muito úmido, cheio de mofo, e eu tinha crise de asma e depois fui para um outro que o vizinho fuma e também tinha asma. Na minha casa eu não tinha esse problema de saúde. Quando tivemos que sair do hotel tinha que arranjar apartamento no valor que eles pagam de aluguel e

não dá pra conseguir algo muito bom, e o que conseguimos era muito úmido, e comecei ter crises de asma, desde os dois anos eu não tinha. Onde a gente mora na beira do rio, o ar é bom, é outra qualidade de vida, bem melhor. FGV_ILD_092

D: Nos levaram para locais com qualidade de vida inferior à Av. Beira Rio. FGV_ILD_092

- **Doenças da pele e do tecido subcutâneo**

Dentre os principais agravos mencionados durante as oficinas, destacam-se doenças cutâneas e da mucosa dos olhos. Devendo ser considerado que alguns dos elementos encontrados em alta concentração estão ligados a efeitos tóxicos à pele, com destaque para o ferro e arsênio (WHO & UNICEF, 2018).

As pessoas atingidas relatam alterações cutâneas e ardência nos olhos quando em contato direto com a água, com os sedimentos dos rios e das praias da região. Segundo estudo da Ambios (2019b) para o município de Linhares, estas queixas podem estar associadas com a presença de altos teores de ferro e manganês na água. As narrativas foram recorrentes ao trazer questões como: coceiras, alergias, feridas na pele e inflamações (bactérias).

N: A lama é tão fina que encarde a roupa. Quem fica dentro da água é peixe e surfistas. O restante é impactado, mas é outro tipo de impacto, não é tanto impacto direto. Está cheio de surfista e pescador com os pés de micose. FGV_ILD_093

D: Aparecimento de diversos problemas de saúde, como micoses, dores de cabeça, dores abdominais, problemas na vista. FGV_ILD_093

N: [...] Assim como o colega citou ele teve urticária, eu tive problema de pele depois da chegada da lama e temos vários relatos de micose e problemas na pele. Então, esse problema na construção da matriz de danos a pauta saúde deve ser encarada como prioritária. Porque não adianta a gente falar sobre a prancha que quebrou se a gente não tiver qualidade de vida, se a gente não tiver saúde. FGV_ILD_093

D: Aparecimento de diversos problemas de saúde, como micoses, dores de cabeça, dores abdominais, problemas na vista. FGV_ILD_093

N: Há três anos atrás eu tinha contato com o Rio Doce, mas peguei uma micose na perna. Mas não tive assistência quanto a isso. Estou ainda com essa doença. Ela seca e depois volta. Nunca mais comi um pescado. Eu compro fora quando posso. Até turista não quer saber do peixe daqui. Eles falam que está tudo contaminado. FGV_ILD_086

D: Surgiram problemas de pele pelo contato com a água. FGV_ILD_086

N: E pessoalmente, alguém aqui comentou dos olhos também, eu tenho os olhos muito sensíveis, eu caí na água e estava muito

amarelada, os meus olhos ficaram em chamas. E em outros locais do Espírito Santo onde eu caio na água não acontece isso. Então quando eu caio na água, se ela estiver amarelada o olho fica inchado dois a três dias. Então se acontece isso com o nosso olho e com a nossa pele, é claro que pra mim, acima do psicológico, acima de ter tirado o surfe da gente, a gente ter parado por meses, acima de todos os outros problemas é a saúde em si [...]. FGV_ILD_093

D: Aparecimento de diversos problemas de saúde, como micoses, dores de cabeça, dores abdominais, problemas na vista. FGV_ILD_093

- **Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas**

Em relação à alteração dos hábitos alimentares (já aprofundado na dimensão temática Alimentação, Seção 3.2.4.4, que contribui para o comprometimento da saúde física e nutricional das pessoas atingidas, advindas de alterações na qualidade dos produtos locais consumidos ou pelo consumo de fontes proteicas não habituais (carne vermelha) e alimentos industrializados. Além de agravos como dores abdominais e diarreia, diversas narrativas foram relacionadas ao aparecimento de alterações na taxa de ácido úrico, diabetes, colesterol e obesidade.

N: O primeiro é o dano físico, visto mesmo, hoje você vê os pescadores com barriga por perder a atividade física e não é reconhecido como dano. [...]. FGV_ILD_091

D: Perda da atividade física que era a pesca. FGV_ILD_091

N: Aumentou estresse, sedentarismo, obesidade. Aumentou o sedentarismo. Com isso surgem outras doenças como diabetes, hipertensão. E o estresse de não conseguir saber o que será do futuro. A falta da opção de lazer, o mar e o rio, trazem a nós uma incerteza e um estresse por não saber quando teremos um momento com a família. Acabamos entrando num ciclo de autodestruição. A gente tinha o mar e um rio. Não temos mais aonde ter aqueles momentos com a família que a gente tinha antes. Temos que ir para mais distantes. Em relação à saúde são esses males. FGV_ILD_086

D: Aumento de diversos problemas de saúde (diabetes, estresse, obesidade, câncer, problemas bucais e dentários etc.). FGV_ILD_086

D: Hoje comemos mais carne vermelha, e isso aumenta os casos de pressão alta, a concentração de ácido úrico no sangue e outros problemas de saúde. FGV_ILD_093

N: [...] E causa outras doenças e a gente não sabe. Meu colesterol, ácido úrico, a aorta do coração tá inchada, preocupação? FGV_ILD_104

D: Aumentaram os casos de colesterol, ácido úrico, infecções de pele e outros problemas de saúde. FGV_ILD_104

- **Condições neurológicas**

Em relação às crianças, diversos relatos mencionaram a ocorrência de transtornos neuropsicológicos aliados a outros problemas de saúde, tais como: problemas de vista, coceira e desmaios, que afetaram o processo de aprendizagem. O estudo da Ambios (2019b) corrobora com a percepção das pessoas atingidas, quando aponta que a exposição ao contaminante de interesse Chumbo (com rota de exposição completa pela água de consumo humano) na faixa etária infantil, principalmente abaixo dos 5 anos, apresenta alto potencial tóxico sobre o desenvolvimento neuromotor, cognitivo e emocional.

N: As crianças apresentam muita dificuldade na escola, com retardamento, esquecimento, transtorno na mente e muito nervosismo. Precisa de profissionais nas escolas para acompanhar as crianças na questão psicológica e saber o que está acontecendo e ter formas de ajudá-las. A mente das crianças não é mais a mesma, trouxe muito transtorno. Eu sou pai e observo isso nas minhas crianças. FGV_ILD_091

D: A empresa era para ter disponibilizado psiquiatras e muito mais coisas. FGV_ILD_091

D: Crianças com problemas de vista e desmaios na escola. FGV_ILD_091

- **Gravidez, parto e puerpério**

Apesar de o aborto não ter sido mencionado durante as interações realizadas como uma consequência percebida à população humana, a exposição ao arsênio tem efeito tóxico sobre sistema reprodutivo de mamíferos, podendo causar morte do feto, aborto, eclampsia e baixo peso, sendo o consumo de água contaminada a principal forma de exposição ao elemento (WHO, 2001). Neste sentido, uma série de estudos tem sido desenvolvidos a fim de aprofundar a relação entre a exposição a diferentes elementos potencialmente tóxicos, com destaque ao arsênio, mesmo em baixas concentrações, a efeitos como o aborto, mal desenvolvimento do feto, entre outros (BUCK LOUIS et al., 2017; SUSKO et al., 2017; SHIH et al., 2017; BLOOMA et al., 2014).

Dessa forma, merece atenção e investigação mais aprofundada, tendo em vista que os resultados da pesquisa realizada pela toxicóloga Paulelli (2019) evidencia a presença de arsênio, entre outros EPT, no organismo de pessoas que habitam as comunidades estudadas, sendo: Regência e Povoação, no município de Linhares, e Campo Grande, no município de São Mateus.

3.2.4.7.2 Comprometimento e risco de comprometimento da saúde mental

Sofrem esse dano as pessoas atingidas que ficaram sujeitas ao risco ou desenvolveram doenças que comprometeram seu estado de saúde mental após o desastre.

Os efeitos de desastre, sejam eles naturais ou tecnológicos, sobre diferentes aspectos da saúde são amplamente discutidos na literatura (FGV, 2019c, FGV, 2019d). A abordagem dos registros está baseada na compreensão de que a saúde mental é resultante de “múltiplas e complexas interações, que incluem fatores biológicos, psicológicos e sociais” (ALVES; RODRIGUES, 2010). De acordo com os autores, situações de desastre e pós-desastre resultam no agravamento da saúde mental manifesto em transtornos mentais e comportamentais associados à perda de expectativas, ao estado de atenção permanente a perigos iminentes e à constante exposição ao meio contaminado podendo provocar novas enfermidades ou potencializar existentes. Segundo a OPAS (2009), entre os impactos sobre a saúde humana decorrentes de desastre estão os transtornos psicossociais e comportamentais.

Assim, para além dos danos à saúde física e nutricional, o rompimento da Barragem de Fundão acarretou severos danos à saúde mental dos atingidos e atingidas do território em foco, conforme identificado nas interações de campo. As narrativas e danos apresentados neste item estão relacionados com o capítulo V da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), Transtornos mentais e comportamentais.

- **Efeitos na saúde mental decorrente da chegada da lama de rejeitos**

Os relatos obtidos nas oficinas indicam que a saúde mental das comunidades atingidas pelo desastre no município de Linhares foi comprometida desde a notícia da possível chegada da lama de rejeitos. Desde então diversos desdobramentos do desastre têm contribuído para a piora da saúde mental das comunidades.

As pessoas ouvidas pela FGV nas oficinas foram acometidas por sentimentos de angústia, tristeza e medo desde que souberam que a lama de rejeitos seria carregada para esses territórios. A expectativa de que a foz do Rio Doce fosse atingida gerou ansiedade. Conforme relatado, foi difícil se deparar com as mudanças ambientais causadas pela dispersão e deposição dos rejeitos, e admitir que a chegada da lama significaria o fim de atividades tão importantes à vida social, cultural e econômica dessas comunidades, como a pesca, a agricultura, o comércio, o turismo e atividades de lazer e esportes, como o surfe.

N: Acabou quase tudo, primeiro de tudo de quando começou essa barragem, esse transtorno na nossa vida, a primeira pessoa que perdi foi minha mãe, isso não tem preço, ela ficou transtornada e doente e acabou falecendo. Ela sofria toda vez que tiravam a gente da nossa casa. Desde da primeira vez que tiraram a gente da nossa casa, a nossa vida não foi mais a mesma. FGV_ILD_092

D: Familiares agravaram suas doenças por não suportarem a tristeza. FGV_ILD_092

N: O maior impacto foi emocional. Eu surfo já há trinta e seis anos, eu vivi o esporte e competi muito tempo. Sou casado, pai de três filhos, avô, tenho um neto de quatro anos. Não temos a certeza de levar o neto e familiares nas praias. Sempre frequentei todas as praias de Linhares, sempre fui frequentador assíduo de Regência, Pontal do Ipiranga, que antes era uma fazenda. Sempre frequentei todas essas praias e sempre fui muito ligado a competição. Com a chegada da lama em Linhares foi uma dor muito grande no coração. Não conseguíamos acreditar no que estava acontecendo. As comunidades e praias de Linhares sofreram esse impacto muito grande. Algumas pessoas tinham opção de morar na sede. Temos casa no Pontal do Ipiranga e vou lá no final de semana. E tenho uma escola de surfe lá no Pontal. Eu relutei muito para fazer [a escola], quando quis fazer veio a pandemia e agora há um ano estou por lá, mas as pessoas têm receio de participar e perguntam como é que está. Mas a gente não tem nenhum parâmetro para explicar o que está acontecendo. Linhares foi atingida de uma forma muito severa. FGV_ILD_093

D: A questão sentimental foi o que mais feriu a gente quando a lama chegou. FGV_ILD_093

Essa situação tem sido agravada, conforme pontuado nos tópicos anteriores, pelo quadro geral de incerteza que envolve a contaminação do ambiente e a extensão dos danos à saúde física das pessoas atingidas. A insegurança se reflete nos distintos grupos e comunidades ouvidas durante as oficinas. Algumas narrativas enfatizam a perda das alternativas de emprego e complementação da renda com a atividade pesqueira. Outras revelam o comprometimento das atividades de lazer e esporte, consideradas essenciais para a manutenção do equilíbrio emocional.

N: Não imaginávamos que o impacto ia ser tão grande. Estava trabalhando numa obra e o dono da obra parou o serviço. Logo com a chegada da lama e na sequência interrompidas. Além do psicológico, por não saber o que ia acontecer. [...] A liberdade que a gente tinha de ir levar as crianças para se divertir, tudo isso ficou para trás por conta desse desastre. Hoje esse silêncio é por faltar palavras para descrever tudo isso. Depois de seis anos nos calamos de tristeza, pois até hoje não acostumamos com essa dificuldade trazida pelo desastre. Faz muitos anos que eu escolhi Regência para morar, desde 1994, por ser um bom lugar para viver e até hoje não fui reconhecido pela Fundação Renova como profissional autônomo e isso dói muito, traz muita tristeza. FGV_ILD_097

D: Todos estão com sentimento de melancolia e de tristeza. FGV_ILD_097

N: O que está colocado foi o sentimento pontual do momento, quando a lama estava descendo. Lembro que a água estava muito clarinha e ficávamos olhando e esperando, uma espera angustiante da chegada da destruição. E essa angústia dura até hoje por não saber quando vai passar, era angustiante escutar que ia durar mais de dez anos e hoje já fazem seis e não sabemos quando vai passar. Essa angústia vem da incerteza do tempo, incerteza da contaminação, incerteza de quando vai voltar a trabalhar. FGV_ILD_097

D: A espera da chegada da lama foi um processo de angústia que permanece até hoje. FGV_ILD_097

N: A questão sentimental foi o que mais feriu. A sensação de impotência terrível, ver acontecendo e não poder fazer nada. Saber que de alguma forma aquilo não seria reparado e não está sendo reparado. Saber que a responsabilidade de preparação da comunidade local para a nova realidade, enfim diversas ações necessárias para reparação não seriam tomadas, porque sabíamos que por trás disso tinha muita grana, tinha muitas decisões de advogados que sequer pisaram aqui para saber nossa realidade. FGV_ILD_093

D: Sensação de impotência, ansiedade, desespero terrível. FGV_ILD_093

Em relação às crianças e adolescentes também foram registrados agravos psicológicos devido à perda de referência do local de moradia e das referências de amizade, processo também vivido por muitos adultos que mencionaram abalo psicológico pelos transtornos relacionados às remoções de moradias da avenida Beira Rio, conforme já mencionado no tópico anterior e na Seção 3.2.4.1. As mudanças de local de moradia provocaram a separação de vizinhos e parentes e romperam com laços de amizade e solidariedade, o que agravou o sentimento de perda de espaço já sofrido.

N: Quando ele estava falando das crianças. Ele era amigo de meu filho, eles eram muito próximos. Meu filho não pode ir para o hotel comigo. Ele teve problema, teve que ir para o psicólogo, essa casa era a base dele. Muitas pessoas tiveram problemas psicológicos, porque desagregou e desconstruiu aquilo que elas tinham feito a vida inteira. A Vila era composta também por um clã familiar que está aqui há sessenta anos. É um processo muito complexo. Eu gostaria que essa parte de maior sensibilidade fosse levada para o MPF [Ministério Público Federal] e o juiz Dr. Mário. FGV_ILD_092

D: Abalou a saúde das crianças, porque perderam a referência de seu lugar de vida. FGV_ILD_092

N: As crianças brincavam todas juntas, a nossa Vila parecia que tinha mais criança que adulto, era muita criança. E hoje a gente sente falta disso. A gente mora dentro do apartamento e o menino só fica dentro de casa, já levei pro médico e nada resolve. Quando desço ele fala: "é mãe, nós não vamos mais voltar pra cá". E aí acabou. FGV_ILD_092

D: Há crianças com depressão, pela perda da convivência que tinham antes. FGV_ILD_092

D: Abalou a saúde das crianças, porque perderam a referência de seu lugar de vida. FGV_ILD_092

- **Efeitos na saúde mental decorrentes das alterações nos modos de vida**

Para além dos agravos sentidos em função da passagem da lama de rejeitos pela região e toda destruição causada, a perda de espaços de referência para práticas ligadas aos modos de vida da população causa transtornos que se perpetuam ao longo do tempo, uma vez que as condições, sobretudo, de uso do rio não foram reabilitadas.

Para diversas categorias ou grupos, perder a perspectiva de renda e mesmo assim não conseguir o reconhecimento da Fundação Renova como atingidos e atingidas, os coloca em condição de elevado estresse e ansiedade.

N: Então até hoje, passados seis anos, no mínimo algumas vezes por semana surgem falas sobre o que aconteceu. Então ao longo desse processo, para mim foram muitos altos e baixos, tem meses que você está muito empolgado, quer resolver tudo, ir em todas as reuniões, quer trabalhar com todo mundo, está esperançoso. Tem meses que você está super pra baixo, acha que não vai dar nada certo e nem adianta mais correr atrás e assim vai. Então o psicológico, pra mim, bateu mais ao longo do processo, nessa dinâmica das comunidades. E ainda mais nessas comunidades pequenas, Pontal, Povoação, Regência, você conhece todo mundo, se vê todo dia. Daí tem as opiniões diferentes e, então, gerou muita guerra dentro das comunidades. Então pra mim o psicológico foi isso, a força da mente, que por um lado derrubou muita coisa e por outro é isso o que o companheiro falou, a gente não parou, a gente não desistiu. FGV_ILD_093

D: A falta de reconhecimento enquanto atingidos afeta muito a saúde mental. FGV_ILD_093

N: O meu esposo faleceu há dois anos e não foi reconhecido. Ele carregou uma mágoa muito grande porque não foi reconhecido e foi adoecendo, acabou falecendo e não foi reconhecido. É uma Vila onde todo mundo conhece todo mundo. FGV_ILD_098

D: A falta de reconhecimento causou adoecimento das pessoas. FGV_ILD_098

O estudo da PRISMMA (2018), em Mariana (MG), identificou o aumento do consumo de álcool pós desastre e outras substâncias também, sendo indicada uma maior incidência entre o público masculino, com um percentual de 61,3% do total de pessoas entrevistadas.

Em Linhares, as narrativas mencionam o aumento do consumo de drogas e de álcool por pessoas atingidas (como também pontuado na Seção 3.2.4.6), motivado por fatores de estresse gerados pelo desastre, como perdas sociais e econômicas. De acordo com os relatos, especialmente pessoas jovens, impossibilitadas de trabalhar na cadeia da

pesca ou na agricultura, e idosas, que tiveram seus modos de vida drasticamente afetados pelo desastre, sofrem com a falta de perspectiva em relação ao futuro (conforme será abordado também na Seção 3.2.4.10).

N: Hoje a situação é complicada. Muita gente nas drogas, no alcoolismo, idosos carentes. Não tem jeito mais, não vai voltar e temos que ir em frente, bola para frente. Antigamente era muito bom, quando os barcos chegavam ganhávamos o peixe. É muito triste, o coração fica cheio de lágrimas de lembrar. É muito sofrido. FGV_ILD_097

D: Muitas pessoas caíram nas drogas e alcoolismo e estão sofrendo com ansiedade e depressão. FGV_ILD_097

N: Houve aumento de consumo de álcool e drogas pelos jovens da comunidade. Daí junto ao crime ambiental veio uma crise social muito grande na comunidade. A migração de pessoas para Povoação em busca do AFE [Auxílio Financeiro Emergencial], causou um crescimento desordenado. FGV_ILD_090

D: Aumento de consumo de álcool e drogas pelos jovens da comunidade. FGV_ILD_090

N: E temos que provar o dano que nos foi causado. Assistência psicológica não tivemos. Muitas pessoas caíram nas drogas, no álcool. Depois disseram que o dinheiro supriria todas as necessidades. Ajuda, mas quem presenciou sabe que é um trauma e que ninguém vai conseguir reparar esse mal. FGV_ILD_090

D: Aumento de alcoolismo, drogas e transtornos familiares. FGV_ILD_090

D: Não tivemos apoio psicológico para passar por todos os transtornos. FGV_ILD_090

O uso de drogas e álcool muitas vezes se associa à deterioração de relações familiares, conforme aprofundado na Seção 3.2.4.6. No que afeta de forma sensível às mulheres, que têm papel preponderante no cuidado da família, os relatos passaram também pelo aumento dos conflitos familiares, brigas e separação de casais, prostituição infantil. O aumento de conflitos no ambiente familiar, tratado mais profundamente na seção dedicada à Rede de relações sociais, é também considerado um agravo.

N: E a lama despertou o pior de muita gente, eu culpo em parte, como ela disse, será que já não existia, sim todos nós temos o lado bom e ruim, e cabe a nós decidir o que vai manifestar. E por ser uma Vila de pescadores, a gente nunca viu tanto dinheiro e tanta pobreza ao mesmo tempo, muito dinheiro entrou e muita pobreza espiritual. Isso trouxe sérios danos à juventude, muita droga, muito álcool, muita prostituição infantil, muita família se separando, pessoas não querendo trabalhar. FGV_ILD_104

D: Aumentaram os casos de alcoolismo e drogas. FGV_ILD_104

N: Antigamente o pescador saía cedo, depois começou a receber cartão emergencial mensal e aumentou o uso de álcool. FGV_ILD_093

D: Aumento da violência, criminalidade, uso de drogas e alcoolismo nos balneários. FGV_ILD_093

Em casos extremos, os diversos efeitos do desastre sobre a saúde mental das pessoas atingidas agravaram problemas de saúde, ocasionando a morte ou mesmo o suicídio. Entre as razões mencionadas, aparecem nas narrativas o cansaço de esperar a indenização pelos danos, assim como a transformação abrupta nos modos de vida, que parece que se estenderá indefinidamente, sem que as comunidades recebam o devido ao apoio das empresas responsáveis.

N: Em relação à saúde é um assunto que nos traz muita tristeza. Tem pessoas que já morreram. As pessoas mais de idade morreram por desgosto à lama. Outros se suicidaram, por não terem sido reconhecidos como pescadores. Um amigo meu, um caboclo, um índio praticamente, por não ter sido reconhecido como pescador. FGV_ILD_098

D: Aumento de casos de depressão e até suicídio. FGV_ILD_098

D: Muitas pessoas morreram de desgosto. FGV_ILD_098

N: As pessoas estão tristes, pois as pessoas ficam vendo o tempo passar, o rio ainda dessa forma [contaminado], perdendo o cartão [Auxílio Financeiro Emergencial], o turismo não sendo resgatado e fica pensando o que vai ser da vida, como vai se manter. Fica se perguntando o que vai ser, como vai cuidar da família. As pessoas já estão recebendo ligação dizendo que se não apresentar documentação suficiente vai perder o seu auxílio [Auxílio Financeiro Emergencial]. Aí fica toda essa situação de insegurança e de medo e acaba chegando a esse ponto de suicídio, depressão, ansiedade, alcoolismo, outros. FGV_ILD_097

D: Houve aumento dos casos de suicídio. FGV_ILD_097

3.2.4.7.3 Comprometimento do acesso à saúde

Sofrem com esse dano as pessoas atingidas que tiveram dificultado ou impossibilitado o acesso à saúde, ou seja, o acesso universal e sem discriminação às ações, serviços, medicamentos e infraestrutura de saúde em quantidade e qualidade satisfatória.

As narrativas colhidas em campo durante as oficinas realizadas pela FGV evidenciam que o acesso à saúde das comunidades atingidas foi afetado de forma ampla. Em primeiro lugar, destaca-se o alto grau de incerteza relativo à contaminação da região estuarina, costeira e marinha e que implicam na dificuldade de compreensão da população atingida sobre suas reais condições de saúde. Embora haja estudos que

comproven a contaminação no Rio Doce, foz do Rio Doce e região costeira do Espírito Santo com elementos potencialmente tóxicos (EPT), o que será aprofundado nos tópicos anteriores, poucas são as informações qualificadas sobre a extensão dos danos do desastre sobre a saúde das pessoas da região. Conforme explicitado nas seções Alimentação e Relações com o meio ambiente (seções 3.2.4.4 e 3.2.4.1), os modos de vida da população local são caracterizados por constante interação com o ambiente dos rios, manguezais, lagoas e praias da região, ecossistemas agora degradados pela pluma de rejeitos do rompimento da Barragem de Fundão. Apesar do enorme receio de contaminação, nem sempre é possível evitar o contato com a água ou o consumo de alimentos que podem estar contaminados.

Um dos problemas mais recorrentes identificados nos relatos colhidos em campo é a inexistência de monitoramento sobre a saúde dos atingidos e atingidas.

O principal estudo sobre contaminação mencionado pelas pessoas atingidas nas oficinas foi a pesquisa realizada pela toxicóloga Paulelli (2019), que evidencia a presença de arsênio, manganês, níquel, mercúrio, alumínio, chumbo e cromo no organismo de pessoas que habitam as comunidades de Regência, Povoação e Campo Grande nos municípios de Linhares e São Mateus. Segundo a autora (PAULELLI, 2019, p. 16), os níveis de metais pesados encontrados nos organismos das pessoas atingidas se devem provavelmente ao consumo de alimentos contaminados pela lama de rejeitos.

N: Existe apenas o estudo da USP [Universidade de São Paulo] que comprova arsênio no sangue de 90% da população de Regência, porém falta estudo que associem o arsênio a doenças desenvolvidas pelas pessoas. FGV_ILD_097

D: Há estudos que comprovam a presença de arsênio em 90% da população, mas faltam estudos que comprovam a relação com as doenças. FGV_ILD_097

N: Os impactos maiores que a gente sentiu, além dessa questão psicológica, têm muito a ver com a questão da saúde e pela incerteza gerada com a chegada dessa lama, excesso de metais pesados. Inclusive, a gente como associação de surfe, desenvolveu uma série de pedidos para órgãos ambientais. Estou aqui com vários documentos que foram protocolados durante esse período, na câmara técnica, no município, com a Fundação Renova, todas buscando uma solução para saber sobre a qualidade da água. Principalmente porque houve um estudo com uma doutoranda da USP [Universidade de São Paulo], onde foi feito um estudo com alguns membros da nossa associação de surfe e alguns outros moradores e o resultado desses exames foi assustador. Apontou que 99,99% dos examinados tinha um índice de metais pesados muito elevado no sangue, às vezes até trezentas vezes acima do padrão. Então essa situação levou a um alerta gigantesco de todos nós, porque como muitos citaram aí, hoje a gente nem fomenta mais o surfe dentro da Vila. A gente surfa como surfista mesmo doido, amante do esporte, porém eu tenho dois filhos, eu como

técnico e instrutor, levo meus filhos para treinarem, pegar onda, mas posso estar boicotando o futuro. A gente tem que começar a matriz de danos pela saúde. Precisamos entender qual o impacto real que estar surfando causa na nossa saúde, que vai causar no nosso futuro e na qualidade de vida no futuro. FGV_ILD_093

D: Estudo da USP [Universidade de São Paulo] demonstrou que estamos com o sangue contaminado por metais pesados. FGV_ILD_093

N: A Fundação Renova deveria criar um sistema que cuidasse da saúde dos atingidos, isso de Minas Gerais até aqui o Espírito Santo. Teve até esse laudo com o sangue das pessoas, solicitaram hortaliças, tiraram até cabelo para fazer análises. Parece que ficou comprovado danos a longo prazo. Você tendo contato com isso, trará danos a longo prazo. O que ela deveria focar mais na saúde no geral. Atender todas as pessoas que vivem no local. Deveria monitorar tudo isso. Observar as mudanças. Normalmente as pessoas só procuram a saúde quando já vem a doença, mas deveria ter um monitoramento da saúde preventiva das pessoas. Vários estudos que eu li, de pessoas que tiveram contato com metais pesados apareceram coisas graves a longo prazo. FGV_ILD_086

D: Precisamos de cuidados com a saúde a longo prazo, e a Fundação Renova deveria se responsabilizar por isso. FGV_ILD_086

Esse ambiente de incerteza sobre os males que a bioacumulação de EPT podem causar no organismo das pessoas, bem como a contaminação e o aparecimento de doenças que antes não eram frequentes, contribui para a sobrecarga do sistema de saúde local, pouco preparado para o atendimento de problemas complexos de saúde.

N: Aqui só tem um clínico geral, não tem pediatra, ginecologista, tem que sair pra fora para tratar alguma especialidade. FGV_ILD_098

D: Aumentou a demanda nos postos de saúde. FGV_ILD_098

N: A saúde piorou bastante. Antigamente a gente tinha médico uma vez ao mês e agora nós temos todos os dias e todos os dias o posto de saúde está cheio. Além da saúde mental, veio a saúde física, problemas de pressão, rins, intestino. Vieram esses problemas todinho porque nós estamos respirando esse ar que vem do rio. Mesmo a gente não bebendo a água estamos respirando ferro, manganês, estamos respirando tudinho. FGV_ILD_098

D: A saúde mental e física da comunidade piorou muito. FGV_ILD_098

N: Nós temos o CRAS [Centro de Referência da Assistência Social] que iniciou agora um trabalho nessa parte de atendimento psicológico, mas deixa muito a desejar. O funcionamento é uma vez por semana, mas não atende. O CRAS é extensão de um bairro de Linhares, nós precisamos de um exclusivo. Porque é preciso um atendimento diário para esse problema sério. E psicólogos também. FGV_ILD_090

D: Atendimento dos postos de saúde e CRAS [Centro de Referência em Assistência Social] precário. FGV_ILD_090

N: A mudança alimentar do peixe para frango, o frango cheio de hormônio que altera a saúde. Eu mesma não sabia o que era um furúnculo e eu achei que era um câncer, pois nunca tinha tido uma coisa assim. Eu acho que foi dos banhos no rio, pois continuo tomando banho no rio quando a água tá mais clarinha. Além do furúnculo também adquiri uma micose na pele que não consigo sarar nem com uso de corticoides. Eu sei que pode fazer mal tomar banho lá, mas eu vou fazer o que? Desde que eu fui morar em Regência é um hábito que eu tenho de ir tomar banho no rio. E o tempo de seis anos ainda não é suficiente para saber o que os metais pesados podem causar as pessoas, como: câncer, infertilidade, problemas de pele etc. E a Fundação Renova até hoje não tem um programa que diga que vai cuidar da saúde das pessoas. Deveriam criar um programa de saúde com dermatologistas, pediatras, entre outros especialistas para cuidar das pessoas a longo prazo. Na nossa comunidade falta muito isso. FGV_ILD_097

D: Há muita insegurança em relação ao contato com os metais pesados, pois não são disponibilizados estudos. FGV_ILD_097

Esses relatos revelam a alta complexidade dos agravos à saúde causados pelo desastre, cujo enfrentamento exige capacidades locais geralmente não encontradas tanto em termos de preparo das equipes ou de provimento de especialidades, quanto de equipamentos públicos e privados de saúde da região. Esse quadro contribui para dificultar o acesso das comunidades atingidas à saúde adequada.

N: Não temos especialidades dentro da comunidade. A Fundação Renova deveria investir em reparação em saúde dentro da comunidade. Só temos um clínico geral. Precisariamos de reparação em relação à saúde. Não temos uma ambulância, não temos médico, não temos pediatra. A reparação maior que a Fundação Renova deveria focar é em relação à saúde. FGV_ILD_086

D: Precisamos de cuidados com a saúde a longo prazo, e a Fundação Renova deveria se responsabilizar por isso. FGV_ILD_086

N: [...] O atendimento no posto de saúde continua precário. Quando o médico tira férias não vem outro. Nosso psicológico fica abalado constantemente. [...] FGV_ILD_090

D: Atendimento dos postos de saúde e CRAS [Centro de Referência em Assistência Social] precário. FGV_ILD_090

N: Deveria ter atendimento diferenciado para pescador. O pescador deveria ter um atendimento diferenciado quanto a saúde por ser um profissional que trabalhava diretamente dentro d'água (rio e mar). Não só o pescador, mas também a família. FGV_ILD_091

D: Deveria ter atendimento diferenciado para pescador. FGV_ILD_091

N: Gostaria de fazer uma reivindicação, porque deveriam ter um médico pra atender os familiares periodicamente. Porque um médico só não atende à demanda. Inclusive, as pessoas estão tendo problema de saúde corriqueiros. É um impacto que nunca vão poder pagar, porque as pessoas foram irritadas, humilhadas, ficaram ansiosas. Então é preciso médico para atender periodicamente.^{FGV_ILD_090}

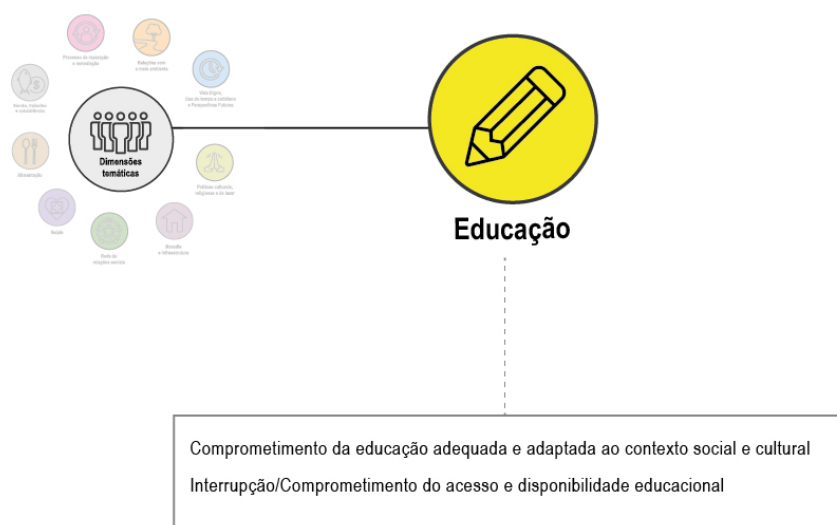
D: As pessoas estão doentes psicologicamente, fisicamente e mentalmente.^{FGV_ILD_090}

3.2.4.8 Educação

As narrativas geradas a partir das interações de campo demonstram que o desastre afetou a educação de crianças e adolescentes que, por vezes, deixaram de frequentar a escola em função do agravamento da situação econômica de seus pais. Também gerou limitações pedagógicas a partir da perda dos espaços ambientais, antes reconhecidos como espaços de troca de saberes e construção de conhecimentos. Dessa forma, os danos da dimensão temática Educação apresentam interfaces significativas com as dimensões de Renda, trabalho e subsistência (Seção 3.2.4.3) e Relações com o meio ambiente (Seção 3.2.4.1).

Nesta seção são apresentadas as narrativas e os danos relativos à dimensão temática Educação, organizadas a partir de dois danos socioeconômicos: (i) Interrupção/Comprometimento do acesso e disponibilidade educacional e (i) Comprometimento da educação adequada e adaptada ao contexto social e cultural (Figura 52).

Figura 52 — Dimensão temática Educação: danos socioeconômicos associados



Fonte: Elaboração própria (2021).

3.2.4.8.1 Comprometimento da educação adequada e adaptada ao contexto social e cultural

Esse dano socioeconômico atinge pessoas que tenham dificuldades de estabelecer novas atividades educativas e relacionadas à vida que levavam antes do desastre, e que eram exercidas levando em consideração a relação com o Rio Doce e o meio ambiente. Contempla este dano pessoas que se viram prejudicadas pelo fim de projetos tanto no âmbito de serem educadores quanto educandos, além da comunidade beneficiada por tais iniciativas. Também sofrem este dano pessoas cujas possibilidades de capacitação e profissionalização foram comprometidas com o desastre.

No que tange ao ensino básico, narrativas colhidas nas oficinas realizadas pela FGV no município de Linhares indicam que o desastre afetou a relação entre a comunidade e a escola na medida em que fragilizou e contribuiu para a vulnerabilização das famílias, das crianças em seus processos de aprendizagem e dos professores em seus processos de ensino. A aprendizagem não envolve somente memorização, nem tampouco se utiliza somente do conjunto de funções mentais, mas congrega todos os poderes, capacidades e potencialidades da pessoa. Por isso, a dificuldade de aprendizado envolve processos advindos de vários fatores como, fome, desmotivação, falta de estímulo, desestrutura familiar, problemas pessoais, que interferem na aprendizagem e prejudicam no desenvolvimento do aluno (CAMPOS, 1979, p.33 *apud* CARARA, 2017).

O ambiente escolar, que envolve professores, pais e alunos e que faz parte da vida da comunidade, sofreu abalos em Linhares. O envolvimento das pessoas em tantas lutas e disputas difíceis tendo em vista o processo de reparação implicou em desarmonia e sofrimento psicológico de professores e, especialmente, das mulheres enquanto mães que assumem, no âmbito da família, o papel de cuidar das crianças. Tudo isso vem repercutindo negativamente no aprendizado das crianças.

N: Hoje depois de tudo me vi desencantada pela educação. Pois os alunos levavam isso para dentro de casa, os alunos começaram a falar “professora, meu pai falou que não preciso estudar porque temos dinheiro todos os meses”. Era uma fala de revolta. Então aqueles alunos motivados, que pintaram os muros das escolas, que ganharam dois prêmios, que levou o nome de Regência para a Assembleia Legislativa pra aprovar projeto de lei. Aqueles alunos foram contaminados, e a lama conseguiu tirar de mim o encantamento de estudar. Eu fui ser professora, não pra ficar rica, mas para fazer diferença. Até 2016 eu sentia que poderia fazer diferença na sala de aula, e depois isso foi arrancado de mim. Então eu passei a tomar remédio pra dormir, eu desenvolvi síndrome do pânico, do sentimento de inércia e não poder fazer nada, eu me vi levando pros meus filhos a

frustração que não era da mãe deles, mas da mulher, da comissão de atingidos. Isso eu não podia fazer com meus filhos.^{FGV_ILD_104}

DE: Houve desestímulo das crianças, para estudarem.^{FGV_ILD_104}

O processo caótico que se instalou no pós-desastre provocou muita movimentação nas comunidades, em parte devido à necessidade de comprovação de moradia necessária ao recebimento do auxílio emergencial, causando ora superlotação nas escolas de ensino fundamental e básico, pouco preparadas para acomodar grande quantidade de alunos, ora evasão. Todo esse ambiente estressante contribuiu para a diminuição do rendimento de alunos e professores, afetando o processo de ensino e aprendizado.

N: Teve muita evasão na escola e também tinha muita gente nova, que estudava dois a três meses e recebiam o cartão e saíam. As crianças também estão adoecendo muito, com gripe, sinusite. As professoras também estão ficando doentes. Eu também tomo três remédios para nervos. Os pais não conseguem emprego aqui e têm que ir para fora também, daí as crianças saem também.^{FGV_ILD_098}

D: Aumento da demanda nas escolas, devido à chegada de pessoas em busca de cartão [AFE].^{FGV_ILD_098}

D: Houve muita evasão escolar, devido à saída das famílias da comunidade. Criança e adolescente.^{FGV_ILD_098}

N: Professores e diretores ficaram sem saber como se preparar para a lotação precária em função do rompimento da barragem, e levou a uma precarização da educação. Eu diria que havia falta de estrutura da escola para absorver o problema do aumento do número de alunos. E o fato de haver muitos alunos dentro da sala de aula acabou comprometendo o ensino e aprendizagem.^{FGV_ILD_090}

D: Comprometimento da aprendizagem diante ao aumento de alunos na sala de aula.^{FGV_ILD_090}

N: Teve dia que eu presenciei mesmo, as crianças não terem carteira para assistir aula. Sala lotada. E é um problema que sempre que há notícias de indenização, famílias voltam ao local e as escolas enchem. E há aumento de conflito dentro das escolas.^{FGV_ILD_090}

D: Aumento de conflitos dentro das Escolas, gerado pelas crianças de outras culturas.^{FGV_ILD_090}

As comunidades ouvidas também sentem falta de apoio para recuperação ou ampliação das escolas, uma vez que houve aumento de alunos matriculados sem a contrapartida de infraestrutura para adequação à nova demanda.

N: Antes quem fazia a manutenção eram os pais. O governo nunca deu atenção para a nossa escola, mas as famílias se estimulavam mais.

Hoje os alunos estão estudando em baixo de goteiras. Muitas dessas pessoas que vieram de fora matriculam os filhos na escola para ter algum benefício.

D: Maior dificuldade de matricular os filhos nas escolas pelo aumento da demanda. FGV_ILD_086

Segundo os relatos, havia um comprometimento da população local com processos complementares ou que contribuíam de alguma forma para o processo de ensino das crianças. As escolas de surfe direcionadas a crianças e adolescentes, que funcionavam nas comunidades de Regência e Povoação, estimulavam a permanência dos jovens no ensino formal. Com o desastre, houve interrupção dos projetos ligados ao aprendizado de surfe, sendo apontado como fator que prejudicou o aprendizado e a frequência de crianças e jovens no ensino formal.

N: Após o desastre isso foi prejudicado. Com relação à educação o surfe sempre foi uma ferramenta de transformação da realidade dos jovens, pois os projetos incentivavam a sua frequência na escola. E com o desastre isso foi prejudicado, pois os projetos foram interrompidos. FGV_ILD_093

D: O surfe era uma plataforma de transformação da realidade dos jovens, e os projetos envolviam que eles frequentassem e fossem bem na escola. FGV_ILD_093

Foi mencionada ainda, nas oficinas realizadas em Linhares, a oferta de cursos de curta duração por meio de plataformas on-line, disponibilizados pela Fundação Renova desde o início do período pandêmico. Segundo alguns relatos, no entanto, caberia algum tipo de adequação do conteúdo desses cursos à realidade local, de forma que a oferta permita a formação técnica em novos ofícios já que os antigos foram prejudicados pelo desastre.

N: A Fundação Renova colocou uma plataforma de cursos, mas esses cursos não influenciam em conseguir emprego, mesmo porque não temos esses empregos na comunidade. As empresas deveriam ofertar um curso técnico, e não esses cursos de poucas horas. A Fundação Renova não ajuda efetivamente na educação. São as próprias pessoas que tem que gastar “o que tem e o que não tem” pela educação da família. A Fundação Renova deveria investir mais na educação dos atingidos que não podem mais exercer suas atividades. Já que não podemos mais ter nossas profissões a Fundação Renova poderia preparar as pessoas para as vagas de outras profissões. E não cursos pequenos de poucas horas. E quem está tendo que correr atrás somos nós, atingidos, que temos que investir na nossa educação. FGV_ILD_086

D: Não conseguimos mais financiar a educação dos nossos filhos. FGV_ILD_086

3.2.4.8.2 Interrupção/Comprometimento do acesso e disponibilidade educacional

Sofrem esse dano pessoas com impossibilidade de arcar com os custos para garantir o acesso à educação de integrantes do núcleo familiar, como a de seus filhos; pessoas que precisaram interromper seus estudos por dificuldades advindas do desastre; ou pessoas que, dadas as dificuldades com a implementação de políticas educacionais, enfrentam dificuldades no acesso à educação.

Conforme já caracterizado na Seção 3.2.4.1 deste documento, que trata sobre Relações com o meio ambiente, problemas enfrentados com o acesso à água no assentamento Sezínio Fernandes de Jesus prejudicaram a educação nas escolas municipal e estadual. Logo após o desastre a escola teve que suspender as aulas por algumas semanas e ainda nos dias atuais há períodos em que é preciso interromper por falta de água potável.

N: No começo do desastre a escola ficou fechada por algumas semanas, até se organizar entre as famílias. E a escola lá de cima [estadual] atualmente ainda ocorre interrupção, pela situação da água. Só lembrando que ainda é muito recorrente suspender as aulas por falta de água, por exemplo há quinze dias atrás suspendemos por falta de água, pois, a água está vindo podre e na maior parte do tempo é amarelada. Não podemos utilizar o poço que foi perfurado para a escola [estadual], que está contaminado. Em determinados momentos tivemos que emprestar água da igreja.^{FGV_ILD_105}

D: O abastecimento de água da Escola estadual foi interrompido, não tendo mais autonomia de abastecimento de água. E a qualidade da água dos poços abertos logo depois do desastre e recentemente é visivelmente ruim (cheiro ruim, coloração amarelada, com ferrugem).^{FGV_ILD_105}

D: Ficamos semanas sem aula por conta da interrupção do abastecimento de água, e até hoje as vezes temos que interromper as aulas por falta d'água ou água muito ruim.^{FGV_ILD_105}

O ensino nas escolas da Vila de Regência Augusta também sofreu dificuldades devido ao acesso à água potável, sendo interrompido o fornecimento pela contaminação advinda do desastre do rompimento da Barragem de Fundão. A comunidade escolar teve que se mobilizar para prover água às escolas, pois tanto a Fundação Renova quanto as autoridades locais não garantiram o fornecimento pleno para as escolas.

N: Eu tive a sorte de trabalhar numa escola social, muito Paulo Freire, de libertação pela pedra. A escola aqui de Regência sempre foi um espelho de educação aqui em Espírito Santo. Nós fomos ganhadores de dois prêmios das práticas Sebrae, o maior prêmio dessa área. E

sempre com a temática do Rio Doce. A gente conseguiu colocar um rio dentro do mapa de hidrografia do Brasil, pra você ver o poder da educação. A gente começou se organizar e denunciar também, porque ficamos sem água, e o governo não liberou água mineral para as crianças, o prefeito liberou, a Samarco chegou a doar para as crianças do CEI [Centro de Educação Infantil], mas para a escola estadual não tivemos água, e durante quase um ano os professores se juntaram para dar água mineral para os alunos. A Caritas, junto com associação de surfe, fizeram trabalho lindo e trouxeram mais de 5 toneladas de água.^{FGV_ILD_104}

D: Faltou água nas escolas e a comunidade teve que se mobilizar, por inação das empresas.^{FGV_ILD_104}

Por fim, em relação ao ensino superior, diversas narrativas indicam que anteriormente ao desastre as famílias conseguiam custear o deslocamento e mensalidade dos filhos para estudarem em outras localidades. Após o rompimento da barragem isso não foi mais possível pela diminuição da renda familiar que, como visto na Seção 3.2.4.3 caiu drasticamente.

N: Quando há dificuldade, se a renda caiu, com certeza a família e a educação dos filhos ficam prejudicadas. Queremos dar o melhor para nossos filhos, mas dentro das nossas condições financeiras e com a dificuldade não conseguimos manter, tivemos muita dificuldade financeira.^{FGV_ILD_097}

D: Não conseguimos mais investir na educação dos nossos filhos, devido à perda de renda.^{FGV_ILD_097}

N: As pessoas perderam a renda da pesca e do turismo e não tem mais a condição de investir na educação dos filhos. Muitos que faziam faculdade tiveram que interromper os estudos.^{FGV_ILD_097}

D: Não conseguimos mais investir na educação dos nossos filhos, devido à perda de renda.^{FGV_ILD_097}

N: Um pai de família que tem quatro filhos, não consegue mais pagar a faculdade para os quatro filhos. São pequenas coisas que acontecem.^{FGV_ILD_086}

D: Não conseguimos mais financiar a educação dos nossos filhos.^{FGV_ILD_086}

3.2.4.9 Processo de reparação e remediação

Nesta seção encontram-se organizadas as narrativas e danos enunciados em campo que discorrem sobre o Processo de Reparação e Remediação em curso, no entanto, sem o objetivo de analisar as ações e programas de reparação conduzidos no território

pelas empresas responsáveis pelo desastre, Fundação Renova e 12ª Vara Federal Cível e Agrária da SJMG (12ª VF).

O processo de reparação e remediação é um tema muito presente em todos os territórios e em todas as interações realizadas entre FGV e as pessoas atingidas no âmbito do trabalho de levantamento de danos, sendo caracterizado por um predomínio de narrativas que tratam dos programas indenizatórios¹³⁴ e de problemas ou ausência dos demais programas socioambientais e socioeconômicos¹³⁵. Contudo, em Linhares o tema ganha ainda maior proporção diante de muitas experiências relacionadas aos programas e projetos piloto executados, especialmente nas comunidades de Regência e Povoação.

É importante destacar que em 2020 foi instituída, a partir de determinações da 12ª Vara Federal, uma nova plataforma de indenizações, chamada de Sistema indenizatório simplificado, Sistema Novel e/ou Sistema Ágil. Apesar de ter sido criada para atender situações de difícil comprovação de danos, a Fundação Renova tem priorizado a execução de indenizações via Sistema Novel desde então. A Ramboll (2021) identificou que desde que houve a implantação do Sistema Novel os programas de Levantamento e Cadastro dos Impactados (PG01) e Ressarcimento e Indenização dos Impactados (PG02), antes utilizados para as pessoas atingidas pleitearem as indenizações individuais, tiveram operação paralisada. Até fevereiro de 2022, de acordo com dados do site da Fundação Renova, haviam sido homologados 51.852 acordos no âmbito do sistema indenizatório simplificado.

No caso específico de Linhares, o processo para ingresso no sistema indenizatório simplificado se iniciou no primeiro semestre de 2020. Em 29/02/2020 foi apresentada,

¹³⁴ Segundo informação constante no site da Fundação Renova, o PIM (Programa de Indenização Mediada) é um programa gratuito de adesão voluntária, destinado a pagar pessoas pelo “dano água”, que pode ser pago às pessoas que ficaram sem abastecimento e sem distribuição de água por mais de 24 horas após o rompimento. Também é destinado ao pagamento de “dano geral” para o ressarcimento de atingidos que tiveram danos morais e materiais, inclusive lucros cessantes, de suas atividades econômicas. E o AFE é o programa responsável por prestar auxílio financeiro emergencial à população impactada que tenha tido comprometimento de sua renda em razão de interrupção de suas atividades produtivas ou econômicas em decorrência do rompimento, até o restabelecimento das condições para retomada das atividades produtivas ou econômicas.

Já o Sistema Indenizatório Simplificado foi implementado pela Fundação Renova a partir de agosto de 2020, com base em decisão judicial da 12ª Vara Federal. Também é um programa de adesão voluntária, com o objetivo de indenizar categorias com dificuldade de comprovação de danos, tais como lavadeiras, artesãos, areeiros, pescadores de subsistência e informais etc. Com a adesão ao sistema o requerente deve concordar com a quitação de danos única e definitiva. (FUNDAÇÃO RENOVA, 2021).

¹³⁵ Em atendimento ao Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) foram criados quarenta e dois programas socioambientais e socioeconômicos, com objetivo de promover as ações e medidas necessárias à reparação dos danos causados aos municípios atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão, ocorrido em 5 de novembro de 2015.

por Comissão de Atingidos de Linhares, Petição com detalhamento das categorias e/ou grupos atingidos e valores das verbas indenizatórias. A decisão da sentença para abertura das mesas de negociação, assinada pela 12ª Vara Federal, se deu em 04/07/2020. No dia 02/08/2020 as empresas causadoras do desastre apresentaram proposta de matriz de danos para o município de Linhares. E por fim, a 12ª Vara Federal definiu a Matriz de Danos para o município de Linhares em 20/10/2020 (FGV, 2021d).

Diante dessa mudança no contexto, o debate no território sobre o processo e as limitações percebidas pela população em relação ao sistema indenizatório simplificado (Novel) afloraram fortemente durante as oficinas. Os principais pontos relatados pelos atingidos e atingidas foram: falta de informação clara e confiável sobre o novo sistema; falta de representatividade dos atingidos e atingidas para definir a matriz de danos; insuficiência dos valores pagos; não reconhecimento da pluriatividade; necessidade de assinatura de termo de quitação geral¹³⁶; confusões estabelecidas entre os sistemas AFE (Auxílio Financeiro Emergencial), PIM (Programa de Indenização Mediada — PG02) e Novel; assédio e conflito com advogados; entre outros.

Trazendo mais complexidade ao cenário, está em curso um processo de repactuação conduzido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com a participação do Governo de Minas Gerais e do Espírito Santo, a União e outras Instituições de Justiça. Os baixos resultados do processo de reparação nos últimos seis anos, aliados a outros acordos realizados, como no caso do desastre da Vale S.A ocorrido em Brumadinho (MG) em 2019, inspiram a repactuação em curso, que ainda pode alterar rumos da reparação e, em certa medida, aporta insegurança aos atingidos.

Diante da dinâmica dos acontecimentos que envolvem todo o processo, é importante ressaltar que podem existir situações por ventura não identificadas. Contudo, os registros de campo levaram à identificação de sete danos socioeconômicos ligados ao processo de reparação: (i) Falta de acesso à informação adequada e de transparência; (ii) Insuficiência, baixa qualidade e inadequação das medidas reparatórias e falta de celeridade no Processo de reparação e remediação; (iii) Abuso da garantia de participação efetiva no Processo de reparação e remediação; (iv) Abuso da garantia de igualdade e não discriminação no Processo de reparação e remediação; (v) Agravamento da vulnerabilidade com o Processo de reparação e remediação; (vi)

¹³⁶ Um dos requisitos para entrada no Sistema Novel é a assinatura de termo de quitação geral. Ele diz respeito ao aceite, por parte da pessoa atingida, de quitação ampla e geral dos danos sofridos pelo rompimento da Barragem de Fundão, a partir do pagamento do valor estabelecido na matriz de danos municipal homologada pela 12ª VF para cada categoria e/ou grupo atingido. Ao longo desta seção serão trazidas diversas questões relatadas em oficinas relacionados a este requisito.

Barreiras de acesso ao Processo de reparação e remediação; (vii) Diminuição da segurança pessoal decorrente do Processo de reparação e remediação; e (viii) Perda de tempo útil/produtivo com o Processo de reparação e remediação. Tais formulações orientam a organização desta seção em sete blocos de conteúdo, conforme demonstra a Figura 53.

Figura 53 — Dimensão temática Reparação e remediação: danos socioeconômicos associados



Fonte: Elaboração própria (2021).

3.2.4.9.1 Falta de acesso à informação adequada e de transparência

Apresentamos nessa seção danos relativos à falta de acesso às informações diversas que envolvem o desastre e seus efeitos e ao processo reparatório conduzido por linguagem que não é clara, acessível e adaptada ao contexto sociocultural dos atingidos, o que os impossibilita de tomar decisões seguras e informadas e de exercerem plenamente seus direitos.

A falta de informação e transparência no processo de reparação em curso foi percebido durante todas as interações conduzidas no âmbito do levantamento de danos realizado pela FGV, o que desvela a falta de orientação e suporte às comunidades atingidas.

Os atingidos e atingidas de Linhares contam que não faziam ideia que o rompimento da Barragem de Fundão atingiria o Rio Doce, o que demonstra desde o início a falta de suporte informacional.

N: A gente nem imaginava que quilômetros e quilômetros de distância e ia chegar aqui na boca do rio. Quando fomos lá ver foi um desespero, pois como ia lá tomar banho, levar os netos para tomar banho, brincar de caiaque. Quando viu aquilo o coração disparou, pois não podia mais nada. É muito triste, desesperador. A gente não quer nem falar, é uma dor, um silêncio total. FGV_ILD_097

D: Pelo rompimento ter acontecido muito longe (em Mariana), não acreditávamos que chegaria na foz do Rio Doce, mas chegou. FGV_ILD_097

N: Um dia antes da chegada da lama estávamos num clima muito feliz, de altas ondas, o público vindo. Daí fomos no cais e vimos chegar uma água verde com lama por cima. A parte emocional da gente foi mais afetada. [...]. Foi uma sacanagem. Eu, por exemplo, nem sabia que existia essa barragem de Mariana e rompeu essa barragem, veio aqui e jogou essa lama aqui. FGV_ILD_093

D: Eu nem sabia que a Samarco existia. FGV_ILD_093

Segundo os relatos, a notícia do rompimento da Barragem de Fundão chegou pelas mídias e redes sociais. Com o passar dos dias as informações chegavam junto com muitas especulações e sem nenhum tipo de comunicação oficial e orientação, causando ainda mais desespero na população. Em seguida, uma invasão de repórteres e empresas contratadas pela Samarco foram chegando na região, gerando caos e iniciando conflitos.

N: Inicialmente não veio nenhum órgão ou instituição, órgãos ambientais ou instituições de justiça. Depois veio o Ministério Público, mas foi bem depois e antes ficamos desorientados. FGV_ILD_091

D: Inicialmente, faltou orientação dos órgãos de fiscalização (justiça e ambientais). FGV_ILD_091

N: Na verdade, não teve nem suporte e nem orientação para o assentamento. O momento foi de dor, de tristeza, de incerteza. Essa questão do desespero foi imensa. Tínhamos medo da lama chegar às lagoas, queríamos salvar a entrada nas lagoas. Além de procurar a Samarco, também procuramos a prefeitura para informações. FGV_ILD_105

D: Não tivemos nenhum suporte ou orientação logo que os rejeitos começaram a descer. FGV_ILD_105

Os atingidos e atingidas ainda relatam sobre a esperança que alguma ação impedisse a chegada da lama em Linhares, a angústia da espera compreendida entre o dia 05 e 21 de novembro de 2015 e a tristeza de presenciar a contaminação do Rio Doce.

N: Gostaria de enfatizar algumas coisas que foram faladas. No início, o companheiro falou que foram dez, mas foram vinte e poucos dias enquanto a lama descia. Nesse tempo tinham muitas possibilidades de segurar, pelo menos, grande parte deles. Então a gente ficava com esperança e que uma das represas a gente conseguisse pressionar essa empresa que jogasse para uma área de alagação e daí conseguiria segurar grande parte do rejeito. Mas a empresa não segurava porque iria parar as turbinas e perder milhões naquele dia. E aí passava mais uma e mais uma, então tinham várias possibilidades no caminho. E como eu sou um pouco esperançoso nesse momento me senti tão impotente que nem senti o psicológico daquele momento. FGV_ILD_093

D: Enquanto a lama estava descendo, havia esperança de que o rejeito fosse segurado de alguma forma. FGV_ILD_093

Ao mesmo tempo que a lama avançava nas águas do Rio Doce em direção a sua foz, as medidas emergenciais foram iniciadas pela empresa Samarco e suas contratadas. Dentre elas, a atividade de cadastramento dos atingidos e atingidas iniciou com procedimentos que, segundo os relatos, naquele momento já suscitavam falta de clareza e equívocos na concepção. Posteriormente, a passagem de responsabilidade para Fundação Renova não considerou e/ou realizou as alterações necessárias para um processo mais justo e alinhado às características locais. Como será debatido também em Barreiras de acesso ao Processo de reparação e remediação (Seção 3.2.4.9.6), o cadastro é um requisito de suma importância para pleitear os demais programas reparatórios.

N: [...] A Sinergia que veio primeiro e ela já fez errado. Tinha que ter ido na associação para saber quem era da pesca. Eu mesmo fiz o cadastro em mais de um lugar, mas quando a Renova apareceu não tinha meu cadastro. A Renova não aceitou o meu cadastro. Muitos colegas passaram pela mesma coisa. Eu não recebi. A gente fica revoltado. Quanta gente de fora veio e está recebendo mais do que a gente. A Renova começou a dar água mineral, mas depois de uma semana já parou. Eles vêm com caminhão pipa, mas a água é duvidosa. Muitas pessoas que são moradoras do lugar não receberam. Queria que isso fosse revisto. FGV_ILD_086

D: Muitos moradores e pescadores locais não receberam. FGV_ILD_086

N: Outra situação é que o juiz colocou na sentença que o dano registrado era o dano na época que a pessoa fez o cadastro. Beleza, a

pessoa faz o cadastro e a Renova diz o seguinte: nós vamos fazer essa primeira entrevista aqui e depois a gente faz uma visita familiar para ouvir as outras pessoas da família, então não precisa ficar preocupado com as outras informações porque vai ter momento para completar as informações. Então as pessoas fizeram esse cadastro, não ficaram com prova do que falaram, então a pessoa sentou lá na Renova ou no 0800 e não ficou com prova e a Renova registrou as informações. Hoje essas informações são a base de dados para dizer se a pessoa registrou dano ou não registrou dano. Então, assim, deu pra Renova o poder de dizer quem é que ela vai indenizar, porque só basta ela mudar a informação. Não estou dizendo que a Renova vá fazer isso, mas que possa ser investigado, se fizer uma perícia nos registros da Renova, pela polícia federal ou outro órgão, que isso possa ser apurado. Porque a pessoa saiu de casa, foi lá e fez o seu registro do seu impacto, apresenta todos os documentos e a Renova indefere o pedido dizendo o seguinte “não foi constatado ou relatado danos na época do cadastro”. Então é uma coisa lamentável e tem várias pessoas sendo indeferidas por esse argumento. “Você fez o cadastro, mas você não declarou o dano, então você não tem direito”. Isso não só dentro do assentamento. Dentro do assentamento também tem essa situação e não são poucas. Nós temos 100 famílias, mas nem todas fizeram o cadastro na data estipulada de abril de 2020. FGV_ILD_105

D: Hoje a Fundação Renova tem o poder de dizer quem vai ser indenizado e quem não vai partir de um cadastro injusto, insuficiente e sem transparência. FGV_ILD_105

O processo generalizado de desinformação ocorre desde o momento do rompimento da Barragem de Fundão, passando pela chegada da lama de rejeitos na foz e se mantendo até a realização das oficinas de levantamento de danos com comunidades atingidas. As narrativas apontam a falta de informações e laudos quanto à contaminação como o principal ponto de debate, tendo em vista que esses dados são de extrema relevância para decisões cotidianas que envolvem: atividades econômicas, culturais e de lazer; alimentação; saúde; meio ambiente, e outras.

N: Quando o rejeito chegou o mar ficou um vermelhão muito forte. Então, deu uma tristeza, de não saber o que ainda poderia vir. A dimensão desse impacto ninguém tinha percebido. Mesmo hoje, as pessoas não entendem como aconteceu uma coisa dessas. E ainda têm que lutar muito por reconhecimento, provar que fomos impactados, sendo que está tudo na cara. Foram feitas várias análises e os laudos até hoje não chegaram na mão da gente. FGV_ILD_090

N: Falta de informação quanto a qualidade da água, lençol freático. Usamos muitos poços artesianos e não temos informação dessa água e ninguém dá informação e laudos. Não temos garantia de nada. Povoação é a porta de saída disso tudo e estamos desinformados, ninguém informa nada. FGV_ILD_091

D: Não sabemos a qualidade dos lençóis freáticos. FGV_ILD_091

N: A Renova é uma empresa criada para fazer levantamento de danos e identificar até onde foi o impacto. Mas aqui no assentamento não

temos um lastro de impacto. A companheira falou dos danos na escolinha, e a gente vê que até hoje não foi feito nada. As empresas responsáveis para produzir os laudos, produzir um lastro, para identificar até onde a comunidade foi impactada, não fizeram. E até hoje a comunidade fica quebrando cabeça. [...]. FGV_ILD_105

D: Não temos informações sobre os resultados dos estudos de qualidade de água. FGV_ILD_105

A falta de informação e transparência quanto aos estudos e laudos que abordam os resultados referentes aos índices de contaminação trazem muita insegurança aos atingidos e atingidas, além de resultar em uma relação de muito desgaste com a Fundação Renova. As narrativas demonstram que não há credibilidade nas informações apresentadas, sendo identificadas contradições em resultados, conclusões e orientações à população atingida.

N: [...] Ninguém sabe como está essa contaminação. A gente recebe um laudo dizendo que está 100% contaminado, aí vem a empresa e fala que você pode comer 200 g. Nós gostaríamos que parasse no tempo e isso nunca tivesse acontecido. [...]. FGV_ILD_091

D: Falta de informação clara sobre a contaminação. FGV_ILD_091

N: Assim como aconteceu em Brumadinho. A gente está tratando com uma empresa que tem poder e conhecimento. É muito fácil fraudar um laudo. Não acredito que se não podemos usar água do Rio Doce, e vamos usar água de poço aberto ao lado de muitas fossas, inclusive por ter ligação até com o Rio Doce. FGV_ILD_086

D: Hoje temos insegurança em relação à qualidade da água. FGV_ILD_086

N: A gente está falando de Samarco e eles podem comprar tudo, até laudos. Então o que resta é confiar e não temos o que fazer. FGV_ILD_090

D: Necessidade de laudos técnicos realizados pela assessoria técnica de confiança já escolhida pela comunidade. FGV_ILD_090

N: [...]. Eu voltei para casa, porque o laudo contratado pela Fundação Renova não era um lado real e verdadeiro, depois a Aecom, junto com uma outra empresa, fez um lado que desmascarou esse laudo que tirou a gente daqui. FGV_ILD_092

D: Em 2018 aconteceu a desocupação na Av. Beira Rio, devido a laudos mentirosos. FGV_ILD_092

Diante de tantas informações geradas por estudos, relatórios, notas técnicas, liminares, sentenças etc., os atingidos e atingidas identificam a necessidade de um suporte técnico que auxilie as comunidades a decifrar, entender, participar e tomar decisões de forma mais esclarecida diante desse conjunto de dados. Dessa forma, diversos participantes

apontam a necessidade de instituir uma Assessoria Técnica Independente (ATI) para trabalhar junto aos atingidos e atingidas, conforme previsto no âmbito da celebração do Termo de Ajustamento Preliminar (TAP) e de seu respectivo Termo Aditivo, ambos assinados em 2017¹³⁷.

N: Não somos biólogos, mas essa parte é muito importante pra nós. O nosso Rio Doce está morto. E a nossa solução é que seja feito tudo com aval da nossa comunidade. Nós votamos e concordamos com uma assessoria e há uma outra que quer passar por cima da ADAE. Então eu acho que, reforçando, nós queremos a assessoria escolhida pela comunidade. Alguns vão comer peixe, pois olha o preço da carne como está. Da Renova não podemos esperar coisas verídicas. Temos pessoas capacitadas dentro da nossa comunidade pra acompanhar essas pesquisas, junto com as lideranças, pra monitorar as análises. Eles falam que tem análise, mas não tem. O Rio Doce não está apto. A assessoria foi escolhida pela comunidade e não foi contratada até hoje. FGV_ILD_090

D: Necessidade de laudos técnicos realizados pela assessoria técnica de confiança já escolhida pela comunidade. FGV_ILD_090

N: A assessoria técnica tem que fazer os laudos técnicos e exames profundos, para saber como está a saúde e saber como fica a questão das indenizações. As pessoas estão desunidas. A gente está fazendo *live*, mas a nossa vida está diferente. FGV_ILD_090

D: A gente não sabe como está a saúde das pessoas. FGV_ILD_090

A estruturação do sistema Novel como uma porta de acesso à indenização é bastante polêmica. Há falta de informação e clareza quanto às bases de definição da matriz de danos e às condições que imputam perdas de direitos com a adesão ao sistema. As narrativas apontam que muitos atingidos não são devidamente esclarecidos sobre as condições para adesão e só ficam sabendo sobre quitação geral, suspensão do AFE, dedução de valores recebidos e demais condições quando são contemplados na lista de deferidos.

¹³⁷ Em conformidade com o aditivo do TAP, em junho de 2018 o Fundo Brasil de Direitos Humanos (FBDH) foi contratado para a coordenação dos processos de escolha das ATIs, a partir de conformação de Comissões de Atingidos nos territórios de Minas Gerais (à exceção de Mariana, Barra Longa, Santa Cruz do Escalvado, Rio Doce e Chopotó) e Espírito Santo. Em julho de 2018, foi aberto o processo de credenciamento de entidades interessadas em oferecer ATI, e, em agosto, o FBDH retornou a campo para consolidar o processo de formação das comissões de atingidos e dar início ao processo de escolha das ATIs, que foi concluído no início de 2019. O Juiz da 12ª Vara Federal, sediada em Belo Horizonte, assinou a homologação das ATIs em setembro de 2019, quando as empresas, MPF e as entidades de ATI escolhidas iniciaram o processo de negociação dos planos de trabalho construídos de forma participativa com as comissões de atingidos para posterior contratação. Porém, as negociações não chegaram a um acordo e as ATI não foram contratadas até a data de finalização do presente documento (março de 2022).

N: Muitas pessoas, a maioria das pessoas que foram homologadas até agora, não souberam da proposta e do aceite e ficaram surpresos quando viram seu nome na lista. Muitas não sabem que quando aceitam abrem mão de todas as outras questões e outras ações. Daí outra questão que queria saber aqui, que é muito importante, sobre essa questão do abuso e da falta de ética de alguns profissionais.

FGV_ILD_105

D: Alguns advogados não estão comunicando os atingidos e usando a procuração para dar o aceite à proposta de indenização via sentença sem autorização. FGV_ILD_105

N: O sistema Novel. Quem criou essa matriz de danos? Qual foi o técnico que disse que o atingido tem que receber R\$ 75 mil? Ninguém veio ver se o impacto é de seis anos, ninguém andou em ilha para ver o que se perdeu. PIM [Programa de Indenização Mediada] e escritório da Renova não existe mais nas cidades atingidas, o caminho judicial é demorado e o que acontece é que tem que aderir à sentença por falta de opção. Você vai no MP [Ministério Público] e dizem: não sei ou a gente tá resolvendo, mas já são seis anos e estão acabando com os atingidos. Hoje só tem tristeza, briga por conta de uma empresa que nem sabe que a gente existe. Estamos precisando de ajuda. Estamos tão sufocados e ninguém nos ouve ou nos ajuda. Precisamos de ajuda, de escuta e de orientação. FGV_ILD_091

D: Falta de informação do MPF sobre o processo para os atingidos Povoação. FGV_ILD_091

N: Criaram o Novel com base em que? Usam categorias que não existem, uma falta de conhecimento enorme sobre o que é a atividade pesqueira. Não existe a categoria de pescador de subsistência, não existe. Eles consideram quem limpa pescado como marisqueira, mas marisqueira é quem trabalha coletando marisco. Quem limpa pescado é trabalhador da pesca e não marisqueira. [...]. FGV_ILD_091

D: Falta de critério para determinar os valores do novel. FGV_ILD_091

Além do complexo processo que envolve a reparação em curso e todos os atores diretos e indiretos do sistema de governança, soma-se o processo que corre no Tribunal de Recursos de Londres¹³⁸ como mais uma ação que carece de investimento em um processo de comunicação com as populações atingidas.

N: E essa nova ação que está sendo falada aqui em Linhares e em todas as regiões atingidas, essa ação lá da Inglaterra. Foram feitas várias perguntas e não teve resposta para o povo, só foi mandado um áudio para o povo ir lá e fazer a atualização cadastral. Então o pessoal quer saber o que acontece. Então o que fizemos, mandamos uma

¹³⁸ Corre no Tribunal de Recursos de Londres (Inglaterra) ação coletiva movida pelo escritório de advocacia PGMBM contra a empresa anglo-australiana BHP Billiton, uma das controladoras da Samarco. A ação solicita pagamento de aproximadamente 5 bilhões de libras (US\$ 6,9 bilhões) para mais de 200 mil reclamantes brasileiros atingidos pelo desastre, entre indivíduos, empresas, igrejas, organizações, municípios e povos indígenas. (AGÊNCIA BRASIL; RIDLEY, 2021).

mensagem por e-mail e eles responderam o seguinte, que as pessoas que já foram homologadas, já quitaram de acordo com a sentença e que provavelmente não tenham condição de entrar nessa ação da Inglaterra. Isso foi o que eles explicaram por e-mail. [...]. FGV_ILD_105

D: Há muita falta de informação confiável sobre o processo de reparação. FGV_ILD_105

3.2.4.9.2 Insuficiência, baixa qualidade e inadequação das medidas reparatórias e falta de celeridade no Processo de reparação e remediação

São apresentados nessa seção os danos relativos aos efeitos negativos do processo de reparação com a prestação de serviços falhos, morosos, ineficientes e insuficientes. Relaciona-se com a demora para endereçamento das demandas indenizatórias dos atingidos e com a não obtenção de soluções satisfatórias. Aqueles que sofreram estes danos podem ter sofrido também com o agravamento de vulnerabilidades e com a falta de acesso a serviços essenciais, os quais, em razão de terem sido comprometidos pelo desastre, despontam como obrigações das Empresas e por conseguinte da Fundação Renova.

Como apontado no texto introdutório desta dimensão temática, Linhares é local de frequente presença e atuação da Fundação Renova, sendo cenário de implementação de muitas ações e programas no âmbito da reparação em curso. Contudo, os relatos indicam que os resultados obtidos não são satisfatórios e estão longe de alcançar a desejada reparação integral.

N: A reparação nunca foi eficiente em questão de reparação. Nada saiu do papel e o que saiu ficou pela metade. Não foi efetiva e nem eficiente. A conversa aqui na ponta a quem assina os cheques, só sei que não se entendiam. Dava uma tratativa a um grupo de pessoas da Fundação Renova e depois isso caía, e vinham outras tratativas com novos grupos de pessoas da Fundação Renova. No território de Regência não foi eficiente. Com a questão AFE [Auxílio Financeiro Emergencial]: emergencial por seis anos? Porque não me dá mensal para me devolver a minha dignidade. Paga-se essa precificação mensal de doze em doze meses [anualmente]. Porque não paga isso mês a mês? E devolve a dignidade do atingido. Isso mostra a falta de eficiência em reparar a pessoa atingida. FGV_ILD_086

D: As ações da Fundação Renova nunca foram eficientes. FGV_ILD_086

N: [...] Eles estipulam o que fazer dentro da comunidade. Eu acho isso é muito errado, a gente tem que mostrar o que foi atingido e ver como é a melhor forma ser reparado, e não eles vêm aqui querendo empurrar do jeito que eles querem. FGV_ILD_104

D: Muitas vezes eles querem nos imputar os erros que eles nos causaram e querem impor os projetos, mas somos nós que temos que dizer o que queremos FGV_ILD_104

N: Afetou a nossa segurança. A nossa forma de lazer foi interrompida. Eles [Fundação Renova e empresas] não querem fazer como está no TAC [Termo de Ajustamento de Conduta]. Querem nos capacitar, mas não são boas as capacitações. Era para executar a recuperação de serviços de comércio, mas isso para eles não existe. Agora tudo está na mão do juiz. [...] FGV_ILD_090

D: Os direitos dos atingidos garantidos pelo TAC [Termo de Ajustamento de Conduta] não são colocados em prática. FGV_ILD_090

N: Então eu acho que estão esperando o meio ambiente se curar, cicatrizar, para voltarmos a pescar. Eu ouvi falar em recuperação de nascentes, mas nunca vi nada diferente acontecer. Só se recuperaram a nascente de alguma propriedade particular porque nunca mais voltamos a ter água. Aqui essa água não chegou. Não se faz nada para reparar isso. Algumas propostas são feitas, mas só querem tapar o sol com a peneira. Isso é uma impunidade muito grande. Uma crueldade com esse povo lutador. Há trinta e nove anos frequento e convivo com o povo dessa região. FGV_ILD_086

D: Precisamos da reparação do meio ambiente. FGV_ILD_086

As críticas à Fundação Renova relacionadas a insatisfação com a implementação dos programas dominam os relatos quanto a insuficiência, baixa qualidade e inadequação das medidas reparatórias. Elas são associadas também à morosidade nos procedimentos e respostas.

N: A Fundação Renova e as empresas têm estrutura para fazer tudo, para reparar, mas eles gastam bilhões contratando empresas e não faz pelas comunidades atingidas, ficam só enrolando. FGV_ILD_092

D: A Renova quer economizar o tempo todo e contesta os laudos. Eles querem proteger o lucro da empresa. FGV_ILD_092

N: A Renova criou esse sistema para pode favorecer ela mesma. Quando eu digo que a quitação é um bando de advogados terríveis. Eles elaboram coisas que só beneficiam pra eles. A quitação não é boa para nós, porque até quando que vai esse desastre? Daqui a dez anos? Daqui a quantos anos? Então eu não vou aderir ao sistema que ela me prometeu porque pra mim não é justo. Então, para as pessoas que não são merecedoras da situação e não viveram o problema, para eles é bom, porque eles não sabem pescar, não sabem trabalhar na roça. FGV_ILD_098

D: A Fundação Renova age com morosidade, não reconhecem nem mesmo quem tem documento. FGV_ILD_098

N: A Renova teve objetivo de acompanhar situação e ressarcir o prejuízo das pessoas. Mas eles entraram um caminho como se fosse

a Samarco e Vale, eles querem economizar o tempo todo, se entra com ação e é justo, eles não reconhecem. Como as casas agora, houve um laudo e as empresas que eles contrataram reconheceram que teve danos na casa, e a Fundação Renova simplesmente recorre, eles não querem pagar nunca. Então é capitalismo puro, para não ter prejuízo. Eles tão brigando pela Vale. É tudo demagogia, fazem propaganda dizendo que fazem isso, mas não fazem nada, só trabalham para Vale, BHP e Samarco, não tem função social nenhuma. Gasta fortuna com propaganda, mas quem foi realmente prejudicado sabe que é tudo mentira. FGV_ILD_092

D: A Renova quer economizar o tempo todo e contesta os laudos. Eles querem proteger o lucro da empresa. FGV_ILD_092

As narrativas apontam também para a falta de assertividade e medidas inadequadas no que se refere a implementação das ações, projetos e programas, o que causa desgastes e conflitos (como apresentado na Seção 3.2.4.6), além de transtornos e necessidades de complementação e/ou repetição de trabalhos. Em alguns casos, a implementação das ações nem chega a ser concluída, e no lugar de benefício se torna um passivo para a comunidade.

N: A barragem foi feita, mas não teve assistência e acarretou na morte de espécies de árvores e era local de reprodução de espécies como o jacaré, que procriava ali. FGV_ILD_105

D: Barreira feita para impedir espreado da lama para a lagoa Terra Altinha não teve manutenção e causou desequilíbrio ambiental. FGV_ILD_105

N: A questão do meio ambiente, e lá no início a própria Samarco com seus representantes que faziam a reparação na comunidade. Na época tinham ideias como passarela na praia para cadeirantes, aberturas de trilhas, jardins, praças com academia de ginástica, campo de bocha, área de entretenimento e lazer, casa do Congo. Isso são todos projetos que foram ditos pela empresa, mas não fizeram muitas das coisas prometidas. Cavaram os buracos do portal, mas não colocaram o portal. Das dez trilhas só fizeram cinco. Ao invés de embelezar deixou desproporcional. Muito complicado. FGV_ILD_086

D: As ações de infraestrutura em Regência feitas pela Fundação Renova nunca foram finalizadas nem tem manutenção. FGV_ILD_086

N: Igual o companheiro deixou claro, algumas coisas foram feitas pela metade. A gente tem um parquinho aqui que é dividido entre as crianças, cachorros e brinquedo quebrado. O parquinho fica sem manutenção. O parquinho está cheio de cachorro doente. Temos os garis que passam uma vassoura uma vez no mês. O ponto de ônibus foi caro, e com esse valor que foi pago poderia ter feito um ponto igual ao dos Estados Unidos, com ar condicionado e tudo. É lavagem de dinheiro. O ponto de ônibus faz você tomar sol e chuva, mal feito. E a população não falou nada porque ficou com receio de perder o emprego. O que adianta fazer uma fortuna de ponto de ônibus e não ter um reparo, uma manutenção. O mesmo para as trilhas, faz e deixa

jogado. Daí vem os vândalos que falam que são turistas e destroem tudo. Não teve reparo nem manutenção. O que era para ser bom virou um prejuízo. FGV_ILD_086

D: As ações de infraestrutura em Regência feitas pela Fundação Renova nunca foram finalizadas nem tem manutenção. FGV_ILD_086

N: E eles [Fundação Renova] falaram que se necessário, se der enchente eles vão tirar a gente novamente, não deram nenhuma garantia que não vão mais mexer com a gente. A gente está pedindo enrocamento das casas desde o início, se eles tivessem feito isso lá trás, eles poderiam entregar nossas casas, e daria a enchente que quisesse e ninguém precisava ser mexido novamente. FGV_ILD_092

D: São muitas promessas que a Renova não cumpre. Ficaram de colocar um enrocamento e não colocaram. FGV_ILD_092

O sistema Novel é abordado nos relatos pela insuficiência para garantir a reparação dos danos sofridos pelas categorias profissionais, além de ser usado não apenas para os casos de difícil comprovação como prevê a sua criação. O Novel passou a ser utilizado como opção única para acesso as indenizações e muitas vezes os atingidos têm que se enquadrar em categorias que não correspondem à sua realidade.

N: [...] As pessoas tiveram que assumir identidades que não existem e incentivam as pessoas a mentirem e entrarem em categorias que não existe. É uma grande armadilha. FGV_ILD_091

D: Falta de conhecimento sobre a pesca pela empresa e processo de reparação, gerando falta de reconhecimento dos atingidos. FGV_ILD_091

N: Mas eu queria focar mesmo nessas comissões, que participamos no começo. Achemos que, no desespero, seria e foi bom para muitos que estavam depressivos, sem caminho, sem nada e acharam uma brecha. Mas não sabíamos que isso causaria transtorno na vida dos pescadores. Muitas pessoas tinham seu documento, estava resguardado e virou essa bola de neve. Então nós, no começo até passamos os documentos, eu e muitos aqui. Umas cinco ou seis pessoas daqui. Mas vimos que não estava sendo um trabalho no coletivo, estava sendo ditadura, interesses próprios e saímos fora. [...]. FGV_ILD_090

D: A comissão municipal de Linhares não representa a comunidade de Povoação. FGV_ILD_090

N: A empresa não reconhece danos duplos [pluriatividade] pelo PIM [Programa de Indenização Mediada], mas quer reconhecer pelo Novel obrigando mais uma vez que o atingido entre no sistema Novel. O atingido recebe carta dizendo que não foi reconhecido e que o auxílio vai ser cortado, que o juiz reverteu o processo dele e dizendo que não se encaixa para receber auxílio, aí o atingido tem que recorrer ao sistema Novel. A empresa abriu o Novel para ser mais uma porta, mas estão usando para obrigar os atingidos a aderirem e dar a quitação geral. FGV_ILD_091

D: A empresa está obrigando a adesão à quitação do sistema novel.
FGV_ILD_091

Os relatos sobre a insuficiência do sistema Novel passam por três pontos principais, sendo: (i) os baixos valores atribuídos às indenizações por atividades econômicas, (ii) o total de meses atribuídos ao cálculo, e (iii) o termo de quitação geral que não considera o tempo necessário para a recuperação do meio ambiente e a retomada econômica.

N: E o que vem sendo pago é uma mixaria. O dinheiro ajuda, mas não devolve a nossa vida, não podemos voltar a exercer nossa profissão e não há dinheiro no mundo que pague isso. Queremos nossa vida de volta. FGV_ILD_091

D: Falta de critério para determinar os valores do novel. FGV_ILD_091

N: [...] Eles não querem pagar o que é correto. E quem não recebeu eles estão se negando a pagar. Se todo mundo mora no mesmo local, por que paga um e outro não? O valor é muito baixo e estão obrigando as pessoas aceitarem acordo e quitar. FGV_ILD_090

D: O valor de indenização não é suficiente para cobrir o que foi perdido.
FGV_ILD_090

N: A décima segunda vara reconhece muitas categorias (artesanato, lavadeiras, outras), mas a base de cálculo é diferente do PIM [Programa de Indenização Mediada] e é uma base mínima e você ainda tem que dar quitação geral. FGV_ILD_097

D: O juiz da décima segunda vara reconheceu o artesanato enquanto categoria desde 2015, mas segue o mesmo rito das outras categorias reconhecidas. FGV_ILD_097

N: Aí ligam para nós e tiram nosso auxílio, e não temos como pescar, não temos como produzir, e o que a gente vai fazer? Ir pra vida do crime? A partir do momento que não dá alternativa de renda, tá me dizendo para ir para vida do crime. [...]. FGV_ILD_104

D: Muitas vezes eles querem nos imputar os erros que eles nos causaram e querem impor os projetos, mas somos nós que temos que dizer o que queremos FGV_ILD_104

Uma preocupação relatada diz respeito ao gerenciamento dos recursos recebidos pelos atingidos e atingidas. A grande maioria não está habituado a lidar com esse volume de recursos financeiros e não foram preparados ou orientados sobre possíveis formas de gerenciamento e/ou investimento da quantia recebida. Com o custo de vida alto e inflacionado pelo próprio advento do recebimento das indenizações, o poder aquisitivo está cada vez menor e o dinheiro das indenizações não rende, sendo relatado que muitos que receberam já não têm mais nada.

N: [...] Foi colocado dinheiro em um volume que não estava acostumado e sem orientação, as pessoas não sabem como lidar, não sabe como gerir, nem sabiam que iam pagar imposto. Nossa realidade era outra, não fomos orientados, não pedimos para lama cair nas nossas costas e caiu. FGV_ILD_091

D: Inicialmente, faltou orientação dos órgãos de fiscalização (justiça e ambientais). FGV_ILD_091

N: [...] Isso trouxe sérios danos, à juventude, muita droga, muito álcool, muita prostituição infantil, muita família se separando, pessoas não querendo trabalhar, acha que R\$ 80.000,00 já tá rico, porque nunca viu dinheiro na vida, as pessoas não foram preparadas para aquilo, a gente tava preparada a tá com nosso peixinho de porta e porta vendendo, muitas vezes trocava por um quilo de mantimento, e de repente chega com R\$ 400.000,00, R\$ 100.000,00, R\$ 200.000,00. E como vai administrar? Trouxe muito dinheiro e muita pobreza. E esse grande problema ficou para gente. [...]. FGV_ILD_104

D: Os recursos vêm para os municípios, mas as comunidades não são beneficiadas. FGV_ILD_104

N: [...] E hoje muita gente recebeu dinheiro, mas sem preparação de educação financeira e de preparação para viver o depois. E não poderão reclamar de nada. FGV_ILD_093

D: Desde então sabíamos que as ações para reparação não seriam tomadas. FGV_ILD_093

Após seis anos de desastre o debate ainda se encontra muito concentrado nos programas indenizatórios, mas os relatos apontam que a restauração dos modos de vida depende de um conjunto de ações e programas, sendo a preocupação com o futuro bastante voltada a retomada das atividades econômicas. Ademais, os atingidos e atingidas vinculam a inadequação das medidas reparatórias à falta de perspectiva de soluções a longo prazo, uma vez que não existe clareza de quando os danos vão cessar e tão pouco quais problemas relacionados à contaminação podem surgir no futuro.

N: O futuro é preocupante, porque a Renova não reconheceu muita gente ainda, muitos estão fazendo a quitação final e como vai ficar isso depois, se você não pode pescar, não pode plantar? Devolver o rio como era antes, isso nunca mais. Por enquanto é só umas doenças, problema de saúde. E daqui a dez anos como vai ser? A gente não pode pescar, a gente não pode comer peixe. O futuro é preocupante. No meu pensamento, o rio limpar e voltar ao que era não volta nunca mais. FGV_ILD_098

D: Hoje me pergunto até quando vamos ficar sem trabalhar? E quanto tempo vai levar para reconhecer os atingidos? FGV_ILD_098

N: [...] Aqueles que estão atrás da legitimidade estão atrás do dinheiro, e aqueles que estão dentro da comunidade, estão buscando medidas

de reestruturação, o que realmente vai ficar dentro da comunidade, qual o legado que vai ficar. Porque um dia as empresas vão embora e nós vamos ficar. O importante é esse legado para que a gente possa se reconstituir enquanto comunidade. E é difícil, tá difícil. FGV_ILD_104

D: Temos que pensar no processo enquanto legado que restará para a comunidade, porque o processo vai embora e nós vamos ficar. FGV_ILD_104

3.2.4.9.3 Abuso do direito de participação efetiva no Processo de reparação e remediação

Este dano está relacionado à ausência ou insuficiência de participação adequada da pessoa atingida em todas as fases do ciclo do desastre. A ausência de participação se manifesta em casos em que as pessoas atingidas não são ouvidas, não têm acesso humanizado aos canais de atendimento, e não conseguem influenciar o processo de reparação, fazendo com que a reparação que lhes é entregue não atenda aos anseios e expectativas.

Durante as oficinas, atingidos e atingidas relataram as fases do processo de reparação em curso, desde a criação das primeiras comissões até os dias atuais, sendo apontado como a participação foi enfraquecendo e as pessoas atingidas deixaram de ter algum nível de influência no processo, tendo sido gerado um sentimento de falta de representação e abandono.

N: Foi pedido para que a gente fizesse uma comissão, a gente até fez e frequentava todas as reuniões com MPF [Ministério Público Federal] e Renova até que partiu para o lado do juiz e a gente foi esquecido. A gente tava por dentro de tudo que estava acontecendo, cobrava o que precisava. Hoje a gente não está sendo representado por ninguém, tudo que eles decidem é por conta própria. [...] O juiz lá não faz ideia o que a gente está passando, e os caras da Renova, são muito complicados, não dá pra confiar. [...] FGV_ILD_092

N: Vamos ver se vocês podem nos ajudar como MPF [Ministério Público Federal], parece que a gente está meio abandonado pelo MPF, Defensoria. Eles não estão engajados como era no começo. Tínhamos uma comissão e frequentávamos as reuniões com a Força Tarefa do Ministério Público e Renova, mas hoje não tem mais nada. FGV_ILD_092

D: Tínhamos uma comissão e frequentávamos as reuniões com a Força Tarefa do Ministério Público e Renova, mas hoje não tem mais nada. FGV_ILD_092

N: A gente precisa de um representante, porque só os colegas nos representando, não adianta, a gente tem que ter um forte, um MP [Ministério Público] para lutar por nós, senão a gente vai ser mais umas pessoas esquecidas. FGV_ILD_092

D: A gente precisa de uma assessoria técnica e Defensoria Pública da União, para lutar por nós. FGV_ILD_092

N: [...] A gente se sente mesmo órfãos, abandonados pelo poder público. Acharmos que o Ministério Público deveria vir nos orientar. E os órgãos ambientais também. Tivemos que aprender a lidar com as empresas sozinhos. FGV_ILD_090

D: A chegada de pessoas de fora interessadas pelos benefícios [Auxílio Financeiro Emergencial] causou crescimento desordenado e insegurança. FGV_ILD_090

Um debate muito presente e polêmico nas oficinas é a criação de novas comissões de atingidos nos territórios. Segundo os relatos, a comissão municipal de Linhares liderou o pleito de aprovação de matriz de danos junto a 12ª VF para implementação do sistema Novel em Linhares, contudo, sem a participação dos atingidos e atingidas.

N: [...] E nesse sistema Novel houve um pedido elaborado pela comissão municipal de Linhares, sendo que essa comissão nunca conversou com a gente do surfe, a gente não sabe nem quem são as pessoas, nunca vieram aqui no nosso território. E essa comissão acabou fazendo um pedido de reconhecimento dos surfistas como atingidos. Eu tive a oportunidade de ver o pedido, é um pedido gigante, falando de todas as categorias, bem amplo e no final fala assim “e os surfistas também”, do tipo “bota isso aí também”. [...] FGV_ILD_093

D: A [nova] comissão de Linhares fez pedido de reconhecimento dos surfistas sem conversar com a gente, e a sentença do juiz foi negativa para sermos contemplados pelo sistema novel. FGV_ILD_093

N: Criaram uma nova comissão em Linhares, a qual não nos [Povoação] representa, e foi tomando decisão sem escutar a comunidade e sem o direito a participação.. FGV_ILD_091

D: Comissão de Linhares que não nos representa, e nós não somos ouvidos. FGV_ILD_091

N: [...] Então nós gostaríamos muito que o excelentíssimo juiz nos ouvisse e poderemos dizer que nenhuma comissão municipal nos representa. Porque nunca vieram dentro da nossa comunidade saber das nossas demandas. E gostaríamos muito que o Poder Público, a Ramboll, o Poder Judiciário nos ajudem nisso aí. Como que uma pessoa de São Mateus quer representar a foz do Rio Doce? Quer falar pelos nossos direitos, pelo nosso trabalho, pela nossa convivência e pelo nosso impacto? FGV_ILD_090

D: Falta representatividade dos atingidos de Povoação dentro do Comitê Interfederativo. FGV_ILD_090

Outro debate relacionado à participação diz respeito ao processo de repactuação, onde os atingidos e atingidas demandam participação efetiva na construção da repactuação

e definição das ações e recursos aplicados. São relatadas preocupações com os caminhos desenhados junto ao poder público estadual e municipal, temendo que a reparação não chegue de fato aos atingidos e atingidas.

N: [...] Queremos reuniões com MPF para dar satisfação, posição quanto a repactuação. Queremos participar das reuniões fechadas para repactuação, não só das audiências públicas. FGV_ILD_091

D: Falta de participação nas reuniões fechadas dos atingidos no processo de repactuação. FGV_ILD_091

N: [...] Me preocupa, pois, com a repactuação está tudo indo pra mão do governo, e a gente tá sendo cada vez mais refém. E a oportunidade de ser reparado está ficando cada vez mais distante. [...]. FGV_ILD_104

D: Temos receio que o processo de repactuação aloque os recursos para o poder público, mas não beneficiem as comunidades. FGV_ILD_104

3.2.4.9.4 Abuso da garantia de igualdade e não discriminação no processo de mediação/reparação

Os danos agrupados nessa seção estão relacionados à percepção dos atingidos de que houve um tratamento não igualitário e discriminatório no âmbito das ações reparatórias, seja no âmbito de medidas de resposta (com ênfase ao AFE), seja nas ações de recuperação, reconstrução e reabilitação e, ainda, no âmbito do cadastro, que fornece subsídios para todos os programas socioeconômicos.

Dentre os municípios da RECM/ES, Linhares se diferencia por ter sido um dos primeiros municípios a ter ações emergenciais realizadas, devido aos danos provocados pelo desastre. Durante as oficinas as narrativas resgataram o início do pagamento do AFE, a partir do cadastro realizado pela empresa Sinergia (contratada da Samarco), onde as pessoas atingidas passaram a sentir discriminação por serem rotuladas como aproveitadores e não como vítimas do desastre, sendo a situação agravada pela exposição gerada no momento de acesso ao auxílio.

N: Abala muito o psicológico, pois ainda escutamos que somos aposentados da Samarco, que somos aproveitadores. Não queremos ser aposentados, queremos nosso trabalho, nossa vida. Isso dói muito. Quando a Sinergia veio entregou um cartão aos pescadores e esse cartão tinha que ir sacar o dinheiro no caixa eletrônico e em 2016 tinha filas enormes para sacar e as pessoas passavam e falavam: “Olha lá, os aproveitadores”. Nós não somos aproveitadores, mas se tiraram nosso meio de sustento tínhamos que pegar, senão íamos passar fome. E eu olho para o rio e só penso: “Meu Deus, quando será que eu vou poder exercer minha profissão? Quando vou ter meu meio de vida sem depender dessa empresa?” FGV_ILD_091

N: [...] Não temos resposta. Hoje somos chamados de vagabundos, que queremos enriquecer e aposentar em cima da empresa. Não, nós não queremos enriquecer ou aposentar, mas ela [Samarco] nos tirou a nossa riqueza, nosso meio de vida, tirou tudo de nós. FGV_ILD_091

N: [...] Antes todo dia você trabalhava, todo dia tinha seu dinheiro e tinha seu comprador. Hoje tem que viver de auxílio mensal que não cobre o que você necessita, você passa a ser chamado de várias coisas e isso é muito humilhante para nós. FGV_ILD_091

D: Seremos julgados como aproveitadores causa transtornos psicológicos. FGV_ILD_091

Os relatos apontam que os critérios adotados não incluem todas as categorias profissionais de atingidos e atingidas, e mesmo quando incluem há tratamento diferenciado e discriminação, sendo muitas vezes orientado pelos próprios funcionários e advogados da Fundação Renova a alterar a identidade profissional para que o processo possa seguir.

N: [...] A Renova nos oprime e nos tira de nossa identidade de agricultor e às vezes joga alguns como pescador, ou às vezes joga em consumo próprio, sendo que a pessoa faz comercialização. Daí a gente quando procura advogados eles [Renova] ficam dizendo que a gente está complicando e quer atrapalhar. Querem colocar o povo contra a gente e é muito sério isso. FGV_ILD_105

D: Estamos presenciando a pressão da Renova, que tira nossa identidade de agricultor, pescador, e agora também de alguns advogados de fora. FGV_ILD_105

N: [...] Hoje temos desigualdade de reconhecimento, pessoas que nunca pisaram na água receberam e famílias que sempre viveram no local não receberam nada. [...] Sinto agressividade e irresponsabilidade dessa empresa que trata da reparação e reforço a certeza da impunidade e da nossa impotência para resolver. [...]. FGV_ILD_093

D: Não podemos mais surfar no litoral de Linhares por conta da insegurança em relação à contaminação. FGV_ILD_093

Associada as dificuldades de reconhecimento das categorias profissionais ainda há relatos de constrangimento quanto ao processo de cadastro onde as múltiplas atividades (pluriatividade) e os múltiplos danos não são aceitos.

N: Gostaria de salientar que muitas pessoas não tiveram um dano só, mas só tiveram direito a receber por uma categoria. Por exemplo, a pessoa é artesã e tem uma propriedade, mas só consegue ingressar com uma perda, tem que escolher e é um constrangimento. FGV_ILD_097

D: A Fundação Renova só reconhece parcialmente os danos causados, quando a pessoa exerce diferentes atividades produtivas.
FGV_ILD_097

Os critérios de reconhecimento também são pontos que suscitam processos não igualitários entre os atingidos e atingidas, uma vez que pessoas nativas e que exercem a mesma profissão reconhecida para seus vizinhos, amigos e parentes não são aceitos e/ou aprovados pela Fundação Renova.

N: [...] Reconhecem uns e não reconhecem outros. Eles fazem pouco do nosso conhecimento, sabem do nosso direito e não fazem isso prevalecer. Se precisamos de segurança ou saúde eles dizem que isso é com o Estado. Então porque já não fizeram? Eles não sabem agir na lei e a lei não faz eles agirem. Eles são ricos e não pagam o que devem.
FGV_ILD_090

D: Os direitos dos atingidos garantidos pelo TAC [Termo de Ajustamento de Conduta] não são colocados em prática. FGV_ILD_090

N: [...] Minha mãe é nativa daqui. Muitas pessoas são nativas e não reconhecem o direito delas. É desgastante, mas temos que achar força e tranquilidade para continuar batendo de frente nessas empresas, questionando, reivindicando. FGV_ILD_090

Pessoas exaustas e desgastadas. FGV_ILD_090

N: A lama continua descendo e aqui é o depósito dela. E isso não vai mudar nunca. Porque agora mesmo é época de cheia e a cor do rio está da cor que a lama chegou aqui. E o não reconhecimento dos ribeirinhos e dos ilheiros é uma falta de vergonha da Renova. A Renova não nos reconheceu e isso é vergonhoso. Os ilheiros que vivem na margem do rio deviam ser reconhecidos. Eles tinham que dar prioridade a essas pessoas. [...] É revoltante isso dos ilheiros e ribeirinhos não serem reconhecidos. FGV_ILD_098

D: A Fundação Renova não reconhece todos os danos que estamos sofrendo. FGV_ILD_098

As narrativas ainda apontam para questões importantes quanto ao tratamento de processos que estejam alinhados às especificidades locais e direitos constituídos. Diversas comunidades atingidas possuem modo de vida tradicional e o tratamento comum viola direitos e não oportuniza a reparação em um processo em condição justa à sua identidade.

N: [...] Somos comunidades tradicionais e não tivemos o devido reconhecimento. Por exemplo, em Entre Rios as pessoas são pescadoras e agricultoras e não reconheceram como as duas atividades. FGV_ILD_097

N: Regência e Povoação são comunidades da foz do Rio Doce com singularidades reconhecidas no TTAC [Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta], somos comunidades tradicionais e temos reconhecimento e direito constitucional que não estão sendo respeitados no processo de reparação. [...] FGV_ILD_097

D: Somos comunidades tradicionais e não tivemos o devido reconhecimento para reparação. FGV_ILD_097

As narrativas ainda ressaltam o tratamento desigual de gênero no âmbito da reparação em curso, sendo um dos principais pontos de insatisfação das mulheres durante as oficinas realizadas em Linhares. As mulheres apontam que não são acolhidas em diversas instâncias do processo de reparação, como o fato de serem comumente colocadas no cadastro como dependentes de seus companheiros, mesmo que tenham atividades econômicas próprias prejudicadas pelo desastre¹³⁹.

N: Gostaria de falar em respeito às mulheres: marisqueiras, consertadeiras de tarrafas e redes e outros trabalhos na pesca. Essas mulheres não foram tratadas dignamente. A maioria dos pescadores são do sexo masculino. A minha companheira pesca há muitos anos, mas até hoje nunca foi reconhecida pela Fundação Renova como pescadora profissional. Recebe o AFE [Auxílio Financeiro Emergencial], mas não é reconhecida. Entramos numa ação extrajudicial. A Fundação Renova não aceitava o protocolo [do Registro Geral da Pesca — RGP] dela. Alguns pescadores recebem o AFE, mas as esposas não recebem. Quem tratava aquele peixe eram as esposas. As esposas não estão conseguindo receber e as empresas falam que os maridos na época não colocaram a questão das esposas. As empresas só querem acabar com o problema de forma rápida, mas não reparam de forma efetiva. FGV_ILD_086

D: As mulheres não foram tratadas dignamente no processo de reparação. FGV_ILD_086

N: Outra coisa é que as mulheres deixaram de trabalhar e foi diminuída [no cadastro] a dependente do marido. Houve divórcio em massa, brigas, o próprio filho brigando com o pai. FGV_ILD_093

D: As mulheres e filhos não foram reconhecidos pela Fundação Renova como atingidos, mas como dependentes dos maridos, o que gerou muitos conflitos familiares. FGV_ILD_093

N: A gente [mulheres] viveu impacto diferente e tratativa diferente, fomos muito desvalorizadas, colocaram o titular da casa e a mulher

¹³⁹ Em estudo realizado a partir dos dados do Cadastro (FGV, 2019e) é apontado que, dos titulares com recebimento do auxílio ativo em agosto de 2019, apenas 36% eram mulheres. Outro estudo realizado pela FGV (2019a), que analisa relatos de mulheres realizados à ouvidoria da Fundação Renova, foi identificada a invisibilidade de seu ofício, especialmente como pescadora ou componente da cadeia da pesca, pois o cadastro as apontava como dependentes do marido. A mesma questão foi identificada pela Defensoria Pública do Espírito Santo (DPES, 2018) em relatório sobre a situação das mulheres atingidas pelo desastre do rompimento da Barragem de Fundão, no Espírito Santo.

sujeita a ele. Não colocava a gente como pescadora, colocava como auxiliar de pescador. Eu tive dificuldade de ser reconhecida, até mesmo porque era mãe solteira e sempre mantive tudo sozinha, eles não compreendiam esse papel duplo que tínhamos. Eles fizeram sim essa divisão com a gente, e queria me colocar como dependente do meu pai, mas eu não aceitei, pois eu sou independente do meu pai, eu sou igual a ele, tenho minha família. Eles fizeram isso com minha irmã e minha mãe que foram dependentes do meu pai. Eles fizeram essa discriminação com a gente. E até hoje é um absurdo, nos comércios fizeram tratativas diferentes, com a gente da pesca passamos dificuldade até hoje. Para quem é mãe solteira deve entender o que estou dizendo. ^{FGV_ILD_104}

D: Nós mulheres fomos discriminadas no processo de reconhecimento de impactadas, sendo obrigadas a nos submeter a um modelo patriarcal na formulação dos cadastros. ^{FGV_ILD_104}

3.2.4.9.5 Agravamento da vulnerabilidade com o Processo de reparação e remediação

Os danos apresentados nessa seção estão relacionados à acentuação de vulnerabilidades pelo processo de reparação em virtude da morosidade e ineficiência de sua execução, bem como em razão do tratamento dado às pessoas atingidas sem endereçar adequadamente fatores relacionados a gênero, raça, deficiência, entre outros marcadores sociais da diferença.

É fato que a chegada da lama de rejeitos mudou abruptamente os modos de vida das comunidades e lançou insegurança quanto a manutenção de direitos básicos, criando e/ou agravando situações de vulnerabilidade. Conforme relatado nas oficinas, existe um processo que se inicia com a chegada da lama e que permanece ao longo dos anos, sem previsão de um desfecho da recuperação desses modos de vida.

N: [...] Quando a lama chegou, lembro bem das brigas e confusão, pela chegada de água e cesta básica. Foi desumano ter que brigar por isso. E coisas que até hoje não foi recuperado. Os peixes, os rios, recebemos notícias no WhatsApp de peixes sofrendo mutação. ^{FGV_ILD_090}

D: Houve desespero da comunidade pela falta de apoio e suporte da Samarco. ^{FGV_ILD_090}

Como apresentado nas demais dimensões temáticas ao longo desse documento, os atingidos e atingidas de Linhares destacaram fortemente as características tradicionais de suas comunidades, sendo a relação com o Rio Doce e/ou o mar um elemento fundamental na reprodução de seus modos de vida. Dessa forma, é clara a importância dessas relações para o pescador que conta sobre perda de independência financeira e,

por vezes, indica a aproximação de um estado de pobreza inédito em suas vidas. O mesmo ocorre para os demais profissionais e comunitários que também usufruíam dessa relação com um ambiente provedor de alternativas principais ou complementares à renda e alimentação das famílias.

N: Na questão da alimentação mudou tudo, pois o peixe que era a proteína mais consumida na comunidade teve que mudar. E substituir por mercado é muito difícil, pois é tudo muito caro. Hoje é difícil sustentar a família com alimentação, estudo, água, luz, internet, gás etc. Mesmo quem recebe o auxílio passa dificuldade, pois o valor é baixo, baseado no salário mínimo, e não reflete a renda original das pessoas. As pessoas ganhavam muito mais no artesanato, na pesca, no comércio. Os custos muito altos e tem muita gente passando necessidade dentro da comunidade, não dá para comer carne que tá muito caro e as vezes nem ovo dá para comprar. FGV_ILD_097

D: Tem gente dentro da comunidade passando aperto financeiro. FGV_ILD_097

Os relatos também apontam que as redes de solidariedade são um fator importante para as comunidades no enfrentamento dos momentos de adversidade, principalmente para grupos mais vulneráveis. Contudo, depois do desastre, essas redes se enfraqueceram (como também tratado na Seção 3.2.4.6), podendo ter como fatores motivadores as dificuldades enfrentadas, as mudanças culturais e os conflitos gerados dentro do próprio processo de reparação.

N: Depois das indenizações ficaram mais individualistas. A chegada de pessoas de fora também influenciou a mudança de cultura, pois trouxeram outros costumes. Um exemplo também foram as associações, pois cada uma passou a correr atrás do seu, não havia união e rompeu as relações. Hoje estão tentando resgatar as relações em busca de um plano para foz. FGV_ILD_097

D: A comunidade aumentou, pelo número de pessoas que vieram aqui em busca de um cartão (auxílio). FGV_ILD_097

O agravamento de situações de vulnerabilidade das mulheres é um dos efeitos negativos promovidos por desastres, necessitando de empenho e medidas adequadas para mitigar e reparar integralmente as consequências geradas. Segundo os relatos, o processo reparatório em curso não atende condições minimamente justas para garantir direitos e possibilidades de retomada de suas vidas, tendo como exemplo as impossibilidade de acessar os aportes financeiros devidos, retirando a autonomia e ainda agravando situações de conflitos e violência contra as mulheres (Seção 3.2.4.6).

N: [...] Depois de seis anos, coube a mulher de toda a calha do [rio] Doce suportar o que foi despertado de pior na sociedade, porque os homens pararam de pescar, começaram a beber, iam pra dentro de

casa brigavam com as esposas, muitas das mulheres foram denegridas, sofreram violência sexual e moral, pois os homens não souberam lidar. [...] Muitas mulheres foram para os cadastros de seus maridos e não receberam R\$ 1,00 sequer. Coube a mulher até nisso, ser o fundo da panela que aguenta o fogo, ser o chinelo que calça o homem.^{FGV_ILD_104}

D: Nós mulheres fomos discriminadas no processo de reconhecimento de impactadas, sendo obrigadas a nos submeter a um modelo patriarcal na formulação dos cadastros.^{FGV_ILD_104}

N: [...] Sofremos violência no nosso trabalho, e também pela própria Samarco que não nos reconhecia como pescadoras e marisqueiras. Fomos obrigadas a pertencer a um cadastro masculino, muitas de nós tivemos que ouvir de homens que estavam recebendo deles. [...].^{FGV_ILD_104}

D: Nós mulheres fomos discriminadas no processo de reconhecimento de impactadas, sendo obrigadas a nos submeter a um modelo patriarcal na formulação dos cadastros.^{FGV_ILD_104}

Outra questão narrada de forma marcante é a preocupação com a vulnerabilização de pessoas jovens e idosas, principalmente no que tange às oportunidades de se colocarem ou recolocarem em uma nova atividade econômica. Para os idosos trata-se de uma tarefa ainda mais difícil tendo em vista as limitações de oportunidades e até de adaptação.

N: Aqui dentro da comunidade as pessoas mais velhas tinham conhecimento e tiravam seu sustento da pesca, do artesanato e é o que sabem fazer, se for sair pra fora em que área vai trabalhar? Para os jovens é mais fácil, mas para os mais velhos que tem anos e anos praticando a atividade é mais difícil se adaptar a fazer outra atividade.^{FGV_ILD_097}

D: Não sabemos qual o futuro desta comunidade, pois a maioria dos pescadores não sabem nem ler e é difícil se engajar em outras profissões.^{FGV_ILD_097}

Um dado de realidade para os profissionais da pesca é a baixa escolaridade, sendo ainda mais acentuada para os mais idosos que muitas vezes não conseguiram acessar e concluir o ensino primário. Essa realidade é relatada como um ponto que torna os atingidos e atingidas mais vulneráveis frente a um processo de reparação que exige ações, entendimentos e procedimentos por vezes muito complexos. A dificuldade de compreensão dos processos gera também maior suscetibilidade a profissionais que se aproveitam dessas condições.

N: Os advogados se aproveitaram da baixa escolaridade. A falta de escolaridade dos pescadores os tornaram mais suscetíveis aos

aproveitadores no processo de reparação. E até hoje existe muita falta de informação. FGV_ILD_091

D: A falta de escolaridade dos pescadores os tornaram mais suscetível a aproveitamento no processo de reparação. FGV_ILD_091

N: Os advogados estão usando de má fé com os atingidos, muitos atingidos leigos, que não sabem ler e nem podem levar ninguém junto. O sistema Novel propiciou essa situação, ficando mais fácil cair em armadilhas. FGV_ILD_091

D: Advogados acessando o sistema por terceiros sem autorização. FGV_ILD_091

O agravamento da vulnerabilidade ainda é ligado a dois outros importantes aspectos do processo de reparação em curso: a forma inadequada de implementação das indenizações e a falta de medidas para conter as consequências negativas que elas podem gerar. É relatado que inicialmente os cadastros aceitavam as pessoas de forma indiscriminada e isso fez com que algumas buscassem as comunidades na esperança de serem contempladas com recursos do AFE. Assim, são atribuídos aos programas indenizatórios o aumento da população e também da violência e criminalidade. Pessoas em situação de vulnerabilidade chegam às comunidades na tentativa de acessar auxílios financeiros e acabam ficando mesmo quando não têm sucesso com o processo.

N: Agiram com total incompetência, buscando pessoas nas ruas, foram recebendo gente de fora, aumentou o índice de criminalidade, consumo de droga. Eu vejo uma Povoação antes e outra Povoação hoje. FGV_ILD_090

D: Chegada de pessoas de fora em busca de Auxílio Financeiro Emergencial e indenização. FGV_ILD_090

N: Houve a chegada de muitas pessoas em situação de vulnerabilidade na comunidade em busca de indenização, de cartão [Auxílio Financeiro Emergencial] e nos preocupamos. A gente teme que Regência se transforme em um grande bolsão de pobreza, pois quando acabar esses recursos [indenizações] o problema social vai ficar e vai reverberar de forma negativa na comunidade. FGV_ILD_097

D: Muitas pessoas chegam em Regência na condição de vulnerabilidade social muito grande e afeta as relações entre os moradores. FGV_ILD_097

3.2.4.9.6 Barreiras de acesso ao Processo de reparação e remediação

Nesta seção são apresentados danos decorrentes dos obstáculos enfrentados pelas pessoas atingidas no acesso à reparação, a exemplo de exigências documentais e comprobatórias não condizentes com a realidade sociocultural dos atingidos e critérios de elegibilidade indevidos.

É relatado em toda bacia do Rio Doce que o processo reparação em curso institui procedimentos burocráticos e exigências documentais para elegibilidade que impossibilitam o acesso de muitos atingidos e atingidas aos programas de reparação, sendo apontado como principal entrave o programa de cadastro, já que este é a porta de acesso ao demais programas (FGV, 2019e; FGV, 2020m; FGV, 2020k; FGV, 2021i; FGV, 2022). Em Linhares as narrativas também abordam a dificuldade de acesso ao cadastro, seja pela falta de informação e transparência do processo (como apresentado na Seção 3.2.4.9.1 e/ou pelas barreiras de elegibilidade.

N: Os documentos que estão pedindo não são os documentos que temos para nos identificar ou comprovar. Nós temos a Declaração de Aptidão ao Pronaf, que é a DAP, inscrição no IDAF [Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo], inscrição estadual, temos contrato de banco, mas nada disso, a gente manda isso e a Renova indefere. FGV_ILD_105

D: Para os assentados, a declaração emitida pelo Incra e outros documentos de agricultura familiar (DAP [Declaração de Aptidão Pronaf], por exemplo) deveriam servir como comprovante de residência. FGV_ILD_105

D: A Fundação Renova não reconheceu os trabalhadores autônomos e artistas como impactados e também não reconheceu os dependentes. FGV_ILD_097

N: Toda festa do robalo eu participei, mas não há mais eventos. Eu tenho meu CNPJ. Tudo eles dizem que eu tenho que provar o meu dano. Eu tenho alvará de tudo e não serve como prova. [...] Tem gente que não sabe a diferença de um robalo para uma pescadinha e está recebendo. É justo isso? A Samarco quer que eu comprove o meu dano em 2015. FGV_ILD_090

D: Mesmo com a documentação para comprovar, o valor de indenização não é suficiente. FGV_ILD_090

N: Mesmo a gente comprovando tudo, a gente não consegue acessar nossos direitos. Eles disseram que só haveriam cem cartões para Regência e distribuíram mil. Sugerimos irem à escola para ver quem eram os moradores, que tinha filho matriculado nas escolas. [...]. FGV_ILD_086

D: Muitos moradores e pescadores locais não receberam. FGV_ILD_086

N: Eu não sou daqui mas moro há trinta e sete anos aqui e até hoje não fui reconhecida. A Samarco falou que eu não tenho perfil, nem eu e nem meu marido. Eles querem documento, mas esses documentos demoram muito. Mas a gente tem tudo para provar, tem o barco, tem a rede, tem o motor, tem a ilha, tem fotos, mas eles querem mais documentos. Que documento é esse que eu não sei. FGV_ILD_098

D: A Fundação Renova exige muitos documentos para provar que somos atingidos. FGV_ILD_098

As narrativas indicam que as barreiras encontradas são diversas e que os processos não são pensados para corresponderem à realidade local, exigindo dos atingidos e atingidas esforços que muitas vezes não se refletem em adequação aos critérios estabelecidos pela Fundação Renova.

N: [...] As comunidades foram obrigadas a se adequar em um padrão concebido e não as empresas se adequarem à realidade local. FGV_ILD_097

D: Somos comunidades tradicionais e não tivemos o devido reconhecimento para reparação. FGV_ILD_097

N: [...] Eu cresci dentro do Rio Doce. Tudo o que eu aprendi tem contato com o rio e com o mar. Com a chegada da lama, eu não imaginava que eu, um morador, teria que apresentar um documento que comprovasse o que eu seria, pra dizer tudo o que eu sou, sendo que sou um morador e fui criado com toda a estrutura que a comunidade me deu ali e meus familiares deixaram pra mim. [...]. FGV_ILD_093

D: Mesmo sendo moradores dos balneários durante a vida toda, foram pedidos documentos pela Fundação Renova que nem todos tinham para comprovar danos. FGV_ILD_093

N: [...] Não temos a compreensão de pessoas que são do lugar e ficam fora desse direito. Nossa comunidade é um lugar tradicional e todas as pessoas têm direito. Um lugar de poucas pessoas, não entendemos o poder judiciário agir dessa maneira. Uns recebem e outros não, sendo que está todo mundo prejudicado. [...]. FGV_ILD_090

D: Muitas pessoas atingidas não receberam indenizações. FGV_ILD_090

N: A Renova quer provas de que você mora no rio. Mas o povo tradicional mora ali e as provas que temos é a enxada, é o trabalho. A Renova acha que nós temos que nos adequar a ela. Eles têm um sistema de colocar a gente a conversar com advogados que a gente sempre sai perdendo. Eu enquanto pescador não pude ser assistido. Porque não pude conseguir os documentos. Eu tenho meus calos, eu tenho meu barco como prova. E acho que vocês podem nos ajudar. A pescaria está no meu sangue e a minha roça é a minha segunda família. FGV_ILD_098

D: A Samarco não nos avisou que um dia ia chegar lama no nosso rio e que precisaríamos provar nossos danos. E agora vem pedir documentos. FGV_ILD_098

A informalidade nas relações de trabalho, comuns às comunidades e atividades econômicas atingidas, ainda se somam às dificuldades enfrentadas no acesso a serviços de gestão pública. Até mesmo a pesca que é considerada uma porta de mais fácil entrada aos processos de reparação enfrenta dificuldades graves de comprovação perante ao sistema criado pela Fundação Renova e empresas responsáveis pelo desastre. Como exemplo foi citado a exigência do Registro Geral da Pesca (RGP¹⁴⁰), conhecido como “carteira”.

N: Quando veio a lama, veio também a empresa trazendo conflito, dando direito só para alguns grupos, como por exemplo os pescadores com carteira, e outros não, como pescadores sem carteira. FGV_ILD_091

D: Logo após o rompimento, apareceu a empresa [Samarco] categorizando os pescadores e gerando conflitos. FGV_ILD_091

N: O pescador não está sendo reconhecido como pescador, só se tiver um barco ou um motor. Eu tenho nota de bloco que vendia o pescado e eles não aceitaram. Eles [Fundação Renova] só reconheceram os pescadores que tinham material, barco e/ou motor, e nada mais. FGV_ILD_091

D: Falta de conhecimento sobre a pesca pela empresa e processo de reparação, gerando falta de reconhecimento dos atingidos. FGV_ILD_091

A luta dos atingidos e atingidas por instrumentos que estejam mais alinhados à realidade do modo de vida das comunidades gerou a iniciativa de um projeto piloto intitulado “Pescador de Fato”, como detalhado na seção de Rede de Relações Sociais. Essa experiência marcou as comunidades negativamente, com frustração das expectativas e também com geração de conflitos.

N: [...]. E a Fundação Renova insistia em reconhecer só o pescador documentado, mas a cadeia da pesca é muito mais ampla que o pescador documentado e tripulantes, temos quem limpa, quem vende, quem tralha a rede, quem faz o barco, quem faz os petrechos de pesca etc. Assim, foi um percurso muito grande para comprovar e foi montado

¹⁴⁰ O RGP é documento legal para identificação de “toda pessoa, física ou jurídica, que exerça atividade pesqueira bem como a embarcação de pesca” e não exclui a necessidade de obtenção de licença para o exercício da atividade pesqueira, que consiste, por sua vez, em autorização para exercício da atividade de pesca. (Fontes: art. 24 da Lei n. 11.959/2009 e art. 8º da Instrução Normativa MPA n. 6/2012). Porém, devido à diversas dificuldades e alterações institucionais das normas relativas à atividade pesqueira no Brasil, muitos pescadores artesanais não possuem tal documento, ou não conseguem mantê-lo atualizado (“Análise do escopo e da implementação do Projeto Piloto Pescador de Fato para o Reconhecimento do Pescador Profissional Artesanal”, FGV, 2020b).

o Pescador de Fato, com um questionário de um pescador perguntando para outro pescador. Mas na hora de ser feito a Fundação Renova não cumpriu o projeto. A dificuldade com o órgão fiscalizador de prover o RPG [Registro Geral da Pesca] fez com que a criação do Pescador de Fato fosse necessária, pois desde 2010 não eram emitidas novas carteiras de pesca. O projeto era para equiparar os pescadores profissionais sem carteira com os profissionais com carteira e isso não aconteceu, a Fundação Renova não cumpriu a deliberação do CIF [Comitê Interfederativo]. FGV_ILD_091

D: Luta para comprovar que havia omissão do governo para emissão da RGP [Registro Geral da Pesca]. FGV_ILD_091

N: [...] Buscamos um formato para legitimar a categoria da pesca, sem aceitar que fossem classificados como de subsistência. A pesca é muito extensa, com muitos elos da cadeia e precisa considerar cada particularidade para não gerar perdas. [...]. FGV_ILD_091

N: No meu caso como pescador profissional, pois não ter documento não define o que você é, sua profissão. Participei pelo Pescador de Fato por não ter a documentação, e foi dito que se passássemos seríamos reconhecidos como profissionais. Passei e até hoje nada, não fomos reconhecidos como profissionais. [...]. FGV_ILD_091

D: O projeto Pescador de Fato não foi realizado conforme a comunidade propôs. FGV_ILD_091

A demanda de comprovação é um tema muito questionado entre atingidos e atingidas desde o início do processo, sendo debatido em diversas instâncias da governança do processo reparatório e até abordada perante a 12ª VF. Esse debate gerou a configuração no sistema indenizatório simplificado (Novel) que também acumula questões, sendo relatado pelos atingidos e atingidas que a matriz atribuída imputou perdas às categorias com dificuldades de apresentar os documentos exigidos para acessar o processo.

N: [...] Criaram essa matriz de danos que não se sabe de onde saiu, e hoje o pescador só perde. Foi uma faca de dois gumes, pois reconheceu para alguns e tirou direitos de outros. FGV_ILD_091

D: O projeto Pescador de Fato não foi realizado conforme a comunidade propôs. FGV_ILD_091

N: Muita gente entrou no sistema simplificado, como pescador e isso gerou tensão na comunidade. A única forma de acessar a indenização era adotar outras identidades culturais. Daí houve conflito, pois, as pessoas começaram com acusações de não idoneidade. FGV_ILD_093

D: A pesca passou a ser a única opção para acessar o auxílio emergencial. FGV_ILD_093

N: Uma outra situação, o assentamento foi criado para produzir alimentação e para vender, mas a maioria das pessoas que a Renova reconheceu agora [Novel], só reconheceu o dano na categoria de consumo próprio. É óbvio o porquê que ela está reconhecendo isso, porque o valor é menor. [...]. FGV_ILD_105

D: Para os assentados, a declaração emitida pelo Incra e outros documentos de agricultura familiar (DAP [Declaração de Aptidão Pronaf], por exemplo) deveriam servir como comprovante de residência. FGV_ILD_105

As abordagens restritivas ao reconhecimento das pessoas como atingidas impossibilitam o acesso à reparação, que é marcado por diversas insuficiências, como das ações voltadas ao cadastramento e à indenização. As narrativas e danos apresentados na sequência revelam que muitas pessoas não conseguiram aderir ao sistema indenizatório simplificado (Novel) por não terem sido cadastradas, ou seja, a forma como o cadastro foi realizado acabou por transformá-lo em uma barreira para o acesso a direitos.

N: [...] Porque antes estava que eu era assentada e agora está no meu cadastro que eu sou moradora. E como eu percebi isso sobre mim, pode ser que eles tenham mudado também o de outras pessoas. E outra coisa, muitas pessoas tinham Pronaf vigente na época, de 2014 e que está vigente até hoje. E aí eles colocaram essas pessoas como agricultor para consumo próprio. E as pessoas não tiveram como questionar, porque quando souberam o nome já estava na lista. [...]. FGV_ILD_105

D: Hoje a Fundação Renova tem o poder de dizer quem vai ser indenizado e quem não vai partir de um cadastro injusto, insuficiente e sem transparência. FGV_ILD_105

N: [...] É muito preocupante fechamento de cadastro, não pode fechar nunca. Tem muita gente que não conseguiu cadastrar e hoje não pode mais. Que Deus me livre e guarde, mas, por exemplo, se aparece um câncer em mim por conta desse peixe e dessa água, a Fundação Renova vai ter que pagar um tratamento para mim. Mas onde vou reclamar se meu cadastro tá fechado? FGV_ILD_091

D: O dano continua acontecendo e a quitação geral se torna uma armadilha. FGV_ILD_091

N: Eu só queria colocar mais uma questão bem sucinta, sobre o cadastro que a Fundação Renova promovia aqui e que dificultou para o surfista. Porque quando a pessoa ligava e falava que era surfista a resposta que vinha dela era que essa informação não é relevante. FGV_ILD_093

D: Ao fazer o cadastro, a Fundação Renova dizia que a informação de que era surfista não era relevante, e o cadastro em relação a esse dano não era efetivado. FGV_ILD_093

Um caso relevante e emblemático se refere à categoria do surfe que, até a realização das oficinas, não teve as finalidades econômicas da atividade reconhecidas e tão pouco os danos associados ao comprometimento da prática que altera modos de vida. As narrativas apontam que não há sequer a condição de abrir um registro no cadastro quando é citada a atividade de surfe, impedindo que se possa pleitear programas de reparação específicos, inclusive para além dos programas indenizatórios. A busca por soluções e as tentativas de resolução junto às instâncias de governança, durante os seis anos decorridos do desastre, trazem bastante desalento aos atingidos e atingidas da categoria.

N: O surfista é a única classe que não foi ressarcida, sendo que não somos apenas amantes da natureza, tem o técnico, instrutor, juiz e a gente tem que conquistar o reconhecimento ajustado no que a gente precisa. O surfista é uma ferramenta de trabalho nos balneários de Linhares. FGV_ILD_093

D: São seis anos de luta, e ainda não fomos reconhecidos enquanto atingidos pela prática do surfe. FGV_ILD_093

N: Em algumas situações a pessoa tinha que construir o dano, dizendo que tinha impacto nisso, naquilo e que também era surfista. Essa narrativa ela apresentava, mas quando você tentava só na qualidade de surfista, muitas vezes nem o cadastro era concluído. Você entra com o CPF da pessoa no sistema e não existe. FGV_ILD_093

D: Ao fazer o cadastro, a Fundação Renova dizia que a informação de que era surfista não era relevante, e o cadastro em relação a esse dano não era efetivado. FGV_ILD_093

N: Eu achei aqui na minha documentação um documento do dia cinco de fevereiro de 2016, logo depois do ocorrido, em que a gente estava encaminhando uma solicitação para a Fundação Renova, pedindo para que ela olhasse por nós surfistas, esclarecendo todo esse contexto e não tivemos nenhuma resposta. Daí começamos a provocar o Ministério Público e a Defensoria que estiveram o tempo todo ao nosso lado, porém até hoje a gente não teve nenhuma resposta concreta. Pedimos socorro para senadores, deputados federal e estadual, para secretarias do município, para o Comitê Interfederativo [CIF], já pedimos socorro para todo mundo que foi possível e isso a gente tem uma vasta documentação. FGV_ILD_093

D: São seis anos de luta, e ainda não fomos reconhecidos enquanto atingidos pela prática do surfe. FGV_ILD_093

Por fim, atingidos e atingidas contam que se sentem reféns de um processo que não permite recorrer das solicitações, dos julgamentos e dos indeferimentos realizados pelas mesmas, o que se torna mais uma barreira ao processo de reparação.

N: Por exemplo, os artesãos foram reconhecidos pelo CIF [Comitê Interfederativo] desde de 2018 e até hoje a Fundação Renova não reconheceu. O juiz do da décima segunda vara reconheceu o artesanato, porém com o tempo de setenta e dois meses (seis anos) e com quitação geral, seja por uma matriz construída a partir da visão jurídica dele seguindo o rito das demais decisões. [...]. ^{FGV_ILD_097}

D: O juiz da décima segunda vara reconheceu o artesanato enquanto categoria desde 2015, mas segue o mesmo rito das outras categorias reconhecidas. ^{FGV_ILD_097}

N: Mudou a vida de toda comunidade e quer dizer que só alguns são reconhecidos. A vítima é obrigada a aceitar a sentença do criminoso, obrigada a aceitar a sentença que eles querem. Quando falamos que somos atingidos não somos reconhecidos, mas para aceitar a sentença como eles querem somos reconhecidos. [...]. ^{FGV_ILD_091}

D: A empresa está obrigando a adesão à quitação do sistema Novel. ^{FGV_ILD_091}

N: [...] A Fundação Renova obriga a gente a aceitar o que ela propõe. Não temos contato direto com a Fundação Renova, desde que ela chegou tiveram vários erros nos cadastramentos e informações. [...]. ^{FGV_ILD_086}

D: Somos forçados a aceitar um acordo que é pouco para nós. ^{FGV_ILD_086}

3.2.4.9.7 Diminuição da segurança pessoal decorrente do Processo de reparação e remediação

Nessa seção encontram-se os danos relacionados à maior exposição das comunidades atingidas a riscos face ao desenvolvimento de ações derivadas do processo reparatório, promovendo insegurança para os moradores e alterações nas rotinas locais.

Durante as oficinas os relatos indicaram questões distintas relacionadas a diminuição da segurança pessoal. Uma delas é a exposição, principalmente, das lideranças locais dentro do processo e os conflitos gerados que ameaçam não só o convívio comunitário e familiar (Seção 3.2.4.6), mas oferecem insegurança para permanecerem nas ações de luta pelo processo de reparação.

N: [...] Então, a gente fez uma ação pacífica, na cabeça da ponte, e umas dez pessoas tiveram lesões sérias, eu também levei tiro de borracha no braço, com risco até de amputar o braço. Fomos à delegacia, fizemos depoimento, esse processo tem seis anos e nunca deu parecer nenhum, mas isso passou. [...]. ^{FGV_ILD_105}

D: Fizemos protesto pacífico para reivindicar que as água das lagoas fossem protegidas da contaminação, e fomos duramente reprimidos

pela polícia. Tinham crianças, que ficaram muito assustadas, e mais de dez pessoas ficaram feridas. FGV_ILD_105

N: [...] A Fundação Renova não deixava claro qual era o papel do Conselho Consultivo, deixou que as pessoas acreditassem que também éramos responsáveis, e eles nos tratam como assassinos, trouxe muitos problemas, tive casa apedrejada, já fui agredida na rua. Tudo porque nunca deixou claro que o Conselho Consultivo não tinha nada a ver com a Fundação Renova, o nosso trabalho era só fiscalizar, e eles nunca se pronunciaram, nos deixou ser atacados. [...]. FGV_ILD_104

D: Houve diminuição da segurança pessoal das lideranças. FGV_ILD_104

D: Houve falta de transparência em relação ao Conselho Consultivo e acirrou conflitos. FGV_ILD_104

Atingidos e atingidas também relatam, como já indicado nesse documento (Seção 3.2.4.6), que a procura por indenizações gerou a chegada de muitas pessoas de fora, o que acarretou problemas sociais. Comunidades pequenas e tranquilas passaram a lidar com questões de insegurança e violência que não eram presentes antes do desastre.

N: Antes nós éramos uma comunidade na essência da palavra, valorizávamos o ser e não o ter. As pessoas acolhiam, se ajudavam. A comunidade não tinha cerca, nem muro. Saíamos e deixávamos tudo aberto, hoje não é mais assim e temos medo de roubo [...]. FGV_ILD_091

D: Falta de um sistema eficiente de denúncia e apuração pelo órgão de justiça público. FGV_ILD_091

N: [...]. É uma comunidade pequena, mas veio muita gente, uma invasão, uma insegurança. Depois da lama foi tanto estresse que meu cabelo caiu todo, hoje vivo com medo o tempo todo de ser roubada novamente. Isso mexeu muito com meu emocional. Podíamos sair sem medo e hoje não tem essa liberdade de sair à noite, com medo de bandido. Era um lugar pacato e hoje a gente vive nessa situação. FGV_ILD_097

D: A comunidade aumentou, pelo número de pessoas que vieram aqui em busca de um cartão (auxílio). FGV_ILD_097

De forma específica, a oficina realizada com atingidos e atingidas na Av. Beira Rio, na sede de Linhares, revela a diminuição da segurança pessoal pelo risco de rompimento do barramento do rio Pequeno (ver Seção 3.2.4.2), o que afastou moradores, frequentadores e clientes da localidade. A situação ainda não foi restaurada, tendo em vista que a sensação de insegurança se mantém pelo fato de diversos moradores não terem retornado ao local.

N: [...] As pessoas passaram ter medo de vir aqui. Muitos clientes do comércio daqui (do arquiteto, da estética, do fotógrafo) passaram a ter

medo de vir na nossa Vila, por que contaram uma historinha que ia ter uma onda de cinco metros que ia atingir aqui. FGV_ILD_092

D: Era uma rua segura, hoje o povo tem medo. FGV_ILD_092

N: Na nossa rua tem rota de fuga, imagina a pessoa vai lá fica com medo, numa rua fechada, passando um rio, e com rota de fuga, olha que absurdo. FGV_ILD_092

D: Era uma rua segura, hoje o povo tem medo. FGV_ILD_092

As narrativas também apontam assédio e insegurança advindos da relação com alguns advogados que passaram a atuar na operacionalização do sistema Novel. Os relatos contam que nem sempre suas condutas são adequadas e alguns atingidos e atingidas se sentem prejudicados e inseguros para denunciar.

N: Tem advogado que abre até conta para o atingido na CEF [Caixa Econômica Federal] e acessam valores que são indevidos, não sei se fazem o atingido assinar procurações. Os atingidos ficam com medo de denunciar os advogados, pois temem pela segurança pessoal. Tem que existir um sistema de denúncia e apuração pelas instituições de justiça. [...]. FGV_ILD_091

D: Falta de um sistema eficiente de denúncia e apuração pelo órgão de justiça público. FGV_ILD_091

N: [...] E tem uma outra questão sobre reparação que é sobre a percentagem cobrada, de abuso de alguns profissionais. Lá na sentença está dizendo que é 10% e aí nada tira o direito do advogado e entrar em acordo com o cliente e ele pagar mais 10%. Só que estava acontecendo é que alguns advogados estavam forçando e isso é assédio. Depois que a gente questionou isso parou no assentamento. FGV_ILD_105

D: Alguns advogados estão cobrando mais que o combinado e assediando os clientes. FGV_ILD_105

Por fim, as diversas alterações negativas nas redes de relações sociais (Seção 3.2.4.6) que alteram profundamente o cotidiano das famílias e das crianças ainda culminaram, segundo relatos, no aumento do trabalho infantil, aumento de demanda para o conselho tutelar do município e ainda, em casos mais extremos, na prostituição infantil.

N: Não só a prostituição infantil, mas também o trabalho infantil aumentou. O número de casos de acolhimentos na vara da infância aumentou, a demanda do conselho tutelar aumentou. Trabalho de crianças no farol e crianças pedindo. FGV_ILD_104

D: Houve aumento do número de demandas no conselho tutelar. FGV_ILD_104

3.2.4.9.8 Perda de tempo útil/produtivo com o Processo de reparação e remediação

Dano relativo ao dispêndio de tempo útil e/ou produtivo e com o depósito de parte excessiva do tempo cotidiano em reuniões, com a busca por informações, preenchimento de fichas, cadastros e formulários, no levantamento de documentos, em ligações para Fundação Renova, em contatos com a ouvidoria (etc.) sem que, com isso, tenham tido êxito da resolução da demanda de forma adequada no contexto extrajudicial.

Os seis anos em busca de processo de reparação em condições justas e adequadas à reconstrução dos modos de vida das comunidades atingidas é marcado pelo cansaço, desânimo e impotência. As narrativas revelam investimento alto de tempo útil para participar do processo reparatório versus o baixo retorno em ações e soluções por parte da Fundação Renova e empresas causadoras do desastre.

N: A ASR [Associação de Surfe de Regência] ficou mais forte, a gente se reuniu mais. Mas fica essa sensação de impotência, porque reuniões como essa, de esperar todo mundo se apresentar, ficar três a quatro horas de reunião a gente já fez muito. Já fizemos muitas reuniões, três a quatro por semana e sempre são em horário comercial. E são raras as reuniões que acontecem fora do horário comercial, normalmente, a própria Fundação Renova em si, que é a hora que o pessoal está trabalhando. Então você tem que sair, largar trabalho, colocar outra pessoa pra ficar no seu lugar pra você conseguir ir numa reunião. FGV_ILD_093

D: São seis anos de muitas reuniões, é muito cansativo! E nunca tivemos nenhuma devolutiva nem resultados práticos. FGV_ILD_093

N: As pessoas estão exaustas. Há pescadores em depressão. Os jovens não foram capacitados para o emprego. Há pessoas com cartões [Auxílio Financeiro Emergencial — AFE] que já foram cortados de forma aleatória. E o presidente da Vale foi absolvido no processo. Então a Renova não cumpriu nada do que foi prometido. E com esses cortes de cartões [AFE] só Deus sabe. Todo mundo está cansado. Porque a gente sente que está dando murro em ponta de faca. Agradeço todas as pessoas que estão lutando. FGV_ILD_090

D: Pessoas exaustas e desgastadas. FGV_ILD_090

N: Gostaria de colocar outro ponto. Quando a gente começa a avançar as negociações com a Renova eles trocam as equipes, pra gente não conseguir avançar. Então nós temos um dano social, econômico, cultural, de tudo que é jeito, psicológico. [...]. FGV_ILD_105

D: Houve muito descaso da Fundação Renova em relação aos danos sofridos no assentamento. FGV_ILD_105

Associado aos baixos resultados alcançados junto à Fundação Renova e empresas, ainda compõe os relatos a busca por apoio junto aos órgãos e instituições envolvidas nas instâncias de reparação: sistema de governança, instituições de justiça, governo municipal, estadual e federal, entre outros. A falta de resultados junto a esses atores revela uma sensação de abandono e desesperança para muitos atingidos e atingidas que não conseguem enxergar caminhos possíveis para a complexa situação que é a reparação integral dos danos decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão, mesmo diante de alto tempo gasto em reuniões por parte dos atingidos e atingidas.

N: E infelizmente nós temos um descaso muito grande do governo municipal, estadual e federal. Em 2016 nós fizemos uma reunião com a prefeitura com essa mesma pauta, pedindo que se fizesse um diagnóstico da água e se providenciasse uma solução, mesmo que fosse uma distribuição da água. E até hoje não tivemos retorno. [...].
FGV_ILD_105

D: Desde 2016 sentamos com diversas instituições (Ministério Público Federal, Defensoria Pública do Espírito Santo, Fundação Renova, pesquisadores), temos muitos dados, perdemos muito tempo em reuniões e não temos resultados. FGV_ILD_105

N: Como foi falado pelo companheiro, peço até desculpas, mas a gente não aguenta mais reuniões, porque já fizemos inúmeras reuniões. Havia semanas que era uma por dia e a gente nunca teve uma devolutiva, nem para falar que não. Então a gente vive uma eterna espera. [...]. FGV_ILD_093

D: São seis anos de luta, e ainda não fomos reconhecidos enquanto atingidos pela prática do surfe. FGV_ILD_093

N: A gente vive deprimido, são tantas reuniões e não sabemos para onde ir. Ninguém toma uma atitude para poder resolver o problema. Temos tantos órgãos ambientais, mas estamos órfãos da justiça. Se tivesse justiça não estaríamos aqui. São seis anos que estamos brigando por direitos e precisamos de uma determinação, principalmente psicologicamente, fisicamente, mentalmente e sobre a doença no sangue. FGV_ILD_090

D: Muitas reuniões e lives que a gente faz e não chega em lugar nenhum. FGV_ILD_090

A perda do tempo útil também é relacionada às questões de gênero. Mulheres atingidas relatam as dificuldades geradas para participar dos espaços, atividades e luta pelos direitos no âmbito do processo de reparação em curso, já que tais atividades concorrem com múltiplas outras acumuladas por mulheres por questões sócio-históricas, como o cuidado da casa, dos filhos etc. Apesar disso, as narrativas também demonstram a garra das lideranças femininas em busca de uma reparação mais justa em suas comunidades.

N: No decorrer desses seis anos, a gente, além de ser mulher, mãe, ter nossos afazeres, a gente teve que se levantar para ajudar a comunidade, porque estava se definhando. Então acaba sendo pressionada de ter que participar de várias reuniões cansativas, que comem seu tempo, pois você poderia estar na sua casa fazendo suas coisas, para ajudar a comunidade que você vive. FGV_ILD_104

D: Nós, além exercermos o papel de mulher, dona de casa, mãe ainda tivemos que nos levantar para ajudar e dar voz à comunidade. FGV_ILD_104

N: As pessoas nunca perguntou como a gente tá, o que estamos sentindo, eles não sabem quais são nossas necessidade como mãe, atingida e mulher. Pra nós não é fácil largar uma família, uma casa, pra resolver problema dos outros, e não consegue resolver os seus. E tem muito isso, a gente ajudou mil pessoas, mas da nossa família não conseguiu mover um dedo. Então é uma situação muito delicada. Eu acredito que dias melhores virão, tenho esperança. Graças a Deus! FGV_ILD_104

D: Nós, além exercermos o papel de mulher, dona de casa, mãe ainda tivemos que nos levantar para ajudar e dar voz à comunidade. FGV_ILD_104

N: Então cabe sempre a gente mulher, estar nesse protagonismo, de sermos mártires. Nós não queremos ser isso, só queremos nosso direito, ser reconhecidas. Pra mim hoje, a pior desgraça que houve, depois das relações interpessoais da minha comunidade, foi o meu desencantamento da educação, olho pra trás e sinto um vazio. Acho que só quando perde um filho, era um encantamento, e agora só tem um buraco. E por que que continuo? Acho que nós precisamos fazer, quando a gente nasce Deus escolhe que vai ter esse dom ou vício para brigar pela comunidade, e a gente segue, tem algo que nos impulsiona. A gente quer parar, olha e não vale a pena, mas enquanto ver sofrimento, a gente continua. FGV_ILD_104

D: Dedicamos muito tempo no processo de reivindicar a reparação e não temos tempo para ficar com os filhos e outros membros da família. FGV_ILD_104

3.2.4.10 Vida digna, uso do tempo, cotidiano e perspectivas futuras

Nesta seção encontram-se organizadas as narrativas e danos enunciados em campo que versam sobre mudanças nos modos de vida a partir do desastre que afetam a qualidade de vida das pessoas atingidas, suas rotinas e seus projetos de vida e perspectivas de futuro em relação à vida de modo geral e/ou a profissão, ofício, dentre outras. Os danos expostos refletem a percepção negativa dos atingidos acerca de suas próprias condições de vida e possuem interface com as diferentes temáticas discutidas nesse relatório, em especial com práticas culturais e de lazer, rede de relações sociais,

renda, trabalho e subsistência, Processo de reparação e remediação, relações com o meio ambiente e saúde.

Para abordar a temática, parte-se da noção de dignidade humana adotada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), que reconhece direito de todo ser humano escolher livremente as opções e circunstâncias que conferem sentido à sua existência, conforme suas próprias opções e convicções (CIDH, Opinião Consultiva 24/2017, p. 4). A Corte defende que o direito à vida privada não abarca somente o direito à privacidade, mas também os meios para o desenvolvimento autônomo de sua própria personalidade e aspirações, configurando sua identidade, suas relações pessoais e suas reações aos eventos futuros (CIDH, Opinião Consultiva 24/2017, p. 44).

As análises das narrativas e dos danos enunciados relacionadas à vida digna e uso do tempo e cotidiano são desenvolvidas a partir do contexto de convívio e proximidade entre as pessoas e com o ambiente natural. Nestas localidades, a paisagem¹⁴¹ tem lugar fundamental na memória individual e coletiva das pessoas e grupos, e seu senso de pertencimento é potencializado pela relação das pessoas com os lugares onde vivem e por onde circulam¹⁴².

Além do olhar para o cotidiano e as memórias, essa seção apresenta narrativas e danos sobre as perspectivas futuras dos grupos e pessoas atingidas que foram interrompidas ou dificultadas pelo desastre. A inibição de projetos de futuro e a perda de chances são identificados a partir de falas sobre as limitações impostas aos planos de vida e às oportunidades, com consequências em aspectos diversos das vidas das pessoas que estavam em planejamento e em execução no momento do desastre.

O entendimento de projeto de vida, neste contexto, passa pelas “alternativas que podem ser sonhadas e desejadas, individual ou coletivamente, no contexto sociocultural no qual os sujeitos estão inseridos” (ALVES e DAYRELL, 2015, p. 379). Não só o planejamento, mas a própria realização deste projeto se faz possível principalmente a partir da identidade e do conhecimento da realidade vivida pelos atingidos e atingidas, além dos meios de que dispõem para garantir sua sobrevivência (ALVES & DAYRELL, 2015), os quais foram prejudicados com o desastre.

¹⁴¹ O conceito de paisagem destacado aqui tem relação com seu uso antropológico. “Paisagens estão intimamente relacionadas à temporalidade; são histórias e nos oferecem modos de contar histórias mais profundas sobre o mundo. [...] Perceber a paisagem, para [Tim] Ingold, corresponde a um ato de memória, relacionado ao engajamento e à circulação em um ambiente impregnado de passado. [...] Vivendo nas paisagens, nós as produzimos, tanto quanto somos produzidos por elas, por meio de processos materiais e cotidianos” (BAILÃO, 2016.).

¹⁴² A categoria de lugar aqui escolhida se vincula a literatura sobre patrimônio cultural imaterial, tendo sido referenciada na seção Práticas Culturais, Religiosas e de Lazer.

As narrativas e danos alocados na dimensão temática Vida digna, uso do tempo, cotidiano e perspectivas futuras estão agrupados em duas formulações de danos socioeconômicos: (i) Diminuição da qualidade de vida e (ii) Comprometimento da possibilidade de melhoria das condições de vida e frustração de perspectivas futuras. Tais formulações orientam a organização desta seção em dois blocos de conteúdo, conforme demonstra a Figura a seguir.

Figura 54 — Dimensão temática Vida digna, uso do tempo e cotidiano, perspectivas futuras: danos socioeconômicos associados



Fonte: Elaboração própria (2021).

3.2.4.10.1 Diminuição da qualidade de vida

Esse dano socioeconômico se refere às alterações negativas nas dimensões materiais (patrimoniais), relacionais e subjetivas da vida, com prejuízos à qualidade das relações intersubjetivas e comunitárias. A impossibilidade de exercer e manter atividades cotidianas, tal como antes exercidas, limita a autonomia e a autodeterminação.

Narrativas registradas ao longo das oficinas indicam uma clara diminuição do padrão e qualidade de vida. Atingidas e atingidos relataram como não conseguem mais ter a dignidade de sobreviver com atividades econômicas antes exercidas (conforme tratado em 3.2.4.3, praticadas por toda uma vida, valorizadas e consideradas adequadas e muitas vezes transmitidas intergeracionalmente (conforme tratado na Seção 3.2.4.5).

Eram atividades escolhidas, que pautavam também práticas alimentares (ver Seção 3.2.4.4), cotidiano e relações sociais estabelecidas (conforme tratado na Seção 3.2.4.6), além de terem importância na manutenção da saúde física e mental (conforme tratado na Seções 3.2.4.7.1 e 3.2.4.7.2).

A perda abrupta da possibilidade de realização de atividades econômicas como a pesca e agropecuária explicita um processo de desrespeito à livre escolha e integridade da população atingida, que se desdobra nas percepções de perda de dignidade e do direito de “ir e vir”. Essa última expressão foi utilizada em diferentes oficinas para manifestar o sentimento associado às impossibilidades de usufruto do meio ambiente para diversos fins, demonstrando associação entre a perda dessas atividades e a perda da própria ideia de liberdade.

N: Estamos proibidos de pescar. Perdemos nosso direito de ir e vir. O Ibama vem e oprime a gente. Perdemos nosso direito de comer peixe. Tivemos que fazer um acordo, na minha opinião forçado. Temos que comprar água. O direito de ir e vir na estrada mal temos hoje em dia. Está complicado para toda comunidade.^{FGV_ILD_086}

D: Perdemos o direito de ir e vir (no mar, no rio e na estrada).^{FGV_ILD_086}

N: A Renova abriu a janela de negociação [Novel], para receber e quitar. Então as pessoas que não foram afetadas estão aderindo e recebendo, mas é bom para quem é de fora, mas para nós que moramos não adianta. Eu quero a minha roça de volta, a minha pesca de volta, eu não queria ficar ganhando dinheiro parado, eu quero o meu direito de ir e vir de volta. Ter a minha roça, plantar e colher. Eu queria estar pescando.^{FGV_ILD_098}

D: Quero meu direito de ir e vir de volta, quero voltar a pescar.^{FGV_ILD_098}

N: Uma vez o pessoal da Vale me fez uma pergunta: vocês pedem seu rio como era antes, mas o seu rio era assoreado, poluído e cheio de esgoto. E eu respondi: sim, mas ninguém nunca duvidava da qualidade do pescado, podíamos acessar o rio e o mar, tínhamos o direito de ir e vir. A gente nunca precisou mostrar quem éramos para sermos reconhecidos fora e dentro da nossa comunidade. E vocês nos tiraram tudo isso e o mínimo que vocês podem fazer é devolver nossa vida de volta.^{FGV_ILD_091}

D: Perdemos o direito de ir e vir.^{FGV_ILD_091}

A impossibilidade de realização dos ofícios antes exercidos gera uma profunda mudança na rotina da população atingida, o que acarreta sofrimento profundo de perda de um cotidiano passado de geração em geração e ensinado pelos ancestrais. A isso se soma a atual dependência financeira das empresas, percebida como perda de qualidade de vida por não ser mais possível se sustentar a partir de saberes-fazeres

realizados há gerações; e associada a humilhações, como de serem chamados de “aproveitadores” por receberem esse dinheiro. É patente e recorrente o desejo de voltar ao cotidiano anterior ao desastre, com o exercício das atividades antes desenvolvidas e independência na geração de renda.

N: Dentro da comunidade a saúde emocional de ninguém está boa. Aprendemos com nossos pais e avós a ter uma rotina. As pessoas viviam e tinham uma ocupação, mas hoje não podem mais ter sua rotina. Eu cresci ouvindo que a mente tem que estar ocupada. A pessoa tem sua rotina e do nada as pessoas tiveram que parar e não sabem quando vai poder voltar. Isso afeta muito o psicológico, desenvolve depressão, muita ansiedade. Pois olha para um canto, olha para o outro e não tem o que fazer, não vê saída. Infelizmente, acho que está atingindo o intelecto de muitas pessoas na comunidade.

FGV_ILD_097

D: Todos estão com sentimento de melancolia e de tristeza. FGV_ILD_097

N: Dizem que é só dar dinheiro que resolve, mas não é só isso, a questão é nossa vida, nossa cultura, nossa tradição, era uma importância muito grande aquele pouquinho que a gente tinha, era o que dava prazer e alegria pra gente. Falamos para [a Fundação] Renova, a gente não quer viver de auxílio, só quero ter minha dignidade de ir e voltar pescar, ter meu sustento de novo, não quero ser pensionista. Muito difícil trazer nosso modo de vida, lares foram destruídos, famílias desestruturadas, a gente não tem mais paciência com os filhos da gente, como vou lidar “mãe, você vai resolver de fora e não resolve aqui”, e a gente tem que baixar a cabeça e concordar. FGV_ILD_104

D: Temos muita incerteza com relação ao futuro em às nossas atividades e gerações futuras. FGV_ILD_104

As mulheres têm sentimento intensificado de perda pelas alterações impostas no cotidiano e nas relações familiares com as novas demandas de uso do tempo após o desastre, conforme tratado na seção dedicada às Redes de relações sociais e Processo de reparação /remediação, e exemplificado a seguir.

N: A gente que é chefe de família, como liderança comunitária, nosso papel é dobrado, a gente não cuida só da nossa casa, a gente cuida de toda a comunidade, então a perda de um é perda nossa também, felicidade de um é felicidade nossa também, e a gente acaba absorvendo muita coisa e se sujeitando a muita coisa. A gente fica tentando encontrar alternativa de melhoria, tentando encontrar caminhos para reverter essa situação e as pessoas falam que eu sou maluca. FGV_ILD_104

D: Nós, além exercermos o papel de mulher, dona de casa, mãe, ainda tivemos que nos levantar para ajudar e dar voz à comunidade. FGV_ILD_104

Os indivíduos que tinham o surfe como parte da rotina também sentem a perda de qualidade de vida com a impossibilidade de realizar a atividade tal qual faziam antes. O aspecto terapêutico da prática (tratado na Seção 3.2.4.7) foi muito trazido também como componente importante da qualidade de vida. O relato a seguir expressa como a impossibilidade de surfar cotidianamente foi fator relevante para a desestruturação de diversas dimensões da vida, afetando o trabalho e a família.

N: Enquanto danos individuais, como surfista, trabalhava em Linhares como professor universitário, em três turnos. A única coisa que garantia a minha sanidade mental, o meu equilíbrio, trabalhando em três turnos para manter a família, era chegar o final de semana e surfar e, assim, descarregar o estresse, a tristeza, a doença, acumuladas nos cinco dias de trabalho. E eu deixava tudo isso lá na onda, nos tubos de Regência. A capacidade terapêutica daquela onda já colhia a minha tristeza, a minha angústia, a minha raiva do cotidiano. Com o rompimento da barragem eu perdi o rumo, essa capacidade terapêutica. Eu não tive condições de manter o meu trabalho, perdi rendimento, tive depressão, tristeza, não consegui manter meu trabalho. Considero que a minha ausência dentro da água provocou um dano profundo em mim e na minha família. Então eu perdi meu trabalho. Considero também que o meu casamento foi consequência disso também, pois a gente perde o espaço terapêutico, o lugar para você se regenerar, se manter tranquilo. Então, eu sinto que de forma individual foram danos estruturais, graves, que do meu ponto de vista de indivíduo, sofri, inclusive de escolher não estar na água também. FGV_ILD_093

D: Não consegui manter meu rendimento no trabalho por ter perdido o espaço terapêutico do surfe. FGV_ILD_093

Os atingidos e atingidas da Av. Beira Rio (Linhares/Sede), conforme abordado anteriormente (seções e 3.2.4.2 e 3.2.4.6) tiveram ruptura cabal no cotidiano ao serem compulsoriamente deslocados de suas casas. Assim, a qualidade de vida foi perdida em diversos aspectos, como na mobilidade, que antes era facilitada por se estar numa localidade central da cidade; a convivência entre vizinhos; e a troca compulsória de casas mais espaçosas por apartamentos pequenos, sem tanta proximidade com a natureza. Tudo isso leva ao desejo de retorno ao passado pré-desastre, com a rotina e convivência que antes existia, assim como abordado acima para outras localidades.

N: Esqueceu de citar essa facilidade muito importante, que é a facilidade de estar próximo de tudo: escola, hospital e comércio. E hoje em dia as pessoas que tiveram que ir pra longe é mais difícil, tem que pegar ônibus. Antes tinha tudo ao nosso alcance, caminhar até o supermercado fazia parte de nossa essência. FGV_ILD_092

D: As rotinas foram bruscamente modificadas, saímos de locais próximos que cabiam no orçamento e fomos para locais distantes. FGV_ILD_092

N: O que estou querendo colocar para vocês é um sentimento, que a gente tem quando a gente pensa no antes, no passado e hoje o que a gente tem. A Vila hoje tem uma outra cara, ela não lembra nem de perto o que era. Quando a gente veio para cá, a gente veio pelo contato com a natureza, e também pela nostalgia, pela Vila que lembrava de algum momento do passado, e hoje não tem mais. FGV_ILD_092

D: A gente veio para cá em busca de natureza e nostalgia, hoje não tem mais. FGV_ILD_092

N: O que eu queria mesmo é que eles mexessem nas casas para todo mundo voltar em paz para cá. Era meu sonho. A gente sabe a falta que faz, eu vou aí para ver vocês, eu tô morando aqui num apartamento apertado com um monte de gato, não vejo a hora de voltar pra minha casa, eles acham que não conta essa família, pois nossa rua sempre foi família. FGV_ILD_092

D: Algumas famílias continuam morando em apartamentos apertados. FGV_ILD_092

3.2.4.10.2 Comprometimento da possibilidade de melhoria das condições de vida e frustração de perspectivas futuras

Trata-se da queda ou comprometimento do padrão de vida adequado, o que repercute na impossibilidade de galgar melhorias contínuas das condições de vida. Face ao impedimento compulsório de reproduzir seus modos de vida, conforme vividos no presente e projetados para o futuro, há sofrimento pelas frustrações de sonhos e de perspectivas de futuro, o que impossibilita a autodeterminação quanto à escolha do destino, em clara ofensa à dignidade e aos direitos de personalidade.

Todas as alterações negativas impostas à população atingida tratadas ao longo deste capítulo culminam em dificuldades para vislumbrar perspectivas de futuro. Não há respostas do processo de reparação para a recuperação do meio ambiente, o que seria fundamental para a retomada das atividades produtivas, lazer, alimentação e práticas culturais das comunidades. Isso gera sentimento de angústia, abalo psicológico e sofrimento ao pensar na própria vida e no futuro dos jovens e das próximas gerações, o que foi expressado principalmente pelas mulheres ao longo das oficinas realizadas.

N: Pensa uma pessoa que pescava desde os doze anos de idade, e a partir desse momento veio uma lama acabando com o sonho do pescador. Veio dinheiro grande, vem dinheiro menor. A Renova deu dez anos para ficarem recebendo. É uma situação muito grave. Será que pra frente vai melhorar. Ou os pescadores vão ter que pescar na lama, água suja. Nós fomos beneficiados, mas quando esse dinheiro acabar? A gente questiona muito, muitas coisas erradas aconteceram, tudo por causa dessa lama. São coisas que a gente quer questionar e ficamos com medo. Fomos prejudicados, todos nós. E a gente gostaria muito que esses órgãos viessem e falassem: como vai ficar a situação

da nossa vida depois que esse dinheiro acabar? Como é que nossos filhos vão viver? FGV_ILD_104

D: Temos muita incerteza com relação ao futuro em às nossas atividades e gerações futuras. FGV_ILD_104

N: Todos nós já estamos muito cansados, doentes mentalmente e não temos perspectivas de nada. É muito frustrante estar vivendo todo esse cenário e não ter respostas de nada. Escutamos dos nossos filhos no dia a dia as perguntas que já foram ditas aqui e não temos respostas. O que passamos e o que estamos vivendo é muito angustiante. FGV_ILD_091

D: Nosso estilo de vida foi interrompido abruptamente. FGV_ILD_091

N: Tem muitos meninos que nem saíram de Povoação, eles estão muito atentos na direção que a gente vai para ser referência. Eu ganhei mais dez filhos, para além dos pescadores idosos que estão sempre me perguntando "o que eu vou fazer agora?", a gente tá tentando criar peixe eles falam "não vou criar peixe que me apego e depois não quero mais vender, eu não quero isso". E a gente tem que ter muito jogo de cintura para lidar com tudo isso. As vezes fica com psicológico abalado com tudo isso. Só de vocês me ouvi já ajuda. FGV_ILD_104

D: Temos muita incerteza com relação ao futuro em às nossas atividades e gerações futuras. FGV_ILD_104

A angústia e falta de perspectiva de futuro também é particularmente sentida pelos idosos. As narrativas apontam para uma adaptabilidade maior dos jovens em buscar alternativas de ocupação e renda, enquanto para os mais velhos deixar de realizar a pesca, o artesanato e outras atividades exercidas durante toda uma vida aparece como impossibilidade de realizar qualquer atividade, e assim, o impacto na saúde mental e física se torna mais evidente e generalizado entre esse grupo etário.

N: Complementando, os jovens saem mais em busca de oportunidades. Contudo, para os mais velhos é mais difícil mudar de atividade, pois passaram a vida toda numa profissão e fica difícil se adaptar em outra atividade. E fica um ponto de interrogação na mente das pessoas de: como vai fazer para conseguir trabalho e sustento? Como vai ser o amanhã? Aí vem a pressão alta, depressão, as doenças com a preocupação de não ter de onde tirar o sustento. FGV_ILD_097

D: Com a chegada da lama houve evasão das pessoas da comunidade, em especial dos jovens, para trabalhar fora. FGV_ILD_097

Diversos projetos de futuro almejados pela população atingida foram interrompidos. Sonhos com os quais famílias e comunidades estavam comprometidas, e para os quais já havia tempo e energia dedicados para serem alcançados, tiveram que ser abandonados de maneira brusca e violenta. A narrativa a seguir expressa o sentimento

de perda e angústia relacionado à impossibilidade de uma vida e futuro melhores, que envolviam a relação com o meio ambiente, a geração de renda, o lazer, a criação dos filhos, entre outros, na complexidade das inter-relações entre essas esferas. Assim, o rompimento da barragem e todas as suas consequências deixaram as pessoas “sem chão”.

N: É um pouco desgastante ter que reviver tudo isso, todo momento que a gente fala, a cada nova reunião é frustrante, a gente revive tudo isso de novo. Minha situação é um pouco diferente pois sou de São Paulo, vim há quatorze anos para trabalhar no projeto Tamar. E acabei casando e fiquei, por gostar do lugar, para ter uma qualidade de vida bem diferenciada. Conseguimos, tínhamos uma cabana na praia, sou bióloga e ele pescador, vendíamos o pescado na cabana e em casa, fazia feira na cidade de Linhares. Tudo isso foi mudado, de uma hora pra outra, na boca do verão, a gente se viu assim, sem chão, profissionalmente e psicologicamente também. Porque, meu marido e filha são surfistas, hoje eu não deixo ela entrar no mar aqui. Dependendo do vento, especialmente o sul, a lama fica na água e a gente sabe que está altamente contaminada. Então isso vai vir ao longo dos anos e não agora. Isso tudo é muito frustrante porque, no meu caso: um planejamento que a gente tinha para ficar num lugar com qualidade de vida, um lugar tranquilo, para criar filho com a natureza, foi por água abaixo. É muito difícil reviver tudo, me desculpe, mas dói muito ter que falar de novo. FGV_ILD_104

D: Trabalhávamos na pesca, surfávamos e tudo mudou de uma hora para a outra. FGV_ILD_104

Para os moradores e moradoras do Assentamento Sezínio Fernandes de Jesus, após anos de luta pela terra, com a sua conquista veio o sonho de uma produção ecológica, com área coletiva para plantação de cacau, frutíferas e lavoura branca¹⁴³ (ver seções 3.2.4.1 e 3.2.4.3). Porém, como essa área é justamente na baixada do Assentamento, próxima ao Rio Doce, ela teve que ser abandonada após o desastre, e junto com ela, o projeto almejado e construído coletivamente pelos assentados. Hoje há incerteza sobre a contaminação e sobre a possibilidade de uso da área, o que gera frustração e angústia.

N: Tínhamos todo um sonho de tocar um projeto, o PDA [Plano de Desenvolvimento do Assentamento], de desenvolvimento do assentamento, de lavoura agroecológica, que foi interditado pelo rejeito. Nós íamos para a Bahia adquirir conhecimento, pra tocar os projetos pra frente. A gente não consegue recuperar a lavoura de cacau, porque a lama danificou a possibilidade de fazer enxertia, não deixa o broto sair. Daí você tem que replantar a lavoura de há uma perda que a Renova trata com descaso. FGV_ILD_105

¹⁴³ Lavoura branca, também conhecida como temporária, é a produção agrícola anual (que precisa ser plantada todos os anos). São exemplos o milho, o arroz e o feijão.

D: Tínhamos projeto de vida de assentamento sustentável, com produção agroecológica, e com base de renda no cacau, e isso foi interditado pelo rejeito. FGV_ILD_105

N: A partir do momento que essa região, essa área toda contaminada, a gente sente uma frustração muito grande, de um projeto de vida ou projetos que estão interrompidos. E a gente não sabe, daqui para a frente como será. A gente sente algumas diferenças, alguns impactos, algumas questões na saúde, no psicológico, muito, mas nós não sabemos qual será o nosso futuro em relação à nossa saúde. Porque nós projetamos esse assentamento de produção ecológica, de cuidar do meio ambiente e de repente esse projeto já não pode acontecer e essa frustração não sabemos nem avaliar. FGV_ILD_105

D: Hoje temos insegurança em relação ao futuro. FGV_ILD_105

N: Para complementar, quando você pergunta sobre a produtividade, um tempinho atrás, no começo do ano, temos um projeto com a prefeitura sobre diversidade de plantas, consórcio. E a nossa ideia era trabalhar na baixada. E começamos a indagar, que se arrisca a plantar na baixada, com a área contaminada? E quem vai comprar a nossa alimentação? Que segurança temos de fazer o plantio e conseguir fazer a venda? Porque a gente pode conseguir num primeiro momento, mas mesmo se plantássemos a fiscalização pode vir. FGV_ILD_105

D: Hoje temos insegurança em relação ao futuro. FGV_ILD_105

Para os surfistas dos balneários de Linhares, a chegada da lama também representou a morte de sonhos e esperanças. A perda das ondas da boca da barra (ver seção dedicada à Relações com o meio ambiente) e o aporte de diversos EPT no oceano Atlântico alterou a possibilidade de realização da atividade e sua imagem para os surfistas de outros locais. Escolas de surfe e outros projetos ligados ao esporte foram inviabilizados pela nova realidade.

N: Então a chegada da lama foi uma das piores sensações que quem ama o local aqui viveu. Matou sonhos, matou esperanças. Regência tem a onda com um dos maiores potenciais do Brasil, estávamos caminhando para ser referência verdadeiramente de onda no Brasil. Hoje nós somos, mas digo que a questão da lama atrasou muito isso aí pelo preconceito. Eu, que sou nativo daqui, quando não estamos na praia estamos no rio, então, a dor sentimental da perda foi muito grande. FGV_ILD_093

D: A chegada da lama mudou completamente a perspectiva de futuro. FGV_ILD_093

N: A questão da escola de surfe, acabou. FGV_ILD_093

D: Escolas e projetos de surfe foram inviabilizados pelas ondas terem acabado e pois não havia mais patrocinadores. FGV_ILD_093

N: E sobre a questão mais pessoal, eu sou daqui de Regência, morei fora anos para me formar na faculdade e voltar para cá. Tínhamos um projeto gigantesco de compensação ambiental, que tinha muitas pranchas de surfe, pranchas de competição, para as pessoas aprenderem, bola de pilates, biruta de vento, canoa polinésia, remo, coletes. Então um projeto gigantesco de esportes, envolvendo vários tipos de esportes e educação ambiental. E aí em 2013 foi aprovado o primeiro documento, conseguimos a documentação, mas em 2015, depois de toda uma burocracia, esses são os exemplos de sonhos esmagados. Exatamente em 2015, junto com a lama, depois de dois anos de muita luta chegaram os equipamentos.^{FGV_ILD_093}

D: A chegada da lama matou sonhos e esperanças.^{FGV_ILD_093}

Com o comprometimento do surfe, foi prejudicada também a possibilidade de novos atletas serem formados. O incentivo que havia ao esporte, considerado uma possibilidade de lazer, ocupação e geração de renda para os jovens, teve que ser cessado em função da contaminação. Ao mesmo tempo, a prática segue existindo, gerando angústia quanto à saúde desses jovens no futuro. O sentimento é de que toda uma sucessão geracional do esporte que estava sendo fortalecida, tendo seu centro especialmente em Regência, foi prejudicada pelo desastre.

N: Regência foi um marco de criar bons surfistas, pois todas as crianças que cresceram comigo têm um troféu dentro de casa. Então o apoio que a gente tinha era pouco e ficávamos com dificuldade de alcançar nossos objetivos, que era ser um grande atleta de surfe, ter condições de viajar. Mas o que a gente estava alcançando ali já era suficiente porque a gente vinha de uma comunidade que respirava surfe e ainda por cima a gente conseguia dominar o cenário capixaba, considerando o geral de todos os atletas do passado e dos dias de hoje. E vira e mexe a gente está buscando essa condição de vencer, mesmo surfando pouco e mesmo na área contaminada que tem esse crime ambiental. A gente insiste e ainda sonha que no futuro Regência possa ter um campeão. Esse é o nosso sonho de deixar a cultura para os próximos. Porque a gente não influencia mais o surfe na comunidade. Se você vier aqui e quiser surfar você tem que ir por conta própria. Porque tem a discriminação pela água estar contaminada. Então a visão que eu queria passar era essa, venho de uma escolinha de surfe da comunidade que há anos vem formando várias gerações. Porque hoje sem o surfe na comunidade a galera fica sem uma saída, pois o surfe é o que salva aqui. As crianças estão na água aí se matando e se a gente não chegar com uma solução para esses resultados da água que está contaminada, talvez no futuro sofrerão.^{FGV_ILD_093}

D: Não podemos mais incentivar o surfe nas comunidades.^{FGV_ILD_093}

N: Perdemos força comunitária do surfe devido aos jovens terem ido para outros locais trabalharem em outras atividades. A sucessão geracional dos atletas de Regência ficou prejudicada.^{FGV_ILD_093}

DE: Muitos atletas precisaram mudar para Linhares em função dos danos.^{FGV_ILD_093}

Mesmo aqueles e aquelas que participam de projetos que conseguiram se adaptar visando a construção de um futuro possível após a chegada da lama de rejeitos, sofrem com o rastro de destruição deixado pelo desastre, a exemplo da iniciativa dos “Condutores do Sumaré” (explicado na primeira narrativa a seguir) e de projeto de compensação ambiental ligado às atividades esportivas.

N: Nós, da associação de turismo do Condutores de Sumaré, iniciamos em 2014 e passou mais ou menos um ano se preparando para receber o turismo. O grupo é composto por filhos de pescadores com objetivo de diversificar a renda. ^{FGV_ILD_091}

D: Comprometimento do projeto Condutores do Sumaré. ^{FGV_ILD_091}

N: Nós, da associação de turismo do Condutores de Sumaré, iniciamos em 2014 e passou mais ou menos um ano se preparando para receber o turismo. O grupo é composto por filhos de pescadores com objetivo de diversificar a renda. ^{FGV_ILD_091}

D: Comprometimento do projeto Condutores do Sumaré. ^{FGV_ILD_091}

N: Hoje os Condutores de Sumaré só têm dez pessoas, mas todo esforço é válido para superar e manter nossa história viva. Estamos buscando mais família para manter nossa memórias. Mas hoje perguntamos: O que vamos fazer para trazer um turista? O que vamos dizer? Era aqui que pegávamos robalo? Era aqui que plantávamos? Hoje só temos as lembranças e não sabemos como vai ser o futuro. E muita incerteza. Não temos garantia de nada e até os auxílios estão sendo tirados e só ficou o rastro de destruição. ^{FGV_ILD_091}

D: Falta de perspectiva de projetos para geração de renda. ^{FGV_ILD_091}

N: Era um projeto [de compensação ambiental] de muitos sonhos, que tinha vários instrutores nativos daqui trabalhando, entre outras coisas. Então esse projeto parou 100% durante o primeiro ano. Mas eu, por acreditar na canoa como potencial, a canoa por ser da cultura polinésia, que foi quem inventou o surfe. A primeira onda surfada foi voltando de uma pescaria, pegando de canoa, depois foi diminuindo até chegar nas pranchinhas que a gente tem hoje. Eu por acreditar que o risco é um pouco menor, por você estar em cima da água e não estar dentro da água, como o surfe com toda a mucosa exposta, eu continuei o projeto da canoa e até hoje faço projeto social voluntário e atendo quase quarenta crianças. Vejo como uma compensação, já achava compensação em 2013 quando aprovei isso e depois da lama mais ainda em 2016 quando começou a voltar [...]. ^{FGV_ILD_093}

D: A chegada da lama matou sonhos e esperanças. ^{FGV_ILD_093}

O processo de reparação em curso, com a demora para acesso a indenizações, os cortes no Auxílio Financeiro Emergencial (AFE) e a imposição da cláusula de quitação geral para entrada no Sistema Novel (ver seção dedicada ao Processo de reparação e remediação) também é gerador de angústia em relação ao futuro, já que o meio

ambiente não está recuperado e não há alternativas para geração de renda, alimentação e lazer. Isso gera consequências negativas para a vida familiar e saúde da população atingida, conforme exemplificado a seguir.

N: A comunidade tem desavenças, mas conseguimos nos unir para buscar as melhorias. A gente sabe que o crime vai permanecer por muitos anos, mas elas estão quitando. Muita gente recebeu e muitas já gastaram o dinheiro. E como é que está a saúde das pessoas? O Ministério Público [MPF] já conhece o que estamos passando, nós não temos nada a esconder. Fomos prejudicados, estamos prejudicados e vamos continuar prejudicados. Queremos saber como vai prosseguir daqui pra frente, porque a Renova entrou foi para reparar danos e o que ela fez foi tirar dinheiro das pessoas. Se ela cumprisse o que o MPF manda ela teria pago as indenizações, os projetos teriam saído e não estariam no Supremo Tribunal Federal [STF].^{FGV_ILD_090}

D: Como fica o futuro com a quitação geral? ^{FGV_ILD_090}

N: Eu como advogada, realmente, o maior relato que tenho dos atingidos é essa improdutividade da terra, a questão de não poder comer peixe, a demora de sair a indenização, falta de saúde. A maioria das pessoas relatam essas mesmas coisas. E uns quando recebem a indenização, por falta de orientação, gastam tudo e ficam sem dinheiro, e não consegue encontrar trabalho pois a pesca parou e eles não conseguem mais sustentar a família.^{FGV_ILD_104}

D: Temos muita incerteza com relação ao futuro em às nossas atividades e gerações futuras. ^{FGV_ILD_104}

Diante de todo o exposto, a sensação generalizada é de que é muito difícil falar e vislumbrar o futuro atualmente. O desejo de retorno à vida anterior ao desastre é uma constante, em que as atividades pudessem voltar a ser realizadas e as futuras gerações tivessem perspectivas de uma vida mais digna. Porém, as pessoas atingidas se sentem impedidas de enxergar para além do “amanhã”, diante da urgência e luta cotidiana para garantir a sobrevivência e seguir em frente, mesmo sem conseguir almejar um futuro melhor.

N: Falar em futuro é difícil. A gente queria um futuro como se fosse há sete anos atrás, como era antes do problema. Não temos perspectiva de futuro porque não vemos ação. Falar num futuro como era antes, esse futuro a gente não consegue imaginar. Seis anos é uma fase maravilhosa que um filho passa. Meu filho fez seis anos. E fez seis anos de desastre. Meu filho nasceu e depois de um mês aconteceu o crime. Tudo aconteceu quando ele estava nascendo. A gente teve que aprender a viver apenas pensando no futuro de amanhã. E a gente espera que qualquer amanhã desse, esteja como há sete anos atrás. Tivemos que aprender a viver um dia de cada vez, diante de seis anos de inércia. ^{FGV_ILD_086}

D: Tivemos que aprender a viver um dia de cada vez, diante de seis anos de inércia. ^{FGV_ILD_086}

N: O cotidiano foi alterado pela proibição da pesca na foz do Rio Doce. Era um cotidiano de pesca, de mirar rede. Era trabalho e lazer. Tanto no tempo ruim ou tempo bom, todo dia era dia de pesca. Seis anos do crime ambiental e eu olho em volta e nada mudou. Nada foi feito. Do que eu vi há seis anos quando chegou a lama no mar para hoje nada mudou. Se for no rio hoje, aquelas cenas voltam na sua mente. Ou seja, então imaginar um futuro é difícil. Será que eles vão conseguir reaver o presente em matéria de reparação? Eu arriscaria falar em ter perspectiva daqui uns vinte e quatro anos. Nem estaria vivo, e meu filho nem pescaria.^{FGV_ILD_086}

D: Tivemos que aprender a viver um dia de cada vez, diante de seis anos de inércia.^{FGV_ILD_086}

4 VALORAÇÃO NÃO MONETÁRIA: QUALIFICAÇÃO DOS DANOS IMATERIAIS SOFRIDOS PELAS POPULAÇÕES ATINGIDAS

Esta seção apresenta os resultados da valoração não monetária realizada para o território da RECM/ES que engloba os municípios Aracruz, Conceição da Barra, Fundão, Linhares, São Mateus e Serra. O trabalho foi desenvolvido a partir da abordagem de serviços ecossistêmicos, particularmente os serviços ecossistêmicos culturais (SEC), mobilizada pela FGV a fim de sustentar o aprofundamento qualitativo de conteúdos imateriais e simbólicos relevantes para este território, indo além dos danos socioeconômicos identificados e detalhados no capítulo de Identificação de Danos.

Classificado como o maior desastre tecnológico envolvendo mineração no mundo, o rompimento da Barragem de Fundão (CARMO et al., 2017) alterou todos os processos ecológicos do ecossistema fluvial do Rio Doce, de sua foz e adjacências (com o carreamento para o oceano Atlântico e espriamento para municípios do litoral, ao sul e ao norte da foz) e prejudicou inúmeros territórios e lugares de convivência significativos à população (INSTITUTOS LACTEC, 2020d). Isto porque, mesmo que determinados danos possam ser medidos e monetizados em alguns de seus aspectos, muitos danos às estratégias e modos de vida que historicamente possuem o Rio Doce como suporte são imensuráveis para a população atingida (FGV, 2021i). Nesse contexto, este capítulo se propõe a qualificar alguns aspectos imateriais dos danos sofridos pelas populações do território em questão.

A fundamentação teórica que embasa a qualificação dos aspectos imateriais está apresentada no Apêndice B. Ainda que as dimensões temáticas utilizadas na presente análise sejam um importante instrumento metodológico para a análise dos danos socioeconômicos, tais dimensões se intersectam no cotidiano e nos modos de vida das populações atingidas, e muitas imaterialidades se dão justamente nos pontos de intersecção. Este capítulo de valoração não monetária, portanto, recorta aspectos imateriais específicos relevantes no território em questão organizados nas dimensões temáticas e ainda se utilizando de elementos presentes também em outras dimensões temáticas, por se tratar de uma leitura abrangente que visa evidenciar universos simbólicos, bens imateriais e aspectos relacionais que se conectam.

Para o território da RECM/ES foram identificados debates convergentes no que tange às questões imateriais, e também aspectos específicos para as comunidades remanescentes quilombolas do Sapê do Norte. Dessa forma, o debate da valoração não

monetária foi construído a partir de dois recortes com objetivo de atender as especificidades:

- Territórios do litoral sul, foz do Rio Doce e litoral norte, nos quais aprofundou-se em aspectos imateriais de danos nas dimensões de (i) renda, trabalho e subsistência; (ii) alimentação e (iii) vida digna, uso do tempo e cotidiano e perspectivas futuras; rede de relações sociais e práticas culturais, religiosas e de lazer.
- Território quilombola Sapê do Norte: nos quais aprofundou-se em aspectos imateriais de danos nas dimensões de (i) relações com o meio ambiente e autodeterminação; (ii) práticas culturais, religiosas e de lazer; rede de relações sociais; e vida digna, uso do tempo, cotidiano e perspectivas futuras e (iii) processo de reparação e remediação.

No que diz respeito ao primeiro recorte, dos territórios do litoral sul, foz do Rio Doce e litoral norte (que engloba também o território quilombola do Sapê do Norte, lembra-se), a primeira seção trata de renda, trabalho e subsistência, abordando em seu primeiro item imaterialidades do ofício da pesca artesanal e agricultura familiar enquanto pilares dos modos de vida das populações atingidas. Em seu segundo item, os aspectos imateriais da estratégia de diversificação produtiva adotada pelas populações, envolvendo pesca, agropecuária e turismo. No terceiro item são abordados os desdobramentos da restrição dessas atividades e estratégias no território. Na segunda seção, são abordados aspectos imateriais da alimentação. No primeiro item relacionam-se dimensões da alimentação com o autoconsumo, a segurança e soberania alimentar e as relações de troca e reciprocidade entre as pessoas e de suas práticas alimentares; e no segundo item, a alimentação é tratada enquanto prática cultural imbricada na identidade, memória e pertencimento. Já na última seção, são trazidos conjuntamente aspectos imateriais contidos transversalmente nas dimensões temáticas “vida digna, uso do tempo e cotidiano e perspectivas futuras”; “redes de relações sociais”; e “práticas culturais, religiosas e de lazer” dado o entrelaçamento das narrativas organizadas nessas dimensões ao tratarem aspectos específicos relacionados com (i) água, qualidade de vida e bem-estar e (ii) sofrimento social.

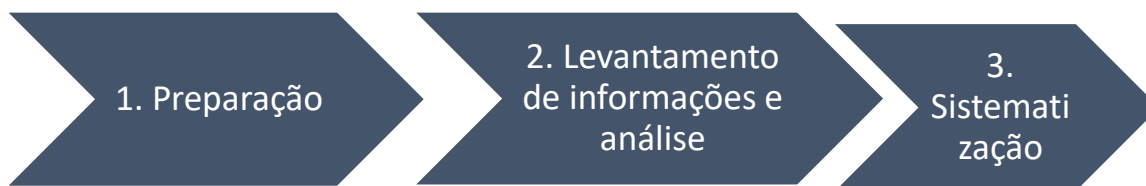
Já no segundo recorte, específico para o território do Sapê do Norte, a primeira seção trata de relações com o meio ambiente e autodeterminação, explorando a imaterialidade das relações entre as populações quilombolas do Sapê do Norte, os ambientes onde vivem, suas práticas, saberes e modos de vida; e também os riscos e perdas ambientais que ameaçam a continuidade dos povos quilombolas em seu território e suas práticas

identitárias, considerando seu direito de determinar livremente sua condição política e buscar livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural. A segunda seção, que aborda questões atinentes a práticas culturais, religiosas e de lazer; rede de relações sociais; e vida digna, uso do tempo, cotidiano e perspectivas futuras, aprofunda aspectos imateriais, culturais e simbólicos representados pelas práticas culturais que estão incorporada às sabedorias ancestrais que são reelaboradas e transmitidas intergeracionalmente através da oralidade, compondo a tradicionalidade quilombola e que foram afetadas com o desastre da Samarco, causando sofrimento social às suas populações. Por fim, a seção que aborda o processo de reparação e remediação aprofunda questões decorrentes do processo oficial de reparação conduzido pela Fundação Renova e empresas causadoras do desastre, enquanto também um fator gerador de danos e prejuízos imateriais aos modos de vida da população quilombola do Sapê do Norte.

4.1 Processo de valoração não monetária

Nesta seção são apresentados os procedimentos metodológicos da valoração não monetária de danos decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão, processo que consistiu de três etapas, conforme a figura a seguir, sendo: 1) preparação para a valoração; 2) levantamento de informações via coleta de dados e análise qualitativa sobre os valores imateriais associados aos danos; e 3) sistematização.

É importante ressaltar que esse processo se valeu de todo o desenvolvimento de conteúdo, teórico e metodológico, realizado anteriormente em outras valorações não monetárias em relatórios do Projeto Rio Doce. Destacam-se, nesse sentido, os seguintes produtos: Parâmetros e Subsídios para a Reparação dos Danos Socioeconômicos nos Territórios de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Chopotó (FGV, 2020m); Parâmetros e Subsídios para a Reparação dos Danos Socioeconômicos dos Povos Tupiniquim e Guaraní em Aracruz (ES) (FGV, 2020m); Matriz Indenizatória Territorial para os municípios de Tumiritinga, Galileia, Conselheiro Pena, Resplendor, Itueta e Aimorés, no Médio Rio Doce (FGV, 2021p); e Matriz Indenizatória Territorial para os municípios de Bom Jesus do Galho, Caratinga, Córrego Novo, Dionísio, Marliéria, Pingo d'Água, São Domingos do Prata, São José do Goiabal, São Pedro dos Ferros, Sem-Peixe, Raul Soares, Rio Casca e Timóteo, no Alto Rio Doce (FGV, 2021o).

Figura 55 — Processo de valoração não monetária

Fonte: Elaboração própria (2020).

4.1.1 Preparação

A primeira etapa do processo de valoração é a preparação para a análise dos danos identificados no território, contemplando duas atividades basilares: (i) definição de escopo das dimensões temáticas a partir da análise das narrativas registradas no processo de identificação de danos; e (ii) organização dos procedimentos metodológicos de pesquisa para complementação das informações junto a pessoas atingidas.

4.1.1.1 Definição de escopo das dimensões temáticas

O processo de identificação de danos conduzido pela FGV teve como base um roteiro com perguntas norteadoras que abordaram diferentes dimensões temáticas (DT, detalhadas na seção 3.1) que, quando compostas, são passíveis de oferecer um panorama geral das alterações nos modos de vida das populações atingidas.

Tais dimensões, no entanto, são uma alternativa metodológica à condução das discussões, dado que não estão separadas no cotidiano e na composição dos modos de vida humanos. Elas se relacionam, retroalimentam-se e, ao tratar de uma delas, invariavelmente outras dimensões vêm à tona.

Dessa maneira, para o processo de valoração não monetária, a FGV optou por elencar cinco dimensões temáticas organizadas em três seções para o recorte do litoral sul, foz do Rio Doce e litoral norte; e seis dimensões temáticas agrupadas em mais três outras seções para o recorte específico do Sapê do Norte, e, a partir daí, trabalhar a imaterialidade contida nas demais.

Para a escolha das dimensões temáticas abarcadas nos dois recortes, os seguintes critérios e fontes de informação foram utilizados:

- Principais aspectos trazidos pelas pessoas atingidas identificados a partir de análise qualitativa dos resultados da identificação de danos pela equipe de pesquisadores da FGV.

- Assuntos indicados como prioritários em estudos realizados no território e sistematizados pela equipe de pesquisadores da FGV.
- Inter-relação entre as DT, ou seja, quais dimensões temáticas são estratégicas para aprofundar os entendimentos sobre os danos imateriais sofridos.
- Dimensões temáticas que forneçam bases sólidas para o respaldo jurídico de danos imateriais com vistas à reparação, principalmente, de:
 - Bases probatórias para a população atingida.
 - Auxílio ao entendimento de qualificadores para indenizações monetárias individuais.
- Estratégias para a reparação, isto é, DT cuja materialidade dos danos seja explícita (como as perdas monetárias relacionadas com prejuízos laborais ou a perda de espaços como o Rio Doce) e, dessa maneira, possam ser estratégicas para elucidar também as imaterialidades contidas nos danos.

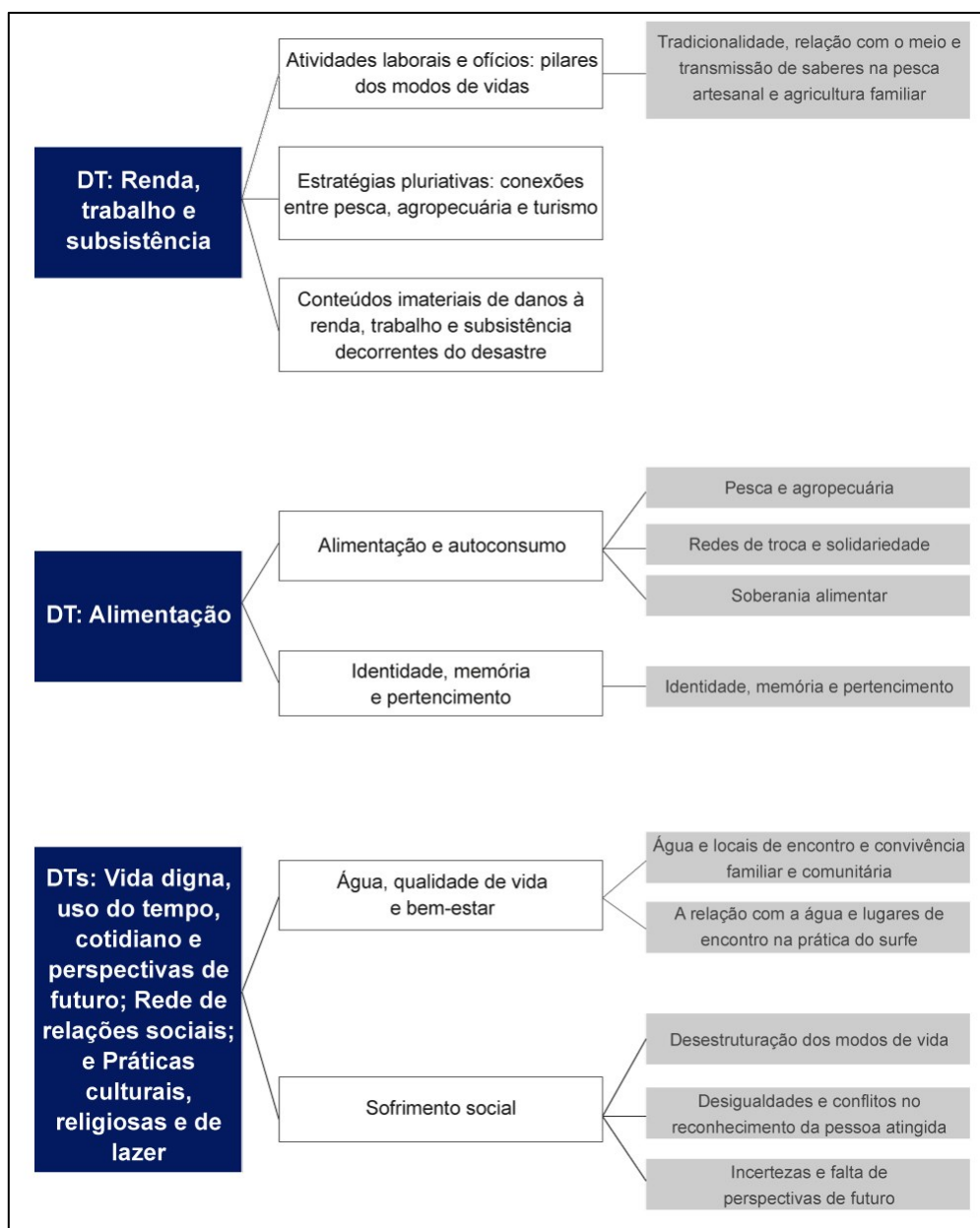
Como resultado dos critérios e análises anteriormente apresentados, as seguintes dimensões temáticas compõem o escopo da valoração não monetária contida no recorte dos territórios do litoral sul, litoral norte e foz do Rio Doce:

- Renda, trabalho e subsistência, em seus aspectos relacionados: (i) às imaterialidades do ofício da pesca artesanal e agricultura familiar enquanto pilares dos modos de vida das populações atingidas; (ii) aos aspectos imateriais da estratégia de diversificação produtiva adotada pelas populações, envolvendo pesca, agropecuária e turismo; e (iii) aos desdobramentos da restrição dessas atividades e estratégias no território.
- Alimentação, em seus aspectos relacionados: (i) ao autoconsumo, a segurança e soberania alimentar e às relações de troca e reciprocidade entre as pessoas e de suas práticas alimentares; e (ii) a práticas culturais, imbricada na identidade, memória e pertencimento.
- Vida digna, uso do tempo e perspectivas de futuro; rede de relações sociais; e práticas culturais, religiosas e de lazer, em sua conexão e interdependência com (i) Interações, práticas e usos das águas enquanto locais de encontro e convivência familiar e comunitária, com subitem no qual destacam-se essas conexões na prática do surfe; e (ii) o sofrimento social das populações atingidas, relacionado com a desestruturação dos modos de vida e preocupação com a recuperação ambiental; com as desigualdades e conflitos no reconhecimento das pessoas atingidas nos processos oficiais de reparação; e por fim, com as

incertezas e a falta de perspectivas de futuro impostas por todas as questões tratadas anteriormente.

A figura a seguir ilustra o escopo elencado:

Figura 56 — Escopo da valoração não monetária dos territórios do litoral sul, foz do Rio Doce e litoral norte



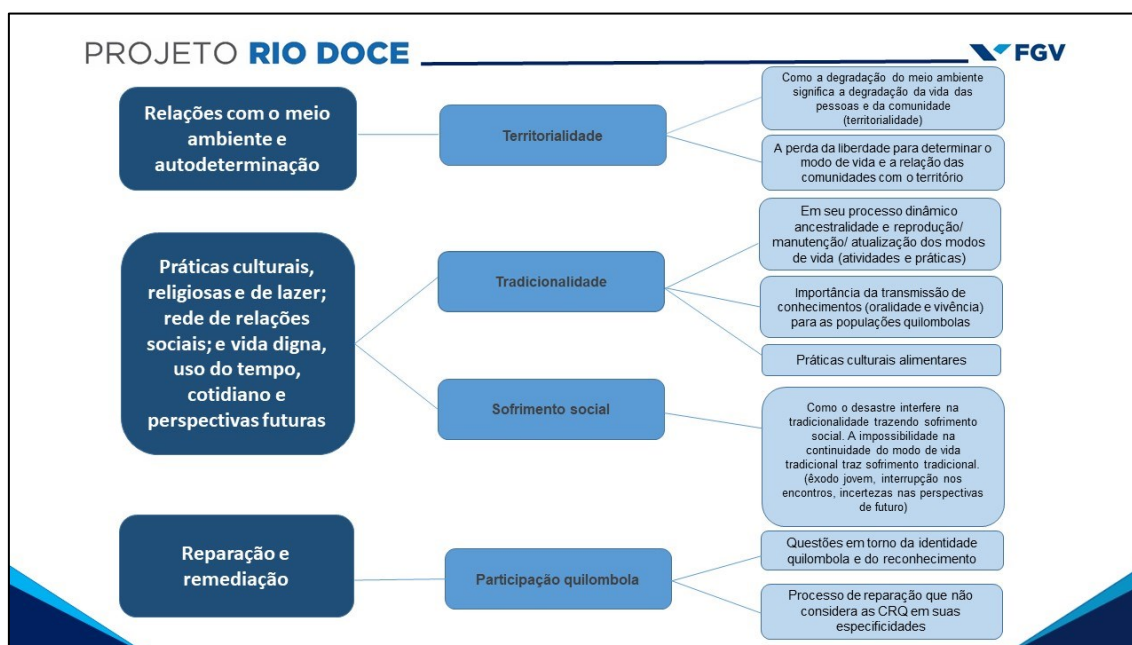
Fonte: Elaboração própria (2022).

Já para o território quilombola Sapê do Norte, como resultado dos critérios e análises anteriormente apresentados, as seguintes dimensões temáticas compõem o escopo da sua valoração não monetária:

- Relações com o meio ambiente e autodeterminação em sua conexão com a territorialidade local, explorando questões relativas à água e suas relações, e ao princípio da autodeterminação, especialmente no que diz respeito ao processo interno de reconhecimento e identidade.
- Práticas culturais, religiosas e de lazer; rede de relações sociais e vida digna, uso do tempo, cotidiano e perspectivas futuras em sua relação com (i) a tradicionalidade das comunidades quilombolas, em aspectos com memória e oralidade, à transmissão intergeracional dos conhecimentos, às práticas culturais alimentares; e (ii) com o sofrimento social das populações atingidas, relacionado com a preocupação com a recuperação ambiental e perspectivas de futuro e o não reconhecimento das pessoas atingidas nos processos oficiais de reparação em curso.
- Processo de reparação e remediação, na sua relação com a participação quilombola, com a processualidade dos desastres naturais, da violação ao direito à autodeterminação no processo reparatório, ao racismo ambiental e ao sofrimento social ligados ao processo de reparação.

A figura abaixo ilustra o escopo elencado:

Figura 57 — Escopo da valoração não monetária do território quilombola Sapê do Norte



Fonte: Elaboração própria (2022).

4.1.1.2 Organização dos procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos foram planejados a partir do escopo definido e, tendo em vista o contexto da pandemia Covid-19, o diálogo com os atingidos para alinhamento sobre os procedimentos foi conduzido de forma remota. A interlocução com lideranças locais permitiu o mapeamento e a articulação de pessoas-chave nos municípios, além de viabilizar atividades de mobilização, convite aos participantes e de ambientação tecnológica para o uso de ferramentas virtuais nas reuniões. Durante essas interações iniciais, foram realizados esclarecimentos aos participantes sobre as metodologias, resultados esperados e seus limites, temas reforçados e dialogados sistematicamente ao longo de toda a construção coletiva, assegurando assim um processo de participação livre e informada.

4.1.2 Levantamento de informações e análise de narrativas

Esta etapa visou à obtenção e análise de informações primárias e secundárias sobre os valores imateriais e intangíveis associados aos danos socioeconômicos identificados e descritos no capítulo 3. Em atenção ao escopo detalhado anteriormente, o objetivo foi compreender, a partir das narrativas dos diferentes grupos sociais participantes dessa unidade territorial de análise, e fundamentado por demais fontes, aspectos relativos aos modos de vida anteriores ao desastre e a importância de práticas neles contidas, além de como, e em qual profundidade, os danos descritos abalaram esse modo de ser, viver, pensar e se relacionar com o meio ambiente afetado.

O ponto de partida e principal substrato adotado são a memória coletiva e o relato de experiências vividas pelas pessoas atingidas, presentes tanto nas narrativas registradas ao longo do processo de identificação de danos como nos diálogos complementares que compõem essa valoração. Assim, para a análise, o conceito de valor foi abordado na perspectiva de trazer à luz a importância dos aspectos imateriais para o conjunto de práticas econômicas e sociais realizadas no território, sob a ótica dos serviços ecossistêmicos culturais.

Para a análise, a valoração não monetária para esse estudo se vale da triangulação entre diferentes fontes para promover complementaridade na construção do valor (CHENG et al., 2019). Portanto, a coleta de informações foi feita em três frentes: (i) diálogo com atingidos e análise qualitativa de narrativas; (ii) análise documental; e (iii) consulta a pesquisadores e estudiosos, conforme figura seguinte.

Figura 58 — Abordagem de valoração não monetária



Fonte: Elaboração própria (2021).

4.1.2.1 Análise qualitativa das narrativas

A literatura existente identifica a contação de histórias e a descrição de cenas pelos respondentes como uma das fontes de informação sobre os serviços ecossistêmicos, portanto, um procedimento metodológico adequado à valoração não monetária (CHENG et al., 2019; JACOBS et al., 2018). Para Varella (2015, p. 34-35), a narrativa pode ser compreendida como discurso elaborado a partir de um ato voluntário que passa pelo acesso à memória e à imaginação. Trata-se de uma forma de elaborar e publicizar ideia ou juízo sobre determinado acontecimento, por isso carrega em sua construção habilidades de sintetizar experiências, a fim de que uma interpretação individual possa ser compartilhada com os demais (VARELLA, 2015, p. 34).

Observa-se ainda que valores relacionados com os serviços ecossistêmicos culturais têm origem em relações entre pessoas e são primordialmente vivenciados coletivamente, o que reforça a importância de formatos coletivos de levantamento de informações entre os procedimentos metodológicos. Construções em grupo geralmente consideram valores compartilhados que são fundamentalmente diferentes da soma dos valores individuais. A coleta de valores compartilhados aumenta a legitimidade, efetividade e transparência das evidências e contribui para redução de riscos (KENTER et al., 2016).

Assim, a valoração por métodos participativos é uma recomendação da iniciativa global organizada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, chamada A economia dos ecossistemas e da biodiversidade (TEEB), por ser “flexível, adaptável e capturar – quantitativa e qualitativamente – uma gama de tipos de dados e níveis de informação” (TEEB, 2010, p. 66) junto ao público de interesse. Alinhada às premissas da centralidade das pessoas atingidas e de participação efetiva e informada, a base de dados de narrativas para qualificação de valores imateriais dos danos sofridos em razão do desastre foi construída a partir de duas entradas de informações:

Narrativas registradas pela FGV em todas as oficinas para identificação de danos do desastre (detalhada no capítulo de Identificação de Danos) e selecionadas a partir de análise qualitativa de acordo com sua aplicabilidade ao escopo desta valoração não monetária.

Narrativas registradas nas oficinas para identificação de danos do desastre e valoração não monetária com mulheres dos territórios do litoral norte, foz do Rio Doce e Sapê do Norte selecionadas a partir de análise qualitativa de acordo com sua aplicabilidade ao escopo desta valoração não monetária.

Em ambos os casos, o processo de análise qualitativa das narrativas registradas pela FGV nas oficinas para comporem a base de dados de análise desta valoração não monetária ocorreu em três momentos: (a) exclusão de danos socioeconômicos de cunho puramente material; (b) busca de narrativas por palavras-chave e avaliação da aplicabilidade neste escopo; e (c) consolidação das narrativas selecionadas.

No contexto de qualificação da dimensão imaterial dos danos, é de especial interesse e relevância a interface entre as dimensões temáticas no que tange às temáticas do escopo desta valoração não monetária. Assim, a seleção de narrativas partiu da base de dados da identificação de danos completa, sendo todas as dimensões temáticas analisadas para tal fim. Em seguida, foram realizadas buscas de narrativas no banco de dados a partir de palavras-chave que dialogassem com os eixos de análise definidos a partir do escopo dessa valoração.

4.1.2.2 Análise documental

A busca por dados secundários (documentos acadêmicos e de fontes locais) complementou as informações obtidas com os atingidos e com os estudiosos e atores relevantes. Ainda, o uso de documentos oficialmente reconhecidos no processo de reparação complementa o suporte necessário às descrições de modo de vida.

Nesse sentido, os dados secundários constituem um *corpus* de informação destinado a complementar e verificar a caracterização de modos de vida presentes nos territórios e abarcados por este documento, previamente ao desastre, e das transformações

causadas desde o rompimento da Barragem de Fundão. Os critérios para a formação do referido *corpus* para sua consideração no quadro da valoração de danos são: (i) seu valor probatório; (ii) sua qualidade técnica e científica; (iii) sua relevância e representatividade para a caracterização dos temas considerados na valoração dos danos causados; (iv) consistência de sua consideração à perspectiva dos atingidos, bem como a princípios de direitos humanos e ética em pesquisa.

Para o levantamento, a seleção e a contextualização dos dados, o universo de informação disponível relativamente aos modos de vida presentes no território foi identificado entre as seguintes origens da documentação de interesse para a valoração de danos:

- trabalhos acadêmicos, inclusive realizados nos municípios em análise ou relacionados com eles;
- relatórios produzidos por demais *experts*;
- relatórios e documentos elaborados no âmbito do sistema de governança (CIF, câmaras técnicas etc.);
- registros fotográficos enviados por pessoas atingidas para a equipe da FGV.

Dessa forma, buscou-se reunir e organizar um conjunto de informações referenciadas que descrevesse os modos de vida e os valores antes e depois do rompimento da Barragem de Fundão para subsidiar os demais passos da reparação integral.

4.1.2.3 Entrevistas com pesquisadores

O uso de resultado de diálogo com pesquisadores tem o objetivo de complementar as informações e registros sobre os modos de vida e valores do território. Essa frente trouxe a experiência de terceiros, conhecedores dos temas correlatos aos objetivos e escopo desta valoração não monetária – acadêmicos e profissionais – como uma das diferentes maneiras de valorar os danos, complementando o que foi obtido em dados secundários e interações com pessoas atingidas (NAVRUD; STRAND, 2018).

Em revisão sistemática da literatura, Cheng et al. (2019) destacam os métodos baseados no conhecimento de pesquisadores e estudiosos (*expert-based methods*) entre os mais utilizados para valoração não monetária, juntamente com entrevistas, questionários, observação, pesquisa documental, análise de dados de redes sociais, mapeamento participativo e simulação de cenários. Ainda de acordo com Cheng et al. (2019), o conhecimento e a experiência de pesquisadores e estudiosos são ricos na medida em que contribuem substancialmente para (i) avaliar os serviços ecossistêmicos

culturais e registrar os valores com eles relacionados; e (ii) lidar com complexidades e incertezas, especialmente em ambientes com pouca disponibilidade de dados secundários.

Para isso, foram utilizadas 17 entrevistas semiestruturadas com pesquisadores (as), todas realizadas pela FGV por meio de plataforma online, contando com roteiros específicos construídos para esses diálogos e com foco nas temáticas presentes no escopo desta VNM.

Como pactuado com os entrevistados, não há referência direta aos pesquisadores (as), sendo que o conjunto do conhecimento acessado contribui com às análises realizadas pela FGV neste relatório. Com esse sentido, as entrevistas realizadas e utilizadas contemplam as seguintes colaborações: Arilson da Silva Favareto, Celeste Ciccarone, Dulce Maria Pereira, Fábio Martins Villas, Filipe Fernandes de Sousa, Flávio Sacco dos Anjos, Haruf Salmen Espindola, Isabela Maria Tamaso, John Matias Wojciechowski, Larissa Pirchiner de Oliveira Vieira, Raquel Oliveira, Reinaldo Duque Brasil Landulfo Teixeira, Renato Sérgio Jamil Maluf, Simone Raquel Batista Ferreira, Simone Scifone, Symaira Poliana Nonato e Tânia Maria Silveira (Apêndice B.1).

Por fim, destaca-se que todas as interações foram feitas mediante a aplicação de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice C.1).

4.1.3 Sistematização

As informações advindas da análise das narrativas da identificação de danos, roda de conversa, fontes de dados secundários e entrevistas com pesquisadores sobre aspectos imateriais dos danos socioeconômicos decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão, identificados nos municípios da RECM, foram sistematizadas em planilhas, organizadas de acordo com cada tipo de interação. As planilhas reúnem as informações sobre as temáticas de interesse para a valoração não monetária; e o lastro de informações da interação, como referência da interação, com atingido ou especialista, e local de armazenamento do áudio e relatoria da entrevista.

As temáticas do escopo definido previamente para a valoração não monetária foram os pontos de ligação e a base da análise para a valoração não monetária. Elas permitiam filtragens que exibiam todas as fontes primárias e secundárias de dados que tratassem de um determinado tema.

Como resultado obteve-se, portanto, um conjunto de informações qualitativas geradas e referenciadas, que se validam e complementam. A partir de tais planilhas e sistemas de filtragem, os resultados foram dispostos conforme detalhamento prévio de escopo, de acordo com a próxima seção.

4.2 Valoração não monetária: avaliação de dimensões imateriais dos danos sofridos

4.2.1 Territórios do Litoral sul, Foz do Rio Doce e litoral Norte

4.2.1.1 Renda, trabalho e subsistência

Na Nota Técnica da FGV sobre a Região Estuarina, Costeira e Marítima (FGV, 2021d) e nos capítulos de Caracterização e de Identificação de Danos deste relatório são identificadas e descritas diferentes atividades econômicas desenvolvidas nos municípios de São Mateus, Conceição da Barra, Linhares, Serra, Fundão e Aracruz, especialmente relativas às cadeias produtivas da pesca; agropecuária; e turismo, comércios e serviços. Esse extenso levantamento prévio já evidencia que tais atividades produtivas e ofícios estão profundamente imbricados nos modos de vida das pessoas atingidas, se entrelaçando com práticas alimentares, lazer e espiritualidade, além de dinâmicas familiares e comunitárias que se projetam por gerações, representando não somente fonte de renda e subsistência, mas também imenso valor imaterial aos atingidos e atingidas da região estuarina, marítima e costeira (RECM/ES).

N: Não dá pra gente dizer quem não depende do comércio e do turismo pra viver aqui em Itaúnas. A gente teve perdas materiais e imateriais que são imensuráveis. FGV_ILD_072

N: Esses danos são irreparáveis, incalculáveis, porque não tem preço o impacto causado na vida da comunidade. Impactou o meio de vida, dos pescadores, dos ribeirinhos. Abalou a pesca tradicional, artesanal, o comércio, a agricultura, a nossa lavoura de cacau, a produção agrícola, a cultura, o nosso folclore, o turismo, o esporte e o lazer da nossa comunidade. FGV_ILD_090

Nesse sentido, as narrativas de pessoas atingidas mesclam parentescos, natureza, histórias de vida com seus ofícios e profissões: “Eu, como filha do lugar, eu senti muito, sou casada com pescador, meu marido não foi alfabetizado direito por começar a pescar cedo”. FGV_ILD_104. Da mesma forma que o pescador tem no mar e nos rios não apenas um meio para a retirada de recursos, mas sim parte da conformação da sua história, o surfista, como outro usuário desse mesmo ecossistema, tem no mar não apenas uma paixão, um *hobby*, como “amante da natureza”, mas sim o lugar onde pratica seu trabalho e obtém sua renda.

N: O surfista é a única classe que não foi ressarcida, sendo que não somos apenas amantes da natureza, tem o técnico, instrutor, juiz e a gente tem que conquistar o reconhecimento ajustado no que a gente

precisa. O surfista é uma ferramenta de trabalho nos balneários de Linhares. FGV_ILD_093

Partindo da concepção de que o trabalho e os ofícios são inerentes ao universo simbólico da cultura, sendo indissociáveis das demais dimensões da vida^{FGV_ILE_012}, esta seção visa qualificar a dimensão imaterial, cultural e simbólica das práticas de renda e trabalho identificadas no litoral sul, Linhares e litoral norte da RECM. Para tanto, retoma discussões sobre a relação intrínseca entre as atividades laborais, em especial os ofícios da pesca e agropecuária, com os ecossistemas em que estão inseridas, com os cotidianos e momentos de lazer, com a conformação de identidades tanto individual quanto coletiva; e com a transmissão geracional de saberes,¹⁴⁴ relações estas costumeiras às comunidades rurais e pesqueiras nos territórios antes do rompimento da Barragem de Fundão (ver o capítulo 2 de Caracterização).

Em um segundo momento, há um resgate da noção de pluriatividade no contexto de comunidades agrícolas e pesqueiras (COTRIM, 2008) para destacar o nexos entre as cadeias da pesca e agricultura, ambas com fortes traços de tradicionalidade, com a cadeia do turismo, uma particularidade da RECM (FGV, 2021d). Por fim, a seção se dedica a pontuar alguns aspectos imateriais dos danos à renda, trabalho e subsistência após o desastre, especialmente no que tange à desestruturação das atividades produtivas com prejuízos à identidade, cotidiano, lazer, transmissão de saberes e relações familiares e comunitárias.

4.2.1.1.1 Atividades laborais e ofícios: pilares dos modos de vida

As atividades produtivas e ofícios nas comunidades atingidas da RECM em análise neste relatório são realizadas enquanto parte dos modos de vida, sendo referidos por um(a) estudioso(a) entrevistado(a) pela FGV como “essência da vida”.^{FGV_ILE_012} A partir desse entendimento, a vida, os ofícios e o trabalho transcorrem de forma indissociável da natureza e dos meios em que estão inseridos, sendo o rio, o mar ou as lagoas elementos de reconhecimento do pescador como tal; e a várzea do rio é onde a pessoa

¹⁴⁴ De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no Livro de Registro dos Saberes, “[...] os saberes são conhecimentos tradicionais associados a atividades desenvolvidas por atores sociais [...] associados à produção de objetos e/ou prestação de serviços que podem ter sentidos práticos ou rituais. Trata-se da apreensão dos saberes e dos modos de fazer relacionados à cultura, memória e identidade de grupos sociais” (IPHAN, s.d.).

se faz agricultor, configurando o lugar¹⁴⁵ como parte nas relações. FGV_ILE_012 O meio ambiente é incorporado à existência dos grupos sociais que ali habitam e circulam, pois, essas pessoas estão continuamente se relacionado com esses ecossistemas. FGV_ILE_10

Para Eclea Bosi (1994, p. 475), “o trabalho não é só a ação, é também o lugar da ação”. Quando a ideia é transposta à RECM, esses lugares são os rios, as beiradas, as várzeas, os mangues, as praias, as baixadas, o mar, as lagoas. Tais ecossistemas são, portanto, integrados às práticas sociais enquanto espaços privilegiados para o desenvolvimento das atividades produtivas e laborais ali presentes, compondo, desta forma, um mosaico de lugares de importância.

N: Eu tô com sessenta anos hoje, eu tenho cinquenta e sete anos de Linhares, na Beira Rio, fui criada ali, eu e meus irmãos. A gente viveu muito do peixe, ali a gente foi muito feliz, a rua de chão, casa de madeira, mas a gente foi muito feliz, nunca teve empecilho nenhum para nós ali, depois que veio essa tragédia aí, afetou nós muito fundo.

FGV_ILD_092

Tais lugares de importância, como descritos na narrativa acima, são onde acontecem e se realizam ofícios e as atividades de lazer e espirituais, muitas vezes de forma concomitante, são os lugares onde foram “muito felizes”. Estudos sobre comunidades de pescadores artesanais e camponeses (MAGNANI, 1994; RAMALHO, 2015) demonstram que em tais contextos sociais tempo de trabalho e de lazer se mesclam. Como descreve Ramalho (2015, p. 194):

As relações socioculturais e econômicas, em alguns grupos de pescadores artesanais e camponeses, não colocaram como entes antagônicos trabalho e tempo livre. Ao contrário, tais relações celebram aproximações e indissolubilidades entre saber-fazer pesqueiro, lazer e vida, formando e conformando um todo societário [...].

Diversos hábitos descritos pelas pessoas atingidas exemplificam essa associação entre trabalho e lazer, como: “Era um cotidiano de pesca, de mirar rede. Era trabalho e lazer. Tanto no tempo ruim ou tempo bom, todo dia era dia de pesca” FGV_ILD_086; ou ainda “[...] A gente ia, na hora do almoço, tomava um banho, coisas que para a justiça pode não fazer muito sentido, mas para nós faz todo sentido” FGV_ILD_098. As narrativas dos atingidos e atingidas demonstram fluidez no movimento entre o trabalho e o divertimento ou momentos de relaxamento, em que a pesca era o momento de “desestressar”, ao passo

¹⁴⁵ De acordo com o Iphan (2016) e Teixeira (2015), lugares são espaços físicos dotados de significados, valores culturais, onde acontecem usos, práticas e atividades cotidianas e excepcionais, vernáculos e oficiais. Como centrais na vida social das comunidades, os lugares são reconhecidos em representações simbólicas e narrativas, contribuindo para a construção do senso de pertencimento, da memória e da identidade dessas populações (IPHAN, 2016).

que também se desfrutava dos pescados, seja para consumir, compartilhar ou comercializar.

N: Eu aprendi a pescar foi dentro de Regência. Isso me fazia um bem muito grande. Se está estressada em casa vai pescar, troca uma ideia, toma um café e eu me desestressava. Eu preferia ficar no rio do que dentro de casa. O máximo que você estressa é quando a rede agarra em algum lugar. Mas nosso lazer era o Rio Doce. Eu tenho hoje receio de ir ao rio. Eu às vezes eu vou, mas tenho receio. O lazer se foi junto com essa lama que veio. FGV_ILD_086

N: A gente costuma dar, mesmo, os peixes para as pessoas no porto. Antes eu tomava banho no rio com roupa e tudo. E depois trabalhava à tarde com a roupa molhada. FGV_ILD_098

Ostrom (2009) se refere às interações sociedade-natureza como complexas, tendo em vista que a diversidade de ecossistemas, seus recursos e formas de usufrutos permeiam o tecido social das comunidades que desenvolveram e desenvolvem práticas, saberes, ofícios e meios de vida a partir desses ecossistemas. Os ofícios, portanto, extrapolam a dimensão financeira das famílias, e têm fortes implicações na identidade, nas relações sociais e na reprodução do conhecimento acumulado através das gerações e que são utilizados cotidianamente por esses trabalhadores, que os têm registrados em suas histórias e memórias (SANTOS, 1999), se conformando, portanto, como patrimônio¹⁴⁶ dessas comunidades. FGV_ILE_012

Nesse sentido, a Nota Técnica da FGV (2021d), em conjunto com o capítulo 2 de Caracterização e capítulo 3 de Identificação de Danos neste relatório indicam o caráter de tradicionalidade¹⁴⁷ de ofícios e práticas laborais realizadas nas comunidades atingidas na RECM, já que estas estão intimamente vinculadas a seus modos de vida, como relata uma pessoa atingida “Nós somos povo tradicional da pesca, e o desastre acabou com tudo”. FGV_ILD_058

¹⁴⁶ O artigo 216 da Constituição conceitua patrimônio cultural como sendo os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. O Decreto de 1937, por sua vez, estabelece como patrimônio “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (IPHAN, s.d.).

¹⁴⁷ O Decreto federal nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, povos e comunidades tradicionais se definem como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”, sendo comunidades tradicionais ribeirinhas caracterizadas como aquelas conformadas em proximidade aos rios, e que os utilizam como fonte de sustento em atividades pesqueiras, agrícolas e extrativistas (BRASIL, 2007).

N: Somos comunidades tradicionais e não tivemos o devido reconhecimento. Por exemplo, em Entre Rios as pessoas são pescadoras e agricultoras e não reconheceram como as duas atividades. FGV_ILD_097

A noção de tradição remete a aspectos estruturantes do modo de vida, e está intimamente relacionada à cultura e visões de mundo, à continuidade histórica de técnicas, conhecimentos e relações com o território e com a natureza. Observado no tempo, o exercício destes ofícios em dado território vem do passado até o presente em constante transformação, atualizado em sua prática, e, se não fosse interrompido, se projetaria enquanto tradição que constrói possibilidades de futuro (WOORTMANN, 1990), como descrito na seção de Perspectivas de Futuro deste capítulo.

N: Sou neto e filho de pescadores. Meu avô era pioneiro da canoa artesanal na comunidade. Minha avó foi uma figura cultura na comunidade e participou de todas as ações culturais da comunidade. Então eu acabei, na minha infância e adolescência, presenciando muita cultura de tudo o que estava acontecendo ali na comunidade. [...]. FGV_ILD_093

É notável que a prática cotidiana dos ofícios, com suas trocas materiais e imateriais inerentes, refletem nos modos de produção, de saber-fazer e nas formas de expressão e celebrações, sendo elementos não só constituintes das memórias e das identidades, mas também socialmente compartilhados e responsáveis pela criação e fortalecimento de vínculos comunitários cuja reprodução social depende da transmissão entre gerações. Carina Foppa et al. (2020, p. 239), em capítulo sobre dimensões sociais e humanas na zona costeira, descrevem que a:

[...] construção da subjetividade dos sujeitos, inclusive a construção de conhecimentos individuais e coletivos, é um processo que se dá em uma relação aberta, comunicativa, reflexiva e transformadora de si, das pessoas e das suas condições de existência no mundo

O ofício e a identidade desses trabalhadores são, portanto, construídos através dessa relação do sujeito com a comunidade, cultura, natureza, FGV_ILE_010 como descrito pelos atingidos e atingidas.

N: A gente que é pescador quer ensinar os nossos filhos. Precisamos do pescado para sobreviver e hoje em dia não podemos buscar peixe nem para o nosso consumo próprio. [...] Isso é nossa vida, nossa cultura. Sabemos que não pode, mas é nossa cultura. Pegamos para podermos sobreviver. FGV_ILD_104

Assim, preceito fundamental para a reprodução dos modos de vida e das atividades laborais é a transmissão desse acervo de conhecimentos locais construídos em sistemas holísticos mantidos e controlados socialmente (SANTOS, 1999). A reprodução

desses ofícios e sabres ao longo do tempo parte de contextos de coparticipação, onde se dão a aprendizagem e o ensino por meio da observação, prática e oralidade, sustentados pelos laços entre pessoas, famílias e comunidades, altamente dependentes do ambiente que estão inseridos.^{FGV_ILE_012} Logo, a transmissão geracional dos conhecimentos é dada pela realização do ato em si, via o movimento do corpo e comportamento que “a criança vê, entende, imita e aprende com a sabedoria que existe no próprio gesto de fazer a coisa” (BRANDÃO, 1984, p.18).

N: Estamos perdendo a transmissão de conhecimento para as novas gerações e até para a gente mesmo. Vou falar sobre os meus danos, o que está acontecendo. A identidade do pescador tá sendo afetada. Minha mãe era pescadora, eu e meu irmão nascemos na água. Minha filha me ajudava desde os quatro anos a tirar manjuba da rede e hoje não faz mais. Hoje nossos filhos falam que nós não somos mais pescadores, que não vamos mais para o rio.^{FGV_ILD_091}

N: Aprendemos com nossos pais e avós a ter uma rotina. As pessoas viviam e tinham uma ocupação, mas hoje não podem mais ter sua rotina. Eu cresci ouvindo que a mente tem que estar ocupada.^{FGV_ILD_097}

A rotina e as situações de convivência que faziam parte das dinâmicas familiares e comunitárias antes do desastre, fossem elas denominadas lazer ou trabalho, se davam em lugares da natureza e misturavam gerações, sendo momentos essenciais de observação, aprendizado e exercício dos ofícios e tradições locais.

N: Os pescadores perderam seis anos um da vida do outro. Era dia a dia. Trabalhando, brincando, se divertindo, chorando. Porque tem dias que a gente chorava também. Antigamente a gente se acompanhava. Acompanhava um a vida do outro. Se encontrava na pesca, no rio, no mar. Tínhamos um contato diário. Mais presente. A gente compartilhava o dia a dia.^{FGV_ILD_086}

N: Esse rapaz aprendeu a pescar comigo! Tenho cinquenta e dois anos de pesca. Pegava muito peixe no Rio Doce. O mais baixo dele era de 15 m, 12 m, 16 m de profundidade. Eu pesquei muito bem. [...] Para quem, igual eu, criei meus seis filhos no Rio Doce. Eu fico muito triste. Meus filhos foram todos criados com o peixe do Rio Doce. Eu e minha esposa pescamos a vida toda no Rio Doce.^{FGV_ILD_086}

Atividades como a pesca artesanal e a agropecuária no contexto das comunidades atingidas acessadas pela FGV são esforços coletivos de aprendizagem intergeracional e apresentam características marcantes de tradicionalidade, como explicitado em diversas narrativas no decorrer deste capítulo, e principalmente no capítulo 3 de Identificação de Danos.

N: Sou nascida e criada dentro dessa comunidade ribeirinha. Vou falar como era antes, aqui em Barra Nova Sul. Era uma comunidade

tradicional da pesca e esse impacto pegou a todos de surpresa. A gente achava que não ia chegar aqui. Quando eu lembro o que a gente vivia antes e o que vive hoje. Se for fazer uma retrospectiva, a gente era muito feliz no lazer, na pesca, na saúde, na comida. A gente parecia índio na forma de tomar banho nos rios, descalços, era maravilhoso o jeito que a gente vivia aqui. Agora a gente tem que comprar o peixe.

FGV_ILD_064

A pesca artesanal¹⁴⁸ é tida como um dos pilares do modo de vida e da cultura local nas comunidades da RECM, sustentando a economia local, as relações sociais e os modos de vida. Autores como Cardoso (2001) e Ramalho (2015) descrevem a atividade pesqueira como a produção e reprodução social construída ancestralmente por pescadores para sua sobrevivência a partir da apropriação dos ecossistemas e seus recursos, compreendendo uma variedade de técnicas e saberes que são empregados e mediados adequadamente pela habilidade e conforme as necessidades do tempo presente, a fim de responderem a projetos existenciais da comunidade e ao mercado, renovando-se e se conservando ao mesmo tempo. Além de aparato instrumental, a pesca artesanal envolve também arranjos específicos de produção e distribuição dos recursos provenientes dessas atividades a partir da organização social local pautada em laços de parentesco e vizinhança. Sendo assim, o “conhecimento patrimonial pesqueiro”, como denominado por Ramalho (2015), realiza-se e se reproduz no ato do próprio trabalho pesqueiro artesanal e no controle de todas as etapas de sua produção e das mediações sociais e culturais ligadas a essa atividade. Então, o ato de pescar faz parte da estrutura identitária do sujeito social^{FGV_ILE_010} e conecta pessoas às práticas tradicionais, sendo um valioso esteio das estratégias de (re)produção social, posto que aciona e reforça laços e permite iluminar os caminhos dos trabalhadores da pesca.

N: Sou pescador, filho de pescador, a família é tudo pescador tradicional, muitas famílias tradicionais. Se você vem pra cá e encontra os netos dos pescadores nativos mesmo daqui. Se você procurar na pesca é tudo família tradicional. ^{FGV_ILD_077}

N: Estamos perdendo o conhecimento tradicional da pesca, nossa identidade e todo um povo está sendo esquecido. ^{FGV_ILD_083}

N: Eu sempre falava para minha mãe: ser pescador é a melhor coisa que tem nesse mundo. Sinto muito por ter perdido meu trabalho na pesca. ^{FGV_ILD_086}

¹⁴⁸ A pesca artesanal pode ser compreendida, numa perspectiva ampla, enquanto um “[...] conjunto de práticas cognitivas e culturais, habilidades práticas e saber-fazer transmitidas oralmente nas comunidades de pescadores artesanais com a função de assegurar a reprodução de seu modo de vida”, abarcando saberes cumulativos transmitidos entre gerações sobre a relação entre si e com o meio ambiente (DIEGUES, 2004, p. 32).

No contexto da RECM, conforme tratado em Nota Técnica (FGV, 2021d), existe a convivência e intercâmbio entre as particularidades da pesca marinha embarcada e da pesca ribeirinha em termos de petrechos, embarcações, técnicas, saberes e formas de organização social, em que ambas podem ser conciliadas nas famílias e comunidades pesqueiras em suas estratégias pluriativas, ainda que indivíduos tenham preferências e habilidades específicas para uma ou outra.

Ainda segundo pesquisador entrevistado pela FGV, dentro deste universo da pesca artesanal existem famílias que se identificam como “centenárias” e também famílias ou pescadores e pescadoras que praticam a pesca como uma estratégia viável de sobrevivência, já que é uma atividade de baixo custo e não impede esses indivíduos de praticar outros ofícios, de acordo com sua trajetória e habilidades. ^{FGV_ILE_010}

Em adição, a pesca artesanal constitui-se de um “conjunto de práticas” (DIEGUES, 2004), envolvendo uma cadeia produtiva que depende de diversos atores que realizam atividades em tempos e espaços distintos (Alencar et al., 2015), como bem explorado no caso da pesca marítima na praia do Suá/ES em FGV (2020k). Nesse sentido, Alencar, Palheta e Sousa (2015) destacam como parte da cadeia produtiva da pesca as atividades em terra e nas áreas de praias e de mangues, como a mariscagem, o beneficiamento do pescado, a confecção e os reparos de materiais de pesca, a venda do pescado, atividades estas desenvolvidas em grande parte por mulheres. Ainda que exista permeabilidade das atividades e espaços onde homens e mulheres transitam na cadeia da pesca artesanal, a atividade pesqueira como pilar da organização social é também definidora da divisão sexual do trabalho nas comunidades da RECM.

N: Nós, a mulher de pescador, vivia somente de limpar as pescadinhas. Uma redada era muito peixe, lembro que passava a noite, eu e mamãe, limpando peixe. Era uma fartura. Eles chegavam do mar e dava a pescadinha para a gente. A gente limpava, vendia e trocava. ^{FGV_ILD_064}

N: [...] Inclusive, assim, quando eu morava aqui na roça em Baixo Quartel, eu era acostumada a ir para a lagoa, aqui tem lagoa, Lagoa do Aguiar. Aqui [eu] era acostumada com as pescarias. Do mar, não é não. Eu até brinco com a colega que se dessa oportunidade para nós, nós já tinha tocado para o mar para meter bronca lá no mar. Mas para mulher é mais, assim, restrita aquela questão de ir para o mar. Pro mar as embarcações vão mais homem, se não nós estávamos dentro para alto mar. ^{FGV_ILD_078}

N: Uma coisa que é tradicional aqui na Vila são as mulheres pescando ali em cima da ponte, saindo de canoa pra pescar no rio, e isso não tem acontecido mais. Isso era tão natural pra gente, que eu não lembro quando minhas filhas aprenderam a nadar, porque elas naturalmente aprenderam no rio. E meus netos não aprenderam a nadar, porque foram se afastando cada vez mais dessa atividade normal, cultural. ^{FGV_ILD_072}

Para além da diversidade de atividades que contemplam a cadeia da pesca em si, é comum a prática de agricultura familiar em comunidades pesqueiras, caracterizando o que Diegues (1983) denomina sociedades de pescadores-lavradores. Tal realidade se aproxima com relatos de pessoas atingidas da RECM, a exemplo dos seguintes trechos de narrativas: “A pescaria está no meu sangue e a minha roça é a minha segunda família”, FGV_ILD_098 “Os ribeirinhos utilizavam as várzeas para plantar”, FGV_ILD_093 “A gente produzia para comer, todo pescador tinha sua hortinha para comer”. FGV_ILD_104

Da mesma forma, em unidades rurais que têm como principal atividade a agricultura familiar, a pesca também ocorre para autoconsumo e complementação de renda (CAJADO, 2013). Diversos grupos sociais ouvidos pela FGV na RECM relatam produzir de forma artesanal frutas, hortaliças, culturas anuais e criação de animais (FGV, 2021d; capítulos de Caracterização e Identificação de Danos).

N: Antes trabalhávamos mais com as coisas que produzíamos na terra, então era hortifrúti. O que a gente tinha de hortaliças, frutas e legumes a gente levava. Mas tivemos que ir trabalhando essa matéria-prima pra fazer outras coisas pra chamar atenção de clientes e pra estar melhorando a renda das feiras. Hoje minha mãe, [quando] dá banana, ela faz cuca, faz pão de legumes com cenoura, beterraba, couve, etc. Acabamos tendo que processar essas matérias primas por questão de excesso e também porque a gente tem uma produção grande, então a gente tenta transformar isso pra que nosso prejuízo seja amenizado. FGV_ILD_073

As férteis beiradas de rios (a exemplo dos rios Doce, Mariricu e do Itaúnas, entre outros) comportavam áreas privilegiadas de agricultura e pastagem e ali se desenvolviam saberes e conhecimentos relativos às atividades agropecuárias e ao funcionamento dos ecossistemas em toda a sua complexidade. A profundidade e amplitude dos conhecimentos sobre o ecossistema mobilizados pela atividade agrícola também se demonstram na variedade de cultivos e criação de pequenos animais das unidades produtivas no território, sendo comum que diversas espécies vegetais sejam plantadas de forma rotativa em diferentes terrenos.

N: Para complementar, quando você pergunta sobre a produtividade, um tempinho atrás, no começo do ano, temos um projeto com a prefeitura sobre diversidade de plantas, consórcio. E a nossa ideia era trabalhar na baixada. E começamos a indagar, quem se arrisca a plantar na baixada, com a área contaminada? FGV_ILD_105

Nota-se que estas populações nos territórios que compõe a RECM desenvolveram ao longo do tempo um conjunto de saberes e sistemas de manejo da paisagem que abrangem a pesca artesanal, o cultivo de roças, a criação de gado, porco e galinhas, o uso de produtos florestais (madeira, frutíferas e plantas medicinais) e a manutenção de

jardins e quintais, tendo parte significativa da produção voltada para as necessidades familiares, se aproximando de um modo de vida característico do campesinato. Dessa forma, a alternância entre o trabalho na roça, na pesca e demais atividades promovem a diversificação das fontes de renda e subsistência das comunidades e o manejo múltiplo da paisagem que constituem a base do modo de vida tradicional local (CARNEIRO, 1996; WOORTMANN, 1990).

N: Eu quero a minha roça de volta, a minha pesca de volta, eu não queria ficar ganhando dinheiro parado, eu quero o meu direito de ir e vir de volta. Ter a minha roça, plantar e colher. Eu queria estar pescando. FGV_ILD_098

Ademais, o leque de diferentes atividades produtivas realizadas por indivíduos e seus conjuntos familiares de forma complementar, dinâmica e circunstancial compõe uma estratégia¹⁴⁹ para a reprodução dos seus modos de vida, assim como para sua subsistência e geração de renda a partir da centralidade da família.¹⁵⁰ Tal estratégia é reconhecida pela noção de pluriatividade FGV_ILE_019 (SCHNEIDER, 2003; 2009; COTRIM, 2008).

Um(a) pesquisador(a) entrevistado(a) pela FGV relembra a noção de pluriatividade aplicada à França na década de 1980, quando pequenos agricultores sob pressão de orçamentos e redução de subsídios para agricultura, buscaram uma concepção alternativa de trabalho e modo de vida para recuperar a autonomia e gerar múltiplas oportunidades de rendimentos no campo. Tal alternativa incorporava práticas não agrícolas, como atividades de transformação e comercialização de produtos (queijos, pães), e também atividades no setor de turismo, de

¹⁴⁹ Schneider (2003, p. 116) descreve essa estratégia no contexto da pluriatividade: “Do ponto de vista substantivo, as estratégias podem ser interpretadas como o resultado das escolhas, das opções e das decisões dos indivíduos em relação à família e, inversamente, da família em relação aos indivíduos (MARINI; PIERONI, 1987). É preciso ponderar, contudo, que essas estratégias ocorrem nos limites de determinados condicionantes sociais, culturais, econômicos e até mesmo espaciais, que exercem pressão sobre as unidades familiares. Portanto, a tomada de decisão e as opções, sejam quais forem, possuem um referencial que, na prática, se materializa por meio das relações sociais, econômicas e culturais estabelecidas entre os indivíduos. Assim, embora se tratem de estratégias conscientes e racionais, essa consciência é mediatizada por uma racionalidade informada pela realidade que tanto é a expressão das relações materiais presentes como daquelas herdadas e transmitidas culturalmente”.

¹⁵⁰ A importância dessa relação associativa está, de um lado, relacionada à centralidade da configuração familiar como unidade de rendimento e, de outro, ao universo familiar como lastro de desenvolvimento de um modo de vida característico. A pertinência dessa consideração para a realidade encontrada nesse território se expressa nas narrativas registradas, que apontam tanto para a família como um elemento de importância e identidade na reprodução social, indicando ademais que as consequências do desastre relacionadas às atividades laborais inevitavelmente incidem também sobre as configurações e dinâmicas familiares nas quais as primeiras estão embebidas. Tais considerações, ainda, vão ao encontro das análises de Schneider (2003, p. 115), “[...] [no] âmbito familiar que se discute e se organiza a inserção produtiva, laboral, social e moral de seus integrantes, e é em função desse referencial que se estabelecem as estratégias individuais e coletivas que visam a garantir a reprodução do grupo. Embora seu objetivo seja a reprodução material, cultural e moral do grupo, não há, para tanto, caminho predeterminado ou estratégias pré-definidas”.

artesanato e mesmo trabalhos na administração municipal FGV_ILE_019 (CARNEIRO, 1996).

As atividades abarcadas nesses arranjos não são necessariamente remuneradas em dinheiro, e podem se valer da troca em espécie, permuta, escambo, doação, entre outras modalidades (SCHNEIDER, 2003). Assim, para além da composição dos orçamentos familiares, autores como Cotrim (2008) e Schneider (2003; 2009) reiteram que a pluriatividade estrutura modos de vida, traços culturais, identidades e relações sociais, inclusive ao se relacionar intimamente com as possibilidades variadas de uso do rio, do mar e dos seus entornos com saberes e práticas associados a esses lugares. FGV_ILE_010 Embora possa haver centralidade de uma prática ou ofício em cada contexto, a pluriatividade apresenta situações muito distintas de conjugação de atividades, no espaço e no tempo FGV_ILE_020; FGV_ILE_019; FGV_ILE_018 (SCHNEIDER, 2003). Atingidos e atingidas explicitam em suas falas estratégias com tais características.

N: Eu tinha meu trabalho, mas sempre complementava a renda e a alimentação com minha tarrafa [pesca], isso tudo se perdeu, e hoje já não tem mais essa opção e dificulta a vida da gente. A liberdade que a gente tinha de ir levar as crianças para se divertir, tudo isso ficou para trás por conta desse desastre. Hoje esse silêncio é por faltar palavras para descrever tudo isso. FGV_ILD_097

A pluriatividade enquanto estratégia de composição de renda é especialmente relevante à composição de orçamentos de famílias em situação de vulnerabilidade (SCHNEIDER 2003; 2009) e, como aponta estudioso(a) entrevistado(a) pela FGV, se torna quase uma regra em comunidades pesqueiras e rurais. FGV_ILE_010 Por esse motivo, são características, em estratégias pluriativas, relações de trabalho bastante informalizados, dado o caráter de instabilidade que essa condição sugere e de participação em condições de seguridade financeira e social, como assinalam pesquisadores(as) entrevistados(as). FGV_ILE_017; FGV_ILE_020

4.2.1.1.2 Estratégias pluriativas: conexões entre pesca, agropecuária e turismo

Destaca-se na região estuarina, costeira e marítima, em particular, a correlação entre a pesca, agricultura e as atividades da cadeia produtiva do turismo, comércios e serviços, incluindo o artesanato, como elementos corriqueiros das estratégias multifacetadas de composição de renda e modos de vidas das famílias rurais e pesqueiras desse território, conforme descrito em FGV (2021d) e no Capítulo 3 de Identificação de Danos deste relatório.

- I O arranjo dessas múltiplas atividades laborais se dá, por um lado, em termos temporais, em que tais atividades se complementam ao longo do ano, sendo o turismo mais intenso no verão, enquanto que a pesca e a agricultura são as atividades principais no restante do ano (MARTINS; MOLINA, 2008). Por outro

lado, se estabelece uma relação de complementariedade e retroalimentação, em que o turismo se constitui e se nutre não só das belas paisagens litorâneas, mas também das vivências proporcionadas pela cultural local, que se expressam e revelam, por exemplo, por meio dos pratos típicos com pescados regionais, dos artesanatos, produtos agrícolas, festas e manifestações culturais, entre tantos (conforme será aprofundado na próxima seção 4.2.1.2). Da mesma forma, a pesca, a agricultura e o artesanato se fortalecem do movimento turístico que consome, valoriza e divulga os produtos e vivências no território, não apenas inserindo e promovendo circulação de recursos financeiros no mercado local, como apreciando os modos de vida dessas comunidades.

N: Povoação também vivia do turismo e hoje ninguém quer vir aqui. Vai fazer o que aqui se não quer comer um peixe, uma moqueca? Ninguém sabe como está essa contaminação. [...] A pior coisa que está existindo na minha vida é perder a minha identidade na pesca, pois mesmo que eu vá pescar em um lugar onde a lama não passou as pessoas não confiam e não querem comprar o seu pescado. Antes todo dia você trabalhava, todo dia tinha seu dinheiro e tinha seu comprador.

FGV_ILD_091

N: Nossa riqueza vem da nossa preservação desse meio ambiente. O turista não veio para o município. Os pescadores não podem mais pescar. O turista deixa as pousadas vazias. Todo mundo ficou desconfiado. Fomos prejudicados na agricultura, na produção.

FGV_ILD_071

Como destacado por FGV (2021d) em Nota Técnica sobre a RECM, o turismo tem grande relevância econômica no estado do Espírito Santo, onde estima-se que 86% das comunidades pesqueiras do litoral sejam envolvidas de alguma forma em atividades turísticas (CUNHA, 2009), em grande parte, em trabalhos informais como ambulantes, artistas de rua, artesãos e vendedores ou mesmo jardineiros, caseiros, faxineiros e empregados domésticos (FUTURA, 2017; SYNERGIA, 2017).

Boudou (2017), em sua tese de doutorado sobre a praia turística de Guarapari (ES), aponta que o turismo pode ser um importante modificador da paisagem, da economia e da comunidade envolvida, moldando espaços conforme seus usos sociais, muitas vezes ressignificando o litoral ao agregar valor e impactar os ecossistemas e as sociedades ali presentes. Desta forma, comunidades pesqueiras e rurais com modos de vida imbricados nos ecossistemas circundantes, tais quais as tratadas neste relatório, em suas transformações ao longo do tempo passam a incorporar as atividades turísticas que estão a modificar os meios em que vivem (BOUDOU, 2017). Tal mescla se evidencia na RECM, por exemplo, no relato de pessoa atingida:

N: Somos uma região pesqueira, uma vila de pescadores tradicionais com pesca tradicional de camarão. Estamos numa região de vocação turística, temos a sétima praia naturista registrada legalmente do país.
FGV_ILD_064

A principal forma de turismo na RECM é o “turismo de sol e de praia”,¹⁵¹ embora tenham sido identificados diferentes formatos destinados a diversos públicos, variando entre loteamentos turístico-residenciais, residências de veraneio, turismo de esportes praianos, turismo de base comunitária, agroturismo, turismo rural, naturismo, entre outros (FGV, 2021d). Seja qual for o formato e considerando suas diferentes intensidades de impacto, antes do desastre as atividades turísticas representavam além de alavancas para a renda das demais atividades econômicas realizadas no território, também importante contribuição para a valorização de práticas culturais locais, fortalecimento da identidade das comunidades, orgulho e prazer no exercício do trabalho, assim como interações e sociabilidade da própria comunidade com os turistas.

N: Antes eu fazia turismo no rio com as pessoas, me sentia bem com as pessoas de fora, passava uma energia positiva para as pessoas que vinham. Era uma fonte de renda que eu tinha, complementava a minha pescaria. FGV_ILD_098

Para Talavera (2003), a cadeia do turismo é composta de um sistema que engloba vários processos de interação e diversos atores, como a população local, turistas, empresas, comércios e serviços, além de uma gama de lugares carregados de significados e simbolizações. FGV (2021d) e os capítulos de Caracterização e Identificação de Danos deste relatório apresentam algumas vivências da cultura local como atrativos importantes do turismo na região. De forma geral, são exemplos a gastronomia, pelo uso de espécies de pescado regionais e preparo de pratos típicos; a prática da pesca esportiva acompanhada de guias locais; a possibilidade de fazer aulas, assistir ou participar de campeonatos de surfe; a participação em festas de ano novo ou carnaval, e também festas tradicionais como a festa do caboclo Bernardo e manifestações culturais, tais como o ticumbi; e oportunidades mais específicas de turismo rural, naturismo, ou mesmo visita às terras indígenas Tupiniquim e Guarani, em Aracruz, onde é possível visitar a Aldeia Temática Piraquê-Açu¹⁵² (FGV, 2020I).

¹⁵¹ O modelo balneário, fundado sobre os 3 S (*sea, sand, sun* – mar, areia e sol), surgido a partir da década de 1950 na Europa, e o uso do mar como espaço lúdico intensificou-se na proximidade das praias pelo desenvolvimento de atividades esportivas, como velejar, surfar e outras práticas marítimas (BOUDOU, 2017).

¹⁵² FGV (2020I, p. 617) trata da Aldeia Temática nas Terras Indígenas Tupiniquim e Guarani em Aracruz: “A aldeia temática, portanto, passou a se constituir como espaço físico e simbólico voltado à produção de visibilidade indígena (GASPERAZZO, 2017, p. 52). Ao mesmo tempo,

N: Uma das coisas que o comércio sentiu, dentro do impacto direto foi o preconceito. As pessoas de fora, o turista, o pescador que vinha pescar para se divertir, o pescador de lazer, o surfista deixou de gostar de vir para cá devido à qualidade da água do mar. Foi dito em todas as redes de comunicação, televisão, rádio. Passa no rádio até hoje que há interdição, então eles não vêm à praia. Porque quando um pescador, mesmo que seja de lazer, vem para cá ele vai passar no restaurante e almoçar, vai passar na lanchonete e comprar uma água mineral, vai passar aqui na loja e comprar uma boia ou qualquer outra coisa para poder pescar ou se proteger do sol. FGV_ILD_089

A gastronomia é um importante atrativo da RECM. A moqueca capixaba, por exemplo, por exprimir parte da experiência turística na região, acaba por nomear uma das dez rotas turísticas do Espírito Santo (Cunha, 2009), sendo esta a Rota do Sol e da Moqueca, que abrange os municípios de Serra, Vitória e outros do litoral sul capixaba. De acordo com Oliveira (2007), em sua dissertação de mestrado sobre a gastronomia na região metropolitana de Vitória (ES), a atividade turística pode ter forte vínculo ou até se basear na gastronomia de uma região, tanto pela produção dos alimentos como pela elaboração e degustação dos pratos típicos ofertados aos visitantes, ambos processos emaranhados nas paisagens, o que é fundamental para o turismo. Neste âmbito, Oliveira (2007) explica que, no contexto do turismo:

[...] se deve considerar o consumo dos alimentos num processo que se inicia desde a aquisição da matéria-prima, o transporte e a estocagem, até a manipulação e transformação em alimentos, ou seja, o preparo e o serviço, pois a percepção do gosto representa uma experiência mista e unitária de sensações olfativas, gustativas e táteis percebidas durante a degustação (OLIVEIRA, 2007, p. 47).

A relevância da gastronomia para o turismo da RECM também foi narrada por pessoas atingidas, demonstrando que ela representava não somente uma forma de aquisição de renda, mas também possibilidade de apresentar o que as comunidades “tinham de melhor”, apontando para importância imaterial de mostrar para pessoas de fora pratos típicos dos quais se orgulhavam.

N: E a nossa cultura que a gente tinha, de comida típicas dentro da nossa localidade. Eram as festividades, momentos que a gente tinha para apresentar os pratos que nós tínhamos. Para os de fora degustarem aquilo que a gente tinha de melhor para apresentar pra eles. Ou seja, esses pescadores perderam a renda deles, perderam as

este espaço se torna uma importante fonte de renda para as famílias por meio de cobrança de ingressos e atividades como caiaque e passeios de barco, além do oferecimento de cardápio de pratos típicos e de ponto de venda de artesanatos e outros produtos FGV_ILE_001; FGV_ILE_006 (GASPERAZZO, 2017). À medida que o fluxo de turistas aumentava e que se evidenciava o reconhecimento e valorização da experiência, os indígenas passaram a se dedicar à atividade turística, por exemplo, fazendo apresentações rituais para visitantes FGV_ILE_002 (GASPERAZZO, 2017)”.

festividades, nós perdemos nossos produtos. Colocar para fazer um bobó de camarão, um vatapá, e você não pode mais. FGV_ILD_058

Ao considerar todo o processo de consumo dos alimentos no contexto turístico na RECM, é evidente como a atividade turística propiciava a venda e circulação de pescados e produtos agrícolas das comunidades pesqueiras e agrícolas para bares, restaurantes, hotéis, quiosques de praia, vendedores ambulantes e fornecedores de alimentação, movimentando a economia local. Ao mesmo tempo, a gastronomia local reforça a originalidade e encanto do lugar exatamente por ser um dos elementos mais marcantes da identidade de um povo (SANTOS, 1996; OLIVEIRA, 2017), como melhor explorado na seção 4.2.1.2 sobre alimentação. Como patrimônio local, os alimentos incorporam-se aos produtos turísticos, envolvendo e fortalecendo as comunidades locais (OLIVEIRA, 2017).

Grande motivação do turismo é o relacionamento do visitante com a cultura local em uma “[...] busca de novos conhecimentos, de interação com as pessoas, comunidades, dos costumes, da tradição, da identidade cultural, e ainda pela busca das expressões do ser e de fazer da comunidade” (OLIVEIRA, 2017, p. 47). A experiência gastronômica em si é um dos meios de aproximação com práticas culturais locais. Um atingido revela: “Tinha muito turista pra quem eu cozinhava, que comprava pratos que eu fazia. Eu gosto de cozinhar, é uma terapia”. FGV_ILD_073

N: Uma das coisas que a gente sentiu foi a falta das pessoas estarem aqui com a gente, do turismo. Das pessoas que traziam renda pra gente, do turista. [...] Deixou de ser rota de turismo. Vão para outros lugares, com medo de se contaminar com minério pesado. A gente se sentiu muito sozinho nesses seis anos aí de desastre, de crime. As pessoas não vêm mais nos visitar e a gente sente falta, sente saudade. Nossa vida mudou muito. FGV_ILD_089

Igualmente, diversas festas e manifestações culturais na RECM, por exemplo o carnaval, o ano novo, o congo (congada), o ticumbi¹⁵³, a folia de reis, a festa do caboclo Bernardo, a subida e descida dos mastros, festas para santos padroeiros como São

¹⁵³ Conforme descrito no capítulo 2 de caracterização deste relatório, o congo capixaba, gênero musical de origem africana, está presente em todos os municípios da RECM. Os principais instrumentos tocados são tambores, cuíca e reco-reco, e os cantos são feitos geralmente em coro, com letras que tratam da escravidão, da nova vida dos africanos no Brasil, de santos e do mar (SOUZA, 2018). Destaca-se em Conceição da Barra um famoso baile de congo, também chamado de ticumbi, promovido há mais de 300 anos por comunidades negras devotas de São Benedito. Pequenas canoas saem do povoado de Barreiras, à margem do Rio Cricaré, conduzindo uma imagem de São Benedito até aportarem no cais da cidade de Conceição da Barra, onde a procissão segue por terra. A festa acontece na passagem de ano, do dia 31 de dezembro para 1 de janeiro (CONCEIÇÃO DA BARRA, s.d.). Já o jongo é manifestação cultural e/ou simbólica revisitada, recriada e revalorizada em especial pelas comunidades quilombolas do Sapê do Norte (ver capítulo 3.2.2 – Sapê do Norte) para afirmar sua identidade, demarcada pelo jongo como patrimônio cultural (RODRIGUES, 2016).

Sebastião e Santa Bárbara, a festa dos pescadores de Regência, festa do robalo ou da manjuba ou os festivais do camarão, do caranguejo, entre outros, eram atrativos importantes do turismo local e momentos intensos de interação do turista com a cultural local. O atingido fala sobre algumas delas.

N: A tradição foi quebrada por causa da lama. Regência era uma vila mágica, porque sempre as pessoas estavam criando, muito criativo em relação ao congo. A gente tinha umas quatro festas por ano. A festa do Caboclo Bernardo, que foi um herói capixaba. Ele, em Regência, salvou a tripulação de um navio da marinha que bateu na praia. A festa do Caboclo Bernardo é no dia vinte e dois de julho, todo ano. Todo ano a gente fazia uma festona lá e isso aí não tem mais, o carnaval não tem mais. A cultura nossa foi totalmente devastada por causa da lama. Hoje estão voltando aos poucos, já tem alguma coisa, mas está muito longe da realidade e da liberdade que a gente tinha antes. FGV_ILD_098

São eventos idealizados e realizados pelos próprios moradores desses territórios que, ao expor suas tradições e contar suas histórias, exaltam o papel central que pescados, santos, músicas e danças têm para essas populações. Tais eventos também são elementos constituintes dos significados dados a estes “lugares”, existindo uma interanimação constante entre os espaços físicos onde acontecem os festejos e celebrações – as cidades, comunidades, ecossistemas –, e as práticas, as festas em si. FGV_ILE_016 Nessa perspectiva, um atingido descreve sua vila como um lugar “mágico”, já que ali, por meio de tais eventos, se avivam as tradições, práticas culturais e espiritualidade, construindo um legado, assim como engajando e transmitindo tais práticas a jovens e crianças.

N: Entre as festas, tinha a romarias dos barcos, no dia do pescador e hoje em dia não fazem mais isso. O pessoal tem muito medo, os turistas não estão vindo mais, então não tem mais essa romaria. Eu tinha uma papelaria e vendia bastante papel, ajudava eles a enfeitar os barcos, ajudava a fazer tudo e hoje não tem mais nada disso. É uma cultura que morreu. Eu não tenho filhos, mas passo para os meus alunos e eles me perguntam o que é isso. Porque é uma coisa que passa de pai para filho e os pais estão desanimados de passar isso para os filhos. Então não tem mais essas romarias. FGV_ILD_098

Casos, lendas, desenhos e artesanatos produzidos localmente são formas de representar as experiências vividas, FGV_ILE_016 inclusive com significado para os turistas que consomem esses bens. Deste modo, as reflexões acerca da íntima relação do turismo com a gastronomia e com as festas e manifestações culturais (que serão aprofundadas na próxima seção 4.2.1.2) se estendem às atividades relacionadas ao artesanato. A confecção e comercialização dos variados tipos de artesanatos, ainda que identificadas com mais força em localidades específicas da RECM, são também parte das estratégias multifacetadas das famílias e têm enorme dependência do turismo que

consome e enaltece nesses objetos matérias-primas, saberes e símbolos locais. “Foi abalado o artesanato porque dificultou a comercialização, com a diminuição do turismo”.

FGV_ILD_090

N: Outra coisa importante para complementar renda era o artesanato que fazia com areia da praia, as madeiras que vinham e a gente fazia e era muito importante. Quando chegava no defeso e finais de semana, eu produzia artesanato de concha e madeira. FGV_ILD_064

As atividades relacionadas ao artesanato iniciam-se na coleta de insumos nos ecossistemas, tais como a taboa, conchas e escamas, como descrito pela atingida: “Minha avó fazia esteira com a taboa e a gente usava a taboa para pegar camarão de água doce. Quando pegava a taboa vinha camarão, era da natureza”. FGV_ILD_064.

N: Antes era uma riqueza de matéria prima da comunidade de graça e hoje não tem mais. A areia a gente corre mais o risco de contaminação e as conchinhas que fazia artesanato a gente não encontra mais como era antes. FGV_ILD_064

Inclusive, evidencia-se a complementariedade das atividades laborais de pesca e artesanato, já que escamas, espinhas de peixe e conchas da cadeia da pesca eram muitas vezes utilizadas como a matéria-prima para artesanatos típicos da região.

N: Realmente o artesanato é muito importante para nossa comunidade, inclusive antes de começar, a pesca e artesanato caminha junto com a gente, a gente fazia muitos arranjos com as conchas, areia da praia. Depois do desastre praticamente se acabou. Minha mãe também mexe com artesanato, está vendendo tudo bem baratinho, mas ninguém está querendo comprar. Inclusive eu tentei fazer cadastro como artesã, mas eles não aceitaram. Eu estou tendo alguma complementação de renda fazendo artesanato com MDF, ainda dá um dinheirinho. Mas o artesanato da praia não vende mais. As espinhas de peixes e escamas foram muito utilizadas no artesanato da região, hoje não temos mais acesso a esse tipo de material. FGV_ILD_064

A confecção de cada um dos diversos tipos de artesanatos, por sua vez, exige conhecimentos e práticas específicas que são aprendidos intergeracionalmente, como descrito pela atingida “[...] aprendi com minha mãe, minha ancestralidade”. FGV_ILD_064 O processo culmina, por fim, principalmente na venda para turistas e comércios locais, contribuindo para a renda familiar e para a valorização e divulgação da cultura local.

N: Tem um ponto que a gente acabou até esquecendo de falar. A questão do crochê, tem um pessoal que faz bastante trabalhos em madeira, esculturas, de argila, vários trabalhos que ajudam na questão econômica, mas é uma divulgação também da tradição local. Porque todo esse artesanato é voltado pra tradição local. Esculturas e atividades que retratam a tradição local. Cestos de botar roupa, frutas, muita coisa. Tem um rapaz que ele tá na BR [rodovia BR-101], a gente não vê mais as coisas dele. Tem várias famílias que eu conheço de

Conceição da Barra e você passa e tá fechada as portas, e era a renda, né? FGV_ILD_073

Ademais, as atividades relacionadas ao artesanato são predominantemente realizadas por mulheres, sendo esta não só uma fonte de renda para elas, assim como uma possibilidade de autonomia financeira e um “reconhecimento profissional”, como destacado pela atingida:

N: O artesanato tinha um poderio de envolver as mulheres dentro de um contexto de sobreviver através da matéria prima local, só que infelizmente elas tiveram que migrar para outros trabalhos. Saíram do artesanato, que trazia para elas uma fonte de um reconhecimento profissional. É uma profissão e nós vamos ter o congresso estadual no dia quinze e nós vamos lutar pelas políticas públicas para o artesanato. FGV_ILD_089

N: Nós conseguíamos manter a família com o artesanato, manter as crianças na escola produzindo o nosso artesanato e vendendo. Hoje nós não temos mais turistas e logo que aconteceu não apareciam turistas para a gente vender e a gente ficava desesperada. Às vezes aparecia algum turista, mas foi diminuindo, afastando as pessoas da praia. Hoje em dia não podemos contar com o artesanato para sobreviver, pela falta de movimento. Parava ônibus de excursão para visitar a loja, hoje em dia não temos nada disso. Está muito difícil, a gente está assim mesmo na raça. FGV_ILD_089

A teia de relações entre pesca, agricultura, artesanato, turismo, comércio e serviços locais é bastante elaborada e envolve diversas atividades. Outro motivo de visitação na região relatado pelos atingidos era a pesca turística, isto é, visitantes que vinham praticar a pesca esportiva e que contratavam o serviço de guia de pescadores locais, contemplando nesse serviço todos os conhecimentos e saberes sobre os ecossistemas e técnicas que esse pescador detém, como mencionado acima. A pesca esportiva podia até mesmo ser combinada com a preparação de pratos típicos, com o peixe capturado pelo próprio turista, em quiosques e barracas da praia, envolvendo, portanto, outros comércios e serviços.

N: A renda se tornou bem precária após o desastre, porque conforme foi relatado aqui, devido à pesca artesanal e esportiva, muitas pessoas perderam a atividade. Houve momentos que não tinha como estacionar os carros e barcos, para a pesca. O trabalho era de segunda a segunda. Não precisava nem de datas festivas, como foram criadas. Era direto. Os pescadores vinham e ficavam uma semana, duas, pescando, pelo prazer deles. Então caiu muito. Não temos mais. FGV_ILD_090

No caso da pesca turística, como relatado pelo atingido, é notável uma complementariedade temporal, em que esse trabalho, ainda que dentro da cadeia do

turismo, era possível também “fora de temporada”, quando o movimento turístico relacionado à “praia e sol” é drasticamente reduzido.

Da mesma forma, os comércios e serviços relacionados ao surfe eram estratégicos em termos temporais, já que o turismo para a prática do esporte e relacionado aos campeonatos de surfe acontece predominantemente durante o inverno, quando as ondas são melhores. Esportes de praia, e principalmente o surfe, eram importantes atrativos em determinadas localidades da RECM e representavam uma cadeia importante de atividades laborais, desde lojas de surfe até serviços diversos, como aulas, fotos profissionais, juízes, organizadores de evento, entre outros.

4.2.1.1.3 Alguns apontamentos sobre conteúdos imateriais de danos à renda, trabalho e subsistência decorrentes do desastre

Com a chegada da lama e a contaminação dos ecossistemas costeiros, estuarinos e marítimos da região, muitas das atividades laborais exercidas por essas populações foram prejudicadas ou mesmo impossibilitadas, sejam elas relacionadas à cadeia da pesca, agricultura, artesanato, surfe e/ou turismo, comércios e serviços, conforme descrito no capítulo 3 de Identificação de Danos.

N: Todo mundo dependia muito mais do turismo, continua dependendo muito do turismo. Então, vejo que essas diversificações, são oportunidades que estão aparecendo. O artesanato, por exemplo. Quando você prepara uma produção, prepara já para a temporada. Então muita coisa se perdeu em 2015. A comunidade do Seu Paulo Jacó [em Conceição da Barra] perdeu muito, que depende muito do artesanato. Então, essas atividades da terra, do artesanato, podem ser uma oportunidade. Só uma percepção do que pode ser pensado. A gente demorou tanto pra ter uma barraca na feira, ter duas barracas, e agora virou umas dez. Então tem vindo muito artesanato, loja de roupa, de comerciantes de fora. Da Vila o que está crescendo são os produtores, os pequenos agricultores que têm trazido seus produtos.

FGV_ILD_072

N: Conseguimos, tínhamos uma cabana na praia, sou bióloga e ele pescador, vendíamos o pescado na cabana e em casa, fazia feira na cidade de Linhares. Tudo isso foi mudado, de uma hora pra outra, na boca do verão, a gente se viu assim, sem chão, profissionalmente e psicologicamente também. Porque, meu marido e filha são surfistas, hoje eu não deixo ela entrar no mar aqui.

FGV_ILD_104

A contaminação e, sobretudo, a situação incerta da qualidade das águas dos rios e mares no litoral norte, Linhares e litoral sul da RECM modificou radicalmente as relações (e usos) que as pessoas tinham com os rios, beiradas, mangues, encostas, praias e mares. Como decorrência, habitantes, trabalhadores e turistas deixaram de frequentar esses “lugares”, alterando as estruturas sociais ali estabelecidas e desestruturando

cadeias de atividades produtivas que se consolidavam a partir desses ecossistemas, aspecto que ainda será detalhado neste capítulo.

A proibição da pesca na foz do Rio Doce e na região, e a desconfiança da contaminação dos pescados, somadas à queda do fluxo de turistas modificou as referências de trabalho dessas comunidades. Além dos prejuízos evidentes à renda, ao trabalho e à subsistência das famílias que dependiam dessas estruturas, o universo cultural e simbólico relacionado a essas atividades laborais foi profundamente abalado. As comunidades e populações, ao terem suas atividades produtivas e ofícios inviabilizados, limitados e desvalorizados, se viram impossibilitadas de dar continuidade a seus cotidianos de trabalho e lazer, afetando também suas identidades.

O desastre gera danos, portanto, ao patrimônio cultural dessas comunidades, pois ao reduzir ou mesmo interromper a realização de tais ofícios em suas maneiras particulares de serem executados durante toda uma vida ou mesmo por gerações, inibe a transmissão dos saberes e tradições a eles atreladas e rompe, muitas vezes, com relações de aprendizados, companheirismo e parentesco, acarretando profundo sofrimento, como explorado na seção 4.2.1.3.2 de Sofrimento Social deste capítulo.

N: O que estou querendo colocar para vocês é um sentimento, que a gente tem quando a gente pensa no antes, no passado e hoje o que a gente tem. A vila hoje tem uma outra cara, ela não lembra nem de perto o que era. Quando a gente veio para cá, a gente veio pelo contato com a natureza, e também pela nostalgia, pela vila que lembrava de algum momento do passado, e hoje não tem mais. FGV_ILD_092

As atividades produtivas que geravam não apenas renda e prazer, mas também grande orgulho, passaram a ser fruto de constrangimento por parte das comunidades locais. Após o desastre, os atingidos e atingidas sentem vergonha de oferecer alimentos que são objeto de desconfiança ou que precisem vir de outras localidades para a realização de festejos; de dar aulas de surfe, antes considerado tão saudável, em um mar com rejeitos e potencialmente prejudicial à saúde; ou vender artesanatos e produtos agropecuários que cresceram em terras ou foram irrigados com águas de qualidade duvidosa.

N: Muitos perguntavam de onde vinha a água que irrigamos as nossas plantações. A parte de hortaliças a gente comercializa em Itaúnas. Além da parte de vendas pelos turistas ainda também há uma indagação em relação a nossa irrigação. Os alimentos que tem mais contato com a água, assim como as hortaliças. Indagação da procedência de como estamos irrigando. FGV_ILD_071

N: E se produzir, para quem vender? Hoje nem um cacho de banana o pessoal não quer comprar. O pessoal não quer comprar. E a gente fica sem saber o que fazer. A gente estava acostumada a ir trabalhar, daí

pescava e a moqueca estava garantida. Hoje não temos mais.
FGV_ILD_098

Muitas pessoas deixaram suas profissões e, conseqüentemente, uma atividade constituinte de sua identidade. As pessoas que mantiveram a prática do ofício, tiveram que ir mais longe, por exemplo na pesca, aumentando o tempo de trabalho e muitas vezes aumentando os riscos da profissão, além de reduzir o tempo de qualidade com suas famílias e comunidades e, conseqüentemente, a oportunidade de encontros intergeracionais. Foram prejudicadas também as gerações mais novas, pela dificuldade em aprender e reproduzir os ofícios de suas famílias, comprometendo assim uma das possibilidades futuras de fonte de geração de trabalho e renda, conforme descrito na seção de Perspectivas Futuras neste capítulo. Por exemplo no surfe, reduziu-se a possibilidade conseguir se manter treinando, participando de eventos e de competições e, assim, de formar novos atletas. Além da pesca, da agricultura e do turismo em si, os serviços e o comércio local também foram duramente prejudicados.

O desastre lesou, portanto, diversas possibilidades dentro do leque de atividades costumeiros nos territórios em análise, gerando o empobrecimento geral da população (FGV, 2020i) e agravando a situação de vulnerabilidade¹⁵⁴ desta. A pluriatividade, que se consolida no tempo como uma estratégia inclusive de resiliência¹⁵⁵ dessas populações, é então desestabilizada pelo desastre, desencadeando alterações na dinâmica financeira familiar, perda de escolhas e de autonomia individual e familiar, além de desestruturação dos modos de vida como um todo. A busca por alternativas de geração de renda leva geralmente a atividades antes não exercidas, muitas vezes menos seguras e mais distantes, ou até à necessidade de migração, especialmente no caso de jovens, gerando aumento da informalidade e precariedade da situação laboral dessas pessoas. As impossibilidades de manter suas profissões e cotidianos unidas às dificuldades relativas às atividades laborais realizadas como alternativas geram

¹⁵⁴ De acordo com FGV (2021d) o termo vulnerabilidade tem múltiplas definições, mas entendimento de vulnerabilidades preexistentes e criadas ou incrementadas por um desastre é crucial para sua abordagem. Ela está associada a práticas de exclusão, de discriminação, de violação e de abuso de direitos que levam ao aumento de fatores de risco e fragilidade de determinados grupos sociais. Assim, grupos mais vulneráveis, de maneira geral, costumam ter menos possibilidade responsiva a desastres e suas conseqüências, menor resiliência para manutenção de suas relações de territorialidade e modos de vida após um desastre (e mesmo antes dele). Ademais, segundo Freitas et al. (2012), “a vulnerabilidade socioambiental resulta de estruturas socioeconômicas que produzem simultaneamente condições de vida precárias e ambientes deteriorados, se expressando também como menor capacidade de redução de riscos e baixa resiliência”. Nesse sentido, a vulnerabilidade é processual e histórica, assim como a noção de desastre.

¹⁵⁵ De acordo com FGV (2021d), resiliência ajuda a compreender as possibilidades que pessoas e comunidade possuem para se adaptarem, transformarem e se recuperarem de fatores desestabilizadores de suas vidas cotidianas.

desânimo e sofrimento e comprometem as perspectivas de futuro, como explorado na seção de Sofrimento Social neste capítulo.

N: O trabalho é o mais difícil na comunidade, se não tem o turismo a economia não gira. E o que muda na comunidade é não ter segurança de ter um emprego e não poder investir por insegurança. Hoje falta emprego e tem havido muita evasão em busca de trabalho fora da comunidade. Os jovens sofrem mais com falta de trabalho e acabam saindo mais da comunidade. E na comunidade ficam os mais velhos e os oportunistas que vieram em busca das indenizações. FGV_ILD_097

4.2.1.2 Alimentação

A alimentação é um direito fundamental e está atrelada a diferentes dimensões vida, permeando aspectos biológicos, econômicos, sociais, ambientais e culturais (CARNEIRO, 2005; FREITAS; PENA, 2007; LIMA; NETO; FARIAS, 2015), conforme já discutido nas seções sobre alimentação do levantamento de danos dos recortes territoriais aqui analisados. O ato de se alimentar possui dimensões materiais e imateriais, comportando práticas relacionadas aos ofícios, ao autoconsumo, à transmissão de saberes intergeracionais, à identidade, à memória, ao pertencimento, entre outros.

Segundo Maciel (2001, p. 145): “O alimentar-se é um ato vital, sem o qual não há vida possível, mas, ao se alimentar, o homem cria práticas e atribui significados àquilo que está incorporando a si mesmo, o que vai além da utilização dos alimentos pelo organismo”. A comida pode ser então um meio de expressar identidades (DAMATTA, 1987) e um dos elos para compreensão de práticas individuais que têm sentido e importância coletiva, já que através da alimentação “[...] é possível visualizar e sentir tradições que não são ditas” (BORTNOWSKA, 2012, p.373).

As alterações negativas na alimentação decorrentes do desastre, em suas diversas dimensões, foram recorrentemente abordadas e caracterizadas nas oficinas realizadas pela FGV. Assim, com o objetivo de auxiliar no reconhecimento de conteúdos imateriais dos danos identificados, para fins reparatórios, a alimentação ganha relevância na presente análise, tanto pela importância apontada pelas pessoas atingidas quanto por revelar sentidos materiais profundamente imbricados com dimensões imateriais dos modos de vida aqui abordados. A alimentação ainda aponta para relações com todas as outras dimensões temáticas, com destaque para os demais temas selecionados para essa valoração não monetária.

A partir dos critérios estabelecidos para definição do conteúdo desta valoração não monetária, esta seção está dividida em dois itens, visando abordar alguns dos

significados imateriais dos danos causados aos hábitos e culturas alimentares. No primeiro item é abordada a relação entre a alimentação e o autoconsumo, traçando paralelos especialmente com a seção de renda, trabalho e subsistência, para evidenciar as alterações impostas aos modos de vida, a exemplo do enfraquecimento das redes de troca e solidariedade e da soberania alimentar; e no segundo item são trazidos aspectos da alimentação enquanto prática cultural, em sua relação com a identidade, a memória e o pertencimento, conteúdos que sofreram rupturas impostas pelo desastre, com consequências para as festividades e redes de relações familiares e sociais anteriormente estabelecidas.

4.2.1.2.1 Alimentação e autoconsumo: conteúdos imateriais relacionados à pesca, agropecuária, redes de troca e solidariedade e à soberania alimentar

Na seção anterior, dedicada a aprofundar danos imateriais relacionados a alguns aspectos da dimensão temática de renda, trabalho e subsistência, foram trazidos componentes fundamentais para produção e reprodução dos modos de vida da população da RECM relacionados aos ofícios e à pluriatividade, bem como fatores de desestruturação impostos pelo desastre da Samarco.

No bojo dessa discussão, as estratégias de subsistência adotadas pelas famílias e comunidades atingidas é outro elemento relevante para análise.¹⁵⁶ De acordo com estudioso entrevistado pela FGV, a subsistência pode ser entendida como uma dimensão dos modos de vida orientada ao atendimento das necessidades imediatas de uma pessoa ou grupo, ^{FGV_ILE_018} atrelada diretamente à alimentação e também a outras necessidades, a exemplo da moradia. ^{FGV_ILE_019}

Ao se abordar a subsistência, é fundamental destacar o autoconsumo, prática ligada fundamentalmente à alimentação e componente central da reprodução de famílias rurais no Brasil. ^{FGV_ILE_018, FGV_ILE_019, FGV_ILE_023} Para um dos especialistas consultados, ^{FGV_ILE_018} o autoconsumo é base da segurança alimentar¹⁵⁷ das populações atingidas, com destaque para as atividades da agricultura familiar e da pesca artesanal.

Ao avaliarem a relevância do autoconsumo para agricultores familiares, Grisa e Schneider (2008) destacam a importância da atividade como modo de organização da

¹⁵⁶ A importância da subsistência enquanto estratégia para reprodução dos modos de vida das populações atingidas foi aprofundada em outros relatórios da FGV (2020m, 2021i; 2021o).

¹⁵⁷ Cf. seções sobre alimentação do capítulo de levantamento de danos do litoral sul, litoral norte e Linhares.

produção, que também se conecta a expressões culturais, à sociabilidade e à identidade da população.¹⁵⁸ Como tratado na seção anterior, as atividades produtivas realizadas pela população atingida da RECM se relacionam profundamente aos seus modos de vida, e o autoconsumo também ancora e é ancorado nesses significados.

A importância das diferentes atividades produtivas realizadas para o autoconsumo das famílias da RECM foi evidenciada durante as interações realizadas. A ausência da necessidade de compra de determinados alimentos antes do rompimento, associada à possibilidade da venda da produção excedente, foi mencionada durante as interações como características das famílias atingidas.

N: Os ribeirinhos utilizavam as várzeas para plantar, mas com a contaminação não houve mais como produzir e comercializar. Há um receio de consumir os alimentos plantados nas várzeas. Foi necessário comprar os alimentos de fora, aumentando os gastos. FGV_ILD_093

O comprometimento em variados graus dessas atividades — com destaque para a pesca, restrita desde o rompimento, seja por questões ligadas às ações adotadas no pós-rompimento, ou pela insegurança em torno do consumo do peixe; e para agropecuária, cuja produção em pequena escala foi atingida pela desconfiança de utilização da água dos rios para irrigação e dessedentação animal, bem como pela insegurança no consumo dos alimentos, dada a desconfiança em relação à contaminação da água e do solo — tem desdobramentos sobre outros aspectos da vida da população atingida. Um deles é o prejuízo ou, por vezes, a interrupção da produção para subsistência e autoconsumo, gerando danos à alimentação dessa população e inclusive levando à insegurança alimentar de diversas famílias, conforme caracterizado no capítulo 3 de levantamento de danos e nas narrativas abaixo.

N: A gente produzia o feijão, a farinha, a mandioca as hortaliças que a gente produzia. Agora não, a gente tem que comprar tudo, o dinheiro que a gente recebe chega no meio do mês e o dinheiro não dá. Eu tenho muita reclamação de gente passando necessidade. FGV_ILD_104

N: Eles [Renova] dizem que devido eu ter meu emprego eu não perdi nada, mas eu perdi na parte de alimentação, de lazer. E meu marido que era pescador, que era ilheiro, que tem a roça na beira do rio, ele saiu perdendo. Nós perdemos tudo, na alimentação. FGV_ILD_098

Especialista entrevistada^{FGV_ILE_019} ressalta o caráter imaterial ligado ao autoconsumo, dado que a produção voltada para a alimentação pode envolver valores não

¹⁵⁸ Os autores partem da concepção de que autoconsumo é uma das estratégias ligadas à produção para subsistência, não havendo sinonímia entre os termos, uma vez que parte da produção ligada à subsistência pode ser destinada à troca, ou até mesmo comercializada, o que propicia o acesso a outros bens.

mensuráveis, pelo apreço ligado a questões subjetivas de determinado indivíduo ou coletivo, que podem estar conectadas a modos de produzir, de fazer, à memória, a aprendizados, às funções de determinados alimentos utilizados, entre outros aspectos.

Assim, o autoconsumo se circunscreve em uma relação simbólica das unidades familiares e comunidades com o meio em que vivem, abrangendo valores culturais e identitários atrelados à produção ou captura do próprio alimento. Tanto a agricultura como a atividade pesqueira se relacionam com aspectos estruturantes dos modos de vida das comunidades atingidas do território, abrangendo noções de tradicionalidade e um modo específico de ver o mundo (conforme visto na seção 4.2.1.1). O conhecimento sobre as espécies de plantas para cultivo, de locais para pesca, de épocas para pescar, as variações do volume e vazão dos rios, mangue e mar, de uso dos produtos em si, são fundamentais na constituição dos hábitos alimentares. As alterações causadas pelo desastre levaram a perdas relacionadas a esses conhecimentos e assim, à própria alimentação, como demonstram as narrativas abaixo.

N: O pescado aqui sempre foi base alimentar, fonte de renda e até diversão. O guri brincava de pique, mas ia pescar junto ao pai. O pescado está entranhado à vida do pescador. As famílias tradicionais 80% tinham como base alimentar e comiam de três a quatro vezes por semana esse pescado. Tínhamos peixes por temporada, por época. Não temos um mesmo peixe o ano inteiro. A diversidade aparece o ano inteiro. Primeiro vem o robalo, depois vem a tainha. Eu não acredito que os pescadores tenham parado de comer o pescado. Até eu quando dá vontade pego o meu barco e pesco peixe para comer. FGV_ILD_086

N: A agricultura aqui antes do desastre era uma maravilha. A gente compartilha muito a pesca com agricultura, quando não está pescando você está mexendo na terra, temos muito plantio de aroeira e é como café, dá uma vez por ano. Depois do desastre a aroeira caiu muito. Gostamos de plantar perto do rio, pois é mais úmido e tem mais condição de dar mais fruto. Em 2016 já teve a primeira queda na produção de aroeira e já não podíamos mais pescar. Também cultivamos outras coisas além da aroeira, como hortaliças, mas todas elas foram afetadas. FGV_ILD_063

Para Grisa et al (2010), a relação identitária e de apreço implicada no autoconsumo envolve tanto os produtos obtidos como também o lugar enquanto fonte de recursos e contexto em que se insere a unidade produtiva propriamente dita. Por essa lente é possível afirmar que tanto as atividades produtivas quanto a alimentação advinda do autoconsumo são fundamentais para a compreensão de formas de uso desses territórios, conformando territorialidades capazes de expressar culturas e identidades (LOMBARDI et al., 2018), produzindo e reproduzindo modos de vida. Especialista entrevistado FGV_IJE_023 nos lembra que Josué de Castro, no clássico livro *Geografia da fome* (1944), indica que os alimentos são o vínculo primordial entre indivíduos e seu

entorno: “Provavelmente, essa foi a primeira formulação onde aparece claramente essa relação fundamental entre os alimentos e os territórios, ou melhor dizendo, os alimentos como elo fundamental dos seres humanos com o lugar onde vivem”. FGV_ILE_023

Dessa forma, alimentar-se de produtos obtidos diretamente do ambiente (no caso da pesca) ou produzidos pela própria família em relação com a terra, expressa uma relação cultural específica do grupo em questão não apenas com o produto em si, mas com o próprio lugar e com a experiência de vida nesse lugar em particular. FGV_ILE_016

Pode-se afirmar então que as alterações ambientais e socioeconômicas provocadas pelo desastre de Fundão causam danos à territorialidade e alteram profundamente a alimentação, como expressado nesses trechos de narrativas: “A natureza nos dava a qualidade da alimentação”. FGV_ILD_089

N: Nativo em tupiniquim quer dizer “terra farta”, mas depois do desastre da Samarco já não é tão farta. Nossos ancestrais vêm sendo dizimados desde do tempo do Mendes de Sá, que envenenou nossos irmãos e hoje é a Samarco que nos envenena. FGV_ILD_063

N: [...] as pessoas antes de 2015, principalmente por ser uma comunidade pesqueira, tinha uma alimentação muito rica em proteína por conta do peixe, era uma fartura. Acho que a falta do rio limpo, com impossibilidade de pesca tira essa possibilidade. FGV_ILD_092

Para Lombardi et al. (2018, p. 18), comer e produzir, além de revelarem práticas de sujeitos e grupos com seus territórios, “[...] evocam o direito do que produzir, como produzir e o que comer. Constitui-se num ato político de como se relacionar com a natureza e, por isso, traduz-se no debate sobre a soberania alimentar”.

Assim, soma-se às questões aqui abordadas o próprio direito à soberania alimentar previsto na legislação brasileira (cf. seções de danos à alimentação capítulos 3.2.1.3, 3.2.2.5, 3.2.3.3). Soberania alimentar¹⁵⁹ é entendida aqui, resumidamente, enquanto direito de escolha do que comer e como comer. FGV_ILE_023, FGV_ILE_018

E a outra dimensão da segurança alimentar é a da soberania, você ter o direito de escolher as suas próprias estratégias alimentares. As pessoas [atingidas pelo desastre da Samarco] estavam tornando aquele solo incrivelmente produtivo, passou 25, 30 anos para recuperar

¹⁵⁹ A soberania alimentar foi definida, no Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar em Havana (2001) enquanto “[...] o direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental [...]”. A soberania alimentar é a via para se erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos” (Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, Havana, 2001 apud MALUF; LUZ, 2016).

melhorando de vida, entregando para merenda escolar, melhorando de vida as famílias ali, e aí veio o rompimento, isso quebra com a sua soberania, sua própria autonomia. A agricultura de autoconsumo é a base pra eles se manterem ali na terra e toda essa agricultura poderia ter tomado caminhos. FGV_ILE_018

Dessa forma, os danos ao autoconsumo – seja em relação à agricultura e também em relação à pesca – e à alimentação em geral caracterizam também danos imateriais relacionados à própria perda da possibilidade de escolha, e assim, à soberania alimentar dessas populações, conforme expresso nas narrativas abaixo.

N: São mudanças negativas porque você mexe com toda uma estrutura da família, o costume das famílias, famílias que são pesqueiras, que tinham um alto consumo de pescado, que tava na essência deles. Tudo isso mudou muito depois do que aconteceu [desastre]. FGV_ILD_073

N: [...] Não posso plantar uma planta e comer. Nessa terra onde a gente planta as verduras as frutas e não poder comer. Isso da tristeza na gente. FGV_ILD_078

N: Eu presenciei uma situação grave em relação aos peixes, a mortandade. Hoje não pesco mais com meus meninos, por falta de confiança, e praticamente risquei do meu cardápio o peixe e também não confio em comprar de nenhum vendedor de peixe que vem aqui. Afetou drasticamente a alimentação, pois não temos confiança de plantar um produto num solo que não foi pesquisado, para consumir. A esperança do nosso pessoal era implantar os projetos de alimentação saudável na baixada [várzea do Rio Doce], que era a nata do nosso solo. Hoje esses sonhos morreram e é quase inexplicável. FGV_ILD_105

Em adição, especialista entrevistado^{FGV_ILE_023} ressalta que impossibilidade ou comprometimento do consumo de alimentos capturados ou produzidos para o autoconsumo decorrente do desastre afeta a autonomia dessas famílias ainda em outro aspecto, pois elas passam a depender dos sistemas alimentares hegemônicos¹⁶⁰ e a estar sujeitas de maneira generalizada às incertezas da vida monetária para se alimentar.

Quando você compromete o entorno, que é o que o desastre fez entre outras coisas, obviamente você vai estar limitando e comprometendo essa opção de acesso e colocando as populações em questão quase que inteiramente dependentes dos grandes fluxos de produtos, das redes dos sistemas alimentares dominantes. Nesse sentido, as pessoas têm as opções restritas, limitadas, o seu direito de escolhas some. Entendo que o desastre acabou com a possibilidade de fazer qualquer coisa em seu entorno, mas penso que imediatamente tem impacto pelo fato de que a opção de acessar alimentos mais próximos ou próprios a sua cultura e hábitos, alimentos que provenham de

¹⁶⁰ Sistemas alimentares hegemônicos, ou sistema alimentar global, é categoria que se refere aos alimentos produzidos pelo agronegócio e pela indústria alimentícia em larga escala, e distribuídos por grandes redes, nacional e globalmente (PREISS; SCHNEIDER, 2020).

circuitos mais curtos, alimentos mais frescos isso deve ter sido comprometido, pois o que resiste são os grandes canais que integram mercados nacionais. FGV_ILE_023

Essa perda de autonomia e direito de escolha relacionada à alimentação, bem como a maior dependência dos sistemas alimentares hegemônicos, representados pelos produtos adquiridos no supermercado, foi trazida pelos atingidos e atingidas ouvidos durante as interações realizadas pela FGV:

N: A gente produzia para comer, todo pescador tinha sua hortinha para comer, de repente foi uma alteração muito grande, não consegue produzir mais, nem pegar mais nada no rio, e passou comer coisas do mercado. A gente produzia nosso tomatinho em casa e agora tem que comprar cheio de agrotóxico, altera tudo. Isso quando consegue comprar carne, pois agora aumentou tudo. [...] A nossa alimentação ficou muito comprometida. FGV_ILD_104

N: A alimentação tinha a centralidade do peixe em nossa dieta, ficou evidente. Todas as famílias ficaram expostas a outras fontes protéicas que temos que comprar no mercado. FGV_ILD_064

N: Não entrando esse peixe em casa, tiveram que partir pro frango. A comunidade não tem tanto o hábito de comer a carne de boi, e é um produto mais caro, então perdeu o que tinha de melhor, que era o peixe. FGV_ILD_072

Outro fator relacionado à autonomia da alimentação dessas famílias e comunidades era a existência de redes interpessoais de diversas naturezas, tais como de parentesco, religiosas ou de vizinhança, que estabeleciam vínculos para relações de trocas¹⁶¹ e/ou reciprocidade¹⁶². Tais interações entre atores e grupos sociais remetem para diversos tipos de interesses materiais individuais ou coletivos, no entanto, se sustentam em laços de solidariedade, proximidade, confiança, amizade, prestígio, ou seja, relações de reciprocidade. Nesse sentido, as relações de troca e reciprocidade não se restringem à permuta material de bens, visto que há uma imaterialidade inerente quando sujeitos se relacionam, tais como a manutenção de relações de amizade ou o estabelecimento de alianças (SABOURIN, 2012).

As atividades abarcadas nesses arranjos não são necessariamente remuneradas em dinheiro, e podem se valer da troca em espécie, permuta, escambo, doação, entre

¹⁶¹ De acordo com Sabourin (2012, p. 56), a troca, no sentido antropológico geral, é definida como “um termo aplicado a todo movimento de intenção recíproca entre duas partes” (ENCYCLOPEDIA UNIVERSALIS, 1984, p. 897). Na economia, a troca corresponde a “diferentes modos de transferência de bens e de serviços realizados mediante contrapartida ou equivalência entre uns e outros” (ENCYCLOPEDIA UNIVERSALIS, 1984, p. 897).

¹⁶² Do ponto de vista antropológico, o princípio de reciprocidade corresponde, portanto, a um ato reflexivo entre sujeitos, a uma relação intersubjetiva e não a uma simples permuta de bens ou de objetos, caracterizando relações e prestações que não impliquem a noção de cálculo ou que não privilegiem apenas a satisfação de interesses materiais privados (SABOURIN, 2012).

outras modalidades (SCHNEIDER, 2003). Silva (2015, p. 16) indica que a existência simultaneamente de dimensões mercantis e não mercantis “[...] se expressam mediante a diversidade de formas de intercâmbio e reciprocidade em torno dos produtos agropecuários, do acesso aos recursos naturais (terra, água) e das relações sociais de trabalho e vizinhança”.

Um pesquisador entrevistado ^{FGV_ILE_017} relata que era comum antes do desastre – entre alguns grupos sociais atingidos, a exemplo de ilheiros do médio Rio Doce – que ao final de um dia de trabalho fossem realizadas trocas de produtos entre comunitários. Aquele que voltava com peixe trocava por um legume, uma abóbora ou um cacho de banana. A partir do desastre tais interações se esvaziaram e essas pessoas são obrigadas a comprar o que consomem. O rompimento da Barragem de Fundão interrompe as possibilidades de troca dentro dessas estratégias e modos de vida, dimensão imaterial ainda não contabilizada na reparação do desastre. ^{FGV_ILE_020}

No contexto da RECM, essas redes de troca de produtos da pesca e agropecuária voltados para o autoconsumo eram muito comuns e compunham a base alimentar das famílias. A desestruturação dessas redes – baseadas nos alimentos – impacta nas relações sociais antes estabelecidas nas práticas do dia a dia das comunidades, que estão além do universo material associado ao intercâmbio de mercadorias.

N: A minha vó vendia tanto peixinho, que as mulheradas aqui conhecem também como cabeça dura, ela salgava aquele peixinho. A colega já até chegou a ver, vovó fazia a palhoça. Aí salgava aquele peixinho, estalava tudinho, botava no sol e ia pro mercado municipal trocar por farinha, beiju. Vovó fazia isso, era a nossa tradição de primeira. Trocava, porque as coisas eram tão farta, próspera. ^{FGV_ILD_078}

N: O que acontece muito são as trocas, a troca de caranguejo com galinha, porco, e hoje as pessoas não trocam porque ficam com receio, diminuiu a troca. ^{FGV_ILD_077}

As ações rotineiras de doação de pescado também eram muito comuns na RECM, e representavam parte importante dessas redes de solidariedade. Nas narrativas abaixo é expressado como seu comprometimento imposto pelo desastre gerou mudanças na alimentação cotidiana e o quão importante era a partilha enquanto expressão de solidariedade e união entre parentes e comunitários.

N: Os nativos não compravam peixe, ganhávamos peixe que fazíamos conserva de manjuba e sardinha e durava uma safra toda até a próxima safra. Em Mariana o crime é visível, mas aqui o crime é invisível, você não vê mas aconteceu. É triste, mas vamos confiar na justiça de Deus e dos homens. ^{FGV_ILD_097}

N: A cultura do pescador de Regência era de doar peixes, até porque os pescadores conheciam todos de Regência. Daí quando houve o desastre, a população aumentou e, além disso, não podemos pescar mais e, então, também não ocorre a doação. Esta é uma tradição que não acontece mais. FGV_ILD_098

N: É verdade, a mistura que vem no pescadinho, a gente doava no mínimo uns 500 kg por dia, cada um dava uma caixa. Isso acabou, o peixe que doava a gente não pode mais, porque o rancho, o gelo, o diesel caro, hoje a gente não pode mais, porque tem que sustentar nossa família. Vendia a pescadinha e dava a mistura, hoje a gente tem que botar no meio da nossa renda. Atingiu não só nós, mas como todas nossas famílias. FGV_ILD_077

As perdas alimentares relacionadas ao autoconsumo e às redes de troca e solidariedade ocasionadas pelo desastre foram muitas, gerando danos ao bem-estar dessas populações. Um especialista entrevistado pela FGV FGV_ILE_023 aponta que a alimentação é um componente fundamental de qualquer definição de bem-estar, devendo ser adequada e saudável. Adequada ao contexto em que a pessoa vive (perfil cultural, etário etc.) e saudável no sentido amplo, abarcando a relação com o meio ambiente do entorno. Assim, um ambiente degradado, por exemplo pelo desastre da Samarco, compromete o bem-estar dessas populações. As denominações de “saudável”, “natural”, “fresco” foram associadas pelas pessoas atingidas à alimentação anterior ao rompimento, denotando uma perda da alimentação saudável e adequada ao corpo e à constituição social desses sujeitos.

N: Itaúnas, o que tinha de orgânico, de natural, era peixe, camarão, sururu, era o que vinha do mar. **Então de repente a nossa fonte de alimento mais natural, mais orgânica, a gente perdeu.** Essa fonte do pescador, a gente perdeu. O pescador não vai comer o peixe? Isso é a base da alimentação da comunidade. Mas qual a segurança de que isso não tem risco? FGV_ILD_072

N: Quem é filho de Regência foi criado dentro do rio. O Rio Doce é a vida de todo mundo. E mudou a nossa vida da água para o vinho. A gente fazia tudo com a água do rio. **A gente comia tudo natural, sem agrotóxico, fresquinho.** E hoje a gente tem que comprar tudo. É revoltante isso dos ilheiros e ribeirinhos não serem reconhecidos. FGV_ILD_098

A desconfiança em relação à qualidade da água, e consequentemente, do pescado que habita os rios, mangues e mares, bem como dos produtos agropecuários que dela dependem – para irrigação e para dessedentação animal –, gera receio no autoconsumo antes existente e é intensificada pela alteração de aparência e sabor observados, o que gera, adicionalmente, medo e insegurança em relação à saúde no presente e futuro.

N: Como a colega falou, a gente até come, mas a gente tem medo, tem a suspeita, e o gosto realmente não é aquele gosto do peixe

antigamente, saboroso, saudável. A ostra mesmo, o gosto não é mais a mesma. Um gosto estranho. FGV_ILD_078

N: Até o sabor do peixe já mudou. O medo de comer o peixe também. Igual eu falei lá atrás. Tenho medo de comer e causar câncer. A mente da gente fica preocupada. Agora a gente já deu aquela acostuada. Nós sofremos muito com isso também. FGV_ILD_071

N: A fala dos companheiros são a fala que vem do coração da gente, de colher e de plantar. Antes, eu ia plantar e deixava meus filhos no rio e hoje não podemos mais. Eu colho meu cacau, mas tenho medo que esteja contaminado. FGV_ILD_098

Assim, o comprometimento do autoconsumo, das redes de troca e solidariedade, da segurança alimentar e nutricional e da soberania alimentar das famílias e comunidades atingidas acarreta diversos danos imateriais às populações atingidas, e ainda leva a alterações negativas tanto dos hábitos e preferências alimentares quanto de redes de relações sociais e práticas culturais relacionadas à comida, que serão abordados a seguir.

4.2.1.2.2 Alimentação enquanto prática cultural: identidade, memória e pertencimento

Diversos autores no campo das ciências humanas abordam a alimentação como elemento constituinte da cultura e identidade de povos, comunidades e nações e, assim, envolta em dimensões imateriais da vida humana. Carneiro (2005) argumenta que o ato de se alimentar é inclusive uma das origens da socialização, e talvez até mesmo da própria linguagem. Woortmann (2013, p. 9) aponta que há muitas formas diferentes, privadas e comunitárias, de entender o ato de comer, mas invariavelmente permeadas pela cultura. Isso porque o que é comestível não necessariamente é comível, já que “[...] a gama de elementos comestíveis para o ser humano, isto é, disponíveis na natureza para consumo humano, é muito maior do que a quantidade de elementos culturalmente selecionados e aceitos. Nem tudo que sabemos que é comestível, é por nós ingerido”.

Os costumes alimentares podem revelar sobre as atividades produtivas (conforme visto na seção anterior) e sobre representações políticas, religiosas e estéticas de determinado grupo social, bem como se relacionar à organização da vida cotidiana, sistemas de parentesco e critérios morais, entre outros aspectos (CARNEIRO, 2005). Nesse sentido, Oliveira e Brandão (2021, p. 154) argumentam que “Como a língua falada, a cultura alimentar deixa transparecer o modo de vida de seu praticante. Um prato é carregado de fazeres e saberes que traduzem a história de quem o preparou e de toda uma população”.

Na RECM, os hábitos alimentares estavam profundamente atrelados às atividades da pesca e da agropecuária, e se relacionavam com a constituição da cultura, identidade e religiosidade das comunidades. Esses significados, bem como a tristeza advinda da necessidade de substituição de alimentos simbolicamente relevantes em decorrência do desastre, foram trazidos durante as interações:

N: É complicado. Eu sou descendente de indígena, acostumada a comer caça e peixe. Eu deixo um pão para comer um bagre com farofa e café. Carne pra mim hoje é frango e ovo, tivemos que mudar nossos hábitos alimentares. Criamos nossos filhos comendo pirão de peixe e hoje não dá mais. Hoje compramos água para cozinhar e um frango cheio de ração que não sabemos a qualidade. A despesa triplicou, não se produz mais na comunidade, tudo vem do mercado. Hoje só comemos frango e ovo, mas não é como nosso peixe. Nossos filhos eram criados com pirão de peixe e são todos saudáveis. FGV_ILD_097

N: Eu acho que isso [a perda do pescado], junto com a questão psicológica, é o que mais alterou na saúde. **O peixe era a base, o peixe na farinha, a moqueca, era a cultura, e isso se perdeu.** FGV_ILD_072

N: A nossa tradição de comer o peixe na Semana Santa, acabou. Essa tradição que nós católicos temos de não comer carne na quaresma, acabou. Leite das minhas vacas, que eu não tenho mais, que morreram, eu não tomo mais. Eu sei que o cádmio é o pior metal pesado que está nessas terras, nessa água, nessas plantas. Muita gente come, porque não sabem a quantidade de veneno. É muito triste essa questão alimentar. FGV_ILD_058

Assim, a alimentação é revestida de conteúdos simbólicos, e a comensalidade – que pode ser entendida como a prática de compartilhar o momento da alimentação e a própria comida (mesmo que desigualmente) – é mais um elemento que organiza as regras de hierarquias sociais e também das identidades (CARNEIRO, 2005).

Para Maciel (2001), a decisão sobre “com quem comemos” é um dos aspectos fundamentais da alimentação humana. Nessa perspectiva, para o autor, o ato alimentar transforma-se em um acontecimento social que envolve partilha e comensalidade, reforçando a coesão de grupos sociais¹⁶³. Ao compartilhar a comida, as famílias e grupos partilham também sensações, gerando uma experiência sensorial coletiva que integra um conjunto de rituais, banquetes e trocas recíprocas que se apresentam como um fator explicativo para o poder simbólico da comida (HOLTZMAN, 2006).

A importância da comensalidade foi apontada pelos atingidos e atingidas da RECM, ao recordarem com saudades dos momentos de socialização relacionados ao consumo de

¹⁶³ Maciel (2001) observa que a própria palavra “companheiro” tem origem no latim, “cum panem” (com pão), ou seja, remete àqueles que compartilham o pão, tendo sua gênese atrelada à comensalidade.

pratos como a caranguejada, a moqueca e o pirão; bem como de peixes pescados e assados na hora em família. “[...] Sempre tinha aquele momento de se juntar, fazer uma moquequinha no final de semana, um pirão. Hoje não tem mais isso”. FGV_ILD_058

N: A gente mesmo ia lá [no rio] e pegava e chegava toda molhada e ia cozinhar os caranguejos para eles [familiares]. A gente comia bastante caranguejada. Era muito bom a vida antes. Levava para casa deles quando eles iam embora. Mas hoje, depois desse rompimento para cá, nem aqui mais os parentes não vêm. Nunca mais: eu tive distância de filho, de primo, meus irmãos, tia. Ninguém vem mais hoje, acabou aquela farrinha que nós tínhamos antigamente. FGV_ILD_078

N: Bem lembrado o que a colega falou. A gente em família gosta de reunir, andar na praia, se banhar, fazia muito isso antes, pescar. Juntava a família toda com outras famílias, se reunia na beira do rio. Vinha de Nativo, Barra Nova, Urussuquara, que tem umas pedreiras lindas lá, elas aqui sabem. **Era uma maravilha. Churrasco. Pescava e lá mesmo assava o peixinho, moqueca. Só na saudade.** FGV_ILD_078

Para Amon e Menasche (2008), em comparação com outras formas de satisfazer necessidades biológicas, a comida possui significado complexo, ao envolver uma gama de atividades de seleção e combinação – desde ingredientes e formas de preparo até costumes de como e com quem comer – que manifestam concepções e escolhas comunitárias, relevando, assim, a própria cultura e sua relação com a memória coletiva. “O caldo básico da relação entre comida e memória é a cultura” (AMON; MENASCHE, 2008, p. 15).

Para uma pesquisadora entrevistada,^{FGV_ILE_016} as memórias e conhecimentos socialmente construídos podem estar presentes na constituição de cada indivíduo de maneira mais ou menos intensa, porém,

[...] são sempre ancorados em um conjunto maior de memórias que envolve as memórias do grupo todo, que é a memória coletiva, então pensar que se as memórias individuais elas se ancoram nessas memórias coletivas e se as memórias coletivas dependem dessa relação do espaço e deste vetor do tempo com o espaço, não é possível a gente pensar na preservação de memórias individuais se a gente não tem mais a reprodução dessas memórias coletivas sendo ativadas em contextos específicos. FGV_ILE_016

Assim, a preservação da memória individual e coletiva precisa de tangibilidade,^{FGV_ILE_016} ou seja, da manutenção das práticas e hábitos a ela associada. Para Guerra e Marques (2018), os hábitos alimentares e a memória gustativa a eles relacionada carregam em si uma memória sociocultural e corporal. Para além da nutrição e do gosto pessoal, a comida assume uma dimensão de “alimento-memória” e, ao assumi-la, torna-se um meio de comunicação entre gerações e os membros de uma comunidade.

Nesse sentido, o hábito alimentar culturalmente construído cria memórias de comunicação elaboradas e operadas cotidianamente pelos indivíduos, as quais foram dura e abruptamente comprometidas pelo desastre, sobretudo pela impossibilidade ou dificuldade de acesso ao pescado, bem como pelo receio de consumi-lo, que levam à perda da elaboração e consumo de pratos típicos dessas localidades.

N: O que a gente mais sente falta? Vontade de comer aquela moqueca de peixe que a gente comia antes, saudável. Aquela de canguá [espécie de peixe], né mulherada? Quem conhece a canguá aí. Que moqueca boa. Essa é a lembrança boa de voltar. FGV_ILD_078

N: Hoje o prato típico da comunidade hoje é churrasco, uma galinha assada. Não é mais aquele prato de camarão, de lagosta, aquela moqueca de robalo, de siri. Tudo isso causou um transtorno psicológico muito grande dentro da nossa comunidade e isso não tem valor de reparação. FGV_ILD_090

Nabarro (2014), ao discorrer sobre o modo de vida do campesinato, aborda a importância da sociabilidade intermediada pela comida para a construção do sentimento de unidade e para o enraizamento de práticas que qualificam esse modo de vida. Entre as pessoas ouvidas pela FGV, refletem-se nas narrativas aspectos relacionados à transmissão de conhecimentos intergeracionais e à utilização de utensílios típicos nas práticas alimentares, explicitando as relações entre a comida e a memória, a cultura e a produção e reprodução de modos de vida.

N: A mãe natureza sempre nos deu alimentos. Todos têm sua panela de barro, porque é cultura local comer peixe. Ninguém passava fome na nossa comunidade. Peixe era em abundância. FGV_ILD_089

N: Minha mãe era pescadora nata, pescava pro consumo da nossa família. E o mangue traz muito a memória da nossa infância, todo mundo tinha que ir pescar, ir no mangue mesmo, ver como era o processo, colocar o braço, ver didaticamente como era o processo, mas todo mundo tinha que ter essa experiência, tinha um respeito muito grande pelos ciclos da natureza. Esses aprendizados trazem sabor de infância. Tinha aquele peixe que eu não vi mais, o Miroró, minha mãe fazia. FGV_ILD_073

Nesse sentido, o distanciamento das pessoas atingidas em relação uma alimentação culturalmente adequada – atrelada à desestruturação da relação das pessoas com o lugar e seu território – leva a um processo que, segundo um dos estudiosos entrevistados, incorre em uma violência simbólica significativa:

Imagine [perder] um conjunto de alimentos inteiros que compõem a mesa dessas pessoas e que é retirado. Isso tudo volta para memória de novo, né, aí a gente tem impacto alimentar do ponto de vista da saúde, mas a gente tem um impacto alimentar que tá totalmente

relacionado com como que você estabelece a comensalidade na rotina e nos rituais. FGV_ILE_016

Essa violência simbólica se reflete, assim, em sofrimento e na dificuldade de alteração de hábitos alimentares, posto que estes estão arraigados em dimensões materiais – de sobrevivência – e imateriais – da cultura, memória, identidade, entre outros, conforme demonstrado na narrativa abaixo.

N: A dificuldade da gente deixar a nossa cultura de lado, se você deixa acaba mexendo com o psicológico. São situações muito difíceis. Um rejeito desse trouxe problemas muito grandes. A questão de entender que não pode consumir aquilo [pescado], que é obrigado a não consumir aquilo. Principalmente as pessoas que eram acostumadas, os mais velhos. Mexe muito com a gente. Vem a questão da depressão. A depressão vem de você não poder estar exercendo sua cultura. FGV_ILD_064

Para Murietta (2001), as preferências alimentares se constituem a partir da combinação de diferentes dimensões, pois são construídas social e culturalmente. A autora aponta que as escolhas alimentares se relacionam com um “[...] gosto adquirido, intimamente conectado às rotinas da vida cotidiana, às regularidades dos ciclos sociais e ecológicos, e a um certo sentido de lugar...” (MURIETTA, 2001, p. 54). Assim, as tomadas de decisão em relação a comer ou não o pescado e outros produtos com indícios de contaminação pelo rompimento da Barragem de Fundão resulta da combinação entre condições materiais e imateriais diante do contexto imposto pelo derramamento da lama tóxica de rejeitos pela Samarco. Porém, independentemente da decisão, está colocado um sofrimento pela perda do que era considerado o melhor da alimentação.

N: Tão querendo acabar com nossa cultura de comer peixe, nosso modo de vida, eu não paro de comer peixe, é cultura nossa, são várias coisas. FGV_ILD_077

N: **O peixe está sim contaminado. Mas temos a necessidade de comer o peixe.** Somos nascidos e criados comendo peixe. Come peixe praticamente para tudo. Manjuba por exemplo se faz conserva para colocar no pão e comer no café da manhã. Frita manjuba para tomar cerveja. Não foi tirado o trabalho, foi tirado a dignidade, o lazer. FGV_ILD_086

Na narrativa acima fica explícito que a própria noção de *necessidade*, quando relacionada a uma prática e preferência alimentar – no caso de comer a manjuba –, transpassa a dimensão puramente nutricional ou biológica, se relacionando com o cotidiano, aspectos culturais, noção de dignidade e com o lazer.

Ao mesmo tempo, a realidade social pregressa associada à intensificação de um contexto de vulnerabilidade social impele, por vezes, a uma maior sujeição ao risco de

contaminação. Nas palavras de uma das pessoas estudiosas entrevistadas, “[...] sabemos que tem alguns que continuam, pescam, eles assumem o risco. A gente sabe que o peixe mudou a cor, mudou a qualidade do pescado. Eles acabam assumindo esse risco e consomem para não viver na insegurança alimentar e nutricional”. FGV_ILE_017 Ou seja, há famílias e indivíduos que procuram na pesca uma estratégia de sobrevivência, conforme também narrado por pessoas atingidas.

N: Na questão da alimentação mudou tudo, pois o peixe que era a proteína mais consumida na comunidade teve que mudar. E substituir por mercado é muito difícil, pois é tudo muito caro. Hoje é difícil sustentar a família com alimentação, estudo, água, luz, internet, gás, etc. Mesmo quem recebe o auxílio passa dificuldade, pois o valor é baixo, baseado no salário mínimo, e não reflete a renda original das pessoas. As pessoas ganhavam muito mais no artesanato, na pesca, no comércio. Os custos muito altos e tem muita gente passando necessidade dentro da comunidade, não dá para comer carne que tá muito caro e as vezes nem ovo dá para comprar. FGV_ILD_097

N: Tem muita gente que parou mesmo de comer o peixe com medo da contaminação. A gente [pescador] que come, pois estamos acostumados a comer peixe e sentimos falta e ficamos sem opção. FGV_ILD_079

Se nos hábitos alimentares cotidianos, os indivíduos e as famílias acabam por definir sobre a ingestão ou não de alimentos potencialmente contaminados a partir de aspectos materiais e imateriais – relacionados à sobrevivência, necessidade, preferência e práticas alimentares e até mesmo incidindo em riscos à saúde no curto e longo prazos –, também no âmbito dos momentos de festas e rituais houve ruptura profunda imposta pela diminuição do estoque pesqueiro, da renda e do turismo. Na seção anterior (4.2.1.1) foi abordado o valor gastronômico dos pratos típicos nas festividades associadas à movimentação turística, e aqui cabe destacar a importância simbólica relacionada à comida nesses momentos rituais, envolta na comensalidade.

Segundo Canclini (1983, p. 112 apud OLIVEIRA; CALVENTE, 2012, p. 84), para diversas populações rurais, as festas representam acontecimentos comunitários enraizados nas atividades produtivas – com celebrações que seguem o calendário agrícola e/ou religioso –, que permitem a reprodução da vida e trabalho familiares através da participação coletiva. Amon e Menasche (2008, p. 19) argumentam que as comidas típicas de festas, comemorações e rituais “[...] estão colocadas à mesa para reafirmar uma ancestralidade, uma tradição, um pertencimento à comunidade”. As relações entre cultura, tradição e alimentação nos momentos das festividades foram expressas em diversas narrativas durante as interações realizadas pela FGV:

N: Eu acho que, na parte cultural ou do turismo, houve movimentos culturais em Barra do Riacho que deixaram de existir também. A Festa do Pescador que acontecia em Barra do Riacho, uma festa que eles sempre faziam festival da moqueca. Então a parte cultural foi muito afetada. A festa do Caboclo Bernardo, a festa do Congo. FGV_ILD_089

N: Realmente, antes do rompimento no nosso festival os camarões eram cedidos pelos próprios pescadores, eles doavam. Os pescadores se prontificavam, uma caixa era pro festival, juntava a mulherada e todas ajudavam a limpar para fazer o evento. Era assim todos os anos. Quando veio o rompimento tudo mudou, por quê? Primeiro porque diminuiu a produção do camarão, temos um registro antes do rompimento e depois. O pescador tinha que continuar a pescar para sobreviver, mas ele vinha e dizia “eu não tenho condição de te dar” [para o festival]. FGV_ILD_064

N: Nós tínhamos essa festividade, que era o festival do caranguejo. Ela representa a nossa classe pesqueira, a classe de catadores de caranguejo. Em 2020 seria o vigésimo festival, mas não pôde acontecer devido à pandemia. É uma festividade de grande porte, conhecida nacionalmente, onde se podia degustar o caranguejo. O caranguejo era doado pela comunidade. Eram três a quatro dúzias que eram doados por pescador. Mas em 2016 [após o rompimento] começaram a diminuir os caranguejos, e os pescadores já não estavam conseguindo ajudar como antes. Tínhamos tudo envolvido naquele evento, a educação ambiental. Tem que ter o produto, que é o principal, que é o caranguejo. FGV_ILD_058

Como observado nas narrativas, a comida era fator estruturante para a realização de festividades e manifestações culturais em geral, tais como a Festa do Pescador, o Festival do Camarão e o Festival do Caranguejo, momentos de celebrar a fartura entre os comunitários e com turistas. Eram eventos importantes para a produção e transmissão de memórias coletivas, que como já exposto, são possibilitadas através da efetivação de práticas e hábitos. De acordo com uma pesquisadora entrevistada, FGV_ILE_016 se valendo de ideia desenvolvida por Paul Connerton, a memória coletiva é preservada e transmitida a partir dos corpos presentes nos encontros e nas cerimônias comemorativas. Nesse sentido, no âmbito das discussões do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), há a perspectiva de que:

A alimentação é patrimônio cultural de uma sociedade. Ela imprime as identidades sociais e regionais, preserva a memória originária das famílias, tradições e simbolismos de um povo. O ato de comer e compartilhar refeições faz parte da vida em sociedade, está presente nas celebrações sociais, faz parte da história e rituais religiosos, reforça o sentimento de pertencimento a uma comunidade, região e época (CONSEA, 2015, p. 17).

Conforme os livros de registro do Iphan, as celebrações¹⁶⁴ também são consideradas patrimônio cultural imaterial e marcam a vivência coletiva, o entretenimento e a religiosidade dos grupos, englobando inclusive a preparação e o consumo de alimentos e bebidas. Assim, as festas e celebrações em geral têm múltiplos significados, como o nutrir de uma memória comum que constrói e renova a importância de atores sociais e de valores partilhados pelo grupo, tais como a fartura de comidas e bebidas, a troca de alimentos, a música e a dança, reforçando identidades construídas nas trajetórias individuais (AGUIAR; ANDRADE, 2014).

Assim, as festas permitem o compartilhamento de sentimentos coletivos e reforçam laços de solidariedade. Ribeiro Jr. (1982, p. 23 apud OLIVEIRA; CALVENTE, 2012, p. 83) complementa que não há, nesses momentos, separação clara entre as dimensões materiais e imateriais, posto que estão entrelaçadas relações de parentesco, saberes cotidianos sobre a lida com a agropecuária (e poderíamos adicionar, com a pesca), danças, cantos e códigos de convivência. Dessa forma, para Amaral (1998, p. 26), as cerimônias festivas e religiosas são determinantes para a manutenção de laços comunitários e para resistência aos múltiplos fatores que atuam para a dissolução social. Esse significado de coesão social representado pelas festividades foi colocado de maneira bastante intensa durante as interações com pessoas atingidas na RECM, bem como a tristeza pelo seu comprometimento, que torna a vida menos gregária e mais restrita.

N: A pessoa que era responsável pela festa de um ano já passava o bastão pro outro. Aí a outra família já ia pensando o que fazer, o congo, o Ticumbi, as apresentações na frente das igrejas. Era uma coisa nossa, das comunidades, que agradava os turistas, mas era nossa, e eu sinto muita falta desse ambiente de encontro, de confraternização que a gente tinha. FGV_ILD_073

N: Quando tinha alguém da família que ia ser o festeiro daquele ano, já começava a organizar tudo no final do ano, às vezes até alugava uma casa maior pra receber as pessoas, cozinhar comida, alimentação, congelador, outros. A gente se empenhava ao longo de todo o ano para receber esses festejos. Hoje tem, mas não com a intensidade que tinha. Tinha os ensaios também pra se apresentar nos festejos, toda uma mobilização. FGV_ILD_073

¹⁶⁴ “Celebrações são ritos e festividades que marcam a vivência coletiva de um grupo social, sendo considerados importantes para a sua cultura, memória e identidade, e acontecem em lugares ou territórios específicos e podem estar relacionadas à religião, à civilidade, aos ciclos do calendário etc. São ocasiões diferenciadas de sociabilidade, que envolvem práticas complexas e regras próprias para a distribuição de papéis, preparação e consumo de comidas e bebidas, produção de vestuário e indumentárias, entre outras” (IPHAN, s.d.).

As narrativas explicitam como a alimentação era um dos elementos centrais para a realização dessas confraternizações. Para uma pesquisadora entrevistada, conhecedora da RECM capixaba:

Nós temos tradições culturais aqui como te falei, São benedito, Jongo... E os ritos, como o Ticumbi, sempre estão relacionados com alimentos, sempre há ofertas para convidados. E aí isso é afetado seja pela própria alimentação, contaminação ambiental, seja pela venda, que gera menos condições de renda. Então a comida aqui está sempre presente nas festas, Santo Benedito é um santo cozinheiro. A comida aqui tá sempre nas festas. Casa de festeiro pode até viver na escassez, mas em dia de festa tem que ter comida pra todo mundo, todo mundo come. Pra você ver como entra no simbólico diretamente. Aqui no estado todo [ES] São Benedito é muito forte e as festas tão cheias de flores, que representa o simbolismo do alimento. FGV_ILE_021

Assim, a fartura e alegria eram materializadas durante as festividades, entre outros fatores, através da alimentação, e um dos elementos centrais para isso se concretizar eram as doações de comida pelos pescadores e agricultores locais. Segundo Oliveira e Calvente (2011), as doações (ou esmolas, como eram conhecidas antigamente) têm função importante nas festividades no Brasil, sendo realizadas por participantes e frequentadores das festas a partir de diversas formas, como dinheiro, brindes e a própria comida.

Porém, na RECM, com a diminuição do estoque, as restrições da pesca, o receio no consumo e a diminuição do turismo, a doação dos alimentos para as celebrações – que era mais uma das formas em que se estruturavam redes de troca e solidariedade (conforme tratado na seção anterior 4.2.1.2.1) – ficou duramente comprometida, inviabilizando parte da base material para as festividades e gerando danos imateriais às tradições e laços sociais, tanto pelo viés das manifestações culturais quanto da própria alimentação.

N: Sempre tinha festas. A Festa de Reis era muito forte e as comunidades convergiam num só lugar para celebrar o padroeiro. Todos se uniam para a festa, levavam contribuição para fazer almoço comunitário. Eram doados peixes, bois, produtos agrícolas, seja para o almoço ou para sorteios. Hoje o peixe, caranguejo, camarão, não existe mais. O festival do caranguejo eram três dias de festa, tinha um forrozinho, era muito bom. FGV_ILD_063

N: A cultura das festas se acabaram. Por mais que queira fazer só se ensaia e não sai mais como era, pois os principais instrumentos não existem mais. A matéria-prima era um bom pescado, sem o pescado não tem festa. A tradicional festa do pescador de Conceição da Barra acabou. Estamos insistindo em continuar na pesca, mas acabou. FGV_ILD_079

N: Perdemos a nossa identidade, porque hoje não tem o festival, nem do caranguejo e nem do camarão. É ali onde a gente vendia nossos artesanatos, nosso camarão, tudo. Caiu bastante. Eu cozinhava o caranguejo, servia o caranguejo. FGV_ILD_078

Percebe-se nas narrativas a importância desses momentos de encontro comunitário para a manutenção de práticas culturais e da própria identidade. Para uma pessoa de referência entrevistada, FGV_ILE_016 o encontro, enquanto categoria da experiência humana, é fundamental do ponto de vista emocional, subjetivo e também na sua materialidade, e a sua supressão pode gerar e agravar vulnerabilidades, sendo talvez uma das maiores faltas impostas pelo desastre da Samarco.

Em diálogo com outro estudioso entrevistado, FGV_ILE_013 identifica-se que grande parte do que dá sentido à vida envolve uma imaterialidade relacionada aos encontros, materializados, entre outras formas, nas redes de trocas e solidariedade e nas celebrações, que se refletem no sentimento de pertencimento a um território:

[...] não é um território que está ali isolado, é um território que faz parte de uma rede de comunidades dessas trocas, das celebrações. A dimensão do pertencimento, eu acho que ela é muito importante de ser avaliada, dessa identidade que é construída historicamente, das memórias que são tecidas e conectadas com o território, com o sentimento de pertencimento a um lugar, isso precisa ser observado porque em alguma medida essas categorias da reparação que eu mencionei tendem a vincular o território à propriedade e à posse, e não à dimensão do pertencimento. É claro que a dimensão da propriedade e da posse são importantes, e elas devem ser contempladas, mas a experiência do desastre não se resume a isso. FGV_ILE_020

Assim, se a alimentação carrega em si a importância de motivar momentos de encontro e modos de vida coletivos, além do potencial de acionar e manter memórias e conhecimentos associados ao território e à territorialidade, a perda de práticas alimentares implica justamente o efeito inverso: o esquecimento (GUERRA; MARQUES, 2018). Dessa forma, a imposição da mudança de hábitos alimentares das famílias e comunidades atingidas pelo desastre acarretou perda de práticas, significados, emoções e sentidos que eram permeados pela comida na RECM capixaba.

4.2.1.3 Vida digna, uso do tempo, cotidiano e perspectivas de futuro; rede de relações sociais e práticas culturais, religiosas e de lazer

4.2.1.3.1 Água e locais de encontro e convivência familiar e comunitária

De acordo com as narrativas registradas em oficina, e conforme descrito no Capítulo 3, parte importante do convívio das pessoas atingidas, seja entre familiares ou com outros membros da comunidade, foi prejudicada pelo desastre. Com a degradação causada pela lama de rejeitos, locais antes usados para encontro passaram a ser menos frequentados. Antes considerado local de abundância, o litoral capixaba passou a ser associado à contaminação e à doença, gerando repulsa em pessoas que anteriormente ao rompimento sentiam conexão com o lugar, especialmente com suas águas. Essa perspectiva sobre a região está ilustrada na seguinte narrativa:

N: Eu e meu marido, eu sou daqui do Espírito Santo, meu marido é mineiro. Então nós viemos para cá porque minha mãe mora aqui. Eu tô na casa da minha mãe, em Linhares, Baixo Quartel, inclusive na casa da minha mãe. Quando conhecemos Barra Nova, meu marido se encantou pela quantidade de peixes que chegava nos barcos, ele se encantou pela fartura. Ele gosta muito de pescar, então ele ficou encantado pela questão de lazer, ele gosta de esportes, correr, ele é muito ativo. Então ele se encantou. FGV_ILD_078

As comunidades litorâneas mantinham uma relação lúdica com o ambiente das praias, dos alagados e dos rios da região, assunto abordado de forma mais detalhada nos itens 3.2.1.4, 3.2.3.4 e 3.2.4.5. Conforme relatado em oficinas, a perda dessa relação – dada pela contaminação desses ambientes – foi sentida com pesar. Encontros familiares e comunitários eram realizados na beirada de rios, nas praias e em balneários da região. Conta uma das pessoas atingidas escutadas que sua relação com essa água era de identificação:

Eu me identificava com a água, eu relaxava na água, sabe? Eu tinha a mania de dar uma caminhada. E isso era durante os cinco dias da semana. Para lazer, gostava muito do lazer na água, para tomar banho” FGV_ILD_078

Em outra narrativa, ressalta-se que:

N: Aqui era comum nossos filhos, nossa família ir para o rio. Era comum ter quinze crianças pra tomar banho de rio. Hoje a gente não vê mais isso. Eu posso estar bem hoje na água e amanhã já posso ficar doente

e pegar problemas de pele. A gente não vê mais isso em Itaúnas. Isso saiu da vida da gente. ^{FGV_ILD_071}

A importância do encontro com vizinhos e familiares foi reiterada durante as oficinas realizadas. Muitas falas pontuaram a alegria e o prazer de receber familiares em casa e aproveitar as beiras de rios, praias e balneários. Dessa forma, pode-se afirmar que as comunidades atingidas do litoral capixaba mantinham uma relação imaterial de proximidade e conexão com ambientes associados a corpos d'água continentais, como rios e lagos, ou com o oceano.

Existe uma dimensão imaterial da interação dessas populações com as águas imbricada em suas formas de ver o mundo, agir com seus pares e se identificar, que é reiteradamente negligenciada no planejamento de políticas (CHAN; SATTERFIELD; GOLDSTEIN, 2012; SANGHA; RUSSELL-SMITH; COSTANZA, 2019). A água, em seus diversos usos, portanto, configura os modos de reprodução social de populações rurais e ribeirinhas (CARLOS, 1996; NASCIMENTO; SCIFONE, 2012).

Os lugares que propiciavam encontros nas comunidades são diretamente relacionados às relações e vínculos estabelecidos entre os moradores ou visitantes daquela localidade e à continuidade de práticas e costumes que se fazem a partir da atribuição de significados a esses espaços. As pessoas atingidas relatam que antes do desastre, familiares e amigos viajavam com frequência para usufruir do rio em companhia dos seus:

N: A gente em família gosta de reunir, andar na praia, se banhar, fazia muito isso antes, pescar. Juntava a família toda com outras famílias, se reunia na beira do rio. Vinha de Nativo, Barra Nova, Urussuquara, que tem umas pedreiras lindas lá, elas aqui sabem. Era uma maravilha. Churrasco. Pescava e lá mesmo assava o peixinho, moqueca. Só na saudade. ^{FGV_ILD_078}

Os encontros e convivências nas várzeas e nas águas de afluentes e do próprio Rio Doce e região costeira, estuarina e marítima são parte, portanto, de um conjunto simbólico relacionado ao cotidiano e a festividades e celebrações, envolvendo entretenimento, religiosidade e outras práticas da vida social consideradas relevantes para a cultura, a memória e identidade dos grupos. Constitui, portanto, dimensão fundamental na vivência coletiva das comunidades atingidas (IPHAN, s.d.). As pessoas atingidas nomeiam e descrevem com carinho as festas que lhes vêm à memória, que em muitos casos são específicas de cada localidade.

N: A caminhada, as corridas na praia, como era limpinho ali naquela beirada. Não tinha essa espuma escura que chega quando chove muito quando vem no rio. ^{FGV_ILD_078}

As narrativas alusivas ao uso das águas apresentam, assim, diversas vivências cotidianas e simbólicas realizadas no rio e em suas várzeas, no mar e na praia, atribuindo a esses locais uma significação de lugar, conforme abordado na seção 4.2.1.1 de renda, trabalho e subsistência deste capítulo. De acordo com o Iphan (2016; 2021), lugares são espaços físicos dotados de significados, valores culturais, onde acontecem usos, práticas e atividades cotidianas e excepcionais, vernáculos e oficiais. Na vida social das comunidades, os lugares são reconhecidos em representações simbólicas e narrativas, contribuindo para a construção do senso de pertencimento, da memória e da identidade dessas populações (IPHAN, 2016). No território em análise, portanto, o lugar se fazia no rio, no ribeirão, na ilha, na praia.

Nascimento e Scifoni (2012, p. 5) afirmam que, ainda que o lugar seja o suporte físico para a vida cotidiana, não deve ser compreendido como um mero palco, mas sim como constituinte da vida humana e concomitantemente “[...] ponto de partida e resultado de um processo de apropriação, transformação e uso do espaço”. Nesse sentido, conforme já abordado na seção de renda, trabalho e subsistência (4.2.1.1), uma estudiosa entrevistada destaca a constante “interanimação” entre o suporte onde as pessoas vivenciam festas, cerimônias, rotinas, e tais práticas em si. FGV_ILE_016 “A festa anima o lugar, o espaço físico, e espaço físico anima essa festa”. FGV_ILE_016

Dessa forma, o lugar vai além do espaço físico, mas é delineado pela sua existência corpórea e relacional, dizendo respeito à percepção e vivência da realidade, o conjunto de símbolos e significados que extrapolam delimitações físicas e geográficas (SANTOS, 1996).

Uma pesquisadora consultada FGV_ILE_016 pela FGV explica que, enquanto suporte físico de tais experiências, o lugar permite que nosso sistema sensório-motor registre os cheiros, a temperatura da água no banho de rio e no mar, as sensações do vento, da chuva, do sol, as imagens das paisagens, os sons de animais, da água, das vozes; sensações estas que são particulares dessa localidade e, aliadas ao ambiente, contribuem para a construção da memória dessas pessoas sobre as experiências ali vivenciadas.

Tais experiências e memórias da vida cotidiana, e o rio como parte estruturante dessas, são elementos fundantes da identidade das pessoas e do coletivo que se formam a partir de uma identidade espacial, o sentido dado por se reconhecer naquele lugar (BRYCE et al., 2016; CARLOS, 1996; NASCIMENTO; SCIFONI, 2012).

O rio se funde à esfera simbólica da vida, e sua importância supera uma perspectiva dicotômica entre natureza e cultura. A aprendizagem acontece no dia a dia da vida

comunitária ou familiar, portanto, relaciona-se a um movimento que conecta o observar e o fazer, ao passo que esse espaço-tempo de observação inclui o da imitação (WEBER, 2006).

O desastre transformou a relação das comunidades com esses ambientes. Conforme pontuado por uma especialista entrevistada, a percepção das pessoas atingidas sobre as mudanças ambientais dos territórios que ocupam e nos quais circulam altera o processo de territorialização, fazendo-lhes atribuir novos sentidos para esses lugares.^{FGV_ILE_024} Assim, lugares antes associados ao convívio familiar ou comunitário assumiram um novo sentido, agora afastado da perspectiva de pertencimento. Essa dimensão é de suma importância para relação imaterial que as pessoas atingidas mantinham com seus lugares de encontro, pois ela é “[...] construída historicamente, das memórias que são tecidas e conectadas com o território”.^{FGV_ILE_020}

As narrativas apontam que atualmente poucas pessoas se encontram nas beiras de rio por conta do medo da contaminação: “Em relação a essa parte da água há algum tempo atrás o rio de Itaúnas era tão bom, mas hoje em dia a gente vê pouquíssimas pessoas que conhecem o rio, vão tomar banho. Mudou essa parte da água do banho de rio”^{FGV_ILD_071}. Ainda que o receio permaneça, as pessoas atingidas manifestaram sua frustração em não poder realizar encontros como antes. Relata uma pessoa atingida que persiste “[...] a vontade de tomar um banho, de fazer um piquenique de tá com toda a família. Isso aí que é coisa que a gente já não faz mais aqui”.^{FGV_ILD_078}

Portanto, com as mudanças no ambiente mudam também as histórias produzidas pelo cotidiano que se dava na relação com as beiras de rio, as ilhas, os manguezais, as lagoas e as praias da região costeira do Espírito Santo. O local em que a experiência social acontece é fundamental à composição das histórias de uma família ou comunidade.^{FGV_ILE_024}

Os momentos de lazer com a família são mencionados como lembranças, e não mais como parte de um cotidiano que acontece na relação com praias, ilhas, lagoas e beiras de rio. “Eu falo por todos, a gente perdeu parente por não aguentar essa esparrela. Tirou tudo, tirou nossa alegria”.^{FGV_ILD_092} A relação lúdica, recorrentemente mencionada pelas pessoas atingidas, tem se tornado mais distante à medida que a contaminação causada pela lama de rejeito persiste no litoral do Espírito Santo. Essa situação é exemplificada pela narrativa a seguir:

N: O hábito de se banhar no mar não era apenas para o turista, era uma questão lúdica, a gente entrava no rio e mar de três a quatro vezes por semana. A gente fazia um churrasquinho na beira do rio e mar, nos bancos de areia, nas ilhas que se formam no rio. Os mergulhos em

uma tarde verão, todas essas lembranças fazem parte da vida da gente.^{FGV_ILD_064}

Tal perda se agrava se considerado que a degradação ambiental prejudicou inclusive, encontros com familiares que vivem em locais distantes, encontros esses fundamentais à manutenção de laços sociais que extrapolam o recorte territorial do litoral do Espírito Santo: “antes, no tempo passado, vinha muita gente de fora, meus parentes, minhas tias, meus primos. Vinham tudo de fora os parentes da gente. A gente fazia aquela caranguejada, ia na praia tomava banho, ia no rio”.^{FGV_ILD_078} Do ponto de vista da dimensão imaterial da vida comunitária, o enfraquecimento desses laços contribui com o sentimento de não pertencimento a círculos sociais e a espaços antes muito presentes no cotidiano das pessoas atingidas.

Além do encontro em rios, lagoas, manguezais e praias enquanto locais de encontro, foram perdidos também outros espaços imprescindíveis à reprodução da vida social nas comunidades atingidas, como feiras e festejos que, ainda que indiretamente, estavam associadas aos ambientes abundantes em água limpa e à alimentação, conforme visto na seção anterior 4.2.1.2. Como relatado pelas pessoas atingidas em oficina, podia-se aproveitar toda a riqueza desses ambientes antes da contaminação pela lama de rejeitos, o que possibilitava suas trocas nesses momentos. Conta uma pessoa atingida que:

N: As feiras eram momentos de confraternização e lazer. Era uma alegria, muito prazer de encontrar os amigos todas as quintas-feiras. O momento também era uma forma de mostrar o trabalho e as pessoas conhecerem a produção orgânica. A mercadoria que sobrava não voltava. O que não vendia, trocava entre os parceiros, fazíamos amizades.^{FGV_ILD_063}

No que diz respeito à perda dos festejos religiosos, foram mencionados prejuízos à reprodução dos modos de vida dessas comunidades, que, sem seus lugares de encontro, perdem a própria motivação de estarem juntos:

N: A questão religiosa e cultural estão interligas ao lazer e ao rio, assim como também se liga ao turismo e comércio. Se o rio e o mar não estão bons e as pessoas tem medo de tomar banho isso se reflete na cultura e religiosidade, pois as pessoas acabam não vindo ver e consequentemente as pessoas ficam mais desmotivadas para as festas. E a religiosidade é isso, é motivação.^{FGV_ILD_097}

Outra fala registrada ilustra o sofrimento implicado na perda de lugares de encontro e da riqueza que antes era aproveitada pelas comunidades: “Para nós era uma alegria. Hoje tá sendo uma tristeza. Era aquela riqueza que nós tínhamos. Que nós ainda temos, mas saber que a gente não pode tomar banho”.^{FGV_ILD_078} Nesse sentido, a perda dos

lugares de encontro deve considerar o alto valor imaterial que tais lugares tinham para as comunidades que o ocupavam e que ali circulavam. Os espaços físicos são circunscritos em uma dimensão simbólica. Conforme explanado por uma especialista entrevistada, a respeito do valor imaterial dos lugares: “[uma] casa não vale tudo isso para quem? Se você construiu sua família lá, se teve a sua infância lá, se viveu com as pessoas que amava lá, se tem laços e memórias lá”. FGV_ILE_024

Nessa perspectiva, os encontros hoje inviabilizados em função do desastre representavam uma riqueza que se construía nas experiências de troca dessas comunidades entre si, com seus vizinhos, familiares, turistas e comunidades dos arredores. A chegada da lama e consequente perda desses lugares representa o fim de uma experiência vivida coletivamente, o que gera enormes vulnerabilidades tanto do ponto de vista objetivo – dado que é no encontro que acontecem uma série de trocas materiais – como do subjetivo, manifesto nas perdas simbólicas e emocionais implicadas no fim desses encontros. FGV_ILE_016

O enfraquecimento desses laços gerou sentimento de tristeza nas comunidades. Sem locais de encontro, hábitos mais gregários foram perdendo importância no cotidiano das pessoas atingidas: “[...] agora a gente fica em casa mesmo, não dá mais para ir lá no rio tomar banho. O sentimento é difícil. Igual a gente que tinha esse costume, de todo o final de semana estar lá, as crianças que tinham esse costume”. FGV_ILD_058 Além de serem importantes para a saúde mental das pessoas atingidas, conforme detalhado nos itens 3.2.1.6, 3.2.3.6 e 3.2.4.7, tais encontros são fundamentais à manutenção de tradições e à produção de memórias nesses territórios. FGV_ILE_012

O enfraquecimento de laços familiares e sociais motivado pela perda de lugares de encontro é reconhecido na fala das pessoas atingidas. Conta uma pessoa atingida que em sua comunidade “[...] as atividades rotineiras sofreram muito, como o convívio familiar, o convívio social e o lazer, foram os principais danos e foi a percepção de risco que alterou as relações sociais”. FGV_ILD_064

A perda dos lugares é vista com grande receio pelas pessoas atingidas no que diz respeito ao futuro que está posto às crianças e adolescentes que vivem nessas comunidades, e que que não terão mais em seu cotidiano a possibilidade de viver essa relação com beiras de rios, ilhas, lagoas, mangues e praias enquanto locais de lazer e convivência sociocultural. De acordo com os relatos colhidos, isso pode dificultar momentos de transmissão de conhecimentos.

Narrativas enalteceram a perda cultural associada ao prejuízo causado pelo desastre sobre os modos de vida construídos na proximidade com as águas. Em uma delas,

menção-se que “[...] muitas crianças que nasceram depois do desastre não vão poder relatar que tomaram banho no rio”.^{FGV_ILD_105} Já outra reforça a dificuldade de reprodução de hábitos culturais agora que os mais jovens não poderão mais experienciar os lugares de encontro como faziam os mais velhos:

N: Estava pensando nos danos culturais que são muitos. A gente pensa em crianças que nasceram antes ou logo depois. Nós tínhamos contato com o rio, levava os filhos para pescar. Hoje não podemos mais. Foram tirados sonhos, talvez muitas crianças nunca possam entrar dentro do rio e brincar, tomar banho com segurança.^{FGV_ILD_105}

Segundo uma especialista entrevistada, no contexto de desastre e degradação ambiental os jovens são obrigados a reconstruir seus laços com o espaço físico, laços esses que agora não são com o mesmo espaço físico. Assim, a degradação ambiental altera significativamente a maneira como esses jovens constroem seus projetos de vida,^{FGV_ILE_024} como será aprofundado na seção 4.2.1.3.

4.2.1.3.1.1 A relação com a água e lugares de encontro na prática do surfe

Entre as práticas que eram desenvolvidas no convívio com a água, e que foram afetadas pelo desastre, merece destaque a atividade do surfe, que contava com praticantes em toda a extensão do litoral capixaba. Os efeitos do desastre sobre a prática do surfe foram descritos Capítulo 3 mais enfaticamente na seção 3.2.4.1.2. No presente tópico, estão descritas as perdas imateriais associadas ao declínio da prática do surfe no litoral do Espírito Santo, ocorrida em decorrência dos efeitos do desastre sobre a contaminação das águas e da dinâmica das praias da região.

Conforme descrito no Capítulo 3, antes do desastre o surfe era praticado em todo o litoral do Espírito Santo. Em alguns locais, surfistas se organizaram em associações locais que fomentam a prática do esporte e desenvolvem projetos educacionais, que serão abordados ainda neste tópico. Entre as organizações dedicadas ao esporte no contexto do estado, destaca-se a Associação de Surfistas de Regência, em Linhares, região cujos atletas da modalidade vinham despontando como promessas futuras no esporte. Ainda que a prática do surfe no litoral capixaba não seja recente, a popularidade do esporte vinha crescendo nos últimos anos. Esse fato pode estar associado ao fenômeno conhecido como “*brazilian storm*” (tempestade brasileira), ocorrida no início dos anos 2010, época em que esportistas brasileiros se destacaram em competições internacionais, elevando o interesse do público brasileiro (NEPOMUCENO et al., 2020). Em Regência, por exemplo, a prática do surfe vinha se consolidando como importante

atividade socioeconômica, capaz de mobilizar mercados locais e de gerar bons atletas, como ilustrado na narrativa abaixo:

N: Mas o que a gente estava alcançando ali já era suficiente porque a gente vinha de uma comunidade que respirava surfe e ainda por cima a gente conseguia dominar o cenário capixaba, considerando o geral de todos os atletas do passado e dos dias de hoje. E vira e mexe a gente está buscando essa condição de vencer, mesmo surfando pouco e mesmo na área contaminada que tem esse crime ambiental. FGV_ILD_093

Com a chegada da lama de rejeitos ao litoral do Espírito Santo, as perspectivas a respeito do surfe foram frustradas. Surfistas passaram a sentir os efeitos da contaminação da água em sua saúde (ver itens 3.2.1.6, 3.2.3.6 e 3.2.4.7), além de notarem mudanças na formação das ondas em alguns locais do litoral, devido ao impacto do grande volume de sedimentos advindos da Barragem de Fundão sobre a dinâmica sedimentar das praias capixabas (ver seção 3.2.4.1). Assim, o desastre vem gerando o declínio da prática do surfe no Espírito Santo.

No que diz respeito aos praticantes do esporte, a impossibilidade de surfar com segurança significa a perda de um importante elemento de bem-estar. A narrativa a seguir ilustra o valor do surfe para os praticantes:

N: Os surfistas locais estão sempre buscando bons resultados. Enquanto potência do surfe estamos ativos, não deixamos de conquistar os títulos. No futuro queremos manter o ritmo de competir. A galera não deixou de correr atrás de seus sonhos, cada um com sua cautela, sua luta. Não deixamos a luta diária de buscar nosso reconhecimento. Vamos lutar sempre, para deixar viva essa bandeira da comunidade. FGV_ILD_093

A prática do surfe tem efeitos terapêuticos relevantes para a saúde física e psicossocial dos esportistas. De acordo com Nepomuceno et al. (2020), praticantes regulares de surfe adotam rotinas de cuidado com o próprio corpo e com sua saúde, e veem o esporte como impulsionador de mudanças de hábitos benéficas à saúde mental, contribuindo com a redução de episódios de ansiedade e estresse. Segundo os autores, cuja pesquisa parte de um conjunto de entrevistas realizadas com surfistas, a relação de proximidade com a natureza é fator preponderante na geração de bem-estar associada à prática do surfe.

Ainda de acordo com Nepomuceno et al. (2020, p. 9), pode-se falar em uma cultura do surfe, que incorporaria “[...] um estilo de vida diferenciado pelos signos produzidos por esse esporte, como a liberdade, o contato com a natureza e um ideal de saúde ligado à superação de limites e ao prazer”. Tais signos podem ser identificados nas narrativas

coletadas durante as oficinas realizadas com as pessoas atingidas. Entre elas, destaca-se a reproduzida abaixo:

N: Só quem presenciou ali entende o que eu estou falando, porque o surfe na nossa comunidade é muito vivo. Se eu não fosse surfista eu não sei o que eu seria. Tudo o que eu tenho na vida hoje foi o surfe que me deu. Em conhecer pessoas, em ter aprendido o esporte, em ter viajado para alguns lugares, em ter participado de campeonatos e hoje estar trabalhando com o surfe. Então eu vejo que nós temos que ser olhados com carinho.^{FGV_ILD_093}

Pode-se entender, portanto, que a prática do surfe envolve uma forma particular de se relacionar não apenas com as ondas, mas com todo o ambiente costeiro. De acordo com Amaral e Dias (2008), o surfe aproxima seus praticantes da praia, de sua dinâmica, das marés e seus ciclos, fazendo com que desenvolvam um conhecimento tácito e um respeito com relação ao mar. É possível reconhecer essa relação de respeito para com o mar nos relatos colhidos junto a pessoas atingidas. Uma narrativa afirma que “[...] para nós do surfe, quando chegou a lama foi como se tivesse morrido um ente querido”.^{FGV_ILD_089} Em outra fala, as ondas são descritas como seres com os quais tem-se uma relação espiritual:

N: Esse crime tocou muito nas minhas práticas, a onda é um ser que está na minha vida, me inspira e me faz sentir bem, então foi um toque na minha devoção divina, na capacidade de transformação pura, foi um dano na proporção do divino, do espiritual. Todo surfista tem conexão espiritual, acima da matéria.^{FGV_ILD_093}

Esses registros corroboram as contribuições de Nepomuceno (2021, p. 144), para quem surfar constitui-se como um “diálogo com as ondas”, que, motivado por uma busca de bem-estar pessoal e do aprimoramento nessa modalidade esportiva, desenvolve-se no encontro com a natureza, manifesta no domínio do corpo e da mente do surfista sobre a força e a dinâmica das ondas. Nesse sentido, surfar implica uma experiência corporal e mental resultante da relação com o mar, experiência essa que está associada à construção de um conhecimento e de uma sensibilidade derivados desse contato específico com o ambiente praiano. Kampion e Brown (1998) afirmam a existência de uma “essência” no surfe, que decorre da relação fundamental entre homem e natureza, entre o homem e as ondas.

As narrativas registradas em oficinas evidenciam que os surfistas sentiram o dano sobre sua prática logo que souberam que a lama atingiria o litoral do Espírito Santo. Conforme narrado por uma pessoa atingida,

N: Porque uma semana antes da chegada da lama foi uma semana especial de onda. Achávamos que a lama não chegaria na foz. A foz

do rio [Doce] estava fechada e houve um grande embate. A boca do rio está sofrendo muito assoreamento. E havia repórteres de muitas partes do mundo. As boias acabaram não resolvendo nada porque era muita coisa. Então, nós da comunidade, a gente já tomou a primeira pancada e aquilo foi trazendo tristeza. FGV_ILD_089

De acordo como relato das pessoas atingidas, há pessoas que continuam surfando nas praias que ainda geram ondas,¹⁶⁵ mesmo sabendo da contaminação. Conforme narrado por um surfista atingido em oficina, “[...] desde que aconteceu o fato eu sou uma das pessoas que não deixei de cair na água, quando raramente voltou a dar umas ondinhas, mas estamos surfando com a pergunta na cabeça ‘será que posso chamar alguém para vir?’”. FGV_ILD_093 A persistência em manter esse hábito é uma forma de essas pessoas manterem sua relação cotidiana com o ambiente praiano, ainda que o desastre tenha degradado esse ambiente e transformado completamente o lugar em que o surfe se dava.

Nesse sentido, o desastre implica a perda de um lugar no qual acontecia a experiência dos surfistas, lugar com o qual, como já ressaltado, as pessoas atingidas mantinham uma conexão para além do material. Conforme pontuado por uma estudiosa entrevistada pela FGV, práticas socioeconômicas atribuem sentido aos lugares em que são desenvolvidas ao mesmo tempo em que os lugares em que se dão as práticas atribuem sentido a elas^{FGV_ILE_016}. Assim, pode-se entender que o surfe atribui um sentido ao ambiente praiano, ao mar e às ondas, que por sua vez atribui um sentido ao surfe.

A experiência do surfista ocorre nessa relação dialética com o lugar. Ainda de acordo com a especialista logo acima citada,^{FGV_ILE_016} esses lugares “[...] são representados e, portanto, fazem parte de um sistema que atribui significados ao mundo dessas pessoas”. Essas representações aparecem nas próprias manifestações culturais desses lugares, tais como suas músicas, artesanatos, comidas típicas, literatura, contos, artes plásticas, produzindo “[...] formas de representar uma determinada experiência vivida”. FGV_ILE_016 Dessa forma, o surfe, enquanto expressão dessas comunidades, constitui-se uma forma de se apropriar e criar experiências na relação com o ambiente praiano.

Nessa relação há uma construção constante de transmissão de sentidos e percepções que ocorre cotidianamente^{FGV_ILE_016} no desenvolvimento da prática do surfe. Dado que tanto a prática atribui sentido ao lugar como o lugar atribui sentido à prática, torna-se impossível separar os saberes de práticas produzidos em um lugar para outro lugar.

¹⁶⁵ Conforme relatado pelas pessoas atingidas, o acúmulo de lama de rejeitos nas praias do litoral do Espírito Santo vem diminuindo a energia das ondas. Esse fenômeno está melhor documentado para a região de Regência, conforme descrito na seção 3.2.4.1.2.

Contudo, esse tipo de quebra de relação com o lugar sempre implica perdas. ^{FGV_ILE_016}
A relação das pessoas com as praias e o mar foi, em si, transformada pelo desastre. Isto posto, deve-se ter em conta que as práticas e saberes atrelados a essa atividade passarão também por adaptações no sentido de serem ressignificadas ao novo contexto, hoje dado pela presença da lama de rejeitos.

Telles e Wendich (2021) apontam a importância da dimensão corporal na experiência dos surfistas em sua relação com o mar. Para os autores, que partem da perspectiva de que o corpo é como uma síntese de mente, corpo e mundo, o corpo que surfa aprende a se habituar à deriva tanto em seu sentido literal, representada pelo movimento das marés, como em suas representações simbólicas, ligadas à ideia de aventurar-se e buscar equilíbrio em um ambiente marcado pelo baixo nível de controle. Importante reiterar que tal experiência se concretiza apenas na relação desses corpos com o mar. A respeito da relação entre lugares, corpos, experiências e memórias, uma especialista entrevistada pontua:

Esse corpo no lugar que constrói memórias que por sua vez amparam essas vidas, suportam essas vidas a partir dessas memórias coletivas, que por sua vez constroem representações desse lugar, representações retroalimentam esses modos de vida. [...] A ruptura disso é uma ruptura de todo esse sistema. ^{FGV_ILE_016}

Ainda que a competição no surfe seja essencialmente individual, as vivências que ele proporciona têm caráter eminentemente coletivo. A presença de uma coletividade em torno da qual o esporte se organiza, gerando sociabilidade, se mostra importante como fator de adesão desse esporte (AMARAL; DIAS, 2018).

Para Amaral e Dias (2008), a prática do surfe está associada a uma cultura específica que começa a se formar em meados dos anos 1960, quando um número crescente de jovens – particularmente aqueles que habitavam o litoral brasileiro – passou a se interessar pelo esporte como opção de lazer em ambientes praianos, e também como um meio de formação identitária e de edificar identidades a partir da relação com o mar. Nesse sentido, as experiências vividas na relação com o mar são construídas em um contexto de formação de uma comunidade organizada em torno do surfe.

Assim, a prática do surfe constitui – e é constituinte de – uma identidade. De acordo com Amato, Oliveira e Panfili (2021), o surfe é um “esporte de ação”, ou *lyfestyle sport*,¹⁶⁶ isto é (p. 120) “[...] uma gama de atividades realizadas individualmente e que estão intimamente relacionadas com o desafio de superar limites e de vencer etapas ricas na imprevisibilidade oferecida pelo meio”. Conforme as autoras, baseando-se nas

¹⁶⁶ “Esporte de estilo de vida”, em tradução livre e literal.

contribuições de Wheaton (2013), nesse tipo de esporte “[...] os praticantes se identificam por meio de estilos, disposições corporais, expressões e atitudes reconhecíveis, relacionados a um estilo de vida distinto e uma identidade social específica”.

Ao interromper a possibilidade de usar as praias para o surfe de forma segura, o desastre acaba por inviabilizar a manutenção da relação de proximidade dos surfistas com o ambiente praiano e, conseqüentemente, a formação dessas identidades. Como reflexo, coletivos organizados em torno da prática do surfe vêm enfrentando dificuldades para se manterem atuantes.

As comunidades de surfistas encontradas em todo litoral capixaba se organizam em associações cujo objetivo principal é o desenvolvimento do esporte em seus locais de atuação, mas que, conforme reiterado pelas pessoas atingidas, atuam na promoção de projetos culturais e educacionais que oferecem perspectivas a crianças e jovens. Relata um atingido que “[...] o surfe é uma ferramenta muito importante pra desenvolver as comunidades. Ele é resiliente, ele insiste a fazer as coisas acontecerem novamente”.

FGV_ILD_089 As associações atuam na organização de eventos geralmente – mas não só – ligados a essa modalidade esportiva, como campeonatos locais, e desenvolvem projetos de educação com crianças, adolescentes e jovens.

Conforme narrado pelas pessoas atingidas, a atuação dessas associações oferece oportunidades econômicas e culturais relevantes não apenas aos grupos ligados mais diretamente ao surfe, mas a toda comunidade na qual os praticantes do esporte se organizam. Conforme atestado por uma pessoa atingida, “[...] a nossa associação de surfe local aqui é um grupo bastante resistente. A gente planeja fazer em um ano, dois ou três eventos de surfe, para não deixar o surfe se apagar”. FGV_ILD_093 Atuando em conjunto com outros membros da comunidade, as associações de surfe procuravam incentivar a prática do esporte como alternativa de lazer, cultura e renda, além de gerador de perspectivas de realização pessoal e profissional a crianças e jovens da região, conforme ilustrado na narrativa reproduzida abaixo:

N: Dentro da comunidade a gente se organiza, monta parcerias, vai ligando para pessoas e vamos falando do projeto, daí a gente acaba conquistando brindes para fazer o trabalho interno para a comunidade. É um campeonato fechado para associados e moradores, com várias categorias, de cinco anos até a categoria máster. A ideia é não deixar a galera perder o pique de vários anos. A gente luta muito para se organizar com a associação de surfe de Linhares e envolver a comunidade e os arredores. Nós continuamos ativos até hoje, sempre que há um campeonato na região e a gente está indo da forma que dá, um ou dois e estamos tendo bons resultados. FGV_ILD_093

Importante ressaltar, também, o papel das escolas de surfe na construção dessas perspectivas de futuro, oferecendo cursos e organizando eventos junto das associações de surfistas. Nas palavras de um surfista atingido escutado, o surfe é uma “[...] ferramenta de transformação da realidade dos jovens”. FGV_ILD_093 Nesse sentido, o prejuízo causado ao surfe acarreta a perda dessas possibilidades para crianças e jovens das comunidades atingidas.

Importante ter em conta que o rompimento da barragem de Fundão aconteceu em 2015, época concomitante ao crescimento da popularidade do surfe no Brasil (AMARAL; DIAS, 2008), e que havia uma grande expectativa em diversas comunidades do litoral capixaba, destacadamente a de Regência, de que o surfe pudesse despontar como uma carreira de oportunidades e projetos para toda comunidade, particularmente os mais jovens.

Com o declínio da prática em função da contaminação, a sensação para as comunidades atingidas é de perda da possibilidade de oferecer ao Brasil uma nova geração de surfistas, isto é, de revelar talentos que poderiam mudar tanto a prática do esporte no Brasil como oportunizar a prosperidade da comunidade em seus próprios termos. Esse sentimento é descrito em falas registradas em oficinas, tais como: “[...] eu acredito que [na] escola de surfe podia aparecer um outro prodígio, mas quando você interrompe você perde o fio da meada, as pessoas não vão se interessar mais”. FGV_ILD_072 Outra narrativa ressalta a importância cultural do surfe:

N: A gente insiste e ainda sonha que no futuro Regência possa ter um campeão. Esse é o nosso sonho de deixar a cultura para os próximos. Porque a gente não influencia mais o surfe na comunidade [...] Hoje sem o surfe na comunidade a galera fica sem uma saída, pois o surfe é o que salva aqui. As crianças estão na água aí se matando e se a gente não chegar com uma solução para esses resultados da água que está contaminada, talvez no futuro sofrerão. FGV_ILD_093.

Nesse sentido, a interrupção do surfe inviabiliza projetos de futuro, gera angústias (conforme aprofundado na seção 4.2.1.3) e dificulta a expressão de aspectos culturais das comunidades presentes no litoral do Espírito Santo. Do ponto de vista imaterial, essa interrupção significa uma ruptura na reprodução de modos de vida constituídos na relação com os territórios atingidos. Frustram-se as expectativas tanto dos mais velhos, que vislumbravam a chance de ensinar aos jovens suas técnicas na modalidade, quanto dos mais novos, que poderiam ver nessa atividade uma perspectiva de futuro. Assim, os efeitos do desastre sobre a prática de surfe no litoral capixaba acabaram adicionando perdas imateriais que, juntamente com as demais consequências da presença da lama de rejeitos nesses territórios, vulnerabilizam sobremaneira as comunidades atingidas.

4.2.1.3.2 Sofrimento social

O rompimento da Barragem de Fundão implicou a privação dos meios de vida, em mudanças abruptas na rotina familiar e de vizinhança, bem como no comprometimento das atividades de trabalho e das práticas culturais e de lazer. Se os danos socioeconômicos provocados por esse processo estão detalhados ao longo do Capítulo 3, nesta seção o conceito de sofrimento social será utilizado para auxiliar no reconhecimento – com fins reparatórios – de seus conteúdos imateriais. Assim, objetiva-se caracterizar parte do significado e importância das transformações sofridas na perspectiva daquelas pessoas que o vivenciam.

Para diferentes autores (KLEINMAN; DAS; LOCK, 1997; SANTOS, 2007; OLIVEIRA, 2014; ZHOURI et al., 2016; SILVA, 2017), o sofrimento social é entendido como fenômeno ou fato socialmente construído e compartilhado, que resulta de experiências de trauma e/ou distúrbio relacionadas a um poderio político, econômico e/ou institucional. De modo geral, sua origem está relacionada a acontecimentos externos a uma determinada comunidade ou agrupamento social, o que exige elaboração coletiva de sentido e significado. Por isso, embora possua diferentes formas de manifestação subjetiva individual – a exemplo de desgaste emocional, cansaço, tristeza, lamento e dor –, trata-se de uma experiência fundamentalmente interpessoal.

Ao aprofundar a questão, Santos (2007) identifica que apesar de o tema ser de recorrente menção na literatura, geralmente o conceito não é submetido à análise. Desse modo, apesar de ser parte constitutiva de processos disruptivos, muitas vezes o sofrimento social não figura com a devida importância nas reflexões e análise produzidas, sobretudo pela sobreposição das interferências negativas de ordem econômica e social. Como decorrência, há uma espécie de silenciamento acerca desse aspecto do real.

Atenta à temática, a autora aponta para uma perspectiva metodológica de apreensão do fenômeno, que possibilita reconhecer manifestações de sofrimento social a partir de narrativas individuais. Com base nos depoimentos de pessoas que vivenciaram deslocamentos compulsórios, relatados principalmente em fóruns de caráter público, Santos (2007, p. 222-223) chama atenção para o processo social de ritualização da dor, que se manifesta por intermédio da repetição, por diferentes atores, de um mesmo sentido e/ou sentimento para se referir a uma mesma situação disruptiva vivida.

À luz dessa consideração, fica evidente que o desastre que se instaura nos diferentes recortes territoriais da região estuarina, costeira e marítima a partir do rompimento da Barragem de Fundão produziu e ainda produz experiências concretas de sofrimento

social, demonstradas nas manifestações de dor e aflição, bem como de outros sentimentos e expressões associados pela literatura ao conceito, que estão presentes na fala das pessoas atingidas reiteradamente. Não se trata de uma condição circunscrita a uma determinada dimensão temática e, pelo contrário, pode ser reconhecida em todo o processo, desde os relatos sobre os momentos iniciais do desastre até o detalhamento dos danos socioeconômicos sofridos no pós-rompimento, perpassando diferentes experiências que se processaram desde então. Em respeito à diversidade de situações relatadas e com atenção para a unidade territorial de análise abarcada por este relatório, a presente seção tem como objetivo abordar o sofrimento social como um fenômeno produzido e reiterado pelo desastre de Fundão, de modo a torná-lo visível, ainda que seu tratamento não seja exaustivo.

4.2.1.3.2.1 Desestruturação dos modos de vida

Cabe recapitular que o mar, os estuários, as lagoas, os mangues, os rios e as áreas de várzea são centrais para as estratégias de produção e reprodução da vida cotidiana das comunidades da RECM, constituídas por pescadores artesanais, caiçaras, ribeirinhos, catadores de caranguejo, marisqueiras, entre outros (RAMBOLL, 2019). Imbricada com a produção dessas comunidades constitui-se a teia de relações onde se estruturam o turismo, comércio, serviços e a própria identidade cultural do lugar cujas atividades econômicas e sociais desenvolvidas geram fluxos de pessoas, mercadorias e capitais que se estendem pelo território. Conforme pontua um dos pesquisadores entrevistados pela FGV, “[...] falar de um território implica olhar para um conjunto de interdependências que envolve a relação entre os sistemas sociais e os sistemas naturais dos quais esses sistemas sociais dependem para sua reprodução”. FGV_ILE_009 Esses lugares proporcionavam a fruição da vida do modo como entendiam ser o adequado e saudável para se viver nessas localidades. O complexo de lugares vinculados à região costeira, estuarina e marítima proporcionava lazer, trabalho, alimento, encontros. Desenvolvendo seu cotidiano nesses lugares e os imprimindo de sentido, os atingidos davam significado para suas próprias vidas. A população retrata com grande nostalgia e saudade um ambiente de fartura e prazer antes do rompimento da barragem, demonstrando sua afinidade e carinho pelo lugar, conforme pode ser representado pelas narrativas a seguir:

N: O mangue, os mares, os rios, é um todo. É completo, representam um todo. Onde as famílias se reuniam, onde tinha fartura, onde tinha lazer, onde tinha produtividade. Turismo, lazer. FGV_ILD_078

N: A gente tinha os peixes que queria. Eu lembro minha vizinha, quantas vezes a gente ficava na beira do rio dessalgando. A gente tinha peixe de qualquer qualidade, hoje nem para comprar a gente tem [...]. FGV_ILD_064

N: Antes do desastre a gente já levantava quatro horas da manhã, cinco horas, para fazer café, uma farofa para os filhos que ia com a gente. Para a gente também que ia pro manguezais. Pesca, né? Era maravilhoso, uma alegria imensa. Porque pegava bastante caranguejo, rapidinho a gente pegava bastante caranguejo. Ia chegando e vendendo. Era a maior alegria. Porque, antes era aquela fartura. A gente não ficava devendo ninguém. Eu mesma criei dez filhos e três netos. Tudo eu sozinha e Deus, que eu sou separada. Sustentava meus netos e meus filhos. Era muito bom. Era muita fartura. E falo por todos que moravam aqui, era muita união. FGV_ILD_078

A desestruturação desses modos de vida trouxe prejuízos para as localidades litorâneas e municípios como um todo (FGV, 2021d), além de acarretar danos imateriais aos atingidos e às atingidas pela ruptura de sua rotina e cotidiano, que eram pautados nas atividades que antes exerciam e nos espaços que conformavam sua ação e reprodução. Conforme pontua uma pesquisadora entrevistada,

[...] não é qualquer espaço, não é qualquer lugar. A oficina aonde o artesão se reconhece, o ponto, aquele lugar, isso é importantíssimo porque senão você acha que é só migrar, mas tem que entender quais as relações que o sujeito estabelecia com aquele lugar, para ver se você pode migrar para outros cantos e às vezes não dá. Às vezes a perda daquele lugar é vital. Então isso também tem que ser valorado, dimensionado, o lugar como parte nas relações. FGV_ILE_012

A chegada da lama de rejeitos no território trouxe consequências em diversos aspectos da vida dos moradores dos municípios atingidos. Diante da contaminação do Rio Doce e da sua foz e adjacências, atingidas e atingidos tiveram que conviver com as alterações e impactos que começaram abruptamente e desencadearam processos deletérios que ocorrem até os dias atuais. Os primeiros momentos de chegada da lama e destruição da vida aquática, fauna e flora das localidades atingidas são relatados em abundância como uma imagem traumática que ainda persiste na memória dos atingidos.

N: Quando a lama chegou aqui, que as pessoas começaram a parar de pescar, começaram a parar de ir à praia e a evitar de ir ao rio, caiu a ficha de que a nossa vida iria mudar e mudar para pior. FGV_ILD_089

N: Nós passamos a ser dependentes e tivemos que fazer outro aprendizado, outras coisas. Quando a lama chegou aqui no nosso território mexeu com toda a nossa rotina, mudou todo o nosso modo de ser e de viver. A gente passou a ter momentos de fragilidade na comunidade. Você sai de uma rotina certa, de trabalho, de turismo, lazer e entra nessa onda que foi essa lama, esse desastre impactou muito a nossa vida. FGV_ILD_089

N: Depois do desastre acabou com a nossa rotina. Sabíamos que tinha que pescar, que tinha que ir para a agricultura, que tínhamos que abrir o comércio. Hoje mudou tudo. Se não tem o que pescar, não tem a renda, não tem porque abrir o comércio. Nossa rotina mudou por completo. FGV_ILD_058

Merece destaque aqui processo bastante doloroso de sofrimento social vivido pelos moradores e moradoras da avenida Beira Rio, no município de Linhares. Conforme foi extensamente relatado no capítulo de identificação de danos socioeconômicos (seção 3.2.4), essa comunidade sofreu processos de remoção compulsória, acarretando separação de parentes e vizinhos, desestruturação de pontos comerciais e locais de trabalho e de pontos de encontro. Os depoimentos demonstram em suas histórias a importância cultural e afetiva daquele lugar, tanto para as pessoas atingidas quanto para o patrimônio histórico-cultural do próprio município de Linhares e cuja coesão comunitária foi abalada, desestruturando modos de vida e manifestações culturais existentes:

N: Um dos pontos que queria colocar, já falei várias vezes, é a questão histórica da nossa comunidade com Linhares. Temos registro da vila de 1919, era o caminho para o Distrito do Bananal, as pessoas desciam por essa vila para pegar a balsa e iam para Bananal. Aqui também tinha os armazéns de cacau e nós tínhamos comércio na rua. Essa rua surgiu junto com Linhares, nossa rua foi criada para ter acesso à água, era ponto de encontro com a água, tinha dois, um aqui e outro era do lado de lá. A gente tinha o porto, que chamava Porto das Pedrinhas, era um porto super conhecido e muito utilizado, o vapor Juparanã estacionava nele, o PDM [Plano de Desenvolvimento Municipal] de 2005 reconheceu essa rua como área histórica. FGV_ILD_092

N: Podia citar a banda, era uma banda que deixou saudade. É muito raro uma comunidade ter uma banda. Já não tem mais, porque todo mundo foi embora, separou e já não tem mais. E era muito legal, tocava nas festas. Era um marco da cultura local e hoje não toca mais. Na nossa banda os integrantes eram moradores da rua tocava, cantava e a gente era muito feliz. FGV_ILD_092

N: As rotinas foram bruscamente modificadas, saímos do nosso local de fácil acesso de escolas, mercados e comércio para ir para locais distantes que cabiam dentro do orçamento liberado pela Renova. As rotinas foram bruscamente modificadas como exemplo o simples ato de levar um filho na escola foi dificultada. FGV_ILD_092

Essa desestruturação dos modos de vida e consequente mudança na rotina da população atingida desencadeia sofrimento profundo, uma vez que aquele cotidiano é essencial para a reprodução social e cultural, cujos fundamentos e aprendizados são

passados de geração para geração.¹⁶⁷ Nesse sentido, relacionando a importância do espaço e do lugar onde os modos de vida são construídos e ressignificados com a memória, uma das pesquisadoras entrevistadas pela FGV afirma que:

A memória vivida no grupo social é transmitida como parte da existência. Não tem um momento especial, o meu momento de transmitir memória, é no cotidiano que ela está sendo transmitida. Então é a avó que passa a receita do bolo para filha, pra neta. Ou pensando nos ofícios dos avós que passam para os filhos, ali na aprendizagem do olhar, no cotidiano. Então é disso que estamos falando, desse risco de perder o que está no cotidiano, no DNA da gente, do vivido, que é uma transmissão geracional, do pai pro filho.

FGV_ILE_012

Como visto na primeira seção deste capítulo, há danos imateriais não contabilizadas em função das perdas relacionadas à impossibilidade de se sustentar a partir de saberes e fazeres realizados há gerações. Tal situação gera sofrimento, que se percebe pela melancolia e tristeza. É patente e recorrente o desejo de voltar ao cotidiano anterior ao desastre, com o exercício das atividades antes desenvolvidas e independência na geração de renda.

N: Dentro da comunidade a saúde emocional de ninguém está boa.[...] A pessoa tem sua rotina e do nada as pessoas tiveram que parar e não sabem quando vai poder voltar. Isso afeta muito o psicológico, desenvolve depressão, muita ansiedade. Pois olha para um canto, olha para o outro e não tem o que fazer, não vê saída. Infelizmente, acho que está atingindo o intelecto de muitas pessoas na comunidade.

FGV_ILD_097

N: Dizem que é só dar dinheiro que resolve, mas não é só isso, a questão é nossa vida, nossa cultura, nossa tradição, era uma importância muito grande aquele pouquinho que a gente tinha, era o que dava prazer e alegria pra gente. Falamos para [a Fundação] Renova, a gente não quer viver de auxílio, só quero ter minha dignidade de ir e voltar pescar, ter meu sustento de novo, não quero ser pensionista. Muito difícil trazer nosso modo de vida, lares foram destruídos, famílias desestruturadas, a gente não tem mais paciência com os filhos da gente, como vou lidar “mãe, você vai resolver de fora e não resolve aqui”, e a gente tem que baixar a cabeça e concordar.

FGV_ILD_104

As mudanças no meio ambiente e nos modos de vida das populações atingidas a partir do desastre são narradas como experiências características de sofrimento social,

¹⁶⁷ A Unesco compreende a cultura tradicional e popular como um conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural fundada na tradição, expressas por um grupo ou por indivíduos e que reconhecidamente respondem às expectativas da comunidade enquanto expressão de sua identidade cultural e social. Nesse contexto as normas e os valores são transmitidos oralmente, por imitação ou de outras maneiras. Suas formas compreendem, entre outras, as línguas, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, o artesanato, a arquitetura e outras artes (UNESCO, 1989 apud ALVES, 2010, p. 550).

materializadas na frustração de expectativas de retomada do cotidiano anterior ao desastre e no sentimento, cada vez maior, de irreversibilidade do dano causado. De forma emblemática, o medo de consumir a água ou mesmo utilizá-la de diversas formas é generalizado no território em análise, como podem representar as narrativas a seguir.

N: A gente fica triste, porque a gente vivia sem medo de tomar banho e hoje não podemos mais tomar banho, comer um peixe. Hoje a gente não pode plantar, só temos momentos tristes, porque não é mais a mesma coisa. Por anos e anos a Fundação Renova pode fazer o que ela quiser, mas voltar ao que era não volta não. FGV_ILD_098

N: O rio acabou e não tem retorno. A nossa vida, nosso lazer, a pesca acabou. Tudo acabou. FGV_ILD_097

N: Não temos noção de quando e como vai ser limpa a nossa área, porque rejeito ainda tem e apesar de não termos laudo na nossa mão o rejeito existe. O pescador tem passado por momento muito difícil, graças a Deus tem melhorado, mas ainda permanece na dificuldade. FGV_ILD_088

Conforme também identificaram Zhouri et. al. (2016), mais do que retirar a possibilidade de acesso a um ambiente saudável, o rompimento da Barragem de Fundão se desdobrou em processos de crise social que se prolongam e são intensificados por ações ligadas à reparação, perpetuando o sofrimento social nas localidades atingidas, conforme será abordado na próxima seção 4.2.1.3.2.2.

É sabido que as populações presentes na região costeira, estuarina e marítima do Espírito Santo convivem com processos de degradação ambiental ou usurpação de seu território há muito tempo. Por exemplo, no litoral norte, a implantação de extensas áreas de eucalipto para produção de celulose desde a década de 1960 e posteriormente o monocultivo de cana-de-açúcar são situações que imprimiram disputas pelos usos dos espaços. Ou ainda, as disputas pelos territórios tradicionais da pesca na região, que coexistem e entram em conflito com outros usos dos territórios que levaram a processos históricos de vulnerabilização social anteriores ao rompimento da Barragem de Fundão. Neste sentido, as vulnerabilidades preexistentes podem agravar as condições de risco e condicionar as respostas em relação aos danos causados pelo rompimento da Barragem de Fundão (FGV, 2021d), de modo que o caráter processual do desastre causa sofrimento social evidenciado por narrativas como esta:

N: Uma vez o pessoal da Vale me fez uma pergunta: vocês pedem seu rio como era antes, mas o seu rio era assoreado, poluído e cheio de esgoto. E eu respondi: sim, mas ninguém nunca duvidava da qualidade do pescado, podíamos acessar o rio e o mar, tínhamos o direito de ir e vir. A gente nunca precisou mostrar quem éramos para termos reconhecidos fora e dentro da nossa comunidade. E vocês nos tiraram

tudo isso e o mínimo que vocês podem fazer é devolver nossa vida de volta. FGV_ILD_091

Esta sensação de irreversibilidade do dano, de perda imaterial relacionada com a ideia de pertencimento a um lugar, que é constituído de recursos naturais e também de pessoas, suas relações e memórias, mas que ao mesmo tempo, já não é o mesmo lugar devido às perdas ocorridas, também é apontada por uma pesquisadora entrevistada pela FGV:

Então o fato de se compartilhar uma mesma trajetória, uma mesma história, um pertencimento, uma identidade, relações que são reproduzidas na relação com o território, mas sobretudo entre as famílias, entre as pessoas. Então esse domínio, de fato, já está completamente, eu considero vendo hoje as relações, bastante comprometido, inclusive, não só pelo, digamos, evento físico do rompimento da Barragem de Fundão e da liberação de rejeitos, isso está comprometido também pelo próprio processo de reparação que foi implementado, com as suas categorias, com a forma como é lido, decifrado, organizado o desastre para se proceder à reparação e isso gera danos importantes nesse tecido de relações, internamente às famílias e entre elas. FGV_IJE_020

Assim, na próxima seção serão aprofundados alguns conteúdos imateriais de danos relacionados ao próprio processo de reparação e remediação.

4.2.1.3.2.2 Reconhecimento da pessoa atingida: desigualdades e conflitos

Em conjunto com a destruição causada pela passagem e depósito da lama de rejeitos na região estuarina, costeira e marítima atrelada à bacia hidrográfica do Rio Doce, as narrativas registradas nos recortes territoriais aqui analisados evidenciam que as ações e omissões de cunho reparatório contribuem sobremaneira para a produção e reprodução do sofrimento social na vida das pessoas atingidas.

Um primeiro aspecto a ser pontuado diz respeito às dificuldades de acesso à reparação em razão do não reconhecimento da condição de atingido. Como desenvolvido em Nota Técnica sobre a RECM (2021d, p. 100), a processualidade – ou ainda o caráter processual – é um atributo de desastres socioambientais, por isso, é preciso “[...] considerar processos históricos e estruturais, assim como desdobramentos posteriores”. Uma vez que parte das mudanças provocadas a partir do rompimento da Barragem de Fundão transcorre de forma abrupta, geralmente carregadas de imediato pela passagem e depósito de rejeitos, mas coexistem situações nas quais os danos socioeconômicos se manifestam somente com o passar do tempo.

Como reforça uma das pessoas de referência entrevistada para fins de valoração não monetária dos danos socioeconômicos identificados, “[...] a pessoa se reconhecer enquanto atingido também leva tempo, é um processo ela entender que aquilo produz repercussões sobre o seu cotidiano, sobre o seu modo de vida, sobre as suas perspectivas de futuro”.^{FGV_ILE_020} Nesse contexto, a identificação de danos e de áreas atingidas, bem como a tomada de consciência sobre a condição de atingido por parte da população, precisa dialogar com as diferentes realidades territoriais e configurar processos abertos de reparação. Nos recortes territoriais da região estuarina, costeira e marítima, essa situação se torna ainda mais latente, como desenvolvido ao longo deste relatório.

Entretanto, as reais dificuldades enfrentadas em função dessa característica processual não podem ser confundidas com a produção ativa e institucional de novas barreiras para esse reconhecimento, fato que interfere sobremaneira na incorporação de pessoas atingidas no processo reparatório. De acordo com Zhou et al. (2016, p. 38), “[...] o tratamento institucional dispensado aos atingidos constitui o principal fator capaz de engendrar o sofrimento social dos afetados”. Para os autores, que investigam o desastre a partir de outros territórios atingidos, o fenômeno social de sofrimento não é produzido somente pelo rompimento da barragem e por toda a ordem de destruição e prejuízo que ele acarreta, ele segue arraigado na vida das pessoas por meio de ações e omissões das empresas responsáveis pelo desastre, empreendidas ao longo do pós-rompimento.

Corroborando com este quadro, nos recortes territoriais em análise os relatos sobre o não reconhecimento de pessoas atingidas são extremamente comuns e aparecem muitas vezes associados à sensação de mal-estar e sofrimento. Por isso, é preciso considerar que o não reconhecimento da condição de atingido, a interdição de acesso a programas e ações de caráter reparatório, o tempo de espera somado às burocracias e à própria linguagem utilizada operam diariamente sobre a vida das pessoas, gerando cansaço, esgotamento, tristeza, entre outras formas de manifestação do fenômeno aqui considerado.

N: Na questão da saúde, do psicológico. Um dos grandes males, foi a questão do reconhecimento de quem não é e do reconhecimento de quem é. O sistema foi feito para ajudar, mas o reconhecimento desigual causa mal. Eu fiz o meu cadastro em 2015 ainda com a equipe da Sinergia e não fui reconhecido. Mas o sistema reconheceu pessoas que nem é da comunidade, mas deu sorte de estar na comunidade naquela temporada, fez o seu cadastro, pegou a indenização e sumiu. Deu sorte. Se chama loteria da Samarco, loteria da Renova.^{FGV_ILD_089}

N: Então essa é a nossa vida, nosso sofrimento. Nós somos cidadãos comuns, lá no mar nós somos pescadores, mas aqui em Serra nós pagamos nossos impostos, nós gostaríamos de ter o mesmo lazer até

porque pagamos um imposto muito alto. Veja o preço do litro de óleo quanto está hoje. Quando a gente sai pra fazer o rancho, quanto que a gente paga? Tudo aquilo ali a gente está pagando imposto. E aí a gente só quer a dignidade e o reconhecimento que merecidamente a gente gostaria de ter.^{FGV_ILD_083}

Um conjunto de narrativas evidencia que, ao contrário do que seria desejado, a condução de medidas reparatórias nesse território agudiza dificuldades de reconhecimento preexistentes. Para as pessoas atingidas, além das interdições e negações de direito, o processo carrega manifestações de indignação e sofrimento desde o momento de cadastro das famílias pela Fundação Renova ou do não reconhecimento de novos territórios atingidos, a exemplo de:

N: No início a empresa [Samarco] saiu cadastrando todo mundo para receber e não sei se houve desvio de informação, pois coloquei duas informações no cadastro que trabalhava como pedreiro e era pescador de subsistência. E eles informam que por eu ser pedreiro não tenho direito, mas eu sou morador e fui afetado, pois desde que desceu a lama tudo parou e a vida dificultou. E até hoje eu não sou reconhecido. A justificativa sempre foi que o cadastro era para pescador e dono de pousada e só uma pessoa da família poderia se cadastrar.^{FGV_ILD_097}

N: A gente tem alguma informação porque cobramos de algumas pessoas, mas muitas vezes temos que ligar para o jurídico para saber das coisas. Mas que o pescador quer saber mesmo é que esse canal da Renova tenha mais informações específicas para nos dar. Porque muitas das vezes a resposta é “está em análise” ou “o seu cadastro está aqui”. Mas eu quero tirar uma dúvida, ou não quero, não concordo com isso. Esse canal está sendo longe. Você não tem voz ativa. A Renova com a ouvidoria, tem até um aplicativo. A gente vê que a sua fala está lá, mas não funciona. A gente quer diálogo.^{FGV_ILD_088}

Até as novas barreiras e dificuldades enfrentadas pelas pessoas nas mais recentes conquistas indenizatórias obtidas em juízo, como:

N: Na totalidade, daqueles que foram incluídos, do capricho da decisão de um juiz da décima segunda vara de Minas Gerais, dizer quais são que estão contemplados e colocado valores e nomenclaturas, ao ponto de chegar, a décima segunda vara, dizer que a partir de 20 de abril de 2020, esse que está na cadeira de juiz da décima segunda vara, seria oportunista quem se manifestasse como atingido [de indenização]. Diferente do Ministério Público e Defensoria Pública, que sempre entenderam que não se deve fechar o cadastro, porque muitos estão ainda excluídos, os que não têm a sensibilidade e não perceberam que estão sendo vítimas desse crime. É uma dona Maria que costurava e nem percebeu que não costura mais porque os pescadores pararam de fazer roupa. Então vocês como uma comissão técnica que possa apurar isso, porque a gente é leiga, mas a gente tem a sensibilidade humanista de perceber que tem muita gente ainda excluído.^{FGV_ILD_089}

N: Não tenho dúvida de que se a decisão do juiz não for reformulada ou o próprio juiz rever alguns pontos ela vai ter o mesmo efeito de danos do rompimento da barragem. Afirmando isso porque, primeira coisa,

existe um limite de data de cadastro, 30 de abril de 2020. Na legislação não há nada que ampare esta data. Outra situação é que as comissões não ouviram os atingidos e junto com a Renova e o juiz acertaram uma data final de cadastro. É muito estranho, porque todas as comissões acertaram a mesma data e deixam dúvida de como foi concebida essa data, pois, como é que todas as comissões, desde Belo Horizonte, onde iniciou lá, até Conceição da Barra, acertaram essa mesma data? Como foi, fizeram reunião para acertar isso? Enfim, não aparece na sentença em lugar nenhum e então tem que ser revisto. FGV_ILD_105

Outro elemento que sugere desgaste e esgotamento das pessoas atingidas, contribuindo para aprofundar a experiência social de sofrimento, é a desorientação provocada pela diversidade de atores e instituições envolvidas no processo de reparação. Embora o tema tenha sido abordado nas seções que abarcam danos socioeconômicos relacionados à dimensão temática reparação e remediação nos diferentes recortes territoriais aqui analisados, para esta valoração não monetária interessa explicitar que há por parte dos atingidos uma confusão permanente acerca do dever e das responsabilidades de cada um dos entes envolvidos. Também nesse contexto, notam-se as falas sobre o processo de reparação acompanhadas de manifestações de desacordo, dúvida ou mesmo a reiteração de uma sensação de estar sendo enganado no processo, especialmente no que se refere à presença recente de advogados.

Entre o conjunto de narrativas que aborda a questão, encontra-se “os advogados estão usando de má-fé com os atingidos, muitos atingidos leigos, que não sabem ler e nem podem levar ninguém junto. O sistema Novel propiciou essa situação, ficando mais fácil cair em armadilhas”, FGV_ILD_091 ou ainda:

N: E aí vem outro impacto gravíssimo, gravíssimo, gravíssimo, essas pessoas que estão morando nesse ambiente são altamente vulneráveis e a ausência do Estado na sua atribuição legal permitiu criar inúmeros milagreiros, advogados, instituições, que foram atrás dessas pessoas atingidas, pessoas que nem foram atingidas ficam criando especulações, criando situações e as pessoas ficam vivendo esperanças. FGV_ILD_084

Outro destaque relacionado ao tema aqui abordado é para o esgotamento manifesto em razão da necessidade de estar permanentemente organizado e em luta. Por um lado, as diferentes formas de organização social aparecem como uma possibilidade concreta de acolhimento social entre aqueles que sofrem processos expropriatórios, podendo até mesmo ser reconhecida nos termos de uma “luta *pela* vida” (KEHL, 2005) ou ainda de “construções em abismo” (TELES, 2015). No entanto, quando há manutenção desse estado de alerta e organização sem nenhuma garantia de direitos, o processo opera como fator de agravamento do sofrimento social ainda em elaboração (OLIVEIRA, 2014;

ZHOURI et al., 2016). Isso porque, a recusa ou manifestação de resistência por parte dos responsáveis em reconhecer a condição de pessoa atingida impõe às vítimas uma luta permanente pelos direitos violados e por formas de ressarcimento.

Do modo como tem sido conduzida até o presente momento nos recortes territoriais abarcados por este relatório, a reparação do desastre de Fundão exige enfrentamentos constantes por parte dos atingidos, muitas vezes sem escuta. Com isso, choca-se com a produção de novas camadas de sofrimento pela incessante frustração institucional de justas expectativas. Destaca-se, nesse sentido, a repetição constante de um estado permanente de luta pela reparação, por direitos e pela própria vida, tais como: “Mas a gente vai lutar. Enquanto estivermos vivos vamos lutar para pelo menos sobreviver”; FGV_ILD_083 “Nós vamos lutar pelo coletivo, para ter essa reparação pelo coletivo e eles vão levar”; FGV_ILD_084 “Porque a nossa luta não terminou e só vai terminar quando formos reconhecidos como atingidos. E não vamos mendigar indenizações falsas, indenizações que não são mérito nosso”; FGV_ILD_089 “Achamos até que isso não pudesse nos afetar. Lamentamos muito as perdas que tiveram em Mariana, em Brumadinho, mas não sabíamos que iam chegar aqui também. O que podíamos fazer? Fomos atrás em luta”; FGV_ILD_058 ou ainda:

N: Quando eu falo que não acredito na justiça, não quero dizer que gente deve desanimar de lutar. Mas deve ser de enfrentamento mesmo, olho no olho. Porque na guerra é assim que funciona. Porque conversa fiada eu já estou cheio. Essa tecnologia de aceite é o mesmo sistema de justiça. A mesma que não funciona. A gente tem que entender a aflição das pessoas que aceitam. Todos que estão aceitando sabem que não é aquilo. Elas querem matar suas fomes, pagar as suas contas. Entendo que a indenização é injusta, mas que ela pode ser revista também a todo momento, porque o impacto vai continuar. FGV_ILD_089

Ainda de acordo com as pessoas que participaram das interações promovidas pela FGV, parte dessa sensação de esgotamento e confusão é produzida pela falta de informação e pelo uso de uma linguagem técnica e pouco acessível, além da omissão de dados e procedimentos. Operando como mais uma barreira de acesso à reparação, o quadro contribui para intensificar experiências de sofrimento vividas no território. Sobre essa perspectiva, destacam-se reivindicações pela produção de conteúdo de cunho reparatório em linguagem popular. Isso porque, ao manifestar interesse por informativos e comunicados que auxiliem na compreensão de seus direitos, as pessoas atingidas deixam transparecer que não há preocupação institucional com o diálogo:

N: A gente tá lidando com os filhos dos pescadores, muitos dos nossos não tem estudos, 99% dos pescadores mais velhos não tem estudo, não foram a escola. Quando fala do baixo índice de participação é

justamente por isso. Eles estão dentro da água, a família tá junto. Agora a gente tá tentando resgatar, alguns tão voltando para o estudo. Hoje ninguém quer ser pescador, é preocupante para nossa história. Tem que ser pensado que forma vai trabalhar com a gente, precisa falar em linguagem popular, com ilustração, falta eles entenderem o que a gente passa. FGV_ILD_104

Outro aspecto que fica evidente na análise das narrativas é a sensação de injustiça implicada nas disparidades de acesso à reparação. A realidade observada resulta suntuosamente da atuação institucional voltada para a reparação, especialmente por parte das empresas e da Fundação Renova, cujas ações e critérios levam à convivência em um mesmo território de pessoas que se reconhecem como atingidas e obtêm algum tipo de ressarcimento e outras que, mesmo sofrendo danos, não são incorporadas aos programas e indenizações em curso.

N: A Renova continua fazendo injustiça. Eu conheço alguém com um cadastro igual ao meu, do mesmo segmento que o meu, ele é reconhecido e eu não sou reconhecido. Então isso está causando um grande mal para as pessoas. Está ajudando muita gente, mas o sistema vira as costas para você. Eu já recebi muitas ligações de psicólogas da Renova, pelos telefonemas ao zero oitocentos que fiz, dizendo que estava desapontado, triste. Porque o não reconhecido que é abalado está sofrendo grande mal. Há trinta anos estou na comunidade e não fui reconhecido. E o cara que estava aqui há pouco tempo conseguiu e foi embora. FGV_ILD_089

N: É difícil entender essa condição de só alguns estarem recebendo. A gente entende que os pescadores foram os mais prejudicados, mas todos foram prejudicados diretamente. Eu fui o primeiro a colocar o pedido de indenização para as empresas, e até agora, nada. A gente está buscando justamente saber que critério é esse, essa é a minha dúvida principal. FGV_ILD_072

Ao compreenderem essas diferenças no tratamento de uma mesma questão, as pessoas atingidas identificam nas ações de reparação uma falta de honestidade e até mesmo a utilização tácita de critérios discriminação social ou mesmo aproveitamento das condições de vulnerabilidade social presentes de no território.

N: Porque a Fundação Renova reconhecer um vizinho e não reconhecer o vizinho do lado como atingido de Fundão e de Serra, é gravíssimo, porque tem pessoas indenizadas nesses dois municípios, mas não existe uma lógica na forma como a Fundação Renova ou Samarco trata os atingidos nessa região. Eles estão dentro das áreas, novas áreas do sul da Foz e ninguém dos entes do Comitê Interfederativo, tirando, em dois momentos, a Defensoria e o Ministério Público, retorna ou atende. Quantas vezes a gente já pediu para fazer reunião, para ter alguém do Ibama, alguém do Comitê Interfederativo, alguém do IEMA, alguém do Governo do Estado, para dar algumas respostas, mesmo que seja, olha isso a gente ainda não sabe, mas existe uma perspectiva que daqui a um ano vamos ter resposta. E aí, paralelo a isso, muita gente liga dizendo, "olha, chegou aqui empresa

tal e tal, o que que é isso? ". Porque é instituição internacional, instituição nacional, indivíduo, é empresa, é advogado, é universidade, são cinco ou seis empresas contratadas pela Samarco para fazer, refazer e fazer de novo o diagnóstico, e ficam em cima desses atingidos criando expectativas e eles, completamente, ponto crucial, sem assistência técnica.^{FGV_ILD_084}

Em complemento, aqueles que se relacionam com a reparação também relatam o convívio com situações de engodo, declaradas muitas vezes como perda de tempo e enrolação.

N: E aí não esquecendo da questão ambiental. E quantas espécies foram eliminadas da nossa fauna e flora? Qual o estudo que nós temos? Até hoje essa enrolação, nós precisamos da assessoria técnica de fato, mas não é assessoria técnica voltada para um grupinho, tem que ser voltada para a coletividade.^{FGV_ILD_089}

N: A história é essa, onde tem marketing eles estão, onde não tem não interessa, eles não estão preocupados, a equipe de advogados e diretores tem que continuar ganhando, a verdade é essa. Nós somos apenas os palhaços do circo, desvalorizaram nossos imóveis e a vila, e eles não estão nem aí. Tem a opção da Renova construir a casa, mas se cair na mão dela esquece, ela não consegue fazer nada. Tudo que cai na mão dela é enrolação.^{FGV_ILD_092}

No curso das interações de campo, também ficou evidente que todo esse quadro atua como um potencial gerador de conflitos familiares e comunitários. Além dos danos aos modos de vida, aos ofícios e às manifestações culturais e de lazer, a população atingida passou a enfrentar novas situações de animosidade dentro de uma mesma comunidade.

N: A fala dele [atingido participante], tudo o que ele disse é muito importante. As pessoas que estão aqui vêm lutando pela comunidade desde a época do desastre. Quando a lama chegou, lembro bem das brigas e confusão, pela chegada de água e cesta básica. Foi desumano ter que brigar por isso. E coisas que até hoje não foi recuperado. Os peixes, os rios, recebemos notícias no WhatsApp de peixes sofrendo mutação.^{FGV_ILD_090}

N: Para complementar, não só a Samarco, mas também alguns advogados criam conflitos na comunidade, porque a partir do momento que houve o rompimento, a Samarco, o trabalho dela é colocar família contra família, jogando a culpa nas famílias e não em quem realmente provocou toda essa tragédia.^{FGV_ILD_105}

No que se refere às mulheres, essas novas situações de animosidade tomam proporções ainda mais preocupantes. Além das limitações para reconhecer e reparar as mulheres que integram a cadeia da pesca, fato explorado tanto nos capítulos de identificação de danos do presente relatório, como em nota técnica que analisa o Projeto

Pescador de Fato (FGV, 2020b),¹⁶⁸ destacam-se situações de invisibilidade e violência que reforçam tanto os conflitos familiares como o fenômeno social de sofrimento. Entre o conjunto de narrativas que explicita essa dimensão do processo, encontra-se:

N: A gente [mulheres] viveu impacto diferente e tratativa diferente, fomos muito desvalorizadas, colocaram o titular da casa e a mulher sujeita a ele. Não colocava a gente como pescadora, colocava como auxiliar de pescador. Eu tive dificuldade de ser reconhecida, até mesmo porque era mãe solteira e sempre mantive tudo sozinha, eles não compreendiam esse papel duplo que tínhamos. Eles fizeram sim essa divisão com a gente, e queria me colocar como dependente do meu pai, mas eu não aceitei, pois eu sou independente do meu pai, eu sou igual a ele, tenho minha família. Eles fizeram isso com minha irmã e minha mãe que foram dependentes do meu pai. Eles fizeram essa discriminação com a gente. E até hoje é um absurdo, nos comércios fizeram tratativas diferentes, com a gente da pesca passamos dificuldade até hoje. Para quem é mãe solteira deve entender o que estou dizendo.^{FGV_ILD_104}

Pussetti e Brazzabeni (2011) refletem sobre as relações de poder que envolvem um tecido social marcado por experiências que geram sofrimento. De acordo com as autoras, ao utilizar o conceito de sofrimento social, deve-se, de um lado, atentar para a existência de condições profundamente desiguais impostas às vítimas e, de outro, compreender as limitações implicadas nas negociações que se referem à vida das pessoas submetidas a diferentes situações de violência. Em suas palavras,

Necessariamente, um olhar crítico sobre o sofrimento social considera, portanto, as práticas e estratégias – produzidas e sustentadas dentro de um quadro de relações de poder – que o definem e o aliviam, avaliando a posição dos interlocutores e a ideologia veiculada pelas categorias em jogo. O sofrimento social, nesta perspectiva, resulta de uma violência cometida pela própria estrutura social e não por um indivíduo ou grupo que dela faz parte: o conceito refere-se aos efeitos nocivos das relações desiguais de poder que caracterizam a organização social (PUSSETTI E BRAZZABENI, 2011, p. 469).

Em diálogo com essas considerações, segundo pesquisador entrevistado para a valoração não monetária,^{FGV_ILE_018} a condução do processo de reparação por uma fundação operada pelas empresas responsáveis pelo rompimento da Barragem de Fundão deveria ser considerada ilegítima. A pessoa entrevistada ainda chama atenção para a não contratação das assessorias técnicas independentes e para a necessidade

¹⁶⁸ Embora trate de uma experiência piloto, realizada em comunidades pesqueiras dos municípios de Conselheiro Pena/MG e Linhares/ES, a pesquisa realizada para a elaboração da Nota Técnica permitiu observar o acirramento da discriminação de gênero presente na metodologia de aplicação do Cadastro Integrado, que insere as mulheres como “dependentes dos declarantes”. Com isso, há uma inviabilização das mulheres desde a entrada no processo que corrobora com o não reconhecimento de sua profissão. Além de interferir no acesso a medidas indenizatórias e violar direitos, o quadro reforça cisões sociais e reproduz experiências de sofrimento vividas por mulheres atingidas.

constante de provar a condição de atingido, identificando com isso uma “inversão completa de valores”^{FGV_ILE_018}, que reitera a assimetria das relações de poder existentes que contribuem para o sofrimento social da população atingida. Em sua visão, o acordo que instaura esse modo de operação deveria ser revisto, pois da forma como está sendo conduzido:

O processo de reparação nada mais é que um processo de propaganda para as empresas, falando que está investindo milhões na bacia. Mas se você vai ver na ponta ali como esses programas tão funcionando... [...]. Eu vejo isso como um projeto de gestão do desastre, de dominação privada da bacia toda pelas empresas.^{FGV_ILE_018}

Adiciona-se à abordagem reflexões fornecidas por outro estudioso entrevistado,^{FGV_ILE_020} que pesquisa relações entre o sistema de reparação em curso e as experiências de sofrimento social vivenciadas a partir dele. Além de reiterar a existência dos danos socioeconômicos advindos do pós-rompimento, com destaque para a atuação das instituições responsáveis envolvidas, a pessoa entrevistada chama atenção para os desdobramentos psicossociais da assimetria de poder sobre os rumos da reparação.

[...] o sofrimento social nesse sentido da reparação, de que a reparação produz danos, seja quando ela é muito acelerada e comprimida, como tem sido hoje com o sistema Novel, seja quando ela é levada ao seu limite, prolongada. Então assim, eu tenho tentado discutir essa questão do manejo do tempo, a forma como o tempo da reparação é controlado pelos agentes mais hegemônicos nesta correlação de forças, e como isso produz repercussões importantes sobre a experiência das pessoas, dos atingidos, e solapando, digamos, a cada dia e cumulativamente a sua confiança nas relações, a sua familiaridade com o mundo, as suas expectativas, as suas esperanças, então é muito difícil.^{FGV_ILE_020}

Em complemento, outro pesquisador entrevistado^{FGV_ILE_017} afirma que o processo de reparação operado até o presente momento segue marcado pela individualização da população atingida e pela supervalorização de medidas indenizatórias individuais em detrimento da reconstrução do território. Como resultado, nota-se significativa monetização das comunidades em detrimento de circuitos de troca existentes antes do rompimento da Barragem de Fundão. Aspecto que aparece nas falas registradas em campo, a exemplo de:

N: A indenização não resolve tudo. Ajuda no momento, mas não dá para saber o que vai ser do futuro. Os jovens estão indo embora, se você está doente não tem saúde para trabalhar na roça e os filhos vão embora tentar algo melhor. Não tem como dar continuidade e acaba tendo que vender a roça para ir para cidade e morrer.^{FGV_ILD_063}

N: E hoje com a Renova aqui, com o pessoal que está ganhando dinheiro, que eu sinceramente penso que está sendo feito de uma forma muito errada, que também vai prejudicar bastante a tradicionalidade aqui. Então está causando uma mudança na sociedade, e na comunidade, nas tradições.^{FGV_ILD_072}

O fato não só aparece entre os relatos registrados nas oficinas realizadas nos diferentes territórios da região costeira, estuarina e marítima, como em geral está associado à crescente indeterminação sobre o futuro, especialmente quando se trata de populações tradicionais preocupadas com as possibilidades reais de manter práticas sociais e modos de fazer. Nesse sentido, cumpre mencionar a relação do sofrimento social com a identidades dos grupos sociais atingidos, o que interfere de modo negativo em sua construção e manutenção ativa.

Com uma consciência cada vez maior da impossibilidade de restaurar práticas vivenciadas antes do rompimento, como problematizado na seção 4.2.1.3.2.1, constata-se entre os relatos registrados menções de tristeza e sofrimento associadas à perda de esperança ou ainda às limitações de perspectivas de futuro e de autonomia não só econômica, mas social e comunitária.

N: E o futuro? Esse pouco de dinheiro acaba, e como vamos viver. A festa do robalo era uma tradição. E agora não acontece mais. Então, se eles forem reparar, há muita coisa para ser reparada ainda. Então eu queria saber até quando vamos esperar pra voltar a vida normal novamente.^{FGV_ILD_090}

A triangulação de fontes utilizada nessa análise apresenta um grave cenário de desproteção social. Além de configurar danos socioeconômicos específicos e já identificados no capítulo 3 de levantamento de danos, o contexto estrutural de sofrimento produzido pela implementação de medidas reparatórias resulta de uma hierarquia rígida entre os atores envolvidos, que reforça assimetrias de poder na formulação, execução e controle de ações e programas que deveriam servir para reparar os danos sofridos. Por parte dos atingidos, a situação é percebida e elaborada, manifestando-se de modo reiterado nos relatos sobre o processo social vivido, como buscamos retratar.

Em adição, os registros de campo, associados a entrevistas e bibliografia de referência, permitem afirmar que a desestruturação dos modos de vida se soma às interdições do processo de reparação em curso, interferindo de modo negativo no sofrimento social que advém das atuais perspectivas de futuro. Dada a repetição sistêmica de relatos associados a esse tema, optou-se pelo tratamento da questão a partir de algumas consequências gerais provocadas pelo desastre nos desejos e perspectivas de futuro

das pessoas atingidas, bem como à prevalência de incertezas associadas aos seus projetos de vida.

4.2.1.3.2.3 Sofrimento social associado à incertezas e à falta de perspectivas de futuro

Como descrito nas seções 3.2.1.9, 3.2.2.10, 3.2.3.9 e 3.2.4.10 do capítulo 3 o bem-estar e as perspectivas de futuro da população que reside nos territórios abarcados por esse relatório são afetados pelo rompimento da Barragem da Fundão.

Face ao impedimento compulsório de reproduzir seus modos de vida, conforme vividos no presente e projetados para o futuro, há sofrimento pelas frustrações de sonhos e de perspectivas de futuro, impossibilitando a autodeterminação quanto às escolhas futuras e ofendendo a dignidade e direitos da pessoa. A sensação generalizada é de incapacidade ou impotência para vislumbrar o futuro. O desejo de retorno à vida anterior ao desastre é uma constante, como sendo imprescindível para que as futuras gerações resgatem perspectivas de uma vida mais digna. No entanto, as pessoas atingidas se sentem impedidas de enxergar para além do “amanhã”, diante da urgência e luta cotidiana para garantir a sobrevivência e seguir em frente, mesmo sem conseguir almejar um futuro melhor.

Conforme relata uma especialista entrevistada pela FGV, é muito grave que as pessoas vivam numa espécie de suspensão de vida, de tempo: “[...] não vivem o presente, eles vivem no passado e eles vivem no futuro, [...] o presente é esperar o futuro que tá chegando mas que não chega nunca [...], isso é muito determinante de como é importante fazer alguma coisa o mais rápido possível”.^{FGV_ILE_016} A narrativa de um atingido, a seguir, demonstra muito bem esta reflexão:

N: Falar em futuro é difícil. A gente queria um futuro como se fosse há sete anos atrás, como era antes do problema. Não temos perspectiva de futuro porque não vemos ação. Falar num futuro como era antes, esse futuro a gente não consegue imaginar. Seis anos é uma fase maravilhosa que um filho passa. Meu filho fez seis anos. E fez seis anos de desastre. Meu filho nasceu e depois de um mês aconteceu o crime. Tudo aconteceu quando ele estava nascendo. A gente teve que aprender a viver apenas pensando no futuro de amanhã. E a gente espera que qualquer amanhã desse, esteja como há sete anos atrás. Tivemos que aprender a viver um dia de cada vez, diante de seis anos de inércia. ^{FGV_ILD_086}

Em complemento, tanto a impossibilidade de retorno a modos de vida pré-rompimento – tema tratado no item 4.2.1.3.2.1 desta seção – como a condução do processo de reparação e remediação – item 4.2.1.3.2.2 – são causas de esgotamento, medo e

lamento constante da população. Entre os reflexos desse quadro, abordamos aqui a promoção institucional de sensações correlatas ao medo e à insegurança, que pesam sobre o presente e, principalmente, sobre o imaginário de futuro das pessoas atingidas. Para indicar o tratamento desse conjunto de conteúdos imateriais afetados de modo negativo pelo desastre, seguem narrativas que versam sobre o futuro mediante as desestruturações do cotidiano no presente.

N: As pessoas estão tristes, pois as pessoas ficam vendo o tempo passar, o rio ainda dessa forma [contaminado], perdendo o cartão [Auxílio Financeiro Emergencial], o turismo não sendo resgatado e fica pensando o que vai ser da vida, como vai se manter. Fica se perguntando o que vai ser, como vai cuidar da família. As pessoas já estão recebendo ligação dizendo que se não apresentar documentação suficiente vai perder o seu auxílio [Auxílio Financeiro Emergencial]. Aí fica toda essa situação de insegurança e de medo e acaba chegando a esse ponto de suicídio, depressão, ansiedade, alcoolismo, outros. ^{FGV_ILD_097}

N: O abalo emocional é impacto na saúde, a magnitude do desastre resultou na exposição a um perigo imediato acerca da integridade física e emocional, a situação está muito difícil. Os impactos psicossociais são múltiplos e reverberam ao longo do tempo a partir de cada comunidade aqui atingida, desencadeando percepções como ausência de informações confiáveis, incertezas quanto ao futuro, descrédito no poder público e desilusões resultantes de acordos que não são cumpridos. Olha, a assistência social é insuficiente na nossa região, muito medo, inseguranças, ansiedade, falta de perspectiva de futuro. É muita luta quanto ao nosso reconhecimento como atingido. ^{FGV_ILD_064}

Chama atenção o grau de indeterminação manifesto por muitas das pessoas que participaram das interações. Entre os registros, são comuns fragmentos narrativos como “Plano de futuro é difícil, só Deus sabe. Não conseguimos prever o que vai acontecer, se vai melhorar ou piorar mais”; ^{FGV_ILD_079} “Falta da perspectiva de futuro, dos ofícios. Como vai ficar a partir do momento que você assina um acordo desse quitando todo esse dano?” ^{FGV_ILD_078} ou ainda “Em relação ao futuro, sabemos como a praia irá ficar? A gente já tem provas que o rejeito alterou o perfil de praia, mas a gente não sabe se no futuro essa alteração será prejudicial” ^{FGV_ILD_093}

Tais incertezas são agravadas pelo não reconhecimento da condição de atingido de muitos daqueles que vivem as consequências negativas provocadas pelo desastre, mesmo depois de transcorridos mais de seis anos do rompimento. Além de aparecer em muitas das manifestações registradas durante os trabalhos de campo da FGV, a situação é por vezes associada à consciência de não ser mais possível a realização de determinadas práticas sociais relacionadas ao trabalho.

N: O futuro é preocupante, porque a Renova não reconheceu muita gente ainda, muitos estão fazendo a quitação final e como vai ficar isso

depois, se você não pode pescar, não pode plantar? Devolver o rio como era antes, isso nunca mais. Por enquanto é só umas doenças, problema de saúde. E daqui a dez anos como vai ser? A gente não pode pescar, a gente não pode comer peixe. O futuro é preocupante. No meu pensamento, o rio limpar e voltar ao que era não volta nunca mais.^{FGV_ILD_098}

Há, portanto, um reforço desse sentimento de indeterminação em razão do tratamento indevido dado à reconstituição dos modos de vida das pessoas atingidas, que parece ignorar a existência de fatores de ordem simbólica subjetiva. De acordo com estudioso de referência entrevistado,^{FGV_ILE_016} a realidade vivida atualmente pelas pessoas atingidas distancia ainda mais as conexões entre a vida pré-desastre, o presente e os imaginários de futuro da população. Sem qualquer garantia de retorno às atividades que davam sentido à reprodução da vida tanto em âmbito individual como coletivo, e sem ter assegurados direitos básicos, a exemplo do reconhecimento da condição de atingido, a população atingida se vê cerceada, fato que intensifica o fenômeno de sofrimento social registrado em campo. Entre os relatos que explicitam a situação, encontramos:

N: A Renova deu dez anos para ficarem recebendo. É uma situação muito grave. Será que pra frente vai melhorar. Ou os pescadores vão ter que pescar na lama, água suja. Nós fomos beneficiados, mas quando esse dinheiro acabar? A gente questiona muito, muitas coisas erradas aconteceram, tudo por causa dessa lama. São coisas que a gente quer questionar e ficamos com medo. Fomos prejudicados, todos nós. E a gente gostaria muito que esses órgãos viessem e falassem: como vai ficar a situação da nossa vida depois que esse dinheiro acabar? Como é que nossos filhos vão viver?^{FGV_ILD_104}

Em complemento à consciência de desestruturação dos modos de vida e das barreiras para sua reestruturação, a presença de narrativas que versam sobre os sonhos dos participantes das oficinas reforça a existência de um intenso processo social de ritualização da dor. A retomada desta temática visa apresentar de que modo essa situação opera ativamente na produção desse fenômeno de alta gravidade, que é o sofrimento social. Com esse sentido, a reiteração da tristeza relacionada aos sonhos e desejos aparece tanto em manifestações que retratam a vontade de restituir práticas tradicionais e experiências interrompidas pelo desastre, a exemplo de:

N: Eu vejo [na imagem utilizada na facilitação] a fartura em todo canto que olho. Em flores, tudo. Tudo bem compartilhado entre os agricultores. Meu nobre companheiro falou certo. Existe sempre uma dúvida se os produtos estão contaminados. Principalmente na pesca. Nossa preocupação é isso. O sonho de todos nós é voltarmos ao modo de vida que nos traz essa imagem.^{FGV_ILD_071}

Quanto entremeada em registros que narram essa impossibilidade, tais como: “Nós tínhamos contato com o rio, levava os filhos para pescar. Hoje não podemos mais.

Foram tirados sonhos, talvez muitas crianças nunca possam entrar dentro do rio e brincar, tomar banho com segurança”;^{FGV_ILD_105}; “Tínhamos todo um sonho de tocar um projeto, o PDA, de desenvolvimento do assentamento, de lavoura agroecológica, que foi interditado pelo rejeito”;^{FGV_ILD_105} “Pensa uma pessoa que pescava desde os 12 anos de idade, e a partir desse momento veio uma lama acabando com o sonho do pescador”;^{FGV_ILD_104} ou ainda:

N: E sobre a questão mais pessoal, eu sou daqui de Regência, morei fora anos para me formar na faculdade e voltar para cá. Tínhamos um projeto gigantesco de compensação ambiental, que tinha muitas pranchas de surfe, pranchas de competição, para as pessoas aprenderem, bola de pilates, biruta de vento, canoa polinésia, remo, coletes. Então um projeto gigantesco de esportes, envolvendo vários tipos de esportes e educação ambiental. E aí em 2013 foi aprovado o primeiro documento, conseguimos a documentação, mas em 2015, depois de toda uma burocracia, esses são os exemplos de sonhos esmagados. Exatamente em 2015, junto com a lama, depois de dois anos de muita luta chegaram os equipamentos.^{FGV_ILD_093}

Outro destaque é a associação entre as incertezas de uma vida futura e a contaminação da água e dos alimentos antes consumidos cotidianamente sem maiores receios. Há um conjunto de narrativas que demonstra a produção de um contexto geral de sofrimento social relacionado aos agravos na saúde física da população, cuja raiz se encontra nas dúvidas sobre a interferências dos elementos potencialmente tóxicos(EPT)¹⁶⁹ liberados pelo rompimento da Barragem de Fundão na saúde futura e, portanto, nos projetos de vida das pessoas atingidas. Um quadro que se agrava em razão da falta de informação qualificada e de fácil compreensão e no déficit de pesquisas confiáveis sobre as reais consequências dos EPT liberados no Rio Doce, afluentes e na zona costeira.

N: E aonde é que está esta nota sobre a segurança dos alimentos? Eu sei dessa informação, as pessoas sabem dessa informação, mas onde é que o poder público colocou que nós não devemos consumir isso? Quem será o responsável para o que vai acontecer no futuro? Então existe uma omissão com relação a isso. Isso deveria estar escrito na peixaria quais os peixes que devem ser comprados e consumidos e os que não devem ser consumidos. Porque estão contaminados. Que é que vai colocar essa informação? É uma cobrança que faço por parte do poder público. Essa omissão e essa passividade. Quem vai arcar com essas doenças do futuro? Não está pública a informação. Tem projetos sendo feito, tem pesquisas que foram suspensas. E quem é que vai arcar com isso? É o Ministério Público que deve cobrar. Nós queremos a resposta dele.^{FGV_ILD_084}

N: Em relação a saúde ainda não é possível ter um posicionamento certo. Pois tem a questão do tempo. Uma coisa que é difícil a gente

¹⁶⁹ Cf. seção sobre saúde do capítulo de identificação de danos socioeconômicos do litoral norte (3.2.1.6), Linhares (3.2.4.7) e litoral sul (3.2.3.6).

prever e dizer. A gente graças a Deus aparentemente ainda estamos a ver, mas não sabemos no futuro. Com a pandemia então. Tudo foi virando uma bola de neve.^{FGV_ILD_071}

Somam-se ainda narrativas que versam sobre agravos na saúde mental da população. Embora não seja possível afirmar de forma definitiva a existência de uma conexão causal entre o sofrimento social produzido pelo desastre e doenças de saúde mental relatadas, a repetição dessa situação por diferentes atores nos recortes territoriais merece atenção. Para exemplificar, seguem alguns fragmentos narrativos proferidos em diferentes contextos que explicitam altos níveis de estresse e nervosismo em razão do desastre: “A questão psicológica está afetada devido principalmente à insegurança e estresse”,^{FGV_ILD_084} “Aumentou estresse sedentarismo, obesidade. Aumentou o sedentarismo. Com isso surgem outras doenças como diabetes, hipertensão. E o estresse de não conseguir saber o que será do futuro”,^{FGV_ILD_086} “Além do alcoolismo tem também o aumento do tabagismo, do fumo, tem gente que está fumando três maços por dia de nervoso”,^{FGV_ILD_077} “O prejuízo é muito grande, o pior desastre que já existiu na região. Hoje vivo mais doente de tanto sofrer, quando me vê falar alto e nervoso é por essa situação de não ter saída”.^{FGV_ILD_079} Ou ainda:

N: Uma quantidade grande de pessoas foi para a ponte do Rio Doce querendo observar a passagem da lama. Nós [moradores de Pontal] só fomos sentir trinta dias após, quando a lama atingiu a foz do Rio Doce. E daí havia placa proibindo a prática de surfe. Meu pai entrou em depressão, coisa absurda e eu trato até hoje. Tudo o que eu investi em recursos e sonhos acabou. O desespero tomou conta de todo mundo.^{FGV_ILD_093}

Segundo Oliveira (2014, p. 135-136), o sofrimento social opera como uma “[...] vivência compartilhada de perigo, incerteza e fragilidade que se produz em um espaço social cujas posições e relações produzem experiências comuns e sentidos intercambiáveis”. De modo geral, o caráter factual das incertezas provoca toda ordem de receios nas pessoas vitimadas, que se agravam quando não há acompanhamento institucional dos riscos envolvidos. No caso do desastre de Fundão, nota-se que inúmeros fatores produzem esse receio, ora manifestos como medo, preocupação ou incerteza. A população atingida convive diariamente com a piora das condições de vida e, como evidenciam os registros campo, teme pelo seu agravamento futuro.

Por fim, cumpre mencionar a relação entre as incertezas sobre o futuro e o êxodo de jovens das comunidades atingidas. De acordo com a população atingida, a saída compulsória de jovens das comunidades abarcadas por esse relatório foi impulsionada pelos desdobramentos do rompimento da barragem. Além disso, ao abordarem a questão, participantes chamam atenção para as reações em cadeia desse processo,

isso porque, “Os jovens faziam parte do núcleo familiar que complementava a renda e tiveram que sair do território, virou êxodo, pois não tem mais perspectiva. Aí acarreta tudo: saúde, educação, psicológico e o psicológico da família”.^{FGV_ILD_064}

Entre as entrevistas realizadas para a valoração não monetária, a importância dos projetos de vida para a população jovem foi tematizada por um estudioso. Ancorando o conceito de juventude em uma perspectiva sociológica que pressupõe diferenças fundantes no que significa “ser jovem” em diferentes grupos sociais, a pessoa entrevistada afirma que “A dimensão dos projetos [de vida] são experiências humanas, previamente pensadas, organizadas, então de forma geral os projetos [de vida] nascem com sonho e vão sendo organizados”.^{FGV_ILE_024}

Ainda em sua perspectiva, tais projetos envolvem ao menos cinco elementos estruturantes: a identidade, seu caráter intransferível, o campo das possibilidades, os suportes e a dinamicidade. Com relação à *identidade*, pensada enquanto uma construção individual e subjetiva “[...] na relação com o mundo, com os outros, com seu grupo social em seus territórios”,^{FGV_ILE_024} foi destacado em entrevista que o rompimento estabelece uma ruptura que interfere sobremaneira nas construções de autoidentificação.

Dado que os projetos de vida são *intransferíveis*, e “[...] ninguém pode projetar pelos jovens”,^{FGV_ILE_024} a juventude elabora projetos de vida a partir de suas próprias experiências. Nesse sentido, também é preciso considerar que o desastre e todas as suas consequências para o território se tornam em um ponto de partida para os horizontes de futuro, o que ajuda a compreender a intensificação de processos migratórios.

Com relação ao *campo de possibilidades*, ou seja, sobre “[...] as condições estruturais e conjunturais, balizadas pelos limites e possibilidades da ordem social, historicidade, economia”,^{FGV_ILE_024} os desdobramentos do rompimento da Barragem de Fundão se tornam ainda mais proeminentes. Se esse elemento estruturante dos projetos de vida está diretamente relacionado à “[...] realidade social para construir efetivamente o salto entre o sonho e o projeto, pois enquanto fica no sonho permaneço na dimensão do acaso, mas quando começa a projetar vai para as estratégias e possibilidades”,^{FGV_ILE_024} o quadro geral produzido pelo desastre nos territórios atingidos reduz muito as perspectivas de que o sonho de futuro permaneça no local de origem.

Ao considerar o campo dos suportes, nota-se que o desastre não só desestrutura aspectos antes existentes, a exemplo dos sistemas de troca e da prática de determinados ofícios, como opera como “[...] uma prova, desafio conjuntural colocado

para esses jovens”. FGV_ILE_024 Por fim, o pesquisador aborda a dinamicidade implicada nos projetos de vida da juventude e foca na ideia de “não rigidez”. A entrevista destaca que não há linearidade nessa construção, por isso, o desastre deve ser compreendido como uma quebra dos projetos de vida que estavam sendo gestados pelos jovens atingidos.

As considerações do pesquisador corroboram com os relatos de campo. Atentando para o deslocamento de jovens para fora das comunidades, a população atingida enfatiza a piora das condições econômicas vividas no território, especialmente a redução das oportunidades de trabalho. Conjuntamente, aparece nas falas registradas a deterioração dos cinco elementos que estruturam os projetos de vida da juventude segundo estudioso entrevistado, a exemplo de:

N: Muita gente, principalmente os jovens que foram crescendo foram embora da nossa comunidade, porque as oportunidades são poucas. Daí para de pescar, para de ganhar dinheiro com pesca, para de ganhar dinheiro com comércio, não existe uma escola profissional, não existe uma escola que vai fazer ele ser um profissional da indústria ou da pesca, daí o jovem vai buscar novos horizontes. Meu comércio é muito voltado à juventude, loja de surfe, assessórios. E às vezes pergunto, cadê meus clientes, aquela garotada que comprava com a gente. Eu tinha um fiadinho aqui, crediário mensal e hoje não moram mais aqui. A gente foi perdendo muito atrativo para a juventude. Então a juventude que pôde buscar um novo horizonte, uma nova oportunidade ela teve que sair da comunidade, infelizmente. Depois da lama, depois pandemia, depois dessas coisas todas, a juventude não conseguiu ficar mais aqui não. Muitos filhos da Barra não moram mais aqui. FGV_ILD_089

A análise faz crer que o imaginário de futuro em um sentido mais positivo está em suspensão, especialmente quando se trata da população jovem atingida. Tanto na perspectiva da população atingida como de pesquisador entrevistado, FGV_ILE_024 a alteração desse quadro demanda uma mudança radical da realidade social produzida pelo rompimento da Barragem de Fundão nos territórios atingidos. Apenas dessa maneira parece ser possível vislumbrar maior permanência da população jovem em suas comunidades de origem, ou ainda salvaguardar que as mudanças do local de origem ocorram como parte de um desejo individual, consentida e até mesmo festejada pelo coletivo.

4.2.2 Comunidades quilombolas do território do Sapê do Norte

4.2.2.1 Relações com meio ambiente e autodeterminação

Esta seção se dedica a aprofundar a imaterialidade das relações entre as populações quilombolas do Sapê do Norte, os ambientes onde vivem e suas práticas, saberes e modos de vida. Pretende-se demonstrar a inseparabilidade entre a imaterialidade de uma vida considerada prazerosa, saudável, mantenedora de seus costumes, festas, identidades – uma vida alegre e em acordo com suas vontades – e a materialidade ambiental que os circunda e compõe: água, terra, plantações, árvores, animais etc.

A seguir, esta seção evidencia os riscos e perdas ambientais que ameaçam a continuidade dos povos quilombolas em seu território e suas práticas identitárias. Por fim, a ideia de autodeterminação é trabalhada para expor as conquistas legais obtidas pelos quilombolas nos últimos anos e como o desastre da Samarco torna-se mais um impeditivo, associado a danos de diversos outros empreendimentos nocivos, à livre escolha desses povos sobre como conduzir seus modos de vida no local por eles considerado adequado.

4.2.2.1.1 Territorialidade

O território denominado como Sapê do Norte é constituído em uma relação entre suas comunidades humanas e o ambiente que o conforma. Essa ligação intrínseca é tratada por áreas do conhecimento diversas como “territorialidade”. Como já descrito em relatórios anteriores da FGV:

A “territorialidade” abarca a rede de interações, formas de uso e apropriação material e simbólica do território, sendo compreendida como relacional e dinâmica. Corresponde à espacialização de relações sociais, econômicas, culturais e políticas dos indivíduos e comunidades e se efetiva nas relações cotidianas em suas diferentes dimensões que envolvem o trabalho, a família e os espaços coletivos e comunitários, sempre de maneira múltipla e híbrida (SAQUET, 2009). As relações de territorialidade se alteram no tempo e no espaço conforme as características das pessoas, grupos sociais e ambientes, não se trata de algo estanque. Assim, deve ser observada tanto por simultaneidades quanto por movimentos históricos, frutos de determinações territoriais, materiais e imateriais, de contradições sociais, das forças econômicas, políticas e culturais que condicionam os saltos (SAQUET, 2007). (FGV, 2021, p. 94)

Os diálogos com as populações quilombolas da região trazem lembranças como “[...] minha família trabalhava muito na roça, fazia os cestos com cipó, [...] trazia tudo, verdura, fruta, e também os animais, que carregavam a produção das roças, a mandioca

pra casa de farinha, lenha, pra fazer a farinha, o beiju”.^{FGV_ILD_069} Também há relatos de: “[...] quando tinha as matas, as capoeiras, os pés de coco, de dendê, tinha muito na região. Servia para fazer a comida, fazer remédio, ritual de santo. Minha avó tinha um santo de pedra, lavava, limpava com o óleo do dendê”.^{FGV_ILD_069} A vida dessas populações é efetivamente conformada na relação com a natureza, que provê alimentos, renda, remédios, serve a rituais, a práticas de devoção. Essa natureza oferece o necessário para uma vida farta, que só existe por conta dessa relação.

Como descrito mais detalhadamente na seção 2.1.1 dedicada à caracterização do território do Sapê do Norte, a localidade abrigava uma grande quantidade de pessoas negras africanas escravizadas que trabalhavam sobretudo na produção de farinha de mandioca, destinada tanto à alimentação de vilas e fazendas monocultoras da região quanto da tripulação e população cativa dos navios negreiros. “Com o fim da escravidão e a desagregação das fazendas no final do século XIX, essas terras passaram a ser apropriadas pelos antigos trabalhadores escravizados, que passaram a se constituir enquanto campesinato negro” (FERREIRA, 2006, p. 2).

Pesquisadores entrevistados^{FGV_ILE_021} no âmbito dessa valoração não monetária contam que conforme as casas de farinha vão perdendo sua importância econômica e dando lugar para outras culturas, como o café, muitas dessas terras são abandonadas pelos senhores, sendo então apropriadas pelas pessoas que nelas trabalhavam e não eram mais escravizadas, mas mantinham um vínculo com o território e as famílias que nele residiam. São então os laços de parentesco e com a terra que constroem e mantêm o que hoje é denominado como território quilombola do Sapê do Norte. De acordo com Little (2002, p. 3), “O fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos”.

Pesquisadores^{FGV_ILE_021} ainda recordam que a localidade, contígua ao sul da Bahia, era conformada por uma grande floresta de Mata Atlântica, repleta de água, “E esse modo de vida que vai sendo construído é em diálogo profundo com essa natureza. [...] Então eu falo que era um campesinato da floresta, eles foram reconstituindo seus modos de vida até meado do século XX, quando o desenvolvimentismo hegemônico começou a olhar a floresta como um vazio demográfico, para explorar a floresta”.^{FGV_ILE_021}

Esses pesquisadores e estudiosos também destacam a cosmologia local que coloca essa mesma natureza como morada dos “encantados”, seres sobrenaturais que habitam e protegem a floresta, as caças, as águas. O sociólogo Marcelo Calazans (2019, p. 1) indica que “Toda a vida cotidiana nos quilombos era determinada por uma

cosmovisão assentada em uma base natural e territorial.” e acrescenta que, com forte protagonismo feminino, a maior parte das famílias de Sapê do Norte

[...] pesquisam e conservam espécies de mandioca, milho, feijão, melancia, abóbora, quiabo, maxixe, coco, manga, jaca, cajá, banana. Reelaboram práticas tradicionais e experimentam técnicas de manejo. Acessam canais de comercialização nas feiras locais e regionais e promovem contínuas trocas intercomunitárias de sementes e práticas agrícolas, tecendo uma rede informal, porém de extrema capilaridade social [Calazans, 2019, p. 1].

Assim, é incontestável que os modos de vida desses povos baseiam-se na relação com terra, água, mata, animais, seja para alimentação, atividades econômicas, seja na conformação de suas crenças, ritos, festas, lazer. Dentro da lógica de uso comum e compartilhado da terra, que foge à noção hegemônica moderna de propriedade privada, são moldados sua territorialidade e sentimento de comunidade. Nesse espaço é desenvolvida uma territorialidade dinâmica que toma forma pelas práticas cotidianas, pelos modos de fazer próprios desse grupo.

Estudiosos entrevistados^{FGV_ILE_021} e literatura especializada indicam um termo utilizado pelos quilombolas locais que denota a fartura de suas vidas propiciada pelo ambiente com o qual conviviam: “terra à rola”. A geógrafa Simone Ferreira (2016, p. 150-151) descreve:

Um intervalo espaço-temporal sem uma profunda valorização capitalista deste espaço permitiu que se criasse no Sapê do Norte um padrão próprio de organização da vida, em contraposição à lógica dos grandes projetos de desenvolvimento. Este padrão peculiar de organização e reprodução da existência material, simbólica e afetiva – ou modo de vida – tem como pressuposto básico o trabalho familiar na terra, e envolve uma relação intrínseca com a natureza, em que esta desempenha o papel de provedora – de água, terra, alimento, medicamento etc. O uso e a apropriação da natureza são guiados pelo princípio do “comum”: a terra é patrimônio “comum” – “terra à rola” –, e permite a escolha do lugar da morada, do roçado e do extrativismo, combinados à criação do gado bovino e suíno na “solta ou a granê”. Este padrão foi acompanhado pela construção de uma profunda rede de parentesco e trocas materiais e comerciais, religiosas e festivas, de cura e de trabalho, que selam laços de identidade e solidariedade. Nascia, assim, uma “campesinidade” (Woortmann, 1990) etnicamente diferenciada e vinculada à floresta[...] Mais do que “proprietários”, os “donos do lugar” pertenciam ao território que lhe pertencia. Ainda hoje, uma rede de relações de parentesco tecida sobre o espaço indica essa apropriação e pertencimento. Assim, identidade e territorialidade se encontram e se alimentam reciprocamente.

Em associação à “terra à rola”, os quilombolas do Sapê do Norte se colocam como “gente do lugar” e “donos do lugar”, sendo o “lugar” tanto específico, familiar, quanto lugar maior, da morada da comunidade, seu território constituído por redes identitárias,

afetivas, simbólicas e materiais, formadoras de um cotidiano comum (FERREIRA, 2006). Dessa maneira, a construção do lugar, ou seja, da própria identidade e territorialidade, passa pela relação intrínseca com a terra e seus ciclos (das águas, chuvas, estações, bichos, das plantas, fases da lua etc.). Essa intimidade com o ambiente gera conhecimento por meio de uma observação atenta em que “os modelos locais de natureza não dependem da dicotomia natureza/sociedade” (ESCOBAR, 2005 apud FERREIRA, 2006), o que contrasta com a lógica de exploração hegemônica atual (MILLAN, 2004). A memória e os parentes também conformam a territorialidade, como acima pontuado. Saberes se constroem na relação com a territorialidade, e vice-versa. O lugar material constrói e é construído também pela imaterialidade das relações, práticas, saberes. Tudo isso os constitui enquanto povos quilombolas do Sapê do Norte, os “donos do lugar”.

A degradação ambiental ocasionada pelo rompimento da Barragem de Fundão altera profundamente ou mesmo impede que as práticas e saberes estabelecidos e atualizados ao longo da existência do território e do povo do Sapê do Norte sejam realizados. A degradação daquele território significa, dessa maneira, a própria degradação da vida daquelas pessoas e comunidade, como será explorado na seção dedicada ao sofrimento social. Pesquisadores entrevistados ^{FGV_ILE_022} destacam que para tais comunidades seu território é “tudo”, e a invasão a ele é também uma violação àquele povo, àquela coletividade. Ainda: essa coletividade não inclui apenas pessoas humanas, mas animais, plantas, imaterialidades cosmológicas, tudo o que envolve o território e sua territorialidade.

Tanto a literatura sobre a região¹⁷⁰ quanto pesquisadores entrevistados^{FGV_ILE_021; FGV_ILE_022} para fins dessa valoração não monetária destacam a sucessão de eventos que contribuem para a expropriação dos territórios tradicionalmente ocupados pela população quilombola no Sapê do Norte. Como consta na seção 2.1.1 dedicada à caracterização, esses povos lutam ao menos desde o início do século XX para manter suas terras, invadidas e devastadas pela indústria da celulose, monoculturas de cana, exploração de petróleo, entre outros empreendimentos. Trata-se de um contexto de racismo ambiental para o qual contribui o desastre da Samarco, como será melhor trabalhado na seção 4.2.2.3. De acordo com Pacheco (2007):

Chamamos de Racismo Ambiental as injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre etnias e populações mais vulneráveis. O Racismo Ambiental não se configura apenas através de ações que tenham uma intenção racista, mas, igualmente, através de

¹⁷⁰ Como: FERREIRA (2006; 2016); WAGNER (2016); CALAZANS (2019), entre outras.

ações que tenham impacto “racial”, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem.¹⁷¹

Além de esse processo prejudicar os anos de construção e reconstrução de identidades por parte dos povos quilombolas, trata-se de um caminho de devastação ambiental, desertificação, poluição que prejudica não apenas os povos lá instalados – que, claro, por estarem lá territorializados estão mais vulneráveis a todos os prejuízos – mas também à sociedade de maneira geral. Alfredo Wagner de Almeida e Deborah Duprat Pereira (2003) destacam o engano na atribuição de povos quilombolas como povos do passado, já que, justamente porque se relacionam de outras maneiras com o ambiente no qual estão inseridos, compondo com ele ao invés de devastá-lo, mostram-se como povos do futuro, dedicados à sustentabilidade e preocupados com as gerações que estão por vir.

4.2.2.1.1.1 Água e suas relações

No decorrer dos prejuízos causados pelo rompimento da Barragem de Fundão e a chegada dos rejeitos ao mar e aos vales dos rios Itaúnas e Cricaré (São Mateus), destaca-se a afetação a um recurso crucial a todas as atividades das vidas cotidianas dos quilombolas do Sapê do Norte: a água.

Como pontuado no capítulo 3.2.2 de Identificação de danos socioeconômicos, águas locais eram utilizadas para consumo direto, uso doméstico, irrigação agrícola, dessedentação animal. Rios e mar eram fontes de pesca para consumo e venda, os pescados eram utilizados na alimentação cotidiana e de festejos como será abaixo detalhado, as várzeas dos rios eram locais férteis para plantações, além de serem todos esses espaços de lazer e convivência. Uma narrativa coletada em oficinas realizadas pela FGV indica: “Danificou o ambiente, nosso rio. Vivemos na região com uma fartura muito grande, e hoje não tem mais essa fartura. Uns anos atrás o povo vivia do peixe, da caça, e hoje não tem mais”. FGV_ILD_070. Outra narrativa advinda de roda de conversa realizada exclusivamente com mulheres descreve: “E isso foi tirando a própria vida da natureza e se tira a vida da natureza tira a vida do quilombola também. Porque as sementes que não brotam mais, a vida que, como o Sapê do Norte, tem pouco tempo pra rebrotar”. FGV_ILD_076

A chegada de EPTs (elementos potencialmente tóxicos) juntamente com os rejeitos da mineração à região impede atividades do cotidiano quilombola colocando em risco a

¹⁷¹ Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/racismo-ambiental-expropriacao-do-territorio-e-negacao-da-cidadania-2/>>. Acesso em maio. 2022.

continuidade de seus modos de viver transmitidos a cada geração, prejudicando seu futuro: “A água é uma coisa que ninguém vive sem. A água é vida, pelo que eu entendo. Nada substitui. E não só para beber”. FGV_ILD_069 “O rio Cricaré foi onde eu nasci, me criei”. FGV_ILD_070 “Quando eu vejo a família dentro de um barco eu relembro da água, porque sem a água a gente não consegue viver”. FGV_ILD_076

Simone Ferreira (2016) traz outro termo utilizado pela população quilombola do local para se referir ao contínuo processo de expropriação de seu território, iniciado com o cultivo de eucalipto da indústria da celulose e perpetuado pela chegada de rejeitos de Fundão às águas locais: “imprensamento”.

Contrapondo-se à situação da “terra à rola”, institui-se a “imprensamento”, que traz a dimensão do sentir-se pressionado, sem horizontes ou perspectivas, realidade territorial vivida atualmente por todas as comunidades negras camponesas do Sapê do Norte [...]. [Ferreira, 2016, p. 152].

Sem água limpa, com terras devastadas pelo eucalipto e cana, sem apoio e proteção do Estado, essa população toda se encontra “imprensada”. Ainda assim, alguns quilombolas falam nas oficinas realizadas pela FGV sobre sua relação costumeira e afetiva com o território no qual nasceram, foram criados, mantêm relações de parentesco, de cuidado. Apesar de submetidos a condições a cada dia piores, sua vontade não seria a de deixar seu território, mas de poder continuar a construir por lá sua vida e seu futuro. Pesquisadores entrevistados FGV_ILE_021 destacam a resistência desses povos, propiciada justamente por seus vínculos com o local onde moram. Em oficinas, surgem narrativas como:

N: E a gente nasceu e cresceu aqui, não vai para outro lugar, porque se a gente sair do nosso lugar, da nossa origem, onde conhece, é pior, não vai conseguir sair e ficar melhor em outro lugar. Tá difícil, a terra pequena, o espaço pra trabalhar quase não tem, as feiras que a gente ia muito foi enfraquecendo, porque tem que ter um levando o alimento e outro que tenha dinheiro pra comprar. Aí você leva o pouco que tem, mas não encontra quem tem [dinheiro] pra comprar, e não tem mais as trocas que tinha, fica difícil. FGV_ILD_069

N: Todo mundo vive essa realidade gritante. Na verdade, a gente fica resistindo para tentar viver nos territórios quilombolas. [...] Na verdade, com toda essa transformação que o homem vem fazendo na natureza, mesmo a gente não querendo se transformar, a gente se transforma junto. A gente é obrigada a se transformar no mundo para poder sobreviver [...] Os impactos nas comunidades começaram desde a década de 60, com a chegada da monocultura do eucalipto, pelas grandes empresas. E foram várias empresas até se transformar na que está aí até hoje, a Aracruz Celulose, que muda pra Suzano, mas é tudo a mesma coisa. A gente percebe que eles obrigaram a transformação da vida do povo no território e a gente fica resistindo a essa

transformação, na luta contra esse programa opressor, que sobrecai sobre nós nas comunidades. FGV_ILD_076

Na mesma oficina, realizada exclusivamente com mulheres, vem a fala: “ [...] ao longo dos anos as comunidades quilombolas. Elas não perderam, foram perdendo por elas. As comunidades foram sendo empobrecidas por outros [...] A lama é um resultado perverso do capital e do agronegócio”. FGV_ILD_076

Mesmo em meio a tentativas de resistência, estudiosos e pesquisadores entrevistados pela FGV FGV_ILE_021 evidenciam o processo de desmantelamento daquele território e do risco que as populações que lá estão sofrem de não conseguirem mais permanecer por falta de oportunidades e recursos. Sua terra vai sendo devastada, as novas gerações se sentem obrigadas a migrar e os mais velhos que ficam vão morrendo aos poucos. Dessa maneira, a juventude vai se desvinculando do território, perdendo sua terra como patrimônio para próximas gerações. Esses mesmos pesquisadores afirmam que os rejeitos contaminados oriundos do rompimento da Barragem de Fundão vieram “coroar” todo esse longo processo de expropriação, trazendo mais uma barreira à manutenção desse campesinato negro quilombola em seus territórios de direito. Apesar da luta constante pela permanência no local, a resistência torna-se a cada dia mais penosa.

Sobre esse processo, Calazans (2019, p. 30) escreve:

A substituição da Mata Atlântica pelo eucalipto; o desenho e o corte de novas estradas para transporte de madeira e maquinário agrícola; o aterramento de lagos e nascentes; a semiaridização do clima com a queda dos índices pluviométricos; o desaparecimento de mais de 100 córregos e a contaminação de outros tantos por agroquímicos; a destruição de escolas, farinhas, casas e equipamentos comunitários; além das ameaças e despejos forçados, provocaram um êxodo rural sem precedentes. A Comissão Quilombola do Sapê do Norte estima que, das 12 mil famílias que habitavam o Sapê do Norte, apenas 1.200 resistiram. Nada menos que 90% migraram para as periferias urbanas da região norte do Espírito Santo e mesmo para a região metropolitana de Vitória. [...] Mas no espaço de apenas duas ou três gerações, o Sapê do Norte sofreu um profundo e abrupto processo de desterritorialização, de destituição de seus signos ancestrais. A implantação dos maciços de eucalipto se realiza *pari passu* à desconstrução, ao reprocessamento e à reconstrução do espaço socioambiental, isolando e soterrando quase todas as referências econômicas, culturais, religiosas, sociais, enfim, territoriais dos quilombos. Quase todas, porque é nesse contexto que a agricultura quilombola sobrevive, na insistência de pequenos roçados, entre dois e dez hectares, no entorno imediato de seus quintais e comunidades.

Os quilombolas ouvidos em oficinas realizadas pela FGV também relatam esse processo de êxodo do território: “Nós perdemos mais de mil famílias. Hoje temos de mil a mil e trezentas famílias que vivem na área rural. Antes eram mais de dez mil famílias. Perdemos essas famílias”. FGV_ILD_070 E é justamente essa agricultura relatada por

Calazans, símbolo de resistência e insistência, que também é constantemente prejudicada pela chegada de EPTs às águas da região por conta de Fundão, como minuciosamente descrito na seção dedicada ao levantamento de danos e como será abaixo melhor explorado. Novamente, esses povos são a cada dia mais “imprensados”, situação que exige as discussões a seguir sobre autodeterminação.

4.2.2.1.2 Autodeterminação

A legislação internacional e a brasileira dispõem de medidas protetivas a povos quilombolas que acabam muitas vezes por ser menosprezadas, como demonstra a constante exploração de seus territórios operada pelo sistema capitalista. Entre seus direitos conquistados, está o de autodeterminação, como já apontado na dimensão temática respectiva na seção de levantamento de danos.

Ferreira analisa que embora os processos de escravização e expropriação tenham gerado concomitantemente resistência da população negra,

os direitos das comunidades afrodescendentes no Brasil só passaram a ser reconhecidos pelo Estado a partir da Constituição Federal de 1988, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que determina que o Estado reconheça a propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes de quilombos. Conquistado por uma intensa mobilização do movimento negro durante a Assembleia Constituinte, o artigo 68 passou a semear a consciência e a organização das comunidades negras rurais em prol de seus direitos. (2016, p. 146)

Apesar de constar na constituição, os direitos territoriais conquistados ganharam reforço no início dos anos 2000, com a “Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial” (Decreto n. 4.886/2003) e a “Política de Regularização dos Territórios das Comunidades Remanescentes de Quilombos” (Decreto n. 4.887/2003). Elas se fundamentaram justamente no princípio de autoatribuição dos povos, reconhecido pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), elaborada em 1989 e ratificada pelo Brasil em 2002, como já descrito no levantamento de danos. Sobre a Convenção 169, Costa Filho escreve:

O que é mais importante, porém, é que o artigo 1º, item 2, da Convenção afirma que o critério fundamental para dizer se uma comunidade é ou não protegida por ela é a consciência de sua identidade. Isso quer dizer que são os próprios membros da comunidade que podem dizer se são ou não quilombolas, se são ou não povos tradicionais. Ficam resguardadas, portanto, a sua autorepresentação e autodeterminação. (2014, p. 13)

Além disso, o Decreto 4887 que regulamenta a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos estabelece em seu artigo segundo¹⁷²:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-definição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Povos quilombolas estão incluídos nas categorias de povos e comunidades tradicionais que, em acordo com o decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, possuem formas próprias de organização social e se reproduzem cultural, social, religiosa, ancestral e economicamente na relação com seus territórios e ambiente natural. Diversos autores (Diegues, 1996; Little, 2002; Almeida, 2006) ressaltam o sentido de pertencimento a um território que esses povos cultivam, e como a produção e reprodução de sua tradicionalidade – que não é estanque, mas se atualiza na relação com o tempo e espaço - depende da preservação de seus territórios, constantemente ameaçados por outros grupos sociais, empresas ou o Estado.

De acordo com pesquisadores entrevistados^{FGV_ILE_021}, a autodeterminação, autoidentificação, autoatribuição, está vinculada à construção da identidade étnica, que, no caso quilombola, é coletiva, remete à ancestralidade africana e é sempre contrastiva, existe na relação com outros grupos sociais. Trata-se de um processo de reconhecimento pela ancestralidade que conforma um povo, o qual passa a ser, perante o Estado e demais populações, sujeito de direitos específicos em acordo com as políticas e tratados acima descritos e em função de opressão histórica sofrida. Essas comunidades precisam ser entendidas como populações etnicamente diferenciadas, segundo pesquisadores^{FGV_ILE_022}, e justamente por viverem de maneiras específicas precisam ser ouvidas e respeitadas segundo seus processos internos. São elas, então, que devem escolher como vivem e se organizam, como constituem seu presente a partir de práticas e aprendizados do passado, e o que querem para seu futuro. Ocorre que, como defendem Souza Filho e Prioste, “a existência de uma comunidade ou povo é o primeiro direito, o de ser, mas se uma comunidade é, tem que estar em um lugar, o que resulta no direito à terra ou território onde pode viver e reproduzir a sua vida e cultura (SOUZA FILHO e PRIOSTE apud SOUZA FILHO, 2016, p. 2912).”

¹⁷² Fonte: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em 25 abr. 2022.

Percebe-se, então, que as categorias de povo e território são indissociáveis para o tratamento de comunidades tradicionais, e devem ser consideradas nas discussões sobre autodeterminação. Pesquisadores entrevistados ^{FGV_ILE_021} acrescentam: “o território não é só a terra, é um espaço da reprodução da vida material, simbólica, afetiva. Território é patrimônio dos vivos, dos mortos e dos que vão nascer. Então território é casa”. Se o direito de autoatribuição deve garantir o exercício da autonomia interna de povos tradicionais, sua organização conforme seus costumes, no seu livre desenvolvimento econômico, social e cultural, possibilitando, portanto, a liberdade de definir o caminho de sua própria existência e condição política, esse direito garante também a permanência dessas populações em seu território, em suas casas¹⁷³.

4.2.2.1.2.1 Processo interno de reconhecimento e identidade

Em paralelo ao surgimento de políticas nacionais de proteção dos direitos de povos quilombolas, pesquisadores entrevistados^{FGV_ILE_021} falam do processo interno de reconhecimento de seus direitos pelo qual passaram as populações do Sapê do Norte. Relatam que até a chegada do decreto fundamentado na convenção 169 da OIT, o reconhecimento de territórios pertencentes a povos tradicionais era atrelado exclusivamente ao aval de laudos antropológicos que à época não eram deviam observância à Convenção e a princípios ali consolidados, como os da consulta prévia e da autodeterminação de povos quilombolas. Assim, tratava-se de um olhar externo que determinava se povos tradicionais mereciam ou não permanecer nas terras por eles pleiteadas e serem reconhecidos como pertencentes a determinado grupo social¹⁷⁴. O

¹⁷³ Carlos Frederico Marés de Souza Filho e Fernando Prioste escrevem sobre o processo de colonização ocorrido no Brasil e sua relação com povos tradicionais: “Desta forma, a destruição da natureza sempre esteve associada, desde o início da colonização, à ausência de liberdade e opressão dos povos, à escravidão, mesmo depois que ela acabou formalmente. A mentalidade racista e escravocrata se manteve. Portanto todos os povos, originários ou constituídos durante a colonização lutaram contra essa opressão colonial tendo a natureza como pressuposto e objeto da reivindicação, quer dizer, a reivindicação de terras próprias inclui os territórios com tudo o que o compõe, flora, fauna e minérios. Cada povo lutava por sua comunidade e seu território.” (SOUZA FILHO; PRIOSTE, 2017, p. 2905 e 2906).

¹⁷⁴ Déborah Duprat e Alfredo Wagner trazem a discussão sobre o que seria ou não considerado um remanescente de quilombo. Pontuam o quanto tais definições eram baseadas em legislações muito antigas, como o alvará régio de 1700 que definia quilombos como agrupamentos de escravos fugidos, tendo como único paradigma conhecido o Quilombo dos Palmares. Isso denota o profundo desconhecimento sobre as formações quilombolas, seus agrupamentos e sua relação com identidades étnicas ancestrais múltiplas. Chega-se, a partir de tais discussões, em ao menos três conclusões: 1) o povo quilombola não é uno, mas múltiplo, com bases diversas de identificação étnica e formação coletiva; 2) As bases legais que definiam o que seria ou não um agrupamento quilombola eram, até pouco tempo, muito antigas e fundamentadas em preceitos externos a esse agrupamento, ou seja, eram detentores de poder (jurídicos, acadêmicos, etc) que definiam o que seria ou não um povo quilombola; 3) As discussões sobre autoatribuição/autodeterminação vêm para tentar reparar um direito

decreto que promulga a Convenção da OIT é descolonial, defendem pesquisadores entrevistados pela FGV ^{FGV_ILE_021}, justamente porque traz o direito de autoatribuição. Trata-se de uma descolonização do olhar jurídico, que permite que povos se autodefinam em acordo com seu próprio reconhecimento étnico e, ligado a isso, permaneçam em seu território tradicionalmente ocupado exercendo livremente suas escolhas políticas, econômicas, sociais e culturais.

O entendimento das populações do Sapê do Norte sobre a ancestralidade de seu povo, suas origens e os direitos que detêm enquanto povos quilombolas foi uma construção paulatina e articulada em conversas, oficinas, eventos, seminários. Nesse processo, tais populações se reconheceram enquanto povo detentor de direitos, inclusive o de autoidentificação, autoatribuição. Pesquisadores entrevistados ^{FGV_ILE_021} contam que essa tomada de consciência enquanto povo formou a Comissão Quilombola de Sapê do Norte e os levou aos pedidos de reconhecimento perante a Fundação Palmares, os quais, até o momento, levaram à certificação de algumas comunidades quilombolas da região, mas não oficialmente à sua titulação. Outros pesquisadores ^{FGV_ILE_022} destacam, no entanto, que a existência de comunidades tradicionais é anterior a qualquer legislação e que, a despeito do reconhecimento externo, as comunidades sabem de onde vieram e para onde querem ir. O assédio a seus territórios, que costumam ser fartos em água, florestas, minério, ou seja, fartos em riquezas, acaba por ser seu grande inimigo. Assim, o processo de reconhecimento é tanto social quanto político e, apesar das comunidades quilombolas (assim como as indígenas, ou outras comunidades tradicionais) não necessitarem de um aval perante instituições como a Fundação Cultural Palmares para se autorreconhecerem enquanto tradicionais ou para terem esse reconhecimento perante a população de maneira geral, esse processo de reconhecimento externo acaba por ser crucial para a defesa de seus territórios. Sem ele, essas comunidades se tornam ainda mais vulneráveis perante os poderes empresariais, e suscetíveis a perdas. “Continuamos sofrendo discriminação desde a escravidão, e continuamos sofrendo a discriminação institucional. Muito difícil” ^{FGV_ILD_070}, relata um dos participantes das oficinas realizadas com quilombolas pela FGV.

Ferreira (2016) relata que, em contraponto a ideia de uso comum da terra por populações tradicionais, o Estado e o capital muitas vezes entendem apenas a linguagem da propriedade privada, ou seja, a ideia de terra como posse, propriedade de um ou de poucos, e não uma terra de pertença e usufruto compartilhados. Não é

histórico desses povos de se identificarem da maneira como pretendem, permanecerem nas terras com as quais criaram relação econômica, social, cultural, política, e os protegerem de uma negociação mercantil de seu território.

costumeiro que os moradores do Sapê do Norte possuam título de propriedade particular das terras onde vivem e nem recursos para efetivar esse processo. Regido pela lógica da terra-mercadoria, o Estado por vezes permitiu e ainda permite a apropriação das terras quilombolas por empreendimentos diversos e, agora, o desastre. “Você luta e quer ter coisas boas para falar, porque território é terra, e terra é poder, então é disputa constante no território [...]”^{FGV_ILD_070}, descreve um dos participantes de oficinas.

É inegável, no entanto, que em acordo com seus direitos, a população quilombola de Sapê do Norte deve poder permanecer em seu território tradicionalmente ocupado e exercer livremente suas escolhas políticas, econômicas, sociais e culturais. Mesmo sofrendo uma série de danos por conta da indústria de celulose, monoculturas e outros empreendimentos, antes do desastre os povos quilombolas do Sapê encontravam-se em um processo de luta e fortalecimento interno para enfrentarem o sistema de expropriação a eles imposto. Calazans escreve sobre a resistência da agricultura quilombola, já acima mencionada:

Essa resistência produtiva dos(as) quilombolas do Sapê desafia a demanda empresarial e consumista pela homogeneidade de fibras e impõe uma diversificação na paisagem. Em meio ao eucaliptal, a agricultura quilombola encontra caminhos de sobrevivência e luta pela reconquista de seus recursos naturais e patrimônio genético. Busca reinscrever, no espaço cartesiano dos eucaliptos, seus signos e referências territoriais: mata, quintal, roça, farinha. Sem tais registros e signos, o processo de autoidentificação não se realiza/atualiza, o que impossibilita outro modelo de ocupação, uso e significação territorial. (2019, p. 2)

Ferreira também escreve sobre o processo interno de enfrentamento de perdas das populações do Sapê:

O que em outros tempos era regido pela lógica do uso comum e da fartura, hoje é afirmado pela lógica da propriedade privada e escassez: de água, de alimento, de vizinhos. No entanto, as resistências tecidas pelas comunidades negras rurais do Sapê do Norte são múltiplas e na última década, foram fortalecidas por sua construção identitária e reconhecimento enquanto remanescentes de quilombos, acompanhados, em alguns casos, por estudos que objetivam a regularização fundiária de seus territórios. (FERREIRA, 2006, p. 3)

Simone Ferreira (2006) defende que a permanência daquelas populações no território e o esforço para o florescimento e revalorização de seus saberes tradicionais fortalece a consciência dessas comunidades sobre o direito a seus territórios tradicionais. A memória então, como será melhor trabalhada na seção subsequente, traz elementos

históricos e fortalece a “apropriação material, simbólica e afetiva do espaço: territorialidades” (p. 14).

Sobre a relação entre território e identidade para as populações quilombolas, Deborah Duprat e Alfredo Wagner (2003) escrevem que suas terras ocupadas se revelam como condição da própria existência do grupo em sua singularidade. A terra, então, não é aspecto patrimonial, não é um bem destinado a ser mercantilizado, comercializado, mas se destina à reprodução e atualização das gerações presentes e futuras e à garantia da possibilidade de transmissão dos valores que orientam esses grupos, sempre em um processo dinâmico, de reprodução, mas também transformação.

Uma das participantes de oficinas realizada exclusivamente com mulheres quilombolas descreve:

N: Somos quilombolas com orgulho. Somos quilombolas com prazer de dizer que nós somos parceiras, somos amigas, somos guerreiras, somos produtoras, agricultoras com muito orgulho. Onde nós passa, nós deixa o rastro. FGV_ILD_076

No florescer desse processo de reconhecimento identitário e resistência quilombola à expropriação de suas terras, ocorre a chegada dos rejeitos de mineração oriundos do rompimento da Barragem de Fundão. O desastre passa a ser, então, mais um limitador dos direitos quilombolas. Como detalhado no levantamento de danos, traz uma série de prejuízos ao livre uso dos recursos naturais locais, prejudica a vinda de turistas para a região e por consequência limita atividades econômicas antes praticadas por tais populações, gera medo da contaminação, migração, prejuízos à saúde física e mental, interfere negativamente em suas manifestações culturais, alimentação, relações sociais.

O desastre do rompimento de Fundão, dessa maneira, compromete a autodeterminação dos povos do Sapê do Norte ao comprometer os recursos necessários à sua subsistência, geração de renda e manutenção de seus modos de vida. Compromete a livre escolha de seus meios de desenvolvimento econômicos, sociais e culturais, a autonomia da comunidade e sua organização sócio-política. Tudo isso afeta a garantia de se determinarem enquanto povo, sua identidade e o curso de sua própria existência.

Pesquisadores entrevistados^{FGV_IJE_022} indicam que o desastre fere o direito de autodeterminação desses povos também ao ser mais um fator que atrapalha seu reconhecimento externo - perante o estado, outros empreendimentos e grupos sociais - enquanto povo quilombola. Ao comprometer seus recursos e meios de vida, o desastre contribui para a migração populacional e pode também contribuir para o enfraquecimento da coesão social local. Com menos força e menos recursos, há menos

possibilidade de luta para o reconhecimento perante o poder estatal. O desastre também fere o direito de autodeterminação desses povos ao não oferecerem escuta e oportunidades dentro dos processos de reparação, como será tratado na seção posterior 4.2.2.3.

A seguir, será discutido como o desastre em questão afeta profunda e negativamente a tradicionalidade da população quilombola do Sapê do Norte, interferindo em sua memória, oralidade, transmissão de conhecimento, práticas festivas e alimentares e gerando, assim, intenso sofrimento social.

4.2.2.2 Práticas culturais, religiosas e de lazer; rede de relações sociais; e vida digna, uso do tempo, cotidiano e perspectivas futuras

Esta seção tem por finalidade aprofundar os aspectos imateriais, culturais e simbólicos relacionados às tradições identificadas no território quilombola do Sapê do Norte. A tradicionalidade representada pelas práticas culturais está incorporada às sabedorias ancestrais que são reelaboradas e transmitidas intergeracionalmente através da oralidade. Será aqui discutido como o desastre do rompimento da Barragem de Fundão prejudica práticas e saberes que compõem a tradicionalidade quilombola do Sapê do Norte gerando, entre diversos outros prejuízos, sofrimento social à população.

4.2.2.2.1 Aspectos gerais

A tradicionalidade é aqui abordada em seu processo dinâmico, característico de um modo de vida que traz consigo uma identidade étnica¹⁷⁵ e um pertencimento em relação a uma ancestralidade comum, sempre em diálogo com o tempo atual.^{FGV_ILE_021} Tradicionalidade, no caso do território em análise, implica fazer parte de uma coletividade que se relaciona com os saberes dos ancestrais africanos e que se organiza a partir de normas coletivas do uso da natureza. Como no exemplo citado por pesquisadores entrevistados:

Eu não vou caçar paca de modo a acabar com ela, pois eu dependo dela [...] Tradicionalidade se refere a dimensão do patrimônio, de modo que a população respeita tanto a existência presente como também as gerações futuras. Tem os que já se foram, temos nós e tem os que virão, que são também nossa marca nesse mundo”.^{FGV_ILE_021}.

¹⁷⁵ A identidade étnica é uma construção utilizada por grupos sociais para afirmar sua distintividade em relação ao outro (FERREIRA, 2020).

A tradicionalidade está presente na memória que de tempos em tempos se atualiza e se reconstrói nos modos de se viver de populações detentoras de uma cosmologia própria e de uma particular visão de mundo.^{FGV_ILE_021}. No Sapê do Norte a tradicionalidade é representada pelas relações de parentesco (compadrio), pelo trabalho e vínculos com o meio ambiente (material e simbólico), pelos laços culturais de sociabilidade e pelas histórias comuns, como expôs uma mulher quilombola em uma interação realizada pela FGV: “a fala de uma contempla a história de todas”.^{FGV_ILD_76}

O Sapê do Norte é constituído por comunidades descendentes de negros que foram trazidos da África e, desde tempos coloniais, orientam-se e recriam suas formas de viver – saberes e fazeres – a partir de uma singular compreensão da vida e da natureza. Agem a partir de cosmologias próprias fundadas em conhecimentos e saberes herdados por esses ancestrais, os quais sobrevivem através da memória e da oralidade do grupo.

Cosmologias definem o lugar que os humanos ocupam no cenário total e expressam concepções que revelam a interdependência permanente e a reciprocidade constante nas trocas de energias e forças vitais, de conhecimentos, habilidades e capacidades que dão aos personagens a fonte de sua renovação, perpetuação e criatividade. Na vida cotidiana, essas concepções orientam, dão sentido, permitem interpretar acontecimentos e ponderar decisões. São expressas através da linguagem simbólica da dramaturgia dos rituais. Música, ornamentos corporais, entre outros recursos, permitem o contato com outras dimensões cósmicas, com momentos outros do mundo e do processo da vida (e da morte) [INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2018].

O povo africano Kongo, ou Bakongo, do mesmo tronco banto, ou Bantu¹⁷⁶ de onde se originam as comunidades quilombolas do Sapê do Norte e inúmeras outras comunidades negras do Brasil, concebem como *kalunga* o conjunto de criações que “transbordou o vazio”. *kongo kalunga* ou *nzambi ampungo*, seria então a energia originária que reúne tudo que existe, toda a presença, a dimensão integral de ser. Em uma leitura mais ocidentalizada, *kalunga* poderia ser interpretada como “Deus”, ou como “oceano” (SANTANA, 2019).

A breve definição de cosmologia acima pontuada somada a esse trecho apresentado pelo estudioso Tiganá Santana oferecem um mapa-pista acerca da complexidade e singularidades que orientam as concepções relativas às formas de compreensão da vida-natureza e, por consequência, do modo de se viver, de se entender e de pertencer desses povos originários e/ou diaspóricos. Apesar de por vezes enigmático para o pensamento ocidentalizado, é possível perceber como as pessoas e a natureza fazem

¹⁷⁶ A partir do século XIX, desembarcaram em número mais expressivo no Brasil, e de forma acentuada na região Sudeste, povos de etnias de matriz cultural Bantu, da África Central, tornando-se a grande maioria da população escravizada ao longo de toda a história do tráfico no Brasil (GALANTE, 2015).

parte de uma mesma dimensão, são indissociáveis, como já destacado na seção 4.2.2.1 acima.

4.2.2.2 Memória e oralidade

Nas interações realizadas pela FGV no território quilombola do Sapê do Norte, foi notória a importância e o lugar de respeito que ocupam os mais velhos das comunidades. A equipe da FGV lançava uma pergunta e o silêncio permanecia até que o quilombola mais velho ou mais velha tomasse a palavra. Os mais jovens aguardavam a autoridade com respeito; ao final da narrativa do mais velho, agradeciam e elogiavam a fala do ancião, expressando admiração e gratidão pelos aprendizados adquiridos através das sábias palavras.

Esse “acontecimento” já possibilita a percepção de ao menos dois pontos importantes que serão abordados nessa seção: a relevância da fala e da palavra para as comunidades quilombolas que se fundam na oralidade; e o respeito para com os mais velhos, detentores da memória e grande responsáveis pela transmissão dos saberes tradicionais e ancestrais.

O historiador Vansina (2010, p. 139-140) retrata de forma pontual o papel central da “palavra” na África:

Uma sociedade oral reconhece a fala não apenas como meio de comunicação diária, mas também como um meio de preservação da sabedoria dos ancestrais, venerada no que poderíamos chamar de elocuições-chave, isto é, a tradição oral. A tradição pode ser definida, de fato, como um testemunho transmitido verbalmente de uma geração para outra.

Já Hampâté Bâ, ao traduzir o sábio Tierno Bokar, coloca: “A escrita é uma coisa, o saber, outra. A escrita é a fotografia do saber, mas não o saber em si. O saber vive na herança de tudo aquilo que nossos ancestrais vieram a conhecer e que se encontra latente em tudo o que nos transmitiram” (HAMPÂTÉ BÂ, 2010, p. 167).

Assim como apresentado pelos quilombolas do Sapê do Norte em oficinas e reiterado por pesquisadores entrevistados, as histórias sobre o território estão presentes na memória dos mais velhos. As narrativas apresentam rastros da “re-existência”¹⁷⁷ do povo do Sapê do Norte, e uma memória que remete a um passado recheado de histórias referentes às experiências vivenciadas pelos antepassados cativos do período colonial. As várias comunidades que pertencem ao Sapê do Norte se encontram por um mesmo fio da memória, unem-se, tomam força e “re-existem” através dos feitos heroicos dos seus antepassados

¹⁷⁷ Referente a uma resistência que vem sendo recriada e reelaborada frente aos impactos externos que chegam aos quilombolas e a seus territórios. FGV_ILE_021

como Benedito Meia Légua, Jacimba Gaba ou Negro Rugério, como é expresso na narrativa abaixo:

N: A gente é originário da África, povo Bantu, de Angola, Moçambique, e em 1.500 quando esses povos chegaram aqui em Conceição da Barra e São Mateus, a primeira entrada na barra de Conceição da Barra, e seguia até o porto de São Mateus. Mas aqui existiu muita resistência. Temos alguns líderes importantes, grandes guerreiros que lutaram contra a escravidão, contra o massacre na nossa região, como Jacimba Gaba, Benedito Meia-Légua, Constância de Angola. A presença da mulher foi muito importante para o fluxo de organização dessa região. Tivemos o Quilombo Negro Rugério, muito disciplinado, que produzia a farinha, o beiju, e é o melhor beiju que existe! Temos o beiju de massa, o de goma, de coco, o de amendoim, o de coco de indaiá. Tínhamos aqui uma diversidade de comidas. Na sexta feira da paixão comíamos o arroz de coco nas casas uns dos outros. O Ticumbi surgiu no Negro Rugério, há trezentos anos atrás. E acabou tudo. Jacimba Gaba era uma mulher que foi fera! Ela tinha um quilombo em Itaúnas, e quando os barcos pequenos desciam até o porto de São Mateus, ela organizava outras mulheres e outros homens e resgatava outros escravizados para formar o quilombo. Foi muito importante. Nós morávamos todos na roça. Os ensaios do Ticumbi eram feitos de casa em casa. Em Itaúnas, Córrego Grande, Porto Grande [...] FGV_ILD_070

Nas comunidades tradicionais é comum que os mais velhos atuem como guardiões das memórias, em uma função social, como expõe Ecléa Bosi, de lembrar e aconselhar, unindo o começo e o fim, ligando o que foi e o porvir (BOSI, 1994. p. 18). Neste sentido, a memória se constitui como elemento fundamental para a reconstituição do processo histórico do Sapê do Norte. É através da memória que essa população recupera acontecimentos, temporalidades, relações, sentimentos, e confere um sentido de identidade social e cultural enquanto povo que habita e pertence ao território.

De acordo com pesquisadores entrevistados FGV_ILE_021; FGV_ILD_022 essa memória coletiva atravessa tempos e caminha de mãos dadas com a oralidade, fonte primordial de saberes de comunidades tradicionais como o Sapê do Norte. Para o estudioso Paulo Dias, a oralidade “é uma forma privilegiada de se dar a conhecer, de produzir/propagar conhecimento, de se identificar e fortalecer enquanto grupo” (DIAS, 2014, p. 339).

Em sua tese de doutorado sobre o Sapê do Norte, a pesquisadora Simone Ferreira conta que foram realizados estudos a partir das histórias orais no território, e durante uma oficina sobre identidade uma moradora diz: “Vocês são quilombo porque sabem contar a história do lugar” (FERREIRA, 2009). Essa afirmação evidencia a importância da memória e da oralidade para a construção da identidade étnica e pertencimento do grupo.

No passado, sem acesso à linguagem escrita, a oralidade era a única forma de disseminação dos conhecimentos e das histórias dos ancestrais. Atualmente, no entanto, pesquisadores entrevistados FGV_ILE_021 contam que há uma grande quantidade

de jovens quilombolas na universidade que decidem por estudar justamente as tradições do seu povo, fazendo a ponte entre a palavra falada e a escrita. Nesse sentido há uma revalorização dos mais velhos e das comunidades, pois as histórias do Sapê do Norte são transformadas em conhecimento científico. A oralidade permanece sendo fonte principal do saber, e os quilombolas se reconhecem enquanto sujeitos históricos. Como apresentado no capítulo de identificação de danos socioeconômicos, a chegada da pluma de rejeitos e dos elementos potencialmente tóxicos no território em questão ocasionou inúmeras alterações no cotidiano, por exemplo, a perda de espaços e insumos que propiciavam práticas de tradição. A descontinuidade de atividades culturais tem por consequência o prejuízo ou a interrupção dessas transmissões de saberes, afetando diretamente os laços de tradição, a liberdade de decisão de como se viver e as perspectivas de futuro da população do território. Nesse sentido, a transmissão da memória quilombola pela oralidade é alterada pelo desastre, que gera mais um processo de expropriação de seus territórios e, consequentemente, de suas práticas e saberes. Perda de práticas e êxodos populacionais afetam profundamente a construção de memórias e a transmissão de conhecimentos ancestrais, como será trabalhado a seguir.

4.2.2.2.3 Transmissão de conhecimentos

Nas comunidades tradicionais, assim como ocorre no quilombo do Sapê do Norte, o desenvolvimento das produções, recriações e transmissões de conhecimentos se constitui num sistema simbólico de redes legatárias que reúnem diversas gerações. Os integrantes dos grupos se compreendem como parte dessa trama que vem sendo tecida há anos e será atualizada por eles. Esses membros se entendem como pertencentes e responsáveis por essa rede de herdar, aprender e ensinar/transmitir, para defender a continuidade das suas tradições. Ensinam os mais novos, assim como aprenderam com seus mais velhos – pais e avós. Desta forma, esse princípio estrutura os modos de se entender, de se viver, de se fazer e de se pensar nas comunidades tradicionais. (OLIVEIRA, *mimeo*).

Os saberes reúnem conhecimentos e modos de fazer próprios dessas comunidades e são transmitidos intergeracionalmente através das práticas culturais, religiosas e de lazer vivenciadas de forma coletiva no cotidiano da população. Pesquisadores entrevistados no âmbito dessa valoração não monetária ^{FGV_ILE_021} relatam que o território possui um rico calendário de festividades e rituais caracterizados por formas de expressão singulares de sua cultura tradicional. Essas festividades englobam desde

a devoção a santos do catolicismo popular até crenças advindas de seus ancestrais centro-africanos: as “mesas de santo”, o ticumbi e o jongo.

De acordo com o pesquisador Paulo Dias, é substancial entre as etnias de origem Bantu o culto aos ancestrais da própria família ou do grupo, pois esses ancestrais sustentariam, pela hierarquia espiritual, a ligação entre os indivíduos vivos com o criador pré-existente. Dessa forma, nas práticas rituais que se fundamentam nessas tradições, é comum que os descendentes convoquem os antepassados para iluminar seus caminhos e os passos aqui na terra.

Numa roda de jongo aparecem muitos jongueiros, e aqueles jongueiros vêm com força, com luz, para nos orientar, para nos dar força, para nos guardar. Nunca se abre uma roda de jongo sem saravar os jongueiros velhos. Eles que nos protegem, que nos ajudam, que vão junto da gente.¹⁷⁸ (DIAS, 2014.p 350).

O Ticumbi, ou Baile de Congo de São Benedito, que ocorre nos meses de dezembro e janeiro, é um dos principais rituais de devoção da região. A festa acontece há mais de 200 anos e os ensaios são realizados na mata, na roça e nas casas dos seus integrantes. Na celebração festiva, há a encenação de uma guerra entre dois reinos africanos, Congo e Bamba. Segundo estudos consultados, Congo representa os quilombolas e Bamba os expropriadores de seus territórios. Os reinos lutam pelo direito de fazer a festa para São Benedito, que simboliza Nzambi, o Deus supremo e criador de todas as coisas. Ao longo da disputa são proferidas palavras metafóricas que homenageiam o santo e protestam contra a expropriação do patrimônio material e imaterial dos quilombolas (OLIVEIRA, *mimeo*).

Outra prática cultural religiosa transmitida pelos ancestrais e pelos mais velhos do Sapê do Norte são as “mesas de santo” que, a depender do ritual, podem ocorrer nas matas ou no terreiro. Esses cultos afro-brasileiros utilizam-se do poder da cura de plantas e animais e, de forma semelhante, estabelecem contato com ancestrais e entidades sobrenaturais para buscar limpeza, bem como a cura física e espiritual por meio dos saberes e conhecimentos sagrados (FERREIRA, 2009).

Como pode ser observado, essas práticas ritualísticas/religiosas ocorrem pela comunhão de três elementos: a presença da coletividade (descendentes), o meio ambiente, como lugares de crença e morada ancestral, e os insumos naturais ofertados por esse meio. Sendo assim, o desaparecimento de espécies vegetais e animais, a

¹⁷⁸ Depoimento de jongueira no filme de XAVIER, Rubens (Dir). *Feiticeiros da palavra*. (Associação Cultural Cachuela/TV Cultura, 2001). Saravar jongueiro velho significa saudar os jongueiros já falecidos.

contaminação desses espaços ou a impossibilidade de esses grupos permanecerem no território devido aos danos advindos do rompimento da Barragem de Fundão comprometem todo o universo material e simbólico do Sapê do Norte. Pesquisadores entrevistados^{FGV_ILE_021} explicam que, para os quilombolas do Sapê do Norte, o meio ambiente é a morada dos encantados que cuidam da própria natureza para, inclusive, garantir a permanência da população no local. A degradação do meio ambiente fere a cosmologia desses povos, pois causa a morte dos deuses e seres que são cultuados e componentes centrais para a realização dos rituais.

Os diálogos realizados pela FGV com as populações quilombolas confirmam a presença fundamental dessas tradições e práticas religiosas no cotidiano dos moradores, bem como a importância dessas manifestações populares para a manutenção cultural, memória ancestral e fortalecimento de vínculos sociais entre as comunidades. A chegada da pluma de rejeitos no território desestruturou diversos aspectos do modo de vida das comunidades do Sapê do Norte, comprometendo as produções, os encontros comunitários e a transmissão desses conhecimentos, conforme pode ser observado nas narrativas abaixo:

N: Na verdade, aqui os homens da nossa comunidade, a maioria do grupo de Ticumbi de São Benedito é da nossa comunidade. E os mesmos homens que participam do grupo de Ticumbi, participa no jongo, que são os batedores dos instrumentos. As crianças também batem o tambor, tem os homens do reco-reco. Os homens fazem parte de dois grupos e as mulheres fazem parte só do jongo.^{FGV_ILD_76}

N: É um impacto muito grande na transmissão de saberes [...] Você quebra aquele elo para passar os saberes. É um elo que se quebra. A partir do momento que você não consegue transmitir, você não aprende. E isso se dava de pai pra filho. O Ticumbi também é passado de geração em geração, e tá comprometendo. Nessa parte cultural, eu acredito que as festas também foram impactadas, as festas dos nossos padroeiros tiveram uma redução. E isso também tem a ver com a transmissão de saberes.^{FGV_ILD_070}

O momento de preparação da festa e os dias de festejo proporcionavam encontros comunitários de lazer e divertimento para a população, contribuindo para o fortalecimento das redes de solidariedade do território. A pesquisadora Simone Raquel Batista Ferreira descreve as festas em homenagens aos santos como sendo espaços de sociabilidade onde ocorrem o encontro do sagrado e do profano, o desfrute do tempo do ócio e a devoção religiosa. No Sapê do Norte, essas festas tradicionais são conhecidas por “brincadeiras”, e são vibradas pela música, pela poética e pela devoção religiosa (FERREIRA, 2009). Toda essa realidade foi alterada, causando profundos danos imateriais para as comunidades quilombolas.

N: Acabou isso [momento de festejar]. Isso que a gente tinha acabou. A nossa comunidade aqui a padroeira é Nossa Senhora Aparecida, a gente tinha muita festa, ladainha, as coisas aqui, tinha forró, pra quem gosta desse divertimento. E hoje não tem mais, dificultou mesmo. Porque hoje a gente não tem mais aquele contato de estar um com outro, as mulheres, aquele grupo, né? Um vizinho, um na casa do outro. [...] No mais, ficou difícil.^{FGV_ILV_076}

A narrativa acima revela um sentimento de pesar e de saudades. A quilombola fala sobre referências de vida que já não encontra mais nas comunidades do Sapê do Norte. Os fazeres comunitários, a maneira cooperativa que as relações estabeleciam foram impactados de forma negativa pelo desastre.

Como parte desse conjunto de saberes e fazeres tradicionais, compondo com os festejos locais, há também a prática do artesanato. Para ela, as comunidades se utilizavam de vegetações nativas e recursos minerais argilosos que foram comprometidos pelo rompimento da barragem. Cipós e fibras de taboa, bastante utilizada na produção de utensílios domésticos e artesanatos como cestos, esteiras e colchões, foram citados como prejudicados:

N: Essa esteira de taboa era o que o povo usava de colchão antigamente, a gente se deitava pra conseguir descansar, fazia parte da nossa cultura, e com a Samarco isso se perdeu. Alguns cipós, como a uruba, que davam na margem do rio, também se perderam, e quando tem não pode pegar porque está contaminado, que usava para fazer cestos, peneiras, vassouras. O barro que fazia pote, moringa, não pode mais usar também. E o barro também usava pra nossa saúde.^{FGV_ILD_070}

Os prejuízos à natureza local também afetaram as práticas de cura, ou “saberes mágicos de cura e parto”,¹⁷⁹ em que eram confeccionados medicamentos extraídos da flora e da fauna para a cura de variadas enfermidades (FERREIRA, 2009). Em pesquisa realizada no Sapê do Norte foram encontrados mais de 200 medicamentos extraídos de plantas e animais, o que revela a intensidade de experimentos e a longevidade histórica de realização dessas práticas. Vale ressaltar que as práticas tradicionais de cura do território, em virtude do acúmulo de conhecimentos, são realizadas em sua maioria por pessoas com mais idade e estão presentes no referencial simbólico fundado no universo espiritual, sendo muitas delas, como o parto e o benzimento, acompanhados de rezas (FERREIRA, 2009).

Nas interações realizadas pela FGV exclusivas com grupos de mulheres do Sapê do Norte, quilombolas expuseram que existem pessoas especializadas nesses saberes, as

¹⁷⁹ As práticas de cura são apresentadas como saberes mágicos de cura e parto, pela pesquisadora Simone Raquel Batista Ferreira, em seu estudo intitulado “Donos do lugar: a territorialidade quilombola do Sapê do Norte” (2009, p. 211).

quais ocupam lugar de respeito por serem conhecedoras das plantas de uso medicinal.^{FGV_ILD_07} Nesses diálogos com a população, o banho de rio com a família e o contato com a natureza também foram apontadas como práticas cotidianas que contribuem para o bem-estar e saúde do corpo e da mente.^{FGV_ILD_076}

Nos diálogos realizados com a população quilombola foram coletadas narrativas referentes a perdas na diversidade de argilas e plantas medicinais, como a ciporoba e o pau-pra-tudo, após a chegada dos rejeitos de mineração:

N: E eu trabalho com as plantas medicinais há muitos anos, e [sem a água de qualidade] também acabou com as plantas medicinais. É muito difícil achar um pau-para-tudo, uma ciporoba, outros remédios que tinham, ficou tudo difícil [...] acabou com nosso Sapê do Norte, esse desastre da Samarco.^{FGV_ILD_070}

O rompimento da Barragem de Fundão afeta todas as práticas acima citadas ao contaminar ou diminuir a disponibilidade desses recursos e bens naturais tão utilizados no cotidiano quilombola. Causa danos imateriais às comunidades do território, de maneira que impossibilita a continuidade de um sistema de conhecimentos ancestrais fundamentais para a reprodução dos modos de vida locais.

4.2.2.2.4 Práticas culturais alimentares

Como já abordado nesta seção e descrito de maneira mais detalhada no tópico sobre “Relações com meio ambiente”, o Sapê do Norte é um território tradicional quilombola onde o modo de vida vai sendo construído em diálogo profundo com a natureza. O meio ambiente e as pessoas que o habitam possuem um estreito vínculo ancestral, cultural e afetivo. De acordo com estudos consultados,¹⁸⁰ a região em sua origem, era formada por um ambiente de floresta tropical pluvial dos tabuleiros terciários, ou seja, havia uma rica floresta densa com enorme diversidade de fauna e flora, de maneira que os habitantes do Sapê organizavam sua existência material e simbólica num território de uso comum, onde a natureza era provedora da água, da terra e do alimento.

Segundo Maciel (2001, p.145), “o alimentar-se é um ato vital, sem o qual não há vida possível, mas ao se alimentar, o homem cria práticas e atribui significados àquilo que está incorporando em si mesmo”. O mesmo autor afirma que as práticas alimentares podem ser entendidas como identidades culturais, onde grupos marcam suas distinções, se reconhecem e são reconhecidos (MACIEL, 2005). As bibliografias consultadas no contexto dessa valoração não monetária apresentam o Sapê do Norte

¹⁸⁰ Conforme: FERREIRA (2009); CALAZANS (2010).

como um território que possui formas singulares de se fazer agricultura e de se relacionar socialmente com o alimento. Em um de seus estudos, Ferreira descreve que esses saberes próprios do território são:

As categorias nativas, que expressam estas formas peculiares de leitura e apropriação do mundo; a observação acerca dos sinais do tempo atmosférico e da fertilidade do ambiente; as práticas de cooperação guiadas pelo princípio da solidariedade e reciprocidade; a cosmologia que orienta o melhor momento para os plantios e o extrativismo – o tempo das águas e os ciclos lunares, buscando a otimização do que o meio pode oferecer; a diversidade de espécies de alimentos e medicamentos – que revelam uma longa observação, manuseio e experimentação [FERREIRA, 2010, p. 12-13].

Estes saberes e práticas culturais da comunidade tradicional, como já descrito em outros itens deste estudo, são dinâmicos, seja porque a memória reelabora conhecimentos, seja por mudanças em outros fatores, como a quantidade de população ou alterações ambientais (LOPES, 2016). Nos diálogos realizados pela FGV, a população quilombola expôs que os rejeitos oriundos do desastre da Samarco prejudicaram de forma crucial suas práticas alimentares. Houve relatos sobre a impossibilidade de irrigação dos produtos agrícolas devido à contaminação da água e também sobre o desaparecimento de inúmeras espécies que eram a base da alimentação cultural e nutritiva, bem como contribuíam para a geração de renda como pode ser observado pelas narrativas abaixo:

N: Os caranguejos, por exemplo, diminuíram, os manguezais têm algumas partes que ainda se encontra algum caranguejo para vender, mas nós não podemos comprar, porque está difícil de ter, e está caro, e era parte importante da nossa comida. O caranguejo para mim sempre foi almoço, não tira-gosto. Pirão de caranguejo, arroz e feijão. A carne era o caranguejo. E era muito boa essa alimentação.^{FGV_ILD_070}

N: Além dos peixes, os temperos também acabaram para a nossa alimentação, como o coentro maranhão, as plantas que ficavam na beira do rio, que não dão mais também. A gente plantava no quintal de casa e hoje quase não tem. Esses temperos contribuíam na nutrição, e temperavam o peixe.^{FGV_ILD_070}

Até mesmo a farinha de mandioca, alimento fundador do Sapê do Norte, não é produzida na mesma escala de antes do desastre. Isso se deve ao fato de que grande parte da produção de farinha era destinada ao comércio e ao turismo. Com a contaminação pelos rejeitos, os turistas deixaram de frequentar a região e muitos quilombolas deixaram de produzir a farinha e o beiju, deixando as “farinheiras por conta dos cupins”, como expôs, com tristeza, uma quilombola.^{FGV_ILD_076}

Há um intenso debate sobre alimentação e soberania alimentar no Sapê do Norte. Em 2009, o território recebeu a visita do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa

Humana, vinculado à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, que comprovou uma situação de insegurança alimentar nas comunidades quilombolas, associada à violação do direito à alimentação adequada e falta de acesso ao território. Após esse episódio, houve grande movimento local de ação e resistência produtiva, em que a população, tendo as mulheres como protagonistas, se voltou para a reelaboração de práticas tradicionais de agricultura como alternativa para a sobrevivência e luta pela reconquista de seus recursos naturais (CALAZANS, 2010). A busca pela retomada da soberania alimentar voltou a se tornar uma prática no Sapê do Norte. Para Maluf (2007, p.146-147), “a noção de soberania alimentar se refere ao direito dos povos de decidirem o que querem comer e como querem comer, o que querem produzir e como querem produzir seus alimentos”.

A alimentação dos quilombolas do Sapê do Norte era complementada através de doações e trocas comunitárias entre pescadores e agricultores. As trocas eram realizadas no próprio território ou nas feiras da região. Além de servir como complemento para uma alimentação nutritiva, essas trocas e doações de alimentos fortaleciam as redes de solidariedade e os vínculos entre as famílias.

Todo esse histórico evidencia que a chegada da pluma de rejeitos da Samarco no território quilombola potencializa a situação de vulnerabilidade e insegurança alimentar já existente em momento anterior, pois contamina os recursos alimentares de uma população que se encontrava num momento de fortalecimento das práticas culturais alimentares e recuperação ambiental. Após o desastre, a prática secular da troca e partilha foi extinta por não mais haver excedente, nem para o pescador e nem para o agricultor. Ao longo dos diálogos com a população houve inúmeros relatos sobre como o comprometimento das trocas e doações desestruturou o modo de vida, a solidariedade comunitária e a alimentação de toda comunidade.

N: Então, o produto que ele [pescador] trazia já ia complementar a alimentação do agricultor e ele já levava o produto do agricultor para completar a alimentação dele, né? Que trocava por farinha, trocava por beiju, trocava coco, por jaca e assim sucessivamente. E isso era uma coisa que acontece, que acontecia, né? Em todos os territórios, em todos os quilombos. Essa troca de parceria. Às vezes você fala na venda, mas não era só na venda, era na alimentação também.^{FGV_ILD_076}

Segundo o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), a alimentação está relacionada com aspectos identitários ligados à memória, tradições e simbolismos que fazem parte da vida social, e está presente, por exemplo, em

celebrações sociais e rituais religiosos.¹⁸¹ Conforme os livros de registro do Iphan, as celebrações¹⁸² também são consideradas patrimônio cultural imaterial e marcam a vivência coletiva, o entretenimento e a religiosidade dos grupos, englobando inclusive a preparação e o consumo de alimentos e bebidas.

Os entrevistados para esse contexto da valoração não monetária, quando questionados sobre o tema das práticas alimentares, afirmaram que a própria devoção a São Benedito simboliza a relação que a população possui com o alimento. A história de São Benedito conta que ele foi um cozinheiro negro que trabalhava em um convento. Em suas saídas, Benedito escondia alimentos em um cesto e distribuía para a população pobre e faminta. Certa vez foi interceptado por um superior que perguntou o que ele levava no cesto. Benedito então respondeu que eram flores e, ao remover o pano que cobria o cesto, os alimentos haviam se transformado em cravos, rosas e flores de laranjeira. São Benedito, a partir daí, tornou-se símbolo da fartura e o santo protetor dos pobres.

Pesquisadores entrevistados^{FGV_ILE_021} relatam que toda a população da região é devota do santo negro, e que ele está presente no cotidiano e na memória da população desde o período colonial. São Benedito é o santo mais homenageado do território e para ele são oferecidos inúmeros festejos, como no caso do Ticumbi. Ele simboliza a fartura da natureza e dos alimentos, mas seus festejos foram mais uma das práticas prejudicadas pelo desastre do rompimento da Barragem de Fundão.

N: Os ritos como o Ticumbi sempre estão relacionados com alimentos, sempre há ofertas para os convidados. E aí isso é afetado [pelo desastre] seja pela própria alimentação, contaminação ambiental, seja pela venda, que geram menos condições de renda. Então a comida aqui está sempre nas festas. Cada festeiro pode até viver na escassez, mas em dia de festa tem que ter comida para todo mundo, todo mundo come. Pra você ver como entra no simbólico diretamente [...] São Benedito é muito forte e as festas são cheias de flores, que representam o simbolismo do alimento.^{FGV_ILE_021}

Nos diálogos com a população quilombola foram coletadas narrativas emocionadas que expuseram a dificuldade de manter o cortejo fluvial de São Benedito por conta da

¹⁸¹ “A alimentação é patrimônio cultural de uma sociedade. Ela imprime as identidades sociais e regionais, preserva a memória originária das famílias, tradições e simbolismos de um povo. O ato de comer e compartilhar refeições faz parte da vida em sociedade, está presente nas celebrações sociais, faz parte da história e rituais religiosos, reforça o sentimento de pertencimento a uma comunidade, região e época” (CONSEA, 2015d, p. 17 apud PIERONI, 2018, p. 69).

¹⁸² “Celebrações são ritos e festividades que marcam a vivência coletiva de um grupo social, sendo considerados importantes para a sua cultura, memória e identidade, e acontecem em lugares ou territórios específicos e podem estar relacionadas à religião, à civilidade, aos ciclos do calendário, etc. São ocasiões diferenciadas de sociabilidade, que envolvem práticas complexas e regras próprias para a distribuição de papéis, preparação e consumo de comidas e bebidas, produção de vestuário e indumentárias, entre outras” (IPHAN, s.d.).

contaminação e assoreamento dos rios e córregos da região e também em decorrência da diminuição do turismo e renda da população. Após o desastre, os devotos encontram dificuldade para aquisição dos alimentos que eram doados para serem ofertados aos participantes da celebração.^{FGV_ILD_069}

N: As comunidades levavam muitas comidas típicas para alimentar todo o pessoal que frequentava as festas. Por exemplo, quando o cortejo do Ticumbi chega em Conceição da Barra, e tinha muita gente lá. Teve muito impacto.^{FGV_ILD_069}

Para a antropóloga Ana Maria Canesqui, hábitos e lógicas alimentares “trazem a marca da cultura, da aprendizagem e da socialização, assim como são permeadas pelo simbolismo, pelas crenças, pelas identidades sociais, pelas condições materiais e pelo acesso” (CANESQUI, 2005). Uma reflexão acerca da aprendizagem e da socialização, assim como citada pela autora, foi apontada pelas comunidades do Sapê do Norte com preocupação. Como já apresentado acima, o território se fundamenta na tradição oral e muito da transmissão de conhecimentos realizada intergeracionalmente ocorre através das práticas culturais junto ao meio ambiente. Sendo assim, se o meio ambiente agora contaminado não oferta possibilidades de efetivação das práticas, os saberes e sabores que seriam transmitidos acabam sendo ameaçados. Nas interações realizadas pela FGV, a população deixou evidente que o desastre comprometeu a cultura alimentar e o vínculo com a tradição, principalmente por parte das gerações mais novas:

N: [...] Tem crianças que hoje não conhecem mais, ou não sentem o sabor de um beiju. É maravilhoso a gente saber que a nossa tradição, desde a época dos nossos avós, é o beiju, é a farinha de amendoim, que vinha para as nossas mesas, nossos alimentos. E hoje, nossos netos, ou nossos bisnetos não sabem o que é um beiju.^{FGV_ILD_076}

N: Nós quando criança pescávamos, e hoje nossos filhos não têm mais essa tradição por causa dessa barragem. A gente quer que as crianças e jovens estudem e continuem na comunidade, para dar continuidade aos costumes e tradições, para que a comunidade não morra. E está cada vez mais difícil isso.^{FGV_ILD_069}

Os prejuízos ou a impossibilidade de continuidade das práticas culturais, religiosas e de lazer adoecem não somente o corpo, mas também ferem a liberdade e a existência daqueles que descendem da natureza que os cerca e são alicerçados pela memória ancestral.

De acordo com Carlos Frederico Marés de Souza Filho, esse vínculo das comunidades tradicionais quilombolas com a natureza pode ser compreendido através de uma filosofia espiritual dos povos Bantu, conhecida como Ubuntu, em que a terra é uma entidade espiritual na qual se origina a fonte da vida. As pessoas pertencem à natureza,

sendo assim, relacionam-se com o meio natural de forma harmoniosa e equilibrada. Esse fundamento Ubuntu é contrário à lógica ocidental moderna que propõe a separação do homem e da natureza como justificativa para a exploração desenfreada dos recursos naturais. A degradação ambiental agride as tradições desses povos tradicionais (SOUZA FILHO, 2021).

N: São empresas riquíssimas, do exterior, e estão acabando com o povo brasileiro, trazendo dificuldade para nós. [...] A gente vivia feliz, e hoje a gente vive nesse aperto. E sem valor.^{FGV_ILV_070}

N: Fico preocupada também com nossos jovens, nossas crianças, coitados, que nem sabem quando está bebendo uma água e saboreando um peixinho frito. Não sabe o que eles estão ingerindo, o veneno, né? O tóxico que eles estão ingerindo. Depois vai embora cedo, devido a uma infeliz de uma empresa, uma irresponsabilidade.^{FGV_ILV_076}

As narrativas de lamento das moradoras quilombolas manifestam a indignação pelas consecutivas e insistentes intervenções de degradação por parte de empresas, que ocorrem desde a chegada da monocultura do eucalipto. Como pode ser observado na narrativa abaixo, a desestruturação das práticas culturais e do modo de vida tradicional, para além dos danos imateriais do presente, trazem uma preocupação sistemática dos quilombolas com mais idade com as perspectivas futuras das gerações mais novas e a continuidade da tradição.

N: Como eu vou explicar pro meu filho que ele não vai poder pescar no [rio] Cricaré por causa do desastre? Como os filhos vão seguir a tradição? É uma grande perda na cultura, no meio de sobrevivência, no nosso modo de viver.^{FGV_ILV_070}

Todas essas questões acima relatadas relacionadas à perda de tradicionalidade e muitos dos hábitos cotidianos são geradores de intenso sofrimento social à população atingida, assunto que será esmiuçado a seguir.

4.2.2.2.5 Sofrimento social

Como já fartamente descrito nessa valoração não monetária, a degradação de matas, água, terra, peixes etc. no território quilombola do Sapê do Norte significa a própria degradação da vida dessa população, gerando a elas intenso sofrimento social. Se suas atividades cotidianas, desde as ligadas a geração de renda até aquelas de lazer e contemplação, passavam pela relação com a natureza, a degradação dessa natureza acarreta consequências diversas às pessoas e famílias locais.

Pesquisadores entrevistados pela FGV ^{FGV_ILE_021} contam que na chegada dos rejeitos ao território se depararam com pessoas chorando, chamando o rio de “pai”. Para tais populações, a natureza não toma a dimensão de recurso passível de apropriação e intercâmbio, mas é algo que faz parte de si, além de ser ente sagrado e morada de deuses.

São relatadas nas oficinas realizadas como as perdas ambientais afetam os recursos econômicos e trazem preocupações em relação ao sustento familiar: “Porque ver que o rio está poluído, que está sem o seu sustento, isso afeta também a mente. E deixa um certo vazio”. ^{FGV_ILD_076} São trazidas também preocupações com dívidas que geram agonia, desespero, doença:

N: Os mais velhos falavam que a gente não é obrigada a fazer trato, mas quando faz o trato, é obrigada a cumprir. Se a gente faz uma dívida, vai chegando o dia de você pagar, e se você é trabalhador rural, trabalhou para pagar o que você comprou, se não vende o produto, não traz o dinheiro, você volta pra casa e fica agoniado, não consegue dormir, então eu acho que esse desespero é uma doença. ^{FGV_ILD_069}

N: Tirávamos as coisas que nos alimentavam [da produção do projeto], aí comprava um remédio, pagava a conta de luz, de internet, as vezes precisava pagar uma consulta com um [médico] especialista, um exame, mas está difícil pagar tudo. Aí ficamos doentes da mente, que ficou inchada, grossa, de estarmos preocupado sem saber o que fazer. Você fica desesperado. ^{FGV_ILD_069}

A chegada dos rejeitos ao território do Sapê do Norte traz inseguranças, incertezas quanto aos materiais tóxicos neles contidos e as consequências passíveis de serem geradas à população que se utiliza dos recursos locais. De acordo com pesquisadores entrevistados, ^{FGV_ILE_022} para povos quilombolas o território, a água, a saúde e a alimentação estão interligados, e é muito comum o adoecimento de tais populações quando não conseguem reproduzir seus modos de vida da maneira como consideram adequada. A produção para autoconsumo e o cuidado com a natureza são também fatores protetivos da saúde física e mental.

Com o desastre, o medo passa a ser uma frequente no cotidiano de tais populações. Passa a intermediar os contatos com a natureza, o roçado. Há muita preocupação em relação a água e alimentos. É declarado, inclusive, medo de que se esteja envenenando a própria família ao provê-la com água e alimentos oriundos do território.

N: Quando venho pra rua [para a cidade], eu tenho dúvida de beber essa água [da rede de abastecimento do município]. Porque eu quero cuidar da minha saúde. Desde essa época eu compro água mineral, com medo de tomar essa água. Se tem chumbo, mercúrio, zinco, esses minérios bravos, eu tenho medo, porque eu quero viver, eu tenho sessenta e seis anos, e eu amo a vida. ^{FGV_ILD_070}

N: Na saúde são vários impactos, não só na saúde física, mas na saúde mental é muito difícil. Quem precisa do rio para buscar seu alimento, para gente que está vendo nosso rio sendo deteriorado, algo que era potente, e agora está morrendo, causa uma agonia na mente.

FGV_ILD_070

Relatos de agonia, insônia, incerteza, insegurança, são todos muito frequentes e estão dispostos em grande quantidade na seção dedicada à saúde no levantamento de danos. Em relatórios anteriores, a FGV escreve sobre a situação de sofrimento social ocasionada por desastres:

Para diferentes autores (KLEINMAN, DAS e LOCK, 1997; MAGALHÃES, 2007; OLIVEIRA, 2014; ZHOURI et al., 2016; SILVA, 2017), o sofrimento social é entendido como um fato socialmente construído e compartilhado, que resulta de experiências de trauma e distúrbios relacionados a um poderio político, econômico e/ou institucional. Deste modo, embora possua manifestação subjetiva individual – tristeza, lamento e dor –, seu fundamento é interpessoal. O sofrimento social também pode ser identificado enquanto “vivência compartilhada de perigo, incerteza e fragilidade que se produz em um espaço social cujas posições e relações produzem experiências comuns e sentidos intercambiáveis” (OLIVEIRA, 2014, p. 135-136). Além disso, suas causas são, em geral, encontradas em situações externas a uma determinada comunidade ou agrupamento social, o que exige elaboração coletiva de sentido e significado.

Ressalta-se também que, como destacado em outros relatórios da FGV, apesar do sofrimento social ser parte intrínseca de processos disruptivos e externos como desastres, ele não costuma figurar com a devida importância nas reflexões produzidas sobre a temática, o que acarreta um silenciamento acerca desse aspecto. Pesquisadores entrevistados ^{FGV_ILE_022} indicam que apesar de muitas das discussões sobre desastres tratarem da centralidade do sofrimento das vítimas, na prática essa centralidade inexistente e é tomada por processos que não permitem às populações terem agência sobre seu próprio futuro. Esse é, então, um processo de violência contra as populações atingidas, que causa a elas um sofrimento que é individual, mas também compartilhado.

Pesquisadores consultados ^{FGV_ILE_021} relatam que o contexto de sofrimento social foi efetivamente instaurado no território de Sapê do Norte após o desastre da Samarco. Contam sobre um cotidiano de angústia, falta de perspectiva, desvinculação de jovens, perda de sonhos. O conceito de “imprensamento” criado pelos próprios quilombolas e especificado anteriormente explicita bem a situação de sofrimento a que estão expostos. Se com tanta expropriação por empreendimentos anteriores, como o eucalipto, já tinham seus territórios e, conseqüentemente, seu direito de autodeterminação prejudicados, o desastre e a chegada de rejeitos às águas e terras que ainda mantinham trazem uma

sensação física, mental e um contexto socioterritorial de imprensamento, esmagamento. São encurralados, apertados por todos os lados, ficam sem brechas, sem respiros. “Além dos eucaliptos sobre a terra, temos o óleo¹⁸³ sobre o mar e a lama sobre a água. E agora o vírus¹⁸⁴ no ar. É muito desastre”, FGV_ILD_070 comenta um dos moradores locais. A temática do sofrimento social é presente de maneira estrutural e sistemática nas falas das pessoas atingidas, desde o relato das notícias de chegada dos rejeitos ao local, incertezas sobre suas consequências, danos experienciados, até a negligência do processo de reparação em curso, conduzido pela Fundação Renova e empresas causadoras do desastre, como será abaixo trabalhado. Trata-se, então, de uma questão contínua, que só se faz agravar com o passar do tempo e o aumento das preocupações, sem perspectivas claras de melhoria de sua condição. Pesquisadores entrevistados FGV_ILE_022 apontam que a impossibilidade de manutenção de práticas alimentares, econômicas, religiosas, culturais, ou seja, a reprodução material e imaterial de seus modos de vida, é geradora de amplo sofrimento social.

Mesmo dentro do mesmo território, grupos sociais em específico sofrem as consequências do desastre de maneira diferenciada. As narrativas abaixo, por exemplo, ilustram alguns dos relatos advindos de oficinas realizadas exclusivamente com mulheres, sobre as quais, por uma série de questões sócio-históricas, recaem os cuidados de si e da família:

N: A mente da gente ficou doente com tudo que nós passamos e até hoje não recuperamos ainda, porque aquilo que a gente tinha não tem mais, aquilo que a gente fazia não consegue mais fazer daquele jeito. Hoje você não consegue ganhar aquilo que você ganhava. Tudo isso a gente fica preocupado e aí a preocupação vai fazendo o que na vida da gente? Adoecendo. Então é esse sentido de tudo o que as colegas disseram. Tudo isso causa doença na gente. Doença também porque você não consegue trazer pra dentro de casa aquilo que você trazia. Você está doente, você adocece. FGV_ILD_076

N: Então, acabando isso, adocece a gente. Não só pelo alimento que a gente estava se alimentando, que uma coisa que já está prejudicado com um negócio desse, uma lama, qualquer um dano, um veneno. Você sabia que estava alimentando disso porque era uma coisa, não tinha jeito de sair dele. Isso já causa uma doença. Mas a gente fica doente também, como eu falei, por falta das coisas que a gente não estava conseguindo trazer pra dentro de casa, e as crianças sentindo falta daquilo e reclamando. Ai aquilo você não consegue dormir pensando. Ai amanhã é uma dor de cabeça, pressão alta, tudo isso vem causando na vida da gente. FGV_ILD_076

¹⁸³ Em referência ao derramamento de óleo ocorrido no litoral do Brasil no ano de 2019 que, até hoje, não possui responsabilidades claras, mas gerou danos em grande extensão territorial, inclusive ao litoral do ES.

¹⁸⁴ Em referência à pandemia de Covid-19, iniciada no ano de 2020.

N: Porque como eu já te falei, quanto você fica muito preocupado, você vai ali não consegue, volta acá não consegue, você fica com a cabeça sem saber de onde vai... principalmente a gente que tem família, né? A gente não pensa só na gente, pensa na família, nas crianças, nos jovens, nos adolescentes, que a gente fica preocupado, porque não tem aquilo... a gente fica preocupado que a cabeça... quem vai saber a cabeça de jovem, né? [...] A preocupação da gente adoce também. O povo está doente de muito pensamento, muita preocupação.^{FGV_ILD_076}

Outro marcador social afetado negativamente e de maneiras específicas pelo desastre é o da juventude. Sem perspectivas de manutenção de pesca, agricultura e outras atividades econômicas e de subsistência, tendo sido prejudicados em suas práticas cotidianas de lazer e culturais, ligadas aos rios, estuários e mares, esses jovens acabam, em muitas das vezes, não contando com a opção de permanecer em seus territórios e propagar, por lá, as práticas e saberes aprendidos de seus ancestrais. Pesquisadores entrevistados^{FGV_ILE_022} tratam da dificuldade de manutenção do lazer cotidiano desses jovens que antes iam para os rios, participavam de festas típicas, contavam com mais condições de manutenção de uma vida considerada digna e prazerosa.

Nesse contexto, é gerado sofrimento aos jovens por terem de se separar de suas famílias e deixar seus territórios de maneira compulsória, não eleita; é gerado sofrimento às famílias que ficam por terem de substituir o cuidado com a juventude e o ensino de sua tradicionalidade por preocupações em relação ao futuro desses jovens; e, ainda, a manutenção dos modos de vida locais e dessa tradicionalidade é colocada em risco pelo êxodo territorial. Pesquisadores entrevistados pela FGV^{FGV_ILE_024} explicam como o território é a base de um processo por eles denominado “condição juvenil”. Trata-se do desenrolar de uma construção social da juventude, uma maneira de ser e de se estar jovem, que é composta por elementos variados, entre eles o território, o chão, a materialidade na qual se conforma a juventude enquanto categoria sociológica.

Como pontuado ao longo de toda esta seção e também por pesquisadores entrevistados,^{FGV_ILE_024} o território não é apenas um espaço físico, mas é conformado pelos sujeitos em espaço social que permeia vidas, narrativas. Dessa maneira, diferentes territórios não se constituem como meros palcos da vida juvenil, mas sim participam ativamente da produção dessas identidades e da maneira de ser e se tornar jovem. O conceito de territorialidade acima trabalhado coincide precisamente com tal leitura. Assim, juventudes quilombolas, juventudes urbanas, juventudes periféricas, indígenas, ribeirinhas, sem-terra, constituem-se de maneira diferenciada por serem conformadas em diferentes territorialidades. O território é, então, parte estruturante da

construção de identidades e tradicionalidades, ou seja, o pertencimento a um território, enquanto espaço social, possibilita a construção de identidades.

O êxodo acarretado por falta de oportunidades de permanência no território do Sapê do Norte implica que a construção de identidade desses jovens seja realizada na relação com outros grupos sociais e territórios, o que leva a uma fragmentação, uma quebra na construção do projeto de vida desses jovens que, pela fase da vida, passavam por um momento justamente de construção de identidades. Eles acabam por se tornar literalmente sem chão quando suas poucas oportunidades são prejudicadas pela contaminação de água, terras, peixes, plantas. Isso gera dificuldades de pensar em suas possibilidades de existência. Com o deslocamento de moradia, os projetos identitários são colocados em xeque, pois transfere-se algo que era projetado naquele território para outros lugares, muitas vezes antes não cogitados. Nesse contexto, os projetos de futuro e relações de trabalho têm que ser alterados, já que são permeados por saberes intergeracionais, relações sociais e contextos territoriais.^{FGV_ILE_024} Isso tudo desvincula as populações de seu território, como destacado na seção 4.2.2.1. Sobre as relações de trabalho, pesquisadores entrevistados acrescentam:

Isso porque além da renda o trabalho tem vários outros sentidos, na independência pessoal, na dignidade, relação entre pares, relação de ensino e aprendizagem que vai acontecer nas relações com outras gerações, nas construções das relações sociais, especialmente porque eu considero que o trabalho faz juventudes, entre aspas, pois o jovem também se constrói a partir das relações de trabalho, seja ele um trabalho deformador (precário, subalterno) ou um trabalho formador que dialoga com a agenda de trabalho decente. Já a alguns anos defendemos a agenda de trabalho decente para juventude, no qual o primeiro ponto é que esse jovem tem direito ao trabalho. Esse rompimento e essa perda de atividades realizada na relação com as outras gerações, isso impacta diretamente o direito desses jovens de poder ter a transmissão de saberes na relação com seus familiares, com a comunidade que está ali, até mesmo de poder escolher. Em que medida os jovens escolhem ou são escolhidos pelo trabalho? [...] Em que medida esse jovem é considerado como sujeito ou não de direito? Esses impactos afetam diretamente a juventude enquanto categoria e a todos os jovens, pois é uma das formas do trabalho se constituir através dessa transmissão, da relação, uma relação bonita da ancestralidade, das gerações, o que impacta na ancestralidade, visto que: quem vai aprender determinados saberes? Repassar? ^{FGV_ILE_024}

Dessa maneira entende-se que, mais uma vez, ao violar os direitos de autodeterminação econômica, social, cultural das populações quilombolas, entre elas jovens, mulheres, crianças, idosos, foi também afetada sua possibilidade de vivenciar seu espaço de moradia de maneira digna, de manutenção de seu bem-estar e, também, suas construções de tradicionalidade e identidade. Com práticas presentes e projetos de futuro abalados, essa coletividade deveria, ao menos, estar passando por um intenso

processo voltado à reparação dos danos causados pelo desastre, questão que, como será abaixo trabalhado, não se concretiza na prática. O processo oficial de reparação dos danos é mais um causador de sofrimento social a tais populações, como se verá a seguir.

4.2.2.3 Processo de reparação e remediação

Esta seção tem por finalidade demonstrar como o processo oficial de reparação do desastre da Samarco constitui-se também em um fator gerador de danos e prejuízos aos aspectos imateriais dos modos de vida da população quilombola do Sapê do Norte. Inicia-se com uma discussão sobre a processualidade de eventos como desastres e como a reparação deveria estar atenta a tal questão. Posteriormente, a temática da autodeterminação volta à tona, dessa vez para evidenciar como a garantia de consulta e participação da população quilombola no processo é falha. A seguir, são trazidas discussões sobre racismo ambiental e aprofundamentos relacionados ao sofrimento social causado pela reparação em curso.

Diante de um desastre que gerou e segue gerando inúmeros efeitos danosos a comunidades e territórios, deve-se exigir a reparação e remediação dos direitos humanos das populações atingidas, estabelecendo-se como horizonte definido a reparação integral, conforme as recomendações das Nações Unidas (UNDRR, 2015; FGV 2019k). O tratamento dado pelas empresas responsáveis pelo desastre da Samarco (Vale S/A e BHP Billiton, controladoras da Samarco Mineração S/A) e pela Fundação Renova, no entanto, evidencia que o processo de reparação em curso vem, ao contrário, promovendo novos danos às comunidades atingidas. Assim, além da destruição causada pelo carreamento e depósito de rejeitos ao longo do Rio Doce, do oceano Atlântico e outros rios atingidos nas adjacências, as narrativas registradas no território do Sapê do Norte revelam que as ações e omissões atinentes à reparação geram um aprofundamento dos danos nas vidas das pessoas.

Esse cenário já foi explicitado no levantamento de danos do capítulo 3.2.2, pretendendo-se, agora, a realização de um aprofundamento da análise sobre esses danos, com enfoque especial em valores imateriais atingidos. Para isso, destacam-se violações no direito à autodeterminação das comunidades e à participação nos processos reparatórios, que revelam ainda processos discriminatórios de racismo contra as comunidades do Sapê do Norte. Nesse sentido, ressalta-se que não se propõe aqui a análise das ações e programas de reparação conduzidos pela Fundação Renova e

empresas causadoras do desastre,¹⁸⁵ mas aprofundar a compreensão de valores imateriais das comunidades que foram e são atingidos por essas ações.

4.2.2.3.1 Processualidade

Resgata-se como atributo inerente aos desastres socioambientais a processualidade (ou caráter processual), já abordado em outros trabalhos da FGV, ou seja, desastres são “processos históricos e estruturais, assim como desdobramentos posteriores ao desastre devem ser compreendidos para que suas causas e consequências possam ser abordadas” (2021d, p. 100). Nesse sentido, embora um desastre da magnitude do rompimento da Barragem de Fundão já revele, tão logo a ruptura ocorre, uma série de impactos provocados pelo carreamento de rejeito de minério, tantos outros impactos só se tornarão evidentes com o passar do tempo. Isso se dá em razão da acumulação e derivação inevitável de processos contíguos, que se combinarão no tempo, ocasionando o surgimento de novos danos ou mesmo a revelação daqueles que ainda restavam ocultos.

Nesse contexto de processualidade, só o decorrer do tempo reunirá as condições necessárias, em um processo contínuo, para a identificação de novos danos, novas áreas atingidas e, conseqüentemente, para a própria tomada de consciência sobre a condição de atingido por parte das comunidades (FGV 2021). Nessa linha, no território do Sapê do Norte são fartos os depoimentos que dão conta dessa tomada de consciência processual, como exemplo:

N: Quando a gente viu na TV o que aconteceu [o rompimento da barragem], foi um desespero, mas a gente estava preocupada com as famílias que perderam suas gentes queridas. A gente não estava nem pensando que a gente também ia ser prejudicado. E depois quando começou dizendo [na TV] que [a lama] vinha descendo, e que desceu no Rio Doce, e que destruiu propriedades do pessoal em Baixo Guandu, nós ficamos “Meu Deus! Chegou em Linhares! Isso aqui está vindo pra cá”. E aí depois parou pra lá, só que pensava que não vinha pra cá. [...] ^{FGV_ILD_069}

N: Logo em seguida que a barragem estourou, que saiu na TV, tudo começou a ficar difícil. A gente foi acompanhando, vendo que estava

¹⁸⁵ Embora não seja o objetivo desta seção trazer avaliações acerca das ações de reparação desenvolvidas, destaca-se que a FGV realizou diversos estudos que apontam as insuficiências de alguns dos programas executados pela Fundação Renova, com destaque para as análises que indicam a baixa eficiência das ações ligadas ao cadastro, à indenização e ao auxílio financeiro (FGV, 2019e; FGV, 2020c; FGV, 2020n). Neste contexto, somam-se estudos que, entre outros aspectos, abordam a dificuldade de acesso encontrada por parte das mulheres aos programas de reparação (FGV, 2019a) e a baixa participação dos atingidos no processo de elaboração da matriz de danos utilizada pela Fundação Renova no âmbito do Programa de Indenização Mediada (FGV, 2019b).

chegando próximo, chegando no Espírito Santo, as pessoas começaram a se afastar do rio, se afastar das feiras. [...] FGV_ILD_069

N: Faltou aquela parte que vocês perguntaram como nós ficamos sabendo. Nós ficamos sabendo em 2019, por boca de terceiros, sabe? Não veio ninguém para poder reunir com as comunidades. Os pescadores daqui fizeram as reuniões e chamou algumas pessoas, algumas lideranças. Aí as lideranças foram ouvir a reunião com a Renova. A partir daí que nós ficamos sabendo, né? FGV_ILD_076

Os depoimentos explicitam o quanto o reconhecimento da condição de atingidos pode se dar tempos após o fato ensejador dos danos. No caso, com o rompimento da Barragem de Fundão ocorrendo em Mariana/MG, portanto, a centenas de quilômetros de distância do território do Sapê do Norte, é razoável a compreensão de que a população aqui atingida, nunca antes informada sobre o fato de habitar a área de risco da Barragem de Fundão, só tomaria conhecimento dos danos que sofreria com o desastre à medida que estes se revelassem – vez que também não foram informadas pelas empresas responsáveis que seriam atingidas pelo rompimento. Assim opera a processualidade do desastre, conforme inclusive já exposto por uma das pessoas entrevistadas pela FGV como especialista para fins de valoração não monetária dos danos (FGV 2021, p. 393), “[...] a pessoa se reconhecer enquanto atingido também leva tempo, é um processo ela entender que aquilo produz repercussões sobre o seu cotidiano, sobre o seu modo de vida, sobre as suas perspectivas de futuro”. FGV_ILE_020

Apesar dos desafios inerentes à processualidade dos desastres, esta não deve ser justificativa para a criação de obstáculos institucionais para o reconhecimento de populações enquanto atingidas. Ao contrário, uma vez que a característica da processualidade já é atestada enquanto inerente aos desastres socioambientais, cabe às instituições responsáveis pela mitigação e reparação dos danos adotarem medidas ativas de acolhimento e reconhecimento de populações que sentirão os efeitos danosos com o passar do tempo. O que ocorre no território do Sapê do Norte, ao revés, é a criação de barreiras institucionais para o reconhecimento de suas comunidades enquanto atingidas:

N: Eu liguei para lá e perguntei o porquê, mas eles só falam que o endereço mencionado, de acordo com os estudos deles, não foi atingido. FGV_ILD_076

N: [...] nas comunidades a gente não teve ação nenhuma, nem da Renova, nem do município, meio de informação nenhum para as comunidades quilombolas. FGV_ILD_070

N: Depois que eu fui entender que como eu coloquei o endereço de onde eu morava, na comunidade quilombola do Cochi, no sistema da

Renova não tem o Cochi. Tem São Domingos, tem Roda d'Água, tem Itaunas, tem Barreiras, tem Meleiras, tem todos os outros, menos Cochi. Então, automaticamente eles deduziram que Cochi não existe, entendeu? [como um local atingido pelo rompimento da barragem]. Então não fizeram uma pesquisa para saber onde era o território, simplesmente foram lá e indeferiram. FGV_ILD_076

4.2.2.3.2 Violação ao direito à autodeterminação no processo reparatório

O dano engendrado pelo não reconhecimento de populações atingidas pelo desastre assume contornos específicos ao se tratar de comunidades quilombolas. Isso porque elas possuem o direito à autodeterminação, como já detalhado na seção 4.2.2.1. Isso se traduz no direito de determinar livremente sua condição política e buscar seu desenvolvimento econômico, social e cultural (FGV, 2020I), nos termos das normativas nacionais e internacionais mais atuais e apropriadas no trato do direito à autodeterminação para comunidades quilombolas, destacando-se a previsão da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Em outras palavras, um processo reparatório adequado para comunidades quilombolas, que respeite o direito à autodeterminação, deve ser pautado pela liberdade dos povos interessados de “definirem os percursos de suas próprias existências, devendo esse direito ser reconhecido e respeitado externamente, tanto nos limites dos Estados, quanto no âmbito internacional” (MUNIZ, 2018, p. 37).

No entanto, segundo pesquisadores que trabalham com o caso Samarco,^{FGV_ILE_017} nele “o processo de reparação é controlado pelas próprias empresas causadoras do desastre, o que coloca interesses corporativos à frente de interesses públicos e coletivos e é mais um fator de geração de danos” (FGV 2021i, p. 403). Essa forma de condução, além de levantar sérias questões éticas sobre a intenção das empresas no processo reparatório, ao excluir as comunidades quilombolas e desconsiderar suas prescrições também leva ao desrespeito ao princípio da autodeterminação dos povos por parte dos responsáveis pelo processo de reparação e remediação do caso:

Não reconhecer as comunidades quilombolas como atingidas é não reconhecer o princípio de autodeterminação dos povos, e isso é violar a convenção 169 da OIT, é uma violação de direitos e isso é um problema jurídico porque o Brasil é signatário dela, isso pode gerar denúncia internacional, inclusive. Quando uma comunidade quilombola se coloca como atingida e a Fundação Renova não a reconhece como atingida, isso é violação de direitos. Não é o minério que deve dizer quem teve sua casa suja, não é o minério que vai dizer como vai consertar. FGV_ILE_021

A autodeterminação dos povos quilombolas tem relação, também, com o reconhecimento de sua identidade, expresso, por exemplo, pelas narrativas que os povos elaboram sobre si próprios. Nesse sentido, o caráter processual da tomada de consciência sobre a condição de atingidos toma ainda mais relevo, uma vez que passará a compor com a identidade dessas coletividades. Elas, paulatinamente, entendem-se como atingidas e elaboram, a partir daí, estratégias de ação, de busca por seus direitos e de entendimentos como povos tradicionais atingidos.

Ocorre que mesmo este reconhecimento pelas próprias comunidades enquanto atingidas se demonstra insuficiente para serem reconhecidas como tal no processo de reparação. Não basta que elas sintam, exponham as consequências negativas do desastre e se entendam enquanto prejudicadas. Trata-se de um longo processo que exige comprovações que demandam conhecimentos específicos, recursos, habilidades, competências, contratos, relações que precisam ser traduzidas dentro de um caminho proposto pela reparação, ou seja, pela Fundação Renova e empresas causadoras do desastre (FGV 2021i, p. 400).^{FGV_ILE_020}

Importa perceber como isso denota uma nova camada de violência, ao interpelar as comunidades quilombolas em sua própria noção de identidade, que é colocada à prova e disputada por outros, mesmo no que diz respeito à sua condição de atingida por um desastre. Sua voz não é suficiente e, mais uma vez, precisa ser legitimada por detentores de poder. Esta disputa toca a autodeterminação dessas comunidades, já que essa se expressa também nas noções que os grupos fazem de si em contraposição com os outros, os de fora (BARTH, 2000).

Negar a condição de atingidas pelo desastre às comunidades quilombolas do Sapê do Norte nega a própria noção que estes grupos fazem de si próprios, a forma como se autodeterminam. Além disso, o uso de uma linguagem técnica e pouco acessível, operada como mais uma barreira de acesso à reparação, faz com que a definição do percurso de suas próprias existências seja feito não mais pelos grupos quilombolas, mas pela Fundação Renova e empresas responsáveis pela reparação. Passa a ser determinado por um “volume de acordos, reuniões, consultas, o trato com advogados, tudo isso altera sobremaneira o cotidiano da população que já lidava com muitas transformações em seus modos de vida causadas pela chegada da lama” (FGV 2021i, p. 404).

Não basta, apenas, reconhecer-se ou visualizar ou experimentar estes efeitos, há uma exigência de que isso seja traduzido em categorias específicas a partir de canais particulares, então as pessoas têm que, inclusive, aprender um léxico importante. Ela sequer, nunca havia antes se relacionado com um promotor da cidade, ela vai ter que

aprender o que é Ministério Público, onde é que fica o promotor, o que ela tem que dizer para o promotor, o que é uma tomada de termo, o que é o cadastro, como é que aquilo vai ser feito, enfim, entender que o cadastro é o caminho para um possível reconhecimento, depois de ter tentando várias vezes procurar o escritório da Fundação Renova, o atendimento da Fundação Renova. Então, assim, é um processo longo de tentativas diversas até adquirir, de fato, um aprendizado e a possibilidade de canalização do seu pleito. FGV_ILE_020

É a partir de suas histórias e narrativas, das relações sociais e identificação de lugar no mundo que os grupos elaboram autodefinições sobre o que significa ser e pertencer àquele grupo, quais são os elementos que compõem sua identidade, e como irão se autodeterminar enquanto tal. Da forma como são conduzidos pelas empresas causadoras do desastre e pela Fundação Renova, os processos reparatórios negam o direito de se reconhecer enquanto atingidos e se identificar a partir de suas próprias histórias.

4.2.2.3.3 Racismo ambiental no processo reparatório

Para reparar os impactos e danos causados aos povos quilombolas, indígenas e tradicionais, foi pactuado o Programa de Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida de outros Povos e Comunidades Tradicionais (PG4), no âmbito do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), em sua cláusula 8, detalhada na Subseção I.4 (TRF-1, 2016). Ocorre que comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas têm encontrado diversas barreiras de acesso ao PG4, como é o caso das comunidades do território do Sapê do Norte, conforme já foi analisado pela Fundação Getúlio Vargas em Nota Técnica voltada à análise do “Racismo e o Processo de Remediação do Desastre da Barragem de Fundão” Dentre essas barreiras, a principal “consiste na interpretação dada pela Fundação Renova à Cláusula 50 do TTAC de que seria necessário um reconhecimento da tradicionalidade pelo poder público e a sua indicação para o atendimento pelo programa”.

Esta interpretação faz com que a elegibilidade de comunidades quilombolas para acesso ao PG4 carregue, de partida, uma ofensa ao direito à autodeterminação das comunidades, uma vez que desrespeita seu autorreconhecimento enquanto grupos atingidos culturalmente diferenciados. Ao se valer de uma interpretação pela qual apenas comunidades tradicionais certificadas pelo poder público poderiam acessar o Programa, a Fundação Renova adota posição restritiva e contrária ao direito à autoidentificação como previsto nas normas nacionais e internacionais, que inclusive regem o acordo do TTAC. Nesse sentido, pesquisadora entrevistada pela FGV afirma:

As comunidades estão ali, elas sabem de onde vieram e para onde elas vão. Mas existe o externo que está de olho naquele território que é um território preservado, que é um território que tem água, que muitas vezes tem minério. Então, esse processo de autorreconhecimento, de ter que se entender como um grupo é muito mais para o externo, pro branco, pro empreendedor, do que para a própria comunidade. A comunidade sabe o que ela é. Então é importante dizer também que tudo isso, no caso dos quilombos é algo relativamente recente. A constituição de 88 que vem e estabelece todo esse processo que advém o decreto 4887, esse processo de identificação e certificação e etc. [...] Então é importante a gente dizer (não sou eu que estou dizendo isso, e sim a literatura, a antropologia) que o processo de autorreconhecimento é um processo político e social. O fato das comunidades não se autorreconhecerem não deveria ser um impedidor delas acessarem direitos. Até porque existe todo um processo histórico que vai dizer de onde aquelas pessoas vêm, a trajetória histórica própria de grupos específicos, diferente da sociedade em geral. [...] Eu pesquisei sobre isso no meu doutorado e vou reproduzir uma fala que não é minha, e sim de uma liderança quilombola. Inclusive acho que seria bastante interessante para o projeto entrevistar essas pessoas, que a [referência nominal], que é uma liderança da CONAQ. Ela fala que a certificação é como uma carta de alforria moderna. É o primeiro passo para essas pessoas existirem perante o Estado. Mas o que é importante da gente dizer é que não deveria ser assim. Porque as pessoas têm o direito de se autodeterminar, de dizer quem elas são. [...] Então eu acredito que isso não pode ser um requisito. Porque seria inclusive ferir a convenção 169 da OIT, que fala em autodeterminação dos povos. São os povos que dizem quem eles são. Não é o Estado que diz quem é um povo ou uma comunidade tradicional. Então quando eu considero que o requisito seja as comunidades reconhecidas pela FCP [Fundação Cultural Palmares], eu estou dizendo que é quem o Estado reconhece, e não a vontade dos povos a autodeterminação dos povos. FGV_ILE_022

No que diz respeito ao território do Sapê do Norte, o caso é ainda mais grave, uma vez que ali existem 28 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Palmares (2022), além de outras em processo de análise e autorreconhecimento (FGV 2021). Portanto, mesmo comunidades certificadas enquanto tradicionais e quilombolas pelo poder público vêm encontrando resistência da Fundação Renova para o ingresso aos programas reparatórios.

Cumpre perceber como esses obstáculos criados pela Fundação Renova e empresas responsáveis pelo desastre constituem-se também enquanto racismo ambiental, ao impedir comunidades quilombolas, racializadas portanto, de acessarem seus direitos, como o de autodeterminação e o de reparação integral (FGV 2021), conforme explica também uma das pessoas entrevistadas para este estudo:

E é racismo ambiental porque você não possibilita pensar numa reparação de uma qualidade mínima desse ambiente pra povos afrodescendentes que precisam de um ambiente saudável pra eles viverem de forma saudável. Então está-se fazendo um recorte de exclusão do direito de ter acesso ao ambiente saudável, para uma comunidade afrodescendente. É racismo ambiental, com certeza. As

peças têm esse direito de ter um ambiente saudável. É um bombardeio de racismo ambiental.^{FGV_ILE_021}

O PG4 é, em tese, o único programa da Fundação Renova a endereçar ações emergenciais e reparatórias relacionadas às dimensões culturais e tradicionais, de ancestralidade negra (FGV 2021), mas tem, em sua execução, reforçado a invisibilidade desses povos e comunidades, como no caso da população do Sapê do Norte. Assim, e conforme destacado por pesquisadores acima citados, o processo reparatório conduzido incorre em racismo ambiental, nos termos melhor explicados pela Nota Técnica “Racismo e o Processo de Remediação do Desastre da Barragem de Fundão” quando

a raça e a tradicionalidade aqui passam a ser dimensões **evitadas** pela Fundação Renova em razão de ser parte de um diagnóstico de vulnerabilidade não circunstancial, mas histórico, capaz de se aprofundar ao longo do tempo quando não tratado em processos de reparação socioambiental que submetem essas populações negras a situações ainda mais intensas de vulnerabilidade, como é o caso do desastre do rompimento da Barragem de Fundão (FGV 2021, p. 140).

Nessa mesma linha,

A invisibilidade é ainda mais evidente quando se observa que há indícios de outras comunidades tradicionais atingidas pelo desastre, inclusive quilombolas e de matriz africana, que sequer foram consideradas no processo de reparação até o momento (UFMG, 2020, p. 104).

Assim, ao criar barreiras de acesso ao processo de reparação, trâmites e interpretações inadequados à realidade sociocultural das comunidades do Sapê do Norte, a Fundação Renova promove o silenciamento da raça e da tradicionalidade em seus levantamentos e programas.

O racismo a primeira coisa que faz é invisibilizar desumanizar. Invisibilizar é não reconhecer que por trás dessa comunidade existe toda uma trajetória histórica, forma diferenciada de relação. A gente precisa reconhecer essas pessoas em sua diversidade. Se eu for olhar essas comunidades com os olhos do branco colonizador eu não vou considerar os danos que ela teve. Tem que humanizar essas pessoas, humanizar esse olhar e dar a forma de reparação e tratamento que elas merecem. Visibilizar. Senão é uma forma de não ver o outro.^{FGV_ILE_022}

Importa perceber também como este silenciamento se inscreve em um processo histórico de racismo ambiental, que remonta a uma série de violações socioambientais anteriores ao desastre da Samarco e que acometem o território do Sapê do Norte, como já anteriormente pontuado. Esse desastre, então, se soma e agrava tais violações,

interferindo inclusive na identidade e tradicionalidade do território. Conforme destaca um dos pesquisadores entrevistados para esta valoração não monetária:

Eu penso que essa construção identitária do Sapê [...]. Infelizmente aqui não temos só o rejeito da Samarco para lidar, é eucalipto, cana, agronegócio, veneno, o rejeito, temos aqui o petróleo, gás, e temos uma jazida de sal gema imensa em Conceição da Barra e São Mateus que incide sobre povos quilombolas e pescadores tradicionais. Se começarem a explorar sal gema aqui vai ser muito difícil lidar com isso. Teve um senhor que disse que se o sal gema viesse eles teriam que sair dali, porque é muita coisa. O rejeito claro que é um impacto muito sério, mas ele compõe com outros já existentes e os que estão projetando pra chegar. Porque ao mesmo tempo que se tem que discutir sobre a reparação, tem que se brigar com o sal gema. É tudo ao mesmo tempo agora. A violação de direitos vem de várias frentes. Então a reparação se discute? Sim, mas não unicamente ela. Para alguns assuntos temos mais acúmulo, como o eucalipto, mas há outros ainda que estão pra chegar. Nesse ponto é importantíssimo que vocês que estão aí fazendo o trabalho de campo parem para ouvi-los. O que a gente pode fazer aqui pra ajudar a gente faz, porque no final das contas eles é que são os donos da casa e têm total legitimidade para falar.^{FGV_ILE_021}

Mais uma vez, a característica da processualidade dos desastres auxilia a explicar que “desastres não são apenas extremos ambientais, mas também se constituem nas relações contínuas entre pessoas e ambientes, processos históricos e estruturais” (2021d, p. 100). O desastre da Samarco não é a primeira violação socioambiental que atinge o território do Sapê do Norte, marcado por um longo processo de conflitos ambientais oriundos de empreendimentos de eucalipto, petróleo, gás e mesmo mineração na extração de sal gema. Mas ele representa mais uma etapa que atravessa a própria identidade dessas comunidades em uma história de violações ambientais no território quilombola do Sapê do Norte.

Ferreira pontua sobre as comunidades quilombolas do Sapê do Norte, o “seu vivido territorial constitui a morada dos valores materiais, éticos, espirituais, simbólicos e afetivos que perpassam as histórias de vida, selam cumplicidades, identidades e o sentimento de pertença em relação ao território” (2016, p. 270). Desta forma, a experiência de um povo fortemente marcado por uma história de violações e conflitos ambientais, marcará também a identidade histórica deste povo. Nesse sentido,

Muitos territórios sociais foram destruídos e/ou alterados, inviabilizando e enfraquecendo saberes tradicionais, práticas produtivas e redes de sociabilidade. Dessa forma, destaca-se que o desastre significou muito mais do que um conjunto de perdas materiais, representando também alterações nas maneiras como os sujeitos, grupos sociais, comunidades e coletivos constroem sua existência simbólica e afetiva, a partir da apropriação do espaço, das relações e alianças com os diferentes seres e elementos dos ecossistemas locais, por meio dos quais tecem seus modos de vida (UFMG, 2020, p. 31).

O desastre da Samarco gera danos também ao campo de existência simbólica e imaterial das comunidades quilombolas do Sapê do Norte. Ressalte-se que, ainda que inscrito em um processo histórico de violações ambientais, é perfeitamente possível delimitar a marca específica do desastre da Samarco, e, inclusive, o marco temporal do início de seus danos, conforme identificado pelas comunidades atingidas e por este relatório.

As comunidades conseguem delimitar. Imagino que no Sapê do Norte eles consigam delimitar o marco do desastre. Isso é importante de considerar. A gente tinha problemas, mas esse dano é do desastre. O pressuposto para reconhecer essas comunidades é admitir que elas têm um relacionamento com o território e com o meio ambiente. [...] Os processos de desastres que ocorrem antes são ausências de processos de reparação anteriores. Eles vivem já num processo [...]. Ou seja, não vai reconhecer essa comunidade? Então é mais uma vez que essa comunidade vai ficar sem reparação. É importante compreender esse contexto histórico.^{FGV_ILE_022}

O que importa perceber aqui, porém, é como o processo reparatório conduzido pelas empresas e pela Fundação Renova, ao desrespeitar direitos básicos das comunidades atingidas, acaba por integrar mais uma etapa na descrita processualidade do desastre. As próprias comunidades dão conta disso, ao expressarem seu abalo por perceberem as empresas responsáveis pelo desastre enquanto agentes de exploração histórica do meio ambiente, valor fundamental à existência tradicional conforme descrito na seção 4.2.2.1 e que agora promovem no processo de reparação um novo impacto inserido nesta história de exploração:

N: [...] A Vale, todas as empresas envolvidas, responsáveis, têm um século tirando riqueza daqui, levando para o exterior, e agora? Acabou com nosso rio, nosso peixe, tá tudo contaminado, secou nossas plantações, então se tem séculos que eles tiram nossa riqueza de nós, porque agora tem dia certo pra ter finalizado a inscrição [no cadastro] e não pode fazer mais? Tá errado! Tem que ficar aberto pras pessoas atingidas fazerem essa inscrição e receberem, mesmo que não resolva tudo. Porque a exploração vem de muitos anos. Tem que ficar aberto até o nosso povo escravizado, nós ficarmos sabendo que eles vão lá se cadastrar também, porque temos o verdadeiro direito.^{FGV_ILD_070}

4.2.2.3.4 Sofrimento social ligado ao processo de reparação

“A recusa ou manifestação de resistência para reconhecer a condição de pessoa atingida e para reparar os danos causados impõe às vítimas uma luta permanente pelos direitos violados e por formas de ressarcimento” (FGV 2021, p. 402). Infelizmente esta é a realidade constatada ao longo do Rio Doce e adjacências atingidas pelo desastre de Fundão. As populações atingidas são vítimas não somente do desastre, mas também da reparação, que impõe um conflito constante em suas vidas em busca do

reconhecimento de seus direitos e as coloca sob a exigência de um estado permanente de luta.

Ressalte-se que, conforme já trabalhado pela FGV na “Matriz Indenizatória Territorial do Alto Rio Doce” (FGV 2021, p. 402), “a organização social pode ser vista como uma possibilidade concreta de acolhimento social entre aqueles que sofrem processos expropriatórios”. Assim, esforços comunitários e familiares podem gerar um ambiente de elaboração de experiências de perda e luta que são importantes, reconhecidos nas expressões de uma “luta *pela* vida” (KEHL, 2005) ou de “construções em abismo” (TELES, 2015).

Ocorre, porém, que a persistência deste estado de luta no tempo faz gerar também uma agudização do sofrimento social ainda em elaboração, em especial quando atravessada recorrentemente por estruturas de poder (OLIVEIRA, 2014; ZHOURI et al., 2016), como se dá no caso de Fundão. A temática do sofrimento social já foi trabalhada acima na seção 4.2.1.3.2 dessa valoração não monetária, mas deve ser aqui complementada pela explicitação do sofrimento gerado pelos processos em curso de reparação. Um dos pesquisadores entrevistados explicita:

[...] o sofrimento social nesse sentido da reparação, de que a reparação produz danos, seja quando ela é muito acelerada e comprimida, como tem sido hoje com o sistema Novel, seja quando ela é levada ao seu limite, prolongada. Então assim, eu tenho tentado discutir essa questão do manejo do tempo, a forma como o tempo da reparação é controlado pelos agentes mais hegemônicos nesta correlação de forças, e como isso produz repercussões importantes sobre a experiência das pessoas, dos atingidos, e solapando, digamos, a cada dia e cumulativamente a sua confiança nas relações, a sua familiaridade com o mundo, as suas expectativas, as suas esperanças, então é muito difícil. FGV_JLE_020

Soma-se isso à desigualdade na correlação de forças, que opõe empresas minerárias donas de grande poderio econômico e político a comunidades historicamente vulnerabilizadas por processos como os descritos. O que se tem, então, é uma tentativa de reparação que se transforma em uma árdua disputa, igualmente desigual. O resultado gera um acirramento do quadro de sofrimento social, revelado nas diversas manifestações de cansaço, frustração e tristeza, resultantes de um estado de alerta constante em busca de reconhecimento e reparação, que se prolonga no tempo sem conquistas efetivas.

N: A lama ataca o psicológico da pessoa, né? E esse ingresso que a pessoa passa... que o grupo de advogados, a comissão quilombola... as pessoas estão tentando e não é só no município de Conceição da Barra, tentando se ingressar na plataforma, e isso também é um desgaste mental. Tanto quem tá na organização ali de

frente, quanto as outras pessoas que estão torcendo pra que tudo dê certo.^{FGV_ILD_076}

N: Eu acompanho a pessoa e eu vejo que a pessoa fica com a mente meia perturbada nessa questão aí: poxa, eu fiz o cadastro, ajuntei documento, arrumei isso, ajeitei aquilo, todo mundo recebeu e agora o meu não deu certo? Está correndo atrás de outro advogado, então isso tudo é um estresse na vida de uma pessoa.^{FGV_ILD_076}

Resgatam-se aqui as considerações de Pusetti e Brazzabeni (2011), já apresentadas em outros relatórios de danos causados pelo desastre de Fundão ao longo da bacia (FGV, 2021), quando aprofundam a reflexão sobre as relações de poder em um tecido social atravessado por experiências que geram sofrimento. As autoras afirmam que condições de desigualdade profundas, como as que se colocam entre as comunidades vulnerabilizadas no Sapê do Norte e as empresas causadoras do desastre, somadas a limitações existentes nas negociações que envolvem a vida dessas pessoas submetidas a diferentes situações sustentam o conceito de sofrimento social:

Necessariamente, um olhar crítico sobre o sofrimento social considera, portanto, as práticas e estratégias – produzidas e sustentadas dentro de um quadro de relações de poder – que o definem e o aliviam, avaliando a posição dos interlocutores e a ideologia veiculada pelas categorias em jogo. O sofrimento social, nesta perspectiva, resulta de uma violência cometida pela própria estrutura social e não por um indivíduo ou grupo que dela faz parte: o conceito refere-se aos efeitos nocivos das relações desiguais de poder que caracterizam a organização social [PUSSETTI; BRAZZABENI, 2011, p. 469].

Para além dos conflitos externos, cabe compreender que o novo cotidiano imposto às comunidades é fato gerador também de desigualdades e conflitos internos. A exigência colocada de aprendizados e habilidades para ingresso no processo reparatório cria novas hierarquias, separando e sobrepondo grupos que por razões e vulnerabilizações diversas têm mais ou menos recursos para acessar as negociações em curso. Novas fronteiras sociais se conformam, gerando abalos e rupturas em um tecido social mais coeso anteriormente à chegada dos rejeitos. Um dos pesquisadores entrevistados explicita o processo:

[...] A questão da reparação, não só com quilombolas, existem muitas queixas de que pagou pra um e não pra outro, isso gera conflito interno e é muito nocivo, porque isso desintegra e tira essa força de unidade das comunidades, que é seu trunfo. Desagregar essa unidade social é muito perverso, e tem se produzido muito conflito interno com a relação que se tem estabelecido entre Fundação Renova e atingidos, desde o início. Já é difícil resistir enquanto comunidade, e se você vai fragmentando acabou, né.^{FGV_IJE_021}

O contexto é particularmente grave quando se trata de famílias e comunidades quilombolas, cuja identidade tradicional remete fortemente à coletividade, conforme tratado na seção 3.2.2.10. Assim, o compartilhamento de território e histórias, contextos e oportunidades, diz também de seu pertencimento e identidade, hoje abalados não só pela chegada da lama de rejeitos, mas por disputas que são fomentadas pelo processo de reparação em curso, que gera, portanto, graves danos ao seu tecido social, como indicam pesquisadores e estudiosos do caso ^{FGV_ILE_020} e pessoas atingidas:

N: [...] Aqui estão tendo uns problemas muito sérios, porque entram advogados oportunistas, fazem cadastro dentro das comunidades quilombolas, a gente fica ressabiado de comprar essa briga porque sabe como é essa gente com dinheiro. Aí se vem o dinheiro entra droga, álcool, vai comprar carro. Precisamos trabalhar a conscientização do povo. Nós somos povos tradicionais.^{FGV_ILD_070}

O racismo, estruturante e estrutural das relações sociais, revela-se também nessas disparidades do acesso à reparação. Primeiro porque, ao promover ações e critérios que levam à convivência, em um mesmo território atingido, de pessoas que são reconhecidas enquanto tal e recebem algum ressarcimento e de outras que não são incorporadas aos processos e indenizações, a Fundação Renova age de forma discriminatória, criando barreiras de acesso a direitos de muitos, forjando um contexto de benefícios a outros. Segundo, e concomitantemente, porque atingem grupos racializados no Sapê do Norte, fragmentando-os e desestruturando sua identidade coletiva que é, também, negra.

Como eles relatavam o tratamento desigual que a Renova dava e dá aos pobres, negros e trabalhadores rurais, das pessoas que tinham grandes casas de campo, que muitas vezes eram vizinhos. Antes, essa pessoa era parte deles, agora virou quase como se fosse como inimigo.^{FGV_ILE_013}

Outro sintoma significativo de um processo que exclui a participação das comunidades quilombolas, ao tempo em que invisibiliza os traços que os enlaçam enquanto um grupo étnico e racializado, diz respeito à forma das medidas reparatórias em curso. Pelo exposto até então, verifica-se que essas medidas em pouco alcançam as comunidades atingidas no Sapê do Norte. Um dos pesquisadores entrevistados pela FGV,^{FGV_ILE_017} demarca que os poucos casos alcançados tratam de indivíduos isolados, o que demonstra um processo de reparação marcado pela individualização da população atingida e que efetivamente limita-se a medidas indenizatórias individuais, supervalorizando-as como as únicas necessárias em detrimento de medidas coletivas de reconstrução, ressarcimento e reintegração do território. Nesse sentido, denunciam também as próprias comunidades atingidas:

N: [...] Precisamos de uma reparação que olhe para o coletivo e também para as gerações futuras. FGV_ILD_070

N: [...] Falando da lama, o problema é sério. Nós comunidades quilombolas não podemos de forma nenhuma fazer um processo individual. A convenção 169 [da OIT] fala da coletividade, o decreto 4.887 também. Nós somos comunidades coletivas, então a indenização tem que ser com participação de toda comunidade, e tem que ser indenização para a comunidade, coletiva.[...] FGV_ILD_070

Outra pesquisadora entrevistada FGV_ILE_016 diagnostica o tratamento indevido dado à reconstituição dos modos de vida das pessoas atingidas, uma vez que o processo reparatório ignora fatores de ordem simbólica e subjetiva, igualmente valiosos para as comunidades. Trata-se de características que fazem elaborar a noção de pertencimento a um tempo e lugar, mas que, ignoradas pelo processo de reparação, não garantem que o imaginário do futuro sustente “o retorno às atividades que davam sentido à reprodução social da vida individual e coletiva dos grupos que coexistem no recorte territorial analisado”. (FGV 2021, p. 403). Preocupação bastante pertinente também para as comunidades, que a elaboram em seu contexto de insatisfação com a reparação:

N: Eu ainda penso que o reconhecimento das áreas de atingidos não deve ser apenas financeiro, porque o dinheiro acaba. E depois quando esse dinheiro acabar? Como é que esse povo vai dar continuidade? Tinha que ter também um programa, um estudo, uma base para esse tipo de desastre. O que fazer naquela região para, além da indenização, fazer a correção daqueles danos? Fica a pergunta no ar, se alguém puder contribuir... FGV_ILD_076

Diante da inadequação dos processos e medidas reparatórias voltadas para povos quilombolas, detentores de direitos já mencionados como a autodeterminação e a consulta prévia, que garantem ações que os envolvam e respeitem suas especificidades, muitos membros das comunidades do Sapê do Norte acabam por se verem constrangidos a “inscrever-se no Programa de Cadastro (PG1), mesmo sem um procedimento adaptado à realidade das comunidades tradicionais” (FGV 2021 p. 129-130). Isso porque, conforme já verificado na Nota Técnica “Racismo e o Processo de Remediação do Desastre da Barragem de Fundão” elaborada pela FGV, “as que mantiveram as tentativas de reconhecimento junto à Fundação Renova para inclusão no PG4, tiveram tal direito negado” (FGV 2021, p. 130). A vivência e narrativa das populações atingidas denunciam com a maior legitimidade o cenário posto e reforçam a lógica do racismo ambiental que acomete tais populações:

N: No processo indenizatório da Samarco, muitos pescadores aqui fizeram esse processo individual para receber indenização, mas a maioria não conseguiu aderir a esse processo, porque falavam pra gente que só os pescadores foram atingidos. E só depois a gente foi

descobrir que quem vivia do rio, mesmo que informal, poderia pedir também. Só que quando fomos buscar isso, a portaria da Renova já estava fechada, sete meses antes da gente procurar ela. A gente está buscando junto com os defensores a possibilidade de entrar com ação para poder a portaria [cadastro] da Renova ser aberta aos quilombolas. Nós somos comunidades tradicionais, temos que buscar a forma de reparação de dano coletiva. [...] FGV_ILD_070

N: Se teve alguém dos quilombolas que ligou para a Renova, eles não aceitam. Só para aqueles mesmos que estavam lá e que nunca ligou para a Renova. Não tem que ligar de novo para a Renova não, tem que conversar com os advogados que os quilombolas têm, uns 3, e eles, os advogados, fazer o pleito deles. FGV_ILD_076

Assim, revela-se a necessidade de um processo de reparação sistêmico, que trabalhe sim com indenizações individuais, que são medida imprescindível, mas que ultrapasse a individualização dos danos para alcançar a coletividade como um todo, inclusive na medida em que esta é realizadora da própria identidade individual, como dito. Indenizações individuais não respondem a perdas como o não uso do rio, do ambiente como um todo, sua integração territorial, de laços sociais e de confiabilidade. As perspectivas de futuro devem ser determinadas pelas próprias comunidades quilombolas atingidas, que reivindicam fartamente a consideração de todos esses elementos, entre outros, para a retomada efetiva de sua reprodução socioeconômica e cultural, condições basilares para a possibilidade de exercício de sua tradicionalidade e modos de vida.

A garantia da participação social das vítimas na orientação das medidas reparatórias, além de direito, é a única medida capaz de alcançar uma efetiva reparação e remediação de desastres. Nesse sentido, a própria FGV já publicou parâmetros a serem observados para o alcance do direito à participação social, dentre os quais consta a “consideração, nos diagnósticos do desastre, dos saberes tradicionais e modos de vida, que devem ser respeitos e preservados em todo o processo de reparação” (FGV 2021, p. 149). Mais do que direito, a medida deve ser enfrentada enquanto preceito ético e lógico. Afinal:

O minério entrou na casa, mas eles não convidaram o minério, ele entrou sem ser chamado, então não é ele que vai dizer como a casa deve ser arrumada, reparada. São os donos da casa. O minério já entrou sem ser chamado, então é ele quem vai dizer como limpar a sujeira que ele mesmo fez? Não é. Quem sabe dizer o que é o dano é quem foi atingido, porque isso também é identidade. FGV_ILE_021

5 PARÂMETROS PROBATÓRIOS E DE VALOR ELABORADOS PELA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS PARA INDENIZAÇÃO INDIVIDUAL DE DANOS MATERIAIS E IMATERIAIS IDENTIFICADOS NOS TERRITÓRIOS ATINGIDOS PELO DESASTRE DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO

Os levantamentos de campo proporcionaram tanto a identificação de um rol — não exaustivo — de danos socioeconômicos sofridos pela população atingida e detalhado no Capítulo 3, quanto a qualificação de algumas das perdas imateriais relacionadas no Capítulo 4. Conforme as referidas análises, fica evidenciado que o desastre afetou de diversas formas os modos de vida e interferiu negativamente nas atividades econômicas, sociais e culturais das populações atingidas nos territórios denominados de: (i) Litoral Norte: composto pelos municípios de Conceição da Barra e São Mateus; (ii) Sapê do Norte: que compreende comunidades remanescentes quilombolas distribuídas entre os municípios de Conceição da Barra e São Mateus; (iii) Foz do Rio Doce: representado pelo município de Linhares; e (iv) Litoral Sul: que abrange os municípios de Aracruz, Fundão e Serra, localizados na Região Estuarina, Costeira e Marinha do Espírito Santo (RECM-ES).

É importante destacar que, apesar do esforço para o levantamento dos danos sofridos nos territórios, os parâmetros probatórios e de valor estão pautados em métodos de levantamentos de informações a partir de fontes secundárias¹⁸⁶ (grupos de comparação, valores indenizatórios, censo demográfico, PNAD contínua, análise de jurisprudência, entre outros), e não promoveu consulta direta às pessoas atingidas nessa etapa. Dessa forma, principalmente para os povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais, é oportuno observar que os parâmetros apresentados pretendem oferecer balizas para a definição de valores cujo processo de mediação deve respeitar o direito de consulta prévia, livre e informada.

O Quadro 7 apresenta de forma consolidada os danos socioeconômicos registrados durante as interações realizadas nos quatro territórios da RECM-ES.

¹⁸⁶ A descrição pormenorizada de todas as fontes secundárias utilizadas na etapa de valoração pode ser conferida no Relatório Matriz Geral (FGV, 2021h).

Quadro 7 — Consolidação dos danos socioeconômicos identificados a partir do levantamento de danos nos municípios de Aracruz, Conceição da Barra⁽¹⁾, Fundão, Linhares, São Mateus⁽¹⁾ e Serra

Renda, trabalho e subsistência	Aumento de gastos, despesas e/ou dívidas
	Comprometimento do exercício do trabalho em condições justas, seguras, saudáveis e favoráveis
	Impossibilidade/Comprometimento de exercício de trabalho livremente escolhido
	Interrupção/Diminuição da renda proveniente do exercício da atividade pesqueira e de aquicultura
	Interrupção/Diminuição da renda relacionada à atividade agropecuária
	Interrupção/Diminuição da renda relacionada ao comércio e serviços
	Interrupção/Diminuição da renda relacionada ao turismo
	Perda dos meios de subsistência, consumo próprio e escambo
	Perda e/ou comprometimento de animais utilizados para criação/produção e geração de renda
	Perda ou supressão de lavouras, cultivos ou de estoque
	Perda, deterioração ou depreciação de estruturas, equipamentos e instrumentos de trabalho
	Perda/Deterioração/Desvalorização do patrimônio pessoal
Alimentação	Comprometimento da alimentação culturalmente adequada
	Comprometimento da disponibilidade e/ou acessibilidade econômica da alimentação em quantidade adequada
	Comprometimento ou insegurança no consumo de alimentos com qualidade adequada e livres de substâncias nocivas
Saúde	Comprometimento do acesso à saúde
	Comprometimento do acesso aos tratamentos de saúde culturalmente adequados⁽²⁾
	Comprometimento e risco de comprometimento da saúde física e nutricional
	Comprometimento e risco de comprometimento da saúde mental
Relações com o meio ambiente	Comprometimento das condições adequadas necessárias para a permanência nos territórios tradicionais⁽²⁾
	Comprometimento do acesso à água potável suficiente, segura e aceitável para usos pessoais e domésticos
	Comprometimento do acesso aos territórios tradicionais⁽²⁾
	Comprometimento do acesso e fruição da água segura para fins de lazer e convivência sociocultural
	Interrupção/Comprometimento da fruição de um meio ambiente equilibrado e do uso e da capacidade produtiva dos recursos naturais da região
Moradia e infraestrutura	Comprometimento da disponibilidade de serviços, materiais, equipamentos e infraestruturas
	Comprometimento das condições físicas de acesso à moradia adequada

Educação	Comprometimento da educação adequada e adaptada ao contexto social e cultural
	Interrupção/Comprometimento do acesso e disponibilidade educacional
Práticas culturais, religiosas e de lazer	Impossibilidade da reprodução dos modos de vida dos povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais⁽²⁾
	Interrupção ou comprometimento das atividades de lazer
	Interrupção/Comprometimento da manutenção e transmissão de tradições, saberes, práticas e referências culturais e religiosas
Rede de relações sociais	Alterações negativas na vida social e enfraquecimento dos laços sociais, comunitários e redes de parentesco
	Aumento das tensões e conflitos nas relações sociais e familiares
Vida digna, uso do tempo e cotidiano, e perspectivas futuras	Comprometimento da possibilidade de melhoria das condições de vida e frustração de perspectivas futuras
	Diminuição da qualidade de vida
Processo de reparação e remediação	Abuso da garantia de igualdade e não discriminação no processo de reparação e reparação
	Abuso do direito de participação efetiva no Processo de reparação e remediação
	Agravamento da vulnerabilidade com o Processo de reparação e remediação
	Barreiras de acesso ao Processo de reparação e remediação
	Desrespeito ao autogoverno e às especificidades das comunidades no Processo de reparação e remediação⁽²⁾
	Diminuição da segurança pessoal decorrente do Processo de reparação e remediação
	Falta de acesso à informação adequada e de transparência
	Gastos com deslocamento para participação no Processo de reparação
	Insuficiência, baixa qualidade e inadequação das medidas reparatórias e falta de celeridade no Processo de reparação e remediação
	Perda de tempo útil/produtivo com o Processo de reparação e remediação
	Risco de perda das identidades étnicas⁽²⁾
Autodeterminação	Comprometimento da autodeterminação dos povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais⁽²⁾

(1) O território quilombola Sapê do Norte encontra-se distribuído nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus;

(2) Dano específico para as comunidades remanescentes de quilombolas consultadas no território Sapê do Norte.

Fonte: Elaboração própria (2022).

A partir deste processo de identificação de danos socioeconômicos, este capítulo apresenta uma síntese da proposta elaborada pela FGV para a delimitação de parâmetros probatórios e referências de valores mínimos para indenização individual

destinados à reparação de danos materiais e imateriais no caso Rio Doce. Tais proposições foram desenvolvidas e apresentadas pela FGV em trabalhos anteriores (FGV, 2021i; FGV, 2021h; FGV, 2021o, FGV, 2022a), sendo importante destacar que todos os cálculos e justificativas para os valores e parâmetros aqui apresentados se encontram referenciados nos documentos destacados, proporcionando consultas detalhadas.

Dessa forma, a aplicação desses parâmetros e valores de referência só é possível considerando que a identificação de danos e análises deste estudo revelam danos socioeconômicos que compõem as matrizes indenizatórias geral e territorial já apresentadas pela FGV, que indicam parâmetros mínimos de reparação aplicáveis a toda a bacia.

Importa destacar que os trabalhos anteriores de levantamento de danos desenvolvidos em campo com as pessoas atingidas lastrearam a elaboração dos parâmetros previamente elaborados, orientando esses achados, que comportam diferenciações diante de situações específicas identificadas nos diferentes territórios e grupos sociais, e que são corroborados pelas oficinas realizadas na RECM-ES.

Para cada uma das seções, separadas por dimensões temáticas, são apresentadas propostas para: I. Parâmetros probatórios; II. Danos jurídicos a serem indenizados, quando aplicáveis; III. Valores para os danos materiais individuais, quando aplicáveis; e IV. Valores para os danos imateriais individuais.

5.1 Breves notas sobre parâmetros probatórios e de valor

Este documento, conforme já mencionado em seu capítulo introdutório, possui como recorte a reparação de cunho indenizatório e, nesse viés, serão apresentados parâmetros de valoração apenas em relação a três dos danos jurídicos indenizáveis, sendo: dano moral individual, lucros cessantes e determinados danos emergentes (Quadro 8), na perspectiva de estabelecer um diálogo com a matriz indenizatória judicial no contexto da reparação em curso.

Quadro 8 — Danos jurídicos individualmente indenizáveis

Lucros cessantes	Modalidade de dano jurídico material reconhecido e aplicado no direito brasileiro, que pode ser conceituado como a perda do ganho esperável, a frustração da expectativa de lucro, a diminuição potencial do patrimônio da vítima, podendo ocorrer não só pela paralisação da atividade lucrativa ou produtiva da vítima, como, por exemplo, a cessação dos rendimentos que alguém já vinha obtendo da sua profissão, como, também, pela frustração daquilo que era razoavelmente esperado.
Dano emergente	Pode ser compreendido como a efetiva e imediata diminuição do patrimônio da vítima; é aquilo que foi efetivamente perdido em razão da ação ou omissão de terceiro, de forma que a valoração corresponde ao desfalque sofrido pelo patrimônio.
Dano moral (individual)	Historicamente, tal conceito sempre foi muito associado à ideia de dor, sofrimento, abalo psicológico (CAVALIERI FILHO, 2015, p. 104). Contudo, tem-se evoluído para a construção de um conceito que prescinde de tais requisitos, passando-se à atual compreensão de que o dano moral indenizável não pressupõe necessariamente a verificação de sentimentos humanos desagradáveis, como dor ou sofrimento. ¹⁸⁷ Assim, embora ainda seja muito comum tais sentimentos darem ensejo à configuração do dano moral, sua conceituação mais atual tem como base a existência de “uma lesão a um interesse existencial concretamente merecedor de tutela” (FARIAS; NETTO, 2018, p. 925), ou a dignidade humana, independentemente da verificação, no caso concreto, de uma reação psíquica da vítima. ¹⁸⁸

Fonte: Elaboração própria (2022), a partir de (FGV, 2020k, 2020l, 2020m).

Cabe elucidar, ainda, que não foram trazidos parâmetros em relação a outros danos jurídicos indenizáveis que são reconhecidos como autônomos em relatórios anteriores (FGV 2020k, 2020l, 2020m), por dois motivos distintos. Em relação ao dano de perda de uma chance e ao dano estético não foram trazidos parâmetros por não ter sido possível identificar, de forma inequívoca, a ocorrência de tais danos a partir do levantamento realizado em campo. Já em relação ao dano existencial e ao projeto de vida, não foi possível trazer valores específicos pois as decisões consultadas para a

¹⁸⁷ Tal compreensão pode ser verificada no Enunciado nº 445 das Jornadas de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal. Disponível em: <www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/366>. Acesso em: 27 set. 2021.

¹⁸⁸ Neste sentido, Sérgio Cavalieri Filho aponta que: “[...] À luz da Constituição vigente podemos conceituar o dano moral por dois aspectos distintos: em sentido estrito e em sentido amplo. Em sentido estrito o dano moral é a violação do direito à dignidade. E foi justamente por considerar a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem corolário do direito à dignidade que a Constituição inseriu em seu art. 5º, V e X, a plena reparação do dano moral. Este é, pois, o novo enfoque constitucional pelo qual deve ser examinado o dano moral: qualquer agressão à dignidade pessoal lesiona a honra, constitui dano moral e é por isso indenizável. [...] Nessa perspectiva, o dano moral não está necessariamente vinculado a alguma reação psíquica da vítima. Pode haver ofensa à dignidade da pessoa humana sem vexame, sofrimento, assim como pode haver dor, vexame e sofrimento sem violação da dignidade. Dor, vexame, sofrimento e humilhação podem ser consequências e não causas” (CAVALIERI FILHO, 2015, p. 118).

elaboração dos parâmetros indenizatórios sintetizados no presente documento não possibilitaram a identificação de parâmetros valorativos específicos para esses danos. Isso não significa, no entanto, que o dano existencial e o dano ao projeto de vida não tenham ocorrido nas comunidades que habitam os territórios que constituem escopo deste documento, mas tão somente que não foram encontrados na jurisprudência parâmetros de valores autônomos desses danos para situações de direito e fáticas semelhantes às do caso em questão, de forma dissociada do dano moral individual.

No que se refere a possibilidades probatórias, apesar do reconhecimento da evolução no sistema instituído pelo juízo, a Matriz Indenizatória Geral da FGV (FGV, 2021h) aponta dificuldades de produção de prova enfrentadas pelas pessoas atingidas relativas à comprovação da condição de pessoa atingida, uma inovação processual introduzida no âmbito do Sistema Indenizatório Simplificado da 12ª Vara Federal entendida nas decisões judiciais como a comprovação de residência nos territórios na data do “evento danoso”, o que não ocorre no modelo do Programa de Indenização Mediada (PIM), e propõe outras mudanças procedimentais a serem observadas no sentido da flexibilização probatória e de favorecer o acesso à indenização individual. Nessa linha, apresentam-se neste capítulo sínteses de parâmetros elaborados nos relatórios Matriz Indenizatória Geral (FGV, 2021h) e Matriz Indenizatória Territorial (FGV, 2021i), onde também pode ser consultado amplo rol de justificativas sobre possibilidades probatórias individuais decorrentes do reconhecimento de danos nos territórios atingidos.

No que tange aos parâmetros probatórios de pertencimento a povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais, em consonância com o estabelecido na Convenção nº 169 da OIT e no Decreto 6.040/2007, adota-se o critério do autorreconhecimento. Nesse sentido, compreende-se que a elaboração de lista de autorreconhecimento pela comunidade contendo os nomes de seus integrantes constitui prova suficiente para fins de pertencimento e autorreconhecimento enquanto indígena, quilombola ou tradicional.

Para fins de indenização por danos materiais, foram estimados valores apenas para a dimensão temática de Renda, trabalho e subsistência, referentes a lucros cessantes da renda do trabalho para ocupações selecionadas, comprometimento da renda real relacionada com subsistência e danos emergentes relacionados com atividades laborais de ocupações selecionadas, em acordo e referência aos métodos e estudos normativos e de jurisprudência realizados (FGV, 2021h).

No tocante à indenização dos danos imateriais, foi realizado pela FGV¹⁸⁹ um estudo jurisprudencial a respeito dos valores arbitrados em danos morais no âmbito da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no período de 2016 a 2020, no qual se verificou um valor mediano global de R\$ 15.000,00 nas decisões analisadas, portanto, superior ao valor de dano moral individual definido pela Fundação Renova e adotado no Sistema Indenizatório Simplificado, de R\$ 10.000,00¹⁹⁰, com exceção definida na Matriz de Degredo¹⁹¹ no valor de R\$ 50.000,00 para comunidades tradicionais em razão de suas especificidades (FGV, 2021h, p. 23).

O estudo aponta ainda que esse valor não é suficiente para parametrizar a indenização pelas perdas imateriais decorrentes do desastre, sendo necessária uma abordagem que considere a diversidade de danos sofridos, bem como sua gravidade e demais especificidades do contexto fático em questão. Por isso, para estipulação dos valores para indenização dos danos imateriais individuais, utilizou-se como metodologia a abordagem do método bifásico de valoração dos danos morais adaptada ao caso Rio Doce, conforme detalhados em outros trabalhos já publicados pela FGV (FGV, 2021h, p. 23).

Na primeira fase, deve ser estabelecida uma faixa de valores considerando o interesse jurídico lesado e os valores identificados nas decisões que compõem o grupo de precedentes judiciais semelhantes (grupo de casos)¹⁹². O resultado dessa primeira fase são faixas de valores dentro de cada dimensão temática de danos socioeconômicos (FGV, 2021h, p. 23-24), considerando, justamente, o interesse jurídico em questão.

Na segunda fase, é definido um valor tendo como parâmetro essa faixa de valores, que, cotejados às circunstâncias e peculiaridades do caso concreto, permitem atribuir o valor

¹⁸⁹ A metodologia de estudo é exposta no Capítulo 4 desse relatório e no Apêndice A do relatório referente à Matriz Indenizatória Geral (FGV, 2021h, p. 23).

¹⁹⁰ A atribuição desse valor foi subsidiada pelo estudo jurimétrico da Platipus Consultoria (2018), contratado pela Fundação Renova, estudo que adota metodologia insuficiente para a valoração dos danos socioeconômicos decorrentes do desastre, além de apresentar lacunas metodológicas específicas, deficiências apontadas na Matriz Indenizatória Geral (FGV, 2021h, p. 23).

¹⁹¹ Degredo é uma Comunidade Remanescente de Quilombola (CRQ) localizada no município de Linhares (ES), foz do Rio Doce, e atingida pelo desastre do rompimento da Barragem de Fundão. A comunidade vem lutando desde 2015 para ter seus direitos reconhecidos e a justa compensação pelos danos sofridos, alcançando importantes conquistas no processo judicial, por exemplo: assessoria técnica independente e matriz de danos específica para a condição de povo tradicional quilombola.

¹⁹² Para tanto, foi realizada pesquisa qualitativa jurisprudencial que envolveu a aplicação e manuseio de filtros de recorrência de termos relacionados com o desastre em bases contendo todas as decisões do STJ, TRF1, TRF2, TJES e TJMG disponíveis nos sistemas de busca de jurisprudência desses respectivos tribunais para análise detalhada e extração de parâmetros de valoração. Tal pesquisa foi complementada pelo levantamento de decisões judiciais sobre o que se convencionou chamar de “grandes casos” de desastres, danos à saúde ou danos ambientais de grande complexidade ou repercussão socioeconômica ocorridos no Brasil.

mais adequado com base em critérios transversais e critérios individuais ou territoriais (FGV, 2021h, p. 24), os quais permitem a concreção individualizadora baseada no princípio da equidade.

Os critérios transversais são aferíveis em toda a bacia e se relacionam às circunstâncias do caso concreto, tendo em vista: (i) a gravidade do fato em si e suas consequências para a vítima (severidade do dano, considerando sua escala, escopo e irremediabilidade); (ii) as condições pessoais da vítima (especialmente em razão da sua vulnerabilidade a choques e de falhas na governança); e (iii) a condição econômica e a culpabilidade do ofensor, bem como a ausência de culpa concorrente das vítimas (FGV, 2021h, p. 24).

As condições pessoais da vítima, em particular, podem se traduzir em majoração da indenização por danos imateriais em decorrência de situações de vulnerabilidade, tendo em vista que determinados grupos sociais sofrem os danos do desastre de forma exacerbada, conforme especificado na seção 5.3. Com base nesses critérios, chegou-se aos valores propostos para indenização dos danos imateriais individuais abordados neste relatório.

Destaca-se, ainda, que para povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais¹⁹³, para além da majoração pelo critério de vulnerabilidade do grupo social acima descrito, sugere-se a aplicação do critério de majoração do valor total final dos danos imateriais por severidade, isso porque, conforme determina o próprio Decreto nº 6.040/2007, essas comunidades são “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL, 2007), de forma que é de se esperar que um desastre que gerou danos ambientais de tamanha magnitude afete de modo ainda mais severo comunidades que possuem na natureza a base da reprodução de sua vida em todos os aspectos.

Nesse sentido, é importante ressaltar a diferenciação já bem delineada no relatório Parâmetros para uma Abordagem Baseada em Direitos Humanos para a Resposta e Reconstrução de Desastres Envolvendo Empresas (FGV, 2019k) de que enquanto a

¹⁹³ Ressalte-se que este relatório trata de danos relacionados às comunidades quilombolas do território Sapê do Norte/RECM-ES, todavia, a aplicação de critério de majoração por severidade pode ser aplicada, por analogia, também aos povos indígenas e outras comunidades tradicionais que possam vir a ser identificadas na bacia do Rio Doce, afinal, o fundamento jurídico que oferece a tutela específica dos bens delineados nesta matriz está centrado na Convenção nº 169 da OIT.

vulnerabilidade está relacionada às condições pessoais, ou seja, “pessoas que são afetadas, ou sob risco de serem afetadas, por discriminação no exercício dos seus direitos, ou negação de direitos, em uma extensão maior do que outras pessoas em situações similares” ou ainda aquelas que “estão expostas a, ou sob risco de sofrer violações de direitos humanos em uma extensão maior que outras pessoas em situações comparáveis” (FGV, 2019k, p. 78), a severidade está relacionada à magnitude do dano ocasionado, ou seja, à gravidade do impacto, ao número de pessoas atingidas e às limitações para se conseguir restaurar as pessoas atingidas em situação, no mínimo, equivalente à anterior (UNITED NATIONS, 2012)” (FGV, 2019k, p. 84).

Assim, povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais, além de estarem historicamente mais expostos a abusos e violações de direitos humanos, o que justifica a aplicação do critério de vulnerabilidade, sofrem os danos de forma ainda mais grave e intensa ante a magnitude dos danos ambientais ocasionados em seus territórios e a extrema dependência dessas comunidades dos recursos naturais presentes no meio ambiente nos quais estão inseridas para manterem seus modos de vida e sua subsistência, o que justifica a aplicação adicional do critério de majoração por severidade.

Por fim, explicita-se que à reparação desses danos, bem como quaisquer outros relacionados com o desastre, é necessário empregar um amplo leque de medidas, conforme já abordado em outros relatórios produzidos pela FGV (FGV, 2019k; FGV, 2020k; FGV, 2020l; FGV, 2020m). Tal leque abarca medidas de cunho indenizatório, traduzíveis no pagamento de valores a vítimas ou a fundos, e medidas de cunho não indenizatório, traduzíveis em medidas variadas, como as de satisfação, reabilitação, restituição, garantias de não repetição e outras obrigações de fazer de modo geral (FGV, 2019k; FGV, 2020k; FGV, 2020l; FGV, 2020m).

5.2 Resultados da valoração indenizatória dos danos socioeconômicos e possibilidades probatórias

Conforme percorrido nos capítulos anteriores e aprofundado nos tópicos que se seguem, pessoas integrantes de povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais possuem resguardo de normativas próprias, que estabelecem direitos específicos a fim de garantir as condições adequadas para que essas comunidades possam ser e viver com qualidade e tranquilidade de acordo com suas identidades e seus modos de vida. Por este motivo, como será visto, as dimensões temáticas atinentes às Relações com o meio ambiente, Modos de vida (Práticas culturais, religiosas e de lazer; Rede de

relações sociais; e Vida digna, uso do tempo e cotidiano, e perspectivas futuras) e Autodeterminação apresentam danos que são sofridos especialmente por estes grupos, vez que os demais danos previstos nessas dimensões não são capazes de abranger, na totalidade, a lesão a todos os direitos garantidos a essas comunidades e que foram abusados com o desastre deflagrado pelo rompimento da Barragem de Fundão.

Dessa forma, cabe destacar que a identificação de danos específicos para os grupos etnicamente diferenciados ainda pode se somar aos demais dados igualmente sofridos pelo território, e este fato não retira nenhum direito dessas comunidades, ao contrário, confere-lhes direitos adicionais. Assim, para as comunidades quilombolas e tradicionais devem ser considerados todos os danos valorados nos itens que se seguem.

Ademais, para além das condições fáticas que engendram a verificação de uma etnicidade própria, a proteção aos direitos destes povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais, decorre de um regime jurídico especial, que encontra lastro constitucional (artigos 215, 216 da CRFB/88, endereçado aos tradicionais e quilombolas, 68 do ADCT que trata especificamente de territórios quilombolas e 231 e 232 da CRFB/88, sobre direitos indígenas), bem como está estruturado na legislação infraconstitucional, a qual será apresentada em detalhe em cada dimensão ou dano específico relacionado a estes grupos.

Cabe ressaltar que ao longo do processo de levantamento de informações secundárias e momentos de aproximação com os territórios, realizado pela FGV, foram identificados grupos etnicamente diferenciados com características culturais da pesca artesanal, caiçara, quilombolas, indígenas, entre outros (ver Capítulo 2), e, portanto, alcançados pela proteção jurídica conferida aos povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais.

Apesar das informações registradas, apenas as comunidades quilombolas do Sapê do Norte foram alcançadas por meio da metodologia de trabalho aplicada pela FGV em campo. E em virtude de limitações metodológicas não foi possível alcançar os demais grupos quando da etapa de identificação de danos. Contudo, os parâmetros indenizatórios elaborados neste relatório podem ser adotados, por analogia, tanto para as comunidades etnicamente diferenciadas identificadas quanto àquelas que não puderam ser alcançadas.

Assim, os danos identificados e descritos para as comunidades do território Sapê do Norte funcionam como referência para outros grupos etnicamente diferenciados que, no exercício da sua autodeterminação garantida pelas normas que fundamentam o direito de consulta, prévia, livre e informada, optem pelo sistema indenizatório proposto pela

FGV para os povos e comunidades tradicionais. Além do mais, reserva-se a estas comunidades a manifestação a respeito de outros danos socioeconômicos que porventura venham a emergir a partir da tomada de consciência da condição de pessoa ou comunidade atingida pelo desastre.

Ainda importa pontuar que a condição de invisibilidade muitas vezes pode ser adotada como estratégia de sobrevivência para povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais que vivem em áreas de disputa territorial ou grande violência. Esta condição tem sido registrada na literatura para situações análogas às que experimentam povos e comunidades atingidos por desastres¹⁹⁴. Costa Filho et al. (2015) apontam que a saída da invisibilidade de povos e comunidades deve-se, em parte, à definição recente destas categorias como protegidas juridicamente, de forma que:

Uma vez reconhecida ou criada pelo poder público uma categoria de diferenciação para abarcar identidades coletivas tradicionais, não somente os grupos sociais relacionados passaram a ser incluídos política e socialmente, como também se estabeleceu um pacto entre o poder público e esses segmentos, que inclui obrigações vis-à-vis, estimulando a interlocução entre sociedade civil e governo e o protagonismo social (COSTA FILHO, 2011, p. 2-3, apud COSTA FILHO et al., 2015, p. 71).

Diante deste quadro, importante ressaltar que as propostas de valoração previstas neste relatório podem ser aplicadas tanto às comunidades não alcançadas pela FGV, quanto por comunidades que, mesmo após a ocorrência do diagnóstico socioeconômico, venham a manifestar-se pela aplicação desta matriz indenizatória.

Importa ressaltar, ainda, que nem todas as dimensões possuem danos específicos para povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais. Nestes casos, deve ser aplicada a mesma valoração determinada para o conjunto das comunidades, uma vez que o dano sofrido pelos grupos etnicamente diferenciados foi semelhante ao sofrido pelas comunidades adjacentes.

¹⁹⁴ Monteiro (2019) descreve a situação de invisibilidade vivenciada pelos povos e comunidades apanhadores de flores sempre-vivas em Minas Gerais, cuja certidão de autodefinição foi expedida pela Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais em 2020, e que apenas abandonaram a condição de invisibilidade ao ter seu território expropriado pela criação e implantação de Unidades de Conservação, sendo atingidas por empreendimentos minerários e agropecuários, com destaque para a indústria de eucalipto; também na bacia do Rio Doce, os faiscadores e pescadores tradicionais permaneceram na invisibilidade até a ocorrência do rompimento da Barragem do Fundão, que gerou a necessidade de buscar a certidão junto à Comissão Estadual de Povos e Comunidades de Minas Gerais (FGV, 2020m).

5.2.1 Renda, trabalho e subsistência

Essa seção trata das medidas reparatórias de cunho indenizatório e valores de referência ligados à interrupção das atividades econômicas, perda dos meios de subsistência e demais perdas materiais.

A partir dos levantamentos de campo, em síntese, foi possível à FGV identificar a ocorrência de 10 danos socioeconômicos relacionados com a dimensão temática Renda, trabalho e subsistência, detalhados nas seções 3.2.1.2, 3.2.2.4, 3.2.3.2 e 3.2.4.3 do Capítulo 3, bem como explorar aspectos relacionados com sua imaterialidade a partir das análises do Capítulo 4. O Quadro 9 apresenta os danos socioeconômicos identificados para os territórios analisados e os danos jurídicos relacionados.

Quadro 9 — Danos socioeconômicos da dimensão temática de Renda, trabalho e subsistência: definição e danos jurídicos relacionados

Danos socioeconômicos	Explicação	Danos jurídicos relacionados
Aumento de gastos, despesas e/ou dívidas	Esse dano trata das situações em que as pessoas passaram a gastar mais com a compra de alguns produtos e/ou serviços (i) que antes não precisavam; (ii) que passaram a precisar em maior quantidade; (iii) que passaram a custar mais caro devido ao aumento da demanda e/ou diminuição da oferta por motivos relacionados com o desastre.	Danos emergentes
Comprometimento do exercício do trabalho em condições justas, seguras, saudáveis e favoráveis	Sofrem esse dano as pessoas que, por motivos relacionados ao desastre, passaram a ter que exercer seu trabalho/atividade econômica em condições piores do que as que possuíam anteriormente, comprometendo: (i) a segurança no exercício do trabalho; e/ou (ii) a execução do trabalho de uma forma que não traga prejuízo à saúde física ou mental; (iii) os rendimentos ou remuneração obtidos com o exercício do trabalho, bem como outras garantias trabalhistas.	Dano moral individual Dano existencial
Impossibilidade/ Comprometimento de exercício de trabalho livremente escolhido	Sofrem esse dano as pessoas que deixaram de poder escolher livremente o trabalho/atividade econômica que gostariam de exercer. Esse dano inclui tanto as pessoas que ficaram sem trabalho quanto as que passaram a ter que praticar outras atividades para obter renda, pois o trabalho/atividade anteriormente praticado foi comprometido em razão do desastre, por exemplo a proibição do exercício da pesca, a falta de fertilidade do solo, de disponibilidade de recursos minerais, hídricos, de oferta de emprego e serviços variados	Dano moral individual Dano existencial Dano ao projeto de vida

Danos socioeconômicos	Explicação	Danos jurídicos relacionados
Interrupção/Diminuição da renda relacionada com o exercício da atividade econômica ⁽¹⁾	Sofrem esse dano as pessoas que deixaram de auferir renda ou tiveram sua renda parcialmente comprometida em razão dos efeitos do desastre no trabalho ou na atividade econômica exercida. Devem ser consideradas todas as atividades econômicas habitualmente exercidas pela pessoa antes do rompimento, com vínculo formal ou informal, de forma sazonal ou não.	Lucros cessantes Dano moral individual Dano ao projeto de vida Dano existencial
Perda dos meios de subsistência, consumo próprio e escambo	Sofrem esse dano as pessoas que possuíam plantações, cultivos, hortas, pomares, criação de animais, que pescavam ou caçavam, utilizando esses bens ou atividades para seu próprio consumo, para o consumo da família, para trocarem ou venderem por outros produtos necessários à reprodução física ou social e, devido ao desastre, passaram a ter essas atividades prejudicadas ao longo do tempo.	Lucros cessantes Dano moral individual Dano existencial Dano ao projeto de vida
Perda e/ou comprometimento de animais utilizados para criação/produção e geração de renda	Sofrem esse dano as pessoas que possuíam animais que eram utilizados para gerar renda e que perderam ou que precisaram vender por preços abaixo do mercado esses animais por motivos relacionados com o desastre.	Danos emergentes Dano moral individual
Perda ou supressão de lavouras, cultivos ou de estoque	Sofrem esse dano: (i) as pessoas que possuíam plantações, cultivos, hortas, pomares que foram destruídos logo após o desastre; e (ii) pessoas que possuíam estoque de materiais ou alimentos que foram perdidos logo após o desastre.	Danos emergentes Dano moral individual
Perda, deterioração ou depreciação de estruturas, equipamentos e instrumentos de trabalho	Sofrem esse dano pessoas que tiveram os seus petrechos, utensílios, bens utilizados para o trabalho (como barco, trator, vara de pesca, enxada etc.) depreciados, desgastados, estragados ou prejudicados por motivos relacionados com o desastre, seja imediatamente após o desastre (como por ter sido afetado pela passagem da lama), seja em momento posterior (por exemplo, pela ausência de condições financeiras para dar manutenção a tais bens ou por terem ficado muito tempo sem utilização).	Danos emergentes Dano moral individual
Perda/Deterioração/Desvalorização do patrimônio pessoal	Sofrem esse dano as pessoas que perderam outros bens materiais que não os acima descritos em razão do desastre.	Danos emergentes Dano moral individual

(1) Esse dano socioeconômico se desdobra em quatro danos socioeconômicos, de acordo com as atividades econômicas específicas, sendo eles: (i) Interrupção/Diminuição da renda relacionada com o turismo; (ii) Interrupção/Diminuição da renda proveniente do exercício da atividade pesqueira e de aquicultura; (iii) Interrupção/Diminuição da renda relacionada com a atividade agropecuária; e (iv) Interrupção/Diminuição da renda relacionada com comércio e serviços.

Fonte: FGV (2021h, p. 425).

5.2.1.1 Parâmetros probatórios

Conforme desenvolvido e justificado na Matriz Indenizatória Geral (FGV, 2021h), portanto, em acordo e referência aos métodos e estudos normativos e de jurisprudência realizados e já publicizados, no que se refere às possibilidades probatórias decorrentes do reconhecimento de danos, a presente seção sintetiza no Quadro 10 as mudanças propostas nos parâmetros probatórios da matriz judicial quanto às provas para/do(s):

- I condição de atingido;
- II categorias econômicas;
- III exercício de atividades de subsistência e de autoconsumo;
- IV danos emergentes.

Quadro 10 — Mudanças propostas nos parâmetros probatórios da matriz judicial — Dimensão Renda, trabalho e subsistência

Condição de atingido	Extensão dos documentos aceitos a todos os territórios atingidos¹⁹⁵. Exigência de apenas um dos documentos listados nas matrizes judiciais, sem distinção entre documentos primários ou secundários, tampouco entre documentos aceitos para pessoas hipossuficientes, estendendo-se todas as possibilidades probatórias a todas as categorias e a todos os atingidos. Aceitação dos meios de comprovação relativos ao núcleo familiar, permitida não somente a certidão de casamento ou declaração de união estável, mas também: I. certidão de nascimento ou comprovante de adoção; II. documentos pessoais diversos que comprovem qualquer forma de vínculo social ou familiar que evidencie a coabitação.

¹⁹⁵ Proposta contemplada em parte pela decisão de 30/10/2021, que determinou a extensão do Sistema Novel para todas as cidades previstas no TTAC e na Deliberação 58 do CIF, ressalvada a localidade de Barra Longa (MG) que possui disciplina específica, determinando que poderão se habilitar perante o Sistema Novel aqueles que, até 30 de abril de 2020, (i) possuam alguma manifestação perante a Fundação Renova; (ii) ajuizaram ação indenizatória na jurisdição brasileira; (iii) ajuizaram ação indenizatória em jurisdição estrangeira; ou (iv) de qualquer forma, manifestaram expressamente perante órgãos e instituições públicas a condição de atingido pelo rompimento da Barragem de Fundão, com a explicitação de seu dano, devidamente comprovado por Certidão fornecida pelas instituições e revestidas de fé pública.

Não ficam claros os procedimentos para permitir a nova apresentação de documentos por pessoas que eventualmente tenham tido seu pedido de acesso negado por terem seus pedidos indenizatórios avaliados com critérios documentais mais restritos (decisão de ID 797255560, de 30/20/2021, nos autos de nº 1000415-46.2020.4.01.3800).

São adotadas como referências pela 12ª Vara Federal as sentenças proferidas nos autos PJE nº 1041443-57.2021.4.01.3800 (Dionísio), PJE nº 1035923- 19.2021.4.01.3800 (Mariana) e PJE nº 1013222-64.2021.4.01.3800 (Degredo). Esta decisão atende em parte a proposta da FGV de extensão dos documentos aceitos a todos os territórios atingidos, mas observa-se que meios comprobatórios eventualmente aceitos em matrizes outras que não as três adotadas como parâmetros podem permanecer excluídos.

Categorias econômicas	Extensão das categorias, meios e fontes de prova a todos os territórios atingidos ¹⁹⁶ .
Subsistência e autoconsumo	Desconsideração do critério de renda máxima de até meio salário mínimo <i>per capita</i> . Uso do LMEO + 5 km e LPM + 5 km como critérios de presunção e não de exclusão. Caso não haja comprovação de residência no LMEO ou LPM, aceitação da autodeclaração + duas testemunhas ou laudo individual ou vistoria técnica.
Danos emergentes	Manutenção dos mesmos parâmetros probatórios da matriz judicial, a serem estendidos para danos imateriais.

Fonte: FGV (2021h, p. 20-21).

Para melhor equalizar a proposta de meios comprobatórios para subsistência e autoconsumo trazidas na Matriz Indenizatória Geral, ou seja, com a noção da produção para consumo próprio como trabalho principal¹⁹⁷ ou como outra forma de trabalho¹⁹⁸, e não com as noções de dependência diária ou esporádica, indica-se que a autodeclaração a ser firmada pelo atingido que deseja se enquadrar em uma dessas categorias deverá esclarecer se o exercício da atividade de produção para consumo próprio se dá como seu trabalho principal ou de modo complementar. Para tanto, indica-se que a declaração especifique se a pessoa atingida exerce outra atividade econômica, seja ela reconhecidamente impactada pelo desastre ou não. Propõe-se que LMEO e LPM sejam efetivamente uma presunção, e não uma exigência absoluta. Finalmente, recomenda-se o afastamento total do critério de renda para as atividades de subsistência¹⁹⁹ (FGV, 2021h, p. 93). Ainda, propõe-se a eliminação do critério de renda

¹⁹⁶ Extensão contemplada em parte pela decisão de 30/10/2021, que determinou a extensão do Sistema Novel para todas as cidades previstas no TTAC e na Deliberação nº 58 do CIF, ressalvada a localidade de Barra Longa (MG) que possui disciplina específica, utilizando como referências as sentenças proferidas nos autos PJE nº 1041443-57.2021.4.01.3800 (Dionísio), PJE nº 1035923-19.2021.4.01.3800 (Mariana) e PJE nº 1013222-64.2021.4.01.3800 (Degredo). Esta decisão atende em parte a proposta da FGV de extensão dos documentos aceitos a todos os territórios atingidos, mas observa-se que meios comprobatórios eventualmente aceitos em matrizes outras que não as três adotadas como parâmetros podem não ser considerados. Também não fica clara a extensão de documentos aceitos para territórios que já tinham sentenças específicas e, caso essa extensão seja possível, os procedimentos para permitir a nova apresentação de documentos por pessoas que eventualmente tenham tido seu pedido de acesso negado por terem seus pedidos indenizatórios avaliados com critérios documentais mais restritos.

¹⁹⁷ “Indivíduos que não têm uma ocupação remunerada em dinheiro ou produtos e que dedicam a maior parte de seu tempo a esta produção” (FGV, 2021h, p. 92).

¹⁹⁸ “Indivíduos que dedicam uma parte de seu tempo à produção para consumo próprio, podendo ou não ter uma ocupação remunerada também” (FGV, 2021h, p. 92).

¹⁹⁹ “Embora haja uma relação entre o exercício de atividades de subsistência, como a pesca, com o direito à subsistência, consubstanciado na garantia que toda pessoa tem a um nível de

igual ou inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo, tendo em vista que, conforme já tratado anteriormente (FGV, 2020a), há uma impropriedade técnica no estabelecimento de exigência da prova de renda (hipossuficiência) para delimitação do acesso à indenização relativa à perda dos meios de subsistência.

Observa-se que a matriz judicial já reconhece a existência de produção para consumo próprio para os pescadores “informais/artesanais/de fato”, independentemente da residência no LMEO (JUSTIÇA FEDERAL, 2020, Id. 255922939 (Sentença — Baixo Guandu, p. 104), de modo que para essa categoria torna-se desnecessária a comprovação de residência nos limites do LMEO para fins de reconhecimento dos danos materiais (lucros cessantes) relativos à produção para consumo próprio como atividade complementar, e danos imateriais à alimentação.

Diante de todos esses termos, a proposta de alteração dos parâmetros comprobatórios relacionados com o exercício de atividades de subsistência e de autoconsumo pode ser resumida no Quadro 11.

Quadro 11 — Proposta de alteração de parâmetros comprobatórios relacionados com o LMEO e LPM para atividades de subsistência

CATEGORIA	LMEO/LPM	COMPROVAÇÃO (adicionalmente ao comprovante de residência)
Subsistência — Produção para consumo próprio como trabalho principal	Sim: 5+	Autodeclaração (especificando a produção para consumo próprio como atividade principal) + 1 testemunha
	Não	Autodeclaração (especificando a produção para consumo próprio como atividade principal) + 2 testemunhas Ou Autodeclaração (especificando a produção para consumo próprio como atividade principal) + Laudo ou vistoria técnica individual que ateste a produção para consumo próprio
Subsistência — Produção para consumo próprio como outra forma de trabalho	Sim: 5+	Autodeclaração (especificando a complementaridade da produção para consumo próprio) + 1 testemunha
	Não	Autodeclaração (especificando a complementaridade da produção para consumo próprio) + 2 testemunhas ou Autodeclaração (especificando a complementaridade da produção para

vida adequado para si própria e sua família, essa correlação não implica uma confusão entre subsistência e o conceito de mínimo existencial (ONU, 1948, art. 25.1; BRASIL, 1992). Consequentemente, não se justifica a imposição de que apenas aqueles que possuem renda *per capita* familiar de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo detêm direito à indenização pelo prejuízo sofrido à atividade de pesca de subsistência” (FGV, 2021h, p. 93).

CATEGORIA	LMEO/LPM	COMPROVAÇÃO (adicionalmente ao comprovante de residência)
		consumo próprio) + Laudo ou vistoria técnica individual que ateste a produção para consumo próprio
Pescadores informais/artesanais/de fato	Desnecessária a comprovação de residência dentro do LMEO ou LPM	Comprovação atinente à própria categoria, observadas as flexibilizações propostas no item 3.2 ("Condição de atingido")

Fonte: Matriz Indenizatória Geral (FGV, 2021h, p. 94).

5.2.1.2 Valores indenizatórios individuais para danos materiais

Com relação aos danos materiais, essa seção apresenta resumidamente as metodologias utilizadas nas estimativas de valores para indenização de lucros cessantes da renda do trabalho para ocupações selecionadas, comprometimento da renda real relacionada à subsistência e danos emergentes relacionados a atividades laborais²⁰⁰ (FGV, 2021h, p. 39). Para definir o conjunto de ocupações selecionadas que são abordadas nessa proposta de matriz indenizatória, foi realizado um processo de levantamento, padronização e compatibilização de ocupações presentes na matriz judicial, ou seja, em decisões judiciais da 12ª Vara Federal no contexto do sistema indenizatório do Eixo 7 (Indenizações) do referido caso (FGV, 2021h, p. 39).

Cabe mencionar que a lista de ocupações selecionadas abordadas no presente documento pode não contemplar a totalidade de ocupações afetadas pelo rompimento da Barragem de Fundão nos 45 municípios atingidos e que tenham danos passíveis de indenização, reiterando-se a importância da realização de pesquisas complementares a esse respeito (FGV, 2021h, 209). No caso específico da RECM-ES citamos, a título de exemplo, as atividades econômicas ligadas ao surfe (detalhadas na seção 3.2.4.3) que se encontram invisibilizadas nas estatísticas oficiais e no próprio Processo de reparação.

Para a estimativa de valores de indenização referentes ao comprometimento da renda real (conjunto de bens consumidos pelas pessoas) relacionada à subsistência, foram considerados dois casos: (i) produção para consumo próprio como trabalho principal; e (ii) produção para consumo próprio como outra forma de trabalho. Em ambos, a abordagem utilizada é a estimativa do valor do tempo dedicado à produção para

²⁰⁰ Este assunto é abordado com mais detalhes no relatório Matriz Indenizatória Geral (FGV, 2021h), em seu Capítulo 5 e respectivos apêndices.

consumo próprio, tal que se interpretam esses valores como lucros cessantes referentes à renda real dos atingidos (FGV, 2021h, p. 39).

No caso de lucros cessantes e de comprometimento da renda real relacionada à subsistência, buscou-se estimar valores de renda do trabalho ou do tempo dedicado do trabalhador representativo da ocupação de interesse na região atingida, considerando-se qual seria sua situação contrafactual (ausência do desastre). Para tanto, são utilizados grupos de comparação e os valores de indenização aqui estimados são médias por ocupação de valores observados a partir dos dados do Censo Demográfico 2010 e das PNADs Contínuas Trimestrais de 2012 a 2021, ambos do IBGE (FGV, 2021h, p. 39).

Quanto ao período de duração dos lucros cessantes e do comprometimento da renda real relacionada à subsistência, considera-se que este foi de novembro de 2015 a fevereiro de 2031, o que totaliza 184 meses. Especificamente, considera-se um período de 15 anos (180 meses) baseado nas previsões do TTAC, cuja contagem se inicia em março de 2016 (mês de assinatura do TTAC), acrescido dos quatro meses desde o mês do rompimento (novembro de 2015) até o mês anterior à assinatura do referido documento (fevereiro de 2016). São estimados valores de indenização para combinações de cenários quanto à trajetória da perda ao longo do tempo e possibilidades quanto à taxa de juros usada para computar os valores devidos referentes a períodos passados (FGV, 2021h, p. 39). Especificamente, os dois cenários usados são:

- Cenário A: considera-se a interrupção da atividade da ocupação selecionada até fevereiro de 2031. Ou seja, considera-se que todo o rendimento do trabalho ou renda real associado a ela é completamente perdido até esta data;
- Cenário B: considera-se que a perda de rendimento do trabalho ou renda real se dissipa ao longo do tempo, seguindo uma trajetória logística até que seja zerada em março de 2031 (FGV, 2021h, p. 40).

E as possibilidades adotadas são:

- Possibilidade 1: é feita a correção monetária a partir do IPCA (IBGE, 2019b) e aplicam-se juros de mora (juros simples, 1% ao mês);
- Possibilidade 2: é feita a correção monetária a partir do IPCA (IBGE, 2019b) e aplicam-se juros reais compostos, utilizando-se a taxa Selic (BACEN, 2021) (FGV, 2021h, p. 40).

Sobre os danos emergentes relacionados a atividades laborais de ocupações selecionadas, assim como na matriz judicial, não é feito um detalhamento pormenorizado dos itens que compõem tal dano, mas, sim, faz-se uma estimativa geral por ocupação. São estimados valores de indenização por danos emergentes apenas para as ocupações selecionadas para as quais houve reconhecimento e indenização por este tipo de dano. Utilizam-se duas abordagens distintas: (a) estimação dos valores de indenização para danos emergentes a partir do uso de um modelo econômico e de dados secundários do IBGE e da Fundação Renova; e (b) replicação de valores de danos emergentes da matriz judicial (FGV, 2021h, p. 40).

Para detalhamento das estimativas de valores conforme metodologia, cenários e possibilidades apresentadas nesta seção, o Apêndice E apresenta distintas tabelas identificadas de 1 a 16, com valores detalhadamente discriminados para os danos materiais relativos a lucros cessantes, danos emergentes e perda da produção para consumo próprio, conforme Relatório Matriz Geral (FGV, 2021h).

5.2.1.3 Valores indenizatórios individuais para danos imateriais

Com relação aos danos imateriais individuais à Renda, trabalho e subsistência, a partir da aplicação do método bifásico, conforme já exposto, foram selecionados para análise casos que tratassem da indenização por danos imateriais em situações nas quais os interesses jurídicos fossem similares àqueles lesados pelos danos socioeconômicos relacionados com a dimensão temática Renda, trabalho e subsistência.

Tal análise e categorização resultou na elaboração de sete grupos de casos, cujas informações foram analisadas no documento da Matriz Indenizatória Geral da FGV (FGV, 2021h), para o qual remete-se o leitor. A partir da análise de tais decisões e grupos de casos, mostrou-se razoável olhar para a indenização por dano moral dos danos socioeconômicos relacionados à Renda, trabalho e subsistência a partir de duas chaves principais:

- reflexos extrapatrimoniais relacionados prioritariamente à “interrupção/diminuição da renda relacionada ao exercício da atividade econômica” e à “perda ou comprometimento dos meios de subsistência, consumo próprio ou escambo” (enquanto produção para consumo próprio como atividade principal), danos esses que se mostram intrinsecamente relacionados aos danos de “impossibilidade e/ou comprometimento do exercício do trabalho

livremente escolhido” e “impossibilidade/comprometimento do exercício do trabalho em condições justas, seguras, saudáveis e favoráveis”;

- reflexos extrapatrimoniais relacionados prioritariamente aos danos de “perecimento e deterioração dos locais de trabalho”; “perda, deterioração ou depreciação de estruturas, equipamentos e instrumentos de trabalho”; “perda ou supressão de lavouras, cultivos ou estoque”, e “perda e/ou comprometimento de animais utilizados para criação/produção e geração de renda”.

Assim, consideradas essas chaves, chegou-se aos seguintes valores:

- R\$ 25.000,00 pelos danos imateriais pela interrupção do exercício da atividade econômica ou de subsistência (produção para consumo próprio como trabalho principal);
- R\$ 15.000,00 a título de danos imateriais decorrentes de danos emergentes (perdas, inutilização ou depreciação de equipamentos, produtos ou instrumentos, entre outras perdas materiais) (FGV, 2021h, p. 24).

O Quadro 12 sintetiza os valores identificados como mais adequados, aplicáveis aos danos identificados nos territórios, bem como os parâmetros probatórios propostos:

Quadro 12 — Síntese dos valores e parâmetros probatórios mais adequados ao caso relacionados aos danos à Renda, trabalho e subsistência

Danos socioeconômicos	Valor resultante da aplicação do método bifásico	Parâmetros probatórios
Interrupção/diminuição da renda relacionada ao exercício da atividade econômica ou Perda ou comprometimento dos meios de subsistência, consumo próprio ou escambo. E o dano de: Impossibilidade e/ou comprometimento do exercício do trabalho livremente escolhido.	R\$ 25.000,00	Prova da condição de atingido: flexibilização probatória a partir de documentos pessoais diversos e quaisquer meios de prova (notas fiscais, contratos) que evidenciem a coabitação — seja decorrente de vínculo familiar ou não, além das possibilidades de prova de autodeclaração somada às testemunhas. Em adição, entende-se desnecessária a distinção entre documentos primários e secundários tampouco listagem exclusiva para hipossuficientes que deve ser estendida a todos os casos. Prova dos danos à atividade econômica/produtiva exercida: flexibilização deve ser estendida, sem prejuízo do reconhecimento futuro de novas categorias e possibilidades comprobatórias. Possibilidade de prova via laudo individual deve ser estendida a todas as categorias (não apenas às formais), norteadas pela liberdade de escolha do atingido no enquadramento e pluriatividades.

Danos socioeconômicos	Valor resultante da aplicação do método bifásico	Parâmetros probatórios
		Prova dos danos ao exercício de atividades de subsistência/autoconsumo: utilização do LMEO como critério presuntivo, a partir das seguintes propostas: (i) facilitação probatória nos atingidos que residem dentro do LMEO + 5 km e praticam atividade de consumo próprio seja como atividade principal ou complementar a partir da exigência de autodeclaração + uma testemunha; (ii) possibilidade de prova para atingidos que residem fora do LMEO + 5 km – autodeclaração + duas testemunhas ou laudo/vistoria individual; (iii) para pescadores informais/artesanais e de fato, permitida a comprovação atinente à própria categoria observadas flexibilizações propostas para a “condição de atingido”.
Perda, deterioração ou depreciação de estruturas, equipamentos e instrumentos de trabalho Perda ou supressão de lavouras, cultivos ou estoque Perda e/ou comprometimento de animais utilizados para criação/produção e geração de renda	R\$ 15.000,00	Presunção de ocorrência uma vez comprovada a interrupção/diminuição da renda relacionada ao exercício da atividade econômica e/ou a perda/comprometimento dos meios de subsistência, consumo próprio ou escambo, conforme lógica já aplicada na matriz judicial.
Perda, deterioração e desvalorização do patrimônio pessoal Aumento de gastos, despesas e dívidas	Valoração individual	Flexibilização probatória, com aceitação de quaisquer meios de prova, por exemplo: documentos que indiquem a deterioração ou perda dos bens, comprovantes de gastos, extratos bancários, contratos, fotografias, testemunhas. Elaboração de laudos e perícias, a serem custeadas pelas empresas. Subsidiariamente, autodeclaração corroborada com a declaração de duas testemunhas, tal como proposto na matriz judicial para reconhecimento de outros danos.

Fonte: Elaboração própria (2022) a partir de FGV (2021i).

5.2.2 Alimentação

A partir dos levantamentos de campo, em síntese, foi possível à FGV identificar a ocorrência de três danos socioeconômicos referidos à dimensão temática Alimentação, que são detalhados nas seções 3.2.1.3, 3.2.2.5, 3.2.3.3 e 3.2.4.4.do Capítulo 3, bem como explorar aspectos relacionados com sua imaterialidade a partir das análises do

Capítulo 4. O Quadro 13 elenca os danos socioeconômicos identificados nos quatro territórios da RECM-ES e os danos jurídicos relacionados.

Quadro 13 — Danos socioeconômicos relacionados à dimensão temática Alimentação — definição e danos jurídicos relacionados

Danos socioeconômicos	Explicação	Danos jurídicos relacionados
Comprometimento da alimentação culturalmente adequada	Comprometimento de aspectos culturais da alimentação pela insegurança quanto à contaminação dos alimentos, e/ou por não terem condições de pagar pelos alimentos habitualmente consumidos. Está relacionado com a soberania alimentar, as tradições culturais da população e uma vida física e mental livre de angústias, satisfatória e digna. São exemplos desse dano a perda de tradições relacionadas com a alimentação, a perda de alimentos de referências na formação da identidade cultural do território, a mudança de hábitos alimentares imposta pela impossibilidade de pescar e a perda de independência alimentar.	Dano moral individual Dano moral coletivo
Comprometimento da disponibilidade e/ou acessibilidade econômica da alimentação em quantidade adequada	Dano associado aos custos financeiros, pessoais e familiares, relativos à aquisição do alimento que possa comprometer outras necessidades básicas, como matrículas escolares, medicamentos ou aluguel; ou mesmo a capacidade de adquirir alimentos em quantidade e qualidade adequadas. As pessoas também sofrem esse dano a partir da preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro, ou a partir do comprometimento da qualidade e variedade dos alimentos como resultado de estratégias para não comprometer a quantidade de alimentos. Este dano pode ter como causa tanto a insegurança em relação à qualidade dos alimentos, tornando indisponíveis importantes fontes de alimentos, quanto a interrupção ou redução de renda.	Dano moral individual
Comprometimento ou insegurança no consumo de alimentos com qualidade adequada e livre de substâncias nocivas	Dano associado à insegurança em relação ao consumo de alimentos em qualidade adequada. São exemplos desse dano: pessoas que ficaram com medo de ingerir alimentos como pescado, leite, carne bovina ou vegetais possivelmente contaminados pela água do Rio Doce. A angústia gerada pela ausência de informações sobre essa contaminação já configura este dano.	Dano moral individual Dano social

Fonte: FGV (2021i, p. 428-429).

Conforme desenvolvido e justificado nos produtos Matriz Indenizatória Geral (FGV, 2021h) e Matriz Indenizatória Territorial (FGV, 2021i)²⁰¹, portanto, em acordo e referência aos métodos e estudos normativos e de jurisprudência realizados e já publicizados, sugerem-se neste relatório valores e parâmetros probatórios para indenização por dano moral individual para todos os danos socioeconômicos aqui organizados. A proposta aqui trata de modo conjunto os danos “Comprometimento da disponibilidade e/ou acessibilidade econômica da alimentação em quantidade adequada” e “Comprometimento da alimentação culturalmente adequada”; e de forma individualizada o dano “Comprometimento ou insegurança no consumo de alimentos com qualidade adequada e livre de substâncias nocivas”.

Com esse sentido, o Quadro 14 sintetiza os valores identificados como mais adequados²⁰², bem como os parâmetros probatórios sugeridos.

Quadro 14 — Síntese dos valores e dos parâmetros probatórios mais adequados ao caso relacionados com os danos à Alimentação

Danos socioeconômicos	Valor resultante da aplicação do método bifásico	Parâmetros probatórios
Comprometimento da disponibilidade e/ou acessibilidade econômica da alimentação em quantidade adequada Comprometimento da alimentação culturalmente adequada	R\$ 5.000,00	I. Dano presumível para as categorias de subsistência e produção para consumo próprio (como atividade principal ou outra atividade), ou nas quais o dano material de perda ou substituição de proteína ou de cesta básica já foi reconhecido pela matriz judicial. Não deve ser exigida comprovação adicional. II. Para membros de núcleo familiar de pessoas atingidas que comprovarem o exercício de atividade de subsistência ou produção para o consumo próprio, devem ser consideradas autodeclaração + comprovação de pertencer ao mesmo núcleo familiar (nos termos propostos no Quadro 10 item 5.2.1.1. Condição de atingido) de pessoas atingidas que

²⁰¹ As referências de valores de danos morais individuais e parâmetros probatórios apresentadas nesta dimensão temática Alimentação são exploradas e detalhadas na Matriz Indenizatória Geral (FGV, 2021h, p. 176-179); e na Matriz Indenizatória Territorial (FGV, 2021i, p. 493-503).

²⁰² Conforme ressaltado na Matriz Indenizatória Territorial (FGV, 2021i, p. 502) “esse valor é considerado adequado tendo em vista o nível de gravidade do dano que é generalizável para o território, devendo ser entendido como um patamar mínimo que pode ser majorado para situações nas quais a comprovação individual indicar maior gravidade”.

Danos socioeconômicos	Valor resultante da aplicação do método bifásico	Parâmetros probatórios
		comprovarem o exercício dessas atividades.
Comprometimento ou insegurança no consumo de alimentos com qualidade adequada e livre de substâncias nocivas	R\$ 10.000,00	Comprovante de residência no território atingido, nos termos previstos em “Comprovação da condição de atingido”.

Fonte: FGV (2021i, p. 503-504).

5.2.3 Saúde

A partir dos levantamentos de campo, em síntese, foi possível à FGV identificar a ocorrência de quatro danos socioeconômicos, sendo um específico às comunidades quilombolas, detalhados nas seções 3.2.1.6, 3.2.2.8, 3.2.3.6 e 3.2.4.7 do Capítulo 3, bem como explorar aspectos relacionados com sua imaterialidade a partir das análises do Capítulo 4. O Quadro 15 seguinte elenca os danos socioeconômicos identificados nos quatro territórios da RECM-ES e os danos jurídicos relacionados.

Quadro 15 — Danos socioeconômicos da dimensão temática Saúde — definição e danos jurídicos relacionados

Danos socioeconômicos	Explicação	Danos jurídicos relacionados
Comprometimento do acesso à saúde	Sofrem com esse dano as pessoas atingidas que tiveram dificultado ou impossibilitado o acesso à saúde, ou seja, o acesso universal e sem discriminação às ações, serviços, medicamentos e infraestrutura de saúde em quantidade e qualidade satisfatória.	Dano emergente Dano moral individual Dano ao projeto de vida Dano moral coletivo Dano social
Comprometimento do acesso aos tratamentos de saúde culturalmente adequados ⁽¹⁾	Dano relacionado ao comprometimento do acesso a tratamentos de saúde advindos da medicina natural e tradicional ante os danos ambientais nos territórios.	Dano moral individual Dano moral coletivo Dano existencial Dano ao projeto de vida Dano social Dano emergente
Comprometimento ou risco de comprometimento à saúde física e nutricional	Sofrem esse dano as pessoas atingidas que ficaram sujeitas ao risco ou desenvolveram doenças que comprometeram seu estado de saúde físico e nutricional após o desastre.	Lucro cessante Dano emergente Dano moral individual Danos existenciais Dano ao projeto de vida Dano moral coletivo Dano social Dano estético

Danos socioeconômicos	Explicação	Danos jurídicos relacionados
Comprometimento ou risco de comprometimento à saúde mental	Sofrem esse dano as pessoas atingidas que ficaram sujeitas ao risco ou desenvolveram doenças que comprometeram seu estado de saúde mental após o desastre.	Lucro cessante Dano emergente Dano moral individual Danos existenciais Dano ao projeto de vida Dano moral coletivo Dano social

(1) Dano específico para as comunidades remanescentes quilombolas consultadas no território Sapê do Norte.

Fonte: FGV (2021i, p. 430).

Conforme desenvolvido e justificado nos produtos Matriz Indenizatória Geral (FGV, 2021h) e Matriz Indenizatória Territorial (FGV, 2021i)²⁰³, portanto, em acordo e referência aos métodos e estudos normativos e de jurisprudência realizados e já publicizados, sugerem-se neste relatório parâmetros probatórios (Quadro 16) e valores para indenização por dano moral individual (Quadro 17) para todos os danos socioeconômicos aqui organizados. Observa-se que há parâmetros específicos no tocante à comprovação da condição de atingido, conforme descrito a seguir.

Quadro 16 — Parâmetros probatórios mais adequados ao caso relacionados aos danos à Saúde — Comprometimento ou risco de comprometimento à saúde física e nutricional; Comprometimento ou risco de comprometimento à saúde mental

Grupos aplicáveis aos danos socioeconômicos em escopo	Substrato comprobatório geral	Comprovação individual
Exposição de risco à saúde mental, física e nutricional	DALYS calculado para a população dos territórios atingidos que indicam perda de anos de vida por incapacitação; risco atribuível, razão de incidências e coeficiente de plausibilidade calculados para os territórios atingidos que indicam uma associação biologicamente plausível entre o desenvolvimento de alguns agravos à	Comprovante de que o ofendido reside ou residiu em um dos 45 municípios atingidos mediante apresentação de comprovante de residência ou por meio de possibilidades probatórias flexibilizadas (ex.: certidão de casamento, declaração de união estável, entre outros documentos).
Desenvolvimento de agravo à saúde leve/moderado		Prova documental (laudos, atestados, prontuários, entre outros), que ateste o acometimento de doença física, nutricional ou mental possivelmente ocasionada em razão ou em associação com o desastre de acordo com resultados a serem alcançados

²⁰³ As referências de valores de danos morais individuais e parâmetros probatórios apresentadas nesta dimensão temática Saúde são exploradas e detalhadas na Matriz Indenizatória Geral (FGV, 2021h, p. 190-207); e na Matriz Territorial (FGV, 2021i, p. 503-513).

Grupos aplicáveis aos danos socioeconômicos em escopo	Substrato comprobatório geral	Comprovação individual
Desenvolvimento de agravo à saúde incapacitante e/ou incurável	saúde e a exposição ao desastre.	pelos “Estudos de Impacto à Saúde Humana” ou outras possíveis formas de comprovação.
Desenvolvimento de agravo à saúde que culmina em morte		Atestado de óbito, certidão de óbito ou documento similar, desde que ateste o óbito e sua causa. Assim como nos casos de doença, a causa do óbito deverá ser em razão ou em associação com o desastre de acordo com resultados a serem alcançados pelos “Estudos de Impacto à Saúde Humana” ou outras possíveis formas de comprovação.

Fonte: FGV (2021i, p. 507-508).

Quadro 17 — Síntese dos valores mais adequados ao caso relacionados com os danos morais individuais à Saúde

Danos socioeconômicos	Valores resultantes da aplicação do método bifásico
Comprometimento e risco de comprometimento da saúde física e nutricional	R\$ 2.833,33 por ano de exposição em função de risco à saúde mental, física e nutricional. R\$ 51.250,00 em função de desenvolvimento de agravo à saúde leve/moderado. R\$ 134.376,79 em função de desenvolvimento de agravo à saúde incapacitante e/ou incurável. R\$ 283.333,00 em função de desenvolvimento de agravo à saúde que culmina em morte.
Comprometimento e risco de comprometimento da saúde mental	R\$ 2.833,33 por ano de exposição em função de exposição de risco à saúde mental, física e nutricional. R\$ 51.250,00 em função de desenvolvimento de agravo à saúde leve/moderado. R\$ 134.376,79 em função de desenvolvimento de agravo à saúde incapacitante e/ou incurável. R\$ 283.333,00 em função de desenvolvimento de agravo à saúde que culmina em morte.
Comprometimento do acesso à saúde	R\$ 4.500,00²⁰⁴
Comprometimento do acesso aos tratamentos de saúde culturalmente adequados ⁽¹⁾	

(1) Dano específico para as comunidades remanescentes quilombolas consultadas no território Sapê do Norte.

Fonte: FGV (2021i, p. 510).

²⁰⁴ A Matriz Indenizatória Territorial (FGV, 2021i, p. 513) reitera que, “caso se verifique que a negação do acesso à saúde tenha implicações mais gravosas à saúde da pessoa atingida, esse valor pode ser majorado na esfera individual, mediante a propositura de ações individuais”.

Para a comprovação do dano socioeconômico de Comprometimento do acesso à saúde, para além do “substrato comprobatório geral” aplicável a todos os danos em saúde, compreende-se que as narrativas coletadas nos territórios analisados neste relatório são elementos suficientes para que os atingidos façam jus ao recebimento da indenização pela violação do direito ao acesso à saúde. Mas, conforme desenvolvido na Matriz Indenizatória Territorial (FGV, 2021i), caso não se entenda desta forma, é adequada a adoção da teoria da inversão do ônus da prova, ficando a cargo da empresa que ocasionou o desastre demonstrar que está prestando satisfatoriamente os serviços de saúde. Na hipótese de não comprovar e for notável o dano de “comprometimento do acesso à saúde”, será devida a indenização por danos morais individuais, conforme parâmetro de valor indicado no Quadro acima.

Na identificação de danos realizada pela FGV junto ao quilombo de Sapê do Norte foi identificado o dano de Comprometimento do acesso aos tratamentos de saúde culturalmente adequados, o qual foi fundamentado em relatório específico com vistas à reparação dos povos Tupiniquim e Guarani (FGV, 2020l). Em complemento ao que foi consignado nesse relatório, importante trazer à lume os regimes específicos de proteção à saúde dos povos e comunidades quilombolas e outros povos tradicionais.

De forma geral, a Convenção nº 169 da OIT resguarda a proteção das práticas culturais dos grupos etnicamente diferenciados, destacando-se o comando do artigo 25 desta Convenção, que prescreve a necessidade de que as políticas de saúde sejam aplicadas em conformidade com seus costumes tradicionais e características culturais específicas, a saber:

1. Os governos deverão zelar para que sejam colocados à disposição dos povos interessados serviços de saúde adequados ou proporcionar a esses povos os meios que lhes permitam organizar e prestar tais serviços sob a sua própria responsabilidade e controle, a fim de que possam gozar do nível máximo possível de saúde física e mental.
2. Os serviços de saúde deverão ser organizados, na medida do possível, em nível comunitário. Esses serviços deverão ser planejados e administrados em cooperação com os povos interessados e levar em conta as suas condições econômicas, geográficas, sociais e culturais, bem como os seus métodos de prevenção, práticas curativas e medicamentos tradicionais.
3. O sistema de assistência sanitária deverá dar preferência à formação e ao emprego de pessoal sanitário da comunidade local e se centrar no atendimento primário à saúde, mantendo ao mesmo tempo estreitos vínculos com os demais níveis de assistência sanitária.
4. A prestação desses serviços de saúde deverá ser coordenada com as demais medidas econômicas e culturais que sejam adotadas no país.

Nesse passo, conclui-se que as medidas reparatórias relacionadas à saúde devem ser moldadas em conformidade com as tradições culturais dos territórios, o que sugere que, mais do que um regime indenizatório de saúde específico, devem ser desenhadas medidas reparatórias de caráter não indenizatório adequadas à realidade cultural de cada localidade.

Também a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais reforça este entendimento, ofertando uma sistemática normativa que resguarda a proteção de uma saúde culturalmente adequada. No art. 3º, VII, estabelece como seu objetivo específico “garantir aos povos e comunidades tradicionais o acesso aos serviços de saúde de qualidade e **adequados às suas características socioculturais, suas necessidades e demandas, com ênfase nas concepções e práticas da medicina tradicional**” (grifou-se).

Observa-se que o fundamento capaz de conferir a possibilidade indenizatória para este dano guarda semelhança com o próprio dano de comprometimento do acesso à saúde, sendo entendido como uma especificação relacionada aos grupos etnicamente diferenciados, o que sugere que a sua valoração seja feita em conjunto.

Neste sentido, no caso dos povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais, a indenização individual pelo comprometimento do acesso à saúde deverá ser aliada à adoção de políticas reparatórias próprias e capazes de dar conta das suas especificidades culturais.

Tais medidas devem ser orientadas pelos princípios estabelecidos pela Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, instituída pela Portaria do Ministério da Saúde nº 992, de 13 de maio de 2009, que oferece parâmetros para uma correta focalização das medidas em saúde endereçadas aos grupos quilombolas, além de ser guiada por consulta livre, prévia, e informada, de acordo com os ditames da Convenção nº 169 da OIT.

5.2.4 Relações com o meio ambiente

Os danos ambientais, identificados e descritos em diferentes trabalhos produzidos pelo Instituto Lactec (*expert* responsável pelo diagnóstico socioambiental desse desastre) desdobram-se em danos socioeconômicos sofridos pela população em todas as dimensões temáticas, inclusive no que se refere às interferências negativas provocadas na relação antes estabelecida pelos diferentes grupos sociais com o meio ambiente. Conforme desenvolvido no presente relatório, o desastre deflagrado pelo rompimento da Barragem de Fundão interferiu de modo abrupto nas relações estabelecidas entre as

populações atingidas e o Rio Doce e seus afluentes, suas áreas de várzea, entorno e ecossistemas associados.

Por meio da realização de interações de campo, foram observadas alterações negativas também nesses territórios, a exemplo da perda da qualidade de recursos naturais, sobretudo da água e do solo, e suas consequências negativas sobre atividades de trabalho, lazer e socialização. Além disso, para o conjunto de municípios que compõem esses territórios, ficou evidente que a carência de estudos técnicos conclusivos e monitoramento contínuo, além de falta de informações qualificadas e confiáveis sobre a contaminação, especialmente da água utilizada para consumo, são situações que também desencadeiam danos socioeconômicos à população atingida.

A partir dos levantamentos de campo, em síntese, foi possível à FGV identificar a ocorrência de cinco danos socioeconômicos, sendo dois específicos às comunidades quilombolas, referidos à dimensão temática Relações com o meio ambiente. Esses danos foram detalhados nas seções 3.2.1.1, 3.2.2.2, 3.2.3.1 e 3.2.4.1 do capítulo 3, e tiveram alguns aspectos relacionados com sua imaterialidade abordados na análise do Capítulo 4. O Quadro 18 apresenta os danos socioeconômicos relacionados à dimensão de Relações com o meio ambiente identificados nos territórios da RECM-ES e os danos jurídicos relacionados.

Quadro 18 — Danos socioeconômicos relacionados à dimensão temática Relações com o meio ambiente — definição e danos jurídicos relacionados

Danos socioeconômicos	Explicação	Danos jurídicos relacionados
Comprometimento das condições adequadas necessárias para a permanência nos territórios tradicionais ⁽¹⁾	Dano relacionado ao comprometimento do acesso aos recursos naturais e áreas dos territórios que são essenciais para as atividades de subsistência, geração de renda e de manutenção dos modos de vida e identidade da comunidade (a exemplo da pesca, artesanato, medicina natural, celebrações e atividades socioculturais no rio e mar, entre outras), de modo que membros das comunidades não encontram mais em seus territórios as condições necessárias para garantir o sustento e modos de vida próprios de sua família e da coletividade.	Dano moral individual Dano moral coletivo Dano existencial Dano ao projeto de vida
Comprometimento do acesso à água potável suficiente, segura e aceitável para usos pessoais e domésticos	Sofrem esse dano as pessoas que tiveram comprometido o acesso à água potável para consumo próprio e/ou da sua família ou para realização de suas atividades domésticas (por exemplo, cozinhar, lavar roupas, tomar banho, entre outras), seja pela falta de água ou pelo acesso à água sem a qualidade adequada para essas finalidades.	Dano moral individual Dano moral coletivo

Danos socioeconômicos	Explicação	Danos jurídicos relacionados
	A pessoa pode ter tido o comprometimento do acesso à água de forma parcial (por um período específico), intermitente (com falhas frequentes desde o desastre) ou permanente (sem acesso à água desde o desastre).	
Comprometimento do acesso aos territórios tradicionais ⁽¹⁾	Dano relacionado ao comprometimento ou à impossibilidade de circulação e acesso em determinadas áreas do território ante proibições administrativas ou judiciais, como a proibição da pesca, ou inseguranças em relação à extensão e magnitude do dano ambiental ante a ausência de informações claras e seguras sobre o mesmo, o que lesa o direito de livre acesso ao território previsto nos art. 13 e 14 da Convenção n° 169 da OIT.	Dano moral individual Dano moral coletivo Dano existencial Dano ao projeto de vida
Comprometimento do acesso e fruição da água segura para fins de lazer e convivência sociocultural	Sofrem esse dano as pessoas que tiveram comprometida a possibilidade de usar os rios, estuário e mar, bem como seus entornos para fins de lazer (por exemplo, nadar, pescar, passear, contemplar, fazer atividades físicas, entre outros) e de convivência sociocultural (por exemplo, atividades religiosas e espirituais, festas tradicionais, reuniões entre familiares e amigos, entre outras).	Dano moral individual Dano existencial Dano moral coletivo
Interrupção/Comprometimento da fruição de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, do uso e da capacidade produtiva dos recursos naturais da região	Sofrem esse dano as pessoas que tiveram comprometida a possibilidade de usufruir do meio ambiente (rio, estuário, mar, praias e seus entornos, entre outros) e dos recursos naturais que ele oferecia (água, alimentos, solo de qualidade, ar limpo, entre outros) por sua degradação ou pelo fundado receio de contaminação desses ecossistemas em razão do desastre.	Dano moral individual Dano existencial Dano moral coletivo

(1) Dano específico para as comunidades remanescentes quilombolas consultadas no território Sapê do Norte.

Fonte: FGV (2021i, p. 430).

Conforme desenvolvido na Matriz Indenizatória Geral (FGV, 2021h) e na Matriz Indenizatória Territorial (FGV, 2021i)²⁰⁵, são sugeridos valores e parâmetros probatórios para indenização por dano moral individual para os danos socioeconômicos organizados e apresentados acima (Quadro 18). A proposta trata de modo conjunto os danos “Comprometimento da fruição de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, do uso e da capacidade produtiva dos recursos naturais da região” e “Comprometimento do acesso e fruição da água segura para fins de lazer e convivência sociocultural”; e de

²⁰⁵ As referências de valores de danos morais individuais e parâmetros probatórios apresentadas nesta dimensão temática Relações com o meio ambiente são exploradas e detalhadas na Matriz Indenizatória Geral (FGV, 2021h, p. 179-182); e na Matriz Indenizatória Territorial (FGV, 2021i, p. 514-531).

forma individualizada o dano “Comprometimento do acesso à água potável suficiente, segura e aceitável para usos pessoais e domésticos”.

Seguindo essa proposta, o Quadro 19 traz a síntese dos valores identificados como mais adequados, bem como os parâmetros probatórios sugeridos.

Quadro 19 — Síntese dos valores e dos parâmetros probatórios relacionados com os danos de Relações com o meio ambiente

Danos socioeconômicos	Valor resultante da aplicação do método bifásico	Parâmetros probatórios
Comprometimento da fruição de um meio ambiente ecologicamente equilibrado e do uso e da capacidade produtiva dos recursos naturais da região Comprometimento do acesso e fruição da água segura para fins de lazer e convivência sociocultural	R\$ 10.000,00	• Uso do LMEO + 5 km como critério de presunção; • Caso não haja comprovação de residência no LMEO + 5 km, aceitação da autodeclaração e uma ou duas testemunhas.
Comprometimento do acesso à água potável suficiente, segura e aceitável para usos pessoais e domésticos	R\$ 10.000,00	• Para os atingidos residentes nos municípios ou distritos abastecidos pelo serviço público de saneamento básico por água captada do Rio Doce: apresentar comprovante de residência, nos termos previstos em “Comprovação da condição de atingido”. • Para atingidos não residentes nos municípios em que há presunção ou que utilizavam soluções alternativas de abastecimento de água²⁰⁶ possivelmente comprometidas pelo desastre: demonstrar, por todos os meios de prova reconhecidos — tais como laudo/vistoria, autodeclaração, prova testemunhal, entre outros —, que utilizavam tais soluções alternativas de abastecimento de água para usos pessoais e domésticos.
Comprometimento das condições adequadas necessárias para a permanência nos territórios tradicionais. ⁽¹⁾	Estes danos deverão ser considerados para majoração pelo critério de severidade do dano na segunda fase de aplicação do método bifásico.	Lista de autodeclaração com os nomes das pessoas que integram a comunidade elaborada e fornecida por povo ou comunidade indígena, quilombola e tradicional.
Comprometimento do acesso aos territórios tradicionais. ⁽¹⁾		

(1) Dano específico para as comunidades remanescentes quilombolas consultadas no território Sapê do Norte.

Fonte: FGV (2021i, p. 532).

²⁰⁶ Tais como captação direta do Rio Doce e afluentes; captação de poços artesianos próximos ao Rio Doce e afluentes; entre outros casos registrados durante os levantamentos de campo realizados e apresentados neste relatório, abordados no Capítulo 3.

Sobre os danos “Comprometimento do acesso e fruição da água segura para fins de lazer e convivência sociocultural” e “Comprometimento do acesso à água potável suficiente, segura e aceitável para usos pessoais e domésticos”, é preciso considerar que o juízo da 12ª Vara Federal reconheceu, a partir da decisão de 30 de outubro de 2021, que tratou de temas diversos relativos ao Eixo prioritário nº 7 (Cadastro e Indenizações), no âmbito do sistema Novel, o chamado “dano água”²⁰⁷.

Mantidos os critérios já propostos para indenização dos danos da dimensão temática acima exposta, mostra-se pertinente tecer considerações sobre a referida decisão e a sua compatibilização com as matrizes da FGV.

A decisão afirma ser sabido que a passagem da pluma de rejeitos impactou, em algumas localidades, a captação e o abastecimento de água potável para a população, e delimita o universo de pessoas atingidas que fazem jus ao recebimento de indenização relativa ao “dano água” como aquelas que sofreram com a interrupção/suspensão do abastecimento de água em decorrência do rompimento da barragem e que manifestaram e reivindicaram, em data pretérita, essa condição de sujeitos de direitos²⁰⁸.

Por exemplo, citamos o território Foz do Rio Doce onde houve suspensão de captação e abastecimento do SAAE a partir do Rio Doce, sendo necessário o investimento em ETAs e fornecimento por caminhão-pipa. E ainda se registra que diversas comunidades que não contavam com o abastecimento do SAAE e realizavam a captação direta do Rio Doce e uso de poços artesianos mais rasos, e após o desastre ficaram sem alternativa por insegurança quanto à qualidade de água (maior detalhamento na seção 3.2.4.1). Os territórios do Litoral Norte, Sapê do Norte e Litoral Sul também registram que havia dependência da captação do Rio Doce, afluentes e/ou poços artesianos, e depois do desastre houve aumento da insegurança quanto à contaminação de mananciais e, conseqüentemente, da qualidade da água, fato que alterou formas e estratégias de uso e consumo, principalmente, para fins domésticos.

A decisão afirma também que o “Sistema Indenizatório Simplificado”, dada a sua concepção de “*rough justice*” (ou de “justiça possível”), deve buscar contemplar o padrão

²⁰⁷ Sentença da 12ª Vara Federal, Proc. 1000415-46.2020.4.01.3800, id 797255560, p. 77-78.

²⁰⁸ A habilitação perante o Novel será possível para aqueles que, até 30 de abril de 2020, (i) possuem registro/solicitação/protocolo/entrevista/cadastro/manifestação perante a Fundação Renova; (ii) ajuizaram ação indenizatória na jurisdição brasileira; (iii) ajuizaram ação indenizatória em jurisdição estrangeira; ou (iv) de qualquer forma, manifestaram expressamente perante órgãos e instituições públicas a condição de atingido pelo rompimento da Barragem de Fundão, com a explicitação de seu “dano água”, devidamente comprovado por Certidão fornecida pelas instituições. Ver mais em: Sentença da 12ª Vara Federal, Proc. 1000415-46.2020.4.01.3800, id 797255560, p. 77-78.

médio de indenização desse tipo de dano, sem perquirir as situações individuais de cada vítima lesada.

Assim sendo, em relação ao “dano água” foi fixado o valor de R\$ 2.000,00 a título de indenização (individual) por danos materiais e morais para cada dia de privação de água. Segundo a decisão judicial, caberá às concessionárias de serviço público atestar a quantidade de dias em que o fornecimento/abastecimento de água em cada localidade ficou comprometido. A fim de alimentar o sistema “Novel”, a Fundação Renova poderá obter tal informação diretamente com as concessionárias de cada localidade (decisão de ID 797255560, de 30/20/2021, nos autos de nº 1000415-46.2020.4.01.3800).

Embora essa decisão represente um avanço na reparação indenizatória dos danos relacionados ao comprometimento do acesso à água, também apresenta lacunas e pontos a serem aprimorados.

Ao delimitar o universo de atingidos que podem acessar o “Novel” para pleitear a indenização pelo “dano água” como exclusivamente aqueles que sofreram a interrupção/suspensão do abastecimento de água, ficam de fora os danos já identificados relativos ao comprometimento de acesso e fruição da água segura para fins de lazer e convivência sociocultural, que também acarretam prejuízos imateriais passíveis de indenização na esfera individual, como já tratado anteriormente (conforme Quadro 19). Esse dano é considerado pela FGV, para fins de proposição de parâmetros probatórios e indenizatórios, em conjunto com o comprometimento da fruição de um meio ambiente ecologicamente equilibrado e do uso e da capacidade produtiva dos recursos naturais da região. Portanto, o reconhecimento do “dano água” não afeta o cabimento da indenização prevista na Matriz Territorial Indenizatória FGV para esses dois danos, considerados em conjunto.

Ainda, o “dano água” reconhecido judicialmente endereça o prejuízo decorrente da falta de acesso à água potável mediante abastecimento realizado pelas concessionárias de serviço público, porém não trata do acesso à água por fontes alternativas de captação de água, tais como captação direta do Rio Doce e afluentes ou de poços artesianos localizados nas proximidades do rio, realidade presente nos territórios analisados, conforme visto no Capítulo 3. Esses casos também devem ser contemplados, podendo ser, inclusive, mais graves, diante das dificuldades de restabelecimento do acesso à água e das persistentes dúvidas acerca de sua segurança e qualidade.

No âmbito do acesso à água por fontes alternativas, como já indicado na Matriz Indenizatória Territorial (FGV, 2021i, p. 520), não faz sentido se exigir a comprovação de interrupção no abastecimento oficial, mas sim a comprovação, pela pessoa atingida,

da dependência e/ou utilização de fontes alternativas por todos os meios de prova reconhecidos — tais como laudo/vistoria, autodeclaração, prova testemunhal, entre outros. Assim, é importante ressaltar que não é ônus da pessoa atingida comprovar a contaminação da fonte de água da qual dependia, mas apenas demonstrar a dependência ou utilização de uma fonte possivelmente contaminada.

Nesse sentido, o “dano água” reconhecido pelo juízo não endereça os prejuízos imateriais decorrentes das fundadas dúvidas acerca da qualidade da água, deixando de considerar que, mesmo em situações nas quais o abastecimento foi restabelecido, há uma persistente incerteza e temor nos territórios atingidos quanto à segurança no consumo da água.

Esse é um contexto fático já reconhecido judicialmente quando da instauração do “Eixo Prioritário 9 — Abastecimento de água para consumo humano”, que culminou na designação da Aecom como perita para avaliar tanto os estudos e projetos para as captações alternativas e melhorias nos sistemas de abastecimento de água em determinadas localidades, quanto à qualidade da água do Rio Doce nas localidades periciadas. Em relação às pessoas e localidades que estejam recebendo, de alguma forma, água mineral e/ou água potável por meio de caminhões-pipa pela Fundação Renova, caberá à perita também avaliar o nexo de causalidade entre as alegações de impossibilidade de captação de água e o rompimento da barragem e chegada de rejeitos, e sobre sua condição de captação e tratabilidade, segundo os protocolos e diretrizes nacionais e internacionais de segurança, explorando, quando cabível, as eventuais alternativas que se mostrarem necessárias (FGV, 2021i, p. 519). Entre os territórios-alvo dessa perícia estão as localidades Regência, Povoação, Areal, Bebedouro, Entre Rios, Papagaio e Sede, no município de Linhares, e Aldeia de Comboios, em Aracruz Tourinho (conforme laudo de ID 487779848, de 24/03/2021, nos autos nº 1000462-20.2020.4.01.3800). Conforme evidenciado no Capítulo 3 (Identificação de danos socioeconômicos), embora o abastecimento de água tenha sido retomado pela via emergencial ou por formas alternativas de captação, as pessoas atingidas também sofreram e continuam sofrendo com o dano de acesso à água em razão da contaminação e/ou dúvida fundada acerca da potabilidade e adequação da qualidade da água fornecida pelas companhias de saneamento ou pela Fundação Renova ou, ainda, da água captada diretamente pelos atingidos no Rio Doce, seus afluentes e em fontes próximas, como poços artesianos, o que inclui locais não contemplados pela perícia do Eixo 9.

Em suma, a decisão judicial deixa claro que o “dano água” que está sendo reparado é o acesso à água para consumo próprio mediante sistema de abastecimento público, tão

somente. Não são endereçadas situações de falta de acesso por fontes alternativas, tampouco os danos ligados à insegurança quanto à qualidade da água e a sua fruição para outros fins que não o consumo.

É preciso, portanto, endereçar dois aspectos para fins indenizatórios: (i) a necessidade de cumulação deste “dano água” com os danos ligados à fruição para outros fins que não o consumo e à insegurança acerca da qualidade da água; e (ii) as adequações necessárias em termos de elegibilidade e possibilidades probatórias dos danos ligados ao acesso à água (ou o “dano água”).

Com relação à cumulação do “dano água” com os demais danos relacionados ao direito à água aqui tratados, fica claro que a indenização prevista pelo juízo deverá ser cumulada com a indenização que considera em conjunto o “Comprometimento da fruição de um meio ambiente ecologicamente equilibrado e do uso e da capacidade produtiva dos recursos naturais da região” e o “Comprometimento do acesso e fruição da água segura para fins de lazer e convivência sociocultural”, no valor de R\$ 10.000,00, como descrito no Quadro 20.

Também deverá ser mantido e considerado o dano ligado à insegurança acerca da qualidade da água (“Comprometimento do acesso à água potável suficiente, segura e aceitável para usos pessoais e domésticos”), no valor de R\$ 10.000,00, conforme já explicado.

Com relação ao dano relativo ao acesso à água em si (“dano água”), o valor arbitrado pelo juízo comporta cumulação com os demais valores expostos, porém há adequações a serem realizadas nos critérios utilizados.

Sobre as adequações necessárias em termos de elegibilidade, as restrições temporais estabelecidas são criticáveis: primeiro, porque a data de corte de abril de 2020 para manifestação da condição de atingido²⁰⁹, que vem sendo utilizada como parâmetro

²⁰⁹ A 12ª Vara Federal estabeleceu a data de 30 de abril de 2020 como marco temporal para delimitar o universo de pessoas que pode acessar o Sistema Novel. Assim, só podem aderir ao Sistema Novel pessoas que, até 30 de abril de 2020, (i) possuíam registro/solicitação/protocolo/entrevista/cadastro/manifestação perante a Fundação Renova; (ii) ajuizaram ação indenizatória na jurisdição brasileira; (iii) aqueles que ajuizaram ação indenizatória em jurisdição estrangeira; (iv) ou de qualquer forma, manifestaram expressamente perante órgãos e instituições públicas a condição de atingido pelo rompimento da barragem de Fundão. Vale ressaltar que a decisão que inaugurou o sistema Novel é de 1/7/2020, enquanto a decisão que reconhece o “dano água” no âmbito desse sistema é de 30/10/2021.

Observa-se que a data de abril de 2020 fecha o cadastro apenas para fins de acesso ao Sistema Novel, mas o encerramento do cadastro para fins de acesso ao PIM e demais programas previstos no TTAC tem como marco temporal a data de 31/12/2021 (Decisão de ID 797255560, de 30/10/2021, nos autos nº 1024354-89.2019.4.01.3800, p. 28).

delimitar o universo de pessoas que podem aderir às matrizes do Novel referentes ao comprometimento do exercício de atividades econômicas não possui qualquer relação com o reconhecimento do “dano água” em outubro de 2021, de modo que ações ou outras manifestações da condição de atingido pelo “dano água” entre abril de 2020 e outubro de 2021 não foram movidas por uma pretensão de ingresso no Novel²¹⁰. Ademais, destaca-se o caráter contínuo do dano, devendo ser considerada também a população atingida pelas enchentes de 2020 e 2022²¹¹.

Diversas comissões de atingidos já se manifestaram no processo defendendo que a existência de indenização prévia pelo PIM ou Novel não deve obstar o recebimento do “dano água” previsto pela decisão de outubro de 2021, principalmente considerado o baixo valor das indenizações acordadas no PIM água — que não chegavam a R\$ 2.000,00 no total — e a diferença entre a natureza dos valores de indenização já recebidos no âmbito do Novel referentes à impossibilidade de exercício de atividades econômicas e o “dano água”²¹².

Quanto a este ponto, reitera-se o entendimento já constante em relatórios e opiniões técnicas anteriores (FGV 2020a, FGV 2021) quanto à inadequação dos termos de quitação previstos pelo Sistema Novel. O caso do “dano água” exemplifica as injustiças que essa quitação promove.

Diante dessas constatações, a FGV elaborou uma proposta de compatibilização da decisão proferida (apresentada no Quadro 20), na medida em que a decisão judicial representou avanços ao fixar um valor indenizatório mais elevado e mais adequado à gravidade do dano sofrido do que aquilo que foi possível identificar a partir dos precedentes anteriormente analisados, mas também apresenta lacunas e pontos de

Remete-se ao item XX que trata dos danos socioeconômicos relacionados à adoção dessa data de encerramento para adesão ao Sistema Novel.

²¹⁰ Conforme argumentação da comissão “dano água” da cidade de Governador Valadares (petições de ID 986525681 e 986525689, de 20/3/2022, nos autos nº 1000415-46.2020.4.01.3800).

²¹¹ Conforme argumentação da Comissão Nacional das Vítimas de Tragédias ambientais e socioeconômicas (petição de ID 898975065, de 25/01/2022, nos autos nº 1000415-46.2020.4.01.3800).

²¹² Comissão “dano água” da cidade de Governador Valadares (petições de ID 986525681 e 986525689, de 20/3/2022, nos autos nº 1000415-46.2020.4.01.3800), comissões de atingidos de Aracruz (ES); Linhares (ES); São Mateus (ES); Colatina (ES); Baixo Guandu (ES); Aimorés (MG); Itueta (MG); Naque (MG); Sem Peixe (MG); São José do Goiabal (MG); Baguari (MG); Pedra Corrida/Assentamento Liberdade (MG); Bugre (MG); Senhora da Penha (MG); Revés do Belém (MG); Barra do Cuieté (MG); Cachoeira Escura (MG); Ipatinga (MG); Tumiritinga (MG); Santa Cruz do Escalvado (MG); Chopotó (MG); Ipaba do Paraíso (MG); (embargos de declaração de ID 829317071, de 24/11/2021, nos autos nº 1000415-46.2020.4.01.3800) e Comissão Nacional das Vítimas de Tragédias ambientais e socioeconômicas (petição de ID 898975065, de 25/01/2022, nos autos nº 1000415-46.2020.4.01.3800).

aprimoramento necessários, em relação aos quais a proposta da FGV pode exercer uma função complementar.

Quadro 20 — Proposta de compatibilização de parâmetros probatórios relacionados com os danos de Relações com o meio ambiente, considerando a Matriz Judicial e a Matriz FGV

Danos socioeconômicos	Universo	Matriz judicial		Matriz FGV (proposta de compatibilização)	
		Valor	Parâmetros probatórios	Valor	Parâmetros probatórios
Comprometimento da fruição de um meio ambiente ecologicamente equilibrado e do uso e da capacidade produtiva dos recursos naturais da região	Todas as pessoas atingidas que tenham sofrido um desses danos	NA	NA	R\$ 10.000,00	Uso do LME0 + 5 km como critério de presunção; Caso não haja comprovação de residência no LME0 + 5 km, aceitação da autodeclaração e uma ou duas testemunhas.
Comprometimento do acesso e fruição da água segura para fins de lazer e convivência sociocultural					
Comprometimento do acesso à água potável suficiente, segura e aceitável para usos pessoais e domésticos	Interrupção/suspensão do abastecimento de água	R\$ 2.000,00 por cada dia de privação de água	Aqueles que, até 30 de abril de 2020, (i) possuem registro/solicitação/protocolo/entrevista/cadastro/manifestação perante a Fundação Renova; (ii) ajuizaram ação indenizatória na jurisdição brasileira; (iii) aqueles que ajuizaram ação indenizatória em jurisdição estrangeira; (iv) de qualquer forma, manifestaram expressamente perante órgãos e instituições públicas a condição de atingido pelo rompimento da Barragem de Fundão, com a explicitação de seu “dano água”, devidamente comprovado por Certidão fornecida pelas instituições.	R\$ 2.000,00 por cada dia de privação de água	Para os atingidos residentes nos municípios ou distritos abastecidos pelo serviço público de saneamento básico por água captada do Rio Doce: apresentar comprovante de residência, nos termos previstos em “Comprovação da condição de atingido”. Para atingidos não residentes nos municípios em que há presunção ou que utilizavam soluções alternativas de abastecimento de água ²¹³ possivelmente comprometidas pelo desastre: demonstrar, por todos os meios de prova reconhecidos — tais como laudo/vistoria, autodeclaração, prova testemunhal, entre outros —, que utilizavam tais soluções alternativas de abastecimento de água para usos pessoais e domésticos.
	Comprometimento do acesso à água potável suficiente, segura e aceitável para usos pessoais e domésticos como consequência do desastre por motivos outros que não a suspensão ou interrupção do abastecimento	NA	NA	R\$ 10.000,00	

Fonte: Elaboração própria (2022).

²¹³ Tais como captação direta do Rio Doce e afluentes; captação de poços artesianos próximos ao Rio Doce e afluentes; entre outros casos registrados durante os levantamentos de campo realizados e apresentados neste relatório.

Ainda dentro da dimensão temática de Relações com o meio ambiente, de acordo com os relatos colhidos em oficinas realizadas no território quilombola Sapê do Norte, há danos específicos sofridos por estas comunidades a serem reparados. Estes danos, além de serem indenizáveis, também requerem a adoção de medidas de natureza não indenizatória com a finalidade de cessar a distribuição de afetações negativas sobre os territórios, as quais devem passar por amplo processo de discussão interno para a definição de seus detalhes, alcance e objetivos.

O dano de Comprometimento do acesso aos territórios tradicionais está afeito à subtração das áreas de uso coletivo. Tais áreas são constituídas por matas, cursos dos rios Itaúnas e Cricaré (São Mateus), bem como outras áreas de uso coletivo, que foram atingidas pela pluma de rejeitos que avança pelo mar e estuários do Espírito Santo, decorrendo disso a proibição da pesca e o desencadeamento de danos socioeconômicos de ordens diversas, prejudicando o manejo destas parcelas territoriais, e comprometendo todo o território quilombola (conforme aprofundado na seção 3.2.2.2).

Conforme previamente endereçado no relatório Vale do Aço (FGV, 2022a), a proteção aos territórios quilombolas encontra previsão legal nos artigos nº 215 e nº 216 da CRFB/88, e no artigo 68 do ADCT, pela sistemática complementar do Decreto nº 4.887²¹⁴, de 20 de novembro de 2003, em seu art. 2º, e da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais²¹⁵ (PNDSPCT), art. 3º, II.

Conforme a aferição produzida pela FGV (seção 3.2.2), a forma de territorialização do Sapê do Norte é dinâmica, sendo identificada uma apropriação das terras em regimes de uso comum ou coletivo, o que é reforçado pelo registro nativo da “terra à rola”, isto é, pela cultura de criação de gado bovino em áreas compartilhadas por toda a comunidade. Além disso, como apresentado na seção 2.1.1 identifica-se que o histórico de uso e ocupação do solo pelos quilombolas nessa área remonta ao período colonial, tendo sido impressos valores culturais, religiosos e morais que indicam tanto uma resistência produtiva (Cap. VNM Quilombola), quanto uma trajetória de experimentação de violações e abusos de direitos humanos.

²¹⁴ Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

²¹⁵ Instituída pelo Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.

Desta forma, está patente a necessidade de uma proteção ampla do conjunto dos ambientes necessários à reprodução sociocultural do Sapê do Norte, em linha com o que está disposto no art. 13 da Convenção nº 169 da OIT:

1. Ao aplicarem as disposições desta parte da Convenção, os governos deverão respeitar a importância especial que para as culturas e valores espirituais dos povos interessados possui a sua relação com as terras ou territórios, ou com ambos, segundo os casos, que eles ocupam ou utilizam de alguma maneira e, particularmente, os aspectos coletivos dessa relação.
2. A utilização do termo "terras" nos artigos 15 e 16 deverá incluir **o conceito de territórios, o que abrange a totalidade do habitat das regiões que os povos interessados ocupam ou utilizam de alguma outra forma** (Grifou-se).

Durante as pesquisas de campo que geraram a identificação de danos na presente dimensão, verificou-se a restrição de circulação dos quilombolas em amplas parcelas de seu território, seja em função da proibição judicial à pesca, à disseminação da insegurança sobre a qualidade do solo, da água e dos peixes, que se relacionam com a magnitude do desastre. Tais ocorrências reforçam o que foi endereçado no relatório Matriz Indenizatória Territorial para os Municípios de Belo Oriente, Bugre, Fernandes Tourinho, Iapu, Ipaba, Ipatinga, Naque, Periquito, Santana do Paraíso e Sobrália, no Médio Rio Doce (FGV, 2022), e indicam que a territorialidade deve compreender as terras de uso às quais estes povos tiveram histórico acesso aos seus recursos e das quais depende a reprodução dos seus modos de vida, conforme preconiza o art. 14 da Convenção nº 169 da OIT:

1. Dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Além disso, nos casos apropriados, **deverão ser adotadas medidas para salvaguardar o direito dos povos interessados de utilizar terras que não estejam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais, tradicionalmente, tenham tido acesso para suas atividades tradicionais e de subsistência**. Nesse particular, deverá ser dada especial atenção à situação dos povos nômades e dos agricultores itinerantes (grifou-se).

Como já referenciado na Matriz Indenizatória Territorial para os Municípios de Belo Oriente, Bugre, Fernandes Tourinho, Iapu, Ipaba, Ipatinga, Naque, Periquito, Santana do Paraíso e Sobrália, no Médio Rio Doce (FGV, 2022) o artigo 15 da Convenção nº 169 da OIT prevê o direito à indenização e à adoção de medidas de caráter não indenizatório em caso da ocorrência de danos aos seus territórios:

2. Em caso de pertencer ao Estado a propriedade dos minérios ou dos recursos do subsolo, ou de ter direitos sobre outros recursos, existentes nas terras, os governos deverão estabelecer ou manter

procedimentos com vistas a consultar os povos interessados, a fim de se determinar se os interesses desses povos seriam prejudicados, e em que medida, antes de se empreender ou autorizar qualquer programa de prospecção ou exploração dos recursos existentes nas suas terras. Os povos interessados deverão participar sempre que for possível dos benefícios que essas atividades produzam, e **receber indenização equitativa por qualquer dano que possam sofrer como resultado dessas atividades** (grifou-se).

Conforme consignado na seção 3.2.4 foi identificada a ocorrência do dano de “Comprometimento das condições adequadas necessárias para a permanência nos territórios tradicionais”. A ausência de informação sobre a qualidade da água nos cursos hídricos, em especial os rios Itaúnas e Cricaré, tem provocado o comprometimento das condições de obtenção da renda e do sustento das famílias. Essa situação vem levando a um agravamento de processos de migração. As narrativas indicam que as práticas culturais estruturadoras dos modos de vida nas comunidades do Sapê do Norte têm sido comprometidas por não poderem realizar-se num contexto coletivo, de mutirão ou de trocas que davam condições de sustentação ao tecido social.

Como registrado na seção 3.2.2 os quilombos do Sapê do Norte se basearam numa resistência produtiva, em que o exercício das atividades econômicas, em especial a produção de farinha, deu condições às famílias de atingirem um elevado grau de emancipação. Essa autonomia, característica de regimes camponeses, também constitui uma marca diacrítica da etnicidade destas comunidades, sendo a existência no coletivo uma condição necessária para o sucesso das suas estratégias de reprodução sociocultural.

Nesta senda, o direito de pertença à identidade quilombola reveste-se de valor jurídico protegido pela Convenção nº 169 da OIT, que preceitua no artigo 16, o seguinte:

1. Com reserva do disposto nos parágrafos a seguir do presente Artigo, os povos interessados não deverão ser transladados das terras que ocupam (grifou-se).
(...)
3. Sempre que for possível, esses povos deverão ter o direito de voltar a suas terras tradicionais assim que deixarem de existir as causas que motivaram seu traslado e reassentamento (grifou-se).
4. Quando o retorno não for possível, conforme for determinado por acordo ou, na ausência de tais acordos, mediante procedimento adequado, esses povos deverão receber, em todos os casos em que for possível, terras cuja qualidade e cujo estatuto jurídico sejam pelo menos iguais aqueles das terras que ocupavam anteriormente, e que lhes permitam cobrir suas necessidades e garantir seu desenvolvimento futuro. Quando os povos interessados preferirem receber indenização em dinheiro ou em bens, essa indenização deverá ser concedida com as garantias apropriadas.
5. Deverão ser indenizadas plenamente as pessoas transladadas e reassentadas por qualquer perda ou dano que tenham sofrido como consequência do seu deslocamento.

Nesse sentido, importa destacar que, no território do Sapê do Norte, embora as famílias não tenham sido deslocadas das terras que habitam, passaram a experimentar o deslocamento *in situ*, de forma análoga ao que foi vivenciado pelas comunidades quilombolas da Matriz Indenizatória Territorial para os Municípios de Belo Oriente, Bugre, Fernandes Tourinho, Iapu, Ipaba, Ipatinga, Naque, Periquito, Santana do Paraíso e Sobrália, no Médio Rio Doce (FGV, 2022).

Para fins de valoração, os danos específicos sofridos pelas comunidades quilombolas do Sapê do Norte foram considerados como critério agravante a ser aplicado na segunda fase da valoração em decorrência da maior severidade destes danos, conforme será melhor detalhado no item 5.3.2.

Por fim, com base em precedentes da Corte Interamericana de Direitos Humanos²¹⁶, na Matriz Vale do Aço foram propostas medidas de natureza não indenizatória, afeitas à recomposição da degradação gerada aos ambientes aquáticos (rios, mar e estuários), devendo serem adotados mecanismos de monitoramento participativos em consonância com o direito de consulta prévia, livre, prévia e informada. O Quadro 21 apresenta um rol de medidas que podem servir de parâmetro para a reparação dos danos em questão, e foi elaborado a partir dos processos participativos conduzidos pela FGV junto aos povos Tupiniquim e Guaraní em Aracruz (FGV, 2020I).

Quadro 21 — Síntese das medidas reparatórias possíveis de serem aplicadas à reparação dos danos específicos sofridos pelos quilombolas na dimensão temática de relações com o meio ambiente

Danos socioeconômicos	Medidas reparatórias
Comprometimento das condições adequadas necessárias para a permanência nos territórios tradicionais	Implementação de medidas que garantam a permanência nos territórios, e que estejam associadas com as dimensões renda, trabalho e subsistência, medicina tradicional e garantia das condições de saúde, e que possibilitem o exercício dos modos de vida tradicionais.
Comprometimento do acesso aos territórios tradicionais	(i) avaliação abrangente e atualizada da área afetada, por meio de um estudo desenvolvido por especialistas independentes; (ii) cronograma de trabalho; (iii) medidas necessárias para remover qualquer afetação derivada das atividades de mineração; (iv) medidas para reflorestar as áreas que ainda eram afetadas por essas atividades, todas levando em consideração a opinião dos povos afetados; bem como o estabelecimento de mecanismos de inspeção e supervisão necessários para a execução da reabilitação realizada pela empresa responsável; (v) adoção de mecanismos de monitoramento participativo e que contenha indicadores construídos levando-se em conta o conhecimento local sobre os ecossistemas.

Fonte: FGV (2020I, p. 173-174).

²¹⁶ CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso Pueblos Kalina y Lokono vs. Suriname. Sentença de mérito de 25 de novembro de 2015. § 290.

5.2.5 Moradia e infraestrutura

A partir dos levantamentos de campo, em síntese, foi possível à FGV identificar a ocorrência de dois danos socioeconômicos referidos à dimensão temática Moradia e infraestrutura, detalhados nas seções 3.2.2.3, 3.2.4.2 do Capítulo 3, bem como explorar alguns aspectos relacionados com sua imaterialidade a partir das análises do Capítulo 4. O Quadro 22 seguinte elenca os danos socioeconômicos identificados nos territórios da RECM-ES e os danos jurídicos relacionados.

Quadro 22 — Danos e riscos socioeconômicos relacionados à Moradia e infraestrutura — definição e danos jurídicos relacionados

Danos socioeconômicos	Explicação	Danos jurídicos relacionados
Comprometimento das condições físicas de acesso à moradia adequada	Sofrem esse dano as pessoas atingidas que residem ou residiram em moradias que, em razão das ações de reparação ou da passagem da lama de rejeitos, desenvolveram patologias estruturais como trincas, fissuras, rachaduras, infiltrações etc. Dentro desse dano há duas gradações importantes: i) casos em que a moradia precisou ser desocupada temporariamente pela família em razão das patologias identificadas; ii) casos em que a desocupação não foi necessária.	Lucro cessante Dano emergente Dano moral individual
Comprometimento da disponibilidade de serviços, materiais, equipamentos e infraestruturas	Sofrem esse dano as pessoas atingidas que tiveram comprometimento da pavimentação de ruas e estradas em razão de rachaduras e buracos causados pela passagem de veículos pesados.	Dano moral individual Dano moral coletivo

Fonte: FGV (2021i, p. 431).

Conforme desenvolvido e justificado na Matriz Indenizatória Territorial (FGV, 2021i)²¹⁷, a proposta para indenização individual não inclui o dano socioeconômico “Comprometimento da disponibilidade de serviços, materiais, equipamentos e infraestruturas” pelos seguintes fatores:

²¹⁷ As referências de valores de danos morais individuais e parâmetros probatórios apresentadas nesta dimensão temática Moradia e infraestrutura são exploradas e detalhadas na Matriz Territorial (FGV, 2021i, p. 531-545).

- Com relação ao dano à água, seu tratamento jurídico foi unificado exclusivamente na dimensão temática Relações com o meio Ambiente (conforme seção 5.2.4).
- No que tange aos danos relacionados com os serviços de pavimentações de ruas, não foi possível identificar na jurisprudência analisada parâmetros para a indenização do dano moral individual. Contudo, conforme será observado em relação a outros danos socioeconômicos identificados no presente relatório, importa observar que a ausência de identificação de jurisprudência que possibilite a comparação analógica com as situações encontradas na RECM-ES não quer dizer que este dano não seja indenizável individualmente, apenas que, nos moldes deste relatório, não é possível fornecer um valor.

Com esse sentido, segue a síntese dos valores identificados como mais adequados, bem como os parâmetros probatórios sugeridos que estão demonstrados no Quadro 23.

Quadro 23 — Síntese dos valores e parâmetros probatórios mais adequados ao caso relacionados com os danos em Moradia e infraestrutura

Danos socioeconômicos	Valor resultante da aplicação do método bifásico	Parâmetros probatórios
Comprometimento das condições físicas de acesso à moradia adequada	Casos em que o comprometimento das condições físicas não gerou a necessidade de desocupação temporária da moradia: R\$ 15.000,00	• Qualquer um dos comprovantes de residência já aceitos pela 12ª Vara Federal Cível e Agrária da Seção Judiciária de Minas Gerais; • Registros fotográficos e/ou audiovisuais das trincas, fissuras, rachaduras, infiltrações etc.; • Autodeclaração da pessoa atingida; • Declaração de uma testemunha vizinha.
	Casos em que o comprometimento das condições físicas gerou a necessidade de desocupação temporária da moradia: R\$ 20.000,00	• Qualquer um dos comprovantes de residência já aceitos pela 12ª Vara Federal Cível e Agrária da Seção Judiciária de Minas Gerais; • Registros fotográficos e/ou audiovisuais das trincas, fissuras, rachaduras, infiltrações etc.; • Autodeclaração da pessoa atingida; • Para a comprovação do tempo de desocupação: (i) duas declarações de testemunhas (uma vizinha da moradia atingida e outra da temporária); (ii) subsidiariamente, caso a primeira opção não seja aceita, um comprovante de residência para cada ano de afastamento.

Fonte: FGV (2021i, p. 545).

5.2.6 Educação

A partir dos levantamentos de campo, em síntese, foi possível à FGV identificar a ocorrência de dois danos socioeconômicos referidos à dimensão temática Educação, detalhados nas seções 3.2.1.7, 3.2.3.7, do Capítulo 3, bem como explorar aspectos relacionados com sua imaterialidade a partir das análises do Capítulo 4. O Quadro 24 seguinte elenca os danos socioeconômicos identificados nos territórios da RECM-ES e os danos jurídicos relacionados.

Quadro 24 — Danos socioeconômicos relacionados com Educação — definição e danos jurídicos relacionados

Danos socioeconômicos	Explicação	Danos jurídicos relacionados
Comprometimento da educação adequada e adaptada ao contexto social e cultural	Sofrem esse dano pessoas que tenham dificuldades de estabelecer novas atividades educativas e relacionadas com a vida que levavam antes do desastre, e que eram exercidas levando em consideração a relação com o Rio Doce e o meio ambiente. Contempla este dano pessoas que se viram prejudicadas pelo fim de projetos tanto no âmbito de serem educadores quanto educandos, além da comunidade beneficiada por tais iniciativas. Também sofrem este dano pessoas cujas possibilidades de capacitação e profissionalização foram comprometidas com o desastre.	Dano ao projeto de vida Dano moral coletivo
Interrupção/Comprometimento do acesso e disponibilidade educacional	Sofrem esse dano pessoas com impossibilidade de arcar com os custos para garantir o acesso à educação de integrantes do núcleo familiar, como a de seus filhos; pessoas que precisaram interromper seus estudos por dificuldades advindas do desastre; ou pessoas que, dadas as dificuldades com a implementação de políticas educacionais, enfrentam dificuldades no acesso à educação.	Dano ao projeto de vida Dano moral coletivo

Fonte: FGV (2021i, p. 433).

Embora tenham sido identificados esses dois tipos de danos nos territórios em análise, não foi encontrada jurisprudência nos tribunais TJES, TJMG, STJ, TRF1 e TRF2 que possibilitasse a formação de grupos de casos similares para identificação de parâmetros indenizatórios específicos para indenização individual desses danos socioeconômicos (FGV, 2021i, p. 554).

As medidas reparatórias dependem do caso a caso e da particularidade de cada situação fática, e os dados aqui encontrados não se propõem a serem normativos, sendo apenas mero reflexo de uma jurisprudência que, muitas vezes, não lidou com a complexidade e novos danos específicos encontrados na RECM-ES. Ainda, as narrativas encontradas são apenas um recorte e não buscam refletir a natureza como um todo dos danos do desastre na área de educação para a região.

Por fim, é importante destacar a ausência e dificuldade de provas de natureza processual. Isso dificulta a comprovação de natureza individual padronizada, conforme os moldes sugeridos neste estudo. Essa dificuldade não significa que, conforme o caso concreto, não seja possível a indenização moral individual.

5.2.7 Práticas culturais, religiosas e de lazer; Rede de relações sociais; e Vida digna, uso do tempo e cotidiano, e perspectivas futuras

Para a valoração dos danos imateriais, nesta seção são agrupadas as três seguintes dimensões temáticas: (i) Vida digna, uso do tempo e cotidiano, e perspectivas futuras; (ii) Rede de relações sociais; e (iii) Práticas culturais, religiosas e de lazer, como mencionado também no Capítulo 4. Ainda que sejam dimensões de direitos distintas e autônomas, a Matriz Indenizatória Territorial (FGV, 2021i) ressalta a profunda correlação entre as narrativas contidas nestas dimensões temáticas e a estreita inter-relação e interdependência entre as tutelas de direitos nelas referidas.

Ademais, considerando o tratamento dos interesses jurídicos tutelados por essas três dimensões temáticas em acordos já firmados no âmbito do desastre do rompimento da Barragem de Fundão²¹⁸, este grupo é denominado para fins de valoração indenizatória

²¹⁸ Sentenças proferidas pela 12ª Vara Federal sobre a Matriz Quilombola do Degredo, no Espírito Santo, e sobre a Matriz Judicial para Mariana, além do precedente dos casos que envolviam a indenização por danos morais a dois pescadores proferido pela 2ª Vara Cível da Comarca de Ponte Nova (MG) que igualmente continha elementos das dimensões aqui retratadas (FGV, 2021i). Soma-se a tais precedentes o reconhecimento pelo TTAC, que elenca como impactadas pessoas físicas, jurídicas e comunidades que tenham sofrido “destruição ou interferência em modos de vida comunitários ou nas condições de reprodução dos processos

dos danos imateriais como “modos de vida”. Reconhece-se, porém, que esse conceito é utilizado de forma mais abrangente em outras áreas de conhecimento, inclusive pela FGV no contexto da identificação de danos²¹⁹, conforme explicitado no Capítulo 4 deste relatório e em outros produtos da FGV (2020k; 2020m; 2021d; 2021i; 2022).

A partir das interações de campo, em síntese, foi possível à FGV identificar a ocorrência de oito danos socioeconômicos, sendo um dano específico aos povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais, referidos às três dimensões temáticas Vida digna, uso do tempo e cotidiano, e perspectivas futuras; Rede de relações sociais; e Práticas culturais, religiosas e de lazer, detalhadas, respectivamente, nas seções 3.2.1.4, 3.2.2.6, 3.2.3.4 e 3.2.4.5 do Capítulo 3, bem como exploradas em aspectos relacionados com sua imaterialidade no Capítulo 4. O Quadro 25 seguinte elenca, portanto, os danos socioeconômicos identificados nos territórios da RECM-ES e os danos jurídicos relacionados.

Quadro 25 — Danos socioeconômicos relacionados com as dimensões de Práticas culturais, religiosas e de lazer; de Rede de relações sociais; e de Vida digna, uso do tempo e cotidiano, e perspectivas futuras

Danos socioeconômicos	Explicação	Danos jurídicos relacionados
Práticas culturais, religiosas e de lazer		
Impossibilidade da reprodução dos modos de vida dos povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais ⁽¹⁾	Dano relacionado ao comprometimento da reprodução e transmissão das atividades, saberes, crenças e práticas tradicionais, de modo que impossibilita o exercício dos modos de ser e viver das comunidades e seus integrantes.	Dano moral individual Dano moral coletivo Dano existencial
Interrupção ou comprometimento da manutenção e transmissão de tradições, práticas e referências culturais e religiosas	Dano relacionado com o comprometimento da possibilidade de realizar as práticas culturais, tradicionais e religiosas, os modos de produção e de saber fazer, as celebrações e as formas de expressão, que eram socialmente compartilhadas e transmitidas intergeracionalmente, sendo esses elementos conformadores das memórias e das identidades pessoais e coletivas e responsáveis pelo fortalecimento dos laços e vínculos comunitários.	Dano moral coletivo Dano existencial

socioculturais e cosmológicos de populações ribeirinhas, estuarinas, tradicionais e povos indígenas” (TRF1, 2016, cláusula 01, II, j) (FGV, 2021i).

²¹⁹ É importante ressaltar que o processo de identificação de danos socioeconômicos realizado em campo pela FGV tem como objeto as alterações nos modos de vida das comunidades atingidas em razão do rompimento da Barragem de Fundão. Para este fim, o conceito adotado pela FGV parte de debates consolidados no campo das ciências humanas que visam observar as diferentes experiências de reprodução social em suas dimensões material e simbólica (imaterial); portanto, compreende todas as dimensões temáticas tratadas neste relatório.

Danos socioeconômicos	Explicação	Danos jurídicos relacionados
Interrupção ou comprometimento de atividades de lazer	Dano relacionado com o comprometimento da possibilidade de realização de atividades recreativas, esportivas, de lazer e de confraternização que, via de regra, mas não exclusivamente, eram realizadas ao ar livre na companhia da família e amigos e junto ao rio e suas adjacências. A interrupção e comprometimento dessas atividades trouxeram prejuízos ao bem-estar, à interação social e até mesmo à saúde física e psíquica das pessoas, com o rebaixamento da qualidade de vida.	Dano moral coletivo Dano existencial
Rede de relações sociais		
Alterações negativas na vida social e enfraquecimento dos laços sociais, comunitários e redes de parentesco	Dano relacionado com as descontinuidades ou enfraquecimento dos laços e das relações intergeracionais e ao esgarçamento dos vínculos sociais, comunitários e de parentesco, tendo sido provocado (principalmente, mas não exclusivamente) pelo comprometimento ou perda de espaços comuns destinados ao lazer e ao desfrute do tempo (como o rio e seu entorno), pelo comprometimento das sociabilidades e cooperações desenvolvidas em torno do trabalho, bem como por migrações relacionadas com o comprometimento das condições de vida.	Dano moral individual Dano moral coletivo Dano existencial
Aumento de tensões e conflitos nas relações sociais e familiares	Dano relacionado com o surgimento e/ou o aumento de tensões e conflitos sociais e intrafamiliares em razão de situações diversas reputadas ao desastre que suscitaram brigas e discussões entre colegas de trabalho, amigos, vizinhos, parentes e casais (entre outras relações interpessoais) podendo ter levado, inclusive, à ruptura desses laços mediante inimizades e separações.	Dano moral individual Dano moral coletivo
Vida digna, uso do tempo e cotidiano, e perspectivas futuras		
Comprometimento da possibilidade de melhoria das condições de vida e frustração de perspectivas futuras	Queda ou comprometimento do padrão de vida adequado, o que repercute na impossibilidade de galgar melhorias contínuas das condições de vida. Em face do impedimento compulsório de reproduzir seus modos de vida, conforme vividos no presente e projetados para o futuro, há sofrimento pelas frustrações de sonhos e de perspectivas de futuro, o que impossibilita a autodeterminação quanto à escolha do destino, em clara ofensa à dignidade e aos direitos de personalidade.	Dano moral coletivo Dano existencial Dano ao projeto de vida
Diminuição da qualidade de vida	Dano que se refere às alterações negativas nas dimensões materiais (patrimoniais), relacionais e subjetivas da vida, com prejuízos à qualidade das relações intersubjetivas e comunitárias. A impossibilidade de exercer e manter atividades cotidianas, tal como antes exercidas, limita a autonomia e a autodeterminação.	Dano moral coletivo Dano social Dano existencial Dano ao projeto de vida

(1) Dano específico para as comunidades remanescentes quilombolas consultadas no território Sapê do Norte.

Fonte: FGV (2021i, p. 435).

Conforme desenvolvido e justificado na Matriz Indenizatória Territorial (FGV, 2021i)²²⁰, portanto, em acordo e referência aos métodos e estudos normativos e de jurisprudência realizados e já publicizados, são trazidos neste relatório, valores e parâmetros probatórios para indenização por dano moral individual²²¹ para todos esses oito danos socioeconômicos agrupados em “modos de vida”, posto que optou-se²²² pela adoção de um parâmetro indenizatório fundado em julgados exarados no âmbito do próprio caso Rio Doce: a Sentença de Degredo²²³, a Sentença de Mariana²²⁴, ambas prolatadas pela 12ª Vara Federal, e a Sentença da comarca de Ponte Nova²²⁵.

Dessa forma, o Quadro 26 traz a síntese dos valores identificados como mais adequados, bem como os parâmetros probatórios sugeridos.

²²⁰ As referências de valores de danos morais individuais e parâmetros probatórios apresentadas no conjunto de dimensões temáticas (i) Vida digna, uso do tempo e cotidiano, e perspectivas futuras; (ii) Rede de relações sociais; e (iii) Práticas culturais, religiosas e de lazer, são exploradas e detalhadas na Matriz Indenizatória Territorial (FGV, 2021i, p. 554-572).

²²¹ No âmbito da indenização individual, os danos socioeconômicos agrupados aqui em “modos de vida” representam não somente danos morais individuais, mas também danos jurídicos reconhecidos como danos existenciais e danos ao projeto de vida, que devem ser considerados na valoração da indenização devida às pessoas atingidas, assim como identificados na pesquisa jurisprudencial (FGV, 2021i).

²²² A pesquisa jurisprudencial realizada (FGV, 2021i) apontou distanciamento entre o contexto fático dos danos identificados nessas dimensões nos territórios atingidos e o debate jurídico travado nos julgados identificados em casos de danos relacionados com práticas culturais e religiosas, o lazer, a vida digna e as relações sociais. Conforme já analisado pela FGV (2021h), a dificuldade de encontrar precedentes que tutelem esses interesses jurídicos se deve em parte ao caráter sistêmico dos danos dessas dimensões temáticas, que perpassam variadas esferas da vida humana e social, e à própria transversalidade desses danos, ainda que resguardadas as respectivas autonomias como interesses tutelados pelo ordenamento jurídico interno e por normas internacionais de direitos humanos (FGV, 2020m) que os têm como passíveis de tutela e indenização autônoma. Cabe ressaltar, *a priori*, que a literatura civilista aponta limitações para a tipificação jurisprudencial dos danos, não sendo raro encontrar interesses jurídicos “novos” que, por não terem sido ainda acolhidos pelos tribunais, não podem ser por isso classificados como não merecedores da tutela, sob o risco de “[...] perpetuação de abusos não impugnados pelas suas vítimas e da prolongada omissão diante de novas condutas lesivas, a engessar, de forma perigosa, toda a evolução liderada pelos próprios tribunais” (SCHEREIBER, 2015, p. 139). (FGV, 2021i, p. 566)

²²³ JUSTIÇA FEDERAL, 12ª Vara Federal Cível e Agrária da SJMG, ACP nº 1003050-97.2020.4.01.3800, Id 633983458, 14/7/2021.

²²⁴ JUSTIÇA FEDERAL, 12ª Vara Federal Cível e Agrária da SJMG, ACP nº 1000415-46.2020.4.01.3800, Id 695026980, 20/8/2021.

²²⁵ BRASIL. Justiça Estadual de Minas Gerais. 2ª Vara Cível da Comarca de Ponte Nova. Decisão proferida nos autos nº 5001407-78.2018.8.13.0521, juiz Bruno Taveira, 23/7/2020.

Quadro 26 — Síntese dos valores e dos parâmetros probatórios mais adequados ao caso, relacionados com os danos às Práticas culturais, religiosas e de lazer; à Rede de relações sociais e à Vida digna, uso do tempo e cotidiano, e perspectivas futuras

Danos socioeconômicos	Valor resultante da aplicação do método bifásico	Parâmetros probatórios
Interrupção ou comprometimento da manutenção e transmissão de tradições, práticas e referências culturais e religiosas; Interrupção ou comprometimento de atividades de lazer; Alterações negativas na vida social e enfraquecimento dos laços sociais, comunitários e redes de parentesco; Aumento de tensões e conflitos nas relações sociais e familiares; Comprometimento da possibilidade de melhoria das condições de vida e frustração de perspectivas futuras; Diminuição da qualidade de vida.	R\$ 15.000,00	Presunção (<i>in re ipsa</i>), bastando comprovar residência no território atingido, nos termos previstos no item “Condição de atingido”.
Comprometimento do adequado desenvolvimento sociocultural da criança e do adolescente ⁽¹⁾	Estes danos deverão ser considerados para majoração pelo critério de severidade do dano na segunda fase de aplicação do método bifásico, conforme detalhado na seção 5.3.2.	Prova documental (documentos pessoais) que demonstre idade até 18 anos de idade conforme art. 2º da Lei nº 8.069/90.
Impossibilidade da reprodução dos modos de vida dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais. ⁽¹⁾	R\$ 15.000,00	Lista de autodeclaração contendo os nomes dos integrantes da comunidade elaborada e fornecida pela comunidade em questão.

(1) Dano específico para as comunidades remanescentes quilombolas consultadas no território Sapê do Norte.

Fonte: FGV (2021i, p. 573).

Quanto aos danos “Comprometimento do adequado desenvolvimento sociocultural da criança e do adolescente” e “Impossibilidade da reprodução dos modos de vida dos povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais”, assim como os danos específicos para as comunidades quilombolas relacionados na dimensão de Relações com o meio ambiente, constituem um agravante aos danos dessa dimensão diante da severidade ainda maior que o conjunto de danos aqui tratado representa para

comunidades etnicamente diferenciadas, de modo que sua valoração será melhor detalhada na seção 5.3.2.

Já em relação ao dano “Impossibilidade da reprodução dos modos de vida dos povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais”, os relatos colhidos indicam a sua ocorrência nas comunidades quilombolas do Sapê do Norte (Cap. 3)²²⁶. Destaca-se que em nível constitucional, a proteção à reprodução dos modos de vida das comunidades tradicionais e quilombolas está prevista nos artigos 215 e 216 da CRFB/88 e no artigo 68 do ADCT, e em nível infraconstitucional, está garantida na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais²²⁷. A proteção da reprodução sociocultural está consignada no artigo 3º, incisos I e II dessa norma, sendo entendida como característica inerente ao reconhecimento jurídico destes grupos como diferenciados sob a perspectiva cultural, como se observa no comando do inciso I: “que ocupam e usam territórios e recursos naturais como **condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica**, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL, 2007, grifou-se).

Observa-se que nas oficinas foram relatados danos relacionados ao comprometimento do desenvolvimento de práticas culturais associadas ao território, principalmente ao manejo do solo, à pesca e às atividades comerciais, todas elas realizadas por meio de conhecimentos tradicionais associados (seção 3.2.2.6). Esses conhecimentos, também chamados de saberes, são protegidos pela Convenção sobre a Diversidade Biológica (BRASIL, 1992) e pelas normas decorrentes da sua adoção internacional, a saber: Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança²²⁸; Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura²²⁹; Diretrizes de Bonn (regulam a exploração dos genes e a distribuição das vantagens econômicas daí resultantes entre os países industrializados e os em desenvolvimento); Diretrizes para o Turismo Sustentável e a Biodiversidade; os Princípios de Addis Abeba para a Utilização Sustentável da Biodiversidade; as Diretrizes para a Prevenção, Controle e Erradicação das Espécies Exóticas Invasoras; e os Princípios e Diretrizes da Abordagem Ecosistêmica para a Gestão da Biodiversidade; Regime Internacional sobre Acesso aos Recursos Genéticos²³⁰ (Protocolo de Nagoya). Também a Política Nacional da

²²⁶ Como previamente exposto na Matriz Indenizatória Territorial para os Municípios de Belo Oriente, Bugre, Fernandes Tourinho, Iapu, Ipaba, Ipatinga, Naque, Periquito, Santana do Paraíso e Sobralia, no Médio Rio Doce (FGV, 2022), os fundamentos jurídicos relacionados a este dano foram descritos no relatório Parâmetros e Subsídios para a Reparação dos Danos Socioeconômicos dos Povos Tupiniquim e Guarani em Aracruz (ES) (FGV, 2020I).

²²⁷ Instituída pelo Decreto nº 6040, de 7 de fevereiro de 2007.

²²⁸ Promulgado pelo Decreto nº 5.705, de 16 de fevereiro de 2006.

²²⁹ Promulgado pelo Decreto nº 6.476, de 5 de junho de 2008.

²³⁰ Ratificado pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo nº 136, de 12 de agosto de 2020.

Biodiversidade (BRASIL, 1992) oferta importante contribuição para a compreensão da proteção jurídica aos saberes associados aos territórios dos povos tradicionais, indígenas e quilombolas, prevendo sua participação na elaboração de políticas públicas sobre estes temas (artigo 14.1) e objetivamente a proteção dos conhecimentos, inovações e práticas culturais (artigo 14.2).

Este conjunto de normas protege as práticas culturais do território do Sapê do Norte, como as suas festas do Ticumbi, ou Baile de Congo de São Benedito, as Mesas de Santo, dentre outras descritas na Valoração Não Monetária (seção 4.2.2). Também protegem as formas de ofícios tradicionais, como o artesanato, sendo verificados o uso de cipós, argilas e fibras de taboa. Também são descritas as curas, os saberes relacionados ao parto natural e o uso de plantas medicinais. Como descrito na Valoração Não Monetária, estas práticas se dão no todo do território, envolvem o aproveitamento de terras de uso comum, das águas e dos espaços para além das unidades comunitárias. Outro fator importante é considerar que os saberes são transmitidos a partir da oralidade, o que sugere trocas e interações permanentes entre os comunitários.

Desta forma, os danos que causam profundo rompimento no tecido social, migrações ou inviabilizam a permanência e o acesso aos territórios, refletem consequências negativas também à transmissão cultural no interior do quilombo. Além dos danos causados aos territórios ocupados historicamente pelos quilombolas, verificou-se a desagregação das famílias extensas, que se constituem como espaços privilegiados para a transmissão de conhecimento tradicional. Os relatos indicam a ocorrência de migrações devido à ocorrência do desastre.

Ressalta-se que a somatória dos danos relacionados à interrupção ou comprometimento da manutenção e transmissão de saberes, tradições, práticas e referências culturais e religiosas, da interrupção ou comprometimento de atividades de lazer, das alterações negativas na vida social e o enfraquecimento dos laços sociais, comunitários e redes de parentesco, ocasionam drásticas alterações nos modos de ser e viver das comunidades, o que impossibilita que reproduzam os seus modos de vida e os transmitam às novas gerações, o que é imprescindível para a continuidade da comunidade e de suas identidades.

Perante este quadro fático está configurado o comprometimento da reprodução dos modos de vida das comunidades quilombolas no território do Sapê do Norte, e o Quadro 25 relaciona os danos socioeconômicos e os danos jurídicos verificados. Para além das medidas indenizatórias, os danos causados aos povos indígenas, comunidades

quilombolas e tradicionais da RECM-ES carecem de medidas de caráter reparatório não indenizatórias que possam dar conta da complexidade envolvida nos bens jurídicos que foram atingidos com a ocorrência do desastre. Ao adentrar este aspecto, o leque de possibilidades reparatórias (FGV, 2020I) determina a adoção de obrigações²³¹ de fazer e de não fazer, cuja construção deve realizar-se em conjunto com as comunidades quilombolas, de modo a garantir sua ampla participação nos processos decisórios, como preveem as normativas relacionadas aos direitos de consulta prévia, livre e informada²³², aquelas endereçadas aos direitos territoriais²³³ e os precedentes das instâncias interamericanas de direitos humanos²³⁴.

No trabalho de levantamento de danos junto aos povos indígenas Tupiniquim e Guaraní (FGV, 2020I) foram identificadas e recomendadas como possíveis as seguintes medidas não indenizatórias para o dano de Impossibilidade da reprodução dos modos de vida dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais, sistematizado no Quadro 27.

²³¹ Cabe ressaltar que a Corte Interamericana de Direitos Humanos adota as seguintes categorias de medidas não indenizatórias para a reparação de danos: "medidas para garantir às vítimas o direito violado, restituição, reabilitação, satisfação, busca de paradeiro e/ou identificação de restos, garantias de não repetição, a obrigação de investigar, julgar e, caso seja pertinente, punir os responsáveis pelas violações de direitos humanos, indenizações e reembolso de custas e gastos. Ver em: CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Relatório anual 2019, OEA/Ser.L/V/II. Doc. 5, de 24 de fevereiro de 2020" (FGV, 2020I, p. 122).

²³² Como exposto neste Relatório e também em outras matrizes indenizatórias (FGV, 2020I), o direito de consulta prévia, livre e informada compõe o bloco de garantias necessário para uma Abordagem Baseada em Direitos Humanos para a Resposta e a Reconstrução (FGV, 2019k), suas diretrizes e comandos normativos devem perpassar todo o processo de elaboração de políticas reparatórias. A principal fonte normativa garantidora e que delinea este direito está consubstanciada na Convenção nº 169 da OIT.

²³³ Os direitos dos quilombolas ao seu território, ao conhecimento associado a ele e à necessária observação das prerrogativas da comunidade sobre as decisões concernentes ao seu uso e destinação encontram proteção constitucional, bem como proteção infraconstitucional, como visto no início deste item.

²³⁴ O Relatório Parâmetros e Subsídios para a Reparação dos Danos Socioeconômicos dos Povos Tupiniquim e Guaraní em Aracruz (ES) (FGV, 2020I, p. 125) apresenta extensa pesquisa sobre o reconhecimento pela Corte e pela Comissão Interamericanas de Direitos Humanos dos direitos destas comunidades à participação na elaboração de políticas públicas que impactem seus territórios.

Quadro 27 — Medidas não indenizatórias elaboradas junto aos povos indígenas Tupiniquim e Guarani para reparação do dano de “Impossibilidade da reprodução dos modos de vida dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais”

Danos socioeconômicos	Medidas de natureza não indenizatória	Danos jurídicos relacionados
Impossibilidade da reprodução dos modos de vida dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais	Devem ser adotadas medidas que possibilitem do ponto de vista ambiental e socioeconômico a transmissão às futuras gerações dos saberes e práticas tradicionais relacionados com (i) pesca e mariscagem; (ii) artesanato; (iii) agricultura; (iv) alimentação; (v) medicina; (vi) celebrações; e (vii) espiritualidade e religião.	Dano moral individual Dano moral coletivo Dano existencial

Fonte: Elaboração própria a partir de FGV (2020k).

5.2.8 Processo de reparação e remediação

A partir dos levantamentos de campo, em síntese, foi possível à FGV identificar a ocorrência de onze danos socioeconômicos relativos à dimensão temática Processo de reparação e remediação, detalhados nas seções 3.2.1.8, 3.2.2.9, 3.2.3.8 e 3.2.4.9 do Capítulo 3, bem como explorar aspectos relacionados com sua imaterialidade a partir das análises do Capítulo 4. O Quadro 28 seguinte elenca os danos socioeconômicos identificados nos territórios da RECM-ES e os danos jurídicos relacionados.

Quadro 28 — Danos socioeconômicos relacionados à dimensão temática Processo de reparação e remediação — definição e danos jurídicos relacionados

Danos socioeconômicos	Explicação	Danos jurídicos relacionados
Abuso da garantia de igualdade e não discriminação no Processo de reparação e remediação	Dano relacionado à percepção dos atingidos de que houve um tratamento não igualitário e discriminatório no âmbito das ações reparatórias, seja no âmbito de medidas de resposta (com ênfase ao AFE), seja nas ações de recuperação, reconstrução e reabilitação, e, ainda, no âmbito do cadastro, que fornece subsídios para todos os programas socioeconômicos.	Dano moral individual Dano moral coletivo

Danos socioeconômicos	Explicação	Danos jurídicos relacionados
Abuso do direito de participação efetiva no Processo de reparação e remediação	Dano relacionado à ausência ou insuficiência de participação adequada da pessoa atingida em todas as fases do ciclo do desastre. A ausência de participação se manifesta em casos em que as pessoas atingidas não são ouvidas, não têm acesso humanizado aos canais de atendimento e não conseguem influenciar o Processo de reparação, fazendo com que a reparação que lhes é entregue não atenda aos anseios e expectativas.	Dano moral individual Dano moral coletivo
Agravamento da vulnerabilidade com o Processo de reparação e remediação	Dano relacionado à acentuação de vulnerabilidades pelo Processo de reparação em virtude da morosidade e ineficiência de sua execução, bem como em razão do tratamento dado às pessoas atingidas sem endereçar adequadamente fatores relacionados com gênero, raça, deficiência, entre outros marcadores sociais da diferença.	Dano moral individual Dano moral coletivo
Barreiras de acesso ao Processo de reparação e remediação	Dano decorrente dos obstáculos enfrentados pelas pessoas atingidas no acesso à reparação, a exemplo de exigências documentais e comprobatórias não condizentes com a realidade sociocultural dos atingidos e critérios de elegibilidade indevidos.	Dano moral individual Dano moral coletivo
Desrespeito ao autogoverno e às especificidades das comunidades no Processo de reparação e remediação ⁽¹⁾	Dano relacionado à inobservância e não consideração no Processo de reparação, por parte das instituições envolvidas, das regras sociais e políticas próprias das comunidades indígenas e tradicionais, bem como de sua territorialidade, saberes, crenças e autodeterminação.	Dano moral coletivo
Diminuição da segurança pessoal decorrente do Processo de reparação e remediação	Dano relacionado à maior exposição das comunidades atingidas a riscos ante o desenvolvimento de ações derivadas do processo reparatório, promovendo insegurança para os moradores e alterações nas rotinas locais.	Dano moral individual Dano social
Falta de acesso à informação adequada e de transparência	Dano relativo à falta de acesso às informações diversas que envolvem o desastre e seus efeitos e ao processo reparatório conduzido por linguagem que não é clara, acessível e adaptada ao contexto sociocultural dos atingidos, o que os impossibilita de tomar decisões seguras e informadas e de exercerem plenamente seus direitos.	Dano moral individual Dano moral coletivo

Danos socioeconômicos	Explicação	Danos jurídicos relacionados
Gastos com deslocamento para participação no Processo de reparação	Dano relacionado a despesas que as pessoas atingidas tiveram para poderem participar de situações diversas do Processo de reparação, como reuniões e idas ao escritório da Fundação Renova.	Dano emergente
Insuficiência, baixa qualidade e inadequação das medidas reparatórias e falta de celeridade no Processo de reparação e remediação	Danos relativos aos efeitos negativos do Processo de reparação com a prestação de serviços falhos, morosos, ineficientes e insuficientes. Relaciona-se com a demora para endereçamento das demandas indenizatórias dos atingidos, com a não obtenção de soluções satisfatórias. Aqueles que sofreram estes danos podem ter sofrido também com o agravamento de vulnerabilidades e com a falta de acesso a serviços essenciais, os quais, em razão de terem sido comprometidos pelo desastre, despontam como obrigações das Empresas e por conseguinte da Fundação Renova.	Dano moral individual Dano moral coletivo
Perda de tempo útil/produtivo com o Processo de reparação e remediação	Dano relativo ao dispêndio de tempo útil e/ou produtivo e com o depósito de parte excessiva do tempo cotidiano em reuniões, com a busca por informações, preenchimento de fichas, cadastros e formulários, no levantamento de documentos, em ligações para Fundação Renova, em contatos com a ouvidoria (etc.) sem que, com isso, tenham tido êxito da resolução da demanda de forma adequada no contexto extrajudicial.	Dano moral individual Dano moral coletivo
Risco de perda das identidades étnicas ⁽¹⁾	Dano relacionado ao risco de perda a médio e longo prazo das identidades étnicas dos povos indígenas e tradicionais ante o comprometimento ou impossibilidade da reprodução dos modos de vida e da transmissão de seu patrimônio cultural e conhecimentos tradicionais às futuras gerações.	Dano moral individual Dano moral coletivo Dano ao projeto de vida

(1) Dano específico para as comunidades remanescentes quilombolas consultadas no território Sapê do Norte.

Fonte: FGV (2021i, p. 434).

Como indicado no relatório Matriz Indenizatória Geral (2021h), no caso do dano de agravamento da vulnerabilidade com o processo de reparação/remediação, este foi endereçado por meio da majoração a partir dos critérios de raça, gênero, idade e condição socioeconômica considerados no método bifásico, e a partir da análise do caso concreto, não foi identificada situação que justificasse a sua valoração de forma diferente.

No dano de abuso da garantia de igualdade e não discriminação no Processo de reparação e remediação, não foi possível trazer parâmetros com base em grupos de casos extraídos na jurisprudência analisada por ocasião da elaboração do relatório Matriz Indenizatória Geral (2021h).

Finalmente, com relação ao dano de diminuição da segurança pessoal decorrente do Processo de reparação e remediação, este possui contornos que comportam o endereçamento pela via do dano social, que não foi objeto de análise no presente relatório, em linha com o que está consignado na Matriz Territorial (2021i) e na Matriz Indenizatória Geral (2021h).

Conforme desenvolvido e justificado na Matriz Indenizatória Geral (FGV, 2021h) e na Matriz Indenizatória Territorial (FGV, 2021i)²³⁵, portanto, em acordo e referência aos métodos e estudos normativos e de jurisprudência realizados e já publicizados, sugerem-se neste relatório valores e parâmetros probatórios para indenização por dano moral individual para os danos socioeconômicos:

- Abuso da garantia de participação efetiva no Processo de reparação e remediação;
- Barreiras de acesso ao Processo de reparação e remediação;
- Falta de acesso à informação adequada e transparência;
- Insuficiência, baixa qualidade e inadequação das medidas reparatórias e falta de celeridade no Processo de reparação e remediação;
- Perda de tempo útil/produtivo com o Processo de reparação e remediação;
- Risco de perda das identidades étnicas.

A proposta não inclui os demais danos socioeconômicos, pois não foi possível levantar valores (i) por serem danos com contornos específicos que precisam ser endereçados

²³⁵ As referências de valores de danos morais individuais e parâmetros probatórios apresentadas nesta dimensão temática Reparação e remediação são exploradas e detalhadas na Matriz Indenizatória Geral (FGV, 2021h, p. 182-190); e na Matriz Indenizatória Territorial (FGV, 2021i, p. 545-552).

caso a caso e/ou; (ii) devido à ausência de identificação na jurisprudência de grupos de casos similares que pudessem servir de substrato para tal valoração. Ainda, especificamente em relação ao dano “Desrespeito ao autogoverno e às especificidades das comunidades no Processo de reparação e remediação”, a proposta não incluiu valores considerando a natureza coletiva deste dano, pelo o que enseja o dano moral coletivo e não individual. Nesse sentido, o Quadro 29 apresenta a síntese dos valores identificados como mais adequados, bem como os parâmetros probatórios sugeridos.

Quadro 29 — Síntese dos valores e parâmetros probatórios mais adequados ao caso relacionados com os danos no Processo de reparação e remediação

Danos socioeconômicos	Valor resultante da aplicação do método bifásico	Parâmetros probatórios
- Barreiras de acesso ao Processo de reparação e remediação - Falta de acesso à informação adequada e transparência - Abuso da garantia de participação efetiva no Processo de reparação e remediação - Perda de tempo útil/produtivo com o Processo de reparação e remediação - Insuficiência, baixa qualidade e inadequação das medidas reparatórias e falta de celeridade no Processo de reparação e remediação	R\$ 10.000,00	- Reconhece-se como fato notório e judicialmente reconhecido, sendo desnecessária a comprovação individual. Assim, deve ser presumido para as pessoas atingidas. - Inobstante o reconhecimento da presunção, é também corroborado: (i) pelas narrativas de danos coletadas no território; (ii) pelas manifestações na Ouvidoria e canais de relacionamento da Fundação Renova; (iii) pelos documentos e manifestações constantes nos processos e incidentes judiciais referentes ao caso, em especial os que tramitam na 12ª Vara; (iv) pelos dados e estudos produzidos pelos <i>experts</i> contratados; (vi) pelos critérios de elegibilidade inadequados ou não condizentes com a realidade do território impostos pela Fundação Renova.
Risco de perda das identidades étnicas ⁽¹⁾	Este dano deverá ser considerado para majoração pelo critério de severidade do dano na segunda fase de aplicação do método bifásico, conforme melhor detalhado na seção 5.3.2.	Lista de autodeclaração com os nomes das pessoas que integram a comunidade elaborada e fornecida por povo ou comunidade indígena, quilombola e tradicional.

(1) Dano específico para as comunidades remanescentes quilombolas consultadas no território Sapê do Norte.

Fonte (FGV, 2021i, p. 553).

Destaca-se que o dano “Risco de perda das identidades étnicas”, assim como os demais danos específicos para as comunidades quilombolas, constitui critério de majoração da indenização pela severidade do dano, conforme será melhor detalhado no item 5.3.2. Importa destacar que este dano foi igualmente identificado no diagnóstico dos danos socioeconômicos sofridos pelos povos indígenas Tupiniquim e Guarani em Aracruz (FGV, 2020I), no qual pode ser verificada a sua fundamentação jurídica, o que corrobora com a maior severidade dos danos ocasionados pelo rompimento da Barragem de Fundão para os povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais.

A maior severidade pode ser compreendida, inclusive, pelo nome que este dano carrega, vez que o risco de perda das identidades étnicas configuraria o fim das comunidades diante da ausência a médio e longo prazo de medidas reparatórias adequadas capazes de restabelecer as condições de reprodução dos modos de vida quilombolas, condições essas que se dão de forma coletiva e etnicamente diferenciadas (destaca-se que este ano completa 7 anos do rompimento da Barragem de Fundão sem que medidas reparatórias adequadas tenham sido endereçadas).

5.2.9 Autodeterminação

Conforme as narrativas obtidas nas interações de campo, pelo fato do rompimento da Barragem de Fundão atingiu o mar, estuários e o curso dos rios Itaúnas e Cricaré (São Mateus), as comunidades quilombolas do território Sapê do Norte experimentaram um comprometimento específico dos recursos necessários à subsistência, à geração de renda e à manutenção dos seus modos de vida, o que lhes subtraiu as condições materiais de exercício da sua autodeterminação, o que se constitui, para fins reparatórios, no dano de “Comprometimento da autodeterminação dos povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais”.

De forma análoga ao que foi desenvolvido no relatório Parâmetros e Subsídios para a Reparação dos Danos Socioeconômicos dos Povos Tupiniquim e Guarani em Aracruz (ES) (FGV, 2020I, p. 363), a autodeterminação²³⁶ é entendida como um direito que povos indígenas, quilombolas e outros grupos tradicionais possuem para “determinar livremente sua condição política e buscar livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural, conforme estabelecido pelas normas internacionais de direitos humanos”.

²³⁶ O conceito de autodeterminação delineado aqui encontra respaldo na jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos: CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Caso Fernandez Ortega e outros vs. México**. Sentença de mérito de 30 de agosto de 2010. § 267.

Assim como os povos indígenas, as comunidades quilombolas e tradicionais estão amparadas por normas protetivas de seus direitos humanos, e como trabalhado na seção 3.2.2, para além de representar um valor importante para estas comunidades, marcadas pela reafirmação de sua liberdade diante do histórico de escravidão ao qual foram submetidas, o ordenamento jurídico constitucional²³⁷ e infraconstitucional²³⁸ amparam os seus direitos.

Lado outro, na execução dos programas de resposta e reparação pelas empresas responsáveis pelo desastre, foram verificados abusos do direito de consulta prévia, livre e informada, que é garantido pela Convenção nº 169 da OIT e pelo conjunto de Tratados de Direitos Humanos que estão endereçados à proteção dos territórios e às garantias de observação dos costumes e tradições destas comunidades na condução dos processos políticos e sociais nos quais estejam inseridas²³⁹.

A partir dos levantamentos de campo, em síntese, foi possível à FGV identificar a ocorrência de um dano socioeconômico relativo à dimensão temática de Autodeterminação, identificado nas comunidades remanescentes de quilombolas consultadas no território do Sapê Norte que foram atingidas pelo desastre do rompimento da Barragem de Fundão, detalhado na seção 3.2.2.1 do Capítulo 3, bem como explorar aspectos relacionados com sua imaterialidade a partir das análises do Capítulo 4.

O Quadro 30 apresenta a sistematização do dano socioeconômico “Comprometimento da autodeterminação dos povos indígenas e tradicionais” identificado no território do Sapê do Norte, municípios de Conceição da Barra e São Mateus, e os danos jurídicos relacionados.

²³⁷ Artigos 215 e 216 da CRFB/88 e artigo 68 do ADCT.

²³⁸ Convenção nº 169 da OIT; Convenção sobre a Diversidade Biológica e normas derivadas que preveem a autodeterminação dos povos sobre os conhecimentos tradicionais associados ao território; Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais; Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

²³⁹ Como mencionado na dimensão temática de Práticas culturais, religiosas e de lazer, o direito à participação e emissão de consentimento pelas comunidades tradicionais é reconhecido pela Corte e pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, cujos precedentes foram apresentados em detalhe no Relatório Parâmetros e Subsídios para a Reparação dos Danos Socioeconômicos dos Povos Tupiniquim e Guarani em Aracruz (ES) (FGV, 2020l).

Quadro 30 — Danos socioeconômicos específicos às comunidades quilombolas relacionados com a dimensão temática de Autodeterminação

Danos socioeconômicos	Explicação	Danos jurídicos relacionados
Comprometimento da autodeterminação dos povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais	Dano relacionado ao comprometimento das condições para o exercício dos direitos de autonomia sobre o território e sobre a organização sociopolítica garantidos por legislação específica protetiva dos interesses quilombolas, indígenas e de outros povos e comunidades tradicionais	Dano moral individual Dano moral coletivo

Fonte: Elaboração própria (2022).

Para esta dimensão temática, no relatório Vale do Aço (FGV, 2022a) foi desenvolvida proposta de valoração fundamentada na decisão da 12ª Vara Federal que fixou a matriz indenizatória para a comunidade quilombola de Degredo^{240,241} e na decisão que fixou a matriz indenizatória de Mariana.²⁴²

Ressalte-se que, por serem povos culturalmente diferenciados que habitam territórios protegidos por lei,²⁴³ será necessário que a valoração seja acordada em conformidade com seus costumes, tradições e modos de vida.

A valoração proposta considerou a importância da autodeterminação para a formação da identidade quilombola, tendo sido observados os seguintes critérios para a sua definição: (i) o valor deve ser proporcional às dimensões temáticas já estabelecidas nas matrizes indenizatórias, de modo a não criar uma distorção, mantendo a regra de proporcionalidade que confere estabilidade ao sistema de valoração bifásico; (ii) o dano à autodeterminação não se confunde com as dimensões temáticas previamente desenvolvidas neste Relatório, e nem mesmo com o parâmetro de valor definido para a Matriz Quilombola de Degredo, arbitrada judicialmente, mas se trata de questão

²⁴⁰ JUSTIÇA FEDERAL. 12ª Vara Federal Cível e Agrária da SJMG, ACP nº 1003050-97.2020.4.01.3800, Id 633983458, 14/7/2021.

²⁴¹ No caso da comunidade quilombola de Degredo, a valoração por danos morais alcançou o montante de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), tendo o juízo da 12ª Vara Federal asseverado que “os rios, os mares, a terra, o solo são componentes essenciais ao modo de vida tradicional dos quilombolas [e que os danos morais sofridos por esse grupo em razão dos] impactos causados em seu modo de vida pelo rompimento da Barragem de Fundão foram experimentados em maior dimensão” (JUSTIÇA FEDERAL. 12ª Vara Federal Cível e Agrária da SJMG, ACP nº 1003050-97.2020.4.01.3800, Id 633983458, 14/7/2021).

²⁴² JUSTIÇA FEDERAL. 12ª Vara Federal Cível e Agrária da SJMG, ACP nº 1003050-97.2020.4.01.3800, Id633983458, 14/7/2021.

²⁴³ Mais detalhes sobre esse reconhecimento encontra-se descrito no Capítulo 2.2 deste relatório.

específica relacionada às condições de exercício da autonomia política pelos quilombolas. No Quadro 31, é descrita a sistematização desta valoração.

Quadro 31 — Síntese de valor e parâmetro probatório mais adequado ao caso, relacionado com o dano à Autodeterminação

Danos socioeconômicos	Valor que pode ser estabelecido como parâmetro	Parâmetro probatório
Comprometimento da autodeterminação dos povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais	R\$ 10.000,00	Autodeclaração emitida pela comunidade quilombola por meio de elaboração de lista de reconhecimento social das pessoas que integram a comunidade.

Fonte: Elaboração própria (2022).

De forma análoga às demais dimensões, também deverão ser adotadas medidas reparatórias não indenizatórias²⁴⁴ situadas no âmbito das obrigações de fazer e de não fazer, garantindo assim que, até que sejam restabelecidas condições materiais de exercício da autonomia, as comunidades quilombolas possam fortalecer-se no sentido de criar condições de resiliência.

O Quadro 32 apresenta a síntese dos parâmetros de medidas não indenizatórias elaboradas junto aos povos indígenas Tupiniquim e Guarani que podem servir como balizas para as comunidades quilombolas e tradicionais da RECM-ES.

²⁴⁴ Ressalta-se que tais medidas devem resultar de uma construção coletiva, dialogada e realizada mediante a observação dos ditames da Convenção nº 169 da OIT.

Quadro 32 — Parâmetros de medidas não indenizatórias elaboradas junto aos povos indígenas Tupiniquim e Guarani que podem orientar a construção de medidas não indenizatórias para povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais da RECM-ES

Danos socioeconômicos	Medidas de natureza não indenizatória	Dano jurídico relacionado
Comprometimento da autodeterminação dos povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais	Construção e implementação coletiva e participativa de medidas que diminuam desde já a dependência dos recursos financeiros, alimentares e medicinais externos, bem como fortaleçam a recomposição das práticas tradicionais de agricultura; Adoção de medidas que criem condições para o restabelecimento de atividades produtivas nos territórios para que a organização social não seja ainda mais enfraquecida em razão dos longos períodos de tempo passados fora do território trabalhando ou em busca de trabalho; Adoção imediata de medidas voltadas à garantia dos direitos fundamentais da comunidade enquanto não é efetivada a reparação integral, como o fornecimento de água potável suficiente para o consumo e asseio pessoal dos membros da Comunidade, revisão e atendimento médico e psicossocial de todos os membros da Comunidade, entrega de alimentos em qualidade e quantidade suficientes para assegurar uma alimentação adequada; Adoção de mecanismos culturalmente adequados para a efetivação do direito de consulta prévia, livre e informada, de acordo com a Convenção nº 169 da OIT e diplomas correlatos.	Dano moral individual Dano moral coletivo Dano existencial

Fonte: Elaboração própria a partir de FGV (2020I).

5.2.10 Danos socioeconômicos não valorados

Por fim, é importante observar que, além de a valoração não contemplar todos os danos jurídicos possíveis, conforme anteriormente apontado — trazendo parâmetros para o dano moral individual, lucros cessantes e danos emergentes —, também não foi possível trazer valores para determinados danos socioeconômicos identificados no território constantes dos quadros acima e que se encontram listados no Quadro 33.

Os motivos pelos quais não foi possível trazer valores para esses danos resume-se à impossibilidade de encontrar parâmetros de valores na jurisprudência para fins de

indenização do dano moral individual, pelo fato de serem danos socioeconômicos que comportam outras medidas reparatórias ou indenizatórias que não as endereçadas no presente relatório (dano moral individual, lucros cessantes, determinados danos emergentes).

Quadro 33 — Danos socioeconômicos que dependem de comprovação e/ou valoração específica e que, portanto, não foram aprofundados na presente matriz

Dimensão temática	Danos socioeconômicos
Renda, trabalho e subsistência	Aumento de gastos, despesas e dívidas.
	Perda/deterioração/desvalorização do patrimônio pessoal.
Moradia e infraestrutura	Comprometimento da disponibilidade de serviços, materiais, equipamentos e infraestruturas.
Educação	Interrupção/Comprometimento do acesso e disponibilidade educacional.
Processo de reparação e remediação	Abuso da garantia de igualdade e não discriminação no processo de remediação e reparação.
	Gastos com deslocamento para participação no Processo de reparação.

Fonte: Elaboração própria (2022).

5.3 Majorações e agravos

5.3.1 Majoração pelo critério de vulnerabilidade

Conforme explicado anteriormente sobre a aplicação do método bifásico para fixação do valor do dano imaterial, alguns grupos sociais sofreram os danos do desastre de forma exacerbada, de modo a justificar a majoração da sua indenização por danos imateriais em decorrência da sua situação de vulnerabilidade (FGV, 2021i, p. 573). São considerados grupos que têm direito à majoração: (i) Mulheres e meninas; (ii) Idosos e crianças e adolescentes; (iii) Pessoas com deficiência; (iv) Povos indígenas e povos e comunidades tradicionais; (v) Pessoas LGBTQIA+; (vi) Pessoas pretas e pardas; e (vii) Pessoas pobres²⁴⁵ (FGV, 2021h, p. 247).

O Quadro 34 resume os meios de prova para cada critério, a serem fornecidos pelas pessoas atingidas que pleitearem a majoração do dano moral.

²⁴⁵ Pessoas com rendimento domiciliar per capita de até ½ salário mínimo ou de até três salários mínimos de rendimento domiciliar total.

Quadro 34 — Parâmetros probatórios para a comprovação do pertencimento aos grupos com direito à majoração do valor da indenização por danos imateriais

Grupos com direito à majoração	Prova exigida para a comprovação do pertencimento
Mulheres e meninas	Prova documental, tal como posse de documentos pessoais.
Critério etário (idosos e crianças e adolescentes)	Prova documental, tal como posse de documentos pessoais.
Pessoa com deficiência	Prova documental, tal como laudo médico, emitido por agentes de saúde públicos ou privados, incluindo agentes comunitários de saúde.
Povos indígenas e povos e comunidades tradicionais	Autodeclaração, conforme previsto na Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais e Decreto nº 6.040/2007.
Pessoas LGBTQIA+	Autodeclaração, conforme reconhecido na Resolução nº 348 de 13/10/2020, art. 4º, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2020).
Pessoas pretas e pardas	Autodeclaração, conforme reconhecido na Portaria Normativa nº 4 de 6/4/2018, art. 3º, <i>caput</i> , do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão/Secretaria de Gestão de Pessoas.
Pessoas pobres	Inscrição no CadÚnico ou outro banco de dados oficial (CNIS) que comprove a hipossuficiência da renda.

Fonte: FGV (2021h, p. 111; 2021i, p. 574).

O Quadro 35 indica o percentual do valor total do dano imaterial que deve ser somado ao valor da indenização a título de majoração, considerando diferentes possibilidades de acumulação de critérios pela pessoa atingida.

Quadro 35 — Percentuais para majoração dos danos imateriais considerando fatores de vulnerabilidade

Critério de majoração dos danos morais por vulnerabilidade	Aumento na porcentagem do dano moral
1 critério	Somam-se 10%
Acumulação de 2 critérios	Somam-se 15%
Acumulação de 3 critérios	Somam-se 20%
Acumulação de 4 critérios	Somam-se 25%
Acumulação de 5 critérios	Somam-se 30%
Acumulação de 6 critérios	Somam-se 35%
Acumulação de 7 critérios	Somam-se 40%

Fonte: FGV (2021h, p. 247; 2021i, p. 575).

5.3.2 Majoração dos danos sofridos por povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais pelo critério de severidade

Conforme mencionado no item 5.1, o fato de povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais possuírem relações intrínsecas com o meio ambiente em que vivem e usarem os territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica faz com que os danos ocasionados pelo desastre sejam ainda mais severos para essas comunidades. Isso porque, para manter seus modos de vida, que são transmitidos de geração em geração, além de os impactos e danos ambientais serem sentidos de forma mais grave, as limitações para conseguir restaurar as condições, no mínimo, equivalentes à anterior são muito maiores, vez que as medidas de reparação que busquem a retomada econômica e a retomada da soberania alimentar devem respeitar e seguir os modos de vida comunitários, sob pena de comprometer a identidade coletiva desses povos e comunidades.

Essa situação é exemplificada pelo fato de, conforme mencionado em diversas oportunidades ao longo deste relatório, os povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais possuírem regimes jurídicos específicos, sendo estes em sua maioria relacionados à proteção dos seus territórios e do meio ambiente, bem como de seus modos de vida diferenciados. O Quadro 36 apresenta uma síntese dos danos específicos sofridos pelas comunidades quilombolas do território Sapê do Norte/RECM-ES.

Quadro 36 — Síntese dos danos socioeconômicos específicos sofridos pelas comunidades quilombolas do Sapê do Norte/RECM-ES

Dimensão temática	Danos socioeconômicos
Relações com meio ambiente	Comprometimento das condições adequadas necessárias para a permanência nos territórios tradicionais
	Comprometimento do acesso aos territórios tradicionais
Educação	Comprometimento da educação adequada e adaptada ao contexto social e cultural.
Práticas culturais, religiosas e de lazer	Impossibilidade da reprodução dos modos de vida dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais

Dimensão temática	Danos socioeconômicos
	Comprometimento do adequado desenvolvimento sociocultural da criança e do adolescente
Saúde	Comprometimento do acesso aos tratamentos de saúde culturalmente adequados
Processo de reparação e remediação	Desrespeito ao autogoverno e às especificidades das comunidades no Processo de reparação e remediação
	Risco de perda das identidades étnicas
Autodeterminação	Comprometimento da autodeterminação dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais

Fonte: Elaboração própria (2022).

Dessa forma, pelas condições de vida nas comunidades quilombolas estarem intrinsecamente ligadas com os territórios que sofreram impactos e danos ambientais que comprometem as condições de vida dessas comunidades, justifica-se a adoção de um percentual de majoração capaz de operar como critério de reconhecimento destes valores como dignos de proteção jurídica.

Considera-se, então, que a ocorrência desses danos específicos por sua transversalidade e maior severidade acarretam a incidência de um fator de majoração no valor final de indenização por danos imateriais individuais. Ou seja, cada indivíduo que fizer jus à indenização por esses danos terá, ao final do cômputo de todas as indenizações devidas pelos demais danos das diversas dimensões temáticas, além da incidência dos fatores multiplicadores atinentes à vulnerabilidade (conforme item 5.3.1. e Quadro 34 e Quadro 35, a majoração decorrente da severidade da ocorrência dos danos aqui tratados. A fim de manter a coerência com os parâmetros já utilizados nas matrizes indenizatórias da FGV, deve ser garantida a majoração na monta de 10%, compatível com os fatores de vulnerabilidade descritos no Quadro 35.

5.4 Danos morais coletivos e danos sociais

Conforme mencionado, o foco da presente matriz é endereçar os danos socioeconômicos que ensejam indenização individual por danos materiais e imateriais às pessoas atingidas nos municípios contidos nos territórios que compõem a Região Estuarina, Costeira e Marinha do Espírito Santo (RECM-ES). No entanto, é patente a existência, entre os danos aqui mencionados, de lesão à esfera coletiva das comunidades, configurando também o dever de indenização coletiva, sem prejuízo à

indenização individual, tendo em vista que um mesmo dano pode atingir tanto a esfera moral individual quanto a coletiva (Quadro 37).

Quadro 37 — Sistematização conceitual: Danos morais coletivos e danos sociais

Categoria	Conceito
Danos morais coletivos	Os danos morais coletivos são devidos quando há lesão a bens e valores jurídicos extrapatrimoniais inerentes a toda a coletividade, de forma indivisível, como resultado de conduta lesiva que agride, de modo injusto e intolerável, o ordenamento jurídico e os valores éticos fundamentais da sociedade em si considerada, a provocar repulsa e indignação na própria consciência coletiva.
Danos sociais	Configura-se quando há lesões à sociedade no seu nível de vida, tanto por (i) rebaixamento de seu patrimônio moral, principalmente a respeito da segurança, quanto por (ii) diminuição de sua qualidade de vida.

Fonte: Elaboração própria (2022) a partir de FGV (2021i).

Nos estudos já realizados pela FGV (2020k, 2020l, 2020m), foram identificados ao longo da bacia do Rio Doce diversos danos socioeconômicos nas dimensões temáticas que configuraram lesões a direitos transindividuais titularizados das pessoas atingidas pelo desastre do rompimento da Barragem de Fundão e que, portanto, ensejam indenização por dano moral coletivo e dano social.

Destaca-se que a jurisprudência também reconhece a aplicação do método bifásico para o arbitramento da indenização devida a título de dano moral coletivo²⁴⁶ e, para o dano social, entende que o arbitramento deve ser pautado por suas finalidades de pena e reposição à sociedade com o objetivo de restaurar o nível social de tranquilidade diminuída pelo ato ilícito.^{247,248}

²⁴⁶ Nesse sentido: STJ. REsp nº 1539056/MG, rel. ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 6/4/2021; TRF-3, AC nº 5000435-70.2018.4.03.6002, órgão julgador: vice-presidência, rel. desembargador Helio Egydio de Matos Nogueira, julgado em 12/5/2020.

²⁴⁷ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ). Rcl nº 13.200/GO, rel. ministro Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, publicado em 14 nov. 2014.

²⁴⁸ A mesma noção é identificável de forma mais detalhada em outras decisões, no sentido de que a indenização pode ser dissuasória se atos em geral da pessoa jurídica que trazem uma diminuição do índice de qualidade de vida da população ou punitiva por dolo ou culpa grave se atos que reduzem as condições coletivas de segurança. Fontes: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ). Rcl nº 12.062/GO, tema repetitivo 742, rel. ministro Raul Araújo, Segunda Seção, publicada em 20 nov. 2014; TJMG. AP nº 0033801-37.2014.8.13.0596, rel. desembargadora Mônica Libânio, 15ª Câmara Cível, publicado em 27 jan. 2017; TJMG, AP nº 1989396-17.2012.8.13.0024, rel. desembargadora Mariangela Meyer, 10ª Câmara Cível, publicado em 14 mai. 2016.

Os Quadro 38 e Quadro 39 apresentam os danos socioeconômicos evidenciados nos territórios da RECM-ES que ensejam indenização coletiva por esses danos jurídicos.

Quadro 38 — Danos socioeconômicos que ensejam dano moral coletivo

Alimentação	Comprometimento da alimentação culturalmente adequada.
Saúde	Comprometimento do acesso à saúde.
	Comprometimento do acesso aos tratamentos de saúde culturalmente adequados. ⁽¹⁾
	Comprometimento e risco de comprometimento da saúde física e nutricional.
	Comprometimento e risco de comprometimento da saúde mental.
Relações com o meio ambiente	Comprometimento das condições adequadas necessárias para a permanência nos territórios tradicionais. ⁽¹⁾
	Comprometimento do acesso à água potável suficiente, segura e aceitável para usos pessoais e domésticos.
	Comprometimento do acesso aos territórios tradicionais. ⁽¹⁾
	Comprometimento do acesso e fruição da água segura para fins de lazer e convivência sociocultural.
	Interrupção/Comprometimento da fruição de um meio ambiente ecologicamente equilibrado e do uso e da capacidade produtiva dos recursos naturais da região.
Moradia e infraestrutura	Comprometimento da disponibilidade de serviços, materiais, equipamentos e infraestruturas.
Educação	Comprometimento da educação adequada e adaptada ao contexto social e cultural.
	Interrupção/Comprometimento do acesso e disponibilidade educacional.
Práticas culturais, religiosas e de lazer	Impossibilidade da reprodução dos modos de vida dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais. ⁽¹⁾
	Interrupção ou comprometimento das atividades de lazer.
	Interrupção/Comprometimento da manutenção e transmissão de tradições, saberes, práticas e referências culturais e religiosas.
Rede de relações sociais	Alterações negativas na vida social e enfraquecimento dos laços sociais, comunitários e redes de parentesco.
	Aumento das tensões e conflitos nas relações sociais e familiares.
Vida digna, uso do tempo e cotidiano, e perspectivas futuras	Comprometimento da possibilidade de melhoria das condições de vida e frustração de perspectivas futuras.
	Diminuição da qualidade de vida.
	Abuso da garantia de igualdade e não discriminação no processo de remediação e reparação.

Processo de reparação e remediação	Abuso da garantia de participação efetiva no Processo de reparação e remediação.
	Agravamento da vulnerabilidade com o Processo de reparação e remediação.
	Barreiras de acesso ao Processo de reparação e remediação.
	Desrespeito ao autogoverno e às especificidades das comunidades no Processo de reparação e remediação. ⁽¹⁾
	Falta de acesso à informação adequada e de transparência.
	Insuficiência, baixa qualidade e inadequação das medidas reparatórias e falta de celeridade no Processo de reparação e remediação.
	Perda de tempo útil/produtivo com o Processo de reparação e remediação.
	Risco de perda das identidades étnicas. ⁽¹⁾
Autodeterminação	Comprometimento da autodeterminação dos povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais

(1) Dano específico para as comunidades remanescentes quilombolas consultadas no território Sapê do Norte.

Fonte: Elaboração própria (2022).

Quadro 39 — Danos socioeconômicos que ensejam dano social

Alimentação	Comprometimento ou insegurança no consumo de alimentos livres de substâncias nocivas.
Saúde	Comprometimento do acesso à saúde.
	Comprometimento do acesso aos tratamentos de saúde culturalmente adequados. ⁽¹⁾
	Comprometimento e risco de comprometimento da saúde física e nutricional.
	Comprometimento e risco de comprometimento da saúde mental.
Educação	Comprometimento da educação adequada e adaptada ao contexto social e cultural.
Vida digna, uso do tempo e cotidiano, e perspectivas futuras	Diminuição da qualidade de vida.
Processo de reparação e remediação	Diminuição da segurança pessoal decorrente do Processo de reparação e remediação.

(1) Dano específico para as comunidades remanescentes quilombolas consultadas no território Sapê do Norte.

Fonte: Elaboração própria (2022).

Conforme danos socioeconômicos trazidos nos quadros acima, e considerando que o desastre provocou a um só fato e de modo concomitante lesão às distintas esferas de direito, é premente que, para além da indenização individual devida às pessoas atingidas nos quatro territórios que compõem a RECM-ES e das obrigações de fazer referentes às medidas reparatórias que devem ser realizadas, seja também arbitrada a indenização por dano moral coletivo e por dano social de modo a reparar os danos em sua integralidade.

Quanto ao dano moral coletivo, importa esclarecer que ele tem origem na legislação brasileira a partir da edição da Lei de Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/85), a qual, ao disciplinar a responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, aos bens de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, previu a possibilidade de condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer (art. 3º) de pessoas físicas ou jurídicas por esses danos que possuem caráter difuso e coletivo.

Em casos de condenação em dinheiro, a lei estabelece que a indenização pelo dano causado deverá ser revertida a um fundo — o chamado Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD) —, prevendo ainda que os recursos nele depositados sejam destinados à reconstituição dos bens lesados (art.13).

A destinação dos recursos provenientes da condenação em dinheiro mediante pagamento do dano moral coletivo foi regulamentada por sucessivos decretos (Decreto 92.302/1986 — Decreto 407/1991 — Decreto 1.309/1994) e pela Medida Provisória 913/1995, a qual, convertida na Lei nº 9.008/2005, vigora nos dias atuais. Mediante essa sucessão de regulamentações, ocorreram desvios no perfil original pensado para o Fundo, tendo-se aberto a possibilidade de se aplicar os valores de forma desvinculada geograficamente do local onde ocorreu o dano, bem como a possibilidade de os valores servirem para a estruturação de órgãos públicos encarregados da proteção de direitos transindividuais (Vitorelli, 2019, p. 226). Diante dessa possibilidade de desvio de finalidade dos valores provenientes das condenações por dano moral coletivo, e considerando toda a complexidade dos danos causados pelo desastre, sua extensão no tempo, os impactos severos aos interesses das coletividades, bem como a própria insuficiência do processo reparatório bastante centrado na reparação dos danos individuais, é preciso que a indenização por danos morais coletivos no caso Rio Doce seja acompanhada da destinação dos respectivos valores de forma atrelada à finalidade reparatória e compensatória específica dos danos que foram provocados pelo desastre, de modo a se perquirir, a despeito das regulamentações supervenientes que comprometeram sua finalidade, o sentido teleológico para os quais os Fundos foram

criados, bem como a adequação às complexidades que envolvem atualmente casos de desastres como o Rio Doce.

Portanto, a condenação das empresas ao pagamento de indenização por dano moral coletivo em face dos danos socioeconômicos acima listados poderá ser revertida a um fundo destinado especificamente às pessoas atingidas da referida região, com a finalidade de se somar às demais medidas que visam à reparação integral do desastre. Neste sentido, tem-se o entendimento da jurisprudência do STJ que, no escopo da finalidade compensatória do dano moral coletivo, entende pela reversão do recurso fruto da indenização em prol da própria comunidade afetada²⁴⁹ (FGV, 2020m, p. 667-668; FGV, 2020l, p. 458), assim como também entende a doutrina especializada que a indenização por dano social deve ser destinada à reposição à sociedade do índice de qualidade de vida (JUNQUEIRA DE AZEVEDO, 2004).

Assim, de modo a ter sua efetiva destinação à reparação dos interesses jurídicos lesados conforme afetados na presente circunscrição espacial, qual sejam, os quatro territórios que compõem a RECM-ES, bem como de modo a serem destinados às coletividades que são titulares específicas dos interesses coletivos afetados, importa considerar e esclarecer sobre o modo como os danos socioeconômicos identificados na presente matriz reparatória e elencados acima atingiram de maneira sobreposta tanto os (i) direitos difusos ou direitos coletivos em sentido amplo quanto os (ii) direitos coletivos em sentido estrito.

Conforme distinção trazida no art. 81 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.079/1990), os direitos difusos ou direitos coletivos em sentido amplo são definidos como aqueles dotados de caráter difuso, de natureza indivisível e pertencentes a um grupo indeterminado de pessoas ligadas a interesses derivados de circunstâncias fáticas. Por sua vez, os direitos coletivos em sentido estrito são identificados como aqueles que se caracterizam pela indivisibilidade, inobstante relacionados a um grupo, categoria ou classe de pessoas com vínculos entre si (independentemente de estarem organizados ou formalizados em associação) ou ao violador do direito por uma relação jurídica base, a qual pode ser preexistente ou se estabelecer a partir dos pleitos (pedidos da ação) que os vinculem juridicamente (FGV, 2020m, p. 665).

Diante disso, o endereçamento das medidas reparatórias e compensatórias necessárias à reparação dos danos sofridos devem observar as diferentes espécies de direitos coletivos que, a um só fato, podem ser violados ou abusados de modo exclusivo ou de forma sobreposta a estas esferas de direitos, conforme entendimento jurisprudencial do

²⁴⁹ STJ. REsp nº 1546170/SP, rel. ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, publicado em 5 mar. 2020.

STJ, que reconhece a possibilidade de ocorrerem “situações jurídicas das quais decorrem, simultaneamente, violação de direitos individuais homogêneos, coletivos ou difusos”²⁵⁰ (FGV, 2020m, p. 666).

Cabe ressaltar que parte dos danos identificados na RECM-ES foram sofridos em específico por comunidades quilombolas, que possuem traços culturais e heranças históricas que lhes garantem direitos territoriais e identitários, como previamente apresenta-se neste relatório no âmbito da descrição sobre a tutela jurídica dos danos que se referem a estas comunidades.

Por conta desta tutela específica, tanto a participação quanto a destinação de valores a título de dano moral coletivo devem passar por processos específicos de consulta prévia, livre e informada que são regulados pela Convenção nº 169 da OIT, tanto na determinação do quantum indenizatório, das ações e medidas reparatórias a serem aplicadas em concomitância com o arbitramento de valores, quanto na destinação e monitoramento.

Portanto, quanto à destinação dos valores devidos a título de indenização por danos morais coletivos e por dano social no contexto do desastre, e considerando o abuso às diferentes espécies de direitos coletivos, é premente pensar que os valores provenientes da condenação sejam endereçados considerando não só à dimensão difusa dos direitos coletivos que foram abusados (com a indeterminação de seus titulares). Neste aspecto, importa também considerar o modo como esses danos afetaram de forma especial as pessoas atingidas nos quatro territórios que compõem a RECM-ES e, neste âmbito, determinados grupos ou classes de pessoas específicas, a exemplo de comunidades religiosas, grupos étnicos e grupos socioculturais responsáveis pela reprodução dos hábitos, comportamentos e atividades que configuram e caracterizam práticas tradicionais conformadoras do patrimônio cultural.

Assim, sem prejuízo da necessária compensação pela ofensa aos direitos difusos, coletivos em sentido amplo, abusados no caso em comento — entende-se necessário que também sejam endereçados os recursos provenientes da condenação por dano moral coletivo aos grupos determináveis de sujeitos titulares de direitos coletivos em sentido estrito, de modo que tais recursos possam ser acessados por essas coletividades e direcionados à reparação dos bens jurídicos que foram lesados.

²⁵⁰ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ). REsp nº 1250582/MG, rel. ministro Luís Felipe Salomão, Quarta Turma, publicado em 31 mai. 2016.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente Matriz Indenizatória Territorial abrange o litoral capixaba ao norte de Vitória (ES), aqui denominado Região Estuarina, Costeira e Marinha (RECM-ES), composta pelos municípios de Serra, Fundão, Aracruz, Linhares, São Mateus e Conceição da Barra, contemplando também o território quilombola do Sapê do Norte, localizado nestes dois últimos municípios.

As análises revelaram que os danos sofridos em decorrência do rompimento da Barragem de Fundão se expressam nos territórios de diversas formas, o que justifica, conforme documentos anteriores²⁵¹ (FGV, 2021d), unidades de análise da RECM-ES nos seguintes territórios: Litoral Norte, composta pelos municípios de Conceição da Barra e São Mateus, incluindo o território quilombola do Sapê do Norte, localizado nestes municípios; Foz do Rio Doce, composta pelo município de Linhares; e Litoral Sul, composta pelos municípios de Serra, Fundão e Aracruz.

O debate e construção de Matrizes Indenizatórias Territoriais envolvem análises desenvolvidas pela FGV, notadamente sobre o Programa de Indenização Mediada (PIM), cujas ações foram paralisadas sobretudo a partir da instituição dos eixos prioritários pela 12ª Vara Federal. A partir daquele momento, os temas referentes ao cadastro e à indenização das pessoas atingidas passaram a ser tratados no âmbito do Eixo Prioritário nº 7, ao qual também foram apensadas as discussões acerca do encerramento do Cadastro (FGV, 2020m).

Neste contexto, comissões de atingidos e atingidas de diferentes localidades, por vezes distintas — ou reorganizadas — daquelas estabelecidas durante o processo de escolha das Assessorias Técnicas Independentes (ATIs), com o apoio das Instituições de Justiça e do Fundo Brasil de Direitos Humanos, decidiram peticionar indenizações na justiça. A partir das primeiras decisões proferidas pelo juízo da 12ª Vara Federal em 2020, com destaque para os territórios de Baixo Guandu (ES), Naque (MG) e São Mateus (ES) (FGV, 2020m), acabou sendo instituída uma segunda via de acesso à indenização, conhecida como “Sistema Indenizatório Simplificado” ou “Novel Sistema Indenizatório”.

Apesar de os avanços alcançados com a instituição do Novel — como a simplificação dos parâmetros comprobatórios e dos procedimentos adotados para acesso à

²⁵¹ A divisão territorial mencionada se deu, inicialmente, com base nos elementos aportados pela Deliberação do CIF nº 58/2016; pela Nota Técnica Intercâmaras nº 01/2020, aprovada pela Deliberação CIF nº 473/2020; pelos relatórios de eleição das Assessorias Técnicas do Fundo Brasil de Direitos Humanos (2019a; 2019b; 2019c); e a partir da análise de referências bibliográficas, confirmados também em estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV 2021d) sobre a região realizado com base em dados secundários.

indenização, sobretudo quando considerado o alto grau de informalidade das atividades econômicas desenvolvidas ao longo da bacia, além do reconhecimento de novas categorias econômicas —, algumas fragilidades podem ser apontadas, como a desconsideração de particularidades ao se estabelecer uma mesma base comum presumível, a falta da definição de uma metodologia adequada para definição de valores (FGV, 2021i).

Ainda, no contexto específico da RECM, esse trabalho se insere no intenso debate que ocorre desde 2016 no âmbito dos espaços de governança criados para a gestão dos danos do desastre, sobre o reconhecimento dos municípios do litoral capixaba como atingidos. A FGV aprofundou a questão em estudo anterior (2021d), que apontava, em consonância com diversos relatórios sobre o tema, para a pertinência e a necessidade do reconhecimento definitivo dos municípios como atingidos, e de maior escuta da população local sobre os danos sofridos. Assim, este documento, ao identificar e qualificar os danos socioeconômicos sofridos por grupos sociais dessa região, embora os impactos do desastre persistam e se reacomodem em eventuais novos danos, proporciona reafirmar análises anteriormente expressas.

É neste contexto que a presente Matriz Indenizatória Territorial se insere, lastreada em extenso processo participativo de levantamento e identificação de danos socioeconômicos, orientado pelo princípio da centralidade da vítima, materializada em um conjunto de oficinas, rodas de diálogo e entrevistas que abrangeram diferentes grupos de pessoas atingidas, identificadas junto às comissões de atingidas e atingidos, lideranças locais e regionais, além de outros órgãos e organizações com relevante atuação e interação nos territórios.

A partir dessas interações, revelaram-se danos em onze diferentes — mas correlacionadas — dimensões temáticas, quais sejam: I. Renda, trabalho e subsistência; II. Alimentação; III. Saúde; IV. Educação; V. Relações com o meio ambiente; VI. Moradia e infraestrutura; e, no agrupamento denominado “modos de vida”, as dimensões: VII. Práticas culturais, religiosas e de lazer; VIII. Rede de relações sociais; e IX. Vida digna, uso do tempo, cotidiano, e perspectivas futuras; X. Processo de reparação e remediação; e, por fim, especificamente para os povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais, XI. Autodeterminação.

Os registros obtidos pela FGV evidenciaram a multidimensionalidade dos danos sofridos nas diversas comunidades que participaram dos processos de levantamento de informações, nas quais é possível identificar a inter-relação entre duas ou mais dimensões temáticas destacadas neste diagnóstico. Assim, a organização dos danos

em onze dimensões é um artifício metodológico que viabiliza o tratamento analítico, servindo de base também à elaboração de parâmetros e possibilidades reparatórias de maneira discriminada, conforme apresentado no Capítulo 5.

A organização em dimensões temáticas respaldada em dados de campo, pressupostos técnicos e metodológicos permitiu que esta Matriz Indenizatória Territorial avançasse na complexidade dos danos sofridos pelas comunidades atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão, verificando um rol mais diverso e abrangente de danos socioeconômicos quando comparado à matriz judicial. Foram evidenciados, por exemplo, danos socioeconômicos relativos às perdas ao meio ambiente, à saúde, às relações sociais e à vida digna, ao comprometimento de alimentação adequada e livre de substâncias nocivas, danos do próprio Processo de reparação, dentre outros; assim como danos a alguns grupos sociais específicos, como a comunidades quilombolas do Sapê do Norte, às mulheres e aos surfistas, dentre outros.

Desta maneira, a presente Matriz Indenizatória Territorial amplia a identificação e análise dos danos às atividades econômicas em relação à matriz judicial para os municípios da Região Costeira, Estuarina e Marinha, proporcionando uma compreensão mais completa sobre a realidade causada pelos danos oriundos do desastre da Barragem de Fundão.

Nesse sentido, os resultados demonstraram que os danos ao meio ambiente assumem um relevo significativo no diagnóstico socioeconômico realizado, indo ao encontro a outros trabalhos realizados na região que já acusam danos das mais variadas ordens aos ecossistemas locais (INSTITUTO LACTEC, 2020). Verificou-se também que a deposição da lama e pluma de rejeitos na região, e todo o encadeamento de efeitos danosos ao meio ambiente em seu entorno alterou a relação das pessoas com o território em que vivem, comprometendo e interrompendo diversas atividades econômicas, de lazer, sociabilidade, alimentação, entre outras, que carregam em si sentidos materiais e imateriais. O resultado é bastante consistente, considerando que, em toda RECM-ES, o mar, as áreas estuarinas, os mangues, as lagoas, os rios, as valas e as áreas de várzea são parte indissociável das relações socioeconômicas, retroalimentando e constituindo estratégias de produção e reprodução dos modos de vida e territorialidades locais.

Para todos os territórios da RECM-ES, foi possível trabalhar com os grupos sociais de pessoas atingidas por meio das atividades produtivas da pesca, da agropecuária, do turismo, do comércio e de serviços, além de moradores e moradoras das diversas comunidades atingidas.

A cadeia produtiva da pesca foi um dos grupos sociais que primeiro percebeu os danos e sofre até o presente momento com a interrupção e/ou comprometimento da atividade, tendo como principais efeitos negativos a proibição de importante área de pesca, a diminuição da produção e a insegurança com a qualidade do produto capturado e ofertado para o consumo humano.

De igual forma, a produção agropecuária, que se estabelece nas proximidades de mananciais hídricos atingidos pela lama e/ou pluma de rejeitos, também sofre danos relacionados à produtividade e à qualidade do produto, além de ter sua imagem comprometida pela insegurança quanto à contaminação.

As cadeias econômicas ligadas ao turismo, comércio e serviços são bastante relevantes para RECM-ES, em especial no que tange ao potencial turístico da região, voltado a beleza e atrativos naturais. Elas foram atravessadas pelos danos e riscos com a contaminação dos ambientes naturais e diminuição do fluxo de pessoas que visitam esses locais, comprometendo todo o funcionamento de comércio e serviços formais e informais ligados à atividade turística.

As atividades produtivas citadas são de grande importância para os territórios atingidos, uma vez que estruturam a economia local, promovendo emprego, renda, meios de subsistência e segurança alimentar e nutricional. Dessa forma, mesmo as atividades que não dependem dos serviços ecossistêmicos foram atingidas de forma repentina pelas transformações provocadas pela chegada da lama e pluma de rejeitos nos territórios.

Na RECM-ES foi marcante a diversidade de atividades desempenhadas pelas pessoas atingidas e as características de tradicionalidade encontradas nas localidades envolvidas no estudo, aportando um olhar diferenciado quanto à centralidade da relação com o meio ambiente e os modos de vida.

No Litoral Norte foram realizadas oficinas com grupos de pesca, agropecuária, e trabalhadores do comércio, serviços e turismo. Como exemplo, enfatizou-se, dentre outros aspectos, os danos causados a pequenas unidades rurais e assentamentos de reforma agrária, nos quais a agropecuária com base no trabalho familiar é a atividade principal, e a pesca é comumente realizada para autoconsumo e complementação de renda. Assim, a multidimensionalidade dos danos se associa e decorre também da pluriatividade, presente nesses territórios nas distintas estratégias de reprodução da vida que se conjugam, com base na relação com o meio ambiente e diferentes recursos que ele oferece, que também foram afetadas pelo desastre do rompimento da Barragem de Fundão.

Nas comunidades quilombolas do território do Sapê do Norte, localizado também no Litoral Norte, destacam-se, entre outras questões, os danos ao direito à reparação, primeiro por não terem sido reconhecidas enquanto atingidas no processo reparatório em curso, e depois porque o processo não leva em consideração suas especificidades enquanto comunidades tradicionais. Apesar dos danos advindos do processo reparatório aparecerem de forma evidente em toda a RECM-ES, o destaque ao Sapê do Norte se dá porque esses danos ferem a sua autodeterminação. Esta é tida enquanto o direito de buscar livremente o seu desenvolvimento econômico, social e cultural, e se consolida na garantia dos povos quilombolas de determinar e elaborar as formas de utilização de suas terras ou territórios e outros recursos, aspecto que pôde-se verificar desrespeitado materialmente na condução do processo reparatório, conforme apreensível nas narrativas e danos enunciados nas oficinas realizadas com as populações locais.

Para o Litoral Norte como um todo (incluindo o Sapê do Norte), destaca-se também a profunda relação das populações locais com manifestações culturais e celebrações nacionalmente conhecidas — como as congadas em geral e o Ticumbi em particular —, as quais fortaleciam redes de troca e laços de solidariedade e de pertencimento. Esses momentos eram importantes também para a geração de renda pela presença de turistas, que podiam conhecer as paisagens, a música, a dança, a gastronomia local, e após a chegada da pluma de rejeitos houve danos relacionados à diminuição da presença de visitantes e ao enfraquecimento dessas festividades.

Na foz do Rio Doce, localizada no município de Linhares, o debate é bastante intenso quanto aos danos e os grupos atingidos, tendo sido alcançados pelo presente diagnóstico pescadores, agricultores, ribeirinhos, assentados de reforma agrária, comerciantes, artesãos, empreendimentos de turismo, moradores e comunitários ligados ao debate da cultura, surfistas, entre outros. Dentre tantos danos, há destaque ao aumento de conflitos comunitários e familiares advindos do Processo de reparação; e ao comprometimento do acesso e fruição da água — seja do rio, das lagoas ou do mar — por todos os grupos. Destacam-se aqui os surfistas, grupo que foi fortemente atingido e que ainda não possui reconhecimento e ações voltadas à reparação apropriada. O surfe é um esporte de natureza e a interação com o meio ambiente é fundamental para sua prática, que confere benefícios de múltiplas ordens, desde a renda até a saúde física e mental, passando pela criação de laços identitários e sociais. O comprometimento à sua prática em decorrência do desastre do rompimento da Barragem de Fundão afetou várias dimensões da vida local e comprometeu a possibilidade da formação de toda uma geração de surfistas na região.

Ainda em Linhares cabe destacar, entre tantos grupos atingidos, a situação dos moradores da Av. Beira Rio, na sede do município, que sofreram deslocamento compulsório em decorrência da instabilidade da barragem do rio Pequeno, construída para evitar que as águas contaminadas do Rio Doce chegassem à Lagoa Juparanã. Essas pessoas tiveram que sair de suas casas, abandonando meios de trabalho e renda, e também formas de sociabilidade e laços de solidariedade que até hoje não puderam ser recompostos e não foram reconhecidos de forma integral.

Já no Litoral Sul, cabe enfatizar o papel relevante das atividades de pesca marítima e do turismo. A perda de importante área de pesca pela proibição da atividade na foz do Rio Doce gerou profundas alterações para aqueles que dela sobrevivem, mesmo dos moradores e moradoras de áreas distantes²⁵², que foram atingidos, entre outras formas, pelo seu local de trabalho. A profunda alteração nas formas e possibilidades de realização da pesca após o desastre culminaram em percepção de possibilidade de fim da própria atividade da pesca artesanal, apontando para danos relacionados ao trabalho livremente escolhido e às perspectivas de futuro.

As localidades desta porção do território da RECM-ES, que recebia um fluxo turístico significativo no verão, com pessoas de outros municípios e estados que buscavam as belezas naturais e os pratos típicos, também foram profundamente abalados pelas notícias da contaminação da região, gerando constrangimento, vergonha e prejuízo econômico.

Ao longo de todo o trabalho nos municípios da RECM fica bastante ressaltado que a cadeia da pesca, da agropecuária e os estabelecimentos de alimentação, comércios e serviços sentiram profundamente os impactos decorrentes do desastre, em função da diminuição do turismo, conforme abordado nos Capítulos 3 e 4.

Importa evidenciar também que a insegurança em relação à qualidade da água, do pescado e dos produtos agropecuários reverbera fortemente em angústia quanto às consequências da presença no ambiente de Elementos Potencialmente Tóxicos para a saúde humana no curto, médio e longo prazo, incluindo as gerações futuras.

Destaca-se que vários desses danos são carregados de aspectos imateriais, culturais e simbólicos muitas vezes associados aos ofícios e ao trabalho, à diversificação de atividades produtivas e às redes de trocas e reciprocidade, à subsistência e produção para consumo próprio, sendo todos elementos essenciais à segurança e soberania alimentar e nutricional. No mesmo sentido, a forte relação de tradicionalidade vinculada aos modos de vida locais — em especial nas comunidades quilombolas — está

²⁵² À exemplo do que também foi verificado pela FGV (2020k) na Praia do Suá, em Vitória (ES).

intimamente conectada aos conhecimentos e às relações com os ecossistemas, que associados à noção de uma terra comum se conectam com a própria ideia de pertencimento e de identidade coletiva.

Assim, o trabalho se aprofundou por meio da metodologia de valoração não monetária abarcando alguns danos imateriais sofridos pelas populações da RECM, demonstrando que o desastre da Barragem de Fundão ocasionou profundas alterações negativas, implicando em esgarçamentos de laços territoriais e comunitários, e afetou as relações de pertencimento entre pessoas e territórios. Desde a chegada da lama, pessoas atingidas têm passado por um momento que pesquisadores e estudiosos consultados qualificaram como de suspensão da vida ou estranhamento do mundo. Abruptamente suas vidas foram alteradas e as consequências da chegada da lama se espalharam para distintas dimensões que desestruturaram os modos de vida.

Para toda a RECM-ES, dessa forma, fica patente a processualidade dos danos sofridos, que não cessaram mesmo com as ações já ocorridas, e interferem não somente no sentimento de perda de um passado de fartura, mas também em um presente de muitas incertezas e na falta de perspectivas de futuro. Nesse sentido, evidencia-se a noção de sofrimento social, expressa, entre outros fatores, na falta de informação — tanto sobre a contaminação e suas consequências à saúde, quanto sobre o próprio processo de reconhecimento dos grupos atingidos e processo de reparação em curso; no sentimento de irreversibilidade dos danos ambientais; e na angústia de uma luta cotidiana por sobrevivência que dificulta a construção de possibilidades para além do tempo presente.

A característica da processualidade dos desastres auxilia a verificar também um contexto de racismo ambiental contra as comunidades racializadas atingidas, o que fica bastante evidenciado no território do Sapê do Norte. O desastre da Barragem de Fundão não é a primeira violação socioambiental que atinge o território, marcado por um longo processo de conflitos ambientais oriundos de empreendimentos de eucalipto, petróleo, gás e mesmo mineração na extração de sal gema. Assim, o desastre representa mais uma etapa que atravessa a própria identidade dessas comunidades em uma história de violações ambientais no território quilombola do Sapê do Norte.

O processo reparatório decorrente do desastre da Barragem de Fundão, ao excluir a participação das comunidades quilombolas, invisibiliza os traços que os enlaçam enquanto um grupo étnico e racializado. Ao criar barreiras de acesso ao processo de reparação, trâmites e interpretações inadequadas à realidade sociocultural das comunidades do Sapê do Norte e suas vulnerabilidades, a Fundação Renova promove o silenciamento da raça e da tradicionalidade em seus levantamentos e programas.

Assim, o processo reparatório conduzido pelas empresas e pela Fundação Renova é conduzido de maneira desigual, e acaba por integrar mais uma etapa na descrita processualidade do desastre, incorrendo e reforçando a lógica do racismo ambiental.

O contexto de desigualdade no reconhecimento das pessoas atingidas atinge de maneira específica também às mulheres. A verificação das limitações para reconhecer e reparar as mulheres que integram a cadeia da pesca destacam situações de invisibilidade e violência, que reforçam tanto os conflitos familiares como o fenômeno social de sofrimento. Nesse contexto, a constataste que a perda da estabilidade econômica, que traz desestruturação também nas relações familiares, saúde emocional e nas perspectivas de futuro, são sentidas especialmente pelas mulheres, que muitas vezes são o esteio financeiro da família, além de histórica e socialmente responsáveis pelo cuidado e estabilidade das relações familiares. Assim, evidenciou-se uma sobrecarga das mulheres, mais afetadas pelo trabalho não-remunerado que recaem principalmente sobre elas, como as tarefas de cuidado com familiares doentes, pessoas idosas e crianças, que aumentaram em decorrência do desastre da barragem de Fundão.

No que se refere a parâmetros e valores indenizatórios e como forma de contribuir à ampliação da base de direitos, para a construção dessa matriz territorial foi utilizado o método bifásico para avaliação do dano moral, que leva em consideração a formação de grupos de caso conformados a partir de “valores obtidos na jurisprudência associada aos mesmos interesses jurídicos lesados”, fixando-se valores mínimos para a indenização, servindo de base para análise do caso concreto (FGV, 2021h).

Para fins de indenização por danos materiais, foram estimados valores apenas para a dimensão temática de Renda, trabalho e subsistência, referentes a lucros cessantes da renda do trabalho para ocupações selecionadas, comprometimento da renda real relacionada com subsistência e danos emergentes relacionados com atividades laborais de ocupações selecionadas, em acordo e referência aos métodos e estudos normativos e de jurisprudência realizados e já publicizados, conforme desenvolvido e justificado na Matriz Indenizatória Geral (FGV, 2021h).

No tocante às possibilidades probatórias individuais, apesar do reconhecimento da evolução no sistema instituído pelo juízo, apresentam-se neste documento sínteses de parâmetros apresentados na Matriz Indenizatória Geral (FGV, 2021h) e na Matriz Indenizatória Territorial (FGV, 2021i) onde também pode ser consultado amplo rol de justificativas sobre possibilidades probatórias decorrentes do reconhecimento de danos,

tendo em vista dificuldades de prova enfrentadas pelas pessoas atingidas relativas à condição de atingido.

Mesmo cumprindo o objetivo de trazer elementos que podem dar subsídio à melhoria do processo de indenização em curso, ressalta-se que, como abordado no Capítulo 5, há questões específicas para o território que abrange este estudo, que ainda merecem ser aprofundadas do ponto de vista da discussão de violação de direitos e definição de parâmetros para reparação. Este é o caso, por exemplo, das comunidades quilombolas do Sapê do Norte, que possuem vínculo indissociável entre seu modo de vida tradicional e o ambiente em que vivem, já que pertencem ao território e constroem seus modos de vida a partir do que é ofertado pelo meio. Com o comprometimento do uso do rio Cricaré e seus afluentes, houveram danos que se entrelaçam entre dimensões econômicas, culturais e sociais, interferindo na transmissão de conhecimentos, oralidade e territorialidade. Assim, justifica-se a adoção de um percentual de majoração para as comunidades quilombolas, capaz de operar como critério de reconhecimento destes valores como dignos de proteção jurídica, considerando-se, então, que a ocorrência desses danos específicos por sua transversalidade e maior severidade acarretam a incidência de um fator de majoração no valor final de indenização por danos imateriais individuais.

Nesse contexto, importa destacar que os valores indenizatórios propostos pela FGV não esgotam os danos socioeconômicos e as medidas reparatórias necessárias para que se alcance a reparação integral, sendo necessário considerar, por exemplo, as medidas de cunho indenizatório coletivo e as medidas não indenizatórias, conforme já abordado pela FGV em diversos estudos (FGV, 2019k, 2020k, 2020l, 2020m, 2021i). Considerando as ofensas à esfera coletiva de direitos, é premente que seja também arbitrada a indenização por dano moral coletivo e por dano social cuja destinação deve estar atrelada à finalidade reparatória e compensatória específica dos danos que foram provocados à RECM-ES de modo a repará-los em sua integralidade. Ademais, diante dos múltiplos e complexos danos socioeconômicos como os identificados nos territórios da RECM-ES, é necessário que sejam implementadas medidas reparatórias indenizatórias e não indenizatórias também variadas, sempre embasadas em diagnósticos técnicos, em parâmetros normativos e na participação efetiva das pessoas atingidas.

Conforme mencionado, a FGV tem elaborado diferentes estudos com o objetivo de construir parâmetros voltados à reparação integral dos danos que foram sofridos pelas populações atingidas pelo desastre da Barragem de Fundão. Esses resultados proporcionam, com lastro no levantamento de danos junto aos grupos de pessoas

atingidas no território em análise, constituir subsídios e possibilidades reparatórias, tal qual verificado na Matriz Indenizatória Geral (FGV, 2021h) e na Matriz Indenizatória Territorial (FGV, 2021i).

As informações sobre os danos sofridos na RECM-ES, e todas as demais levantadas e sistematizadas ao longo deste estudo, conferem evidências que podem aprimorar o processo indenizatório hoje em curso, ampliando o espectro de realidade alcançado atualmente. Ainda assim, não são capazes de encerrar por completo toda a realidade de danos sofridos, nem as possibilidades de indenização e reparação devidas. Nessa linha, é um trabalho que pretende contribuir para o importante registro das violações de direitos ocorridas e para o avanço do processo reparatório, oferecendo elementos rigorosos para o aprimoramento de sua operacionalização, mantendo as conquistas até então alcançadas e, ao mesmo tempo, buscando ampliar a base de direitos e decorrentes respostas no âmbito da reparação integral.

Com isso, a presente Matriz Indenizatória Territorial soma-se às demais produções para indicar as medidas de reparação individual específicas para o território, sem descuidar do acúmulo técnico e normativo já elaborado e da necessidade de endereçamento futuro de outras medidas reparatórias e valoração de outros danos jurídicos, a exemplo do dano social e dano moral coletivo, alertando para a necessidade de avançar nos debates que buscam a reparação integral dos danos ocasionados pelo desastre do rompimento da Barragem de Fundão.

REFERÊNCIAS

A GAZETA. **Conheça 7 picos do surf no litoral capixaba**. 2019. Disponível em: <www.agazeta.com.br/especial-publicitario/terradevalor/conheca-7-picos-do-surf-no-litoral-capixaba-1119>. Acesso em: 1o fev. 2022.

ACOSTA, A. **O Bem Viver — uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Editora Autonomia Literária; Editora Elefante, 2016.

AGÊNCIA BRASIL; RIDLEY, K. **Tribunal londrino reabre processo de US\$ 7 bi por desastre em Mariana**. 27 jul. 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2021-07/tribunal-londrino-reabre-processo-de-us-7-bi-por-desastre-em-mariana>>. Acesso em: 22 mar. 2022.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). **Encarte Especial sobre a Bacia do Rio Doce. Rompimento da Barragem em Mariana, MG. Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil**. Informe 2015. Brasília DF: Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos, 2016. Disponível em: <www.ana.gov.br/acoesadministrativas/cdoc/CatalogoPublicacoes_2015.asp>. Acesso em: 10 dez. 2021.

_____. **Encarte Especial sobre a Bacia do Rio Doce. Rompimento da Barragem em Mariana, MG. Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil. Informe 2015**. Brasília DF: Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos, 2016.

AGUIAR, M. L. de S. R.; ANDRADE, R. G. N. Velha guarda do samba carioca: uma etnografia da memória através das festas. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE INVESTIGACIONES DE LA COMUNICACION, XII, 2014 Lima, Peru. **Anais...** Disponível em: <https://congreso.pucp.edu.pe/alaic2014/wp-content/uploads/2013/09/texto-maria-livia-alaic-_1_.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

ALENCAR, E. F.; PALHETA, S. P.; DE SOUSA, I. S. Trabalho na pesca, ação política e identidade: as mulheres da Colônia de Pescadores Z-32 de Marãã, Amazonas. In: **Aqui estamos nós”: entre as águas dos mares, nas águas dos rios, nas terras de trabalho na pesca artesanal**, 2015. p. 39-69.

ALMEIDA, A. W. B. de. **Terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livres”, “Castanhais do Povo”, faxinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGSCA-UFAM. 2006.

ALMEIDA, S. D. **Reconhecimento dos remanescentes das comunidades dos quilombos**: o caso do Morro Seco. Guarulhos: Unifesp, 2012.

ALVES, A.; RODRIGUES, N. Determinantes sociais e económicos da saúde mental. **Revista Portuguesa de Saúde Pública**, v. 28, n. 2, p. 127-131, 2010. Disponível em: <www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0870902510700031>. Acesso em: 10 set. 2020.

ALVES, E. P. M. Diversidade cultural, patrimônio cultural material e cultura popular: a Unesco e a construção de um universalismo global. **Sociedade e Estado**, v. 25, n. 3, p. 539-560, 2010.

ALVES, M. A.; BLISKSTEIN, I. Análise de narrativas. In: GODOI, C. et al. (Ed.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006.

ALVES, M. Z.; DAYRELL, J. Ser alguém na vida: um estudo sobre jovens do meio rural e seus projetos de vida. **Educação e Pesquisa**, v. 41, n. 2, p. 375-390, 2015.

AMARAL, A. V. de; DIAS, C. A. G. Da praia para o mar: motivos à adesão e à prática do surfe. **Licere**, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/891>>. Acesso em: 1º fev. 2022.

AMARAL, R. C. M. P. Introdução: a festa como objeto e como conceito. In: _____. **Festa à brasileira: significados do festejar, no país que “não é sério”**. 1998. Tese (doutorado em antropologia) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-21102004-134208/publico/tesecapa1.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2022.

AMATO, J. F.; OLIVEIRA, M. S. B.; PANFILI, A. B. V. Mulheres ao mar: o fenômeno dos coletivos femininos de surfe. In: NEPOMUCENO (Org.). **Psicologia do esporte e surfe aspectos socioculturais e psicológicos**. Curitiba: CRV, 2021. Disponível em: <www.researchgate.net/profile/Leo-Nepomuceno/publication/349231443_PSICOLOGIA_DO_ESPORTE_E_SURFE_aspectos_socioculturais_e_psicologicos/links/6042b308299bf1e0785aedc1/PSICOLOGIA-DO-ESPORTE-E-SURFE-aspectos-socioculturais-e-psicologicos.pdf>. Acesso em: 3 maio 2022.

AMBIOS. **Estudo de avaliação de risco à saúde humana em localidades atingidas pelo rompimento da barragem do Fundão — MG**. São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://apublica.org/wp-content/uploads/2019/11/ambios-arsh-mariana-e-barra-linga-final-20190417.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2022.

AMON, D.; MENASCHE, R. Comida como narrativa da memória social. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 1, p. 13-21, 2008. Disponível em: <www.redalyc.org/pdf/703/70311103.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2022.

ANDRADE, C. E. R. **Caracterização da Pesca de Arrasto Camaroeiro com Portas no Estado de Pernambuco e Medidas Mitigadoras de seu Impacto Ecológico**. 2016. Tese (doutorado em recursos pesqueiros e aquicultura) — Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2016. Disponível em: <www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/bitstream/tede2/7076/2/Carlos%20Eduardo%20Rangel%20de%20Andrade.pdf>.

ANVISA. **Caso Samarco**: nota conjunta sobre pescado. Brasília: 2019 a. Disponível em <www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2019/caso-samarco-nota-conjunta-sobre-pescado>. Acesso em: 6 dez. 2021.

_____. **Nota Técnica nº 8/2019/SEI/GEARE/GGALI/DIRE2/ANVISA**. Brasília: 2019. Disponível em: <<https://sanityconsultoria.com/wp-content/uploads/2019/06/Nota-T%C3%A9cnica-ANVISA-Pescado-Rio-Doce-Junho-2019.pdf>>. Acesso em: 6 dez. 2021.

ARACRUZ. **Site da Prefeitura municipal de Aracruz**. Disponível em: <www.aracruz.es.gov.br/turismo/>. Acesso em: 1º mar. 2021.

_____. **Site da Prefeitura municipal de Aracruz**. Reserva de Desenvolvimento Sustentável Municipal Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim. Disponível em: <www.aracruz.es.gov.br/turismo/atracoes-turisticas/17/>.

ARAUJO, S. C. de. **Conhecimento de pescadores artesanais sobre as populações de toninha (*Pontoporia blainvillei*) no sudeste e sul do Brasil**. 2020. Dissertação (mestrado em oceanografia ambiental) — Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

ARRUTI, J. M. **O quilombo conceitual**: para uma sociologia do “Artigo 68”. Rio de Janeiro, 2003. mimeografado.

ARRUTI, J.M. **Mocambo**. Antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru: Edusc, 2006.

BAILÃO, A. Paisagem — Tim Ingold. In: **ENCICLOPÉDIA de antropologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, 2016. Disponível em: <<http://ea.ffmpeg.usp.br/conceito/paisagem-tim-ingold>>.

BARTH, F. Os Grupos étnicos e suas fronteiras. In: _____. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Tradução John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. p. 26-67.

BECKER, B. K. O Norte do Espírito Santo, região periférica em transformação. **Rev. Bras. Geog.**, ano 35, n. 4, p. 35-112, 1973. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1973_v35_n4.pdf . Acesso em: jan. 2022.

BELLUMAT, M. S.; BONOMO, T. P.; FREITAS, R. R. Caracterização da frota pesqueira e estrutura de desembarque em atividades de pescadores artesanais: um estudo de caso no Espírito Santo, Brasil. **Brazilian Journal of Production Engineering**, v. 5, n.1, p. 162-171, 2019.

BLOOMA, M. S.; SUDUA, S.; NEAMTIU, I. A.; GURZAU, E. S. Maternal arsenic exposure and birth outcomes: a comprehensive review of the epidemiologic literature focused on drinking water. **International Journal of Hygiene and Environmental Health**, v. 217, 2014.

BORGES, M. E. L. Cultura dos ofícios: patrimônio cultural, história e memória. **Varia Historia**, v. 27, n. 46, p. 481-508, 2011.

BORTNOWSKA, K. et al. Cultura e alimentação: análise das festas gastronômicas na Serra Gaúcha-RS. **Rosa dos Ventos**, v. 4, n. 3, p. 369-383, 2012. Disponível em: <www.redalyc.org/pdf/4735/473547090007.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2022.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

BOUDOU, Christian Jean-Marie. **Da "cidade-saúde" à "cidade-turismo"**: a invenção da praia turística de Guapari (ES)-uma geografia histórica dos usos do litoral. 2017.Tese (doutorado) — Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

BRAGA, M. S. C. **A pesca de arrasto de camarões na zona costeira do município de Fortaleza, Estado do Ceará**. 2000. Dissertação (mestrado em engenharia de pesca) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2000. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/4914/1/2000_dis_msdecbraga.pdf>.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. 12. ed. São Paulo, Brasiliense, 1984.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: <<https://cpisp.org.br/constituicao-federal-de-1988-artigo-68/#:~:text=Aos%20remanescentes%20das%20comunidades%20dos,Estado%20emitir%20Dlhes%20t%C3%ADulos%20respectivos>>. Acesso em: 27 jan. 2022.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: jan. 2022.

_____. **Decreto nº 591**, de 6 de julho de 1992. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm>. Acesso em: 18 dez. 2021.

_____. **Decreto nº 3.551**, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm>. Acesso em: 6 ago. 2021.

_____. **Decreto nº 4.887**, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições 148 Constitucionais Transitórias. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em: 11 mar. 2022.

_____. **Decreto nº 5.051** de 19 de abril de 2004, promulga a Convenção nº 169 da OIT, ratificada pelo Brasil em 2002, aprovada pelo Decreto Legislativo 143, de 20 de junho de 2002, entrando em vigor em 25 de julho de 2003, sendo promulgada pelo Decreto n. 5.051 de 19 de abril de 2004. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm>. Acesso em: 11 mar. 2022.

_____. **Decreto nº 5.705**, de 16 de fevereiro de 2006.

_____. **Decreto nº 6.040**, de 7 de fevereiro de 2007. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 11/5/2022.

_____. **Decreto nº 6.476**, de 5 de junho de 2008.

_____. **Decreto nº 7.272**, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional — SISAN, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional — PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2010/Decreto/D7272.htm>. Acesso em: 22 abr. 2021.

_____. **Decreto nº 10.088** de 05 de novembro de 2019. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho — OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10088.htm#art5>. Acesso em 16 mar. 2022.

_____. **Decreto Legislativo nº 136**, de 12 de agosto de 2020.

_____. **Decreto Legislativo nº 143**, de 2002. Aprova o texto da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais em países independentes. Disponível em: <www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2002/decretolegislativo-143-20-junho-2002-458771-convencao-1-pl.html>. Acesso em 11 mar. 2022.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em fev. 2022.

_____. **Lei nº 9.433**, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm>. Acesso em: 27 mar. 2022.

_____. **Lei nº 9.795**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 3 mar. 2022.

_____. **Lei nº 11.346**, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional — SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: <www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-enutricional>. Acesso em: 7 out. 2020.

_____. Lei nº 11.947, de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>. Acesso em fev. 2022.

_____. **Lei nº 11.959**, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11959.htm>. Acesso em: 22 mar. 2022.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Direito à moradia adequada**. Por uma cultura de direitos humanos. Direito à moradia adequada. Brasília, DF: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. 2013. Disponível em: <https://urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/DH_moradia_final_internet.pdf>. Acesso em fev. 2022.

BRASIL, L. M.; PIRES, V. **Rejeitos**: vidas marcadas pela lama. Brasília: FAC-UnB, 2017.

BRASIL DE FATO. **Mais de um ano após vazamento de óleo em praias do Nordeste, danos ainda são sentidos**. 13 out. 2020. Disponível em: <www.brasildefato.com.br/2020/10/13/mais-de-um-ano-apos-vazamento-de-oleo-em-praias-do-nordeste-danos-ainda-sao-sentidos>. Acesso em: 17 jan. 2022.

BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 537-572, 2007. Disponível em: <www.scielo.br/j/cp/a/KybtYCJQvGnnFWWjcyWKQrc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 jan. 2022.

BRYCE, R., et al. Subjective well-being indicators for large-scale assessment of cultural ecosystem services. **Ecosystem Services**, v. 21, p. 258-269, 2016.

BUCK LOUIS, G. M. B.; SMARRA, M. M.; SUNDARAMB, R.; STEUERWALDC, A. J.; SAPRAA, K. J.; LU, Z.; PARSONS, P. J. Low-level environmental metals and metalloids and incidente pregnancy loss. **Reproductive Toxicology**, v. 69, p. 68-74, 2017.

CAJADO, D. M. **Da pesca artesanal à agricultura familiar: a multifuncionalidade a partir da unidade familiar de produção**. Estudo de caso. 2013. 126 f. Dissertação (mestrado) — Mestrado Acadêmico em Economia Rural (Maer), Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/10104>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

CALAZANS, M. **Agricultura, identidade e território no Sapê do Norte quilombola**. ASPTA, 2019. Disponível em: <<http://aspta.org.br/article/agricultura-identidade-e-territorio-no-sape-do-norte-quilombola/>>. Acesso em: Jan 2022.

_____. Agricultura, identidade e território no Sapê do Norte quilombola. **Agriculturas**, v. 7, n. 1, 2010. Disponível em: <http://aspta.org.br/files/2019/10/Artigo1_Agriculturas_MAR2010_Site.pdf>. Acesso em: fev. 2022.

CALIVIERI, L. Quintais camponeses: usos, gênero e territorialidades. In: COLÓQUIO HABITAT E CIDADANIA: HABITAÇÃO SOCIAL NO CAMPO, II. **Anais...** 2012. Disponível em: <https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2012/trabalhos/sessao_3/sessao_3C/04_Lucia_Cavalieri.pdf>.

CANESQUI, A. M. Olhares antropológicos sobre a alimentação. Comentários sobre os estudos antropológicos da alimentação. In: CANESQUI, A. M.; GARCIA, R. W. D. (Org.). **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/v6rkd/pdf/canesqui-9788575413876-02.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2021.

CARARA, M. L. **Dificuldade de aprendizagem e vulnerabilidade social sob a percepção da comunidade escolar**. Trabalho de Conclusão de Curso (pós-graduação em educação e direitos humanos) — Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão (SC), 2017. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:AIRzRDkgea4J:www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Artigo-Mariane.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 19 fev. 2022.

CARDOSO, E. S. **Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social**. 2001. Tese (doutorado em geografia física) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-14012003-160032/pt-br.php#:~:text=Pescadores%20artesanais%3A%20natureza%2C%20territ%C3%B3rio%2C%20movimento%20social>. Acesso em 22 abr. 2021.

CARLOS, A. F. A. **Lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARMO, F. F.; KAMINO, L. H. Y.; JUNIOR, R. T. et al. Fundão tailings dam failures: the environment tragedy of the largest technological disaster of Brazilian mining in global contest. **Perspectives in Ecology and Conservation**, v. 15, n. 3, p. 145-151, 2017.

CARNEIRO, A. **O povo parente dos Buracos**. Sistema de prosa e mexida de cozinha. Rio de Janeiro: E-Papers, 2015.

CARNEIRO, H. Alimentação e sociedade: significados sociais na história da alimentação. **Questões & Debates**, n. 42, p. 71-80, 2005. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/4640>>.

CARNEIRO, M. J. Pluriatividade no campo: o caso francês. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 11, n. 32, p. 89-105, 1996.

CARTIER, R. et al. Vulnerabilidade social e risco ambiental: uma abordagem metodológica para avaliação de injustiça ambiental. **Cadernos de Saúde Pública** [online], v. 25, n. 12, p. 2695-2704, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-311X2009001200016>>. Acesso em: fev. 2022.

CAVALCANTE, R. V. M.; CHAI, C. G. Análise do direito à autodeterminação das comunidades quilombolas no julgamento da ADI nº 3239/2004 no STF: entre o degredo, o esquecimento e o desconhecimento jurídico. **Revista de Direito Ambiental e Socioambientalismo**, Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 102-123, 2019. Disponível em: <<https://indexlaw.org/index.php/Socioambientalismo/article/view/5028>> . Acesso em: 7 mar. 2022.

CAVALIERI FILHO, S. **Programa de responsabilidade civil**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE (CBH-DOCE). **Site CBH-Doce**. Disponível em: <www.cbhdoce.org.br/institucional/a-bacia>. Acesso em: mar. 2021.

CHAN, K. M. A.; SATTERFIELD, T.; GOLDSTEIN, J. Rethinking ecosystem services to better address and navigate cultural values. **Ecological Economics**, v. 74, p. 8-18, 2012.

CHENG, X. et al. Evaluation of cultural ecosystem services: a review of methods. **Ecosystem Services**, v. 37, p. 100925, 2019.

CHOJNACKA, K.; MIKULEWICZ, M. Bioaccumulation. In: **ENCYCLOPEDIA of toxicology**. Poland, 2014. v. 1. Disponível em: <www.sciencedirect.com/science/article/pii/B9780123864543010393?via%3Dihub>. Acesso em: 6 abr. 2022.

CLAVERO, B. Constitucionalismo y colonialismo en las Américas: el paradigma perdido en la historia constitucional. **Revista de Historia del Derecho**, n. 53, p. 23-39, 2017. Disponível em: <www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1853-17842017000100002>. Acesso em: 6 nov. 2017.

COM RIO COM MAR — Opinião Popular. **Boletim Técnico — Este tsunami nos fez acordar!** set. 2020. Disponível em: <<https://app.box.com/s/wbpg8wkm6qrka1ecpyw37b2d28j5em93>>. Acesso em: 22 abr. 2021.

COTRIM, D.; MIGUEL, L. A. Evolução e diferenciação dos sistemas pesqueiros de Tramandaí RS. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 2008, Porto Alegre. **4º Encontro de economia gaúcha**. Porto Alegre: PUCRS; FEE, 2008. v. 1, p. 1-27.

COMISSÃO PRÓ ÍNDIO DE SÃO PAULO (CPISP). **Regularização**: histórico das regulamentações. Atualizado em 2019. Disponível em: <<https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/regularizacao-historico-regulamentacoes/>>.

COMITÊ INTERFEDERATIVO (CIF). Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial (CTOS). **Nota Técnica nº 40/2019 — CTOS/CIF**, 2020.

_____. **Nota Técnica Intercâmaras — GT Novas Áreas nº 01/2020**. nov. 2020. Disponível em: <www.ibama.gov.br/phocadownload/cif/notas-tecnicas/DCI-Gabin/cif-ct-intercamaras-nt-2020.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2021.

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (CETESB). **Ficha de informação toxicológica de 2012** — atualizada em 2021. Disponível em: <<https://cetesb.sp.gov.br/laboratorios/wp-content/uploads/sites/24/2021/05/Arse%CC%82nio.pdf>>. Acesso em: 9 set. 2021.

CONCEIÇÃO DA BARRA. **Site da Prefeitura Municipal de Conceição da Barra**. s.d. Disponível em: <<https://conceicaodabarra.es.gov.br/>>. Acesso em: 1º mar. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). **Comida de verdade no campo e na cidade**: 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: Caderno de Debates. Brasília: Consea, 2015d.

_____. **Princípios e diretrizes de uma política de segurança alimentar e nutricional**. Brasília: Consea, 2004. Disponível em: <www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca_Alimentar_II/textos_referencia_2_conferencia_seguranca_alimentar.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2021.

_____. **Caderno de debates para a 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)**: Comida de Verdade no Campo e na Cidade. 2015. Disponível em: <www.ipea.gov.br/participacao/images/5cnsan%20caderno%20de%20propostas.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2022.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH). **Caso Fernandez Ortega e outros vs. México**. Sentença de mérito de 30 de agosto de 2010.

_____. **Caso Pueblos Kaliña y Lokono vs. Suriname**. Sentença de mérito de 25 de novembro de 2015.

_____. **Opinião Consultiva nº 24**, 2017.

COSTA FILHO, A. **Quilombos e povos tradicionais**, 2014. Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-COSTA_FILHO_Aderval_Quilombos_e_Povos_Tradicionais.pdf>.

COSTA, P. C.; TUMA, R. L. Cultura, religiosidade, tradição e turismo no norte capixaba: a festa de São Benedito e São Sebastião na vila de Itaúnas, ES. In: PAHIM, Queila da Silva (Org.). **Turismo**: reflexões e desafios. Nova Xavantina: Pantanal, 2021.

COTRIM, D.; MIGUEL, L. A. Evolução e diferenciação dos sistemas pesqueiros de Tramandaí RS. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 4., 2008. Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PUCRS; FEE, 2008. v. 1, p. 1-27.

COTRIM, M. **Pluriatividade**: uma noção aplicável em pescadores artesanais. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 4, 2008, PUCRS, FEE, Porto Alegre.

CRISTIANO, S. C. **Análise dos estudos de impactos socioambientais do rompimento da Barragem de Fundão**: municípios da foz do rio Doce e litoral adjacente. PROJETO 570BRZ3006. Em parceria com Fundação Renova e Unesco, 2020.

CUNHA, S. A. **O litoral e o mar em Presidente Kennedy**: aspectos de uma maritimidade diferenciada no contexto capixaba. 2009. Dissertação (mestrado em geografia) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/9030/1/2009_dis_sacunha.pdf>.

DAMATTA, R. The meal is the message. **Courrier da Unesco**, n. 5, p. 22-23, 1987. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000073108>>. Acesso em: 28 abr. 2022.

DARBRE, P. D. Aluminium and the human breast. **Morphologie**, v. 100, n. 329, p. 65-74, 2016. Disponível em: <www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0162013411002078?via%3Dihub>. Acesso em: 14 out. 2021.

DE ALMEIDA, A. W. B.; PEREIRA, D. D. de B. As populações remanescentes de quilombos — direitos do passado ou garantia para o futuro? In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL AS MINORIAS E O DIREITO, 2001, Brasília. Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários; AJUFE; Fundação Pedro Jorge de Mello e Silva; The British Council. Brasília: CJF, 2003.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESPÍRITO SANTO (DPES). **Relatório preliminar sobre a situação da mulher atingida pelo desastre do rio Doce no estado do Espírito Santo**. Vitória, 2018. Disponível em: <www.defensoria.es.def.br/site/wp-content/uploads/2016/10/Relato%CC%81rio-questao-de-genero-5-de-nov-de-2018-2.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997. v. 5.

DIAS, P. O lugar da fala: conversas entre o ondjango angolano e o jongo brasileiro. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 59, p. 329-368, 2014.

DIEGUES, A. C. **A pesca construindo sociedades**. São Paulo: Nupaub/USP, 2004. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/A%20pesca%20construindo%20sociedades.compressed.pdf>>. Acesso em: 1º mar. 2020.

_____. **O mito da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

DINIZ, J. A. de S. Aspectos simbólicos do caranguejo-uçá: culinária e identidade capixaba. **Sinais: Revista Eletrônica Ciências Sociais**, n. 12, v. 1, p. 101-125, 2012.

ECO DEBATE. **Tragédia de Mariana**: nota técnica da Anvisa recomenda consumo limitado de peixes da bacia do Rio Doce. Disponível em: <www.ecodebate.com.br/2019/06/10/tragedia-de-mariana-nota-tecnica-da-anvisa-recomenda-consumo-limitado-de-peixes-da-bacia-do-rio-doce/>. Acesso em: 6 dez. 2021.

ENARSON, E.; FORDHAM, M. Lines that divide, ties that bind: race, class, and gender in women's flood recovery in the US and UK. **Australian Journal of Emergency Management**, v. 15, n. 4, p. 43-53, 2000.

ESCHER, F.; SCHNEIDER, S.; SCARTON, L. M.; CONTERATO, M. A. Caracterização da pluriatividade e dos plurirrendimentos da agricultura brasileira a partir do Censo Agropecuário 2006. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 52, n. 4, p. 643-668, out./dez. 2014. Disponível em: <www.scielo.br/j/resr/a/zDDK4zsbcFyYnKGHgBt8Mnr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: mar. 2022.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (SEAG). **Governo do estado defende que 41 espécies sejam liberadas para pesca**. Site institucional, 2020. Disponível em: <www.es.gov.br/Noticia/governo-do-estado-defende-que-41-especies-sejam-liberadas-para-pesca>. Acesso em: 20 set. 2020.

FABRINO et al. Turismo de base comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 172-190, 2016.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). The world's mangrove 1980-2005. **FAO Forestry Paper**, n. 153, 2007.

FERNANDES, J. L. J. Implantação de projetos de desenvolvimento, desterritorialização e vulnerabilidade das populações: o caso da construção de barragens. In: **Cuarto Encuentro Internacional sobre Pobreza, Convergencia y Desarrollo**, Eumed.Net, 2008, Universidad de Málaga, Espanha.

FERNANDES, J. M. **Pesca camaroneira e conhecimento ecológico local dos pescadores artesanais de camarão na costa central do Brasil: implicações conservacionistas**. 182 p. 2018. Tese (doutorado em oceanografia ambiental) — Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

FERNANDES, M. M. S. **Comunidades de pescadores artesanais de Meleiras e Barreiras, Conceição da Barra — ES: inserção dos territórios tradicionais na dinâmica econômica capixaba**. 198f. Dissertação (mestrado em geografia humana) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FERREIRA, S. R. B. **Campesinidade negra no Sapê Do Norte-ES: diversidade de saberes e pertencimento ao território**. 2017. Disponível em: <www.academia.edu/27508681/CAMPESINIDADE_NEGRA_NO_SAP%C3%8A_DO_NORTE_ES_DIVERSIDADE_DE_SABERES_E_PERTENCIMENTO_AO_TERRIT%C3%93RIO>. Acesso em: 23 abr. 2022.

_____. **Donos do lugar: a territorialidade quilombola do Sapê do Norte — ES**. 2009. Tese (doutorado em geografia) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

_____. Marcas da colonialidade do poder no conflito entre a mineradora Samarco, os povos originários e comunidades tradicionais do Rio Doce. In: MILANEZ, B.; LOZEKANN, C. (Org.). **Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

_____. Planície costeira do rio Doce, seus povos e comunidades tradicionais: modos de vida, identidade, territorialidade e resistência. In: **COMUNIDADE participativa: uma paisagem, um ambiente, um lugar, um território cultural. Planície Costeira do Rio Doce na perspectiva da Educação Ambiental Crítica.** São Mateus/ES, 2020.

_____. Quilombolas no Sapê do Norte-ES: a territorialidade revivida pela memória. In: **Anais do Seminário Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais.** Vitória: Ufes, 2011. v. 1, n. 1. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/snpgcs/article/view/1479>>. Acesso em: 22 abr. 2021.

FILHO, C. F. M. de S.; PRIOSTE, F. Quilombos no Brasil e direitos socioambientais na América Latina. **Rev. Direito e Práxis**, v. 8, n. 4, p.2903-2926, 2017.

FOPPA, C. C.; MOURA, G.; ISAGUIRRE, K. R. As dimensões sociais e humanas na zona costeira: uma perspectiva sistêmica socioambientalista. In: **FRONTEIRAS do conhecimento em ciências do mar.** Rio Grande: Editora da FURG, 2020. p. 322-347.

FREITAS, M. do C. S. de; PENA, P. G. L. Segurança alimentar e nutricional: a produção do conhecimento com ênfase nos aspectos da cultura. **Revista de Nutrição**, v. 20, n. 1, p. 69-81, 2007. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rn/v20n1/a08v20n1.pdf>. Acesso em: 6 out. 2020.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Certidões expedidas às comunidades remanescentes de quilombos (crqs) atualizada até a portaria nº 104/2016**, publicada no DOU de 20/05/2016. Disponível em: <www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/COMUNIDADES-CERTIFICADAS.pdf>. Acesso em: 4 maio 2022.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). **Matriz Indenizatória Territorial para os Municípios de Belo Oriente, Bugre, Fernandes Tourinho, Iapu, Ipaba, Ipatinga, Naque, Periquito, Santana do Paraíso e Sobrália, no Médio Rio Doce.** Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2022.

_____. **Racismo e o Processo de Remediação do Desastre da Barragem de Fundão.** Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2021.

_____. **Matriz Indenizatória Geral para o Desastre da Barragem de Fundão: Parâmetros para Danos Relacionados à Renda e Saúde.** Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2021h.

_____. **A Situação das Mulheres Atingidas pelo Desastre do Rio Doce a partir dos Dados da Ouvidoria da Fundação Renova.** Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2019a. Disponível em: <www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/fgv/fgv_a-situacao-das-mulheres-atingidas-pelo-desastre-do-rio-doce-a-partir-dos-dados-da-ouvidoria-da-fundacao-renova>.

_____. **A Violência Doméstica contra as Mulheres Atingidas pelo Rompimento da Barragem de Fundão.** Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2021a. Disponível em: <www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/fgv/fgv_a-violencia-domestica-contra-as-mulheres-atingidas-pelo-rompimento-da-barragem-de-fundapso.pdf>.

_____. **Análise da Decisão Emitida no Eixo Prioritário no 7 (“Cadastro e Indenizações”)** que Define a Matriz de Danos Referente ao Município de Baixo Guandu (ES). Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2020a. Disponível em: <www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/fgv/fgv_opinio-technica-analise-da-decisao-de-baixo-guandu.pdf>.

_____. **Análise das Matrizes de Danos no Contexto da Reparação do Desastre do Rio Doce.** Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2019b. Disponível em: <www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/fgv/fgv_analise-das-matrizes-de-danos-no-contexto-da-reparacao-do-desastre-do-rio-doce.pdf>.

_____. **Análise de Agravos Notificados às Bases do DATASUS — Parte 1.** Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2019c. Disponível em: <www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/fgv/fgv_analise-de-agravos-notificados-as-bases-do-datasus-parte-1>. Acesso em: 7 fev. 2022.

_____. **Análise de Agravos Notificados às Bases do DATASUS — Parte 2.** Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2019d. Disponível em: <www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/fgv/FGV_Analise%20de%20Agravos%20Notificados%20as%20Bases%20do%20DATASUS%20-%20Parte%202%20.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2022.

_____. **Análise do Cadastro Socioeconômico.** Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2019e. Disponível em: <www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/fgv/fgv_analise-do-cadastro-socioeconomico>.

_____. **Análise do Escopo e da Implementação do Projeto-Piloto Pescador de Fato para o Reconhecimento do Pescador Profissional Artesanal.** Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2020b. Disponível em: <www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/fgv/fgv_nota-technica_projeto-piloto-pescador-de-fato.pdf>.

_____. **Auxílio Financeiro Emergencial (AFE) pela Fundação Renova aos Atingidos do Alto Rio Doce:** Municípios de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Ponte Nova, Distrito de Xopotó. Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2020c. Disponível em: <www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/fgv/fgv_nota-technica-auxilio-financeiro-emergencial-negativa-tradicionais.pdf>.

_____. **Contribuições para a Discussão sobre a Judicialização da Frente sobre Impactos à Saúde dos Atingidos pelo Rompimento da Barragem do Fundão.** Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2020g. Disponível em: <www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/fgv/fgv_opinio-technica_contribuicoes-dicusssoes-judicializaassapso-frente-saaode.pdf>.

_____. **Diagnóstico de Saúde para os Municípios Atingidos pelo Rompimento da Barragem de Fundão. Análise de Dados dos Sistemas de Informação em Saúde do DATASUS: SIA e SINAN — Volume 1.** Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2021.

_____. **Diagnóstico de Saúde para os Municípios Atingidos pelo Rompimento da Barragem de Fundão. Análise de Dados dos Sistemas de Informação em Saúde do DATASUS: SIH e SIM — Volume 2.** Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2021a.

_____. **Diagnóstico em Saúde dos Municípios Atingidos pelo Rompimento da Barragem de Fundão, Mariana (MG), em 5 de Novembro de 2015: Estimativa de Anos de Vida Perdidos por Incapacitação.** Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2021g.

_____. **Impactos do Rompimento da Barragem de Fundão sobre a Renda Agregada nos Estados e Sub-Regiões de Minas Gerais e Espírito Santo.** Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2020i.

_____. **Matriz Indenizatória Territorial para os Municípios de Bom Jesus do Galho, Caratinga, Córrego Novo, Dionísio, Marliéria, Pingo d'Água, São Domingos do Prata, São José do Goiabal, São Pedro dos Ferros, Sem Peixe, Raul Soares, Rio Casca e Timóteo, no Alto Rio Doce.** Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2021o.

_____. **Matriz Indenizatória Territorial para os municípios de Tumiritinga, Galiléia, Conselheiro Pena, Resplendor, Itueta e Aimorés, no Médio Rio Doce.** Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2021i.

_____. **O Rompimento da Barragem de Fundão na Perspectiva da Administração Pública Municipal: Uma Análise Qualitativa a partir de Estudos de Caso em Barra Longa (MG), Resplendor (MG) e Linhares (ES).** Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2020j. Disponível em: <www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/fgv/fgv_relatorio-tecnico_o-rompimento-da-barragem-de-fundao-na-perspectiva-da-administracao-publica-municipal.pdf>.

_____. **Parâmetros e Subsídios para a Reparação dos Danos Socioeconômicos nos Territórios de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Chopotó.** Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2020m. Disponível em: <www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/fgv/rosa-fortini-parametros-e-subsidios-para-a-reparacao-dos-danos-socioeconomicos_parte-1.pdf>.

_____. **Parâmetros e Subsídios para a Reparação dos Danos Socioeconômicos dos Povos Tupiniquim e Guarani em Aracruz (ES).** Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2020l. Disponível em: <www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/fgv/tupiniquim-e-guarani_parte-1.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2022.

_____. **Parâmetros e Subsídios para a Reparação dos Danos Socioeconômicos na Cadeia da Pesca do Camarão na Praia do Suá em Vitória (ES).** Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2020k. Disponível em: <www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/fgv/camaroeiros_parte-1.pdf>.

_____. **Parâmetros e Subsídios para a Reparação dos Danos Socioeconômicos nos Territórios de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Chopotó.** Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2020m, p.682. Disponível em: <www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/fgv/rosa-fortini-parametros-e-subsidios-para-a-reparacao-dos-danos-socioeconomicos_parte-4.pdf/view>.

_____. **Parâmetros Internacionais para Aferição de Danos à Saúde na Ocorrência de Desastres.** Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2019i. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/fgv/fgv_parametros-internacionais-para-afericao-de-danos-a-saude-na-ocorrencia-de-desastres.pdf>

_____. **Parâmetros para a Reparação do Direito à Moradia no Contexto do Rompimento da Barragem de Fundão.** Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2019j. Disponível em: <www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/fgv/fgv_parametros-para-a-reparacao-do-direito-a-moradia-no-contexto-do-rompimento-da-barragem-de-fundao.pdf>. Acesso em: fev. 2022.

_____. **Região Estuarina, Costeira e Marinha do Espírito Santo:** Reconhecimento, Responsabilidade e Danos Socioeconômicos Decorrentes do Desastre da Samarco. Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2021d. Disponível em: <www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/fgv/fgv_regiao-estuarina-costeira-e-marinha-do-espirito-santo-reconhecimento-responsabilidade-e-danos-socioeconomicos-decorrentes-do-desastre-da-samarco.pdf>.

_____. **Reparação Individual nos Territórios de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Chopotó:** Uma Análise do Desenho, Procedimentos e da Cobertura do Cadastro, do Programa de Indenização Mediada e do Auxílio Financeiro Emergencial da Fundação Renova. Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2020n. Disponível em: <www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/fgv/rosa-fortini-cadastro-afe-pim.pdf>.

FUNDAÇÃO RENOVA. **A Fundação.** Disponível em: <www.fundacaorenova.org/a-fundacao/>. Acesso em: 16 fev. 2022.

_____. **Conheça os programas.** Disponível em: <www.fundacaorenova.org/conheca-os-programas/>. Acesso em: 16 fev. 2022.

_____. **Indenizações.** Disponível em: <www.fundacaorenova.org/indenizacoes/>. Acesso em: 10 dez. 2021.

_____. **PG2 — Ressarcimento e Indenização dos Impactados.** Disponível em: <www.fundacaorenova.org/programa/ressarcimento-e-indenizacao-dos-impactados/>. Acesso em: 7 fev. 2022.

_____. **Programa de Proteção e Recuperação da qualidade de vida de outros Povos e Comunidades Tradicionais — PG4.** Definição do Programa. v. 3. ref. a nov. 2018.

_____. **Sistema indenizatório simplificado avança com pagamentos em todas as 28 localidades com sentença.** 24/08/2021. Disponível em: <www.fundacaorenova.org/noticia/sistema-indenizatorio-simplificado-avanca-com-pagamentos-em-todas-as-28-localidades-com-sentenca/>. Acesso em: 16 fev. 2022.

_____. **Vila de Regência terá melhoria no abastecimento de água.** s.d. Disponível em: <www.fundacaorenova.org/release/vila-de-regencia-tera-melhoria-no-abastecimento-de-agua/>. Acesso em: 2 fev. 2022.

_____; FUTURA. **Diagnóstico do turismo, cultura, esporte e lazer** — Linhares. jan. 2017.

_____; SYNERGIA Consultoria Urbana e Social. **Pesquisa Qualitativa**, 2017.

FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS (FBDH). **Programa Rio Doce:** escolha de Assessoria Técnica para o Território 16. São Mateus e Conceição da Barra (ES), 2019c.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Aquisição de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar.** s.d. Disponível em: <www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-eixos-de-atuacao/pnae-agricultura-familiar>. Acesso em: 20 jan. 2022.

FUTURA. **Diagnóstico do turismo, cultura, esporte e lazer** — Linhares. jan. 2017.

GABRIEL, F.Â.; HAUSER-DAVIS, R. A.; SOARES, L.; MAZZUCO, A. C. A.; ROCHA, R. C. C.; SAINT-PIERRE, T. D.; SAGGIORO, E.; CORREIA, F. V.; FERREIRA, T. O.; BERNARDINO, A. F. 2020. Contamination and oxidative stress biomarkers in estuarine fish following a mine tailing disaster. **PeerJ** 8:e10266 DOI 10.7717/peerj.10266. Disponível em: <file:///C:/Users/adriana.fraga/Downloads/peerj-10266.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2022

GABRIEL, F. A. et al. **Biomarcadores de contaminação e estresse oxidativo em peixes estuarinos após um desastre de rejeitos de mina**. PeerJ, 2020.

GALANTE, Rafael B. F. **Da cupópia da cuíca**: a diáspora dos tambores centro-africanos de fricção e a formação das musicalidades do Atlântico Negro. São Paulo, 2015.

GASPERAZZO, M. V. **Aldeia temática**: projetos e experiências de etnoturismo entre os Guaranis. 2017. Dissertação (mestrado) — Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES, 2017.

GEARHART, S. et al. The Impact of natural disasters on domestic violence: an analysis of reports of simple assault in Florida (1999-2007). **Violence and Gender**, v. 5, n. 2, p. 87-92, 2018.

GRISA, C.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A “produção invisível” na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar a políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria**, v. 16, n. 31, p. 65-79, 2010.

_____; SCHNEIDER, S. “Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, v. 46, n. 2, 2008.

GUERRA, P.; MARQUES, Kadma R. Culturas alimentares: identidades, trânsitos e metamorfoses. **O Público e o Privado**, n. 32, p. 15-38, 2018.

HADAD, L.; SURFGURU, Equipe. **O surf e a regeneração na vila mágica de Regência**. 2020. Disponível em: <<https://surfguru.com.br/conteudo/o-surf-e-a-regeneracao-na-vila-magica-de-regencia-2020-11-20-12136.html>>. Acesso em: 2 fev. 2022.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. Do fim dos territórios à multiterritorialidade. Bertrand Brasil, 2004.

HAMPÂTÉ BÂ. **A tradição viva**. História geral da África I. Metogologia e pré-história da África. Ed. J. Ki-Zerbo; Unesco, 2010.

HERKENHOLF & PRATES TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO (H&P). **Estudo do componente quilombola da Comunidade Remanescente de Quilombo do Degredo**, 2018. Disponível em: <www.asperqd.org.br/wp-content/uploads/2021/03/ECQ_Degredo.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2021.

HINO, K. et al. Iron and liver cancer: an inseparable connection. **The FEBS Journal**, 10.1111/febs.16208, 20 set. 2021. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34543507/>>. Acesso em: 17 dez. 2021.

HOLTZMAN, J. Food and memory. **Annu. Rev. Anthropol.** 35, p. 361–378, 2006.

HUACO PALOMINO, M. A. **Los trabajos preparatórios del convênio nº 169 sobre pueblos indígenas y tribales em países independentes**. Lima: Fundación Konrad Adenauer (KAS); Director Programa Regional de Participación Política Indígena, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br>>.

_____. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**, Vol. XXII. Rio de Janeiro, 1958.

_____. **Site IBGE cidades**. 2021a. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: mar. 2021.

_____. **Site IBGE**. 2021b. Disponível em: <www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=resultados>. Acesso em: mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **Lauda Técnico Preliminar: impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais, Brasil**. 2015.

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (INCAPER). **Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural — Proater — 2020-2023: Fundão**. 2020.

_____. **Site Incaper**. 2022. Disponível em: <<https://incaper.es.gov.br/maricultura#:~:text=A%20maricultura%20%C3%A9%20a%20produ%C3%A7%C3%A3o,pilotos%20em%20Aracruz%20e%20Guarapar>>. Acesso em: 8 fev. 2022.

_____. **Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Proater) — 2020-2023: Linhares**, 2020c.

_____. **Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Proater) — 2020-2023: Conceição da Barra**, 2020a.

_____. **Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Proater) — 2020-2023: São Mateus**, 2020b.

_____. **Aroeira: tradição e geração de renda em comunidades rurais capixabas**. S/d. Disponível em: <<https://incaper.es.gov.br/Not%C3%ADcia/aroeira-tradicao-e-geracao-de-renda-em-comunidades-rurais-capixabas>>. Acesso em: 4 jan. 2022.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Avaliação do impacto da lama/pluma Samarco sobre os ambientes costeiros e marinhos (ES e BA) com ênfase nas Unidades de Conservação**. ICMBio: Brasília, 2016. Disponível em: <www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/DCOM_relatorio_revisado_atualizado_29_04_2016_AB.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2022.

_____. **Gestão Integrada Área de Proteção Ambiental Costa das Algas e Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz**. 2022. Disponível em: <www.icmbio.gov.br/apacostadasalgas/quem-somos.html>.

_____. **Monitoramento da pluma de sedimentos provenientes da Barragem de Fundão.** Nota técnica no 03/2017 Vitória- ES/Tamar/ICMBio/, Estado do Espírito Santo e Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos — IEMA. Medidas preventivas e mitigatórias dos efeitos do rompimento da barragem de Fundão, homologado em 22 de fevereiro de 2016, v. 2017, Instituto de Conservação da Biodiversidade, Minas Gerais, 2017.

_____. **Nota Técnica nº 23/2017/TAMAR/Vitoria/ES:** Monitoramento da Pluma de Sedimentos Proveniente da Barragem de Fundão. 2017. Disponível em: <www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/Rio_Doce/nota_tecnica_23_2017_Tamar_ICMBio_monitoramento_pluma.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2022.

_____. **Site do ICMBio.** Gestão Integrada Área de Proteção Ambiental Costa das Algas e Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz. 2022. Disponível em: <www.icmbio.gov.br/apacostadasalgas/quem-somos.html>.

INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (IEMA). **Parque Estadual de Itaúnas.** Disponível em: <<https://iema.es.gov.br/pei>>. Acesso em: 1º mar. 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Dicionário do Patrimônio Cultural:** Lugares. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/30/lugares>>. Acesso em: 10 out. 2021.

_____. **Educação Patrimonial:** inventários participativos: manual de aplicação. Brasília-DF: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2016.

_____. **Livro de registro dos lugares,** s.d. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/122>>. Acesso em: 6 ago. 2021.

_____. **Livros de registro.** IPHAN, s.d. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/122>>. Acesso em: 30 set. 2021.

_____. Portal do IPHAN. **Patrimônio Imaterial.** s.d. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/632>>.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). **Análise do Mercado de Trabalho do Espírito Santo** — Censo Demográfico 2010. Nota Técnica 34. 2012. Disponível em: <www.ijsn.es.gov.br/component/attachments/download/1737>. Acesso em: 8 fev. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Instrução Normativa nº 16,** de 24 de março de 2004. DOU nº 78, de 26.4.2004, seção 1, p. 64. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. 2004. Disponível em: <https://antigo.incra.gov.br/media/docs/legislacao/instrucao-normativa/in_16_2004.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

_____. **Regularização de Território Quilombola.** 2017. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas — DFQ. Disponível em: <www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/perguntas_respostas.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Mitos e cosmologia**, 2018. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Mitos_e_cosmologia>. Acesso em: 15 abr. 2022.

INSTITUTOS LACTEC. **Diagnóstico socioambiental dos danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão na bacia do rio Doce e região costeira adjacente**. Tomo V — Patrimônio Cultural: Bens Imateriais Diagnóstico de Danos. 2020. 484p.

_____. **Diagnóstico Socioambiental dos Danos Decorrentes do Rompimento da Barragem de Fundão na Bacia do Rio Doce e Região Costeira Adjacente**. TOMO I — Contextualização. 2021a. Disponível em: <www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/relatorios-lactec/2021/tomo-i>.

_____. **Diagnóstico Socioambiental dos Danos Decorrentes do Rompimento da Barragem de Fundão na Bacia do Rio Doce e Região Costeira Adjacente**. TOMO IV — Zona Costeira e Marinha. 2021b. Disponível em: <www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/relatorios-lactec/2021/tomo-iv-zona-costeira-e-marinha>.

_____. **Diagnóstico socioambiental dos danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão na bacia do rio Doce e região costeira adjacente**. 3º Relatório Parcial de Resultados: Cheia de 2020. Curitiba: Lactec, 2020. Disponível em: <www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/relatorios-lactec/terceiro-relatorio-parcial-de-resultados_cheia-de-2020_reduzido.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2022.

_____. **Diagnóstico socioambiental dos danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão na bacia do rio Doce e região costeira adjacente**. Acompanhamento de danos. Tomo III — Ambiente Terrestre e Atmosfera. Curitiba: Lactec, 2020a. Disponível em: <www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/relatorios-lactec/2021/tomo-iii/ambiente-terrestre-e-atmosfera>.

_____. **Parecer técnico nº 25**. Parecer sobre a qualidade da água bruta e da água para o consumo humano. 2019. Disponível em: <www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/relatorios-lactec/lactec_parecer-tecnico-n25_avaliacao-da-agua-bruta-e-da-agua-para-o-consumo-humano.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2022.

_____. **Parecer técnico nº 24**. Parecer técnico sobre contaminação e comprometimento dos estoques pesqueiros, em decorrência de alterações nas comunidades dos peixes capturados ao longo da extensão continental, na foz e região marinha adjacente do rio Doce, após a passagem da onda de lama proveniente do rompimento da barragem de Fundão em Mariana — MG. Institutos Lactec, 2019a. Disponível em: <www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/relatorios-lactec/lactec_parecer-tecnico-n24_contaminacao-do-pescado-e-alteracoes-das-comunidades-ictiofaunistic/view>. Acesso em: 5 abr. 2022.

_____. **Qualificação e Quantificação de Elementos Potencialmente Tóxicos (metais e semimetais) em Pescado proveniente da área de proibição de pesca**. Curitiba: Institutos Lactec, nov. 2019b.

_____. **Relatório parcial de resultados: cheias de 2020**. Curitiba: Institutos Lactec, set. 2020x. Disponível em: <www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/relatorios-lactec/terceiro-relatorio-parcial-de->. Acesso em: 1o abr. 2022.

INTERNATIONAL AGENCY FOR RESEARCH ON CANCER (IARC). Monographs on the evaluation of carcinogenic risks to humans. Arsenic, metals, fibres, and dusts. Volume 100 C. **A review of human carcinogens**, 2012.

JACOBS, S. et al. The means determine the end — pursuing integrated valuation in practice. **Ecosystem Services**, v. 29, p. 515-528, 2018.

JUNQUEIRA DE AZEVEDO, A. Por uma nova categoria de dano na responsabilidade civil: o dano social. **Revista Trimestral de Direito Civil**, v. 5, n. 19, p. 211-218, 2004.

KAIRÓS DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Plano de ações integradas da foz do Rio Doce**, 25 nov. 2019.

KAMPION, D.; BROWN, B. **Stoked**: uma história da cultura do surfe. Köln: General publishing group, 1998.

KEHL, M. R. O ressentimento camuflado da sociedade brasileira. **Novos Estudos**, v. 71, p. 163-180, mar. 2005.

KENTER, J. O. et al. Shared values and deliberative valuation: future directions. **Ecosystem Services**, v. 21, p. 358-371, 2016.

KLEINMAN, A.; DAS, Veena; LOCK, Margaret (Ed.). **Social suffering**, 1997.

KNOX; TRIGUEIRO. A pesca artesanal, conflitos e novas configurações. **Redd — Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v. 8, n. 1-2, 2014.

LABORATÓRIO DE ESTUDOS DO MOVIMENTO MIGRATÓRIO (LEMM); LABORATÓRIO DE ESTUDOS DE IDENTIDADES E TECNOCiência (LEIDETEC); GRUPO INDEPENDENTE PARA AVALIAÇÃO DO IMPACTO AMBIENTAL (GIAIA). **Ribeirinhos do baixo rio Doce** — relatório preliminar. jan./jul. 2016. Mimeografado.

LEONARDO, F. et al. **Rompimento da barragem de Fundão (Samarco/Vale/BHP Billiton) e os efeitos do desastre na foz do Rio Doce, distritos de Regência e Povoação, Linhares (ES)**. Relatório de pesquisa. Geppedes, 2017.

LIMA DA SILVA, L. A. **Consulta prévia e livre determinação dos povos indígenas e tribais na América Latina**: re-existir para co-existir. 2017. Tese (doutorado em direito socioambiental e sustentabilidade) — Programa de Pós-Graduação em Direito, Escola de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2017.

LIMA, L. C. **Os crimes ambientais no município de Serra/Es**: ações e contradições dos agentes envolvidos. Dissertação (mestrado em geografia) — Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo. 2017. 152 p. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/9342/1/tese_11439_LuizClaudio.pdf>. Acesso em: jan. 2022.

LIMA, R. de S.; NETO, J. A. F.; FARIAS, R. de C. P. Alimentação, comida e cultura: o exercício da comensalidade. **Demetra**, v. 10, n. 3, p. 507-522, 2015.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: DAN/UnB, 2002. (Série Antropologia, n. 322).

LOMBARDI et al. Soberania alimentar e populações tradicionais e indígenas no Brasil: conexões, sobreposições, relações. In: **CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN DE ESTUDIOS LATINOAMERICANOS, 2018**, Barcelona. Disponível em: <www.researchgate.net/publication/328364553_Soberania_alimentar_e_populacoes_tradicionalis_e_indigenas_no_Brasil_conexoes_sobreposicoes_relacoes>. Acesso em: 13 abr. 2022.

LONDE, L. R. et al. Impactos de desastres socioambientais em saúde pública: estudos dos casos dos estados de Santa Catarina em 2008 e Pernambuco em 2010. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 32, n. 3, p. 537-562, 2015. Disponível em: <www.scielo.br/j/rbepop/a/qG7mYgZ43vKVcRL6GxvWjJq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 dez. 2021.

LOPES, G. I.; OLIVEIRA, G. R.; RAMOS, M. F. **Perfil do consumo de peixes pela população brasileira**. Biota, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18561/2179-5746/biotaamazonia.v6n2p62-65>>. Acesso em: 4 fev. 2022.

LOPES, R. C. O terceiro verso da modernidade: o inexistente conceito de tradição e o conceito de tradição modernizada a partir da sociologia da moral. **Reia — Revista de Estudos e Investigações Antropológicas**, ano 3, v. 3, 2016.

MACHADO DE FREITAS, C.; BARCELLOS, C.; HELLER, L.; LUZ, Z. M. P. da. Mining dam disasters: lessons from the past for reducing current and future risks. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, 28(1), e20180120. Epub April 8, 2019.

MACHADO, F. V.; WERONIKA, M.; AMARAL, D. Desastre da Samarco e políticas de saúde no Espírito Santo: ações aquém do SUS? **Saúde Debate**, n. 44, n. esp. 2, p. 145-158, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-11042020E210>>. Acesso em: 12 dez. 2021.

MACIEL, M. E. Cultura e alimentação ou o que têm a ver os macaquinhos de Koshima com Brillat-Savarin?. **Horizontes Antropológicos**, n. 16, p. 145-156, 2001. Disponível em: <www.scielo.br/j/ha/a/vYBC6SP9JWmmGgvNCXNqQRr/?lang=pt>.

_____. Olhares antropológicos sobre a alimentação. Identidade Cultural e Alimentação. In: CANESQUI, A. M.; GARCIA, R.W.D. (Org.). **Antropologia e nutrição: um diálogo possível** [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

MAGALHAES, K. A. et. al. A habitação como determinante social da saúde: percepções e condições de vida de famílias cadastradas no programa Bolsa Família. **Saúde e Sociedade** [online], v. 22, n. 1, p. 57-72. 2013. Disponível em: <www.scielo.br/j/sausoc/a/Bbym7vDZLfm6gtMRBLnJYNv/?lang=pt>. Acesso em: 12 dez. 2021.

MAGALHÃES, S. B. **Lamento e dor: uma análise socioantropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens**. 2007 Tese (doutorado em ciências sociais) — Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

MAGNANI, J. G. C. **O lazer na cidade**. Texto apresentado ao Condephaat para fundamentar o processo de tombamento do Parque do Povo. São Paulo, 1994. Disponível em: <<https://nau.fflch.usp.br/files/upload/paginas/lazernacidade.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2021.

MALUF, R. S.; LUZ, R. F. de. **Sistemas alimentares descentralizados**: um enfoque de abastecimento na perspectiva da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Texto de conjuntura no. 19). Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura — Oppa, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://oppa.net.br/acervo/textos-fao-nead-gpac/Texto%20de%20conjuntura%2019%20-%20Renato%20MALUF%20--%20Lidiane%20DA%20LUZ.pdf>>. Acesso em: 2 maio 2022.

MALUF, R. S. Segurança alimentar e nutricional com valorização da cultura alimentar. In: MIRANDA, Danilo Santos; CORNELLI, Gabriele. **Cultura e alimentação**: saberes alimentares e sabores culturais. Editora Sesc, 2007. p. 146, 147. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1306701/mod_resource/content/1/Maluf.jpeg.pdf>.

MARACCI, M. T. Desvios e represamento de rios: irregularidades e os abusos. In: GOMES, H.; OVERBEEK, W.; BONILHA, P. (Ed.). **Aracruz Credo**: 40 anos de violações e resistência no ES. Rede Alerta Contra o Deserto Verde, 2011. p. 92-93.

MARÉS DE SOUZA FILHO, C. F.; UYETAQUE, N. S.; CHICO, H. Ubuntu: uma filosofia alternativa à crise ambiental. **Rev. Faculdade de Direito**, v. 45, 2021. Disponível em: <www.revistas.ufg.br/revfd/article/download/68014/37903>.

MARQUES, P. E. M. Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes. **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 17, n. 2, p. 78-87, 2010.

MARTINS, J. S.; MOLINA, S. M. G. Turismo e a emergência de novas territorialidades: o caso de Itaúnas-ES. **Revista Iluinuras**: publicação eletrônica do Banco de Imagens e Efeitos Visuais (Biev/LAS/PPGAS/IFCH/UFRGS), v. 9, n. 22, 2008.

MARTINS, Q. da. S. **A relação saúde-doença entre mulheres pescadoras artesanais de São Mateus**, ES. 2015. Dissertação (mestrado em políticas públicas e desenvolvimento local) — Escola Superior de Ciências, Santa Casa de Misericórdia, Vitória, 2015.

MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A. **O espaço da diferença**. Campinas-SP: Papius, 2000.

MAUSS, M. Essai sur le don. In: _____. **Sociologie et antropologie**. 7. ed. Paris: PUF, 1950 [1924].

MERLO, P. Repensando a tradição: a moqueca capixaba e a construção da identidade local. **Interseções**, v. 13 n. 1, p. 26-39, 2011. Disponível em: <www.epublicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/article/view/4603/3402>. Acesso em: 5 out. 2020.

MILLAN, M. **Interculturalidad**: concepto de intercambio y reciprocidad da os pueblos originarios. Convesatorio sobre politicas globales y efectos locales. Lima, Peru: Universidad de San Marcos, 12 jul. 2004.

MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT (MEA). **Ecosystems and human well being**: synthesis. Washington DC: s.n., 2005.

MINAS GERAIS. **Decreto Estadual nº 46.892/2015**. Relatório: Avaliação dos efeitos e desdobramentos do rompimento da Barragem de Fundão em Mariana-MG, fev. 2016. Disponível em: <www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/denuncia-samarco>. Acesso em: 22 mar. 2022.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). **Consumo e tipos de peixe no Brasil**. s.d. Disponível em: <www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/aquicultura-e-pesca/rede-do-pescado/consumo-e-tipos-de-peixes-no-brasil>. Acesso em: 4 fev. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução nº 08 de 20 de novembro de 2012 do Conselho Nacional de Educação (CNE)**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECEBN82012.pdf>. Acesso em: fev. 2022.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA (MPA). **Instrução Normativa nº 6**, de 29 de junho de 2012. Dispõe sobre os procedimentos administrativos para a inscrição de pessoas físicas no Registro Geral da Atividade Pesqueira na categoria de Pescador Profissional no âmbito do MPA. Disponível em: <www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&force=1&legislacao=128965#:~:text=Ementa%3A,Profissional%20no%20%C3%A2mbito%20do%20MPA>. Acesso em: 22 mar. 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria nº 204**, de 17 de fevereiro de 2016. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2016/prt0204_17_02_2016.html>. Acesso em: 4 abr. 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). **MPF obtém decisão que proíbe pesca na foz do rio Doce por conta da lama da Samarco**, 2016. Disponível em: <www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/mpf-obtem-decisao-que-proibepesca-na-foz-do-rio-doce-por-conta-da-lama-da-samarco>. Acesso em: 25 ago. 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). **O desastre**. s.d. Disponível em: <www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/o-desastre>. Acesso em: 11 mar. 2022.

MOREIRA, V. A guerra contra os índios botocudos e a formação de quilombos no Espírito Santo. **Afro-Ásia**, s.l., n. 41, 2010. DOI: 10.9771/aa.v0i41.21198. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21198/13783>>. Acesso em: 13 jan. 2022.

MUNIZ, D. H. F.; OLIVEIRA-FILHO, E. C. Metais pesados provenientes de rejeitos de mineração e seus efeitos sobre a saúde e o meio ambiente. **Universitas: Ciências da Saúde**, v. 4, n. 1/2, p. 83-100, 2006.

MUNIZ, L. P. **A autodeterminação quilombola na suprema corte brasileira**: uma análise do processo judicial da ação direta de inconstitucionalidade nº 3.239. 2018. Tese (doutorado) — Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2018.

MURRIETA, R. S. N. A dialética do sabor: alimentação, ecologia e vida cotidiana em comunidades ribeirinhas da Ilha de Ituqui, Baixo Amazonas, Pará. **Rev. Antropol.**, v. 44, n. 2, 2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-77012001000200002>. <https://www.scielo.br/j/ra/a/pFCKfQx6673D4JjjRJKm56D/?lang=pt>>. Acesso em: 17 dez. 2021.

NABARRO, S. A. **Modo de vida e campesinato no capitalismo**: contribuições, limites e a construção de um entendimento do campesinato como modo de vida. 2014. Tese (doutorado em geografia humana) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

NASCIMENTO, F. B.; SCIFONI, S. Memória e esquecimento: o patrimônio cultural dos trabalhadores paulistas. In: **COLÓQUIO LATINO-AMERICANO SOBRE RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL**, VI, 2012.

NAVRUD, S.; STRAND, J. Valuing global ecosystem services: what do European experts say? Applying the Delphi Method to Contingent Valuation of the Amazon rainforest. **Environmental and Resource Economics**, v. 70, n. 1, p. 249-269, 2018.

NEEPES/ENSP/FIOCRUZ index.php/afroasia/article/view/21198/13783. **Site mapa de conflitos — injustiça ambiental e saúde no Brasil**. Disponível em: <<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/es-quilombo-de-sape-do-norte-reduzidos-a-10-em-pessoas-e-territorio-continuam-na-luta-pela-titulacao-de-suas-terras/>>. Acesso em: jan. 2022.

NEPOMUCENO et al. A esportivização do surfe: reflexões a luz de Pierre Bourdieu. **Motrivivência**, v. 32, n. 62, p. 1-17, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2020e63230/43407>>. Acesso em: 1º fev. 2022.

NEPOMUCENO, L. B. Em busca de emoção, equilíbrio e tranquilidade: estudo qualitativo sobre a relação entre surfe e saúde. In: _____ (Org.). **Psicologia do esporte e surfe aspectos socioculturais e psicológicos**. Curitiba: CRV, 2021. 214 p. Disponível em: <www.researchgate.net/profile/Leo-Nepomuceno/publication/349231443_PSICOLOGIA_DO_ESPORTE_E_SURFE_aspectos_socioculturais_e_psicologicos/links/6042b308299bf1e0785aedc1/PSICOLOGIA-DO-ESPORTE-E-SURFE-aspectos-socioculturais-e-psicologicos.pdf>. Acesso em: 1º fev. 2022.

NETTO, R. de F.; NUNES, A. G. A.; ALBINO, J. As técnicas de pesca e o conhecimento tradicional envolvido nas atividades dos pescadores artesanais da comunidade de Santa Cruz, ES - Brasil. **Geografares**, n. 3, 2002.

NOVAES, M. C. L-C. **Análise socioecológica da pesca do caranguejo-uçá, *Ucides cordatus* (Linnaeus, 1763), no Município de Cananéia, Litoral Sul do Estado de São Paulo: percepções, práticas e contribuições para o manejo**. 2019. Dissertação (mestrado em biodiversidade de ambientes costeiros) — Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, São Vicente/SP, 2019.

O'DWYER, E. C. Os antropólogos, as terras tradicionalmente ocupadas e as estratégias de redefinição do Estado no Brasil. **Revista de Antropologia**, v. 61, n. 1, p. 33-46, 2018. Disponível em: <www.revistas.usp.br/ra/article/view/145511>. Acesso em: 3 mar. 2022.

OCCA. **Estudo territorial da comunidade de Areal e Santa Maria, Rio Doce — Linhares (ES)**. Observatório de Conflitos no Campo (Occa)/Ufes, 2017.

OLIVEIRA, A. N. de; CALVENTE, M. D. C. M. H. As múltiplas funções das festas no espaço geográfico. **Interações**, v. 13, n. 1, p. 81-92, 2012. Disponível em: <www.scielo.br/j/inter/a/p9JsgCShXZqwZPNMSFsDRfc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 abr. 2022.

OLIVEIRA, J. F. S.; BRANDÃO, J. O. S. Comunidade caiçara da Vila do Aventureiro, Ilha Grande, Brasil: uma análise do padrão e produção alimentar. **Revista Mangút: Conexões Gastronômicas**, v. 1 n. 2, p. 147-163, 2021. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/mangut/article/download/42094/26695>>. Acesso em: 21 abr. 2022.

OLIVEIRA, O. M. de. **Identidades e territorialidades negras**: processos organizativos, resistência política e patrimônio cultural. s.d.

OLIVEIRA, P. de C. et al. **Pesca artesanal e o desastre ambiental no rio Doce**. Campos dos Goytacazes: Camila Antunes Zappes; Faperj, 2020.

OLIVEIRA, R. **A gente tem que falar aquilo que a gente tem que provar**: a geopolítica do risco e a produção do sofrimento social na luta dos moradores do bairro Camargos em Belo Horizonte — MG. 2014. Tese (doutorado em sociologia) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

OLIVEIRA, S. M. H. de. **A gastronomia na região metropolitana de Vitória/ES**: uma contribuição para o desenvolvimento do turismo local. 2018. Tese (mestrado) — Instituto Politécnico de Coimbra, Coimbra, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU) MULHERES. **Gênero e Covid-19 na América Latina e no Caribe**: dimensões de gênero na resposta. ONU Mulheres, mar. 2020. Disponível em: <www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2020/03/ONU-MULHERESCOVID19_LAC.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Carta das Nações Unidas**. Rio de Janeiro: Centro de Informação da ONU. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/11/A-Carta-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

_____. Comité de Derechos Económicos, Sociales y Culturales. **Aplicación del Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales. Observaciones generales 13** (21. período de sesiones, 1999): El derecho a la educación (artículo 13 del Pacto).

_____. **Convenção americana de direitos humanos**. 1969. Disponível em: <www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/sanjose.htm>. Acesso em: 19 nov. 2017.

_____. **Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial**. Disponível em: <www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/ConvIntElimTodForDiscRac.html>. Acesso em: 11 mar. 2022.

_____. **Declaração das nações unidas sobre os direitos dos povos indígenas**. Rio de Janeiro: Unic, 2008. Disponível em: <www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_pt.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2017.

_____. General Assembly. **Report of the open-ended intergovernmental expert working group on indicators and terminology relating to disaster risk reduction.** A/71/644. Genebra: UN, 2016. Disponível em: <www.preventionweb.net/publication/report-open-ended-intergovernmental-expert-working-group-indicators-and-terminology>. Acesso em: 4 mar. 2022.

_____. General Assembly. **Resolução A/Res/64/292**, de 28 de julho de 2010, da Assembleia Geral da ONU. The human right to water and sanitation. Disponível em: <<https://undocs.org/A/RES/64/292>>. Acesso em: fev. 2022.

_____. Human Rights Council. **Final research-based report of the Human Rights Council Advisory Committee on best practices and main challenges in the promotion and protection of human rights in post-disaster and post-conflict situations.** A/HRC/28/76. Genebra: UN, 2015. Disponível em: <<https://undocs.org/A/HRC/28/76>>. Acesso em: 4 mar. 2022.

_____. Office of the High Commissioner for Human Rights (OHCHR), **Fact Sheet nº 21, The Human Right to Adequate Housing**, nov. 2009, Fact Sheet No. 21/Rev.1, Disponível em: <www.refworld.org/docid/479477400.html>. Acesso em: set. 2021.

_____. **Pacto internacional sobre direitos civis e políticos.** 1966. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm>. Acesso em: 11 mar. 2022.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção nº 107**, de 5 de julho de 1957. Concernente à proteção e integração das populações indígenas e outras populações tribais e semitribais de países independentes. Disponível em: <www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_235197/lang-pt/index.htm>. Acesso em: 11 mar. 2022.

_____. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais.** Brasília: OIT, 2011. Disponível em: <www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_236247/lang-pt/index.htm>. Acesso em: 14 mar. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Promoción de la salud:** glosario. Genebra: OMS, 1998. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/67246/WHO_HPR_HEP_98.1_spa.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 set. 2020.

_____. The Ottawa Charter on Health Promotion. Geneva, 1986, apud ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Environmental health in emergencies and disasters: a practical guide, 2002.** p. 222. Disponível em: <<https://apps.who.int/iris/handle/10665/42561>>.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). Ministério da Saúde. **Desastres Naturais e Saúde no Brasil.** Brasília, DF: Opas; Ministério da Saúde, 2014. (Série Desenvolvimento Sustentável e Saúde, 2). Disponível em: <www.paho.org/bra/dmdocuments/Desastres%20e%20Saude%20Brasil.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2022.

_____. **Guía práctica de salud mental en desastres** [internet]. Washington, DC: Opas, 2009. Disponível em: <<https://iris.paho.org/handle/10665.2/2800>>. Acesso em: 17 dez. 2021.

ORGANON, Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Mobilizações Sociais. **Impactos socioambientais no Espírito Santo da ruptura da barragem de rejeitos da Samarco — Relatório preliminar**. nov./dez. 2015. Mimeografado. Disponível em: <www.ufes.br/sites/default/files/anexo/relatorio_de_impactos_organon.asd_.pdf>. Acesso em: 12 dez 2021.

OSTROM, E. A general framework for analyzing sustainability of social-ecological systems. **Science**, v. 325, n. 5939, p. 419-422, 2009.

PAAZ, C.; SOUZA, L. R. de. As consequências sociais do rompimento da Barragem de Fundão em Mariana (Minas Gerais, Brasil). **Revista Catalana de Dret Ambiental**, v. 9, p. 1-50, 2018. Disponível em: <<https://revistes.urv.cat/index.php/rcda/article/view/2423/2503>>. Acesso em: 12 dez. 2021.

PACHECO, T. **Site Racismo Ambiental**. 2007. Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/racismo-ambiental-expropriacao-do-territorio-e-negacao-da-cidadania-2/>>.

PAULELLI, A.C. **Avaliação da exposição a elementos químicos em moradores residentes em áreas atingidas pelo rompimento da barragem de rejeitos de minério de ferro em Mariana (MG)**. Tese (doutorado em toxicologia) — Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2019. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/60/60134/tde-19122019-111327/publico/Tese_Corrigida_Simplificada.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2022.

PEREIRA, A. B. N. **Sentir o calor da terra, pra sentir que a gente está vivo [manuscrito]**: memória, identidade e territorialidade na vivência cotidiana do desastre da Samarco. 2019. 186 f. Dissertação (mestrado) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/mariana.machini/Downloads/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Ana-Beatriz-Nogueira_publica%C3%A7%C3%A3o.pdf> Acesso em: 9 ago. 2021.

PEREIRA, S. D. **Conceitos e definições da saúde e epidemiologia usados na vigilância sanitária**. São Paulo: Secretaria de Saúde do estado de São Paulo, 2007. Disponível em: <www.cvs.saude.sp.gov.br/pdf/epid_visa.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2022.

PIERONI, G. C. **Fazedores de cultura, comedores de patrimônio**: Estado e sociedade civil no registro do patrimônio imaterial ligado à alimentação (2000/2016), 2018. 146 fls. Dissertação (mestrado em preservação do patrimônio cultural) — Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <[portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/PIERONI_Gabriella-Dissertacao_Mestrado\(2\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/PIERONI_Gabriella-Dissertacao_Mestrado(2).pdf)>.

POLIFÔNICAS. **Estudo do Componente Indígena (ECI) Povos Tupiniquim e Guarani de Aracruz — ES, Rompimento da Barragem do Fundão da Mina Germano — Samarco S.A.** ECI final: volume I e II. 2019.

PORTUGUEZ, A. P. Comunidades de pescadores tradicionais e os vetores do desenvolvimento na planície costeira do Rio Doce (ES) entre 1980-2015. **Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities Research Medium**, v. 10, n. 1, p. 77-93, 2019. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/brazilangeojournal/article/view/51022>>.

PREISS, P. V.; SCHNEIDER, S. Introdução. In: _____; _____ (Org.). **Sistemas alimentares no século 21: debates contemporâneos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020. Disponível em: <www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/211399/001115756.pdf?sequence=1>. Acesso em: 2 maio 2022.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, CASA CIVIL. **Decreto nº 4.887**, de 20 de novembro de 2003. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. acesso em: 25 abr. 2022.

PRISMMA. **Pesquisa sobre a saúde mental das famílias atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana**. Organização de Maila de Castro Lourenço das Neves et al. Belo Horizonte: Corpus, 2018.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Índice de Desenvolvimento Humano**. Disponível em: <www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>. Acesso em: 7 fev. 2022.

PUSSETTI, C.; BRAZZABENI, M. Sofrimento social: idiomas da exclusão e políticas do assistencialismo. **Etnográfica**, v. 15, n. 3, 467-478, 2011.

RADICCHI, A. L. A.; LEMOS, A. F. **Saúde ambiental**. Belo Horizonte: Nescon/UFGM; Coopmed, 2009. Disponível em: <www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/3913.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2022.

RAMALHO, C. W. N. A desnecessidade do trabalho entre pescadores artesanais. **Sociologias**, v. 17, n. 38, p. 192-220, 2015.

RAMBOLL. **Dossiê reassentamento**: impactos decorrentes da atuação da Fundação Renova no território (trincas, fissuras e rachaduras). 2019. Disponível em: <www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/relatorios-ramboll/dossie_reassentamento_nov19.pdf>. Acesso em: abr. 2020.

_____. **Relatório de monitoramento consolidado dos programas socioeconômicos e socioambientais para restauração da bacia do Rio Doce**, mar. 2019. Disponível em: <www.mpf.mp.br/grandescasos/casosamarco/documentos/samarco_rel_ativ_mar2019_rev01_final> . Acesso em: jan. 2022

_____. **Relatório de monitoramento consolidado dos programas socioeconômicos e socioambientais para restauração da bacia do rio Doce**, nov. 2018. Disponível em: <www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/relatorios-ramboll/samarco_relatorio_quadrimestral_novembro2018_v06>. Acesso em: 5 ago. 2021.

_____. **Relatório de monitoramento consolidado dos programas socioeconômicos e socioambientais para restauração da bacia do Rio Doce**, mar. 2019. Disponível em: <www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/samarco_rel_ativ_mar2019_rev01_final>. Acesso em: 22 abr. 2021.

_____. **Relatório de monitoramento mensal dos programas socioeconômicos e socioambientais para reparação da Bacia do Rio Doce**. Período 6/11/2020 a 15/12/2020. dez. 2020. Disponível em: <www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/relatorios-ramboll/relatorio_dezembro20_rev-08.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2021.

_____. **Relatório de Monitoramento Mensal dos Programas Socioeconômicos e Socioambientais para Reparação Integral da Bacia do Rio Doce.** Período de 16/03/2021 à 15/04/2021, abr. 2021. Disponível em: <www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/relatorios-ramboll/pr-mg-00023462_2021.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2021.

REDE RIO DOCE MAR (RRDM). **Programa de Monitoramento da Biodiversidade Aquática da Área Ambiental I — Porção Capixaba do Rio Doce e Região Marinha e Costeira Adjacente.** Relatório Semestral — Seção 1. 2019.

_____. FUNDAÇÃO ESPÍRITO SANTENSE DE TECNOLOGIA (FEST). **Relatório semestral de evolução 2021 do PMBA/FEST-RRDM-RT-37 RRDM/SET 21.** Vitória, set. 2021. Disponível em: <https://flacso.org.br/files/2021/11/2021.10.05_RT37_Relatorio_Semestral_de_Evolucao_PMBA_Fest_RRDM_set2021_SEI.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2022.

REDE UFES — RIO DOCE. **Relatório de pesquisa de campo sobre os ribeirinhos do Baixo rio Doce após o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão (Samarco/VALE/BHP).** Disponível em: <<https://redeufes-riodoce.ufes.br/sites/redeufesriodoce.ufes.br/files/field/anexo/Ribeirinhos%20do%20Baixo%20Rio%20Doce.pdf>>. Acesso em: mar. 2022.

RODRIGUES, L. H. **Quilombolas e jongueiros: uma etnografia nas comunidades de Linharinho e Porto Grande, Conceição da Barra (ES).** 2016. 243f. Dissertação (mestrado em ciências sociais) — Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

SABOURIN, E. Marcel Mauss: da Dádiva à Questão da Reciprocidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23 n. 66. 2008. Disponível em: <<file:///C:/Users/adriana.fraga/Downloads/SabourinRevBraCienSoc.662008.pdf>>. Acesso em: maio 2022.

_____. Reciprocidade e análise de políticas públicas rurais no Brasil. **Ruris**, v. 6, n. 2, 2012.

SACCO DOS ANJOS et al. Pesca artesanal e pluriatividade: o caso da colônia Z3 em Pelotas, RS. In: **ANAIS do II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional.** Santa Cruz do Sul, RS: Universidade de Santa Cruz do Sul, 2004.

SALDANHA, M. C. **Do sistema tripolar GTP — geossistema, território e paisagem à geografia transversal e de travessias: uma abordagem geográfica do distrito de Regência Augusta — Linhares (ES).** 2028. 137f. Dissertação (mestrado) — Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, 2018. Disponível em: <[file:///C:/Users/adriana.fraga/Downloads/tese_12667_MIGUEL%20CHAVES%20SALDANHA%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/adriana.fraga/Downloads/tese_12667_MIGUEL%20CHAVES%20SALDANHA%20(1).pdf)>. Acesso em: 24 mar. 2022.

SAMPAIO, T. **O tupi na geografia nacional.** 5. ed. São Paulo; Brasília: Ed. Nacional; Instituto Nacional do Livro, 1987.

SANGHA, K. K.; RUSSELL-SMITH, J.; COSTANZA, R. Mainstreaming indigenous and local communities' connections with nature for policy decision-making. **Global Ecology and Conservation**, v. 19, 1 jul. 2019.

SANTANA, T. Tradução, interações e cosmologias africanas. **Cad. Trad. Florianópolis**, v. 39, p. 65-77, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2019v39nespp65/42140>>.

SANTOS, C. N. Gastronomia e Turismo como vetores do desenvolvimento. **ANAIS do 11º Seminário de Iniciação Científica da UESC**. Santa Cruz, RS: Universidade Estadual de Santa Cruz, 1996.

SANTOS, F. C. O lazer como direito social: sua inclusão na Constituição de 1988. In: **ANAIS do Encontro Nacional de Recreação e Lazer**, 2014. Disponível em: <www.sesc.com.br/wps/wcm/connect/c8276e54-efd4-4760-a5b5f53759d67738/10A_O+lazer+como+direito+social.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=c8276e54-efd4-4760-a5b5-f53759d67738>. Acesso em: 23 abr. 2021.

SANTOS, M. **Natureza do espaço**. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hulcitech, 1996.

_____. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos Ippur**, v. 13, n. 2, 1999.

SANTOS, S. B. M. **Lamento e dor**: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. 2007 Tese (doutorado em ciências sociais) — Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

SAQUET, Marcos. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão popular, 2007.

_____. Por uma abordagem territorial. In: _____. SPOSITO, E. **Territórios e territorialidades, teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SCHAEFFER-NOVELLI, Y., Manguezal: **Ecossistema entre a terra e o mar**. São Paulo: Caribbean Ecological Research, 1995.

SCHEREIBER, A. **Novos paradigmas da responsabilidade civil**: da erosão dos filtros da reparação à diluição dos danos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In: GRAMMONT, Hubert Carton de; MARTINEZ VALLE, Luciano (Comp.). (Org.). **La pluriactividad en el campo latinoamericano**. Quito, Equador: Flacso, 2009.v. 1, p. 132-161. (Serie Foro).

_____. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.18, n. 51, p. 99-123, 2003.

SEDDON, D. S. N. **Vulnerabilidade social no Espírito Santo**: conceito e mensuração. Vitória, ES: Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas; Universidade Federal do Espírito Santo, 2014.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SECRETARIA DE TURISMO DO ESPÍRITO SANTO (SETUR). **Release: Gastronomia capixaba**. 2022. Disponível em: <<https://setur.es.gov.br/Media/Setur/Setur/Releases/Release%20Gastronomia%20Capixaba.pdf>>. Acesso em: 8 fev. 2022.

SHIH, Y. et al. Associations between prenatal arsenic exposure with adverse pregnancy outcome and child mortality. **Environmental Research**, v. 158, 2017.

SILVA, A. A.; MOZINE, A. C. S. Conflitos socioambientais, saberes e modo de vida: empreendimentos industriais no município de Aracruz-ES e governança das comunidades de pescadores de Santa Cruz, Barra do Riacho e Barra do Sahy. In: **ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, 44. Grupo de Trabalho GT02 — As Ciências Sociais e os Grupos Sociais Ribeirinhos: Territórios e Conflitos. Universidade Vila Velha/UVV-ES. 2020. 17 p. Disponível em: <www.anpocs2020.sinteseeventos.com.br/atividade/view?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyl7czoNjoiYT0xOntzOjE6ImgiO3M6MzI6IjAwMjJlZTdhNzdhM2FhOWUwOWE1ZW5MzAwODE0YTM4Ij9&ID_ATIVIDADE=127>. Acesso em: 27 jan. 2022.

SILVA, D. T. M. A. **Análise qualitativa de Regência Augusta, litoral do Espírito Santo, como área potencial para uma reserva de surfe**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (bacharel em ciências biológicas) – Universidade Estadual Paulista, São Vicente, 2021.

SILVA, J. G. da R.; SCHERER, E. F. Trabalhadores navais: um saber-fazer artesanal em estaleiros tradicionais à beira-rio de Manaus. **PEGADA: a Revista da Geografia do Trabalho**, v. 19, n. 3, p. 294-318, 2018. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/5942/pdf>>. Acesso em: 15 out. 2020.

SILVA, M. Z. T. A segurança e a soberania alimentares: conceitos e possibilidades de combate à fome no Brasil. Configurações. **Revista de Sociologia**, n. 25, p. 97-111, 2020. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/configuracoes/8626>>. Acesso em: 22 abr. 2021.

SILVA, S. P. **A agricultura familiar e suas múltiplas interações com o território: uma análise de suas características multifuncionais e pluriativas**. Texto para Discussão, n. 2076, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Brasília, 2015.

SILVA, S. R. **Negros na Mata Atlântica**. territórios quilombolas e a conservação da natureza. 2008. Tese (doutorado em geografia) — Programa de Pós-Graduação em Geografia Física, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA, T. C. da. Silêncios da dor: enfoque geracional e agência no caso do desastre radioativo de Goiânia, Brasil. **Iberoamericana — Nordic Journal of Latin American and Caribbean Studies**, v. 46, n. 1, 2017.

SOUZA FILHO, C. F. M. Multiculturalismo e direitos coletivos. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 35-54.

SOUZA, A F. G de; BRANDÃO, C. R. Ser e viver enquanto comunidades tradicionais. **Mercator**, v. 11, n. 26, p. 109-120, 2012.

SOUZA, E. **Congo capixaba: memória e herança cultural do Espírito Santo**. 2018. Disponível em: <<https://medium.com/@emanuelasouza/congo-capixaba-mem%C3%B3ria-e-heran%C3%A7a-cultural-do-esp%C3%ADrito-santo-690babf4a830>>. Acesso em: 22 abr. 2021.

_____. **Congo capixaba**: memória e herança cultural do Espírito Santo. 2018. Disponível em: <<https://medium.com/@emanuelasouza/congo-capixaba-mem%C3%B3ria-e-heran%C3%A7a-cultural-do-esp%C3%ADrito-santo-690babf4a830>>. Acesso em: 22 abr. 2021.

SPALDING, M.; KAINUMA, M.; COLLINS, L. **World atlas of mangroves**. Washington, DC: Earthscan LCC. 2010.

SURFCONNECT. **Regência**: uma Costa Rica brasileira — um pico mágico que todos devem conhecer no Espírito Santo. 28 out. 2020. Disponível em: <www.surfconnect.com.br/a-costa-rica-brasileira/>. Acesso em: 2 fev. 2022.

SUSKO, M. L.; BLOOM, M. S.; NEAMTIU, I. A.; APPLETON, A. A.; SURDU, S.; POP, C.; Fitzgerald, E. F.; ANASTASIU, D.; GURZAU, E. S. Low-level arsenic exposure via drinking water consumption and female fecundity — a preliminary investigation. **Environmental Research**, v. 154, p. 120-125, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.envres.2016.12.030>>. Acesso em: 9 dez. 2021.

SYNERGIA CONSULTORIA URBANA E SOCIAL. **Pesquisa qualitativa**, 2017.

_____; FUNDAÇÃO RENOVA. **Diagnóstico e avaliação de impacto**: turismo, cultura, esporte e lazer. 2019.

TALAVERA, A. Turismo cultural, culturas turísticas. **Horizontes Antropológicos**, ano 9, n. 20, p. 31-57, 2003.

TEIXEIRA, L. Lugares. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Org.). **Dicionário Iphan de patrimônio cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: Iphan/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/30/lugares>>. Acesso em: 17 dez. 2021

TELES, E. **A construção em abismo da história**. Blog da Boitempo, 2015. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2015/03/18/a-construcao-em-abismo-da-historia/>>. Acesso em 17 dez. 2021.

TELLES, T. C. B.; WENDICH, N. C. Vivenciar o mar com uma prancha: uma fenomenologia do surfar em perspectiva pré-reflexiva. In: NEPOMUCENO (org.). **Psicologia do esporte e surfe**: aspectos socioculturais e psicológicos. Curitiba: CRV, 2021. 214 p. Disponível em: <www.researchgate.net/profile/Leo-Nepomuceno/publication/349231443_PSICOLOGIA_DO_ESPORTE_E_SURFE_aspetos_socioculturais_e_psicologicos/links/6042b308299bf1e0785aedc1/PSICOLOGIA-DO-ESPORTE-E-SURFE-aspectos-socioculturais-e-psicologicos.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

TRIBUNAL FEDERAL REGIONAL DA 1ª REGIÃO (TRF-1). Ação Civil Pública nº 0069758-61.2015.4.01.3400. **Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC)**. Brasília: 2 mar. 2016. Disponível em: <www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/07/TTAC-FINAL.pdf>.

UNITED NATIONS (UN). Committee on Economical, Social and Cultural Rights. **General Comment nº 04**: The right to adequate housing (art. 11, para. 1). Geneva, 1991. Disponível em: <www.unhchr.ch/tbs/doc.nsf/0/469f4d91a9378221c12563ed0053547e>. Acesso em: 15 dez. 2021.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>. Acesso em: 16 dez. 2021.

UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION (UNDRR). **Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015-2030**. Genebra: UNISDR, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). **Laudo pericial antropológico**. Mapeamento de comunidades tradicionais nos municípios de Mariana, Barra Longa, Ponte Nova, Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce impactados pelo rompimento da Barragem de Fundão. Fundep; Fundação Renova, 2020.

VANSINA, J. **A tradição oral e sua metodologia**. História geral da África, volume 1: Metodologia e pré-história da África. Ed. Joseph Ki-Zerbo. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.

VARELLA, M. **A centralidade do testemunho e o processo de justiça de transição brasileiro**. 2015. Monografia (graduação em direito) — Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2015.

VARGAS, A. A. **Mapeamento Participativo e fortalecimento da identidade indígena botocuda na comunidade de Areal e Santa Maria, Linhares — ES**. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal do Espírito Santo, 2016. Disponível em: <https://sappg.ufes.br/tese_drupal/tese_15084__Alta%20Qualidade_Disserta%E7%E3o%20Corrigida_%20Andr%E9%20Azoury%20Vargas.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2022.

VELHO, G. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

VIAGENS MANEIRAS. **Regência**. s.d. Disponível em: <www.viagensmaneiras.com/viagens/regencia.htm>. Acesso em: 2 fev. 2022.

VIEIRA, L. H. “Zonas de sacrifício”: Impactos socioambientais e a pesca artesanal em Barra do Riacho, Aracruz (ES). **Revista do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural**, v. 7, n. 2, 2018.

VIEIRA, R. “**Nós somos raiz do lugar**”: produção do espaço na Comunidade Quilombola São José do Barro Vermelho. 2018. Tese (doutorado) — Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2018.

VITORELLI, E.; OLIVEIRA, M. R. O Fundo Federal de Defesa dos Direitos Difusos e o desvio de finalidade na aplicação de seus recursos. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 278, n. 3, p. 221-250, 2019.

WAGNER, A. As comunidades quilombolas entre os novos significados de território e o rito de passagem da “proteção” ao “protecionismo”. In: OLIVEIRA, Osvaldo Martins de (Org.). **Direitos quilombolas & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988**. ABA Publicações, 2016. p. 29-51.

WANDERLEY, M. de N. B. Prefácio à Edição Brasileira. In: SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil entre a troca mercantil e a reciprocidade**. 2009. fhal-02840130. Disponível em: <<https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-02840130/file/Camponeses%20do%20Brasil%20Sabourin%202009.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2021.

WEBER A. A. et al. Effects of metal contamination on liver in two fish species from a highly impacted neotropical river: a case study of the Fundão dam, Brazil. **Ecotoxicol Environ Saf.**, 2020.

WHEATON, B. Surfing through the life-course: silver surfers' negotiation of ageing. **Annals of Leisure Research**, v. 20, n. 1, p. 96-116, 2017.

WOORTMANN, E. F. A Comida como linguagem. **Revista Habitus — Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, v. 11, n. 1, p. 5-17, nov. 2013. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/2844>>. Acesso em: 27 abr. 2022.

WOORTMANN, K. Com parente não se “neguceia”: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**. Brasília, n. 87, p. 11-73, 1990.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO) EUROPE. Review of evidence on housing and health. Background document. In: FOURTH MINISTERIAL CONFERENCE ON ENVIRONMENT AND HEALTH, 2004, Budapest, Hungary. Disponível em: <www.wascorporation.it/docs/4_conferenza_europea_salute_2004.pdf>. Acesso em: fev. 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **An overview of the evidence on environmental and occupational determinantes of cancer**. WHO, 2011. Disponível em: <www.who.int/phe/news/events/international_conference/Background_science.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2021.

_____; UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). **Arsenic primer**. Guidance on the investigation & mitigation of arsenic contamination. WHO; Unicef, 2018. Disponível em: <www.who.int/water_sanitation_health/water-quality/unicef-who-arsenic-primer.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2021.

ZHOURI, A. et al. O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. **Cienc. Cult.**, v. 68, n. 3, p. 36-40, 2016. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252016000300012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 2 dez. 2021. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602016000300012>.

APÊNDICE A — METODOLOGIA DE IDENTIFICAÇÃO DE DANOS

Premissas

Conforme determinado no Termo de Ajustamento Preliminar, a FGV deve observar uma série de princípios na elaboração do diagnóstico de danos socioeconômicos, destacando, dado o significado que têm para a identificação de danos: (i) a centralidade das pessoas atingidas; (ii) a participação social; (iii) a valorização dos saberes locais; e (iv) o olhar sobre territorialidades de grupos sociais atingidos.

A centralidade das pessoas atingidas se expressa, sobretudo, a partir da identificação participativa dos danos ocasionados pelo desastre, na medida em que este é o ponto de partida da construção de propostas de reparação integral. Na metodologia elaborada pela FGV, a experiência das pessoas atingidas pelo desastre é elemento fundante da identificação de danos, compreendendo as especificidades dos grupos sociais, seus modos de experimentar, conceber e responder às transformações compulsoriamente ocasionadas pelo rompimento da Barragem de Fundão aos seus modos de vida e de existência.

Este mesmo princípio deve lastrear o planejamento de projetos de desenvolvimento (CHAMBERS, 1997) e de ações de reconstrução pós-desastre²⁵³. De acordo com o *Global Facility For Disaster Reduction And Recovery* (GFDRR), uma abordagem centrada em pessoas tem em seu cerne o conceito de desenvolvimento humano na acepção de Amartya Sen (1998), para quem o desenvolvimento significa a realização das plenas capacidades e a expansão das liberdades individuais de cada ser humano. Nesse sentido, a centralidade das pessoas atingidas guia a concepção, o planejamento e a operacionalização de ações para restaurar as condições das pessoas alcançarem plenamente seu potencial produtivo e criativo de acordo com seus interesses e necessidades.

No Brasil, princípio análogo vem sendo trabalhado no âmbito do debate jurídico sobre a relação entre grupos sociais atingidos por grandes empreendimentos e por desastres. A Resolução nº 5 do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH, 2020) traz o princípio da centralidade do “sofrimento da vítima”, determinando que ele seja observado na construção da reparação integral pelas violações de direitos humanos

²⁵³ As avaliações de danos pós-desastre (ou *post-disaster need assessment*, PDNA, no original) surgiram em 2008 a partir de uma articulação entre União Europeia, Banco Mundial e ONU no reconhecimento de que é preciso fortalecer a coordenação de atores para lidar com situações pós-desastre. O objetivo da PDNA é auxiliar governos na avaliação dos impactos de um desastre em um país, tomando-a como base para conceber estratégias de recuperação factíveis e sustentáveis e buscar recursos técnicos e financeiros para viabilizá-las (GFDRR, 2013).

cometidos por empresas. Essa resolução expressa o entendimento de que deve haver “participação ativa das pessoas e comunidades atingidas na elaboração dos mecanismos de compensação e prevenção, com vistas a evitar que a violação ocorra novamente”.

Na mesma perspectiva, a participação social no processo de identificação de danos também constitui a centralidade na pessoa atingida, reforçando conjuntamente o arranjo metodológico propiciador do protagonismo dos grupos sociais na identificação de danos realizados pela FGV²⁵⁴.

Importa observar que a intensidade da participação social pode variar dentro de um gradiente que revela o quão expressiva ou presente é em distintos processos e projetos, de iniciativas pouco ou nada participativas, em que autoridades ou grupos de grande poder político tomam decisões sem considerar a posição de outras partes interessadas, até aquelas com intensa participação, nas quais o poder sobre decisões é compartilhado entre diferentes grupos sociais (ARNSTEIN, 1969; PRIETO & ALUJAS, 2014).

De acordo com Lüchmann (2007), a participação pode catalisar um processo de transformação social. Nas palavras da autora,

“a participação na construção de agendas públicas é educativa e promove, por um processo de capacitação e conscientização — individual e coletiva — o desenvolvimento da cidadania, cujo exercício é requisito central na ruptura com o ciclo de subordinação e de injustiças sociais. Com efeito, a participação conferiria um outro ciclo (virtuoso) ancorado nas relações entre participação cidadã, mudança da consciência política e redução das desigualdades sociais” (2007, p. 142).

Nesse sentido, partir da premissa de participação social significa desenhar uma metodologia calcada em um processo promotor de ambiente de mútuo aprendizado e cooperação entre grupos sociais atingidos e os técnicos responsáveis pela identificação. Assim, a participação social se constitui enquanto processo, com o fim na construção conjunta de conhecimento em espaços propícios à troca de informações e diálogo entre pessoas atingidas. Para a identificação de danos, partir da premissa e avançar pelo processo de participação social significa ampliar o grau de envolvimento das pessoas atingidas pelo desastre em todo o processo metodológico desenhado pela FGV.

Para tal, a valorização dos saberes dos grupos sociais atingidos torna-se fundamental. Os saberes locais compõem sistemas de conhecimento sobre o real, mantidos e

²⁵⁴ Ela tem importância também na valoração dos danos e na concepção de parâmetros para a reparação desses danos, etapas posteriores do trabalho da FGV que têm como fundamentação a metodologia de identificação de danos aqui descrita.

propagados socialmente (FGV, 2020b). Nutridos pelo cotidiano (SANTOS, 1999), pelas interações entre comunidade e seu meio, pelas relações interpessoais e por construções coletivas da memória, constituem um produto histórico dinâmico, que se reconstrói e se modifica (CUNHA, 1999). São transmitidos entre grupos e gerações e podem ser ressignificados ou adaptados de acordo com as transformações vividas e com novas necessidades.

Esses saberes comportam tecnologias sociais associadas e combinam pressupostos, formas de aprendizado, pesquisa e experimentação por vezes distintas daquelas hegemônicas, porém igualmente relevantes (CUNHA, 1999). Dado que categorias técnicas de determinados campos científicos se afastam das epistemologias de muitos dos grupos sociais atingidos pelo desastre, partir da valorização dos saberes dos grupos sociais atingidos significa reconhecer, considerar e incorporar à metodologia os conhecimentos dos diferentes povos e comunidades no processo de identificação de danos.

Desta forma, é possível integrar os saberes dos grupos sociais em uma base sólida para a gestação de soluções em situações de conflito, construção de projetos de futuro, conforme já tratado pela FGV em outro relatório da FGV (2020b), e estratégias para o desenvolvimento territorial (SAQUET, 2012), sendo frutíferos à construção de caminhos e respostas para problemas complexos (CHAMBERS, 2012).

Por fim, associado ao reconhecimento dos saberes locais, a proposta metodológica da FGV (2020b) parte de um olhar sobre territorialidades. Fruto da rede de relações, interações, formas de uso e apropriação material e simbólica do território, a territorialidade é compreendida como relacional e dinâmica, mudando no tempo e no espaço conforme as características de cada grupo social. Corresponde à espacialização de relações sociais, econômicas, culturais e políticas dos indivíduos e comunidades e efetiva-se nas relações cotidianas em suas diferentes dimensões que envolvem o trabalho, a família e os espaços coletivos e comunitários, sempre de maneira múltipla e híbrida (SAQUET, 2009).

Nesse sentido, ao voltar a atenção na identificação de danos para as territorialidades, compreende-se que cada grupo social experiencia a degradação ambiental decorrente do desastre conforme a espacialização de suas práticas e saberes. Isto é, considerar territorialidades implica em reconhecer a importância dos modos de vida de cada grupo social em relação com o ambiente em que vivem, os quais foram significativamente alterados pelo desastre decorrente do rompimento da Barragem de Fundão.

Abordagem metodológica

Objeto de pesquisa

Considerando as premissas mencionadas, a identificação de danos tem como objeto as alterações nos modos de vida das comunidades atingidas em razão do rompimento da Barragem de Fundão e consequências do derramamento dos rejeitos da mineração, e tem como objetivo a identificação dos danos ocasionados por estas alterações. Desse modo, denomina-se como dano, para os fins dessa identificação, as alterações de modos de vida resultantes dos impactos negativos e compulsórios do desastre (VANCLAY 2002; ESTEVES, FRANKS, VANCLAY, 2012).

Os modos de vida estão conectados, sendo constituídos e constituintes de diferentes dimensões de uso simbólico e material do território. Portanto, estão vinculados diretamente à territorialidade dos grupos sociais, a suas interações com o meio alimentadas por relações sociais, econômicas e culturais, ligados a modos de ser e de fazer, característicos de saberes locais vinculados a territorialidades, reconhecendo o grupo social como sujeito de seu modo de vida²⁵⁵.

Compreende-se modos de vida como constituídos e constituintes de diferentes experiências em dimensões simbólicas (isto é, imateriais) e materiais do território, importando a interação com o meio, alimentada por relações culturais, pelas relações familiares, por práticas materiais de trabalho, bem como de âmbito socioeconômico, o que gera modos de fazer, interpretações e saberes locais vinculados aos territórios específicos, fazendo do grupo social produto e sujeito de seu modo de vida (LOBO, 1992; GUERRA, 1993; NABARRO, 2014; BRAGA, FUIZA e REMOALDO, 2017).

O rompimento da Barragem de Fundão alterou a vida das comunidades em diversos aspectos e dimensões observados nas relações com o meio ambiente; nas formas de moradia; na qualidade da saúde física e mental; na renda, no trabalho, na subsistência, no lazer e nas tradições, entre outros, reverberando em aspectos culturais de caráter material e imaterial²⁵⁶. A identificação de danos, portanto, volta-se à identificação de

²⁵⁵ O conceito de “modos de vida” é usado em debates construídos pela Sociologia, como por exemplo estudos que tratam das condições de vida da classe trabalhadora e de mudanças da vida rural para a vida urbana. A sua concepção foi muito utilizada nas Ciências Sociais, no intuito de assinalar mudanças culturais, tal como pode ser observado desde Durkheim, Weber, Wirth, Rambaud, Lefebvre, Bourdieu, dentre outros. Entretanto, o seu uso se expandiu para diferentes áreas do conhecimento, sendo traduzido em estudos da área de saúde e qualidade de vida; arquitetura; geografia, antropologia e psicologia social (LOBO, 1992; GUERRA, 1993; NABARRO, 2014; BRAGA, FUIZA e REMOALDO, 2017).

²⁵⁶ Guerra (1993), nesta direção, recomenda uma articulação de diferentes noções para uma melhor compreensão de modos de vida: história, racionalidades, identidades (individual e social), projetos de vida e imaginário social.

como o desastre é experienciado²⁵⁷ pelas comunidades e grupos sociais atingidos, abrangendo, mas não se limitando, aos diferentes aspectos de seus modos de vida acima mencionados.

Nesse contexto, os danos foram levantados a partir do diálogo entre pessoas atingidas, facilitado por métodos participativos de investigação que fomentaram uma construção coletiva sobre a experiência vivenciada por essas pessoas, revelando danos que decorrem do desastre, ancorados em informações e fatos que descrevem a história. Portanto, as narrativas das pessoas atingidas compartilhadas em espaços coletivos são o substrato fundamental da identificação de danos.

O uso de narrativas é uma alternativa epistemológica para estudos de abordagem qualitativa que de fato pretendam abordar valores, experiências, afetos e saberes, também importantes para o debate e análise dos processos de produção de conhecimento (PASSEGGI, 2010).

Quem narra, o faz em processo reflexivo, no qual tem a oportunidade de pensar sobre sua própria experiência. Ao mesmo tempo, ao ser ouvido por outros, com experiência semelhante, a narrativa pode ser enriquecida, alterada e interiorizada por esses outros, em um processo de elaboração conjunta e criação colaborativa, que fomenta a construção de noções de coletividade (MUYLAERT, 2014).

As narrativas são um tipo de discurso que se volta para um encadeamento de eventos críticos e pela presença de quem narra na trama (ALVES e BLISKSTEIN, 2006). Das suas diferentes abordagens, uma característica importante diz respeito à reconstrução de eventos a partir do protagonismo de quem narra. Assim, o conhecimento emerge a partir das experiências vividas e dos significados consolidados e organizados na narração, ao passo que pode ser utilizada como uma estratégia para aprofundar a investigação a partir da combinação de histórias contextualizadas pelas dimensões sociais e históricas.

Técnicas de pesquisa

Com foco na centralidade das pessoas atingidas, a identificação de danos é orientada por métodos de pesquisa participativa (*Participatory Research Methods*). De acordo com Gaventa e Cornwall (2008), os métodos participativos de pesquisa buscam incorporar o conhecimento dos grupos sociais diretamente envolvidos no problema de pesquisa investigado. Reconhece-se que o conhecimento é socialmente construído a partir de múltiplas fontes e formas, considerada a importância de ouvir diferentes

²⁵⁷ Conforme Vanclay (2002), danos socioeconômicos são algo inevitavelmente experimentado ou sentido.

versões e vozes. Os “resultados”²⁵⁸ se tornam produtos de um processo no qual as pessoas se reúnem para compartilhar experiências em uma dinâmica de ação, reflexão e investigação coletiva. Ao mesmo tempo, os “resultados” permanecem firmemente enraizados nos mundos conceituais dos próprios participantes e na interação entre eles, conforme já analisado pela FGV (2020b).

Participação é aqui entendida como a inclusão e o envolvimento permanente (REED, 2008) das pessoas atingidas na pesquisa de forma continuada, e pode ser proporcionada por meio de diferentes abordagens metodológicas que, em diversas intensidades, garantem a autoridade sobre o processo e sobre a agenda de pesquisa aos participantes, que passam a ser os “agentes, em vez de objetos de pesquisa” (CHAMBERS, 1997, p. 12). Com a adoção deste princípio, as pessoas atingidas atuam como “copesquisadores”, analisando e refletindo sobre as informações geradas em todo o processo, e, por fim, se apropriam dos seus resultados²⁵⁹.

As técnicas de pesquisa mobilizadas para a identificação de danos junto às comunidades e pessoas atingidas do território foram oficinas e entrevistas, que em virtude da pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2), causador da doença COVID-19 e da crise sanitária daí ocasionada, ocorreram de forma remota.

Do ponto de vista teórico-metodológico, oficinas são espaços de coconstrução de significados diversos acerca de uma ou mais questões, sendo realizadas em grupos que funcionam como um lugar de negociação de discursos, nos quais os aspectos relacionais da construção de narrativas ajudam a produzir conhecimentos e entendimentos sobre fenômenos experienciados. Assim, as oficinas foram definidas como principal método de construção com os grupos sociais atingidos, pelo seu potencial para privilegiar a escuta de narrativas em ambiente coletivo.

Já as entrevistas ocorreram de modo a complementar as informações levantadas durante as oficinas. O uso das entrevistas em pesquisas qualitativas permite o contato direto com os sujeitos de pesquisa e de forma individual. No momento da realização de uma entrevista ocorre um ato discursivo complexo, em uma relação dialógica mais direta entre entrevistador e entrevistado, momento em que circulam imagens, situações, emoções e expectativas (SILVEIRA, 2002) na abordagem de cada temática de estudo.

²⁵⁸ As aspas aqui postas se justificam pelo fato de que os resultados apreendidos em pesquisas participativas se afastam da noção tradicional de resultado, entendida como a resposta advinda de um teste ou experimento.

²⁵⁹ Assim, além de documentar saberes e conteúdos sobre as realidades locais, que podem ser utilizados para orientar políticas e práticas futuras (GAVENTA e CORNWALL, 2008), a experiência adquire um potencial transformador tanto para as pessoas (atingidas e pesquisadores) como para as comunidades envolvidas.

Cumpra ainda observar que, em razão da crise sanitária imposta pela pandemia da COVID-19, foram acrescidos desafios ao trabalho, em especial no que se refere à garantia de participação social em meio à realidade virtual, considerando o atendimento ao distanciamento social necessário no país desde março de 2020. Nesse sentido, importa destacar a existência de estudos anteriores ao atual cenário que faziam uso de ferramentas virtuais para a realização de pesquisas qualitativas, seja por meio de entrevistas (BARRATT, 2016; BAMPTON, COWTON E DOWNS, 2013; BURNS, 2010; HINCHCLIFFE; GAVIN, 2009; JANGHORBAN, LATIFNEJAD, TAGHIPOUR, 2014; IRVINE, 2011; WELLER, 2015), seja mediante experiências com grupos focais (DANIELS, et al., 2019; FLYNN, ALBRECHT E SCOTT, 2018; FORRESTAL, D'ANGELO E VOGEL, 2015; KITE E PHONGSAVAN, 2017; KRUEGER E CASEY, 2015; LOBE, 2017). Em que pesem as limitações colocadas, em especial aquelas implicadas na desigualdade de condições prévias dos participantes (acesso, tipo e qualidade da rede virtual e do equipamento utilizado), dado o cenário muitas vezes de vulnerabilidade social das pessoas atingidas, tais estudos evidenciam que é possível manter rigor e qualidade de resultado a partir de levantamentos virtuais.

Para enfrentar as limitações pontuadas, a fim de garantir a centralidade das pessoas atingidas, a FGV investigou diferentes ferramentas e estruturou um conjunto variado de possibilidades de interação, com o intuito de garantir a participação social nos momentos de identificação. O resultado desse estudo foi a construção de modelos variados de interação para identificação de danos à distância.

Em conformidade com as boas práticas em abordagens metodológicas como *Participatory Inquiry*, *Participatory Action Research* e *Participatory Systemic Inquiry* (BURNS, 2012), em todos os espaços a FGV busca garantir condições para que emergja dos participantes um acervo de narrativas a respeito das transformações dos modos de vida relevantes à construção coletiva sobre os danos socioeconômicos que decorrem do desastre. Nesse contexto, a atuação da equipe nas oficinas pode ir de um papel mais próximo à observação — quando os participantes atuam de forma mais ativa na dinâmica proposta — a um papel mais próximo à facilitação do processo de construção coletiva.

APÊNDICE B — FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA PARA VALORAÇÃO NÃO MONETÁRIA

A literatura sobre valoração de serviços ecossistêmicos é aplicada no contexto da análise dos danos do rompimento da Barragem de Fundão, tendo em vista que i) a lama de rejeitos impactou os ecossistemas (ex.: terrestre, fluvial, estuarino, marinho etc.) e, portanto, as múltiplas formas de contribuições que estes promovem para as pessoas que dele usufruíam; e ii) a valoração de serviços ecossistêmicos oferece oportunidade para pensar caminhos e premissas para a reparação integral.

Serviços ecossistêmicos são as contribuições da natureza para as pessoas e podem ser categorizados em (i) provisão, que inclui a quantidade água, bens ecossistêmicos (pesca, produtos do extrativismo, biomassa, combustível); (ii) regulação da qualidade da água, do clima do planeta, da assimilação de efluentes, a erosão do solo, polinização; (iii) suporte, que são aqueles que dão base para que os outros existam, como formação de solo e *habitats*, ciclo dos nutrientes e produção de oxigênio; e (iv) culturais, que tratam de beleza cênica, lazer, recreação, celebrações, saberes e conhecimento tradicional, senso de lugar, significado das relações sociais, identidade cultural e identidade espiritual (MEA, 2005).

Usando como respaldo teórico a abordagem do Painel Intergovernamental de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES — sigla em inglês) para os tipos de valores antropocêntricos descritos por Pascual et al. (2017)²⁶⁰, considera-se que as alterações nos serviços ecossistêmicos também estão relacionadas aos benefícios imateriais obtidos por meio deles, portanto, aos serviços ecossistêmicos culturais (SEC). Partindo de esforços como o MEA (2005) e o TEEB (2010), o IPBES desenvolveu uma estrutura conceitual que reconhece as diferentes concepções de natureza, serviços ecossistêmicos e bem-estar humano, e que incorpora SEC transversalmente como parte de todos os outros serviços ecossistêmicos.

Parte integrante do que se entende por danos imateriais, os SEC podem ainda ser relacionados com os conteúdos de valor social atribuídos aos bens e referências imateriais do patrimônio cultural. De acordo com o artigo 216 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), o patrimônio cultural brasileiro é formado por um conjunto de bens de natureza material e imaterial, que inclui (i) formas de expressão; (ii) modos de criar, fazer

²⁶⁰ Valores antropocêntricos são aqueles que representam a utilidade da natureza e recursos para os seres humanos, sendo considerados (i) instrumentais, quando atribuído a algo como um meio de atingir um determinado fim; e (ii) relacionais, quando relativo ao significado das relações entre indivíduos e natureza, e articulado por instituições formais e não formais, associados à boa vida, princípios e virtudes, hábitos (PASCUAL et al., 2017).

e viver; (iii) criações científicas, artísticas e tecnológicas; além de (iv) obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e (v) conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Figura 1 — Conexão entre ecossistemas e comunidades: muito além da questão ambiental



Fonte: Elaboração própria (2020).

A produção de conhecimentos sobre a natureza e as formas de se relacionar com os serviços ecossistêmicos de modo geral, mas em especial com aqueles identificados como culturais, constituem um campo de saber relacionado aos modos de vida. Com este sentido, entende-se que as experiências concretas relacionadas às diferentes esferas da vida, compostas pelo exercício de práticas e atividades produtivas e não produtivas, implicam na construção de referências e identidade para os sujeitos envolvidos (IPHAN, 2016; 2018a; 2018b). Em diálogo com a bibliografia que versa sobre referências culturais de natureza imaterial, tais práticas e domínios da vida social também se manifestam em uma diversidade de saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e em lugares, compreendidos como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas (IPHAN, s/d).

A aplicação de métodos de valoração não monetária começou a ser mais discutida e utilizada na literatura a partir do surgimento da escola da economia ecológica no final dos anos 1980. A valoração não monetária é frequentemente mencionada na literatura que trata dos serviços ecossistêmicos qualificados enquanto culturais, já que tais benefícios são dificilmente mensuráveis em termos monetários e demandam caminhos metodológicos distintos e específicos. Com esse sentido, optou-se pelo processo de

valoração não monetária como meio para aprofundar os conteúdos imateriais dos danos acarretados pelo desastre.

O relacionamento entre homem e o meio circundante sugere um profundo senso de respeito e pertencimento entre os indivíduos e comunidades (CHAN, SATTERFIELD, e GOLDSTEIN, 2012; SANGHA; RUSSELL-SMITH; COSTANZA, 2019). Apesar disso, o papel dessas conexões com o bem-estar das pessoas é frequentemente negligenciado no planejamento e implementação de políticas (GOSAL, NEWTON, e GILLINGHAM 2018; QUEIROZ et al. 2017; SANGHA; RUSSELL-SMITH; COSTANZA, 2019). Um dos principais motivos de tal negligência é que essas conexões geram benefícios intangíveis e sua medição ultrapassa o campo das abordagens econômicas convencionais (COSTANZA et al., 1997, 2014). Isso reflete um grande desafio associado à produção de valorações robustas de serviços ecossistêmicos culturais (GOSAL; NEWTON; GILLINGHAM, 2018). A ausência de tais estruturas e avaliações teve consequências significativas para o desenvolvimento e implementação de políticas públicas apropriadas e/ou adequadas, para o desenvolvimento sustentável e bem-estar (YAP; YU, 2016), e dialoga de forma radical com os desafios apresentados pela reparação do desastre tecnológico da Barragem de Fundão.

Destaca-se que a valoração não monetária tem crescido na última década (CHENG et al., 2019; RAYMOND et al., 2014), principalmente com a premente necessidade de acessar, reconhecer e registrar também valores imateriais em processos de tomada de decisão, já que esses valores são muitas vezes incomensuráveis e impossíveis de expressar em termos monetários (GÓMEZ-BAGGETHUN et al., 2010). Diversas dimensões da relação pessoas-natureza são não materiais e, portanto, difíceis de serem caracterizadas para gerenciamento (SANGHA et al., 2018). Falhar ao incorporar valores imateriais pode levar a graves lacunas de projeto causadas pela desatenção a danos socioeconômicos críticos e dinâmicos, ou exclusão de atores-chave (CHENG et al., 2019; SANGHA; RUSSELL-SMITH; COSTANZA, 2019).

Há autores (CHENG et al., 2019; SANGHA; RUSSELL-SMITH; COSTANZA, 2019) que indicam a necessidade de avaliar e incorporar os valores imateriais da natureza para as pessoas nas decisões políticas. Usualmente, tais decisões são subsidiadas por resultados de valoração monetária (SCHOLTE; VAN TEEFFELEN; VERBURG, 2015) restrita a valores materiais, que utilizam abordagens baseadas em preços, em custos de mercado, em preferências reveladas, em preferências declaradas, transferência de benefícios, experimentos econômicos de campo e valoração monetária deliberativa.

A valoração não monetária de serviços ecossistêmicos culturais (SEC), também referenciada como valoração sociocultural, cobre uma coleção de métodos que têm por objetivo revelar a importância desses serviços usando outras métricas que não monetárias. Os métodos de valoração não monetária levantam informações sobre emoções, símbolos, cognição ou ética relativos à importância dos SEC a partir de abordagens quantitativas, qualitativas, híbridas e deliberativas (ARIAS-ARÉVALO et al., 2018).

Assim, em contextos complexos que envolvem múltiplas perspectivas e diversos atores, é recomendado que o processo de valoração seja capaz de contemplar diferentes visões de mundo e valores para subsidiar tomadas de decisões que promovam justiça social e ambiental (JACOBS et al., 2018). Nesses casos, a valoração deve considerar métodos heterogêneos e integrar diferentes domínios — biofísico, econômico, saúde, holísticos²⁶¹ e socioculturais (PASCUAL et al., 2017).

Para uma avaliação fundamentada, pertinente e genuína é importante a aplicação de um conjunto misto de técnicas, em escala local. O uso de técnicas não monetárias, como classificar, analisar e avaliar os vínculos entre o bem-estar e a natureza das pessoas são complementares às técnicas de avaliação monetária (CHENG et al., 2019; JACOBS et al., 2016; PASCUAL et al., 2017; SANGHA; RUSSELL-SMITH; COSTANZA, 2019). Em adição, para sua realização, o conceito de valor é usualmente relacionado à noção de importância (COSTANZA et al. 2017; JACOBS et al. 2016, 2018), mas também pode ser entendido como princípio ou medida (JACOBS et al., 2018). Além do que, múltiplos domínios de valores (ecológico, cultural e monetário) e níveis de organização social podem coexistir num mesmo objeto de valoração, sendo que eles frequentemente se entrelaçam tanto nas percepções como nas análises (ARIAS-ARÉVALO et al., 2018; JACOBS et al., 2016, 2018).

Para esse caso concreto, a construção de valor no âmbito da valoração não monetária foi pautada com atenção para diferentes territorialidades²⁶², dado que esse conceito dimensiona os laços entre pessoas, grupos sociais e instituições que podem ser mobilizados para a definição de valor e o levantamento de medidas de reparação integral (FGVCES, 2016). Assim, a presente valoração não monetária tem como fundamento o conceito de território²⁶³, entendido como unidade espacial que engloba as

²⁶¹ Como domínios holísticos, Pascual et al (2017, p. 25) compreende diferentes percepções do que constitui “bem viver”.

²⁶² Territorialidade como aspecto espacial da experiência social, envolvendo a realização de práticas sociais de indivíduos que fazem parte do mesmo grupo social e/ou de grupos distintos (SAQUET, 2007, 2008).

²⁶³ Território é o resultado da atuação histórica, cultural, política e econômica dos diversos atores que dele se apropriam e transformam seu curso histórico (SANTOS, 1996).

dimensões materiais e imateriais da reprodução social de diferentes grupos e seus modos de vida.

Benefícios culturais, espirituais, sociais e de capacidade, “vitais para o bem-estar das pessoas, no entanto, são difíceis de medir e requerem maneiras inovadoras de serem compreendidos e negociados” (SANGHA; RUSSELL-SMITH; COSTANZA, 2019, p. 7). Valores de domínios intrínsecos, fundamentais e filosóficos representam as relações não instrumentais com a natureza e significam um senso de coletividade (valores compartilhados) e, portanto, são melhor acessados por meio de métodos de valoração não monetários (ARIAS-ARÉVALO et al., 2018). Além disso, o patrimônio líquido de benefícios socioculturais, espirituais e de capacidade interconectados é mais valioso que a soma de seus valores individuais, principalmente devido à sobreposição de benefícios, conhecimentos locais e experiências de aprendizagem (SANGHA; RUSSELL-SMITH; COSTANZA, 2019).

Como desenvolvido, a valoração não monetária consiste no processo de analisar, avaliar e atribuir importância e significado a esses serviços e entender como eles são comparáveis em relação a coexistência, sinergias e *trade-offs* (ARIAS-ARÉVALO et al. 2018; JACOBS et al. 2016; 2018). Seus métodos permitem identificar como os valores são articulados e expressos de forma concreta, qualitativa, incluindo premissas sobre o que é possível fazer em termos de tomada de decisão, quando necessário (ARIAS-ARÉVALO et al. 2018).

Em um contexto em que a valoração monetária continua a ser a linguagem dominante da valoração de SE, categorizações que incluem valores plurais e métodos de valoração como proposto por Arias-Arévalo et al. (2018) podem auxiliar na transparência de quais valores dos ecossistemas estão sendo pouco representados e marginalizados quando expressos apenas em valores monetários.

APÊNDICE B.1 — Currículos de pesquisadores(as) e especialistas entrevistados(as) para a valoração não monetária

O presente apêndice apresenta os currículos²⁶⁴ de pesquisadores(as) entrevistados(as) pela FGV para levantamento de dados de valoração não monetária realizados para essa valoração não monetária e das matrizes: FGV, 2020m; FGV, 2021i; FGV, 2022a.

Prof. Dr. Arilson da Silva Favareto

Sociólogo (pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas). Mestre em Sociologia (pela Universidade Estadual de Campinas). Doutor em Ciência Ambiental (pela Universidade de São Paulo). Realizou estágio de estudos na École des Hautes Études en Sciences Sociales na Paris (França). Foi professor visitante da Flacso — Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (Equador) e da Universidade de Caldas (Colômbia). É Professor na Universidade Federal do ABC, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território. É também pesquisador colaborador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento — Cebrap. O programa de pesquisa atual envolve temas de sociologia econômica teórica e aplicada, com o título “A dimensão territorial do desenvolvimento e da sustentabilidade”. Experiência anterior em pesquisa e consultoria junto a órgãos de governo, movimentos sociais e agências de cooperação internacional. É autor dos livros “Entre chapadas e baixões do Matopiba — dinâmicas territoriais e impactos socioeconômicos na fronteira da expansão agropecuária no Cerrado”, e “Paradigmas do desenvolvimento rural em questão” — premiado pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (V Prêmio Política e Planejamento Regional).

Profa. Dra. Celeste Ciccarone

Graduação em Psicologia — Università degli Studi di Padova — Itália (1976), Mestrado (1993) e Doutorado (2001) em Ciências Sociais — Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e Pós-doutorado em Ciências para a Paz pela Universidade de Pisa — Itália (2006). Docente de Antropologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo e colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da mesma universidade. Desenvolve pesquisas na Etnologia Indígena, com interesse nos seguintes temas: xamanismo, mulheres, regimes de conhecimento, narrativas e dinâmicas territoriais, educação

²⁶⁴ Os currículos de pesquisadores(as) foram extraídos da plataforma Lattes. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do?metodo=apresentar>. Acesso em: 23/6/2022.

indígena. Realizou laudos antropológicos para a regularização de terras guarani e coordenou atividades para regularização dos territórios quilombolas no Espírito Santo. Realizou pesquisas sobre dinâmicas territoriais e conflitos socioambientais em contexto urbano envolvendo populações tradicionais, e sobre remoção forçada e aprisionamento de grupos indígenas durante o Regime Militar no Brasil. Atualmente coordena o Curso de Licenciatura Intercultural Indígena Tupinikim e Guarani — Prolind /UFES e o Projeto de Extensão Ação Saberes Indígenas na Escola — Núcleo UFES.

Profa. MSc. Dulce Maria Pereira

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (1980). É professora da Universidade Federal de Ouro Preto — UFOP. Tem experiência na área de administração e meio ambiente, com ênfase em geopolítica e concertação diplomática, risco e estudos dos territórios atuando principalmente nos seguintes temas: cidadania; concertação diplomática e sustentabilidade; pós-desastre e pós-conflito; racismo, racismo ambiental, mulher e gênero; ecodesenvolvimento, tecnologias ambientais, diversidade e inclusão, ecoarquitetura, engenharias segundo premissas da sustentabilidade, redes e sociedade do risco; estudos ecossistêmicos para redução de risco na sociedade do risco. Professora do CEAD — UFOP/Departamento de Gestão Pública (DEGEP), coordena o projeto Processo Formativo em Escolas Sustentáveis e o Laboratório de Educação Ambiental: Arquitetura, Urbanismo, Engenharias e Processos para Sustentabilidade (LEA:AUEPAS), do Departamento de Engenharia de Produção da Escola de Minas (DEPRO) e do DEGEP/CEAD da UFOP, que inclui Núcleo de Estudos do Futuro e Observatório Socioambiental. Desenvolve estudos e projetos em ciência dos materiais, planejamento ecológico urbano e rural, arquitetura e construção sustentável, tecnologias sustentáveis, redes sociais e conhecimentos culturais aplicados. Pesquisa e escreve sobre territorialidade, risco, exclusão e mecanismos de inclusão, sobretudo de gênero e da população negra brasileira de origem africana, área de especialização. Também sobre processos e tecnologias para a segurança alimentar e hídrica. Dedica-se à pesquisa e ensino presencial e a distância de tecnologias ambientais e de aplicação dos conhecimentos em ciências dos materiais e engenharia de produção para redução de emissões de gases de efeito estufa, de uso da Natureza e impactos ambientais. Estuda impactos socioambientais e outros causados pelas iniciativas jurídicas, técnicas e tecnológicas em desastres sociotécnicos a partir dos conceitos e metodologias de Direito e Desenvolvimento. Desenvolve cartografias socioambientais dos territórios com aplicação de conhecimentos multidisciplinares e referenciados em História e dados científicos. Ocupa a cadeira número 17 da Academia Rio-Pretense de Letras e Cultura e integra o Grupo de Trabalho de Proteção aos Direitos

de Pessoas e Populações Deslocadas do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH).

Fábio Martins Vilas²⁶⁵

Atuou por 32 anos na regional leste do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), de 1978 até 2010. Em 2004 exerceu atividades na Regional da Funai em Governador Valadares, permanecendo no cargo por 1 ano e 2 meses.

MSc. Filipe Fernandes de Sousa

Bacharel em Agroecologia pela Universidade Estadual da Paraíba, Mestre em Agroecologia pela Universidade Federal de Viçosa e Doutorando em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa. Desenvolve pesquisas relacionadas às estratégias de reprodução socioeconômica em comunidades rurais, os meios de vida, o saber-fazer, as interações Indivíduo/Sociedade e Natureza e os conflitos socioambientais. Exerceu as funções de técnico extensionista e de coordenador técnico no Centro Agroecológico Tamanduá — CAT, em convênios firmados com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA e com a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário-SEAD para promoção de ATER no Médio Rio Doce, em Minas Gerais.

Prof. Dr. Flávio Sacco dos Anjos

Doutor em Agroecología, Sociología y Estudios Campesinos — Universidad de Córdoba — Espanha (2000), mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1994), bacharel em Agronomia pela Universidade Federal de Pelotas (1983). Atuou como professor visitante, através de Bolsa Pós-Doc Sênior da CAPES junto ao Departamento de Antropologia Social da Universidade de Sevilha (2009-2010), Universidade da Calábria (2015), Universidade de Cagliari (2015) no âmbito da Decima Edizione della Scuola Estiva di Sviluppo Locale Sebastiano Brusco. Realizou missão de 12 meses (2019-2020) como professor visitante junto ao Instituto de Estudos Sociais Avançados da Espanha dentro do programa CAPES-PRINT-UFPel. Desde 2007 atua como consultor da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e desde 2005 junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Coordenou projeto de cooperação e intercâmbio dentro do Acordo Brasil-Espanha

²⁶⁵ Informações sobre o pesquisador foram fornecidas durante a entrevistas realizada pela FGV. Não foi possível encontrar informações na plataforma Lattes. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do?metodo=apresentar>. Acesso em: 22/6/2022.

(2009-2014) envolvendo a UFPEL, Universidade de Sevilha e UFSM. Atualmente é professor titular da Universidade Federal de Pelotas, sendo docente permanente junto ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural e ao Programa de Pós-graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar. É docente colaborador junto ao PPG em Sociologia da UFPel. Tem experiência na área de Sociologia Rural, Sociologia da Alimentação e Antropologia Rural, atuando principalmente nos seguintes temas: agricultura familiar, segurança alimentar, políticas públicas, pluriatividade, agricultura familiar, redes agroalimentares alternativas e agroecologia.

Prof. Dr. Haruf Salmen Espindola

Possui graduação em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (1981), mestrado em História Política pela Universidade de Brasília (1988) e doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (2000). Atualmente é professor titular da Universidade Vale do Rio Doce — Univale, atuando no Curso de Direito e no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Gestão Integrada do Território — GIT/Univale. É membro do corpo permanente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina — PPGICH/UFSC. Tem experiência no campo da Gestão Universitária: foi coordenador de Curso na Graduação e na Pós-graduação Stricto Sensu, chefe de departamento, diretor de Faculdade e vice-reitor; atuou como membro da Conselho Diretor da Fundação Percival Farquhar, mantenedora da Univale. Na Gestão Pública ocupou o cargo de presidente do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural; secretário de Governo; e secretário de Educação no município de Governador Valadares. Na pesquisa dedicou à Ciência Política, História Social e História Ambiental. Na Extensão Universitária atuou no terceiro setor, inclusive coordenador da ONG Centro Agroecológico Tamanduá, na qual é atualmente membro do Conselho Diretor; atua no campo do desenvolvimento territorial rural. Atualmente é coordenador do Programa GIT/Univale e do Doutorado Interinstitucional — DINTER do PPGICH/UFSC na receptora Univale.

Profa. Dra. Izabela Maria Tamaso

Possui graduação em Rádio e Televisão pela Universidade de São Paulo (USP), mestrado e doutorado em Antropologia pela Universidade de Brasília (UnB). É professora associada 2, da Universidade Federal de Goiás (UFG), sócia da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), membro do Comitê de Patrimônios e Museus da ABA e membro do Comitê de Comunicação da ABA. É representante da ABA como membro

suplente do Conselho Consultivo do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e do Comitê Gestor de Assessoramento do Sistema Brasileiro de Museus — IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus). Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em patrimônios culturais, antropologia urbana, antropologia do lugar, memória, performances culturais, narrativas visuais. Atualmente é vinculada a dois programas de pós-graduação: em Antropologia Social (PPGAS/FCS — UFG) e Performances Culturais (PPGPC/FCS — UFG). Foi diretora da Faculdade de Ciências Sociais (FCS — UFG) entre 2018-2021.

Dr. John Matias Wojciechowski

Graduação em Planejamento Urbano e Regional da University of Waterloo, Canadá (2000), mestrado em Desenvolvimento Econômico Local da University of Waterloo, Canadá (2002), mestrado em Planejamento e Gestão do Território da Universidade Federal do ABC (2014) e doutorado em Planejamento e Gestão do Território da Universidade Federal do ABC (2019). Sua atuação profissional integra duas áreas de conhecimento: gestão metropolitana e desenvolvimento econômico local. Urbanista de formação, a linha de atuação em governança metropolitana, iniciada no Brasil em 2006 por meio do Projeto de Cooperação Técnica Internacional Novos Consórcios Públicos para a Governança Metropolitana, seguiu até 2012 com a participação no GT PUC-MG na elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Os principais temas de interesse nesta área são como os processos de aprendizagem institucional e social, desencadeados em diversas escalas federativas, podendo fortalecer a formação de consórcios públicos em prol da equidade social no contexto metropolitano e/ou regional. Paralelamente, desde 2008, por meio da ONG Internacional World Fisheries Trust, vem atuando no Brasil e na Bolívia como consultor de desenvolvimento econômico local, arranjos produtivos locais, desenvolvimento costeiro e desenvolvimento pesqueiro de pequena escala. Mais recentemente integrou as duas linhas de atuação do seu doutorado (2015-2019), onde explorou os impactos dos processos de desenvolvimento territorial de longo prazo sobre a formação de coalizões sociais amplas (urbanas-rurais) em prol da transição agroecológica, na Região do Vale do Paraíba e Litoral Norte de São Paulo. Atualmente é participante de diferentes redes e projetos de pesquisa de cunho internacional onde atua na elaboração de estudos sobre o desenvolvimento sustentável da pesca artesanal no Brasil. Ainda possui ampla experiência na elaboração de processos formativos, cursos de capacitação para gestores públicos e de extensão comunitária na área de gestão colaborativa, gestão baseada em resultados, estudos de viabilidade econômica e cooperação técnica internacional. Tem experiência na área de governança

metropolitana, desenvolvimento econômico local e comunitário, fortalecimento de cadeias produtivas, setor pesqueiro, gestão de projetos e cooperação internacional.

MSc. Larissa Pirchiner de Oliveira Vieira

Possui graduação em Direito pela Faculdade de Direito Milton Campos (2012). Nesta instituição, foi pesquisadora bolsista da FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa de MG), no período de 2011-2012, com o tema "Direitos Reais e Direito à Moradia: tensões entre a posse e a propriedade". É mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da UFMG, defendendo dissertação intitulada "O Projeto Minas Rio e a Mineração em Conceição do Mato Dentro (MG): Uma análise a partir dos discursos, dos conflitos e da resistência" (2015). Foi orientadora de campo e assessora técnica no Projeto "Mapeamento das Ocupações Urbanas de Belo Horizonte e Região Metropolitana de Belo Horizonte" (CNPq), do Programa Cidade e Alteridade da UFMG (MEC/PROEXT) no período de agosto de 2013 a agosto de 2014. Participou, como consultora jurídica, da equipe de revisão do Plano Diretor do Município de Brumadinho (MG) (2014-2016). Trabalhou como advogada no Programa Judicial de Conciliação para Remoção e Reassentamento Humanizados de famílias do Anel Rodoviário e BR 381 (2015). Prestou consultoria no âmbito da elaboração do Plano de Gestão Social da Via 040 à empresa Herkenhoff & Prates — Tecnologia e Desenvolvimento, em março de 2016. É uma das associadas fundadoras do Coletivo Margarida Alves de Assessoria Popular (CMA), onde atua com assessoria jurídica popular, desde 2012, em demandas envolvendo questões de gênero e étnico-raciais, conflitos fundiários urbanos ou rurais e conflitos socioambientais. Dentro do CMA, coordena e coordenou projetos envolvendo questões de gênero, étnico-raciais e conflitos socioambientais. Também prestou consultoria jurídica ao projeto intitulado "Fortalecimento do Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos e visibilidade da luta das(os) Defensoras e Defensores de Direitos humanos", executado pela organização de direitos humanos, Terra de Direitos (TDD). É colunista no site "Esquerda Online", com a coluna Direito e (In) Justiça.

Profa. Dra. Raquel Oliveira Santos Teixeira

Doutora pelo programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFMG (2014), possui mestrado em Sociologia (2008) e graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (2005). Em 2015, realizou estágio pós-doutoral na Universidade Federal do Espírito Santo (PGCS-UFES). Atualmente é professora-adjunta do Departamento de Sociologia (UFMG), subcoordenadora do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da UFMG (GESTA-UFMG), professora do mestrado

associado UFMG-Unimontes em Sociedade, Ambiente e Território e colaboradora do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFMG (PPGS). Membro do Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos da ABA (Associação Brasileira de Antropologia). Atua com ênfase em Meio Ambiente e Sociedade, campo em que tem experiência de ensino, pesquisa e extensão abordando os seguintes temas: conflitos socioambientais, licenciamento ambiental, justiça ambiental, comunidades tradicionais, territorialidades, risco e sofrimento social.

Prof. Dr. Reinaldo Duque Brasil Landulfo Teixeira

Natural de Belo Horizonte, Bacharel (UFV, 2006) e Mestre (Unimontes, 2007) em Ciências Biológicas, com ênfase em Ecologia e Conservação da Biodiversidade e doutor em Botânica pela Universidade Federal de Viçosa (UFV, 2012), atua nas áreas de Botânica, Ecologia, Etnobiologia, Agroecologia e Extensão Rural. Professor Associado I da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), no Campus Governador Valadares, onde leciona disciplinas de Agroecologia e Botânica no Instituto de Ciências da Vida e coordena o programa de extensão e pesquisa-ação NAGÔ — Núcleo de Agroecologia de Governador Valadares.

Prof. Dr. Renato Sérgio Jamil Maluf

Professor titular do Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (DDAS) e membro permanente do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Graduado em Ciências Econômicas (UNIMEP, 1973), mestre (1976) e doutor (1988) em Economia Política (UNICAMP). Programas de pós-doutoramento na Oxford University (UK, 1996-7) e na Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (Paris, 2000-1), e estágio sênior na City, University of London (2017). Coordenador do Centro de Referência em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (CERESAN/UFRRJ), e integrante do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA/UFRRJ). Disciplinas na graduação e pós-graduação: Teorias de Desenvolvimento; Alimentos, Política e Desenvolvimento; Sistemas Alimentares e Alimentação; Economia Política Internacional; História Econômica. Desenvolve projetos de pesquisa, capacitação e cooperação nos seguintes temas: soberania e segurança alimentar e nutricional; direito humano à alimentação; justiça alimentar; agricultura familiar; multifuncionalidade da agricultura familiar; desenvolvimento territorial sustentável. Presidente (2007-2011) do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), Presidência da República do Brasil. Membro do Comitê Diretivo do Painel de Alto Nível de Especialistas em Segurança Alimentar do Comitê das Nações

Unidas de Segurança Alimentar Global, 2010-2015. Integrante da Chaire UNESCO — Alimentations du Monde, Comité d'Orientation Stratégique (Collège Personnalités Qualifiées), sediada em Montpellier (França), desde 2011. Membro da Coordenação Nacional do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional desde 1998. Coordenador da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, 2017/21.

Profa. Dra. Simone Raquel Batista Ferreira

Bacharel em Geografia (1995), licenciada em Geografia (1997) e mestre em Geografia Humana (2002) pela Universidade de São Paulo; Doutora em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (2009), onde também vem realizando seu Pós-Doutorado em Geografia. Atualmente, é professora associada do Departamento de Educação e Ciências Humanas (DECH) do Centro Universitário do Norte do Espírito Santo (CEUNES), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), onde atua no curso de Licenciatura em Educação do Campo. Líder do Grupo de Pesquisa Territorialidades Tradicionais (CNPq/UFES). Tem experiência em pesquisas e trabalhos referentes à identificação de territórios tradicionalmente ocupados, em diálogo com a questão agrária e socioambiental, com destaque às formas de territorialidade de povos originários, comunidades tradicionais quilombolas, pesqueiras, ribeirinhas e camponesas, em conflito com projetos desenvolvimentistas hegemônicos. Vem atuando nessas pesquisas com o uso de metodologias participativas como a História Oral e a Cartografia Social.

Profa. Dra. Simone Scifoni

Geógrafa, mestre e doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo. Prêmio Capes de Teses, conferido, em 2006, ao trabalho intitulado "A construção do patrimônio natural". Docente do Depto. de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Atuou em instituições públicas de proteção do patrimônio cultural como o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Condephaat (SP) e Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de São Bernardo do Campo. Fundadora e membro da Rede Paulista de Educação Patrimonial, Repep. Membro do Icomos-Brasil. Vice-diretora do Centro de Preservação Cultural CPC/USP. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Patrimônio, Espaço e Memória (PEM), certificado pelo CNPq.

Profa. Dra. Symaira Poliana Nonato

Pedagoga. Doutora em Educação pelo programa de pós-graduação Conhecimento e Inclusão Social em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente é

professora da Faculdade de Educação/UFMG do Departamento de Administração Escolar. Atua como coordenadora geral do Programa Observatório da Juventude da UFMG. Integra o Fórum das Juventudes da Grande BH desde 2008. Compõe a equipe da Pastoral da Juventude desde 2003, a qual atuou por quatro anos na coordenação. Atuou como Técnica em Assuntos Educacionais na Pró-Reitoria de Extensão, na Diretoria de Avaliação e Fomento da Extensão (UFMG). Trabalhou como professora em cursos de formação de professores do Ensino Médio e da EJA, oferecidos pela UFMG em parceria com o MEC. Foi bolsista CAPES/REUNI atuando na equipe pedagógica e como professora no curso de "Formação em Docência do Ensino Superior" para discentes da pós-graduação e docentes da UFMG. Atuou como professora formadora e professora tutora do curso de Pedagogia da UAB-UFMG (2014-2016). Atua nas áreas da Sociologia da Educação, Sociologia da Juventude e Sociologia do Trabalho, especialmente nos temas: juventudes, trabalho, projeto de vida, educação popular e metodologias de trabalho com jovens.

Dra. Tânia Maria Silveira

Possui graduação em Nutrição pela UNA (2019) e Farmácia/Bioquímica de Alimentos pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1992), doutorado em Ciência de Alimentos pela Faculdade de Farmácia da UFMG (2008) e mestrado em Tecnologia e Inspeção de Produtos de Origem Animal pela Escola de Veterinária da UFMG (2002). É professora-adjunta I no Centro Universitário de Belo Horizonte — UNIBH e no Centro Universitário UNA, nos cursos de graduação em Nutrição, Biomedicina e Medicina Veterinária. Foi coordenadora do Programa de Mestrado Profissional em Tecnologia de Alimentos e do curso de especialização MBA em Gestão para Empresas de Alimentos e Segurança Alimentar do UNIBH. Atualmente ministra as unidades curriculares de Alimentação e Nutrição na Saúde Humana; Nutrição, saúde e doenças nas fases da vida; Técnicas dietéticas e gastronomia; Tecnologia e Análise de Alimentos e Inspeção e Tecnologia de Produtos de Origem Animal. Tem experiência na indústria de alimentos nas áreas de Tecnologia de Alimentos, Análise Bromatológica e Microbiológica de alimentos e Gestão da segurança alimentar.

APÊNDICE C — FICHAS DAS INTERAÇÕES DE LEVANTAMENTO DE DADOS REALIZADAS NA REGIÃO ESTUARINA, COSTEIRA E MARINHA DO ESPÍRITO SANTO

O presente apêndice apresenta o conjunto de fichas das interações para levantamento de dados realizadas pela FGV com pessoas atingidas da Região Estuarina, Costeira e Marinha do Espírito Santo — Figuras 1 a 54. Tais fichas são relatórios, em formato PDF, gerados por banco de dados desenvolvido internamente para sistematização das informações obtidas nas interações nos territórios ao longo do projeto. Nelas são encontrados dados que caracterizam a realização de cada interação e também o processo dos trabalhos de campo que culminaram na sua execução.

Figura 1 — Ficha da interação realizada remotamente em 7/7/2021 com participantes de São Mateus (ES) — 1 de 2

10/02/2022 10:35

Portal Rio Doce - Relatório - Fichamento de Oficina

 **RELATÓRIO DE FICHAMENTO DE INTERAÇÃO**

PROJETO **RIO DOCE**

INFORMAÇÕES GERAIS

DATA: 07/07/2021

HORÁRIO DE INÍCIO: 18:00

HORÁRIO DE FIM: 21:30

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO: Oficina - Remota

TERRITÓRIO DE APOIO TÉCNICO: Macrorregião Litoral Norte Capixaba (ES)
MUNICÍPIO/TERRA INDÍGENA/QUILOMBO: São Mateus
LOCAL DO LEVANTAMENTO DE DADOS: Interação realizada remotamente
COMUNIDADE/GRUPO SOCIAL: Pescadores(as) e moradores
ASSESSORIA TÉCNICA: Nenhum
COMISSÃO DE ATINGIDOS: Nenhum

CONTEXTUALIZAÇÃO

TIPO DE INTERAÇÃO:
Interação para levantamento de danos

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:
As oficinas são realizadas com o objetivo de identificar de maneira coletiva os danos e as perdas sofridas por moradores das comunidades atingidas do município de São Mateus/ES. Para isso, parte-se do registro das narrativas dos participantes, que são provocados a contar sobre as alterações em seus modos de vida. As oficinas são compostas por uma agenda comum, realizada virtualmente via plataforma Zoom. Prévio a esse momento, os participantes já são capacitados pela equipe a usarem a plataforma e preenchem o formulário de inscrição. O momento da oficina é dividido em 4 partes: 1- Plenária inicial que inclui agradecimentos, apresentação dos presentes, compartilhamento de informações sobre o papel da FGV no processo de reparação e o objetivo da oficina de construção da matriz de danos, seguida da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. 2- Trabalho em plenária para o levantamento de danos em si, composto de duas partes. Uma primeira, sendo uma conversa em torno das questões orientadoras para levantamento dos danos através das narrativas; e uma segunda em que são levantados os danos contemplados nas narrativas. 3- Plenária final dedicada à validação pelos atingidos e atingidas dos danos identificados por dimensões temáticas, com possibilidade de alterações, complementações e identificação de novos danos; e 4- Finalização com esclarecimentos sobre os próximos passos e agradecimentos. Essa oficina aconteceu em dois dias, sendo que os momentos 1 e 2 foram realizados no dia 07 de julho, e os momentos 3 e 4 foram realizados no dia 08 de julho.

1/2

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 2 — Ficha da interação realizada remotamente em 7/7/2021 com participantes de São Mateus (ES) — 2 de 2

10/02/2022 10:35	Portal Rio Doce - Relatório - Fichamento de Oficina
DESCRIÇÃO DO GRUPO DE COLETA: O grupo social é composto por moradores das comunidades de Campo Grande, Nativo, Gameleira, Sítio Ponta e São Miguel. Na sua maioria são pessoas que exercem atividades que estão vinculados ao uso da terra, como pesca e produção rural, caracterizando assim seu modo de vida, associados a práticas culturais, festas e tradições. Alguns desses exercem atividades de comércio, por vezes ligados aos produtos das atividades de pesca e agricultura. Para esse momento também seriam incluídos representantes das comunidades de Ferrugem e Pedra d'água; contudo, no primeiro caso, os representantes não responderam ao contato da equipe, e, no segundo caso, não foi encontrada alguma liderança que representasse a comunidade. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE APROXIMAÇÃO: A aproximação aconteceu por ligação telefônica ou via WhatsApp com as principais lideranças e representantes de cada comunidade; tais contatos foram angariados a partir de documentos secundários e indicações de outras lideranças (método "bola de neve"). Nesse primeiro contato foi explicado sobre o estudo e seu contexto de atuação. E também foi feita a escuta atenciosa das principais questões da comunidade em relação ao desastre, além do interesse em conhecer sobre o seu perfil e principais características. A partir dessas conversas, que foram registradas, a equipe pôde definir os agrupamentos comunitários das oficinas e principais temas a serem abordados. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE PACTUAÇÃO DE ESTRATÉGIA PARA COLETA: Após a equipe definir uma proposta de agrupamentos das comunidades e temas das oficinas, foi organizada uma reunião virtual com as lideranças de cada comunidade. Nesse encontro foi retomado o objetivo do estudo e também explicado de forma detalhada sobre as etapas da oficina e apresentada a proposta de datas, horários e grupos para suas realizações. Para finalizar, houve abertura para as sugestões vindas das lideranças para a pactuação. Além dessa reunião, posteriormente a equipe entrou em contato com outras lideranças que não puderam estar presentes nessa reunião, para assim complementar a pactuação da proposta de oficinas. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO PARA COLETA: A mobilização se deu através do contato telefônico ou via WhatsApp com representantes de cada comunidade, indicados pelas lideranças. Aos contatos feitos pela primeira vez, houve a explicação sobre o estudo e convite para participação das oficinas. Já aos contatos feitos anteriormente para a aproximação, foi realizado apenas o convite. Em ambos os casos houve o preenchimento da ficha de inscrição e também a capacitação ao uso da ferramenta Zoom, que envolve o guia para baixar o aplicativo e também a realização de um teste de ambientação.	
2/2	

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 3 — Ficha da interação realizada remotamente em 13/7/2021 com participantes de São Mateus — 1 de 2

10/02/2022 10:36

Portal Rio Doce - Relatório - Fichamento de Oficina

 **RELATÓRIO DE FICHAMENTO DE INTERAÇÃO**

PROJETO **RIO DOCE**

INFORMAÇÕES GERAIS

DATA: 13/07/2021 **HORÁRIO DE INÍCIO:** 16:00 **HORÁRIO DE FIM:** 20:30

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO: Oficina - Remota

TERRITÓRIO DE APOIO TÉCNICO: Macrorregião Litoral Norte Capixaba (ES)
MUNICÍPIO/TERRA INDÍGENA/QUILOMBO: São Mateus
LOCAL DO LEVANTAMENTO DE DADOS: Interação realizada remotamente
COMUNIDADE/GRUPO SOCIAL: Produtores(as) rurais e moradores; Pescadores(as) e moradores
ASSESSORIA TÉCNICA: Nenhum
COMISSÃO DE ATINGIDOS: Nenhum

CONTEXTUALIZAÇÃO

TIPO DE INTERAÇÃO:
Interação para levantamento de danos

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:
As oficinas são realizadas com o objetivo de identificar de maneira coletiva os danos e as perdas sofridas por moradores das comunidades atingidas do município de São Mateus/ES. Para isso, parte-se do registro das narrativas dos participantes, que são provocados a contar sobre as alterações em seus modos de vida. As oficinas são compostas por uma agenda comum, realizada virtualmente via plataforma Zoom. Prévio a esse momento, os participantes já são capacitados pela equipe a usarem a plataforma e preenchem o formulário de inscrição. O momento da oficina é dividido em 4 partes: 1- Plenária inicial que inclui agradecimentos, apresentação dos presentes, compartilhamento de informações sobre o papel da FGV no processo de reparação e o objetivo da oficina de construção da matriz de danos, seguida da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. 2- Trabalho em plenária para o levantamento de danos em si, composto de duas partes. Uma primeira, sendo uma conversa em torno das questões orientadoras para levantamento dos danos através das narrativas; e uma segunda em que são levantados os danos contemplados nas narrativas. 3- Plenária final dedicada à validação pelos atingidos e atingidas dos danos identificados por dimensões temáticas, com possibilidade de alterações, complementações e identificação de novos danos; e 4- finalização com esclarecimentos sobre os próximos passos e agradecimentos.

1/2

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 4 — Ficha da interação realizada remotamente em 13/7/2021 com participantes de São Mateus — 2 de 2

10/02/2022 10:36	Portal Rio Doce - Relatório - Fichamento de Oficina
DESCRIÇÃO DO GRUPO DE COLETA: O grupo social é composto por moradores das comunidades de Nativo, Gameleira e Sítio Ponta. Na sua maioria são pessoas que exercem atividades que estão vinculadas ao uso da terra, como pesca e produção rural, caracterizando assim seu modo de vida, associadas a práticas culturais, festas e tradições. Alguns desses exercem atividades de comércio, por vezes ligados aos produtos das atividades de pesca e agricultura. Para esse momento também seriam incluídos representantes de outras comunidades (a seguir mencionam-se as comunidades e motivos de ausência): Campo Grande (os agricultores tradicionais não tinham acesso à internet; além disso, foi indicado pela liderança que a agricultura não é muito expressiva na comunidade), São Miguel (representante não pôde estar presente), Ferrugem (representante não respondeu o contato da equipe) e Pedra d'água (não foi encontrada alguma liderança que representasse a comunidade). DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE APROXIMAÇÃO: A aproximação aconteceu por ligação telefônica ou via WhatsApp com as principais lideranças e representantes de cada comunidade; tais contatos foram angariados a partir de documentos secundários e indicações de outras lideranças (método "bola de neve"). Nesse primeiro contato foi explicado sobre o estudo e seu contexto de atuação. E também foi feita a escuta atenciosa das principais questões da comunidade em relação ao desastre, além do interesse em conhecer sobre o perfil da comunidade e principais características. A partir dessas conversas, que foram registradas, a equipe pôde definir os agrupamentos comunitários das oficinas e principais temas a serem abordados. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE PACTUAÇÃO DE ESTRATÉGIA PARA COLETA: Após a equipe definir uma proposta de agrupamento das comunidades e temas das oficinas, foi organizada uma reunião virtual com as lideranças de cada comunidade. Nesse encontro foi retomado o objetivo do estudo, explicado de forma detalhada sobre as etapas da oficina e apresentada a proposta de datas, horários e grupos para suas realizações. Para finalizar, houve abertura para as sugestões vindas das lideranças para a pactuação. Além dessa reunião, posteriormente, a equipe entrou em contato com outras lideranças que não puderam estar presentes, para assim complementar a pactuação da proposta de oficinas. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO PARA COLETA: A mobilização se deu através do contato telefônico ou via WhatsApp com representantes de cada comunidade, indicados pelas lideranças. Aos contatos feitos pela primeira vez, houve a explicação sobre o estudo e convite para participação das oficinas. Já aos contatos feitos anteriormente para a aproximação, foi feito apenas o convite. Em ambos os casos houve o preenchimento da ficha de inscrição e também a capacitação ao uso da ferramenta Zoom, que envolve o guia para baixar o aplicativo, e também a realização de um teste de ambientação.	
2/2	

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 5 — Ficha da interação realizada remotamente em 20/7/2021 com participantes de São Mateus (ES) — 1 de 2

10/02/2022 10:37

Portal Rio Doce - Relatório - Fichamento de Oficina

 **RELATÓRIO DE FICHAMENTO DE INTERAÇÃO**

PROJETO **RIO DOCE**

INFORMAÇÕES GERAIS

DATA: 20/07/2021

HORÁRIO DE INÍCIO: 16:00

HORÁRIO DE FIM: 22:00

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO: Oficina - Remota

TERRITÓRIO DE APOIO TÉCNICO: Macrorregião Litoral Norte Capixaba (ES)
MUNICÍPIO/TERRA INDÍGENA/QUILOMBO: São Mateus
LOCAL DO LEVANTAMENTO DE DADOS: Interação realizada remotamente
COMUNIDADE/GRUPO SOCIAL: Moradores(as) (Pontal do Ipiranga, Barra Seca, Urussuquara, Barra Nova Norte, Barra Nova Sul)
ASSESSORIA TÉCNICA: Nenhum
COMISSÃO DE ATINGIDOS: Nenhum

CONTEXTUALIZAÇÃO

TIPO DE INTERAÇÃO:
Interação para levantamento de danos

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:
As oficinas são realizadas com o objetivo de identificar de maneira coletiva os danos e as perdas sofridas por moradores das comunidades atingidas do município de São Mateus/ES decorrentes do desastre. Para isso, parte-se do registro das narrativas dos participantes, que são provocados a contar sobre as alterações em seus modos de vida. As oficinas são compostas por uma agenda comum, realizada virtualmente via plataforma Zoom. O momento da oficina é dividido em 4 partes: 1- Plenária inicial que inclui agradecimentos, apresentação dos presentes, compartilhamento de informações sobre o papel da FGV no processo de reparação e o objetivo da oficina de construção da matriz de danos, seguida da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e por uma atividade de "quebra-gelo". 2- Trabalho em plenária para o levantamento de danos em si, sendo facilitada pela equipe uma conversa em torno das questões orientadoras sobre as alterações nos modos de vida decorrentes do desastre, através da escuta e registro de narrativas. 3- Plenária final dedicada à validação pelos atingidos e atingidas dos danos identificados por dimensões temáticas, com possibilidade de alterações, complementações e identificação de novos danos; e 4- Finalização com esclarecimentos sobre os próximos passos e agradecimentos.

1/2

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 6 — Ficha da interação realizada remotamente em 20/7/2021 com participantes de São Mateus (ES) — 2 de 2

10/02/2022 10:37	Portal Rio Doce - Relatório - Fichamento de Oficina
DESCRIÇÃO DO GRUPO DE COLETA: O grupo social foi composto por moradores e moradoras das comunidades de Barra Nova Sul, Guriri, Pontal do Ipiranga e Barra Seca. As principais atividades produtivas realizadas pelos participantes envolviam a pesca, agricultura, turismo e comércio. Para esse momento também estava prevista a participação de pessoas das comunidades de Urussuquara e Barra Nova Norte; contudo, nenhuma das pessoas participou da oficina, apesar de terem sido feitos contatos de aproximação, pactuação e mobilização com lideranças dessas duas comunidades. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE APROXIMAÇÃO: A aproximação aconteceu por ligação telefônica e via WhatsApp com as principais lideranças e representantes de cada comunidade, sendo que tais contatos foram levantados a partir de documentos secundários e indicações de outras lideranças (método "bola de neve"). No primeiro contato foi feita a apresentação do trabalho da FGV, seus objetivos e contexto de atuação. E também foi feita escuta atenciosa das principais questões da comunidade em relação ao desastre, bem como de questões sobre as principais características, perfil e atividades produtivas da comunidade. A partir dessas conversas, que são registradas, a equipe gerou a proposta para os agrupamentos comunitários e de ofícios para as oficinas, além de identificar temas específicos a serem abordados. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE PACTUAÇÃO DE ESTRATÉGIA PARA COLETA: Após a equipe definir uma proposta de agrupamento das comunidades e grupos sociais para as oficinas, foi organizada uma reunião virtual com as lideranças de cada comunidade. Nesse encontro foi retomado o objetivo do estudo, explicado de forma detalhada sobre as etapas da oficina e apresentada a proposta de datas, horários e grupos para as suas realizações. Para finalizar, houve abertura para as sugestões vindas das lideranças para a pactuação. Além dessa reunião, posteriormente a equipe entrou em contato com outras lideranças que não puderam estar presentes para complementar a pactuação da proposta de oficinas. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO PARA COLETA: A mobilização se deu através do contato telefônico e via WhatsApp com representantes e lideranças de cada comunidade, além dos contatos sugeridos por essas pessoas de referência para participação na oficina. Nos casos de contatos feitos pela primeira vez, houve a explicação sobre o estudo em andamento e convite para participação das oficinas. Para os contatos já feitos anteriormente (durante a aproximação), foi feito apenas o convite. Em ambos os casos houve o preenchimento da ficha de inscrição e também a capacitação ao uso da ferramenta Zoom, que envolve o guia para baixar o aplicativo e a realização de um teste de ambientação.	
2/2	

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 7 — Ficha da interação realizada remotamente em 24/7/2021 com participantes de Conceição da Barra (ES) e São Mateus (ES) — 1 de 2

10/02/2022 10:38

Portal Rio Doce - Relatório - Fichamento de Oficina

 **RELATÓRIO DE FICHAMENTO DE INTERAÇÃO**

PROJETO **RIO DOCE**

INFORMAÇÕES GERAIS

DATA: 24/07/2021

HORÁRIO DE INÍCIO: 08:00

HORÁRIO DE FIM: 13:00

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO: Oficina - Remota

TERRITÓRIO DE APOIO TÉCNICO: Macrorregião Litoral Norte Capixaba (ES)

MUNICÍPIO/TERRA INDÍGENA/QUILOMBO: Conceição da Barra

LOCAL DO LEVANTAMENTO DE DADOS: Interação realizada remotamente

COMUNIDADE/GRUPO SOCIAL: Quilombolas

ASSESSORIA TÉCNICA: Nenhum

COMISSÃO DE ATINGIDOS: Nenhum

TERRITÓRIO DE APOIO TÉCNICO: Macrorregião Litoral Norte Capixaba (ES)

MUNICÍPIO/TERRA INDÍGENA/QUILOMBO: São Mateus

LOCAL DO LEVANTAMENTO DE DADOS: Interação realizada remotamente

COMUNIDADE/GRUPO SOCIAL: Quilombolas

ASSESSORIA TÉCNICA: Nenhum

COMISSÃO DE ATINGIDOS: Nenhum

CONTEXTUALIZAÇÃO

TIPO DE INTERAÇÃO:
Interação para levantamento de danos

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:
As oficinas são realizadas com o objetivo de identificar de maneira coletiva os danos e as perdas sofridas por moradores das comunidades atingidas dos municípios de São Mateus e Conceição da Barra/ES decorrentes do desastre. Para isso, parte-se do registro das narrativas dos participantes, que são provocados a contar sobre as alterações em seus modos de vida. As oficinas são compostas por uma agenda comum, realizada virtualmente via plataforma Zoom. O momento da oficina é dividido em 4 partes: 1- Plenária inicial que inclui agradecimentos, apresentação dos presentes, compartilhamento de informações sobre o papel da FGV no processo de reparação e o objetivo da oficina de construção da matriz de danos, seguida da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e por uma atividade de "quebra-gelo". 2- Trabalho em plenária para o levantamento de danos em si, sendo facilitada pela equipe uma conversa em torno das questões orientadoras sobre as alterações nos modos de vida decorrentes do desastre, através da escuta e registro de narrativas. 3- Plenária final dedicada à validação pelos atingidos e atingidas dos danos identificados por dimensões temáticas, com possibilidade de alterações, complementações e identificação de novos danos; e 4- Finalização com esclarecimentos sobre os próximos passos e agradecimentos.

1/2

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 8 — Ficha da interação realizada remotamente em 24/7/2021 com participantes de Conceição da Barra (ES) e São Mateus (ES) — 2 de 2

10/02/2022 10:38	Portal Rio Doce - Relatório - Fichamento de Oficina
DESCRIÇÃO DO GRUPO DE COLETA: O grupo social é composto por moradores das comunidades remanescentes de Quilombo do território conhecido como Sapê do Norte. As comunidades quilombolas são grupos étnicos predominantemente constituídos por população negra rural, que se autodefinem como tal a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, tradições e práticas culturais próprias. Nesse território foram identificadas as comunidades atingidas de <u>Conceição da Barra</u>: Comunidade Remanescente Quilombola (CRQ) Angelim 1 e 2, CRQ Córrego Grande, CRQ São Domingos, CRQ Santana, CRQ Linharinho, CRQ Córrego do Sertão, CRQ Córrego Do Alexandre, CQR Porto Grande, CQR Morro da Onça, CQR Roda D'água, CQR Córregodo Chiado. E do município de <u>São Mateus</u>: CRQ Córrego do Sapato, CRQ Morro da Arara, CQR São Jorge, CQR Divino Espírito Santo. No entanto, na oficina houve a presença de representantes das seguintes comunidades: Angelim 2, Córrego Grande, Córrego do Alexandre, São Domingos, Morro da Onça e Córrego do Sapato. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE APROXIMAÇÃO: A aproximação aconteceu por ligação telefônica e via WhatsApp com as principais lideranças e representantes de cada comunidade, sendo que tais contatos foram levantados a partir de documentos secundários e indicações de outras lideranças (método "bola de neve"). No primeiro contato foi feita a apresentação do trabalho da FGV, seus objetivos e contexto de atuação. E também foi feita escuta atenciosa das principais questões da comunidade em relação ao desastre, bem como de questões sobre as principais características, perfil e atividades produtivas da comunidade. A partir dessas conversas, que são registradas, a equipe gerou a proposta para os agrupamentos comunitários e de ofícios para as oficinas, além de identificar temas específicos a serem abordados. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE PACTUAÇÃO DE ESTRATÉGIA PARA COLETA: A pactuação foi feita a partir do contato telefônico individual com representantes de cada comunidade, em que foi apresentada a proposta das datas das duas oficinas voltadas para as CRQs, explicado sobre as suas etapas e retomado o objetivo da atividade. Assim que acordada com as lideranças a data com cada grupo de comunidades, as mesmas cederam novos contatos para a mobilização. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO PARA COLETA: A mobilização se deu através do contato telefônico e via WhatsApp com representantes e lideranças de cada comunidade, além dos contatos sugeridos por essas pessoas de referência para participação na oficina. Nos casos de contatos feitos pela primeira vez, houve a explicação sobre o estudo em andamento e convite para a participação nas oficinas. Para os contatos já feitos anteriormente (durante a aproximação), foi realizado apenas o convite. Em ambos os casos houve o preenchimento da ficha de inscrição e também a capacitação ao uso da ferramenta Zoom, que envolve o guia para baixar o aplicativo e a realização de um teste de ambientação.	
2/2	

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 9 — Ficha da interação realizada remotamente em 31/7/2021 com participantes de Conceição da Barra (ES) — 1 de 2

10/02/2022 10:39

Portal Rio Doce - Relatório - Fichamento de Oficina

 **RELATÓRIO DE FICHAMENTO DE INTERAÇÃO**

PROJETO **RIO DOCE**

INFORMAÇÕES GERAIS

DATA: 31/07/2021

HORÁRIO DE INÍCIO: 08:00

HORÁRIO DE FIM: 13:00

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO: Oficina - Remota

TERRITÓRIO DE APOIO TÉCNICO: Macrorregião Litoral Norte Capixaba (ES)

MUNICÍPIO/TERRA INDÍGENA/QUILOMBO: Conceição da Barra

LOCAL DO LEVANTAMENTO DE DADOS: Interação realizada remotamente

COMUNIDADE/GRUPO SOCIAL: Quilombolas

ASSESSORIA TÉCNICA: Nenhum

COMISSÃO DE ATINGIDOS: Nenhum

CONTEXTUALIZAÇÃO

TIPO DE INTERAÇÃO:
Interação para levantamento de danos

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:
As oficinas são realizadas com o objetivo de identificar de maneira coletiva os danos e as perdas sofridas por moradores das comunidades atingidas do município de Conceição da Barra/ES decorrentes do desastre. Para isso, parte-se do registro das narrativas dos participantes, que são provocados a contar sobre as alterações em seus modos de vida. As oficinas são compostas por uma agenda comum, realizada virtualmente via plataforma Zoom. O momento da oficina é dividido em 4 partes: 1- Plenária inicial que inclui agradecimentos, apresentação dos presentes, compartilhamento de informações sobre o papel da FGV no processo de reparação e o objetivo da oficina de construção da matriz de danos, seguida da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e por uma atividade de "quebra-gelo". 2- Trabalho em plenária para o levantamento de danos em si, sendo facilitada pela equipe uma conversa em torno das questões orientadoras sobre as alterações nos modos de vida decorrentes do desastre, através da escuta e registro de narrativas. 3- Plenária final dedicada à validação pelos atingidos e atingidas dos danos identificados por dimensões temáticas, com possibilidade de alterações, complementações e identificação de novos danos; e 4- Finalização com esclarecimentos sobre os próximos passos e agradecimentos.

1/2

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 10 — Ficha da interação realizada remotamente em 31/7/2021 com participantes de Conceição da Barra (ES) — 2 de 2

10/02/2022 10:39	Portal Rio Doce - Relatório - Fichamento de Oficina
DESCRIÇÃO DO GRUPO DE COLETA: O grupo social é composto por moradores das comunidades remanescentes de quilombo do território conhecido como Sapê do Norte. As comunidades quilombolas são grupos étnicos predominantemente constituídos por população negra rural que se autodefinem como tal a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, tradições e práticas culturais próprias. Nesse território foram identificadas as comunidades atingidas de <u>Conceição da Barra</u>: Comunidade Remanescente Quilombola (CRQ) Angelim 1 e 2, CRQ Córrego Grande, CRQ São Domingos, CRQ Santana, CRQ Linharinho, CRQ Córrego do Sertão, CRQ Córrego Do Alexandre, CQR Porto Grande, CQR Morro da Onça, CQR Roda D'água, CQR Córregodo Chiado. E do município de <u>São Mateus</u>: CRQ Córrego do Sapato, CRQ Morro da Arara, CQR São Jorge, CQR Divino Espírito Santo. No entanto, houve a presença de representantes na oficina das seguintes comunidades: Angelim 2, Santana, Morro da Onça, Chiado e São Domingos. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE APROXIMAÇÃO: A aproximação aconteceu por ligação telefônica e via WhatsApp com as principais lideranças e representantes de cada comunidade, sendo que tais contatos foram levantados a partir de documentos secundários e indicações de outras lideranças (método "bola de neve"). No primeiro contato foi feita a apresentação do trabalho da FGV, seus objetivos e contexto de atuação. E também foi feita escuta atenciosa das principais questões da comunidade em relação ao desastre, bem como de questões sobre as principais características, perfil e atividades produtivas da comunidade. A partir dessas conversas, que são registradas, a equipe gerou a proposta para os agrupamentos comunitários e de ofícios para as oficinas, além de identificar temas específicos a serem abordados. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE PACTUAÇÃO DE ESTRATÉGIA PARA COLETA: A pactuação foi feita a partir do contato telefônico individual com representantes de cada comunidade, em que foi apresentada a proposta das datas das duas oficinas voltadas para as CRQs, explicado sobre as suas etapas e retomado o objetivo da atividade. Assim que acordada com as lideranças a data com cada grupo de comunidades, as mesmas cederam novos contatos para a mobilização. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO PARA COLETA: A mobilização se deu através do contato telefônico e via WhatsApp com representantes e lideranças de cada comunidade, além dos contatos sugeridos por essas pessoas de referência para participação na oficina. Nos casos de contatos feitos pela primeira vez, houve a explicação sobre o estudo em andamento e convite para participação das oficinas. Para os contatos já feitos anteriormente (durante a aproximação), foi realizado apenas o convite. Em ambos os casos houve o preenchimento da ficha de inscrição e também a capacitação ao uso da ferramenta Zoom, que envolve o guia para baixar o aplicativo e a realização de um teste de ambientação.	
2/2	

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 11 — Ficha da interação realizada remotamente em 3/8/2021 com participantes de Conceição da Barra (ES) — 1 de 2

10/02/2022 10:39

Portal Rio Doce - Relatório - Fichamento de Oficina

 **RELATÓRIO DE FICHAMENTO DE INTERAÇÃO**

PROJETO **RIO DOCE**

INFORMAÇÕES GERAIS

DATA: 03/08/2021

HORÁRIO DE INÍCIO: 14:30

HORÁRIO DE FIM: 19:30

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO: Oficina - Remota

TERRITÓRIO DE APOIO TÉCNICO: Macrorregião Litoral Norte Capixaba (ES)
MUNICÍPIO/TERRA INDÍGENA/QUILOMBO: Conceição da Barra
LOCAL DO LEVANTAMENTO DE DADOS: Interação realizada remotamente
COMUNIDADE/GRUPO SOCIAL: Produtores(as) rurais
ASSESSORIA TÉCNICA: Nenhum
COMISSÃO DE ATINGIDOS: Nenhum

CONTEXTUALIZAÇÃO

TIPO DE INTERAÇÃO:
Interação para levantamento de danos

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:
As oficinas são realizadas com o objetivo de identificar de maneira coletiva os danos e as perdas sofridas por moradores das comunidades atingidas do município de Conceição da Barra/ES decorrentes do desastre. Para isso, parte-se do registro das narrativas dos participantes, que são provocados a contar sobre as alterações em seus modos de vida. As oficinas são compostas por uma agenda comum, realizada virtualmente via plataforma Zoom. O momento da oficina é dividido em 4 partes: 1- Plenária inicial que inclui agradecimentos, apresentação dos presentes, compartilhamento de informações sobre o papel da FGV no processo de reparação e o objetivo da oficina de construção da matriz de danos, seguida da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e por uma atividade de "quebra-gelo". 2- Trabalho em plenária para o levantamento de danos em si, sendo facilitada pela equipe uma conversa em torno das questões orientadoras sobre as alterações nos modos de vida decorrentes do desastre, através da escuta e registro de narrativas. 3- Plenária final dedicada à validação pelos atingidos e atingidas dos danos identificados por dimensões temáticas, com possibilidade de alterações, complementações e identificação de novos danos; e 4- Finalização com esclarecimentos sobre os próximos passos e agradecimentos.

1/2

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 12 — Ficha da interação realizada remotamente em 3/8/2021 com participantes de Conceição da Barra (ES) — 2 de 2

10/02/2022 10:39	Portal Rio Doce - Relatório - Fichamento de Oficina
DESCRIÇÃO DO GRUPO DE COLETA: O grupo social é composto por agricultores e agricultoras dos Assentamentos de Reforma Agrária do município de Conceição da Barra/ES, quais sejam: Assentamento Paulo Vinhas, Assentamento Valdício Barbosa e Assentamento Jundiá, além de pequenos agricultores da Associação de Agricultura Familiar de Itaúnas / Conceição da Barra. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE APROXIMAÇÃO: A aproximação aconteceu por ligação telefônica e via WhatsApp com as principais lideranças e representantes de cada comunidade, sendo que tais contatos foram levantados a partir de documentos secundários e indicações de outras lideranças (método "bola de neve"). No primeiro contato foi feita apresentação do trabalho da FGV, seus objetivos e contexto de atuação. E também foi feita escuta atenciosa das principais questões da comunidade em relação ao desastre, bem como de questões sobre as principais características, perfil e atividades produtivas da comunidade. A partir dessas conversas, que são registradas, a equipe gerou a proposta para os agrupamentos comunitários e de ofícios para as oficinas, além de identificar temas específicos a serem abordados. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE PACTUAÇÃO DE ESTRATÉGIA PARA COLETA: Após a equipe definir uma proposta de agrupamento das comunidades e grupos sociais para as oficinas, foi feito um novo contato individualmente, no qual foi retomado o objetivo do estudo, explicadas de forma detalhada as etapas da oficina e apresentada a proposta de datas, horários e grupos para sua realização. Para finalizar, houve abertura para as sugestões vindas da liderança para a pactuação. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO PARA COLETA: A mobilização se deu através do contato telefônico e via WhatsApp com representantes e lideranças de cada comunidade, além dos contatos sugeridos por essas pessoas de referência para participação na oficina. Nos casos de contatos feitos pela primeira vez, houve a explicação sobre o estudo em andamento e o convite para participação das oficinas. Para os contatos já feitos anteriormente (durante a aproximação), foi realizado apenas o convite. Em ambos os casos houve o preenchimento da ficha de inscrição, e também a capacitação ao uso da ferramenta Zoom, que envolve o guia para baixar o aplicativo e a realização de um teste de ambientação.	
2/2	

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 13 — Ficha da interação realizada remotamente em 10/8/2021 com participantes de Conceição da Barra (ES) — 1 de 2

10/02/2022 10:40 Portal Rio Doce - Relatório - Fichamento de Oficina

 RELATÓRIO DE FICHAMENTO DE INTERAÇÃO PROJETO RIO DOCE

INFORMAÇÕES GERAIS

DATA: 10/08/2021 HORÁRIO DE INÍCIO: 18:30 HORÁRIO DE FIM: 21:00

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO: Oficina - Remota

TERRITÓRIO DE APOIO TÉCNICO: Macrorregião Litoral Norte Capixaba (ES)
MUNICÍPIO/TERRA INDÍGENA/QUILOMBO: Conceição da Barra
LOCAL DO LEVANTAMENTO DE DADOS: Interação realizada remotamente
COMUNIDADE/GRUPO SOCIAL: Comerciantes
APOIO TÉCNICO: Nenhum
COMISSÃO DE AVALIADOS: Nenhum

CONTEXTUALIZAÇÃO

TIPO DE INTERAÇÃO:
Interação para levantamento de danos

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:
As oficinas são realizadas com o objetivo de identificar de maneira coletiva os danos e as perdas sofridas por moradores das comunidades atingidas do município de Conceição da Barra/ES decorrentes do desastre. Para isso, parte-se do registro das narrativas dos participantes, que são provocados a contar sobre as alterações em seus modos de vida. As oficinas são compostas por uma agenda comum, realizada virtualmente via plataforma Zoom. O momento da oficina é dividido em 4 partes: 1- Plenária inicial que inclui agradecimentos, apresentação dos presentes, compartilhamento de informações sobre o papel da FGV no processo de reparação e o objetivo da oficina de construção da matriz de danos, seguida da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e por uma atividade de "quebra-gelo". 2- Trabalho em plenária para o levantamento de danos em si, sendo facilitada pela equipe uma conversa em torno das questões orientadoras sobre as alterações nos modos de vida decorrentes do desastre, através da escuta e registro de narrativas. 3- Plenária final dedicada à validação pelos atingidos e atingidas dos danos identificados por dimensões temáticas, com possibilidade de alterações, complementações e identificação de novos danos; e 4. Finalização com esclarecimentos sobre os próximos passos e agradecimentos. Essa oficina aconteceu em dois dias, sendo que os momentos 1 e 2 foram realizados no dia 10 de agosto, e os momentos 3 e 4 foram realizados no dia 17 de agosto.

1/2

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 14 — Ficha da interação realizada remotamente em 10/8/2021 com participantes de Conceição da Barra (ES) — 2 de 2

10/02/2022 10:40	Portal Rio Doce - Relatório - Fichamento de Oficina
DESCRIÇÃO DO GRUPO DE COLETA: O grupo social é composto por proprietários e representantes de comércios e empresas de Conceição da Barra - sede e Vila de Itaúnas. Esses comércios são da rede hoteleira, pousadas, restaurantes e barracas de praia. Houve também participação de produtores de eventos. Vale mencionar que todos são ou foram moradores dessa localidade. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE APROXIMAÇÃO: A aproximação aconteceu por ligação telefônica e via WhatsApp com as principais lideranças e representantes de cada comunidade, sendo que tais contatos foram levantados a partir de documentos secundários e indicações de outras lideranças (método "bola de neve"). No primeiro contato foi feita apresentação do trabalho da FGV, seus objetivos e contexto de atuação. E também foi feita escuta atenciosa das principais questões da comunidade em relação ao desastre, bem como de questões sobre as principais características, perfil e atividades produtivas da comunidade. A partir dessas conversas, que são registradas, a equipe gerou a proposta para os agrupamentos comunitários e de ofícios para as oficinas, além de identificar temas específicos a serem abordados. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE PACTUAÇÃO DE ESTRATÉGIA PARA COLETA: A pactuação foi feita a partir do contato telefônico individual com representantes da sede e da Vila Itaúnas, os quais já haviam participado da aproximação. Nesse momento foi apresentada a proposta das datas dos dois momentos de oficinas voltadas para os comerciantes, explicado sobre as suas etapas e retomado o objetivo da atividade. Assim que acordado com as lideranças as datas as mesmas cederam novos contatos para a mobilização. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO PARA COLETA: A mobilização se deu através do contato telefônico e via WhatsApp com representantes e lideranças de cada comunidade, além dos contatos sugeridos por essas pessoas de referência para participação na oficina. Nos casos de contatos feitos pela primeira vez, houve a explicação sobre o estudo em andamento e convite para participação das oficinas. Para os contatos já feitos anteriormente (durante a aproximação), foi realizado apenas o convite. Em ambos os casos houve o preenchimento da ficha de inscrição, e quando necessário, também houve a capacitação ao uso da ferramenta Zoom, que envolve o guia para baixar o aplicativo e a realização de um teste de ambientação. Para o segundo dia de oficina, o convite foi enviado novamente para todos os participantes.	
2/2	

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 15 — Ficha da interação realizada remotamente em 9/9/2021 com participantes de Conceição da Barra (ES) — 1 de 2

10/02/2022 10:40

Portal Rio Doce - Relatório - Fichamento de Oficina

 **RELATÓRIO DE FICHAMENTO DE INTERAÇÃO**

PROJETO **RIO DOCE**

INFORMAÇÕES GERAIS

DATA: 09/09/2021

HORÁRIO DE INÍCIO: 14:00

HORÁRIO DE FIM: 19:00

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO: Oficina - Remota

TERRITÓRIO DE APOIO TÉCNICO: Macrorregião Litoral Norte Capixaba (ES)

MUNICÍPIO/TERRA INDÍGENA/QUILOMBO: Conceição da Barra

LOCAL DO LEVANTAMENTO DE DADOS: Interação realizada remotamente

COMUNIDADE/GRUPO SOCIAL: Mulheres

ASSESSORIA TÉCNICA: Nenhum

COMISSÃO DE AVALIADORES: Nenhum

CONTEXTUALIZAÇÃO

TIPO DE INTERAÇÃO:
Interação para levantamento de danos

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:
As oficinas com mulheres atingidas das comunidades do litoral do ES foram realizadas a partir da demanda de algumas atingidas durante os momentos de aproximação, para realização de momento de diálogo somente entre mulheres para tratar de questões decorrentes do desastre particulares deste grupo ou sentidas por ele de forma diferente ou intensificada. São realizadas, então, com o objetivo de identificar e aprofundar de maneira coletiva os danos e as perdas sofridas pelas mulheres das comunidades atingidas dos municípios do ES. Para isso, partiu-se do registro das narrativas das participantes, provocadas a contar sobre as alterações em seus modos de vida. As oficinas são compostas por uma agenda comum, realizada virtualmente via plataforma Zoom. O momento da oficina é dividido em 4 partes: 1- Plenária inicial que inclui agradecimentos, apresentação dos presentes, compartilhamento de informações sobre o papel da FGV no processo de reparação e o objetivo da oficina de identificar e aprofundar as alterações na vida das mulheres decorrentes do desastre, seguida da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e por uma atividade de "esquenta". 2- Trabalho em plenária para o levantamento de narrativas e danos, sendo facilitada pela equipe uma conversa em torno das questões orientadoras sobre as alterações nos modos de vida decorrentes do desastre, através da escuta e registro. 3- Plenária final dedicada à validação pelas atingidas dos danos identificados por dimensões temáticas, com possibilidade de alterações, complementações e identificação de novos danos; e 4- Finalização com esclarecimentos sobre os próximos passos e agradecimentos.

1/2

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 16 — Ficha da interação realizada remotamente em 9/9/2021 com participantes de Conceição da Barra (ES) — 2 de 2

10/02/2022 10:40	Portal Rio Doce - Relatório - Fichamento de Oficina
DESCRIÇÃO GRUPO DE COLETA: O grupo social é composto por mulheres atingidas do município de Conceição da Barra. Participaram mulheres do Assentamento Paulo Vinhas e de comunidades rurais do município, com presença marcante das atividades de agricultura, pesca e artesanato, entre outras. Foram convidadas ainda mulheres de outros Assentamentos, pescadoras e comerciantes de algumas localidades, que não puderam participar por problemas de internet e por outros motivos. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE APROXIMAÇÃO: A aproximação aconteceu por ligação telefônica e via WhatsApp, sendo que tais contatos foram identificados a partir da aproximação com pessoas do município e participação nas oficinas de levantamento de danos realizadas anteriormente, além de outras convidadas a partir do método bola de neve. A aproximação para as oficinas com mulheres contou com especial atenção à escuta sobre a identificação ou não de questões específicas de gênero percebidas pelas mulheres relacionadas ao desastre e sobre a existência ou não de participação em organizações / grupos de mulheres existentes nos territórios. Quando do primeiro contato, foi feita também a apresentação do trabalho da FGV, seus objetivos e contexto de atuação. A partir dessas conversas, foram geradas as propostas de data e horário para as oficinas, além de identificar temas específicos a serem abordados. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE PACTUAÇÃO DE ESTRATÉGIA PARA COLETA: A pactuação foi feita a partir do contato telefônico individual com as atingidas, em que foi apresentada proposta de data, explicadas as etapas da oficina e retomado o objetivo da atividade. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO PARA COLETA: A mobilização se deu através do contato telefônico e via WhatsApp com as mulheres identificadas, além dos contatos sugeridos por essas pessoas de referência para participação na oficina. Nos casos de contatos feitos pela primeira vez, houve a explicação sobre o estudo em andamento e convite para participação das oficinas. Para os contatos já feitos anteriormente (durante a aproximação), foi realizado apenas o convite. Em ambos os casos houve o preenchimento da ficha de inscrição e também a capacitação ao uso da ferramenta Zoom, que envolve o guia para baixar o aplicativo e a realização de um teste de ambientação.	
2/2	

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 17 — Ficha da interação realizada remotamente em 16/9/2021 com participantes de São Mateus (ES) e Conceição da Barra (ES) — 1 de 2

10/02/2022 10:41 Portal Rio Doce - Relatório - Fichamento de Oficina

 RELATÓRIO DE FICHAMENTO DE INTERAÇÃO PROJETO RIO DOCE

INFORMAÇÕES GERAIS

DATA: 16/09/2021 HORÁRIO DE INÍCIO: 14:00 HORÁRIO DE FIM: 21:00

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO: Oficina - Remota

TERRITÓRIO DE APOIO TÉCNICO: Macrorregião Litoral Norte Capixaba (ES)
MUNICÍPIO/TERRA INDÍGENA/QUILOMBO: São Mateus
LOCAL DO LEVANTAMENTO DE DADOS: Interação realizada remotamente
COMUNIDADE/GRUPO SOCIAL: Mulheres; Quilombolas
APOIO TÉCNICO: Nenhum
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO: Nenhum

TERRITÓRIO DE APOIO TÉCNICO: Macrorregião Litoral Norte Capixaba (ES)
MUNICÍPIO/TERRA INDÍGENA/QUILOMBO: Conceição da Barra
LOCAL DO LEVANTAMENTO DE DADOS: Interação realizada remotamente
COMUNIDADE/GRUPO SOCIAL: Mulheres; Quilombolas
APOIO TÉCNICO: Nenhum
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO: Nenhum

CONTEXTUALIZAÇÃO

TIPO DE INTERAÇÃO:
Interação para levantamento de danos

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:
As oficinas com mulheres atingidas das comunidades do litoral do ES foram realizadas a partir da demanda de algumas atingidas durante os momentos de aproximação, para realização de momento de diálogo somente entre mulheres para tratar de questões decorrentes do desastre particulares deste grupo ou sentidas por ele de forma diferente ou intensificada. São realizadas, então, com o objetivo de identificar e aprofundar de maneira coletiva os danos e as perdas sofridas pelas mulheres das comunidades atingidas dos municípios do ES. Para isso, partiu-se do registro das narrativas das participantes, provocadas a contar sobre as alterações em seus modos de vida. As oficinas são compostas por uma agenda comum, realizada virtualmente via plataforma Zoom. O momento da oficina é dividido em 4 partes: 1- Plenária inicial que inclui agradecimentos, apresentação dos presentes, compartilhamento de informações sobre o papel da FGV no processo de reparação e o objetivo da oficina de identificar e aprofundar as alterações na vida das mulheres decorrentes do desastre, seguida da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e por uma atividade de "esquenta". 2- Trabalho em plenária para o levantamento de narrativas e danos, sendo facilitada pela equipe uma conversa em torno das questões orientadoras sobre as alterações nos modos de vida decorrentes do desastre, através da escuta e registro.

1/2

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 18 — Ficha da interação realizada remotamente em 16/9/2021 com participantes de São Mateus (ES) e Conceição da Barra (ES) — 2 de 2

10/02/2022 10:41	Portal Rio Doce - Relatório - Fichamento de Oficina
3- Plenária final dedicada à validação pelas atingidas dos danos identificados por dimensões temáticas, com possibilidade de alterações, complementações e identificação de novos danos; e 4- Finalização com esclarecimentos sobre os próximos passos e agradecimentos.	
DESCRIÇÃO DO GRUPO DE COLETA: O grupo social é composto por mulheres das comunidades remanescentes de quilombo do território conhecido como Sapê do Norte. As comunidades quilombolas são grupos étnicos predominantemente constituídos por população negra rural que se autodefinem como tal a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, tradições e práticas culturais próprias. Nesse território foram identificadas as comunidades atingidas de <u>Conceição da Barra</u>: Comunidade Remanescente Quilombola (CRQ) Angelim 1, 2 e 3, CRQ Córrego Grande, CRQ São Domingos, CRQ Santana, CRQ Linharinho, CRQ Córrego do Sertão, CRQ Córrego do Alexandre, CRQ Porto Grande, CRQ Morro da Onça, CRQ Roda d'Água, CRQ Córrego do Chiado. E do município de <u>São Mateus</u>: CRQ Córrego do Sapato, CRQ Morro da Arara, CRQ São Jorge, CRQ Divino Espírito Santo. No entanto, houve a presença de representantes na oficina das seguintes comunidades: Angelim 1, Angelim 2, Córrego Grande, Córrego do Alexandre, São Domingos, Córrego do Sapato, Córrego do Sertão, Coxi, Roda d'Água, Santana e Linharinho.	
DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE APROXIMAÇÃO: A aproximação aconteceu por ligação telefônica e via WhatsApp, sendo que tais contatos foram identificados a partir da aproximação com pessoas do município e participação nas oficinas de levantamento de danos realizadas anteriormente, além de outras convidadas a partir do método bola de neve. A aproximação para as oficinas com mulheres contou com especial atenção à escuta sobre a identificação ou não de questões específicas de gênero relacionadas ao desastre percebidas pelas mulheres e sobre a existência ou não de participação em organizações ou grupos de mulheres existentes nos territórios. Quando este era o primeiro contato com a pessoa, foi feita também a apresentação do trabalho da FGV, seus objetivos e contexto de atuação. A partir dessas conversas, foram geradas as propostas de data e horário para as oficinas, além de identificados temas específicos a serem abordados.	
DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE PACTUAÇÃO DE ESTRATÉGIA PARA COLETA: A pactuação foi feita a partir do contato telefônico individual com as atingidas, em que foi apresentada proposta de data, explicadas as etapas da oficina e retomado o objetivo da atividade.	
DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO PARA COLETA: A mobilização se deu através do contato telefônico e via WhatsApp com as mulheres identificadas, além dos contatos sugeridos por essas pessoas de referência para participação na oficina. Nos casos de contatos feitos pela primeira vez, houve a explicação sobre o estudo em andamento e convite para participação das oficinas. Para os contatos já feitos anteriormente (durante a aproximação), foi realizado apenas o convite. Em ambos os casos houve o preenchimento da ficha de inscrição, e também a capacitação ao uso da ferramenta Zoom, que envolve o guia para baixar o aplicativo e a realização de um teste de ambientação.	
2/2	

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 19 — Ficha da interação realizada remotamente em 28/7/2021 com participantes de Conceição da Barra (ES) — 1 de 2

10/02/2022 10:41

Portal Rio Doce - Relatório - Fichamento de Oficina

 **RELATÓRIO DE FICHAMENTO DE INTERAÇÃO**

PROJETO **RIO DOCE**

INFORMAÇÕES GERAIS

DATA: 28/07/2021 **HORÁRIO DE INÍCIO:** 18:00 **HORÁRIO DE FIM:** 21:30

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO: Oficina - Remota

TERRITÓRIO DE APOIO TÉCNICO: Macrorregião Litoral Norte Capixaba (ES)
MUNICÍPIO/TERRA INDÍGENA/QUILOMBO: Conceição da Barra
LOCAL DO LEVANTAMENTO DE DADOS: Interação realizada remotamente
COMUNIDADE/GRUPO SOCIAL: Pescadores e pescadoras
ASSESSORIA TÉCNICA: Nenhum
COMISSÃO DE ATINGIDOS: Nenhum

CONTEXTUALIZAÇÃO

TIPO DE INTERAÇÃO:
Interação para levantamento de danos

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:
As oficinas são realizadas com o objetivo de identificar de maneira coletiva os danos e as perdas sofridas por moradores das comunidades atingidas do município de Conceição da Barra/ES decorrentes do desastre. Para isso, parte-se do registro das narrativas dos participantes, que são provocados a contar sobre as alterações em seus modos de vida. As oficinas são compostas por uma agenda comum, realizada virtualmente via plataforma Zoom. O momento da oficina é dividido em 4 partes: 1- Plenária inicial que inclui agradecimentos, apresentação dos presentes, compartilhamento de informações sobre o papel da FGV no processo de reparação e o objetivo da oficina de construção da matriz de danos, seguida da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e por uma atividade de "quebra-gelo". 2- Trabalho em plenária para o levantamento de danos em si, sendo facilitada pela equipe uma conversa em torno das questões orientadoras sobre as alterações nos modos de vida decorrentes do desastre, através da escuta e registro de narrativas. 3- Plenária final dedicada à validação pelos atingidos e atingidas dos danos identificados por dimensões temáticas, com possibilidade de alterações, complementações e identificação de novos danos; e 4- Finalização com esclarecimentos sobre os próximos passos e agradecimentos. Essa oficina aconteceu em dois dias, sendo que os momentos 1 e 2 foram realizados no dia 28 de julho, e os momentos 3 e 4 foram realizados no dia 12 de agosto.

1/2

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 20 — Ficha da interação realizada remotamente em 28/7/2021 com participantes de Conceição da Barra (ES) — 2 de 2

10/02/2022 10:41	Portal Rio Doce - Relatório - Fichamento de Oficina
DESCRIÇÃO DO GRUPO DE COLETA: O grupo social é composto por pescadores da sede do município de Conceição da Barra.	
DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE APROXIMAÇÃO: A aproximação aconteceu por ligação telefônica e via WhatsApp com as principais lideranças e representantes de cada comunidade, sendo que tais contatos foram levantados a partir de documentos secundários e indicações de outras lideranças (método "bola de neve"). No primeiro contato foi feita apresentação do trabalho da FGV, seus objetivos e contexto de atuação. E também foi feita escuta atenciosa das principais questões da comunidade em relação ao desastre, bem como de questões sobre as principais características, perfil e atividades produtivas da comunidade. A partir dessas conversas, que são registradas, a equipe gerou a proposta para os agrupamentos comunitários e de ofícios para as oficinas e identificou temas específicos a serem abordados.	
DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE PACTUAÇÃO DE ESTRATÉGIA PARA COLETA: A pactuação foi feita a partir de reunião realizada de maneira remota, com todo o grupo de pescadores reunido no estaleiro da pesca, em Conceição da Barra – tendo sido realizada explicação sobre as etapas da oficina assim como retomado o objetivo da atividade. Assim que acordado com os pescadores a data para a realização da oficina com o grupo, foi finalizada a reunião.	
DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO PARA COLETA: A mobilização se deu através do contato telefônico e via WhatsApp com representantes e lideranças de cada comunidade, feito por referência local.	
2/2	

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 21 — Ficha da interação realizada remotamente em 2/9/2021 com participantes de São Mateus (ES) — 1 de 2

10/02/2022 10:42

Portal Rio Doce - Relatório - Fichamento de Oficina

 **RELATÓRIO DE FICHAMENTO DE INTERAÇÃO**

PROJETO **RIO DOCE**

INFORMAÇÕES GERAIS

DATA: 02/09/2021

HORÁRIO DE INÍCIO: 14:00

HORÁRIO DE FIM: 20:00

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO: Oficina - Remota

TERRITÓRIO DE APOIO TÉCNICO: Macrorregião Litoral Norte Capixaba (ES)

MUNICÍPIO/TERRA INDÍGENA/QUILOMBO: São Mateus

LOCAL DO LEVANTAMENTO DE DADOS: Interação realizada remotamente

COMUNIDADE/GRUPO SOCIAL: Mulheres

ASSESSORIA TÉCNICA: Nenhum

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO: Nenhum

CONTEXTUALIZAÇÃO

TIPO DE INTERAÇÃO:
Interação para levantamento de danos

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:
As oficinas com mulheres atingidas das comunidades do litoral do ES foram realizadas a partir da demanda de algumas atingidas durante os momentos de aproximação, para realização de momento de diálogo somente entre mulheres para tratar de questões decorrentes do desastre particulares deste grupo ou sentidas por ele de forma diferente ou intensificada. São realizadas, então, com o objetivo de identificar e aprofundar de maneira coletiva os danos e as perdas sofridas pelas mulheres das comunidades atingidas dos municípios do ES. Para isso, partiu-se do registro das narrativas das participantes, provocadas a contar sobre as alterações em seus modos de vida. As oficinas são compostas por uma agenda comum, realizada virtualmente via plataforma Zoom. O momento da oficina é dividido em 4 partes: 1- Plenária inicial que inclui agradecimentos, apresentação dos presentes, compartilhamento de informações sobre o papel da FGV no processo de reparação e o objetivo da oficina de identificar e aprofundar as alterações na vida nas mulheres decorrentes do desastre, seguida da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e por uma atividade de "esquenta". 2- Trabalho em plenária para o levantamento de narrativas e danos, sendo facilitada pela equipe uma conversa em torno das questões orientadoras sobre as alterações nos modos de vida decorrentes do desastre, através da escuta e registro. 3- Plenária final dedicada à validação pelas atingidas dos danos identificados por dimensões temáticas, com possibilidade de alterações, complementações e identificação de novos danos; e 4- Finalização com esclarecimentos sobre os próximos passos e agradecimentos.

1/2

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 22 — Ficha da interação realizada remotamente em 2/9/2021 com participantes de São Mateus (ES) — 2 de 2

10/02/2022 10:42	Portal Rio Doce - Relatório - Fichamento de Oficina
DESCRIÇÃO DO GRUPO DE COLETA: O grupo social é composto por mulheres atingidas do município de São Mateus. Participaram mulheres das comunidades de Barra Nova Sul, Campo Grande e São Miguel, comunidades marcadas pela presença da pluriatividade com realização de pesca no rio e no mangue, agricultura, criação de pequenos animais e artesanato, entre outras. Foram convidadas ainda mulheres das comunidades de Barra Nova Norte, Urussuquara, Nativo, Sítio Ponta e Barra Seca, as quais, porém, não conseguiram participar por diferentes motivos. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE APROXIMAÇÃO: A aproximação aconteceu por ligação telefônica e via WhatsApp, sendo que tais contatos foram identificados a partir da aproximação com pessoas do município e participação nas oficinas de levantamento de danos realizadas anteriormente, além de outros convidados a partir do método bola de neve. A aproximação para as oficinas com mulheres contou com especial atenção à escuta sobre a identificação ou não de questões específicas de gênero percebidas pelas mulheres relacionadas ao desastre e sobre a existência ou não de participação em organizações ou grupos de mulheres existentes nos territórios. Quando era o primeiro contato, dava-se também a apresentação do trabalho da FGV, seus objetivos e contexto de atuação. A partir dessas conversas, foram geradas as propostas de data e horário para as oficinas, além de identificados temas específicos a serem abordados. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE PACTUAÇÃO DE ESTRATÉGIA PARA COLETA: A pactuação foi feita a partir do contato telefônico individual com as atingidas, em que foi apresentada proposta de data, explicadas as etapas da oficina e retomado o objetivo da atividade. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO PARA COLETA: A mobilização se deu através do contato telefônico e via WhatsApp com as mulheres identificadas, além dos contatos sugeridos por essas pessoas de referência para participação na oficina. Nos casos de contatos feitos pela primeira vez, houve a explicação sobre o estudo em andamento e convite para participação das oficinas. Para os contatos já feitos anteriormente (durante a aproximação), foi realizado apenas o convite. Em ambos os casos houve o preenchimento da ficha de inscrição e também a capacitação ao uso da ferramenta Zoom, que envolve o guia para baixar o aplicativo e a realização de um teste de ambientação.	
2/2	

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 23 — Ficha da interação realizada remotamente em 19/8/2021 com participantes de Conceição da Barra (ES) — 1 de 2

10/02/2022 10:42

Portal Rio Doce - Relatório - Fichamento de Oficina

 **RELATÓRIO DE FICHAMENTO DE INTERAÇÃO**

PROJETO **RIO DOCE**

INFORMAÇÕES GERAIS

DATA: 19/08/2021

HORÁRIO DE INÍCIO: 18:30

HORÁRIO DE FIM: 21:00

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO: Oficina - Remota

TERRITÓRIO DE APOIO TÉCNICO: Macrorregião Litoral Norte Capixaba (ES)
MUNICÍPIO/TERRA INDÍGENA/QUILOMBO: Conceição da Barra
LOCAL DO LEVANTAMENTO DE DADOS: Interação realizada remotamente
COMUNIDADE/GRUPO SOCIAL: Pescadores e pescadoras
ASSESSORIA TÉCNICA: Nenhum
COMISSÃO DE APOIO: Nenhum

CONTEXTUALIZAÇÃO

TIPO DE INTERAÇÃO:
Interação para levantamento de danos

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:
As oficinas são realizadas com o objetivo de identificar de maneira coletiva os danos e as perdas sofridas por moradores das comunidades atingidas do município de Conceição da Barra/ES decorrentes do desastre. Para isso, parte-se do registro das narrativas dos participantes, que são provocados a contar sobre as alterações em seus modos de vida. As oficinas são compostas por uma agenda comum, realizada virtualmente via plataforma Zoom. O momento da oficina é dividido em 4 partes: 1- Plenária inicial que inclui agradecimentos, apresentação dos presentes, compartilhamento de informações sobre o papel da FGV no processo de reparação e o objetivo da oficina de construção da matriz de danos, seguida da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e por uma atividade de "quebra-gelo". 2- Trabalho em plenária para o levantamento de danos em si, sendo facilitada pela equipe uma conversa em torno das questões orientadoras sobre as alterações nos modos de vida decorrentes do desastre, através da escuta e registro de narrativas. 3- Plenária final dedicada à validação pelos atingidos e atingidas dos danos identificados por dimensões temáticas, com possibilidade de alterações, complementações e identificação de novos danos; e 4- Finalização com esclarecimentos sobre os próximos passos e agradecimentos. Essa oficina aconteceu em dois dias, sendo que os momentos 1 e 2 foram realizados no dia 19 de agosto, e os momentos 3 e 4 foram realizados no dia 26 de agosto.

1/2

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 24 — Ficha da interação realizada remotamente em 19/8/2021 com participantes de Conceição da Barra (ES) — 2 de 2

10/02/2022 10:42	Portal Rio Doce - Relatório - Fichamento de Oficina
DESCRIÇÃO DO GRUPO DE COLETA: O grupo social é composto por pescadores e pescadoras do município de Conceição da Barra, principalmente das vilas de Itaúnas, Meleiras e Riacho Doce. Também foram mobilizados alguns pescadores da sede. Houve presença de representantes da pesca das vilas de Itaúnas e Meleiras. A comunidade de Riacho Doce alegou ter dificuldade em acessar a internet. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE APROXIMAÇÃO: A aproximação aconteceu por ligação telefônica e via WhatsApp com as principais lideranças e representantes de cada comunidade, sendo que tais contatos foram levantados a partir de documentos secundários e indicações de outras lideranças (método "bola de neve"). No primeiro contato foi feita apresentação do trabalho da FGV, seus objetivos e contexto de atuação. E também foi feita escuta atenciosa das principais questões da comunidade em relação ao desastre, bem como de questões sobre as principais características, perfil e atividades produtivas da comunidade. A partir dessas conversas, que são registradas, a equipe gerou a proposta para os agrupamentos comunitários e de ofícios para as oficinas e identificou temas específicos a serem abordados. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE PACTUAÇÃO DE ESTRATÉGIA PARA COLETA: A pactuação foi feita a partir do contato telefônico individual com representantes de cada comunidade, em que foi apresentada a proposta das datas das duas oficinas, explicado sobre as suas etapas e retomado o objetivo da atividade. Assim que acordado com as lideranças a data com cada grupo de comunidades, os mesmos cederam novos contatos para a mobilização. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO PARA COLETA: A mobilização se deu através do contato telefônico e via WhatsApp com representantes e lideranças de cada comunidade, além dos contatos sugeridos por essas pessoas de referência para a participação na oficina. Nos casos de contatos feitos pela primeira vez neste momento, houve a explicação sobre o estudo em andamento e convite para participação nas oficinas. Para os contatos já feitos anteriormente (durante a aproximação), foi realizado apenas o convite. Em ambos os casos houve o preenchimento da ficha de inscrição e também a capacitação ao usoda ferramenta Zoom, que envolve o guia para baixar o aplicativo e a realização de um teste de ambientação.	
2/2	

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 25 — Ficha da interação realizada remotamente em 20/9/2021 com participantes de Serra (ES) e Fundão (ES) — 1 de 2

10/02/2022 10:42

Portal Rio Doce - Relatório - Fichamento de Oficina



RELATÓRIO DE FICHAMENTO DE INTERAÇÃO

PROJETO RIO DOCE

INFORMAÇÕES GERAIS

DATA: 20/09/2021

HORÁRIO DE INÍCIO: 14:00

HORÁRIO DE FIM: 18:00

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO: Oficina - Remota

TERRITÓRIO DE APOIO TÉCNICO: Aracruz e Serra (ES)

MUNICÍPIO/TERRA INDÍGENA/QUILOMBO: Serra

LOCAL DO LEVANTAMENTO DE DADOS: Interação realizada remotamente

COMUNIDADE/GRUPO SOCIAL: Pescadores e Pescadoras

APOIO TÉCNICO: Nenhum

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO: Nenhum

TERRITÓRIO DE APOIO TÉCNICO: Aracruz e Serra (ES)

MUNICÍPIO/TERRA INDÍGENA/QUILOMBO: Fundão

LOCAL DO LEVANTAMENTO DE DADOS: Interação realizada remotamente

COMUNIDADE/GRUPO SOCIAL: Pescadores e Pescadoras

APOIO TÉCNICO: Nenhum

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO: Nenhum

CONTEXTUALIZAÇÃO

TIPO DE INTERAÇÃO:
Interação para levantamento de danos

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:
As oficinas são realizadas com o objetivo de identificar de maneira coletiva os danos e as perdas sofridas por moradores das comunidades atingidas dos municípios de Serra e Fundão/ES decorrentes do desastre. Para isso, parte-se do registro das narrativas dos participantes, que são provocados a contar sobre as alterações em seus modos de vida. As oficinas são compostas por uma agenda comum, realizada virtualmente via plataforma Google Meets. O momento da oficina é dividido em 4 partes: 1- Plenária inicial que inclui agradecimentos, apresentação dos presentes, compartilhamento de informações sobre o papel da FGV no processo de reparação e o objetivo da oficina de construção da matriz de danos, seguida da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e por uma atividade de "quebra-gelo". 2- Trabalho em plenária para o levantamento de danos em si, sendo facilitada pela equipe uma conversa em torno das questões orientadoras sobre as alterações nos modos de vida decorrentes do desastre, através da escuta e registro de narrativas. 3- Plenária final dedicada à validação pelos atingidos e atingidas dos danos identificados por dimensões temáticas, com possibilidade de alterações, complementações e identificação de novos danos; e 4- Finalização com esclarecimentos sobre os próximos passos e agradecimentos.

1/2

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 26 — Ficha da interação realizada remotamente em 20/9/2021 com participantes de Serra (ES) e Fundão (ES) — 2 de 2

10/02/2022 10:42	Portal Rio Doce - Relatório - Fichamento de Oficina
DESCRIÇÃO DO GRUPO DE COLETA: O grupo social é composto por pescadores e pescadoras do litoral de Serra e Fundão/ES, pessoas que vivem ou viviam essencialmente da pesca e têm consigo conhecimentos relacionados a essa prática. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE APROXIMAÇÃO: A aproximação aconteceu por ligação telefônica e via WhatsApp com as principais lideranças e representantes de cada comunidade, sendo que tais contatos foram levantados a partir de documentos secundários e indicações de outras lideranças (método "bola de neve"). No primeiro contato foi feita apresentação do trabalho da FGV, seus objetivos e contexto de atuação. E também foi feita escuta atenciosa das principais questões da comunidade em relação ao desastre, bem como de questões sobre as principais características, perfil e atividades produtivas da comunidade. A partir dessas conversas, que são registradas, a equipe gerou a proposta para os agrupamentos comunitários e de ofícios para as oficinas e identificou temas específicos a serem abordados. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE PACTUAÇÃO DE ESTRATÉGIA PARA COLETA: A pactuação foi feita a partir do contato telefônico individual com as lideranças, em que foi apresentada a proposta da data da oficina, explicado sobre as suas etapas e retomado o objetivo da atividade. Assim que acordado com as lideranças a data com cada grupo de comunidades, as mesmas cederam novos contatos para a mobilização. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO PARA COLETA: A mobilização se deu através do contato telefônico e via WhatsApp com representantes e lideranças de cada comunidade, além dos contatos sugeridos por essas pessoas de referência para participação na oficina. Nos casos de contatos feitos pela primeira vez, houve a explicação sobre o estudo em andamento e convite para participação das oficinas. Para os contatos já feitos anteriormente (durante a aproximação), foi realizado apenas o convite. Em ambos os casos houve o preenchimento da ficha de inscrição.	
2/2	

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 27 — Ficha da interação realizada remotamente em 23/9/2021 com participantes de Serra (ES) e Fundão (ES) — 1 de 2

10/02/2022 10:43 Portal Rio Doce - Relatório - Fichamento de Oficina

 RELATÓRIO DE FICHAMENTO DE INTERAÇÃO PROJETO RIO DOCE

INFORMAÇÕES GERAIS

DATA: 23/09/2021 HORÁRIO DE INÍCIO: 14:00 HORÁRIO DE FIM: 19:00

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO: Oficina - Remota

TERRITÓRIO DE APOIO TÉCNICO: Aracruz e Serra (ES)
MUNICÍPIO/TERRA INDÍGENA/QUILÔMETRO: Serra
LOCAL DO LEVANTAMENTO DE DADOS: Interação realizada remotamente
COMUNIDADE/GRUPO SOCIAL: Comerciantes
APOIO TÉCNICO: Nenhum
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO: Nenhum

TERRITÓRIO DE APOIO TÉCNICO: Aracruz e Serra (ES)
MUNICÍPIO/TERRA INDÍGENA/QUILÔMETRO: Fundão
LOCAL DO LEVANTAMENTO DE DADOS: Interação realizada remotamente
COMUNIDADE/GRUPO SOCIAL: Comerciantes
APOIO TÉCNICO: Nenhum
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO: Nenhum

CONTEXTUALIZAÇÃO

TIPO DE INTERAÇÃO:
Interação para levantamento de danos

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:
As oficinas são realizadas com o objetivo de identificar de maneira coletiva os danos e as perdas sofridas por moradores das comunidades atingidas dos municípios de Serra e Fundão/ES decorrentes do desastre. Para isso, parte-se do registro das narrativas dos participantes, que são provocados a contar sobre as alterações em seus modos de vida. As oficinas são compostas por uma agenda comum, realizada virtualmente via plataforma Google Meets. O momento da oficina é dividido em 4 partes: 1- Plenária inicial que inclui agradecimentos, apresentação dos presentes, compartilhamento de informações sobre o papel da FGV no processo de reparação e o objetivo da oficina de construção da matriz de danos, seguida da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e por uma atividade de "quebra-gelo". 2- Trabalho em plenária para o levantamento de danos em si, sendo facilitada pela equipe uma conversa em torno das questões orientadoras sobre as alterações nos modos de vida decorrentes do desastre, através da escuta e registro de narrativas. 3- Plenária final dedicada à validação pelos atingidos e atingidas dos danos identificados por dimensões temáticas, com possibilidade de alterações, complementações e identificação de novos danos; e 4- Finalização com esclarecimentos sobre os próximos passos e agradecimentos.

1/2

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 28 — Ficha da interação realizada remotamente em 23/9/2021 com participantes de Serra (ES) e Fundão (ES) — 2 de 2

10/02/2022 10:43	Portal Rio Doce - Relatório - Fichamento de Oficina
DESCRIÇÃO DO GRUPO DE COLETA: O grupo social é composto por comerciantes do litoral de Serra e Fundão/ES, pessoas que vivem ou viviam da atividade promovida pelo turismo, tais como proprietários de pousadas e hotéis, assim como restaurantes e bares. O grupo também contou com representante do comércio informal, associado a vendas de produtos na praia, em alguns casos também envolvendo artesanato. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE APROXIMAÇÃO: A aproximação aconteceu por ligação telefônica e via WhatsApp com as principais lideranças e representantes de cada comunidade, sendo que tais contatos foram levantados a partir de documentos secundários e indicações de outras lideranças (método "bola de neve"). No primeiro contato foi feita apresentação do trabalho da FGV, seus objetivos e contexto de atuação. E também foi feita escuta atenciosa das principais questões da comunidade em relação ao desastre, bem como de questões sobre as principais características, perfil e atividades produtivas da comunidade. A partir dessas conversas, que são registradas, a equipe gera proposta para os agrupamentos comunitários e de ofícios para as oficinas, além de identificar temas específicos a serem abordados. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE PACTUAÇÃO DE ESTRATÉGIA PARA COLETA: A pactuação foi feita a partir do contato telefônico individual com as lideranças, em que foi apresentada a proposta da data da oficina, explicado sobre as suas etapas e retomado o objetivo da atividade. Assim que acordado com as lideranças a data com cada grupo de comunidades, os mesmos cederam novos contatos para a mobilização. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO PARA COLETA: A mobilização se deu através do contato telefônico e via WhatsApp com representantes e lideranças de cada comunidade, além dos contatos sugeridos por essas pessoas de referência para participação na oficina. Nos casos de contatos feitos pela primeira vez, houve a explicação sobre o estudo em andamento e convite para participação das oficinas. Para os contatos já feitos anteriormente (durante a aproximação), foi realizado apenas o convite. Em ambos os casos houve o preenchimento da ficha de inscrição.	
2/2	

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 29 — Ficha da interação realizada remotamente em 12/11/2021 com participantes de Linhares (ES) — 1 de 2

10/02/2022 10:43

Portal Rio Doce - Relatório - Fichamento de Oficina

 **RELATÓRIO DE FICHAMENTO DE INTERAÇÃO**

PROJETO **RIO DOCE**

INFORMAÇÕES GERAIS

DATA: 12/11/2021 **HORÁRIO DE INÍCIO:** 14:00 **HORÁRIO DE FIM:** 18:30

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO: Oficina - Remota

TERRITÓRIO DE APOIO TÉCNICO: Regência (ES)
MUNICÍPIO/TERRA INDÍGENA/QUILOMBO: Linhares
LOCAL DO LEVANTAMENTO DE DADOS: Interação realizada remotamente
COMUNIDADE/GRUPO SOCIAL: Pescadores e Pescadoras
ASSESSORIA TÉCNICA: Nenhum
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO: Nenhum

CONTEXTUALIZAÇÃO

TIPO DE INTERAÇÃO:
Interação para levantamento de danos

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:
As oficinas são realizadas com o objetivo de identificar de maneira coletiva os danos e as perdas sofridas por moradores das comunidades atingidas do município de Linhares/ES decorrentes do desastre. Para isso, parte-se do registro das narrativas dos participantes, que são provocados a contar sobre as alterações em seus modos de vida. As oficinas são compostas por uma agenda comum, realizada virtualmente via plataforma Google Meets. O momento da oficina é dividido em 4 partes: 1- Plenária inicial que inclui agradecimentos, apresentação dos presentes, compartilhamento de informações sobre o papel da FGV no processo de reparação e o objetivo da oficina de construção da matriz de danos, seguida da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e por uma atividade de "quebra-gelo". 2- Trabalho em plenária para o levantamento de danos em si, sendo facilitada pela equipe uma conversa em torno das questões orientadoras sobre as alterações nos modos de vida decorrentes do desastre, através da escuta e registro de narrativas. 3- Plenária final dedicada à validação pelos atingidos e atingidas dos danos identificados por dimensões temáticas, com possibilidade de alterações, complementações e identificação de novos danos; e 4- Finalização com esclarecimentos sobre os próximos passos e agradecimentos.

1/2

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 30 — Ficha da interação realizada remotamente em 12/11/2021 com participantes de Linhares (ES) — 2 de 2

10/02/2022 10:43	Portal Rio Doce - Relatório - Fichamento de Oficina
DESCRIÇÃO DO GRUPO DE COLETA: O grupo social é composto por pescadores e pescadoras da vila de Regência do município de Linhares/ES, pessoas que vivem ou viviam essencialmente da pesca, de forma que seus modos de vida estão associados a essa prática. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE APROXIMAÇÃO: A aproximação aconteceu por ligação telefônica e via WhatsApp com as principais lideranças e representantes de cada comunidade, sendo que tais contatos foram levantados a partir de documentos secundários e indicações de outras lideranças (método "bola de neve"). No primeiro contato foi feita apresentação do trabalho da FGV, seus objetivos e contexto de atuação. E também foi feita escuta atenciosa das principais questões da comunidade em relação ao desastre, bem como de questões sobre as principais características, perfil e atividades produtivas da comunidade. A partir dessas conversas, que são registradas, a equipe gerou a proposta para os agrupamentos comunitários e de ofícios para as oficinas e identificou temas específicos a serem abordados. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE PACTUAÇÃO DE ESTRATÉGIA PARA COLETA: A pactuação foi feita a partir do contato telefônico individual com as lideranças, em que foi apresentada a proposta da data da oficina, explicado sobre as suas etapas e retomado o objetivo da atividade. Assim que acordado com as lideranças a data com cada grupo de comunidades, as mesmas cederam novos contatos para a mobilização. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO PARA COLETA: A mobilização se deu através do contato telefônico e via WhatsApp com representantes e lideranças de cada comunidade, além dos contatos sugeridos por essas pessoas de referência para participação na oficina. Nos casos de contatos feitos pela primeira vez, houve a explicação sobre o estudo em andamento e convite para a participação das oficinas. Para os contatos já feitos anteriormente (durante a aproximação), foi realizado apenas o convite. Em ambos os casos houve o preenchimento da ficha de inscrição.	
2/2	

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 31 — Ficha da interação realizada remotamente em 30/9/2021 com participantes de Aracruz (ES) — 1 de 2

10/02/2022 10:44

Portal Rio Doce - Relatório - Fichamento de Oficina

 **RELATÓRIO DE FICHAMENTO DE INTERAÇÃO**

PROJETO **RIO DOCE**

INFORMAÇÕES GERAIS

DATA: 30/09/2021 **HORÁRIO DE INÍCIO:** 14:00 **HORÁRIO DE FIM:** 18:30

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO: Oficina - Remota

TERRITÓRIO DE APOIO TÉCNICO: Aracruz e Serra (ES)
MUNICÍPIO/TERRA INDÍGENA/QUILOMBO: Aracruz
LOCAL DO LEVANTAMENTO DE DADOS: Interação realizada remotamente
COMUNIDADE/GRUPO SOCIAL: Pescadores e Pescadoras
ASSESSORIA TÉCNICA: Nenhum
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO: Nenhum

CONTEXTUALIZAÇÃO

TIPO DE INTERAÇÃO:
Interação para levantamento de danos

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:
As oficinas são realizadas com o objetivo de identificar de maneira coletiva os danos e as perdas sofridas por moradores das comunidades atingidas do município de Aracruz/ES decorrentes do desastre. Para isso, parte-se do registro das narrativas dos participantes, que são provocados a contar sobre as alterações em seus modos de vida. As oficinas são compostas por uma agenda comum, realizada virtualmente via plataforma Google Meets. O momento da oficina é dividido em 4 partes: 1- Plenária inicial que inclui agradecimentos, apresentação dos presentes, compartilhamento de informações sobre o papel da FGV no processo de reparação e o objetivo da oficina de construção da matriz de danos, seguida da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e por uma atividade de "quebra-gelo". 2- Trabalho em plenária para o levantamento de danos em si, sendo facilitada pela equipe uma conversa em torno das questões orientadoras sobre as alterações nos modos de vida decorrentes do desastre, através da escuta e registro de narrativas. 3- Plenária final dedicada à validação pelos atingidos e atingidas dos danos identificados por dimensões temáticas, com possibilidade de alterações, complementações e identificação de novos danos; e 4- Finalização com esclarecimentos sobre os próximos passos e agradecimentos.

1/2

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 32 — Ficha da interação realizada remotamente em 30/9/2021 com participantes de Aracruz (ES) — 2 de 2

10/02/2022 10:44	Portal Rio Doce - Relatório - Fichamento de Oficina
DESCRIÇÃO DO GRUPO DE COLETA: O grupo social é composto por pescadores e pescadoras do litoral de Aracruz, pessoas que vivem ou viviam essencialmente da pesca e têm consigo conhecimentos relacionados a essa prática. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE APROXIMAÇÃO: A aproximação aconteceu por ligação telefônica e via WhatsApp com as principais lideranças e representantes de cada comunidade, sendo que tais contatos foram levantados a partir de documentos secundários e indicações de outras lideranças (método "bola de neve"). No primeiro contato foi feita apresentação do trabalho da FGV, seus objetivos e contexto de atuação. E também foi feita escuta atenciosa das principais questões da comunidade em relação ao desastre, bem como de questões sobre as principais características, perfil e atividades produtivas da comunidade. A partir dessas conversas, que são registradas, a equipe gerou a proposta para os agrupamentos comunitários e de ofícios para as oficinas e identificou temas específicos a serem abordados. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE PACTUAÇÃO DE ESTRATÉGIA PARA COLETA: A pactuação foi feita a partir do contato telefônico individual com as lideranças, onde foi apresentada a proposta da data da oficina, explicado sobre as suas etapas e retomado o objetivo da atividade. Assim que acordado com as lideranças a data com cada grupo de comunidades, as mesmas cederam novos contatos para a mobilização. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO PARA COLETA: A mobilização se deu através do contato telefônico e via WhatsApp com representantes e lideranças de cada comunidade, além dos contatos sugeridos por essas pessoas de referência para participação na oficina. Nos casos de contatos feitos pela primeira vez, houve a explicação sobre o estudo em andamento e convite para participação nas oficinas. Para os contatos já feitos anteriormente (durante a aproximação), foi realizado apenas o convite. Em ambos os casos houve o preenchimento da ficha de inscrição.	
2/2	

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 33 — Ficha da interação realizada remotamente em 7/10/2021 com participantes de Aracruz (ES) — 1 de 2

10/02/2022 10:44

Portal Rio Doce - Relatório - Fichamento de Oficina

 **RELATÓRIO DE FICHAMENTO DE INTERAÇÃO**

PROJETO **RIO DOCE**

INFORMAÇÕES GERAIS

DATA: 07/10/2021

HORÁRIO DE INÍCIO: 14:00

HORÁRIO DE FIM: 18:30

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO: Oficina - Remota

TERRITÓRIO DE APOIO TÉCNICO: Aracruz e Serra (ES)
MUNICÍPIO/TERRA INDÍGENA/QUILOMBO: Aracruz
LOCAL DO LEVANTAMENTO DE DADOS: Interação realizada remotamente
COMUNIDADE/GRUPO SOCIAL: Comerciantes
ASSESSORIA TÉCNICA: Nenhum
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO: Nenhum

CONTEXTUALIZAÇÃO

TIPO DE INTERAÇÃO:
Interação para levantamento de danos

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:
As oficinas são realizadas com o objetivo de identificar de maneira coletiva os danos e as perdas sofridas por moradores das comunidades atingidas do município de Aracruz/ES decorrentes do desastre. Para isso, parte-se do registro das narrativas dos participantes, que são provocados a contar sobre as alterações em seus modos de vida. As oficinas são compostas por uma agenda comum, realizada virtualmente via plataforma Google Meets. O momento da oficina é dividido em 4 partes: 1- Plenária inicial que inclui agradecimentos, apresentação dos presentes, compartilhamento de informações sobre o papel da FGV no processo de reparação e o objetivo da oficina de construção da matriz de danos, seguida da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e por uma atividade de "quebra-gelo". 2- Trabalho em plenária para o levantamento de danos em si, sendo facilitada pela equipe uma conversa em torno das questões orientadoras sobre as alterações nos modos de vida decorrentes do desastre, através da escuta e registro de narrativas. 3- Plenária final dedicada à validação pelos atingidos e atingidas dos danos identificados por dimensões temáticas, com possibilidade de alterações, complementações e identificação de novos danos; e 4- Finalização com esclarecimentos sobre os próximos passos e agradecimentos.

1/2

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 34 — Ficha da interação realizada remotamente em 7/10/2021 com participantes de Aracruz (ES) — 2 de 2

10/02/2022 10:44	Portal Rio Doce - Relatório - Fichamento de Oficina
DESCRIÇÃO DO GRUPO DE COLETA: O grupo social é composto por comerciantes do litoral de Aracruz/ES, pessoas que vivem ou viviam da atividade promovida pelo turismo, tais como proprietários de pousadas e hotéis, assim como restaurantes e bares. O grupo também contou com representante do comércio informal, associado a vendas de produtos na praia, em alguns casos também envolvendo artesanato.	
DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE APROXIMAÇÃO: A aproximação aconteceu por ligação telefônica e WhatsApp com as principais lideranças e representantes de cada comunidade, sendo que tais contatos foram levantados a partir de documentos secundários e indicações de outras lideranças (método "bola de neve"). No primeiro contato foi feita apresentação do trabalho da FGV, seus objetivos e contexto de atuação. E também foi feita escuta atenciosa das principais questões da comunidade em relação ao desastre, bem como de questões sobre as principais características, perfil e atividades produtivas da comunidade. A partir dessas conversas, que são registradas, a equipe gerou a proposta para os agrupamentos comunitários e de ofícios para as oficinas e identificou temas específicos a serem abordados.	
DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE PACTUAÇÃO DE ESTRATÉGIA PARA COLETA: A pactuação foi feita a partir do contato telefônico individual com as lideranças, em que foi apresentada a proposta da data da oficina, explicado sobre as suas etapas e retomado o objetivo da atividade. Assim que acordado com as lideranças a data com cada grupo de comunidades, as mesmas cederam novos contatos para a mobilização.	
DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO PARA COLETA: A mobilização se deu através do contato telefônico e via WhatsApp com representantes e lideranças de cada comunidade, além dos contatos sugeridos por essas pessoas de referência para participação na oficina. Nos casos de contatos feitos pela primeira vez, houve a explicação sobre o estudo em andamento e convite para participação das oficinas. Para os contatos já feitos anteriormente (durante a aproximação), foi realizado apenas o convite. Em ambos os casos houve o preenchimento da ficha de inscrição.	
2/2	

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 35 — Ficha da interação realizada remotamente em 20/10/2021 com participantes de Linhares (ES) — 1 de 2

10/02/2022 10:44

Portal Rio Doce - Relatório - Fichamento de Oficina

 **RELATÓRIO DE FICHAMENTO DE INTERAÇÃO**

PROJETO **RIO DOCE**

INFORMAÇÕES GERAIS

DATA: 20/10/2021 **HORÁRIO DE INÍCIO:** 18:00 **HORÁRIO DE FIM:** 21:30

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO: Oficina - Remota

TERRITÓRIO DE APOIO TÉCNICO: Povoação (ES)
MUNICÍPIO/TERRA INDÍGENA/QUILOMBO: Linhares
LOCAL DO LEVANTAMENTO DE DADOS: Interação realizada remotamente
COMUNIDADE/GRUPO SOCIAL: Comerciantes, pescadores, moradores e moradoras
ASSESSORIA TÉCNICA: Nenhum
COMISSÃO DE Atingidos: Nenhum

CONTEXTUALIZAÇÃO

TIPO DE INTERAÇÃO:
Interação para levantamento de danos

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:
As oficinas são realizadas com o objetivo de identificar de maneira coletiva os danos e as perdas sofridas por moradores das comunidades atingidas do município de Linhares/ES decorrentes do desastre. Para isso, parte-se do registro das narrativas dos participantes, que são provocados a contar sobre as alterações em seus modos de vida. As oficinas são compostas por uma agenda comum, realizada virtualmente via plataforma Google Meets. O momento da oficina é dividido em 4 partes: 1- Plenária inicial que inclui agradecimentos, apresentação dos presentes, compartilhamento de informações sobre o papel da FGV no processo de reparação e o objetivo da oficina de construção da matriz de danos, seguida da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e por uma atividade de "quebra-gelo". 2- Trabalho em plenária para o levantamento de danos em si, sendo facilitada pela equipe uma conversa em torno das questões orientadoras sobre as alterações nos modos de vida decorrentes do desastre, através da escuta e registro de narrativas. 3- Plenária final dedicada à validação pelos atingidos e atingidas dos danos identificados por dimensões temáticas, com possibilidade de alterações, complementações e identificação de novos danos; e 4- Finalização com esclarecimentos sobre os próximos passos e agradecimentos. Essa oficina aconteceu em dois dias, sendo que os momentos 1 e 2 foram realizados no dia 20 de outubro, e os momentos 3 e 4 foram realizados no dia 21 de outubro.

1/2

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 36 — Ficha da interação realizada remotamente em 20/10/2021 com participantes de Linhares (ES) — 2 de 2

10/02/2022 10:44	Portal Rio Doce - Relatório - Fichamento de Oficina
DESCRIÇÃO DO GRUPO DE COLETA: O grupo social é composto por comerciantes de Linhares/ES, pessoas que vivem ou viviam da atividade promovida pelo turismo, tais como proprietários de pousadas e hotéis, assim como restaurantes e bares. O grupo também contou com a presença de representantes de grupos culturais, lideranças comunitárias e pescadores. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE APROXIMAÇÃO: A aproximação aconteceu por ligação telefônica e via WhatsApp com as principais lideranças e representantes de cada comunidade, sendo que tais contatos foram levantados a partir de documentos secundários e indicações de outras lideranças (método "bola de neve"). No primeiro contato foi feita a apresentação do trabalho da FGV, seus objetivos e contexto de atuação. E também foi feita escuta atenciosa das principais questões da comunidade em relação ao desastre, bem como de questões sobre as principais características, perfil e atividades produtivas da comunidade. A partir dessas conversas, que são registradas, a equipe gerou a proposta para os agrupamentos comunitários e de ofícios para as oficinas e identificou temas específicos a serem abordados. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE PACTUAÇÃO DE ESTRATÉGIA PARA COLETA: A pactuação foi feita a partir do contato telefônico individual com as lideranças, em que foi apresentada a proposta da data da oficina, explicado sobre as suas etapas e retomado o objetivo da atividade. Assim que acordado com as lideranças a data com cada grupo de comunidades, as mesmas cederam novos contatos para a mobilização. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO PARA COLETA: A mobilização se deu através do contato telefônico e via WhatsApp com representantes e lideranças de cada comunidade, além dos contatos sugeridos por essas pessoas de referência para participação na oficina. Nos casos de contatos feitos pela primeira vez, houve a explicação sobre o estudo em andamento e convite para participação das oficinas. Para os contatos já feitos anteriormente (durante a aproximação), foi realizado apenas o convite. Em ambos os casos houve o preenchimento da ficha de inscrição.	
2/2	

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 37 — Ficha da interação realizada remotamente em 26/10/2021 com participantes de Linhares (ES) — 1 de 2

10/02/2022 10:45

Portal Rio Doce - Relatório - Fichamento de Oficina

 **RELATÓRIO DE FICHAMENTO DE INTERAÇÃO**

PROJETO **RIO DOCE**

INFORMAÇÕES GERAIS

DATA: 26/10/2021 **HORÁRIO DE INÍCIO:** 14:00 **HORÁRIO DE FIM:** 18:30

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO: Oficina - Remota

TERRITÓRIO DE APOIO TÉCNICO: Povoação (ES)
MUNICÍPIO/TERRA INDÍGENA/QUILOMBO: Linhares
LOCAL DO LEVANTAMENTO DE DADOS: Interação realizada remotamente
COMUNIDADE/GRUPO SOCIAL: Pescadores e Pescadoras
ASSESSORIA TÉCNICA: Nenhum
COMISSÃO DE ATINGIDOS: Nenhum

CONTEXTUALIZAÇÃO

TIPO DE INTERAÇÃO:
Interação para levantamento de danos

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:
As oficinas são realizadas com o objetivo de identificar de maneira coletiva os danos e as perdas sofridas por moradores das comunidades atingidas do município de Linhares/ES decorrentes do desastre. Para isso, parte-se do registro das narrativas dos participantes, que são provocados a contar sobre as alterações em seus modos de vida. As oficinas são compostas por uma agenda comum, realizada virtualmente via plataforma Google Meets. O momento da oficina é dividido em 4 partes: 1- Plenária inicial que inclui agradecimentos, apresentação dos presentes, compartilhamento de informações sobre o papel da FGV no processo de reparação e o objetivo da oficina de construção da matriz de danos, seguida da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e por uma atividade de "quebra-gelo". 2- Trabalho em plenária para o levantamento de danos em si, sendo facilitada pela equipe uma conversa em torno das questões orientadoras sobre as alterações nos modos de vida decorrentes do desastre, através da escuta e registro de narrativas. 3- Plenária final dedicada à validação pelos atingidos e atingidas dos danos identificados por dimensões temáticas, com possibilidade de alterações, complementações e identificação de novos danos; e 4- Finalização com esclarecimentos sobre os próximos passos e agradecimentos.

1/2

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 38 — Ficha da interação realizada remotamente em 26/10/2021 com participantes de Linhares (ES) — 2 de 2

10/02/2022 10:45	Portal Rio Doce - Relatório - Fichamento de Oficina
DESCRIÇÃO DO GRUPO DE COLETA: O grupo social é composto por pescadores e pescadoras da vila de Povoação do município de Linhares/ES, pessoas que vivem ou viviam essencialmente da pesca, de forma que seus modos de vida estão associados a essa prática. Além deles, a oficina também contou com a presença de representantes do grupo de turismo de base comunitária, que tinha intenção de explorar atividades de turismo associados aos conhecimentos de navegação e pesca dos integrantes do grupo. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE APROXIMAÇÃO: A aproximação aconteceu por ligação telefônica e via WhatsApp com as principais lideranças e representantes de cada comunidade, sendo que tais contatos foram levantados a partir de documentos secundários e indicações de outras lideranças (método "bola de neve"). No primeiro contato foi feita apresentação do trabalho da FGV, seus objetivos e contexto de atuação. E também foi feita escuta atenciosa das principais questões da comunidade em relação ao desastre, bem como de questões sobre as principais características, perfil e atividades produtivas da comunidade. A partir dessas conversas, que são registradas, a equipe gerou a proposta para os agrupamentos comunitários e de ofícios para as oficinas e identificou temas específicos a serem abordados. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE PACTUAÇÃO DE ESTRATÉGIA PARA COLETA: A pactuação foi feita a partir do contato telefônico individual com as lideranças, em que foi apresentada a proposta da data da oficina, explicado sobre as suas etapas e retomado o objetivo da atividade. Assim que acordada com as lideranças a data com cada grupo de comunidades, as mesmas cederam novos contatos para a mobilização. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO PARA COLETA: A mobilização se deu através do contato telefônico e via WhatsApp com representantes e lideranças de cada comunidade, além dos contatos sugeridos por essas pessoas de referência para participação na oficina. Nos casos de contatos feitos pela primeira vez, houve a explicação sobre o estudo em andamento e convite para participação das oficinas. Para os contatos já feitos anteriormente (durante a aproximação), foi realizado apenas o convite. Em ambos os casos houve o preenchimento da ficha de inscrição.	
2/2	

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 39 — Ficha da interação realizada remotamente em 27/10/2021 com participantes de Linhares (ES) — 1 de 2

10/02/2022 10:45

Portal Rio Doce - Relatório - Fichamento de Oficina

 **RELATÓRIO DE FICHAMENTO DE INTERAÇÃO**

PROJETO **RIO DOCE**

INFORMAÇÕES GERAIS

DATA: 27/10/2021

HORÁRIO DE INÍCIO: 18:00

HORÁRIO DE FIM: 20:30

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO: Oficina - Remota

TERRITÓRIO DE APOIO TÉCNICO: Linhares (ES)
MUNICÍPIO/TERRA INDÍGENA/QUILOMBO: Linhares
LOCAL DO LEVANTAMENTO DE DADOS: Interação realizada remotamente
COMUNIDADE/GRUPO SOCIAL: Comerciantes, moradores e moradoras
ASSESSORIA TÉCNICA: Nenhum
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO: Nenhum

CONTEXTUALIZAÇÃO

TIPO DE INTERAÇÃO:
Interação para levantamento de danos

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:
As oficinas são realizadas com o objetivo de identificar de maneira coletiva os danos e as perdas sofridas por moradores das comunidades atingidas do município de Linhares/ES decorrentes do desastre. Para isso, parte-se do registro das narrativas dos participantes, que são provocados a contar sobre as alterações em seus modos de vida. As oficinas são compostas por uma agenda comum, realizada virtualmente via plataforma Google Meets. O momento da oficina é dividido em 4 partes: 1- Plenária inicial que inclui agradecimentos, apresentação dos presentes, compartilhamento de informações sobre o papel da FGV no processo de reparação e o objetivo da oficina de construção da matriz de danos, seguida da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e por uma atividade de "quebra-gelo". 2- Trabalho em plenária para o levantamento de danos em si, sendo facilitada pela equipe uma conversa em torno das questões orientadoras sobre as alterações nos modos de vida decorrentes do desastre, através da escuta e registro de narrativas. 3- Plenária final dedicada à validação pelos atingidos e atingidas dos danos identificados por dimensões temáticas, com possibilidade de alterações, complementações e identificação de novos danos; e 4- Finalização com esclarecimentos sobre os próximos passos e agradecimentos. Essa oficina aconteceu em dois dias, sendo que os momentos 1 e 2 foram realizados no dia 27 de outubro, e os momentos 3 e 4 foram realizados no dia 28 de outubro.

1/2

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 40 — Ficha da interação realizada remotamente em 27/10/2021 com participantes de Linhares (ES) — 2 de 2

10/02/2022 10:45	Portal Rio Doce - Relatório - Fichamento de Oficina
DESCRIÇÃO DO GRUPO DE COLETA: O grupo social é composto exclusivamente por moradores e comerciantes da Rua Beira Rio, Sede de Linhares/ES. Essas pessoas foram retiradas de seus imóveis por conta do risco de rompimento do barramento construído no rio Pequeno, pelas empresas causadoras do desastre, para impedir que a lama de rejeito contaminasse a lagoa Juparanã. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE APROXIMAÇÃO: A aproximação aconteceu por ligação telefônica e via WhatsApp com as principais lideranças e representantes de cada comunidade, sendo que tais contatos foram levantados a partir de documentos secundários e indicações de outras lideranças (método "bola de neve"). No primeiro contato foi feita apresentação do trabalho da FGV, seus objetivos e contexto de atuação. E também foi feita escuta atenciosa das principais questões da comunidade em relação ao desastre, bem como de questões sobre as principais características, perfil e atividades produtivas da comunidade. A partir dessas conversas, que são registradas, a equipe gerou a proposta para os agrupamentos comunitários e de ofícios para as oficinas e identificou temas específicos a serem abordados. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE PACTUAÇÃO DE ESTRATÉGIA PARA COLETA: A pactuação foi feita a partir do contato telefônico individual com as lideranças, em que foi apresentada a proposta da data da oficina, explicado sobre as suas etapas e retomado o objetivo da atividade. Assim que acordada com as lideranças a data com cada grupo de comunidades, as mesmas cederam novos contatos para a mobilização. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO PARA COLETA: A mobilização se deu através do contato telefônico e via WhatsApp com representantes e lideranças de cada comunidade, além dos contatos sugeridos por essas pessoas de referência para participação na oficina. Nos casos de contatos feitos pela primeira vez neste momento, houve a explicação sobre o estudo em andamento e convite para participação das oficinas. Para os contatos já feitos anteriormente (durante a aproximação), foi realizado apenas o convite. Em ambos os casos houve o preenchimento da ficha de inscrição.	
2/2	

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 41 — Ficha da interação realizada remotamente em 3/11/2021 com participantes de Linhares (ES) — 1 de 2

10/02/2022 10:45

Portal Rio Doce - Relatório - Fichamento de Oficina

 **RELATÓRIO DE FICHAMENTO DE INTERAÇÃO**

PROJETO **RIO DOCE**

INFORMAÇÕES GERAIS

DATA: 03/11/2021

HORÁRIO DE INÍCIO: 18:00

HORÁRIO DE FIM: 20:30

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO: Oficina - Remota

TERRITÓRIO DE APOIO TÉCNICO: Regência (ES)
MUNICÍPIO/TERRA INDÍGENA/QUILOMBO: Linhares
LOCAL DO LEVANTAMENTO DE DADOS: Interação realizada remotamente
COMUNIDADE/GRUPO SOCIAL: Surfistas
ASSESSORIA TÉCNICA: Nenhum
COMISSÃO DE ATINGIDOS: Nenhum

CONTEXTUALIZAÇÃO

TIPO DE INTERAÇÃO:
Interação para levantamento de danos

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:
As oficinas são realizadas com o objetivo de identificar de maneira coletiva os danos e as perdas sofridas por moradores das comunidades atingidas do município de Linhares/ES decorrentes do desastre. Para isso, parte-se do registro das narrativas dos participantes, que são provocados a contar sobre as alterações em seus modos de vida. As oficinas são compostas por uma agenda comum, realizada virtualmente via plataforma Google Meets. O momento da oficina é dividido em 4 partes: 1- Plenária inicial que inclui agradecimentos, apresentação dos presentes, compartilhamento de informações sobre o papel da FGV no processo de reparação e o objetivo da oficina de construção da matriz de danos, seguida da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e por uma atividade de "quebra-gelo". 2- Trabalho em plenária para o levantamento de danos em si, sendo facilitada pela equipe uma conversa em torno das questões orientadoras sobre as alterações nos modos de vida decorrentes do desastre, através da escuta e registro de narrativas. 3- Plenária final dedicada à validação pelos atingidos e atingidas dos danos identificados por dimensões temáticas, com possibilidade de alterações, complementações e identificação de novos danos; e 4- Finalização com esclarecimentos sobre os próximos passos e agradecimentos. Essa oficina aconteceu em dois dias, sendo que os momentos 1 e 2 foram realizados no dia 03 de novembro, e os momentos 3 e 4 foram realizados no dia 04 de novembro.

1/2

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 42 — Ficha da interação realizada remotamente em 3/11/2021 com participantes de Linhares (ES) — 2 de 2

10/02/2022 10:45	Portal Rio Doce - Relatório - Fichamento de Oficina
DESCRIÇÃO DO GRUPO DE COLETA: O grupo social é composto por praticantes do surfe no litoral de Linhares, das vilas de Povoação, Regência, Pontal do Ipiranga e também moradores da sede que se deslocam para o litoral para surfar.	
DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE APROXIMAÇÃO: A aproximação aconteceu por ligação telefônica e via WhatsApp com as principais lideranças e representantes de cada comunidade, sendo que tais contatos foram levantados a partir de documentos secundários e indicações de outras lideranças (método "bola de neve"). No primeiro contato foi feita apresentação do trabalho da FGV, seus objetivos e contexto de atuação. E também foi feita escuta atenciosa das principais questões da comunidade em relação ao desastre, bem como de questões sobre as principais características, perfil e atividades produtivas da comunidade. A partir dessas conversas, que são registradas, a equipe gerou a proposta para os agrupamentos comunitários e de ofícios para as oficinas e identificou temas específicos a serem abordados.	
DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE PACTUAÇÃO DE ESTRATÉGIA PARA COLETA: A pactuação foi feita a partir do contato telefônico individual com as lideranças, em que foi apresentada a proposta da data da oficina, explicado sobre as suas etapas e retomado o objetivo da atividade. Assim que acordada com as lideranças a data com cada grupo de comunidades, as mesmas cederam novos contatos para a mobilização.	
DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO PARA COLETA: A mobilização se deu através do contato telefônico e via WhatsApp com representantes e lideranças de cada comunidade, além dos contatos sugeridos por essas pessoas de referência para participação na oficina. Nos casos de contatos feitos pela primeira vez, houve a explicação sobre o estudo em andamento e convite para participação das oficinas. Para os contatos já feitos anteriormente (durante a aproximação), foi realizado apenas o convite. Em ambos os casos houve o preenchimento da ficha de inscrição.	
2/2	

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 43 — Ficha da interação realizada remotamente em 16/11/2021 com participantes de Linhares (ES) — 1 de 2

10/02/2022 10:46

Portal Rio Doce - Relatório - Fichamento de Oficina

 **RELATÓRIO DE FICHAMENTO DE INTERAÇÃO**

PROJETO **RIO DOCE**

INFORMAÇÕES GERAIS

DATA: 16/11/2021

HORÁRIO DE INÍCIO: 18:00

HORÁRIO DE FIM: 21:00

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO: Oficina - Remota

TERRITÓRIO DE APOIO TÉCNICO: Regência (ES)
MUNICÍPIO/TERRA INDÍGENA/QUILOMBO: Linhares
LOCAL DO LEVANTAMENTO DE DADOS: Interação realizada remotamente
COMUNIDADE/GRUPO SOCIAL: Comerciantes, moradores e moradoras
ASSESSORIA TÉCNICA: Nenhum
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO: Nenhum

CONTEXTUALIZAÇÃO

TIPO DE INTERAÇÃO:
Interação para levantamento de danos

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:
As oficinas são realizadas com o objetivo de identificar de maneira coletiva os danos e as perdas sofridas por moradores das comunidades atingidas do município de Linhares/ES decorrentes do desastre. Para isso, parte-se do registro das narrativas dos participantes, que são provocados a contar sobre as alterações em seus modos de vida. As oficinas são compostas por uma agenda comum, realizada virtualmente via plataforma Google Meets. O momento da oficina é dividido em 4 partes: 1- Plenária inicial que inclui agradecimentos, apresentação dos presentes, compartilhamento de informações sobre o papel da FGV no processo de reparação e o objetivo da oficina de construção da matriz de danos, seguida da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e por uma atividade de "quebra-gelo". 2- Trabalho em plenária para o levantamento de danos em si, sendo facilitada pela equipe uma conversa em torno das questões orientadoras sobre as alterações nos modos de vida decorrentes do desastre, através da escuta e registro de narrativas. 3- Plenária final dedicada à validação pelos atingidos e atingidas dos danos identificados por dimensões temáticas, com possibilidade de alterações, complementações e identificação de novos danos; e 4- Finalização com esclarecimentos sobre os próximos passos e agradecimentos. Essa oficina aconteceu em dois dias, sendo que os momentos 1 e 2 foram realizados no dia 16 de novembro, e os momentos 3 e 4 foram realizados no dia 17 de novembro.

1/2

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 44 — Ficha da interação realizada remotamente em 16/11/2021 com participantes de Linhares (ES) — 2 de 2

10/02/2022 10:46	Portal Rio Doce - Relatório - Fichamento de Oficina
DESCRIÇÃO DO GRUPO DE COLETA: O grupo social é composto por comerciantes da Vila de Regência, pessoas que vivem ou viviam da atividade promovida pelo turismo, tais como proprietários de pousadas e hotéis, assim como restaurantes e bares. O grupo também contou com a presença de lideranças da vila. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE APROXIMAÇÃO: A aproximação aconteceu por ligação telefônica e via WhatsApp com as principais lideranças e representantes de cada comunidade, sendo que tais contatos foram levantados a partir de documentos secundários e indicações de outras lideranças (método "bola de neve"). No primeiro contato foi feita apresentação do trabalho da FGV, seus objetivos e contexto de atuação. E também foi feita escuta atenciosa das principais questões da comunidade em relação ao desastre, bem como de questões sobre as principais características, perfil e atividades produtivas da comunidade. A partir dessas conversas, que são registradas, a equipe gerou a proposta para os agrupamentos comunitários e de ofícios para as oficinas e identificou temas específicos a serem abordados. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE PACTUAÇÃO DE ESTRATÉGIA PARA COLETA: A pactuação foi feita a partir do contato telefônico individual com as lideranças, em que foi apresentada a proposta da data da oficina, explicado sobre as suas etapas e retomado o objetivo da atividade. Assim que acordada com as lideranças a data com cada grupo de comunidades, as mesmas cederam novos contatos para a mobilização. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO PARA COLETA: A mobilização se deu através do contato telefônico e via WhatsApp com representantes e lideranças de cada comunidade, além dos contatos sugeridos por essas pessoas de referência para participação na oficina. Nos casos de contatos feitos pela primeira vez, houve a explicação sobre o estudo em andamento e convite para participação das oficinas. Para os contatos já feitos anteriormente (durante a aproximação), foi realizado apenas o convite. Em ambos os casos houve o preenchimento da ficha de inscrição.	
2/2	

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 45 — Ficha da interação realizada remotamente em 18/11/2021 com participantes de Linhares (ES) — 1 de 2

10/02/2022 10:46

Portal Rio Doce - Relatório - Fichamento de Oficina

 **RELATÓRIO DE FICHAMENTO DE INTERAÇÃO**

PROJETO **RIO DOCE**

INFORMAÇÕES GERAIS

DATA: 18/11/2021 **HORÁRIO DE INÍCIO:** 16:00 **HORÁRIO DE FIM:** 20:30

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO: Oficina - Remota

TERRITÓRIO DE APOIO TÉCNICO: Regência (ES)
MUNICÍPIO/TERRA INDÍGENA/QUILOMBO: Linhares
LOCAL DO LEVANTAMENTO DE DADOS: Interação realizada remotamente
COMUNIDADE/GRUPO SOCIAL: Produtores(as) rurais e Moradores(as)
ASSESSORIA TÉCNICA: Nenhum
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO: Nenhum

CONTEXTUALIZAÇÃO

TIPO DE INTERAÇÃO:
Interação para levantamento de danos

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:
As oficinas são realizadas com o objetivo de identificar de maneira coletiva os danos e as perdas sofridas por moradores das comunidades atingidas do município de Linhares/ES decorrentes do desastre. Para isso, parte-se do registro das narrativas dos participantes, que são provocados a contar sobre as alterações em seus modos de vida. As oficinas são compostas por uma agenda comum, realizada virtualmente via plataforma Google Meets. O momento da oficina é dividido em 4 partes: 1- Plenária inicial que inclui agradecimentos, apresentação dos presentes, compartilhamento de informações sobre o papel da FGV no processo de reparação e o objetivo da oficina de construção da matriz de danos, seguida da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e por uma atividade de "quebra-gelo". 2- Trabalho em plenária para o levantamento de danos em si, sendo facilitada pela equipe uma conversa em torno das questões orientadoras sobre as alterações nos modos de vida decorrentes do desastre, através da escuta e registro de narrativas. 3- Plenária final dedicada à validação pelos atingidos e atingidas dos danos identificados por dimensões temáticas, com possibilidade de alterações, complementações e identificação de novos danos; e 4- Finalização com esclarecimentos sobre os próximos passos e agradecimentos.

1/2

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 46 — Ficha da interação realizada remotamente em 18/11/2021 com participantes de Linhares (ES) — 2 de 2

10/02/2022 10:46	Portal Rio Doce - Relatório - Fichamento de Oficina
DESCRIÇÃO DO GRUPO DE COLETA: Entre Rios é uma comunidade com um modo de vida particular tradicional ribeirinho, localizada à beira do rio Doce, próximo à comunidade de Regência, onde vivem aproximadamente 25 famílias ligadas às atividades de agricultura e pesca. O grupo social foi composto por moradores(as), pescadores(as) e agricultores(as). DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE APROXIMAÇÃO: A aproximação aconteceu por ligação telefônica e via WhatsApp com as principais lideranças e representantes de cada comunidade, sendo que tais contatos foram levantados a partir de documentos secundários e indicações de outras lideranças (método "bola de neve"). No primeiro contato foi feita apresentação do trabalho da FGV, seus objetivos e contexto de atuação. E também foi feita escuta atenciosa das principais questões da comunidade em relação ao desastre, bem como de questões sobre as principais características, perfil e atividades produtivas da comunidade. A partir dessas conversas, que são registradas, a equipe gerou a proposta para os agrupamentos comunitários e de ofícios para as oficinas e identificou temas específicos a serem abordados. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE PACTUAÇÃO DE ESTRATÉGIA PARA COLETA: A pactuação foi feita a partir do contato telefônico individual com as lideranças, em que foi apresentada a proposta da data da oficina, explicado sobre as suas etapas e retomado o objetivo da atividade. Assim que acordada com as lideranças a data com cada grupo de comunidades, as mesmas cederam novos contatos para a mobilização. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO PARA COLETA: A mobilização se deu através do contato telefônico e via WhatsApp com representantes e lideranças de cada comunidade, além dos contatos sugeridos por essas pessoas de referência para participação na oficina. Nos casos de contatos feitos pela primeira vez, houve a explicação sobre o estudo em andamento e convite para participação das oficinas. Para os contatos já feitos anteriormente (durante a aproximação), foi realizado apenas o convite. Em ambos os casos houve o preenchimento da ficha de inscrição.	
2/2	

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 47 — Ficha da interação realizada remotamente em 23/11/2021 com participantes de Linhares (ES) — 1 de 2

10/02/2022 10:47

Portal Rio Doce - Relatório - Fichamento de Oficina

 **RELATÓRIO DE FICHAMENTO DE INTERAÇÃO**

PROJETO **RIO DOCE**

INFORMAÇÕES GERAIS

DATA: 23/11/2021 **HORÁRIO DE INÍCIO:** 14:00 **HORÁRIO DE FIM:** 18:30

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO: Oficina - Remota

TERRITÓRIO DE APOIO TÉCNICO: Linhares (ES)
MUNICÍPIO/TERRA INDÍGENA/QUILOMBO: Linhares
LOCAL DO LEVANTAMENTO DE DADOS: Interação realizada remotamente
COMUNIDADE/GRUPO SOCIAL: Mulheres
APOIO TÉCNICO: Nenhum
COMISSÃO DE AVALIADOS: Nenhum

CONTEXTUALIZAÇÃO

TIPO DE INTERAÇÃO:
Interação para levantamento de danos

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:
As oficinas são realizadas com o objetivo de identificar de maneira coletiva os danos e as perdas sofridas por moradores das comunidades atingidas do município de Linhares/ES decorrentes do desastre. Para isso, parte-se do registro das narrativas dos participantes, que são provocados a contar sobre as alterações em seus modos de vida. As oficinas são compostas por uma agenda comum, realizada virtualmente via plataforma Google Meets. O momento da oficina é dividido em 4 partes: 1- Plenária inicial que inclui agradecimentos, apresentação dos presentes, compartilhamento de informações sobre o papel da FGV no processo de reparação e o objetivo da oficina de construção da matriz de danos, seguida da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e por uma atividade de "quebra-gelo". 2- Trabalho em plenária para o levantamento de danos em si, sendo facilitada pela equipe uma conversa em torno das questões orientadoras sobre as alterações nos modos de vida decorrentes do desastre, através da escuta e registro de narrativas. 3- Plenária final dedicada à validação pelos atingidos e atingidas dos danos identificados por dimensões temáticas, com possibilidade de alterações, complementações e identificação de novos danos; e 4- Finalização com esclarecimentos sobre os próximos passos e agradecimentos.

1/2

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 48 — Ficha da interação realizada remotamente em 23/11/2021 com participantes de Linhares (ES) — 2 de 2

10/02/2022 10:47	Portal Rio Doce - Relatório - Fichamento de Oficina
DESCRIÇÃO DO GRUPO DE COLETA: O grupo é constituído por mulheres atingidas do município de Linhares, tanto da sede como também dos distritos de Pontal do Ipiranga, Vila de Regência e Povoação.	
DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE APROXIMAÇÃO: A aproximação aconteceu por ligação telefônica e via WhatsApp com as principais lideranças e representantes de cada comunidade, sendo que tais contatos foram levantados a partir de documentos secundários e indicações de outras lideranças (método "bola de neve"). No primeiro contato foi feita apresentação do trabalho da FGV, seus objetivos e contexto de atuação. E também foi feita escuta atenciosa das principais questões da comunidade em relação ao desastre, bem como de questões sobre as principais características, perfil e atividades produtivas da comunidade. A partir dessas conversas, que são registradas, a equipe gerou a proposta para os agrupamentos comunitários e de ofícios para as oficinas e identificou temas específicos a serem abordados.	
DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE PACTUAÇÃO DE ESTRATÉGIA PARA COLETA: A pactuação foi feita a partir do contato telefônico individual com as lideranças, em que foi apresentada a proposta da data da oficina, explicado sobre as suas etapas e retomado o objetivo da atividade. Assim que acordada com as lideranças a data com cada grupo de comunidades, as mesmas cederam novos contatos para a mobilização.	
DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO PARA COLETA: A mobilização se deu através do contato telefônico e via WhatsApp com representantes e lideranças de cada comunidade, além dos contatos sugeridos por essas pessoas de referência para participação na oficina. Nos casos de contatos feitos pela primeira vez, houve a explicação sobre o estudo em andamento e convite para participação das oficinas. Para os contatos já feitos anteriormente (durante a aproximação), foi realizado apenas o convite. Em ambos os casos houve o preenchimento da ficha de inscrição.	
2/2	

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 49 — Ficha da interação realizada remotamente em 25/11/2021 com participantes de Linhares (ES) — 1 de 2

10/02/2022 10:47

Portal Rio Doce - Relatório - Fichamento de Oficina

 **RELATÓRIO DE FICHAMENTO DE INTERAÇÃO**

PROJETO **RIO DOCE**

INFORMAÇÕES GERAIS

DATA: 25/11/2021

HORÁRIO DE INÍCIO: 14:00

HORÁRIO DE FIM: 18:30

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO: Oficina - Remota

TERRITÓRIO DE APOIO TÉCNICO: Linhares (ES)

MUNICÍPIO/TERRA INDÍGENA/QUILOMBO: Linhares

LOCAL DO LEVANTAMENTO DE DADOS: Interação realizada remotamente

COMUNIDADE/GRUPO SOCIAL: Produtores(as) rurais e Moradores(as)

ASSESSORIA TÉCNICA: Nenhum

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO: Nenhum

CONTEXTUALIZAÇÃO

TIPO DE INTERAÇÃO:
Interação para levantamento de danos

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:
As oficinas são realizadas com o objetivo de identificar de maneira coletiva os danos e as perdas sofridas por moradores das comunidades atingidas do município de Linhares/ES decorrentes do desastre. Para isso, parte-se do registro das narrativas dos participantes, que são provocados a contar sobre as alterações em seus modos de vida. As oficinas são compostas por uma agenda comum, realizada virtualmente via plataforma Google Meets. O momento da oficina é dividido em 4 partes: 1- Plenária inicial que inclui agradecimentos, apresentação dos presentes, compartilhamento de informações sobre o papel da FGV no processo de reparação e o objetivo da oficina de construção da matriz de danos, seguida da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e por uma atividade de "quebra-gelo". 2- Trabalho em plenária para o levantamento de danos em si, sendo facilitada pela equipe uma conversa em torno das questões orientadoras sobre as alterações nos modos de vida decorrentes do desastre, através da escuta e registro de narrativas. 3- Plenária final dedicada à validação pelos atingidos e atingidas dos danos identificados por dimensões temáticas, com possibilidade de alterações, complementações e identificação de novos danos; e 4- Finalização com esclarecimentos sobre os próximos passos e agradecimentos.

1/2

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 50 — Ficha da interação realizada remotamente em 25/11/2021 com participantes de Linhares (ES) — 2 de 2

10/02/2022 10:47	Portal Rio Doce - Relatório - Fichamento de Oficina
DESCRIÇÃO DO GRUPO DE COLETA: Trata-se de moradores do Assentamento Rural Sezínio, localizado no município de Linhares, próximo ao rio Doce. Dentro do assentamento são desenvolvidas atividades agrícolas. O grupo social é composto por moradores(as) e agricultores(as). DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE APROXIMAÇÃO: A aproximação aconteceu por ligação telefônica e via WhatsApp com as principais lideranças e representantes de cada comunidade, sendo que tais contatos foram levantados a partir de documentos secundários e indicações de outras lideranças (método "bola de neve"). No primeiro contato foi feita apresentação do trabalho da FGV, seus objetivos e contexto de atuação. E também foi feita escuta atenciosa das principais questões da comunidade em relação ao desastre, bem como de questões sobre as principais características, perfil e atividades produtivas da comunidade. A partir dessas conversas, que são registradas, a equipe gerou a proposta para os agrupamentos comunitários e de ofícios para as oficinas e identificou temas específicos a serem abordados. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE PACTUAÇÃO DE ESTRATÉGIA PARA COLETA: A pactuação foi feita a partir do contato telefônico individual com as lideranças, em que foi apresentada a proposta da data da oficina, explicado sobre as suas etapas e retomado o objetivo da atividade. Assim que acordada com as lideranças a data com cada grupo de comunidades, as mesmas cederam novos contatos para a mobilização. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO PARA COLETA: A mobilização se deu através do contato telefônico e via WhatsApp com representantes e lideranças de cada comunidade, além dos contatos sugeridos por essas pessoas de referência para participação na oficina. Nos casos de contatos feitos pela primeira vez, houve a explicação sobre o estudo em andamento e convite para participação das oficinas. Para os contatos já feitos anteriormente (durante a aproximação), foi realizado apenas o convite. Em ambos os casos houve o preenchimento da ficha de inscrição.	
2/2	

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 51 — Ficha da interação realizada remotamente em 4/4/2022 com especialista selecionada — 1 de 2

12/05/2022 13:20 Portal Rio Doce - Relatório - Fichamento de Oficina

 RELATÓRIO DE FICHAMENTO DE INTERAÇÃO PROJETO RIO DOCE

INFORMAÇÕES GERAIS

DATA: 04/04/2022 HORÁRIO DE INÍCIO: 14:00 HORÁRIO DE FIM: 16:30

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO: Entrevista - Remota

TERRITÓRIO DE ASSESSORIA TÉCNICA: Macrorregião Litoral Norte Capixaba (ES)
MUNICÍPIO/TERRA INDÍGENA/QUILOMBO: São Mateus
LOCAL DO LEVANTAMENTO DE DADOS: Interação realizada remotamente
COMUNIDADE/GRUPO SOCIAL:
ASSESSORIA TÉCNICA:
COMISSÃO DE ATINGIDOS:

TERRITÓRIO DE ASSESSORIA TÉCNICA: Macrorregião Litoral Norte Capixaba (ES)
MUNICÍPIO/TERRA INDÍGENA/QUILOMBO: Conceição da Barra
LOCAL DO LEVANTAMENTO DE DADOS: Interação realizada remotamente
COMUNIDADE/GRUPO SOCIAL:
ASSESSORIA TÉCNICA:
COMISSÃO DE ATINGIDOS:

TERRITÓRIO DE ASSESSORIA TÉCNICA: Aracruz e Serra (ES)
MUNICÍPIO/TERRA INDÍGENA/QUILOMBO: Aracruz
LOCAL DO LEVANTAMENTO DE DADOS: Interação realizada remotamente
COMUNIDADE/GRUPO SOCIAL:
ASSESSORIA TÉCNICA:
COMISSÃO DE ATINGIDOS:

TERRITÓRIO DE ASSESSORIA TÉCNICA: Aracruz e Serra (ES)
MUNICÍPIO/TERRA INDÍGENA/QUILOMBO: Serra
LOCAL DO LEVANTAMENTO DE DADOS: Interação realizada remotamente
COMUNIDADE/GRUPO SOCIAL:
ASSESSORIA TÉCNICA:
COMISSÃO DE ATINGIDOS:

TERRITÓRIO DE ASSESSORIA TÉCNICA: Aracruz e Serra (ES)
MUNICÍPIO/TERRA INDÍGENA/QUILOMBO: Fundão
LOCAL DO LEVANTAMENTO DE DADOS: Interação realizada remotamente
COMUNIDADE/GRUPO SOCIAL:
ASSESSORIA TÉCNICA:
COMISSÃO DE ATINGIDOS:

1/2

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 52 — Ficha da interação realizada remotamente em 4/4/2022 com especialista selecionada — 2 de 2

TERRITÓRIO DE APOIO TÉCNICO: Linhares (ES)
MUNICÍPIO/TERRA INDÍGENA/QUILOMBO: Linhares
LOCAL DO LEVANTAMENTO DE DADOS: Interação realizada remotamente
COMUNIDADE/GRUPO SOCIAL:
APOIO TÉCNICO:
COMISSÃO DE ATOINGIDOS:

TERRITÓRIO DE APOIO TÉCNICO: Povoação (ES)
MUNICÍPIO/TERRA INDÍGENA/QUILOMBO: Linhares
LOCAL DO LEVANTAMENTO DE DADOS: Interação realizada remotamente
COMUNIDADE/GRUPO SOCIAL:
APOIO TÉCNICO:
COMISSÃO DE ATOINGIDOS:

TERRITÓRIO DE APOIO TÉCNICO: Regência (ES)
MUNICÍPIO/TERRA INDÍGENA/QUILOMBO: Linhares
LOCAL DO LEVANTAMENTO DE DADOS: Interação realizada remotamente
COMUNIDADE/GRUPO SOCIAL:
APOIO TÉCNICO:
COMISSÃO DE ATOINGIDOS:

CONTEXTUALIZAÇÃO

TIPO DE INTERAÇÃO:
Interação para valoração não monetária com especialista

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:
Entrevista realizada como parte da metodologia de valoração não monetária dos danos ocasionados pelo rompimento da barragem de Fundão na região estuarina, costeira e marinha do Espírito Santo com foco no território quilombola Sapê do Norte. A entrevista foi guiada por um roteiro de perguntas abertas pré-estabelecido e conduzida pelos pesquisadores presentes. O assunto de interesse foram as concepções sobre territorialidade, autodeterminação, tradicionalidade e identidade quilombola, bem como os modos pelos quais o desastre impactou ou poderia impactar o território em tela. Após a apresentação da Fundação Getúlio Vargas e do Projeto Rio Doce, à especialista convidada, foi lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, cujo aceite foi gravado em áudio e arquivado. Toda a entrevista foi gravada e foi feita uma relatoria. Posteriormente, o conteúdo da entrevista foi sistematizado de acordo com os assuntos prioritários do escopo da valoração não monetária.

ESPECIALISTA:
Profa. Dra. Simone Raquel Batista Ferreira

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 53 — Ficha da interação realizada remotamente em 18/4/2022 com especialista selecionada — 1 de 2

12/05/2022 13:20 Portal Rio Doce - Relatório - Fichamento de Oficina

 RELATÓRIO DE FICHAMENTO DE INTERAÇÃO PROJETO RIO DOCE

INFORMAÇÕES GERAIS

DATA: 18/04/2022 HORÁRIO DE INÍCIO: 09:30 HORÁRIO DE FIM: 12:00

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO: Entrevista - Remota

TERRITÓRIO DE ASSESSORIA TÉCNICA: Macrorregião Litoral Norte Capixaba (ES)
MUNICÍPIO/TERRA INDÍGENA/QUILOMBO: São Mateus
LOCAL DO LEVANTAMENTO DE DADOS: Interação realizada remotamente
COMUNIDADE/GRUPO SOCIAL:
ASSESSORIA TÉCNICA:
COMISSÃO DE ATINGIDOS:

TERRITÓRIO DE ASSESSORIA TÉCNICA: Macrorregião Litoral Norte Capixaba (ES)
MUNICÍPIO/TERRA INDÍGENA/QUILOMBO: Conceição da Barra
LOCAL DO LEVANTAMENTO DE DADOS: Interação realizada remotamente
COMUNIDADE/GRUPO SOCIAL:
ASSESSORIA TÉCNICA:
COMISSÃO DE ATINGIDOS:

TERRITÓRIO DE ASSESSORIA TÉCNICA: Aracruz e Serra (ES)
MUNICÍPIO/TERRA INDÍGENA/QUILOMBO: Aracruz
LOCAL DO LEVANTAMENTO DE DADOS: Interação realizada remotamente
COMUNIDADE/GRUPO SOCIAL:
ASSESSORIA TÉCNICA:
COMISSÃO DE ATINGIDOS:

TERRITÓRIO DE ASSESSORIA TÉCNICA: Aracruz e Serra (ES)
MUNICÍPIO/TERRA INDÍGENA/QUILOMBO: Serra
LOCAL DO LEVANTAMENTO DE DADOS: Interação realizada remotamente
COMUNIDADE/GRUPO SOCIAL:
ASSESSORIA TÉCNICA:
COMISSÃO DE ATINGIDOS:

TERRITÓRIO DE ASSESSORIA TÉCNICA: Aracruz e Serra (ES)
MUNICÍPIO/TERRA INDÍGENA/QUILOMBO: Fundão
LOCAL DO LEVANTAMENTO DE DADOS: Interação realizada remotamente
COMUNIDADE/GRUPO SOCIAL:
ASSESSORIA TÉCNICA:
COMISSÃO DE ATINGIDOS:

1/2

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 54 — Ficha da interação realizada remotamente em 18/4/2022 com especialista selecionada — 2 de 2

TERRITÓRIO DE APOIO TÉCNICO: Linhares (ES)
MUNICÍPIO/TERRA INDÍGENA/QUILOMBO: Linhares
LOCAL DO LEVANTAMENTO DE DADOS: Interação realizada remotamente
COMUNIDADE/GRUPO SOCIAL:
APOIO TÉCNICO:
COMISSÃO DE ATOINGIDOS:

TERRITÓRIO DE APOIO TÉCNICO: Povoação (ES)
MUNICÍPIO/TERRA INDÍGENA/QUILOMBO: Linhares
LOCAL DO LEVANTAMENTO DE DADOS: Interação realizada remotamente
COMUNIDADE/GRUPO SOCIAL:
APOIO TÉCNICO:
COMISSÃO DE ATOINGIDOS:

TERRITÓRIO DE APOIO TÉCNICO: Regência (ES)
MUNICÍPIO/TERRA INDÍGENA/QUILOMBO: Linhares
LOCAL DO LEVANTAMENTO DE DADOS: Interação realizada remotamente
COMUNIDADE/GRUPO SOCIAL:
APOIO TÉCNICO:
COMISSÃO DE ATOINGIDOS:

CONTEXTUALIZAÇÃO

TIPO DE INTERAÇÃO:
Interação para valoração não monetária com especialista

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:
Entrevista realizada como parte da metodologia de valoração não monetária dos danos ocasionados pelo rompimento da barragem de Fundão na região estuarina, costeira e marinha do Espírito Santo com foco no território quilombola Sapê do Norte. A entrevista foi guiada por um roteiro de perguntas abertas pré-estabelecido e conduzida pelos pesquisadores presentes. O assunto de interesse foram as concepções sobre territorialidade, autodeterminação, tradicionalidade e identidade quilombola, bem como os modos pelos quais o desastre impactou ou poderia impactar o território em tela. Após a apresentação da Fundação Getúlio Vargas e do Projeto Rio Doce, à especialista convidada, foi lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, cujo aceite foi gravado em áudio e arquivado. Toda a entrevista foi gravada e foi feita uma relatoria. Posteriormente, o conteúdo da entrevista foi sistematizado de acordo com os assuntos prioritários do escopo da valoração não monetária.

ESPECIALISTA:
Dra. Larissa Pirchiner de Oliveira Vieira

Fonte: Elaboração própria (2022).

APÊNDICE C.1 — Modelos de termo de consentimento livre e esclarecido utilizados nos levantamentos de dados no território da Região Estuarina, Costeira e Marinha do Espírito Santo

Figura 1— Modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aplicado nas interações virtuais de levantamento de danos no território em 2021 — 1 de 2



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – Pesquisa à distância

Você foi convidado(a) a participar, como voluntário(a), do estudo chamado "Projeto de Pesquisa para Realização de Diagnóstico, Avaliação dos Impactos e Valoração dos Danos Socioeconômicos Causados nas Comunidades Atingidas pelo Rompimento da Barragem de Fundão". Os objetivos deste estudo são:

- Identificar os danos sofridos pelas pessoas em função do desastre;
- Valorar esses danos e sugerir formas para reparação integral;
- Recomendar medidas para melhorar o processo de reparação; e
- Criar um plano para monitorar as ações de reparação adotadas.

A sua participação é importante para levantarmos dados e informações sobre o desastre, especialmente dos danos sofridos e do processo de reparação. Após o aceite a este Termo de Consentimento, você será convidado(a) a participar de uma conversa conduzida pela equipe da FGV, que será guiada por um roteiro básico separado por temas. Não haverá identificação do seu nome no registro dos dados e das informações fornecidas. Sobre os dados pessoais fornecidos, esclarecemos o seguinte:

(1) quais dados pessoais nós registraremos? Além do registro de áudio desta conversa, registraremos seu nome, documento de identificação, faixa etária, raça, escolaridade, gênero e suas respostas às perguntas do nosso roteiro sobre informações socioeconômicas, tais como: renda, emprego, atividades de produção, pecuária e agricultura, hábitos e rotinas diárias de seu grupo familiar e de trabalho, e outros;

(2) para que utilizaremos esses dados pessoais? Esses dados serão utilizados para o estudo, conforme os objetivos apresentados no início deste documento. Eles serão usados durante a execução do Projeto Rio Doce e podem ser usados, posteriormente, no trato de questões relacionadas à reparação do desastre. Os resultados não serão divulgados de forma individual, e asseguramos o sigilo de sua participação e privacidade.

(3) quem utilizará os seus dados pessoais? Os seus dados serão usados apenas em regime de sigilo por pesquisadores vinculados à Fundação Getúlio Vargas e pela empresa prestadora de serviço Blockforce Serviços em Tecnologia da Informação Ltda, vinculada por contrato e responsáveis pelo desenvolvimento de ferramentas de análise e armazenamento dos dados coletados. Os resultados das análises serão divulgados no geral e neles não haverá a identificação de seus dados pessoais.

(4) quais as medidas de segurança serão tomadas em relação aos dados pessoais? A FGV preocupou-se em assegurar todas as medidas de segurança possíveis para guardar os seus dados, como a utilização de dispositivos criptografados, uma central de armazenamento segura, o treinamento de todos os pesquisadores envolvidos e seleção e celebração de contratos com parceiros credenciados;

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 2 — Modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aplicado nas interações virtuais de levantamento de danos no território em 2021 — 2 de 2



(5) quais direitos você possui em relação a esses dados pessoais? A partir da vigência da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2018), você pode exigir todo e qualquer direito assegurado por esta lei, a exemplo de retirar o seu consentimento para esta pesquisa a qualquer momento, ou solicitar a exclusão de seus dados individuais.

(6) para solicitar qualquer esclarecimento sobre esta pesquisa, contate:

- Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVces).
Coordenador: [REDACTED], Pesquisadora Sênior: [REDACTED]
[REDACTED], Telefone: [REDACTED], E-mail: pesquisariodoce@fgv.br.

Caso o(a) senhor(a) concorde em participar desta pesquisa, manifeste seu aceite ao final da apresentação do conteúdo deste documento, procedimento que será gravado em áudio, destacando o local, data e horário de sua participação.

Para gravar por favor digam seu nome completo e a frase "Declaro que entendi os objetivos da pesquisa e concordo em participar".

LOCAL (Plataforma Zoom), DATA de MÊS de ANO.

Nome legível:	Nome legível:
	Documento:

Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 3 — Modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aplicado nas entrevistas com pesquisadores para valoração não monetária no território em 2022

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você foi convidado(a) a participar, como entrevistado(a), do estudo chamado "Projeto de Pesquisa para Realização de Diagnóstico, Avaliação dos Impactos e Valoração dos Danos Socioeconômicos Causados nas Comunidades Atingidas pelo Rompimento da Barragem de Fundão". Os objetivos deste estudo são:

- identificar os danos sofridos pelas pessoas em função do desastre;
- valorar esses danos e sugerir formas para reparação integral;
- recomendar medidas para melhorar o processo de reparação; e
- criar um plano para monitorar as ações de reparação adotadas.

A sua participação é importante para levantarmos dados e informações sobre o desastre em relação às comunidades atingidas, especialmente sobre os modos de vida, danos sofridos e processo de reparação. Após o aceite a este Termo de Consentimento, você será convidado(a) a participar de uma conversa conduzida pela equipe da FGV, que será guiada por um roteiro básico separado por temas. Sobre os dados fornecidos, esclarecemos o seguinte:

(1) Além do registro de áudio desta conversa, registraremos suas respostas as perguntas do nosso roteiro sobre informações socioeconômicas;

(2) Os dados coletados serão utilizados para o estudo, conforme os objetivos apresentados no início deste documento. Eles serão usados durante a execução do Projeto Rio Doce e podem ser utilizados posteriormente no trato de questões relacionadas à reparação do desastre, no âmbito do processo judicial;

(3) A FGV preocupou-se em assegurar todas as medidas de segurança possíveis para guardar os dados de pesquisa, como a utilização de dispositivos criptografados, uma central de armazenamento segura, o treinamento de todos os pesquisadores envolvidos e seleção e celebração de contratos com parceiros credenciados;

(4) Para solicitar qualquer esclarecimento sobre esta pesquisa, contate:

- Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVces).
Coordenador: [REDACTED]

Caso o (a) senhor(a) concorde em participar desta pesquisa, manifeste seu aceite ao final da apresentação do conteúdo deste documento, procedimento que será gravado em áudio, destacando o local, data e horário de sua participação.

Fonte: Elaboração própria (2022).

APÊNDICE C.2 — Roteiros utilizados nas interações remotas para levantamento de dados no território da Região Estuarina, Costeira e Marinha do Espírito Santo

Para a realização das oficinas remotas na RECM foram elaborados três roteiros com o objetivo de levantar as narrativas e os danos sofridos pela população atingida em decorrência do rompimento da Barragem de Fundão, a partir de escopo geral e metodologia definidas pela FGV, sendo:

- 1) Roteiro base: utilizado nas oficinas com grupos sociais, de ofícios e comunidades, a partir do qual eram feitas algumas inserções a cada oficina, com perguntas específicas para determinado grupo, quando era o caso;
- 2) Roteiro para oficinas com grupos de mulheres atingidas: a partir do roteiro-base, realizam-se algumas inserções e alterações a fim de identificar e aprofundar o entendimento dos danos sofridos especificamente pelas mulheres ou experienciados de maneira singular/intensificada por elas;
- 3) Roteiro para oficinas com membros de Comunidades Remanescentes de Quilombos do Sapê do Norte (Litoral Norte): a partir do roteiro-base, realizam-se algumas inserções e alterações a fim de identificar e aprofundar o entendimento dos danos sofridos pelas comunidades quilombolas do Sapê do Norte, a partir do respeito à sua ancestralidade e tradicionalidade.

ROTEIRO BASE

BLOCO 1 — Dia do rompimento

Pergunta Norteadora:

- Vocês lembram como foi o dia do desastre?

Perguntas auxiliares:

- Como vocês ficaram sabendo do desastre? Achavam que o rompimento ocorrido em Mariana (MG) afetaria a vida de vocês?
- Como vocês foram e/ou se sentem atingidos?
- Como enfrentaram as dificuldades? Tiveram algum apoio? De quem?

BLOCO 2 — Alterações nos modos de vida

Perguntas norteadoras:

- O que mudou na vida e no dia a dia de vocês após o desastre?

Perguntas auxiliares

Renda, trabalho e subsistência e práticas culturais

- Houve mudanças na renda?
- Perceberam mudanças no tipo de atividade desenvolvida ou nos produtos/serviços ofertados?
- Houve alterações nas relações de trabalho?
- O que os ofícios anteriormente exercidos significam para vocês?
- Houve pessoas que abandonaram esses ofícios?
- Houve alteração/perdas na forma de transmissão do conhecimento sobre esses ofícios?
- Havia redes de trocas relacionadas aos ofícios? Elas foram abaladas pelo desastre?

Relações sociais, lazer, vida digna, uso do tempo e cotidiano

- Houve mudanças nas relações entre os moradores/comunidade? No dia a dia entre vocês/rotina?
- Houve pessoas que deixaram a comunidade por conta do desastre?
- Houve alterações do seu tempo livre com a família, amigos, comunidade e/ou grupos? Com quem?
- Houve alterações nos tipos de lazer? Festas, campeonatos, celebrações, banho na beira do rio ou praia etc...

Meio ambiente e moradia

- Houve alterações nas formas de acesso e abastecimento de água para uso doméstico e produtivo?

Saúde e alimentação

- Houve alterações na alimentação?
- Vocês percebem alterações na saúde física e/ou psicológica?
- Percebem alteração no uso de medicamentos? E no acesso?

BLOCO 3 — Reparação + projeto vida e perspectivas futuras

Pergunta norteadora:

- Como está a vida de vocês hoje?

Perguntas auxiliares:

- Vocês tiveram informações sobre as consequências do desastre para o meio ambiente? E sobre os processos de reparação em curso?
- Tiveram acesso ao cadastro? A alguma medida de auxílio financeiro/indenização?
- Recebem algum apoio? De quem?
- Vocês tiveram planos interrompidos/frustrações de projetos e perspectivas?
- É possível ter uma vida saudável e ambiente equilibrado hoje?

ROTEIRO: Oficinas com grupos de mulheres atingidas**BLOCO 1 — Vida antes do desastre**

Perguntas norteadoras:

- Como era para vocês mulheres viverem na sua comunidade/localidade/município antes do desastre?
- Como era o seu dia a dia antes do desastre?

Perguntas auxiliares:

- Vocês desenvolviam atividades produtivas remuneradas? E não remuneradas? (tais como tarefas domésticas, cuidado com os filhos/idosos, agricultura, pesca, artesanato, criação de animais)
- Como eram os momentos de encontro entre as pessoas e mulheres da sua comunidade?

BLOCO 2 — Alterações nos modos de vida

Perguntas norteadoras:

- Como é para vocês mulheres viverem na sua comunidade localidade/município depois do desastre?

- O que mudou na sua vida e no seu dia a dia após o desastre?

Perguntas auxiliares:

Renda, trabalho e subsistência

- Houve alteração(s) na rotina de trabalho? Quais?
- Houve a possibilidade de permanecer na mesma atividade que realizava ou teve que buscar outras atividades?
- Você contribuía na renda da família ou mantinha a casa? Houve alteração na sua renda e/ou em quem mantém financeiramente a casa e o sustento da família?
- Houve alteração na carga de trabalho nas atividades produtivas realizadas fora de casa?
- Houve alteração na carga de trabalho nos serviços domésticos? Se sim, quais foram essas mudanças?

Rede de relações sociais, práticas culturais, uso do tempo e vida digna

- Você sentiu alguma mudança nas suas relações familiares? Quais?
- Como estão os momentos de encontro entre família e na comunidade depois do desastre (pré-pandemia)? Acontecem com a mesma frequência? Como é viver na comunidade agora?
- A relação dos jovens com a comunidade foi alterada depois do desastre?
- Vocês sentem que o desastre alterou, de alguma forma, as relações de gênero na comunidade? Como?
- O que significa o rio, o mar, o mangue para você? E para sua família?

Saúde, alimentação, meio ambiente e moradia

- Como se sentiram após o desastre e como se sentem atualmente? Como ficou a sua saúde mental e emocional depois do desastre?
- Essas mudanças afetam a família? Como?
- Houve alterações na alimentação? Essas alterações dizem respeito também às alterações ambientais? E aos hábitos e culturas alimentares?
- Se sentem seguras em relação à qualidade da água utilizada e produtos/alimentos que vêm do rio, do mar, do mangue?

BLOCO 3 — Reparação + projeto vida e perspectivas futuras

Perguntas norteadoras:

- Vocês tiveram acesso à reparação?
- Vocês tiveram algum sonho/projeto de futuro pessoal, profissional e/ou da família interrompido pelo desastre?

Perguntas auxiliares:

- Vocês percebem diferenças na forma como os processos de reparação em curso são executados para homens e mulheres? Como se sentem com essa situação?
- O desastre e o processo de reparação provocaram alterações nas relações e/ou conflitos na sua comunidade/localidade/ família? Quais?
- Vocês tiveram acesso ao cadastro? E ao AFE?
- Vocês tiveram informações sobre as consequências do desastre para o meio ambiente?
- Entre os planos futuros comprometidos/interrompidos, algum diz respeito à educação sua ou de filhos/família?

ROTEIRO: Oficinas com Comunidades Remanescentes de Quilombo**BLOCO 1 — Vida antes do desastre**

Pergunta norteadora:

- Como era viver no território do Sapê do Norte há alguns anos? (por volta de 2010 /2015)

Perguntas auxiliares:

- Como vocês se organizavam no espaço? Como eram distribuídas as casas, as roças, as atividades?
- Quais eram as atividades e rotinas das comunidades?
- Como eram as festividades e celebrações?
- Nos contem um pouco sobre os saberes, os ofícios e os lugares comunitários. Aonde vocês se encontram, os lugares importantes etc.

BLOCO 2 — Dia do rompimento

Pergunta norteadora:

- Como/quando ficaram sabendo do desastre?

Perguntas auxiliares:

- Quando receberam a notícia, achavam que o rompimento da barragem afetaria a vida de vocês?
- Quando perceberam que a vida de vocês estava sofrendo alterações por conta desse desastre?
- E nesse processo todo, alguém procurou vocês? Tiveram algum apoio?

BLOCO 3 — Alterações nos modos de vida

Perguntas norteadoras:

- O que mudou na vida e no dia a dia de vocês após o desastre?

Perguntas auxiliares:

Renda, trabalho e subsistência

- Houve mudanças na renda?
- Perceberam mudanças no tipo de atividade desenvolvida ou nos produtos/serviços ofertados?
- Houve alterações nas relações de trabalho?
- O que os ofícios anteriormente exercidos significam para vocês?
- Houve pessoas que abandonaram esses ofícios?

Práticas culturais e religiosas

- O mar, o mangue, o rio, têm importância e/ou significado nas suas práticas religiosas e espiritualidade? Quais?
- Essas práticas foram afetadas pelo desastre? Se sim, de que forma?
- As formas de transmissão de saberes, práticas e ofícios tradicionais foram afetadas?
- Havia redes de trocas relacionadas a saberes, práticas, festividades e ofícios? Elas foram alteradas?
- Plantas e animais de uso medicinal e/ou religioso foram afetadas?

Relações sociais, lazer, vida digna, uso do tempo e cotidiano

- Houve mudanças nas relações entre os moradores/comunidade? No dia a dia entre vocês/rotina?
- Houve pessoas que deixaram a comunidade por conta do desastre?
- Houve alterações do seu tempo livre com a família, amigos, comunidade e/ou grupos? Com quem?
- Houve alterações nos tipos de lazer?

Meio ambiente e moradia

- Houve alterações nas formas de acesso e abastecimento de água para uso doméstico e produtivo?

Saúde e alimentação

- Houve alterações na alimentação? Essas alterações dizem respeito também às alterações ambientais? E aos hábitos, culturas e tradições alimentares?
- Vocês percebem alterações na saúde física e/ou psicológica?
- Percebem alteração no uso de medicamentos? E no acesso?

Bloco 4 — Reparação + projeto vida e perspectivas futuras

Pergunta norteadora:

- Como está a vida e o dia a dia de vocês hoje?

Perguntas auxiliares:

- Vocês tiveram informações sobre as consequências do desastre para o meio ambiente? Se sentem seguros em relação à qualidade da água utilizada e produtos/alimentos que vêm do rio, do mar, do mangue?
- É possível ter uma vida saudável e manter as práticas de uso do território hoje?
- Receberam algum apoio? De quem? E da Samarco e FR?
- Vocês tiveram acesso a alguma medida indenizatória ou de reparação?
- Vocês tiveram planos interrompidos/frustrações de projetos e perspectivas?

APÊNDICE C.3 — Roteiros utilizados nas entrevistas com especialistas para valoração não monetária da Região Estuarina, Costeira e Marinha do Espírito Santo

Para a realização das entrevistas com especialistas para a valoração não monetária na RECM foi elaborado um roteiro-base com o objetivo de qualificar análises sobre os danos sofridos pela população atingida em decorrência do rompimento da Barragem de Fundão, a partir de escopo geral e metodologia definidas pela FGV, e que assim se apresenta:

ROTEIRO-BASE

BLOCO I — Abertura: Sobre o território ou tema específico

Objetivo do bloco: Entender a relação do(a) entrevistado(a) com o território e a sua compreensão sobre o desastre do rompimento da Barragem de Fundão. Caso o estudioso(a)/pesquisador(a) seja de um tema específico, ao invés de possuir conhecimentos acerca do território e do caso, a introdução será sobre a trajetória e o acúmulo em relação ao tema de comunidades e povos quilombolas.

Para uma breve contextualização e conhecimento de vocês, estamos trabalhando com territórios que possuem um modo de vida tradicional e outros territórios quilombolas: O Sapê do Norte, localizado na região costeira do Espírito Santo (nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra) e Esperança e Ilha Funda (certificadas em 2018 e 2019, após o desastre), localizados em Minas Gerais. Todos os territórios quilombolas possuem histórico de comunidades negras rurais (campesinato negro) e ribeirinhas.

1.1. Poderia nos contar um pouco sobre seu histórico com o Sapê do Norte ou com os estudos sobre povos quilombolas?

1.2. Poderia nos contar um pouco do histórico de ocupação do território do Sapê do Norte/dos territórios quilombolas que estuda? Como isso se situa no histórico de luta por terras dos povos quilombolas?

1.2.2. Nesse histórico, como se desenvolveu a luta pelo reconhecimento do Estado e da titulação das comunidades quilombolas? Qual papel esse reconhecimento desempenha?

1.2.3 Segundo a historiadora Beatriz Nascimento, o território quilombola é um território de liberdade. Como você descreveria a importância da vida no território para as CRQ?

1.3. Como se deu o processo de entendimento interno das comunidades dos municípios de São Mateus e Conceição da Barra enquanto território quilombola contínuo — Sapê do Norte?

1.4. Qual a importância social e política para uma comunidade quilombola de seu reconhecimento formal via certificação e título de terras?

BLOCO II — Meio ambiente e Autodeterminação

Objetivo do bloco: Entender como se manifestam as relações entre território/meio ambiente e comunidade, a partir das chaves da territorialidade e autodeterminação.

2.1. O que se entende por autodeterminação dos povos quilombolas? De que maneira essa autodeterminação se manifesta na prática?

2.2. O desastre atinge também o direito à autodeterminação? Como?

Ao longo das interações que realizamos com as comunidades quilombolas do Sapê do Norte, ouvimos narrativas sobre o território como sendo o lugar que permitiu e lapidou um modo de se viver que é reproduzido há anos e que a população não existe enquanto comunidade fora daquele território. Nesse território são realizadas as práticas culturais, são transmitidos os saberes a partir da oralidade e vivências cotidianas.

2.3. Nas oficinas o “meio ambiente” e os “recursos naturais” foram mencionados como tendo um valor de uso natural e um valor simbólico cultural, de forma que a ausência/degradação dos mesmos impossibilita o modo de vida, e por consequência impede a permanência da população no território. Como se a degradação do meio ambiente significasse a degradação da vida das pessoas e da comunidade. Como um exemplo, nas oficinas houve narrativas que descreveram a natureza de maneira simbólica, como se fizessem parte de uma mesma vida, de um mesmo ciclo, onde a terra foi apresentada como uma mãe, o rio como pai ou amigo, enfim, falas que demonstram a intimidade, afeto e proximidade entre os quilombolas e o ambiente. Como você entende essa relação do meio ambiente com a população quilombola? A

natureza e/ou o território influenciam no modo de ser e de se entender quilombola? Como?

2.3.1. Qual a importância da água neste contexto de desenvolvimento de suas atividades, saberes, modos de fazer e produzir? Objetivo dessa pergunta: dialogar com o entrevistado de modo que ele levante a importância do rio e do ecossistema no entorno do rio, relacionado aos modos de vida, às práticas culturais, alimentação e o sentido dos ofícios como heranças.

2.4. Os quilombolas do Sapê do Norte conseguiram se manter no território após a chegada da monocultura do eucalipto e da cana-de-açúcar e têm conseguido manter um território minimamente adequado ao seu modo de vida, se reconstruindo nas possibilidades ofertadas pelo território (como no caso da agricultura orgânica). Contudo, já estão num contexto de reduzida autonomia política e econômica, pois são forçados a se reinventarem numa velocidade vertiginosa. Você acompanhou esse processo? Como ele se deu?

BLOCO III — Práticas culturais/Vida digna/Relações sociais

Introdução do Bloco: A partir das dimensões temáticas, analisar os aspectos que manifestam o exercício da tradicionalidade. Por tradicionalidade estamos entendendo as heranças culturais ancestrais que são transmitidas através das gerações e são atualizadas conforme os sentidos, as necessidades e a memória também se atualizam e presentificam nas práticas cotidianas, em seu livre desenvolvimento econômico, social e cultural. Assim, o bloco pretende explorar a tradicionalidade nos temas das Práticas culturais (enfocando em aspectos como a transmissão intergeracional de conhecimentos; oralidade e vivência; saberes e fazeres; Ofícios tradicionais) da Alimentação (com enfoque também em sua relação com a medicina tradicional/saúde) e no Sofrimento social (com enfoque na impossibilidade do livre desenvolvimento desses modos de vida).

3.1. Qual o seu entendimento acerca do termo tradicionalidade?

3.2. Como a tradicionalidade se manifesta no dia a dia das comunidades tradicionais/quilombolas do território? Qual sua relação com a oralidade e que papel ela desempenha no registro e transmissão dos saberes?

Objetivo da pergunta: explorar transmissão de conhecimentos e o registro oral, caso ainda não tenha aparecido.

3.3. Qual a relação entre tradicionalidade e alimentação nas culturas quilombolas? Como esta relação se manifesta no tratamento da saúde pelas comunidades quilombolas? Como alterações na alimentação podem afetar questões de autonomia dessas comunidades? Quais comprometimentos podem ocorrer quanto à segurança alimentar e ao aumento de vulnerabilidades?

3.4. De que forma um desastre dessa magnitude impacta de forma negativa na tradicionalidade da população quilombola? Gostaríamos de falar aqui sobre as alterações nas práticas culturais, alimentares, de saúde, por exemplo... E de que forma esses impactos atingem a autodeterminação quilombola? Como podem impactar negativamente as perspectivas futuras do território e permanência de seus moradores?

Sofrimento social (juventude): _Sofrimento social em relação às ameaças de perdas materiais e simbólicas relacionadas ao desastre. Não poder mais exercer as atividades e eventos que ocorriam desde os tempos dos ancestrais. Perda de sentido das práticas e atividades para a juventude. A perda de possibilidade de permanência no território pelas gerações mais novas. A insegurança em relação ao futuro (saúde, cultura, novas gerações). O medo de novos episódios de violência e intervenções no território. A perda do sentido e do valor dos saberes e fazeres. Sofrimento social pelo agravamento de vulnerabilidades. Sofrimento social pela perda dos encontros nas manifestações culturais como no caso do Ticumbi. Sofrimento social pelo desastre em si e o sofrimento social pela espera, pela incerteza do futuro.

3.5. Com o desastre, houve uma desestruturação nas atividades que compunham o modo de vida tradicional, como as manifestações culturais realizadas no Sapê do Norte. Durante as interações com a população foram relatados sentimento de tristeza e angústia pelo receio da perda de sentido e do valor dos saberes e fazeres pelas práticas não estarem mais presentes cotidianamente na vida da população quilombola. Foi também relatado o enfraquecimento dos encontros comunitários e o surgimento de alguns conflitos diante de diferentes acessos à reparação. A população também demonstrou angústia em relação às perspectivas de futuro para o território e principalmente para as gerações mais novas. A impossibilidade do livre desenvolvimento das atividades e práticas culturais pode gerar um contexto de sofrimento social? Como?

3.6 Como os impactos negativos que ocorreram nos territórios após o desastre podem interferir nas condições:

- para o desenvolvimento e uma vida digna?
- e para o bem-estar das comunidades quilombolas?

Explicar sobre o conceito de bem-estar e dignidade dentro do seu campo de estudos.

BLOCO IV — Participação quilombola e lutas

4.1. O que representa um processo de reparação que não reconhece as comunidades quilombolas enquanto atingidas? Isso afeta a sua autodeterminação e sua tradicionalidade? Como?

4.1.1 Ações de reparação que invisibilizam as comunidades quilombolas poderiam ser entendidas como racismo ambiental? Por quê?

4.2. Quais são as principais reivindicações do território atualmente no que diz respeito à reparação?

4.3. E quais os principais entraves e conflitos enfrentados por essas populações quando se trata da reparação

Bloco V — Encerramento

5.1. Solicitar ao(à) entrevistado(a) qualquer complementação relevante aos objetivos da entrevista e que não mencionamos ao longo dela.

5.2. Solicitar indicação de referências bibliográficas.

— Bibliografias sobre territorialidade em comunidades tradicionais, memória e oralidade, territórios de afeto, troca e ancestralidade, identidade quilombola e autodeterminação, práticas territoriais, de pertencimento e culturais, conflitos em territórios tradicionais etc.

APÊNDICE C.4 — Codificação das interações de levantamento de dados primários realizadas no território da Região Estuarina, Costeira e Marinha do Espírito Santo

O presente apêndice apresenta o processo de codificação das diferentes interações de levantamento de dados primários realizadas pela FGV no território. Esse trabalho busca, por um lado, permitir o referenciamento de cada dado primário à respectiva interação na qual foi levantado, e, por outro, salvaguardar sua adequada anonimização²⁶⁶.

Partindo de banco de dados desenvolvido internamente pela FGV, as interações para levantamento de dados registradas geraram cada qual sua respectiva ficha — conforme apresentado no Apêndice C. Além disso, cada interação, seja de levantamento de danos ou de dados para valoração não monetária, recebeu também um código individual e imutável. Tais códigos são, então, utilizados ao longo do presente relatório para referenciar cada dado primário citado à interação que lhe corresponde — sem, contudo, permitir identificá-la²⁶⁷.

Considerando a execução de três tipos distintos de interação para levantamento de dados, foram desenvolvidos três modelos de código. O primeiro, no formato ^{FGV_ILD_001}, identifica cada interação para levantamento de danos realizada no território. Já o segundo modelo, no formato ^{FGV_ILE_001}, identifica cada entrevista realizada para construção da valoração não monetária dos danos socioeconômicos relatados. Por fim, o terceiro modelo, de formato ^{FGV_ILV_001}, identifica cada grupo focal e roda de conversa com pessoas atingidas para a valoração não monetária.

²⁶⁶ O procedimento de anonimização é definido no inciso XI do artigo 5º da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD (Lei nº 13.709/18) como: “XI — anonimização: utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo”.

²⁶⁷ No caso do trabalho realizado no território da Região Estuarina, Costeira e Marinha do Espírito Santo, considerando a execução de 25 oficinas para o levantamento de danos e valoração não monetária, além de duas entrevistas com especialistas para a valoração não monetária, foram criados 27 códigos para anonimização dos resultados.

APÊNDICE D — HISTÓRIA DO DESASTRE

Este item é resultado de um esforço de categorização de cerca de 2.000 narrativas por meio da identificação do que se intitula fatos históricos, aqui entendidos como situações pronunciadas que permitem compreender a história do desastre como processo, com base na perspectiva das pessoas atingidas na Região Estuarina, Costeira e Marinha do Espírito Santo (RECM-ES). Cada fato histórico possui um título, podendo ser uma narrativa completa ou um trecho, selecionado a partir de sua representatividade com relação à situação que pretende pronunciar. Os fatos históricos podem ser entendidos como capítulos dessa história, que é organizada em quatro momentos não lineares: pré-chegada da lama; chegada da lama; pós-chegada da lama; e processo de reparação em curso²⁶⁸.

A pré-chegada da lama

1. O rejeito estava vindo... vindo e podia chegar ao mar. Até que chegou ao mar. Ninguém nos procurou.^{FGV_ILD_071}

[...] Na realidade a gente ficou sabendo pela TV, e a gente sentiu na nossa produção imediata e ficamos sofrendo sem saber a quem recorrer e se podia recorrer alguém, ficamos nesse dilema por bastante tempo. Vendo a produção cair sem saber o que fazer.^{FGV_ILD_077} Então a gente não podia falar com o turista que não está contaminado. Se a gente via as plumas chegando, a mudança da cor do mar ali na nossa cara, então está contaminado. Mas essas informações não chegavam de forma oficial, chegavam por outro meio. Não sei por que os órgãos oficiais não comunicavam.^{FGV_ILD_072} Soubemos no primeiro momento pelas redes de comunicação, televisão e rádio. Inclusive chamou a atenção não só da população brasileira, mas do mundo. É o maior crime ambiental. [...] ^{FGV_ILD_083} Não chegava uma informação muito clara, o que é realmente verdade, o que é realmente que estava acontecendo. A gente via a informação de jornal e a informação de internet. [...] Então a gente ficava sabendo pelas informações de boca em boca.^{FGV_ILD_072} A informação é muito difícil de chegar nos nossos quilombos. Com a falta de internet nas comunidades. A gente soube da tragédia pela TV, ficamos horrorizados pelo que aconteceu com as famílias lá.^{FGV_ILD_070} [...] Eu, por exemplo, nem sabia que existia essa barragem de Mariana e rompeu essa barragem, veio aqui e jogou essa lama aqui.^{FGV_ILD_093} Fiquei sabendo pelas mídias, eu recebi informação pelo celular. Mas fiquei sabendo do rompimento da barragem e não sabia a dimensão, até onde chegaria e onde a lama ia cair.^{FGV_ILD_091} E ficamos em 2015 perguntando “meu Deus o que aconteceu e o que vamos fazer agora?”. Foi uma coisa muito impactante, muito triste e nenhum órgão veio nos socorrer.^{FGV_ILD_084}

²⁶⁸ No âmbito da análise das narrativas e danos enunciados em campo, cada oficina de levantamento de danos realizada pela FGV recebeu um código, conforme descrito no Apêndice C. Cada narrativa apresentada nesta seção do documento acompanha, dessa forma, o código que identifica a oficina em que foi enunciada pelos atingidos.

2. Eu não achava que [a lama] fosse chegar. Eu pensava que eles iam fazer alguma coisa pra parar.^{FGV_ILD_072}

Principalmente do Rio Doce, porque a gente pensava que não chegaria muito no mar. E infelizmente chegou até o mar e essa quantidade de pessoas impactadas.^{FGV_ILD_064} Gostaria de enfatizar algumas coisas que foram faladas. No início, o companheiro falou que foram dez, mas foram vinte e poucos dias enquanto a lama descia. Nesse tempo tinham muitas possibilidades de segurar, pelo menos, grande parte deles. Então a gente ficava com esperança e que uma das represas a gente conseguisse pressionar essa empresa que jogasse para uma área de alagação e daí conseguiria segurar grande parte do rejeito. Mas a empresa não segurava porque iria parar as turbinas e perder milhões naquele dia. E aí passava mais uma e mais uma, então tinham várias possibilidades no caminho.^{FGV_ILD_093} Quando o pescador foi lá fora viu o rejeito e chegou em terra dizendo que o rejeito estava chegando e ninguém acreditou nele. Só depois que as notícias começaram a chegar que acreditaram e muitos continuavam sem querer acreditar.^{FGV_ILD_079} Quando a barragem rompeu nós nunca imaginamos que ia chegar até aqui, pensamos que ia ser só para o lado de Regência.^{FGV_ILD_064} Eu lembro da ficha ir caindo aos poucos. Na época tinha um fotógrafo aqui, e eu fiquei até com raiva porque ele ia fotografar, saía de barco pra ver a lama, fotografava. E eu pensava “não pode ser!”, a gente queria que não fosse, não queria acreditar, e ele voltava com a imagens e falava “é lama mesmo, gente!”.^{FGV_ILD_072} Quando o desastre aconteceu eu não acreditava que ia chegar em Regência, pois Mariana é muito longe, muitos quilômetros. Mas eu me enganei, pois chegou.^{FGV_ILD_097} Achávamos que a lama não chegaria na foz. A foz do rio estava fechada e houve um grande embate. A boca do rio está sofrendo muito assoreamento. E havia repórteres de muitas partes do mundo. As boias acabaram não resolvendo nada porque era muita coisa. Então, nós da comunidade, a gente já tomou a primeira pancada e aquilo foi trazendo tristeza.^{FGV_ILD_089} Esse fotógrafo [que ia no mar fotografar onde a lama estava] colocava nas redes sociais, e detonava nossa imagem, e a gente no desespero, porque não queria acreditar que era a lama mesmo.^{FGV_ILD_072}

A chegada da lama

3. A chegada da lama parecia Chernobyl^{FGV_ILD_093}

Lembro que a água estava muito clarinha e ficávamos olhando e esperando, uma espera angustiante da chegada da destruição.^{FGV_ILD_097} A mídia vinha relatando a lama chegando pelo Rio Doce. Quando chegou aqui eu lembro, a água limpa na frente e a lama tomando o rio. E não houve nenhuma informação de que não podia tocar na água. A água limpa na frente e a morte do rio caminhando atrás.^{FGV_ILD_105} Esse sentimento inicial foi muito desesperador, porque a gente acompanhou pela mídia que houve o rompimento em Mariana e sabíamos que em algum momento chegaria aqui. Foi desesperador e foi mexendo muito com o psicológico de todos os moradores da nossa Vila. Enfim, ansiedade, desespero, sem saber qual a dimensão real. Desesperador é a palavra-chave.^{FGV_ILD_093} Os pescadores ficaram desorientados. Imagina um pescador que só vive da pesca e daí não tem mais o Rio Doce. Então muita tristeza, porque era um rio de sangue. A lama descendo.^{FGV_ILD_090} Então a chegada da lama foi uma das piores sensações que quem ama o local aqui viveu. Matou sonhos, matou esperanças. Regência tem a onda com um dos maiores potenciais do Brasil, estávamos caminhando para ser referência

verdadeiramente de onda no Brasil. Hoje nós somos, mas digo que a questão da lama atrasou muito isso aí pelo preconceito. Eu, que sou nativo daqui, quando não estamos na praia estamos no rio, então, a dor sentimental da perda foi muito grande.^{FGV_ILD_093} Quando falaram que a barragem estourou em Mariana, as notícias que chegavam era que ia chegar um mar de lama e ia acabar com Povoação, um tsunami de lama. Nós que tínhamos material de pesca na beira do rio arrancamos tudo. Houve aquele desespero.^{FGV_ILD_091} Infelizmente, veio parar no nosso Rio Doce, causando muita destruição: a morte de peixes, morte do solo. E quando a lama chegou em Linhares eu chorei muito, porque eu sou pescadora profissional e não tenho outra fonte de renda. E ali eu vi minha vida se transformar.^{FGV_ILD_091} Não imaginávamos que o impacto ia ser tão grande. Estava trabalhando numa obra e o dono da obra parou o serviço. Várias atividades na comunidade foram afetadas logo com a chegada da lama e na sequência interrompidas.^{FGV_ILD_097} A gente nem imaginava que quilômetros e quilômetros de distância e ia chegar aqui na boca do rio. Quando fomos lá ver foi um desespero, pois como ia lá tomar banho, levar os netos para tomar banho, brincar de caiaque. Quando viu aquilo o coração disparou, pois não podia mais nada. É muito triste, desesperador. A gente não quer nem falar, é uma dor, um silêncio total.^{FGV_ILD_097}

4. No verão deu aquele *boom*, a praia ficou com uma espuma e com um cheiro horrível.^{FGV_ILD_072}

Da foz do Rio Doce, lá em Regência, até aqui [Conceição da Barra], dá entre 60 e 70 milhas, como pelo estudo [da Rede Rio Doce Mar] apareceu a Bahia, então a gente deduz, ela [a lama] chegou para mais de 140 milhas de distância da foz.^{FGV_ILD_077} A contaminação chegou pelo mar, o mar mandou para o rio e do rio para terra. E assim contaminou os terrenos onde se produzia o capim do gado. Por exemplo, o meu terreno fica 2,5 m abaixo do nível [do mar] e a água contaminada chegou nessa área, por isso o capim deixou de ser produzido.^{FGV_ILD_063} O dano em São Mateus e região litorânea é muito grande, virou o pinicão da Samarco. Vai descendo e mandando tudo para a costa, vai só chegando mais e acumulando.^{FGV_ILD_063} Lembro de uma manchete no jornal que dizia que a lama chegou no mar do Espírito Santo. Aqueles que tinham casa de veraneio de Itaúnas, que ficam três meses, esses desapareceram.^{FGV_ILD_072} A gente via nas pessoas uma dificuldade de aceitar a chegada da lama no balneário. Conseguir falar sobre o assunto era difícil naquele momento. Você tem a vida das pessoas envolvidas, impactadas por essa questão.^{FGV_ILD_072} Na realidade existe dois momentos, o primeiro é o rompimento da Barragem de Fundão, por que nossa vila é de pescadores, tem os moradores que trabalham com pesca a mais de sessenta anos e eles foram afetados imediatamente. E nós que não éramos pescadores fomos realmente atingidos em 2018/19, porque tem aquela barragem aqui, e eles começaram a querer retirar essa barragem, fazer canal na barragem, porque a lagoa estava muito cheia.^{FGV_ILD_092} Uma quantidade grande de pessoas foi para a ponte do Rio Doce querendo observar a passagem da lama. Nós [moradores de Pontal] só fomos sentir trinta dias após, quando a lama atingiu a foz do Rio Doce. E daí havia placa proibindo a prática de surfe. Meu pai entrou em depressão, coisa absurda e eu trato até hoje. Tudo o que eu investi em recursos e sonhos acabou. O desespero tomou conta de todo mundo.^{FGV_ILD_093} Em relação ao futuro, sabemos como a praia irá ficar? A gente já tem provas que o rejeito alterou o perfil de praia, mas a gente não sabe se no futuro essa alteração será prejudicial.^{FGV_ILD_093}

5. Foi muito deprimente ver o mar, ver os peixes morrendo, ver a vida morrendo, e ver a falta de importância que se dá.^{FGV_ILD_072}

Logo que começamos a presenciar a lama, foi a partir de março de 2016, devido à mortandade de peixes e caranguejos. E também pela cor do rio e do mar, que ficou esverdeado, e nunca foi disso. O manguezal tinha como se fosse uma nata por cima, e os caranguejos morreram.^{FGV_ILD_058} Até a TV Gazeta filmou, toda a imprensa mostrou o que foi aquele comportamento anormal dos caranguejos, os caranguejos morrendo e nenhum órgão de controle ambiental se deu ao trabalho de ir aí fazer um relatório, investigação, apurar.^{FGV_ILD_084} Foi muito deprimente ver o mar, ver os peixes morrendo, ver a vida morrendo, e ver a falta de importância que se dá.^{FGV_ILD_072} Quando não vou para o mar, vou para o mangue. Depois do desastre víamos os caranguejos e peixes mortos, mangue fedendo, vegetação morta.^{FGV_ILD_079} Essa criminosa. Acabando manguezais, tudo morto, os caranguejos, as ostras, vai na beira da praia tudo morto. A gente vê minério da beira da praia. Aquela água vermelha.^{FGV_ILD_078} Na terra úmida a produção da aroeira vem com mais força. Fica próxima ao mangue. E quando veio o rejeito, todas morreram. As vacas que comiam o capim próximo ao mangue, faziam esses abortamentos nos bezeros. Tudo isso que a gente fazia aqui na agricultura, não tem mais.^{FGV_ILD_058} A apicultura acontecia muito nos manguezais, os enxames ficavam próximo os manguezais e aroeiras, caiu muita florzinha e diminuiu tudo.^{FGV_ILD_064} Os porcos e outros animais acabavam se contaminando, e os peixes começaram a ter muitas feridas. Os siris estavam subindo para a terra, isso não é normal, os crustáceos saindo de seu habitat, porque tinha algo de errado. E tudo morrendo. Então aquela nata, aquele produto meio alaranjado no manguezal, na areia, levou a gente a entender.^{FGV_ILD_058}

Pós-chegada da lama

6. Eles acabaram com a nossa vida aqui, porque a nossa pescaria é de vinte metros para a terra [...] mas hoje está proibida esta área de vinte metros para dentro.^{FGV_ILD_088}

A área pesqueira da gente estava liberada e a gente podia pesca à vontade. Tinha fartura e a nossa renda era uma renda boa. Com o desastre acabou tudo, a área ficou proibida e continua proibida, não sabemos quando vai ser liberada. [...] ^{FGV_ILD_088} O cotidiano foi alterado pela proibição da pesca na foz do Rio Doce. Era um cotidiano de pesca, de mirar rede. Era trabalho e lazer. Tanto no tempo ruim ou tempo bom, todo dia era dia de pesca.^{FGV_ILD_086} Logo no início, uns 90% se perdeu da pesca, hoje tem voltado uns 30%. Então uns 60% se perdeu hoje. E a área lá continua fechada. [...] ^{FGV_ILD_077} Então é isso, para sair para fora [além dos vinte metros proibidos] você corre o risco de levar multa e também você não encontra tantas espécies [volume de pescaria]. Hoje nós pescadores estamos engessados, até que se volte ao normal estamos engessados. Isso é muito preocupante para nós pescadores, que sobrevivemos da natureza. Não estou falando só de sustentabilidade, mas mudou muito a nossa qualidade de vida.^{FGV_ILD_088} Que autoridade é essa, [...] que chega dizendo que só podemos pescar após vinte metros de profundidade? Eles combinaram com os peixes, afinal de contas? ^{FGV_ILD_089} Agora por exemplo, está chegando a hora [temporada] da pescadinha. E a pescadinha só dá de vinte metros para dentro, pois elas vão encostando mais para a beirada da praia, oito ou dez metros, mas hoje está proibida esta área de vinte metros para dentro. Nossa área é onde tem um camarão, uma

pescada, uma pescadinha, um bagre. [...] Então acabou com a nossa área de pesca.^{FGV_ILD_088} Os danos foram incalculáveis, na época eu tinha quatro embarcações carregadas pra sair. E saíram, voltaram sem nada. Saíram a segunda vez e voltaram sem nada. Na terceira vez proibiram a nossa área de pesca. A área onde havia o cação e outros tipos de peixe hoje não tem mais. [...] Eu perdi dois barcos, tive que vender barato pra poder quitar a minha dívida junto à Peroá, que onde a gente carrega os barcos. E assim vem. Hoje tenho outro barco parado, porque é a área onde se pescava o cação e hoje não pode mais. Está parado lá em Jacaraípe.^{FGV_ILD_083}

7. Está lá o meu barquinho sendo destruído.^{FGV_ILD_083}

[...] Hoje a minha pescaria é a 30 milhas. A despesa se torna muito maior. A dificuldade de vir embora, debaixo de vento nordeste e água ao sul, nem se fala. [...] Então eu quero reforçar isso aí. Antes a embarcação que eu trabalhava era maior. Mas eu tinha dó dos pequenos, que não tinham condições. Até hoje têm embarcações paradas aqui que não tem condição nenhuma de pesca.^{FGV_ILD_083} Vejo que muita coisa mudou aqui em Itaúnas e Conceição da Barra, tínhamos o rio para pescar e não tem mais, acabou. O povo na beira do rio e na canoa pescando, tudo isso acabou e hoje não temos mais nada. Acabou a nossa pesca, ficou no passado.^{FGV_ILD_079} O mar hoje não dá condições para você ir para dentro, não. Os barcos pequenos não conseguem ir para o mar. Hoje o pescador tem que ir para o alto mar e ficar dias e dias para conseguir tirar uma quantidade grande de peixes. Se o pescador vai com barco pequeno e tem que voltar para a terra toda hora, não consegue tirar uma boa quantidade.^{FGV_ILD_058} Eu tinha duas embarcações, uma minha e outra de minha mulher e tive que vender para pagar dívida. Hoje estou com uma embarcação parada no cais e outra pequena que eu adquiri aqui, pra ir conseguindo algum recurso.^{FGV_ILD_083} Muitos companheiros estão saindo com embarcações pequenas, pequena motorização, pequeno calado e correndo para acessar regiões de pesca além da área de exclusão. Hoje nós temos uma frota sucateada, porque a gente não consegue fazer a manutenção devida nas embarcações de pequeno e médio porte porque elas não estão viáveis economicamente. Então aquele impacto de 2015 ele permanece.^{FGV_ILD_083} Tem que sair para fora uns 18 km, pois não tem mais peixe na beira. Para ir para fora tem que ter um equipamento, uma sonda, um GPS para poder achar os locais de pesca.^{FGV_ILD_079} O prejuízo ficou também nos apetrechos de pesca, que tá tudo parado, sem uso, estragou tudo.^{FGV_ILD_078} Eu perdi muita coisa por não usar mais, material de pesca, barco, freezer.^{FGV_ILD_079} E a perda dos materiais de pesca parados: rede, motor rabeta, motor de 15 Hp.^{FGV_ILD_091}

8. Jogava a rede e pegava muita pescadinha, mas hoje não tem mais. Os peixes sumiram.^{FGV_ILD_079}

Não posso ficar parado dentro de casa. Já fiquei bastante tempo parado. Igual o [companheiro] falou aí, sobre o passado, nós saíamos de casa às quatro horas da manhã, ia no mar, mirava uma rede, puxava a nossa redinha, antes desse impacto aí, e quando dava sete a oito horas já estávamos em casa com cem quilos, cento e vinte, cento e cinquenta quilos de pescadinha. No outro dia a mesma coisa. Em uma semana eram mil quilos de peixe, hoje em dia não existe mais isso, acabou. E é isso aí, eu tenho que pescar, vou ter que ir para fora e tirar o meu sustento da pesca.^{FGV_ILD_088} Se você pegava uma tonelada, com o impacto causado, caíram muito as espécies. Você passa a investir mais e você passa a demorar mais tempo. Um exemplo, se você

pegava uma tonelada em quatro dias, você passou a levar dez dias para pegar a metade de uma tonelada. Você passou a pegar metade, em mais horas, com mais petrechos, para você tentar conseguir. Tudo por causa do impacto ambiental. [...] FGV_ILD_088 O abalo que tivemos no turismo e na pesca, o pescado ele sumiu, e isso abala, porque a renda que muitos têm vêm disso. Às vezes é até difícil de comprar um pescado pra consumir. FGV_ILD_073 Nossa reserva de camarão, 95% morreu naquele mesmo dia, ou na mesma semana de quando aconteceu o derramamento. Pelas pesquisas que a gente faz, o camarão só tem sete meses de vida, se pegar a quantidade de camarão que morreu, quando essa produção vai chegar o que era? FGV_ILD_077. Assim, o Rio Cricaré também foi bem atingido também [com a diminuição do pescado], não na mesma forma que o Rio Doce, mas também foi atingido. FGV_ILD_077 Passava a semana toda pescando, quando chegava na sexta-feira a gente ficava esperando o turismo chegar. Porque Urussuquara tinha muito pescado, riozinho é perto do mar, tem uma foz, ali fervia de peixe, aquela quantidade de peixes era a coisa mais linda do mundo. FGV_ILD_078 Antes da lama nós pegávamos muito peixe na beirada, no cascalho aqui perto. Hoje colocamos vinte panos de rede para pegar quatro a cinco pescadinhas, isso quando pega, pois às vezes não pega nada. FGV_ILD_079

9. Hoje a contaminação é tão grande, que está na terra também. Contamina também a agricultura. FGV_ILD_058

Eu gosto de vender produto orgânico, porque eu não gosto de veneno. Isso eu não posso fazer mais, porque meus porcos morreram. Os que nasceram e beberam leite, morreram. Os animais que estavam perto do rio, morreram. FGV_ILD_058 Houve um desequilíbrio muito grande, esse ano por exemplo, houve uma grande quantidade de mosquitos que nunca se viu antes, que atacaram as florezinhas. Precisa de pesquisas aqui. Por exemplo, frutos que maduram e ficam verdes ao mesmo tempo, isso não acontecia antes. FGV_ILD_064 A Fundação Renova e as empresas dizem que não está envenenado, mas está sim. Tudo está morrendo, até os peixes que eu tenho em criatório. E ninguém sabe quando isso vai melhorar, é muito difícil recuperar o meio ambiente. FGV_ILD_063 A questão da agricultura é uma realidade nossa. As perdas de animais. Ocorreu muito na área da pecuária aborto de gado, de novilha. Muitas vacas abortando a sua cria, e isso a gente nunca tinha visto aqui na nossa região. A gente fica até assustado, como isso aconteceu? É por causa da água que entrou nos pastos. [...] A questão da aroeira, que a gente gosta de plantar na parte baixa. Porém essa produção foi afetada. Os pés morreram. E a aroeira é uma planta nativa, forte, que se adapta. A questão das abelhas, foram morrendo. Sem as abelhas, não tem como as aroeiras produzirem. FGV_ILD_058 E tenho sítio de produção de frutas e aroeira. Do ano passado para cá [2020 para 2021] tive uma queda de 250 kg a menos na produção de aroeira, cada ano a produção é menor. Cuido mais da plantação e a produção só diminui. A plantação de frutas também caiu muito, as plantas abortam muito. FGV_ILD_063 A questão da ferrugem foi forte. Nós fizemos uma análise de solo e vimos também uma quantidade grande de ferro. Uma espécie de ferro nas plantas. Estamos tendo um trabalho para tornar a equilibrar esse solo e as plantas. FGV_ILD_071

10. Eu fiquei com uma pousada gigante [...] com tudo lá dentro e não trabalho mais. Por quê? Eu não tenho mais hóspedes. FGV_ILD_084

Porque o meu comércio bombava e eu não tinha tempo, sequer, de parar para almoçar. Eu tinha uma clientela e vendia a orla todinha e o

meu comércio foi a zero.^{FGV_ILD_088} A gente vivia na informalidade desse turismo. A gente buscava ostra e não tem mais turista, vendia milho verde, vendia picolé. [...] São pessoas diaristas, comércio informal. Daí pedem um cadastro e como a pessoa vai provar?^{FGV_ILD_084} Nós tínhamos quatorze funcionários, mas hoje temos apenas dois diaristas e o preço da diária na pousada caiu de duzentos para cem reais, eu tinha uma piscina de trezentos mil litros de água e agora coloquei uma de trinta litros. A gente aprendeu a reduzir algumas coisas, até mesmo de segurança, não tenho mais vigilância noturna, a gente automatizou a pousada para poder continuar funcionando. [...] Eu tive queda de arrecadação e tive que evoluir para uma pousada mais enxuta, devido à queda do turismo em si.^{FGV_ILD_084} Eu sou representante do balneário de Carapebus, tenho o meu comércio aqui no balneário. Vários quiosqueiros que tinham aqui na maioria estão fechados, só podem trabalhar no verão, não trabalham mais no inverno, porque os turistas não frequentam mais por causa do rompimento dessa barragem, dessa lama. Pessoas que vendiam milho hoje andam pelas ruas catando latinha, porque a renda foi pra lona, para baixo mesmo, sem ter turismo, sem ter pessoas para consumo. Os quiosqueiros venderam quiosques e é um impacto que levamos e estamos sofrendo até hoje. [...] ^{FGV_ILD_084} A moradora tem uma lojinha de artesanato e vai ter que se desfazer por falta de venda.^{FGV_ILD_064} No ano de 2015 e 2016 o impacto do rompimento foi tão grande pra gente, porque chegou na boca do verão. Quem fez investimento perdeu o investimento que fez. Quem já estava mais estruturado sofreu a perda de quase 70% da sua arrecadação financeira. Pra gente de Itaúnas que vive basicamente da pesca e do turismo, fomos os mais impactados.^{FGV_ILD_072} O trabalhador informal também foi prejudicado. Eles também vivem do turismo, com comércio ambulante na praia, carrinhos de comida na Vila [de Itaúnas], e eles também deveriam ser contemplados.^{FGV_ILD_072} Acho teve um comprometimento muito grande do turismo, do comércio, e teve perda da renda, principalmente no verão.^{FGV_ILD_078}

11. E se produzir, para quem vender? O pessoal não quer comprar.^{FGV_ILD_098}

Antigamente nós chegávamos na pescaria com 200 a 300 kg [de peixe] e eles brigavam para comprar o seu pescado. Hoje em dia ninguém quer.^{FGV_ILD_088} Eu comecei a ligar para os clientes e ninguém estava aceitando. Eu não estava entendendo. Porque meu peixe é da foz do Rio Doce. Joguei quase 500 kg. de peixe fora. Nem doado queriam.^{FGV_ILD_083} Eu era pescador, comprador e revendedor de pescado. Hoje eu já não consigo mais pescar, comprar e vender. Os produtos que eu comprava eu fazia feira. Hoje se eu chegar na feira com um produto aqui da nossa região, as pessoas logo perguntam de onde vem o pescado. "Vem do Nativo?". As pessoas não compram.^{FGV_ILD_058} A gente atuava na feira de Itaúnas, então a gente foi atingido nos nossos produtos pela questão da venda. A gente atuava desde 2009, 2010, e fomos atingidas como comerciantes informais, na queda da comercialização. E pela região ter entrado na área como impactada.^{FGV_ILD_073} O artesanato, uma verdura, era coco seco, coco verde, tudo que botava vendia. Todo dia dava um dinheiro. Hoje a gente coloca as coisas e fica semana mais semana, mês mais mês. Coisa que estraga, estraga tudo. Hoje não vende nada.^{FGV_ILD_078} E tivemos muito tempo a dificuldade na venda do produto, por que perdemos muito porque as pessoas não queriam comprar, não tinha quem queria vender, o pessoal queria [camarão] da Bahia. Até hoje tem essa fama, não vende fácil e também não temos a mesma produção.^{FGV_ILD_077} A gente não planta, porque a planta não sai, não vai para frente. A rotina da gente mudou e não é mais aquela alegria da gente plantar e comer. E ninguém confia, ninguém quer

comprar, perguntam e quando a gente fala que é de Regência respondem que está com minério.^{FGV_ILD_098}

12. Hoje usamos a ajuda do caminhão-pipa, que o poço já não vale mais nada. A água está fedendo, lamenta, aquele minério por baixo, tudo preto de minério no cano.^{FGV_ILD_078}

Entraram na nossa casa sem bater, dizendo “você não podem utilizar o que você têm”.^{FGV_ILD_093} Principalmente das mulheres [a preocupação em relação à qualidade da água], porque são elas que fazem a alimentação das casas na maioria das vezes. A preocupação é mais das mulheres. E também a base de produção de hortaliças também é feita pelas mulheres, as hortas são comandadas pelas mulheres.^{FGV_ILD_073} Para obter uma melhor qualidade da água houve a necessidade de investimento em poços artesianos mais profundos. Nem todos tinham esse investimento, mas quem tinha investiu.^{FGV_ILD_071} Quem tinha condições de usar outro recurso [para captação de água], usava. Do abastecimento das casas cada um tem a sua cacimba. Na agrovila é abastecimento coletivo. Antes era cacimba e agora é um poço artesiano. O que mudou foi o tratamento dessa água. Aqui não temos saneamento básico.^{FGV_ILD_071} Aqui a gente tem SAAE [Serviço Autônomo de Água e Esgoto] que a água é tratada para outras finalidades, não é o mesmo tratamento que eles dariam com esse tanto de mineração dentro. Mesmo tendo essa água tratada, não dá a garantia de ter qualidade.^{FGV_ILD_104} Sobre a água que deveria ser potável. [...] Perfuraram muitos poços sem sucesso. Hoje o abastecimento se dá por mistura com água de um poço (90%) e água abastecida por caminhão-pipa (10%) e a qualidade é questionável, apesar de indicarem [Serviço Autônomo de Água e Esgoto — SAAE] que é própria para o consumo e a comunidade paga pelo abastecimento sem essa garantia. A comunidade tem dificuldade de saber se é própria, não tem condição de analisar ou saber se o laudo é próprio.^{FGV_ILD_097} A captação [de água] de São Mateus e Conceição da Barra é no leito do rio Cricaré, e a gente não sabe, não tem nenhum estudo se está contaminado. Sabemos que a água do mar entra no rio, até porque quando a água do mar vai muito longe, a água de São Mateus fica salgada, a nossa não chega a tanto, mas a gente sente. Minimamente a gente sente que ela é salobra, porque a água do mar entra no rio.^{FGV_ILD_077}

13. Hoje tenho que comprar água mineral.^{FGV_ILD_058}

E aí voltando a questão da água, é um negócio mexer com água na Barra do Riacho. Virou fonte de renda legal para muita gente. E quem não tem condições de comprar o galão de água?^{FGV_ILD_089} Hoje temos muito problema com abastecimento da água, 90% vem de poço e 10% de caminhão-pipa. E o consumo está complicado, a água muito suja e muito amarelada. Hoje temos muita necessidade de realizar o serviço de limpeza de caixa d'água. Então, temos que comprar água mineral, pois a qualidade é duvidosa. A gente sem água não vive, se mancha uma roupa imagina a comida, tomar banho com essa água dá coceira, o cabelo fica duro e as mulheres gastam mais com creme para o cabelo não ficar duro. A questão da água é muito séria.^{FGV_ILD_097} Concluindo a fala da companheira aí, a gente foi prejudicada em tudo, do banho à alimentação e à água, porque hoje a gente compra água mineral por não podermos beber água no rio. As roupas estão todas enlameadas.^{FGV_ILD_098} É uma revolta de todo mundo, porque no fundo você não sabe nem o que você está bebendo. Quem não tem dinheiro bebe essa água. É revoltante, não dá para entender.^{FGV_ILD_098} Nem todo mundo foi reconhecido aqui, como já foi falado, então, hoje, não é

todo mundo que tem dinheiro para comprar água mineral para beber.^{FGV_ILD_098} O problema da água não foi resolvido até hoje. Primeiro foram caminhões-pipas e depois trocaram para um poço muito profundo. Daí todos passaram a comprar água mineral.^{FGV_ILD_093} Hoje recebemos água de um poço que a água não está boa e apenas um caminhão-pipa chega com água boa. Isso traz muita preocupação, pois estamos consumindo uma água que não é boa. Dizem que a água está apta, mas fica perto do rio que está impróprio e o solo também está impróprio. Temos muita insegurança para beber essa água. Desde que a lama chegou que compro água mineral, mas usamos essa água para cozinhar e aos pouquinhos estamos nos contaminando.^{FGV_ILD_097}

14. Mudou muito a alimentação. Temos medo de consumir o que produzimos.^{FGV_ILD_063}

A gente não come mais peixe por isso mesmo, com medo de adoecer. E temos dó, porque aqui na Barra tem gente que não come outra coisa a não ser peixe. Não por não ter condições, mas por gostar.^{FGV_ILD_088} Quantos que morreram de câncer? Então alguém foi muito feliz de falar de diagnóstico. O que cria doença na gente é o que a gente come e o que a gente bebe.^{FGV_ILD_089} Aqui nós consumimos muito marisco, peixes, então fomos tomados por um pânico muito grande em relação aos alimentos, uma incerteza muito grande do que estamos realmente comendo. O que vem de produção dos assentamentos também que é irrigado com essa água e é vendido nas feiras.^{FGV_ILD_073} Começamos a ter essa preocupação maior com a saúde, sim. Porque a produção dos assentamentos é vendida nas feiras e a população consome. E teve um abalo muito grande na saúde mental das pessoas também.^{FGV_ILD_073} Produzir e cultivar o próprio alimento é incerto, pois não temos segurança com a água para irrigação e também quanto a qualidade do solo.^{FGV_ILD_097} E tem também a questão que os mais antigos continuam comendo peixe, mesmo contaminado. Agora não estão apresentando nada, mas e no futuro? Como vai ficar a saúde no futuro?^{FGV_ILD_097} Havia uma prática que era surfar e depois pescar com redes, para garantir o alimento para o dia. Esta fonte de subsistência acabou.^{FGV_ILD_093} Nunca mais comi um pescado. Eu compro fora quando posso. Até turista não quer saber do peixe daqui. Eles falam que está tudo contaminado.^{FGV_ILD_086} O nosso rio sempre teve muita variedade de peixe, ninguém passava fome. Os pescadores sempre doavam os peixes que não eram bons para comercializar e era um gesto de solidariedade para a comunidade.^{FGV_ILD_098} Hoje não pedimos mais para os filhos acompanharem a gente na pesca, ou numa plantação, pedimos para eles não fazerem, porque não podemos mandar os filhos comerem.^{FGV_ILD_098} Hoje eu não planto mais, porque para quem eu vou vender? Eu não como, porque eu tenho medo. E se eu não como também não quero fazer mal para ninguém. Os meus filhos plantavam comigo e hoje não faço mais nada. Estamos esperando os laudos da Renova para podermos trabalhar. Ou nos pagar.^{FGV_ILD_098}

15. O peixe era a base, o peixe na farinha, a moqueca, era a cultura, e isso se perdeu.^{FGV_ILD_072}

A gente é igual lontra, adora peixe, adorava fazer aquela caldeirada.^{FGV_ILD_064} E quando a gente deixa de comer o nosso alimento do dia a dia vamos para o supermercado comer [alimento] ultraprocessado. Nós somos obrigados a comer enlatado, porque não tem o peixe ou até a proteína mais barata.^{FGV_ILD_089} Então, o alimento industrializado e de mercado e de supermercado invadiu de tal forma que você não tem a alimentação natural que você tinha antes. Antes o

pescador levava na sua casa o caranguejo pronto e não tem mais isso.^{FGV_ILD_084} Ficou ruim também pra gente que vende o peixe. A gente pesca na intenção de vender, e as pessoas não querem comprar. E para nós comermos também, porque a minha melhor refeição é peixe e isso mudou bastante.^{FGV_ILD_083} Quando eu ouvia eles falando que nossos pescadores não iam comer peixe. Peixe era o alimento gratuito. As famílias não comem carne a semana inteira porque o valor é muito elevado. O peixe é um alimento sem custo, que chega só pelo esforço do trabalho.^{FGV_ILD_072} Nossa alimentação era saudável, tanto para os pescadores, moradores como para os turistas da região. Hoje não é mais, é uma alimentação duvidosa. Isso é um suicídio de vida, pois ainda estamos falando dos pequenos problemas de vida e estamos caminhando para um extermínio.^{FGV_ILD_079} A diminuição da comercialização de produtos também impactou a alimentação, pela perda de renda.^{FGV_ILD_105} Por a gente não conseguir comer peixe, começamos a consumir muita carne vermelha, e ave com condição de hormônio e essas coisas assim. Trouxe essa mudança no organismo da gente. Despertou algum tipo de doença pois não tava acostumado a lidar com isso.^{FGV_ILD_104} Na questão da alimentação mudou tudo, pois o peixe que era a proteína mais consumida na comunidade teve que mudar. E substituir por mercado é muito difícil, pois é tudo muito caro. Hoje é difícil sustentar a família com alimentação, estudo, água, luz, internet, gás etc. Mesmo quem recebe o auxílio passa dificuldade, pois o valor é baixo, baseado no salário mínimo, e não reflete a renda original das pessoas. As pessoas ganhavam muito mais no artesanato, na pesca, no comércio. Os custos muito altos e tem muita gente passando necessidade dentro da comunidade, não dá para comer carne que tá muito caro e as vezes nem ovo dá para comprar.^{FGV_ILD_097}

16. Vinha gente de outros bairros trocar coco, abóbora, e fazia essas trocas de alimentação, isso caiu.^{FGV_ILD_077}

Além dessa questão também havia a troca de pescado, o que acontecia em São Mateus e também na Barra, quando o barco chegava separava o que tinha mais valor comercial para vender e o que não tinha era distribuído para quem precisava ou com quem ajudava com servicinhos. Mas agora, com essa questão de contaminação, que o valor abaixou com os atravessadores, ele tem que vender tudo para complementar a renda.^{FGV_ILD_064} É verdade, a mistura que vem no pescadinho, a gente doava no mínimo uns 500 kg por dia, cada um dava uma caixa. Isso acabou, o peixe que doava a gente não pode mais, porque o rancho, o gelo, o diesel caro, hoje a gente não pode mais, porque tem que sustentar nossa família. Vendia a pescadinha e dava a mistura, hoje a gente tem que botar no meio da nossa renda. Atingiu não só nós, mas como todas nossas famílias.^{FGV_ILD_077} O festival do caranguejo e do camarão de Barra Nova Sul, nós somos atendidos a condicionante da TNC. Quando esse rompimento veio, tivemos grande dificuldade por causa do camarão, para compra do camarão, por aqui o camarão era doado pelo pescador. Quando o impacto veio, o pescador não tem para ele e não consegue doar. Então não dava. Doava vinte caixas cada pescador.^{FGV_ILD_078} As feiras eram momentos de confraternização e lazer. Era uma alegria, muito prazer de encontrar os amigos todas as quintas-feiras. O momento também era uma forma de mostrar o trabalho e as pessoas conhecerem a produção orgânica. A mercadoria que sobrava não voltava. O que não vendia, trocava entre os parceiros, fazíamos amizades.^{FGV_ILD_063} Quando ia na feira e não vendia tudo, trocava com outros feirantes os produtos que também haviam sobrado. Se eu levava farinha e sobrava, então trocava com outro feirante que sobrou produto. Havia troca entre os feirantes para consumo

próprio.^{FGV_ILD_063} A cultura do pescador de Regência era de doar peixes, até porque os pescadores conheciam todos de Regência. Daí quando houve o desastre, a população aumentou e, além disso, não podemos pescar mais e, então, também não ocorre a doação. Esta é uma tradição que não acontece mais.^{FGV_ILD_098} Havia muita ligação entre as pessoas, pensavam mais uns nos outros, doavam peixes, se ajudavam, tinha uma rede de solidariedade entre as pessoas. Depois das indenizações ficaram mais individualistas.^{FGV_ILD_097} A gente trocava as produções, as coisas que a gente levava da roça com peixe, com as coisas deles. Então depois disso, para nós ficou tudo difícil porque acabou, a gente não tinha mais a quem vender, a quem negociar. Aí nós passamos um perrengue.^{FGV_ILD_076}

17. A lama continua descendo e aqui é o depósito dela. E isso não vai mudar nunca. Porque agora mesmo é época de cheia e a cor do rio está da cor que a lama chegou aqui.^{FGV_ILD_098}

O que eu entendo do que foi falado é que continua o desastre, dando continuidade desde 2015. Principalmente no período das águas, que esse período coincide com o trajeto do peixe para a piracema e a correnteza revolvendo aquela lama do fundo, com volume de água muito grande começa a revolver toda aquela lama que estava depositada ali e os rejeitos começam de novo entrar na corrente e são lançados ao mar. Então é um processo que repete. Todo ano a gente vai encontrando esses peixes.^{FGV_ILD_083} [...] e quando da maré grande jeito, vem esse rejeito matando nossa vegetação toda, matando tudo.^{FGV_ILD_077} Não foi tirado nem 2% do rejeito, toda vez que tem maré grande, o rejeito volta com o mar, constantemente estamos sofrendo, o rejeito que fica na beira do rio entra pro mar, ainda sofremos com esse impacto que acredito que vai levar tempo para recuperar.^{FGV_ILD_077} Olha, como os meninos falaram aí, é muito difícil porque as pessoas até que tentam plantar, mas a terra não produz e deixa as pessoas desanimadas. Nós estamos numa época, agora, desse rejeito que está no fundo ser todo é jogado na plantação a cada vez que o rio tem cheia.^{FGV_ILD_098} O acúmulo de resíduos na foz fica muito latente, tanto na vegetação como no solo que a gente pisa. Já dá para ver um impacto visual nisso. E na cheia desce bastante lama e quando chega o período de seca essa lama se transforma em poeira e vem tudo para nossa casa e para comunidade com o vento, também é um impacto visível. E a longo prazo isso é prejudicial para nós.^{FGV_ILD_097} Está chovendo desde a semana passada. Se o rio encher mais, joga lama dentro da comunidade. E até hoje não foi feito estudo nenhum. A justiça não determinou exames profundos. Foi feito pela universidade, mas não sabemos o resultado.^{FGV_ILD_090}

18. Começou a ter doenças que não tinha antes — Hoje as pessoas da nossa comunidade, aparecem doenças que a gente desconhecia.^{FGV_ILD_058}

A praia que a gente mergulha, se você der um mergulho com o olho aberto, o olho queima, fica queimando uma semana o seu olho se você vacilar.^{FGV_ILD_089} Eu nunca tive problema de pressão alta e passei a ter, fiquei cinco dias internado. Meu cabelo caiu. Quando fez todos os exames, foi constatado que aquilo era problema de depressão, coisa assim, que caiu o cabelo.^{FGV_ILD_083} Na época teve muito pescador com doença de pele, coisas estranhas. O número de câncer aumentou muito e não sabemos se está relacionado a contaminação. E não passou, ainda acontece.^{FGV_ILD_079} Minhas filhas que tinha toda saúde, depois do rompimento só vive morrendo, ia para a escola, passava mal e caía lá. Levava para o médico e ele não sabia o que que era.^{FGV_ILD_078} Começou uma situação de doença aqui na comunidade em relação ao

câncer. Não se via isso aqui na nossa comunidade. Isso são questões que o metal pesado acaba causando na saúde da gente.^{FGV_ILD_058} Outro problema sério que tenho é muita dor nos rins, na coluna, na bexiga, mas os médicos não sabem dizer o que é ou o que causou, se foi da água, do peixe. Muitas pessoas passam pela mesma situação de estarem doentes, vão para médicos e fazem exames, mas não conseguem um diagnóstico preciso. Uma incerteza muito grande, pois é tudo muito novo. Não sabermos como essa contaminação afeta nossa saúde.^{FGV_ILD_079} Eu mesmo tive um problema sério de pele que nunca tinha acontecido antes, deu muito trabalho curar e tenho as marcas até hoje.^{FGV_ILD_079} Meu filho foi tomar um banho na praia, foi igual a companheira falou, aconteceu a mesma coisa. Meu filho, da noite para o dia, amanheceu com bolhas vermelhas, com bolhas todas como se fosse água.^{FGV_ILD_078} Antes desse desastre as pessoas não adoeciam tanto quanto hoje. [...] Os idosos, eles viviam mais. Hoje eles acabam logo. Realmente surgiram doenças que antes não existiam. Precisamos de pessoas para vir, fazerem um estudo.^{FGV_ILD_058} Existe apenas o estudo da USP [Universidade de São Paulo] que comprova arsênio no sangue de 90% da população de Regência, porém falta estudo que associem o arsênio a doenças desenvolvidas pelas pessoas.^{FGV_ILD_097} Os problemas respiratórios têm acometido o pessoal da comunidade e pode ser acarretado pelo pó da lama de rejeito. A USP [Universidade de São Paulo] fez exames em algumas pessoas e encontrou muito arsênio no sangue que tem relação com o que comemos e a água que bebemos.^{FGV_ILD_097}

19. Juntava a família toda com outras famílias, se reunia na beira do rio. [...] Era uma maravilha. Churrasco. Pescava e lá mesmo assava o peixinho, moqueca. Só na saudade.^{FGV_ILD_078}

Nós queríamos tomar banho no rio, pegar um peixinho e jogar na panela. A gente tomava banho, levava as crianças.^{FGV_ILD_089} Isso afasta a gente, nos encontramos em outros momentos não tão bacanas quanto antes, e isso interferiu no estreitamento das nossas relações. Os momentos de convivência que a gente tinha todos os anos a gente não consegue mais fazer.^{FGV_ILD_073} Eu quase todo dia eu ia no mar. Hoje eu vou lá uma vez de mês e mês. Os meninos "mãe vamos lá na praia", eu só vou lá e olho cá de cima. Nem na beira da água eu chego, porque me bate muita tristeza. A gente avisa também. Tem amigos da gente que chega e eu falo "cuidado, se tiver barrenta não entra que a água tá contaminada" "Não tá não". Depois eles viram "bem que você disse, tá me dando coceira no corpo".^{FGV_ILD_078} Quando chegava o final do ano as nossas crianças utilizavam o Rio Doce, a praia para se divertir, passar o tempo. E vinham outras famílias de fora, porque a comunidade é muito visitada por esses turistas. Hoje não temos mais esse momento de lazer no período de verão. A gente não tem uma garantia de utilização segura dessa água, tanto do Rio Doce quanto do mar.^{FGV_ILD_090} Antes de 2015 nós tínhamos muitas visitas inclusive de familiares e amigos. Mas agora mesmo depois de muitos anos as pessoas falam que Regência morreu. Tínhamos que reinventar lazer, tivemos que gastar o que não tínhamos.^{FGV_ILD_104} Nós temos vários idosos no assentamento e ir ao rio era o único lazer deles. Afeta mais que aos outros. E mexe com a saúde mental e física deles porque também era um momento de fazer um exercício.^{FGV_ILD_105} Muitas crianças que nasceram depois do desastre não vão poder relatar que tomaram banho no rio. Alguém falou antes, de extinguir os nossos filhos por causa da idade.^{FGV_ILD_105} Regência foi um marco de criar bons surfistas, pois todas as crianças que cresceram comigo têm um troféu dentro de casa. Então o apoio que a gente tinha era pouco e ficávamos com dificuldade de alcançar nossos objetivos, que era ser

um grande atleta de surfe, ter condições de viajar. Mas o que a gente estava alcançando ali já era suficiente porque a gente vinha de uma comunidade que respirava surfe e ainda por cima a gente conseguia dominar o cenário capixaba, considerando o geral de todos os atletas do passado e dos dias de hoje. E vira e mexe a gente está buscando essa condição de vencer, mesmo surfando pouco e mesmo na área contaminada que tem esse crime ambiental.^{FGV_ILD_093} O terceiro é o dano ao lazer, não vai mais levar o filho para o rio, fazer um passeio, acampar. Convidar pessoas e amigos para ir ver o rio e aproveitar o rio. E isso não foi visto.^{FGV_ILD_091}

20. Hoje a gente consegue fazer os festejos por uma questão de fé, de resistência, mas não é mais como era, teve um impacto muito forte na vida das pessoas, das comunidades.^{FGV_ILD_073}

Então agora a Renova transformou a festa do robalo em festival gastronômico de Povoação. Vamos imaginar que temos diversos outros produtos que podem ser aproveitados. Então eu faço um prato de uma coisa, o outro de outra coisa. Fugiu muito à regra das festas tradicionais que havia aqui.^{FGV_ILD_090} Tinha participação de congo, hoje não tem mais, levantada do mastro, vinha o fubica, e vinha um monte de gente pra Regência. Hoje na vila não vem quase ninguém.^{FGV_ILD_104} Aqui em Povoação vem se arrastando em questão da festividade, todo nosso calendário foi alterado e tivemos que nos reinventar, a gente tinha a festa do robalo e teve que criar um festival gastronômico. Os encontros culturais diminuíram muito, pois as pessoas têm receio em relação da água e os produtos. Dizer que a festa acabou, estaria mentindo, mas reduzimos.^{FGV_ILD_104} Todas as manifestações religiosas ficaram prejudicadas pela queda no turismo e pela impossibilidade de utilização do rio, ex: festa dos pescadores com procissão de barcos no rio, festa do Caboclo Bernardo, entre outras.^{FGV_ILD_097} E essa ideia do festival gastronômico que tinha no mar o seu carro chefe, ele perdeu a sua essência. Você não faz um festival gastronômico na beira do mar, sem frutos do mar. Na Vila de Itaúnas, a festa de São Benedito e São Sebastião, além de ter um impacto muito grande cultural, tem um impacto econômico, porque atrai o turista [...].^{FGV_ILD_072} A cultura das festas se acabaram. Por mais que queira fazer só se ensaia e não sai mais como era, pois os principais instrumentos não existem mais. A mateira prima era um bom pescado, sem o pescado não tem festa. A tradicional festa do pescador de Conceição da Barra acabou.^{FGV_ILD_079} Sempre tinha festas. A Festa de Reis era muito forte e as comunidades convergiam num só lugar para celebrar o padroeiro. Todos se uniam para a festa, levavam contribuição para fazer almoço comunitário. Eram doados peixes, bois, produtos agrícolas, seja para o almoço ou para sorteios. Hoje o peixe, caranguejo, camarão, não existe mais. O festival do caranguejo eram três dias de festa, tinha um forrozinho, era muito bom. A Fundação Renova acabou com isso, eles são malvados, só pensam no dinheiro e deixaram tristeza nas comunidades.^{FGV_ILD_063}

21. Para nós do surfe, quando chegou a lama, foi como se tivesse morrido um ente querido.^{FGV_ILD_089}

Um dia antes da lama chegar, eu lembro de uma onda, de madrugada, que muitos surfaram e foi como uma despedida, uma coisa dolorosa.^{FGV_ILD_093} As pessoas desistiram, desanimaram. E a gente está de mãos e pés atados. [...] Minha praia, minha onda me trazia felicidade e isso não tem preço. Foi considerada a quinta melhor onda do Brasil. Hoje não é nada. Tudo o que desce de corrente do Leste vem para a Barra do Riacho.^{FGV_ILD_089} [...] Eu mesmo deixei de fazer metade do que eu fazia, porque as pessoas até me criticam, “o cara

está dando uma aula de surfe numa água contaminada”, então a gente fica de mãos atadas.^{FGV_ILD_089} [...] Perdi vários alunos. No turismo eu não trabalhei, teve impacto bem grande no turismo. Teve pais que não deixaram mais os alunos participarem das aulas [de surfe], pra não entrar no mar.^{FGV_ILD_072} Com relação à educação o surfe sempre foi uma ferramenta de transformação da realidade dos jovens, pois os projetos incentivavam a sua frequência na escola. E com o desastre isso foi prejudicado, pois os projetos foram interrompidos.^{FGV_ILD_093} A gente não deixa entra na água, dependendo do vento que vem, porque sabe que o rejeito sobe. Algo que fazia parte da nossa cultura e está se perdendo. Até a Fundação Renova apoiou o campeonato de surfe, foi bom para gerar renda, mas não há certeza se pode entrar na água ou não. Uma grande parte dos atletas do escalão mais alto do surfe não aderiu por receio a lama, é importante principalmente porque pertence a nossa cultura e está se perdendo. E quem pega onda não é só na pele, você leva caldo e bebe água.^{FGV_ILD_104} Nós sempre tivemos poucas opções de lazer e o surfe era uma delas. Isso foi tirado da gente de uma forma abrupta, covardemente e ninguém nos assistiu. Todas as cadeias de comércio e outras foram assistidas, mas quem fica dentro da água não foi assistido.^{FGV_ILD_093} Mas a parte toda do surfe parou por completamente, os equipamentos se perderam e seis anos depois ninguém nem sabe onde estão esses equipamentos. Então o projeto de surfe, quando a gente tem mais medo de entrar dentro da água, botar o olho na água, beber aquele golinho quando leva vaca e tudo mais, isso, em relação a esse projeto acabou completamente. Então pessoalmente a minha história é mais ou menos essa. Levei um balde de água fria como todo mundo que está aqui, mas não parei, continuo acreditando e estou na reunião por acreditar que isso é possível, não sei exatamente como, mas estou aí para ajudar o pessoal no que precisar.^{FGV_ILD_093}

22. E aí piorou mais ainda, acabou com nosso Sapê do Norte, esse desastre da Samarco.^{FGV_ILD_070}

O rejeito de minério ainda está visível no nosso rio Cricaré, e a gente vê que ele está matando as plantas. A gente tirava as taboas da margem do rio, para fazer esteira, arreios de cavalo, artesanato, para usar e para vender, e agora não tem mais.^{FGV_ILD_070} Tinha a pesca. Só que o rio hoje que não está mais apropriado. Minha mãe falava que a geladeira de casa era o rio. [...] O rio era o mesmo local de onde tirava o sustento, tomava banho, brincava, tudo era o rio.^{FGV_ILD_069} Nós quando criança pescávamos, e hoje nossos filhos não tem mais essa tradição por causa dessa barragem.^{FGV_ILD_069} Então, foi muito prejudicado também, não adianta a gente produzir em grande quantidade se não tem para onde escoar a produção.^{FGV_ILD_076} E eu trabalho com as plantas medicinais há muitos anos, e [sem a água de qualidade] também acabou com as plantas medicinais.^{FGV_ILD_070} As festas faziam parte do trabalho da cultura. Quando o pessoal ia fazer as festas, faziam o bordado para vender, para dar ao pessoal das festas, da ladainha. [...] E de 2015 para cá não teve mais.^{FGV_ILD_069} Então nossos passos vêm de longe. Eu tenho orgulho do meu pai, meu avô canoeiro. [...] E os impactos da lama também foram na saúde mental. Porque ver que o rio está poluído, que está sem o seu sustento, isso afeta também a mente. E deixa um certo vazio. Você luta e quer ter coisas boas para falar, porque território é terra, e terra é poder, então é disputa constante no território.^{FGV_ILD_070} Todos os quilombolas foram atingidos sim. São comunidades pesqueiras, e agora dizer que o portal está fechado, que não dá para cadastrar, temos que dar um jeito de abrir esse portal pro coletivo que ficou fora. [...] Tem muita gente que não se cadastrou, e estão sofrendo danos com esse

desastre. Não acabou o processo.^{FGV_ILD_070} Nós comunidades quilombolas não podemos de forma nenhuma fazer um processo individual. A convenção 169 [da OIT] fala da coletividade, o decreto 4.887 também. Nós somos comunidades coletivas, [...]. Nós somos povos tradicionais.^{FGV_ILD_070}

23. Nossa preocupação hoje é a questão financeira. Nossa preocupação é que não tem trabalho para esse povo todo.^{FGV_ILD_058}

A tristeza que fica aqui no nosso coração é que a gente vê famílias em dificuldade sem poder alimentar os filhos. [...] Tem famílias inteiras que trabalhavam aqui e essa oportunidade foi tirada de todos. [...] As pessoas foram abandonadas, mas os vizinhos se amparam. Estou emocionado porque estou vivendo o que as pessoas estão passando, o sofrimento que essa lama trouxe pra gente.^{FGV_ILD_084} A minha filha teve que suspender a faculdade, porque não tinha como pagar mais.^{FGV_ILD_058} Eu trabalhava com meu esposo, tinha um comércio onde vinham os turistas comprarem, esse era o dia a dia do meu trabalho. Mas isso tudo foi afetado. Trabalhava na praia em equipes de várias famílias, todos juntos. Hoje não tem.^{FGV_ILD_073} Eu vendia cerveja, refrigerante, água de coco, levava caldos, pastéis de siris, fazia vários tipos de caldo. Aí com o abalo que teve abalou minha vida financeira e familiar, e o que eu ganhava eu não ganho mais. [...] Foi um abalo muito grande e não tenho mais como complementar minha renda.^{FGV_ILD_073} Nossa pesca aqui até 2015, a gente trabalhava em embarcação maior trabalhava de Barra Nova até Rio Doce. De 2015 pra cá a pesca morreu 95%, sobrou 5%. E a gente vamos sobrevivendo assim mesmo, não tem jeito.^{FGV_ILD_077} Sumiu nossa pescaria, acabou nosso setor pesqueiro. Vai fazer o que? Somos pescadores, uma embarcação como a nossa põe quatro pessoas para trabalhar, e tem o mecânico, o marceneiro, o calafetador, tudo isso caiu, tá todo mundo sofrendo sem saber se vai passar. O dinheiro acaba e a gente não sabe o que vai acontecer.^{FGV_ILD_077} Depois do desastre acabou com a nossa rotina. Sabíamos que tinha que pescar, que tinha que ir para a agricultura, que tínhamos que abrir o comércio. Hoje mudou tudo. Se não tem o que pescar, não tem a renda, não tem porque abrir o comércio. Nossa rotina mudou por completo.^{FGV_ILD_058} As pessoas perderam a renda da pesca e do turismo e não tem mais a condição de investir na educação dos filhos. Muitos que faziam faculdade tiveram que interromper os estudos.^{FGV_ILD_097}

24. A mulher tem essa visão do todo. O trabalho é vida, ele traz vigor, e quando ficamos sem essas atividades. Teve a questão financeira, mas o mental da gente também abalou.^{FGV_ILD_073}

As mulheres foram as que menos receberam. E aquelas continuam sofrendo a humilhação do marido. Que o dinheiro é dele, machista, que não quer dar. O dinheiro é para aquilo, não posso gastar nisso.^{FGV_ILD_078} Nós mulheres nunca fomos procuradas por nenhuma instituição, nem por advogados, nem mesmo pela Renova, pra tá recebendo esse tipo de informação, ninguém pra dizer se tínhamos ou não direitos.^{FGV_ILD_073} Antes tinha uma estabilidade, uma casa, tiveram que deixar tudo pra trás e ir em busca de outras oportunidades. Muitas delas com relacionamentos dilacerados e carregando seus filhos. Essas histórias me tocaram, de mulheres deixando a estabilidade que tinham e tendo que recomeçar, porque viram suas atividades econômicas se diluírem.^{FGV_ILD_073} A questão do aumento da jornada de trabalho acaba atrapalhando a relação entre mães e filhos, porque acabamos tendo um tempo reduzido pra nos dedicarmos a eles. Essa relação, acaba diminuindo o contato. Acabamos deixando, não queria

usar essa palavra, mas deixando meio que de lado pra se dedicar ao trabalho porque é uma necessidade imediata.^{FGV_ILD_073} A mim chegaram muitas histórias de mulheres como a colega disse, a questão é muito mais séria do que pensamos. Ouvi muitas histórias de mulheres que ajudavam nas finanças da casa, com atividades de beleza, e depois perderam os clientes. Muitas histórias de mulheres que tiveram que recomeçar, ir embora etc.^{FGV_ILD_073} As mulheres tinham um importante papel na pesca e na pós-pesca, que ficou prejudicado. Ela pescava, limpava o peixe, vendia, comprava e revendia.^{FGV_ILD_078} Essa questão [do futuro] de nós mulheres é mais incerto ainda. Porque a gente já é um pouco mais privada na questão do trabalho e na questão de pesca. E agora? Agora então vai ser muito mais. Como nós vamos fazer uma renda, um dinheiro extra? A gente precisa sobressair, se a gente ficar parada, vai vir uma depressão, uma coisa pior.^{FGV_ILD_078} Existe sim então um acréscimo no trabalho, muitas mulheres guerreiras, cansadas, porém firmes. Porque a gente não pode deixar vencer, a gente tem que continuar. [...] ^{FGV_ILD_073} Existe sim uma dificuldade de realocação de mulheres no mercado de trabalho, principalmente em atividades formais, carteira assinada, essas coisas, mas a mulher não deixou de se impor no mercado.^{FGV_ILD_073} As mulheres sempre destacam as questões de saúde da família. Querendo ou não, a mulher é a que se preocupa com a saúde da família. Quem fica doente na família, é a mulher que tem que tomar a iniciativa. Tanto a saúde física quanto a mental.^{FGV_ILD_073}

25. Hoje temos que ensinar os filhos a trabalharem com outra coisa. Antes eles nasciam querendo pescar, com quatro a cinco anos estavam na beira do rio, mas hoje acabou.^{FGV_ILD_088}

E eu, particularmente falando, não quero isso para os meus netos e filhos. Eu não quero. Eu sempre falo para eles, olha primeiro vocês se profissionalizem, estudem, depois vocês decidem se querem ser pescadores. Porque você ser um pescador hoje para sustentar família, para ter sua própria casa, fazer com que sua família viva bem não dá.^{FGV_ILD_088} Quando você tem a captura, quem vai querer comprar? E eu, particularmente falando, não quero isso para os meus netos e filhos. Eu não quero. Eu sempre falo para eles, olha primeiro vocês se profissionalizem, estudem, depois vocês decidem se querem ser pescadores. Porque você ser um pescador hoje para sustentar família, para ter sua própria casa, fazer com que sua família viva bem não dá. Não seja pescador. Pelo menos nesse momento, porque é um impacto tão grande que faz a gente pensar desta forma.^{FGV_ILD_088} É igual a companheira falou aí, essa área aí de Regência, Barra do Riacho, Barra do Sahy, Santa Cruz, acabou com tudo aí. Hoje em dia ninguém pensa mais em treinar um filho para pesca porque as condições não dão mais. Antigamente nós chegávamos na pescaria com 200 a 300 kg [de peixe] e eles brigavam para comprar o seu pescado. Hoje em dia ninguém quer. [...] Só que uma coisa que me preocupa muito, eu tenho dois filhos, uma menina de seis anos e um menino de doze anos. A Samarco não fez nada tipo para compensar outras gerações, um projeto de limpeza. Vai continuar poluído e não há projeto. Porque as crianças de hoje, ninguém mais que ser pescador. Eu vejo pelo meu filho. Eu nem chamo para ir no mar, apesar de ser perigoso, mas nem chamo pra ir na beirada, na praia. As crianças não querem se envolver nisso. Então vai acabar.^{FGV_ILD_083} A gente tem nossas famílias, e era muito comum a gente ir pro rio com crianças, desde pequeno na lida da pesca eles estavam com a gente, a família junto, o filho ajudava. Hoje não temos mais essa alternativa de oferecer às crianças. O

desastre não desestruturou apenas o pescador, mas toda a família em
 sj.FGV_ILD_104

26. Os nossos jovens estão indo embora, não tem mais como ficar e
 trabalhar.FGV_ILD_063

Foi muito triste porque a gente não sabia que nossa vida ia mudar tanto para pior. Antes de 2015 a minha família era muito unida. Eu tinha meus filhos do meu lado, eles iam pro mangue e eu sabia que quando chegasse à tarde eles estariam voltando. Antes de 2015 nossa vida era de fartura. Depois, foi a separação da minha família, foi o desastre. [...] É assim que eu me sinto. Longe da minha família, porque infelizmente meus filhos tiveram que sair. Eu não tenho mais a minha família junto. Os filhos tiveram que se separar para poder conseguir trabalho.FGV_ILD_058 Os jovens faziam parte do núcleo familiar que complementava a renda e tiveram que sair do território, virou êxodo, pois não tem mais perspectiva. Aí acarreta tudo: saúde, educação, psicológico e o psicológico da família.FGV_ILD_064 Mesmo que eles [os filhos] pescassem eles não conseguiam vender. Quando a gente saía para pescar, já falavam que estava contaminado, que não iam comer porque estava contaminado. Agora tem dois anos que eu não vejo meus filhos. Eu esperava eles com a janta pronta. É muito triste a família se separar assim.FGV_ILD_058 Muita gente, principalmente os jovens que foram crescendo foram embora da nossa comunidade, porque as oportunidades são poucas.FGV_ILD_089 Nossos jovens são inteligentes, mas não tem como desenvolver os estudos por falta de recursos financeiros e acabam ficando em atividades lutando pela sobrevivência. No meio rural precisa de dentista, médico, técnico agrícola, outros; mas hoje não tem condição nem de estudar. Minha filha estava na faculdade e teve que sair por falta de condição financeira. Não dá oportunidade para os jovens ascenderem na própria comunidade, ocupar cargos mais qualificados na região. Não dá para ter a “prata da casa” na comunidade. As empresas e Fundação Renova acabaram com o futuro das comunidades, dos jovens.FGV_ILD_063 Não tem mais como passar para os filhos. Eu ensinei para os meus filhos, mas eles não podem mais. Tem que ir para a faculdade, tentar uma vaga de bolsa de estudos. Minha filha conseguiu uma bolsa. Ela já não está comigo na roça porque tá na cidade trabalhando, ela tá lá trabalhando, e faz o curso on-line que é mais barato.FGV_ILD_078 Os filhos não têm mais a liberdade de viver na rua como antes. A nossa comunidade ficou frágil. Muitos moradores foram embora porque acabou tudo.FGV_ILD_086 Muitos pais de famílias estão sofrendo com o distanciamento dos seus filhos. Pois estão tendo que se mudar para outros lugares porque não tem emprego na comunidade. Nossa tradição era que o filho de pescador seria pescador. Mas a juventude tem que sair daqui para procurar trabalho. Essa indenização não supre nada.

27. A pior coisa que está existindo na minha vida é perder a minha identidade na
 pesca.FGV_ILD_091

Pescador não é uma profissão. Pescador é um modo de vida. Pescador é pescador até dormindo. Vem o vento sul a gente mesmo dormindo já está pensando no trabalho. Pescador vive a pesca, e não da pesca.FGV_ILD_086 Nós estamos perdendo tudo o que era de identidade como povo. Quando eu cheguei aqui em Nova Almeida eu vendia o peixe na palha do coco, debaixo dos coqueiros lá. A gente vê tudo isso jogar fora, gerações de pescadores com todo esse conhecimento específico de pesca. E ainda a impossibilidade de a gente acessar outras áreas de pesca, pra gente continuar pescando, pois é o que o

povo sabe fazer. Devolver a dignidade para as pessoas. Eu vejo pescadores chorando. É muito mais que a questão financeira.^{FGV_ILD_083} Quem é filho de Regência foi criado dentro do rio. O Rio Doce é a vida de todo mundo. E mudou a nossa vida da água para o vinho. A gente fazia tudo com a água do rio. A gente comia tudo natural, sem agrotóxico, fresquinho. E hoje a gente tem que comprar tudo. É revoltante isso dos ilheiros e ribeirinhos não serem reconhecidos.^{FGV_ILD_098} O pescado aqui sempre foi base alimentar, fonte de renda e até diversão. O guri brincava de pique, mas ia pescar junto ao pai. O pescado está entranhado a vida do pescador. As famílias tradicionais 80% tinham como base alimentar e comiam de três a quatro vezes por semana esse pescado.^{FGV_ILD_086} A pesca é nossa cultura e nosso lazer, as duas coisas estão muito ligadas. Regência cresceu da cultura da pesca, pegar uma rede e ir pescar e se divertir com a família fazia parte do nosso cotidiano da nossa cultura. Antes da lama as pessoas vinham e se divertiam no rio, fazíamos até gincanas no rio e hoje não conseguimos fazer nada disso, pois as pessoas tem medo de entrar no rio.^{FGV_ILD_097} E ainda tem o fim da atividade pesqueira. Como vou contar para minhas filhas que eu pescava e quero que ela siga, não tem como ensinar. Hoje já estamos perdendo nosso conhecimento de pesca, esquecendo por não exercer mais a atividade e não temos como passar para nossos filhos.^{FGV_ILD_091} Estamos perdendo a transmissão de conhecimento para as novas gerações e até para a gente mesmo. [...]. A identidade do pescador tá sendo afetada. Minha mãe era pescadora, eu e meu irmão nascemos na água. Minha filha me ajudava desde os quatro anos a tirar manjuba da rede e hoje não faz mais. Hoje nossos filhos falam que nós não somos mais pescadores, que não vamos mais para o rio. E se perguntam se eles vão receber da Fundação Renova?^{FGV_ILD_091}

28. Hoje a gente é um povo deprimido.^{FGV_ILD_064}

Hoje me bate uma tristeza quando entra dentro do mangue que eu desgramo a chorar, porque da tristeza que eu sinto. Porque eu criei meus filhos todo ali. Toda a vida eu tinha meus caranguejos. Mesmo antes de eu começar a pescar, eu comecei comprando do pessoal e revendendo. Hoje eu sinto muita tristeza.^{FGV_ILD_078} Quanto mais triste você fica, mas fraco o seu coração fica. Se fico doente qual hospital vai me atender? Minha situação financeira não permite me tratar.^{FGV_ILD_063} As crianças apresentam muita dificuldade na escola, com retardamento, esquecimento, transtorno na mente e muito nervosismo. Precisa de profissionais nas escolas para acompanhar as crianças na questão psicológica e saber o que está acontecendo e ter formas de ajuda-las. A mente das crianças não é mais a mesma, trouxe muito transtorno. Eu sou pai e observo isso nas minhas crianças.^{FGV_ILD_091} Os jovens ficam perdidos, sem direcionamento. Envolve a família toda, a mãe fica sem filho, porque ele tem que sair porque aqui não tem mais trabalho. O pai vai pro bar, porque não tem como trabalhar. O que vê muito são as mães tomando muito remédios. O psicológico fica muito fraco.^{FGV_ILD_064} É mais ou menos isso aí que os amigos falaram mesmo. Aquela sensação de impotência, aquele psicológico que nunca mais voltou ao normal, os eventos nós tivemos que diminuir. A gente faz alguns surfe treinos no Pontal do Ipiranga, alguns campeonatos, mas a gente não consegue firmar e falar com toda autonomia que a água está boa. Então fica muito difícil fazer os eventos na praia.^{FGV_ILD_093} Abala muito o psicológico, pois ainda escutamos que somos aposentados da Samarco, que somos aproveitadores. Não queremos ser aposentados, queremos nosso trabalho, nossa vida. Isso dói muito.^{FGV_ILD_091} Tentei suicídio por duas vezes, por perder tudo. Pescador vive na água dia e noite, quando o pescador de uma hora

para outra perde tudo entra em desespero. Então, eu entrei em desespero, pois não era acostumada ficar dentro de casa, era acostumada a ficar nas águas e isso me abalou e trouxe vários problemas de saúde. [...] FGV_ILD_091 Não foi feito nenhum levantamento no setor de saúde para avaliar o antes e depois da lama e comprovar os problemas, mas no dia a dia encontrando e conversando com as pessoas percebemos que as pessoas não estão bem psicologicamente e emocionalmente. FGV_ILD_097

29. O rio acabou e não tem retorno. A nossa vida, nosso lazer, a pesca acabou. Tudo acabou. FGV_ILD_097

Falar em futuro é difícil. A gente queria um futuro como se fosse há sete anos atrás, como era antes do problema. FGV_ILD_086 Plano de futuro é difícil, só Deus sabe. Não conseguimos prever o que vai acontecer, se vai melhorar ou piorar mais. FGV_ILD_079 Todos nós já estamos muito cansados, doentes mentalmente e não temos perspectivas de nada. É muito frustrante estar vivendo todo esse cenário e não ter respostas de nada. Escutamos dos nossos filhos no dia a dia as perguntas que já foram ditas aqui e não temos respostas. O que passamos e o que estamos vivendo é muito angustiante. FGV_ILD_091 Esses danos são irreparáveis, incalculáveis, porque não tem preço o impacto causado na vida da comunidade. Impactou o meio de vida, dos pescadores, dos ribeirinhos. Abalou a pesca tradicional, artesanal, o comércio, a agricultura, a nossa lavoura de cacau, a produção agrícola, a cultura, o nosso folclore, o turismo, o esporte e o lazer da nossa comunidade. FGV_ILD_090 [...] Mas hoje perguntamos: O que vamos fazer para trazer um turista? O que vamos dizer? Era aqui que pegávamos robalo? Era aqui que plantávamos? Hoje só temos as lembranças e não sabemos como vai ser o futuro. E muita incerteza. Não temos garantia de nada e até os auxílios estão sendo tirados e só ficou o rastro de destruição. FGV_ILD_091 Temos muitas pessoas que só sabem pescar, principalmente os mais velhos, não sabem ler ou escrever, só sabem pescar e hoje nem querem ir na beira do rio. O que vamos fazer com eles? Muitos estão se entregando a bebida, morrendo. Com os jovens, no Condutores de Sumaré, é mais fácil, mas o que vamos fazer com os mais velhos? FGV_ILD_091 Nós tínhamos uma vida que as mineradoras tiraram de nós. O Rio Doce está morto, está inútil. O que se está julgando é o que se perdeu, não é material. Nós e os animais tínhamos uma vida. Não tem mais respeito entre as pessoas. De certa forma o crime ambiental está ajudando a reestruturar algumas coisas, mas o Rio Doce está morto, está assoreado e contaminado. É uma bacia inteira. Não tem como comparar o que foi feito antes e o que está sendo feito agora. Essa mixaria que eles estão pagando é o que eles tiraram a vida toda da gente. Se o Rio Doce acabar de vez estamos mortos. FGV_ILD_090

Processo de reparação em curso

30. É muita interrogação para pouca afirmação. FGV_ILD_088

O próprio jurídico que quer receber seu honorário, pessoas relacionadas à própria pesca, à Fundação Renova, à Samarco, à Ouvidoria que não te dá informação correta. Se você me perguntasse uma nota para dar à Ouvidoria [da Renova] eu daria nota um, porque ela não te dá a informação correta para você melhorar a vida das pessoas. FGV_ILD_088 A gente não entendeu se era pra cadastrar só a pesca ou todo o município atingido. Demorou pra entrar na nossa mente, a gente não sabia como distinguir o verdadeiro impacto desse

crime.^{FGV_ILD_077} É difícil entender essa condição de só alguns estarem recebendo. [...] A gente está buscando justamente saber que critério é esse, essa é a minha dúvida principal.^{FGV_ILD_072} Em termos do que ela falou em agricultura, ela tem razão. Eu não sabia enquanto agricultor que teria cadastramento em agricultura. Só sabia em termos da pesca. [...]. Quando foi para cadastrar eu não tinha certeza que teria para os agricultores. Faltou informação para nós agricultores. A gente teria tido mais tempo para demonstrar no que fomos atingidos.^{FGV_ILD_071} As indenizações são pontuais e seletivas. A gente não entende os critérios.^{FGV_ILD_072} Até então eu não sabia que tinha essa Renova, a partir do momento em que eu fui entrando em contato com as meninas fui encontrando esse tipo de informação.^{FGV_ILD_073} E até em questão de emprego, no programa “recoloca”, pedem para as pessoas se cadastrarem, mas não dão nenhuma resposta.^{FGV_ILD_090} Eu gostaria de falar, porque, quando houve essas informações aí, quando viemos saber, foi já quase no final de 2019, que viemos a saber que estava tendo esse processo de ligar para a Samarco para poder fazer tudo isso aí.^{FGV_ILD_076} Um certo dia, era um sábado, a Fundação Renova nos chamou para uma reunião e simplesmente falaram que a gente tinha que sair da vila até o domingo. E nos levaram para o hotel. Eu fiquei quase seis meses lá e depois voltei para casa, outros de lá partiram para casas alugadas. Eu voltei para casa, porque o laudo contratado pela Fundação Renova não era um lado real e verdadeiro, depois a Aecom, junto com uma outra empresa, fez um lado que desmascarou esse laudo que tirou a gente daqui.^{FGV_ILD_092}

31. A minha situação na Renova, eu não existo. Não fui aceita como atingida.^{FGV_ILD_072}

E até hoje não recebi da Renova. Não recebi, eu que vivo da pesca, tenho uma carteirinha de pescadora em dia desde 2002, e até hoje eu não recebi nada. Então eu não fiquei com problema psicológico porque eu sou muito forte e Deus olha minha vida, senão eu tinha virado.^{FGV_ILD_088} O meu marido e nem eu, é indenizado, nem com barco, nem com pesca e nem como artesã. E assim somos todos nós. O meu marido fala que uma hora vai dar certo. Mas não somos só nós.^{FGV_ILD_089} Já quem desempenha somente atividade agrícola até hoje ninguém foi reparado e nem sabemos se vai ser.^{FGV_ILD_073} E o não reconhecimento dos ribeirinhos e dos ilheiros é uma falta de vergonha da Renova. A Renova não nos reconheceu e isso é vergonhoso. Os ilheiros que vivem na margem do rio deviam ser reconhecidos. Eles tinham que dar prioridade a essas pessoas.^{FGV_ILD_098} Somos comunidades tradicionais e não tivemos o devido reconhecimento. Por exemplo, em Entre Rios as pessoas são pescadoras e agricultoras e não reconheceram como as duas atividades.^{FGV_ILD_097} Com a chegada da lama, eu não imaginava que eu, um morador, teria que apresentar um documento que comprovasse o que eu seria, pra dizer tudo o que eu sou, sendo que sou um morador e fui criado com toda a estrutura que a comunidade me deu ali e meus familiares deixaram pra mim.^{FGV_ILD_093} No meu caso como pescador profissional, pois não ter documento não define o que você é, sua profissão. Participei pelo Pescador de Fato por não ter a documentação, e foi dito que se passássemos seríamos reconhecidos como profissionais. Passei e até hoje nada, não fomos reconhecidos como profissionais. Ligaram para meu irmão e disseram que ele não era pescador, eles falam que não temos direito e fica por isso mesmo. Ficamos de mãos abanando. Pescador que é pescador não muda de profissão, não deixa de ser pescador, não sabemos fazer outra coisa. Não queremos saber de cursos, queremos voltar a ser pescador.^{FGV_ILD_091} Mudou a vida de toda comunidade e quer dizer que só alguns são reconhecidos. A

vítima é obrigada a aceitar a sentença do criminoso, obrigada a aceitar a sentença que eles querem. Quando falamos que somos atingidos não somos reconhecidos, mas para aceitar a sentença como eles querem somos reconhecidos.^{FGV_ILD_091} Eu tentei entrar no Novel e desisti, pois para quem não tem documento eles só querem pagar como pescador de subsistência. E não existe pescador de subsistência, pescamos e vendemos somos profissionais da pesca. Quem entrou no pescador de fato não compensa entrar no Novel, pois eles descontam tudo que já foi recebido.^{FGV_ILD_091} No meu caso, até hoje se meu marido não é reconhecido eu não existo pra eles. Isso porque meu negócio é diferente do dele, mas é uma luta para ser reconhecido, até hoje eu não consigo.^{FGV_ILD_104}

32. Muitos estão fazendo a quitação final e como vai ficar isso depois?^{FGV_ILD_098}

Ela [Renova] ligou duas vezes pra mim, de Minas [Gerais] falando que no ano que vem não haveria mais pagamento, que iriam encerrar tudo porque está havendo esta quitação geral. Daí eu quitei, eles falaram para quitar, mas não assinei nada. E eu não tenho mais nada para receber deles. Depositaram uma mixaria na minha conta. Enfim, o que vamos fazer daqui para frente?^{FGV_ILD_088} Ela [Renova] não está agindo corretamente. Porque essa quitação, essa sentença do juiz, é uma ofensa aos que foram atingidos, porque permanecemos atingidos, permanecemos impactados. [...].^{FGV_ILD_088} Porque as pessoas estão recebendo, achando que estão se empoderando, não voltam a pescar, assinam quitação, mas daqui a dois meses não têm mais nada. [...] Nosso povo foi coagido a aceitar. Usaram de má fé. Porque eles sim não sabiam o que estavam fazendo, estavam precisando, estavam desesperados. Muitos sem saber que estavam com quitação geral. E aí, o que que aconteceu nesse fluxo ágil, foi tão ágil que até hoje não sabem nem quanto receberam.^{FGV_ILD_089} A gente tem que entender a aflição das pessoas que aceitam. Todos que estão aceitando sabem que não é aquilo. Elas querem matar sua fome, pagar as suas contas. Entendo que a indenização é injusta, mas que ela pode ser revista também a todo momento, porque o impacto vai continuar.^{FGV_ILD_089} Com relação a quitação dos danos e encerramento do cadastro: nós sempre defendemos a reparação integral, que só vai acontecer quando tivermos as condições de restabelecer nosso modo de vida.^{FGV_ILD_064} Regência antes da lama era uma vila pacata de moradores simples, com subsistência, forma de vida simples. E hoje muita gente recebeu dinheiro, mas sem preparação de educação financeira e de preparação para viver o depois. E não poderão reclamar de nada.^{FGV_ILD_093} Sobre a reparação só houve o projeto de aquaponia que foi iniciado e parado, mas fora isso nada foi feito pela pesca. Em vez de reparação e compensação, estão tirando direitos. Cortou lucro cessante, auxílio financeiro e quitando tudo, em vez de reparação está sendo retirado o que foi garantido.^{FGV_ILD_091} A Renova criou esse sistema para pode favorecer ela mesma. Quando eu digo que a quitação é um bando de advogados terríveis. Eles elaboram coisas que só beneficiam pra eles. A quitação não é boa para nós, porque até quando que vai esse desastre? Daqui a dez anos? Daqui a quantos anos? Então eu não vou aderir ao sistema que ela me prometeu porque pra mim não é justo. Então, para as pessoas que não são merecedoras da situação e não viveram o problema, para eles é bom, porque eles não sabem pescar, não sabem trabalhar na roça.^{FGV_ILD_098}

33. Muitas pessoas falam que é a loteria da Samarco, a loteria da Renova.^{FGV_ILD_089}

A Renova continua fazendo injustiça. Eu conheço alguém com um cadastro igual ao meu, do mesmo segmento que o meu, ele é

reconhecido e eu não sou reconhecido.^{FGV_ILD_089} Eu recebi, mas fico triste por ver colegas meus que tem barcos também, e a renda caiu e não recebeu e a pessoas ficam com depressão, as vezes vão no psicólogo, mas a gente fica assim sem acreditar. Contamos cinquenta pescadores profissionais, só no momento de conversa, que não tem renda mais e não recebeu ainda.^{FGV_ILD_077} A questão socioeconômica tinha uma cortina de fumaça para ludibriar as pessoas. Hoje temos desigualdade de reconhecimento, pessoas que nunca pisaram na água receberam e famílias que sempre viveram no local não receberam nada.^{FGV_ILD_093} Deram dinheiro pra um e não deram nada pra outro. Tem uns aqui que nem assinou nada, porque 40 mil reais, 50 mil reais, como deram para algumas pessoas aí, não vale nada, o dia de pedreiro hoje custa 200 reais.^{FGV_ILD_092} Sim, ocorre uma coisa chata, um ciúme, uma inveja, uma coisa que é chato demais a gente sentir. Gente que passa com caminhonete aqui e parece que é de propósito. Isso traz um mal para a gente. A gente se pergunta, porque ele foi reconhecido e eu não?^{FGV_ILD_084} Porque a Fundação Renova reconhecer um vizinho e não reconhecer o vizinho do lado como atingido de Fundão e de Serra, é gravíssimo, porque tem pessoas indenizadas nesses dois municípios, mas não existe uma lógica na forma como a Fundação Renova ou Samarco trata os atingidos nessa região.^{FGV_ILD_084} O que a Renova fez foi desunir. Paga um, não paga outro.^{FGV_ILD_058} Me lembrei de uma coisa boa da Renova. Para os ribeirinhos que moram em Entre Rios, conseguimos água potável, mas somente para alguns. Ela [a Renova] atende uns e outros não, sendo que a comunidade é a mesma. Eu ganho quatro galões de água por mês, enquanto ribeirinho. Mas isso é uma brincadeira da Renova.^{FGV_ILD_098}

34. Desunião entre a comunidade e entre os familiares.^{FGV_ILD_078}

A intenção dessas organizações assim é sempre fragmentar aonde houver união, para que a gente não consiga os nossos objetivos. Mas a vida tem muito mais valor do que qualquer dinheiro.^{FGV_ILD_089} Num contexto geral, a lama não trouxe só prejuízo econômico, ela trouxe danos sociais, ambientais, nas famílias. [...] Houve aumento de violência doméstica e do índice de alcoolismo. A gente sabe que tem comunidades que tem conflito entre elas, por não acreditarem e não dialogam. E empresas ligadas a Fundação Renova falam e acaba desunindo as pessoas, depois vão embora.^{FGV_ILD_064} As indenizações estão criando conflitos, um olhando pro outro e perguntando porque ele foi indenizado e eu não. Alguns casos de separação entre casais, porque o pagamento está sendo feito de modo muito aleatório.^{FGV_ILD_072} Gerou desunião. Os filhos agredem as próprias mães. Eles eram acostumados a ganhar o dinheirinho deles lá no mangue, fazendo as atividades deles. Hoje não tem. Eles vêm a gente ganhar dinheiro e pede. Não tem, não deu nem para pagar as contas. Aí começa a xingar, a agredir a gente de palavra dentro de casa. Eu tinha meu serviço, hoje não tenho trabalho. Isso tudo é o que tá levando o que a Samarco, essa criminosa, fez com nós.^{FGV_ILD_078} Porque antes nossas atividades traziam estabilidade pra família, e a gente sabe que a questão econômica gera muito atrito na família. A atividade econômica é um ponto na família que acaba desestabilizando todo o resto.^{FGV_ILD_073} O aumento de conflitos na escola era gerado por crianças que vinham de fora por uma diferença de formação em relação às crianças daqui, por diferenças culturais e de estrutura familiar.^{FGV_ILD_090} Outra coisa é o enfraquecimento da organicidade do assentamento, justamente por causa das intrigas e desses conflitos provocados, inclusive quando nós vamos fazer determinado tipo de ação para preservar as lagoas, geralmente as equipes de diálogo parece que provocam essa discórdia, há uma necessidade desse

enfraquecimento organizativo para que as famílias não tenham claro os seus direitos.^{FGV_ILD_105} [...] As pessoas deixaram de confiar no trabalho das lideranças e no caráter, algumas pessoas nos chamam de ladrão e assassinos como se nós fossemos responsáveis pelo desastre. As pessoas passaram a brigar muito e duvidar dos nativos, muitas coisas se perdendo. [...].^{FGV_ILD_091}

35. Eles agem como se o Rio Doce estivesse próprio para todos os usos, mas não são feitas análises.^{FGV_ILD_091}

Então, tivemos a primeira onda de impacto que foi a lama e o segundo problema sério foi a falta de informação. Na semana passada uma amiga minha ligou dizendo que estava indo pra Nova Almeida e perguntou se tem que levar água mineral, se ainda está tudo cheio de lama. Então tem essa desinformação que é muito grande e cria vários outros problemas.^{FGV_ILD_084} Não está sendo feita análise da água. Então muita gente que mora próximo da gente enxerga a gente como pessoas que pode dar essa resposta para eles, mas é difícil. Não tem como ter resposta. [...] Essa resposta quem tinha que dar não é o pescador.^{FGV_ILD_083} Eu fico muito triste porque a Samarco nem começou e acho que nem vai começar a reparação do leito do Rio Doce. Pelo menos eu não conheço nenhum tipo de projeto de revitalização, nenhuma iniciativa de plantio de nativas, de coleta de resíduo da calha do Rio Doce, tecnologia nova que vá tirar um pouco do rejeito do rio.^{FGV_ILD_089} E sobre a contaminação, até tem estudos, mas são da Fundação Renova. Do nosso conhecimento não tem nenhum estudo, eles não apresentaram para nós.^{FGV_ILD_077} O que não foi feito até hoje foram exames pra saber se a gente futuramente pode ter alguma doença por ter tomado um banho de rio, um banho de mar, comido algum alimento contaminado pela lama da Samarco durante algum tempo ainda.^{FGV_ILD_072} Dizem hoje que nossa área esta apta para pesca. Mas quem nos garante? A Fundação Renova não apresenta laudo, não comprova. Em 2018 uma universidade esteve aqui, tirou sangue de mais de 60 pessoas, e a quantidade de arsênio no nosso sangue era altíssima.^{FGV_ILD_058} Mas que entrou pela boca da barra pro rio pra dentro daqui, a gente não sabe quanto porque não tem estudo, a gente imagina umas trinta milhas, que foi atingida, porque é até onde a água do mar vai, de 40 km a 50 km pra dentro do rio.^{FGV_ILD_077}

36. Foram tomando decisão sem escutar a comunidade e sem o direito a participação.^{FGV_ILD_091}

É importante se ter mais espaços para escutar as pessoas atingidas.^{FGV_ILD_071} É muito importante a representação do atingido para fiscalizar, propor, pois órgãos que deveriam fazer isso e não fizeram. A participação efetiva dos representantes da comunidade seria muito importante para validar. Não houve nenhum valor de danos da parte dos órgãos públicos defensores que são legitimados para isso, nunca questionaram a matriz de dano atual, que acho muito aquém do valor que se deveria, e assim essa geração perdeu muito com isso. Esperamos as Assessorias Técnicas Independentes [ATIs] que podem ser contratadas pelos atingidos ou até mesmo assessorias técnicas formadas pelos próprios atingidos. Para propor essa reparação integral de todos territórios, toda a bacia, todos os estuários impactados.^{FGV_ILD_064} O pescador de fato não foi cumprido do jeito que foi feito por nós, houve violação do nosso direito. O que deveria ser feito e não foi.^{FGV_ILD_091} Se tivesse espaço a gente participaria, mas não nos dão esse espaço. Inclusive temos que buscar o município para ter uma força para ver se aí conseguimos conversar com o governo,

com empresa e com a justiça que esta mediando, mas há falta de espaço.^{FGV_ILD_064} A falta de abertura dos governos estaduais e das empresas na elaboração da repactuação dos planos, onde até agora os atingidos não tiveram voz e não participaram da negociação, não puderam falar o que eles sofrem, como falta de camarão, de peixe etc.^{FGV_ILD_064} Reconhecem uns e não reconhecem outros. Eles fazem pouco do nosso conhecimento, sabem do nosso direito e não fazem isso prevalecer. Se precisamos de segurança ou saúde eles dizem que isso é com o Estado.^{FGV_ILD_090} Então nós gostaríamos muito que o excelentíssimo juiz nos ouvisse e podermos dizer que nenhuma comissão municipal nos representa. Porque nunca vieram dentro da nossa comunidade saber das nossas demandas.^{FGV_ILD_090} Não acreditam em nós pescadores por não termos estudos, mas nós conhecemos o mar e sabemos que tem coisas que mudaram, estranha.^{FGV_ILD_079}

37. É desgastante, mas temos que achar força e tranquilidade para continuar batendo de frente nessas empresas, questionando, reivindicando.^{FGV_ILD_090}

Tem horas que me dá um cansaço, eu saio, me afasto, para poder criar forças. Porque senão eu não tenho força de continuar. Tentamos tudo para nortear algumas coisas aqui no nosso território, mas infelizmente os próprios atingidos se dividiram. E quando se divide a força diminui. E eu espero que um dia nós atingidos possamos abrir os olhos e perceber, ainda que tarde, que nós temos que nos unir. E temos que nos fortalecer.^{FGV_ILD_089} Maravilhoso é aquilo que nós tínhamos antes. Que nós nunca mais vamos ter. Esse dinheiro não vai pagar nossa vida para nós continuar vivendo. Nós que temos continuar lutando aí. Dinheiro, ele acaba. Mas nossa saúde, nossa vida, nossa qualidade de vida, nossas comunidades. Nós não pedimos para esses impactos, esses empreendimentos venham para dentro das nossas comunidades.^{FGV_ILD_078} E ainda têm que lutar muito por reconhecimento, provar que fomos impactados, sendo que está tudo na cara. Foram feitas várias análises e os laudos até hoje não chegaram na mão da gente.^{FGV_ILD_090} A gente já está cansado de ficar batendo na mesma tecla. De ficar todo mundo olhando para a gente. Se a gente não se unir, a gente vai acabar morrendo. [...] Se eu morrer hoje, morro satisfeita lutando. Cada uma dessas pessoas que está aqui hoje conseguiu através de luta. Conseguimos através de luta. As nove comunidades que iam pra linha do trem, comiam feijão com farinha. Demos o sangue para os atingidos. Todos são atingidos. Todas as lideranças, aqueles que se foram, são lideranças da luta. Enquanto tiver mulheres e homens para lutar, nós vamos lutar. São cinco anos de desespero. Mas até hoje nós não vimos nada.^{FGV_ILD_058} É importante juntar forças para manter essa área como atingida, é um absurdo, como foi colocado, sessenta e pouca milhas que o óleo se espalha, então é fato que esse rejeito também se dispersa, que também chegou aqui, e ninguém melhor que os pescadores que sentem isso. É quanto mais gente se somar nessa luta é melhor.^{FGV_ILD_077}

38. É difícil, porque a gente quer sair do desastre, mas o desastre não sai da gente.^{FGV_ILD_104}

O Riacho ficou sem uma perna, sem um braço, só está com pescoço. Estamos vivendo na raça. Nós ficamos sem muitas coisas. Minha praia, minha onda me trazia felicidade e isso não tem preço.^{FGV_ILD_089} Então o sacrifício que a gente faz, tem hora que a gente desanima. Já tem seis anos. [...] Eu só desanimo participar.^{FGV_ILD_083} Estamos cansados mesmo. Participamos de várias reuniões, uma em cima da outra.

Precisamos que venham, que tragam um retorno bom. Não fique só no papel. O tempo está passando tão rápido, e as pessoas estão perdendo a sua vida. É depressão, é covid etc.^{FGV_ILD_058} O mar, o rio, o mangue é tudo para nós. Nós queremos isso tudo de volta. Enquanto não restituir tudo isso, nós temos que continuar sendo reparados.^{FGV_ILD_078} Estamos num barco à deriva, sem saber o que fazer. Passou na minha mente esses anos todos que estamos sendo prejudicados. Os projetos da Renova ficaram todos no papel até hoje. Estamos sofrendo por causa da lama de Fundão, porque não sabemos o que fazer.^{FGV_ILD_058} A gente não sabe nem o que vai acontecer, a gente escuta uma coisa ali, hoje ouvi que não vai receber mais nada, aí a cabeça vai a mil, não sabe nem o que faz, olha para um lado, e pro outro, fica sem destino.^{FGV_ILD_077} A gente não tem mais vida, não tem lazer, não posso sentar num lugar, porque uma pessoa vem e pergunta se não pode ajudar com a situação. [...] Vejo meus filhos e falo: o que tem de curso faz, porque ninguém tira nosso conhecimento. A lama tentou tirar nosso melhor, mas nosso caráter e dignidade foi o que nos manteve em pé.^{FGV_ILD_104} A comunidade ficou ansiosa e constrangida, produtores rurais, pescadores. E veio uma avalanche de lama. Causou constrangimento e desconfiança do que poderia causar toda esta lama no Rio Doce.^{FGV_ILD_090} As pessoas estão tristes, pois as pessoas ficam vendo o tempo passar, o rio ainda dessa forma [contaminado], perdendo o cartão [Auxílio Financeiro Emergencial], o turismo não sendo resgatado e fica pensando o que vai ser da vida, como vai se manter. Fica se perguntando o que vai ser, como vai cuidar da família. As pessoas já estão recebendo ligação dizendo que se não apresentar documentação suficiente vai perder o seu auxílio [Auxílio Financeiro Emergencial]. Aí fica toda essa situação de insegurança e de medo e acaba chegando a esse ponto de suicídio, depressão, ansiedade, alcoolismo, outros.^{FGV_ILD_097}

APÊNDICE E — VALORES DE INDENIZAÇÃO ESTIMADOS PELA FGV

Neste apêndice estão apresentadas as tabelas identificadas de 1 a 16, com valores de indenização estimados pela FGV para os danos materiais relativos a lucros cessantes, danos emergentes e perda da produção para consumo próprio²⁶⁹, conforme tratado na seção 5.2.1.2 do Capítulo 5 do presente documento. Todas estas tabelas foram extraídas do relatório Matriz Indenizatória Geral para o desastre da Barragem de Fundão (FGV, 2021h)²⁷⁰. Seus valores estão em R\$ (reais) de julho de 2021, e o período de 184 (cento e oitenta e quatro) meses considerado se refere à duração adotada para cômputo das indenizações de lucros cessantes e de produção para consumo próprio como outra forma de trabalho (conforme explicado no Capítulo 5 do documento referenciado).

Na sequência, apresenta-se a Tabela 17, referente aos valores indenizatórios aferidos pela FGV para os danos de caráter imaterial, cuja referência é o relatório Matriz Indenizatória Territorial para os municípios de Tumiritinga, Galileia, Conselheiro Pena,

²⁶⁹ Para a estimação de valores indenizatórios sobre a perda da produção para consumo próprio, foram consideradas duas possibilidades, a saber: (i) produção para consumo próprio como trabalho principal; e (ii) produção para consumo próprio como outra forma de trabalho. Na primeira, dá-se foco aos indivíduos atingidos que não têm uma ocupação remunerada, dedicando a maior parte de seu tempo à produção para consumo próprio em atividades vinculadas à agropecuária ou pesca. Interpreta-se, portanto, que esta produção para consumo próprio corresponde ao seu trabalho principal. Esse é o grupo de pessoas cujos valores de indenização estimados podem ser comparados àqueles praticados no Sistema Indenizatório Simplificado para as categorias de subsistência ("Agricultores, produtores rurais e ilheiros — Para consumo próprio (subsistência)" e "Pescador de subsistência"). Já na segunda possibilidade de estimação, dá-se foco aos indivíduos atingidos que, além de um trabalho remunerado, dedicam uma parte de seu tempo a outra forma de trabalho, especificamente, à produção para consumo próprio em atividades relacionadas com agropecuária ou pesca. Neste último caso, esse dano pode ser sofrido tanto por pessoas cujas ocupações remuneradas foram afetadas pelo desastre quanto por aquelas cujas ocupações remuneradas não foram afetadas. Para os casos de pessoas que tiveram sua ocupação principal atingida e que também sofreram danos em sua outra forma de trabalho, de produção para consumo próprio, os valores de indenização de lucros cessantes de ambas as atividades devem ser somados. Já para os casos de atingidos que não tiveram sua ocupação principal atingida, mas que tiveram suas atividades de produção para consumo próprio como outra forma de trabalho afetadas pelo rompimento, considera-se apenas o valor de indenização de lucros cessantes destas últimas. Em ambas as possibilidades, a abordagem utilizada é a estimação do valor do tempo dedicado à produção para consumo próprio (FGV, 2021h, p. 219-225).

²⁷⁰ Essas tabelas, tal como presentes no referido relatório, são: Tabela 5 — Cenário A (interrupção da atividade da ocupação selecionada até fev. 2031) e Possibilidade 1 (correção monetária a partir do IPCA (IBGE, 2019b) e juros de mora); Tabela 6 — Cenário A (interrupção da atividade da ocupação selecionada até fev. 2031) e Possibilidade 2 (correção monetária a partir do IPCA (IBGE, 2019b) e juros reais compostos utilizando-se a taxa Selic (BACEN, 2021)); Tabela 7 — Cenário B (perda de rendimento do trabalho se dissipa ao longo do tempo) e Possibilidade 1 (correção monetária a partir do IPCA (IBGE, 2019b) e juros de mora); e Tabela 8 — Cenário B (perda de rendimento do trabalho se dissipa ao longo do tempo) e Possibilidade 2 (correção monetária a partir do IPCA (IBGE, 2019b) e juros reais compostos utilizando-se a taxa Selic (BACEN, 2021)).

Resplendor, Itueta e Aimorés, no médio Rio Doce. Por fim, a Tabela 18, também referenciada neste relatório, indica os percentuais para majoração dos danos imateriais considerando grupos de vulnerabilidade (FGV, 2021i).

As Tabelas de 1 a 4 cruzam o Cenário A (interrupção da atividade da ocupação selecionada até fev. 2031) com a Possibilidade 1 (correção monetária a partir do IPCA (IBGE, 2019d) e juros de mora).

As Tabelas de 5 a 8 cruzam o Cenário A (interrupção da atividade da ocupação selecionada até fev. 2031) com a Possibilidade 2 (correção monetária a partir do IPCA (IBGE, 2019d) e juros reais compostos utilizando-se a taxa Selic (BACEN, 2021)).

As Tabelas de 9 a 12 cruzam o Cenário B (perda de rendimento do trabalho se dissipa ao longo do tempo) com a Possibilidade 1 (correção monetária a partir do IPCA (IBGE, 2019d) e juros de mora).

As Tabelas de 13 a 16 cruzam o Cenário B (perda de rendimento do trabalho se dissipa ao longo do tempo) com a Possibilidade 2 (correção monetária a partir do IPCA (IBGE, 2019d) e juros reais compostos utilizando-se a taxa Selic (BACEN, 2021)).

As Tabelas 1 e 2, 5 e 6, 9 e 10, e 13 e 14 contemplam os valores para as “categorias ocupacionais FGV”: Agropecuária; Comércio; Extrativismo mineral; Serviços, Profissionais autônomos e trabalhadores em geral com perda de emprego e renda; Turismo; Produção para consumo próprio como outra forma de trabalho.

As Tabelas 3 e 4, 7 e 8, 11 e 12, e 15 e 16 contemplam os valores para a “categoria ocupacional FGV”: Pesca.

As Tabelas 1, 3, 5, 7, 9, 11, 13 e 15 têm a mesma estrutura, em conformidade com FGV (2021h, p. 231-233):

- Primeira coluna: designação do setor de atividade das ocupações analisadas, nomeada como “Categoria ocupacional FGV”;
- Segunda coluna: designação da ocupação selecionada, nomeada como “Ocupação FGV”;
- O Bloco “Valores FGV — Danos Materiais (R\$ de jul. 2021)” exibe os valores indenizatórios aferidos pela FGV para lucros cessantes, danos emergentes e produção para consumo próprio como outra forma de trabalho;
 - No Bloco “Lucros cessantes (Interrupção do exercício da atividade econômica ou de subsistência (produção para consumo próprio como trabalho principal))”:

- A coluna “Rendimento médio indenizável mensal do trabalho (nov. 2015 a jan. 2021)” relaciona-se à média do rendimento indenizável mensal do trabalho aferido para os meses entre nov. 2015 e jan. 2021, em valores de R\$ de jul. 2021. Esse montante é uma referência comparativa para o “Valor base” da matriz judicial;
- A coluna “Valor total” indica o valor total estimado para a indenização de lucros cessantes levando em conta 184 meses de duração. Cabe destacar que esse valor considera o aumento de produtividade das categorias ocupacionais selecionadas ao longo do tempo, correção monetária e incidência de juros;
- Para os casos de produção para consumo próprio como trabalho principal (subsistência), os valores estimados estão neste bloco, nas linhas “Produção para consumo próprio como trabalho principal — Agricultura” e “Produção para consumo próprio como trabalho principal — Pesca”, remetendo-se aos casos de agropecuária e de pesca, respectivamente;
- A coluna “Danos emergentes” explicita os valores de indenização aferidos pela FGV para danos emergentes, tendo em conta apenas aqueles ligados ao exercício de atividades econômicas;
- No bloco “Perda da produção para consumo próprio como outra forma de trabalho”:
 - A coluna “Valor médio indenizável mensal do tempo dedicado (nov. 2015 a jan. 2021)” refere-se à média do valor indenizável mensal do tempo dedicado à produção para consumo próprio como outra forma de trabalho entre nov. 2015 e jan. 2021, trazida para valores de R\$ de jul. 2021;
 - A coluna “Valor total” exhibe o valor total estimado para a indenização de lucros cessantes referentes à renda real, que se remetem aos danos à produção para consumo próprio como outra forma de trabalho, considerando 184 meses de duração. Deve-se destacar que esse valor considera o aumento de produtividade dessas atividades ao longo do tempo, correção monetária e incidência de juros;
 - Importante observar que os valores aparecem neste bloco de duas formas: (a) por meio do preenchimento das colunas em questão nas linhas que se referem a outras ocupações selecionadas que foram

atingidas, indicando a possibilidade de acumulação desse dano (pluriatividade); e (b) na linha “Produção para consumo próprio como outra forma de trabalho”, indicando a possibilidade de ocorrência apenas desse dano (ex.: casos em que a pessoa não tem uma ocupação principal remunerada atingida, mas teve sua atividade de produção para consumo próprio como outra forma de trabalho atingida);

As Tabelas 2, 4, 6, 8, 10, 12, 14 e 16 também têm a mesma estrutura, de acordo com FGV (2021h, p. 231-233):

- Primeira coluna: designação do setor de atividade das ocupações analisadas, nomeada como “Categoria ocupacional FGV”;
- Segunda coluna: designação da ocupação selecionada, nomeada como “Ocupação FGV”;
- A coluna “Valor total para o período dos danos materiais — Sem dano de perda da produção para consumo próprio como outra forma de trabalho” representa o montante total estimado pela FGV considerando lucros cessantes e danos emergentes. Neste montante não são considerados os valores referentes à perda de produção para consumo próprio como outra forma de trabalho nem a danos imateriais;
- A coluna “Valor total para o período dos danos materiais — Com dano de perda da produção para consumo próprio como outra forma de trabalho”, por sua vez, representa o montante total aferido pela FGV tendo em conta lucros cessantes, danos emergentes e perda da produção para consumo próprio como outra forma de trabalho. Neste montante não são considerados os valores referentes a danos imateriais.

Após os danos materiais, é apresentada uma síntese dos valores referentes à indenização dos danos imateriais, abordados ao longo do Capítulo 5 deste documento, a partir das distintas dimensões temáticas trabalhadas. Dessa maneira, na Tabela 17 estão reunidos, de acordo com FGV (2021i, p. 30-42), os valores para indenização de danos imateriais individuais ligados à (i) Renda, trabalho e subsistência; (ii) Alimentação; (iii) Saúde; (iv) Relações com o meio ambiente; (v) Moradia e infraestrutura; (vi) Práticas culturais, religiosas e de lazer; (vii) Rede de relações sociais; (viii) Vida digna, uso do tempo e cotidiano e perspectivas futuras; e (ix) Processo de reparação e remediação.

Por fim, na Tabela 18 constam os valores de majoração dos danos imateriais. Como abordado no Capítulo 5 do presente documento, alguns grupos sociais sofreram os

danos do desastre de forma exacerbada, de modo a justificar a majoração da sua indenização por danos imateriais em decorrência da sua situação de vulnerabilidade (FGV, 2021i, p. 573). São considerados grupos que têm direito à majoração: (i) Mulheres e meninas; (ii) Idosos e crianças e adolescentes; (iii) Pessoas com deficiência; (iv) Povos indígenas e povos e comunidades tradicionais; (v) Pessoas LGBTIA+; (vi) Pessoas pretas e pardas; e (vii) Pessoas pobres (FGV, 2021h, p. 247). Na tabela, constam as porcentagens de majoração de acordo com a incidência de um ou mais critérios de vulnerabilidade.

Tabela 1 — Cenário A × Possibilidade 1
Valores FGV para Danos materiais — Lucros cessantes, danos emergentes e perda da produção para consumo próprio. Parte I: Agropecuária; Comércio; Extrativismo mineral; Serviços, profissionais autônomos e trabalhadores em geral com perda de emprego e renda; Turismo; Produção para consumo próprio como outra forma de trabalho (R\$ de jul. 2021; 184 meses)

Categoria ocupacional FGV	Ocupação FGV	Valores FGV — Danos Materiais (R\$ de jul. 2021)				
		Lucros cessantes (Interrupção do exercício da atividade econômica ou de subsistência (produção para consumo próprio como trabalho principal))		Danos emergentes	Perda da produção para consumo próprio como outra forma de trabalho	
		Rendimento médio indenizável mensal do trabalho (nov. 2015 a jan. 2021)	Valor total		Valor médio indenizável mensal do tempo dedicado (nov. 2015 a jan. 2021)	Valor total
Agropecuária	Produtores rurais	R\$ 1.874	R\$ 327.568	R\$ 17.379	R\$ 267	R\$ 45.936
	Produção para consumo próprio como trabalho principal — Agricultura	R\$ 953	R\$ 166.665	R\$ 8.842	NA	NA
	Trabalhadores rurais	R\$ 1.139	R\$ 224.676	R\$ 11.011	R\$ 267	R\$ 45.936
Comércio	Ambulantes em geral, Camelôs, Barraqueiros, Feirantes e Pequenos comerciantes	R\$ 1.396	R\$ 255.440	R\$ 9.735	R\$ 267	R\$ 45.936
	Comerciantes de areia e argila	R\$ 1.816	R\$ 363.005	R\$ 11.429	R\$ 267	R\$ 45.936
	Revendedores de ouro	R\$ 1.816	R\$ 363.005	R\$ 11.429	R\$ 267	R\$ 45.936
	Comerciantes de petrechos de pesca	R\$ 1.817	R\$ 370.420	NA	R\$ 267	R\$ 45.936
	Revendedores de pescado	R\$ 1.816	R\$ 363.005	R\$ 11.429	R\$ 267	R\$ 45.936
	Comerciantes de artigos relacionados com turismo	R\$ 1.817	R\$ 370.420	NA	R\$ 267	R\$ 45.936
Extrativismo Mineral	Areiro, Carroceiro e Extrator mineral	R\$ 2.150	R\$ 403.443	NA	R\$ 267	R\$ 45.936
	Cadeia produtiva da exploração dos areais	R\$ 2.517	R\$ 503.397	R\$ 15.912	R\$ 267	R\$ 45.936
	Faiscadores e Garimpeiros	R\$ 2.517	R\$ 503.397	R\$ 15.912	R\$ 267	R\$ 45.936
	Proprietários de lavras de exploração mineral de areia e cascalho	R\$ 3.651	R\$ 708.250	R\$ 22.801	R\$ 267	R\$ 45.936
Serviços, Profissionais autônomos e Trabalhadores em geral com perda de emprego e renda	Músicos e Artistas em geral	R\$ 2.662	R\$ 487.081	R\$ 17.464	R\$ 267	R\$ 45.936
	Bordadeiras e Costureiras	R\$ 992	R\$ 191.229	R\$ 6.424	R\$ 267	R\$ 45.936
	Porteiros, Equipe de limpeza/faxina e Vigilantes	R\$ 1.459	R\$ 279.387	R\$ 9.066	R\$ 267	R\$ 45.936
	Garçonetes/garçons e Trabalhadores dos restaurantes/quiosques	R\$ 1.293	R\$ 243.503	R\$ 8.001	R\$ 267	R\$ 45.936
	Operadores de instalações de produção de energia	R\$ 2.283	R\$ 446.676	NA	R\$ 267	R\$ 45.936
	Trabalhadores dos alambiques, das fazendas produtoras de queijos e produtos gastronômicos	R\$ 1.409	R\$ 270.205	R\$ 8.912	R\$ 267	R\$ 45.936
	Artesãos	R\$ 1.791	R\$ 350.297	R\$ 11.305	R\$ 267	R\$ 45.936
	Lavadeiras	R\$ 1.199	R\$ 233.258	NA	R\$ 267	R\$ 45.936
	Promotores de festas e eventos	R\$ 2.352	R\$ 440.464	R\$ 17.614	R\$ 267	R\$ 45.936
	Proprietários de alambiques e cachaçarias artesanais	R\$ 3.651	R\$ 708.250	R\$ 22.801	R\$ 267	R\$ 45.936
Turismo	Empresários e Prestadores de serviços de turismo	R\$ 2.405	R\$ 424.340	NA	R\$ 267	R\$ 45.936
	Hotéis, Pousadas, Bares e Restaurantes	R\$ 2.583	R\$ 522.690	NA	R\$ 267	R\$ 45.936
Produção para consumo próprio como outra forma de trabalho	Produção para consumo próprio como outra forma de trabalho	NA	NA	NA	R\$ 267	R\$ 45.936

Fonte: FGV (2021h, p. 239-246).

Tabela 2 — Cenário A × Possibilidade 1
Valores FGV para Danos materiais — Valores totais. Parte I: Agropecuária;
Comércio; Extrativismo mineral; Serviços, profissionais autônomos e
Trabalhadores em geral com perda de emprego e renda; Turismo; Produção para
consumo próprio como outra forma de trabalho (R\$ de jul. 2021; 184 meses)

Categoria ocupacional FGV	Ocupação FGV	Valores FGV — Danos Materiais (R\$ de jul. 2021)	
		Valor total para o período dos danos materiais — Sem dano de perda da produção para consumo próprio como outra forma de trabalho	Valor total para o período dos danos materiais — Com dano de perda da produção para consumo próprio como outra forma de trabalho
Agropecuária	Produtores rurais	R\$ 344.947	R\$ 390.883
	Produção para consumo próprio como trabalho principal — Agricultura	R\$ 175.507	NA
	Trabalhadores rurais	R\$ 235.687	R\$ 281.623
Comércio	Ambulantes em geral, Camelôs, Barraqueiros, Feirantes e Pequenos comerciantes	R\$ 265.175	R\$ 311.111
	Comerciantes de areia e argila	R\$ 374.434	R\$ 420.371
	Revendedores de ouro	R\$ 374.434	R\$ 420.371
	Comerciantes de petrechos de pesca	R\$ 370.420	R\$ 416.356
	Revendedores de pescado	R\$ 374.434	R\$ 420.371
	Comerciantes de artigos relacionados com turismo	R\$ 370.420	R\$ 416.356
Extrativismo Mineral	Areeiro, Carroceiro e Extrator mineral	R\$ 403.443	R\$ 449.379
	Cadeia produtiva da exploração dos areais	R\$ 519.309	R\$ 565.245
	Faiscadores e Garimpeiros	R\$ 519.309	R\$ 565.245
	Proprietários de lavras de exploração mineral de areia e cascalho	R\$ 731.051	R\$ 776.987
Serviços, Profissionais autônomos e Trabalhadores em geral com perda de emprego e renda	Músicos e Artistas em geral	R\$ 504.545	R\$ 550.482
	Bordadeiras e Costureiras	R\$ 197.653	R\$ 243.590
	Porteiros, Equipe de limpeza/faxina e Vigilantes	R\$ 288.453	R\$ 334.389
	Garçonetes/garçons e Trabalhadores dos restaurantes/quiosques	R\$ 251.504	R\$ 297.440
	Operadores de instalações de produção de energia	R\$ 446.676	R\$ 492.612
	Trabalhadores dos alambiques, das fazendas produtoras de queijos e produtos gastronômicos	R\$ 279.117	R\$ 325.053
	Artesãos	R\$ 361.602	R\$ 407.539
	Lavadeiras	R\$ 233.258	R\$ 279.194
	Promotores de festas e eventos	R\$ 458.078	R\$ 504.015
	Proprietários de alambiques e cachaçarias artesanais	R\$ 731.051	R\$ 776.987
Turismo	Empresários e Prestadores de serviços de turismo	R\$ 424.340	R\$ 470.276
	Hotéis, Pousadas, Bares e Restaurantes	R\$ 522.690	R\$ 568.627
Produção para consumo próprio como outra forma de trabalho	Produção para consumo próprio como outra forma de trabalho	NA	R\$ 45.936

Fonte: FGV (2021h, p. 239-246).

Tabela 3 — Cenário A × Possibilidade 1
Valores FGV para Danos materiais — Lucros cessantes, danos emergentes e perda da produção para consumo próprio. Parte II: Pesca (R\$ de jul. 2021; 184 meses)

Categoria ocupacional FGV	Ocupação FGV	Valores FGV — Danos Materiais (R\$ de jul. 2021)				
		Lucros cessantes (Interrupção do exercício da atividade econômica ou de subsistência (produção para consumo próprio como trabalho principal))		Danos emergentes	Perda da produção para consumo próprio como outra forma de trabalho	
		Rendimento médio indenizável mensal do trabalho (nov. 2015 a jan. 2021)	Valor total		Valor médio indenizável mensal do tempo dedicado (nov. 2015 a jan. 2021)	Valor total
Pesca	Cadeia produtiva da pesca — beneficiamento	R\$ 1.327	R\$ 255.793	R\$ 8.029	R\$ 267	R\$ 45.936
	Cadeia produtiva da pesca — transporte	R\$ 1.520	R\$ 291.842	R\$ 9.313	R\$ 267	R\$ 45.936
	Cadeia produtiva da pesca — insumo	R\$ 1.435	R\$ 275.323	R\$ 8.705	R\$ 267	R\$ 45.936
	Cadeia produtiva da pesca — serviço	R\$ 1.983	R\$ 375.178	R\$ 12.459	R\$ 267	R\$ 45.936
	Pescador profissional — Região estuarina — proprietário de embarcação a remo	R\$ 2.613	R\$ 509.418	R\$ 23.000	R\$ 267	R\$ 45.936
	Pescador profissional — Região estuarina — proprietário de embarcação camaroeira	R\$ 6.500	R\$ 1.267.451	R\$ 96.000	R\$ 267	R\$ 45.936
	Pescador profissional — Região estuarina — proprietário de embarcação com motor de centro	R\$ 5.500	R\$ 1.072.459	R\$ 91.000	R\$ 267	R\$ 45.936
	Pescador profissional — Região estuarina — proprietário de embarcação com motor de popa	R\$ 4.180	R\$ 815.069	R\$ 66.000	R\$ 267	R\$ 45.936
	Pescador profissional/protocolados — Região continental — dono de embarcação a remo (sem motor)	R\$ 2.613	R\$ 509.433	R\$ 23.000	R\$ 267	R\$ 45.936
	Pescador profissional/protocolados — Região continental — dono de embarcação com motor de popa	R\$ 3.135	R\$ 611.302	R\$ 30.000	R\$ 267	R\$ 45.936
	Pescador profissional — Região estuarina — tripulantes de embarcação a remo (sem motor)	R\$ 2.600	R\$ 506.981	R\$ 7.000	R\$ 267	R\$ 45.936
	Pescador profissional — Região estuarina — tripulantes de embarcação camaroeira	R\$ 4.000	R\$ 779.970	R\$ 39.000	R\$ 267	R\$ 45.936
	Pescador profissional — Região estuarina — tripulantes de embarcação com motor de centro	R\$ 3.100	R\$ 604.477	R\$ 32.000	R\$ 267	R\$ 45.936
	Pescador profissional — Região estuarina — tripulantes de embarcação com motor de popa	R\$ 2.600	R\$ 506.981	R\$ 25.000	R\$ 267	R\$ 45.936
	Pescador profissional/protocolados — Região continental — tripulantes de embarcação com motor de popa	R\$ 2.500	R\$ 487.481	R\$ 7.000	R\$ 267	R\$ 45.936
	Pescador profissional/protocolados — Região continental — tripulantes de embarcação a remo (sem motor)	R\$ 2.500	R\$ 487.481	R\$ 5.000	R\$ 267	R\$ 45.936
	Pescador profissional — Região estuarina — armador de embarcação com motor de centro	R\$ 4.000	R\$ 779.970	R\$ 55.000	R\$ 267	R\$ 45.936
	Pescador profissional — Região estuarina — pescador desembarcado	R\$ 2.600	R\$ 506.981	R\$ 7.000	R\$ 267	R\$ 45.936
	Pescador profissional/protocolados — Região continental — pescador desembarcado	R\$ 2.500	R\$ 487.481	R\$ 5.000	R\$ 267	R\$ 45.936
	Pescador Protocolado/Profissional	R\$ 2.382	R\$ 464.488	R\$ 12.167	R\$ 267	R\$ 45.936
	Pescadores informais, artesanais e de fato	R\$ 997	R\$ 176.359	R\$ 6.818	R\$ 267	R\$ 45.936
	Produção para consumo próprio como trabalho principal — Pesca	R\$ 640	R\$ 113.254	R\$ 4.378	NA	NA

Fonte: FGV (2021h, p. 239-246).

Tabela 4 — Cenário A × Possibilidade 1
Valores FGV para Danos materiais — Valores totais. Parte II: Pesca (R\$ de jul. 2021; 184 meses)

Categoria ocupacional FGV	Ocupação FGV	Valores FGV — Danos Materiais (R\$ de jul. 2021)	
		Valor total para o período dos danos materiais — Sem dano de perda da produção para consumo próprio como outra forma de trabalho	Valor total para o período dos danos materiais — Com dano de perda da produção para consumo próprio como outra forma de trabalho
Pesca	Cadeia produtiva da pesca — beneficiamento	R\$ 263.822	R\$ 309.758
	Cadeia produtiva da pesca — transporte	R\$ 301.155	R\$ 347.091
	Cadeia produtiva da pesca — insumo	R\$ 284.029	R\$ 329.965
	Cadeia produtiva da pesca — serviço	R\$ 387.636	R\$ 433.573
	Pescador profissional — Região estuarina — proprietário de embarcação a remo	R\$ 532.418	R\$ 578.354
	Pescador profissional — Região estuarina — proprietário de embarcação camaroeira	R\$ 1.363.451	R\$ 1.409.388
	Pescador profissional — Região estuarina — proprietário de embarcação com motor de centro	R\$ 1.163.459	R\$ 1.209.395
	Pescador profissional — Região estuarina — proprietário de embarcação com motor de popa	R\$ 881.069	R\$ 927.005
	Pescador profissional/protocolados — Região continental — dono de embarcação a remo (sem motor)	R\$ 532.433	R\$ 578.369
	Pescador profissional/protocolados — Região continental — dono de embarcação com motor de popa	R\$ 641.302	R\$ 687.238
	Pescador profissional — Região estuarina — tripulantes de embarcação a remo (sem motor)	R\$ 513.981	R\$ 559.917
	Pescador profissional — Região estuarina — tripulantes de embarcação camaroeira	R\$ 818.970	R\$ 864.906
	Pescador profissional — Região estuarina — tripulantes de embarcação com motor de centro	R\$ 636.477	R\$ 682.413
	Pescador profissional — Região estuarina — tripulantes de embarcação com motor de popa	R\$ 531.981	R\$ 577.917
	Pescador profissional/protocolados — Região continental — tripulantes de embarcação com motor de popa	R\$ 494.481	R\$ 540.417
	Pescador profissional/protocolados — Região continental — tripulantes de embarcação a remo (sem motor)	R\$ 492.481	R\$ 538.417
	Pescador profissional — Região estuarina — armador de embarcação com motor de centro	R\$ 834.970	R\$ 880.906
	Pescador profissional — Região estuarina — pescador desembarcado	R\$ 513.981	R\$ 559.917
	Pescador profissional/protocolados — Região continental — pescador desembarcado	R\$ 492.481	R\$ 538.417
	Pescador Protocolado/Profissional	R\$ 476.655	R\$ 522.591
	Pescadores informais, artesanais e de fato	NA	R\$ 229.113
	Produção para consumo próprio como trabalho principal — Pesca	R\$ 117.633	NA

Fonte: FGV (2021h, p. 239-246).

Tabela 5 — Cenário A × Possibilidade 2

Valores FGV para Danos materiais — Lucros cessantes, danos emergentes p
Perda da produção para consumo próprio. Parte I: Agropecuária; Comércio;
Extrativismo mineral; Serviços, Profissionais autônomos e trabalhadores em
geral com perda de emprego e renda; Turismo; Produção para consumo próprio
como outra forma de trabalho (R\$ de jul. 2021; 184 meses)

Categoria ocupacional FGV	Ocupação FGV	Valores FGV — Danos Materiais (R\$ de jul. 2021)				
		Lucros cessantes (Interrupção do exercício da atividade econômica ou de subsistência (produção para consumo próprio como trabalho principal))		Danos emergentes	Perda da produção para consumo próprio como outra forma de trabalho	
		Rendimento médio indenizável mensal do trabalho (nov. 2015 a jan. 2021)	Valor total		Valor médio indenizável mensal do tempo dedicado (nov. 2015 a jan. 2021)	Valor total
Agropecuária	Produtores rurais	R\$ 1.874	R\$ 297.282	R\$ 17.379	R\$ 267	R\$ 41.606
	Produção para consumo próprio como trabalho principal — Agricultura	R\$ 953	R\$ 151.255	R\$ 8.842	NA	NA
	Trabalhadores rurais	R\$ 1.139	R\$ 206.706	R\$ 11.011	R\$ 267	R\$ 41.606
Comércio	Ambulantes em geral, Camelôs, Barraqueiros, Feirantes e Pequenos comerciantes	R\$ 1.396	R\$ 232.857	R\$ 9.735	R\$ 267	R\$ 41.606
	Comerciantes de areia e argila	R\$ 1.816	R\$ 334.257	R\$ 11.429	R\$ 267	R\$ 41.606
	Revendedores de ouro	R\$ 1.816	R\$ 334.257	R\$ 11.429	R\$ 267	R\$ 41.606
	Comerciantes de petrechos de pesca	R\$ 1.817	R\$ 341.716	NA	R\$ 267	R\$ 41.606
	Revendedores de pescado	R\$ 1.816	R\$ 334.257	R\$ 11.429	R\$ 267	R\$ 41.606
	Comerciantes de artigos relacionados com turismo	R\$ 1.817	R\$ 341.716	NA	R\$ 267	R\$ 41.606
Extrativismo Mineral	Areeiro, Carroceiro e Extrator mineral	R\$ 2.150	R\$ 369.239	NA	R\$ 267	R\$ 41.606
	Cadeia produtiva da exploração dos areais	R\$ 2.517	R\$ 464.071	R\$ 15.912	R\$ 267	R\$ 41.606
	Fiscadores e Garimpeiros	R\$ 2.517	R\$ 464.071	R\$ 15.912	R\$ 267	R\$ 41.606
	Proprietários de lavras de exploração mineral de areia e cascalho	R\$ 3.651	R\$ 650.478	R\$ 22.801	R\$ 267	R\$ 41.606
Serviços, Profissionais autônomos e Trabalhadores em geral com perda de emprego e renda	Músicos e Artistas em geral	R\$ 2.662	R\$ 444.469	R\$ 17.464	R\$ 267	R\$ 41.606
	Bordadeiras e Costureiras	R\$ 992	R\$ 175.435	R\$ 6.424	R\$ 267	R\$ 41.606
	Porteiros, Equipe de limpeza/faxina e Vigilantes	R\$ 1.459	R\$ 256.231	R\$ 9.066	R\$ 267	R\$ 41.606
	Garçonetes/garçons e Trabalhadores dos restaurantes/quiosques	R\$ 1.293	R\$ 223.045	R\$ 8.001	R\$ 267	R\$ 41.606
	Operadores de instalações de produção de energia	R\$ 2.283	R\$ 410.629	NA	R\$ 267	R\$ 41.606
	Trabalhadores dos alambiques, das fazendas produtoras de queijos e produtos gastronômicos	R\$ 1.409	R\$ 247.998	R\$ 8.912	R\$ 267	R\$ 41.606
	Artesãos	R\$ 1.791	R\$ 321.769	R\$ 11.305	R\$ 267	R\$ 41.606
	Lavadeiras	R\$ 1.199	R\$ 214.453	NA	R\$ 267	R\$ 41.606
	Promotores de festas e eventos	R\$ 2.352	R\$ 402.807	R\$ 17.614	R\$ 267	R\$ 41.606
	Proprietários de alambiques e cachaçarias artesanais	R\$ 3.651	R\$ 650.478	R\$ 22.801	R\$ 267	R\$ 41.606
Turismo	Empresários e Prestadores de serviços de turismo	R\$ 2.405	R\$ 384.977	NA	R\$ 267	R\$ 41.606
	Hotéis, Pousadas, Bares e Restaurantes	R\$ 2.583	R\$ 482.063	NA	R\$ 267	R\$ 41.606
Produção para consumo próprio como outra forma de trabalho	Produção para consumo próprio como outra forma de trabalho	NA	NA	NA	R\$ 267	R\$ 41.606

Fonte: FGV (2021h, p. 239-246).

Tabela 6 — Cenário A × Possibilidade 2
Valores FGV para Danos materiais — Valores totais. Parte I: Agropecuária; Comércio; Extrativismo mineral; Serviços, profissionais autônomos e trabalhadores em geral com perda de emprego e renda; Turismo; Produção para consumo próprio como outra forma de trabalho (R\$ de jul. 2021; 184 meses)

Categoria ocupacional FGV	Ocupação FGV	Valores FGV — Danos Materiais (R\$ de jul. 2021)	
		Valor total para o período dos danos materiais — Sem dano de perda da produção para consumo próprio como outra forma de trabalho	Valor total para o período dos danos materiais — Com dano de perda da produção para consumo próprio como outra forma de trabalho
Agropecuária	Produtores rurais	R\$ 314.661	R\$ 356.267
	Produção para consumo próprio como trabalho principal — Agricultura	R\$ 160.098	NA
	Trabalhadores rurais	R\$ 217.717	R\$ 259.323
Comércio	Ambulantes em geral, Camelôs, Barraqueiros, Feirantes e Pequenos comerciantes	R\$ 242.592	R\$ 284.199
	Comerciantes de areia e argila	R\$ 345.686	R\$ 387.292
	Revendedores de ouro	R\$ 345.686	R\$ 387.292
	Comerciantes de petrechos de pesca	R\$ 341.716	R\$ 383.322
	Revendedores de pescado	R\$ 345.686	R\$ 387.292
	Comerciantes de artigos relacionados com turismo	R\$ 341.716	R\$ 383.322
Extrativismo Mineral	Areeiro, Carroceiro e Extrator mineral	R\$ 369.239	R\$ 410.845
	Cadeia produtiva da exploração dos areais	R\$ 479.983	R\$ 521.590
	Faiscadores e Garimpeiros	R\$ 479.983	R\$ 521.590
	Proprietários de lavras de exploração mineral de areia e cascalho	R\$ 673.279	R\$ 714.885
Serviços, Profissionais autônomos e Trabalhadores em geral com perda de emprego e renda	Músicos e Artistas em geral	R\$ 461.934	R\$ 503.540
	Bordadeiras e Costureiras	R\$ 181.859	R\$ 223.466
	Porteiros, Equipe de limpeza/faxina e Vigilantes	R\$ 265.297	R\$ 306.903
	Garçonetes/garçons e Trabalhadores dos restaurantes/quiosques	R\$ 231.046	R\$ 272.652
	Operadores de instalações de produção de energia	R\$ 410.629	R\$ 452.235
	Trabalhadores dos alambiques, das fazendas produtoras de queijos e produtos gastronômicos	R\$ 256.911	R\$ 298.517
	Artesãos	R\$ 333.075	R\$ 374.681
	Lavadeiras	R\$ 214.453	R\$ 256.059
	Promotores de festas e eventos	R\$ 420.421	R\$ 462.027
	Proprietários de alambiques e cachaçarias artesanais	R\$ 673.279	R\$ 714.885
Turismo	Empresários e Prestadores de serviços de turismo	R\$ 384.977	R\$ 426.584
	Hotéis, Pousadas, Bares e Restaurantes	R\$ 482.063	R\$ 523.669
Produção para consumo próprio como outra forma de trabalho	Produção para consumo próprio como outra forma de trabalho	NA	R\$ 41.606

Fonte: FGV (2021h, p. 239-246).

Tabela 7 — Cenário A × Possibilidade 2
Valores FGV para Danos materiais — Lucros cessantes, danos emergentes e
Perda da produção para consumo próprio. Parte II: Pesca (R\$ de jul. 2021; 184
meses)

Categoria ocupacional FGV	Ocupação FGV	Valores FGV — Danos Materiais (R\$ de jul. 2021)				
		Lucros cessantes (Interrupção do exercício da atividade econômica ou de subsistência (produção para consumo próprio como trabalho principal))		Danos emergentes	Perda da produção para consumo próprio como outra forma de trabalho	
		Rendimento médio indenizável mensal do trabalho (nov. 2015 a jan. 2021)	Valor total		Valor médio indenizável mensal do tempo dedicado (nov. 2015 a jan. 2021)	Valor total
Pesca	Cadeia produtiva da pesca — beneficiamento	R\$ 1.327	R\$ 234.793	R\$ 8.029	R\$ 267	R\$ 41.606
	Cadeia produtiva da pesca — transporte	R\$ 1.520	R\$ 267.662	R\$ 9.313	R\$ 267	R\$ 41.606
	Cadeia produtiva da pesca — insumo	R\$ 1.435	R\$ 252.571	R\$ 8.705	R\$ 267	R\$ 41.606
	Cadeia produtiva da pesca — serviço	R\$ 1.983	R\$ 343.515	R\$ 12.459	R\$ 267	R\$ 41.606
	Pescador profissional — Região estuarina — proprietário de embarcação a remo	R\$ 2.613	R\$ 467.835	R\$ 23.000	R\$ 267	R\$ 41.606
	Pescador profissional — Região estuarina — proprietário de embarcação camaroeira	R\$ 6.500	R\$ 1.163.991	R\$ 96.000	R\$ 267	R\$ 41.606
	Pescador profissional — Região estuarina — proprietário de embarcação com motor de centro	R\$ 5.500	R\$ 984.916	R\$ 91.000	R\$ 267	R\$ 41.606
	Pescador profissional — Região estuarina — proprietário de embarcação com motor de popa	R\$ 4.180	R\$ 748.536	R\$ 66.000	R\$ 267	R\$ 41.606
	Pescador profissional/protocolados — Região continental — dono de embarcação a remo (sem motor)	R\$ 2.613	R\$ 467.848	R\$ 23.000	R\$ 267	R\$ 41.606
	Pescador profissional/protocolados — Região continental — dono de embarcação com motor de popa	R\$ 3.135	R\$ 561.402	R\$ 30.000	R\$ 267	R\$ 41.606
	Pescador profissional — Região estuarina — tripulantes de embarcação a remo (sem motor)	R\$ 2.600	R\$ 465.597	R\$ 7.000	R\$ 267	R\$ 41.606
	Pescador profissional — Região estuarina — tripulantes de embarcação camaroeira	R\$ 4.000	R\$ 716.302	R\$ 39.000	R\$ 267	R\$ 41.606
	Pescador profissional — Região estuarina — tripulantes de embarcação com motor de centro	R\$ 3.100	R\$ 555.134	R\$ 32.000	R\$ 267	R\$ 41.606
	Pescador profissional — Região estuarina — tripulantes de embarcação com motor de popa	R\$ 2.600	R\$ 465.597	R\$ 25.000	R\$ 267	R\$ 41.606
	Pescador profissional/protocolados — Região continental — tripulantes de embarcação com motor de popa	R\$ 2.500	R\$ 447.689	R\$ 7.000	R\$ 267	R\$ 41.606
	Pescador profissional/protocolados — Região continental — tripulantes de embarcação a remo (sem motor)	R\$ 2.500	R\$ 447.689	R\$ 5.000	R\$ 267	R\$ 41.606
	Pescador profissional — Região estuarina — armador de embarcação com motor de centro	R\$ 4.000	R\$ 716.302	R\$ 55.000	R\$ 267	R\$ 41.606
	Pescador profissional — Região estuarina — pescador desembarcado	R\$ 2.600	R\$ 465.597	R\$ 7.000	R\$ 267	R\$ 41.606
	Pescador profissional/protocolados — Região continental — pescador desembarcado	R\$ 2.500	R\$ 447.689	R\$ 5.000	R\$ 267	R\$ 41.606
	Pescador Protocolado/Profissional	R\$ 2.382	R\$ 426.573	R\$ 12.167	R\$ 267	R\$ 41.606
	Pescadores informais, artesanais e de fato	R\$ 997	R\$ 160.461	R\$ 6.818	R\$ 267	R\$ 41.606
	Produção para consumo próprio como trabalho principal — Pesca	R\$ 640	R\$ 103.045	R\$ 4.378	NA	NA

Fonte: FGV (2021h, p. 239-246).

Tabela 8 — Cenário A × Possibilidade 2
Valores FGV para Danos materiais — Valores totais. Parte II: Pesca (R\$ de jul. 2021; 184 meses)

Categoria ocupacional FGV	Ocupação FGV	Valores FGV — Danos Materiais (R\$ de jul. 2021)	
		Valor total para o período dos danos materiais — Sem dano de perda da produção para consumo próprio como outra forma de trabalho	Valor total para o período dos danos materiais — Com dano de perda da produção para consumo próprio como outra forma de trabalho
Pesca	Cadeia produtiva da pesca — beneficiamento	R\$ 242.822	R\$ 284.428
	Cadeia produtiva da pesca — transporte	R\$ 276.975	R\$ 318.581
	Cadeia produtiva da pesca — insumo	R\$ 261.276	R\$ 302.883
	Cadeia produtiva da pesca — serviço	R\$ 355.974	R\$ 397.580
	Pescador profissional — Região estuarina — proprietário de embarcação a remo	R\$ 490.835	R\$ 532.441
	Pescador profissional — Região estuarina — proprietário de embarcação camaroeira	R\$ 1.259.991	R\$ 1.301.598
	Pescador profissional — Região estuarina — proprietário de embarcação com motor de centro	R\$ 1.075.916	R\$ 1.117.522
	Pescador profissional — Região estuarina — proprietário de embarcação com motor de popa	R\$ 814.536	R\$ 856.142
	Pescador profissional/protocolados — Região continental — dono de embarcação a remo (sem motor)	R\$ 490.848	R\$ 532.455
	Pescador profissional/protocolados — Região continental — dono de embarcação com motor de popa	R\$ 591.402	R\$ 633.008
	Pescador profissional — Região estuarina — tripulantes de embarcação a remo (sem motor)	R\$ 472.597	R\$ 514.203
	Pescador profissional — Região estuarina — tripulantes de embarcação camaroeira	R\$ 755.302	R\$ 796.909
	Pescador profissional — Região estuarina — tripulantes de embarcação com motor de centro	R\$ 587.134	R\$ 628.741
	Pescador profissional — Região estuarina — tripulantes de embarcação com motor de popa	R\$ 490.597	R\$ 532.203
	Pescador profissional/protocolados — Região continental — tripulantes de embarcação com motor de popa	R\$ 454.689	R\$ 496.295
	Pescador profissional/protocolados — Região continental — tripulantes de embarcação a remo (sem motor)	R\$ 452.689	R\$ 494.295
	Pescador profissional — Região estuarina — armador de embarcação com motor de centro	R\$ 771.302	R\$ 812.909
	Pescador profissional — Região estuarina — pescador desembarcado	R\$ 472.597	R\$ 514.203
	Pescador profissional/protocolados — Região continental — pescador desembarcado	R\$ 452.689	R\$ 494.295
	Pescador Protocolado/Profissional	R\$ 438.740	R\$ 480.346
	Pescadores informais, artesanais e de fato	NA	R\$ 208.886
	Produção para consumo próprio como trabalho principal — Pesca	R\$ 107.424	NA

Fonte: FGV (2021h, p. 239-246).

Tabela 9 — Cenário B × Possibilidade 1

Valores FGV para Danos materiais — Lucros cessantes, danos emergentes e perda da produção para consumo próprio. Parte I: Agropecuária; Comércio; Extrativismo mineral; Serviços, profissionais autônomos e trabalhadores em geral com perda de emprego e renda; Turismo; Produção para consumo próprio como outra forma de trabalho (R\$ de jul. 2021; 184 meses)

Categoria ocupacional FGV	Ocupação FGV	Valores FGV — Danos Materiais (R\$ de jul. 2021)				
		Lucros cessantes (Interrupção do exercício da atividade econômica ou de subsistência (produção para consumo próprio como trabalho principal))		Danos emergentes	Perda da produção para consumo próprio como outra forma de trabalho	
		Rendimento médio indenizável mensal do trabalho (nov. 2015 a jan. 2021)	Valor total		Valor médio indenizável mensal do tempo dedicado (nov. 2015 a jan. 2021)	Valor total
Agropecuária	Produtores rurais	R\$ 1.767	R\$ 204.730	R\$ 17.379	R\$ 252	R\$ 28.841
	Produção para consumo próprio como trabalho principal — Agricultura	R\$ 899	R\$ 104.165	R\$ 8.842	NA	NA
	Trabalhadores rurais	R\$ 1.070	R\$ 131.362	R\$ 11.011	R\$ 252	R\$ 28.841
Comércio	Ambulantes em geral, Camelôs, Barraqueiros, Feirantes e Pequenos comerciantes	R\$ 1.316	R\$ 155.748	R\$ 9.735	R\$ 252	R\$ 28.841
	Comerciantes de areia e argila	R\$ 1.707	R\$ 210.795	R\$ 11.429	R\$ 252	R\$ 28.841
	Revendedores de ouro	R\$ 1.707	R\$ 210.795	R\$ 11.429	R\$ 252	R\$ 28.841
	Comerciantes de petrechos de pesca	R\$ 1.707	R\$ 212.288	NA	R\$ 252	R\$ 28.841
	Revendedores de pescado	R\$ 1.707	R\$ 210.795	R\$ 11.429	R\$ 252	R\$ 28.841
	Comerciantes de artigos relacionados com turismo	R\$ 1.707	R\$ 212.288	NA	R\$ 252	R\$ 28.841
Extrativismo Mineral	Areeiro, Carroceiro e Extrator mineral	R\$ 2.022	R\$ 241.119	NA	R\$ 252	R\$ 28.841
	Cadeia produtiva da exploração dos areais	R\$ 2.362	R\$ 291.453	R\$ 15.912	R\$ 252	R\$ 28.841
	Faiscadores e Garimpeiros	R\$ 2.362	R\$ 291.453	R\$ 15.912	R\$ 252	R\$ 28.841
	Proprietários de lavras de exploração mineral de areia e cascalho	R\$ 3.432	R\$ 417.303	R\$ 22.801	R\$ 252	R\$ 28.841
Serviços, Profissionais autônomos e Trabalhadores em geral com perda de emprego e renda	Músicos e Artistas em geral	R\$ 2.506	R\$ 296.271	R\$ 17.464	R\$ 252	R\$ 28.841
	Bordadeiras e Costureiras	R\$ 933	R\$ 113.182	R\$ 6.424	R\$ 252	R\$ 28.841
	Porteiros, Equipe de limpeza/faxina e Vigilantes	R\$ 1.372	R\$ 165.778	R\$ 9.066	R\$ 252	R\$ 28.841
	Garçonetes/garçons e Trabalhadores dos restaurantes/quiosques	R\$ 1.216	R\$ 145.620	R\$ 8.001	R\$ 252	R\$ 28.841
	Operadores de instalações de produção de energia	R\$ 2.146	R\$ 261.118	NA	R\$ 252	R\$ 28.841
	Trabalhadores dos alambiques, das fazendas produtoras de queijos e produtos gastronômicos	R\$ 1.324	R\$ 159.986	R\$ 8.912	R\$ 252	R\$ 28.841
	Artesãos	R\$ 1.685	R\$ 205.854	R\$ 11.305	R\$ 252	R\$ 28.841
	Lavadeiras	R\$ 1.127	R\$ 136.576	NA	R\$ 252	R\$ 28.841
	Promotores de festas e eventos	R\$ 2.213	R\$ 264.885	R\$ 17.614	R\$ 252	R\$ 28.841
	Proprietários de alambiques e cachaçarias artesanais	R\$ 3.432	R\$ 417.303	R\$ 22.801	R\$ 252	R\$ 28.841
Turismo	Empresários e Prestadores de serviços de turismo	R\$ 2.269	R\$ 263.282	NA	R\$ 252	R\$ 28.841
	Hotéis, Pousadas, Bares e Restaurantes	R\$ 2.427	R\$ 300.376	NA	R\$ 252	R\$ 28.841
Produção para consumo próprio como outra forma de trabalho	Produção para consumo próprio como outra forma de trabalho	NA	NA	NA	R\$ 252	R\$ 28.841

Fonte: FGV (2021h, p. 239-246).

Tabela 10 — Cenário B × Possibilidade 1
Valores FGV para Danos materiais — Valores totais. Parte I: Agropecuária;
Comércio; Extrativismo mineral; Serviços, profissionais autônomos e
trabalhadores em geral com perda de emprego e renda; Turismo; Produção para
consumo próprio como outra forma de trabalho (R\$ de jul. 2021; 184 meses)

Categoria ocupacional FGV	Ocupação FGV	Valores FGV — Danos Materiais (R\$ de jul. 2021)	
		Valor total para o período dos danos materiais — Sem dano de perda da produção para consumo próprio como outra forma de trabalho	Valor total para o período dos danos materiais — Com dano de perda da produção para consumo próprio como outra forma de trabalho
Agropecuária	Produtores rurais	R\$ 222.109	R\$ 250.950
	Produção para consumo próprio como trabalho principal — Agricultura	R\$ 113.008	NA
	Trabalhadores rurais	R\$ 142.373	R\$ 171.214
Comércio	Ambulantes em geral, Camelôs, Barraqueiros, Feirantes e Pequenos comerciantes	R\$ 165.483	R\$ 194.324
	Comerciantes de areia e argila	R\$ 222.224	R\$ 251.065
	Revendedores de ouro	R\$ 222.224	R\$ 251.065
	Comerciantes de petrechos de pesca	R\$ 212.288	R\$ 241.129
	Revendedores de pescado	R\$ 222.224	R\$ 251.065
	Comerciantes de artigos relacionados com turismo	R\$ 212.288	R\$ 241.129
Extrativismo Mineral	Areeiro, Carroceiro e Extrator mineral	R\$ 241.119	R\$ 269.960
	Cadeia produtiva da exploração dos areais	R\$ 307.365	R\$ 336.206
	Faiscadores e Garimpeiros	R\$ 307.365	R\$ 336.206
	Proprietários de lavras de exploração mineral de areia e cascalho	R\$ 440.103	R\$ 468.944
Serviços, Profissionais autônomos e Trabalhadores em geral com perda de emprego e renda	Músicos e Artistas em geral	R\$ 313.735	R\$ 342.576
	Bordadeiras e Costureiras	R\$ 119.606	R\$ 148.447
	Porteiros, Equipe de limpeza/faxina e Vigilantes	R\$ 174.844	R\$ 203.685
	Garçonetes/garçons e Trabalhadores dos restaurantes/quiosques	R\$ 153.621	R\$ 182.462
	Operadores de instalações de produção de energia	R\$ 261.118	R\$ 289.959
	Trabalhadores dos alambiques, das fazendas produtoras de queijos e produtos gastronômicos	R\$ 168.898	R\$ 197.739
	Artesãos	R\$ 217.159	R\$ 246.000
	Lavadeiras	R\$ 136.576	R\$ 165.417
	Promotores de festas e eventos	R\$ 282.499	R\$ 311.340
	Proprietários de alambiques e cachaçarias artesanais	R\$ 440.103	R\$ 468.944
Turismo	Empresários e Prestadores de serviços de turismo	R\$ 263.282	R\$ 292.123
	Hotéis, Pousadas, Bares e Restaurantes	R\$ 300.376	R\$ 329.217
Produção para consumo próprio como outra forma de trabalho	Produção para consumo próprio como outra forma de trabalho	NA	R\$ 28.841

Fonte: FGV (2021h, p. 239-246).

Tabela 11 — Cenário B × Possibilidade 1
Valores FGV para Danos materiais — Lucros cessantes, danos emergentes e perda da produção para consumo próprio. Parte II: Pesca (R\$ de jul. 2021; 184 meses)

Categoria ocupacional FGV	Ocupação FGV	Valores FGV — Danos Materiais (R\$ de jul. 2021)				
		Lucros cessantes (Interrupção do exercício da atividade econômica ou de subsistência (produção para consumo próprio como trabalho principal))		Danos emergentes	Perda da produção para consumo próprio como outra forma de trabalho	
		Rendimento médio indenizável mensal do trabalho (nov. 2015 a jan. 2021)	Valor total		Valor médio indenizável mensal do tempo dedicado (nov. 2015 a jan. 2021)	Valor total
Pesca	Cadeia produtiva da pesca — beneficiamento	R\$ 1.247	R\$ 151.166	R\$ 8.029	R\$ 252	R\$ 28.841
	Cadeia produtiva da pesca — transporte	R\$ 1.430	R\$ 173.018	R\$ 9.313	R\$ 252	R\$ 28.841
	Cadeia produtiva da pesca — insumo	R\$ 1.350	R\$ 163.167	R\$ 8.705	R\$ 252	R\$ 28.841
	Cadeia produtiva da pesca — serviço	R\$ 1.866	R\$ 224.243	R\$ 12.459	R\$ 252	R\$ 28.841
	Pescador profissional — Região estuarina — proprietário de embarcação a remo	R\$ 2.458	R\$ 298.780	R\$ 23.000	R\$ 252	R\$ 28.841
	Pescador profissional — Região estuarina — proprietário de embarcação camaroeira	R\$ 6.115	R\$ 743.377	R\$ 96.000	R\$ 252	R\$ 28.841
	Pescador profissional — Região estuarina — proprietário de embarcação com motor de centro	R\$ 5.174	R\$ 629.011	R\$ 91.000	R\$ 252	R\$ 28.841
	Pescador profissional — Região estuarina — proprietário de embarcação com motor de popa	R\$ 3.932	R\$ 478.049	R\$ 66.000	R\$ 252	R\$ 28.841
	Pescador profissional/protocolados — Região continental — dono de embarcação a remo (sem motor)	R\$ 2.458	R\$ 298.789	R\$ 23.000	R\$ 252	R\$ 28.841
	Pescador profissional/protocolados — Região continental — dono de embarcação com motor de popa	R\$ 2.949	R\$ 358.536	R\$ 30.000	R\$ 252	R\$ 28.841
	Pescador profissional — Região estuarina — tripulantes de embarcação a remo (sem motor)	R\$ 2.446	R\$ 297.351	R\$ 7.000	R\$ 252	R\$ 28.841
	Pescador profissional — Região estuarina — tripulantes de embarcação camaroeira	R\$ 3.763	R\$ 457.463	R\$ 39.000	R\$ 252	R\$ 28.841
	Pescador profissional — Região estuarina — tripulantes de embarcação com motor de centro	R\$ 2.916	R\$ 354.534	R\$ 32.000	R\$ 252	R\$ 28.841
	Pescador profissional — Região estuarina — tripulantes de embarcação com motor de popa	R\$ 2.446	R\$ 297.351	R\$ 25.000	R\$ 252	R\$ 28.841
	Pescador profissional/protocolados — Região continental — tripulantes de embarcação com motor de popa	R\$ 2.352	R\$ 285.914	R\$ 7.000	R\$ 252	R\$ 28.841
	Pescador profissional/protocolados — Região continental — tripulantes de embarcação a remo (sem motor)	R\$ 2.352	R\$ 285.914	R\$ 5.000	R\$ 252	R\$ 28.841
	Pescador profissional — Região estuarina — armador de embarcação com motor de centro	R\$ 3.763	R\$ 457.463	R\$ 55.000	R\$ 252	R\$ 28.841
	Pescador profissional — Região estuarina — pescador desembarcado	R\$ 2.446	R\$ 297.351	R\$ 7.000	R\$ 252	R\$ 28.841
	Pescador profissional/protocolados — Região continental — pescador desembarcado	R\$ 2.352	R\$ 285.914	R\$ 5.000	R\$ 252	R\$ 28.841
	Pescador Protocolado/Profissional	R\$ 2.241	R\$ 272.429	R\$ 12.167	R\$ 252	R\$ 28.841
	Pescadores informais, artesanais e de fato	R\$ 939	R\$ 109.096	R\$ 6.818	R\$ 252	R\$ 28.841
	Produção para consumo próprio como trabalho principal — Pesca	R\$ 603	R\$ 70.059	R\$ 4.378	NA	NA

Fonte: FGV (2021h, p. 239-246).

Tabela 12 — Cenário B × Possibilidade 1
Valores FGV para Danos materiais — Valores totais. Parte II: Pesca (R\$ de jul. 2021; 184 meses)

Categoria ocupacional FGV	Ocupação FGV	Valores FGV — Danos Materiais (R\$ de jul. 2021)	
		Valor total para o período dos danos materiais — Sem dano de perda da produção para consumo próprio como outra forma de trabalho	Valor total para o período dos danos materiais — Com dano de perda da produção para consumo próprio como outra forma de trabalho
Pesca	Cadeia produtiva da pesca — beneficiamento	R\$ 159.195	R\$ 188.036
	Cadeia produtiva da pesca — transporte	R\$ 182.330	R\$ 211.171
	Cadeia produtiva da pesca — insumo	R\$ 171.872	R\$ 200.713
	Cadeia produtiva da pesca — serviço	R\$ 236.702	R\$ 265.543
	Pescador profissional — Região estuarina — proprietário de embarcação a remo	R\$ 321.780	R\$ 350.621
	Pescador profissional — Região estuarina — proprietário de embarcação camaroeira	R\$ 839.377	R\$ 868.218
	Pescador profissional — Região estuarina — proprietário de embarcação com motor de centro	R\$ 720.011	R\$ 748.852
	Pescador profissional — Região estuarina — proprietário de embarcação com motor de popa	R\$ 544.049	R\$ 572.890
	Pescador profissional/protocolados — Região continental — dono de embarcação a remo (sem motor)	R\$ 321.789	R\$ 350.630
	Pescador profissional/protocolados — Região continental — dono de embarcação com motor de popa	R\$ 388.536	R\$ 417.377
	Pescador profissional — Região estuarina — tripulantes de embarcação a remo (sem motor)	R\$ 304.351	R\$ 333.192
	Pescador profissional — Região estuarina — tripulantes de embarcação camaroeira	R\$ 496.463	R\$ 525.304
	Pescador profissional — Região estuarina — tripulantes de embarcação com motor de centro	R\$ 386.534	R\$ 415.375
	Pescador profissional — Região estuarina — tripulantes de embarcação com motor de popa	R\$ 322.351	R\$ 351.192
	Pescador profissional/protocolados — Região continental — tripulantes de embarcação com motor de popa	R\$ 292.914	R\$ 321.755
	Pescador profissional/protocolados — Região continental — tripulantes de embarcação a remo (sem motor)	R\$ 290.914	R\$ 319.755
	Pescador profissional — Região estuarina — armador de embarcação com motor de centro	R\$ 512.463	R\$ 541.304
	Pescador profissional — Região estuarina — pescador desembarcado	R\$ 304.351	R\$ 333.192
	Pescador profissional/protocolados — Região continental — pescador desembarcado	R\$ 290.914	R\$ 319.755
	Pescador Protocolado/Profissional	R\$ 284.595	R\$ 313.436
	Pescadores informais, artesanais e de fato	NA	R\$ 144.755
	Produção para consumo próprio como trabalho principal — Pesca	R\$ 74.438	NA

Fonte: FGV (2021h, p. 239-246).

Tabela 13 — Cenário B × Possibilidade 2
Valores FGV para Danos materiais — Lucros cessantes, danos emergentes e perda da produção para consumo próprio. Parte I: Agropecuária; Comércio; Extrativismo mineral; Serviços, profissionais autônomos e trabalhadores em geral com perda de emprego e renda; Turismo; Produção para consumo próprio como outra forma de trabalho (R\$ de jul. 2021; 184 meses)

Categoria ocupacional FGV	Ocupação FGV	Valores FGV — Danos Materiais (R\$ de jul. 2021)				
		Lucros cessantes (Interrupção do exercício da atividade econômica ou de subsistência (produção para consumo próprio como trabalho principal))		Danos emergentes	Perda da produção para consumo próprio como outra forma de trabalho	
		Rendimento médio indenizável mensal do trabalho (nov. 2015 a jan. 2021)	Valor total		Valor médio indenizável mensal do tempo dedicado (nov. 2015 a jan. 2021)	Valor total
Agropecuária	Produtores rurais	R\$ 1.767	R\$ 175.590	R\$ 17.379	R\$ 252	R\$ 24.674
	Produção para consumo próprio como trabalho principal — Agricultura	R\$ 899	R\$ 89.339	R\$ 8.842	NA	NA
	Trabalhadores rurais	R\$ 1.070	R\$ 114.098	R\$ 11.011	R\$ 252	R\$ 24.674
Comércio	Ambulantes em geral, Camelôs, Barraqueiros, Feirantes e Pequenos comerciantes	R\$ 1.316	R\$ 134.016	R\$ 9.735	R\$ 252	R\$ 24.674
	Comerciantes de areia e argila	R\$ 1.707	R\$ 183.169	R\$ 11.429	R\$ 252	R\$ 24.674
	Revendedores de ouro	R\$ 1.707	R\$ 183.169	R\$ 11.429	R\$ 252	R\$ 24.674
	Comerciantes de petrechos de pesca	R\$ 1.707	R\$ 184.708	NA	R\$ 252	R\$ 24.674
	Revendedores de pescado	R\$ 1.707	R\$ 183.169	R\$ 11.429	R\$ 252	R\$ 24.674
	Comerciantes de artigos relacionados com turismo	R\$ 1.707	R\$ 184.708	NA	R\$ 252	R\$ 24.674
Extrativismo Mineral	Areeiro, Carroceiro e Extrator mineral	R\$ 2.022	R\$ 208.237	NA	R\$ 252	R\$ 24.674
	Cadeia produtiva da exploração dos areais	R\$ 2.362	R\$ 253.688	R\$ 15.912	R\$ 252	R\$ 24.674
	Faiscadores e Garimpeiros	R\$ 2.362	R\$ 253.688	R\$ 15.912	R\$ 252	R\$ 24.674
	Proprietários de lavras de exploração mineral de areia e cascalho	R\$ 3.432	R\$ 361.788	R\$ 22.801	R\$ 252	R\$ 24.674
Serviços, Profissionais autônomos e Trabalhadores em geral com perda de emprego e renda	Músicos e Artistas em geral	R\$ 2.506	R\$ 255.292	R\$ 17.464	R\$ 252	R\$ 24.674
	Bordadeiras e Costureiras	R\$ 933	R\$ 98.000	R\$ 6.424	R\$ 252	R\$ 24.674
	Porteiros, Equipe de limpeza/faxina e Vigilantes	R\$ 1.372	R\$ 143.523	R\$ 9.066	R\$ 252	R\$ 24.674
	Garçonetes/garçons e Trabalhadores dos restaurantes/quiosques	R\$ 1.216	R\$ 125.962	R\$ 8.001	R\$ 252	R\$ 24.674
	Operadores de instalações de produção de energia	R\$ 2.146	R\$ 226.484	NA	R\$ 252	R\$ 24.674
	Trabalhadores dos alambiques, das fazendas produtoras de queijos e produtos gastronômicos	R\$ 1.324	R\$ 138.652	R\$ 8.912	R\$ 252	R\$ 24.674
	Artesãos	R\$ 1.685	R\$ 178.431	R\$ 11.305	R\$ 252	R\$ 24.674
	Lavadeiras	R\$ 1.127	R\$ 118.516	NA	R\$ 252	R\$ 24.674
	Promotores de festas e eventos	R\$ 2.213	R\$ 228.665	R\$ 17.614	R\$ 252	R\$ 24.674
	Proprietários de alambiques e cachaçarias artesanais	R\$ 3.432	R\$ 361.788	R\$ 22.801	R\$ 252	R\$ 24.674
Turismo	Empresários e Prestadores de serviços de turismo	R\$ 2.269	R\$ 225.373	NA	R\$ 252	R\$ 24.674
	Hotéis, Pousadas, Bares e Restaurantes	R\$ 2.427	R\$ 261.350	NA	R\$ 252	R\$ 24.674
Produção para consumo próprio como outra forma de trabalho	Produção para consumo próprio como outra forma de trabalho	NA	NA	NA	R\$ 252	R\$ 24.674

Fonte: FGV (2021h, p. 239-246).

Tabela 14 — Cenário B × Possibilidade 2
Valores FGV para Danos materiais — Valores totais. Parte I: Agropecuária;
Comércio; Extrativismo mineral; Serviços, profissionais autônomos e
trabalhadores em geral com perda de emprego e renda; Turismo; Produção para
consumo próprio como outra forma de trabalho (R\$ de jul. 2021; 184 meses)

Categoria ocupacional FGV	Ocupação FGV	Valores FGV — Danos Materiais (R\$ de jul. 2021)	
		Valor total para o período dos danos materiais — Sem dano de perda da produção para consumo próprio como outra forma de trabalho	Valor total para o período dos danos materiais — Com dano de perda da produção para consumo próprio como outra forma de trabalho
Agropecuária	Produtores rurais	R\$ 192.970	R\$ 217.644
	Produção para consumo próprio como trabalho principal — Agricultura	R\$ 98.182	NA
	Trabalhadores rurais	R\$ 125.108	R\$ 149.783
Comércio	Ambulantes em geral, Camelôs, Barraqueiros, Feirantes e Pequenos comerciantes	R\$ 143.751	R\$ 168.426
	Comerciantes de areia e argila	R\$ 194.598	R\$ 219.273
	Revendedores de ouro	R\$ 194.598	R\$ 219.273
	Comerciantes de petrechos de pesca	R\$ 184.708	R\$ 209.382
	Revendedores de pescado	R\$ 194.598	R\$ 219.273
	Comerciantes de artigos relacionados com turismo	R\$ 184.708	R\$ 209.382
Extrativismo Mineral	Areeiro, Carroceiro e Extrator mineral	R\$ 208.237	R\$ 232.911
	Cadeia produtiva da exploração dos areais	R\$ 269.600	R\$ 294.274
	Faiscadores e Garimpeiros	R\$ 269.600	R\$ 294.274
	Proprietários de lavras de exploração mineral de areia e cascalho	R\$ 384.589	R\$ 409.263
Serviços, Profissionais autônomos e Trabalhadores em geral com perda de emprego e renda	Músicos e Artistas em geral	R\$ 272.756	R\$ 297.431
	Bordadeiras e Costureiras	R\$ 104.424	R\$ 129.098
	Porteiros, Equipe de limpeza/faxina e Vigilantes	R\$ 152.589	R\$ 177.264
	Garçonetes/garçons e Trabalhadores dos restaurantes/quiosques	R\$ 133.964	R\$ 158.638
	Operadores de instalações de produção de energia	R\$ 226.484	R\$ 251.158
	Trabalhadores dos alambiques, das fazendas produtoras de queijos e produtos gastronômicos	R\$ 147.565	R\$ 172.239
	Artesãos	R\$ 189.736	R\$ 214.410
	Lavadeiras	R\$ 118.516	R\$ 143.190
	Promotores de festas e eventos	R\$ 246.279	R\$ 270.954
	Proprietários de alambiques e cachaçarias artesanais	R\$ 384.589	R\$ 409.263
Turismo	Empresários e Prestadores de serviços de turismo	R\$ 225.373	R\$ 250.048
	Hotéis, Pousadas, Bares e Restaurantes	R\$ 261.350	R\$ 286.024
Produção para consumo próprio como outra forma de trabalho	Produção para consumo próprio como outra forma de trabalho	NA	R\$ 24.674

Fonte: FGV (2021h, p. 239-246).

Tabela 15 — Cenário B × Possibilidade 2
Valores FGV para Danos materiais — Lucros cessantes, danos emergentes e perda da produção para consumo próprio. Parte II: Pesca (R\$ de jul. 2021; 184 meses)

Categoria ocupacional FGV	Ocupação FGV	Valores FGV — Danos Materiais (R\$ de jul. 2021)				
		Lucros cessantes (Interrupção do exercício da atividade econômica ou de subsistência (produção para consumo próprio como trabalho principal))		Danos emergentes	Perda da produção para consumo próprio como outra forma de trabalho	
		Rendimento médio indenizável mensal do trabalho (nov. 2015 a jan. 2021)	Valor total		Valor médio indenizável mensal do tempo dedicado (nov. 2015 a jan. 2021)	Valor total
Pesca	Cadeia produtiva da pesca — beneficiamento	R\$ 1.247	R\$ 130.986	R\$ 8.029	R\$ 252	R\$ 24.674
	Cadeia produtiva da pesca — transporte	R\$ 1.430	R\$ 149.776	R\$ 9.313	R\$ 252	R\$ 24.674
	Cadeia produtiva da pesca — insumo	R\$ 1.350	R\$ 141.302	R\$ 8.705	R\$ 252	R\$ 24.674
	Cadeia produtiva da pesca — serviço	R\$ 1.866	R\$ 193.801	R\$ 12.459	R\$ 252	R\$ 24.674
	Pescador profissional — Região estuarina — proprietário de embarcação a remo	R\$ 2.458	R\$ 258.807	R\$ 23.000	R\$ 252	R\$ 24.674
	Pescador profissional — Região estuarina — proprietário de embarcação camaroeira	R\$ 6.115	R\$ 643.923	R\$ 96.000	R\$ 252	R\$ 24.674
	Pescador profissional — Região estuarina — proprietário de embarcação com motor de centro	R\$ 5.174	R\$ 544.858	R\$ 91.000	R\$ 252	R\$ 24.674
	Pescador profissional — Região estuarina — proprietário de embarcação com motor de popa	R\$ 3.932	R\$ 414.092	R\$ 66.000	R\$ 252	R\$ 24.674
	Pescador profissional/protocolados — Região continental — dono de embarcação a remo (sem motor)	R\$ 2.458	R\$ 258.815	R\$ 23.000	R\$ 252	R\$ 24.674
	Pescador profissional/protocolados — Região continental — dono de embarcação com motor de popa	R\$ 2.949	R\$ 310.569	R\$ 30.000	R\$ 252	R\$ 24.674
	Pescador profissional — Região estuarina — tripulantes de embarcação a remo (sem motor)	R\$ 2.446	R\$ 257.569	R\$ 7.000	R\$ 252	R\$ 24.674
	Pescador profissional — Região estuarina — tripulantes de embarcação camaroeira	R\$ 3.763	R\$ 396.260	R\$ 39.000	R\$ 252	R\$ 24.674
	Pescador profissional — Região estuarina — tripulantes de embarcação com motor de centro	R\$ 2.916	R\$ 307.102	R\$ 32.000	R\$ 252	R\$ 24.674
	Pescador profissional — Região estuarina — tripulantes de embarcação com motor de popa	R\$ 2.446	R\$ 257.569	R\$ 25.000	R\$ 252	R\$ 24.674
	Pescador profissional/protocolados — Região continental — tripulantes de embarcação com motor de popa	R\$ 2.352	R\$ 247.663	R\$ 7.000	R\$ 252	R\$ 24.674
	Pescador profissional/protocolados — Região continental — tripulantes de embarcação a remo (sem motor)	R\$ 2.352	R\$ 247.663	R\$ 5.000	R\$ 252	R\$ 24.674
	Pescador profissional — Região estuarina — armador de embarcação com motor de centro	R\$ 3.763	R\$ 396.260	R\$ 55.000	R\$ 252	R\$ 24.674
	Pescador profissional — Região estuarina — pescador desembarcado	R\$ 2.446	R\$ 257.569	R\$ 7.000	R\$ 252	R\$ 24.674
	Pescador profissional/protocolados — Região continental — pescador desembarcado	R\$ 2.352	R\$ 247.663	R\$ 5.000	R\$ 252	R\$ 24.674
	Pescador Protocolado/Profissional	R\$ 2.241	R\$ 235.981	R\$ 12.167	R\$ 252	R\$ 24.674
	Pescadores informais, artesanais e de fato	R\$ 939	R\$ 93.813	R\$ 6.818	R\$ 252	R\$ 24.674
	Produção para consumo próprio como trabalho principal — Pesca	R\$ 603	R\$ 60.245	R\$ 4.378	NA	NA

Fonte: FGV (2021h, p. 239-246)

Tabela 16 — Cenário B × Possibilidade 2
Valores FGV para Danos materiais — Valores totais. Parte II: Pesca (R\$ de jul. 2021; 184 meses)

Categoria ocupacional FGV	Ocupação FGV	Valores FGV — Danos Materiais (R\$ de jul. 2021)	
		Valor total para o período dos danos materiais — Sem dano de perda da produção para consumo próprio como outra forma de trabalho	Valor total para o período dos danos materiais — Com dano de perda da produção para consumo próprio como outra forma de trabalho
Pesca	Cadeia produtiva da pesca — beneficiamento	R\$ 139.015	R\$ 163.689
	Cadeia produtiva da pesca — transporte	R\$ 159.089	R\$ 183.763
	Cadeia produtiva da pesca — insumo	R\$ 150.007	R\$ 174.682
	Cadeia produtiva da pesca — serviço	R\$ 206.259	R\$ 230.934
	Pescador profissional — Região estuarina — proprietário de embarcação a remo	R\$ 281.807	R\$ 306.482
	Pescador profissional — Região estuarina — proprietário de embarcação camaroeira	R\$ 739.923	R\$ 764.597
	Pescador profissional — Região estuarina — proprietário de embarcação com motor de centro	R\$ 635.858	R\$ 660.532
	Pescador profissional — Região estuarina — proprietário de embarcação com motor de popa	R\$ 480.092	R\$ 504.766
	Pescador profissional/protocolados — Região continental — dono de embarcação a remo (sem motor)	R\$ 281.815	R\$ 306.489
	Pescador profissional/protocolados — Região continental — dono de embarcação com motor de popa	R\$ 340.569	R\$ 365.243
	Pescador profissional — Região estuarina — tripulantes de embarcação a remo (sem motor)	R\$ 264.569	R\$ 289.244
	Pescador profissional — Região estuarina — tripulantes de embarcação camaroeira	R\$ 435.260	R\$ 459.935
	Pescador profissional — Região estuarina — tripulantes de embarcação com motor de centro	R\$ 339.102	R\$ 363.776
	Pescador profissional — Região estuarina — tripulantes de embarcação com motor de popa	R\$ 282.569	R\$ 307.244
	Pescador profissional/protocolados — Região continental — tripulantes de embarcação com motor de popa	R\$ 254.663	R\$ 279.337
	Pescador profissional/protocolados — Região continental — tripulantes de embarcação a remo (sem motor)	R\$ 252.663	R\$ 277.337
	Pescador profissional — Região estuarina — armador de embarcação com motor de centro	R\$ 451.260	R\$ 475.935
	Pescador profissional — Região estuarina — pescador desembarcado	R\$ 264.569	R\$ 289.244
	Pescador profissional/protocolados — Região continental — pescador desembarcado	R\$ 252.663	R\$ 277.337
	Pescador Protocolado/Profissional	R\$ 248.148	R\$ 272.822
	Pescadores informais, artesanais e de fato	NA	R\$ 125.306
	Produção para consumo próprio como trabalho principal — Pesca	R\$ 64.624	NA

Fonte: FGV (2021h, p. 239-246).

Tabela 17 — Síntese dos valores de danos morais individuais propostos

DT	Dano socioeconômico	Valor do dano moral individual
Renda, trabalho e subsistência	Interrupção/Diminuição da renda relacionada ao exercício da atividade econômica e/ou Perda ou comprometimento dos meios de subsistência, consumo próprio ou escambo E os danos de: Impossibilidade e/ou comprometimento do exercício do trabalho livremente escolhido Impossibilidade/Comprometimento do exercício do trabalho em condições justas, seguras, saudáveis e favoráveis	R\$ 25.000,00
	Perda, deterioração ou depreciação de estruturas, equipamentos e instrumentos de trabalho Perda ou supressão de lavouras, cultivos ou estoque Perda e/ou comprometimento de animais utilizados para criação/produção e geração de renda	R\$ 15.000,00
	Perecimento e deterioração dos locais de trabalho Perda, deterioração e desvalorização do patrimônio pessoal Aumento de gastos, despesas e dívidas	Valoração individual
Alimentação	Comprometimento da disponibilidade e/ou acessibilidade econômica da alimentação em quantidade adequada Comprometimento da alimentação culturalmente adequada	R\$ 5.000,00
	Comprometimento ou insegurança no consumo de alimentos com qualidade adequada e livre de substâncias nocivas	R\$ 10.000,00
Saúde	Comprometimento e risco de comprometimento da saúde física e nutricional	R\$ 2.833,33 por ano de exposição em função de risco à saúde mental, física e nutricional R\$ 51.250,00 em função de desenvolvimento de agravo à saúde leve/moderado R\$ 134.376,79 em função de desenvolvimento de agravo à saúde incapacitante e/ou incurável R\$ 283.333,00 em função de desenvolvimento de agravo à saúde que culmina em morte
	Comprometimento e risco de comprometimento da saúde mental	R\$ 2.833,33 por ano de exposição em função de exposição de risco à saúde mental, física e nutricional

DT	Dano socioeconômico	Valor do dano moral individual
		R\$ 51.250,00 em função de desenvolvimento de agravo à saúde leve/moderado R\$ 134.376,79 em função de desenvolvimento de agravo à saúde incapacitante e/ou incurável R\$ 283.333,00 em função de desenvolvimento de agravo à saúde que culmina em morte
	Comprometimento do acesso à saúde	R\$ 4.500,00
Relações com o meio ambiente	Comprometimento da fruição de um meio ambiente ecologicamente equilibrado e do uso e da capacidade produtiva dos recursos naturais da região Comprometimento do acesso e fruição da água segura para fins de lazer e convivência sociocultural Comprometimento do acesso à água potável suficiente, segura e aceitável para usos pessoais e domésticos	R\$ 10.000,00
Moradia e infraestrutura	Comprometimento das condições físicas de acesso à moradia adequada	Casos em que o comprometimento das condições físicas não gerou a necessidade de desocupação temporária da moradia: R\$ 15.000,00 Casos em que o comprometimento das condições físicas gerou a necessidade de desocupação temporária da moradia: R\$ 20.000,00
Práticas culturais, religiosas e de lazer; Rede de relações sociais e Vida digna, uso do tempo e cotidiano e perspectivas futuras	Interrupção ou comprometimento da manutenção e transmissão de tradições, práticas e referências culturais e religiosas Interrupção ou comprometimento de atividades de lazer Alterações negativas na vida social e enfraquecimento dos laços sociais, comunitários e redes de parentesco Aumento de tensões e conflitos nas relações sociais e familiares Comprometimento da possibilidade de melhoria das condições de vida e frustração de perspectivas futuras Diminuição da qualidade de vida	R\$ 15.000,00

DT	Dano socioeconômico	Valor do dano moral individual
Processo de reparação e remediação	Barreiras de acesso ao Processo de reparação e remediação Falta de acesso à informação adequada e transparência Abuso da garantia de participação efetiva no Processo de reparação e remediação Perda de tempo útil/produtivo com o Processo de reparação e remediação Insuficiência, baixa qualidade e inadequação das medidas reparatórias e falta de celeridade no Processo de reparação e remediação	R\$ 10.000,00

Fonte: (FGV, 2021i, p. 30-42).

Tabela 18 — Percentuais para majoração dos danos imateriais considerando fatores de vulnerabilidade

Critério de majoração dos danos morais por vulnerabilidade	Aumento na porcentagem do dano moral
1 critério	Somam-se 10%
Acumulação de 2 critérios	Somam-se 15%
Acumulação de 3 critérios	Somam-se 20%
Acumulação de 4 critérios	Somam-se 25%
Acumulação de 5 critérios	Somam-se 30%
Acumulação de 6 critérios	Somam-se 35%
Acumulação de 7 critérios	Somam-se 40%

Fonte: (FGV, 2021h, p. 247; FGV, 2021i, p. 575).